



8SNHH ANAIS

Marcelo de Mello Rangel
Marcelo Santos de Abreu
Rodrigo Machado da Silva
organizadores

2014

Representações sociais e memória dos descendentes dos paulistas nas Minas Gerais, segunda metade do século XVIII

*Adriano Toledo Paiva**

As elaborações das memórias sobre os descobrimentos do ouro e suas histórias conjugavam os relatos orais dos senis moradores de São Paulo e das Minas Gerais. Saint-Hilaire mencionou o maravilhamento nas conversas com os antigos moradores de Taubaté sobre o “mito” da serra das esmeraldas. E frisou o naturalista:

É inútil dizer que os paulistas foram os primeiros a se pôr em campo. Entre eles vivia um ancião de oitenta anos de idade que, devido a sua energia e as suas caçadas contra os indígenas, tornara-se célebre. Ouvindo ele as maravilhosas narrativas feitas sobre a montanha das esmeraldas e sobre as riquezas que a mesma encerrava, seu sangue circulou com mais rapidez, suas forças se reanimaram: julgou sentir ainda os ardores da mocidade. (SAINT-HILAIRE, 2002: 168)

Na construção do “ponto de honra” dos grandes serviços prestados à Monarquia nos descobertos auríferos, o viajante afirmou que “a história desse descobrimento, relativamente recente, é cheia de incertezas”. E nesta descrição Saint-Hilaire utilizou a metáfora dos “gregos dos tempos heróicos”, caracterizando os paulistas como homens que “buscavam as aventuras, expunham-se a todos os perigos, batiam-se com coragem, mas não escreviam”. (SAINT-HILAIRE, 2002: 168) Com base nessas descrições, perguntamo-nos: Qual o papel histórico atribuído aos paulistas em meados dos setecentos? E como a Coroa portuguesa lidou com as exigências destes sertanistas, que se consideravam herdeiros desta “tradição” no sertanismo¹?

No volume da *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, o Desembargador Teixeira Coelho elaborou um capítulo bastante tímido sobre os seus descobrimentos e desprovido das informações coevas legadas das memórias familiares do

¹ Para a abordagem da construção de uma “tradição paulista” nas Minas Gerais nos setecentos, consulte-se: (PAIVA, 2013).

período. O memorialista pautou-se essencialmente nos atos administrativos de instalação do poder régio nos sertões, desembocando na consolidação das formas de governo da capitania.² Segundo Teixeira Coelho:

Não me cansarei de mostrar quais foram os primeiros descobridores das Minas, tanto porque faltam os monumentos autênticos e individuais deste descobrimento, reduzindo-se a maior parte deles as relações manuscritas que conservam os particulares, como porque nenhum interesse resulta ao Estado de semelhantes averiguações, que unicamente podem servir de glória aos descendentes dos mesmos descobridores. Questionem eles sobre esta matéria inútil, enquanto eu, desprezando as suas caprichosas contendas, me ocupo na exposição daqueles fatos que são essenciais ao fim que se encaminha esta obra, qual é o interesse público. (COELHO, 2007: 226)

O relato do Intendente-desembargador³ sinalizava o anseio de escrever uma história no intuito de assegurar o exercício eficaz da administração e do poder. (BOSCHI, 2007: 103-107) No limiar do texto da *Instrução*, observamos os desafios encontrados por Teixeira Coelho no processo de identificação e compilação de suas fontes (1782). Em seu entender, os documentos produzidos pelos órgãos de governança constituíam mecanismos primordiais para a aplicação da justiça pelos administradores da Coroa.⁴ A consulta a esse *corpus* documental era imprescindível para fundamentar as decisões do Governador acerca das contendas, petições e determinações apresentadas na sua secretaria. Nesse sentido, o magistrado organizou uma coleção de ordens régias de 1700 a 1774, depositadas no expediente administrativo.⁵ Segundo

² Confira-se especialmente o belo “Estudo introdutório” e artigo elaborado por: (BOSCHI, 2007: 21-150); (BOSCHI, 2006: 41-49).

³ Teixeira Coelho relatou a situação da organização dos documentos da secretaria de governo: “Se o mesmo governador procura instruir-se daqueles importantes e diversos conhecimentos pelos livros da secretaria, acha neles um amontoado de ordens sem separação das matérias, e se procura os escritos de seus predecessores, não acha mais do que volumes das ordens que eles expediam, registrados sem método e sem declaração dos motivos que deram causa as suas determinações”. (COELHO, 2007: 167).

⁴ “Passei a examinar, com grande trabalho, mais de cem livros antigos e modernos, que estavam cobertos de poeira, nos arquivos confusos da Secretaria do Governo, da Contadoria da Real Fazenda e da Intendência de Vila Rica; entrei logo a combinar as ordens e aprofundar as matérias, indagando-as desde a sua origem e fazendo sobre cada uma delas as minhas reflexões, à vista de documentos autênticos e notícias puras”. Cf. (COELHO, 2007: 169).

⁵ A compilação de leis organizada por Teixeira Coelho foi publicada pelo Arquivo Público Mineiro: (BOSCHI, 2010: 263p).

Teixeira Coelho, as diligências de consulta aos arquivos da administração colonial eram um trabalho muito árduo. O memorialista buscava o embasamento em indícios documentais. (COELHO, 2007: 169) Ademais, o autor não desejava “servir à glória dos descendentes dos descobridores”, porque não resultava em nenhum “interesse público” e do Estado.

O traquejo de Cláudio Manoel da Costa como secretário de governo, a manipulação dos legados de sua ascendência paulista e os contatos com Pedro Taques embasaram a elaboração do “Fundamento histórico” e do poema *Vila Rica*. Em seus argumentos, afirmava o poeta que “toda a ficção não é mais que ornamento”, e “não pretendia alterar a verdade a benefício de alguma paixão”. Na redação de sua história formava os planos da obra embasados em fortes evidências empíricas:

pode ser que algum os conteste pelo que tem lido nos escritores da História da América; mas esses não tiveram tanto a mão as concludentes provas de que eu me sirvo; não se familiarizaram tanto com os mesmos que intervieram em algumas das ações e casos acontecidos neste país; e ultimamente não nasceram nele, nem o comunicaram por tantos anos como eu. (COSTA, 1996)

A produção memorialística do período, segundo Íris Kantor, ansiava por elaborar uma história pautada na verdade e calcada em fortes indícios documentais.⁶ As inúmeras pesquisas genealógicas e arquivísticas processadas por Pedro Taques negariam a “legenda negra” para consolidação de uma história valorativa dos conquistadores paulistas; especialmente os de sua linhagem, “os Lemes”. (KANTOR, 2007: 181-194) E em matéria de descobrimentos, Pedro Taques manifestou toda sua concepção de história e o desvelo necessário para a sua elaboração no setecentos, pois:

⁶ Ao analisar os mecanismos da produção historiográfica brasileira, Íris Kantor estabelece diferenciações entre memória e história. As memórias consistiam em: compilações documentais, sínteses informativas, cronológicas e onomásticas, arrolamentos de autoridades, descrições sumárias e analíticas de documentos, leis e atos administrativos, desenhos (mapas), quadros informativos e bibliográficos e coletâneas de relatos da tradição oral. Renascidos e Esquecidos almejaram produzir inventários de diferentes realidades locais, para coligir informações para confecção de uma concisa história geral, que construída com fontes fidedignas imprimiria a realidade e verdade dos fatos. (KANTOR, 2004: 193-194, 200).

Pelo contexto de esta verdade, fica conhecido o erro em que o coronel Sebastião da Rocha Pita, natural da cidade da Bahia, no seu livro *América Portuguesa*, livro 8º, n.62, afirma que estes descobrimentos foram no ano de 1698. Não caiu só neste engano, porque, levado da sua fantasia e credulidade, sem exame necessariamente em matérias pertencentes à história, traz muitos e péssimos erros, afastando-se inteiramente da alma da história, que é a verdade. (LEME, s/d., Vol.II: 229)

De certa maneira, memorialistas e administradores pontuaram as recorrentes dificuldades na escrita da história da conquista das Minas, seja pela coleta dos relatos dos mais velhos, pela dispersão e desorganização do acervo documental. O passado muito recente da capitania, com menos de 70 anos de “fundação”, e as dificuldades em consorciar harmonicamente este projeto aos ditames da administração foram outros agravantes na escrita desta história. Neste quesito, os recursos metodológicos apontados por Sérgio Buarque de Holanda, nos inspiram a avaliar essa produção documental e memorialística em seu ambiente e em uma perspectiva histórica, desvendando os seus significados para seus autores, círculo relacional e contemporâneos. (HOLANDA, 2000: 287) Desta forma, em nossas interpretações mapearemos até que ponto essas memórias/histórias conseguiram responder e atender aos questionamentos de seus receptores.

As lembranças e os processos de representação do passado conjugam acontecimentos marcantes e a persistência de impressões sobre os mesmos, assim como inquietações, sofrimentos, resultados mal controlados e imprevisibilidades. Além destas audaciosas equações da memória, Paul Ricœur destaca a presença do plano do “imemorial”, acontecimento que não se presenciou e jamais se adquirirá, o esquecimento que é típico das fundações, de suas doações originárias e a força criadora de uma história. (RICŒUR, 2010: 449)

Segundo Maria Efigênia Lage Resende, Cláudio Manuel da Costa reuniu tradições orais indicações documentais, informações de pesquisas de Pedro Taques, para “instituir um novo passado”, configurando a este certa “monumentalidade”. A valorização de suas origens paulistas, por ascendência materna, e o diálogo constante com os genealogistas de São Paulo promoveram em sua obra a valorização das práticas de sertanismo e descobrimentos do ouro. (RESENDE, 1999: 65,67) Segundo Lage Resende, o texto da *Geografia histórica da capitania*

de Minas Gerais produzida por José Joaquim da Rocha foi fortemente influenciado pela leitura do poeta.⁷ Ademais, a obra de Rocha reuniu e interligou diferentes expedições de conquista dos homens de São Paulo (vila de Taubaté e cidade) com o objetivo de configurar uma unidade histórica às dimensões geográficas das Minas. (ROCHA, 1995: 77-78, 132-133, 153)⁸

Em estudos recentes, Adriana Romeiro (2010: 176) mapeou a larga apropriação da obra de Cláudio Manuel da Costa pela memorialística mineira do século XVIII explicando a consolidação da imagem de Albuquerque como “herói pacificador das Minas”, bem como a sua difusão em escritos tanto de inspiração paulista, quanto emboaba. Estas abordagens narram esse capítulo da história como a passagem da barbárie para um “estado de sociedade política”, valorizando a imaculada imagem de Albuquerque, modelo irretocável de funcionário régio, responsável por inserir o poder da Coroa no território de potentados violentos e despóticos (paulistas). (ROMEIRO, 2010: 176) Para Romeiro, essa compartimentação binária da história da capitania, em antes e depois da atuação de Albuquerque, teria emergido no relato apógrafo de Bento Fernandes Furtado. O documento presente na “coletânea *Códice Costa Matoso*” consistiu-se em uma das principais fontes narrativas de Costa, deslocando-se posteriormente para José Joaquim da Rocha, Teixeira Coelho e finalmente para as obras de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos.⁹ Deste modo, os episódios do desfecho da guerra dos emboabas transformaram-se em um dos marcos mais importantes da cronologia histórica dos setecentos nas Minas.¹⁰

Segundo Sérgio Alcides, Cláudio Manoel da Costa pelos seus versos em *Vila Rica* pareceu comprometer-se inteiramente com a ação colonizadora portuguesa, pois cantou em suas estrofes a implantação e aparelhamento do poder do Estado nos sertões do ouro. Contudo, o pesquisador destaca, em *Estes penhascos*, que a imagem do governador Albuquerque, como

⁷ Segundo Maria Efigênia Lage Resende, “o texto da *Geografia histórica* é cópia praticamente literal de Cláudio, no que se refere a origens, descobrimento do ouro e histórico dos governos coloniais, embora o corrija em alguns casos, se estenda mais na narrativa de alguns acontecimentos ou introduza fatos que, possivelmente, ele não se interessou em mencionar [...]”. (RESENDE, 1999: 64).

⁸ Confira também: (FURTADO, 2009: 155-187).

⁹ (ROMEIRO, Adriana. 2010: 273); (ROMEIRO, 2005: 387-401).

¹⁰ Consultar a importância da chamada “guerra dos emboabas” na historiografia em dois instigantes artigos: (ROMEIRO, RAPM, Vol. XLV, 2009: 106-117); (ROMEIRO, 2009: 7-22).

portador dos atributos físicos e morais positivos, “restituidor da ordem”, representante dos valores de civilidade e criador das primeiras casas de vereanças, era uma tópica estilística. Ademais, o poema e seu “*Fundamento histórico*” estavam intimamente comprometidos com o resgate dos valores e virtudes heróicas dos paulistas. (ALCIDES, 2003: 48)

Recentemente, alguns pesquisadores revisitaram o poema *Vila Rica* avaliando-o como manifestação da antiga tópica de uma “idade de ouro”, interpretada no poema como um mito fundador das Minas Gerais.¹¹ A constituição do “mito heróico” de Cláudio Manuel da Costa não fugiu ao modelo da *Henriada* de Voltaire, que demarcava a fundação de uma nova Monarquia francesa após os períodos de discórdia e fanatismo das guerras de religião, conjugando sua esmerada formação com as bases empíricas e métodos da história. (VIVEIROS, 2009: 24 -25) Em instigante artigo, Marco Antônio Silveira destaca que as formas e conteúdos míticos foram recorrentes nas memórias sobre a América Portuguesa, sendo pautadas essencialmente na narrativa de um herói fundador e de um mito de fundação. (SILVEIRA, 2005: 103) Para o caso do poeta Cláudio Manuel da Costa, por meio do mito era possível preservar uma memória, com o resgate de uma tradição e construção de uma dada história.¹² E por sua vez, nestes procedimentos cunhava-se algo inteiramente novo, uma identidade que se utilizava dos aportes culturais reinóis e das conquistas, embasando e representando sua “pátria”. (AGUIAR, 2007, v. 2: 335-355)

Raoul Girardet (1987), ao analisar as conformações de “uma idade do ouro”, identificou as tentativas de superação de um presente de tristeza e decadência, em contraposição à valorização de um passado de grandes realizações e plenitude. A representação “do tempo de antes”, “dos tempos dos sonhos”, revela os remanescentes nostálgicos para descrever certa realidade social e ideológica, no qual diferentes personagens e forças políticas se rivalizavam. (GIRARDET, 1987: 98-101, 104-105) Igualmente, segundo Marco Antônio Silveira, a

¹¹ Estudos recentes sobre Cláudio Manoel da Costa perseguem um panorama mais amplo, configurando um trabalho de fôlego reunindo e dissecando sua literatura e análises históricas: (VIVEIROS, 2009); (LIMA, 2007).

¹² Segundo Raoul Girardet, o “mito político” é uma fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Neste sentido, o mito é algo fundamentalmente polimorfo, pois conjuga diferentes séries de imagens oníricas, sendo suscetível a oferecer múltiplas ressonâncias e numerosas significações. (GIRARDET, 1987: 13, 21).

construção de uma representação do passado paulista nas Minas revelava o retorno a um “período de felicidade” e “inocência desaparecida”, com o intuito de esperanças do “retorno” como um projeto a ser seguido. (SILVEIRA, 1997: 61-72)

Para Adriana Romeiro, o “governador [Albuquerque] estava irremediavelmente convencido de que os paulistas deveriam ser expulsos da região, pois era gente abominável, incapaz de participar do governo político que a Coroa pretendia implantar ali”. (ROMEIRO, 2010: 179) O governador legitimou o domínio emboaba sobre cargos e postos diretivos na localidade. Inegavelmente, Cláudio Manuel da Costa valorizou a tradição paulista na designada “guerra dos emboabas” e nos descobrimentos do ouro, e simplesmente ignorou a detração imposta a São Paulo, os ressentimentos desta derrota e a ingratidão régia.¹³ Neste sentido, Glauceste Saturnio tentou conjugar a imagem de Albuquerque como “arauto da ordem e da civilização” aos ressentimentos dos antepassados de São Paulo, vilipendiados pelas graças reais. De fato, Cláudio Manuel da Costa, Pedro Taques (1772) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1797) (DEUS, 2010: 220p.) enfrentaram o hercúleo trabalho de destituir os paulistas da imagem de homens bárbaros, rudes, infiéis, mestiços e insubmissos à Coroa.¹⁴ Os genealogistas construíram seus textos para extirpar a pecha de “maus vassalos” propagada pela “legenda negra”, investindo seus argumentos nos discursos de nobreza de sangue e serviços prestados à Coroa, especialmente nos descobrimentos minerais e de novas terras nos sertões das Minas Gerais e Goiás. (SOUZA, 2000: 274)

Afonso de E. Taunay destacou o parentesco entre os linhagistas Frei Gaspar Madre de Deus e Pedro Taques, que por sua vez eram entroncados com as principais famílias de São

¹³ Para Adriana Romeiro: “Se a versão emboaba convinha associar a pacificação à vitória dos seguidores de Manuel Nunes Viana, projetando sobre a figura de Albuquerque as virtudes do bom governante, não era este o caso da versão paulista, cujos germens se encontram em Cláudio Manuel da Costa, o primeiro historiador do episódio a partir da perspectiva dos vencidos – cuja derrota, porém, é simplesmente ignorada. O desafio imposto a ele e seus sucessores pode ser assim resumido: se Albuquerque constituía o arauto da ordem e da civilização, como então expor a antipatia que o separava dos paulistas sem incorrer na velha imagem de homens bárbaros e rudes? A imagem de herói pacificador, consagrada, sobretudo, por Cláudio Manuel da Costa no poema *Vila Rica* e dominante na historiografia, tendeu a eclipsar a forma pouco equânime com que Albuquerque distribuiu cargos e postos no novo governo.” (ROMEIRO, 2010: 182).

¹⁴ Consulte debates historiográficos sobre o tema em: (KOBELINSKI, 2012: 49-69).

Paulo. Deste modo, no bojo da *Nobiliarquia paulistana* residia uma paradoxal posição de apagar os vícios dos paulistas e de colocar em relevo os seus feitos, mas ressaltando a ingratidão régia na remuneração destes serviços. O pai de Pedro Taques, capitão Bartolomeu Pais de Abreu, foi um homem de destaque nas empresas mineradoras, considerado incentivador das expedições do Anhanguera nos sertões de Goiás.¹⁵ Neste período, a família de Pedro Taques sofria com os firmes propósitos da anulação das mercês concedidas por parte de D. Rodrigo César de Meneses, após o falecimento do patriarca. Decidido a resguardar os arrogos de conquista de sua geração, o genealogista transferiu-se para Goiás, exercendo o ofício de escrivão da intendência e guardamoria do distrito do Pilar. Entretanto, Taques não resistiu às intempéries e doenças do clima acre e as dificuldades do trabalho de tributação. Assim, o personagem deixaria em ordem os negócios de sua casa e os arrolamentos de prestação de serviços ao Rei. Segundo Taunay, “em extenso memorial [Taques] historiou os serviços paternos e os próprios, concluindo por solicitar do Rei Fidelíssimo um subsídio de quinze mil cruzados, a título de compensação pelos prejuízos sofridos com a anulação dos pedágios do caminho de Goiás”. (TAUNAY, 2004: 52) Todavia, Taques amargaria os dissabores das promessas e compromissos reais aos seus pedidos, pois perderia seus dois filhos clérigos prematuramente e foi incriminado em auditoria por desvios nos cofres da Fazenda Real. (TAUNAY, 2004: 45-46, 56) Conforme analisou Laura de Mello e Souza, Pedro Taques também teve que rivalizar com os poderes dos governadores, confundindo sua imagem com a dos homens “truculentos dos sertões”. Segundo a historiadora, em toda sua obra, observamos uma intensificação do “regionalismo e orgulho paulista” calcada especialmente em um ressentimento pelas fortunas e mercês dissipadas pelas animosidades e desacordos entre as diferentes instâncias da administração colonial. (SOUZA, 2006: 140-141)

¹⁵ Segundo Afonso de E. Taunay, Pedro Taques era “aparentado com a melhor gente da capitania, sobrinho-neto de Fernão Dias Paes e quarto neto de Brás Cubas, era Bartolomeu Pais primo afastado da mulher”. “Assim, pois, representando a difusão do sangue paterno dos “Lemes”, família de grandes varões e a do materno dos ‘Taques’ esquadrelavam-se ‘os cinco merlos de prata, postos em aspa, sem pés nem bico’ daqueles, aos elementos heráldicos do quádruplo brasão do velho Pedro Taques de Almeida, na pessoa do historiador”. (TAUNAY, 2004: 21, 20)

Igualmente, a criação de um “mito de fundação” na obra de Cláudio Manuel da Costa permite a análise de um processo de construção de um passado, que se reconciliava com o presente. Segundo Laura de Mello e Souza, o poeta pela estruturação do mito resgatou e preservou a memória de sua ascendência paulista, e ao mesmo tempo configurou algo inteiramente novo. A autora destaca ainda que Cláudio Manuel da Costa foi preterido nos serviços e habilitações na administração das Minas, o que resultou em um amargor e um ressentimento em seus escritos e trajetória. (SOUZA, 2010: 101-114) O poeta, filho do português João Gonçalves da Costa e de Teresa Ribeiro de Alvarenga, integrava as estirpes paulistas por via materna, reivindicando para si os foros de “nobreza local”, por sua distinta e antiga ascendência. Cláudio Manoel da Costa ressaltou o caráter imemorial da sua origem, sendo aparentado do cacique Tibiriçá e João Ramalho¹⁶, “avô mítico de tudo quanto é paulista que se preze”, ou seja, grandes figuras e fundadores do que Souza designou por “*paulistanidade*”. (SOUZA, 2011: 18-19) Todavia, o embate entre a civilização e barbárie, sintetizado na alegoria e no intermédio do evento dos emboabas, representava os dilemas, contradições e ambiguidades vivenciadas pelo poeta. Souza classifica Cláudio Manuel da Costa como “um letrado de ilustração em sua aldeia”, que por seus inúmeros conflitos identitários e políticos, considerava-se um português na América.¹⁷

Segundo Íris Kantor, os Renascidos e outros eruditos brasílicos investiram nos estudos genealógicos para a certificação de seus direitos de nobreza e enaltecem as suas alianças matrimoniais com indígenas, considerados os novos heróis fundadores. Na construção desta

¹⁶ Um esboço biográfico do indígena Tibiriçá e suas relações com Ramalho foi brilhantemente efetuado por: (MONTEIRO, 2002, v.01: 140-143). Auguste de Saint-Hilaire ao narrar a história de São Paulo fez referências a “Tibiriçá, chefe dos habitantes dos campos de Piratininga e a que toda a nação Guaianás tributava grande respeito, por quanto nenhum chefe era mais poderoso, nem melhor guerreiro”. O naturalista também mencionou o naufrago português, João Ramalho, “a quem Tibiriçá dera uma de suas filhas, de nome Bartira, por esposa”. O autor empregou o caso como um protótipo para as “díspares uniões das quase proveio um grande número de mestiços” em São Paulo. (SAINT-HILAIRE, 2002: 141, 144, 148)

¹⁷ O recente estudo biográfico de Cláudio Manoel da Costa elaborado por Laura de Mello e Souza conjuga forte pesquisa documental e iconográfica, um meticoloso apanhado das sociabilidades do letrado. A historiadora dimensiona com maestria a sua formação intelectual e cosmovisão essencialmente marcada pelos conflitos entre dois mundos, os valores do reino e o “viver em colônias”. Confira-se: (SOUZA, 2011). (A seção que retrata o resgate das grandes figuras emblemáticas da designada “*paulistanidade*” encontra-se nas páginas 18-19 do impresso.).

memória, as trajetórias familiares consorciaram-se à ancestralidade indígena com o objetivo de garantir certo prestígio e distinção social. (KANTOR, 2005: 330-335) Do mesmo modo, Evaldo Cabral de Mello destaca a constituição de um mito fundador e unificador da “nobreza da terra” que herdou os serviços prestados contra o “invasor holandês”. As famílias insatisfeitas com as recompensas da Coroa na “Restauração” narravam em suas memórias a história do casamento de Jerônimo de Albuquerque e de D. Maria do Espírito Santo, filha do grande Cacique Arcoverde. Segundo Cabral de Mello, em fins do século XVIII, os homens que se consideravam nobres eram destituídos de recursos materiais e não possuíam boa educação. Mesmo após a construção destes mitos e memória, esses homens eram considerados “arremedos de nobreza” não podendo ser assimilados “à uma aristocracia de sangue” e não formaram um corpo jurisdicionalmente reconhecido. (MELLO, 2008: 177)

A produção das memórias refletia os mecanismos de valorização de clãs e o estabelecimento de mecanismos de diferenciação social, por intermédio dos discursos de descobridores, “limpeza de sangue e costumes” e na prestação de serviços à Coroa. Consideramos a elaboração desta memória familiar um lócus privilegiado para pensarmos vinculações sociopolíticas e origens de determinados grupos.

Referências Bibliográficas

Cronistas, genealogistas e relatos de viajantes

COSTA, Cláudio Manuel da. Vila Rica. In: PROENÇA FILHO, Domício. **A poesia dos inconfidentes**: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COSTA, Cláudio Manuel da. **Vila Rica**. Poema de Cláudio Manuel da Costa, Árcade Ultramarino, com o nome de Glauceste Saturnio, oferecido ao Ilmo e Exmo Sr. Conde de Bobadela. Ano de 1773.

COELHO, João José Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais**. BOSCHI, Caio César. (org.) (Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio C. Boschi; preparação do texto e notas de Melânia da Silva Aguiar). Belo Horizonte:

Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.

DEUS, Gaspar da Madre de. (1715-1800); TAUNAY, Alfredo d'Escragolle Taunay. **Memórias para a história da Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo e notícias dos annos em que se descobrio o Brazil**. Terceira edição. S. [i.e São] Paulo: Rio [De Janeiro]: Weiszflog Irmãos, 1920. 383 p. (Biblioteca Universitária UFMG – Seção de obras raras – Coleção Luiz Camilo)

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**. Conselho Editorial do Senado Federal, Edições do Senado Federal - Volume 129, Brasília, 2010, 220p.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. (1852-1919) **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Difel, 1904, Vol. V. (V. 01-09, 1903-1905)

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Histórica e genealógica**. Terceira edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de Taunay. Vol. 1 e 2. Livraria Martins Editora: São Paulo, s/d.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. (1714-1777). **História da capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica. (orgs.) **Código Costa Mattoso**. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v (Coleção Mineiriana, Série Obras de referências).

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo**. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Bibliografia

AGUIAR, Melânia Silva de. “Poetas inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 335-355.

ALCIDES, Sérgio. “O lugar não comum e a república das letras”. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV, nº.2, Belo Horizonte: 2008.

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas. 1753-1773. São Paulo: HUCITEC, 2003.

BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a Historiografia sobre São Paulo colonial”. In: **Revista de História** 142-143 (2000), 239-259.

BOSCHI, Caio César (org.). **Coleção Sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria de Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2010.

BOSCHI, Caio César. “Estudo introdutório”. In: COELHO, João José Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais**. BOSCHI, Caio César. (org.) (Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio C. Boschi; preparação do texto e notas de Melânia da Silva Aguiar). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 21-150.

BOSCHI, Caio César. “Um ilustre monçanense na Capitania do Ouro: o intendente e desembargador José João Teixeira Coelho”. In: **Forum. Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho**. Braga, v. 39, p. 41-49, 2006.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”, **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. pp. 155-187. jul.- dez. 2009.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

KANTOR, Iris. “Fundamentos teológicos-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasílica (1724-1759)”. In: **Cultura. Lisboa**, v. 24, p. 181-194, 2007.

KANTOR, Íris. “Indianismo e indigenismo na Academia Brasílica dos Renascidos. Salvador/Bahia (1759)”. In: **Anais de História de Além-Mar. Centro de História de Além-Mar**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Vol. VI, 2005.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)**. 1ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Centro de Estudos Baianos, 2004.

KOBELINSKI, Michel. “A negação e a exaltação dos sertanistas de São Paulo nos discursos dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e Gaspar da Madre de Deus (1756-1774)”. In: **História da historiografia**. Universidade Federal de Ouro Preto. N. 8, abril de 2012, p.49-69.

LIMA, Djalma Expedito de. **A épic de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica**. Dissertação de mestrado. FFLCH, USP, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3ª edição revista. São Paulo, Alameda, 2008.

MONTEIRO, John Manuel. “Vida e Morte do Índio Tibiriçá”. In: PINTO, Zélio Alves (Org.). **Cadernos Paulistas: Histórias e Personagens**. 1ª ed. São Paulo: SENAC, 2002, v.01, p. 140-143.

PAIVA, Adriano Toledo. “**Aranzés da tradição**”: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (PPGHIS-UFMG), Belo Horizonte, 2013.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. “A disputa pela história; traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo”. In: **Varia História**. N.º20. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François (et al). 1ª edição, 3ª reimpressão, 2010.

ROMEIRO, Adriana. “A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba”. In: **Tempo**. Revista do departamento de História da UFF. V. 15, p.167-188, 2010.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**. Ideias, práticas e imaginários políticos no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROMEIRO, Adriana. “Pitangui em chamas - rebeldia e culturas políticas no século XVIII. In: CATÃO, Leandro Penna (org.). **Pitangui colonial. História & memória**. 1ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, p. 27-46.

ROMEIRO, Adriana. “Guerra dos Emboabas: balanço histórico”. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. V. XLV, p. 106-117, 2009.

SILVEIRA, Marco Antônio. “A historiografia da fundação: breves considerações sobre a história da formação das Minas”. In: **Cronos**. N.º 09. Pedro Leopoldo: Faculdades Pedro Leopoldo, 2005.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **Cláudio Manoel da Costa: o letrado dividido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da Lenda Negra à Lenda Áurea”. **História**. N.º.142-143, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello. “O Antigo e o moderno na obra de Cláudio Manuel da Costa”. In: **Revista de História (USP)**, v. 1, 2010, p. 101-114.

TAUNAY, Afonso de E. (org.) “Texto introdutório”. In: TAUNAY, Afonso de E. (org.) **Relatos sertanistas**. Coleção Biblioteca Histórica Paulistana, Livraria Martins Editora: São Paulo, Vol. VII, 1953.

TAUNAY, Afonso de E. “Biografia de Pedro Taques”. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. (1714-1777). **História da capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

VIVEIROS, Diva Teixeira. **O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica**. Dissertação de mestrado. FAFICH, UFMG, 2009.

O furioso mercado - a pulsão humana no mundo pós-moderno: como o pecado da Ira se elevou à categoria de virtude

*Albert Drummond**

Contextualizando a Ira

A etimologia em torno da palavra ira possui muitas variantes, entre elas: *odium* (aversão ou raiva por alguém), *rabia* ou *rabies* (raiva, loucura, fúria, delírio, de uma fonte Indo-Europeia *rabhas*, “ficar furioso”), *cholera*, do grego *kholé*, “bile¹” (cólera) entre outros. Aristóteles (2001) considerava a gentileza uma virtude, uma vez que o homem gentil se encontrava numa posição intermediária entre dois extremos a apatia e a ira. A apatia seria a indiferença para com o outro, já a ira o excesso que culmina numa necessidade (de exteriorização do sentimento) através da violência para com o outro. Sendo a indiferença uma das ramificações ou filha da ira. (como pensava São Tomás de Aquino).

Trazendo os conhecimentos aristotélicos para seu estudo, São Tomás de Aquino (2001) abordaria a ira por outra perspectiva, para ele o pecado da ira enfrentava uma contradição, por um lado toda ira seria viciosa, por outro algumas iras poderiam ser boas. A ira como uma paixão, possui dois lados: um formal e outro material. A ira formal provém dos apetites da alma, neste caso a ira se apresenta como um irremediável desejo de vingança, e sob esse aspecto a ira pode ser boa ou má dependendo do executor. Já a ira material advém de alterações fisiológicas, ou seja, “o calor do sangue perto do coração” (AQUINO, 2001: 96), que seria totalmente negativa já que essa excitação do “coração” impediria o uso da razão que é o principal bem da virtude. No entanto, São Tomás de Aquino entende que a ira sob uma perspectiva racional e

* Historiador e Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹ Tem a ver que o temperamento irascível e briguento era atribuído, na medicina antiga, à preponderância da bile entre os humores do organismo. Pensava-se que o sujeito colérico era assim devido a ter mais bile no sangue. do latim *ira*. (ORIGEM, 2012).

justa poderia ser algo bom e deveria ser combatida quando sentida por uma ótica apaixonada, isto é, sob o calor da paixão.

Pois é claro que, quando alguém pretende uma vingança de acordo com uma devida idem da justiça, isto é um ato virtuoso, por exemplo, quando – de acordo com a ordem jurídica – quer a vingança para corrigir um pecado, e isso é irar-se contra o pecado. [...] E assim para a virtude do homem se requer que o impulso para a justa vingança não só afete a parte racional da alma, mas também a sensitiva e o próprio corpo, e que o próprio corpo seja movido para servir a virtude. [...] Ora, se atentarmos á realidade, diremos que a ira é um movimento do apetite sensitivo e esse movimento pode ser regulado pela razão e enquanto segue o juízo da razão, põe-se a serviço dela para sua pronta execução. E como a condição da natureza humana exige que o apetite sensitivo seja movido pela razão, é necessário afirmar que algumas iras são boas. (AQUINO, 2001: 96-98).

Dentro da doutrina moral católica e durante o período medieval e moderno a ira se tornou um pecado dos heréticos e loucos². A Igreja defendia a ira divina contra os pecados e não contra os pecadores o que justificava a atuação do tribunal do Santo Ofício que utilizava a ira como instrumento de justiça aos que iam contra os propósitos doutrinários da Igreja.

O processo de inversão do pecado da ira à virtude

Ao longo do tempo, a Igreja Católica acumulou uma vasta gama de conhecimentos, opiniões e atuações no que diz respeito à ira: os conceitos deste pecado e do pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja, que, com vistas a proteger suas próprias posições e alianças, reordena e modifica a gravidade do vício da ira.

Em meados do século XX, “novas” correntes ideológicas surgem: a mais forte e a “principal” delas foi o pós-modernismo³, que assumiu o direcionamento a uma nova linha de

² No medievo a loucura foi dividida em diversas categorias, entre elas se encontrava a figura do furioso.

³ Neste texto, utilizo o conceito de Frederic Jameson de pós-modernismo: “um novo estágio do capitalismo ou um capitalismo tardio” (JAMESON, 1985). De forma simplificada, seria a desconstrução dos conceitos ideológicos dominantes durante a Idade Moderna e a valorização do indivíduo e a efetividade da relação entre o indivíduo e o mercado.

pensamento, se responsabilizando pela ressignificação de toda uma milenar acepção desenvolvida pela Igreja durante a história. O pós-modernismo desregulou uma linearidade dentro da moral católica já construída e validada, invertendo seus valores. “As doutrinas éticas pressupunham certa homogeneidade local, em que podiam reescrever exigências institucionais como normas interpessoais e com isso reprimir realidades políticas nas “categorias arcaicas do bem e do mal” [...]” (JAMESON *apud* ANDERSON, 1999: 77). O pós-modernismo trouxe a possibilidade do questionamento e da autonomia, desconstruindo doutrinas enraizadas, desqualificando-as e oferecendo vastas opções, como diz Jencks (2006: 142).

Na Idade Média, o homem desprezava o corpo e cultuava a alma. No período conhecido como a “Pastoral do Medo” (DELUMEAU, 2003), durante a Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, o homem se configurou em dois processos principais: o de desconstrução (do ser, antes definido pela Igreja) e o de racionalização.

O pos-modernismo definiu novos contornos sobre a relação do homem com a religião: se por um lado ele a descarta, apoiando-se nos mecanismos disponíveis do mercado, por outro ele se agarra de forma fundamentalista e enfática aos diversos “novos” deuses. Este homem não precisa mais de um direcionamento sobre seu agir, sua conduta e sua ética já que o próprio mercado o oferece.

No início do século XX, em 1915, Freud resgata a ideia de Aristóteles sobre as paixões humanas (instintivas e pulsionais) e, trabalhando com o conceito de pulsões, desconstrói e desmistifica as ideias de vício e de pecado (ou pecado original) já consolidadas pela Igreja. Para Freud (*apud* Blanco, 2013), pulsão (do alemão *Trieb* que significa *broto*) é uma forma germinativa do querer, que é estimulada pelo ambiente em que vivemos. Todos temos essa força natural e tanto os vícios de Aristóteles quanto os pecados da Igreja nada mais são que pulsões, instintos naturais do ser humano, que os comete quando a sociedade os estimula. As teorias apresentadas têm um ponto em comum: vícios, pecados e pulsões podem ser contidos⁴.

⁴ Para a Igreja, podemos extinguir nossos pecados através das virtudes, uma forma de reciclar, do ruim para o bom.

As compulsões do homem pós-moderno, suas regulações e supressões são a marca registrada do pós-modernismo resultando nos excessos, antes trabalhados pelos gregos, condenados pela Igreja e, agora, validados pela lógica do mercado. O mercado oferece possibilidades de satisfazer os mal-estares dos homens, as pulsões de Freud elucidam a questão do medo⁵ (já que ceder às “paixões” é parte essencial de quem somos) e o mercado nos estimula a isso. O individualismo, tão cultuado pelo pós-modernismo, fez com que aprendêssemos a “honrar” os nossos deveres morais individuais.

Enquanto a Igreja Católica e outras religiões tentam a todo custo um “retorno” de uma moral altruísta, o mercado “descentra” o indivíduo estabelecendo uma “moral sem obrigações nem sanções” segundo as aspirações da massa que se mostra cada vez mais inclinada a um individualismo hedonista democrático” (LIPOVETSKY, Gilles, 2005: 105).

Na sociedade pós-moderna, o conceito de culpa passa a ser considerado obsoleto: para Menninger (*apud* GUINNES, 2006: 18), dentro da teologia pós-modernista, a noção de “mal” deixou de ser pecado para ser crime (definido legalmente), e se tornar doença (definida em categorias psicológicas). Em outros termos, a moral “profana” suplantou as leis morais de salvação eterna, apontando para uma nova perspectiva em que um grande número de sólidas prescrições morais ainda continua envolvendo uma incessante busca pelo prazer.

O pecado da ira se faz presente na sociedade pós-moderna, porém troca por virtuosa seu caráter negativo, e tornaram-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta legalizada e estimulada.

A Ira: um pecado justificável

O vício da Ira talvez seja o mais contraditório, sentir raiva e ódio sempre foi justificável como instinto natural⁶ de quem o detém, a Igreja considerava pecado somente a raiva destinada

⁵ Se antes, nas Idades Média e Moderna, o homem não cometia pecados porque temia o além-túmulo, a partir de Freud (1998) e da ideologia neoliberal, “cometer pecados” se torna parte de quem somos.

⁶ Quando falo de “instinto natural” recorro à significação das pulsões de Freud.

contra Deus, no entanto a Inquisição matou e queimou milhares de pessoas, de forma intolerante, porém legitimada numa visão fundamentalista de bem. Na sociedade pós-moderna a ira pode ser um estímulo a favor da justiça e do bem comum contra aqueles que ameaçam a paz e o bem-estar.

No entanto, cabe compreender que bem é este e a quem se refere à justiça que valida atos de violência. “No ocidente religioso contemporâneo a ira não é considerada um problema assim tão sério. É como se fosse um fenômeno natural, como uma tempestade ou um relâmpago súbito, e talvez seja até bastante respeitada como uma prerrogativa masculina a um privilégio da autoridade.” (THURMAN, 2005: 34).

No pós-modernismo a ideia de ira é descaracterizada e contraditória, se delimita através das leis sobre o que é ou não permitido, uma ética que pode inclusive favorecer quem se mantém no topo da cadeia mercadológica. Nesta sociedade secularizada os indivíduos perdem seus medos dos “infernos” futuros através de uma doutrina de aniquilamento da morte, sentindo-se livres para desafiar a autoridade do Estado e do mercado, quando não é o próprio Estado que estimula a ira.

A violência está intrínseca no homem pós-moderno, o mercado individualiza este homem e sua autonomia subjetiva se manifesta, na maioria dos casos pela desvalorização das autoridades morais externas, àquilo que brota do próprio indivíduo, tornando a ira uma coisa boa, quando justa é claro.

Para que a ira se desenvolva é necessário um foco, uma ameaça, fazendo com que o sujeito sinta-se vítima perseguida e ameaçada pelo outro, que é visto como um inimigo a ser combatido. Segundo Almeida (2010: 20-21) “A noção de justiça acaba por dividir o mundo em dois blocos – o dos amigos e o dos inimigos – e acaba por cultivar percepções maniqueístas das situações.” Os inimigos são aqueles que ameaçam ideais, os amigos são os que enxergam esta mesma ameaça e lutam contra ela. “Para os amigos, tudo de bom. Já os inimigos têm a importante função de servirem como alvo de toda a violência.” (ALMEIDA, 2010: 19). Às vezes elevados ideais podem ser usados como justificativa para o exercício da crueldade. Neste

contexto a *ira* se inverte a condição de virtude dentro do pensamento pós-moderno, uma vez que ela justifica a manutenção do bem comum.

O Comunismo: o inimigo número 1

No Brasil a ira teve grandes momentos principalmente no período da ditadura militar que utilizando da violência justificável combateu a ferro e fogo os “inimigos” do Estado. Dentre todos os males da pós-modernidade o comunismo se destaca como um dos principais alvos tanto do Estado quanto da Igreja, que afim de defender seus ideais construíram um imaginário negativo acerca dos ideais comunistas. Em 1937 Getúlio Vargas não conseguiu o prorrogar seu mandato presidencial: em julho de 1937, o Congresso rejeitou o pedido do governo de prorrogação do estado de guerra. Getúlio se vê acuado e como forma de resguardar seu governo, através das mãos dos militares, institui-se uma das maiores e mais bem elaboradas estratégias políticas da história do Brasil: em 30 de setembro de 1937, (DE ANGELO, 2008), no programa radiofônico *Hora do Brasil*, Góes Monteiro divulgou detalhes do Plano Cohen⁷, que relatavam a preparação de uma insurreição comunista no Brasil como consta no documento “A Ação, de primeiro de outubro de 1937”:

Acrescenta esse documento a necessidade de criar nos meios revolucionários os reflexos para a “violência útil e concreta”. [...] A “violência deve ser planejada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favorável aparentemente ao ideal revolucionário, como também à piedade comum. Isto significa que certos indivíduos, por exemplo, que devam ser eliminados, só pelo fato de serem contrários à nossa revolução, todavia nada favorecem de prático com o seu desaparecimento; outros na aparência não muito contrários, com a sua eliminação oferecem resultados práticos de grande alcance. (CARONE, 1973: 68).

⁷ O Plano Cohen foi um documento de cunho político que apresentava orientações detalhadas sobre supostas ações planejadas por revolucionários comunistas: sequestros, ataques à população e políticas que instaurariam o caos no país. Em 1945, em meio à crise do Estado Novo, o general Góes Monteiro revelou que o Plano Cohen, na verdade, era uma fraude. Havia sido forjado para justificar a permanência de Vargas no poder. O plano foi utilizado pelo governo federal para aterrorizar a população e justificar o golpe de estado de 1937. (DE ANGELO, 2008).

O Plano era específico quanto ao agir. Carone compartilha partes do documento em seu livro:

Nos quartéis e nos navios, a ordem era de eliminação quantitativa daqueles que possuíam alta patente ou possuíam ideários da revolução. Uma das estratégias descritas pelo documento era de conduzir campanhas subversivas sem que os proletários e os estudantes percebessem que estavam servindo ao Partido Comunista. [...] ataques às famílias com saques e depredações seriam feitos simultaneamente, realizando violência pessoal em vários pontos da cidade. Assim, o poderio militar se mostraria ineficiente, gerando uma insatisfação civil. (CARONE, 1976: 369).

Ora, fantástico ou não, foi esse documento e a veracidade dele para a política e para a sociedade que possibilitaram a instauração do Estado Novo. Durante o período de 1930 a 1945 um imaginário político e social foi desenvolvido pelo Estado com o apoio da Igreja, no qual se incluía os ideários comunistas no topo da lista dos males que assolavam o País. Para o Estado, o comunismo representava uma ameaça crescente sobre o governo e para a Igreja, sobre a religião. (CARVALHO, 2003). Centenas de estrangeiros foram conduzidos aos cárceres policiais e compelidos a deixar o Brasil sob acusação de "nocividade", expressão genérica que permitiu uma construção imaginária do "inimigo-político" e deu margem às arbitrariedades. O discurso jurídico legitimava a intolerância ao reafirmar que o estrangeiro representava um "perigo à Nação". O comunismo foi considerado uma ideia "exótica", uma expressão do mal. (RIBEIRO, 2008: 163).

Em 19 de março de 1937 o Papa Pio XI publica a encíclica, *Divini Redemptoris* (IGREJA CATÓLICA, 1965), sobre o comunismo ateu, mostrando uma preocupação crescente em relação à difusão constante dos ideais comunistas.

A Igreja entendia que a liberdade pregada pelos comunistas era uma autorização para o pecado e o despudor moral, e que, assim como era entendido pelos filósofos medievais cristãos, essa liberdade comunista exaltava as paixões, oferecendo no futuro um mundo sem ética ou condutas, um inferno anarquista na terra (AZZI, 2008). Portanto, o comunismo seria a cria do

liberalismo e o principal inimigo da Igreja, e foi com esse pensamento que *O Diário*⁸ combateu ferrenhamente as ideologias comunistas. Num dos artigos publicados em 1942, o jornal afirmava: “A decantada liberdade de pensamento é excelente ambiente para a mais perigosa sementeira, como é a do ateísmo, que solta o homem de todo freio moral, destrói o sentido da autoridade, extermina a família e animaliza o homem”. (COMBATE AO..., *O Diário*. 1942: 7).

Os princípios defendidos pela Igreja encontravam sua inspiração nas mentalidades conservadoras, que prezavam pelos valores morais cristãos e pela ordem da autoridade, com espaço nenhum para outras ideias vindas de fora, sejam liberais, democráticas ou de caráter socialista. Criou-se, então, um imaginário atordoante sobre os comunistas e seus ideais, em grande parte vindo da imprensa e, enquanto o Estado Novo cuidava dessa questão com força, medo e tortura, a Igreja consolidava a mentalidade aterradora sobre esses ideais.

Patto Sá Motta (2002) trabalha com esse imaginário de medo criado em torno das causas comunistas, principalmente na imprensa – segundo Motta (2002) a relação de proximidade com “doença” ou “infiltração” deu origem à um amplo leque de representações do comunismo, dentre elas as que apresentavam o comunismo como algo vindo do exterior. Assim, eles, inimigos externo do país, se infiltrariam na organização social brasileira colocando em risco a integridade (também moral) da nação. *O Diário* faz menção do tipo:

Denominam-se “amigos do povo”, seus libertadores, seus vingadores, os homens capazes de dar-lhes uma vida de paraíso aqui na terra. Suas palavras são eloquentes, o quadro que pintam da opressão em que vive o povo comove. [...] e o povo acredita em tudo [...] mas a realidade das promessas tem sido outra. O paraíso terrestre prometido não passa de um inferno a mais em que o povo é a vítima. (O FERUZES..., *O Diário*. 1940: 4).

Em outro artigo de 1940, *O Diário* mostrou através de alguns dados que a pena de morte talvez fosse a melhor saída para a “praga⁹”. O artigo, com a chamada *Pena de Morte aos Comunistas – como na França se reprimem as atividades vermelhas – numerosas prisões*, descrevia uma diminuição do comunismo nos países europeus que haviam adotado a pena de

⁸ Jornal católico circulante em Belo Horizonte nos períodos de 1935 a 1971.

⁹ Como geralmente *O Diário* se referia ao comunismo.

morte. O jornal não emitia uma opinião enfática mas fazia entender que a “praga” estava sendo extinta e isso era definitivamente uma coisa boa. (PENA DE MORTE..., O Diário. 1940: 4).

O Diário não hesitou em deixar claro sua repulsa pelo comunismo. O que se pode depreender desses dados é que era importante para a imprensa católica dizimar qualquer pensamento advindo dos ideais vermelhos e, para *O Diário*, o “comunismo foi a grande heresia do século XX.

O comunismo assombrou as páginas do *O Diário*, durante parte de sua existência com um foco maior nos anos de 1935 a 1969, contudo artigos e notas em defesa dos valores morais e contra as ideologias comunistas foram encontrados durante todo o período aqui estudado (1935-1970). Segue uma lista com alguns desses títulos: *Alertando as consciências (1942)*; *A Ameaça não é o bolchevismo é o nazi-comunismo (1944)*; *Em face do comunismo (1945)*; *Pela defesa do Brasil contra a invasão comunista (1957)*; *O Corporativismo no Brasil (1961)*; *Que o comunismo seja recuado e desapareça ante a comunidade dos Homens (1965)*; *Revelações sobre o comunismo*¹⁰. Um ideário de ódio foi criado e o pecado da ira se converteu em uma virtude necessária para aqueles que queriam o bem da nação, resguardar os valores morais familiares e defender o governo vigente¹¹.

Conclusão

Durante toda a Idade Média e parte da Moderna a *ira* se solidificou como o pecado dos heréticos e dos loucos, uma vez que tais transgressores intencionam provocar o caos, seja indo contra os ideários católicos, seja contra a ordem social, estimulando a violência em suas mais variadas formas.

¹⁰[...] são ingênuos os que supõem ter desaparecido de entre nós a internacional comunista. No Brasil ainda há comunistas. E agora, com muito mais extensa liberdade de ação. (REVELAÇÕES... O Diário, 1970: 4).

¹¹ Os imaginários dos perigos comunistas perduraram até final da década de 1960, tendo maior destaque com a queda do presidente João Goulart em 1964 que foi acusado de oferecer apoio e/ou estar associado á movimentos comunistas.

A pós-modernidade, dentro de uma lógica de mercado inverteu valores morais antes condenados à virtudes essenciais para a manutenção desses ideários. Na sociedade pós-moderna, a *ira* pode ser um estímulo a favor da justiça e do bem comum, contra quem ameaça a paz e o bem-estar. Portanto, cabe compreender que bem é esse e a quem a justiça que valida atos de violência se refere. No entanto a *ira* se delimita através de leis sobre o que é ou não permitido, uma ética que pode favorecer quem se mantém no topo da cadeia mercadológica.

Desse modo, a pós-modernidade alavancou o papel da ira na sociedade, através da religião e da política – em suas variadas formas – que autoriza a ira “justa” contra a criminalidade e a injustiça. Na sociedade pós-moderna o uso da ira e para a ira é permitido e respeitado, considerando-a em última análise, acima e além de uma total compreensão ou controle no campo da natureza ou de Deus.

Utilizando da imagética construída a cerca do comunismo, este ensaio pretendeu elucidar um pouco como os discursos de ódio, assim como o próprio pecado da ira foram validados e alimentados pela Igreja e pelo Estado, a fim de defenderem seus ideais através das mais variadas formas de violência. Discursos de ódio foram alimentados, construindo um imaginário acerca dos inimigos da sociedade, da fé e da moral. O pecado da ira se faz presente na sociedade pós-moderna, porém troca por virtuosa seu caráter negativo, e tornaram-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta legalizada e estimulada.

Referências Bibliográficas

ALERTANDO as consciências. **O Diário**. Belo Horizonte. 20 fev 1942, p.4.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **Alguém para Odiar. A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2010. p.16-29.

A AMEAÇA não é o bolchevismo é o nazi-comunismo. **O Diário**. Belo Horizonte. 17 fev 1944, p.4.

AQUINO, São Tomás de. **Sobre o Ensino (De Magisto), Os Sete Pecados Capitais**. Trad. e estudos introdutórios. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 63-133.

ARISTÓTELES. **Ética e Nicômaco**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.
AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARONE, Edgar. **A segunda República**. São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1973.

CARONE, Edgar. **A República Nova. (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel. 1976. p. 283-372.

COMBATE AO ateísmo. **O Diário**. Belo Horizonte. 1935, p.7.

DE ANGELO, Vitor Amorim. **Plano Cohen – Uma fraude para manter Vargas no governo**. Disponível em: <<http://migre.me/ixLKn>> Acesso em: 19 mai. 2014.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. São Paulo, vol. I. EDUSC, 2005.

FREUD, Sigmund apud BAUMAN, Zygmunt. **O Mal estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FREUD, Sigmund apud BLANCO, Arturo. S. A Pulsão. **Antroposmoderno**. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/Apulsao.shtml>> Acesso em: 26 de jun 2013.

GUINNESS, Os. **Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral**. Tradução Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

IGREJA CATÓLICA. (1922-1939: Pio XI). **Encíclica Divini Redemptoris: carta encíclica de sua santidade o Papa Pio XI de 1937 sobre o comunismo ateu**. São Paulo: Paulinas. 1965.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernidade e a sociedade de consumo**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: nº12, pp. 16-26, jun 1985.

JAMESON, Eric apud ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. São Paulo: Manole, 2005.

MENNINGUER, Karl apud GUINNESS. **Os Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral**. Trad. Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

NEGROMONTE, Alvaro. Em face do comunismo. **O Diário**. Belo Horizonte. 25 fev 1945, p.4.

ORIGEM da palavra. **Ira**. 23 jul 2012. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/ira/>> Acesso em: 11 ago 2014.

OS FERUZES amigos do povo. **O Diário**. Belo Horizonte. 19 abr 1940, p.4.

PELA DEFESA do Brasil contra a invasão communist. **O Diário**. Belo Horizonte. 1 Jan 1937, p.6.

PENA DE MORTE para os comunistas. **O Diário**. Belo Horizonte. 18 abr 1940, p.4.

PINTO, Pe. Gastão Liberal. Sobre o Comunismo. **O Diário**. Belo Horizonte. 25 jan 1937.

QUE O COMUNISMO seja recuado e desapareça ante a comunidade dos homens. **O Diário**. Vida Catholica. Belo Horizonte. 10 mai 1939, p.5.

REVELAÇÕES sobre o comunismo. **O Diário**. Belo Horizonte. 5 fev 1941, p.4.

RIBEIRO, M. C. dos S. Direito e Autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo. (1937-1945). **Prisma Jurídico**. São Paulo, v.7, p. 163-183, jan./jun. 2008.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva. 2002.

SALAZAR, Oliveira. “O Comunismo é a grande heresia de nossa época” – o terror vermelho continua derramando sangue na Rússia – Absurdos das condenações Bolchevistas – os diplomatas preferem não votar... **O Diário**. Belo Horizonte. 2 fev 1939, p.4.

THURMAN, Robert A. F. **Ira**. Coleção sete pecados capitais. São Paulo: ARX, 2005.

A História da Literatura na elaboração de uma identidade brasileira (1830-1845)

*Alexsandro R. Menez**

Quem é o brasileiro? É quem nasce no Brasil? E o que é o Brasil? É a terra onde vivem os brasileiros. Se continuarmos fazendo isso, jamais conseguiremos sair desse jogo de perguntas e respostas cíclicas. Porém, em pleno século XXI, temos o mesmo questionamento que moveu os homens do XIX. Afinal, o que é ser brasileiro? Ademais, isso me conduz a outro questionamento: por que me insiro nesta identidade brasileira, ao invés de me inserir em tantas outras, como inglês, argentino, italiano, etc.? Por que brasileiro? Reflitamos sobre isso. Segundo Paul Ricoeur há três noções de tempo, o tempo físico – que ele denomina como tempo cósmico –, o tempo psíquico – tempo interno ao homem –, e por ultimo, o que ele denomina como terceiro tempo, ou o tempo histórico. Este último tempo é capaz de interligar os dois outros tempos, o interno e o externo ao homem. Realiza isso através de uma reconfiguração do tempo e pelo uso de instrumentos de pensamento, como o calendário, a ideia de gerações e a noção de rastro (RICOEUR, 1997: 179). E qual a relação disso com a identidade nacional? Praticamente tudo!

Ao longo da História do homem, a percepção que este teve em relação ao tempo histórico não foi sempre a mesma. Além disso, a própria concepção do conceito de história é algo que pode ser historicizado. Em outras palavras, a forma como o homem encara tempo – nesse caso o histórico – e a própria História foi, e não deixará de ser, percebida de diferentes maneiras. Sendo assim, o que possibilitou o surgimento da identidade nacional no Brasil, como em outros países, foi a modificação do conceito de História. Em que está segundo Hans Gumbrecht – citando R. Koselleck – deixa de ser percebida através do modelo cíclico e passa, portanto, a ser vista como algo linear. Ou seja, não retorna ao mesmo ponto de partida, mas sim segue em direção a um destino, completamente, diferente de seu início. Ao mesmo tempo em que a percepção do conceito de História foi modificada, conseqüentemente, o ocorre o mesmo

* Mestrando em História do PPGH da PUCRS. Bolsista financiado pelo CNPq.

com o terceiro tempo, o histórico. Calendário, gerações e rastro passam a ser percebidos de formas diferentes pelo homem. Foram essas modificações na percepção do tempo e da História, iniciadas durante o iluminismo (GUMBRECHT, 1996) e enfatizadas com o romantismo, que deram a base necessária para a constituição das histórias nacionais. E assim, conseqüentemente, a constituição das identidades nacionais, pois é a partir da noção de continuidade entre passado e presente, e expectativa de um futuro, que possibilita ter a minha *identidade*.

A constituição da identidade brasileira tem data de nascimento, ocorreu a partir da década de 1830, após a perda do controle político de Portugal sob os seus domínios no continente americano. A constituição de uma identidade necessita – como já vimos – de um passado para dizer o que *Eu fui* e o que *ainda sou*. Ao mesmo tempo, a constituição de uma identidade necessita mostrar o que *Eu não sou*. Portanto, é também pela alteridade do que *nós somos* em relação ao que *não somos* que a identidade se constitui. No caso brasileiro, ao mesmo tempo em que se procurava dizer o que *Eu fui/sou* também se tentava mostrar o que *Eu não sou*. O elemento utilizado nesse jogo de alteridade foi a antiga metrópole do Brasil, Portugal. Nesse jogo de semelhanças e diferenças, na constituição de uma nacionalidade brasileira, o português serviu como o elemento da alteridade. Algo que foi buscado pelos literatos desse período, além das tentativas de criar um passado para o Brasil, consistiu na criação de um mecanismo de diferenciação entre ambos. A partir disso, se tentou mostrar um *nós* americanos brasileiros sendo essencialmente diferente do *outro*, representado no português europeu.

O caminho utilizado para a constituição da identidade brasileira, e mesmo da criação de uma História para o Brasil, foi à literatura. Isso só foi possível devido ao próprio entendimento que esses homens do século XIX desenvolveram sobre o conceito de literatura. Um exemplo dessa grande capacidade da literatura, como ferramenta criadora de uma história, pode ser vista no entendimento que o literato Santiago Nunes Ribeiro tem deste conceito, fazendo uso da prerrogativa de Schlegel, diz que a “litteratura (diz *Fred. Schlegel*) he a voz da intelligencia humana, o complexo dos symbolos que representam o espirito de huma idade, ou o character de huma nação” (RIBEIRO, 1843: 8). Gonçalves de Magalhães, escrevendo um pouco antes, entende a literatura como sendo, naturalmente, pertencente a um povo.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (MAGALHÃES, 1999: 29).

E continua seu raciocínio dizendo que a literatura é o caráter de um povo – seu espírito – que consegue vencer o tempo e, por isso, chega aos herdeiros dos que já não existem mais. Portanto, a literatura é a herança – espiritual – dos nossos antepassados, seu legado, seu espírito e sua alma (MAGALHÃES, 1999: 29). Temos dois elementos que podem ser discutidos neste ponto: o primeiro é o conceito de literatura em que está é o “caráter de um povo”, sendo assim, temos uma aproximação com o conceito de literatura de Santiago N. Ribeiro, não o conceito “bruto” colocado a partir da posição de Schlegel, mas de um conceito mais “lapidado” de literatura que este literato brasileiro conseguiu desenvolver, quando diz que a “litteratura he a expressão da índole, do character, da intelligencia social de hum povo ou de huma epocha” (RIBEIRO, 1843: 10). Ou seja, é literatura a única capacitada a mostrar o “character específico” de um povo, no entendimento de Santiago N. Ribeiro, ela é a forma onde se expressam as ideias e cultura de um determinado tempo e lugar. Dando voz, novamente, ao conceito de F. Schlegel usado por Santiago N. Ribeiro, “A litteratura (diz *Fred. Schlegel*) he a voz da intelligencia humana, o complexo dos symbolos que representam o espirito de huma idade, ou o character de huma nação” (SANTIAGO, 1843: 8). Portanto, é exatamente neste ponto que o autor delimita a literatura dentro do grande campo das letras. Ou seja, estabelece uma diferença entre a produção literária e as ciências naturais e físicas. Conforme Ribeiro, somente a primeira é capaz de expressar o caráter específico de um povo, já a segunda não é capaz de fazer isso.

Ribeiro cria – sofisticadamente – um conceito de literatura calcado na temporalidade, já que seu posicionamento teórico é muito fundamentado pela escola histórica romântica de Hegel. Aliás, de acordo com o que mencionamos no início deste texto, o que permite o entendimento do conceito de literatura dessa forma, e não de outra, é devido à modificação no conceito de História (GUMBRECHT, 1996), operada no final do século XVIII, e

principalmente através da modificação do tempo histórico (RICOEUR, 1997). Isso permite dizer que “a “literatura” é vista como um *fenômeno universal* cujas manifestações específicas podem ser encontradas em qualquer sociedade de qualquer período” (GUMBRECHT, 1996: 224).

...as diferenças específicas entre essas manifestações do fenômeno “literatura” são compreendidas como sintoma de diversos tipos de totalidade (p. ex., por diferentes fases de desenvolvimento histórico, no contexto de modelos teleológicos, ou por diferenças de caráter nacional) (GUMBRECHT, 1996: 224).

O conceito de literatura de Magalhães não fica atrás do de Ribeiro no uso da temporalidade. Aliás, segundo Valdeí Lopes Araujo aquele autor foi capaz de sobrecarregar o conceito de literatura com as funções, que segundo ele, seriam próprias do conceito de história. Faz isso devido ao fato de não haver um "um conceito de história que pudesse designar esse novo campo de experiência que se abre". Onde o passado passa a ser percebido como um "desenvolvimento progressivo de uma identidade". Portanto, o seu conceito de literatura, "que além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade expressa". O próprio uso do termo de "literatura", ao invés dos tradicionais "letras" ou "belas-letras", é um demonstrativo da historicização desse conceito. Como destaca Araujo, esse novo conceito surge como causa de "um novo campo de experiência histórico, mesmo que ele assuma, provisoriamente, a tarefa de nominar esse próprio campo" (ARAUJO, 2009: 59).

Vendo por esse novo ângulo, Santiago N. Ribeiro não temporalizou o conceito de literatura, mas sim deu continuidade ao que foi feito por G. Magalhães. Já que a literatura para ele, como interpretado por Araujo, seria uma espécie de "capsula da memória", que registraria a atividade espiritual do tempo e o local onde foi produzida. Por conseguinte, essa "capsula" é direcionada para a "posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração". Nesse sentido, Magalhães entendia essa literatura como representação da realidade e, por isso, quanto mais fiel fosse a essa a "literatura estaria próxima de cumprir o seu papel principal, ou seja, guardar a memória de uma geração ou povo destinado inexoravelmente à extinção" (VALDEI, 2009, p.57-8).

A um ponto sobre G. Magalhães que talvez Araujo não tenha percebido. Essa noção de posteridade de um povo, onde percebemos o progresso da história em sua linearidade, também está contido sob as bases da percepção cíclica do tempo. Pois, ao dizer que o papel principal da literatura é guardar a memória de uma geração ou povo, podemos dizer que G. Magalhães entendia que cada povo, ou geração, possuía o seu ciclo de vida. Assim, o tempo passa a ser percebida através de um movimento linear em direção a algo, a continuidade da civilização, permeado pela vida e morte de um povo através dos ciclos. Contudo, estes últimos continuariam a sobreviver através da memória literária, que apreenderia o espírito do tempo e local de sua produção. Os povos não ressurgiriam das cinzas, contudo novos povos poderiam utilizar destas cinzas que estariam armazenadas em uma espécie de limbo histórico. A literatura no entendimento de Magalhães, como destacada por Araujo, tem a capacidade de registrar a identidade de uma nação, que foi construída pela mesma, com isso essa identidade passa a ser um legado imortal. Repetindo, não é nessa imortalidade da nação que percebemos o tempo cíclico de Magalhães. Mas sim no entendimento que aquele tem sobre o ciclo de vida de um povo, ou nação. Portanto, em certa medida, o que S. Nunes Ribeiro fez foi aperfeiçoar o conceito de literatura de G. Magalhães. Pois, para o primeiro, além de ser a expressão de uma determinada época, a literatura, assim como as ciências, obedece a “a divina lei do progresso humanitário” (RIBEIRO, 1843: 7).

É exatamente neste ponto de temporalização da literatura que se insere o segundo elemento a ser discutido neste trabalho. Segundo Magalhães,

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade (1999: 29).

Magalhães entende a literatura como sendo o resquício – ou o traço, marca, pegada – que foi deixado por um povo que já deixou de existir. Dessa forma, é através desse rastro, deixado pela literatura, que os homens que já morreram podem falar com os seus sucessores. Como

coloca o autor, a literatura seria “o único representante” do caráter desse povo que já não existe mais. E assim,

...sua voz como um eco imortal repercute por toda a repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da Terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi (1999: 29).

Gonçalves de Magalhães lida com duas noções temporais, que fazem parte do terceiro tempo de Paul Ricoeur. O primeiro é a noção de rastro histórico, já o segundo é a noção de sequências de gerações. Nesta segunda noção, o esteio – a base – astronômico cede lugar ao esteio biológico. Há também a questão sociológica na relação *anônima* entre as gerações, onde “a idéia de seqüência de gerações proporciona a base sobre a qual repousa essa relação anônima de indivíduos, tomada em sua dimensão temporal”. A continuidade histórica está subtendida nesse conceito de geração à história efetiva (RICOEUR, 1997: 187-8). Há dois sentidos para a palavra rastro, a primeira como uma marca (um vestígio) de uma presença; e a segunda como uma ideia de alguém ter passado em um local e ter *deixado* as suas pegadas. “Por um lado, o rastro é visível aqui e agora, como vestígio, como marca. Por outro lado, há rastro porque *antes* um animal passou por aí; uma coisa agiu” (RICOEUR, 1997: 200). Magalhães faz uso do primeiro sentido de rastro, como uma marca de uma presença. Como coloca o autor, a literatura seria “o único representante” do caráter desse povo que já não existe mais. Entendido dessa maneira, a literatura presentifica uma ausência, o espírito de um povo, ou identidade.

Após essa reflexão, é necessário agora que busquemos os elementos que caracterizaram esta identidade brasileira, o que foi usado para mostrar a sua peculiaridade como povo em sua alteridade para com o português.

A primeira menção à existência de uma literatura brasileira, apesar de seu atrelamento a literatura portuguesa, foi feita por Friedrich Bouterwek (BOUTERWEK, 1968) em 1805. Neste pequeno fragmento, Bouterwek menciona dois escritores brasileiros, Antônio José, o Judeu

(BOUTERWEK, 1968: 32-6) e Cláudio Manoel da Costa (BOUTERWEK, 1968: 37-40). Por outro lado, a primeira interpretação da literatura brasileira, já separada da portuguesa, ocorreu somente com Ferdinand Denis (DENIS, 1978) em 1826. Este estudioso francês foi o primeiro a propor alguns elementos que poderiam ser usados na constituição de uma literatura própria brasileira separada da portuguesa. De fato, o que Denis fez em sua obra não foi uma história da literatura brasileira, apesar de citar uma razoável quantidade de escritores. O que ele realmente tentou fazer foi, a partir de elementos do “passado” literários dos portugueses americanos, projetar um futuro para a aquela literatura.

Em seu texto, Denis mostrou que os impérios ibéricos proibiam as suas colônias de desenvolver letras próprias. Tudo isso muda, pelo menos no caso do Brasil, com a chegada da corte portuguesa no solo americano, em 1808. Todavia, os brasileiros, já como um império independente, ainda tomavam de empréstimo a literatura portuguesa. Assim, o Brasil já havia sentido a necessidade de se diferenciar, no campo das letras de Portugal. Além do mais, como enfatizado por Denis, essa diferenciação deve ser feita através do uso de modelos, e temáticas, diferentes dos europeus. O clássico não é compatível com o clima e a natureza americana. A América, favorecida pela natureza, deve procurar ter um pensamento próprio. E, por isso Denis salienta, é nos antigos americanos – aborígenes – que se pode encontrar o elemento diferencial – peculiar – da América. O pensamento próprio deve ser buscado nos primitivos, e não nos seus destruidores europeus (DENIS, 1978: 35-7). “Estudados que sejam os leves vestígios remanescentes de três séculos de destruição, aí se acharão todos os pensamentos primitivos que excitam fortemente a imaginação” (DENIS, 1978: 37). A literatura americana, e no caso brasileiro como propõe Denis, deve buscar por modelo a cor local, ou seja, os indígenas. E não nos europeus, os destruidores da antiga singularidade americana. O português Almeida Garrett (GARRETT, 1998) não propõe uma temática, como fez o francês, mas fala sobre a necessidade dos escritores brasileiros aproveitarem mais a sua natureza local e, assim, abandonarem os clássicos:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da

natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades (GARRETT, 1998: 56-7).

Essa adesão sugestiva de Ferdinand Denis, indicando o uso dos índios para mostrar a cor local, de fato ocorreu, posteriormente, entre alguns literatos brasileiros, mas com algumas ressalvas. Além disso, nem todos aderiram a essas premissas como iremos mostrar. Magalhães apoiou o uso dos índios como tema, porém com algumas diferenças em relação à posição do literato francês. O primeiro defendeu que os índios foram, e ainda o são, poetas que existiram no Brasil.

Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música, e da poesia se avantajavam. Entre todas, os tamoios, que mais perto das costas habitavam, eram também os mais talentosos; em suas festas, e por ocasião de combates, inspirados pelas cenas, que os torneavam, guerreiros hinos improvisavam, com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes, ou cantavam em coros alternados de música, e dança hinos herdados dos seus maiores (MAGALHÃES, 1999: 37-8).

Interpretação semelhante pode ser encontrada em Joaquim Norberto. Provavelmente devido à influência de Gonçalves de Magalhães, este entende que os primeiros brasileiros foram os indígenas. Quando diz que “As encantadoras cenas, que em quadros portentosos oferece a natureza por todos os sítios de nossa pátria, os inspirava, e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas” (SILVA, 1998: 102). Entretanto, a diferença entre estas duas posições em comparação a colocada por Denis consiste no fato do índio, que é visto como modelo, não residir no presente e, ou mesmo, no passado do Brasil. Mas como um tempo mítico, um tempo que vem antes do tempo calendário. Esse tempo é a sombra do tempo mítico (uma

denominação grosseira e abrangente). Este nos leva para um período anterior à ruptura entre a história e a epopeia, em que abarca a totalidade do mundo e da experiência humana (RICOEUR, 1997: 180-1).

É um não-tempo, a História antes da própria História isso fica evidente com o que Joaquim Norberto diz sobre o fim deste “tempo” dos poetas indígenas. Segundo ele, com a chegada dos portugueses essa poesia natural dos habitantes desta terra foi esquecida, pois os novos brasileiros, filhos dos conquistadores portugueses, passaram a imitar os gregos e romanos (SILVA, 1998: 102-3). Esta pré-história brasileira chega ao fim com a chegada dos portugueses e, assim, tem início a História do Brasil. Todavia, como já mencionamos antes, a utilização do índio, mesmo em um tempo mítico, não se constitui em um consenso entre os literatos brasileiro. Varnhagen é um exemplo desse tipo de postura, ao afirmar que

A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. [...] O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nosso país. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nosso antepassados só para os devorar? (VARNHAGEN, 1998: 236).

Apesar disso, Varnhagen não nega que os índios foram poetas, como defende G. Magalhães e J. Norberto, mas o seu índio somente entra na conta da literatura brasileira ao ter contato com a civilização, os jesuítas europeus. No Brasil não houve poetas, portanto, foi necessário esperar o desenvolvimento da civilização para o surgimento destes (VARNHAGEN, 1998: 231). Todavia, Varnhagen destaca os poetas cantores índios, que segundo ele:

Os indígenas tinham um gênero de poesia, que lhes servia para o canto: os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmo músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos: improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos mesmos motes. (VARNHAGEN, 1998: 231).

Eles também eram grandes oradores, aproveitando-se dessa qualidade, os jesuítas “começaram logo a ensina a cantar aos pequenos catecúmenos filhos da terra, e, mais tarde, compunham até comédias, ou *autos sacros*, para eles representarem” (VARNHAGEN, 1998: 231). Surgia, nesse meio, os primeiros impulsos para a poesia e o teatro no Brasil. Encontramos uma posição semelhante a esta em Santiago N. Ribeiro a respeito da influência religiosa – civilizadora – no surgimento da literatura brasileira. “O certo he que a influencia civilisadora da religião continuou a presidir a todos os progressos que o espirito de sociabilidade fazia” (RIBEIRO, 1843: 19).

Chegamos ao fim desta – curta – reflexão sobre a identidade brasileira, apesar de não termos chegado a uma conclusão definitiva, se é que isso seja realmente necessário. Creio que encontramos alguns interessantes apontamentos para esta busca. Em primeiro lugar, a modificação do conceito de História e da noção de tempo histórico tem, portanto, relação direta com o surgimento das identidades nacionais. Em segundo lugar, o próprio conceito de literatura empregado pelos literatos brasileiros, na constituição de sua identidade nacional, esta relacionado com estas modificações ocorridas com a percepção da temporalidade. Em terceiro lugar, é o fato de a constituição da identidade brasileira, pelo menos em seu ponto de partida, não ter sido algo plenamente consensual. Aliás, a mesma vai muito além do uso, ou não, do índio como parte, ou não, da literatura e história brasileira. Ou seja, a discussão dos elementos que caracterizam a identidade brasileira, utilizados pelos literatos do dezenove, vai muito mais além do que este presente texto apresentou.

E por fim, utilizando novamente Valdei Araújo como referência, foi possível constatar que esse novo conceito de literatura, por conseguinte, necessitava de um novo conceito de história. Já que não havia a existência deste foi necessário que Magalhães desenvolve-se uma

"meta-literatura". Isso foi necessário, porque o seu conceito de história, ainda, permanece "amarrado aos lugares comuns da histórica como gênero retórico". Como, quando diz que estudamos a história para tirar lições úteis para o presente, não para conhecer o passado (ARAUJO, 2009: 59). Ainda no entender daquele de Araujo, a escrita da história brasileira, digo eu se é que existisse algo assim, ainda estava atrelada as noções antigas da mesma. Por isso, "Magalhães sabia que a sua História da Literatura precisaria ampliar muito o campo de objetos tradicionalmente tratados pela história".

Aberto um campo de objetos típicos de uma compreensão moderna de história, faltava fazer coincidir com ele a dimensão da escrita "histórica". Mas, diferentemente do termo "literatura", que tinha a vantagem de ter atravessado os séculos como que sub-utilizado, o termo "história" tinha atrás de si todo um campo semântico sobrecarregado de prescrições e normas retóricas (ARAUJO, 2009: 59).

Em suma, esse novo conceito de literatura que, segundo Araujo, lança a sua imagem tanto no passado como no futuro. "está lado a lado com novos conceitos que igualmente passaram por um processo de historicização". Como afirma o autor, a experiência do tempo rompe com os elementos, até então predominantemente, cíclicos e passa, por conseguinte, a "apontar para um desenvolver linear e progressivo" do tempo. Consequentemente, essa nova experiência do tempo necessita de novos conceitos, ou seja, "requer um arsenal epistemológico fundado em categorias como sentido, expressão, compreensão e individualidade". A forma narrativa, com um começo, meio e fim, surge então como a melhor alternativa para esse novo conceito de literatura "como expressão de uma unidade individual chamada nação" (ARAUJO, 2009: 61). Por outro lado, essa narrativa não foi empregada pela história, vista aqui como área de conhecimento humano, mas sim pela História da Literatura. A única capacitada, naquele momento, de elaborar uma identidade brasileira e, assim, dotar àquela nova nação com uma história própria.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história do Brasil: rupturas e discontinuidades (1830-1840). **Saeculum** - Revista de História [20]; João Pessoa, jan./jun. 2009.

BOUTERWEK, Friedrich. História da poesia e eloquência portuguesa. In: CESAR, Guilhermino. **Bouterwek** – os brasileiros na Geschichte der Poesie und Beredsamkeit. Porto Alegre: Lima, 1968.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**. In: Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1978.

GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade *desaparecida*? In: . OLINTO, Heidrun Krieger (org.). **Histórias de literatura**: as novas teorias alemãs. São Paulo: editora Ática, 1996.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Caderno do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Litteratura Brasileira. In: **Minerva Brasiliense**, Jornal de Ciências, Letras e Artes, v.1, n.1, nov. 1843.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: **Tempo e Narrativa**. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Vilela-Petit. Campinas: Papyrus, 1997.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Florilégio da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

A arte de escrever história: análise de experimentos de historiografia literária

*Aline de Almeida Moura**

A motivação para pesquisar sobre historiografia literária se relaciona intimamente com a minha trajetória acadêmica, como graduada em Letras e em História, cujos questionamentos são importantes na investigação ao qual me proponho. A seguinte citação de Nietzsche tem sido um *leitmotiv* para as indagações que enfrento:

A nós filósofos, não nos é dado distinguir entre corpo e alma, como faz o povo, e menos ainda diferenciar alma de espírito. Não somos batráquios pensantes, não somos aparelhos de objetivar e de registrar, de entranhas congeladas – temos de continuamente parir nossos pensamentos em meio a nossa dor, dando-lhes maternalmente todo o sangue, coração, fogo, prazer, paixão, tormento, consciência, destino e fatalidade que há em nós (NIETZSCHE, 2012: 12).

Nietzsche ilumina uma questão sempre presente nos meus estudos: por que quando eu estudei História enquanto disciplina e ciência, não conseguia ver a alma, a vida que pulsava nos diversos contextos culturais e temporais com que lidei durante a graduação? Ao historiador, muitas vezes, fora reservado esse papel de “aparelho de objetivar e de registrar, de entranhas congeladas”, papel que questionava quando era aluna.

Ao me aproximar da historiografia literária, percebi que os seus pressupostos sustentadores ainda eram aqueles construídos no século XIX, pressupostos defasados em relação ao pensamento teórico corrente tanto na História quanto nos Estudos Literários. Esse se torna um dos motivos para que esse campo de estudo tenha sido praticamente abandonado, como é possível notar em títulos como: “Shall We Continue to Write Histories of Literature?” (2008) e “History of Literature, Fragment of a Vanished Totality?” (1985), de H. U. Gumbrecht; *Is*

* Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e bolsista da CAPES.

¹ “Vamos continuar a escrever histórias de literatura?” (tradução livre, como todas as subsequentes).

² “História de literatura, fragmento de uma totalidade desaparecida?”

*literary History Possible?*³ (1992), de D. Perkins, “História literária: um gênero em crise”, de Paulo Franchetti (2002); e o texto manifesto dessa crise, *A história da literatura como provocação à teoria literária* (1967), de H. R. Jauss. Mais que uma crise, a disciplina teve a sua função e a sua validade completamente questionados.

O interesse pela historiografia também surge no questionamento sobre como se produz conhecimento, partindo do interesse crescente sobre a narratividade e a linguagem utilizadas para legá-lo. Como demonstra a teórica argentina Verónica Tozzi (2009), a partir dos anos 1970, substitui-se a noção de explicação como conceito epistemológico fundamental para a ideia de narração: “las preguntas a cómo la historia debe conducirse para llegar a ser científica deben reemplazar en favor de investigaciones concretas de por qué los historiadores en un contexto determinado, prefieren una interpretación a otra⁴” (TOZZI, 2009: 21). Ou seja, questiona-se o realismo do conhecimento histórico, que passa a ser entendido como um discurso, uma narração das realidades passadas. Assim sendo, Roger Chartier afirma que os historiadores “perderam muito de sua ingenuidade e de sua ilusão. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como saber específico” (CHARTIER, 2002: 17), ratificando a necessidade de se pensar na escrita de história (literária).

Partindo desse cenário, elegi três experimentos que estão atentos para esses questionamentos. São eles: *A New Literary History of America*⁵ (2009), organizado por Greil Marcus e Sollors Werner; *A New History of German Literature*⁶ (2004), editado por David Welberry; e *A New History of French Literature*⁷ (1989), editado por Denis Hollier, que têm como um de seus objetivos em comum capturar e encantar também o leitor não especializado, aquele que se interessa pela literatura através do prazer, da curiosidade, da informação e do entretenimento. Para tal, modificaram a sua forma de organização escrita em prol de uma produção teórica mais

³ *É história literária possível?*

⁴ “as perguntas de como a história deve conduzir-se para chegar a ser científica devem ser recolocadas em favor de investigações concretas de por que os historiadores em um contexto determinado, preferem uma interpretação a outra”.

⁵ *A nova história literária da América.*

⁶ *A nova história da literatura alemã.*

⁷ *A nova história da literatura francesa.*

acessível e mais interessante. Outro ponto de contato: esses três experimentos possuem um caráter coletivo na sua elaboração, reunindo diversos ensaios de variados pesquisadores das mais diferentes áreas em torno de temas interessantes tanto para o sistema literário quanto para a produção cultural em geral. Nesse sentido, segundo a definição de David Perkins, ambos os textos se enquadram no que o teórico chama de “enciclopédia pós-moderna”, que se opõe à tradicional forma de escrita épico-narrativa. Ressalta-se, contudo, que “they are not opposites, since narrative is a way of combining events, while encyclopedic is a way of arranging essays to make a larger work”⁸ (PERKINS, 1992: 53). Ou seja, essa dicotomia proposta por Perkins – entre forma narrativa e forma enciclopédica – apresenta duas alternativas para se lidar com a construção do conhecimento histórico, embora uma não exclua a outra, principalmente ao analisarmos esses três experimentos e percebermos que muitos dos ensaios reunidos possuem essa marca narrativa.

Nesse sentido, é importante assinalar a existência de uma historiografia literária tradicional, baseada em proposições teóricas, analíticas e metodológicas datadas do século XIX e que é a forma amplamente conhecida de organização em gêneros literários e/ou análise de autores canônicos. E, em contraponto, a emergência de historiografias literárias alternativas que tentam responder à crise pela qual a disciplina vinha passando. Além do aspecto literário, ao se pensar na história literária, é importante refletir na escrita utilizada para se construir o conhecimento. Para fins didáticos, citamos a contraposição feita por David Perkins em seu livro *Is Literary History Possible* (1992) sobre dois modelos básicos de historiografia literária: o modelo narrativo e a enciclopédia pós-moderna. Segundo o autor, “all most important literary histories in the nineteenth were narratives, and they traced the phases or sometimes the birth and/or death of a suprapersonal entity”⁹ (PERKINS, 1992: 2). Nesse sentido, a historiografia literária pode ser uma narrativa porque tenta “descrever – e com freqüência descreve – a transição, através do tempo, de um estado de coisas a outro diferente, e um narrador conta essa mudança” (PERKINS, 1992: 1). Ou seja, a narração na historiografia literária se assemelha

⁸ “elas não são opostas, uma vez que a narrativa é uma forma de combinar eventos, enquanto a enciclopédia é uma forma de organizar ensaios para fazer um trabalho maior”.

⁹ “todas as mais importantes histórias literárias no novecentos eram narrativas, a elas traçavam as fases ou, às vezes, o nascimento e/ou morte de uma entidade suprapessoal”

bastante ao modelo narrativo tradicional existente nos textos literários, em que um narrador mostra o desenvolvimento de determinado herói e de suas ações de forma sequencial até chegar o momento atual/ final, entendido como seu ápice, na perspectiva da linearidade temporal. Tal como na narrativa literária, a narrativa da historiografia literária ressalta as mudanças ocorridas em relação à figura do herói, os desafios a serem superados, mostrando como ele chega ao final de seu processo evolutivo. No caso da historiografia literária, esse herói “não pode ser uma pessoa – só um indivíduo social ou um assunto ideal podem protagonizá-la” (p. 3). Nessa perspectiva evolutiva, há uma relação de causa e efeito ou premissa de consequência (p. 3), fundada no pressuposto que essa organização épico-linear proverá sentido ao passado literário e à relação tida como fundamental entre texto e contexto. É através dessa sequencialidade que o passado literário se tornaria cognoscível e que se daria a consolidação de determinados contextos via matriz cultural. Assim, a produção na historiografia literária do século XIX se expressa pela confiança na sua configuração enquanto narrativa (p. 2), ressaltada na convicção de que apenas a escrita e a organização nesse modelo poderão fornecer um conhecimento confiável sobre o passado literário, sem questionar se, de fato, ele é um instrumento eficaz na construção desse conhecimento, ou se existem outras alternativas.

Analisando a escrita na forma narrativa, segundo a proposição de alguns teóricos, Perkins aponta que:

Hayden White mostra que a forma narrativa confere idealidade e significação moral aos eventos que inter-relaciona e desse modo nos dá a certeza de que não vivemos em um mundo sem sentido. Nietzsche afirma que temos a arte para não sucumbir à verdade, e talvez tenhamos histórias pela mesma razão. Donald Spence, refletindo sobre a psicanálise, conclui que não é possível obter a verdade histórica, isto é, recuperar através da análise eventos traumáticos reprimidos no passado e que, para resultados terapêuticos, a verdade narrativa – a continuidade, fechamento e plausibilidade de uma boa história – deve ser o que interessa (PERKINS, 1999: 7-8).

Na argumentação de Perkins, através da narração mostra-se uma representação incompleta do passado, mas que paradoxalmente parece coerente, mesmo que de forma artificial e através de omissões, visando a dar credibilidade à história como representação do passado (literário). Pelo seu uso, organiza-se o nosso entendimento sobre as realidades,

propiciando um lapso que seja de inteligibilidade, para não sucumbirmos ao caos que é a experiência.

Quando a atmosfera de confiança no modelo narrativista e no historicismo como modo de entender o conhecimento histórico começam a se esvaír, ou seja, alguns dos pilares da historiografia literária começam a ruir, ocorre a tão discutida crise pelo qual esse campo passou – além de outros fatores ligados à teoria literária. Remo Ceserani faz uma importante sistematização sobre “la lunga crisi della storia letteraria”¹⁰. Primeiramente, ele cita as críticas sobre a literatura ser vista como um universo em si mesmo, sem necessidade de contrapô-la com um contexto mais amplo. Mas, com as críticas feitas ao historicismo, a uma concepção linear do tempo, às mudanças na estruturação da narrativa ficcional, a conscientização de que a historiografia literária demonstra seus argumentos através do texto, sendo esse um dos fatores principais para que determinado conhecimento seja construído, todos esses fatores influenciaram para uma revisão do modelo épico-narrativo, surgindo o modelo enciclopédico.

O modelo enciclopédico se caracteriza por ser uma combinação de ensaios para fazer uma obra maior, sendo que “the essays may include narrative along with exposition and logical argument”¹¹ (p. 53). O livro organizado no modelo enciclopédico é essencialmente “a series of separate essays on separate authors or works, arranged in chronological order”¹² (p. 53). David Perkins afirma que o modelo enciclopédico era usado de forma ingênua, sem a devida reflexão sobre seus problemas e/ou vantagens (p. 53).

O autor enfatiza que esse modelo é livre, no sentido de que o escritor pode escrever a informação que quiser ou o tipo de análise mais conveniente para averiguar o problema a que ele se propõe. Assim, podem misturar biografia, bibliografia, história intelectual, história social, informações sobre a recepção de obras e críticas. Pode se mover de uma perspectiva para outra facilmente, tarefa de difícil realização na escrita narrativa. Contudo, a grande vantagem do modelo enciclopédico é “its conspicuous difference from our notion of reality”¹³ (p. 54). Assim, quando nós lemos uma história no modelo narrativo, temos a impressão de que as coisas estão

¹⁰ “a longa crise da história literária”

¹¹ “os ensaios podem incluir narrativas junto com exposição e argumento lógico”

¹² “uma série de ensaios separados sobre autores ou obras separados, dispostos em ordem cronológica”

¹³ “sua evidente diferença de nossa noção de realidade”.

sendo narradas tais como aconteceram. Enquanto no modelo enciclopédico, devido a sua liberdade e variação, essa impressão não se concretiza. Na verdade, “it distorts the past as it presents it, but that the past is distorted is, in encyclopedic form, blatant, even if we do not have in mind an alternative form that past might be given”¹⁴ (p. 55). Dessa forma, é o leitor que irá fazer as conexões necessárias para conseguir criar uma imagem do passado.

A configuração enciclopédica, ao se caracterizar por essa abertura, geralmente é escrita por um comitê, em que vários colaboradores sobrepujam múltiplas e heterogêneas visões sobre o passado, de hipóteses para um mesmo evento, de morais que podem ser desenhadas por eles. Esse é o modelo adequado a uma perspectiva pós-moderna sobre a história, mas que não é necessariamente nova, tendo mesmo sido utilizada no século XIX (p. 55). Acredito que a sua própria configuração permite uma abertura maior, tanto para a leitura, quanto para as possíveis conexões que o leitor pode fazer entre os ensaios. Além disso, o modelo enciclopédico comporta uma visão mais complexa sobre a temporalidade, pois não se fecha apenas em uma concepção linear e progressivista.

Ressalta-se que o debate sobre a configuração escritural de um texto histórico, privilegiando um modelo a outro, não se restringe à questão de estilo. Uma determinada forma de escrita é escolhida em comparação a outra em função da convicção quanto ao modo adequado de construir o conhecimento histórico. Michel de Certeau em “A operação histórica” no livro *História: novos problemas* (1988) demonstra como a produção de conhecimento na disciplina História compreende o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Assim, a escrita, mesmo não sendo a única tarefa do historiador, também é parte relevante e, por isso, deve ser considerada.

Muitas são as questões que emergem quando se fala sobre a construção do conhecimento histórico. Percebe-se, contudo, uma discussão densa (e tensa), que envolve tanto questões de função da História na contemporaneidade, quanto a validade de seu conhecimento. De qualquer forma, a consciência que a historicidade também age na História não deve paralisar o

¹⁴ “ele distorce passado assim que o apresenta, mas aquele passado é distorcido, na forma enciclopédica, grosseiramente, mesmo se nós não tenhamos em mente uma forma alternativa de passado a ser dado”

conhecimento, mas apontar que mudanças são possíveis e até mesmo necessárias, por vezes. Como afirma Carlo Ginzburg,

no século XIX, o entusiasmo pelos progressos científicos e tecnológicos se traduzira numa imagem do conhecimento (inclusive o historiográfico) baseado no espelhamento passivo da realidade. No século XX, pelo contrário, um entusiasmo análogo sublinhou os elementos ativos, construtivos do conhecimento (GINZBURG, 2002: 44).

O século XXI pode ser caracterizado pelas dúvidas acerca da produção do conhecimento, justamente pela insuficiência dessas duas concepções anteriores, pois se o positivismo não é mais válido como norteador, o construtivismo foi radicalizado dificultando em alguns a crença na possibilidade de conhecer a realidade de forma eficaz.

No caso específico da historiografia literária, os debates se centram fundamentalmente em duas chaves. A primeira é a forma adequada, ou pelo menos mais coerente, de se construir conhecimento sobre o passado literário. E a segunda é saber exatamente a que passado literário se refere quando tratamos desse campo. Tanto *A New Literary History of America* (2009), quanto *A New History of German Literature* (2004) e *A New History of French Literature* (1989) anseiam por “produce an effect of heterogeneity and to disrupt the traditional orderliness of most histories of literature”¹⁵ (HOLLIER, 1989: xix), por “preserve the quality of ‘encounter’ that characterizes the most exhilarating experience of reading”¹⁶ (WELLBERY, 2004: xvii), por “remind the reader of what is most familiar and to raise the specter of what remains out of sight – forgotten, suppressed, or biding its time”¹⁷ (MARCUS & SOLLORS, 2009: xxvii). Deste modo, as pequenas anedotas e ensaios que os compõem podem tornar-se uma atividade de encantamento e informação, ao mesmo tempo.

O experimento francês foi editado por Denis Hollier, que preside o Departamento de Francês na Universidade de Yale. Os maiores interesses do editor são a literatura do século XX, questões de narração e mídia, literatura e política, as vanguardas e teorias de história literária,

¹⁵ “produzir um efeito de heterogeneidade e interromper o tradicional ordenamento da maioria das histórias de literatura”

¹⁶ “preservar a qualidade de ‘encontro’ que caracteriza as mais excitantes experiências de leitura”

¹⁷ “lembrar ao leitor o que é mais familiar e levantar o espectro do que fica fora de vista – esquecido, suprimido, ou oferecido em seu tempo”

tendo publicado também livros sobre Sartre e Bataille. Em *A New History of French Literature*, ele colabora nos artigos “1968, May: ‘Actions, No! Words, Yes!’”¹⁸ e “1989: How Can One Be French?”¹⁹. No volume, além de seus artigos, entre muitos outros, há colaborações da historiadora Natalie Zemon Davis, da professora de literatura francesa da faculdade da Califórnia Ann Smock, do professor emérito de literatura francesa Terence Cave, do professor de francês e italiano da Universidade Estadual de Louisiana Alexandre Leupin. O interesse em convidar esses diversos colaboradores, afirma o organizador, surge da vontade de oferecer práticas de “encounters with the major methodological and ideological position’s in today literary history”²⁰ (HOLLIER, 1989: xx). No caso, não há uma tentativa de prover uma visão homogênea integrada da historiografia literária, mesmo porque a cada um dos colaboradores é garantida o direito de preservar sua própria perspectiva em relação aos fatos do passado literário considerados relevantes em seus modos de análise. E essa abertura possibilita ao leitor ter diversos encontros com escritores de maior influência no espaço cultural francês, admitindo autores de outros contextos assim como diferentes produtos artísticos. Ressalta-se que um mesmo autor pode ser visto e analisado por diversos ângulos ao longo do livro. Por exemplo, o canônico Charles Baudelaire aparece como o autor de *Les fleurs du mal* e como tradutor das obras de Edgar A. Poe – autor norte-americana, mas que aparece na historiografia francesa devido a sua importância naquele contexto. Ou seja, não só a articulação dos tópicos temáticos escolhidos aponta para a descontinuidade, mas essa é uma visão adotada também em relação à construção de análises sobre obras e autores.

Em *A New History of German Literature*, também foi solicitado a cada contribuinte preservar os seus modelos metodológicos de preferência por acreditar que obras literárias refletem de uma forma particular em diferentes indivíduos (WELLBERY, 2004: xxiii). Da mesma forma que na historiografia de literatura francesa, o volume alemão também recebe a contribuição de diversos autores das mais diferentes áreas, como, por exemplo, do teórico Hans U. Gumbrecht, dos professores brasileiros Luciana Villas Bôas e Luiz Costa Lima, do professor de literatura comparada da Universidade de Columbia Andreas Huysen. O seu editor é o

¹⁸ “Maio de 1968: ‘Ações, não! Palavras, sim!’”

¹⁹ “1989: Como alguém pode ser francês?”

²⁰ “encontros com as principais posições metodológicas e ideológicas da história literária de hoje”

professor da Universidade de Chicago David Wellbery, especialista em Estudos Germânicos e Literatura Comparada. Ele colaborou com dois artigos: “1831, July 21: Faust and the Dialectic of Modernity”²¹ e “1853: Aesthetic Salvation”²².

O mais recente dos experimentos analisados é *A New Literary History of America* (2009), organizado em colaboração do crítico cultural e colunista da revista *Rolling Stones* Greil Marcus e do professor de Literatura da Universidade de Harvard, Werner Sollors, autores também de ensaios presentes nessa historiografia. Dos três experimentos, esse é o mais ousado no que concerne os diferentes objetos de análise, primando pela expansão do entendimento de literário ao incluir obras de artistas plásticos e mesmo eventos naturais catastróficos. Também primando pela heterogeneidade, há cerca de 200 ensaios sobre os mais variados temas, centrando-se em “tudo o que foi produzido na, para ou por causa da América”. Nesse sentido, aos colaboradores foi dada a possibilidade de articular

their own arguments, their own points of view, their own embraces and dissents: to surprise not only their editors, or their readers, but themselves. The essays map their own territory and stake out their own ground, generating unexpected threads of information and startling claims that move the story on²³ (MARCUS; SOLLORS, 2009: xxiv).

Assim, há ensaios de historiadores como Richard Smith, Joyce Chaplin e Jonh Diggins; de autores como Steve Erickson e James Miller, entre outros. Nota-se que não existe uma predileção apenas por acadêmicos e/ou especialistas, mas a escolha dos ensaístas corresponde ao intuito de oferecer experiências prazerosas tanto para os leitores quanto, neste caso, para os próprios articulistas. Greil Marcus colaborou no ensaio “2003: Richard Powers, *The Time of*

²¹ “21 de julho de 1831: Fausto e a dialética da modernidade”

²² “1853: Salvação estática”

²³ seus próprios argumentos, seus próprios pontos de vista, suas próprias convergências e divergências: para surpreender não apenas seus editores, ou seus leitores, mas eles mesmos. Os ensaios mapeiam seu próprio território e inspecionam sua própria base, gerando inesperadas correntes de informação e afirmações engenhosas que fazem a história seguir em frente.

*Our Singing*²⁴ e Werner Sollors escreveu “1693–94, March 4: Edward Taylor”²⁵, “1928, April 8, Easter Sunday: Dilsey Gibson goes to church”²⁶ e “1941: The word “multicultural”²⁷.

Contudo, Perkins conclui que a escolha pela configuração enciclopédica pós-moderna tenta responder à crise pela qual a historiografia literária vinha passando, mas é

intellectually deficient. Its explanations of past happenings are piecemeal, may be inconsistent with each other, and are admitted to be inadequate. It precludes a vision of its subject. Because it aspires to reflect the past in its multiplicity and heterogeneity, it does not organize the past, and in its sense, it is not history. There is little excitement in reading it²⁸ (PERKINS, 1992: 60).

Na concepção de Perkins, a História deve organizar o passado, transmitir determinado conhecimento para o público de forma explicativa. A celebração da fragmentação, heterogeneidade, descontinuidade não passa de efeito de uma crítica pós-moderna que adota a forma estrutural enciclopédica de forma irracional. Nesse sentido, *A New Literary History of French Literature*, e, por consequências, *A New History of German Literature* e *A New Literary History of America*, são vistas de forma negativa pelo autor por não empreenderem uma organização do passado literário de cada contexto cultural. Assim, a configuração narrativa cumpriria mais contundentemente o papel da História de organizar e construir uma visão sobre o passado literário. Todavia, é importante pensar que esses experimentos possuem uma visão alternativa de epistemologia. Em vez de organizar o conhecimento histórico literário, o leitor é convidado a construir a sua própria visão de história ao escolher a ordem e a leitura dos ensaios. Ou seja, é o próprio leitor quem irá organizar a sua perspectiva de passado literário e, ao mesmo tempo, ter “encontros fascinantes” com os ensaios elencados. Nesse sentido, a crítica feita por Perkins não se aplicaria. Pode-se, de fato, questionar se os ensaios conseguem proporcionar

²⁴ “2003: Richard Powers, *O tempo de nosso canto*”

²⁵ “4 de março de 1693-94: Edward Taylor”

²⁶ “8 de abril de 1928, Domingo de Páscoa: Dilsey Gibson vai para a igreja”

²⁷ “1941: A palavra ‘multicultural’”

²⁸ intelectualmente deficiente. Suas explicações de acontecimentos passados são fragmentadas, podem ser inconsistentes com outras, e são admitidas como sendo inadequadas. Ela impede uma visão de seu conteúdo. Porque aspira refletir o passado em sua multiplicidade e heterogeneidade, não organiza o passado. E, nesse sentido, não é história. Existe pouca excitação em sua leitura.

esses encontros a que se propõem – investigação que não é a tarefa desse artigo –, mas não é possível cobrar essa organização do passado uma vez que essa não é a proposta desse modelo historiográfico literário.

Em síntese, a sugestão de historiografia literária desses três experimentos tem como pressuposto uma forma de conceber a produção de conhecimento nesse campo que ultrapasse o mero caráter informativo ou que crie uma visão fechada e evolutivo-linear da produção literária de cada contexto histórico. E, nesse sentido, os exemplos delimitam uma investigação que se opõem ao modelo de historiografia literária pautada pela estrutura épico-linear, que tenha uma concepção integrada de “nação”, que não reflita sobre a opção escritural como instrumento importante na construção de conhecimento historiográfico acerca de determinados sistemas literários. Assim, eles surgem como forma de se contrapor a modelos tradicionais de se fazer historiografia literária, ainda hoje prevaletentes na prática.

A complexidade da História, da História literária, do sistema literário e de seu entendimento não permite visões fáceis de serem aproveitadas acerca do passado literário. Inovações são necessárias. E foi isso que esses experimentos tentaram fazer: inovar na forma, no conteúdo, na concepção de conhecimento, para, assim, em vez de enclausurar os poetas em “ilhas”, permitir-se o encontro fascinante com autores, obras e/ou eventos.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 17-48.

CESERANI, Remo. **Raccontare la letteratura**. Torino: BollatiBoringueri, 1990.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002.

FURET, François. “Da história-narrativa à história-problema”. In: **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1980, p.81-98.

GINZBURG, Carlo. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”. In: **Relações de força. História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. "History of Literature, Fragment of a Vanished Totality?". In: **New Literary History**, vol. 16, nº 3, 1985.

_____. "Shall We Continue to Write Histories of Literature?". In: **New Literary History**, vol. 3, nº 3, 2008.

HOLLIER, Dennis (ed.) **A New History of French Literature**. Cambridge: Harvard UP, 1989.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria da literatura**. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1996.

MARCUS, Greil & WERNER, Sollors (ed.). **A New Literary History of America**. Cambridge and London: The Belnap Press & Harvard University Press, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Trad. de Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

PERKINS, David. **Is Literary History Possible?** Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1992, pp. 1-51.

TOZZI, Verónica. **La historia según la nueva filosofía de la historia**. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2009.

WELBERRY, David E. (ed.). **A New History of German Literature**. Cambridge: Harvard UP, 2004.

Sinceridade, autorreflexão e autorreferência - notas sobre o diário de Catherine Pozzi (1893-1934)

Aline Magalhaes Pinto

Essa comunicação visa apresentar e discutir alguns aspectos de nossa pesquisa desenvolvida como pós-doutoramento, e que tem como objeto principal os cerca de 40 cadernos que constituem o diário de Catherine Pozzi, escritos entre 1893 e 1934.

Em 1987, o aparecimento do *Journal* de Catherine Pozzi (1882-1934) trazia a público sua intrigante personalidade, destrinchada desde seus 13 anos, quando a jovem ganhou da avó um pequeno caderno, o qual dará origem a um diário que ela manterá até o fim de seus dias. Alguns anos após a publicação de seu diário adulto, que compreende os anos entre 1913 e 1934, seu diário adolescente também foi impresso, contemplando os anos entre 1893 a 1906. Embora a pesquisa trabalhe com o conjunto desses diários, o foco nesse momento incide sobre a fase adulta de Pozzi. Ou seja, inserindo-se numa agenda de investigação mais ampla, o presente artigo-comunicação cumpre a proposta de examinar e discutir algumas questões surgidas nesse estágio inicial do trabalho. Num primeiro momento, pretendemos fazer uma apresentação acerca da Catherine Pozzi, personagem desconhecida mesmo na França. Para em seguida tematizar alguns problemas de cunho teórico.

Uma ilustre desconhecida

Catherine Pozzi pertenceu a uma família da alta burguesia francesa do final do século XIX. Pelo lado paterno, recebeu influências da família protestante vinda da Itália, enquanto sua mãe provinha de uma rica família católica de Lyon. Nascida em um meio abastado, C. Pozzi está destinada a ter lugar na alta sociedade parisiense, que frequenta, desde cedo, na companhia do pai. Republicano fervoroso e humanista, defensor importante – como senador – do capitão Dreyfuss, o

respeitável cirurgião Samuel Pozzi (1846-1918) circula pelo ambiente intelectual e literário parisiense, sendo figura presente nos salões de Mme Caillavet, Mme Geneviève Strauss, Mme Aubernon de Nerville. Descrito como um homem extremamente bonito e charmoso, ele era um íntimo de muitos expoentes da época - de Marcel Proust, de Georges Clemenceau, de Robert de Montesquiou, de Leconte de Lisle e de Sarah Bernhardt, com quem viveu uma amizade apaixonada. Assassinado brutalmente por um antigo paciente, seu cortejo fúnebre reuniu, segundo o *Le Figaro* de 18 de junho de 1918, os mais marcantes personagens do mundo da ciência e da política.

Pertencente à alta burguesia e marcada pela rigidez de um mundo que, pelo menos oficialmente, dava pouca importância à educação das mulheres, C. Pozzi – ao contrário do irmão, destinado a frequentar o *Liceu Condorcet* e a cumprir os rigorosos estudos necessários para seguir a carreira diplomática – frequentou cursos “para moças” e tinha lições em casa, que incluíam aulas de história, literatura e música, dos idiomas alemão e inglês, além de esportes, como ciclismo, equitação, tênis, remo, atividades que pratica até contrair tuberculose, em 1912. Aprendeu latim e grego e, na biblioteca do pai, dedicou-se tanto às disciplinas científicas como física e química quanto ao saber filosófico. Mais tarde, junto a Marcel Schwob, mergulhou num ambicioso programa de estudos que compreendia leituras filosóficas, teológicas e científicas o que a leva à filosofia de W. James, F. Nietzsche e de H. Bergson. Entre os anos de 1907 e 1908, frequentou os célebres cursos oferecidos pelo último no *Collège de France*. Pozzi alimentou por toda a vida um interesse intelectual pelo budismo e uma grande inquietude a respeito de si mesma (JOSEPH, 1988).

Pouco confortável com perspectivas reservadas para as mulheres de seu meio social, tentou, sem êxito, estabelecer-se na Inglaterra. Cedendo a chantagens familiares, retorna a França e se vê obrigada ao casamento como único meio de inserção naquilo que denomina como “*machine française*”, um meio em que uma mulher solteira aos 25 anos não tem acesso à vida social. Todavia, o casamento com o autor de teatro Edouard Bourdet, consumado em 1909, será breve. Para ela, o erro brutal foi deixar-se levar por um sentimento inebriante, um entusiasmo que durou meses e na sequência a aprisionou às vontades e temperamento do marido. C. Pozzi perceberá o casamento como a perda da própria alma, um erro pelo qual ela não será capaz de se perdoar e do qual ela não tem certeza se será capaz de se recuperar.

Ao final dos anos 1920, a francesa é aprovada no *baccalauréat*, o que a permite seguir cursos de química, física e biologia na *Sorbonne* e no *Institut Pasteur*, dedicando várias horas à prática laboratorial e às experiências científicas. Sustentou, ao lado das paixões intelectuais, enorme apreço pelo refinamento e elegância, o que a tornou cliente dos grandes costureiros, como Callot, Poiret, Lelong, Vionnet e, um pouco mais tarde, Chanel. Durante toda a vida, ela fez questão de ser uma referência de inteligência e de sofisticação.

Seu cotidiano é perpassado por conferências, palestras, festas, óperas e jantares nos quais as discussões intelectuais e filosóficas disputam espaço com interesses, egoísmos e vaidades. Pelos salões de Paris, por entre mulheres como Mme Augustine Bulteau, Colette, Martine de Béhague, Jeanne Mühlfeld, Edmée de La Rochefoucauld, Mme de Pierrebouurg, Renée de Brimont, Anna de Noailles, Catherine Pozzi faz parte desse grupo que, salvo as exceções de Colette e Anna de Noailles, ocupam um lugar na história intelectual e literária francesa como agentes de divulgação e repercussão. Como escritora, C. Pozzi tem uma existência pública bastante restrita. Em vida não publicou mais do que alguns artigos de divulgação científica no *Le Figaro*, o artigo “Le problème de la beauté musicale et la science du mouvement intelligent” (1914) - sobre as teorias estéticas de sua professora de piano, Marie Jaëll – e, com maior destaque, uma autobiografia intitulada *Agnès*, publicada em 1927 na *Nouvelle Revue Française* (NRF). Postumamente, aparecem seis poemas de sua autoria que, incluídos em antologias importantes como a de André Gide (1949), são considerados representantes sofisticados de uma poesia neoclássica, ou pelo menos não vanguardista, um ensaio filosófico inacabado, intitulado *Peau d’âme* e, é claro, os diários.

Catherine Pozzi interrompe a escrita de seu diário entre 1907 e 1912, por estar envolvida com os preparativos e nos primeiros anos de seu casamento, com a gravidez de seu único filho. Quando o retoma, em 1913, já nas primeiras páginas, ela se recorda do tempo em que, por meio da atividade constante de escrever em seu diário, havia estado a evocar seus deuses. O casamento haveria espantado essas divindades e, contudo, a despeito da presença do marido, ela continuava só. Em seguida, C. Pozzi se define como uma composição da escorregadia destreza social do político aliada à resistência e impassividade do médico-cirurgião, olhos ébrios e expectativa de um naufrago (POZZI, 2005: 58). Essa autodescrição é emblemática tanto em relação à disposição de

seu “espírito” quanto da linguagem pela qual externaliza o estado de se ver como pequena, magra, feia, inteligente e elegante, mas no fundo, esquisita e inadequada, enfim, totalmente embebida pelo fracasso do casamento aliado à manifestação dos primeiros sintomas da tuberculose.

Ao recusar a proposta de Gaston Morin, advogado que conduz o processo de seu divórcio, para um segundo casamento, sua opção era dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual e à exploração de sua potência criativa. Ela buscava ser uma artista, mas isso não significava dedicar-se exclusivamente à arte. Seu objetivo intelectual sempre fora a ciência e sua filosofia ou, mais especificamente, uma filosofia que compreendesse a ciência como a intimidade do Ser. Ao reivindicar ser artista, Pozzi aludia à figura que, na sociedade em que vive, é aquele que pode ser “ele mesmo”.

Em 1920, Catherine Pozzi conhece e se apaixona por Paul Valéry, de quem desejará ser inspiradora, amante e cúmplice. Eles passarão oito anos juntos e essa relação, discreta, porém intensa, permite-lhe tornar-se interlocutora de Julien Benda, Jean Paulhan, Pierre Jean Jouve, R. M Rilke, Jean Guéhenno, Ernst Robert Curtius, Jacques Maritain, Charles Du Bos. À exceção de Rilke, que falece em 1926, ela convive e se corresponde com esses intelectuais até o fim da vida, ocupando, nessa medida, um espaço nessa rede de sociabilidade intelectual. Ainda que à sombra, C. Pozzi consegue um lugar num meio em que a universidade não ocupava a centralidade que tem hoje, e em que as trocas e conversações intelectuais dependem fortemente das relações pessoais. Nesse contexto, a produção de conhecimento está intrinsecamente ligada à construção de uma reputação e de uma personalidade. Atento a isso, Paul Valéry, casado com Jeannine Gobillard e pai de três filhos, trata de apagar os traços desse e dos demais relacionamentos extraconjugais que mantinha. O que se torna verdadeiro motivo de desespero para C. Pozzi que, embora também tenha mantido relações paralelas, esperava reconhecimento não apenas da importância afetiva, mas também da contribuição intelectual que representava na vida daquele com quem pensava viver “o mais nobre amor”.

Ao apaixonar-se por Valéry e assumir, para si mesma, a condição de ser sua amante, ela passa a se dedicar quase que exclusivamente a ler, discutir e organizar os escritos de Valéry que se transformarão nos notáveis, e, fora da França, pouco conhecidos. volumes dos *Cahiers*. O romance

conturbado, ao ter fim, dá lugar à compreensão de que o amor, seu envolvimento com Valéry, a atenção e o tempo a ele dedicado, custaram-lhe a possibilidade de uma vida intelectual própria, pois roubou-lhe o foco. Ainda que, por muitas vezes, o ressentimento a faça culpar a pessoa de Valéry, a escrita de Pozzi nos dá condições de visualizar a rede social mais ampla que obstrui sua vontade e sua vocação intelectual. Essa teia se faz ver nos momentos em que registra os conselhos que ouve das amigas, que a encorajam a abandonar as ciências e dedicar-se à escrita de romances, ou ainda as vozes que dizem que alguém que gosta tanto de belos vestidos não pode escrever um tratado de filosofia.

O sentimento de fracasso da vida intelectual conjuga-se com o impacto da tuberculose que, na medida em que a doença avança e que as crises de febre, as infecções, as doses de morfina, de Laudanum, de Sédol, de ópio, aumenta o estrago sobre si. Pozzi tentará compensar com a escrita o sentimento de estar condenada e à perda de si mesma. Escrever o diário, portanto, acaba por transcender a dimensão privada e psicológica individual, para atingir, pela frustração da necessidade de autarquia intelectual e espiritual e pela certeza da proximidade da morte, o processo que ela denomina *self-composure* ou autorretrato (POZZI, 2005:369).

Entre o laboratório e o palco.

Pelo cotidiano atribulado e paradoxalmente glamoroso que retrata, o diário de Pozzi garante, sem dúvida, uma leitura prazerosa. Todavia, o que impulsiona a pesquisa, situada na fronteira entre Teoria da História, Teoria literária e a História Intelectual, é o fato de que, ao longo dos cadernos, a autora nos oferece um retrato *sincero* de si mesma. O intuito, portanto, seria elaborar teoricamente uma possibilidade do âmbito autobiográfico a partir do texto dos diários de Catherine Pozzi.

Nessa tentativa, o primeiro passo foi conhecer melhor a singularidade da escrita de Pozzi. Nesse processo, fizemos a opção por abordar o texto tendo como mediação a ideia de discurso autorreferencial, entendido como o modo de discurso em que o eu (lugar da enunciação) toma a si como referente. Entendemos que, historicamente, esse modo de discurso encontra na autobiografia seu tronco principal, sem que a ele se reduza. Com efeito, o tratamento teórico que propomos

inscreve nossa pesquisa como uma ramificação da problemática que se instala ao redor da questão do sentido. Nos limites dessa pesquisa, consideramos a atribuição de sentido, isso é, as realizações pela quais a criatura humana compensa a falta de instintos que a caracteriza, como uma tarefa elementar mas capital da vida humana. Entende-se, portanto, o homem como criatura lacunar da maneira como Gehlen, na esteira da interpretação de Herder, definiu: a lacuna humana não significa apenas a falta de órgãos para a proteção e ataque contra uma natureza hostil. Ela diz respeito à falta de instintos autênticos, de modelos inatos de movimentos para sobreviver. Implica entender o homem como um ser carente e em risco permanente, que deve compensar tais adversidades por meio da ação inteligente. Tendo em conta, por um lado, a plasticidade dos impulsos humanos e, por outro, a tensão permanente que o estado de inadaptação “natural” impõe, as atividades humanas são sentidas, de acordo com Gehlen, mais como um alívio ou desafogo [Entlastung] que como uma satisfação (GEHLEN, 2009: 26 e ss).

Apoiados nessa concepção e no trabalho sobre as faixas e modos discursivos desenvolvidos por Luiz Costa Lima – mais especificamente nos ensaios “Persona e sujeito ficcional” (1991) e “Autobiografia, memória e literatura” (2013) -, podemos afirmar que a construção de uma armadura simbólica capaz de enunciar-se a si mesmo, isso é, capaz de representar um papel social, não é evento exclusivo da modernidade. Ela está ligada à compensação a que nos referimos acima, isso é, à necessidade humana de preencher e imprimir-se numa exterioridade a partir de uma falta, de uma lacuna. Afirmamos igualmente que as emoções e os sentimentos são componentes fundamentais para a constituição do lugar de enunciação compreendido como eu. Por isso, na tentativa de perseguir a construção discursiva da autorreferência, o essencial é *não* tomar o sujeito, seja sob a modalidade de individualidade antiga ou sob a forma do indivíduo moderno, como sua última instância. Entre a escrita e aquele que escreve há a descontinuidade pressuposta pela vida, fonte e fluxo das emoções e sentimentos. Não estando, a conformação discursiva do eu e sua plasticidade, restritos, à emergência da subjetividade moderna, torna-se fundamental perguntar-se pelo significado de sua inflexão sobre os impulsos que levam o eu a tomar-se como referente do discurso. A modernidade surge, então, como um quadro possível e não como condição do discurso autorreferencial.

Nessa medida, definimos como contexto de nossa pesquisa, o coração do paradoxo moderno caracterizado pela emergência, por um lado, do ser moral autônomo, signatário do contrato social e “igual perante a todos”; e por outro, do ser psicológico, o indivíduo único, singular e solitário, sedento por explorar sua subjetividade como intimidade (cf. SIMMEL, 1902; DUMONT, 1983). Esse paradoxo ganha, na escrita de Pozzi, uma modelagem na qual destacamos três elementos, ou emoções fundamentais: a consciência da fragilidade de seu corpo, decorrente da tuberculose, a relação de amor e desamor por Paul Valéry e a vocação intelectual frustrada. A conjunção dessas emoções transforma lentamente o diário na composição da imagem de sua dor física e existencial antes de morrer, ou nas palavras da própria Pozzi, a imagem de seu naufrágio. Nesse sentido, estamos de acordo com o estudo de F. Simonet-Tenant que versa sobre os diários de 1929-1932 (2007). Nesse trabalho, a autora aponta o diário de Catherine Pozzi como um laboratório de escrita. Indo além de Simonet-Tenant, podemos afirmar que como um todo e desde o princípio, *Les cahiers pozziens* são um esforço de pensamento que reúne um enorme e pesado repertório de filosofia, religião, ciência e uma crítica social à posição feminina ao redor da pergunta “quem sou eu”.

Tentando exprimir o mais sinceramente possível a angústia metafísica, a solidão, o sentimento de ser único e o horror em sentir-se um produto em série, a incoerência interior, as crises de paralisia da vontade, Catherine Pozzi escreve seu diário como um espetáculo que ela se autoconcede e um laboratório onde ela se experimenta. Esse exercício confere ao diário uma ficcionalidade parcial. Não como falseamento de dados ou fatos, mas pelo arranjo com que incorpora na escrita a reflexão sobre o peso das condições da vida contemporânea sobre os projetos humanos e o peso da condição mortal explorada pela situação de estar condenada a morrer de tuberculose e a viver doente. Pesa sobre a mão de C. Pozzi não apenas o sentimento de fracasso e estranheza do indivíduo advindos do processo de instalação da sociedade burguesa capitalista como também a experiência de incômodo e inadaptação diante dos modelos tradicionais de feminilidade. O que a empurra *sinceramente* em busca de entendimento de si, inseparável da preocupação com o universal, na qual escutamos, na procura pela perfeição e pelo amor, uma inquietude existencial e religiosa.

Ao pintar seu autorretrato, com pinceladas que alternam firmeza e convicção com fragilidade e desesperança, Catherine Pozzi deixa ver em sua escrita uma série de questões que pululam ao seu redor, num ambiente marcado pela tensão de um *eu* desejoso de falar de si na intimidade e, ao mesmo tempo, submerso na profunda desorientação em que vive. O sentimento de fracasso social e afetivo, de estar condenada à morte e a uma ruína que não é apenas física, conjuga-se ao desejo intenso por liberdade, a liberdade intelectual e espiritual que ela deixara, por engano ou por covardia, escapar. A escrita de seu diário se faz sob o signo dessas emoções dispares, porém inseparáveis. O diário será um espaço em que ela testa e encena a si mesma, numa atividade que liberta e alivia, desafoga, ao mesmo tempo em que registra e analisa a rede de sociabilidade intelectual que pulsa ao seu redor:

Ce Journal n'est pas destiné à "la gloire" , comme celui de la pauvre petite russe [Marie Bashkirtseff]¹ . Je n'ai écrit que pour ne pas crever de certaines choses - la "délivrance" de Goethe -, et comme c'était écrit et que parfois j'y entendais l'extrême de moi , je ne pouvais me résoudre à brûler, ni même à ce qu'après moi l'on brûlât. C'est tout. Maintenant encore, j'hésite à faire comme si quelque lecteur futur... Où en est-il, ce lecteur futur? Il a suivi, non sans fatigue, les chemins de cet amour qui se vouait à l'incomparable. Il m'a vue enfin le finir. Pourquoi? Même pas pour une trahison présente: pour une image de mon passé [...] (POZZI, 2005:481)

Desdobramentos em aberto

O desenvolvimento do texto de Pozzi, ainda que tenha o sujeito produtor dos textos e a cronologia como garantia de certa unidade e sentido, não se configura exatamente como uma narrativa. Antes se faz por um procedimento de bricolagem e de justaposição. Ao longo das páginas de seu diário acompanhamos como ela vai tornando claro para si o que significa seu “naufrágio” por entre

¹ Nascida em uma família nobre abastada, Bashkirtseff estudou pintura na França na Académie Julian, um dos poucos estabelecimentos que aceitaram estudantes do sexo feminino. Infelizmente, um grande número de obras de foram destruídas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Como C. Pozzi, Bashkirtseff manteve um diário desde os 13 anos, em que retrata as lutas de mulheres artistas de seu tempo. Cf. http://www.bashkirtseff.com.ar/marie_bashkirtseff_1_english.htm

reenvios, ampliações e retratações e por vezes, delírios. Mais do que um diário espiritual, bastante comum à época, Catherine acabou produzindo algo singular, em que o fio condutor aparece fragmentado. Composto por idas e vindas sobre seus sentimentos, sobre sua maneira de agir e de pensar, o enredo narrativo no diário de Catherine estaria profundamente prejudicado. A esse processo de escrita chamamos, junto a Michel Beaujour, de autorretrato. Para Michel Beaujour(1980), contrariamente ao relato (auto)biográfico clássico, a ideia do autorretrato prescinde de uma unidade totalitária, do discurso linear e determinado cronologicamente por fatos encadeados ordenadamente. Para o autor, num autorretrato, através da imagem, o sujeito contempla a si próprio e reconhece-se para além da esfera individual. O autorretrato mobiliza um tipo de memória a um só tempo arcaica e moderna em que os traços reconstituem o micro-cosmo de uma cultura. (BEAUJOUR, 1980: 26)

Nossa chave de leitura propõe compreender o autorretrato de C. Pozzi como uma conjugação da construção de um sistema de autorreferência, isso é, um sistema analógico em que o lugar da enunciação tende a se sobrepor à situação de referência, e uma autorreflexão, como transposição transgressora da analogia. O diário é um texto composto dessas duas camadas ou níveis. Nesse sentido, nossa elaboração teórica encontra um enclave entre as Teorias da Literatura e da História, para buscar reconstituir as maneiras pelas quais recorrer à escrita de um diário responde a uma dupla demanda: a necessidade de se reconhecer, isso é, de configurar um sistema de informações e referências sobre si mesmo, realizando-se discursivamente, soma-se a necessidade de criar uma esfera de reflexão sobre essa realização, logo, uma autorreflexão.

Na escrita de Pozzi, a sinceridade atinge as pontas dessas duas necessidades. A forma sincera aparece como uma verdade que queima. Seu registro é perigoso porque a relação entre o eu-autor e o eu que se deixa retratar não pode ser regulada por um valor de verdade que se orienta pela adequação ao que de fato ocorreu i.e. valor sob o qual se sustenta a especificidade do discurso historiográfico. Tampouco será satisfatório assumir a fatalidade de um eu ficcional que se expressa numa “literatura”. A verdade sincera, pela qual se pauta a escrita de C. Pozzi, aparece como uma forma que flutua entre o pragmático e o fictício. Dirigindo-se inicialmente para o registro do que se é (autodescrição) visando cumprir a construção da referência, em alguns momentos libera-se dessa amarra. Nesse movimento traz consigo a possibilidade e a potencialidade de transformar-se num

espelho que, ao exigir sinceridade para obter autenticidade e ante a obstrução dessa exigência – na impossibilidade de esclarecer-se a si mesmo por completo - abre um abismo reflexivo.

A primeira formulação da questão que norteia essa pesquisa centrava-se na relação entre sinceridade e autoreflexividade e, então, nos perguntávamos se a forma sincera de um enunciado sobre si oferecia um sistema de índices reveladores da reflexividade contida no modo discursivo autorreferencial. O tema da sinceridade pode ser apreendido num trajeto em que, do século XVIII ao início do século XX, observa-se deslocamentos nas relações de sentido entre “ser sincero” e às noções de autotransparência, integridade moral e espontaneidade. Essa constelação liga-se à afirmação no campo não-científico de um sujeito uno e indivisível cujo o exame contínuo da vida deveria revelar, sinceramente, coesão e a autenticidade. O enfraquecimento ou declínio da sinceridade expressa com primazia por Paul Valéry em sua recusa ao valor sincero como critério para a esfera artística ou literária se faz acompanhar de sua persistência nos registros dos diários e correspondências. O que é interessante, justamente porque, como mostra L. Trilling, a sinceridade está sempre ligada a um fim público e ao cumprimento de um papel público. Ainda segundo Trilling,

The subject of an autobiography is just such a self, bent on revealing himself in all his truth, bent, that is to say, on demonstrating his sincerity. His conception of this private and uniquely interesting individuality, together with his impulse to reveal his self, to demonstrate that in it which is to be admired and trusted, are, we may believe, his response to the newly available sense of an audience, of that public which society created (TRILLING, 1972: 25)

O desejo e a intenção de ser sincero revelam uma certamente uma ambiguidade entre as esferas do público e do privado, mas também apontam para o fato de que a construção do autorreconhecimento por meio de configuração de um sistema de informações e referências sobre si mesmo está mergulhada nessa ambiguidade.

A partir do contato e da inspiração vindas da obra de Trilling, passamos a tentar explorar essa ambiguidade nos diários de C. Pozzi - diário que se mantém na tradição francesa da confissão e da sinceridade, mas que se torna índice da frustração da cadeia que ela – sinceridade – deveria desencadear. Em seus escritos, a sinceridade deveria ir de encontro a conformação da *alma honesta*

mas, em grande parte devido ao relacionamento com Valèry, era imprudente ser sincero e a cada crise de febre, Pozzi pensava em seu diário, e em como ele deveria ser rapidamente destruído caso ela viesse a falecer. Por outro lado, sua escrita anuncia, incessantemente, a produção de efeitos para um leitor. Entre texto e leitor há uma relação de desejo e recusa porque a exploração sincera de si mesmo, mergulhada num contexto em que a contingência e a temporalidade são condições inescapáveis da experiência subjetiva, torna-se uma empreitada arriscada, movediça.

Se Rousseau no século XVIII pode movimentar a cadeia entre integridade moral, autotransparência e espontaneidade por meio da vontade sincera da confissão, Catherine Pozzi, no início do século XX, vê a sinceridade abrir um universo que se desdobra em sombras e opacidade, já que essa experiência de si mesmo dá-se sempre de maneira incompleta, parcial e obscura.

Próximos passos

Uma vez ressaltado que a escrita dos diários de Catherine Pozzi responde a uma dupla demanda, de autorreconhecer-se e de autorrefletir-se, o passo imediato será de melhor trabalhar teoricamente essas duas faces. Registrando novamente o caráter de *work in progress* dessa pesquisa, gostaria de assinalar a maneira como encaramos ser possível dar continuidade à investigação. Para tanto, e como hipótese em elaboração, propomos pensar as faces de autorreconhecimento e autorreflexão, a partir da noção de *self-reference* ligada à teoria dos sistemas autopoieticos elaborada por N. Luhman e da noção de autorreflexão ligada à teoria da metáfora em H. Blumenberg (2006). Reconhecendo a razão proporcionalmente inversa entre a complexidade do pensamento de ambos os autores e o espaço-tempo que podemos no momento dedicar a eles, faremos não mais que anunciar o rumo que pretendemos dar a pesquisa daqui para frente. Para nós, a orientação básica do discurso autorreferencial será entendida a partir do sistema autopoietico segundo Luhman, isso é, aquele que não apenas se auto-organiza, produz e, eventualmente, altera as suas próprias estruturas. Na verdade, a construção da auto-referência configura suas identidades e diferenças. Ao fazê-lo, abre uma via em que a produção de informações a partir da auto-observação e da auto-descrição se articula à elocução proporcionando uma comunicação de tipo “analógico” ou *sincero* consigo mesmo – sendo esse “eu mesmo” sempre remetido à armadura simbólica e ao lugar de enunciação

(Cf. LUHMANN, 1990:107-122). Sendo essa a direção do discurso dos diários, há momentos i.e, instantes-instâncias, em que essa direção se interrompe, gerando, num estalo, o que podemos entender como transposição transgressora da analogia – potencialmente irônica- que será inevitavelmente uma estrutura metafórica, no sentido conferido a ela por Blumenberg. Sem poder ir além nesse momento, gostaria de encerrar com um desses momentos no diário de Pozzi. Em outubro de 1926, após haver passado semanas a estudar o sistema circulatório e, no laboratório, ao dissecar rãs, haver tocado em seus corações ainda a bater, C. Pozzi escreve:

Comment chaque battement de votre coeur fait-il un homme?
Entouré de corps, d'être et des objets, amusé d'espérances, vous êtes là. Une infinité de signes vous parviennent: c'est l'Univers qui se impose à vous. Vous répondez, vous croyez d'être immobile, vous croyez de taire...vous répondez!
A chaque battement de coeur, vous acceptez, vous refusez, vous demandez quelque chose. Mais vous êtes assuré de n'avoir pas agi, et que chacun de ces mouvements invisibles est à néant. Et s'ils n'étaient pas au néant? (POZZI, 2005: 356).

Referências bibliográficas

BEAUJOUR, Michel. *Miroirs d'encre*. Paris: Seuil, 1980.

BLUMENBERG *Paradigmes pour une métaphorologie*. Paris: Vrin, 2006.

COSTA LIMA, Luiz. *Pensando nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Frestas – A teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto:Ed. Puc-Rio, 2013.

DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne*. Paris: Seuil, 1983.

GEHLEN, A. *Essais d'anthropologie philosophique*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.

JOSEPH, Lawrence et PAULHAN, Claire: *Catherine Pozzi, Une robe couleur du temps*, Ed. de la Différence, 1988.

LUHMANN, N. **Essays on self reference**. New York: Columbia U. Press.1990.

POZZI, Catherine, [1987] **Journal : 1913-1934**, éd. et annot. Claire Paulhan, préf. Lawrence Joseph. Paris: Phébus (édition augmentée), 2005.

SIMMEL, G. [1902] “A metropole e a vida mental” In: VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**, 3. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

TRILLING, Lionel. **Sincerity and authenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

Historiografia das ciências criminológicas e a contribuição da abordagem contextual

*Allister Andrew Teixeira Dias**

Neste texto procura-se apresentar alguma das principais tendências metodológicas e temáticas que marcam a historiografia sobre os saberes e práticas criminológicas, ao menos desde 1975, ano de lançamento de *Surveillier et Punir* de Foucault. Primeiramente, apresentamos dois grandes referenciais explicativos que norteiam boa parte das investigações a partir de então: a interpretação “arqueogenealógica” de Foucault e as macronarrativas do “processo civilizador” e da “individualização” de N. Elias. Em seguida, analisamos a produção historiográfica na área nos seus enfoques e temáticas principais. Por último, salienta-se a relevância de uma abordagem proveniente da história intelectual, o contextualismo linguístico.

Vale ressaltar que este é um balanço provisório, e que se debruça sobre a historiografia de língua inglesa, espanhola, francesa e portuguesa. Excluímos a historiografia sobre o crime, temática que configura campo a parte.

As bases da historiografia dos saberes e práticas criminológicas: entre M. Foucault e N.Elias

A publicação de *Surveillier et Punir* em 1975, pelo filósofo francês Michel Foucault, é o principal marco da historiografia contemporânea que se debruça sobre a temática dos saberes e práticas criminológicas. Neste momento de sua trajetória intelectual, marcado também pelas reflexões e pesquisas que deram origem a dois cursos importantes no College de France – “O Poder Psiquiátrico” e “Os anormais” -, Foucault está interessado, dentre outras coisas, na produção de “verdades” por meio de práticas científicas, institucionais e técnicas, as quais

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Financiamento CAPES.

constituirão o sujeito moderno (FOUCAULT, 1997, 2006 e 2001)¹. A criminologia seria umas destas práticas discursivas deste contexto (século XIX), processando, por um lado, a objetivação do “homem criminoso”, e, por outro, a construção de subjetividades criminosas. Não à toa a escolha de compreender o nascimento da prisão e do Hospício, instituições modelares da modernidade por suas técnicas científicas de disciplinamento e normatização, próprias condições de possibilidade para a ascensão da criminologia e da psiquiatria, saberes que destrincham o “eu” medindo, classificando, examinando e interrogando (GIBSON, 2010: 1040; RENNEVILLE, 2006: 25).

Para Foucault, portanto, estas áreas de saber estavam intrinsecamente articuladas ao “poder disciplinar”, e, nesse sentido, se conformaram em contributos importantes ao aparato repressivo penal, ao controle social burguês e a administração biopolítica da anormalidade (FOUCAULT, 2006: 69; FOUCAULT, 1997: 245). Esta interpretação, bem como suas implicações metodológicas (o método arqueogeneológico), legou frutos importantes para a historiografia dos saberes e práticas criminológicas, norteando leituras, algumas, inclusive, mescladas com perspectivas da nova história cultural, da microhistória, da história intelectual e da história das ciências. Tanto é que a principal coletânea publicada nos últimos dez anos sobre a história das ciências criminológicas, reunindo historiadores de várias partes do mundo, organizadas pelos principais historiadores da área, Peter Becker e Richard Wetzell, prima pelo estudo das regras próprias do discurso criminológico na construção dos seus objetos e de suas estratégias narrativas (BECKER e WETZELL, 2006).

Por outro lado, a partir da década 1990, a sociologia elisiana estabeleceu-se como uma séria alternativa filosófica a Foucault na área. O macromodelo explicativo (o “processo civilizador” e “individualização”) de Elias é conhecido: a diacronia de mudança e diferenciação da sociedade europeia, entre os séculos XI e XX, transformações políticas, culturais e psíquicas tendentes a engendrar indivíduos “civilizados” com maior equilíbrio e “autocoerção psíquica” (ELIAS, 1993: 19). Partindo destes pressupostos, historiadores preocupados com os

¹ Sobre as noções de produção de verdade e práticas discursivas nestas obras de Foucault, cf. REVEL (1993: 339); O'BRIEN (2001: 50) e VEYNE (1998; 2009).

saberes criminológicos passaram a inscrever o surgimento destes saberes no contexto de uma de maior preocupação e intervenção cultural e política, no ocidente, a partir do século XVIII, com relação aos comportamentos antissociais, e com relação a mente do criminoso enquanto indivíduo singular. Quanto maior o processo social de individualização (ELIAS, 1994: 120), maior a legitimidade de ciências que se voltam para o indivíduo, para a sua personalidade e vida psíquica. Nesse sentido, para alguns historiadores importantes, como o inglês M. Wiener, os novos saberes sobre o crime que focam na figura do criminoso, são próprios da nossa estrutura social (JANZ e DRUNEN, 2004; WIENER, 2004).

Enfoques e temas da história dos saberes e práticas sobre o crime.

Sem dúvida, o nascimento da antropologia criminal – perspectiva antropológica e médica que buscava uma especificidade ontológica para o “homem criminoso” - é o tema mais abordado na história dos saberes e práticas criminológicas. Muitos historiadores investigaram as implicações destas ideias no mundo da cultura (CAIMARI, 2004), de uma forma geral, ou suas recepções e apropriações em microcosmos intelectuais particulares, no direito e na medicina (HARRIS, 1993; DARMON, 1991), ou mesmo na imprensa, nas práticas policiais e na cultura popular (BRETAS, 2009; SOZZO, 2007). De um modo geral, muitos trabalhos europeus e latino-americanos, procuraram associar as noções científicas, médico-criminológicas, com a definição de padrões morais de comportamento, ou mesmo com papéis sociais de gênero, dando substância a chamada tese do controle social, marca importante da chave interpretativa lançada por Foucault. Por seu turno, em abordagens mais recentes, alguns historiadores culturais franceses buscaram relacionar o paradigma médico-antropológico de investigação dos criminosos com mudanças mais amplas nas sensibilidades com relação ao corpo, na passagem do século XIX ao XX (COURTINE e VIGARELLOS, 2009: 344).

Outros estudiosos buscaram entender as racionalidades próprias destas “ciências do crime”, suas bases e origens cognitivas, estabelecendo diferenciação de escolas, matrizes argumentativas e variações em contextos nacionais específicos. Nesta esteira, historiadores

como Pierre Darmon (DARMON, 1991), ou mesmo o historiador das ciências S.J. Gould (GOULD, 1999), acabaram por solidificar a ideia de que ocorreu um processo inequívoco de “medicalização do crime”. Por outro lado, a historiadora Mary Gibson (GIBSON, 2006), estudando a antropologia criminal no país em que esta se originou, a Itália, e o historiador Marc Renneville (RENNEVILLE, 2003) estudando a França, relativizaram esta proposição, chamando atenção para a enorme complexidade e heterogeneidade das teorias criminológicas, bem como suas significativas transformações ao longo dos anos.

Outra questão importante é a que diz respeito à articulação das ideias criminológicas com certas proposições político-ideológicas. Alguns salientaram os usos destas ideias ora nas fundamentações de o “liberalismo radical” (PICK, 1993), ora de “autoritarismo político” (PESET, 1983). A historiografia brasileira sobre o assunto, sobretudo o historiador Pedro Tórtima (TÓRTIMA, 2001), a historiadora Elisabeth Cancelli (CANCELLI, 2001), o sociólogo Marcos Álvares (ÁLVAREZ, 2003) e a antropóloga Mariza Corrêa (CORRÊA, 2001) procuraram fazer tais correlações, com foco no final do Segundo Império e Primeira República, período privilegiado para o estudo deste tema no Brasil. Em alguns destes trabalhos, a “criminologia positivista”, aparece com fortes traços conservadores, adaptando-se aos anseios de controle social das elites dirigentes e intelectuais (juristas, médicos, chefes de polícia) como instrumento de justificativa de novas hegemonias, dominações e exclusões. Não é o caso de pensar tais ideias e noções como neutras ideologicamente, mas trabalhos como o da historiadora Nicole Rafter (RAFTER, 2006) e do historiador Richard Wetzell (WETZELL, 2000), a primeira sobre os EUA e o segundo sobre a criminologia na Alemanha da República de Weimar e no Nazismo, ao contrário, mostram o quanto conceitos teóricos e conceitos criminológicos são plásticos, e dificilmente podem ser automaticamente coladas a determinadas posições político-ideológicas.

A grande temática da formação das profissões e disciplinas científicas também orientou uma quantidade significativa de trabalhos no assunto. Dentro da historiografia da psiquiatria e da psicologia, por exemplo, muitos estudos se empenharam em ver a consolidação teórico-conceitual e institucional destas ciências por meio do estudo sistemático de casos de crimes de

grande repercussão social, os quais tiveram a participação destes discursos (WADI, 2009; DIÉGUEZ, 2004). Ou mesmo, estudaram a participação dos discursos psiquiátricos em casos de crimes para mostrar a consolidação social do seu referencial interpretativo (ENGEL, 2001; CARRARA, 1998). Por outro lado, alguns estudos elegeram o crime como território privilegiado para entender as disputas disciplinares e profissionais entre medicina e direito, na perspectiva da sociologia das profissões (FAUSTO, 2009; MARIN, 2003).

Por fim, a relação do discurso criminológico com o higienismo e a eugenia também tem sido bastante tratada na historiografia europeia e latino-americana. Com relação a eugenia, o historiador Laurent Muchielli (MUCHIELLI, 1994), acerca da França, mostrou o quanto este debate esteve ligado a questão da pena de morte, e o historiador Ricardo Salvatore (SALVATORE, 2006), no caso argentino, mostrou o quanto higienismo, eugenia e criminologia se misturaram.

O contextualismo linguístico: história da criminologia como história intelectual e história das ciências

O presente de necessidades práticas em que os atores do passado se encontravam não é imediatamente acessível, dado que deve chegar até nós pela mediação da linguagem que eles usavam. Mas isso não significa que não seja acessível. A partir dos textos que eles escreveram, a partir do nosso conhecimento da linguagem que usavam, das comunidades de debate às quais pertenciam, dos programas de ação que foram colocados em prática e da história do período em geral, frequentemente é possível formular hipóteses referentes às necessidades que eles tinham e às estratégias que desejavam levar adiante (POCOCK, 2003: 38).

A citação do historiador inglês John Pocock sintetiza bem a agenda do contextualismo linguístico. Tal perspectiva é bastante profícua para a história das ciências de uma forma geral, mas também para a história da criminologia, em particular. A noção de contexto que traz é a de contextos específicos de debate, nos quais, segundo o historiador Elias Paltí, operam “formações conceituais plenamente históricas, contingentes e singulares” (PALTÍ, 2007).

Segundo Q. Skinner (SKINNER, 1969), cada discurso deve ter seus significados apreendidos de acordo com o contexto do que está em debate, ou seja, com relação aos problemas e questões de certo tempo e lugar, e comunidade argumentativa específica (SILVA, 2010: 309). Este contexto argumentativo, recorte particular do debate público de uma época, deve ser apreendido, necessariamente, por um exame intertextual (FALCON, 1996; TUCK, 1992: 275). No interior deste contexto e o compondo, os textos estão sempre em “processos de legitimação”, “defendem ou questionam, elogiam ou condenam, determinadas ações, instituições ou estado de coisas”.

Nesse sentido, as práticas e teorizações criminológicas, contextualizadas nas suas dimensões textuais e não textuais, são maneiras de atuação humana de construção e confrontação de sentidos para o crime e o criminoso, e de participação efetiva no debate público sobre o assunto. A historiografia da criminologia que tem levando estas proposições em conta tem procurado historicizar o uso das ideias criminológicas, usos institucionais e sociais, em comunidades de debate específicas, ou mesmos no debate público sobre o sistema penal e penitenciário, como tem feito o historiador R. Wetzell, na perspectiva da “cientificização do social”. Além disso, alguns estudiosos têm procurado destrinchar discursos criminológicos que pareciam uníssonos, ora unicamente biodeterminista, ora culturalistas ou sociológicos, mostrando a junção de teorias, linguagens, argumentos e aparatos conceituais diversos típicas do processo de constituição destes saberes e práticas. As reflexões do historiador Skalevag são de ponta neste sentido, enfatizando a necessidade teórico-metodológica de ver os conhecimentos científicos sobre o crime e o criminoso, e os atores/autores que os produziam ou acionavam, como atravessados por teias discursivas polifônicas, com dinâmica interna mutante (SKALEVAG, 2006). É importante saber que tipos de argumentos e conceitos criminológicos foram acionados em “atos de fala” específicos, contextualizados e, por outro lado, de que forma tais escolhas atrelam-se aos “contextos intelectuais, sociais e políticos” específicos de certas conjunturas.

Conclusões e perspectivas

Para concluir, é importante enfatizar alguns pontos. Primeiro, a grande lacuna no que concerne a história da criminologia no século XX, sobretudo no período do pós- 1º Guerra Mundial. Segundo, o aspecto deficitário - que algumas coleções tem tentado suprir, embora de modo ainda muito eurocêntrico – de uma abordagem que tenha como cerne a comparação numa perspectiva internacional, elucidando a circulação e os modos e veículos de recepção de ideias. Em terceiro lugar, o pouco aprofundamento na questão racial nestes saberes e práticas criminológicos, apesar do importante esforço nesse sentido feito pelo historiador peruano Carlos Aguirre (AGUIRRE, 2005), e do historiador Michael Berkowitz (BERKOWITZ, 2006) sobre a criminologia e a questão judaica. Em quarto, a questão da sexualidade, caminho aberto de forma significativa por Foucault, mas pouco aprofundado, valendo salientar o estudo do historiador brasileiro Luis Ferla, sobre a homossexualidade no discurso criminológico em São Paulo (FERLA, 2009). E, por fim, vale mencionar um aspecto muito pouco estudado e de muita relevância, que é a relação do discurso criminológico com os próprios criminosos, como se dá esta relação, resistência, conflito, negociação, etc (ARTIÈRES, 2006; WADI, 2009; MARIN, 2011).

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, C. **The Criminals of Lima and Their Worlds: The Prison Experience, 1850-1935**. Durham, NC, 2005.

ALVAREZ, M. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e a nova escola penal no Brasil**. São Paulo: Método, 2003.

ARTIÈRES, P. What criminals think about criminology: french criminals and criminological knowledge at the end of nineteenth century. In BECKER, P. & Wetzell, R.. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp. 363-376.

BECKER, P. & Wetzell, R.. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006.

BERKOWITZ, M. Unmasking Counterhistory: An Introductory Exploration of Criminality and Jewish Question. In BECKER, P. & Wetzell, R.. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp. 61-84.

CAIMARI, L. **Apenas un Delincuente**. Crimen, castigo y cultura em la Argentina, 1880-1955. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

CANCELLI, E. **A cultura do crime e da lei (1889-1930)**. Brasília: Editora UNB, 2001.

CARRARA, S. **Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro; Ed UERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CORRÊA, M. **As ilusões da Liberdade: A Escola de Nina Rodrigues e Antropologia no Brasil**., Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

COURTINE, J.J; VIGARELO, G.. Identificar: traços, indícios, suspeitas. In CORBIN, Alain; COURTINE, J.J; VIGARELO, G.(orgs). **História do Corpo (v.3): as mutações o olhar. O século XX**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, pp.342-361.

DIÉGUEZ, A., Psiquiatrización Del Crimen: argumentos nosológicos y conceptuales sobre la irresponsabilidade em La obra de J. *Giné. Frenia*, Vol. IV-2-2004, pp. 93-108.

ELIAS, N. ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização (vol.2)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____ **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1994.

ENGEL, M. G. **Os Delírios da Razão. Médicos, Loucos e Hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)**. Coleção Loucura e Civilização Editora FIOCRUZ, 2001.

FALCON, F.. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FAUSTO, B.. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 1930**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

FERLA, L. **Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Alameda, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Os anormais: curso dado no College de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos e escritos: tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro: introdução, organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

GOULD, S.J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIBSON, M.S. Cesare Lombroso and Italian Criminology. In BECKER, Peter & Wetzell, Richard F. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp. 137-159.

HARRIS, R.. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de século**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

JANZ, J.; DRUNEN, P. (Ed.) **A social history of psychology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

MARIN, R.C. Criminalidad y Loucura En la Restauración. El Proceso del Cura Galeote (1886-1888). Madrid. **Frenia**, Vol.III-2-2003, pp.111-146.

_____. Leer el Crimen: violência, escritura y subjetividade en el Proceso Morillo (1882-1884). **Frenia**. P.104-105.

MUCHIELLI, L (org.). **Histoire de la Criminologie Française**. Paris: L'Harmattan, 1994.

O'BRIEN, P. A história da cultura de Michel Foucault. In HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp.33-63.

PALTI, E.. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. In **Revista de História Unisinos**. São Paulo, Vol. 11, nº 3, p.292-303, 2007.

PESET. J.L. **Ciencia y Marginación**. Sobre Negros, Locos y Criminales. Barcelona, Crítica, 1983.

PICK, D. **Faces of Degeneration**. An European Disorder (1948-1918). Cambridge. Cambridge Universit Press, 1993.

POCOCK, J. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RAFTER, N. H. Criminal Anthropology: Its Reception in the United States and the Nature of Its Appeal. In BECKER, Peter & Wetzell, Richard F. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Whashington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp.159-183.

RENNEVILLE, M. **Crime et folie: deux siècles d' enquêtes médicales et judiciaires**. Paris, Fayard, 2003.

_____. The French Revolution and the Origins of French Criminology. In BECKER, Peter & Wetzell, Richard F. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Whashington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp.25-43.

REVEL, J. Foucault. In BURGUIÈRE, A. (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, pp.337-340.

SALVATORE, R. Positivism Criminology and the State Formation Modern Argentina, 1890-1940. In BECKER, P. & Wetzell, R.. (Eds). **Criminals and their scientists: The History of Criminology in International Perspective**. Whashington, DC: Cambridge University Press, 2006, pp. 253-280.

SKALEVAG, S.A. The Matter of Forensic Psychiatry: A Historical Enquiry. **Medical History**, 50, pp.49-68, 2006.

SKINNER, Q.. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, Vol.8, No.1, 1969, pp.3-53.

SOZZO, M. Retratando AL "Homo Criminalis". Esencialismo y Diferencia en las Representaciones "Profanas" del Delicuyente en la Revista Criminal (Buenos Aires, 1873). In CAIMARI, L. (Comp.). **La ley de los profanos**. Delito, justicia y cultura en Bueno Aires (1870-1940). Bs As, Fondo de Cultura Econômica y Universidad de San Andrés, 2007, pp.23-65.

TÓRTIMA, P.. **Crime e Castigo para além do Equador**. Belo Horizonte: Inédita, 2002.

TUCK, R. História do Pensamento Político. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992.

VEYNE, P. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora UNB, 1998.

WADI, Y. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WETZELL, R. **Inventing the Criminal: A History of German Criminology, 1880-1945**. Studies in Legal History. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

WIENER, M.J. **Man of Blood**. Violence, manliness, and criminal justice in Victorian England. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Espaço escolar, valores democráticos e livro didático: uma discussão necessária ao ensino de História

*Amanda da Cunha Conrado**

A educação não cria o homem e sim, lhe ajuda a criar-se a si mesmo. (Debesse)

Introdução

A partir da década de 1960 os estudos sobre ensino de História no Brasil se tornaram populares no país, sendo eles problematizados e discutidos em suas funções e aplicações, por autores das mais diversas áreas, sejam eles da Educação ou da História.

Apesar de todo este tempo de pesquisa ainda se pode constatar certa resistência frente a este objeto de estudo nos Programas de Pós-graduação em História. Temas como livros didáticos, espaço escolar ou formação de professores ainda encontram dificuldade de serem desenvolvidos, no entanto a grande importância que vem se dando à educação no país, tomando-a como política pública e sua imbricação com a formação de professores, tem ajudado que temáticas assim possam galgar seu lugar nas Licenciaturas e nos Programas de Pós-graduação em História.

Neste sentido, tomando a escola como objeto e/ou aplicando suas teorias à comunidade e vida escolar, temos o historiador Michel de Certeau (1980), o pedagogo Maurice Tardif em obra (2007) juntamente com Claude Lessard, Michel Foucault em obra famosa *Vigiar e Punir* (1975) e o pedagogo Antonio Viñao (2001), para citar alguns dos quais serão referenciados neste trabalho.

Traçando um breve histórico acerca do ensino de História no Brasil, podemos perceber que as Instituições religiosas tiveram grande importância neste primeiro passo, tomando a frente da educação do “povo”, visto que nem todos tinham direito a ela. E ao chegarem à Terra de Vera Cruz, esse trabalho continuaria nas mãos de instituições ligadas à Igreja, dessa vez, sob os auspícios da Companhia de Jesus.

* Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atualmente mestranda do Programa de Pós-graduação da UFRN. E-mail: amanda.c.conrado@hotmail.com

No século XIX com a institucionalização da História como ciência, galgará a ela presença nos manuais escolares desenvolvidos por Joaquim Manoel de Macedo, professor do colégio Pedro II, apenas com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1840, a História terá visibilidade nacional visto que esta instituição tem como função escrever a história do Brasil. A produção advinda do IHGB influenciou todo o país tendo em vista adentrou a escola através do ensino de História, também ligando esta disciplina a conhecimentos sobre moral e cívica, nacionalismo e civilização.

Com o advento da República o aparecimento de biografias de personagens importantes à Nação – por exemplo: Tiradentes – serão recorrentes a fim de construir uma nacionalidade no povo brasileiro. Com o Golpe de 1964, História e Geografia vão se fundir resultando nos Estudos Sociais; segundo o Conselho Federal de Educação esta disciplina seria responsável pela vivência em sociedade e aprendizados sobre civilidade, cidadania e moral, além da ênfase ao cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade brasileira. Com a abertura política, no fim da década de 1970, as disciplinas de a História e a Geografia se separam e tornam-se autônomas mais uma vez. Com a redemocratização e o advento do marxismo a História vai ter mudanças em suas perspectivas passando a “formar cidadãos críticos e atuantes no meio social” (SOUZA; PIRES, 2010).

Com o intuito de formar cidadãos críticos, alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos nesta linha de raciocínio: o que é necessário para se formar pessoas capazes de viverem bem em sociedade? Entendendo viver bem em sociedade, seres humanos capazes de se respeitarem mutuamente, desprendido de qualquer tipo de preconceito, responsável por seus atos e capaz de pensar criticamente em meio a sociedade atual e suas demandas. Qual o espaço mais apropriado para este tipo de construção pessoal? Qual o papel da História no desenvolvimento do homem? Questionamentos como este têm sido recorrentes nas pesquisas sobre ensino de História. Levantamentos feitos a base de dados da CAPES apenas em trabalhos que discutam o livro didático de História temos mais de 100 trabalhos, os quais em sua grande maioria discute problemáticas desta alçada, principalmente quando se trata de estudos sobre as minorias (história indígena e da África). Nesta vertente este trabalho se insere no sentido em que discutirá conceitos como espaço escolar e valor democrático.

Conhecendo o livro didático de História

Mesmo que durante muito tempo tenha sido negligenciada, a literatura escolar vem despertando interesse na comunidade científica e de maneira mais especial nos profissionais de História, que entenderam nos livros didáticos, importante fonte para a pesquisa e de perceber a sociedade a qual estamos inseridos.

Inicialmente o setor de literatura didática não encontrou espaço na academia por não apresentar peculiaridades analisáveis de acordo com os pressupostos acadêmicos ou científicos. Além disso, os manuais escolares também são considerados mercadorias perecíveis; perdendo credibilidade com as mudanças da sociedade, visto que muitas vezes não acompanhava as transformações sociais que aconteciam no tempo presente, quando os fatos do presente acabam por impor-lhes transformações, como, por exemplo, ocorreu ao fim da União Soviética ou mesmo a queda do muro de Berlim. Para mais, o livro didático vinculava-se apenas ao consumo pedagógico, como se qualquer outro profissional das licenciaturas não o utilizasse também.

Contudo na década 1960 esta realidade sofre mudanças, com o ritmo acelerado de uma sociedade em constante transformação a longevidade das obras escolares reduziu, ao passo em que se assistia o crescimento do mercado editorial. Com esta frenética evolução os livros didáticos se tornaram poderosos instrumentos de análise identitária da sociedade; mesmo que a priori tenham sido usados como instrumentos de denúncias políticas. Desta forma quase metade das publicações sobre o tema, publicadas na França, antes de 1980, possuem uma perspectiva sociológica. Somente nos anos de 1970 é que os historiadores vêm manifestar seu interesse por este objeto de estudo; entendendo ser o livro didático uma grande fonte de pesquisa histórica. Neste sentido Alain Choppin, matemático francês, professor do *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP), na França e respeitável pesquisador sobre a temática, fala em seu artigo *O historiador e o livro escolar* (2002)

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou as mentalidades, à linguagem, às ciências [...] Ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente despercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante – até mesmo

inquietante – constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples eleitor,...), nos instiga a ali pesquisá-lo. (CHOPPIN, 2002: 13-14)

Sendo o livro grande subsídio de pesquisa, além de sua função social, o papel de transmitir saberes indispensáveis as gerações de cada sociedade.

Espaço escolar: diversidade e escolhas

O Livro didático, portanto, é meio de interação entre professores e alunos, e para, além disso, o modelo de livro didático consolidado no Brasil comporta não só os conteúdos curriculares, aqui em destaque as informações históricas (datas, personagens e fatos), como também o seu desenvolvimento e formas de avaliação da aprendizagem dos alunos. Com o intuito de agir enquanto produto-expositor-contrutor-disparador de conhecimento científico, acadêmico. Para mais, através dos currículos atitudinais, assim nos informa os PCN de História, são apresentados ao aluno princípios necessários para o crescimento e o desenvolvimento do conhecimento histórico (valores democráticos, o conhecimento do outro e o trabalho em equipe, para citar apenas alguns).

Sendo o material didático inserido num universo muito maior que é a escola. Neste sentido podemos lembrar os mais diversos trabalhos direcionados a categoria espacial da escola.

Autores como Marcus Bencostta e Antonio Viñao são responsáveis por trabalhar este espaço numa perspectiva voltada ao físico. Viñao em artigo para livro organizado de Marcus Bencostta – História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar (2005) – vai colocar através do estudo acerca da gestão escolar e sua localização na estrutura física da escola a importância destes espaços para disciplinar e vigiar alunos e professores, o que nos recorre à obra de Michel Foucault – Vigiar e Punir (1975). Neste mesmo artigo e em trabalhos anteriores, Viñao defende que espaço escolar é lugar e território. Lugar no que diz respeito a um espaço ocupado e utilizado pelo ser humano, é construção. Como território parte da conversão desse espaço-lugar em vivência.

Esta última definição aproximando-se de maneira íntima ao espaço praticado do Michel de Certeau (1980), abordado mais a frente. Vemos, portanto, neste espaço uma relação poder/saber considerável, tendo sido abordada por Foucault em obra consagrada. *Interessante compreender que Vigiar e Punir oferece diversas contribuições para as percepções sobre este espaço que é a escola; e o mérito dessas contribuições deve ser reconhecido.*

Pouco a pouco – mas principalmente depois de 1762 – o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana a semana, de mês em mês, de ano em ano; [...] ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideias, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo, onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (FOUCAULT, 1986: 141-142).

Fazendo uma ponte desta problemática apresentada aos dias atuais brasileiros, vemos que muitos dos elementos levantados por Foucault ainda se repetem. Os “corpos dóceis” ainda estão presentes nas carteiras das salas de aula e nos mais diversos níveis de conhecimento.

Alguns desses elementos, afirma Leda Potier (2013) tais como a organização das carteiras em salas de aula, para citar apenas um dos elementos, “ainda persistem, muito possivelmente com a intenção de controlar, mas também, de favorecer o desenvolvimento da construção do conhecimento escolar.” (POTIER, 2013).

Marcus Bencostta, outro nome de destaque nos estudos em espaço escolar, quando se trata da estrutura física da escola, usará da noção de vigilância de Foucault para analisar mapas de plantas das escolas paranaenses e relacioná-los às ideias de modernidade das primeiras décadas dos anos 1900.

Não obstante a esta noção entendemos a sala de aula, e mais a escola, se apresentando como locus privilegiado da atuação humana, uma vez que é lá onde professores e alunos interagem de forma conjunta e participativa, por isso mesmo, entendemos esta sala de aula

enquanto um espaço vivenciado, visto que o espaço realiza-se enquanto prática, ou seja, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso, e assim o potencializam e o atualizam. Isto é, o lugar praticado (CERTEAU, 1980) é algo fisicamente imóvel que depende das dinâmicas de deslocamentos de um coletivo para se (re)significar e atualizar-se constantemente. O dispositivo que transforma o espaço em lugar é efêmero, mas adquire tal condição justamente por uma vivência temporal do indivíduo em determinado lugar, segundo o autor. Assim, a sala em si mesma não carrega sentidos objetivos, a não ser, os impostos pelo agrimensor, que estipula meio e modelos de utilização, consumo e prática do espaço. Por outro lado, quando ocupada por alunos e professores, as salas de aula se transformam. Suas paredes não mudam de lugar, ou mesmo o telhado se torna mais alto, mas há ali a construção de saberes, e a exposição de valores essenciais não somente à formação do indivíduo, mas à construção de uma sociedade, que se entenda igualitária, fraterna e livre. E mais, a noção de que o próprio livro didático torna-se este espaço a ser vivenciado pelo aluno e pelo professor é muito valioso para nosso trabalho.

Tomando as interações humanas como tópico espacial complexo e importante ressaltado, vemos em Tardif e Lessard fornecedores de uma discussão acerca da especificidade da produção docente, possibilitando-nos perceber a dinamicidade deste espaço escolar. Desta forma,

Desde que a docência moderna existe, ela se realiza numa escola, ou seja, num lugar organizado, espacial e socialmente separado dos outros espaços da vida social e cotidiana. Ora, a escola possui algumas características organizacionais e sociais que influenciam o trabalho dos agentes escolares. Como lugar de trabalho, ela não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social que define como o trabalho dos professores é repartido e realizado, como é planejado, supervisionado, remunerado e visto por outros. Esse lugar também é o produto de convenções sociais e históricas que se traduzem em rotinas organizacionais relativamente estáveis através do tempo. É um espaço socioorganizacional no qual atuam diversos indivíduos ligados entre si por vários tipos de relações, mais ou menos formalizadas, abrigando tensões, negociações, colaborações, conflitos e reajustamentos circunstanciais ou profundos de suas relações. Além disso, a escola como lugar de trabalho se caracteriza por 'tecnologias' particulares (DREBEM, 1970), próprias dela: programas, disciplinas, matérias, discursos, ideias, objetivos etc. que são realidades primeiramente cognitivas ou discursivas, com as quais os docentes devem agir e lidar para atingir seus fins. No mesmo sentido, os objetivos desse

trabalho são vastamente simbólicos – e, portanto, materialmente intangíveis – porque elas tratam de concepções socioculturais da criança, do adolescente e do adulto, ou seja, de como eles devem ser, fazer e saber enquanto membros educados (socializados e moralizados) e instruídos de uma determinada sociedade. (TARDIF; LESSARD, 2007: 55)

Nesta perspectiva a escola é lugar de trabalho, de práticas culturais e sociais diversas se “inscrevem, estabelecem e se atualizam.” (POTIER, 2013). O livro didático como material presente nesta dinamicidade não pode ficar fora destas práticas culturais, afinal é produto delas, e assim (também) é meio ao qual os agentes escolares (aqui entendidos como professores, funcionários, alunos e pais) podem atuar, gerando vivência, prática.

Ainda neste caminho a geógrafa Solange Lucas Ribeiro em trabalho sobre educação especial colocará o espaço escolar em grande destaque em suas pesquisas, afirmando

[...] a grande relevância do espaço para a vida do homem e a sua dimensão educativa, o espaço/ ambiente escolar, recorte temático dessa pesquisa, adquire uma fundamental importância e para estudá-lo, é preciso considerá-lo como *parte integrante de um contexto macro* e como um reflexo das *representações sociais* [conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes partilhadas por um grupo a respeito de um dado objeto social]. [...] *Portanto, o espaço aparentemente estático é fruto de um processo dinâmico de uma rede de relações...*” (RIBEIRO, 2004: 105 – grifo nosso).

Mesmo entendendo o valor que tem os estudos de Foucault e sua importância ainda hoje. Percebemos que lidar com a dinamicidade do espaço escolar que gera o livro didático como fruto, muito mais pertinente ao trabalho que estamos nos propondo. Portanto, Solange Ribeiro ao nos lembrar do processo dinâmico advindo as redes de relações, lembra-nos também da complexidade que é analisar o homem, visto que esta noção espacial se relaciona muito mais com o ser humano do que com os edifícios de pedra e cal.

O que é valor: uma discussão necessária

Sob esta ótica espacial, torna-se relevante outra discussão: a do papel do historiador e de suas pesquisas frente às demandas da comunidade, às funções sociais de seus trabalhos, se estas surgem a partir de carências de orientação no tempo – “ As carências de orientação no

tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado” (RÜSEN, 2001, p. 31) – temos o dever de retorná-las como resposta à sociedade. Luis Fernando Cerri em *Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea* (2011) trata do papel fundamental da História no mundo ao qual estamos inseridos

A perspectiva da consciência histórica nos impõe, também, outro ponto de vista sobre a nossa disciplina: o de que ela é resultado de necessidades sociais e políticas na formação da identidade de novas gerações e, portanto, o seu problema não é somente de ordem cognitiva ou educacional, mas também sociológica e cultural. (CERRI, 2011: 17)

Neste panorama apresentado por Cerri podemos perceber a importância da História em vincular respostas, muitas vezes, sociais de exigências do dia-a-dia, somos o resultado destas demandas e, portanto temos o dever de nos posicionar, de dar respostas, de “resultar” no desenvolvimento de valores para bem vivermos em comunidade.

Baseando-nos no PCN de História disponibilizados pelo Governo Federal compreendemos que dele podemos lançar mão de um ponto fundamental que é o currículo proposto por eles, dividido em três áreas: **conteúdos conceituais**, ao qual abarca toda informação de datas, fatos e personagens da História; os **conteúdos procedimentais** que apresentará a História como ciência e por isso usará diretamente as fontes para o desenvolvimento do seu conhecimento e por fim, os **conteúdos atitudinais** (ou ocultos) que compreendem no aprendizado de conhecimentos que não são historiográficos, mas humanos, que ajudam aos indivíduos a viverem bem em sociedade, aqueles que educam, se assim podemos colocar, que não são diretamente ensinados, mas são aprendidos no convívio em sala de aula, no aprendizado da História e na leitura do livro didático. Neste sentido, é destes conteúdos ocultos que tiramos o que entendemos por valores democráticos sociais. O PCN de História (2000) afirma que

Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis. [...] A educação deve estar comprometida com o desenvolvimento total da pessoa. Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos

autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. [...] Um eixo histórico-cultural dimensiona o valor histórico e social dos conhecimentos, tendo em vista o contexto da sociedade em constante mudança e submetendo o currículo a uma verdadeira prova de validade e de relevância social. Um eixo epistemológico reconstrói os procedimentos envolvidos nos processos de conhecimento, assegurando a eficácia desses processos e a abertura para novos conhecimentos. (PCN História, 2000: 16)

Outro ponto interessante de se levar em consideração é que valores, saberes e preconceitos mudam, porque os seres humanos são seres que se modificam conforme o avanço do tempo e da ciência e o modo de viver de uma coletividade. Muitos são os valores e conhecimentos que atendem aos interesses dos grupos sociais dominantes econômica e politicamente na sociedade, desta forma trabalharemos com a gama de valores instituídos democraticamente em nossa sociedade, como o do respeito (em todos os sentidos), a igualdade entre as pessoas, liberdade e fraternidade; estes dão sustentação ao domínio intra social e reproduzem princípios de todas as categorias.

Nós historiadores não podemos ignorar esta função ao qual nos foi dada, formar o homem; desta forma o professor tem papel ainda mais ativo nesta construção e juntamente com ele os livros didáticos, afirma Choppin (2002)

Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. (CHOPPIN, 2002: 14)

Percebemos que é tarefa fundamental orientar as crianças de hoje a desenvolverem um repertório de instrumentos capazes de ajudá-los a viverem em sociedade, e o livro didático é um destes veículos de desenvolvimento de valores.

Considerações finais

Tentamos demonstrar ao longo deste trabalho que o ensino de História em grande medida vêm conquistando cada vez mais espaço na academia e credibilidade em suas pesquisas, traçando um pequeno histórico sobre a disciplina História no Brasil. Em sua grande maioria, quando se trata de espaço escolar, os estudos produzidos estão na área da arquitetura e da pedagogia ao se reportarem à obra de Foucault acaba enquadrando a escola as paredes de pedra e cal. Mesmo que compreendamos esta teoria como um espaço vigilância, complexo em suas percepções. Contudo também entendemos que esta mesma categoria espacial é um dinâmica, onde relações entre indivíduos e destes com a sociedade no geral torna-se o ponto essencial da análise.

O enfoque deste trabalho é, portanto, o livro didático e sua veiculação de valores fundamentais para a vivência em sociedade por parte dos alunos, desta maneira entendemos que o conceito de valor/ princípio nos é caro e precisa ser desenvolvido e entendido. Compreendemos ainda que a História por ter esse caráter crítico, sobretudo, por ter lutado por sua autonomia de atuação; assim neste sentido, é porta para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis de nossa sociedade, além do que quando se trata também de “educar” para o mundo a Escola possui papel essencial e, neste caso, o professor/ historiador não deve se eximir de sua responsabilidade.

Referências Bibliográficas

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. In: **História da Educação**. Pelotas: UFPel, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 38.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

POTIER, Leda Campelo. O espaço escolar e o ensino de história: do disciplinamento dos corpos à construção do conhecimento histórico. In: **Quipus – UnP**. Natal. Ano II, nº 02, jun/nov 2013.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. In: **Sitientibus**. Feira de Santana, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da história – os fundamentos da ciência histórica. In: MARTINS, Estevão de Rezende (trad). Brasília: Ed. UNB, 2001.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. Os desafios do ensino de História no Brasil. In: **Professores em formação**. ISEC/ISED, nº 01, 2010.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

Bares tradicionais: patrimônio cultural, tradição e sociabilidade no Rio de Janeiro

*Amanda Danelli Costa**

A oportunidade de participar do grupo de pesquisa sobre Institucionalização das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural na América do Sul na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro me estimulou a olhar comparativamente algumas ações que se desenrolavam de modo assemelhado nas cidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, sendo essa a motivação inicial que me trouxe a pesquisar este tema em específico, mas que aqui apresenta apenas algumas considerações iniciais. De igual forma, a participação no grupo de pesquisadores que se dedicou a realizar entrevistas nos bares tradicionais cariocas sob encomenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possibilitou o primeiro esforço de levantamento de fontes sobre os bares e a sociabilidade carioca que eles abrigam, o que se configurou o pontapé para o que se apresenta a seguir.

Em dezembro de 2011 se realizou na Estudantina, Rio de Janeiro, o 1º Seminário Internacional do Bar Tradicional, que suscitou discussões acerca da possibilidade de alguns bares se tornarem patrimônio cultural da cidade. A iniciativa contou com o apoio da Prefeitura do Rio, que, naquela ocasião, publicou o decreto que estabeleceu o Cadastro dos Bares Tradicionais como Patrimônio Cultural da Cidade. O primeiro momento do cadastro listou, então, doze bares (Café Lamas, Bar Luiz, Nova Capela, Restaurante 28, Casa Paladino, Adegas Flor de Coimbra, Armazém do Senado, Bar Brasil, Bar Lagoa, Cosmopolita, Armazém São Thiago e Bar do Jóia), dez deles no centro da cidade e dois na zona sul, sendo essas duas zonas os limites mais conhecidos como a área turística da cidade. Sabia-se que com o tempo a lista poderia ser acrescida de outros estabelecimentos, como de fato ocorreu um ano após com o registro de mais quinze bares, agora a maioria deles na zona norte carioca.

Na ocasião da criação do cadastro, a Prefeitura da cidade se dizia preocupada com o fato de que vários bares centenários fecharam suas portas nos últimos anos. A partir do

* Professora Doutora Adjunta do Departamento de Turismo/Instituto de Geografia/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

reconhecimento e do apoio institucional, esperava-se que ao menos os bares presentes na lista não tivessem o mesmo destino. O então secretário de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello, que também participou do 1º Seminário Internacional do Bar Tradicional, relacionou o decreto, a cultura urbana carioca e o contexto mais amplo que envolve a realização dos megaeventos na cidade na seguinte afirmação: “Os turistas que chegam ao Rio tem a obrigação de conhecer nossos bares e botequins. Por isso, é fundamental que se trabalhe por sua preservação. A assinatura desse decreto reflete esse momento maravilhoso que o Rio vive”. Tanto para o secretário quanto para o senso comum é simples compreender a visita obrigatória aos bares da cidade, afinal eles são entes vivos e dinâmicos que apresentam e representam traços da cultura carioca, e que muitas vezes simbolizam junto de alguns outros elementos as principais referências dos bairros onde se localizam.

Pedro de Lamare, presidente do SindRio, também presente no Seminário comentou a importância desses estabelecimentos e destacou o risco latente de se perder junto do fechamento de alguns estabelecimentos, em razão da crescente especulação imobiliária, a memória local da cidade: “temos hoje cerca de 9 mil bares e botequins na cidade, o que movimenta 4,6% de empregos diretos. Por esse motivo, nesses tempos de especulação imobiliária, devemos manter viva a característica do comércio de bairro do Rio”. Esta fala, no entanto, nos oferece pistas pelo avesso para pensar as ações da Prefeitura diante do contexto que a cidade vive. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que reconhece na especulação imobiliária uma das principais motivações para o fechamento de boa parte do comércio tradicional da cidade, poderia além de sugerir um novo cadastro para o patrimônio cultural da cidade, acompanhar tal ação de uma reflexão criteriosa sobre os efeitos sociais que essas mudanças econômicas tem promovido na urbanidade, bem como apontar medidas mais efetivas em relação a esses prejuízos.

Nos últimos anos, o carioca tem observado uma intensa transformação do espaço urbano, que não se revela exclusivamente pela ineficaz ampliação da rede de metrô, da retirada e construção de viadutos e vias expressas para a passagem de carros e ônibus, mas também na substituição do comércio e das atividades locais por novas marcas e formas de consumo. As últimas casas, construídas antes dos anos quarenta, que ainda resistiam na orla de Copacabana foram vendidas para que nos seus terrenos se construam hotéis. Encontra-se apartamentos de 1

quarto no Leblon, possivelmente o bairro mais caro da cidade, à venda por 1 milhão de reais. O mesmo apartamento seria vendido há 15 anos atrás por 60 mil reais. Embora a economia brasileira tenha se desenvolvido nesses anos 2000, os salários dos brasileiros não aumentaram não aumentaram na mesma proporção que o acesso ao crédito. Esses e outros indícios fazem crer a muita gente de que estamos vivendo uma bolha imobiliária. O “momento maravilhoso” do qual falou o secretário de Turismo há dois anos não avalia evidentemente os prejuízos econômicos, sociais e simbólicos que o carioca tem enfrentado, mas observa tão somente que a euforia em torno da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016 se traduz para a Prefeitura na possibilidade de atrair investimentos que contribuam para a promoção de um projeto de modernização que, não apenas assegure a realização do evento, mas que reordene o lugar da cidade no concerto mundial de cidades que devem abrigar eventos assemelhados, tornando-se um destino turístico obrigatório. As exigências em torno da realização do evento conferem à cidade a imagem de um produto seguro dentro e, principalmente, fora do país. Esse contexto, entretanto, recrudesce as iniciativas ligadas à engenharia civil e anima ainda mais a especulação imobiliária, que se tornou um tema recorrente nos periódicos do país que anunciam, sem pesar, que o metro quadrado mais caro do Brasil está no Rio de Janeiro e que a cidade é atualmente uma das quinze mais caras do mundo para se viver. É justamente em razão desse contexto que a cidade tem experimentado diversas transformações que envolvem investimentos da iniciativa privada, projetos de políticas públicas e de organizações sociais que se refletem na paisagem urbana e cultural da cidade, onde dezenas de lugares tem visto suas especificidades, valores simbólicos, relações de sociabilidade se alterando e se resignificando.

Em Buenos Aires, a iniciativa que denominou e conferiu proteção aos cafés, bares, bilhares e confeitarias notáveis da cidade é mais antiga em relação à recente iniciativa carioca. A lei nº 35 que registra esses estabelecimentos como bens culturais foi publicada em julho de 1998 e previa em seus principais artigos: a criação de uma comissão de proteção e promoção dos notáveis; a definição do que se considera notável – “aquele café, bar, bilhar ou confeitaria relacionado à feitos ou atividades culturais significativas; cuja antiguidade, desenho arquitetônico ou relevância local lhes outorguem um valor próprio” –; e já anunciava os compromissos que a comissão deveria assumir, que vão desde a criação de um catálogo até a

apresentação de metas anuais de investimentos a serem realizados nesses estabelecimentos. Já na letra da lei se observa uma primeira coincidência em relação ao caso carioca: antes mesmo de citar a preocupação com a reabilitação ou restauração de alguns desses bens, quando necessário, o artigo 6 recomenda que os catálogos sobre os notáveis sejam difundidos nos centros de atividade turística. Nas primeiras páginas do 1º volume dos catálogos escreve Hernán Lombardi, Ministro da Cultura: “Tomar um café em Buenos Aires é um ritual **obrigatório** para quem nos visite e queira nos conhecer”. Essa consideração aparece antes mesmo da observação de que a ida ao café é um hábito cotidiano para o portenho. O termo obrigatório aqui me remeteu à frase dita pelo secretário de Turismo do Rio de Janeiro: “Os turistas que chegam ao Rio tem a **obrigação** de conhecer nossos bares e botequins.” As falas revelam que era desejável que o registro como patrimônio cultural, em ambas as cidades, organizasse atrativos para o turismo cultural que se alimenta, principalmente, do patrimônio material e imaterial para promover encontros de descoberta e experimentação dos traços mais pitorescos constituintes daquelas identidades culturais.

Para dar início a esse pesquisa, preparei um questionário a ser aplicado aos donos, gerentes, garçons e clientes dos bares e cafés. No Rio de Janeiro, realizei entrevistas gravadas em áudio e filme nos doze primeiros bares registrados. Em Buenos Aires, tive a oportunidade de estar presente durante uma semana em maio de 2013 para tentar aplicar o mesmo questionário. Dos catorze cafés notáveis visitados, colhi informações de todos eles, mas obtive entrevistas gravadas em áudio em apenas sete deles. Além da entrevista aos donos ou responsáveis pelos cafés, consegui um encontro com o representante da Prefeitura de Buenos Aires na Comissão Permanente dos Notáveis, o artista, arquiteto e historiador da cidade de Buenos Aires, Sr. Horacio Spinetto, que me recebeu com muita solicitude todas as vezes. Na entrevista com trinta perguntas, três consideravam de diferentes formas a questão do turismo e uma delas questionava diretamente se houve um acréscimo de turistas nos bares cariocas ou nos cafés portenhos depois do registro como bem cultural; de um lado e de outro a resposta mais comum era que não. Ao contrário do que se pode pensar de imediato, isso não significa que os visitantes não se interessam pelos bens culturais das cidades que visitam; significa antes

que o simples registro como bem cultural por mais que confira maior valor simbólico ao estabelecimento não confere apenas com este ato um valor turístico ainda maior.

Outra semelhança observada nas duas cidades diz respeito aos discursos que vêm no fechamento de muitos desses estabelecimentos o despertar para a proteção dos bares e cafés restantes via registro como patrimônio cultural. José Maria Peña, no prólogo para a segunda edição do catálogo de notáveis de Buenos Aires, mais do que se debruçar sobre o caráter que torna os cafés de hoje notáveis, sente a necessidade de rememorar “os cafés que tendo sido notáveis em seu momento, hoje desapareceram”, e neles concentra a maior parte dos seus argumentos. A hipótese da “retórica da perda”, tal como apresentada por José Reginaldo Gonçalves, acendeu a necessidade de se identificar, registrar, preservar esses estabelecimentos genericamente conhecidos por bares e cafés, e que são marcas culturais muito significativas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Como disse o subsecretário de Patrimônio Cultural, Washington Fajardo, os bares da cidade representam uma espécie de “acervo cultural” do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a padronização do consumo, a sensação de insegurança, a concentração das iniciativas culturais no centro e na zona sul, somadas à especulação imobiliária fragilizaram a existência desses estabelecimentos que são, cada um, exemplares únicos – no sentido de que não possuem filiais – que compõem a cena de uma sociabilidade carioca para a qual seus donos, gerentes, cozinheiros, garçons e clientes são os personagens principais. Já em Buenos Aires, é preciso que a pesquisa avance para que se averigüe os motivos que levaram ao fechamento de vários desses estabelecimentos, como é o caso da confeitaria Paris, La Meca, Augustus, Petit Café, La Paz, La Victoria, El Ciervo, para citar apenas alguns. Já é sabido, entretanto, que são também os efeitos econômicos, lá em Buenos Aires associados a uma situação de crise, que levaram muitos desses cafés a fechar suas portas.

Pode parecer paradoxal que as cidades em situação de transformações radicais assim como os tempos históricos de mudanças mais rápidas sejam justamente aqueles em que se evidencia uma preocupação memorialística com a manutenção ou “invenção das tradições”, tal como explicou Eric Hobsbawm. A tentativa de organizar quase imutavelmente alguns aspectos da vida social – ou reestruturá-los, reformá-los, reinventá-los – para Hobsbawm, se deve a uma

insegurança em relação ao futuro, sensação bastante típica do século XX – e, por que não, do XXI? No caso do Rio de Janeiro foi justamente essa noção da tradição associada à “retórica da perda” que animou a Prefeitura a elevar alguns dos bares cariocas ao registro de bem cultural sob o epíteto de bares tradicionais, que, para o senso comum, levou à associação equivocada com a antiguidade desses estabelecimentos. A Prefeitura de Buenos Aires ao registrar seus cafés, bares, bilhares e confeitarias como “notáveis” dirimiu essa confusão. Muito recentemente, via decreto, a Prefeitura do Rio de Janeiro mudou a denominação para bares tradicionais e notáveis, a exemplo do que fizera a cidade de Buenos Aires.

No Rio de Janeiro de hoje, os bares são (ao lado do samba e da praia) a principal referência para compreender o que é a sociabilidade carioca. No entanto, nem sempre foi assim. Danilo Gomes, autor de “Antigos Cafés do Rio de Janeiro”, teve como motivação principal para a escrita do livro justamente o fluxo contínuo e acelerado de esquecimento dos cafés e a perda dessas referências do passado. Ele informa que a época áurea dos cafés na cidade no Rio de Janeiro se deu entre os anos de 1880 e 1940, quando houve expansão no número de estabelecimentos e elevada frequência nos mesmos. Em 1875 havia cerca de 140 cafés e dez anos depois o número já alcançava quase o dobro. Vale saber que desde o século XIX se deu uma confusão entre cafés e botequins, talvez porque os botequins também servissem cafés. Assim como o século XX viu dezenas de cervejarias sendo chamadas de café-concerto ou café-cantante, o que provavelmente acontecia em razão de uma influência francesa na valorização dos cafés. Alguns deles eram redutos de grupos de escritores, o que punha muitos desses estabelecimentos na órbita dos debates políticos e das conversas literárias. A ambiência dos cafés fundamentava o epíteto de “cidade das letras”, como analisou Flora Sussekind, demonstração da acalorada vida cultural carioca no início do século XX. Com a influência norte-americana, especialmente no pós-guerra, e as mudanças de hábito daí decorrentes, o café se tornou lugar de passagem mais rápida, deixando de abrigar mesas onde era possível demorar-se por algumas horas, adotando a partir de então os balcões compridos que possibilitavam o atendimento do cliente em pé. Para alguns cronistas, a decadência do café se dá justamente nesse momento, quando as antigas sociabilidades se vêem completamente alteradas. De certa forma, os bares passaram a ocupar esse lugar dos antigos cafés em que a permanência dos

clientes por horas em uma mesa não é controlada, o que convida os frequentadores a uma outra relação com a passagem do tempo, na qual o tempo gasto é encarado como tempo investido. Daqueles cafés que já faziam fama na época áurea, apenas três sobrevivem até hoje: Vilarino, Lamas e Amarelinho, sendo os dois primeiros exemplos dentre os bares registrados pela Prefeitura como patrimônio cultural carioca. Para os portenhos, as mudanças dos anos 1940 aconteceram especialmente no âmbito da decoração dos cafés, sem que isso ameaçasse o seu caráter, muito menos a sua sobrevivência, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Outro aspecto igualmente presente entre as duas cidades é o fato desses estabelecimentos terem, fortemente, uma herança ibérica, sendo mais evidentemente portuguesa no Rio de Janeiro e espanhola em Buenos Aires. No Rio de Janeiro, os bares azulejados e em Buenos Aires os presuntos pendurados no teto dizem mais sobre uma herança que se quer evidenciar do que propriamente sobre a decoração desses estabelecimentos. No Rio de Janeiro, os bares herdeiros das tascas e em Buenos Aires os cafés herdeiros de pulperías assinalam a presença da cultura ibérica para além das nossas línguas. Em Buenos Aires se percebe uma real preocupação com essa relação de parentesco através dos textos presentes nos dois catálogos sobre os notáveis, sendo o Bar de Cao e El Federal dois exemplares dessa tradição. No Rio de Janeiro, por outro lado, não se observa por parte da Prefeitura a mesma preocupação histórica de sublinhar a herança portuguesa em grande parte dos bares cariocas. Tanto numa cidade quanto na outra, além da influência ibérica, o café parisiense inspirou e ainda inspira muitos traços da sociabilidade nos cafés e bares. O principal deles é o fato de muitos estabelecimentos colocarem mesas na calçada, permitindo que a rua invada em certa medida a intimidade desses lugares de parada. A passagem do tempo nos cafés e bares também sobre alguma influência de Paris na medida em que para ir até eles basta deixar-se estar. Aliás, esse é um forte traço comum: não é preciso ter motivos para ir ao café ou ao bar – quando portenhos e cariocas querem ir a algum lugar é invariavelmente lá aonde eles vão parar.

As principais diferenças entre cafés portenhos e bares cariocas residem em duas características: o que se bebe e a companhia. No Rio de Janeiro, o chope e a cerveja são as bebidas mais consumidas e em Buenos Aires em geral se bebe café ou café com leite. Quanto à companhia, tanto numa quanto noutra cidade é comum ver gente sozinha e acompanhada.

Entretanto, o carioca, mesmo quando está sozinho em um bar, conta com a companhia velada do garçom ou do gerente, com quem acaba criando uma relação de camaradagem. Em Buenos Aires, apesar dos portenhos serem conversadores e também estabelecerem um clima de amizade com os *mozos*, se alguém se senta sozinho em um café é incomum que essa solidão seja perturbada; nesses casos, as companhias escolhidas de um modo geral são os livros, os jornais – que muitas vezes ficam passeando de mesa em mesa – e o próprio café.

No Rio de Janeiro, é provável que a série de transformações que se deseja que a cidade viva até 2016 coloquem em questão esses lugares que se mostram frágeis diante da presente fetichização e onda de consumo. Por mais que os cafés, bares, armazéns estejam em funcionamento e se mantenham organismos vivos dentro da cidade, é possível que eles se vejam ameaçados pelas lanchonetes, *fast-foods*, restaurantes de comida a quilo e grandes redes de botequins, que se espalham pela cidade padronizando os fazeres e os usos. É da reflexão sobre a cultura, como forma simbólica de uma sociedade se ver a si mesma e se interpretar, que surge a possibilidade de pensarmos sobre o caráter atávico que esses lugares exercem no ambiente onde eles sobrevivem. Quando um elemento da identidade cultural de uma sociedade se torna um bem ele é imediatamente investido de um acréscimo de valor porque ele se torna um ícone através do qual se acessa um universo mais complexo e difuso da cultura. Aquele elemento, além de identificar um determinado grupo, permite que aquele grupo se diferencie dos demais.

Entre os bares cariocas há muitas coisas em comum: como já foi dito, a maior parte dos donos ou da família dos proprietários dos bares registrados é de origem portuguesa ou espanhola; há muitas histórias de donos atuais que eram décadas atrás garçons, cozinheiros ou gerentes do mesmo bar; da mesma forma, a maioria dos proprietários sempre trabalhou em algum ramo da restauração; de maneira geral, tem por hábito manter seus empregados, sobretudo, os garçons, bem como a sua clientela; preservam o cardápio e dezenas de hábitos, que se repetem religiosamente, por exemplo: o único responsável pela cocção do cabrito no Restaurante 28 é o dono, Seu Amândio; quem se vê detrás do balcão já de manhã cedo na Casa Paladino é o Seu Ricardo, que por volta das dez horas sai com patrícios seus, donos de outros estabelecimentos comerciais na cidade, para tomar um café na Casa do Café Capital no mesmo quarteirão da Avenida Marechal Floriano; é também pela manhã que o Seu José, dono do Bar

Brasil, corta as peças de kassler com o mesmo cutelo que mandou vir da Galícia, anos atrás, feito inteiramente da mesma peça de aço. É interessante observar como essas particularidades agregam valor ao caráter comum que se encontra nesses estabelecimentos, sendo precisamente o cuidado com a continuidade desse perfil que faz de cada um deles o conteúdo e a forma, simultaneamente, dessa que é, dentre as formas de sociabilidade carioca, uma das mais marcantes.

O que se vê ao visitar esses bares e cafés únicos, tradicionais e notáveis – inclusive os que não estão registrados ainda – é que a rotina deles não depende desses artifícios, mas sim da clareza, por parte dos donos e dos clientes, das especificidades da personalidade desses bares e cafés, que são a sua maior valia: a tônica do valor da continuidade e as sociabilidades. A preocupação com a continuidade, tal como foi exemplificada anteriormente, é provavelmente o que oferece a qualidade de “tradicional” ao bar e ao café, e não necessariamente a sua antiguidade. É preciso compreender que tradicional não é necessariamente aquilo que é antigo e que não se transformou com o tempo, mas aquilo que é simbolicamente significativo para a comunhão e identificação de um aspecto social e que consegue se resignificar ou se reinventar, apesar da passagem do tempo. Fossem mantidas duramente todas as características de um estabelecimento como o café Lamas no Rio, fundado há 135 anos, ou do Tortoni em Buenos Aires, fundado em 1858, eles não teriam sobrevivido à metade do tempo de vida. A sociabilidade, segundo Georg Simmel, é a “forma lúdica de sociação”, vinculada à concretude da realidade apenas superficialmente, como inspiração, mas dela necessariamente independente e livre porque existe, sobretudo, enquanto forma; ou seja, não há qualquer finalidade na sociabilidade que não seja ela mesma. Não é por coincidência que em uma mesa de bar a conversa vai de um assunto a outro de modo fácil e rápido, sem qualquer ordenamento ou controle. Basta que haja a conversa e que ela paire no ar, sem que se precise definir, decidir, apontar, resolver e realizar materialmente os seus assuntos. Não raro os grupos que sempre se encontram nas mesas de bar voltam aos mesmos temas recorrentes e imaginam e planejam uma infinidade de coisas que apenas viverão ali, na conversa. Esse tipo de relação, entretanto, não é exclusiva dos clientes, mas se dá muito comumente entre clientes e garçons, que reconhecem o clima informal e de camaradagem. Desse modo, o bar tradicional e o café notável não são únicos

tão somente porque não possuem filiais, mas porque as relações que ali se estabelecem e se desenrolam são também únicas: as pessoas se conhecem pelo nome, conhecem os gostos uma das outras, tem suas preferências respeitadas, são mais tolerantes com os garçons, simplesmente porque o mais importante é estarem ali. Essa ambiência nos aponta para relações que não são, portanto, exclusivamente de consumo, motivadas por interesses e saciedades imediatas; pelo contrário, nos aponta um clima de solidariedade.

O bar é um desses elementos que contribuiu para que o carioca se perceba e se identifique como tal, ou seja, ele não apenas é parte da cultura urbana carioca como possui atributos específicos da cultura – alimenta um imaginário que é a forma como a sociedade se vê e se compreende. Em Buenos Aires, com os cafés, não é diferente. Os bares e os cafés, no Rio e em Buenos Aires, portanto, são um elemento da personalidade do carioca e do portenho, sendo eles mesmos as principais referências para a compreensão de como essa forma de sociabilidade que valoriza as longas pausas no tempo e no espaço, onde simplesmente se deixar estar, sobreviveu ao próprio tempo contemporâneo. Na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto de reestruturação urbana como o atual, no qual há muitas dúvidas sobre qual pecúlio se deixará para a posteridade, é de grande valia observar como os bares contam e fazem a história dessa cidade e ao mesmo tempo observar como outras cidades, como Buenos Aires, lidam com esses mesmos e outros desafios.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Margarita. **Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas**. El Sauzal: ACA y Pasos, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GOMES, Danilo. **Cafés do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

HOBBSAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural:** uma visão antropológica. El Sauzal: ACA y Pasos, 2009.

SENNA, Ernesto. **O velho commercio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1908.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das Letras:** literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Nos rastros de Kant: sobre os limites da interculturalidade em Jörn Rüsen

Ana Carolina B. Pereira*

São cada vez mais conhecidos do público brasileiro os princípios norteadores da Teoria da História de Jörn Rüsen, e ainda mais particularmente quando nos referimos a algumas de suas “ferramentas”. Assim por exemplo, certas obras historiográficas foram interpretadas à luz da “matriz disciplinar” e seus cinco elementos, demonstrando, na prática, a sua funcionalidade como recurso interpretativo.¹ Do mesmo modo, as reflexões de Rüsen a respeito da Didática da História têm oportunizado diversas pesquisas alusivas à tarefa e função do conhecimento histórico, no desenvolvimento da “consciência histórica” entre estudantes de ensino fundamental e médio.² Tendência cujo alcance sugere, senão a superação, a desestabilização da primazia do discurso que então relacionava o ensino de história ao desenvolvimento da cidadania.

Por tudo isso, não é equivocado dizer que a “Didática da História” e a “História da Historiografia” são dois campos, ou subdisciplinas, beneficiados pelo pensamento deste que tem sido um grande colaborador para o desenvolvimento das pesquisas em teoria da História no Brasil. Mas apesar disso, é possível identificar um certo descompasso entre as referências crescentes à sua obra e as críticas a ela. Indício de um excesso de otimismo – em certa medida justificável – quanto à “aplicabilidade” de alguns recursos oferecidos por sua teoria, esse

* Professora Adjunta de Teoria e Metodologia da História - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB).

1 Sobre isso ver: **ASSIS**, Arthur Oliveira Alfaix. O que fazem os historiadores, quando fazem história?: a teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda. 130 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, 2004. Ver também: **PEREIRA**, Ana Carolina B. Que objetividade para a ciência da história?: o índio brasileiro e a revolução francesa à luz da teoria da história, de Rüsen a Hayden White. 2007. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, 2007.

2 Sobre isso ver, p.e.: **SCHMIDT**, Maria Auxiliadora dos Santos; **GARCIA**, Tânia Maria F, Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

descompasso tem impedido, entre nós, o reconhecimento de que a funcionalidade da *Historik* de Jörn Rüsen tem lá seus limites.

Em outras palavras, apesar do duplo sucesso já mencionado, é preciso uma certa cautela, e ainda mais particularmente quando abordamos os pressupostos de seu projeto para uma Teoria da História Intercultural. Contudo, como sugerimos aqui uma crítica aos pressupostos e fundamentos, todas as partes que compõem o todo de sua *Historik* tendem a sentir seus abalos, como uma espécie de “efeito dominó”, de modo mais ou menos direto.³ Mas este texto é dedicado apenas à análise do que sugerimos serem os limites da interculturalidade em Jörn Rüsen, a partir de um artigo, curto porém revelador, em que claramente apresenta uma proposta de comunicação intercultural .

Mediante a releitura e atualização das proposições apresentadas por Kant em seu clássico ensaio sobre a história universal, Rüsen acredita dispor de um modelo argumentativo racional adequado à realidade contemporânea, em que se assiste ao crescimento das redes de informação e, paralelamente, do potencial de agressão decorrente do contato, sobreposição e cruzamento com a cultura tradicional. E a recorrência a Kant, explica, se deve ao fato de considerar válida a maior parte de seus argumentos, na medida em que continuam a orientar os princípios e elementos mais eficazes da sociedade civil ocidental contemporânea (RÜSEN, 2006).

Dando sequência ao argumento, analisa e problematiza o sentido do título atribuído por Kant ao seu ensaio, dividido entre uma ideia de história universal e uma intenção cosmopolita. No primeiro caso, afirma Rüsen, apresenta-se uma concepção abrangente de história, capaz de abarcar todas as culturas e todas as épocas. E a razão de recuperá-la deve-se ao fato de Kant apresentar apenas um argumento, um vislumbre e não uma história preenchida e concluída.

Mais precisamente, afirma, o retorno a Kant deve-se à fecundidade da noção de “história universal”, responsável por oferecer uma ideia capaz de abarcar todas as culturas e todas as épocas. O “núcleo” desta ideia, ou melhor, o eixo em torno do qual se equilibram (e se

3 Refiro-me aqui à subdivisão da *Historik* de Rüsen em: a) *pragmática*; b) *sistemática*; c) *tópica* e; d) *didática*.

desequilibram) estas culturas é o que Rösen identifica como a “questão da identidade”. Reconhecida como fenômeno comum a todas as culturas, a identidade corresponde, nesse sentido, ao próprio processo de determinação da cultura, em oposição à natureza, ou seja, é uma realidade antropológica universal.

Porém, como a identidade é também e necessariamente uma manifestação particular, tem sempre como contrapartida a diferença. E nesse sentido, pergunta Rösen, como resolver o problema das diferenças culturais, ou melhor, como abarcar em um único conceito “identidade” e “diferença”? Aqui reside, segundo o autor, a necessidade de ampliação do princípio do cosmopolitismo de Kant, justificada pela incorporação da perspectiva multicultural como precondição do primado do reconhecimento mútuo das diferenças.

A questão também poderia ser posta de outra forma: se a intenção cosmopolita de Kant permanece válida por se basear na norma fundamental da igualdade, esta não é, em si mesma, suficiente. E é nesse sentido que as bases do cosmopolitismo devem ser ampliadas com a inclusão da perspectiva multicultural. Com isso Rösen acredita superar o problema do historicismo, restituindo à história um sentido, mediante o “reconhecimento da diversidade das culturas na unidade da espécie” – *humanidade*. (RÜSEN, 2006)

A humanidade, portanto, é o critério normativo universal que permitiria pensar a lógica da identidade e da diferença como uma espécie de “história universal da identidade” ou “uma única multiplicidade de histórias”. A questão parece ficar mais clara quando entramos no universo das proposições de Kant, revisitadas e reformuladas por Rösen.

Dentre as nove proposições, penso que quatro delas merecem destaque, uma vez que apresentam quatro questões centrais: a) a premissa da universalidade da *humanidade* – 1ª proposição; b) a hipótese da razão inclusiva – 2ª proposição; c) a justificativa para a manutenção da ideia de progresso – 4ª proposição; d) a introdução do elemento utópico na história – 6ª proposição. De modo conciso e comparativamente às proposições de Kant, vejamos o que Rösen nos apresenta.

Na primeira proposição, se Kant fala da universalidade da natureza, isto é, das disposições naturais das criaturas destinadas ao desenvolvimento pleno, Rösen afirma que a

humanidade está enraizada na própria natureza da espécie e que ela surge da necessidade de transformação da natureza em cultura. Em outras palavras, o “universalismo da perspectiva histórica” é uma extensão da universalidade da natureza.

Na segunda, se Kant pressupõe que aquelas disposições naturais só podem se desenvolver plenamente na espécie e não no indivíduo, Rösen conclui que a razão humana universal reconhece na “humanidade” o próprio objetivo da ação humana. Dito de outra forma, Rösen retoma o sentido kantiano de razão extensiva/inclusiva, por oposição à ideia de exclusivismo da razão, como meio de endossar o propósito de abarcar os sentidos de identidade e diferença em um único projeto.

Na quarta proposição, se para Kant a natureza faz uso dos antagonismos sociais para o desenvolvimento de suas disposições, para Rösen a atualidade de Kant consiste em reconhecer, na lógica do antagonismo social e da luta pelo reconhecimento, uma dinâmica histórica e não natural. Sendo o conflito a força motriz da história, conclui, não haveria motivos para rejeitar a ideia de progresso se as origens, duração e intensidade dos conflitos estão relacionados com a história.

Já na sexta proposição, se para Kant a solução perfeita para o problema/contradição do uso da força para a domesticação da vontade é impossível, para Rösen essa contradição ganha uma qualidade utópica. E, em certo sentido, a institucionalização de um tribunal internacional para julgar crimes contra a humanidade seria já um passo decisivo.

Exposto o conteúdo destas quatro proposições, abre-se espaço para a análise de suas implicações. O que gostaria de fazer seguindo duas direções ou caminhos de reflexão. O primeiro se refere à perspectiva multiculturalista e ao primado do reconhecimento mútuo das diferenças, que Rösen evoca como critério de ampliação do cosmopolitismo de Kant. Já o segundo diz respeito ao argumento da razão inclusiva e à questão da identidade, evocados como justificativas para a manutenção da ideia de “história universal”.

No primeiro caso, é preciso reconhecer que a perspectiva multicultural, apesar da absoluta falta de consenso quanto ao sentido do termo, é em si um indicador da crise do projeto da modernidade, uma vez que ele tem origem nas próprias falhas ou lacunas do primado da

igualdade universal de direitos. E, se aprendida a lição de Foucault, nós já sabemos que os sistemas jurídicos produzem os sujeitos que alegam meramente representar. Por extensão, sabemos também que não há um sujeito que se situe “perante” à lei, à espera de representação na lei ou pela lei. É, portanto, a premissa de um “antes” não histórico o que garante uma “ontologia pré-social” de pessoas que se deixam governar. (BUTLER, 2003).

Em outros termos, o que a insígnia do multiculturalismo reivindica é o direito ao reconhecimento, que embora proclamado como garantia a todos, por diversas razões não foi capaz de contemplar alguns segmentos das sociedades – ou sociedades inteiras, quando se trata do Direito internacional. É, portanto, a marginalização ou exclusão do direito à igualdade (jurídica) a principal fonte de desentendimento e conflito que o(s) argumento(s) multiculturalista(s) visa solucionar.

Nesse sentido, o princípio do reconhecimento mútuo da diferença, ao qual Rösen se refere evocando o multiculturalismo, não apenas presume um sujeito fictício a quem se destinam os direitos, como também o pressupõe como categoria exemplar ou substancial da identidade. Com outras palavras, se a representação política só se estende ao que pode ser reconhecido como sujeito, não há lugar para a diferença se ela não atende às qualificações deste “ser sujeito”.

Esta questão me leva ao segundo caminho de reflexão a respeito dos limites da interculturalidade em Jörn Rösen: a questão da identidade e o argumento da razão inclusiva. No primeiro caso, é indispensável pôr em perspectiva o sentido subjacente ao conceito moderno de identidade. Trata-se de uma tarefa imperiosa, pois é o pressuposto da identidade substancial a raiz de boa parte dos problemas que negam à pretensão de comunicação intercultural qualquer chance de sucesso.

O projeto moderno de identidade está associado, em linhas gerais, à tendência ao esvaziamento das diferenças, levado a cabo pela substituição processual da noção de *honra* (TAYLOR, 1994). Com o desaparecimento das hierarquias sociais do antigo regime, a noção de *honra*, cujo significado esteve intrinsecamente associado à ideia de desigualdade, foi pouco a pouco substituída pela noção moderna de igual dignidade, que ao contrário da primeira, tem

um sentido universalista (“dignidade do ser humano”; “dignidade do cidadão”), donde o surgimento de uma política do reconhecimento. (TAYLOR, 1994).

E a importância atribuída à política do reconhecimento – plenamente compatível com as diretrizes da sociedade democrática – cresceu de modo significativo com a nova concepção de identidade individual surgida no final do século XVIII. Segundo Taylor, é possível falar mais precisamente, nesse momento, do florescimento de uma identidade individualizada - “aquela que é especificamente minha, aquela que eu descubro em mim” (TAYLOR, 1994: 48). Esta noção, portanto, surge em comum acordo com o ideal de *autenticidade*.

Esse ideal tornou-se decisivo com o desenvolvimento da filosofia de Herder, ao presumir que cada ser humano tem sua própria maneira de ser e que esta “originalidade” é válida não apenas para o indivíduo, mas também para relação entre os povos. Nesse sentido, tal como os indivíduos, os povos também deveriam ser verdadeiros consigo mesmos e com sua cultura. Mas se o ideal da autenticidade torna-se decisivo com o pensamento de Herder, suas origens, no entanto, estão associadas ao nome de Jean-Jacques Rousseau. Foi ele quem primeiro apresentou a questão da moralidade como uma espécie de “voz da natureza dentro de nós e seguida por nós”. Para Rousseau, a salvação moral do indivíduo, frequentemente desafiada por nossas próprias paixões, encontra-se na recuperação do contato moral consigo mesmo, contato íntimo que definiu como sendo o próprio “sentimento da existência” (TAYLOR, 1994).

Ideia nova, a conciliação entre moralidade e autenticidade, afirma Taylor, fincou raízes profundas na consciência moderna. Essa conciliação poderia ser resumida da seguinte forma: a plenitude do ser não mais encontra sua fonte no exterior, mas no interior do próprio indivíduo; essa busca por plenitude resulta do risco de perder-se em razão do contato com o exterior (outros indivíduos, outros povos) e, conseqüentemente, da perda da capacidade de “ouvir-se”; só posso encontrar o modelo que me permite viver com o mundo exterior dentro de mim mesmo, pois minha originalidade é algo que só eu posso descobrir e articular, e ao articulá-la defino a mim mesmo.

Em resumo, a noção moderna de identidade pressupõe, antes de mais nada, que ela precisa ser fabricada. Diferente dos critérios externos de identificação que predominaram no

antigo regime, na modernidade esses critérios são antes de tudo internos – só uma viagem ao interior de si mesmo pode levar à fabricação da identidade. Em outras palavras, o desmantelamento da hierarquia social do antigo regime instalou um vazio identitário que levou a uma espécie de “ensimesmamento”. E aqui parece residir o maior problema do critério único da identidade proposto por Rüsen como passo indispensável à universalização do direito à diferença.

Se, como afirma o autor, a identidade nomeia o processo genérico e elementar através do qual as pessoas se referem a si mesmas, o que se observa é, novamente, uma tendência a reforçar a posição do “eu”. Identidade-Idem, como diria Ricoeur, ou seja, uma concepção de identidade que tende a considerar sinônimos “mesmo” e “idêntico”, de modo que o que se acentua é o signo do “eu” em sua posição imediata (RICOEUR, 1991). Em resumo, uma “história universal da identidade” seria, a rigor, não mais que uma “história universal de si mesmo”.

Nesse sentido, a pressuposição de uma totalidade orgânica das culturas históricas, orientada por uma ideia substancial de identidade, tende a reforçar oposições clássicas como tradicional/moderno, pré-consciente/consciente, mítico/histórico. Tais oposições, embora não sejam verdadeiras em “essência”, tornam-se “verdade de fato”, servindo à manutenção do primado da transcendência da razão e, conseqüentemente, do progresso.

As conseqüências disso, apesar dos esforços de Rüsen para tentar demonstrar o contrário, são as tendências à destruição (potencial) da pluralidade de saberes e formas de vida, e ao genocídio cultural. E ainda que não se trate desta ameaça, os efeitos da “europeização” ou, se preferir, da “ocidentalização”, não são menos devastadores.

No Brasil, poderíamos mencionar os casos atualíssimos de tendência ao suicídio coletivo por parte de comunidades indígenas impossibilitadas de lidar com os desdobramentos de uma política desenvolvimentista, e por ela sufocadas. Também podemos lembrar de casos como o dos povos Guarani da região sul do Mato Grosso, cuja experiência sugere, ironicamente, a dissolução da própria utopia na história. Tradicionalmente conhecidos pela crença e,

consequentemente, pela busca da “terra sem males”, o que esses povos têm experimentado, em verdade, é a distopia dos “incontáveis males” decorrentes da falta de terra.⁴

Frente a tais evidências, o argumento da razão inclusiva soa no mínimo ofensivo. Ele é em si discutível, pois que sugere uma relação de contiguidade com o princípio da tolerância. E como há sempre uma distância insuperável entre quem está em condições de tolerar e quem é ou deve ser tolerado, este argumento leva inevitavelmente à hierarquia de significações e de poderes (simbólicos e políticos).

Em síntese, o discurso do reconhecimento mútuo da diferença preconizado pelo multiculturalismo e defendido por Jörn Rüsen é bastante controverso, uma vez que continua a operar com uma ideia substancial de identidade. E assim, antes de vencer o etnocentrismo o retroalimenta. Na medida em que pergunta pelo que nos faz diferentes dos outros, a perspectiva multiculturalista traz em si uma resposta, pois continua a ser o “nós” o que verdadeiramente importa. Escapar desta armadilha perniciosa não é tarefa que se resolva facilmente. Mas desintoxicar-se de si mesmo já é um bom começo.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Arthur Oliveira Alfaix. **O que fazem os historiadores, quando fazem história?: a teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República**, de Sérgio Buarque de Holanda. 130 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KANT, Emmanuel. “Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita”. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Lisboa, 2004.

4 Sobre isso ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Últimas notícias sobre a destruição do mundo”. Palestra proferida por ocasião da III Conferência Curt Nimuendajú. CESTA/USP. Dez. 2013. Disponível em: <http://vimeo.com/81488754>

PEREIRA, Ana Carolina B. **Que objetividade para a ciência da história?: o índio brasileiro e a revolução francesa à luz da teoria da história, de Rüsen a Hayden White**. 2007. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, 2007.

_____. **Na transversal do Tempo: Natureza e Cultura à prova da História**. 2013. 224f Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RICOEUR, Paul. **O Si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência da história**; tradução de Estevão C. de Rezende Martins, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Reconstrução do passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica**. Brasília: UnB, 2007.

_____. **História Viva – Teoria da História III: formas e função do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

_____. “Kant folgen: Europäische Idee einer allgemeinen Geschichte in interkultureller Absicht”. In: RÜSEN, Jörn. **Kultur macht Sinn: Orientierung zwieschen Gestern und Morgen**. Ort: Köln. Verlag: Böhlau Verlag Köln. Jahr: 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F, Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Ed. UFPR, Curitiba, 2010.

TAYLOR, Charles. “A política de reconhecimento”. In: TAYLOR, Charles (org.).

História, identidade e integração nacional na passagem do século XIX para o XX (1889-1931)

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva¹

Ainda estou, e quando deixarei de estar? sob a impressão grandiosa e boa do Rio de Janeiro, um caleidoscopio a que ninguém resiste e com que todo mundo se deleita. Doces recordações do Rio intelectual e artístico, do Rio unico no mundo pelas suas belezas naturaes, do Rio transformado a todos os respeitos me prendem e me captivam. E eu fui de uma rara felicidade nessa terra hospitaleira... Poderei esquecer jamais o Instituto Histórico com seu Secretario Perpetuo tão trabalhador, tão amável, tão cavalheiroso. E esse Vieira Fazenda, bibliotheca viva, ambulante, tão erudito e profundo conhecedor dos homens e dos factos Fluminenses? E esses dedicados e inteligentes rapazes que tendo a frente o indefesso Lafayette collaboram para o brilho da mais importante e sympathica Associação de letras e sciencias de que se orgulha o Paiz? E esses investigadores, como eu, do passado da nossa historia que fazem dos salões do Instituto o campo de suas operações, o theatro de suas fadigas patrioticas? Não, não é possível esquecer-los, antes não canço de lamentar ter sido tão curto o tempo em que tive a ventura de os conhecer e admirar; mas não há que fugir à fria realidade: centenas e centenas de léguas me separam do caro amigo e confrade Max Fleiuss; a distancia, todavia, não diminuirá nossas mutuas sympathias, não afrouxará os laços que nos prendem (STUDART, 1907).

Em dezembro de 1907, após sua estada no Rio de Janeiro onde seus filhos estudavam em Colégio interno, Guilherme Studart escreve a Max Fleiuss a fim de relatar sua viagem de volta a Fortaleza, segundo ele demorada, mas sem incidentes. Na carta, o médico e historiador cearense aproveita para apresentar algumas impressões acerca de sua temporada na capital. Descrita como um irresistível caleidoscópio, a cidade provocaria deleite por suas belezas naturais, hospitalidade e riqueza intelectual e artística. A referência a um caleidoscópio não deve ser atribuída ao acaso. Objeto óptico formado por fragmentos de vidros coloridos que através do reflexo da luz exterior produz, em movimento, belas e variadas combinações visuais,

¹ Professora Adjunta de História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP. Doutora em História Social pela UFF. Pesquisa financiada pela FAPERJ – APQ1.

o caleidoscópio é normalmente utilizado para fornecer padrões de desenho geométrico. Sua utilização como metáfora de representação do Rio de Janeiro simboliza a visão de Studart sobre a então Capital Federal: agradável, composta por muitas cores naturais e pela movimentação, a cidade atrairia os visitantes e forneceria padrões para as demais regiões do país. Evidentemente, escrevendo a Fleiuss, Studart não deixa de enaltecer e agradecer ao secretário perpétuo do IHGB que o havia acolhido, bem como o historiador, e médico como ele, José Vieira Fazenda e o jurista Lafayette Rodrigues Pereira. Este último “indefesso”, incansável; o primeiro, uma “biblioteca viva”. Todos eles figuras que abrihantariam o IHGB, associação da qual, segundo Studart, se orgulhava o país. O Instituto seria um “campo de operações”, um “teatro patriótico”. Um teatro no qual estes personagens se encontravam, física e/ou intelectualmente, em torno da escrita da história nacional, mesmo que a realidade da distância geográfica os separasse. Carregada de peso simbólico, a frase utilizada por Studart para encerrar a carta aponta esta distância e deseja que ela não diminua as simpatias ou afrouxe os laços entre eles. Acreditamos que esta relação – pragmática e subjetiva – entre distância e aproximação permita a problematização da escrita da história do Brasil nas primeiras décadas republicanas ao simbolizar um movimento de aproximação e afastamento entre a história regional e a nacional que será destacado neste texto.

Neste período, considerado de profissionalização do campo historiográfico no país, o IHGB investiu na expansão pelo território na tentativa de organizar um esforço coletivo em prol da história pátria. Já existentes ao longo do século XIX, os Institutos regionais contribuiriam para a unidade e a legitimidade da história de um país marcado pela heterogeneidade, pelo passado colonial e escravista e pela miscigenação. Além de produzirem estudos sobre a história regional, estas instituições forneceria fontes para a escrita da história nacional, considerando-se ser a pesquisa documental a principal diretriz para o ofício do historiador, sobretudo nas décadas iniciais do século XX. Como lembra Angela de Castro Gomes, mais importante do que a produção de textos originais, era a “busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento” (GOMES, 1996: 122). O contato entre estas instituições e sua sede nacional no Rio de Janeiro, além de trazer consequências temáticas e metodológicas para a escrita da história,

fortaleceria a unidade e a identidade nacionais. Ao inserir mais claramente as diferentes regiões brasileiras na história nacional, estas trocas intelectuais e institucionais evitariam a centralização dos acontecimentos na Capital Federal. Para um país que se transformava geograficamente e buscava unidade cultural e territorial, era preciso alcançar unidade na construção de uma história oficial. Não cabiam histórias isoladas, mas sim a construção de uma narrativa que conferisse unidade à diversidade brasileira. A história deveria construir homogeneidade, de modo que as particularidades apenas fariam sentido como parte de um todo nacional. Mesmo quando destacadas, elas compunham um quadro de contribuições do âmbito regional para o nacional.

Destacamos que as autoridades republicanas defrontaram-se com diferentes questões em torno da delimitação do território brasileiro. A figura mais atuante neste processo foi o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, ano de sua morte, e presidente do IHGB a partir de 1908. Rio Branco foi defensor da integração em diferentes sentidos, aproximado o Brasil dos seus vizinhos ibero-americanos – relação vista com desconfiança durante o regime monárquico². Responsável pelo arbitramento de diferentes questões territoriais e fronteiriças, o Barão fez uso dos seus conhecimentos históricos e geográficos adquiridos por meio da pesquisa em acervos do Itamaraty e do IHGB, compostos em grande parte por documentos e mapas enviados pelos Institutos regionais. A integração nacional mais do que um problema histórico e identitário, era uma preocupação política do governo republicano. Deste modo, após um período de conflitos entre este e o IHGB, caracterizado por seus vínculos diretos com a monarquia, o Barão acabou atuando como conciliador entre a instituição e o novo regime ao tornar seu trabalho útil aos objetivos governamentais. Segundo Lúcia Guimarães, o Barão “estabelecera uma via de mão-dupla entre a chancelaria e a ‘corporação’” (GUIMARÃES, 2007: 31). Com isto, se utilizava da suposta neutralidade da instituição para emitir pronunciamentos e fortalecer sua posição no MRE, ao

² Para um estudo sobre a aproximação entre o Brasil e os países ibero-americanos, com destaque para a Argentina, pela via da escrita da história, ver: BARCELOS, Ana Paula. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: FUNAG, 2011.

mesmo tempo em que angariava prestígio e verbas para o Instituto que se via no ostracismo desde 1889. A história, portanto, exercia importante papel político na garantia de unidade e integração nacional. Afinal, ainda marcada pelo papel de mestra da vida, forneceria exemplos para a construção do futuro. Ao contrário do que Reinhart Koselleck (2006) aponta ter ocorrido com o *topos historia magistra vitae* após o Iluminismo, nas sociedades de formação ibérica e católica a história permaneceu inspirando o porvir, mesmo que tenha se encontrado com a perspectiva de progresso iluminista. Há aqui uma conjugação entre a história para o progresso, em busca de cientificidade, e uma releitura da história que ensina, embora não necessariamente para repetições. Com a história seria possível aprender valores e experiências necessários para a legitimação de uma nação heterogênea e em busca de identidade. O moderno seria então construído sobre os pilares da tradição.

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, intenso em sua relação com o IHGB, se insere significativamente neste processo. Fundado em 1887 como uma sociedade civil de caráter científico e cultural, o Instituto teve como objetivo e motivação a necessidade de tornar conhecidas a história e a geografia da província, até então com pouca visibilidade no cenário nacional. Entre seus fundadores estavam políticos, médicos e jornalistas, incluindo-se o aqui citado Guilherme Studart, presidente da instituição entre abril de 1929 e setembro de 1938. Formado em Medicina na Bahia, Studart exerceu a profissão por anos, mas também dedicou-se à atividade política e intelectual. Participou do movimento abolicionista no Ceará como membro da Sociedade Cearense Libertadora, mas por discordar dos seus meios de atuação a abandonou e fundou uma nova sociedade: o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, de caráter mais conservador. A mobilização no Ceará leva a abolição em 1884, quatro anos antes do restante do Brasil. Este pioneirismo acaba se tornando parte da construção de uma identidade cearense e ganha destaque como grande contribuição da então província para a história recente do país.

Católico militante, Studart recebeu o título de barão de Santa Fé, em 1900, por intermédio de Dom Joaquim Vieira, bispo do Ceará, e foi membro atuante da Sociedade São Vicente de Paulo e do Círculo Católico de Fortaleza, sendo um dos organizadores do seu

estatuto. Membro do IHGB, publicou inúmeros trabalhos sobre a história do Ceará numa tentativa de preservar a memória da região. Na *Revista do Instituto*, criada logo em seu primeiro ano de funcionamento, biografou os grandes personagens da província, organizou e legitimou suas datas históricas e listou os principais periódicos da região (tema pelo qual nutria grande interesse³). Em geral, estas informações vinculavam-se ao período colonial, privilegiado pela publicação e por Studart no trabalho de compilação de documentos e organização de acervos. Através da *Revista* e da organização de um vasto acervo, o Instituto do Ceará contribuiu para a construção de uma identidade cearense inserida em um quadro nacional que a legitimava. Nela ganhava destaque a “alma forte”, apesar do meio pobre, árido, hostil. Neste sentido, as secas ocupavam importante papel, não apenas para ele, mas para toda aquela geração que atuou no Instituto e em outros círculos intelectuais, como a Padaria Espiritual e o Centro Literário de Fortaleza. Estas associações não serão aprofundadas nos limites deste texto, mas cabem ser citadas como locais de sociabilidade onde eram discutidas história, literatura, política e religião e pelos quais circularam muitos dos membros do Instituto, inclusive Studart. Segundo José Honório Rodrigues (1959), as secas alimentaram os campos historiográfico e literário cearenses. Acrescentamos que, para estes intelectuais, a seca era um desafio identitário. Afinal, no contexto do paradigma evolucionista, a natureza árida poderia enfraquecer e limitar intelectualmente. Era necessário mostrar que, apesar das secas, o Ceará havia contribuído para a formação do Brasil e possuía um “povo” unido e forte capaz de superar a hostilidade do meio.

Studart se empenhou em conferir lugar de destaque à história do Ceará no quadro nacional. Em artigo de 1918, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, listou os estrangeiros que visitaram a província e as impressões por eles relatadas. Criticou a falta de conhecimento sobre a região e um olhar seletivo que deixaria “na penumbra aquelles (Estados) tidos em segundo plano” (STUDART, 1918: 191), o que seria atribuído aos próprios brasileiros. Afirmou ainda ser o Ceará esquecido por naturalistas e etnógrafos, por não possuir grandes riquezas

³ Por esta razão, em 1908 Studart foi convidado pelo IHGB a formar parte da comissão organizadora das comemorações do centenário da imprensa no Brasil.

naturais, bem como pelos historiadores que escreviam uma história apenas da Bahia para baixo.

Sua crítica é acida:

Si passarmos aos historiadores teremos os mesmos reparos a fazer, a pouco montando a contribuição delles. E neste particular a culpa em grande parte é dos Brasileiros. A Historia do Brasil é da Bahia para o Sul, cabendo um pouco a Pernambuco e isso por motivo do período Hollandês; os mais Estados do Norte não possuem nem historia nem mesmo chronica, parece.

[...]

Assim sendo, porque o Ceará não é procurado dos estrangeiros por suas próprias condições naturaes, e porque os que escrevem a historia do Paiz occultam o que tem o Ceará de recommendavel, bello e digno de figurar nos annaes patrios ou só ás carreiras lhe fazem referencias, não avulta o numero de auctores estrangeiros que tratem a nosso respeito e consequentemente não será longa a enumeração de obras que nos interessem de perto (STUDART, 1918: 192-193).

O Barão finalizou o texto demonstrando o desejo de que seus apontamentos servissem como ponto de partida para outros estudos sobre o assunto. No trecho citado fica clara sua preocupação em corrigir uma lacuna deixada por um olhar sobre a história do Brasil excessivamente situado nas regiões consideradas de maior importância, o Sul do país. A história se daria apenas da Bahia para baixo, com alguma atenção para Pernambuco em razão do período holandês no século XVII. Se os estrangeiros não olhavam para as demais províncias, era porque os brasileiros também não o faziam. O que de “recomendável, belo e digno” teria o Ceará era em geral esquecido.

Max Fleiuss, destinatário da carta de Studart em 1907, também deve ser comentado para o prosseguimento deste artigo. Sua trajetória, pensamento e atuação profissional já analisamos em outra ocasião⁴, mas cabe destacar que o secretário perpétuo do IHGB, jornalista e bacharel em direito, foi figura de grande relevância nos intercâmbios intelectuais promovidos pelo Instituto. Sócio de instituições científicas em diversos países, Fleiuss se empenhou em manter o IHGB em constante diálogo com o que era produzido ao redor do Brasil e no exterior. Mediou diretamente empreendimentos de intercâmbio intelectual em diferentes ocasiões e participou de

⁴ Refiro-me ao livro de minha autoria já citado em nota anterior: *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*.

um amplo projeto de integração regional para a Ibero-América desenvolvido, em especial, entre as décadas de 1920 e 1940. Além disto, exercendo sua função no IHGB e na tentativa de enriquecer seu acervo, apoiou os Institutos regionais, tornando-se membro de todos eles, inclusive do Instituto do Ceará aqui focalizado. Fleiuss foi ainda figura central na renovação do Instituto no início do século XX, diante do ostracismo em que se encontrava após a proclamação da República, conforme já dissemos. Em parceria com Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, todos monarquistas e católicos, se empenhou em inserir o IHGB no contexto republicano sem abandonar o passado e a tradição. A aproximação com o Itamaraty e com o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 foram estratégias, em grande parte, lideradas por ele e seus companheiros da “trindade do Silogeu” (Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão), assim denominada por Lúcia Guimarães (2007: 59).

Os diálogos de Fleiuss com diversos intelectuais de seu tempo nos servem de janela de reflexão para uma série de questões em torno da integração ibero-americana e nacional. Isto se deve em grande parte ao seu papel de “porta de entrada” do IHGB, ou seja, aproximar-se dele era um passo importante para muitos historiadores regionais em busca de legitimação e ampliação de suas redes de sociabilidade. No caso aqui trabalhado, afirmamos que para Fleiuss também era fundamental que os institutos regionais se aproximassem do IHGB, impedindo que a história do Brasil fosse uma história da Capital sobre si mesma. Há uma relação de trocas entre o centro – representado pelo IHGB – e a periferia – representada pelo Instituto do Ceará. Por meio desta perspectiva é possível perceber os acordos, as negociações e os projetos comuns em torno da escrita da história do Brasil e as expectativas de indivíduos como Studart na busca por reconhecimento pessoal e profissional na Capital Federal (centro) e pela participação da sua região (periferia) nesta história. Estas trocas interessavam a ambos os lados, já que para o IHGB também era importante e necessária a relação com as instituições regionais, o que promoveria unidade (do ponto de vista político e histórico) para a história do Brasil, além de ricos documentos para seu acervo. Há aqui uma relação de reciprocidade entre centro e periferia, tal como trabalhada por Carlo Ginzburg (1989) que, embora não dissolva a distância e as hierarquias, revela interesses e expectativas comuns. Não esqueçamos a preocupação com a

unidade interna em um momento conturbado de inúmeras transformações políticas, sociais e territoriais, como vimos. Neste sentido, o IHGB trabalhava em acordo com os interesses políticos dos novos governos e refletia a necessidade de adaptação ao contexto que se apresentava.

A história, ao forjar elos comuns, atuaria na formação de uma nação como comunidade imaginada – conceito trabalhado por Benedict Anderson. Percebendo a nacionalidade e o nacionalismo como “produtos culturais específicos” (ANDERSON, 2008, p. 30), Anderson defende que, para entendê-los, é preciso considerar suas origens históricas e as transformações de significado ao longo do tempo. Neste sentido, o autor propõe que a nação seja definida como “uma comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 32), limitada e soberana. É interessante refletir acerca deste conceito de nação para o caso brasileiro. O autor sugere ser possível utilizá-lo para o Brasil em alguns trechos do seu livro quando reflete sobre o período da independência das colônias hispano-americanas, mas não aprofunda a discussão. O Brasil, com suas muitas particularidades, aparece apenas de forma ilustrativa. Talvez a ideia de uma comunidade “concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34), apontada pelo autor, não sirva a um país concebido de forma hierarquizada, patriarcal e escravista. Afinal, a própria história nacional escrita pelo IHGB desde sua fundação em 1838 praticamente ignorava ou secundarizava grupos que foram partes fundamentais na história brasileira, como afrodescendentes, indígenas e imigrantes. Por outro lado, reconhecemos haver muito de imaginação no retrato idealizado de Brasil elaborado por historiadores ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Assim, o autor apresenta ideias interessantes para a análise do caso brasileiro, em especial no que tange ao papel da escrita da história em suas construções.

Não esqueçamos ainda do que diz Anne-Marie Thiesse sobre a necessidade de ancestrais, filiação e origens no processo de construção das nações europeias. As nações e povos modernos trazem em si o espírito de uma ancestralidade fundamental em sua legitimação. Mesmo com particularidades, sabemos da importância da filiação, trazida à tona pelo estudo do

passado, para o Estado-nação brasileiro formado ao longo do século XIX. Nas palavras de Thiesse:

Todo ato de nascimento demanda uma filiação. A vida das nações europeias começa com a designação dos seus ancestrais. E a proclamação de uma descoberta: existe um caminho de acesso às origens, que permite encontrar os ascendentes fundadores e recolher suas preciosas heranças. O Povo, por sua primitividade, é um fóssil vivo que leva até o coração da modernidade o espírito dos grandes ancestrais. Mergulhar nas profundezas da história é reencontrar na base social as relíquias presentes das heranças dos pais (THIESSE, 2001: 21)⁵.

Ainda de acordo com a autora, “as nações modernas não foram construídas senão pelo relato de suas histórias oficiais” (THIESSE, 2001: 11)⁶. Campos de conhecimento como a história e a arqueologia foram fundamentais neste processo de formação identitária a fim de definir e divulgar os patrimônios das nações. Aqui não apenas o inventário das heranças ancestrais era bem-vindo, mas também sua invenção, o que envolve boa dose de imaginação na criação de laços que unam grupos sociais distintos. Isto ocorreu na Europa a partir do século XVIII, mas também na América Ibérica a partir das independências no início dos Oitocentos. Afinal, o desenvolvimento do sentimento nacional envolveu toda uma pedagogia, pois, para ser interiorizado, era preciso antes ensiná-lo. Acreditamos que os desafios de construção de um sentimento de nacionalidade no caso brasileiro tenham se prolongado por todo o século XIX e adentrado o XX, em especial quando se pensa na formação de uma identidade positiva que

⁵ Tradução da autora deste artigo. Em idioma original: *Tout acte de naissance établit une filiation. La vie des nations européennes commence avec la désignation de leurs ancêtres. Et la proclamation d'une découverte: il existe un chemin d'accès aux origines, qui permet de retrouver les aïeux fondateurs et de recueillir leur legs précieux. Le Peuple, par sa primitivité, est un vivant fossile qui garde jusqu'au coeur de la modernité l'esprit des grands ancêtres. Plonger dans le profondeurs de l'histoire, c'est aller retrouver dans le bas social les reliques enfouies du legs des pères* (THIESSE, 2001: 21).

⁶ Tradução da autora deste artigo. Em idioma original: *Les nations modernes ont été construites autrement que ne le racontent leurs histoires officielles* (THIESSE, 2001: 11).

cause orgulho e não constrangimento. A miscigenação seria um destes desafios que movimentaram toda uma geração de intelectuais ainda na década de 1930⁷.

Caminhando para o fim desta exposição, apontamos para os vínculos dos Institutos aqui trabalhados não apenas com as ideias monárquicas, mas também católicas. Vínculos percebidos nos objetivos de suas fundações, bem como na filiação religiosa de muitos de seus membros. Studart era um militante católico. Como vimos, foi membro de inúmeras associações católicas (tendo-as presidido e participado da redação de suas normas e estatutos) e Barão de Santa Fé. Fleiuss, parte da “trindade do Silogeu”, também era católico e compartilhava de uma rede de sociabilidade e de uma visão de mundo católicas que influenciavam na forma como pensava a história. Mesmo diante do processo de secularização que caracterizou o início da República brasileira e da ascensão das ideias positivistas, não abandonaram a fé e a tradição católica, reconhecida até mesmo pelos próprios positivistas como forma de manutenção da ordem e da coesão do todo social – valores caros tanto a Igreja Católica quanto aos positivistas, conforme afirma Roberto Romano (1979).

Intelectuais como eles enfrentaram os desafios desta conjuntura reunindo valores antigos e modernos, percebendo no passado e na tradição de uma sociedade de formação ibérica a própria possibilidade de estabelecimento do progresso. Em 1915, em discurso no Círculo Católico de Fortaleza, Studart chegou a defender a “moral cristã” diante das “novidades da moda intelectual” (STUDART, 1905). Assim, identificamos nestes homens um impasse: mantinham a religiosidade e, ao mesmo tempo, encontravam no positivismo um método e justificativas racionais para seus argumentos. Não por acaso, investiam na narrativa linear dos acontecimentos, no destaque aos considerados grandes personagens históricos e na organização de arquivos com farta documentação. Com isto, buscavam unir a diversidade brasileira em um discurso homogêneo e que destacasse as ações da Igreja Católica na formação nacional, com ênfase no papel da Companhia de Jesus. Assim, acreditamos que a história nacional oficial

⁷ Para uma interpretação da autora sobre a construção de uma identidade qualificada, pacífica, cordial e equilibrada nos anos 1930 não apenas no Brasil, mas na Ibero-América, ver capítulo 3 do livro *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*.

tenha refletido os interesses de uma construção identitária católica, pacífica e unificada. Em um país onde a religião, mesmo nos momentos de transição, não perde seu espaço, é relevante apreender as ideias religiosas na escrita da história.

Concluimos ressaltando haver nesta conjuntura uma disputa pela participação na história oficial que envolvia identidades diversas conjugadas por um olhar que as queria una, o que condizia com interesses políticos e com a própria orientação do campo historiográfico de então. Na mesma medida em que estas diferentes regiões reivindicavam seu espaço, o IHGB precisava de respaldo para seu projeto de história nacional e de reerguimento no contexto republicano. Aqui história, política e religião se encontram na formação de uma identidade regional somente legitimada se parte de um todo nacional. Não esqueçamos do que diz Tzvetan Todorov (1989) acerca da conquista de alteridade e da obtenção de reconhecimento e legitimidade. Para ele, é o pertencimento a um grupo que garante a participação em um todo social e a ruptura com o isolamento. Este processo, que ao mesmo tempo exclui e inclui, singulariza e generaliza, é parte fundamental da afirmação do “Nós” diante dos “Outros”. Daí Studart, refletindo as ideias de muitos dos membros do Instituto do Ceará, sugerir que se olhe para o Norte e não apenas da Bahia para o Sul. Esta reivindicação bem ilustra a relação entre história, identidade e integração nacional da qual tratamos neste artigo.

Referências Bibliográficas

Fontes

Carta de Guilherme Studart a Max Fleiuss. s/l, 07 de dezembro de 1907.

STUDART, Guilherme. Allocução proferia no Circulo Catholico de Fortaleza. 30 de junho de 1915. Acervo: IHGB.

STUDART, Guilherme. “Extrangeiros e o Ceará”. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Ano XXXII. Tomo XXXII. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1918. Fortaleza: Typographia Minerva, 1918, p. 191-274.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. SP: Cia das Letras, 2008.

BARCELOS, Ana Paula. **Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)**. Brasília: FUNAG, 2011.

GINZBURG, Carlo. “História da Arte Italiana”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. (org). **A Micro-história e outros ensaios**. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989, p. 5-93.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. RJ: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. RJ: Museu da República, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

RODRIGUES, José Honório. “A historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará”. In: **Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959, p. 9-41.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. SP: Kairós, 1979.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XIX^e siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

Do IHGB a universidade: um diálogo entre os interpretes da geração de 30 do Brasil

*André Augusto Abreu Villela**

Um diálogo entre Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior

Durante o ano de 1998, Antonio Candido disse a respeito de Sérgio Buarque de Holanda, que “nunca houve homem mais sábio, nunca houve homem mais erudito, nunca houve homem de maior seriedade intelectual. Mas também nunca houve ninguém mais brincalhão, alegre e até moleque, quando fosse o caso”. Sérgio Buarque nunca foi militante político propriamente, mas sempre teve tendências política de esquerda, onde dizia ele que o poder viria de baixo, emanaria do povo, era nisso que Sérgio acreditava, ele se revelava como um liberal-democrata, ou como também alguns o preferem chamar de esquerdista- emocrata, como cita FHC. Pode-se dizer que *Raízes do Brasil* é um livro extremamente político, em que, a todo o momento, a discussão em torno de democracia, política, visão acerca de futuro é tratado na obra.

Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: "A maior felicidade para o maior número". Não é difícil perceber-se que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano na base emocional. (HOLANDA, 2011: 156).

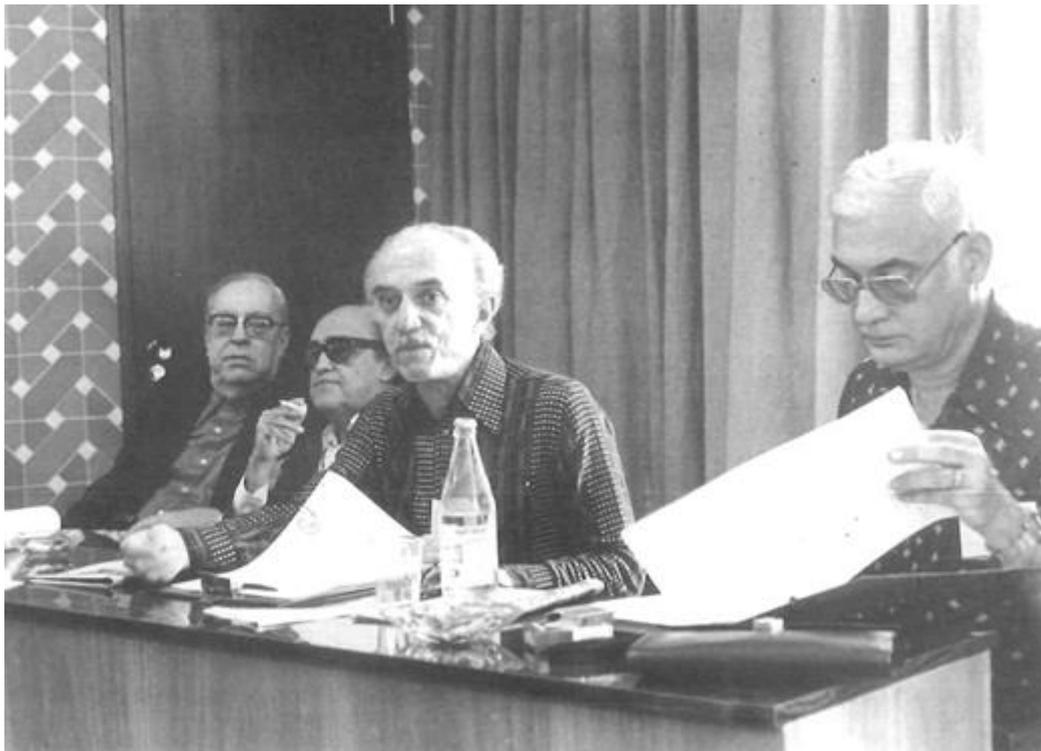
Sérgio foi militante do Centro Brasil Democrático desde sua fundação em 1978, juntamente com Oscar Niemeyer entre outros. Anteriormente já tinha participado também de outro partido, o PSB, fundado logo após a queda do Estado Novo, juntamente com outros

* Graduando pelo Centro Universitário UNI-BH andrevillela2000@hotmail.com

intelectuais, entre eles Guilherme de Figueiredo (irmão do general João Batista de Figueiredo), o poeta Manuel Bandeira, o crítico literário Antonio Candido, Jânio Quadros e Oscar Pedrosa Horta. Em entrevista ao jornal, Sérgio relata sobre a criação do partido:

A linguagem do partido não atingiu a grande massa. Era a chamada esquerda democrática, era um partido cheio de intelectuais. Talvez, fosse organizado hoje, teria maior sucesso. (JORNAL DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, 13 de Abril de 1980).

Figura 1: Sérgio Buarque de Holanda e Oscar Niemeyer, na Instalação do Centro Democrático, Rio de Janeiro, 1978.

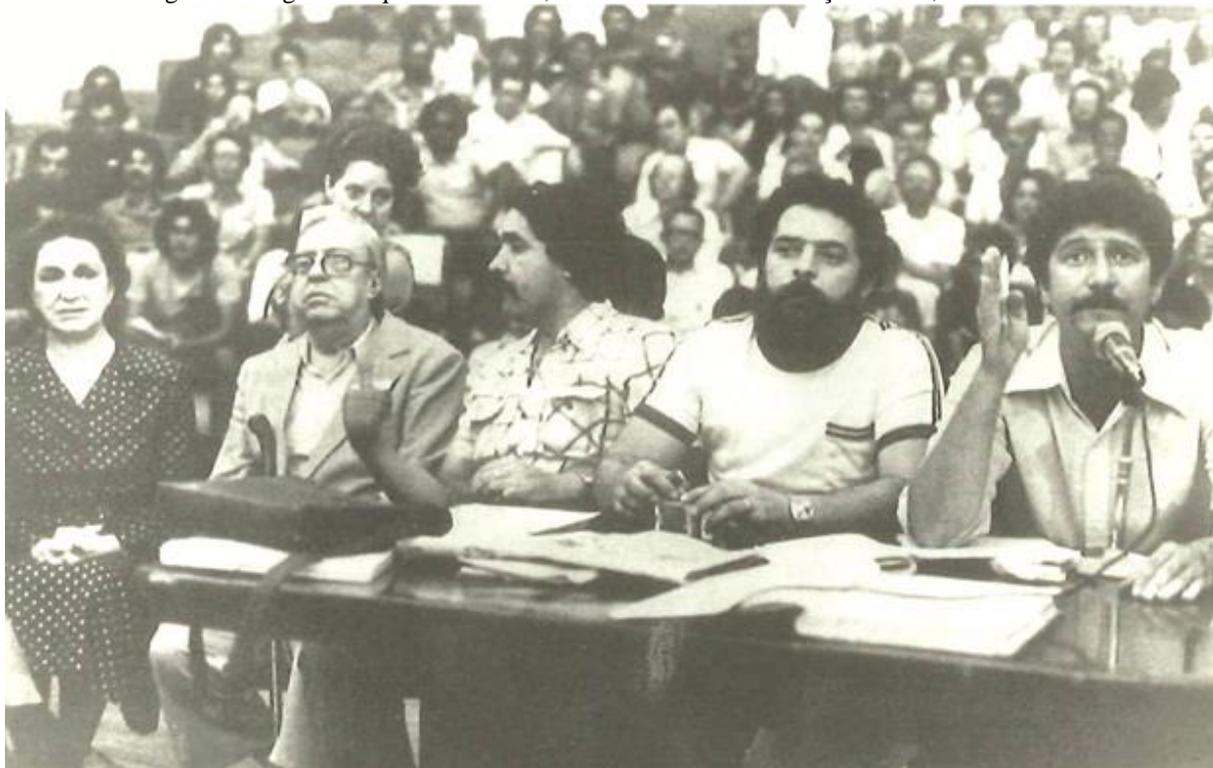


Fonte: Sérgio Buarque de Holanda *Perspectivas*, 2008.

Já na década de 1980, participa também na fundação do Partido dos Trabalhadores, admitindo que suas experiências políticas contribuíssem para romper o caráter oligárquico da nação brasileira.

Sérgio se revelava, portanto, um liberal-democrata, inspirando-se nas burguesias revolucionárias francesa e americana. Acredita nos valores de cidadania e do individualismo norte americano-capitalista, quer para o Brasil uma constituição que de estabilidade as relações sociais, que as discipline e organize de forma universal, abstrata, racional, neutra e impessoal. (REIS, 1999, p.138).

Figura 2: Sérgio Buarque de Holanda, ao lado de Lula na fundação do PT, ano de 1980.



Fonte: Livro Sérgio Buarque de Holanda Perspectivas, 2008.

Figura 3: Sérgio Buarque de Holanda assina a ata de fundação dos Partidos dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.



Fonte: Livro *Para uma Nova História*, Textos de Sérgio Buarque de Holanda, 1996.

Porém Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* constata o seguinte. “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido”. (HOLANDA, 2011: 160). Como diz Antônio Cândido no prefácio de 1967 de *Raízes do Brasil*, usando a figura de um viajante chamado Hebert Smith, que ainda no tempo da monarquia falava da necessidade de uma “revolução vertical”, diferente das reviravoltas meramente de cúpula, que trouxesse a tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes, pois embora estimáveis os senhores dos grupos dominantes, os membros dos grupos dominados “fisicamente não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades”. (HOLANDA, 2011: 19).

Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa compatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se

zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber:

1- a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave a autonomia do indivíduo;

2- a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das ideias democrático-liberais;

3-a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor. (HOLANDA, 2011: 184).

Acredito que um dos enfoques principais da obra de Sérgio seja definir o que é o Brasil, o que é o brasileiro, ou seja, é uma busca incessante através de nossa identidade nacional. Por isso torna-se interessante fazer uma análise mais apurada, em torno de alguns interpretes do Brasil, principalmente os da década de 30, como Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior. Então se pode concluir como cita Antônio Cândido, que essa será a tríade do pensamento brasileiro, aqueles que de certa forma “inventaram” e “imaginaram” a construção de um sentimento de nação chamado Brasil. Como ele próprio cita brilhantemente no prefácio “imortalizado” de 1967 da obra *Raízes do Brasil*.

Os homens que estão hoje um pouco pra cá ou um pouco pra lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (CANDIDO, 2011:9).

Todos os três interpretaram o Brasil de acordo com suas visões políticas e influências, Freyre se baseando na Antropologia Cultural de Franz Boas, Sérgio Buarque no historicismo e na Sociologia alemã, principalmente em nomes como Simmel, Dilthey e Weber. E por último o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, que baseou sua obra na visão marxista dos fatos.

Cabe aqui analisarmos o modelo de nação prospectado e imaginado por cada um deles, para assim chegarmos a uma síntese sobre o que imaginavam cada um desses autores e o que prospectavam acerca do projeto chamado Brasil.

Carlos Guilherme Mota, em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, considera que os anos 1930 foram decisivos na reorientação da historiografia brasileira. Segundo coloca Renato Ortiz (2012), a partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, e através desse processo acaba por surgir uma nova classe, o proletariado urbano.

Ortiz faz uma breve análise entre as obras de Freyre, Holanda e Prado Júnior, e mostra como se deu o processo de construção do pensamento de cada um. E como o novo modelo de instituição chamado universidade e o local social de onde cada um escrevia tornaram-se importantes na configuração e na concepção na obra dos três autores.

Apresenta Sérgio e Caio Prado como homens urbanos, da sociedade moderna, enquanto Gilberto Freyre, um escritor mais regionalista, ligado principalmente a um modelo antigo de se fazer história, baseando-se nos antigos modelos dos Institutos Históricos e Geográficos.

A meu ver, Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior estão na origem de uma instituição recente da sociedade brasileira, a universidade. Neste sentido eles são fundadores de uma nova linhagem, que busca no universo acadêmico uma compreensão distinta da realidade nacional. Não é por acaso que a USP é fundada nos anos 1930; ela corresponde a criação de um espaço institucional onde se ensinam técnicas e regras específicas ao universo acadêmico. Gilberto Freyre representa o ápice de uma outra estirpe, que se inicia no século anterior, mas que se prolongou até hoje como discurso ideológico. Sérgio Buarque e

Caio Prado Júnior significam rupturas não tanto pela qualidade de pensamento que produzem, mas sobretudo pelo espaço social que criam e que dá suporte as suas produções. Gilberto Freyre representa continuidade, permanência de uma tradição, e não é por acaso que ele vai produzir seus escritos fora desta instituição “moderna” que é a universidade, trabalhando numa organização que segue os moldes dos antigos Institutos Históricos e Geográficos. (ORTIZ, 1985: 40,41).

A diferença básica entre eles acaba sendo a metodologia usada por cada um na busca de nossas raízes brasileiras. Assim como a obra de Freyre é inspirada na Antropologia Cultural, do judeu alemão Franz boas, em que Freyre mostra em *Casa Grande e Senzala*, que a mestiçagem entre as três raças que formaram o Brasil não era o nosso mal, mas pelo contrario. Freyre vai enaltecer essa mistura, pois segundo ele a mestiçagem não era só racial, mas sim também no âmbito cultural. Freyre proclama que nós somos mestiços e que ser mestiços é bom, é algo no qual deveríamos nos orgulhar, e não nos depreciarmos por isso, ele coloca o negro, junto com o português, como parte fundamental da plasticidade da cultura que aqui se foi construindo. Aqui nesse trecho Freyre explora de forma sintomática a miscigenação racial existente na sociedade brasileira.

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota do africano. (FREYRE, 2002: 300).

Assim diz Freyre em relação a seu professor Franz Boas, na universidade de Columbia em Nova York, e como este o influenciou sobremaneira na autoria de sua obra. Foi Boas quem ensinou Freyre a diferenciar raça de cultura. Publicado em 1933, ano de ascensão de Hitler na Alemanha, *Casa Grande e Senzala*, sinalizava de maneira clara a divergência existente entre o Brasil e o racismo predominante no ocidente da primeira metade do século XX, onde as teorias eugenistas estavam em voga naquele momento.

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão [...]. Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influencias sociais, de herança cultural e de meio. (FREYRE, 2002: 7).

Para Freyre é a família patriarcal e não o Estado que constituiria a mola central do Brasil. Outro relato interessante de Freyre que cabe aqui analisarmos, é quando este logo na introdução do livro observa a figura de três marinheiros brasileiros cafuzos e mulatos na neve mole do Brooklyn, onde ali ele os via como caricaturas de homem, porém mais tarde, Freyre veio a perceber que aquele aspecto físico não era da miscigenação como era até então ensinado nos congressos de eugenia, e por pensadores como Spencer, Goubineau, Chamberlain, Galton e o darwinismo social, mas sim de uma má alimentação no decorrer dos anos, principalmente se levarmos em conta o tempo de escravidão no Brasil. Acerca da obra de Freyre, Sérgio assim escreveu no *Jornal Correio da Manhã*, de 1951, onde o autor fala da trilogia de Freyre, como *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e da obra que ainda estava sendo escrita quando Sérgio publicou o artigo, *Ordem e Progresso* de 1957.

Novo e generoso impulso aos estudos interpretativos, com base em amplo material histórico, deu-o o Sr. Gilberto Freyre, a partir de 1933, com a publicação de *Casa Grande e Senzala*. Um conhecimento extenso do passado rural, sobretudo de seu nordeste, orientado pelo estímulo que lhe forneceram os métodos difusionistas desenvolvidos por Franz Boas e seus discípulos norte-americanos, e por numerosos estudos norte-americanos e europeus sobre contatos sociais e miscigenação, abriu-lhe perspectivas ideais para abordar nossa formação histórica. Para isso, tomou como ponto de partida o triângulo representado pela família patriarcal, a grande lavoura e o trabalho escravo, analisando suas repercussões sociais em uma série de estudos cujo

último volume ainda se encontra em preparo. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

A partir da década de 50, a obra de Freyre começou a ficar “demonizada” em alguns meios acadêmicos, principalmente com a escola de sociologia da USP, em que acusavam Freyre de ter “romanceado” a escravidão, fora isso acusaram-no de cunhar o termo democracia racial, dizendo que no Brasil as três raças formadoras da nação, o negro, o europeu e o índio, viviam em total harmonia, termo esse que nunca foi usado na obra de Freyre, e por fim na década de 60 o acusaram de apoiar o golpe militar no Brasil, sendo esse um governo autoritário que destituía toda forma de arte criativa, liberdade cultural e musical no Brasil, além disso demonstrou saudosismo da monarquia e da ordem senhorial. Segundo Magnoli, a partir da publicação da obra de Florestan Fernandes, inaugura-se uma nova etapa de revisão da obra de Freyre.

A publicação da obra de Florestan inaugurou uma etapa de revisão ideológica implacável de *Casa Grande e Senzala*, na qual se perdeu de vista a diferença entre a mestiçagem e a ideologia da harmonia social. A confusão teórica repercutiu até na escritura de uma analista sofisticada como Lilian Schwarcz, que, embora reconhecendo a dupla realidade da mestiçagem de "um racismo invisível", viu em Freyre o intelectual "que construiu o mito", enquanto um outro projeto identitário - o da raça - alcançava o estatuto de realidade. (MAGNOLI, 2009: 158).

Significativo analisar o fato de um sociólogo da USP, da década de 60, escrever o prefácio de uma das mais novas edições de *Casa Grande e Senzala* de 2004, e não só escreveu, como elogiou também teceu longos elogios a toda a obra de Freyre. Porém hoje, mais maduro, consegue refletir acerca das críticas fomentadas contra Freyre na época da faculdade.

A crítica a Gilberto Freyre referindo esse fato porque fui reler - faz lá uns quinze anos isso, não sei - o *Casa Grande e Senzala* e aconteceu a mesma

coisa. Uma releitura do Casa Grande e Senzala, feita não com o olhar do jovem sociólogo militante, que quer, naturalmente, cobrar dos outros uma postura de recusa da ordem estabelecida, mas uma releitura de alguém mais maduro - a idade inevitavelmente acalma - , uma releitura um pouco mais serena do Casa Grande e Senzala, sem que se fique na torcida para saber qual é o método, mas simplesmente tratando de ver o que diz o livro, apaixonou. E apaixonou, em primeiro lugar, pela leitura, porque Gilberto Freyre faz com as palavras o que quer. (CARDOSO, 2013: 266-267).

Aqui FHC discorre um pouco mais sobre as críticas da Escola de Sociologia da USP a figura de Freyre, em seu livro, *Pensadores que inventaram o Brasil*. Já Florestan Fernandes afirmou em sua obra *O Negro no Mundo dos Brancos*, de 1972, o seguinte em relação a questão racial no Brasil: “O brasileiro tem preconceito de não ter preconceito”

Pois não fomos nós, os chamados sociólogos da “escola paulista”, Florestan Fernandes a frente, quem mais criticamos aspectos importantes da obra gilbertiana, notadamente a existência de uma democracia racial no Brasil, frequentemente atribuída a ele?. (CARDOSO, 2013:91).

Figura 4: Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Henrique Cardoso, no lançamento de sua candidatura ao Senado, São Paulo, 1978.



Fonte: Livro Sérgio Buarque de Holanda *Perspectivas*, 2008.

Já a obra de Caio Prado Júnior é inspirada no marxismo não ortodoxo, mais na obra marxiana do que no marxismo-leninista propriamente. Ele é de origem aristocrática; saiu de uma família cafeicultora paulista para se tornar o intelectual orgânico do movimento operário brasileiro. Disse ele em certa entrevista à revista da UNESP *Transformação*, antes de morrer, em que um entrevistador perguntou por que ele, atuando em 1940, escrevia um marxismo não ortodoxo, já que era membro do Partido Comunista. Ele deu a seguinte resposta: “O meu assunto sempre foi o Brasil. Eu adotei o marxismo porque acho que é um bom instrumento para entender o Brasil. Se eu chegasse a convicção de que não era, adotava outros instrumentos. O objeto vem antes do método pra mim”. Autor de um clássico da historiografia brasileira de 1942, *A Formação do Brasil Contemporâneo*, enxergava na colonização brasileira pelos portugueses, um sistema exploratório, onde os europeus viam o Brasil como uma grande empresa, que deveria dar o lucro necessário aos colonizadores. Além disso, descrevia que havia colônias de exploração e colônias de povoamento, mostrando o Brasil como colônia exploratória e os EUA como colônia de povoamento. Observa-se, portanto, que esse pensamento se torna um pouco retrógrado em relação à análise recente da historiografia, quando analisa tais fatos com maiores cuidados. Porém não deixa de ser uma referência para os estudos atuais, pois clássicos sempre serão clássicos e isso não se discute.

Segundo descreve Reis (2007), a obra de Caio Prado Júnior e a sua “redescoberta” do Brasil foi mais radical do que a de Gilberto Freyre e a de Sérgio Buarque de Holanda, nos anos 1930. Cabe destacar como a obra de Caio Prado Júnior, foi de fundamental importância no processo da disseminação do marxismo no meio acadêmico brasileiro, como cita Reis (2007), “A escola marxista universitária brasileira é pradiana”. (REIS, 2007: 176).

Ao fazermos uma leitura mais apurada de Caio Prado, percebe-se que sua obra se foca principalmente em bases economicistas, talvez fazendo uma releitura do jesuíta italiano Antonil. Escritor do século XVIII, que em 1711, lançou sua obra, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, que descrevia pormenorizadamente o processo de exploração do

estado português no Brasil, principalmente pela descoberta das minas entre os anos de 1697 a 1705. E no último capítulo, Antonil faz um balanço de tudo que entrava e saía do Brasil para Portugal. Porém logo após seu lançamento, a uma ordem da coroa portuguesa para recolher a obra, temendo principalmente países rivais como a França, de descobrirem as riquezas do Brasil.

Caio Prado Júnior, irá ser muito criticado por alguns autores como o faz Nelson Werneck Sodré, onde segundo afirma Caio Prado Júnior, o Brasil já era capitalista já na sua descoberta, sendo que nem havia ainda um sistema capitalista europeu formado naquele momento, como cita Sodré.

Sodré ironiza Caio Prado: ele afirma que o Brasil é capitalista desde a origem, quando nem a Europa era capitalista entre 1500 e 1700! O capitalismo, então, chegou primeiro ao Brasil e só depois a Europa? Antes da Revolução Industrial, que só se iniciou no século XVIII, na Inglaterra, as relações capitalistas de produção não predominavam ainda na Europa, e o que identifica um modo de produção, segundo a teoria marxista, são as relações de produção predominantes. É na esfera da produção, onde as classes em luta se definem, que se encontra a identidade de um modo de produção. (SODRÉ, 1980).

Para Caio Prado Júnior, as elites não fizeram a história do Brasil sozinhas. O sujeito da história do Brasil não são as elites isoladas, mas as classes sociais em luta. (REIS, 2007). Assim escreveu Sérgio Buarque acerca de Caio Prado Júnior, no *Jornal Correio da Manhã*, no dia 15 de julho de 1951.

Ao lado dos estudos de “formação” já abordados deveria alinhar-se naturalmente ao que devotou o Sr. Caio Prado Júnior, em 1942, a interpretação e explicação do Brasil dos nossos dias, através de sua evolução histórica, desde as vésperas da independência. Obra corpulenta e ambiciosa, pois o volume de amplas proporções já publicado quer ser apenas o primeiro de uma série talvez considerável, poderia tomar lugar entre os vastos estudos

histórico-sociológicos dos Srs. Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

Já Sérgio Buarque tinha toda uma influência da sociologia alemã, principalmente através de Max Weber, no qual o autor teve o mérito de introduzi-lo no Brasil, e o qual chama na primeira versão de *Raízes do Brasil* de “o mais iminente sociólogo moderno”. Além da influência Weberiana dos tipos ideais, traçados por Sérgio em *Raízes do Brasil*. Como cita Reis.

Segundo Weber, um tipo ideal é uma síntese, um quadro ideal não contraditório de relações pensadas, uma utopia lógica, uma forma, uma construção de realidades objetivamente possíveis, um meio de conhecimento, um conceito limite, puramente ideal, visando a apreensão de individualidades históricas. (REIS, 2012: 221).

Em seu livro, Sérgio Buarque mobiliza, sobretudo, a Sociologia: é um ensaio sociológico, mas para classificar a História. Marca essa advinda dos *Annales* na França, que institucionalizou um diálogo entre a História e a Ciências Sociais. Cabe aqui um parêntese para destacar o fato de *Raízes do Brasil* ter sido escrito três anos após *Casa Grande e Senzala*, e como Sérgio era fluente em alemão, traduziu para Freyre várias obras escritas nesse idioma, para que Freyre pudesse usá-las na concepção de sua obra. Enquanto um usou radicalmente em sua obra a democracia, o outro se manteve docemente como conservador, não tinha interesse em uma mudança de paradigma, preferia que as coisas se mantivessem exatamente e se perpetuassem exatamente como estavam, desde a chegada do colonizador português.

Como já dizia Marc Bloch “o apego à comparação é a varinha mágica da história”. Dessa forma, torna-se necessário, essa pequena comparação entre esses três pensadores de suma importância na historiografia brasileira, para assim podermos chegar a uma análise contundente acerca do que é o Brasil, visto por esses interpretes. O laço mais comum entre os três é tentar formular uma hipótese acerca da construção do Brasil ao longo desses longos anos de descobrimento, tentando construir uma ideia de identidade nacional.

Tanto Freyre como Sérgio Buarque fazem uma releitura de obras já consagradas, como cita bem o historiador José Carlos Reis, onde ele diz que Freyre seria uma releitura de uma obra de 1850 chamada a História Geral do Brasil de Varnhagen, onde esse autor, escrevendo para o IHGB, escrevendo uma história positivista, oficial, faz um elogio a colonização brasileira, exaltando a figura do colonizador branco, dos heróis portugueses e do império português, e Reis mostra que Freyre em Casa Grande e Senzala fará um reelogio a colonização, inspirando-se na obra de Varnhagen. (REIS, 2007).

Já no caso de Sérgio Buarque de Holanda, o autor vai nos mostrar como ele busca na obra de Capistrano de Abreu, Capítulos de História Colonial de 1907, a base para a construção mais tarde de Raízes do Brasil de 1936.

Capistrano foi o pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado imperial e as elites luso-brasileiras [...] O conceito de “cultura” substitui o de “raça” e nesse aspecto, ele é precursor de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. (REIS, 2007: 95).

Assim como Sérgio anos mais tarde irá dizer que o nosso problema foi a nossa colonização, Capistrano já falava isso 29 anos antes, sem dúvida essa será uma das fontes onde Sérgio irá beber para formular sua tese em relação a “desastrosa” colonização portuguesa no Brasil. Não obstante no Jornal Correio da Manhã, de 1951, no artigo intitulado Cultura Brasileira, Sérgio irá tecer longos elogios a Capistrano de Abreu, comparando a sua forma de fazer história a Marc Bloch, principalmente no uso dos documentos, e de como interrogar as fontes, fazendo as falar, mesmo a contra gosto.

Capistrano de Abreu, pesquisador constante e nunca inteiramente satisfeito, tendo trabalhado mais do que qualquer outro depois de Varnhagen, para revelar, valorizar e bem aproveitar testemunhos escritos de nossa formação nacional, ele sabia, no entanto, que esses documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhes perguntas precisas e bem pensadas. Sabia, em outras palavras, palavras de um grande mestre moderno

– Marc Bloch, que em toda pesquisa histórica supõe, desde os passos iniciais, que o inquérito tenha uma direção definida. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses, defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil e não via com bons olhos a diferença que volta e meia explodia entre esses valores e poder europeus e os autóctones. Capistrano escreverá uma “outra história do Brasil”; antiportuguesa, anti-reinol, antieuropeia, anti-Estado Imperial, anti político administrativa. Ele ecoará as vozes de Antonil e dos rebeldes de todo o período colonial. Redescobrimo o Brasil, Capistrano fará o elogio da rebelião brasileira. (REIS, 2007: 97).

Analisando a obra de cada um, torna-se muito claro a importância de onde nasceram, onde viveram, o que leram e quais foram as redes de sociabilidade cultivadas durante a vida. Sérgio é um homem nascido na cidade, levou sobretudo uma vida urbana, acompanhou o crescente êxodo rural, a partir daquele momento o interior perdia o foco, o palco naquele momento eram as cidades, onde o homem livre, o profissional liberal, o empresário, o industriário já não dependia do senhor de engenho, do colono português para sobreviver, ele encontrou nas cidades uma forma de sobreviver. (REIS, 2007).

Já Freyre nascido em Pernambuco, em 1900, no bairro de Apipucos, de família aristocrática, de linhagem de senhores de engenho. Olha pra trás e sente saudade daquele Brasil que ficara pra trás, quando em 1888 estabelecia-se uma revolução no Brasil, lenta como diz Sérgio Buarque de Holanda, porém importante na consolidação de uma identidade nacional formada na libertação do Brasil de Portugal.

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder a conveniência de uma forma adequada a nova composição social. Existe um ele secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional. (HOLANDA, 2011: 171).

Outro fator importante de ser analisado nessas duas obras é o fato de serem escritas durante o governo Vargas, logo após a Revolução de 1930, onde o Brasil lentamente começava a se configurar de forma diferente, longe do patriarcalismo, do bacharelismo e do coronelismo que imperavam no Brasil até então. Com o fim do pacto das oligarquias cafeeiras e da velha república que de certa forma ditavam os passos da jovem nação, tudo isso se torna importante no contexto em que foram escritas, como afirmam alguns historiadores: "toda história é a história do tempo presente", por isso o contexto político se torna absolutamente importante, tendo a cidade agora primazia sobre o interior rural brasileiro. O que Sérgio está propondo é usarmos os EUA como modelo de sociedade urbana a ser construída no Brasil, uma sociedade urbana, não rural e antiibérica. Outro problema que segundo Sérgio atrasava o Brasil era questão do público e do privado, não tínhamos a noção de quando terminava um e começava o outro, fazíamos do público uma ampliação do círculo familiar, prestigiando não a meritocracia, mas sim nossas redes de amizade e de sociabilidade.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 2011: 141).

O Homem Cordial

O homem cordial é a base e o sustentáculo de toda a obra de Sérgio em *Raízes do Brasil*, por isso é interessante analisá-la com espírito crítico, para entendermos realmente o que Sérgio quis dizer com "O Homem Cordial". Engana-se quem pensa que cordial quer dizer bondade, amabilidade ou compaixão, até porque percebe-se que o brasileiro não era assim, os anos onde imperou a escravidão diz tudo a respeito do significado da maldade, da violência e da crueldade

em relação ao próximo, cordial do latim significa aquele que age ou é movido pelo coração, ou seja, o homem cordial não é movido pela razão, ele é movido pelo coração, pelo sentimentalismo, pela amizade. O homem cordial é um homem que reage segundo seu coração, tanto para o bem quanto para o mal, tem dificuldade de seguir hierarquias estabelecidas, é avesso as formalidades, tenta encurtar as distâncias tentando se fazer intimista, seja no culto com os santos ou mesmo com as relações de amizade que o rodeiam, por isso sempre favorece o grupo de amigos, em vez de zelar pelo interesse público, nosso pendor acentuado com o emprego de palavras no diminutivo, fazendo uso excessivo da terminação "inho".

Ele previne que “a vida em sociedade – para o brasileiro – é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente de viver consigo mesmo”, e profere a máxima: “Ele é antes um viver nos outros”, concluindo, citando Nietzsche: “Vosso mau humor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo”, como cita o psicanalista Forbes (2008), em seu artigo, intitulado *O homem cordial e a psicanálise*.

O próprio Sérgio Buarque relata que Ribeiro Couto (autor esse que já tinha feito uso da expressão antes de Sérgio e Freyre) teve uma expressão feliz quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade: "Daremos ao mundo o homem cordial", vislumbrando no homem cordial uma autêntica herança latino americana. Contudo na visão de Sérgio Buarque, o homem cordial era uma sobrevivência do passado agrário e, portanto, um anacronismo vivo. A urbanização e a vida moderna inevitavelmente levariam a superação da cordialidade. Logo, o conceito não poderia definir uma brasilidade atemporal. Ninguém se surpreenderia mais do que o autor de *Raízes do Brasil* com a atualidade do conceito. (FORBES, 2008).

O Catolicismo plástico do português

O catolicismo também se tornou uma arma importante na colonização brasileira. Como descreve Sanches (2001) em seu artigo, *A questão da democracia em Raízes do Brasil*, ele

analisa como a religião calvinista holandesa, muito mais rígida, também não se identificou com o povo, ao contrario do catolicismo português, muito mais "plástico", que nos transformou na maior nação católica do mundo. Desde o início o colonizador português, com sua "plasticidade social", deixou-se levar caprichosamente pela natureza irrequieta do trópico. Em lugar de impor a paisagem a marca de sua vontade, como bem fizeram os espanhóis na colonização da América Hispânica, o colonizador lusitano não impôs sua marca, sua força e simplesmente se emaranhou-se nela. (SANCHES, 2001).

Holanda aponta que, entre os fiéis, há pouca devoção, respeito e atenção para com os ritos religiosos. "É que o clima não favorece a severidade das seitas nórdicas. O austero metodismo ou o puritanismo jamais floresceram nos trópicos". (Thomas Eubank, citado por Holanda, pág. 151). Também nesse ponto deixa claro como o português tinha a facilidade de adaptação aos trópicos, seja no modo de agir, de estabelecer relações ou mesmo na constituição do culto, adaptação essa que seria quase impossível se tratando de outras culturas fria e fechada, como os europeus nórdicos.

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho as almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux - santa Teresinha - resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal as cerimônias e suprime as distâncias. É o que também ocorreu com no nosso Menino Jesus, companheiro de brinquedo das crianças e que faz pensar menos no Jesus dos evangelhos canônicos do que no de certos apócrifos, principalmente as diversas redações do Evangelho de infância. Os que assistiram as festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, conhecem a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo. (HOLANDA, 2011: 149).

Sérgio Buarque de Holanda como Monarquista

Merece destaque a simpatia nutrida por Sérgio pelo sistema de governo monarquista. A monarquia havia terminado 13 anos antes do nascimento de Sérgio, talvez ainda na sua juventude, o Brasil respirava os ares da monarquia, representada principalmente pela figura de D. Pedro II. No qual os brasileiros tinham extremo respeito e simpatia pelo monarca, sendo o maior governante em relação de anos a governar o Brasil, sendo quase 50 anos a frente da nação. O que de certa forma foi benéfico, pois sua presença trouxe centralidade e não permitiu a fragmentação do território brasileiro, como se percebe na América Espanhola. Talvez também a ínfima participação popular na derrubada da monarquia para a República, não trouxera muita simpatia as classes mais pobres da população, como bem disse Aristides Lobo, no *Jornal Diário Popular* de 18 de novembro de 1889: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”.

A primeira alusão de Sérgio ao tema é descrito no *Diário Carioca* de 11 de junho de 1952, por Rodrigo M. F. Andrade. Na ocasião comemorava-se o cinquentenário de Sérgio, assim escreve o amigo a respeito das convicções políticas do intelectual naqueles anos.

Assim foi sempre, desde muitos anos: diverso e autêntico. Há quem o recorde ao chegar ao Rio adolescente louro e monarquista murrasiano, de monóculo. Depois já de óculos, prócer destacado do movimento modernista. (EUGÊNIO, 2008: 428).

Na segunda alusão, Sérgio narra de próprio punho tal afirmação no *Jornal Estado de São Paulo*. “Naquela época (a juventude) eu tinha uma certa inclinação monarquista”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de maio de 1977, Suplemento Literário número 877). Já na revista *A Cigarra*, Sérgio publicou em 1920, com apenas 18 anos de idade, três pequenos artigos em que demonstra em seus escritos muita simpatia pela figura do imperador. Assim descreve Sérgio: “É meu anelo e, creio, de todos os bons brasileiros que possamos, ainda uma vez, [...]”

fazer reboar o Viva o Imperador em nada extemporâneo”. (HOLANDA, 1920: s.p.). E finalizando, um artigo publicado na *Revista do Brasil* de 1920, no texto chamado Ariel, onde Sérgio mais uma vez vai lembrar com saudades do tempo do Brasil monarquia, e a nossa cultura tendenciosa de imitar tudo que é estrangeiro, como assim descreve.

Um outro fator que influenciou sobretudo para o desenvolvimento do utilitarismo no povo brasileiro e dessa nossa tendência natural para imitar tudo que é estrangeiro, foi a importação do regime republicano. A Strauss não passou despercebida a superioridade da monarquia sobre a república, na formação e no desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade. (REVISTA DO BRASIL, maio de 1920).

Segundo Sérgio, quando ainda jovem, dizia que a república se deixava enredar por ilusões, como o pan americanismo, que resultam do hábito de imitar o estrangeiro que botou abaixo “o regime ao qual devemos setenta anos de prosperidade”. Como cita Sérgio em seu arquivo

Ariel de 1920. Segundo ele a monarquia foi substituída pela forma de governo que era “a menos digna de nossas simpatias, a mais imprópria para ser imitada; [...] a república dos Estados Unidos”. (REVISTA DO BRASIL, maio de 1920).

Como citou o próprio Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*, “somos como desterrados em nossa própria terra”. (HOLANDA, 2011).

Referências Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil, por suas Drogas e Minas**. São Paulo. Edusp, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Raízes do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que Inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FORBES, Jorge. **O Homem Cordial e a Psicanálise. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas**. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. França: Allca, Université de Paris, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Introdução a Democracia. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951.

_____. No PSB os Intelectuais. **Jornal Diário Grande ABC**, Santo André, 13 de Abril de 1980.

_____. Ariel. **Revista do Brasil**, São Paulo, 7 de maio de 1920.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**, vol.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **Teoria e História: Tempo Histórico, História do Pensamento Histórico Ocidental e Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. **A Questão da Democracia em Raízes do Brasil**. São Paulo, 2001. (Tese de Mestrado).

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de Produção no Brasil. In: Lapa, J. R. A. **Modos de Produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.

Uma perspectiva das continuidades e rupturas com a historiografia do século XIX em Henry Charles Lea

*André Pereira Rocha**

O objetivo deste trabalho está focado em aspectos que permeiam o campo historiográfico, principalmente, acerca dos usos e do desenvolvimento dos instrumentos metodológicos inerentes ao trabalho do historiador. A ideia é desvencilhando-se de discursos homogeneizantes e generalizantes, que muitas vezes circunscrevem e limitam toda a disciplina sob uma única linha de raciocínio e funcionamento.

Nessa perspectiva, a obra de Henry Charles Lea (1825-1909) abarca grande parte das questões aqui postas. Primeiramente, a historiografia americana, contexto de produção e trabalho dele, será a base de onde grande parte das argumentações serão sustentadas. A construção e consolidação da disciplina nos Estados Unidos do século XIX - com aproximações, distanciamentos, idiosincrasias e perspectivas específicas – estiveram pautadas sob os mesmos objetos que constituem o conhecimento histórico na Europa: o tempo, o homem, o passado, a documentação, o presente. E essa ligação com o Velho Continente delimita e caracteriza, de certa forma, muitos aspectos centrais da produção norte americana, mas não todos. A consolidação da academia europeia – principalmente na Alemanha, França, Inglaterra e Itália – se mostrava tão influente que acabava por se tornar parâmetro de medida para grande parte das pesquisas realizadas não só naquele período mas também em nossa contemporaneidade. Inevitável foi, então, a influência sobre a produção da América.

Entretanto, mesmo na Europa, não havia uma homogeneidade de constituição e compreensão da História. Apesar de um amplo panorama de discussão, no qual muitos conceitos e métodos eram deliberadamente utilizados, nem sempre as ideias e os objetivos finais de cada historiador eram os mesmos. Grande parte dessa perspectiva pode ser visualizada a

* Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com a orientação do Prof. Dr. Fabiano Fernandes, e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

partir da produção nacional no fim do século XVIII e início do XIX no continente. Inglaterra, Itália e, principalmente, França e Alemanha desenvolveram-se paralelamente dentro de suas respectivas academias. Mesmo com um aparato epistemológico e metodológico para discussão semelhante, principalmente a partir da perspectiva “científica” do período, houve o desenvolvimento de uma pluralidade historiográfica, até quando buscavam direcionar uma unicidade na produção.

A passagem do século XIX para o XX pode ser considerado um momento significativo para a historiografia como um todo, pois inúmeras críticas e inúmeras perspectivas de reformulações, que já vinham sendo discutidas, foram tomando forma e ganhando força dentro do meio acadêmico. Não só os historiadores estavam discutindo as fronteiras de sua disciplina e sua posição no mundo acadêmico, também foi o caso da Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia etc. Para estabelecerem o marco de discussão para os alcances possíveis e o raio de ação de cada um desses campos, iniciou-se a caracterização entre “velho” e “novo”. Essas características já eram utilizadas pelos intelectuais para especificarem muito de suas argumentações, entretanto, como exposto por Gertrude Himmelfarb, o novo e o velho tornaram-se conceitos de uso comum na construção e desenvolvimento da epistemologia e metodologia das ciências do período (HIMMELFARB, 2004: 5). Perspectiva esta não usual entre os historiadores do século XIX.

A autora ainda salienta que, mesmo assim, a crítica sobre a História nunca foi homogênea. Muitos autores tornaram-se centrais para o início do século XX: Marx, Weber, Dilthey, Nietzsche, Simiand, Bloch, Lefevre e outros, entretanto, atualmente, muitos historiadores discordam da cisão veemente entre um “antes” e um “depois” determinantes, dos quais não haveriam mais ligações entre o passado do século XIX e o porvir promissor do XX. Essa é uma perspectiva que o historiador François Hartog trabalhou em sua obra *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Um dos principais objetivos dele, primeiramente, é discutir acerca da homogenização de toda uma tradição historiográfica, no caso a francesa, verificando que dentro da França da “história metódica” haviam dissidências, mesmo quando não abertamente declaradas. Exemplo disso é sua comparação entre os autores Jules Michet e

Fustel de Coulanges (HARTOG, 2003: 25-26). De certa maneira, Hartog os coloca em lados opostos acerca de suas perspectivas da história, ainda mais quando levanta os aspectos dos princípios com os quais cada um trabalhava. Michelet partiria do princípio de reatar os fios da tradição francesa com o seu passado, expressando uma linha contínua de ligação. Com isso, passado e presente estariam extremamente próximos, sendo em muitos momentos, concebidos com as mesmas características. Já Coulanges tomaria o passado e o presente como diferentes e separados. E nas análises sobre o passado, seria função do historiador dar-lhe sentido, ainda mais ao que concerne ao trabalho e à resolução de questões do presente. Contudo, ainda assim, muitas características gerais “típicas” da historiografia corrente no período desses historiadores poderiam ser verificado em ambos: a história enquanto ciência, o trabalho com as fontes etc.

A perspectiva proposta por Hartog amplia, de inúmeras maneiras, as possibilidades de análise de toda uma tradição historiográfica ocidental. Como Coulanges, Lea participou da construção e consolidação de todo um processo acadêmico e institucional na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, do qual, muitas vezes, é inserido em um todo homogêneo que não representa os aspectos do seu trabalho em si. O ponto de partida para esse questionamento vem de uma de suas principais obras: *An History of Inquisition in the Middle Ages*, de 1887. Muitas das argumentações dessa obra, principalmente a questão da virtualidade do poder papal e da Igreja de Roma sobre a Europa dos séculos XII ao XV, são amplamente discutidas até hoje e não somente na historiografia norte-americana. A relação atual frente a toda uma tradição historiográfica do século XX baseadas, muitas vezes, em superações, avanços e rupturas, fizeram com que a seguinte questão fosse levantada: é possível obter conhecimento histórico a partir da obra de um autor do século XIX hoje?

Para além da discussão historiográfica, das estruturações e concepções metodológicas e, até mesmo, da crítica do conhecimento histórico contido nesses trabalhos, o tratamento dado a obras antigas é bastante diferente se comparado às atuais. Seguindo esse viés, o que é possível e passível de se analisar acerca da concepção historiográfica americana através da obra de Henry Charles Lea?

Em 1866, foi publicada sua primeira grande obra de História: *Superstition and Force*. Aos 41 anos, iniciou seu processo de introdução no meio acadêmico americano, mesmo não sendo um historiador de formação. Pautado tanto nas questões políticas quanto nas religiosas, a obra refletia seu desagrado em relação à Igreja Católica Romana. Na sua perspectiva, ela mostrava um sistema na qual a iniquidade era completa e da qual teria “[...] percebido a influencia da jurisprudência medieval e da Igreja Medieval nos tempos modernos” (ARMSTRONG, 1956: 456). Em 1867, publicou o *An History Sketch of Sacerdotal Celibacy in the Christian Church* e, dois anos depois, *Studies in Church History*. Todas elas continham o mesmo tipo de abordagem que era explicitada em sua primeira publicação e, pela primeira vez, suas obras ganhavam acesso ao mundo europeu.

Em 1878, novamente, sofreu uma crise nervosa durante a pesquisa acerca da Inquisição Medieval¹. Devido à gravidade, ficou até 1885 sem se dedicar tanto às suas pesquisas. Aos 53 três anos, chegou a acreditar que não as concretizaria. Entretanto, em 1887, os três volumes de sua maior obra *An History of the Inquisition of the Middle Ages* estavam prontos. Insatisfeito com as brechas deixadas, imediatamente depois lançou *History of the Inquisition of Spain* e, em 1890, *Chapters from the Religious History of Spain*. Seguindo a intensidade de publicações, em 1896, publicou *History of Auricular Confession and Indulgences in the Latin Church*, uma obra de três volumes. Em 1906, publicou o quarto volume sobre a Inquisição Espanhola, dando continuidade à obra anterior, e em 1908, *The Inquisition in the Spain Dependencies*, sua última obra completa. Sua morte em 1909, aos 84 anos, fez com que ficasse incompleta sua pesquisa acerca de bruxaria, do qual ele e parte dos intelectuais do período acreditavam ser seu trabalho máximo.

Seus quarenta e três anos na historiografia americana foram bastante impactantes. Além de ter sido eleito presidente da *American History Association*, em 1903, foi

1 Henry Lea submetia-se a uma grande carga de trabalho e pesquisa. Isto fez com que, em alguns períodos de sua vida, viesse a sofrer de crises nervosas que o impediam de prosseguir em atividade. O próprio Lea teria difundido que sofria de neurastenia, fazendo com que exercitasse sua memória constantemente. Mais informações: O'BRIEN, John M. “Henry Charles Lea: The Historian as Reformer” *American Quarterly*, Vol. 19, No. 1, Spring, 1967.

reconhecido por muitos como o único grande e real medievalista da segunda metade do século XIX nos Estados Unidos (DAVID, 1935: 125) e, segundo Haskins, pouca era a produção de obras acerca da História da Religião a não ser a de Lea (HASKINS, 1923: 221). Suas obras ganharam, não somente o cenário americano, como também a credibilidade frente à historiografia europeia, principalmente a inglesa, de onde grande parte das maiores discussões se originavam.

Diferentemente da tradição europeia, a historiografia americana manteve sua característica de continuidades mais que de rupturas. A partir da primeira década de 1900, a profissionalização do meio acadêmico norte-americano havia se concretizado. Não só as universidades se estabeleciam como *locus* de ensino e de formação, como também crescia vertiginosamente a produção acadêmica com a criação de inúmeros núcleos de pesquisa e a consolidação de inúmeros periódicos. Posteriormente, enquanto o entre guerras na Europa representava uma época de mudanças e receios, nos Estados Unidos estava sendo consolidado um projeto acadêmico, que mesmo que não fosse planejado deliberadamente como um todo para o país, teve início em meados do século XIX.

Muito disso refletiu por todo este período, muitas vezes, em dissonâncias às tendências de outros países. As teses germanistas de Charles Haskins, que estipulavam uma continuidade da história dos povos germânicos da Europa com a dos EUA, permaneceram desde o início do século XX até perderem força a partir da década de 70. Joseph Strayer, medievalista que consolidou suas pesquisas na década de 30, influenciou direcionamentos epistemológicos e metodológicos na academia americana até a década de 80. Contudo, não passaram alheios às mudanças e as discussões que estavam sendo colocadas em pauta pela historiografia dessa época, muito pelo contrário. A inserção de novas discussões sempre foi posta a frente da mesma forma que a retomada de uma tradição também o era. Exemplo disso, é que o Fritz Stern escreveu acerca da historiografia do pós-guerra. Houve uma demanda muito grande por respostas e posicionamentos acerca dos acontecimentos, isso gerou uma série de revisões e reestruturações (STERN, 1986: 159). Houve um retorno reformulado do historicismo alemão,

posicionamentos marxistas, análises psicanalíticas, várias foram as tentativas buscadas para conseguir respostas para os eventos e as consequências da Segunda Guerra Mundial.

Mesmo assim, a historiografia do fim do século XX e início do XXI continua percebendo muito da produção anterior a ela como distante, na grande maioria das vezes sendo fonte, quase que unicamente, historiográfica para um preâmbulo da disciplina e não de conhecimento histórico do período pesquisado pelo autor. Algumas exceções podem ser vistas em obras como as de Karl Marx e as de Max Weber, por exemplo. Entretanto, a produção e a influência destes autores, muitas vezes, estão voltadas mais sobre o aparato teórico-metodológico criado por eles do que na historiografia produzida em si. Isto distingue consideravelmente o posicionamento em relação a Lea. A preocupação dele não era teórica, mas histórica.

Buscando referências para compreensão dessa complexidade, Gérard Noiriel, em sua obra *Sur la 'crise' de l'Histoire*, foca uma análise não sobre a disciplina em si, mas sim, no próprio debate sobre a História, ou seja, uma retomada de toda uma tradição que se adaptou, mudou, retomou e desprezou uma série de pontos. Uma primeira característica pode ser visualizada na própria concepção do que é o ofício do historiador. O autor estipula três pontos de composição, vistas aqui como competências inerentes ao trabalho com história: produção do conhecimento, que circunscreve as atividades de saber; difusão na sociedade, vista como atividade de memória; e a gestão dos problemas que engajam a profissão, relacionada às atividades de poder (NOIRIEL, 2005: 12). Adotando a perspectiva do autor para uma análise mais ampla do campo intelectual da História, é possível verificar o quanto as atividades de poder acabam definindo, muitas vezes, a produção de conhecimento e sua difusão.

Inicialmente, o próprio autor faz um questionamento acerca de um dos pontos fundamentais do trabalho, da prática historiográfica. A documentação, o documento, o arquivo – tanto como objeto quanto o lugar – seriam, em tese, o centro de atenção da História. Entretanto, como pode ser visualizada atualmente, o trabalho sobre os arquivos não corresponde mais às reais atividades dos historiadores (NOIRIEL, 2005: 13). Contradição esta que George Iggers também pontuou. De acordo com ele, mesmo com todos os ataques ao objetivismo e ao

método científico proposto por grande parte dos autores do século XIX - e que erroneamente, por vezes, a contemporaneidade enxerga como uma discussão homogênea - poucas foram as mudanças de posturas passíveis de visualização no campo. Quanto mais resguardados ficaram com a autoridade da ciência, mais se voltaram ao passado real e não ao imaginário. Como o próprio postulou, “[...] apesar dos chamados para o repúdio do *ethos* científico, o *ethos* científico persistiu na prática” (IGGERS, 2005: 15). Isto é posto, justamente, em relação as demandas pós-modernistas a partir da década de 60. Em outras palavras, mesmo com o desenvolvimento e afastamento da historiografia do século XX em relação à produção antecessora, as críticas a partir de 1960 fizeram com que muitas das respostas dos historiadores se voltassem, novamente, à defesa da cientificidade da disciplina.

Transpondo isto ao contexto de compreensão da obra de Lea hoje, pode se levar em consideração a argumentação posta por Freedman e Spiegel. O pós-modernismo, assim como vários dos movimentos que se formaram na historiografia, acabou por trazer uma série de mudanças significativas na perspectiva da própria Idade Média. Apesar de grande parte do instrumental não ter sido afetado por ele, já que consideram a filologia como a base para os estudos acerca do medievo, houve uma retomada de discussões que acarretaram sobre uma nova concepção de alteridade. De acordo com os dois, os pós-modernistas trouxeram uma antiga tradição romântica novamente (FREEDMAN e SPIEGEL, 1998: 693). Essa retomada proporcionou o aparecimento de novas pesquisas que focavam o fragmentário, o marginal. Demandas que faziam parte dos movimentos de discussão acerca da história social e dos estudos de gênero. Contudo, e com as devidas proporções cronológicas, essa perspectiva também se aproximava bastante de um panorama pela qual os historiadores do XIX percebiam essa época.

Henry Kelly em seus artigos *Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuse*, publicado na *Church History* em 1989 e *The Right to Remain silent: Before and After Joan of Arc*, publicado na *Speculum* em 1993, trazem essa recuperação explicitada anteriormente. Nos dois trabalhos o autor tenta retomar uma série de discussões e problematizações da historiografia pautado sobre os aspectos da virtualidade do poder papal na Europa, assim como o da própria inquisição, e das leituras feitas acerca desta perspectiva. Da

mesma forma que Lea, grande parte dos questionamentos são construídos sobre a ideia de que a instituição religiosa estava permeada por direcionamentos contraditórios que não condiziam, necessariamente, com as questões que direcionavam, sejam elas burocráticas ou dogmáticas.

Assim também, na obra *The Formation of a Persecution Society*, Robert Moore parte do princípio que a perspectiva acerca das dissidências na Europa medieval deveriam ser invertidas. Ao invés dos heréges serem o foco de atenção, os perseguidores deveriam ser o ponto central para compreender aspectos fundamentais daquela sociedade. Uma de suas principais conclusões é sustentada sobre a ideia de que a Igreja não tinha todo o poder que acreditava ter e de que não somente ela, mas inúmeras outras instâncias também combatiam e exerciam a caça aos heréticos. Mesmo com as grandes diferenças de abordagem e de perspectivas teóricas e metodológicas, muito há de aproximação com *An History of the Inquisition* de Lea.

De qualquer forma, há uma certa estranheza da atual produção em reconhecer os antigos trabalhos. Gertrude Himmelfarb, em seu livro *The New History and the Old*, dedicou um capítulo para discutir a perspectiva da historiografia atual sobre a obra de Thomas Macaulay que produziu o multivolumado *History of England*. Como todo pesquisador, o autor era repleto de idiossincrasias e características que circunsceviavam seus livros dentro de um universo específico, entretanto, não era mais lido. Como a própria autora colocou, apesar de ser considerado uma boa leitura, é também na grande maioria das vezes apenas isso (HIMMELFARB, 2004: 166). Obviamente, o tipo de história que Lord Macaulay produzia - suas perspectivas metodológicas, seus ideais – não são mais os pactuados hoje, mas, de uma forma ou de outra, o tornaram “não memorável” e “não passível de leitura” (HIMMELFARB, 2004: 168) se levarmos em consideração toda uma discussão historiográfica. Hartog também levantou essa mesma questão acerca do centenário de Fustel de Coulanges, do qual Marc Bloch discursou acerca da pomposidade de uma morte definitiva e, para o prosseguimento daquele momento da disciplina, inofensiva (GUIMARÃES, In: HARTOG, 2003: 15).

Como apontado por Iggers, há uma série de continuidades que herdamos da história da antiguidade em nosso ofício e que, mesmo com a institucionalização e a

profissionalização, permaneceram (IGGERS, 2005: 3). As disparidades entre mito e verdade na pesquisa e a escrita narrativa, por exemplo, revelam essa continuidade. Mas em si, um aspecto fundamental destruiu todo um acabamento de sustentação. Macaulay acreditava estar realizando uma obra que se encaixaria na linha de reconhecimento de Tucídides (HIMMELFARB, 2004: 168), pois almejava tanto o reconhecimento quanto a permanência por eras de seu trabalho. Também acreditava que mantinha os mesmos vieses que faziam com que a sua história fosse “a história”, a mesma que todos os outros historiadores buscavam.

Diferentemente de outras disciplinas, como a Filosofia, a História parece ter deixado uma concepção de acúmulo de experiências e discussão sobre toda uma tradição para trás para adotar um patamar progressista. Perspectiva visível no século XX. Uma demanda cientificista foi sintetizada pela disciplina. Na prática, a adesão de um paradigma kantiano/hegeliano. Diferentemente dos antigos historiadores, há uma necessidade de superação do qual as antigas estruturas são deixadas para trás enquanto uma nova forma de trabalho se eleva. Característica bastante pontual se analisarmos as questões dos *Annales*, ao final da década de 1920.

O desenvolvimento, a discussão e utilização de novos instrumentos de pesquisa são fundamentais para todo e qualquer campo do saber. Ainda, correspondem a um movimento de mudanças, adaptações e reformulações inerentes a qualquer sociedade humana. Entretanto, certa parte das demandas atuais almejam um patamar que, muitas vezes, caracteriza as mesmas ambiguidades que estavam sendo criticadas anteriormente. David alerta em seu trabalho acerca dos perigos da cooperação e da produção em massa no campo acadêmico, do qual ele compreendeu como um “Fordismo Histórico” (DAVID, 1935: 129). As demandas anteriormente criticadas, foram as retomadas em outro momento pela historiografia, como a própria visão de Lea acerca da inquisição medieval e das características românticas sobre a Idade Média que apareceram de novo na historiografia. Robert Darnton, em sua obra *O beijo da Lamourett*, fez um levantamento de toda a produção acadêmica em meados do século XX e constatou que, mesmo com todas as críticas que permearam e diminuíram a história política,

foi ela justamente o tipo de pesquisa que mais trabalhos e produção teve nessas décadas (DARNTON, 1990).

O desenvolvimento e todo o aparato epistemológico e metodológico construído pelas historiadores até hoje acaba por mostrar a mabeabilidade da disciplina assim como as próprias demandas de cada tempo, que a fizeram se renovar e permanecer relevante e ativa. Consequentemente, as demandas atuais circunscrevem-na em um âmbito de compreensão e concepção específico do campo. Mas ainda assim, utilizando as palavras de Gertrude Himmelfarb, a questão de discussão não deveria ser “[...] a nova história ou a velha, mas a boa história ou a má” (HIMMELFARB, 2004: 7).

Referências Bibliográficas

ARMSTRONG, William M. Henry C. “Lea Scientific Historian Author”. **The Pennsylvania Magazine of History and Biography**, Vol. 80, No. 4, Oct., 1956, pp.465-477 .

BELLOT, H. Hale. “Some Aspects of the Recent History of American Historiography” **Transactions of the Royal Historical Society**, Fourth Series, Vol. 28, 1946, pp. 121-148.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHEYNEY, Edward Potts. “On the Life and Works of Henry Charles Lea”. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 50, No. 202, Oct. - Dec., 1911, pp. V-XII.

CUNNINGHAM, Raymond J. “The German Historical World of Herbert Baxter Adams: 1874-1876” **The Journal of American History**, Vol. 68, No. 2, Sep., 1981, pp. 261-275.

DAVID, C. W. “American Historiography of the Middle Ages, 1884-1934” **Speculum**, Vol. 10, No. 2, Apr., 1935, pp. 125-137.

ELEY, Geoff. “The Profane and Imperfect World of Historiography” **American Historical Review**, Apr. 2008.

FREEDMAN, Paul and SPIEGEL, Gabrielle M. “Medievalisms Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Medieval Studies” **The American Historical Review**, Vol. 103, No. 3, Jun., 1998, pp. 677-704.

GRAYZEL, Solomon. "Lea's Minor Historical Writings Minor Historical Writings and Other Essays by Henry Charles Lea; Arthur C. Rowland- Review" **The Jewish Quarterly Review, New Series**, Vol. 35, No. 1, Jul., 1944, p. 135.

GUGGISBERG, Hans R. "The Uses of the European Past in American Historiography" **Journal of American Studies**, Vol. 4, No. 1, Jul., 1970, pp. 1-18.

HARTOG, François. **O século XIX e a História** – O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HASKINS, Charles H. "European History and American Scholarship" **The American Historical Review**, Vol. 28, No. 2, Jan., 1923, pp. 215-227.

_____. "Henry Charles Lea (1825-1909)" **Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences**, Vol. 51, No. 14, Dec., 1916, pp. 899-900.

HIMMELFARB, Gertrude. **The New History and the Old**. London: Harvard University Press, 2004.

HOLT, W. Stull. "The Idea of Scientific History in America" **Journal of the History of Ideas**, Vol. 1, No. 3, Jun., 1940, pp. 352-362.

IGGERS, Georg G. **Historiography in the Twentieth Century**. Middletown: Wesleyan University Press, 2005.

_____ and WANG, Edward. **A Global History of Modern Historiography**. England: Pearson Longman, 2008

_____. "The German Historical School in American Scholarship: A Study in the Transfer of Culture by Jurgen Herbst - Review" **The American Historical Review**, Vol. 71, No. 2, Jan., 1966, pp. 708-709.

KEEN, William W. "Henry Charles Lea" **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 50, No. 202, Oct. - Dec., 1911, pp. III-IV.

KELLY, Henry Ansgar. "Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses". In: **Church History**, vol. 58, n° 4 (dec., 1989).

_____. "The Right to Remain silent: Before and After Joan of Arc." In: **Speculum**, vol. 68, n° 4 (Oct., 1993), p. 992-1026.

LEA, Henry Charles. “Ethical Values in History” **The American Historical Review**. Vol. 9, No. 2, Jan. 1904, pp. 233-246.

_____. **The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation**. USA: Barnes & Noble, 3 Vol., 1954.

MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita – teoria e história da historiografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la “crise” de l’histoire**. Paris: Gallimard, 2005.

NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri da (org.) **Nova história em perspectiva**. São Paulo: CosacNaify, 2013.

O'BRIEN, John M. “Henry Charles Lea: The Historian as Reformer” **American Quarterly**, Vol. 19, No. 1, Spring, 1967, pp. 104-113.

PINKNEY, David H. “American Historians on the European Past” **The American Historical Review**, Vol. 86, No. 1, Feb., 1981, pp. 1-20.

SPIEGEL, Gabrielle. “Revising the past – Revisiting the present: how change happens in historiography” **History & Theory**, No. 46, Dec. 2007, pp. 1-19.

STERN, Fritz. “German History in America, 1884-1984” **Central European History**, Vol. 19, No. 2 (Jun., 1986), pp. 131-163.

STRAYER, Joseph R. “Compulsory Study of American History-An Appraisal” **The Public**

Entre escolhas e silêncios a criação de um *brasileiro*

*Andréa Camila de Faria**

Manuel Salgado Guimarães afirmava que lembrar significa, para o historiador, não apenas trazer algo novamente à lembrança e poder partilhá-lo, mas também poder ressignificá-lo sob as demandas de um novo tempo. Nesse sentido, a recordação, para o historiador, traria junto um exercício de crítica, como parte de um procedimento hermenêutico que nos obrigaria a pensar sobre as condições de produção da memória. Em suas palavras, “O trabalho da memória, todos sabemos, tende a sacralizar seus objetos, que, uma vez postos em altares, são naturalizados” (GUIMARÃES, 2009: 270). E para ele, que estava pensando em Capistrano de Abreu “se construindo enquanto autor de história”,

quando o objeto da recordação é um dos autores canônicos de nosso campo de trabalho, [...] a tarefa deve considerar igualmente esse processo de produção específica, que nos remete necessariamente à recepção de seus textos. Seus leitores desempenham papel ativo nesse trabalho de produção textual. (GUIMARÃES, 2009: 271)

Guardadas as devidas proporções, esta relação que ele estabelece para pensar Capistrano pode ser estendida para Gonçalves Dias, também um autor canônico, senão no campo da história, ao menos no das letras nacionais.

Nascido na cidade maranhense de Caxias em agosto de 1823, Gonçalves Dias quis “fazer seu nome” e para isso buscou realizar seu projeto de tornar-se o maior poeta do Brasil. Alcançando seu objetivo, através do reconhecimento obtido já na publicação de sua primeira obra, sua imagem de ícone nacional foi aos poucos construída através da vinculação de sua vida e de sua obra à pátria. Uma vez posto no panteon nacional como representante do que era essencialmente *brasileiro*, sua memória foi sendo naturalizada e incorporada a memória

* Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Bolsista do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica da FAPERJ no projeto *Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHEs)* coordenado pela Profª Drª Marcia de Almeida Gonçalves. andreacamila@oi.com.br

coletiva nacional. E sem dúvida não há maior expressão dessa naturalização do que a difusão dos versos da famosa sua *Canção do exílio*.

Como afirma Maria Helena Rouanet, os versos “Nosso céu tem mais estrelas,/ Nossas várzeas têm mais flores,/ Nossos bosques têm mais vida,/ Nossas vidas mais amores” foram tão eficazes em proclamar a diferença entre o eu e o outro, o nacional e o estrangeiro – a polaridade norteadora da construção de identidade (nacionalidade) no romantismo – que além de serem reproduzidos por vários outros poetas românticos, acabaram se institucionalizando de vez na letra do Hino Nacional (ROUANET, 1999: 22-23).

Mas essa institucionalização torna-se curiosa se pensarmos que esse poema foi escrito em Coimbra, em julho de 1843¹, quando Gonçalves Dias era ainda um jovem de 19 anos, distante de sua terra natal já há 4 anos. Aliás, quando nos referimos a sua terra natal precisamos deixar claro que não estamos nos referindo ao Brasil, esta unidade nacional tão evocada, mas a uma pequena partícula desse todo, ao Maranhão, ou antes, a Caxias, esta sim, sua *terra natal*.

Ao partir para Coimbra em 1838 o jovem Gonçalves Dias não conhecia mais do que Caxias, o sítio de Boa Vista, onde nascera, e a capital da província, São Luiz (cf. PEREIRA, 1943). Uma parte do Maranhão era o máximo de “Brasil” que ele conhecia. Aliás, o próprio poeta ao publicar sua *Canção* fez questão de ressaltar: “Quando eu compuz esta canção, ou como melhor se chame, tinha apenas visto algumas das Províncias do Norte do Brasil” (DIAS, 1846: 09). Esta simples nota nos faz pensar que talvez aquele que é o poema nacional por excelência, conhecido nos quatro cantos do país, incessantemente reproduzido nos manuais didáticos, não seja exatamente *nacional*, mas antes, *regional*.

Não devemos com isso, contudo, retirar Gonçalves Dias de sua posição no panteon nacional. O que importa é problematizar essa figuração, entende-la como uma construção, como mais uma das muitas construções de memória que são responsáveis por criar uma identidade comum. Nesse caso, nos parece que a propagação de *Canção do Exílio* como poema nacional por excelência se deu sem que se levasse em conta o regionalismo que a produzira, ou antes,

¹ Segundo a datação publicada nos *Primeiros Cantos*.

desconsiderando-se propositalmente essa característica a fim de torná-la um símbolo que bem representasse o sentimento nativista que se queria construir, nosso *nacionalismo*. Nesse caso, sem que Gonçalves Dias planejasse, seu poema foi alçado ao posto de canção nacional e seu autor, por conseguinte, ao de cantor da pátria, de iniciador da literatura brasileira, numa construção de memória que merece, no mínimo, ser demarcada.

Mas se por um lado a institucionalização de *Canção do Exílio* como canção nacional não nos parece ação proposital de Gonçalves Dias, devemos ressaltar, por outro, que Gonçalves Dias se encarregou de moldar sua memória e perpetuá-la de diversas outras formas, e a nota biográfica escrita por ele a pedido do francês Ferdinand Denis é um dos melhores exemplos disso. Ao tratar de seu nascimento o poeta escreveu:

As províncias do norte do Brasil foram as que mais tarde aderiram à independência do Império. Caxias, então chamada Aldeias Altas no Maranhão, foi a derradeira. A independência foi ali proclamada depois de uma luta sustentada com denodo por um bravo oficial português que ali se fizera forte. Isto teve lugar à (sic) 1º de Agosto de 1823. Nasci a 10 de Agosto desse ano. (DIAS apud PEREIRA, 1943: 09)

Segundo Joël Candau não podemos recordar um acontecimento do passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança (CANDAU, 2011: 66), isto é, lembrar uma história nunca é recuperá-la sem as influências de seu futuro, pois “o tempo da lembrança não é o passado, mas ‘o futuro já passado do passado’” (CANDAU, 2011: 66). Nesse sentido, toda recordação é, segundo o autor, tributária da natureza do acontecimento memorizado, do contexto passado desse acontecimento e também daquele momento de recordação (CANDAU, 2011: 71). Em suas palavras,

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretções constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa. (CANDAU, 2011: 71)

Recuperar uma lembrança, especialmente uma lembrança autobiográfica é criar uma memória, uma identidade, e esse movimento nos permite vislumbrar algumas das estratégias de criação identitária, mesmo que nem sempre elas estejam perfeitamente às claras ou pareçam deliberadas.

No caso de Gonçalves Dias é sintomático que o poeta, ao escrever a referida nota autobiográfica, tenha relacionado diretamente seu nascimento ao “nascimento” da pátria, na menção a consolidação da independência com a rendição do Maranhão em agosto de 1823. Está claro que para o menino que nascia a 10 de agosto daquele ano, o fato de que o país estava recém-saído de sua condição colonial e de que sua província natal resistira a essa metamorfose, não era questão importante, aliás, nada que não dissesse respeito aos cuidados maternos requisitados por um bebê recém-nascido devia importar.

Mas para o homem de letras que se consolidara já em 1846, quando da publicação de seus *Primeiros Cantos*, como o maior poeta do Brasil, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parte ativa dos projetos de (re)construção da nação, estabelecer esta relação significava criar para si próprio uma identidade e uma origem singular. Nas palavras da biógrafa Lucia Miguel Pereira, a nota é:

importantíssima, pelo que diz, e pelo que omite. Mais ainda pelo que omite do que pelo que diz. Com efeito, ligando o seu nascimento aos sucessos políticos, patenteia Gonçalves Dias que foi profundamente marcado por eles. Que o fato de nascer com a independência da sua província influiu no seu feitio, na direção que imprimiu à sua obra. Do contrário não mencionaria a coincidência nessa concisa informação, em que mais nada adiantou sobre a sua vida particular. (PEREIRA, 1943: 09).

Na interpretação da biógrafa, em seu silêncio Gonçalves Dias deixava transparecer a inquietação de seu lugar social, de sua posição de filho natural de uma mãe mestiça e um pai português que resistira à independência do Brasil. Era o silêncio revelador de um *estado d'alma* (PEREIRA, 1943: 09). Não nos cabe aqui aprofundar ou debater tal interpretação, embora deva se pensar que talvez sua condição de mestiço tenha pesado – positivamente, devo dizer – para sua identificação como ícone da nacionalidade brasileira. Mas seja como for, ao estabelecer

esta relação, o poeta firmou para si um pertencimento e uma vinculação particular com sua pátria, numa imagem que ajudou a perpetuar o seu nome junto à memória nacional.

Para Marcia de Almeida Gonçalves, ao estabelecer esta relação, Gonçalves Dias, mais do que um pertencimento, firmava um compromisso de representar por meio de sua vida particular – e aqui entendemos também por meio de sua obra – a comunidade imaginada, sentida e significada como nação (GONÇALVES, 2009: 428).

De alguma maneira podemos dizer que Gonçalves Dias decidira proclamar-se como brasileiro desde o nascimento, identificando-se ao Brasil cuja imagem ajudava a divulgar e (re)construir, num exercício onde o presente e o futuro pesavam decisivamente sobre a memória do passado. Ele *era brasileiro* desde o nascimento, mesmo que *ser brasileiro* nesse momento ainda fosse algo em construção.

Operações complexas, a reconstrução de um passado e a conseqüente construção de sua memória, demonstram alguns dos objetivos escondidos atrás desses movimentos. Movimentos que, no caso das narrativas pessoais, buscam tornar estável, verossímil e previsível os projetos que norteiam ou nortearam a vida daquele indivíduo. Nesse sentido, como afirma Candau, “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAU, 2011: 74). Assim ao relacionar diretamente seu nascimento ao nascimento da pátria, Gonçalves Dias procurou criar para si uma identidade que o vinculava diretamente ao seu objetivo, ao seu projeto de vida.

Não nos cabe discutir o talento de Gonçalves Dias. Mas precisamos ponderar que a perpetuação de sua memória como ícone nacional, símbolo maior de nossa poesia romântica, não se deu ao acaso. Foi fruto de uma construção feita não só pelo próprio poeta, mas também por seus biógrafos e críticos. Foi o resultado de escolhas, exaltações e silêncios em sua trajetória, que (re)significaram sua vida e sua obra e as moldaram de modo a que se encaixassem num modelo que bem servisse ao projeto de construção da nação em curso. Nesse sentido vale destacar que a exaltação de Gonçalves Dias como poeta nacional só virá após a publicação pelo português Alexandre Herculano, de um artigo na Revista Universal Lisboense, em 1847, onde

este anunciará, a partir dos *Primeiros Cantos*, o fim da literatura portuguesa e o nascimento da literatura brasileira, significando definitivamente o poeta maranhense como o iniciador da literatura “verdadeiramente” nacional.

Para José Henrique de Paula Borralho

A repercussão do artigo de Alexandre Herculano nos jornais do império foi imediata e pesou decisivamente para a visibilidade e dizibilidade do cantor timbireense e de sua utilização pelo império brasileiro dentro do projeto criador da nação. (BORRALHO: 2009: 208)

Num momento em que a nação se construía e se firmava receber a declaração de independência literária pelas mãos de um dos mais aclamados homens de letras da antiga metrópole certamente que se revestia de um aspecto mais do que simbólico, pois era também político. Com a exaltação de Gonçalves Dias feita por Herculano, o Império Brasileiro não era mais apenas independente politicamente, ganhara o aval para ser autônomo em sua literatura e história, e não seriam justamente essas duas esferas entre as principais responsáveis pela construção da nação?

Gonçalves Dias parecia ter plena consciência da importância que essa “aprovação” possuía, prova disso é que ao organizar em 1857 uma publicação que reunia seus *Primeiros*, *Segundos* e *Últimos Cantos* – intitulada *Cantos* – precedeu-o pelo artigo de Herculano, num claro recurso de (re)afirmação de sua obra e de sua imagem.

De acordo com Joël Candau, “‘fazer o nome’ é agir para a posteridade, ter a esperança estéril de não desaparecer no esquecimento” (CANDAU, 2011: 69), e essa busca requer o esforço de fazer escolhas, de jogar luz sobre os aspectos que se quer exaltados e jogar na penumbra aqueles que podem dificultar seu “sucesso”. Nesse sentido é curioso pensar que nessa mesma edição dos *Cantos*, onde procurou dar destaque às palavras de Herculano sobre sua obra e sobre futuro da literatura brasileira, Gonçalves Dias tenha deixado de republicar a nota que pontuava a famosa *Canção do Exílio* como fruto da inspiração de um jovem que quase nada conhecia de Brasil, o que, como já dissemos, acabava insinuando ao poema uma forte marca de exaltação regional.

Para Joël Candau o trabalho da memória nunca é um ato individual. Em suas palavras,

A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, “se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão”, o sentimento do passado se modifica em função da sociedade. [...] Muitas de nossas lembranças existem porque encontramos eco a elas, observação que conduziu Halbwachs a elaborar a noção de “quadros sociais da memória”. Por isso, é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade. (CANDAU, 2011: 77)

Nesse sentido está claro para nós que se Gonçalves Dias se fixou na memória nacional não foi apenas pelo sucesso de seu projeto de *fazer seu nome* ou, dito de outro modo, seu projeto de muito pouco valeria se a memória que procurou criar de si não encontrasse eco na memória coletiva, social. Dessa forma, seu projeto foi vitorioso porque ao criar-se como *brasileiro*, sua voz ressoava junto ao projeto nacional, garantindo-lhe posição de destaque perpetua entre os nomes ilustres do país.

Assim é interessante notar que sua imagem foi sendo criada e recriada nas tramas que configuraram aquilo que veio a ser entendido como identidade brasileira. Se em um momento inicial ele mesmo lançou as bases dessa apropriação, dizendo que nascera junto com a pátria, o movimento que se seguiu foi muito maior que ele, e seus biógrafos se encarregaram de fixá-lo no panteon nacional e a “memória coletiva” acabou por eternizá-lo.

Marisa Lajolo, por exemplo, que desenvolve trabalho onde o poeta maranhense serve de eixo para se pensar a profissionalização do escritor brasileiro no século XIX vai lembrar que

Livros escolares, por exemplo, gostam de frisar que o poeta nasceu no mesmo ano em que a província do Maranhão (de forte influencia portuguesa) reconhece a independência do Brasil.

Confirmando o que parece ser lido como uma *predisposição astrológica* de Gonçalves Dias para a expressão de sentimento patriótico, outros textos apontam (corretamente) que ele era filho do branco João Manuel Gonçalves Dias, português, e de Vicência Mendes Ferreira, mestiça de índio e negro. Ou seja, o poeta sai dessas biografias com uma vida sob medida para alimentar interpretações bem intencionadas de coincidências: sua mestiçagem e o ano de seu nascimento não poucas vezes são convocados para explicar a gênese de certas passagens de sua poesia, como o saudosismo patriótico da *Canção do exílio* ou o lamento épico do *Canto do Piaga*.

Ao fim e ao cabo, tais leituras endossam, com menos ou com mais satisfação, a velha e ingênua idéia de que vida e obra constituem espelhos límpidos, cristalinos, sem distorções. (LAJOLO, 2005: 61-62)

As biografias do poeta proliferaram desde sua morte em 1864, sem que possamos identificar nos inúmeros textos, dos mais diferentes autores, grandes diferenças na apresentação do biografado. Gonçalves Dias é, em todas as obras publicadas à sua memória, sua vida parece sob medida para explicar sua obra, como aponta Lajolo. Nesse sentido, temos que ter em mente que os textos biográficos serviram como perpetuadores da significação que Gonçalves Dias criara ou assumira para si próprio, a de poeta nacional.

Deixando de lado aqui as biografias do poeta escritas ainda no século XIX, como as de Antônio Henriques Leal e Joaquim Manuel de Macedo, vamos momentaneamente voltar nossa atenção para aquelas publicadas no século XX, a saber, as escritas por Lúcia Miguel Pereira e Manuel Bandeira, pois estas, a nosso ver, foram as responsáveis por fixar de vez a memória hoje conhecida de Gonçalves Dias.

Se o século XIX, com um Brasil recém independente e uma união territorial e política consolidada à custa de muitas disputas e conflitos – intelectuais ou não – fora o momento de construção da identidade nacional, o século XX chegava com um novo regime político, novas tensões e debates e a necessidade latente de se (re)criar essa identidade, afinal, o que era *ser brasileiro*? E a escrita biográfica, no contexto da chamada biografia moderna, renovada em seus objetos, métodos e estratégias narrativas, vai servir de espaço para a renovação da escrita da história nacional, através da “humanização” de seus personagens. Nas palavras de Marcia Gonçalves

Se a história, enquanto conhecimento disciplinar era, por excelência, um instrumento basilar na edificação da identidade nacional, a discussão de como ela deveria ser escrita, e de que sujeitos deveriam protagonizá-la – os indivíduos, os grupos, ou as forças sociais –, acabava por cruzar com o debate sobre quem de fato construía ou havia construído a nação. Nesse cruzamento tenso, o lugar do texto biográfico era buscado e, por vezes, entendido como a panacéia que poderia resolver tantos impasses. (GONÇALVES, 2009^a: 128)

Entre os autores que tentaram resolver esses impasses, Lúcia Miguel Pereira, biógrafa de Machado de Assis e de Gonçalves Dias, vai ganhar destaque. Sua biografia do poeta maranhense vai servir para destacar uma imagem sua que acabará por consolidá-lo de vez no modelo de brasileiro autêntico, pois Lúcia fará questão de destacar sua origem de mestiço. Se antes ele era brasileiro porque nascera junto com a pátria, porque fora o responsável pela independência de nossa literatura, agora, em 1943, ano de publicação da biografia, ele era brasileiro, sobretudo, porque era filho das três raças, porque carregava em si o sangue de negros, índios e portugueses:

Foi o fato de ser lusitano o pai, e filha da terra a mãe, que tornou tão importante a data do seu nascimento. Que de algum modo imprimiu um caráter simbólico ao primeiro grande poeta do Brasil; que pôs uma misteriosa identidade entre o seu destino e o do país. Essa identidade, que Gonçalves Dias não proclamou nunca e talvez nunca tenha chegado a sentir nitidamente, foi entretanto nele uma poderosa força subconsciente. (PEREIRA, 1943: 10)

Estava traçado assim o perfil de Gonçalves Dias que ele próprio forjara e que seus biógrafos cuidadosamente cuidaram de reafirmar. Era brasileiro, nascera com a pátria e era na sua origem mestiço como ela. O que faltava a essa memória, a essa identidade? Apenas a celebração de sua obra e Manuel Bandeira é quem vai se encarregar de proclamar essa memória.

Ao escrever *Poesia e vida de Gonçalves Dias*, publicado em 1962, Manuel Bandeira não está preocupado em pormenorizar a vida do poeta, aliás, mais do que uma narrativa de vida, sua obra é, antes de tudo, uma análise literária onde está sendo evocada a qualidade literária do poeta maranhense, qualidade que o destaca no cenário das letras nacionais. Aqui Gonçalves Dias não apenas o iniciador da literatura brasileira. É seu poeta supremo e *Canção do exílio*, teria bastado para alçá-lo a esse posto:

Quanto à “Canção do exílio”, foi ela sem dúvida o seu primeiro grande momento de inspiração. Ainda que não tivesse escrito mais nada, ficaria, por ela, o seu nome gravado para sempre no coração e na memória da sua gente. (BANDEIRA, 1962: 24)

Antonio Candido em seu célebre estudo sobre a gênese da literatura nacional vai afirmar – surpreendentemente sobre *I-Juca Pirama* e não sobre a *Canção do exílio* – que “é dessas coisas indiscutidas, que se incorporam ao orgulho nacional e à própria representação da pátria, como a magnitude do Amazonas, o grito do Ipiranga ou as cores verde e amarela” (CANDIDO, 1993, p. 85). Digamos surpreendentemente não em desmerecimento de *I-Juca Pirama*, mas parece claro que *Canção do exílio* tornou-se muito mais célebre, incessantemente repetida e incorporada ao imaginário nacional do que o “canto de morte do filho do norte”. Se ainda hoje vemos referências à *Canção do exílio* surgirem aqui e acolá, seja repetindo-a ou parafraseando-la é porque estes versos se incutiram de tal forma no imaginário nacional que é como se sempre tivessem existido, como se não fosse necessário pensar sobre as especificidades de sua produção e circulação, sua força nacional está dada, como está dado que as cores verde e amarela representam o Brasil, como apontou Antonio Candido. Mas não foram essas cores também fruto de escolhas e debates?

Assim, Gonçalves Dias é o poeta nacional. Mas o é porque era esse o seu projeto e porque a construção que fez de si, de sua identidade, encontrou eco e espaço na memória coletiva que se criava, de alguma forma ele de fato nasceu junto com sua pátria, não porque veio ao mundo junto com a consolidação da independência, mas porque criou sua identidade ao mesmo tempo em que se forjava a identidade nacional.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Manuel. **Poesia e vida de Gonçalves Dias**. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

BORRALHO, José Henrique de P. **A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. 2009. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.v.2.

CORRESPONDENCIA ativa de Gonçalves Dias. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.84, 1964. (impressão de 1971).

DIAS, A. Gonçalves. **Primeiros Cantos**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1846. Disponível em Brasileira Digital: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00634200>. Acesso em 26 jun 2010.

DIAS, A. Gonçalves. **Cantos**: coleção de poesias. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1857. Disponível em Brasileira Digital: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00647200>. Acesso em 26 jun 2010.

DIAS, A. Gonçalves. **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009a.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. GRINBERG, Keila ; SALLES, Ricardo (Org). In: _____. **O Brasil imperial 1831-1889**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Mestiço, pobre, nevrozata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). **Memória e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009c.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. “Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o Brasil do oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAJOLO, Marisa. “O preço da leitura: Gonçalves Dias e a profissionalização de um escritor brasileiro oitocentista”. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e praticas. São Paulo, SP: Fapesp, 2005.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos, t.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Gonçalves Dias”. In: **Anno Biographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Discurso”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t.27, 1864.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **A vida de Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

ROUANET, Maria Helena. “Nacionalismo”. In: JOBIM, José Luís (org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Perspectivas para o ensino de história: questões indígenas ontem e hoje

*Andréa Delfino Ferraz**
*Roberta Cristina Silva da Rosa***

Quando os portugueses chegaram ao litoral do território que hoje é o Brasil, encontraram os homens que a partir daquele momento foram classificados como índios. Desde então, povos de ancestrais incomuns e culturas diferentes foram reduzidos ao termo índio, sem qualquer observação de suas singulares expressões.

Ao longo da história, tais povos indígenas tiveram suas histórias diminuídas ou ignoradas pela sociedade e organizações políticas. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha, suas expressões culturais e historicidade de suas organizações sociais foram marginalizadas, quando não negadas, deixando os índios de fora ou à parte da história do Brasil (CUNHA, 1992: 9-24).

Deste modo, o conhecimento acerca do passado dos povos indígenas tem sido deficientemente trabalhado em sala de aula. Segundo a Secretaria de Educação Fundamental, há uma deficiência enorme na abordagem do índio nas escolas. Livros didáticos, e até mesmo a imprensa passam muitas informações incorretas, ou ignoram a presença do indígena (SED e SEF, 2001). E partir destas deficiências, buscamos possibilidades para se abordar a questão indígena no ambiente escolar, com o propósito de fazer docentes e discentes refletirem sobre a cultura indígena e sua relação com o Estado e não índios.

O historiador Mauro Cesar Coelho assinala que grande parte da produção historiográfica brasileira padece ante a uma questão de difícil solução: os arquivos não dispõem de muitos documentos que possibilitem o acesso à visão que as populações indígenas formularam sobre o que lhes ocorria, diante a expansão da presença do não índio no período colonial. Daí que

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Nucleas, Professora Mestranda, Faperj.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Nucleas, Professora Mestranda

boa parte da historiografia acadêmica relativa à presença indígena refira-se somente às políticas indigenistas. A oferta de documentos sobre as iniciativas metropolitanas de controle das populações indígenas é grande. O mesmo se dá com documentos que expressam a visão que os europeus construíram acerca das populações indígenas. (COELHO, 2009: 267).

Só muito recentemente, a partir da década de 1970, verifica-se uma importante mudança na produção historiográfica, relativa à forma pela qual as populações indígenas têm sido vistas. Estudos inicialmente escritos em língua inglesa redimensionaram o lugar do índio no passado colonial, abandonando a ideia de *tabula rasa* e considerando-o um agente histórico pleno (COELHO, 2009: 268).

Tais trabalhos não recorrem à categoria índio, formulando uma ideia genérica das populações indígenas; pelo contrário, eles destacam o fato de que aquelas populações possuem uma pauta, segundo a qual escolhas foram feitas, de modo que alianças, guerras, fugas, migrações, etc. teriam correspondido a uma percepção do que ocorria ao seu redor (COELHO, 2009: 268).

Sobre essa nova visão historiográfica, Maria Regina Celestino de Almeida em *Os índios na História do Brasil*, apresenta uma revisão das leituras tradicionais sobre a história dos índios no Brasil. A autora se pauta por pesquisas recentes, onde foi observado um grande número de novas interpretações sobre as trajetórias de grupos e indivíduos indígenas.

Segundo Maria Regina Celestino essas novas leituras não resultam apenas da descoberta de documentos inéditos, mas também de novas interpretações fundamentadas em teorias e conceitos reformulados. Do mesmo modo, pesquisas interdisciplinares, que conjugam teorias e métodos históricos e antropológicos, vão aos poucos desconstruindo compreensões simplistas e interpretações equivocadas sobre os índios e as suas relações (ALMEIDA, 2010: 9 -11).

A autora também destaca que a partir de novas abordagens interdisciplinares, pontos antes considerados pacíficos na História do Brasil no passado, têm sido revistos e dão lugar a interpretações nas quais os índios surgem como agentes dos processos de mudança por eles vividos. (ALMEIDA, 2010: 25).

Assinalamos também a opinião de Pedro Paulo Funari e Ana Piñon no livro *A temática indígena na escola: subsídios para professores*; para os autores ao longo da história do Brasil a escola, tem engessado algumas representações sobre os índios no imaginário social. Assim os indígenas acabam sendo percebidos como figuras romantizadas e lendárias. (FUNARI e PIÑÓN, 2011).

Luís Donizete Benzi Grupioni ressalta que apesar de percebermos a produção e a acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento ainda não conseguiu ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores ainda revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. As organizações não governamentais, que têm elaborado campanhas de apoio aos índios e produzido material informativo sobre eles, têm atingido uma parcela muito reduzida da sociedade (GRUPIONI, 1992: 13).

A imagem de um índio genérico, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e fala tupi ainda predomina no senso comum. É também muito comum a ideia de que os índios viviam em paz entre si e em harmonia com a natureza até a chegada dos portugueses, em 1500, quando começou um processo de extermínio que resultou no desaparecimento de muitos povos; os sobreviventes estariam se aculturando, ou deixando de ser índios (GRUPIONI, 1992: 11).

A historiadora Norma Telles acrescenta que quando analisamos alguns livros escolares, os índios estão quase sempre situados em um tempo passado. Sua história é mostrada como se estivesse congelada no tempo, sem nenhuma evolução (TELLES, 1987: 487).

Para Mauro Cesar Coelho o livro didático é um recurso de dimensões diversas.¹ É um material de formação escolar, pois informa, instrui e educa. Constitui-se, fundamentalmente, como instrumento de organização e transmissão de conhecimento, tornando acessíveis a

¹ Entende-se por livro didático o livro adotado pelo professor, com vistas ao acompanhamento de conteúdo curricular, de forma sistemática e cotidiana.

crianças e adolescentes o saber do caráter acadêmico. É não obstante, um produto do mercado editorial, pois obedece a um conjunto de regras do mercado do livro, de modo a conformar-se como produto aceito e consumido (COELHO, 2009: 268).

Sua importância no processo educacional brasileiro é inegável. A produção bibliográfica que lhe é relativa é unânime em afirmar sua primazia em relação a outros recursos didáticos por motivos diversos: trata-se do recurso utilizado pela grande maioria dos professores, não apenas como recurso didático, mas como material de consulta para a preparação das aulas; em função do encadeamento que faz dos conteúdos, funciona como o currículo adotado em Estados nos quais os currículos não são atendidos pelos professores; e por fim, constitui para larga parcela da população, o único contato com um livro (COELHO, 2009: 268-269).

Norma Telles afirma que é na infância e na adolescência, portanto, durante o período em que se frequenta a escola, que se recebe uma série de informações sobre outras culturas e sobre outros povos. Poucos terão, após, essa fase oportunidade de aprofundar e de enriquecer seus conhecimentos sobre os outros seja através de viagens, romances, mostras de filmes internacionais, seja prosseguindo seus estudos. Neste contexto, o livro didático é uma fonte importante, quando não a única, na formação da imagem que temos do “outro”. Alia-se a isto o fato do livro didático constituir-se numa autoridade, tanto em sala de aula quanto no universo letrado do aluno. É o livro didático que mostra com textos e imagens como a sociedade chegou a ser o que é como ela se constituiu e se transformou até chegar aos dias atuais (TELLES, 1987: 73-89).

Essa presença quase absoluta faz do livro didático um instrumento poderoso, no processo de ensino aprendizagem, o qual suscita um volume significativo de trabalhos que analisam a sua natureza. Segundo estes, o livro didático deve ser entendido tanto como um instrumento de apresentação e sistematização de conteúdos e estratégias didáticas, quanto como um suporte de representações (COELHO, 2009: 269).

José Alberto Baldissera verificou que muitos conceitos usados em livros didáticos eram apenas informados aos leitores, sem constituírem objeto de reflexão (COELHO, 2009: 270-271). Do mesmo modo o conteúdo histórico era apresentado como algo pitoresco, como um

conjunto de ideias e fatos inquestionáveis. Flávia Eloísa Caimi indicou que a maior parte dos livros analisados por ela apresentava uma abordagem isenta de conflitos, na qual a multiplicidade da leitura historiográfica não tinha lugar; ainda segundo ela, poucos autores apresentavam concepções de história que permitiam aos alunos e professores se perceberem como sujeitos do processo de conhecimento, ou seja, como sujeitos do processo histórico (COELHO, 2009: 271).

Para Araci Rodrigues Coelho, o descompasso verificado entre as abordagens e conteúdos presentes nas reflexões acadêmicas e o que se apresenta no livro didático deve-se à natureza distinta de uma produção e outra. Enquanto a primeira aproxima-se do discurso da ciência, a segunda deve “gerar aprendizagem” (COELHO, 2005: 239). A primeira promove um saber que não é o saber escolar, aquele formulado para ser apropriado por crianças e adolescentes em diferentes estágios de formação. Ainda segundo a autora, o saber escolar seria aquele voltado para a formação cognitiva do aluno, daí a necessidade de cortes e simplificações, de modo a permitir sua emergência (COELHO, 2005: 241).

Sobre essa questão, Paulo Knauss elabora crítica importantíssima: ao desvincular-se do pensamento científico, o ensino de História, e seu livro didático, viabilizam a permanência de um aporte moral na abordagem da disciplina. A própria função histórica do ensino de história, ou seja, formar o cidadão fomentou uma pedagogia do civismo, na qual o aprendizado de valores e padrões de comportamento pontifica absoluto (KNAUSS, 2005: 279-295).

Na opinião de Mauro Cesar Coelho o livro didático trabalha uma concepção específica do saber histórico, a despeito das mudanças ocorridas nos últimos anos, percebidas pela literatura especializada. Uma visão moral permanece operando nos livros didáticos, com o objetivo de reiterar tantos valores cívicos, quanto, preocupações sociais. Neste sentido, o compromisso com a lógica da construção do conhecimento histórico, como aponta Paulo Knauss, é suplantado pela preocupação em divulgar preceitos morais, cívicos, culturais e políticos (COELHO, 2009: 272).

A partir de nossa experiência na sala de aula, percebemos que atualmente a temática indígena no Ensino Fundamental, só é abordada no que diz respeito à época da chegada dos

portugueses no continente. Após este período, o tema não é mais visto, fica para o aluno a impressão de que os índios desapareceram. No Ensino Médio, a temática indígena é vista no primeiro ano, porém não há tempo para um maior questionamento ou debates como no que diz respeito aos conflitos entre índios e brancos que vemos ultimamente, principalmente na questão de terras, apesar dos assuntos referentes a esses conflitos sociais e a problemas na questão ambiental estarem presentes nos últimos concursos do ENEM.

Assim após a compreensão dessa deficiência em transpor o conhecimento acadêmico para a escola através de materiais didáticos, percebemos a necessidade de discutir tal temática além do livro didático.

Para Peter Burke, a disciplina história passou pelo processo de ampliação, se interessando por toda atividade humana (BURKE, 1992: 11). Grupos e sociedades antes considerados sem importância começaram a aparecer através de fontes históricas diversificadas. Tal ampliação de fontes, que também inserem a história indígena, e seus usos tornam-se essenciais não só na academia, como no meio escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam para a relevância de levar o aluno a analisar, criticar e compreender o objeto de estudo, havendo então necessidade instigá-lo a utilizar diferentes fontes de informação para adquirir e construir conhecimento (BRASIL, 1998: 8). Apresentar ao aluno de que forma a história é feita, fator que se refere diretamente a fontes históricas.

André Chervel destaca ser imprescindível a produção de conhecimento histórico no ambiente escolar. E esse saber produzido não é de fato nem superior nem inferior ao acadêmico, apenas diferente, e negar a sua existência é ignorar a sua influência cultural e social (CHERVEL, 1990: 179).

Apresentando o documento como uma possibilidade de leitura de mundo, estamos caminhando para a construção de conhecimento através da indagação de um objeto, buscando revelar a relação que os homens estabelecem entre si e o mundo que os circunstancia, como sugere Paulo Knauss (KNAUSS, 2007: 37).

Sendo assim, se faz necessário levar para as salas de aula fontes diversificadas, que possam complementar a formação reflexiva do aluno acerca da temática indígena em diversos momentos da História do Brasil. Ou seja, construir conhecimento sobre as sociedades indígenas através do uso ampliado de fontes históricas.

Selva Guimarães Fonseca, compreende que os materiais diversos produzidos pelo homem contribuem para a produção de saberes responsáveis pela formação do pensamento, uma vez que o uso de diversas fontes históricas amplia o olhar sobre o que se estuda e facilita o aprendizado, pois “As fronteiras disciplinares são questionadas; os saberes são religados e rearticulados em busca da inteligibilidade do real” (FONSECA, 2003: 163-164).

Para Circe Bittencourt, o uso de fontes em sala de aula se justifica pelas contribuições que oferece para o desenvolvimento do conhecimento histórico, facilitando a compreensão histórica de que o passado faz parte da memória social e precisa ser preservado como patrimônio da sociedade (BITTENCOURT, 2004: 333). Ou seja, as fontes não devem ser usadas apenas como suporte informativo. Precisam ser valorizadas, permitindo o diálogo entre a realidade passada, salientando o sentido da história.

Comprendemos também a importância de expor no ambiente escolar que a história dos índios é progressiva e se transforma, e que ao contrário das ideias que permeiam em nossa sociedade, os índios não vivem apenas isolados na Amazônia e protegidos no Xingu. Mas que o fato de estarem espalhados em todo território nacional, muitas vezes vivendo no meio urbano, os índios não estão contaminados pela civilização de forma que a aculturação seja um caminho sem volta.

Desta forma, a abordagem indígena no meio escolar se faz necessária, desde que seja um fomento a reflexões sobre o papel dos índios em nossa formação histórica e na sociedade ontem e hoje, já que é de grande importância que as aulas de história estabeleçam relações entre o presente e o passado, (BRASIL, 1998, p. 77), propondo questionamentos acerca do posicionamento do Estado e da sociedade em relação aos grupos indígenas, que hoje se encontram reduzidos e em uma verdadeira luta pela sobrevivência de suas culturas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história: seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHERVEL, André. 1990. **História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa**. *Teoria & Educação*, 2, pp. 177-229.

COELHO, Araci R. Escolarização: uma perspectiva de análise dos livros didáticos de História. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez anos de pesquisas em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005.

COELHO, Mauro Cesar. A história, o índio e o livro didático: Apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice; REZNICK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo (org.). **A História na escola**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática no ensino de história: experiências, reflexões e aprendizado**. ed. 8. Campinas: Papirus, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. e PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: GRUPIONI, Luís Donizete (org.). **Índios do Brasil**. SMC-SP, São Paulo, 1992.

KNAUSS, Paulo. **O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de História**. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, nº67, p. 279-295, set./dez. 2005.

_____, Paulo. **Sobre a norma e o óbvio:** a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sonia M. Leite. (Org). *Repensando o Ensino de História*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TELLES, Norma. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora, in LOPES DA SILVA, Aracy (org.). **A questão indígena na sala de aula:** Subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SED e SEF. **Índios do Brasil**. Brasília: MEC/ SED/ SEF, 2001.

Concepções de cidade nos livros didáticos de Estudos Sociais: a escrita da História nos anos 1970

*Arnaldo Pinto Junior**
*Wagner Scopel Falcão***

Introdução

O crescimento do número de pesquisas acadêmicas relativas aos livros didáticos entre as décadas de 1990 e 2010 é um indicativo da importância desse produto cultural nos nossos dias. No campo da história da educação, com aportes da história cultural, das disciplinas escolares, do conhecimento, da imprensa, da leitura, da editoração, dos livros, dentre outras, observamos cada vez mais pesquisadores interessados nos processos de produção, circulação, comercialização e apropriação de livros didáticos em ambientes escolares e não escolares (MUNAKATA, 2012). Também por conta do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pesquisadores e profissionais do mercado editorial buscam compreender essa política pública de grande impacto social e econômico¹.

Na condição de recursos pedagógicos considerados indispensáveis pela maior parte dos docentes da Educação Básica, os livros didáticos já foram apontados como portadores de “belas mentiras”, criticados por difundirem a ideologia dominante, por trabalharem com perspectivas reducionistas do conhecimento abordado². Foco de intensas discussões travadas a partir do processo de redemocratização na década de 1970, esses materiais também passaram a ser abordados como documentos fundamentais para uma compreensão mais ampla das práticas de ensino formal, das propostas curriculares oficiais, de práticas de leituras escolares, entre outras linhas de análise que foram desenvolvidas nos últimos anos. Fontes de pesquisa educacional

* Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Educação.

** Instituto Federal do Espírito Santo e Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Geografia e Pedagogia.

¹ Como exemplo desse busca, a tese de doutorado da professora Célia Cristina de Figueiredo Cassiano, defendida em 2007, analisa a relação entre o desenvolvimento do PNLD e o interesse do capital espanhol no mercado editorial brasileiro.

² Entre os diversos trabalhos que problematizam as discussões sobre os livros didáticos centradas em seus conteúdos monossêmicos, unívocos e ideologizados, a tese de doutorado do professor Kazumi Munakata, **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**, foi um marco na segunda metade da década de 1990 ao apresentar novas propostas de análise naquele período sobre o tema.

para alguns, alvos de duras críticas para outros, os livros didáticos continuam promovendo debates, sobretudo em universidades, escolas e mídias.

Procurando participar das discussões mencionadas acima, apresentamos neste texto uma reflexão sobre a escrita dos conhecimentos históricos nos anos 1970, por meio das concepções de cidade vinculadas nos livros didáticos da disciplina escolar Estudos Sociais. Diante das inúmeras obras que foram publicadas no período focalizado, elencamos como fontes documentais as coleções impressas pela Companhia Editora Nacional (CEN), principal empresa do ramo no Brasil entre as décadas de 1930 e início dos anos 1970.

Ao refletirmos sobre a escrita dos conhecimentos históricos impressos em livros didáticos da disciplina escolar Estudos Sociais, este trabalho procura discutir e compreender a historicidade da referida disciplina, abordando particularmente a proposta interdisciplinar que contemplaria conhecimentos históricos e geográficos.

A sociedade brasileira e os novos rumos do país

O regime ditatorial militar brasileiro provocou transformações na vida social, política e econômica do país. Especificamente no campo da educação, verificaram-se algumas mudanças significativas, tanto nas escolas primárias e secundárias, bem como na formação acadêmica. Uma dessas transformações foi a consolidação da disciplina Estudos Sociais como matéria obrigatória na Educação Básica a partir da Lei 5.692/71.

Durante a primeira década da ditadura militar, o desenvolvimento econômico do país, principalmente no setor secundário, foi destacado pelos governantes e apoiadores como exemplo de eficiência na condução da nação. O denominado “Milagre Econômico”, período de crescimento econômico que combinou grande intervenção do Estado nos setores produtivos com o intuito de incentivar os investimentos do capital nacional e estrangeiro, é verificado em indicadores socioeconômicos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “O resultado é que na década de 70 o país cresceu mais de 10% ao ano sem, no entanto, diminuir a vulnerabilidade a choques externos, como se viu na crise do petróleo de 1973/78” (IBGE, 2013).

Além desse cenário que movimentava grandes quantidades de recursos financeiros, endividamento público e concentração de riqueza, a partir de indicadores do IBGE (TABELA

1), é possível perceber o crescimento da população brasileira de aproximadamente 32,92% entre os anos de 1960 e 1970. Nesse mesmo período, a população rural aumentou cerca 5,9%, enquanto a população urbana apresentou um crescimento de 66,39%.

TABELA 1- População Residente, por situação do domicílio nos 1960 e 1970.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053
Aumento em quantidade absoluta	23.068.580	20.781.950	2.286.630
Aumento em quantidade relativa ³	32,92%	66,39%	5,9%

Fonte: IBGE. Acesso em: 16 mar. 2013.

O crescimento populacional urbano ocorreu devido o crescimento natural da população das cidades e, principalmente, por conta do êxodo rural brasileiro observado durante a década de 1960.

Na área da educação, a promulgação da Lei nº 4.024/61 – primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional do Brasil –que trouxe muitas transformações no decorrer da década. Dentre as quais, podemos ressaltar a possibilidade de experimentação de algumas novas disciplinas nas escolas, chamadas de optativas. O Conselho Federal de Educação (CFE) sugeriu, então, que a disciplina Estudos Sociais se tornasse uma dessas optativas para o nível secundário.

Dez anos depois, já no período da ditadura militar, a LDB sofreu várias alterações, entre as quais cabe mencionar a Lei 5.692/71, que entrou em vigor na presidência de Emílio Garrastazu Médici. Dentre as alterações realizadas, destaca-se a obrigatoriedade do ensino de 1º grau para alunos de 7 a 14 anos (art. 20), a formação do professor de 1º e 2º graus na modalidade preferencial em curso de graduação (art. 30 e 37) e a inclusão obrigatória da disciplina Educação Moral e Cívica nos componentes curriculares dos alunos (art. 7). Todas essas e outras alterações na LDB eram acompanhadas de um discurso político-militarista cada vez mais articulado com as perspectivas educacionais tecnicistas.

³ Percentuais aproximados.

Além dessas reformas citadas, outros dois desdobramentos da Lei 5.692/71 impactaram diretamente sobre os Estudos Sociais na educação brasileira. O primeiro deles foi o fato de os Estudos Sociais se tornarem disciplina obrigatória da escola de 1º grau. Outro desdobramento relevante, que merece especial atenção, se refere à criação e implantação das Licenciaturas Curtas em Estudos Sociais. A principal característica de tal Licenciatura foi o aligeiramento no processo de formação docente, representado pela diminuição do tempo de formação dos professores (FONSECA, 1993).

É nesse contexto de migrações, de acelerado crescimento econômico, industrial e urbano brasileiro, de supressão dos direitos civis, de endividamento público e de reformas educacionais, nas décadas de 1960 e 1970 que se objetiva neste trabalho socializar reflexões sobre as concepções de cidade produzidas por livros didáticos de Estudos Sociais publicados pela Companhia Editora Nacional durante a década de 1970.

Ademais, ao analisar as discussões relativas aos Estudos Sociais no país, este trabalho procura compreender como conhecimentos interdisciplinares – particularmente da História e da Geografia – são apresentados nos manuais didáticos analisados.

Buscando ampliar as referências de investigação histórica que têm como eixo central o estudo da linguagem visual e escrita em livros didáticos, esta pesquisa aborda as visões de cidade relacionando-as aos projetos socioculturais do período focalizado. Para tais objetivos, dialogamos com as contribuições teórico-metodológicas da História Cultural.

Segundo Bloch (2001), a História não tem como objeto o passado. Ela é a ciência dos homens, dos homens no tempo. Como mencionado, ela não deve ser narrada em um viés epistemológico positivista, através de acontecimentos, mas abrangendo os momentos, compreendendo o presente pelo passado e o passado pelo presente.

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade (BLOCH, 2001: 55).

No campo educacional, procuramos dialogar por meio do conceito de cultura escolar (JULIA, 2001), porque acreditamos nas potencialidades que o mesmo fornece, desde as diversas perspectivas epistemológicas até as propostas de estudos que ultrapassam os limites dos registros formais que comumente são pesquisados, como as políticas públicas, as legislações educacionais etc.

Nossas principais referências sobre livro didático (BITTENCOURT, 1993; CHOPPIN, 2004; MUNAKATA, 1997), o compreende como objeto cultural de múltiplas dimensões, que assumiu um papel destacado na educação formal na contemporaneidade. Inseridas no cotidiano das instituições de ensino como suportes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, essas obras acabaram participando não apenas da vida escolar de várias gerações de professores e estudantes, como também sensibilizando os olhares de outros sujeitos que tiveram contato mais amplo com as produções didáticas focalizadas.

A partir desses dos autores citados anteriormente, selecionamos os livros didáticos de Estudos Sociais produzidos pela CEN durante a década de 1970, nos quais se considera as seguintes questões metodológicas:

- Qual(s) discurso(s) os manuais didáticos de Estudos Sociais sustentam sobre a concepção de cidade e sobre seu ensino?
- Qual(s) concepção(s) de história, qual(s) teoria(s) científica(s) ou qual(s) doutrina(s) linguística(s) representam ou privilegiam?
- Qual o papel que atribuem à disciplina?
- Que escolhas são efetuadas entre os conhecimentos?
- Quais são os conhecimentos fundamentais?

Os Estudos Sociais na educação brasileira

A disciplina Estudos Sociais teve sua origem nos Estados Unidos no quarto final do século XIX. Segundo Nadai, em meio a muitas rupturas e permanências que se encontra, provavelmente na década de 1880, surge a primeira utilização do termo “Estudos Sociais” no documento *Report of the Committee of Ten of the National Education Association*. “A partir daí, os Estudos Sociais vincularam-se à pedagogia norte-americana, embora nem sempre com o mesmo significado ou ocupando igual papel no currículo” (NADAI, 1988: 2).

O livro *Social studies for children in a democracy*, de autoria do professor estadunidense John U. Michaelis, foi uma obra que sintetizou o que se objetivava com a disciplina Estudos Sociais na escola elementar dos Estados Unidos. A primeira tradução em português, publicada no Brasil no ano de 1963⁴, com o título *Estudos sociais para crianças numa democracia*, é fruto de um convênio entre Brasil e Estados Unidos, através da criação do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE).

Segundo o autor, os Estudos Sociais buscavam o “desenvolvimento das aprendizagens sociais necessárias à vida democrática” (MICHAELIS, 1963: 3). Assim, o professor estadunidense acreditava que os conhecimentos dessa disciplina escolar atendiam o objetivo central da educação estadunidense: “aprofundar o espírito de civismo democrático” (MICHAELIS, 1963: 5).

A principal justificativa para a implementação dos Estudos Sociais na escola era a necessidade de preparar os estudantes para um novo momento que os Estados Unidos e o mundo passavam por conta do processo de industrialização. Diante das transformações decorrentes do fluxo migratório para as cidades, configurando novos modos de vida urbano-industrial, com novas relações familiares e com o surgimento de novos grupos sociais, tornava-se necessário o fortalecimento da democracia pelo mundo. Nesse ponto, os conhecimentos relacionados à disciplina escolar Estudos Sociais teriam importante função social.

É possível constatar visões interdisciplinares entre os conhecimentos da disciplina Estudos Sociais, envolvendo as ciências humanas, as ciências naturais, perpassando às artes. O autor estadunidense propõe no livro, então, um quadro sinótico com unidades (conteúdos) interdisciplinares para cada grau de ensino⁵ da escola elementar estadunidense, sendo que nos primeiros graus de ensino esses conteúdos permeiam o cotidiano dos alunos e, à medida que os graus avançam, partem para um contexto nacional e mundial.

A implementação dos Estudos Sociais na educação brasileira nos remonta inicialmente à primeira metade do século XX, a partir do final dos anos 1920, tendo como principais difusores dessa disciplina os professores Anísio Spínola Teixeira e Carlos Miguel Delgado de

⁴ Tradução de Leonel Vallandro.

⁵ Em uma nota do tradutor na página XII, é esclarecida a seriação da educação estadunidense, organizada da seguinte forma: Nível Primário: 1º, 2º, 3º e 4º Graus, com 6, 7, 8 e 9 anos de idade, respectivamente; Nível Intermediário: 5º e 6º Graus, com 10 e 11 anos de idade, respectivamente; Nível Elementar Superior: 7º e 8º Graus, com 12 e 13 anos de idade, respectivamente.

Carvalho. Ambos tiveram importantes participações em reformas da educação brasileira da primeira metade do século passado.

Com o avanço dos ideais escolanovistas, os Estudos Sociais começam a ser implantados no Brasil. Cabe ressaltar que tanto o movimento da Educação Nova quanto o incremento dos Estudos Sociais na educação brasileira possuíam suas raízes em um modelo estadunidense de pensar a educação.

Segundo os escolanovistas, como passaram a ser chamados,

Era preciso, pois, imprimir uma direção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e levá-lo a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades. Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público, as bases e diretrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o público e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional (AZEVEDO et al., 1932).

A ideia de modernização da escola foi um dos principais pontos levantados pelos escolanovistas. Segundo eles, a escola não poderia ficar atrasada ao seu tempo, e a modernização do país já estava a acontecer e reformas na escola brasileira eram necessárias. A democracia, a questão do trabalho, da solidariedade social e da cooperação eram outros pontos importantes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento este pautado também no processo de industrialização que se acelerava no Brasil na década de 1930.

Na gestão de Anísio Teixeira, que sucedeu Fernando Azevedo na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, os Estudos Sociais foram introduzidos nos currículos das escolas elementares (primárias). O revolucionário projeto educacional permitiu grande divulgação nacional das ideias oriundas da Escola Nova e mais especificamente da obra de John Dewey, várias delas traduzidas para a língua portuguesa pelo próprio Anísio Teixeira. Nesses termos, os conceitos do teórico norte-americano repercutiram na educação brasileira especialmente do ponto de vista social, exemplificadas tanto nas críticas feitas por Anísio Teixeira ao modelo de escola secundária que caracterizava o Brasil na época quanto nas propostas inovadoras por ele implementadas, estabelecendo novas referências para a construção do currículo das escolas primárias e secundárias daquele período (SANTOS, 2012: 3).

Em 1934, o Departamento de Educação do Distrito Federal, dirigido por Anísio Teixeira, publica o documento *Programa de Estudos Sociais*. Sob organização do então diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, Delgado de Carvalho, o documento se tornou um

importante instrumento de base para a implantação da disciplina Estudos Sociais nos cinco primeiros da Escola Elementar do Distrito Federal. As ideias de “democracia moderna”, “vida social” e “trabalho” são chaves nos objetivos propostos pelo documento “Programa de Ciências Sociais”.

Isso se exemplifica nos conteúdos propostos pelo documento, partindo do “mais íntimo” para o mais “estranho”: no primeiro ano estudando “A vida no lar e na escola”; no segundo ano “A vida na comunidade”; e no terceiro ano “A vida do índio” e “A vida do homem em outras terras”.

A implementação dos Estudos Sociais nas escolas brasileiras ocorreu de forma muito heterogênea na primeira metade do século XX. Após ser implantado inicialmente no Distrito Federal, a disciplina acabou por entrar lentamente nos currículos das escolas elementares de alguns outros estados. Fernandes (2008) encontra como objetivo do programa de 1941 do estado de Minas Gerais correlacionar diversas matérias do programa, como Geografia, História, Ciências Naturais, Educação Moral e Cívica etc., aproximando-se da interdisciplinaridade proposta pelos Estudos Sociais.

Os Estudos Sociais ganharam impulso apenas no final da década de 1950 através da Portaria MEC, de 02 de janeiro 1959, que permitia nos cursos secundários o funcionamento de classes experimentais, “possibilitando certa margem de liberdade na organização curricular” (NADAI, 1988).

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 trouxe à educação nacional uma série de transformações. Após 13 anos de debate, a educação passa a ser entendida como um direito de todos, cuja organização passa a ser dividida entre União, Estados e Distrito Federal.

Dentre as mudanças que a LDB de 1961 promove está a possibilidade de disciplinas optativas serem incorporadas ao ensino secundário, conforme o artigo 44: “O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos”.

É a partir da LDB que os Estudos Sociais ganham impulso considerável na educação brasileira. Em 1962 o “Programa de Estudos Sociais” de Anísio Teixeira e Inácia Guimarães é reeditado, e em 1970 o livro “Introdução Metodológica aos Estudos Sociais” de Delgado de Carvalho ganha sua 2ª edição.

Segundo Höfling, é a partir da lei de 1961 que

Surgem currículos de escolas experimentais incluindo Estudos Sociais como área integradora dos conteúdos de História e Geografia, basicamente: Colégio de Aplicação da USP, Ginásios Vocacionais, Ginásios Experimentais Pluricurriculares. Os Ginásios Vocacionais, segundo relatórios da experiência desenvolvida, conceberam Estudos Sociais como área núcleo, integrando e dinamizando o conteúdo de várias disciplinas – com a participação básica de História e Geografia [...] (HÖFLING, 1987: 26).

Para não concluir

Os debates da política educacional brasileira desde a década de 1930, as reformulações das leis educacionais até os anos 1970, bem como a visão mercadológica das editoras ressignificaram as propostas da disciplina escolar Estudos Sociais apresentadas por educadores como Anísio Teixeira e Delgado de Carvalho. Mas como atuaram os denominados tecnocratas da ditadura militar na adaptação de ideias vinculadas no âmbito dos Estudos Sociais? Houve articulações políticas estabelecidas pelas editoras no Ministério da Educação? As editoras agiram rapidamente, imprimindo antigas coleções de História e Geografia com uma nova roupagem: Estudos Sociais? Novas pesquisas precisam ampliar esse horizonte político educacional.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de; et al. *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. 1932. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

_____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CARVALHO, Delgado de. *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 1957.

_____. *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 1970.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *A escolha do professor e a circulação de livros didáticos no estado de São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada de capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. Tese (Doutorado em História da Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Série C. Programas e Guias de Ensino, n. 4. **Programa de Ciências Sociais: Escola Elementar**. Volume primeiro, 1º, 2º e 3º anos. Edição Preliminar. São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Estudos Sociais no contexto da história brasileira nas primeiras décadas do século XX. In: Encontro Regional De História: Poder, Violência E Exclusão, 19, 2008, São Paulo: ANPUH/SP – USP. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Antonia%20Terra%20de%20Calazans%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

HÖFLING, Heloisa de Mattos. *A concepção de cidadania veiculada em livros didáticos de Estudos Sociais do Primeiro Grau*. 1981. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX: IBGE lança Estatísticas do século XX*. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. *Dados Históricos dos Censos: População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: v.1, n.1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

MICHAELIS, John U. *Estudos sociais para crianças numa democracia*. Tradução: Leonel Vallandro. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editôra Globo, 1963.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

_____. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. Tese (Doutorado em história e filosofia da educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no Primeiro Grau. Em Aberto, Brasília, ano 7, n. 37, jan./mar. 1988. *Revista Em Aberto*. Brasília, ano 7, n. 37, jan./mar. 1988.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. A abordagem historiográfica da disciplina escolar Estudos Sociais nas décadas de 1960 e 1970: nova perspectiva histórica. In: Encontro Regional De História Da Anpuh-Rio, 15, 2012, São Gonçalo. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338480525_ARQUIVO_artigo_Anpuh_2012.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

Historiografia e Crítica do Teatro Brasileiro Moderno: Décio de Almeida Prado*

Berilo Luigi Deiró Nosella**

Os três livros de crítica de Décio demonstram cabalmente o papel que ele desempenhou entre 1946 e 1968: o de formador da consciência teatral da cidade de São Paulo.

João Roberto Faria

A extensíssima obra crítica de Décio de Almeida Prado encontra-se publicada, a partir de seleção empreendida pelo próprio autor, em três volumes: *Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral de 1947-1955* (1956), *Teatro em progresso: crítica teatral, 1955-1964* (1964) e *Exercício findo: crítica teatral (1964-1968)* (1987).

O primeiro volume, que nos parece fundamental para compreender o conjunto como uma “consciência” da formação teatral nacional, é organizado por Décio em cinco partes: Autores nacionais; Companhias nacionais; Teatro Brasileiro de Comédia; Temporadas estrangeiras; e Crônicas.

* A presente comunicação – já publicada em versão ampliada na revista Pitágoras 500 (UNICAMP) Vol. 3, 2012 – é fruto de minha pesquisa de doutoramento, realizada sob orientação da Profa. Dra. Beti Rabetti na linha de pesquisa em História e Historiografia do Teatro do PPGAC-UNIRI e defendida em 2011. A pesquisa em questão foi realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil e da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil. A referida pesquisa foi publicada em livro pela editora Causa em 2014 sob o título *Inacabamento, um gesto de resistência na história: a metateatralidade de Luigi Pirandello e Jorge Andrade*, porém, o texto aqui apresentado foi suprimido de sua versão para publicação em livro por considerar a reflexão aqui enfrentada uma abertura, na pesquisa outrora concluída, para novos desdobramentos.

** Professor Adjunto do Departamento de Artes Cênicas e do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas do IFAC / UFOP.

1) “Autores nacionais” é de uma coletânea de críticas que foca a produção dramatúrgica do período. Mesmo tratando-se de críticas a partir das montagens destes textos, o critério de agrupamento é a produção dramática literária. O referido bloco percorre de *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, encenada em 1943, à *Moratória*, de Jorge Andrade, encenada em 1955.

A este bloco poderíamos chamar de “Ciclo de Formação do Teatro Brasileiro Moderno”, o que já lança de início duas perspectivas: a primeira, a de um projeto de compreender e analisar um momento crucial, no entendimento do crítico, em que o referido teatro moderno “se forma” (obviamente, há no gesto intelectual do crítico o chamado de atenção e o desejo de colaborar com seu instrumental para que tal fato nascente se consolide). A segunda perspectiva vislumbra a percepção de que tal processo de formação baseia-se na necessária transformação e consolidação da produção dramatúrgica.

2) “Companhias nacionais” traça mais ou menos um mesmo percurso, porém tendo como critério de agrupamento as companhias teatrais nacionais que se formam e desenvolvem-se no período. O bloco inicia-se com Os Comediantes (responsáveis pela primeira montagem de *Vestido de noiva*) e termina com a Cia. Bibi Ferreira – passando pela EAD, o nascente Teatro de Arena e a Cia. Maria Della Costa (responsável pela primeira montagem de *A moratória*). O que nos parece intrigante na seleção empreendida por Décio é primeiro a percepção do crítico de que se a formação de um teatro moderno passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma dramaturgia moderna, ela não poderá ocorrer se a cena não for também moderna; e em segundo, como, apesar da correlação, que hoje nos parece óbvia, entre o trajeto da dramaturgia e da cena, esta última não é aqui contemplada. A análise de Os Comediantes é proposta a partir da crítica de sua montagem de *Desejo*, de Eugene O’Neil; e a da Cia. Maria Della Costa, pela crítica de *O canto da cotovia*, de Jean Anouilh. Parece-nos que Décio está aqui reforçando sua premissa de que a modernidade da cena precisa da modernidade da dramaturgia, a qual, no caso, ainda não temos no Brasil; por isso a importância da dramaturgia moderna “de fora” para empreender nossa “formação do teatro moderno brasileiro”.

Por mais que tal pareça estranho ao movimento geral de modernização teatral, que historicamente nasce de par com a modernização literária, na verdade o que Décio crê, e aqui demonstra em sua organização, é exatamente isto: o teatro brasileiro, para se modernizar, precisa da dramaturgia moderna, porém, esta não é produzida aqui, então temos que trazê-la de fora. É perfeitamente claro a abertura do bloco com Os Comediantes encenando O'Neill. O que talvez ainda não salte aos olhos do crítico é o papel, também estrangeiro, interno à cena, empreendido pelos diretores, inclusive na percepção e revelação de que sim, há dramaturgia moderna e de qualidade feita no Brasil. A questão seria qual, ou mais além, o que seria uma dramaturgia moderna de qualidade?

3) Em “Teatro Brasileiro de Comédia”, como não poderia deixar de ser, mesmo tratando-se de uma “Companhia nacional”, Décio reserva um capítulo à parte ao TBC, momento em que a modernidade realizar-se-ia em sua plenitude: dramaturgia moderna (ainda estrangeira) + cena moderna (tanto no que diz respeito a sua configuração estética: atores, direção, cenografia, etc; quanto no que diz respeito à organização e produção mercantil da mesma).

4) “Temporadas estrangeiras”, Décio reúne aqui um conjunto de textos sobre a visita de duas Companhias estrangeiras (J.-L. Barrault e a *Comédie Française*) consideradas, segundo o crítico, como fundamentais no estabelecimento de um referencial de formação moderna para o teatro brasileiro, bem no sentido apontado por ele de uma espécie de “ambiente” propício onde o teatro brasileiro, “adolescente”, pudesse crescer e amadurecer bem.

5) “Crônicas”, o último bloco, reúne algumas crônicas do período sobre personalidades ou montagens importantes da época, sempre no sentido de captar e consolidar o momento como um momento de formação, fecundação do moderno no teatro nacional.

O que nos fica muito forte do conjunto aqui apresentado é esse caráter programático da atividade crítica de Décio, que vem herdada de sua prática anterior na Revista *Clima*, de uma militância pró-formação do teatro moderno nacional. Disto, o que nos interessará aqui, de imediato, é primeiro o papel que a dramaturgia de Pirandello terá neste programa (constam deste volume três

críticas a peças do autor italiano) e em segundo, a centralidade que a peça *A moratória* assumirá na compreensão e julgamento de todo o restante da obra de Jorge Andrade e, coerentemente, de todo teatro nacional “moderno”; percebendo que há uma possível relação entre estes dois aspectos do pensamento crítico de Décio e que este aspecto nasce exatamente no denominado Ciclo da Formação do teatro brasileiro moderno (1947-1955), como “consciência do teatro moderno” brasileiro.

Há um aspecto central que parece saltar aos olhos ao lermos o conjunto de críticas de Décio a Pirandello e Jorge Andrade, para além da clara percepção da imensa admiração do crítico por ambos, que consiste no apontar do crítico a um elemento “humano” profundo presente na obra dos dois dramaturgos. Esse elemento “humano” configura-se como a presença de certa “qualidade de emoção” que em certos momentos apresenta-se como essência da brasilidade e em outros como uma qualidade do dramático que põe em cena personagens verdadeiramente humanas em oposição ao racionalismo épico, ou até mesmo, como um arrebatamento de entrega do público à fantasia e não a um debate conceitual de ideias. Defendemos aqui que tal percepção revela uma posição (consciente ou não) estético-política do crítico. Sua primeira crítica sobre Pirandello é uma crítica dupla, Décio analisa comparativamente duas montagens realizadas pela EAD em 1951, uma de Pirandello *Um imbecil* e uma de Brecht *A exceção e a regra*. Algumas das ideias que se revelam neste texto perdurarão por quase toda atividade de Décio, a ponto de no último texto publicado sobre Pirandello, *Pirandello: cem anos*, de 1967, ainda o crítico as ter presente.

O que transparece ali é a clara oposição entre política e arte. Não se trata de afirmar que a arte não é política ou que não possa falar de política, por exemplo, mas sim de compreender que o nível estético deve vir em primeiro plano, a “qualidade artística” deverá apresentar-se como fim fundamental e único do teatro. Uma peça que tiver como propósito primevo a apresentação de ideias, teses, programas políticos, terá necessariamente sua “qualidade artística” diminuída. Assim ele percebe na comparação entre *Um imbecil* e *A exceção e a regra*.

Segundo o crítico, Pirandello traz a premissa de que a política desumaniza o homem, expressa através da personagem do militante socialista que é “burocratizado” pelo partido e perde sua humanidade; já Brecht, no jogo de revelação do absurdo entre exceção e regra, a partir da história do “empregado” humanizado que ajuda o patrão, demonstra que estamos todos desumanizados e a política é o caminho para a humanização. Acreditamos que há aqui um dado que nos parece ignorado: na peça *Um imbecil*, em específico, é obviamente a política partidária, mais especificamente a política partidária de esquerda, socialista, quem promove um processo de embrutecimento e desumanização necessário. Tal visada é contraposta por Décio à de Brecht em *A exceção e a regra* uma vez que nesta, Brecht afirmaria exatamente o oposto. Para Pirandello a política promoveria a desumanização e para Brecht apenas ela poderia ainda promovê-la. O equívoco que nos parece ocorrer está na noção de política, não contextualizada historicamente. Pirandello está em sua obra falando claramente da política partidária sectária, e acredito que a história nos tenha dado provas suficientes da verdade da afirmação Pirandelliana. Talvez pudéssemos até radicalizar, dizendo que, em certo sentido, o próprio foi como “*Un’imbecille*” de seu tempo, não fosse sua obra para nos provar o contrário. Neste sentido, a obra de Pirandello, de 1922, não deixa de apresentar-se como crítica altamente pertinente a um processo histórico que ali se inicia onde um militante socialista, chamado Mussolini, levará tantos outros, como o próprio Pirandello, ao Fascismo.

Já Brecht não está falando da mesma política, o sentido de política ou de ideologia comunista presente em Brecht, sabemos, transcende a filiação sectária ao Partido Comunista de Moscou, a quem, inclusive, Brecht não era filiado e nem por isso alguém poderá acusá-lo de não ser comunista. Aqui, nos parece, há um segundo equívoco do crítico, uma vez que no todo de sua obra, sua resistência à Brecht apresenta-se como uma resistência ao comunismo. Novamente é preciso historicizar: entre 1940-1960, de onde fala nosso crítico, falar em comunismo era falar em Stalinismo. Nesta afirmação está presente um alinhamento da esquerda mundial e brasileira que se dividirá entre comunistas e socialistas, sendo os segundos ligados a uma corrente trotskista (anti stalinista). Não precisamos entrar no mérito da questão de forma minuciosa, mas tal ligação de

Brecht ao comunismo stalinista já se mostrou equivocado em várias análises de suas obras. Não se trata de acusar Décio de uma falha imperdoável, porém, acreditamos que este ponto não explique totalmente o olhar do crítico para Pirandello, afinal, como já questionou Iná Camargo Costa (1998, p. 101-102), se ser comunista é motivo suficiente para certa desqualificação de Brecht por Décio, porque ser fascista não o é para Pirandello?

Apesar de a questão, como colocada por Iná, nos apontar uma polêmica fundamental, não acreditamos que ela chegue a uma resposta. Parece-nos que Iná apenas “inverte os polos” do pensamento de Décio para lhe apontar uma fragilidade argumentativa na desqualificação de Brecht, mas não explica em verdade seu apreço por Pirandello. No fim, o que Iná faz é desqualificar Pirandello na mesma chave argumentativa que critica em Décio, não fazendo avançar o debate. Porém, ainda nos parece um ponto de partida válido, por apresentar um olhar interessado politicamente como contraponto ao olhar do crítico, que renega o político. Se podemos afirmar que a crítica de Iná ao dramaturgo italiano, baseada no fato de sua filiação partidária ao fascismo, não é suficiente, a de Décio, baseada num suposto apartidarismo de Pirandello também não o é.

Afirmamos que negar o fato histórico da filiação de Pirandello ao partido fascista, num ato de ignorar tal fato pela lente do apolítico, não nos ajuda a compreendê-lo. Mas também concordamos que é preciso compreender como e porque, historicamente, Décio “optou” por Pirandello. E achamos que tal só pode ser feito se procurarmos compreender o olhar de Décio no sentido da busca daquilo que nos é (ao menos em seu julgamento) de interesse. O que queremos dizer é que, na verdade, a atividade crítica de Décio busca em seu todo uma análise do teatro moderno interessado, no caso, na formação do teatro moderno brasileiro, ou seja, é preciso buscar nas obras modernas como um todo, sejam nacionais ou estrangeiras, aquilo que nos diz respeito, aquilo que nos apresenta caminhos pertinentes, aquilo que nos forma. Dizer isto é dizer que um autor como Pirandello, em última instância, interessa a Décio naquilo que ele interessa ao Brasil e ao teatro brasileiro. Décio não analisa, não critica Pirandello com um olhar universal, procurando compreendê-lo em seus contextos próprios, italianos no caso, mas sim como um autor estrangeiro

que se apresenta como fundamental para o processo de formação do teatro moderno brasileiro. E aqui retornamos à ideia da “qualidade de sentimento” humano.

Pirandello, na visão do crítico, tem essa qualidade. Como vimos, tal qualidade vem do “adoçamento geral das linhas” (classicismo, romantismo e realismo) que privilegiaria a presença de um “sentimentalismo” romântico, ou poderíamos até dizer melodramático, característico de nossa forma de ver e sentir o mundo. Assim sendo, a forte oposição ao melodrama que o projeto épico propõe não “cai como uma luva” à visão de teatro moderno do crítico para o Brasil. Como percebe Sergio R. de Carvalho, é exatamente a forma pirandelliana de impor a crítica, de caráter profundamente modernista, ao melodrama sem descartar radicalmente seu espírito que provavelmente o torna “um emblema da dramaturgia moderna” para nós brasileiros (Santos, 2002, p. 54).

Perceber essa forma de entender Pirandello, afastado de seus elementos realistas, como uma solução alternativa à experiência naturalista europeia do fim do século XIX, que na verdade opõe-se, por exemplo, à maneira como um crítico francês brechtiano como Bernard Dort o fez, é fundamental para entendermos como Décio irá perceber a obra de Jorge Andrade, tendo *A moratória* como paradigma e com claro declínio de seu “valor artístico” quanto mais sua obra se aproximar da experiência histórica nacional.

Como dissemos, e isso persiste em todas as críticas de Décio às obras de Jorge Andrade, o comparativismo com *A moratória*, sempre insuperável, é o elemento central de julgamento do crítico. Não é o caso de citarmos uma a uma as mesmas, mas basta que se passe o olho sobre elas e isso é facilmente identificável: *A moratória* é, de uma forma ou outra, sempre citada no conjunto de críticas às obras de Jorge Andrade. Seja num sentido valorativo, onde se confirma e reforça a preferência de Décio pela obra, seja simplesmente tendo a obra como referencial comparativo de análise, onde Décio mediria o “grau de afetividade” do dramaturgo presente nas obras. Assim, *A moratória* servirá ao crítico como uma espécie de termômetro das outras obras.

No conjunto, de uma forma ou de outra, fica claro que para Décio *A moratória* é a maior e melhor obra de Jorge Andrade e o grande feito de nossa dramaturgia moderna. Não é à toa que ele fecha o primeiro capítulo de *Apresentação do teatro brasileiro moderno*, aquele que chamamos de Ciclo da Formação, que se debruça sobre a dramaturgia nacional, com a crítica a essa peça na montagem de 1955 pela Cia. Maria Della Costa, dirigida por Gianni Ratto. Ali o ciclo se fecha com *A moratória*; o Ciclo de Formação se completa. E a razão fundamental da grandiosidade desta obra para nós, brasileiros, é exatamente sua “qualidade de emoção” – captada pelo crítico em *O demônio familiar* e presente também em Pirandello e na dramaturgia ibérica – mais próxima do romantismo que do naturalismo.

Tal posição desdobra-se num olhar sobre a obra de Jorge Andrade, onde as estruturas dramáticas, que oporiam sentimento x razão, verdade humana x categorização social das personagens, guiarão o crítico no julgamento a cada uma das futuras obras do dramaturgo. É importante frisar aqui que em vários momentos Décio irá criticar, principalmente nas opções cênicas dos diretores que trabalharão com Jorge, certa falta de naturalidade das personagens, não se trata de forma alguma de naturalidade no sentido naturalista apenas, mas sim de uma verossimilhança psicológica que se aprofundaria para além de certa tipologia social, própria de um movimento como o naturalismo e do teatro épico, responsável por trazer à cena a questão social de classe como elemento primeiro de construção cênica e das personagens. Como se perceberá na crítica à encenação de *Pedreira das almas*, pelo TBC em 1958, dirigida por Alberto D’Aversa:

Também é interessante, neste sentido, notar como certas soluções tendentes ao cômico, em obras como *A escada* ou *Os ossos do barão*, também apresentam restrição por parte do crítico, se não tanto pela comicidade apenas, mas pelo “esquematismo social” que a estrutura cômica permite. No caso de *Ossos do barão*, por exemplo, o crítico afirmará que “pesam também sobre a peça as suas intenções sociais”. (Prado, 2001b, p. 257). Na crítica à *Escada*, por exemplo, em explícita comparação com *A moratória*, o crítico aponta a razão de certas “falhas” da peça (já apontadas aqui como esquematismo social interligado à estrutura cômica, farsesca da peça) pela

“distância” da temática urbana que aparece como novidade naquele momento da obra de Jorge Andrade com a realidade do autor, o que prejudicaria a “qualidade da emoção” da mesma.

Acreditamos que a análise deste quadro da crítica de Décio de Almeida Prado nos esclareça um pouco o traçado da relação de julgamento do crítico com a obra de Jorge Andrade num contexto mais amplo da compreensão do projeto, do crítico, de formação do teatro brasileiro moderno. Neste contexto, Jorge Andrade apresenta-se com autor de suma importância para Décio, pois é ele o autor que carregará consigo a herança de tal linhagem teórica e ideológica. Como grande dramaturgo brasileiro, como aluno de Décio na Escola de Arte Dramática e como parte de uma geração que carregou tal projeto como grande empreitada teórica. A referida herança nos parece transparecer claramente no próprio projeto dramaturgic de Jorge no ciclo *Marta, a árvore e o relógio*, com suas dez peças que percorrem a história de nosso país, mas na visão de Décio, como estamos verificando, se perde, no decorrer da produção da referida obra, no elemento formal. Conforme Jorge Andrade caminha com sua obra em direção ao presente, à política e às estruturas épicas e metateatrais, Décio vê cada vez com mais dureza e ressalvas sua obra. Porém, o contrário ocorre com a metateatralidade pirandelliana. Acreditamos, e procuramos minimamente demonstrar aqui, que tal se dê, pois o olhar do crítico para a obra de Pirandello permanece num nível apenas formal, não se aprofundando historicamente, não procurando compreender o que (como e porque) o dramaturgo significa para a formação especificamente italiana e as suas relações com o contexto político e econômico do país na década de 1920 e início de 1930. Não se trata de uma simples crítica a Décio, que tem sua atitude perfeitamente justificada pelo olhar interessado no Brasil e na formação do teatro brasileiro, mas sim de compreender como o crítico recebe de formas tão diversas manifestações próximas do épico no teatro moderno. A posição final do crítico de ressalva à “epicização”, rumo a uma maior politização da obra de Jorge Andrade se expressa exatamente em *O teatro brasileiro moderno*, numa expressão crítica às duas últimas peças metateatrais do dramaturgo: *As confrarias* e *O sumidouro*: Ali fica claro o sentimento de “desconfiança” de Décio, mesmo em suspenso pela falta da representação das peças, pelos caminhos trilhados por Jorge Andrade. Tal

“desconfiança”, gerada pela própria radicalização no sentido da modernidade cênica assumida pelo dramaturgo no desenvolvimento do ciclo, pode parecer incoerente num crítico tão preocupado com a consolidação e divulgação do teatro moderno entre nós. O que tentamos aqui foi exatamente demonstrar que não é, pois possui justificativas profundas no pensamento de Décio (e de uma longa tradição do pensamento cultural brasileiro), mas que precisa ser revisto de forma pertinente para que nos compreendamos como críticos, criadores e pensadores das artes teatrais brasileiras.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Jorge. **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006.

COSTA, Iná Camargo. **Sinta o drama**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

DORT, Bernard. **O teatro e sua realidade**. São Paulo, Perspectiva, 1977.

PRADO, Décio de Almeida. **Teatro em progresso**. Crítica Teatral de 1955-1964. São Paulo, Perspectiva, 2002.

_____. **O Teatro brasileiro moderno**. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2001a.

_____. **Apresentação do teatro brasileiro moderno**. Crítica Teatral de 1947-1955. São Paulo, Perspectiva, 2001b.

_____. **Exercício findo**. Crítica Teatral de 1964-1968. São Paulo, Perspectiva, 1987.

SANTOS, Sérgio Ricardo de Carvalho. **O drama impossível: teatro modernista de Alcântara Machado, Oswald de Andrade e Mário de Andrade**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Literatura Brasileira, FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

O periódico *Minerva Brasiliense* e sua tentativa de construção da nacionalidade brasileira

*Bruna Schulte Moura**

O impresso é um texto intencionalmente dirigido ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. (FARGE, 2009: 13)

A partir da observação de Arlette Farge, destaca-se a necessidade de compreender o impresso por meio da análise do discurso do mesmo, de forma a decifrar quais propostas e quais ideais estão implícitos naquele texto que “busca divulgar e criar um pensamento”. Sendo assim, é por meio da análise do discurso dos autores de um impresso que se pode constituir o propósito a que ele se destina, entender o pensamento vigente do período e identificar os problemas a esta sociedade, onde o impresso é produzido, enfrenta.

Neste sentido, o objeto de estudo deste texto analisa o periódico *Minerva Brasiliense*, produzido inicialmente, pela J. E. S. Cabral editora. Seu primeiro número data de 1º de novembro de 1843, estendendo-se até 15 de junho de 1845, data de sua última publicação. Foi o primeiro periódico literário-científico nascido depois da Maioridade de D. Pedro II (1840). Era uma revista bissemanal que saía todo dia 1º e 15 de cada mês e sua coleção completa contou com 31 números. Contudo, este trabalho se limitará a analisar dois artigos do primeiro número desta revista como proposta de um estudo mais aprofundado a ser desenvolvido acerca do mesmo objeto.

O primeiro, artigo introdutório, era de autoria de Sales Torres-Homem, então redator-chefe e fundador do periódico. Intitulava-se “*Progresso do século atual*”, que segundo Hélio Lopes, constituía-se como manifesto-programa da publicação. O segundo artigo, de Santiago Nunes Ribeiro, intitulado “*Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*”, que faz coro com o

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, graduanda, bolsista de iniciação científica do CNPq.

artigo anterior de Torres-Homem, realizando um trabalho de revisão do passado a fim de provar que a literatura dita brasileira já existia há muitos anos.

Como base bibliográfica para o desenvolvimento do trabalho a se seguir, foram utilizados dois textos que se apropriam do periódico em questão como tema, são eles: “*Minerva Brasiliense: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império no Brasil*”, redigido pelas professoras e pesquisadoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tânia Maria T. Bessone da Cruz Ferreira; e “Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal *Minerva Brasiliense* - Rio de Janeiro (1843-1845)”, escrito por Lílian Martins de Lima, doutora pela UNESP. Ainda se utiliza como base para análise o livro “*A Divisão das Águas*” de Hélio Lopes, que centra seus estudos nas revistas que considera românticas, ou seja, em *Minerva Brasiliense* e *Guanabara*.

O primeiro artigo apresenta, segundo as autoras, os resultados iniciais de um estudo sobre *Minerva*, “pensando não apenas como jornal científico e literário, mas também como um meio de veicular ideias, conceitos e linguagens políticas que procuravam atingir diversos segmentos da *boa sociedade*.” (NEVES; FERREIRA, no prelo: 2). Este conceito de “boa sociedade” é um ponto de suma importância para o entendimento do que o periódico pretendia e para quem ele se dirigia.

O segundo artigo apresenta, sobretudo, a questão do par “Nacionalidade e Progresso”, levantada por diversas vezes no periódico, incluindo também a problemática da civilidade, entre outras. “Num ambiente, por mais tímido que se apresentava para discussões sobre a pátria, o periodismo focava sua atenção para as coisas que diziam respeito ao bem comum e ao progresso geral da sociedade, na busca de assim tornar os homens mais virtuosos como se dizia no vocabulário da época.” (LIMA, 2006: 1). A autora ainda chama atenção para a crença destes literatos de que existia um poder transformador na intelectualidade e que a participação desta nas diversas esferas sociais garantiria a tal “marcha para o progresso”.

Enquanto no livro de Hélio Lopes, o autor apresenta que, a princípio, os estudos que de fato interessavam eram apenas os das revistas destacadas (*Minerva Brasiliense* e *Guanabara*), abrangendo o espaço de tempo entre elas – de 1843, ano da primeira publicação

de *Minerva*, até 1856, data da última publicação de *Guanabara*. Contudo, no decorrer da pesquisa apresentou-se a necessidade de situá-las, chegando-se a conclusão de que houve uma tradição que ligava ambas a outras publicações. Desta forma, o livro se organiza em duas partes: a primeira, que é uma breve apresentação de alguns destes periódicos ditos românticos, e a segunda, que é uma análise mais profunda em diversos aspectos das duas revistas destacadas. No entanto é importante ressaltar: “só nos interessamos pela parte literária das revistas. O seu conteúdo científico entregamos a outras mãos.” (LOPES, 1978: 6)

Desta forma, o trabalho em tela justifica-se por colocar em pauta as questões do discurso político levantado pelo periódico em seu período de existência. Levando-se em conta que este é um periódico que precede o romantismo na literatura brasileira, busca-se entender a composição deste processo e as compreensões evidenciadas pelos redatores da revista. Os trabalhos anteriores, voltados para este periódico, contribuem bastante para o entendimento sobre a revista em termos político e literário. A partir da leitura e análise destes, se torna possível a construção de uma perspectiva acerca do discurso político obtido pelos redatores de *Minerva Brasiliense* a partir da retórica utilizada por eles.

Sem dúvidas, os editores e redatores deste jornal estavam inseridos em um contexto mais amplo no qual toda uma vida política nacional está voltada para a questão do “o que é Brasil?” e a busca pela definição deste em diversas esferas. A Revista *Minerva Brasiliense*, sendo a primeira revista pós-regência no Brasil, tinha como questões chaves a nacionalidade, o progresso e a civilização, cuja resposta seus redatores procuravam dar por meio de debates científicos e literários que visavam fornecer novas ideias para a valorização do nacional.

De acordo com Bernardo Ricupero em seu livro “*O Romantismo e a ideia de nação no Brasil*”, o movimento romântico e a ideia de nação caminharam juntos e não só apenas no Brasil. Impregnados pelo ideal de progresso e civilização, grande parte da elite intelectual brasileira saía para se educar de acordo com os preceitos e valores do velho mundo, dito civilizado, a Europa. Ambos os autores discutidos neste textos, de alguma maneira, acreditam na marcha para o progresso. Observa-se esta constante em muitos dos redatores de *Minerva*, que, desta forma, absorveram a cultura, sobretudo francesa, e trazem como bagagem desta

temporada europeia o movimento romântico às terras do Novo Mundo. Esse encontro e a produção dos artigos da revista constituíram-se em símbolos de um movimento que possibilitará a formação de uma consciência crítica da produção literária da primeira metade do oitocentos.

Para atingir seus objetivos, os fundadores da revista afirmavam que sua proposta dirigia-se para o povo a fim de promover um projeto de instrução – ilustração – para estas camadas populares. Lembrando que, naquele período, apenas cerca de 5% da população fluminense era letrada, o “povo”, como se consebe hoje, sem dúvida, alguma passava longe desta minúscula porcentagem. A conotação de povo com as quais estes homens lidavam em seus escritos era muito diferente da que entemos hoje, pois povo na época significava essencialmente as camadas livres situadas nas fímbrias da sociedade.

A proposta de *Minerva Brasiliense* voltava-se, sobretudo, para as elites e não para as camadas de trabalhadores populares, homens livres pobres e escravos, pois estes não eram incluídos neste projeto. Pode-se afirmar assim que este era um projeto excludente. Os literatos do periódico, ao se referir a povo, voltavam-se para as camadas médias urbanas da população fluminense em um primeiro momento e, posteriormente, pretenderam atingir outros setores importantes da população, como negociantes e fazendeiros. Portanto, a formação social do Brasil é excludente desde o momento em que ele estava sendo pensado e construído enquanto nação: era visto de cima para baixo e sem conflitos.

Além disso, pode-se observar que alguns autores defendem que o *Minerva Brasiliense* é um periódico romântico e como tal pode-se observar um projeto de edificação da nação brasileira por meio dos artigos presentes no corpo desta revista. Destaca-se que o par sentimento nacional e romantismo tem papel fundamental na formação da mentalidade brasileira. Logo, se considerarmos o período no qual o impresso vem à luz, um aspecto fundamental é a intenção de afastar a cultura brasileira da portuguesa a fim de criar uma cultura própria, que vai ser buscada no passado da nação.

Desta forma, pode ser feita uma análise acerca do artigo de Santiago Nunes Ribeiro, que realiza uma revisão do passado a fim de provar a existência da literatura brasileira, que foi

posta em questão por dois autores respeitados daquele período: General Abreu e Lima e Doutor Gama e Castro.

O primeiro afirma que não há literatura brasileira, pois esta não se encontrava independente da literatura portuguesa, que em sua visão era de uma pobreza muito grande. Segundo Ribeiro, “Muito sentimos que o Sr. General Abreu e Lima seja um daqueles cujas ideias devemos combater; mas cumpre-nos fazê-lo não somente em prol da nossa tese, mas também em atenção ao renome literário do autor na nova história do Brasil.” (RIBEIRO, 1843: 8). O autor, então, defende pela primeira vez, que não se deve criticar a literatura pertencente a este ou aquele país com juízo de valor. Mesmo que não seja belo aos olhos daquele que aprecia a arte, não significa que se deva desqualificar de qualquer valor a obra em questão.

Gama e Castro, por sua vez, afirma que não existe literatura brasileira pois ela é escrita na língua de Portugal, sendo portanto portuguesa: “Para que existisse uma literatura brasileira, preciso era que estivesse consignada noutra língua que não a portuguesa.” (RIBEIRO, 1843: 9). Neste momento, S. N. Ribeiro evoca Sr. Visconde de Chateaubriand, quando este afirma: “A língua inglesa possui quatro literaturas diferentes: a irlandesa, a inglesa propriamente dita, a escocesa e a *americana*.” (RIBEIRO, 1843: 10)

A partir de então Ribeiro desenvolve que o clima e a cor local definem o que de fato é uma literatura nacional e sendo assim, a literatura brasileira já existe desde seus primórdios.

Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à ideia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco, de uma vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa. (RIBEIRO, 1843: 9).

Ele ainda destaca que a literatura brasileira não pode ser considerada como uma imitação das literaturas estrangeiras porque se faz necessário entender o momento literário em

sua época e em seu quadro social. A primeira frase do texto já define sua luta contra as análises anacrônicas, luta que foi inaugurada por esta geração de literatos e foi exposta pela primeira vez por ele: “A HISTÓRIA não apresenta época alguma que não tenha seu caráter específico, fisionomia própria e demonstrativa da ideia provencional que a rege”. (RIBEIRO, 1843: 7)

Já o artigo de Salles Torres Homem, o autor descreve primeiramente os avanços ocorridos em diversas áreas do saber humano nas primeiras décadas do século XIX (como história natural, medicina, química, física, política, moral, filosofia, psicologia, letras e o cristianismo), fazendo um balanço do aperfeiçoamento de todos os setores do saber em conclusão, declara: “A vista destas tendências e de tantas empresas concebidas em menos de quarenta anos, cuja enumeração brevíssima acabamos de fazer, e quando o movimento intelectual continua em aceleração progressiva, é impossível não invejarmos a sorte das gerações futuras, destinadas a colher o fruto de tão grandes e úteis trabalhos!” (TORRES HOMEM, 1843: VI). Em seguida, o autor continua apresentando sua crença no progresso, e afirma:

O homem continuará em sua marcha indefinida derrubando as barreiras que se lhe apõe em cada século; o caminho que tem a percorrer, é imenso. Somente a sua missão no porvir será talvez mais tranquila, o parto da inteligência e da civilização menos laborioso, do que até aqui o tem sido, e o será ainda por algum tempo mais. (TORRES HOMEM, 1843: VI).

Em seguida, ao fim de seu texto, o autor faz um rápido balanço das transições ocorridas no mundo ocidental. Inicialmente trata do século V, quando o mundo romano desmorona, depois no século XV e sua luta contra a feudalidade, evoca o século XVI e ao expansão do elemento religioso e, por fim, no século XIX, o desenvolvimento da indústria.

Em conclusão, Torres Homem declara: “Parece que na ordem providencial do mundo, nada se obtém sem sacrifício; ele é a condição de nossa perfectibilidade; para que tenha lugar o progresso da sociedade é mister que uma geração seja oferecida em holocausto à outra.” (TORRES HOMEM, 1843: VI). Apresentando seu nobre interesse de que não haja nenhum “holocausto” na transição que o Brasil vive, observa-se que ele reconhece e proclama para a

sua geração a incumbência de trabalhar para a geração futura. “Para nós portanto, os tormentos de uma época crítica, a fadiga da construção, os ardores da luta: para as gerações vindouras, as flores da primavera, o orvalho do céu, a fruição não disputada de sua herança.” (TORRES HOMEM, 1843: VI)

Levando em conta que naquele momento em que os textos supracitados estavam inseridos, era o começo do “pensar o Brasil”, a análise de Homi K. Bhabha, em seu texto “Narrando a nação”, se faz pertinente para localizar *Minerva* como chave da sociedade que se buscava construir.. A partir do trecho a seguir entende-se que “é a partir das tradições do pensamento político e da linguagem literária que a nação surge, no ocidente, como uma poderosa ideia histórica.” (BHABHA, 1997: 48). Desta maneira, fica claro, através das ideias expostas pelos dois autores em seus escritos, que eles pretendem criar uma tradição.

Enquanto Santiago Nunes Ribeiro busca esta tradição em uma literatura que acreditava existir, refutando argumentos de intelectuais da época e defendendo uma literatura que dependia do o clima e do espírito de um povo, Torres Homem defendia que sua geração estaria abrindo o caminho para o progresso ao qual as próximas gerações desfrutariam, ou seja, sua geração seria a responsável pela tradição com a qual contariam seus próximos. Observamos que ambos buscam nas “tradições do pensamento político e na linguagem literária” o nascimento da nação.

Ainda dentro da análise do mesmo autor, observa-se: “Encontrar a nação como está escrita expõe uma temporalidade de cultura e de consciência social mais sintonizada com o processo parcial e excessivamente determinado por meio do qual o significado do texto é produzido pela articulação da diferença na linguagem.” (BHABHA, 1997: 52). Com isto se apresenta a necessidade de entender o discurso utilizado pelos autores destacados a fim de compreender o que eles pretendem para os seus a partir de suas crenças sociais e temporais.

Desta forma, torna-se necessária a análise do discurso dos autores referidos anteriormente. Tendo em vista que o discurso dispõe de uma série de elementos para se construir de forma inteligível, são eles que nos servem como ponto de partida para análise. A autoria dos discursos é uma das peças chaves de entendimento do mesmo. É importante

localizar o autor como indivíduo pensante “filho de seu tempo”, evocando Marc Bloch em seu livro inacabado “*Apologia a história*”. Situá-lo como ser social e temporalmente inserido naquele contexto, torna-se fundamental para que a análise do discurso não seja anacrônica. Assinalar a realidade à qual este se insere, esclarece muito acerca do discurso desenvolvido por este texto.

José Murilo de Carvalho, em seu artigo “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” destaca que em um dado momento a natureza da retórica exige que se leve em conta tanto o autor e o leitor – ou ouvinte – quanto o texto em si. Sobre o uso da retórica nos textos de *Minerva*, é importante observar que uma parte dos redatores da revista era políticos – como o caso de Sales Torres Homem –, que utilizam do argumento da retórica com certa constância, enquanto a outra era de professores – dentre estes, muitos de retórica, como o caso de Santiago Nunes Ribeiro.

Carvalho também chama a atenção para a importância do auditório. Para que a retórica seja eficaz é preciso conhecer o público para quem os argumentos escolhidos, assim como o estilo e a forma como será colocada, serão dirigidos. Dessa forma o discurso torna-se capaz de ser sentido e tocado pelas palavras postas pelo autor. Neste momento, retornamos a uma questão anteriormente colocada: quem é o público a quem *Minerva* se direciona?

Analisando o trecho, também já destacado, no artigo de Sales Torres Homem, quando este proclama: “Para nós portanto, os tormentos de uma época crítica, a fadiga da construção, os ardores da luta: para as gerações vindouras, as flores da primavera, o orvalho do céu, a fruição não disputada de sua herança.” (TORRES HOMEM, 1843: 5). É facilmente detectável o “nós” a quem o autor proclama a tal “fadiga da construção” e as “gerações vindouras” que colheriam “as flores da primavera” são seus iguais, é um público pensante, pertencente ao mesmo meio literário-político-científico que ele e seus colegas de redação. Sendo assim, fica claro que a grande massa não está inclusa nestes planos.

Em “*A ordem do discurso*”, Michel Foucault também chama atenção para a importância do autor. Este encontra-se dentro dos processos internos do discurso e não deve ser entendido somente como o indivíduo que o produz. O autor, desta forma, é o “princípio de

agrupamento do discurso”. É pela função do autor que o indivíduo irá distinguir o que escrever ou não, o que entrará para sua obra. Sendo assim, o indivíduo-autor escolhe o que usar em seu discurso dentro daquilo que acredita e defende diariamente. Entendê-lo como tal torna possível a compreensão do discurso levantado por ele a partir do meio ao qual está inserido e o público para o qual ele se dirige.

Ainda analisando segundo Foucault, observa-se que ele ressalta o público a quem se destina o discurso como outra peça para entendimento de outro elemento interno, fazendo coro com Carvalho, portanto. Neste sentido, é importante ressaltar que para ele existem dois procedimentos de imposição de regras ao sujeito a quem se refere o discurso, a saber: as sociedades de discurso, que produzem e conservam discursos, mantendo número de indivíduos que os falam limitado e a distribuição de seus conteúdos sujeita a regras estritas; e a doutrina, que ao contrário, tende a difundir-se.

Desta forma, entendemos que *Minerva* se encontra dentro destes dois grupos, já que era produzido para uma elite econômica e intelectualmente ao mesmo tempo que buscava se difundir como criadora de uma geração transitória, que vive o período da “fadiga da construção”. Segundo Foucault, eles não se excluem:

À primeira vista, as “doutrinas” (religiosas, políticas, filosóficas) constituem o inverso de uma “sociedade de discurso”: nesta, o número de indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido. A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. (FOUCAULT, 2012: 39-40)

Como última observação relevante acerca da retórica para este texto, Carvalho afirma que esta é o campo do debate democrático, sendo assim é um campo do humanismo. No trecho transcrito abaixo, observamos que o projeto de instrução levantado por *Minerva* é também uma característica comum do período no qual ele se desenvolve:

Muitos dos principais políticos da época (século XIX), e alguns dos principais intelectuais (frequentemente eram as mesmas pessoas) tinham seu

próprio jornal. Em geral de curta duração, essas folhas eram o principal veículo do debate político e cumpriram papel importante no aprendizado democrático. Uma das características apontadas por todos os que já estudaram esses panfletos e jornais é a violência da linguagem, o ataque pessoal, o argumento *ad personam*. [...] Muitos assumem explicitamente o papel de educadores da opinião, de pedagogos da cidadania, ou, na linguagem da época, de divulgadores das luzes. O próprio nome do jornal às vezes reflete tal propósito (CARVALHO, 2000: 139).

Observa-se que o periódico em questão encaixa-se perfeitamente na descrição do autor em sua análise realizada a partir da retórica utilizada pelos autores do século XIX. Lembrando que Sales Torres Homem foi um político importante do oitocentos, chegando inclusive a receber o título de Visconde, tornando-se Visconde de Inhamorim em 1871. Durante sua vida desempenhou a função de político com muito afinco e acredita-se inclusive que o período em que esteve a frente da redação de *Minerva* foi uma breve pausa em sua tumultuada vida política (LOPES, 1978: 32).

Ainda no que se refere ao trecho transcrito acima, incluímos o periódico nesta análise quando retornamos ao artigo de Ribeiro e encontramos seu trabalho voltado a responder dois intelectuais que negavam a literatura brasileira, apontando ambos pelo nome e atacando diretamente seus argumentos. Quando Ribeiro destaca acerca do que defende o Sr. General Abreu e Lima: “*Se rejeitarmos a literatura portuguesa ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem* – Este juízo estranhíssimo se funda no engano, em que o autor está sobre a natureza e constituição da literatura propriamente dita.” (RIBEIRO, 1843: 8). Temos um exemplo do que seria este argumento *ad person* ressaltado por Carvalho. Além disso, não seria indispensável lembrar que *Minerva* é a deusa da sabedoria e das artes na cultura romana clássica.

A análise realizada por este texto, portanto, apresentadas é apenas prévia de uma pesquisa inicial realizada acerca de *Minerva Brasiliense*. A partir dos questionamentos levantados durante o desenvolvimento deste texto conclui-se a necessidade de uma pesquisa mais profunda acerca do objeto destacado a fim de se compreender como a sociedade brasileira foi pensada e, conseqüentemente como foi edificada ao longo da história.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, nº1, jan-dez. 2000.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LIMA, Lílian M. de. Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal *Minerva Brasiliense* - Rio de Janeiro (1843-1845). **Revista Eletrônica do Arquivo de São Paulo**. São Paulo, nº 16, ano 2, novembro de 2006. Disponível em www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/.../texto02.pdf. Acesso em 10 de maio de 2014.

LOPES, Hélio. **A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856)**. São Paulo: Secretaria da cultura, ciência e tecnologia, 1978.

NEVES, Lúcia M. B. P.; FERREIRA, Tânia M. T. B. da C. *Minerva Brasiliense: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império do Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. *Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj. (No prelo).

RIBEIRO, Santiago Nunes. **Da Nacionalidade da Literatura Brasileira**. *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, nº 1, 1843. pp 7-23.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830 – 1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUANET, Maria Helena (Org). **Nacionalidade em Questão**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

TORRES HOMEM, Francisco Sales. *Progressos do século atual*. **Minerva Brasiliense**. Rio de Janeiro, nº1, 1843. pp I-VI.

História Acadêmica, Escolar e outras ...

Bruno Flávio Lontra Fagundes *

Discorrendo em fins de 1980 sobre a História feita na França, Jacques Le Goff (s.d) entendia que o historiador não era mais uma das personagens-chave da sociedade como havia sido no século XIX e que a ideia do passado não interessava mais à política e aos políticos. No século XIX o passado havia sido uma ideia cara às nações europeias, mas agora interessava a um “público novo” (LE GOFF, 1978:13). O esvaziamento da vontade de passado por parte do poder e dos políticos referia-se à ausência, agora, de um receptor que não se interessava mais pelo tema do passado tratado como passado nacional.

Em livro coletivo (LE GOFF, 1978), na mesma época, autores afirmavam outra natureza do interesse pelo passado e ponderavam se a mutação dessa natureza não havia sido modificada na mesma proporção em que mudaram os meios e suportes de sua transmissão.

Para Michel de Certeau, os *mass media* haviam se tornado uma grande “empresa de escolarização nacional” (LE GOFF, 1978:13), por eles se transmitia ao público o “relato doutrinal da cultura”. Desfeita a importância do passado nacional e esvaziado o papel da escola como seu transmissor, a História teria se transformado e Certeau aconselhava uma investigação sobre a lei social que reduzira a História a “figura de narrativas para o serão e para os tempos livres da televisão”. Os autores do livro, em que se transcreve entrevista concedida ao periódico francês *Le Magazin Littéraire*, creditavam o êxito da História em outros meios à vontade de passado em vista da falta de crença no progresso e necessidade do passado como fundamentação da realidade.

A categoria “público novo” se referia também ao público escolar, em tese prejudicado pela diminuição das horas de História no currículo das escolas francesas.

Foi no século XIX que foram firmados os princípios norteadores da organização dos cursos de formação em História, assim como da organização da matéria escolar. Aqueles

* Doutor História, professor efetivo curso de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão (PR)

princípios foram tão fortemente instituídos desde então que, ainda hoje, marcam a noção do que seja a finalidade da História disciplina acadêmica e matéria escolar: formar cidadãos críticos e participativos. Mais do que um princípio que tenha resistido ao tempo, ele se tornou um slogan. O século XIX era o da História que fazia a crítica liberal contra a aristocracia e no século XX tornou-se o da crítica ideológica e política contra as elites políticas e econômicas nacionais e internacionais e ao processo de lutas anticapitalistas.

Boa parte dos historiadores lançam sinais de que já perceberam que precisam se atualizar quanto à sua participação social e política, abrirem-se ao diálogo e a interação extra-acadêmica, embora ainda não saibam exatamente como fazer. Mais do que nunca, numa época em que a história e a memória nunca estiveram tão em voga, a realidade anda a exigir crítica e verificações. O historiador reitera o princípio que fundou sua formação, mas não sabe exatamente como fazer para atualizá-la aos tempos de hoje.

Dois dimensões da questão são cruciais. Como lidar com essa mutação do estatuto de valor do passado e como lidar com os próprios cursos de História, que são organizações sociais em que se fixam abordagens e teorias da História, o perfil de quem é o historiador e uma sua auto-representação sobre seu papel e sua atuação na sociedade.

Podemos cogitar se houve desinteresse pela História, como ponderam os autores acima, ou se houve mudança no próprio consumidor de História, que, uma vez modificadas as formas de disponibilização de narrativas históricas em suportes e meios não usuais — como filmes, revistas, internet, minisséries televisivas etc. — passa a ser atraído por História. Estamos diante de um velho público escolar novo que tem muito interesse pela História, interesse que não é promovido pela produção universitária. É importante avaliar como a escola está sintonizada na maneira como se constroem e se aciona esse interesse da parte do público escolar. Não há pesquisa que prove que o colegial não goste do passado. O que pesquisas apontam é que o colegial não vê mais na matéria escolar História e no professor de História a autoridade para dizer o passado como havia sido no século XIX.

Ao mesmo tempo em que conscientes de seu papel de vigilantes da interpretação do passado a partir de um conhecimento consolidado, historiadores patinam na hora de saber como se ajustar —mesmo que atuando criticamente — a realidades em que se veem vencidos pelo

desinteresse de sua produção em meio ao interesse do público mais cativo de escolares por História em outros meios e suportes.

Esses meios e suportes chegam aos livros escolares — são mídias dentro da mídia livro. Lendo no livro as mídias eletrônicas, os usuários da História relativizam o lugar comum de que eles não são leitores ou só consomem o filme, a televisão, a revista sem fruirmos a escrita no livro. É esse o movimento que fazem a escola e o livro didático: discursam verbalmente, traduzindo para o livro, o que é originário de discursos não-verbais – o filme, a televisão, a internet. Não há desinteresse em si pela História na escola. Alguma relação deve haver entre o consumo de História fora da escola e dentro da escola, e essa relação deve potencializar o gosto e o sentido pelo passado histórico trabalhados pela escola. Mais do que uma questão de conteúdos intrinsecamente não-queridos, há questão ligada ao encaminhamento didático da fruição e da recepção desse conteúdo, assim como de sua interação com ele, e uma outra questão daí derivada: a possibilidade de uma vinculação formativa entre a história como organizada, tratada e divulgada, na universidade e escola, e a história como tratada e divulgada em outros meios.

Pelo lado da universidade, essa possibilidade de relação da história acadêmica com a não-acadêmica convoca os historiadores à revisão de seus cursos de formação, sua historicização, parte muito conflituosa de se encaminhar.

Ênfases de investigação, opções teórico-metodológicas, práticas de apresentação do passado que não têm no centro de sua elaboração o livro e os hábitos exclusivos de ler no livro e de escrever, difusão do conhecimento, revisão das funções e da representação de historiadores sobre si mesmos e sua relação com a sociedade, encaminhamentos didáticos, enfim são muitos os fatores envolvidos num processo de revisão de desenhos institucionais de cursos de História, o que poderia formar profissionais que pudessem influir mais sobre a cidade, aparecerem mais para produzir a crítica tão necessária aos dias de hoje.

Esse é um aspecto político. Cito Beatriz Sarlo, que analisa a concorrência entre produtos acadêmicos e não-acadêmicos de História.

Nessa concorrência, a história acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam

mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade (SARLO, 2004:14-15)

É importante ver que historiadores têm percebido que influenciar a sociedade é mais do que necessário.

A questão envolve reencontrar um lastro de legitimidade que recupere a autoridade acadêmica de dizer a história em disputa com a autoridade que agentes em outros meios e suportes têm conseguido, legitimados por dispositivos de mercado chancelados por uma memória coletiva que os aceita e a qual oferece consolo sem exigir crítica, nem participação social. Resgatar a legitimação que durante mais de um século garantiu a autoridade de historiadores quanto ao conhecimento e difusão da História, criando memórias, é parte de um processo político e social que não pode ficar fora da concepção de nossos cursos. Como pensa Beatriz Sarlo, esse processo tem se mostrado fraco se equacionado tendo como horizonte apenas a corporação de profissionais, desdenhando legitimações externas a departamentos de História.

A escola, fazendo com que componentes da produção histórica extra-acadêmica cheguem a seus livros devidamente reconhecidos pelos colegas, provavelmente aponte um caminho. Um caminho que requer rever a política que organiza a autoridade de formados em História dentro da universidade e do valor da História escolar.

Muito se fala e se escreve acerca de um distanciamento universidade e escola, entre a demora com que resultados de pesquisa renovada no ambiente acadêmico chegam à história matéria escolar em livros. Contrasta com essa situação a rapidez com que conteúdos de História produzidos e divulgados extra-academicamente chegam aos livros didáticos, o que permite postular uma pergunta: por que tanta rapidez, repetindo conhecimento histórico já feito e sabido, sem também absorver pesquisas acadêmicas? Como concorrer com a potência da produção e difusão de História de agentes de memória e de história fora da academia no mercado?

Historiadores profissionais dentro das universidades, ao que indicam recentes encontros e mesmo debates intra-acadêmicos, parecem estar se perguntando isso, e a primeira constatação saudável a que se chega é a de que, de alguma forma, devemos participar do processo de

colocação de nossas pesquisas para um público maior do que nós próprios. Como fazer sem que isso prejudique um conhecimento consolidado e suficientemente sólido revestido de consistência teórica e proposições que não se curvem ao sensacionalismo, à diversão fácil e que só têm a oferecer consolo a narrativas sociais já aceitas e na maioria dos casos apoios de discursos que ocultam domínios e sedimentam tradições historicamente excludentes? Os historiadores estão em guarda.

Livros didáticos que se combinam com outros meios e suportes de transmissão da história são um indicativo a que os historiadores não podem se furtar de analisar, e de analisar sem pressa e sem ideias preconcebidas. Principalmente se essa realidade apontar para o fato de que essa pode ser uma forma de resgatar o velho público novo de escolares e, em especial, uma maneira que aponte para a necessidade de que os cursos de História, em algum sentido, precisam se modificar se quiser comparecer e participar da tarefa de fazer a História fazer sentido outra vez. Não como fez sentido no século XIX, mas como pode fazer no século XXI.

Referências bibliográficas

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Porto, Portugal: Edições 70, s.d.

LE GOFF, Jacques et al. **A Nova História**. Porto, Portugal: Edições 70, [1978?].

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. BH, SP: Cia das Letras, Editora UFMG, 2004.

História e linguagem depois do “Giro Retórico”

*Bruno Omar de Souza**

Em se tratando da expressão “giro retórico”, é necessário não esquecer das aspas. É preciso que esta expressão abunde em aspas, pois, certamente, não se trata de uma reativação da instituição retórica, esta, cuja morte foi decretada na modernidade e que figura, ainda hoje, no estudo das letras e da literatura sob a peja do ornamento desinteressado. Seria preferível, como o fazem alguns autores, que a tratássemos pelo conceito de “discurso”, mesmo que sua especificidade histórica ficasse um pouco, muito pouco, comprometida. A morte da retórica, assim como tantas outras mortes decretadas de maneira ligeira, a morte de Deus, a morte do Sujeito, o fim da história, tem sua origem ambígua, na ascensão do *logos* moderno, ascensão que é simétrica à sua crise. Seu expurgo é, pois, uma acusação moderna, nem tão moderna como veremos, mas, sobretudo, a propalada morte da retórica contrasta com as teorias modernas do tempo e da história, da filosofia racionalista e da metafísica. Hoje, quando se pode falar com algum conforto em um estado pós-metafísico, a retórica tem sua retomada, ironicamente, pela porta da frente daquela casa que em outros tempos havia impedido que entrasse. Privada de sua dignidade, a retórica reaparece, mas reaparece como aquela que nunca foi, que nunca desapareceu das preocupações conceituais.

Ela retorna, e junto dela, advém uma teorização do político e da poética, como campos de gravidade de uma e mesma coisa: o ser, a linguagem, a história, a subjetividade. Cabe apenas lembrar que quando volta a retórica, ela é um dos bons efeitos do “giro linguístico”, o que vem à baila é uma certa retórica, não toda ela, um tipo de retórica, a retórica que havia sido despojada de suas virtudes por Platão e por Aristóteles, pelos modernos, volta ela e um conjunto desconcertante de problemas. Compartilhando tanto de

* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista do CNPq.

algumas de suas premissas, quanto de suas conclusões, pretendo traçar aqui, um paralelo semelhante ao feito por Barbara Cassin em *L'effet sophistique*, quando esta retrata a imagem negativa dos sofistas na história da filosofia, e argumentar um gênero de retórica que não seja tampouco uma técnica do bem falar, não é disso que se trata a retórica, mas de uma perspectiva teórica, uma teoria do discurso, Cassin vai além e dirá mesmo uma teoria do Ser. Não se trata, no entanto, de pensar a retórica como uma filosofia primeira, que subtraísse da Física aristotélica seu posto confortável, e, portanto, que subtraísse da ciência sua centralidade, mas, de olhar para a retórica, assim como para outros fenômenos do mundo, como a *mimesis*, talvez, enquanto uma forma de racionalidade, dentre muitas outras, as quais o sujeito compartilha suas representações, multiplica-se nelas e a partir delas, e mostra-se na complexidade e fragilidade de um ser que ergue mundos e representações.

A história da antirretórica, neste caso, é também, a pré-história da retórica. Antes mesmo de Górgias e Protágoras enunciarem seus discursos, Parmênides já elucidava os perigos da palavra sem leis. No *Tratado da Natureza*, poema escrito entre 490 e 475 a. C., Parmênides, reclamava uma não-confusão entre o ser e o não-ser das coisas possíveis e necessárias. No Fragmento B2 escreve-se:

Vamos, vou dizer-te – e tu escutas e fixa o relato que ouviste
– Quais os únicos caminhos de investigação que há para
pensar: Um que é, que não é para não ser;
É caminho de confiança (pois acompanha a
verdade); (5) o outro que não é, que tem de não-ser,
Esse te indico ser o caminho em tudo ignoto,
Pois não poderás conhecer o que não é, não é
consumável, Nem mostra-lo [...] (PARMÊNIDES, 6:
2002).

O que segue a partir de Parmênides, em Platão e Aristóteles, com algum crédito ao último, não destoa dos versos do poema. É preciso cuidar para que haja um critério sobre aqueles que falam, sobre quem possa falar e enunciar a verdade. A retórica, se não trata da verdade, não pode falar. Mas a retórica surge de uma situação de disputa e vem para mitigar

os conflitos, através da mediação do uso público da palavra. Se cremos em Roland Barthes (1990: 89), o nascimento da retórica está atrelado às desordens públicas em torno das querelas fundiárias na Grécia arcaica. Seu uso institucional na *pólis*, portanto, atesta sua vocação à contemporização dos conflitos. Não seria um substituto à violência, como quer Barthes, pois a palavra pode engendrar violências outras, mas se trata, obviamente, daquele que, mediante o uso público do discurso, pode enunciar a verdade. Platão e Aristóteles aparecem na cena desconcertante em que impera a retórica, para imporem, cada um ao seu modo, limites à ambição de tudo e a todos persuadir. Essa é a narrativa que a história da filosofia nos conta; Barbara Cassin, como sabemos, não crê nela e investiga as origens da interdição à retórica dos sofistas. Não o faz segundo uma história social do uso da palavra, seria interessante se o fizesse, mas o que a autora questiona vai além das categorias sociais, implica em uma leitura crítica da história do conhecimento, da história da verdade e da política de historicidade de cada uma. Seu argumento é mais fincado na ambição de redesenhar a semântica do discursos acadêmico no qual se insere e de, portanto, imbuir-se de uma teoria como arma de combate. Se, ao fim e ao cabo, os filósofos brigam com ideias e por ideias, o “giro retórico” de Barbara Cassin recorda que também se briga pelos destinos dos mundos e de suas representações de maneira mais imediata. Isso parece ser claro para uma filósofa que escreve na academia francesa pós-Maio de 68, pós-desconstrução e de vertente heideggeriana: a conclusão de que o discurso trata do mundo e de que a sofística, portanto, ao contrário do que dizem seus detratores de peso, trata dos *pragmas*, das coisas suscetíveis de acontecimentos, não de meras construções arbitrárias de sistemas e da mente de um sujeito que espelhasse seu próprio *logos*.

Voltando à pré-história da antirretórica: o poema de Parmênides; sua acusação de que só se pode falar daquilo que é, e aquilo que não é, continua indemonstrável, temos um argumento de identidade, que abre mão das contradições e das diferenças e que encontra, na filosofia, o espaço oportuno para dizer o verdadeiro. Tudo o mais é, portanto, ou falso *logos*, ou mentira, engano. O conceito de verdade fica mais próximo de uma adequação

realista à natureza e à sociedade do que ao acordo discordante que hoje nos é conhecido. Aristóteles, ultrapassando o próprio Platão e Parmênides, cria um dos mecanismos mais brilhantes de institucionalização da retórica por meio da filosofia. No tratado de sua lavra, ele escreve: “a retórica é a faculdade de ver teoricamente, aquilo que em cada caso, é suscetível de gerar a persuasão”, sendo, além disso, que a finalidade da retórica, respeitando a teoria das quatro causas, não será a persuasão desinteressada, mas aduzir provas e ensinar o possível (ARISTÓTELES, 2005: 95). É uma arte, possui estatuto de legitimidade, mas ensina o possível e o necessário: ensina o ser que se diz enquanto ser. Só em outra parte, na *Poética*, Aristóteles discorreria acerca do estatuto do sensível.

Barbara Cassin, observando curiosamente a retórica dos sofistas não crê na institucionalização, pondera que legislar sobre a retórica contraria sua potência de discurso, retira dela sua liberdade e a enclausura nos limites arbitrados pela filosofia, pelo discurso que diz a verdade. Se a retórica dos sofistas trata dos acontecimentos, apenas ela, na condição de teoria do discurso, pode auferir seus próprios limites, ou melhor, pode permitir-se ampliar sempre cada vez mais as fronteiras entre os gêneros, avisando de saída, que não há assimetria entre aquilo que não é, que não pode ser, e aquilo que é por que assim foi decretado que fosse. De modo geral, a sofística, para Cassin não possui fronteiras. Ela está apta para dizer o que não é e o que é: vai dizer do gênero da ficção, do gênero político, do gênero deliberativo, epidíctico. Vai dizer da amplitude da linguagem, deslocando do centro o discurso da verdade e espalhando às beiradas as distintas manifestações do ser, do espírito, do sujeito e de suas representações. Este é o corte epistemológico de Barbara Cassin, escrevendo sobre os sofistas. Agora, trata-se de invadir o político, o histórico, ou seja, o temporal, e também o ontológico, para dizer que tudo tem a ver com tudo. Que não há centro, só há margens. Que não há determinismos, monismos, racionalismos ou modernismos. Que no fundo, há o tempo, o sujeito e sua singularidade. A partir daí, Cassin não trata mais de filósofos e de história da filosofia. Cassin perfaz um salto, dos sofistas para o seu presente acadêmico, e inscreve-se em sua própria narrativa, para combater, pelo “giro retórico”, efeitos que ela credita de

perniciosos, do próprio “giro linguístico”, do ceticismo pós-modernista e do próprio ceticismo acadêmico.

O *kairós* e a retórica do tempo.

Em *O efeito sofístico* (2005: 13-ss), Cassin reescreve a história da retórica, partindo de dois planos que se mostram antagônicos. No primeiro plano, há a topologia do discurso: a retórica do espaço. No segundo, uma retórica do tempo. A metáfora do tempo é importante, pois aproxima a sofística de Heráclito: tudo é o tempo, tudo flui. Nesta divisão, se abrem dois caminhos para a possessão do logos que a retórica representa: o caminho do *kairós* (que é o dos sofistas) e o caminho do *topos* (de toda a tratadística latina). O *topos* é um lugar-comum, um argumento gasto pelo uso, cuja qualidade é a repetição que não perde seu valor. O *topos* abre uma temporalidade cíclica na fala do orador e conduz a oratória a uma reserva de sentido. O contrário pode ser dito da retórica dos sofistas. Se para os retores herdeiros de Aristóteles, o discurso tem por princípio a não-contradição, ou seja, uma organização lógica do discurso possível de ser dito, no caso dos sofistas Górgias e Protágoras, o foco não será mais no enunciado lógico, mas na enunciação, na perturbação que o pensamento engendra. Ao invés do *topos*, da circularidade e repetição e do sentido como fundo, há o presente, o paradoxo e a mudança. Falar, pela boca de um sofista, torna-se um devir ser que nunca termina. Não há caminho, por assim dizer; há somente a esperança de ter os pés para andar. *Atopos*, a retórica dos sofistas tem como única ancoragem possível, o *kairós*, que é o tempo da vida e do imprevisto. Quer se trate de sua imagem mítica ou da metafórica que engendra, *kairós* cai bem à retórica e ao que dela diz Barbara Cassin. *Kairós*, filho de Chronos, só pode ser pego, com bravura, pelo topete. Sua imagem pretende dizer do risco e abertura implicadas na ocasião de uma decisão, por isso, sua imagem remete como contraponto à fortuna (ver imagem). Diferente de um mapeamento dos *topoi* que se podem

enunciar para validar um argumento, agarrar o *kairós* na ocasião de discurso significa dispor das palavras para construir ideias com elas.

Tirando o *kairós*, a retórica sofística é bem pobre de metáforas, comparada com as retóricas latinas, mas, em compensação abunda em homonímias, chistes e figuras sonoras. Ela quer desse modo, levar a linguagem ao seu limite. Retirar do centro do discurso, o sentido que acompanha o argumento científico, fazendo dele o porta-voz da verdade, embaçar sua correspondência realista com as coisas e ampliar os pontos de chegada e de partida de outras tonalidades do ser, como a ficção e o jogo (perverso) com a linguagem, sobretudo, aquele que produz o riso. O papel pensado para a retórica, por Górgias, Protágoras e outros, é o de recusar oráculos. Talvez, ambos fizessem pouco caso da imagem de sisudez do sábio e fossem, como muitas vezes escreve Nietzsche, zombeteiros. Tudo concorre para que assim o fosse, Aristóteles contava uma anedota a respeito de Heráclito de Éfeso, que, um dia, visitado, por sua fama de “sábio”, fora encontrado dormindo dentro de um forno de padeiro, como um reles mortal, fato que assustara seus visitantes. Heidegger, em comentário a esta mesma anedota, ainda observa:

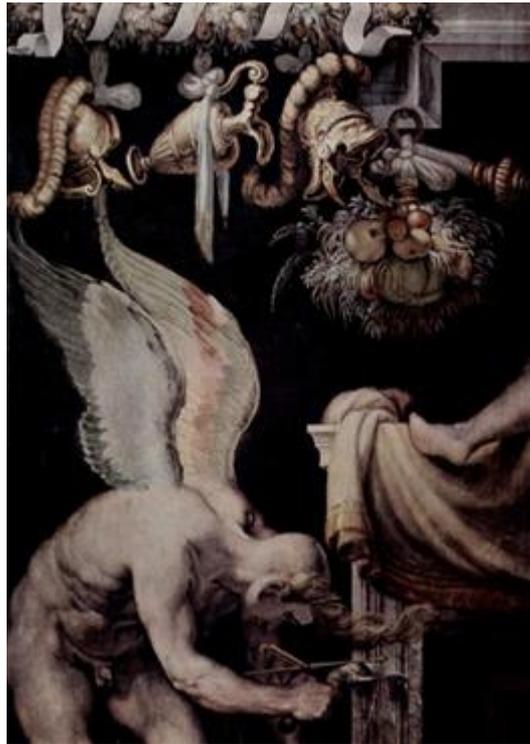
Diz-se que Heráclito assim teria respondido aos estranhos vindos na intenção de observa-lo. Ao chegarem, viram-no aquecendo-se junto ao forno. Ali permaneceram, de pé (impressionados sobretudo porque) ele os encorajou (eles ainda hesitantes) a entrar, pronunciando as seguintes palavras: “Mesmo aqui os deuses também estão presentes” (HEIDEGGER, 1998: 22).

Se os deuses também estão ali presentes, o que dizer da verdade? O jogo de poder ativado pelos sofistas, estava justamente em dizer não apenas que a verdade estava também no forno de um padeiro, como de demonstrar por meio de uma tese que, ela própria, a verdade, tinha estatuto de ficção, era um efeito do dizer. O resultado histórico disso, segundo Barbara Cassin, teria sido a corrida pela localização dos gêneros. Uma verdadeira especulação fundiária do discurso, através do qual custava caro manter a melhor posição. Quem é o

tributário do enunciado verdadeiro? O discurso da reta razão ou o discurso fantasioso do *pseudos* que faz com que se proliferem gêneros híbridos, sem pureza de sangue? A contar pelos quartos de sangue azul que a filosofia passaria a reclamar na modernidade, não precisaremos ir muito longe para obter a resposta. A primeira tentativa de teorização sobre o gênero histórico, levado a cabo por Luciano de Samósata, é devedor dessas discussões, em meio as quais a segunda sofística, cria uma máquina de gêneros retóricos, que depunha contra as ortodoxias filosóficas do ser. De que outro modo a historiografia teria podido avançar na produção de textos, sem que recorresse à retórica como horizonte, não nos é muito claro. Na *Retórica a Herênio*, por exemplo, um tratado latino anônimo atribuído erroneamente a Cícero, colocava-se a história entre duas possibilidades de narrativa, cada qual com um estatuto de existência distintos: o *mythos* e a *fábula*. Mesmo que sua credibilidade estivesse associada à clareza de seu espaço, ou seja, do espaço das coisas verdadeiras e possíveis, não se confundindo, portanto, com o fictício e impossível, o estatuto de realidade dos acontecimentos históricos exigia um cuidado linguístico em sua transmissão. Não significa que todos os historiadores fossem construtivistas, mas que o *logos* do *histór* não diferia em qualidade do *logos* do narrador por excelência, o poeta. Em uma total inversão das conclusões de Aristóteles acerca da universalidade da poesia e da particularidade da história, os autores da Segunda Sofística, distantes de Górgias e de Protágoras, rompem com qualquer hegemonia de um discurso isolado.

Mas, toda essa ambiguidade que acompanha a retórica e que só o *kairós* (a circunstância) permite perceber, não diz respeito apenas ao discursante. Se o orador precisa se deslocar através da produção de *logos* entre os mais diversos gêneros discursivos para convencer seu oponente, é por que a linguagem não é somente lógica ou referencial, se o fosse, bastava que nos contentássemos com os difíceis silogismos aristotélicos, coisa que satisfaz aos dialéticos. Mas há o imponderável e o sensível, e cabe ao *kairós* capturar o afeto do interlocutor, pacificá-lo ou atormentá-lo, ao ponto de dispor dele. Por isso, acusaram aos sofistas de desejarem dispor de homens como quem dispunha de palavras. Como se trata

de atingir a outrem na robustez de sua fragilidade humana, a retórica exige uma propedêutica das paixões.



Kairós, detalhe de afresco. Francesco Salviati (1510-1563).

Se no caso da *Poética*, cabe ao momento da catarse, atingir profundamente o espectador e transtorna-lo, purificando suas emoções; no caso da retórica, não havendo *katarsis*, há, no entanto, o *kairós*: o instante que suprime a própria passagem do tempo e, portanto, torna-se atemporal, não por que escape à cronologia, mas porque une, rapidamente, tempo da vida e tempo cosmológico, criando algo como uma percepção da “máquina do mundo” (pense-se no episódio dos *Lusíadas*, Canto X, no qual Tétis revela a Vasco da Gama, a *máquina do mundo*). O *kairós* da retórica produz a própria linguagem na condição de acontecimento, o que marca, desta maneira, a condicionalidade temporal do discurso. Dispor

da linguagem é tratar mais dos estados pelos quais o ser atravessa, do que falar do ser. A ligação entre o *logos* e a *apathé*, que se coloca como o limite da ação oportuna para capturar a emoção do público, encaminha o mestre de retórica à problemática da moralidade, da sensibilidade, do corpo que pensa na sua unidade com o espírito. É a única maneira de colocar em simetria o fundamento da cidade, a *diké* (justiça), e a *paideia* (sabedoria), pois, como dizia Protágoras, o “sofista ensina virtude” e não há vida na cidade, sem que haja virtude. Tratar do *pathós*, das emoções suscetíveis de realidade nas relações horizontais e verticais entre os cidadãos, assim como tratar do lugar da *apathé*, da ilusão, na vida pública, era, de fato, uma maneira de educar os sentidos dos sujeitos. Como ensino, a retórica participava da imagem do sábio e do virtuoso. É por isso que a autoimagem do *retor* será mensurada pela sua capacidade de transitar entre os caminhos de *aidos* e *diké*, vergonha, decoro; justiça. O fato de que se acrescente a já sabida formatação do poder constituinte na polis antiga, a presença da *apathé*, da ilusão, redefine os lugares das relações com o sensível e o inteligível. Separá-los seria contraproducente, todo o pensamento racionalista moderno o fez e agora volta-se, novamente, à retórica para unificá-los.

A partilha do espaço público para a teorização de uma modernidade retórica, reconhece Michel Meyer em um balanço sobre o *rhetorical turn* do hemisfério Norte, é fundamental para que se possa re-descrever as condições de possibilidade estéticas e políticas, que se fazem intransponíveis ao vir a ser da subjetividade contemporânea. O cogito moderno, seguro para dizer da hierarquia das razões, postulou em sua versão pós- aristotélica e pós-escolástica dos séculos XVII e XVIII, a certeza quanto ao espaço no qual se inscreviam o “eu” e a “razão pura”, os pressupostos mínimos indiscutíveis para certificarmos de que seja possível conhecer qualquer coisa pelo predicado da razão. A situação epistemológica tanto do “eu”, quanto da “razão pura”, no que toca à exuberante paisagem intelectual que ambos contribuíram para construir ao longo dos séculos, nos chega sob a imagem de uma ruína. A multiplicação dos caminhos que levam à diferença e à semelhança de cada ser, será o reconhecimento teórico via a retórica, da impossibilidade de uma racionalidade

totalizante, postulado que se sustenta pelo retorno a uma antropologia da retórica (caso da Teoria da Não-Conceitualidade proposta por Hans Blumenberg), na qual a perspectiva de racionalidades parciais, proposicionais, analíticas, adaptadas aos fins e aos limites do mundo, submetem as certezas dos sistemas histórico-filosóficos da modernidade à dúvida e à pilhéria e volta-se às condições imanentes da fala pública. O futuro passado dessa narrativa, se recorrermos mais uma vez a Barbara Cassin, não é outro senão a alta modernidade dos antigos: a sofística e a reflexão retórica.

O sofista: o *trickster* e o sábio.

Isso nos coloca na singular posição destacada por Hans Ulrich Gumbrecht: a de que em nosso presente expansivo estaríamos mais próximos do conjunto de diferentes razões da Primeira Modernidade, do que daquela razão única e totalizante, símbolo do Iluminismo (GUMBRECHT, 2007). O que nos escapa, no entanto, é justamente aquilo que a história da retórica tentou disseminar como o crime praticado pelos sofistas: da existência ao ser, por meio do *logos*. Dizer que o ser é somente um efeito de linguagem e que nenhuma metafísica pode garantir-lhe a substância. Isso não é uma escolha pueril entre dizer serem os sofistas *trickster*, embusteiros, ou figuras benfazejas, portadora da liberação do pensamento para fora dos esquadros da lógica e do cálculo. Isso nos coloca defronte a questões inoportunas, a mais importante delas talvez seja, ainda em nossos dias, a de como transitar pela história, o que fazermos com a história (o conhecimento que temos dela), no sentido de tratarmos o produto de nosso discurso, antes como artefato de um *poietes*, uma criação que segue uma lógica mimética própria, do que a busca por emitir um juízo puro sobre o tempo, uma representação realista do passado. Pois, como diriam os sofistas em uníssono, não há nada mais triste do que o autoengano de um realista.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Arte Retórica**. Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. **Rheteoric**. Versão digital: <http://classics.mit.edu/Aristotle/rhetoric.1.i.html>.

_____. **Arte Poética**. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

BLUMENBERG, Hans. “An anthropological approach to the contemporary significance of rhetoric”. In: **After Philosophy, end or transformation?** Kenneth Baynes, Jaymes Bohman, Thomas McCarthy (Org.). Cambridge: The MIT Press

CASSIN, Barbara. **O efeito sofístico**. São Paulo: Editora 34, 2005.

COSTA LIMA, Luiz. **Mímesis**. Desafio ao pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Como a Renascença ausente tornou-se o Barroco em Castela (E por que isto deve nos importar)”. In: **Philia&Filia**. (Porto Alegre – RS). Vol. 1, n. 1., 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Heráclito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

MEYER, Michel. “Por une anthropologie rhétorique”. In: **De la métaphysique à la rhétorique, essais à la mémoire de Chaïm Perelman avec um inédite sur la logique**. Bruxelas: Editions de l’Université de Bruxelles, 1986.

PARMÊNIDES. **Da natureza**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RANCIÉRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

Apontamentos sobre o “trauma” na didática da história de Jörn Rüsen

Caio Rodrigo Carvalho Lima*

Considerações iniciais

O presente artigo é referente à parte, ainda embrionária, da minha pesquisa de mestrado. Nesse sentido, as afirmações e os caminhos tomados no decorrer do mesmo devem ser entendidos dentro da ótica da experimentação e da possibilidade de mudança. No entanto, algumas das ideias às quais me vinculo nesse texto fazem parte do alicerce de minhas ideias para a pesquisa, o que significa que os apontamentos acerca dos caminhos a serem tomados a partir desse texto podem mudar, mas as vinculações teórico-metodológicas dificilmente sofrerão algum tipo de alteração tão drástica quanto.

Nesse sentido, tratarei basicamente da discussão acerca dos conceitos e das categorias que nortearão a minha pesquisa no decorrer desses dois anos de mestrado. Caminharei, portanto, em torno da discussão da relação entre “matriz disciplinar”, “consciência histórica”, “trauma” e “destraumatização (*Enttraumatisierung*)” por meio da historicização, todas elas sendo ideias presentes aos escritos do historiador alemão Jörn Rüsen (2000, 2001).

Não obstante no Brasil as pesquisas que trazem as ideias deste autor como fundamentação teórica tenham crescido consideravelmente desde a tradução do primeiro livro de sua trilogia sobre teoria da história (“*Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência da história.*”, 2001), a grande maioria delas preocuparam-se com a interface possível entre conceitos e categorias rüsenianas com o ensino de história. Contudo, conforme observo em Lima (2013), o maior centro produtor de pesquisas que estabelecem tal interface, a Universidade Federal do Paraná – UFPR –, em grande parte dos trabalhos defendidos entre 2005 e 2010, ainda trazem a ideia de uma “historiografia da falta” (OLIVEIRA, 2011), quando se referem ao ensino de história. Essa “historiografia da falta”, por sua vez, implica em uma relação com o espaço escolar¹, na qual as potencialidades do ensino se esgotam na necessidade

* Mestrando em História pela Universidade de Brasília – UnB.

¹ “Espaço escolar” aqui entendido como o complexo espaço cultural da escola, no qual estão envolvidos não apenas livros didáticos ou professores, mas alunos e funcionários, numa complexa relação que envolve não apenas a

do pesquisador de enquadrar a realidade observada (seja ela por meio dos materiais didáticos, cadernos dos alunos, ou mesmo a atuação do professor em sala de aula) em um dado modelo teórico-metodológico. Assim, as potencialidades, sejam elas do ensino em si, enquanto prática pedagógica complexa e cheia de pormenores, sejam elas da teoria da história rússeniana, se perdem na necessidade de apontar falhas e descaminhos dos fatores observados nesse espaço escolar em relação à teoria.

A partir desta pesquisa, questionei-me acerca da plausibilidade de se apropriar uma teoria da história alemã à realidade brasileira. Nesse sentido, a partir da leitura do que Rüsen define por uma “matriz disciplinar” (RÜSEN, 2001: 29), enquanto o conjunto de fatores determinantes da história como ciência, bem como daquilo que ele chama de “consciência histórica” (RÜSEN, 2001: 56 – 57), enquanto capacidade da mente humana de se orientar no tempo a partir das experiências do passado, gerando perspectivas de futuro, fui levado a pensar se haveria algum tipo de experiência do passado de uma determinada sociedade, a qual fosse tão difícil de ser superada – impedindo, assim, a consciência histórica de gerar uma perspectiva de futuro – que pudesse ser enquadrada na categoria de “trauma”.

Essa ideia levou-me à leitura dos escritos rússenianos à busca, primeiro, da definição do deste conceito pelo autor, segundo, de meios pelos quais o autor indicaria algum tipo de “tratamento” desse trauma, uma vez que fica bastante clara em seus textos a necessidade de se pensar o passado enquanto impulsionador das ações no presente e uma experiência deste tipo funcionaria como “entrave” à consciência história, impossibilitando o ser humano de continuar se orientando no tempo a partir de tal experiência. Este é o objetivo de Rüsen quando ele se questiona “acerca do sentido da história e das possibilidades e barreiras de se trabalhar historicamente com as experiências catastróficas do século XX” (RÜSEN, 2000: 5, tradução nossa) e coloca, no centro de sua argumentação, a experiência do Holocausto como basilar para se pensar o conceito-chave de “trauma” e as possibilidades de geração de sentido a partir desta experiência, aparentemente, sem sentido algum.

relação ensino-aprendizagem, mas também suas relações com os materiais didáticos e os demais envolvidos na prática pedagógica, no nosso caso, referente ao ensino de história.

O presente artigo versará, portanto, acerca da definição rüseniana do conceito de “trauma”, bem como das estratégias indicadas por ele em prol de sua superação. Ao final, apresentarei a minha intenção com o uso de tais categorias, na forma de uma proposta de adaptação destas à realidade brasileira.

Crise, contingência e trauma

A principal fonte de onde retiramos os conceitos aos quais nos referiremos a seguir é o livro *“Zerbrechende Zeit”*, publicado nos anos 2000, sem tradução para o português até o presente momento. É nesse livro que Rüsen toma o conceito de “trauma” como conceito-chave para se trabalhar as experiências catastróficas do século XX, em especial no caso alemão, a do Holocausto. Para chegar ao ponto de argumentar em torno disso, contudo, Rüsen nos apresenta a sua proposta de estabelecer a história enquanto um “problema de sentido”.

A proposta do autor é a de readaptar este conceito, que entrou em defasagem, principalmente, após as experiências de guerra do século XX, uma vez que o significado ao qual estava atrelado previa a superioridade de um determinado sentido em detrimento do outro, quase como se certa sociedade detivesse o “verdadeiro” caminhar da humanidade e que, por isso, fosse legítimo a ela dominar e destruir outras civilizações. Rüsen nega esta interpretação, enquanto apresenta-nos a interpretação a partir da qual ele deseja reabilitar tal conceito, alocando, de fato, a “história enquanto um problema de sentido”:

Sentido histórico é o tempo dotado de significado, o qual é introduzido na orientação e na motivação da ação humana e realça, também, a dimensão e a forma do sofrimento humano. (RÜSEN, 2000: 21)

Com isso, Rüsen se apropria deste conceito de maneira a dotá-lo de importância no que se refere à orientação da vida humana no tempo. Para continuar vivendo, o ser humano precisa articular suas experiências e motivações de maneira tal a dotá-las de “sentido histórico”. Ao fazer isso, o indivíduo dimensiona historicamente os seus sofrimentos, impedindo, assim, que estes tomem proporções maiores do que deveriam tomar. É assim que Rüsen afirma o “sentido histórico” adquirir uma “função de mediação” (*Vermittlungsfunktion*), a partir da qual o passado

é colocado em perspectiva temporal, dotando-o de possibilidades, expectativas de futuro, tornando, assim, a situação vivenciada no presente passível de ser compreendida e, não obstante, encarada. A partir dessa articulação, dessa “mediação”, o ser humano constitui a sua própria identidade – o que, conforme podemos observar, é o objetivo de toda articulação temporal feita pela consciência histórica para o autor (RÜSEN, 2001).

Com essa ressignificação do conceito de “sentido” Rüsen quer dizer, também, que as experiências catastróficas vividas pela humanidade no século XX podem, sim, ser superadas, se colocadas numa perspectiva temporal e encaradas de modo a concedê-las “sentido histórico”. Isto é, caso sejamos capazes de interpretar experiências históricas como o Holocausto de maneira a colocá-lo numa lógica temporal (passado – presente – futuro) é possível, não apenas evitar o negacionismo, mas também assumir tal experiência e basear-se nela para elaborar perspectivas de futuro.

É notória a intenção do autor de responsabilizar o conhecimento histórico científico com relação ao futuro. Rüsen, em sua teoria, elabora um construto o qual pressupõe um determinado tipo de sociedade. Por isso, inclusive, torna-se relevante para o autor discutir problemas e questões historicamente delicadas. Conforme podemos observar em um dos objetivos do autor com seu livro “*Cultura faz sentido*” (2014):

[...] reabilitar a categoria do todo e, correspondendo a esta, a de uma razão comprometida com a verdade na formação de sentido cultural em geral e na sua especificidade científica em particular. (RÜSEN, 2014: 13)

Como podemos observar, estamos diante de uma teoria da história que pretende o uso racional da ciência em prol de um determinado projeto de sociedade. Não seria absurdo afirmar, assim, que, para o autor, constituir uma sociedade igualitária, por exemplo, é um dos objetivos da ciência da história e que, nesse sentido, dotar experiências catastróficas de “sentido histórico” faz toda a diferença, uma vez que experiências como estas tendem a gerar uma sensação de rompimento entre o passado e o presente, causando dor e ressentimento aos indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade. Em decorrência destes sentimentos, os grupos humanos vão criando sensações de superioridade cultural perante os demais,

ocasionando a quebra neste ideal de igualdade. O autor, contudo, apresenta-nos o seu conceito ideal de história. Notemos, com isso, como ele tenciona tal conceito a ter uma perspectiva de ação na sociedade:

Em contrapartida, seria aceitável um conceito de história que superasse o próprio etnocentrismo e contribuísse para uma nova cultura do reconhecimento mútuo das diferenças. Somente esta “cultura do reconhecimento” pode evitar um ameaçador “Clash of Civilizations [Choque de civilizações]”. Nesse conflito, a negação mental da autenticidade e da dignidade dos outros leva da guerra de palavras ao derramamento real de sangue. O 11 de setembro de 2001 é paradigmático. (RÜSEN, 2014: 21)

Tais experiências, portanto, funcionam para Rüsen enquanto “contingências” temporais, as quais rompem com a perspectiva de tempo previamente articulada pelos seres humanos e os coloca numa situação desagradável de desconhecimento. Em seu texto, Rüsen (2000: 117) define enquanto “contingente” o acontecimento que quebra com a lógica temporal do indivíduo, até então utilizada em prol de sua orientação no tempo. É nesse sentido que Rüsen (2000: 118) afirma “na perspectiva de um mundo ordenado da compreensão e significação humana, a contingência é caótica e incômoda”.

Estas experiências contingentes, em seguida, podem se tornar “crises” para a consciência histórica humana – compreendendo consciência histórica aqui enquanto a capacidade humana de dotar o tempo de sentido e significado, constituindo, assim, identidade – impossibilitando, ou dificultando, o indivíduo de continuar gerando perspectivas de futuro, em decorrência deste acontecimento tão incômodo do passado. Rüsen (2000: 121) divide as crises causadas pela contingência em três: a crise “normal”, a crise “crítica” e, finalmente, a crise “catastrófica”. Para cada uma delas, Rüsen delinea a maneira a partir da qual a consciência histórica articula maneiras de superá-las, continuando o seu trabalho mental de elaboração de perspectivas temporais a partir do passado. Contudo, no que se refere ao último tipo de crise, a “catastrófica”, a situação é bem mais complexa. Deter-nos-emos nela principalmente, uma vez que é a partir dela que, segundo Rüsen, é imposto à consciência histórica o desafio do “trauma”.

Uma “crise catastrófica” destrói a possibilidade de a consciência histórica trabalhar a contingência em uma história cheia de sentido e significado. [...] A crise se torna traumática. Torna-se necessário tempo (às vezes, gerações) para que se encontre uma linguagem capaz de expressar tal crise. (RÜSEN, 2000: 121 – 122, tradução nossa).

A “crise catastrófica”, que gera o trauma, é a mesma responsável pela impossibilidade de a consciência histórica expressar algum tipo de ligação temporal entre o passado, presente e futuro, pois a contingência que tal experiência representa é tão grandiosa e diferente de tudo que se viveu até então, que é necessário, conforme dito por Rüsen, às vezes esperar o tempo de gerações até que se encontre algo (aparentemente) tão elementar quanto uma linguagem capaz de expressar tal experiência. É nesse sentido que o autor aponta o Holocausto ser, tanto para os alemães quanto para os judeus, uma experiência traumática e, para a historiografia em geral, uma “experiência de fronteira”. Experiência fronteira, pois, toda e qualquer tentativa de dotar o Holocausto de sentido histórico, nos termos analisados até então, parece falhar. Mesmo assim, Rüsen afirma ser importante negar esta “falta de sentido” imposta por tal acontecimento traumático, pois:

Não obstante, o Holocausto precisa ser enxergado enquanto acontecimento histórico e precisamos atribuir a tal evento um lugar nas maneiras de dotação de sentido da historiografia moderna, dentro do qual nós nos compreendamos e sejamos capazes de expressar as nossas esperanças e temores e desenvolver estratégias de comunicação com os outros. Ao contrário, caso neguemos ao Holocausto tal posição, estaríamos estabelecendo um lugar fora da história para ele, dotando-o de um significado “mítico”, a partir do qual este acontecimento perderia o seu caráter de experiência. (RÜSEN, 2000: 122 – 123, tradução nossa)

A partir desta fala, somos capazes de vislumbrar a maneira a partir da qual Rüsen sugere que sejamos capazes de superar acontecimentos traumáticos. Primeiro, haveria a necessidade de não tratarmos tais acontecimentos de maneira maniqueísta. Mais a frente, no mesmo livro, o autor afirma que devemos buscar por algo que una, tanto as vítimas, quanto os perpetradores. Este algo é apresentado por Rüsen como sendo o “luto” (RÜSEN, 2000: 160 – 161). A capacidade de se enlutar perante o “desaparecimento do humano” em experiências como o Holocausto seria capaz de apagar discordâncias morais e religiosas e unir as pessoas em prol

da superação de tal evento. Segundo, a própria atribuição de sentido histórico a eventos traumáticos pressupõe a colocação destes numa lógica temporal “passado – presente – futuro”, a historicização.

Para Rösen, por meio da colocação desses acontecimentos numa lógica dessas, os seres humanos seriam capazes de reconhecer que aquilo que lhes foi catastrófico não pertence mais ao tempo presente, mas também evitam o desejo de negar isso ter lhes acontecido. Dessa forma, nem a negação, nem a sobreposição do passado no presente e no futuro, a historicização seria o meio com o qual o sujeito reconheceria o acontecimento traumático como fazendo parte do passado e, com isso, abriria as portas para a geração de sentido histórico, pelo presente, em direção ao futuro.

Ao resultado desse procedimento da consciência histórica Rösen dará o nome de “destraumatização por meio da historicização” (*Enttraumatisierung durch Historisierung*): “no momento em que um acontecimento ganha o significado de “histórico” por meio da atribuição de sentido, apaga-se o seu caráter traumático” (RÜSEN, 2000: 136). Rösen aponta, ainda, que a ciência da história atua, nesse sentido, a partir de sua lógica basilar, que é a “práxis da destraumatização” (RÜSEN, 2000: 140).

Conclusões iniciais e caminhos possíveis

Conforme observamos no decorrer do texto, a teoria da história de Jörn Rösen vai muito além de sua interface com o ensino, pelo menos à maneira que foi tratada pelos trabalhos analisados em Lima (2013). Muito além de dizer o que “falta”, ou não, no espaço escolar, tal teoria nos oferece uma interface extremamente complexa para se tratar socialmente de assuntos deveras delicados, tal qual o próprio autor sugere que se faça com o Holocausto, na Alemanha.

Tal pesquisa surgiu do desejo de saber se a teoria rösseniana poderia ser pensada para o contexto brasileiro. Mas, exatamente que contexto? A partir da explanação feita em torno dos conceitos de “contingência”, “crise”, “trauma” e “destraumatização” (*Enttraumatisierung*),

questiona-se acerca da possibilidade de a Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985)² representar um “trauma” para a consciência histórica brasileira, aos moldes rüssenianos. Nesse sentido, teria a Ditadura Militar marcado as consciências históricas dos brasileiros de maneira a instaurar-se enquanto trauma? Em que medida pode-se estabelecer algum tipo de relação entre os escritos rüssenianos acerca do trauma com relação ao Holocausto e a Ditadura Militar no Brasil? São estas duas questões que, inicialmente, gerenciam os nossos desejos de pesquisa e a nossa busca por respostas.

Deve-se sublinhar, contudo, que a vinculação teórica apresentada neste artigo não decorre de algum tipo de pressão causada pelo amplo número de pesquisadores que se debruçam sobre a teoria de Jörn Rüsen no Brasil. Escolhemos a teoria deste autor, uma vez que esta nos oferece respostas a questões que nos parecem pertinentes, haja vista o seu claro posicionamento perante a necessidade de propormos um novo futuro e uma nova leitura de categorias defasadas como “igualdade” e “humanidade” à sociedade globalizada na qual vivemos.

Apresentamos, assim, as questões basilares a serem perseguidas no decorrer da pesquisa e, a partir das quais, desenvolveremos as nossas problemáticas centrais. Assume, assim, a questão do “trauma” papel principal em nossos interesses futuros, bem como a possibilidade de relacioná-lo com o passado brasileiro da Ditadura Militar.

Referências Bibliográficas

LIMA, Caio R. C. Para se complexificar um conceito a partir de trabalhos de “Educação Histórica” (2005 – 2010): “formação” ou “desenvolvimento” da consciência histórica? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013, Natal. *Anais...Natal*, 2013.

MELO, Demien Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço plural*. Ano XIII, nº 27, p. 39 – 53, 2012.

² Não se desconhece, aqui, o longo debate que vem sendo feito no Brasil acerca do termo “ditadura civil-militar” ou “ditadura militar” (cf. REIS, 2014; TOLEDO, 2006; MELO, 2004, 2012), bem como propõe-se tal problemática tendo em vista conhecimento, ainda que inicial, da historiografia que trata sobre os caminhos e possibilidades de se trabalhar com o tema na atualidade (cf. NAPOLITANO, 2011; MOTTA, 2013). A escolha do termo “ditadura militar” não é, por isso, inocente. Ela quer estabelecer um posicionamento nosso perante o período referenciado. O posicionamento mesmo de que, mesmo que de fato tenha havido setores da sociedade civil envolvidos na deflagração e manutenção da ditadura militar, esta foi preeminentemente militar, antes de ser civil.

MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Revista outubro**. Nº 14, p. 111 – 130, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. **Revista Topoi**. Vol. 14, Nº 26, p. 62 – 85, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**. Ano 2, Vol. 2, p. 209 – 218, 2011.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado**: uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora UFS. 2011.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Zerbrechende Zeit**. 2000.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOLEDO, Caio N. de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica marxista**. Nº 27, p. 27 – 48, 2006.

A escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense

*Camila Silva**

Enquanto alguns eventos exigem o esforço interpretativo do historiador para serem trazidos a luz como tal, a Revolução Farroupilha parece estar consagrada como um dos “fatos históricos evidentes”¹ do passado sul-rio-grandense (ELMIR, 2004: 23). Relacionada à identidade do gaúcho, a memória histórica deste episódio tem sido matéria de disputas em contextos históricos diversos, encontrando no separatismo farroupilha um dos temas mais controversos deste debate (SCHEIDT, 2002: 189-209). Neste sentido, esta pesquisa busca compreender o processo de rememoração deste acontecimento na esfera da imprensa porto-alegrense, à época das comemorações do Centenário Farroupilha, em 1935. Para tanto, a análise a seguir apresentada, utiliza um conjunto de fontes composto pelas publicações dos jornais *A Federação*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal da Manhã*.

A participação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) nas celebrações do centenário abrangeu inúmeras atividades, como a organização do 1º Congresso de História Sul-Riograndense, a publicação de volumes dedicados à Revolução Farroupilha e a Exposição do Centenário Farroupilha². A presença desta instituição, produtora e legitimadora de discursos sobre o passado, foi igualmente requisitada pelos periódicos citados. Assim, nomes como o de Dante de Laytano e Othelo Rosa integraram a lista de historiadores vinculados ao IHGRS, que assinaram artigos publicados nas edições especiais, em homenagem a “epopeia farroupilha”. Refletindo sobre a articulação dos referidos historiadores nos jornais estudados, lembra-se de Gomes, que chama a atenção para os múltiplos “lugares de sociabilidade intelectual” (GOMES, 2009: 27). Segundo a historiadora, “intelectuais seriam ‘profissionais’

* Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012).

¹ Ao utilizar esta expressão, Elmir refere-se a uma suposta “autonomia do objeto”, geralmente praticada por uma historiografia positivista (ELMIR, 2004: 23).

² Sobre a Exposição do Centenário Farroupilha, ver: MACHADO, Nara Helena Naumann. 1990. *A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos, cada vez menos afeitos ao uso da força” (GOMES, 2009: 26). Nesta perspectiva, este trabalho procura esboçar uma análise que integre os debates ocorridos no Instituto, bem como as características dos jornais estudados e os seus vínculos com as demandas do tempo presente em questão.

A comemoração, de acordo com Cuesta, se apresenta como reescritura da história e atualização do passado, que “não remete somente a um fato, mas à sua interpretação” (CUESTA, 1993: 62). Neste contexto, a memória – enquanto diálogo de um determinado presente com o passado –, exerce papel fundamental na construção identitária de um grupo, na medida em que assegura sua continuidade no tempo histórico. Atualizando o passado, portanto, o presente tem condições de conhecer (e reconhecer) a si próprio no tempo, de situar-se e de projetar-se no seu transcurso. Dentro desta perspectiva, a pesquisa apoia-se nas categorias de *experiência* e *expectativa* propostas por Koselleck (2006), a fim de perceber as possíveis associações realizadas pelas narrativas entre presente, passado e futuro.

Dentre os temas mais recorrentes nos textos examinados, está a valorização do território do Rio Grande do Sul e a sua influência na formação do *povo* sul-rio-grandense, como se observa na narrativa de Francisco de Assis Brasil³. Em artigo publicado na *Edição Comemorativa do Primeiro Centenário Farroupilha*, pelo jornal *Diário de Notícias*, o autor procurou traçar um mapa das características que teriam criado no Rio Grande do Sul, as condições apropriadas para a realização da Revolução Farroupilha. Através da descrição dos aspectos geográficos do território – como o clima, o relevo e a vegetação –, Assis Brasil desenhou o que denominou como o “meio cósmico”, que, em suas palavras, “formou as disposições particulares” de um “tipo especial” (BRASIL, 1935: 8-9).

Na medida em que sua narrativa destacava os aspectos da paisagem do Rio Grande do Sul, a imagem do habitante desta região foi contornada, dentro de uma correspondência entre

³ Colaborador na fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882), do Partido Republicano Democrático (1908) e, posteriormente, do Partido Democrático Nacional (1927). Embora não ocupasse nenhum cargo político em 1935, Assis Brasil ainda representava um nome de reconhecida influência política no Estado. Seu artigo teve posição de destaque na Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, contando com duas páginas, a primeira ilustrada com a imagem de Antonio de Souza Neto.

sujeito e espaço. Assim, as baixas temperaturas foram, por exemplo, citadas pelo autor para conferir ao gaúcho a “agilidade e persistência” (BRASIL, 1935: 8-9), atributos que o teriam preparado para as situações da guerra. A delimitação e a classificação – artifícios empregados no processo de conformação identitária –, operaram nesta escrita, a partir da oposição entre as especificidades do território descrito e o das demais regiões do Brasil. Contrapondo, por exemplo, as “verdes campinas” do sul com a “luxuriante monotonia do mundo vegetal que se observa nas regiões intertropicais do Brasil” (BRASIL, 1935: 8-9), Assis Brasil não demarcava somente as fronteiras da região, mas especialmente aquelas que distinguiam o gaúcho dos demais tipos nacionais. Tal demarcação pode ser observada neste fragmento:

O aspecto do solo, bem como o gênero de suas produções, atua também de modo decisivo não somente sobre a constituição física do indivíduo, mas principalmente sobre os seus atributos morais. Assim, o habitante do mato é geralmente acanhado e pouco espirituoso, como que participe da natureza sombria que o cerca. [...] O homem do mato não pode ter as mesmas ideias e muito menos os mesmos sentimentos que tem o da campina. [...] O valor do espírito aumenta a medida que este mais desafogado e livre se pode exercer, e nada o enche tanto duma grave alegria e da consciência da própria força e grandeza como um grande quadro, uma vasta perspectiva ampla e risonha da natureza. As verdes campinas imensas do Rio Grande, já pondo de parte outros resultados, devem ter sido, só pelo seu aspecto e beleza, uma força impulsora de grande monta, contribuindo para dar a alma dos seus habitantes a tempera excelente de que ela é feita (BRASIL, 1935: 8-9).

Em colaboração com a constituição da *terra*, a formação do *povo* aparece em algumas narrativas como um parâmetro para situar o Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, e o gaúcho frente ao brasileiro. Deste modo, a definição de um tipo étnico específico preocupou-se, principalmente, com a negação da influência africana, como nota-se na leitura do texto de Dante Laytano⁴. Neste artigo, chama a atenção o contraste apresentado pelo autor entre a presença negra no Rio Grande do Sul e no Brasil. Assim, Laytano elencou alguns argumentos, como o

⁴ A *Edição Farroupilha*, publicada pelo *Jornal da Manhã*, ressaltou a participação deste historiador anunciando: “Especial para o ‘Jornal da Manhã’ – Por Dante de Laytano – Do Museu e Arquivo Histórico”. Conforme Letícia Nedel, Dante de Laytano ingressou no círculo dos historiadores como diretor do Museu Júlio de Castilhos, com o apoio de Eduardo Duarte e Alcides Maya, ambos funcionários públicos e sócios fundadores do IHGRS. Em 1935, participou como congressista no evento comemorativo ao Centenário Farroupilha, organizado pelo IHGRS, e foi admitido como sócio efetivo desta instituição (NEDEL, 1999: 474).

afastamento da região sul dos principais portos de entrada de africanos, a colonização europeia e o predomínio do que o historiador tratou como a “porcentagem branca”:

Estudando a proporcionalidade das raças no Brasil em 1890 temos em função do Rio Grande alguns aspectos dignos de observação. A porcentagem dos brancos na nossa população é de 70,37 por cento, sómente ultrapassada por Santa Catarina que tem 34,79, quando existem Estados, como o de Alagoas com 31,06 por cento a população de caboclos é entre nós de 5,35 por cento, retrapassado por Santa Catarina em 3,25 por cento e Distrito Federal em 3,33 por cento, chegando á mais alta porcentagem no Amazonas, 48,38 no Pará, 39,94 e no Ceará 37,12. A população de mestiços nos pampas é apenas 15,80 por cento e atingido a 48,99 no Sergipe, a 46,19 por cento na Baía e 41,42 no Mato Grosso. Apenas Santa Catarina com 7,16 por cento tem uma porcentagem inferior ao Rio Grande. A proporcionalidade quanto ao negro é a seguinte: Rio Grande do Sul 8,68 por cento abaixo: Santa Catarina 4,80, Amazonas 3,03, Paraná 6,37, Pará 6,76, Paraíba 7,08 e Ceará 8,65 por cento (LAYTANO, 1935: 19).

Na combinação entre os fatores relacionados ao *povo* e a *terra*, as narrativas identificaram, conseqüentemente, a matéria-prima que teria preparado as condições fundamentais para a realização da Revolução Farrroupilha, como um destino manifesto do Rio Grande do Sul. Neste sentido, o presente que atualizava o passado, estaria, portanto, já preconcebido nele.

Outro elemento considerado importante na integração do passado foi a posição da região no território brasileiro, compreendido por Callage, como a “fatalidade geográfica” (CALLAGE, 1935: 6). No distanciamento geográfico do Rio Grande do Sul em relação às demais regiões da nação, o autor buscou uma aproximação entre “a parte e o todo”⁵:

A formidável luta não se fez esperar, pois. Mesmo porque um povo livre, educado nas lides seculares da guerra, na permanente defesa do território nacional, tendo por cenário os horizontes sem fim, as savanas intérminas, aquella liberdade de agir em pleno escampo, de pensar sem rodeios e vacillações, sem peias que o amarrem, sem laços que o suffoquem, acharia mesmo doçura nos entreveros sangrentos das batalhas. Não é que o rio-grandense seja, por instinto atavico, um sanguinolento, mas é que as guerras que o destino implacavel fel-o sustentar contra os hespanhoes, contra os

⁵ Esta expressão remete a obra do antropólogo Ruben George Oliven, *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

cisplatinos, contra todos aqueles que invadiam o seu solo, fel-o um bellicoso, um amante das armas. Luctar, vencer batalhas, era o seu mais forte imperativo, a sua mais alta vocação, porque a fatalidade geográfica e o espirito de fronteira, haviam o educado para isso (CALLAGE, 1935: 6).

Conforme Pesavento, a valorização do papel do Rio Grande do Sul na defesa das fronteiras do Brasil constituiu um dos “componentes básicos para postura ufanista”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX (PESAVENTO, 2004: 228). Neste sentido, Nedel lembra que a condição fronteiriça da região foi tratada com antagonismo pela historiografia da década de 1930, “devido ao dever premonitório de parte dos sul-riograndenses em defender o que viria a ser a pátria brasileira” (NEDEL, 2005: 335).

A necessária reabilitação da memória farroupilha passou, portanto, pela afirmação do pertencimento pátrio, em oposição ao argumento da influência platina e ao separatismo. Tendo em vista este debate, algumas narrativas associaram o dever do sul na defesa da nação à revolta contra o Império. Justificando, então, os heróis de 1835, Maia⁶ ressalta a perversidade do Império com a Província de São Pedro:

Todos os sofrimentos que nos torturavam, o avassalamento systematico dos luzitanos, para quem o Brasil não era dos brasileiros e sim delles; a trama ignominiosa para o imperador banido; o escorchamento ostenivo da provincia abandonada e desprezada; o menosprezo pelo tributo de sangue prestado pelos seus filhos ao longo da fronteira, na defeza permanente da integridade nacional – tudo isso constituindo forças insuperaveis, impeliu os rio-grandenses, num lance de reacção sagrada, para a decisão definitiva da Republica e da separação. Não eram republicanos, a 20 de setembro de 1835, Bento Gonçalves, Neto, Onofre Pires, João Antonio, David Canabarro... [...] Patrioticamente inspirados elles sempre repelliram com indignação as propostas separatistas formadas por caudilhos de origem hespanhola, e, prova decisiva e irrecusavel do seu objectivo federalizador, foi a expedição de Canabarro e Garibaldi, respectivamente á testa de forças de terra e mar, á visinha provincia de Santa Catharina, onde, após feito memorável, proclamaram a Republica na Laguna (MAIA, 1935: s/p).

Em consonância com a discussão realizada no IHGRS, observa-se na defesa do sentido brasileiro do episódio farroupilha, a adequação da memória do evento aos critérios de

⁶ João Cândido Maia foi membro do PRR e autor dos compêndios “*História do Rio Grande do Sul para o Ensino cívico*”, utilizados pelo Estado entre os anos de 1898 a 1927. Conforme Cardoso (2006), a obra de Maia cumpria com o objetivo de heroificação dos líderes farroupilhas, e de formação de uma identidade política.

nacionalidade. Desta forma, as interpretações que ameaçavam a pretensa brasilidade eram combatidas, como por exemplo, no artigo de Alfredo Assunção em resposta às publicações dos “escritores do norte do país”: “Nota-se sempre em tais escritos um certo empenho em demonstrar que aquela terra deve ser considerada um caso muito à parte do Brasil conhecido” (ASSUNÇÃO, 1935: 5). Para o autor, destacando a forma particular da colonização na Província de São Pedro, os referidos escritores sugeriram o atraso desta região em relação às demais partes do Brasil. Assim, desqualificando o conteúdo das publicações, Assunção advertiu que o separatismo farroupilha era uma interpretação que deveria ser contestada, por contrariar a imagem de um Rio Grande integrado ao todo:

Iam ficando, a margem, os preciosos documentos que a história recolheu aos seus arquivos. Houve descaso, pelo menos ignorância, das grandes e concludentes provas na correspondência das províncias que acompanharam e tanto influíram no glorioso movimento, por onde se vê que ele não foi meramente separatista, ou aventureiro. Possuía fundas raízes na alma do povo brasileiro. [...] Em todo o Brasil, a Revolução dos farrapos ficou irrefutavelmente considerada um dos mais dignos passos precursores do regime republicano e federativo dos Estados (ASSUNÇÃO, 1935: 5).

Neste discurso, além de integrar a Revolução Farroupilha à memória republicana nacional⁷, Assunção confere a este episódio a antecipação do destino republicano da futura nação. Os heróis farroupilhas ingressavam, assim, no panteão nacional como “precursores da ideologia federativa no Brasil”, conforme a descrição de Othelo Rosa⁸, sobre o general David Canabarro (ROSA, 1935: s/p). Com isso, definia-se a importância da região no passado da nação, bem

⁷ O processo de reabilitação da memória farroupilha nos parâmetros nacionais estava em curso desde o final do século XIX. Sobre esta questão, ver: RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921–1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, n. 35:161-183, 2013. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 363 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁸ Othelo Rodrigues Rosa iniciou sua carreira como Conselheiro Municipal, em Taquari. Foi secretário particular do governador Borges de Medeiros e subprocurador geral do Estado Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1926 a 1930, foi diretor do jornal *A Federação*, e de 1926 à 1930, do *Jornal da Noite*. Na ocasião do Centenário Farroupilha, ocupava o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública, no governo Flores da Cunha. Como historiador, ele atuou junto ao IHGRS, desde 1930 (MARTINS, 1978: 130).

como se designava sua missão nos rumos do Brasil. Neste sentido, ao lado de uma galeria de heróis do passado, os jornais indicavam também os heróis do presente:



Imagem do governador Flores da Cunha e do general Bento Gonçalves, publicadas pelo *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 6 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

A continuidade do heroísmo farrroupilha foi, desta maneira, identificada às figuras dos líderes políticos daquele contexto, sobretudo a do governador Flores da Cunha. O *Jornal da Manhã*, cujo proprietário era Ângelo Flores da Cunha (irmão do interventor), publicou uma série de artigos, onde o general, considerado “descendente legítimo dos heróis farrapos” personificava o valor dos ídolos do passado: “[...] Flores da Cunha é um capricho atávico do destino que pôs nele toda a bravura impulsiva da geração dos gigantes de 35. Flores da Cunha, é pois um continuador!...” (ESCOBAR, 1935: 4)

A fabricação de narrativas que correspondiam a imagem do governador aos farrroupilhas, foi também verificada no jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Liberal, desde 1932. No artigo “O estadista que o Brasil não pode desconhecer”, Flores da Cunha foi

apresentado como legatário das virtudes dos “velhos antepassados” e, por isso, predestinado à liderança da “sua terra” e do “seu povo”, estando à frente dos sul-rio-grandenses na “marcha ascendente para seus objetivos eternos” (1935: 1). Para além de um reflexo do passado farroupilha, a narrativa apontava Flores da Cunha como um “estadista moderno”, que teria elevado a sociedade sul-rio-grandense ao desenvolvimento econômico e cultural, garantindo a continuação do destino fundado em 1835.

As narrativas comemorativas constituíram, assim, um lugar de rememoração do passado e de descortino de horizontes, na medida em que apontavam o progresso vivido pelo Rio Grande do Sul. A preocupação com o reconhecimento nacional da evolução da região marcou alguns dos textos analisados, que reclamavam não apenas a valorização dos “vultos dos que encheram o passado de exemplos de bravura”, como também das “obras magníficas” do presente (GUIDO, 1935: 9).

O “Rio Grande revelado” (1935: 1) era, pois, a aspiração do jornal *A Federação*, e o título de um dos seus textos. De acordo com a publicação, o Estado que “não era suficientemente conhecido pelo resto do Brasil”, demonstrava ao país não apenas a obra já realizada, mas, principalmente, as “enormes possibilidades que se abrem ao futuro do Rio Grande” (1935: 1). Assim, a parte outrora renegada, encontrava-se ao lado das demais regiões, devido o elevado grau de desenvolvimento. Faltava, portanto, ao Estado já “admirado pelas virtudes cívicas e combativas do seu povo”, ser “conhecido como um Estado industrial, operoso, realizador e progressista, que só agora teve ocasião de demonstrar, numa parada grandiosa de todas as suas forças, aos olhos de todo o Brasil” (1935: 1). Desta maneira, o passado permanecia na força motivadora que indicava as “enormes possibilidades do nosso progresso e da nossa cultura” (As festas do Centenário, 1935: 1).

Ao consolidarem o presente em uma das dimensões da temporalidade, a da *experiência*, e o inscreverem no tempo que ainda não é, o da *expectativa*, as narrativas assim elaboradas responderam a certas inquietudes que permeiam o transcurso do tempo. De uma forma geral, conclui-se que o presente vivido em 1935 foi abordado como a culminância de uma marcha cujo marco fundacional situou-se na Revolução Farroupilha. Desta forma, o Rio Grande do Sul, movido por forças impulsionadoras que operavam no decorrer do tempo, teria alcançado o

estágio da civilização e do progresso material e moral anunciado no passado. Aproximando um século, as narrativas teceram, portanto, um “presente real”, onde, “entrecruzam-se heranças e expectativas”. (CATROGA, 2009: 28)

Referências Bibliográficas

Fontes

As festas do Centenario. **A Federação**, Porto Alegre, 28 ago. 1935, p. 1.

ASSUNÇÃO, Alfredo. No Centenário Farroupilha. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 24 de setembro de 1935, p. 5.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. As causas da Revolução Farroupilha. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 8-9 (Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha).

CALLAGE, Fernando. O drama épico de 1835. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 set. 1935, p. 3.

ESCOBAR, Rui. Um descendente dos Farrapos. **Jornal da Manhã**, Porto Alegre, 22 out. 1935, p. 4.

GUIDO, Angelo. As demonstrações culturais na Exposição do Centenario Farroupilha. **A Federação**, Porto Alegre, 16 set. 1935, p. 9.

LAYTANO, Dante. Organização Política e Organização Social da Republica Rio-Grandense. **Jornal da Manhã**, Porto Alegre, 8 out. 1935, p. 19.

MAIA, João. Sob o descortino de um século. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 set. 1935, s/p. O estadista que o Brasil não pode desconhecer. **A Federação**, Porto Alegre, 23 set. 1935, p.1.

O Rio Grande revelado. **A Federação**, Porto Alegre, 28 set. 1935, p. 1.

ROSA, Otelo. David Canabarro. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 20 set. 1935 (2ª secção), s/p.

Bibliografia

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. Compêndios de História do RS a serviço do civismo e da heroificação dos republicanos gaúchos durante a I República. In: 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 2006, Santa Maria. **Anais do 2º Congresso Internacional de Educação: Educação e Sociedade**. Santa Maria: UNIFRA, 2006. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/>. Acesso em: 13/01/2012.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.

CUESTA, Josefina. **Historia del presente**. Madri: Eudema, 1993.

ELMIR, Cláudio Pereira. **A História devorada**. Nos rastros dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. 363 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,, 2004.

MACHADO, Nara Helena Naumann. **A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura**. 1990. 330 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta**. 1999. 336 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo**. In.: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921–1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, UFF, n. 35:161-183, 2013.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**, São Paulo, USP, n.147:189-209, 2002.

SILVA, Camila. **Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2012.

A indústria do cinema hollywoodiano e a construção de um arquétipo juvenil nas décadas de 1950 e 60

*Carlos Vinicius Silva dos Santos**

Introdução

O presente estudo, que pretende problematizar a utilização do conceito de Representação proposto por Roger Chartier, examina o processo de construção da representação juvenil operada em produções cinematográficas selecionadas, realizadas nos Estados Unidos da América, nas décadas de 1950 e 1960¹. Objetiva-se, desta forma, verificar o processo através do qual a indústria do cinema de Hollywood travou contato com a cultura jovem que se consolida nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, colaborando por gestar um determinado arquétipo desta parcela populacional, nos Estados Unidos. Enquanto que, na década de 1950, o estabelecimento da juventude como ator social significativo, portador de demandas próprias, permite à indústria midiática e, especialmente, aos estúdios cinematográficos, apropriarem-se da atmosfera jovem com vistas em seu potencial mercadológico, na década de 1960, a notável presença do elemento juvenil no conjunto de transformações culturais em curso naquela sociedade acaba por subverter os parâmetros de produção da citada indústria.

Desta maneira, para além da apreciação das fontes, busca-se observar os processos envolvidos na absorção da cultura jovem pela indústria do cinema americano, por um lado, e os possíveis alcances do arquétipo juvenil cunhado, provocando transformações naquela mesma cultura que se encontra nas bases de formação deste arquétipo, por outro. Investiga-se, assim, a forma como os atores sociais consomem sua própria representação, através do cinema.

Para a análise social indicada, destaca-se a parcela populacional juvenil tendo-se em mente a maneira singular com que este agrupamento social consolidou sua posição dentro do corpo social, ao longo das décadas em questão. Segundo Jon Savage, em *A Criação da*

¹ A questão suscitada, relativa à aplicação do conceito de Representação nas fontes cinematográficas, é cara à pesquisa de doutoramento do autor, em execução no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ) na qual se privilegiam títulos representativos do cinema de temática jovem das décadas consideradas. Neste trabalho, propõe-se uma análise comparativa das fontes de forma a, por iluminação recíproca, melhor se observar as aproximações, distanciamentos, influências e divergências existentes entre as obras, bem como entre seus distintos contextos de produção, tendo como recortes temporais de comparação as décadas de 1950 e 1960.

Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX, a ideia de “adolescência” foi constituída ao longo da primeira metade do século XX, acabando por se materializar nos Estados Unidos, nos momentos finais do último conflito mundial travado. Segundo o autor, apesar de não haver qualquer relação identitária baseada em classe, etnia ou religião, a coesão de grupo era assegurada pelo reconhecimento de se pertencer a uma mesma faixa etária. Desta forma, os jovens “pareciam sintetizar os ideais democráticos da América”. E, da mesma maneira que a guerra havia prenunciado a libertação de grupos antes socialmente aliçados (mulheres trabalhadoras, negros e americanos de origem latina), os adolescentes passam a se reconhecer como parte integrante deste movimento emancipatório. Conclui Savage:

Os Aliados venceram a guerra exatamente no momento em que o mais recente produto da América estava saindo da linha de produção. Definida durante 1944 e 1945, a *teenage* fora pesquisada e desenvolvida por uns bons cinquenta anos, o período que marcou a ascensão da América ao poder global. A divulgação pós-guerra de valores americanos teria como ponta de lança a ideia do *teenager*. Este novo tipo era a combinação psíquica perfeita para a época: vivendo no agora, buscando o prazer, faminto por produtos, personificador da nova sociedade global onde a inclusão social seria concedida pelo poder de compra. O futuro seria *teenage*. (SAVAGE, 2009: 498)

Deste modo, considero que nos Estados Unidos da década de 1950 já se encontra consolidado o conceito de adolescência enquanto aglutinador de um determinado conjunto de costumes e valores, reunião de elementos culturais característicos de uma faixa etária delimitada entre o fim da infância e o início da vida adulta independente. Além disso, observando-se o processo de delimitação de uma cultura juvenil/adolescente apontado por Savage, avalio incluírem-se nesta conjuntura os indivíduos jovens nos anos finais desta faixa etária e iniciais da vida adulta. Suas singularidades seriam absorvidas pela cultura midiática de massas, em um processo de mercantilização que buscava se adaptar aos novos questionamentos surgidos na sociedade americana dos anos 1950 e 1960.

Portanto, é avaliando esta peculiaridade, da absorção da cultura jovem pela indústria cultural, que se recorre ao exame de fontes cinematográficas representativas do período

estudado, por dialogarem estreitamente com os diferentes matizes sociais, culturais, ideológicos, econômicos e políticos dos Estados Unidos. Ruidosa e veloz, a cultura jovem fez-se notar por sua propensão à midiatização e, desta forma, nada mais adequado que abordá-la através do cinema, meio que tão prontamente a absorveu e a gestou, construindo algumas das mais duráveis representações da juventude.

O cinema como fonte histórica e representação

A utilização de obras cinematográficas como fonte historiográfica exige que certas considerações de ordem teórico-metodológica estejam no horizonte do pesquisador, uma vez que se trata de um tipo de documento de grande especificidade. O primeiro autor a refletir sobre a pertinência do uso dos filmes como fonte historiográfica foi o historiador Marc Ferro. No cerne de seu pensamento, desenvolvido numa série de artigos e livros dos quais “O Filme: uma contra-análise da sociedade?” (FERRO, 1976) e *Cinema e História* (FERRO, 1992) ocupam posição de destaque, Ferro defende que o cinema, enquanto fonte histórica, ofereceria vantagens de utilização sobre as outras espécies de documentos já consolidados, em especial os textuais, por não se acomodar tão facilmente às censuras sociais as quais os documentos estão comumente submetidos. Diante da complexidade de sua linguagem, o cinema escaparia às tensões dos diversos segmentos da sociedade, veiculando elementos que nem os grupos de poder constituídos, nem aqueles envolvidos na produção, apreenderiam. Desta forma, Ferro nos apresenta a potencialidade do cinema em empreender uma **contra-análise** da sociedade, operando a análise historiográfica a partir de dicotomias como “aparente - latente” ou “visível - não visível”. Segundo o autor:

A Câmara revela o funcionamento real daquela [sociedade], diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus “lapsus”. [...] A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso, é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens [...]

constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade. (FERRO, 1976:202)

As assertivas de Ferro, apesar do mérito de abordarem o uso propriamente metodológico das fontes fílmicas, foram submetidas a críticas posteriores². Para Eduardo Morettin, no artigo “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” (MORETTIN, 2007), as dicotomias analíticas salientadas pelo historiador francês desconsiderariam o caráter polissêmico da imagem, com o demérito de ignorar sua própria estrutura interna. Já Marcos Napolitano, em “Fontes Audiovisuais: a história depois do papel” (NAPOLITANO, 2005), defende que as questões referentes à autenticidade e à objetividade, basilares na posição de Ferro, não possuem qualquer importância, uma vez que as manipulações não seriam de modo algum evitáveis. Partindo de outra perspectiva, sugere que a análise deve fundar-se na questão: “o que um filme diz e como o diz?”. Assim, salienta que o filme não deve ser analisado enquanto “espelho” da realidade, nem como “veículo neutro das ideias do diretor”, e sim enquanto encenação de uma sociedade, através de elementos distintos, nem sempre político ou ideologicamente determinado.

Paralelamente, Michèle Lagny, no artigo “O cinema como fonte de história” (LAGNY, 2009), realiza algumas observações quanto à utilização do cinema no trabalho do historiador, tecendo reflexões referentes às aproximações entre a linguagem cinematográfica e a escrita historiográfica. Para Lagny, apesar de o cinema ser pensado enquanto um produto comercializável e, em geral, não almejar o estatuto de documento histórico, assume esta função uma vez que conserva vestígios do tempo e do lugar no qual cada produção é realizada. Afastando-se da concepção de Ferro, a autora afirma que as imagens cinematográficas evidenciam muito mais sobre a percepção que se tem da realidade do que sobre a realidade propriamente dita. Assim, a utilização de fontes fílmicas seria notadamente profícua no que se

² A partir do final dos anos de 1980 e início da década seguinte, alguns pressupostos das proposições metodológicas de Marc Ferro passaram a ser alvo de recorrentes críticas. No presente texto, optou-se por salientar algumas críticas apresentadas em âmbito nacional, por pesquisadores brasileiros, sem se considerar que estas encerrem a completude das questões levantadas em referência ao trabalho de Ferro.

refere às reflexões concernentes à noção de representação, possibilitando a análise privilegiada do imaginário social, bem como da noção de identidade cultural.

Nas obras elencadas, o embate entre os valores tradicionais e as tensões de ruptura presentes na sociedade americana das décadas em apreço configura-se como o pano de fundo dos enredos. Nestes, as representações veiculadas dão conta de jovens cujo comportamento sublinha o distanciamento existente entre a nova cultura juvenil e os consolidados padrões emanados do habitual *ethos* americano.

Considerando-se o exame proposto, a saber, da representação juvenil operada pelos estúdios de cinema hollywoodianos nas décadas de 1950 e 1960, os apontamentos de Lagny mostram-se singularmente pertinentes. Tratando da representação fílmica, a autora afirma:

O cinema, de ficção em particular, parece muito produtivo para refletir a noção de representação. Muito frequentemente é no mínimo conservador, na medida em que as imagens se alimentam menos das inovações que dos modelos de longa duração. [...] Porém, e como sintoma de nostalgias, os filmes podem também ser portadores de desejos novos e às vezes contrariados. (LAGNY, 2009: 105)

Ainda refletindo sobre a capacidade do cinema em permitir o acesso do observador competente ao processo de constituição da representação social operada, salienta Lagny:

Se suas imagens não dizem grande coisa sobre a realidade dos fatos, elas testemunham, entretanto, sobre a percepção que dela temos, ou que queremos ou podemos lhes dar, em um momento preciso, datado e localizado. (LAGNY, 2009:102)

Buscar examinar o processo de representação social no cinema, acionando questões referentes às noções de identidade cultural e imaginário social, caras à Michèle Lagny, conduz às reflexões produzidas por Roger Chartier, no campo da História Cultural. Segundo o autor:

A história cultural [...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

[...]

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados [...] Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002: 16-17)

Talvez por Chartier apresentar o conceito de ‘representação’ de uma maneira ampliada, desdobrando-o em contextos representacionais diversos, são inúmeros os trabalhos que passaram a instrumentalizar, no trato com as fontes fílmicas e cinematográficas, a conceitualização proposta por aquele autor, ainda que usualmente os estudiosos procedam por recortar as possibilidades de abordagem que o conceito em questão oferece. Segundo as modalidades da relação com o mundo social que a noção de representação proposta por Chartier oferece, “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exhibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002: 23), parece ser a mais recorrentemente considerada nas pesquisas.

Para os objetivos do trabalho em questão, referentes ao exame da construção de arquétipos juvenis no cinema americano dos anos 50 e 60, bem como do consumo social destas representações, torna-se profícua, e mesmo necessária, a consideração da relação produção e consumo dos bens culturais. Neste sentido, ainda voltando-se às asserções de Chartier, citando e problematizando a definição que Michel de Certeau dá ao consumo cultural de massas

A uma produção racionalizada, expansionista, tanto quanto centralizada, estrondosa e espetacular, corresponde uma *outra* produção qualificada como “consumo”. Esta é artilosa, encontra-se dispersa, mas insinua-se por toda parte, silenciosa e quase invisível, uma vez que não assinala sua presença com produtos próprios mas com *maneiras de utilizar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. Anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações. (CHARTIER, 2002: 59)

Se, por um lado, as produções cinematográficas consideradas são realizadas em observância aos seus respectivos contextos políticos, de produção e, essencialmente, culturais, as representações por elas operadas terminam por retornar à sociedade na qual foram fundamentadas, causando mudanças na cultura jovem que se encontra presente nas bases dos arquétipos construídos, por outro lado. Esse processo de circularidade da representação aparenta possuir mecanismos cuja complexidade escapa às possibilidades de exame da presente apresentação, no entanto, é seguro afirmar que a indústria cultural responsável pelo mercado no qual se inserem as representações de juventude materializadas no período em estudo coloca em marcha um processo de contínua adaptação às demandas culturais presentes. Assim, a partir da constituição de uma primeira juventude arquetípica, elementos estéticos, maneirismos, condutas, são absorvidos por indivíduos consumidores dos produtos mercadológicos da cultura jovem, alterando os traços desta, o que leva a indústria a buscar a preparação de um novo arquétipo que novamente se enquadre à cultura jovem presente em suas bases. Eminentemente midiática, a transmutação da cultura jovem em produto de consumo, com forte impacto mercadológico, parece inevitável. Como parece inevitável a constituição de uma cultura jovem visual.

Neste sentido, pela pesquisa constituir-se enquanto uma análise diacrônica, da observância das transformações e continuidades do processo de representação no cinema nas décadas de 50 e 60, torna-se pertinente a reflexão sobre o papel do filme na construção de uma cultura visual. Para o autor Santiago Jr.

Como muitas outras imagens técnicas, o cinema tornou-se uma tecnologia da visão que permite a visibilidade e a cognição interativa que privilegia a compreensão do mundo na forma visual. Quaisquer processos identitários e representações coletivas são observáveis enquanto se constituem como componentes dessa iconosfera. (SANTIAGO Jr., 2009: 5)

A cultura juvenil que se estabelece e se consolida nas décadas em apreço deve parte substancial de sua presença às representações imagéticas operadas. Nestas, um determinado conjunto de elementos são combinados de forma a constituir o que seria a juventude do

momento, em aproximação às demandas presentes na sociedade. Fundamentada sobre a noção de ampliação da liberdade de ação do indivíduo, esta cultura passa a ser caracterizada por um conjunto de propriedades que pretendiam materializar um constructo fechado do indivíduo jovem arquetípico. Dentro deste conjunto de propriedades, a juventude figura enquanto fútil, hedonista, libertária, permissiva quanto às suas condutas morais, em especial naquilo que concerne à sexualidade, despolitizada e eminentemente contrária aos padrões sociais tradicionais. Diante destas caracterizações torna-se evidente a ideia de ruptura da cultura jovem em consideração aos valores tradicionalmente aceitos e reconhecidos como adequados.

Considerações Finais

Entretanto, o uso do conceito de representação, como proposto por Chartier, deve ser matizado na abordagem da construção de arquétipos no cinema. Uma mesma representação possibilita uma gama diversificada de interpretações, uma vez que este esforço interpretativo dialoga tanto com o arcabouço cultural individual, quanto com os meios culturais/sociais/políticos nos quais os indivíduos encontram-se inseridos. Na problemática da pesquisa em apreço, temas como o consumo social das representações operadas pelo cinema hollywoodiano, a ressignificação presente no processo de circularidade característico da construção de arquétipos juvenis naquele cinema, bem como os diversos embates envolvidos na conformação das representações na sociedade dos Estados Unidos dos anos 50 e 60, constituem-se como pontos fulcrais da reflexão. Dito isto, para além da consideração dos aspectos acionados na produção dos arquétipos juvenis recortados, o horizonte analítico compõe-se do exame da forma como as representações juvenis foram construídas e consumidas, em contato direto com a efervescência cultural daquele período histórico.

Concluindo, uma problematização adequada do conceito de representação quanto às imagens cinematográficas deve considerar a pluralidade de códigos de representação existentes numa dada sociedade. O cinema, como um produto cultural dentre inúmeros outros que estruturam o mercado de bens culturais, é formulado e consumido através de uma associação

dialógica com estes demais bens, em observância à diversificada gama de códigos e significados que encerram o ambiente cultural. Assim, devemos atentar para o poder de agência que pode advir do cinema, construindo um filme uma relação representacional, mais que uma representação.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LAGNY, Michèle. “O cinema como fonte de história”. *In*: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009.

MORETTIN, Eduardo. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”. *In*: CAPELATO, Maria Helena et alii. **História e Cinema – Dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: Alameda, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. “Fontes audiovisuais: a história depois do papel”. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTIAGO JR., Francisco das Chagas Fernandes. “Sobre o conceito de representação: etnicidade e análise histórica das imagens cinematográficas”. *In*: DA MATA, Sérgio; MOLLO, Helena e VARELLA, Flávia. (orgs.). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop. 2009.

Natalidade e Política: Hannah Arendt leitora de Agostinho

*Carolina Bertassoni dos Santos**

A primeira obra de Arendt foi sua dissertação intitulada *O Conceito de Amor em Santo Agostinho*. Ela foi escrita quando a autora estudava na Alemanha sob orientação de Martin Heidegger e, posteriormente, de Karl Jaspers. Nesta obra ela segue a tendência de seus orientadores de buscar nos filósofos cristãos, como Agostinho, fontes para repensar o problema da existência.

Arendt estava interessada no Agostinho filósofo que discorreu sobre o amor. O conceito de *amor mundi*, amor ao mundo, apresentado pela autora nessa obra permeará toda sua produção futura. Neste momento sua preocupação não era política, era filosófica e existencial. Ela encontrará na noção de amor ao próximo, trabalhada no terceiro capítulo da dissertação, a chave para pensar a existência humana em sua condição plural, a vida em sociedade. Na dissertação os conceitos de memória e nascimento, de inspiração agostiniana são utilizados por Arendt para pensar o Ser em relação com sua origem.

A experiência traumática da Segunda Guerra Mundial, em especial a existência dos campos de concentração, levou a autora a alterar sua trajetória intelectual. Sua reflexão sobre os acontecimentos que marcaram este período deu origem à obra *Origens do Totalitarismo*. Nela a autora adentra o campo da política e da reflexão historiográfica. Em suas obras posteriores a autora dará continuidade à sua reflexão política, notadamente em obras como *A Condição Humana*, nos ensaios reunidos em *Entre o Passado e o Futuro*, e em *Sobre a Revolução*.

Busco demonstrar como a leitura de Agostinho parece ter sido fundamental para que Hannah Arendt chegasse a conceitos chave para desenvolver uma concepção de política cuja razão de ser é a liberdade. Na medida em que seu pensamento será marcado pela recuperação

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestranda em História Social da Cultura.

do caráter inaugural da ação, investigo qual papel o conceito de natalidade, de inspiração agostiniana, teria representado para esta empreitada da autora. Procuo também, evidenciar como os conceitos de natalidade e memória parecem determinantes para a construção de uma temporalidade propriamente política que permite à autora pensar a novidade, e transitar entre passado e futuro mantendo sua preocupação no presente.

Acredito que no pensamento de Agostinho Arendt encontrou conceitos que lhe auxiliaram na construção de sua concepção de política que dá ênfase à novidade, à ação, à pluralidade, e à liberdade. O pensamento e a experiência cristã permitiram à Arendt pensar a fé e a esperança relacionadas à natalidade e à liberdade. Nesse sentido, a investigação dessas influências permite traçar um fio condutor que demonstra a passagem da autora de uma primeira fase de sua carreira, dedicada à filosofia existencialista¹, para uma segunda fase dedicada à reflexão do político, e atravessada pelo conceito de natalidade.

¹ Neste trabalho defendo a ideia de que a primeira obra de Arendt, *O Amor em Santo Agostinho*, tem um viés existencialista. No entanto, a partir dos anos 50 Arendt irá criticar o que ela chama de “filosofia da *Existenz*”. Em *A Dignidade da Política* encontramos um capítulo intitulado “O que é a filosofia da *Existenz*?”. Esta filosofia teria alcançado um grau de consciência ainda insuperado, na Alemanha do pós-guerra, com Scheler, Heidegger e Jaspers. Arendt ressalta que não é por acaso que o termo “Ser” foi substituído pelo “*Existenz*”, e que “nesta mudança terminológica está oculto um dos problemas fundamentais da filosofia moderna”. (p.15) Antes da modernidade, Ser e pensamento eram considerados idênticos. Quando essa identificação é rompida a essência deixa de ser relacionada à existência e a filosofia moderna afasta-se das ciências que investigam o Quê das coisas. “A unidade de Ser e pensamento pressupunha a coincidência pré-estabelecida entre essência e existência, ou seja, pressupunha que tudo o que é pensável também existe e que todo existente, porque é cognoscível, deve ser também racional. Essa unidade foi destruída por Kant”. (P.20) Quando Kant “destruiu a concepção de Ser (...) ele estava ao mesmo tempo pondo em questão a realidade de tudo que está para além do indivíduo”. (P.21) Segundo Arendt, Kant procurou estabelecer a autonomia do homem, ele foi o “primeiro filósofo a querer entender o Homem segundo sua própria lei, o primeiro a libertá-lo do contexto universal do Ser, no qual o Homem seria uma coisa entre outras.” (P.21) Para a autora “era decisivo para o desenvolvimento da filosofia pós-kantiana que nada deveria ser mais rapidamente demolido do que este novo conceito do Homem”. (P.22) Heidegger é um dos autores que busca criar um novo conceito de Ser, que Arendt irá criticar neste capítulo. Heidegger caracteriza o “Ser do Homem como ser-no-mundo”, e a questão para este Ser é manter-se no mundo, mas isto lhe é negado, assim ele é caracterizado “pela ansiedade no duplo sentido de desabrigo e medo. Na ansiedade, que é fundamentalmente ansiedade perante a morte, o não-estar-em-casa no mundo torna-se explícito”. (P.30) Apesar de sua crítica posterior considero que no momento da dissertação Arendt fora muito influenciada pelo existencialismo. Seus dois orientadores neste período, Heidegger e Jaspers, são considerados pela própria autora neste capítulo, como dois grandes nomes da filosofia do *Existenz*. Arendt segue um caminho diferente de Heidegger, ela foca no nascimento e não na morte. Mas acredito que esta mudança de foco é melhor compreendida por seu interesse pelo amor, e pela vida em sociedade, à qual ela relaciona o amor ao próximo; e não, neste momento, por uma tentativa de se afastar da filosofia existencialista. Afinal a investigação do amor feita pela autora em sua dissertação se desenvolve em torno de uma temporalidade do eu pensante que será diretamente influenciada por Heidegger, além de Agostinho.

Em *O Conceito de Amor em Santo Agostinho* a autora investiga o problema da existência humana combinando os discursos agostiniano e heideggeriano para pensar a tensão entre contexto e transcendência. Os três modos de temporalidade fundamentais para a dissertação de Arendt - o passado ou “não-mais”, o futuro ou “ainda-não”, e o presente que de certa forma não é – também o foram para *Ser e Tempo*, de Heidegger. E a temporalidade das duas obras deve muito a *Confissões* de Agostinho. É o bispo quem nos apresenta o aspecto de interioridade do tempo em sua análise. Sua teoria é explicada através do trio: memória, atenção e espera, que se encontra presente na alma humana. O bispo confere papel importante à memória por seu poder de presentificar passado e futuro, através da lembrança e da expectativa, e também pelo seu poder de nos levar de volta às nossas origens.

A temporalidade agostiniana examinada por Hannah Arendt em sua dissertação parece ter sido essencial tanto para a elaboração de sua própria temporalidade, como para a caracterização do ser-humano como um ser natal, através da noção de memória.

A memória é um conceito muito trabalhado por Agostinho em sua obra *Confissões*. Segundo o bispo de Hipona é com a alma que medimos o tempo, só ela é capaz de tornar presentes as coisas que não-são-mais, o passado, e as que ainda-não-são, o futuro: “Há três tempos, o presente respeitante às coisas passadas, o presente respeitante às coisas presentes, o presente respeitante às coisas futuras. Existem na minha alma estas três espécies de tempo e não as vejo em outro lugar.”(AGOSTINHO, 2008: 117) Mas esta presentificação é efetuada através da memória, é nela que vamos buscar as imagens das coisas gravadas na alma após sua passagem pelos sentidos:

Ainda que se narrem, como verdadeiras, coisas passadas, o que se vai buscar à memória não são as próprias coisas que já passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens de tais coisas, que, ao passarem pelos sentidos, gravaram na alma como que uma espécie de pegadas. (AGOSTINHO, 2008: 115)

Nós não medimos o que não é mais, mas a memória que ficou fixada dele. Assim o tempo só existe quando chamamos passado e futuro ao presente através de nossas lembranças

e expectativas, nos diz Arendt em sua dissertação. O presente, o agora, mede o tempo porque está fora do tempo. No agora, passado e presente se encontram, são simultâneos em um momento para que possam ser guardados pela memória que lembra das coisas passadas e guarda as expectativas das coisas futuras. Esse agora é o modelo de eternidade de Agostinho.

O contato da autora com o tempo agostiniano foi inicialmente mediado por Heidegger. Mas a autora se distancia deste, pois Heidegger, ao considerar o homem temporal, foca na mortalidade humana.² A análise do tempo agostiniano por Arendt a levará em outra direção. A memória nos leva de volta às nossas origens, e é lá que devemos procurar os fatos definidores de nossa existência. Assim o fato definidor do homem, para a autora, é o nascimento, e não a morte.

Porque o mundo, e assim qualquer coisa criada, tem que ser originado, seu ser é determinado pela sua origem (*fieri*) – ele se torna, ele tem um começo. Porém a partir de então ele está sujeito à mutabilidade... A criatura é governada no tempo pelo fato de ter começado. (ARENDR, 1996: 132)

A autora considerou que Heidegger não havia levado sua investigação longe o suficiente, pois ele não apresentou a força do passado e a presença de inícios. Para Arendt, notadamente a partir de *A Condição Humana* nós somos fundamentalmente moldados pelas

² De acordo com Benedito Nunes, quando Heidegger estuda a constituição existencial do *Dasein* (o Ser-aí), em *Ser e Tempo*, afirma acerca do caráter ontológico da existência humana que o *Dasein* tem como sua primeira possibilidade um *estado de ânimo* – a abertura afetiva que condiciona a imediata compreensão de si mesmo e do mundo, e à qual é inerente dada compreensão do Ser. Essa compreensão desenvolve-se numa interpretação das coisas. As categorias utilizadas por Heidegger - o encontrar-se existindo, a compreensão, e a interpretação – derivam de um fenômeno originário, a “pré-ocupação”, através da qual se descerra um segundo fenômeno, a morte, e um terceiro, o tempo, que aponta a direção na qual a pergunta do Ser adquire sentido, a direção da temporalidade da existência. Esta compreensão do ser faz parte do movimento temporal de sua existência. NUNES, Benedito. O Dorso do tigre. -2.ed.- São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, p.84 e 85. No capítulo de Nunes em *Artepensamento* encontramos a seguinte passagem a esse respeito “Ser humano é ser temporal. Por isso, a temporalidade é não só a condição da possibilidade de representar várias modalidades do tempo, como também a condição de possibilidade da compreensão do ser. Temporalidade significa igualmente o caráter histórico do *Dasein*, o acontecer de sua existência, embrionário no futuro e passado persistindo no presente. Daí a finitude do homem, mortal e sem fundamento último, metafísico ou teológico.” NUNES, Benedito. Poética do pensamento. In: NOVAES, Adauto (org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 393. É importante ressaltar que foco aqui na influência de Agostinho em Heidegger, mas o conceito de tempo heideggeriano teve grande influência de Aristóteles. Assim pretendo incluir uma análise da influência aristotélica na temporalidade de Heidegger na dissertação. Acredito que possivelmente esta análise permitirá elucidar melhor o distanciamento entre Arendt e Heidegger. A este respeito, ver, por excelente: FRANCO, Volpi. “Heidegger e Aristóteles”; tradução de José Trindade dos Santos. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

condições de nosso nascimento, é pelo fato de nosso nascimento ser um início e uma novidade que somos capazes de começar algo novo.

No início dos anos 50 Arendt começou a elaborar uma nova reflexão sobre o político para um mundo em que os eventos – as guerras, o totalitarismo, os campos de concentração - demandavam séria atenção dos filósofos. Segundo André Duarte em *Pensamento a Sombra da Ruptura*, para Hannah Arendt o totalitarismo efetivou a ruptura da tradição, e com isso surge o problema de como proceder na compreensão dos eventos políticos do presente sem poder contar com as categorias teóricas do passado, sem a autoridade da tradição. A ruptura traz consigo o risco de tornar o passado inacessível. Ela aparece como a perda radical de orientação pela tradição, por isso a necessidade de uma nova reflexão política para uma nova experiência histórica. Mais do que gerar uma necessidade, a ruptura se apresentava como uma oportunidade perfeita para este empreendimento, pois o pensamento se vê livre dos pressupostos arraigados pelos grilhões da tradição³.

As concepções de história do século XIX, influenciadas pela noção de processo, subjacente à noção de progresso das filosofias da história do século XVIII interpretaram os movimentos revolucionários que se seguiram à Revolução Francesa como manifestações de uma força única, autônoma em relação aos autores envolvidos, assim “consolidaram a inversão do voluntarismo iluminista: a história deixava de ser vista como o resultado da ação humana para ser representada enquanto processo autônomo, independente dos homens e cuja força não se podia contrariar.”(JARDIM, 1997: 12) Para Arendt tal interpretação fazia perder de vista a capacidade política mais importante dos homens que ficara demonstrada pela própria ruptura causada pelos movimentos revolucionários: esta capacidade era a ação, a capacidade de começar algo novo cujo resultado é imprevisível.

³ Para Arendt nos encontramos numa posição privilegiada de poder realizar um projeto de pensamento e compreensão da política que caminha pelo presente e pelo passado sem os olhos obstruídos pela tradição. Em “O que é a Autoridade?” Arendt dirá “Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém foi também a cadeia que mais aguilhoou cada geração sucessiva a um aspecto predeterminado do passado. Poderia ocorrer que somente agora o passado se abrisse a nós com inesperada novidade e nos dissesse coisas que ninguém teve ainda ouvidos para ouvir”. ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 140

Segundo André Duarte, após a dissertação a maior preocupação de Arendt será de âmbito político: uma crítica à concepção de política que teve origem com Platão, que acaba por privá-la de sua dignidade própria⁴ ao relegá-la a um status inferior ao da vida contemplativa, que seria o modo de vida ideal do filósofo. A autora irá criticar alguns autores, como seu antigo orientador, Heidegger, quem ela considera que tal como Platão, não dá atenção à pluralidade, à ação e à capacidade humana de começar algo novo cujo resultado é imprevisível. Assim, após a dissertação o conceito de nascimento será dotado de um valor especial, relacionado à capacidade humana de agir, que Arendt considera própria do âmbito político.

Eduardo Jardim em *Hannah Arendt Pensadora da Crise e de Novos Começos*, nos diz que a atmosfera política após a segunda guerra mundial favorecia avaliações negativas sobre a vida política. Para Arendt essas avaliações encerravam uma série de preconceitos que precisavam ser examinados e descartados. Um destes preconceitos reside na crença de que o Estado é a sede da política. Tal crença acabaria por levar a uma dissociação entre política e liberdade, pois relaciona a liberdade à esfera privada, e individual, enquanto considera que a política é própria da esfera estatal. De acordo com Jardim um abismo separava liberdade e política, chegando a opor uma à outra, mas para Arendt a liberdade era o próprio sentido da política. Segundo Jardim, a autora teria encontrado na obra de Agostinho, para quem “o homem foi criado para que houvesse um novo começo”, a inspiração para a elaboração de um novo conceito de ação, que sustenta sua compreensão da política.

Já a partir de *Origens do Totalitarismo* o tema da natalidade aparecerá relacionado com o agir e a liberdade. Ao agir o homem inicia um processo cujo fim não pode ser previsto. Esta relação aparecerá de maneira recorrente em sua obra. Desde então considerar o homem como um ser que age, e procurar as condições para a ação humana se tornarão uma tarefa central da

⁴ André Duarte coloca que para a autora nossa tradição de filosofia política é marcada por um conflito entre o saber filosófico e a política que privou os assuntos humanos que concernem ao âmbito comum-público de sua dignidade própria. DUARTE, André. *Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.131 e 132. Arendt postula a “pluralidade humana” como fundamento de toda atividade política, que tem a ver com a construção de um “mundo comum” por uma “pluralidade” de homens preocupados com a edificação do “artifício humano”. DUARTE, André. *Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 47

nova reflexão sobre o político de Arendt. Segundo Young-Bruehl, Arendt manteve uma vigília sobre a ação, ela levantou a questão do significado da ação humana, mantendo vigilância sobre as palavras e os feitos do homem.

Assim, em *Origens do Totalitarismo*, encontramos a seguinte passagem:

O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* — "o homem foi criado para que houvesse um começo", disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós. (ARENDDT, 1989: 531)

Aqui o tema da natalidade aparece associado à capacidade do homem para começar no âmbito da política. A capacidade iniciadora do homem equivale à sua liberdade, porque pode gerar algo novo. Isto permite à Arendt relacionar liberdade e política e enxergar a história com esperança, pois o homem pode superar o horror do totalitarismo.

Em *A Condição Humana* Hannah Arendt cita poucas vezes Agostinho, embora seja possível observamos a influência do pensamento agostiniano em diversas passagens. Aqui ressalto aquela em que Arendt aborda o tema da revelação do agente no discurso e na ação. Ela nos diz que é com palavras e atos que nos inserimos no mundo, no que se configura como uma espécie de segundo nascimento. O ímpeto desta inserção decorre do começo que vem ao mundo com nosso nascimento, e ao qual respondemos começando algo novo por iniciativa própria. Segundo a autora, agir, de maneira geral, significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa.

Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir. (*Initium ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit* (<<portanto, o homem foi criado para que houvesse um começo, e antes dele ninguém existia>>)). (ARENDDT, 2007:190)

Este início do homem difere do início do mundo porque não é o início de alguma coisa, mas o início de alguém que é, ele próprio, um iniciador. Arendt completa dizendo que “com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início; e isto, naturalmente, é apenas

outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes, que o homem.”(ARENDT, 2007: 190)

Novamente o conceito de nascimento aparece relacionado ao agir e à liberdade. Para Arendt todo nascimento traz a possibilidade do novo: os novos homens trazem consigo o milagre da esperança, pois trazem em si a ação livre de que são capazes por nascimento. Esta esperança é a possibilidade real de mudança. Para Arendt a capacidade de realizar milagres deveria ser incluída na gama de faculdades humanas, pois a ação ao interromper o automatismo do processo começando algo novo que não podia ser esperado representa um milagre.

Na obra *Entre o Passado e o Futuro* Arendt recorre a Agostinho diversas vezes⁵, mas é no capítulo “Que é a liberdade?” que a sua influência é mais notável. Primeiro Arendt discute a noção de liberdade como livre-arbítrio. Para Jardim esse questionamento da visão cristã da liberdade foi decisivo para Arendt, pois ela considerava que por essa via poderia superar os entraves que dificultavam a definição do estatuto político da liberdade. Para a autora a liberdade pertence ao âmbito público enquanto a liberdade relacionada com o livre-arbítrio ficava situada no âmbito interior, da vontade.

Mais adiante no capítulo Arendt irá apontar outra discussão da liberdade efetuada por Agostinho que terá grande importância em sua obra. O bispo não discute a liberdade apenas como *liberum arbitrium*. Em seu único tratado político, *A Cidade de Deus*, surge uma noção concebida de modo inteiramente diverso. Aqui a liberdade é vista como um caráter da existência humana no mundo, e não uma disposição humana íntima. Agostinho equaciona a aparição do homem no mundo com o surgimento da liberdade no universo. Assim nos diz Arendt, inspirada por Agostinho:

o homem é livre porque é um começo, e, assim, foi criado depois que o universo passara a existir: [*Initium*] *ut esset, creatus est homo, ante quem*

⁵ Por exemplo, no capítulo sobre o conceito de história antigo e moderno Hannah Arendt cita Agostinho ao contestar a tese de que a moderna consciência histórica possui uma origem religiosa cristã. (p. 96-98) E no capítulo “O que é a autoridade?”, Agostinho aparece como um grande responsável pela transformação que religara a Igreja ao mundo, politizando-a, e transformando-a em herdeira da tríade romana de religião, autoridade e tradição. (p. 169)

nemo fuit. (*De Civitate Dei*, livro XIII, cap.20) No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa. Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade. (ARENDR, 1972: 216)

Essa noção de liberdade teria inspirado Arendt na elaboração de sua concepção de política. A liberdade humana não ocorre no âmbito interno, ela só ocorre na política, em meio a outros homens, na capacidade de iniciar algo inteiramente novo, que é inerente ao homem devido ao fato da natalidade.

Para finalizar, em *Sobre a Revolução* Agostinho é citado em dois momentos. Falo aqui do segundo momento, que ocorre no capítulo intitulado “Foundation II: *Novus Ordo Saeculorum*” para falar da capacidade do homem de instituir novos começos. A autora aborda um poema de Virgílio, que para ela parece elaborar, a sua maneira, o que Agostinho desenvolverá cinco séculos depois numa linguagem cristã, e que a autora imagina tenha ficado claro no decurso das revoluções da era moderna, isto é: para que houvesse um começo, o homem foi criado. O que interessa para a autora é a ideia de que os homens estão equipados para fazer um novo começo:

os homens são equipados para a tarefa paradoxalmente lógica de construir um novo começo por serem, eles próprios, novos começos, e, portanto, inovadores, e de que a própria capacidade de iniciação está contida na natalidade, no fato de que os seres humanos aparecem no mundo em virtude do nascimento.(ARENDR, 1990: 169)

Nesta obra, acredito, Arendt expõe de maneira definitiva a concepção política da natalidade ao associar a capacidade iniciadora do homem, derivada do nascimento, às revoluções.

Referências Bibliográficas

Agostinho, Santo. **A Cidade de Deus**: (contra os pagãos), parte I. -3.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991.

Agostinho, Santo. **Confissões**. Livros VII, X, e XI. –Covilhãs: LusofiaPress, 2008.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. -10.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARENDT, Hannah. **Love and Saint Augustine**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. -3.ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira; revisão de tradução: Caio Navarro de Toledo. -2ed.- São Paulo: Editio Ática e Editora UNB, 1990.

DOMINGUES, Ivan. **O Fio e a Trama**: Reflexões sobre o Tempo e a História. – São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DUARTE, André. **Pensamento à Sombra da Ruptura**: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HADOT, Pierre. **O que é a Filosofia Antiga?** Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt**: pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Rio de Janeiro: ACCESS, 1997.

NUNES, Benedito. **O Dorso do tigre**. -2.ed.- São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

NUNES, Benedito. Poética do pensamento. In: NOVAES, Adauto (org.). **Artepensamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt: For Love of The World**. -2.ed.- Connecticut: Yale University Press, 2004.

Artigos:

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Natalidade e educação: reflexões sobre o milagre do novo na obra de Hannah Arendt. **Pro-Posições**. V.24, N.2 (71), p.221-237, maio/ago. 2013.

CARNEIRO JR., Renato Augusto. O Amor na política: um diálogo entre Hannah Arendt e Santo Agostinho. História: **Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR. N.46, p.31-50, 2007.

CORREIA, Adriano. “O significado político da natalidade: Arendt e Agostinho.” In: CORREIA, A.; NASCIMENTO, M.. (Org.). **Hannah Arendt: entre o passado e o futuro**. - 1ed.- Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008, v. 1, p. 15-34.

HORNICH, Daner. Hannah Arendt e o Problema da Vontade em Santo Agostinho. **Synesis**. N.2, p.25-39, 2009.

SILVA, Sérgio Amaral. Hannah Arendt, pensadora da política e da liberdade. **Revista Filosofia**, Editora Escala

História dos gêneros: a performatividade de gênero como ferramenta de análise histórica.

*Cássio Bruno de Araujo Rocha**

Com essa comunicação, pretendo discutir como o conceito de performatividade de gênero – articulado pela filósofa estadunidense Judith Butler no início da década de 1990 em textos como *Problemas de Gênero*, *Critically Queer* e *Bodies that matter*, entre outros – pode ser utilizado por historiadores na construção de narrativas que busquem recuperar as diversas formas pelas quais as feminilidades e as masculinidades foram vivenciadas pelos sujeitos históricos em diferentes culturas ao longo da história. Para abordá-lo, é necessário fazer um breve histórico da formulação da categoria de gênero desde a década de 1970, entrelaçando-a com o desenvolvimento do campo da história das mulheres.

Segundo a historiadora Joan Scott, a noção de gênero tornou-se um conceito operacional importante para a história em meio ao processo de consolidação da história das mulheres e ao movimento político organizado das mulheres nas décadas finais do século XX. Percebe-se desde logo que a tal história não pode ser pensada fora da arena política e que, portanto, o conceito de gênero não se afasta da política (SCOTT, 1992: 65-92).

A historiadora Michelle Perrot, estudando a historiografia francesa sobre as mulheres, detectou um silenciamento inicial da disciplina História acerca das implicações do movimento feminista e da consideração das diferenças de gênero como um dado fundamental das Ciências Humanas e Sociais.¹ Perrot mostra como, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o tradicional silêncio da historiografia francesa sobre as mulheres foi quebrado por uma conjunção de fatores, como a influência da Sociologia e da Antropologia, o surgimento da história do cotidiano e da

* Mestre em História Social da Cultura pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Email de contato: caraujorochoa@gmail.com.

¹ Rachel Soihet e Joana Maria Pedro atribuem o inicial silêncio da história em relação às demandas das mulheres à natureza cautelosa da disciplina, ao domínio de outras perspectivas de abordagem sobre a historiografia (notadamente o positivismo e o marxismo) e à hegemonia da crença na universalidade do sujeito histórico, representado pela categoria “homem”. As historiadoras argumentam que, até a década de 1960 e o início das críticas feministas, acreditava-se que, ao falar de homens, as mulheres estariam também sendo contempladas – da mesma forma que todos os tipos de homens para além do europeu branco de classe média e heterossexual. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero, p.284.

vida privada (com destaque para o trabalho de pesquisadores como Philippe Ariès e Georges Duby), a importância do pensamento de Michel Foucault, principalmente com o volume 1 da *História da Sexualidade* e a força do movimento das mulheres. Perrot analisa como significativo também o diálogo com a historiografia estadunidense sobre as mulheres no período (PERROT, 1995: 9-28).

O surgimento da história das mulheres, nos Estados Unidos, como legítimo campo da pesquisa histórica acompanhou a luta do movimento feminista, a partir da década de 1960, contra a persistente discriminação sexual sofrida pelas mulheres. Porém, o empreendimento acadêmico enfrentou, em sintonia ao movimento político, intensa oposição dos historiadores tradicionais, caracterizados pelas feministas como machistas. Segundo Joan Scott, a história da história das mulheres está ligada ao movimento feminista, porém, ela alerta para os riscos de uma narrativa linear que reduza a complexidade da interação entre a história e a política. A história das mulheres desenvolveu-se tanto como um diálogo e uma contestação da história tradicional, quanto como um complemento ao movimento político. Sem perder de vista que a própria dimensão intelectual é em si política, e a política é também intelectual, pois não há como, em se tratando da história das mulheres, distinguir rigidamente essas esferas (SCOTT, 1992: 66-69).

Ao ser primeiramente defendida no âmbito das organizações profissionais de história estadunidenses, a história das mulheres enfrentou grande oposição, porém o momento, final da década de 1960, era de intensa força do movimento político feminista, que alimentou o movimento historiográfico. O feminismo, que ressurgiu na década de 1960 no contexto mais amplo da revolução cultural nos países ocidentais, foi uma das formas de contestação do modelo patriarcal de família que se desintegrava nos grandes centros urbanos, movimento que, desde a década anterior, pela primeira vez na história, reunia a maioria da população mundial. O movimento feminista foi concomitante, nos Estados Unidos da América, ao movimento dos Direitos Civis dos negros e às políticas do governo Kennedy destinadas a estabelecer o potencial feminino – motivadas pela maciça expansão econômica típica da Era de Ouro do capitalismo.

O movimento acadêmico das mulheres na década de 1970 deu seguimento às críticas ao profissionalismo não-político, alegando que ciência não é sinônimo de neutralidade e que a

noção tradicional de excelência era carregada de um viés ideológico, devendo ser substituída por ações afirmativas. A questão das mulheres também se configurou como um problema de redefinição profissional, visto que contestava a ideia de que a profissão da história era um corpo unificado. As historiadoras construíram uma identidade de grupo para si a partir do questionamento se existiriam avaliações imparciais do saber ou se elas não seriam apenas atitudes de poder de um ponto de vista hegemônico. Nesse momento, a história das mulheres construiu seu objeto, as próprias mulheres, através do dilema da diferença – que seria apontado contra elas próprias, na década de 1980, a partir do ponto de vista do gênero.

A diferença foi construída por meio da percepção da verdadeira estrutura da linguagem, que esconde pontos de comparação não estabelecidos no interior de categorias que ocultam sua perspectiva e implicam erroneamente em ajuste natural com o mundo. O universal implica ajustamento com o particular, por exemplo, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens. Assim, defender a importância das mulheres na história implica ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiras. É também lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. A história das mulheres questionou a prioridade relativa dada à história do homem, em oposição à da mulher, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. Fundamentalmente, a história das mulheres desafiou a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo e a perfeição e a presença intrínseca do objeto da história, o homem universal. Em suma, a história das mulheres, na década de 1970, mostrou a história como incompleta e o domínio que os historiadores têm do passado como parcial (SCOTT, 1992: 77-87).

Esse uso de mulheres como categoria identitárias e como sujeito essencial da história foi problematizado, ao longo da década de 1980, em diversas instâncias. Uma delas foi o desconstrucionismo, de Jacques Derrida, conforme analisou Mary Poovey. Segundo a historiadora, o desconstrucionismo pôs em questão a existência da categoria mulheres como um sujeito unitário cuja identidade é dada diretamente pelo e no corpo. A leitura desconstrucionista do feminismo, da década de 1970, revelou o ser mulher como uma categoria relacional, provisória e posicional em relação ao ser homem. O projeto desconstrucionista de

solapar o universalismo das identidades e da verdade teve como consequência indireta a conclusão de que as feministas, mesmo proclamando sua diferença em relação ao sujeito universal masculino, incorriam ainda em uma ilusão humanista e mantinham-se cúmplices do patriarcado que se propunham combater, uma vez que adotavam uma identidade essencial e universal para unir todas as mulheres. Conforme analisa Mary Poovey, a conclusão lógica do desconstrucionismo é que mulher(es) não é mais que uma construção social sem qualquer base na natureza, um termo cuja definição depende do contexto em que está sendo discutido e utilizado – não depende de órgãos sexuais ou de experiências sociais. Essa conclusão lançou o desafio de como conciliar a existência histórica real de mulheres à desconstrução teórica da Identidade (POOVEY, 1988:51-66).

Seguindo a senda aberta pela crítica desconstrucionista ao feminismo, o uso do conceito de gênero na Academia (inclusive por correntes da história das mulheres na década de 1980) aprofundou o problema da diferença contra a própria história das mulheres. A desconstrução do feminismo da década de 1970 expôs o fato de que a oposição entre os sexos, assim como as definições de homem e mulher, é uma construção social, não um reflexo ou articulação de um fato biológico. Assim, a supostamente fixa oposição homem/mulher foi deslocada e relaxada, perdendo sua proeminência social na medida em que se reconhecia que não há uma conexão necessária entre anatomia sexual e papéis ou estereótipos de gênero. Essa liberação social do conceito de seu pretense referente natural permitiu a desconstrução da fixidez das próprias categorias anatômicas sobre as quais o sistema de oposições binárias se baseia (POOVEY, 1988: 59-60). O uso desconstrucionista do gênero, portanto, foi um desafio à viabilidade da categoria de mulheres, explicitando a ambiguidade da história das mulheres, apontando para os significados inerentemente relacionados à categoria gênero (SCOTT, 1992: 87-89).

Margareth Rago interpreta a difusão da categoria gênero entre os campos da crítica feminista (inclusive a história das mulheres) como uma solução ao impasse posto pelas críticas desconstrucionistas ao feminismo (críticas que também foram feitas, em termos diferentes, por grupos de mulheres que não se sentiam representadas pelo sujeito mulheres, como lésbicas, negras, indígenas, transexuais): o questionamento da lógica da identidade e a afirmação do eclipse do sujeito. Sendo uma categoria relacional, o gênero frutificou no momento da guinada

culturalista das Ciências Humanas. A teoria feminista, com o conceito de gênero, propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico (RAGO, 1998: 21-42).

O artigo da antropóloga Gayle Rubin, *The Traffic in women: notes on the political economy of sex*, publicado em 1975, foi influente na proposição e difusão do conceito de gênero como ruptura à noção universalizante do sujeito das mulheres tanto na academia quanto no movimento político – ou em algumas de suas correntes.² Rubin apresentou o conceito de sistema sexo/gênero a partir de sua reflexão sobre o fracasso do projeto marxista clássico (apresentado por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*) em conceitualizar a opressão das mulheres, retrabalhando a teoria marxista à luz das obras de Claude Lévi-Strauss e de Jacques Lacan. Trabalhando a partir do conceito de ‘parentesco’, de Lévi-Strauss,³ Rubin considerou que, no nível mais geral, a organização social do sexo se baseia no gênero, na heterossexualidade obrigatória e na constrição da sexualidade feminina. O gênero é definido como uma divisão socialmente imposta dos sexos, um produto das relações sociais de sexualidade. Tem a função de transformar machos e fêmeas em homens e mulheres aptos a participarem do sistema de parentesco, constituindo cada um como uma metade incompleta,

² Rosemarie Tong mostrou como o feminismo, em seu aspecto teórico, está longe de ser monolítico, sendo antes composto por diversas correntes, cada uma procurando descrever a opressão das mulheres, explicar suas causas e consequências e prescrever estratégias para sua liberação. Entre as várias correntes do feminismo, pode-se citar o liberal, o marxista, o radical, o psicanalítico, o existencialista, o socialista e o pós-moderno. A categoria de gênero, como construção cultural (performativa) dos corpos e dos sexos (sendo o próprio sexo uma construção) insere-se na corrente pós-moderna, por seu caráter abertamente desconstrucionista. O conceito, todavia, sofreu importantes influências das correntes psicanalítica (especialmente a teoria freudiana da feminilidade), marxista (com o conceito de alienação e de interpelação trabalhados por Althusser) e existencialista (com a proposição de Simone de Beauvoir que ninguém nasce mulher, mas torna-se uma). Vê-se, portanto, como destaca Rosemarie Tong, que as correntes são interseccionais, com inúmeros pontos de convergência - e outros tantos de divergência. TONG, Rosemarie. *Feminist thought*, p. 1-10; 227-233.

³ O conceito de parentesco em Lévi-Strauss diz respeito a uma imposição de organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. Na análise do autor, a sexualidade é uma dimensão importante da sociedade humana, sendo o sujeito sempre genericado, homem ou mulher, com distintas consequências para seu posicionamento no sistema de parentesco (privilégios distribuídos desigualmente). A essência dos sistemas de parentesco (cujas regras específicas variam conforme a sociedade em questão) é o intercâmbio (o tráfico) de mulheres (como presentes) entre os homens. Rubin considera que o antropólogo construiu, implicitamente, uma teoria da opressão sexual, ainda que não tenha se dado conta das implicações feministas do seu pensamento. Em *As estruturas elementares do Parentesco*, Lévi-Strauss discerne os princípios elementares do parentesco, revelando uma lógica inteligível nos variáveis tabus e regras de matrimônio. Nessa complexa lógica, destacam-se os elementos do presente e o tabu do incesto – cuja articulação constitui o intercâmbio das mulheres. RUBIN, Gayle. *El tráfico de mujeres*, p. 106-107. Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

que só pode sentir-se inteira se unida à outra. A identidade de gênero exclusiva é a superação de semelhanças naturais entre os sexos, o que ocorre por repressão – que enfatiza as diferenças entre eles. Assim, a divisão dos sexos e a constituição dos gêneros exclusivos reprimem características de homens e mulheres, não sendo a masculinidade nem a feminilidade gêneros naturais (RUBIN, 1986).

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro apontam que o conceito de sistema sexo/gênero, articulado por Gayle Rubin, mantém o gênero atrelado a um substrato natural, pois a antropóloga o apresenta como o resultado da transformação de uma sexualidade biológica em representações culturais por meio de mecanismos sociais e psicanalíticos (SOIHET; PEDRO, 2007: 293). Judith Butler, por outro lado, percebe, no sistema sexo/gênero de Rubin, uma antecipação da crítica foucaultiana à dimensão produtiva das relações de poder que formam as identidades de gênero. Ainda que Rubin recorra a fundacionismos biológicos para teorizar sobre o sexo e o gênero – se apegando à necessidade de uma realidade ontológica anterior e distinta de um sexo que é feito em nome dos poderes –, seu conceito permitiu uma compreensão mais precisa de como as relações de poder produzem e reproduzem os gêneros que tentam controlar (BUTLER, 2012: 110-114).

Teresa de Lauretis desenvolveu o conceito de sistema sexo/gênero de Rubin, conectando-o com o pensamento feminista pós-moderno desenvolvido a partir da década de 1980. A autora criticou o uso, feito pelo movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 (e também pela história das mulheres no período), do gênero como diferença sexual, considerando-o limitante do potencial radical do feminismo pós-moderno que frutificou a partir de 1980. A radicalidade desta corrente do feminismo encontra-se em sua concepção do sujeito como constituído no gênero, mas não apenas na diferença sexual, e sim por códigos linguísticos e representações culturais, um sujeito engendrado nas experiências de relações de sexo, raça e classe, portanto, múltiplo e contraditório (DE LAURETIS, 1994:206-209).

Teresa de Lauretis conceitua o gênero como o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política. O gênero, para a autora, é a representação de uma relação de pertencimento a um grupo. O gênero constrói essa relação de pertencimento ao atribuir a um indivíduo uma posição dentro

de certo grupo e em relação a outros grupos pré-constituídos. O gênero não é o sexo, uma condição natural, é a representação de cada indivíduo em torno de uma relação social existente *a priori* em relação ao indivíduo e predicada sobre a oposição conceitual e rígida dos dois sexos biológicos. Embora seus significados possam variar em suas especificidades conforme a cultura, essa estrutura conceitual (sistema sexo/gênero) está ligada a fatores políticos e econômicos de cada sociedade. Assim, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero são sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social. O sistema sexo/gênero (ou, apenas, a categoria de gênero) é uma construção sociocultural e um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado a um indivíduo dentro da sociedade. Teresa de Lauretis construiu seu conceito de gênero refletindo a partir da teoria foucaultina sobre o poder, o saber e a sexualidade. O gênero, a partir da leitura que a autora fez de Foucault, aparece como uma tecnologia, um produto de diferentes tecnologias sociais e de discursos, epistemologias, práticas críticas institucionalizadas e práticas da vida cotidiana (DE LAURETIS, 1994: 208-212).

Destarte, é importante abordar o impacto do pensamento do filósofo francês Michel Foucault no campo dos estudos da sexualidade e do gênero nas histórias das mulheres (ainda que ele não tenha abordado diretamente esta questão, que foi desenvolvida mais por intelectuais feministas francesas e estadunidenses, como visto acima).⁴ Com o primeiro volume da *História da Sexualidade*, Foucault teceu uma crítica à ideia de que a sexualidade vem sendo constantemente reprimida pelo Poder nas sociedades ocidentais com a ascensão do capitalismo; a chamada crítica à hipótese repressiva. Ao contrário, para o filósofo, as sociedades industriais e burguesas caracterizam-se por uma incontinência do falar sobre o sexo, tendo produzido um manancial nunca visto de discursos sobre o sexo. A inversão foucaultiana foi colocar o sexo como efeito do poder, sendo produzido nas próprias relações discursivas de poder, não tendo anterioridade ontológica a elas. A proposta analítica de Foucault provou-se fértil, tendo

⁴ Teresa de Lauretis lamenta o fato de Foucault não ter se preocupado com o gênero e ter sido incapaz de conceber o sujeito feminino. A autora argumenta que a teoria foucaultiana, como tantas outras nas sociedades ocidentais, contém e promove certas representações de gênero, agindo na passagem da sociabilidade à subjetividade. LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero, p.229.

alimentado estudos multifacetados nos campos da sexualidade e do gênero desde sua publicação, em 1976 (FOUCAULT, 1977: 19-53).

A faceta proibitiva do poder não seria mais que um mecanismo secundário, cuja função é mascarar sua dimensão mais fundamental. Esta dimensão é proliferativa, positiva, procura criar os objetos sobre os quais vai se exercer, não busca suprimir instâncias que a precedam. Na verdade, é mais correto dizer, nos termos de Foucault, relações de poder e não poder como uma força monolítica que paira sobre os indivíduos, reprimindo-nos (FOUCAULT, 1977: 95-105). Estas relações múltiplas de poder estão imbricadas no social e no cultural e suas tensões e arranjos coletivos dão forma aos processos de sujeitificação experimentados pelas pessoas e que constroem suas identidades sexuais e de gênero. As relações de poder compõem uma microfísica que se debruça sobre os corpos e as almas das pessoas, tentando sempre discipliná-las, controlá-las, o que jamais conseguem de modo absoluto, pois sempre são contrapostas por pontos de resistência e potencial subversão. Segundo Foucault:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade (FOUCAULT, 2011:29).

O modelo foucaultiano das relações de poder informou a elaboração da teoria de gênero feita pela filósofa estadunidense Judith Butler (em forte diálogo com as definições de Rubin e De Lauretis apresentadas anteriormente), cujo conceito de performatividade de gênero é o objeto principal dessa comunicação. Resumidamente, o conceito de gênero, à luz do pensamento butleriano, pode ser definido como uma repetição de atos performativos sem autor ou ator anteriores a ela mesma; sendo a cotidiana repetição performativa a produtora dos gêneros na medida mesmo em que os expressa, compondo a ilusão da interioridade do gênero na e sobre a superfície dos corpos assim generificados (BUTLER, 2012: 58-59). O conceito de performatividade de gênero compreende esses atos que realizam, em seu acontecer cotidiano, os gêneros. Esses atos são performativos no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem expressar são construtos, feitos e embasados por signos corpóreos e outros meios

discursivos. Sendo um efeito de atos performativos em permanente e corriqueira repetição, o gênero não é uma instância original ou uma categoria a ser atingida, antes é uma cópia destinada ao fracasso.⁵

Dentro deste contexto teórico, este texto procura destacar como as masculinidades, e não só as feminilidades, são problemas históricos. Essa observação é importante em um contexto de relativa escassez de estudos históricos sobre a masculinidade. As masculinidades se colocam como problemas históricos em um quadro de múltiplas relações recíprocas que constroem o sistema binário masculino-feminino. Ainda que elas sejam formas de gênero tão performativamente inventadas quanto as feminilidades, pesquisas sobre as maneiras de subjetivação dos homens foram menos comuns no campo de estudos de gênero do que aquelas das mulheres. Ademais, surge a questão de qual seria a importância de fazer uma história dos homens, tendo-se em vista que a porção majoritária do discurso historiográfico, desde o século XIX, tomou o masculino, ainda que de forma implícita, como sujeito central de suas narrativas. Na medida em que a linguagem se diz no masculino e que todas as sociedades no ocidente operam dentro dos sistemas do binarismo sexual e da heterossexualidade compulsória, a história – como o discurso sobre essas sociedades no tempo, feito por essa linguagem – também adotou o homem como sujeito preferencial, como o grande protagonista das aventuras humanas ao longo dos séculos.

Uma história que problematize as masculinidades é importante para historicizar o homem enquanto sujeito histórico, ressaltando como esta categoria variou ao longo do tempo. Ao se questionar, como faz essa pesquisa, quais práticas e valores constituíram as

⁵ O conceito de performatividade de gênero construído por Butler despertou debates e críticas intensas entre teóricas feministas de diversas correntes. A filósofa política Seyla Benhabib manifestou o receio de que a dispersão do sujeito, da história e da filosofia em jogos de linguagem realizada por Butler (uma apropriação feminista de Nietzsche) produza o repúdio à subjetividade, aos ideais de autonomia, de reflexividade e de responsabilidade – requisitos a um projeto de emancipação. A teoria da performatividade de gênero seria perigosa ao movimento político das mulheres, pois coloca em questão o eu de cada mulher, uma vez que não haveria um agente por trás do gênero. A autora afirma que, para manter uma posição mais politicamente orientada sobre essas questões, é preciso mover-se para além dos jogos de linguagem e incluir outras práticas, como as estruturas familiares, o cuidado dos filhos, a educação, o habitus cultural, ou seja, explorar processos sociais e estruturas mais amplas. BENHABIB, Seyla. *Feminism and Postmodernism*. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. (Orgs.). *Feminist Contentions*. A philosophical Exchange. Londres: Routledge, 1995, p. 17-34. Para outras críticas sobre o conceito de performatividade de gênero de Butler ver SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012, p. 97-100.

masculinidades ao longo do tempo, contribui-se para a desnaturalização do ser homem. Dessa maneira, uma história dos homens passa por uma história das formas de masculinidade, pela sumarização dessas formas assumidas por homens para tentar ascender à masculinidade em diferentes espaços e temporalidades e que constituíram um homem dito natural.

O conceito de performatividade de gênero é útil na tessitura de histórias que investiguem como os gêneros se realizam em meio a práticas cotidianas dos sujeitos em diferentes momentos do passado. Ele pode ser utilizado como um instrumento de análise de fontes, permitindo a reconstrução das maneiras como as personagens estudadas dão vida e corpo aos seus gêneros, construindo identidades culturais. A categoria de gênero define-se como um instrumento de análise que desloca pressuposições quanto a aspectos naturais dos gêneros e dos sexos dos agentes, pensando tanto um quanto o outro como construções culturais que se fazem performaticamente no viver cotidiano das pessoas. O fazer performático dos gêneros acontece na tensão sempre presente entre imposições dos diversos dispositivos de poder (no sentido da manutenção das hierarquias generificadas) e os agentes cujas identidades contingentes estão ainda (e sempre) em processo de construção. Uma história social dos gêneros, feita a partir do conceito butleriano, portanto, seria uma história dos processos de subjetificação dos agentes na construção de suas identidades de gêneros. A produção dos gêneros em uma cultura é um processo que permeia tanto construções individuais, quanto as elaborações culturais mais amplas a respeito do que seria o masculino e o feminino naquela sociedade.

Em minhas pesquisas, utilizo o conceito butleriano para investigar as maneiras como homens e mulheres investigados pelo Tribunal da Inquisição na América portuguesa dos séculos XVI e XVII performatizavam o gênero em suas vidas cotidianas, questionando o papel ocupado por suas práticas eróticas (muitas vezes estigmatizadas e criminalizadas pela Igreja Católica e pelo Santo Ofício) na dimensão de gênero de suas identidades culturais. Uma vez que os documentos inquisitoriais são ricos em informações sobre diversos aspectos do cotidiano dos investigados (inclusive de seu erotismo), o cruzamento desses dados com o conceito de performatividade de gênero permite a criação de interpretações que rompem com noções essencialistas do gênero e do sexo e desconstruam a universalidade de categorias como mulher,

homem, sodomita, homossexual e lésbica (entre outras) – recorrentes nos estudos de história das mulheres e da sodomia no período.

Referências Bibliográficas

BENHABIB, Seyla. Feminism and Postmodernism. IN: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. (Orgs.). **Feminist Contentions**. A philosophical Exchange. Londres: Routledge, 1995, p. 17-34.

BESSA, Karla Adriana M. Posições de sujeito, atuações de gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 34-46, 1998.

BUTLER, J. Critically Queer. **GLQ: A Journal Of Lesbian & Gay Studies**. 1993, 1, 1, pp. 17-32.

_____. **Excitable speech**. A politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, tradução de Pedro Maia Soares, Campinas, n.11, p. 11-42, 1998.

_____. Corpos que pesam: nos limites da discursividade do sexo. LOURO, G. L. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P.151-172.

_____. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, **Cadernos Pagu**. V. 21, p.219-260, 2003.

_____. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 4. Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012;

CARRIGAN, T.; CONNELL, R.W.; LEE, J. “Toward a new sociology of masculinity”. **Theory and society**. V. 14, .n.5, p.551-604, 1985.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

COSTA, Cláudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. IN: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. P.57-90.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Tendências e Impasses**. O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

ENGEL, M. História e Sexualidade. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus: 1997. P. 297-311.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água, 1977.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade II**. O Uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. 39. Ed. Trad. Raquel Ramalhte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Ditos e Escritos V**. Ética, sexualidade, política. 3.ed. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel de Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 269. (Ditos e escritos;5).

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista de estudos feministas**. Florianópolis, v.6, n.1, p.114-124, 1998.

HALL, Stuart. Cultural Studies and its theoretical legacies. IN: GROSSBERG, L. et alii (eds.). **Cultural Studies**. New York: Routledge, 1992. P.277-294.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. 2. Ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004;

MATOS, Sônia Missagia de. Repensando o gênero. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli. (Org.). **Mulher**. Cinco séculos de desenvolvimento na América. Capítulo Brasil. Belo Horizonte: Editora Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 19-57.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência, **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

POOVEY, Mary. Feminism and deconstruction. **Feminist Studies**. University of Maryland, v. 14, n. 1, p. 51-66, spring 1988.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. P.21-42.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p.53-66, Julho 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 de agosto de 2014.

RILEY, Denise. “**Am I that name?**”. Feminism and the category of “women” in history. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1995.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-142, 1986.

SANT’ANNA, D. B. Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres. IN: RAGO, M.; ORLANDI L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**. Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012;

SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analysis.”, **The American Historical Review**, 91, 5, (1986), p. 1053-1075;

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. P. 65-98.

SMITH, Bonnie G. **The gender of history**. Men, women, and historical practice. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

SPARGO, T. **Foucault and Queer Theory**. New York: Totem Books, 1999;

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Florentina. Facetas das discussões de gênero no século 20. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastons. (Orgs.). **O futuro do presente**. Arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P.181-200.

SOUZA FILHO, A. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. IN: ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FLHO, A. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TONG, Rosemarie. **Feminist thought**. A comprehensive introduction. Londres, Routledge, 1989.

VEYNE, P. **Foucault**. O pensamento, a pessoa. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2009.

WITTING, Monique. El pensamiento heterosexual. IN: WITTING, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Tradução: Javier Sáez, Paco Vidarte. Barcelona: Editorial Egales, 2006. P.49-57.

A escrita da História da Historiografia e as incursões de José Honório Rodrigues como problema

*César Leonardo Van Kan Saad**

O espaço que a reflexão historiográfica toma dentro da disciplina da História, parece funcionar cada vez mais como lugar comum. Tornando-se latente não só no modo como o historiador tradicionalmente constrói seu objeto, mas sendo a si mesma objeto de investigação.

Desde Michel de Certeau e a *Escrita da História* de 1975, sabemos que a operação que constitui a construção do conhecimento histórico é por si, historiográfica. Marcas de instituições de saberes, atreladas a contingências espaço temporais, constituintes da relação de interceptar o pretérito em vista do lugar que se transparece como interrogador: o presente.

Produto como produção de textos, a operação do conhecimento histórico, ali referendado como uma tríade que ordena em meio a uma concepção disciplinada da História, tendo em vista o lugar a que produz fazendo possíveis questões a serem introduzidas e conduzidas pelos procedimentos analíticos oferecidos pela disciplina, e por fim, dispõe a produção do conhecimento em um texto (CERTEAU, 2000: 66), que tem por simulacro a dessemelhança, por meio desta intervenção em vista deste outro que se denomina “passado”: “o outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta” (CERTEAU, 2000: 14).

Se tomarmos a “operação historiográfica” como a condição genuína do conhecimento histórico, arrisca-se a encará-la como pressuposto ativo de toda a forma de conhecimento, pois não teria a própria “operação” que dá possibilidade ao conhecimento histórico uma história?

O que se invade como problema é o de pensar a “escrita da História da História”, ou o modo como o conhecimento histórico textualizado, tornou-se possível, ou seja, a escrita da história como condição de possibilidade de si em meio a série de relações históricas que a dão

* Mestrando em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

forma, conteúdo e historicidade. Tais questões reverberam na problemática da escrita da história, como aponta Nicolazzi;

[...] pensar em termos de *escrita da História* equivale a considerar as relações tensas e por vezes ambíguas entre escrita e História, discurso e realidade, linguagem e experiência. Ainda que os pares da oposição sejam eficazes apenas como uma construção analítica, pode-se dizer que a reflexão historiográfica, no sentido geral de uma História da Historiografia, opera na fronteira dessa dicotomia; a História da Historiografia se constitui, pois, como uma reflexão *sobre os textos*, sobre essa materialidade que permite unir, mesmo que provisoriamente, um signo e um significado, um discurso e uma experiência (NICOLAZZI, 2011: 15).

No entanto, este conjunto de questões conduz a se perguntar não mais sobre estatuto historiográfico do conhecimento histórico, mas sobre a própria história da historiografia enquanto um problema, enquanto uma prática ou mesmo como incide a tal debate, Valdeci Lopes de Araújo como uma disciplina autônoma;

[...] a história da historiografia assumiu uma nova tarefa de verificar os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história. Todo um novo campo de objetos tornou-se disponível e a história da historiografia teve seu prestígio sensivelmente ampliado. Por outro lado, pouco avançamos sobre a análise das fundamentações teóricas de um discurso que se pretende desmistificar narrativas históricas, sendo ele mesmo uma operação historiográfica igualmente situada (ARAÚJO, 2006: 80).

Não concebo a autonomia disciplinar enunciada sobre a História da Historiografia como um lugar desvinculado da História ou mesmo como uma prática para além da própria História, pois tal visão só demarcaria ainda mais um antagonismo empobrecedor do próprio campo que prescreve de um lado, aqueles que teriam um pensamento contemplativo a oferecer sobre a História, e de outro, os historiadores que produzem o conhecimento histórico com base em dados “empíricos” ou em proeminências do arquivo¹.

¹ Seria empobrecedor conceber a História da Historiografia desvinculada do trabalho Histórico de modo geral. Ou as antinomias de que aqueles que “pensam” a história não a fazem tal qual os que fazem a história e por isto não a pensam. A divisão que muitas vezes presenciamos na prática de muitos colegas entre a teoria e a prática. Neste

A ênfase em uma História da Historiografia tem por partida a ideia de que ela possui a mesma natureza de seu objeto, ou seja, ambas são histórias escritas, ou histórias a se escrever. Portanto, as questões que as motivam são correspondentes as que motivam o escrever História; relação entre ordens distintas do tempo; questões que movem a reflexão sobre a profundidade e distancia temporal; o estatuto do presente enquanto uma ordenação historiográfica e a posição do texto tomado enquanto material de análise com seu respectivo campo discursivo. Duas questões motivariam tal exercício, como atesta Araújo;

[...] [primeiramente] no interior de uma mesma cultura histórica deve ser possível medir os avanços efetivos na produção de uma representação mais adequada do passado [...] apoia o trabalho teórico, na medida em que se preocupa com as condições de possibilidade do conhecimento histórico. Uma segunda dimensão se dá na análise de obras inseridas em diferentes culturas históricas, que já não poderiam ser avaliadas pelos mesmos critérios de validade que a historiografia contemporânea. A história da historiografia poderia então analisar as distintas formas de produção da verdade histórica, abrindo caminhos para pensar a historiografia para além de seus limites do presente. Ao propor uma **história das formas de produção da verdade histórica** [...] (ARAÚJO, 2006: 91).

Historicizar as formas de produção da verdade histórica, coloca-nos diante do problema em torna da História da Historiografia enquanto possibilidade como campo de reflexão, tomado não apenas para o conhecimento histórico em vista de sua formação disciplinar, mas incidindo também sobre diferentes formas e possibilidades de conhecimentos históricos emergirem enquanto texto, enquanto formas de entender a relação entre passado presente e futuro em diferentes culturas históricas.

sentido, uma reflexão interessante é a que oferece Paul Ricoeur ao abrir a *História e Verdade*, impelido à quebra de tal forma de entendimento que prescreve uma cisão entre pensamento comprometido e o pensamento desembaraçado, entre de um lado, teoria e prática, quando defende em nome da reflexão a saída para tais antinomias: “Creio na eficiência da reflexão, pois creio que a grandeza do homem está na dialética do trabalho e da palavra; o dizer e o fazer, o significar e o agir estão por demais misturados para que se possa estabelecer oposição profunda e duradoura entre teoria e práxis.” (RICOEUR, 1968: p.9). Portanto, a reflexão, ou que nos interessa, a reflexão sobre a História ou Historiografia seria de certo modo o lugar comum de refletir sobre a História em suas mais variadas formas.

Bermejo Barrera propõem em volta do que considera como saída para o problema da reflexão historiográfica o que denomina como História Teórica. Tal perspectiva abarcaria para além de um pensamento sobre o método, uma atitude teórica frente às considerações a respeito do conhecimento histórico, que teriam como pressupostos a investigação por aquilo fundamenta conformações disciplinares para a História, e a sustenta em condições de possibilidade, chamando a atenção para os mecanismos que regem tal orientação;

Unicamente partiendo de ella es posible resolver todas las aporias que la história de la Historiografia, como disciplina descriptiva que es, genera, y solo mediante ella es posible superar el secular debate entre Historia y filosofia de la historia, entre la produccion de textos históricos y la reflexión a cerca de los mismos. Sin dicha reflexion la Historia de la Historiografia degenera en una mera rapsódia o catálogo de obras históricas acerca de determinados temas, o producidas em determinado país o época, pudiendo llegar a confundirse com una mera resenã bibliográfica (BARRERA, 1993: 28).

Outra postura que se alia as anteriores é a que propõe Avizier Tucker em *Our Knowleged of the Past* (2004) uma vez que entende a reflexão a respeito da historiografia em termos epistemológicos, sustentando uma “filosofia da Historiografia” que teria por mote conduzir a reflexão sobre a produção do conhecimento histórico (TUCKER, 2004: 2). Concebe a distinção entre História e Historiografia paralela a de natureza e ciência, ou seja, o problema da evidência e o discurso da história, ou naquelas dicotomias analíticas destacadas anteriormente, que evadem a problemática entre a relação do texto historiográfico e a realidade histórica, e a representação que se pretende a respeito do passado, conforme as possibilidades nas evidências. O ponto interessante de Tucker é a articulação entre o que propõe como filosofia da historiografia, com seus desdobramentos interpretativos, assim como a relação que esta mantém com o conhecimento científico da história e vice versa, dando condições para intervir nas formas possíveis de conhecimento histórico, trazendo a tona os desdobramentos sobre os mesmos a respeito das questões éticas, políticas e estéticas que compõe a produção historiográfica da história (TUCKER, 2004: 10).

Nestes termos, conduziremos a reflexão a respeito de uma História da Historiografia a partir da proposta desenvolvida por José Honório Rodrigues em sua *História da História do Brasil* em dois volumes publicados em 1978. Para tanto, devemos ter em mente que tal projeto, alia-se a dois outros livros publicados ao início dos anos 50 e que integram o que podemos chamar de renovação dos estudos históricos no Brasil, são eles Teoria da História do Brasil de 1949 e Pesquisa da História do Brasil de 1952.

O projeto de Rodrigues consentido em sua teoria e metodologia sintetiza o modo como ele lia a transformação da História. A síntese de tal leitura será nas palavras de Freixo: “uma versão científica da história do Brasil” (FREIXO, 2012: 35).

José Honório acena para o papel preponderante dos estudos historiográficos, uma vez que em sua reflexão de 1949 abre via história da historiografia, um ‘diagnóstico’ apontando o desenvolvimento e a evolução dos estudos históricos no Brasil.

Os anos 40 serão marcantes para o projeto subsequente. Uma vez que trabalhava desde 1939 no Instituto Nacional do Livro (INL)² como Auxiliar-técnico (assistente) de Sergio Buarque de Holanda. José Honório recebera em 1943 um convite de uma bolsa de um ano para trabalhar nos Estados Unidos. Convite feito por William Berrien quando discutiam os atrasados de *Handbook*³. O convite incluía a proposta de uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller:

Sua viagem tinha por fito a pesquisa em arquivos, universidades e bibliotecas estadunidenses em prol do levantamento de todas as referências lá existentes sobre a expansão holandesa nas Américas, especialmente no “Brasil” seiscentista, bem como a pesquisa de material lá existente sobre História do

² Criado em 1937 pelo Estado Novo, o INL foi iniciativa do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Suas atribuições como destaca Freixo; “incluíam a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário da cultura brasileira e o investimento na expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. A organização de uma enciclopédia e um dicionário da linguagem brasileira eram partes fundamentais do projeto estadonovista de construção de uma identidade cultural brasileira” (FREIXO, 2012: 98).

³ O “Handbook of Brazilian Studies” de Berrien e Borba de Moraes, foi outro investimento importante no INL que Rodrigues irá participar desde o início. A ideia era um guia bibliográfico de introdução aos estudos brasileiros. José Honório contribuiu com um capítulo sobre historiografia do Domínio Holandês. Entre atrasos principalmente em vista daqueles que iriam contribuir em mandarem seus textos o Manual só veio a publico em 1949.

Brasil. Além desses objetivos, Rodrigues também aproveitou a oportunidade para o estudo e aprimoramento metodológico, para a crítica de textos raros, especialmente no seu preparo para publicação. Também procuraria firmar contatos com professores universitários e instituições (bibliotecas e arquivos) nos EUA. Ou seja, Rodrigues viajava também sob licença, na condição de funcionário e técnico do INL, para o aprimoramento dos seus conhecimentos nas atividades que já desenvolvia ao Instituto (FREIXO, 2012: 126).

A experiência que obteve no INL principalmente no trato com documentos e reedição dos mesmos, somou-se a sua volta em 1944⁴ com a finalidade de pleitear a escrita de uma Teoria da História do Brasil que dissertasse a respeito dos componentes teóricos e metodológicos para com a pesquisa em História. Tendo por diagnóstico a falta de tais publicações no Brasil, assim como a ausência de disciplinas no âmbito universitário a ideia materializada em seu projeto de escrever uma Teoria, Pesquisa e História da História, alicerçava-se com o respectivo crivo em meio à profissionalização da História, necessária e ao mesmo tempo distante;

Quando, em 1943-44, foi o autor contemplado com uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockfeller, para investigar documentos relativos aos holandeses na América e estudar crítica histórica, já pretendia, alargando o segundo objetivo, examinar e estudar a metodologia da história. Verificou, então, que tal como na Europa ninguém podia, naquele país, especializar-se em história sem que, primeiro tivesse cursado a cadeira de Metodologia, denominada diversamente na Europa e nos Estados Unidos (RODRIGUES, 1957: 1).

Neste sentido a preocupação a respeito da Historiografia Brasileira é integrante de seu projeto, uma vez que era sobre esta que se diagnosticava e marcava seus problemas, principalmente na ausência de empreender a relação entre teoria, metodologia e arquivo na construção de narrativas históricas. Por mais que *Teoria da História do Brasil* viesse a público em 1949, Rodrigues publicara em 1945 e 1946 no O Jornal, “Historiografia brasileira em 1945” e “Historiografia Brasileira em 1946” abrindo incisivas interrogações a respeito da produção Histórica no Brasil;

⁴ Em 1946 José Honório foi nomeado Diretor de Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Ocupo este cargo até 1958, quando o Presidente Juscelino Kubitschek nomeou-o diretor do Arquivo Nacional (RODRIGUES; MELLE, 1994: 164).

[...] para o julgamento definitivo de um trabalho devemos sempre verificar se o autor soube aproveitar-se das regras da metodologia histórica. Para nós, o valor fundamental de uma obra histórica consiste na utilização crítica dos documentos inéditos dos arquivos e bibliotecas e na contribuição original que sob esta base tenha trazido à matéria estudada. Nisso reside à prova definitiva. A interpretação é apenas uma das partes do trabalho histórico, não existindo investigador de um lado e interprete de outro. A verdadeira historiografia reúne em uma só pessoa as duas figuras que coexistem apenas em historiografias ainda em fase de crescimento. Todo autentico historiador deve submeter-se às duas fases do processo. O Trabalho de interpretação, de síntese, só pode ser fruto de longas análises. **O fato lamentável da historiografia brasileira reside nessa continuada indústria de procurar interpretar, sob a mesma base documental, as velhas narrativas dos historiadores autorizados ou desautorizados** (RODRIGUES, 1951: 114).

A contundência do diagnóstico viria com o texto de 1946, indicando de início um pessimismo no que tange a diminuição da produção, “chocado com a sua insignificância não só numérica, mas qualitativa” (RODRIGUES, 1951: 123), pelo abandono a que ficou expressada em ausência de trabalhos de história ou pelo que ele consente em ser um bom trabalho de história, que convirja a análise e o arquivo com a interpretação, visto também por certa “crise” do pensamento histórico alicerçado a conjuntura política do pós-guerra;

A crise do pensamento histórico, que justifica a inquietude política atual, não impedira o desenvolvimento normal das atividades históricas. Talvez ela favoreça, em certo sentido, pela divisão das águas, o fortalecimento da pesquisa e da elaboração científica da história. É sabido que no Brasil há uma exquisita[sic] e inconcebível separação entre o professor de história e o historiador. Em toda a Europa e na América do Norte, o professor de história é ao mesmo tempo o investigador e o historiador. No Brasil, os professores de regra não escrevem, nutrem-se dos trabalhos de pesquisa e elaboração dos que estão alheios aos quadros universitários colegiais. Talvez que agora se caminhe para uma harmonização desses duas pessoas num só espírito. Seria um grande passo para a vida da história no Brasil (RODRIGUES, 1951: 142).

As lições de 46 estarão presentes em 1949, depois em 1952 e acompanham com variações, ampliações e acertos a trajetória de José Honório a respeito da construção de uma reflexão historiográfica da historiografia brasileira. Neste sentido, a preocupação com uma história da historiografia brasileira está indiscriminadamente ligada em Rodrigues, com a

própria construção do conhecimento histórico, por isto o projeto de renovação dos estudos históricos. Tais elementos não se separaram, uma vez que coloca nos primeiros textos sobre historiografia o que seria um bom trabalho de história, alicerçado sobre novas fontes, com base na análise das mesmas e contribuindo com uma nova interpretação, ou seja, o papel central da teoria e da metodologia.

Nestes termos em *História da História do Brasil*, José Honório Rodrigues reafirma a necessidade prescrita aos estudos de historiografia brasileira, e sua centralidade no que tange a autonomia disciplinar da história. A diferença elencada no texto de 1978 é a afirmação da necessidade de uma crítica historiográfica frente à autonomia da história em relação aos estudos literários. A autonomia cotejada em relação à análise historiográfica se dá com o entendimento segundo o autor de que “a obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina” (RODRIGUES, 1979: XV) em vista das avaliações entre de um lado, atrelada aos estudos literários, e de outro, exigências de conteúdo histórico:

A história da história nunca teve tratamento independente no mundo da língua portuguesa. Era na história da literatura, único ramo de historiografia intelectual exercido no Brasil e em Portugal, que se buscava, e se encontrava a análise e crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico. Naturalmente não era nem poderia ser satisfatória, porque nela só entravam alguns cronistas e historiadores, examinados segundo critérios literários, estilísticos e estéticos. Quase sempre os poucos selecionados eram os melhores exemplares da historiografia, mas a crítica que se lhes fazia não bastava aos estudiosos da história, que nela buscavam mais informações históricas que literárias. Além disso, faltavam muitos que haviam trazido não pequena contribuição aos escritos e estudos históricos. Outros, que haviam realizado obra literária e histórica, eram analisados pelo mesmo critério, sem um conhecimento histórico mais exato (RODRIGUES, 1979: XV)

Portanto, o que adverte ao início de *História da História do Brasil* é o que já vinha prescrito nos textos de 45 e 46, ou seja, ao “caráter” de historicidade de uma obra de história em detrimento dos estudos literários.

As quatro primeiras notas de *História da História do Brasil* são enfáticas para o que o autor elege como antecessores da historiografia brasileira. Uma vez que Rodrigues levanta por meio delas o que para ele seriam os precursores naquele tipo de reflexão. O “Necrológio de Varnhagem” por Capistrano de Abreu (1878); “Os historiadores do Brasil no século XIX” de Alcides Bezerra (1927); “Os estudos históricos no Brasil” de Astrogildo Rodrigues de Mello (1951) e “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” de Sergio Buarque de Hollanda.

Como afirma Pedro Santos e Mateus Pereira:

Seguindo a sugestão de José Honório Rodrigues, é possível captar demandas distintas, mas relacionadas, a respeito da escrita da história do Brasil nos quatro textos que Rodrigues identificou como pioneiros. De modo que os quatro estão inseridos em um contexto de transformações por que passou a historiografia brasileira e a própria categoria de historiografia, do momento do final do Império (anos 1870), até o início da “rotinização” da produção universitária (anos 1950). São textos que procuram atuar sobre o futuro da historiografia: procuram indicar um programa de pesquisa e normas do que deveria ser feito a seguir. O período entre 1878 e 1951, em que se espalham os artigos que analisamos, situa-se entre duas institucionalizações da escrita da história, entre a história pensada e produzida pelo IHGB e pela Universidade, para tomarmos as que parecem ser as instituições mais marcantes de cada momento. A questão da institucionalização da história como disciplina no ensino superior é contemporânea à difusão do termo “historiografia” para indicar sua produção — expressão que fica, assim, disponível também para a historicização dessa produção (SANTO; PEREIRA, 2012: 58).

Destarte, Rodrigues intui para a demarcação de uma tradição especializada que tem como objetivo refletir sobre a própria historicidade dos estudos históricos no Brasil e assim, coloca-se em face desta “tradição” abrindo espaço para uma história da historiografia brasileira, atrelado às questões de seu presente historiográfico, uma vez que tal intenção vem acompanhada de sua leitura a respeito da historicidade disciplinar, demarcando espaços de experiências e os horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006: 310) em sua escrita.

O anseio da renovação dos estudos históricos no Brasil, sintonizados com a especialização do campo historiográfico, juntamente com a difusão das questões teóricas e

metodológicas no ensino superior, alia-se com a leitura que tece a respeito dos problemas da produção histórica brasileira, como também ao que seleciona como precursores dos estudos de historiografia, uma vez da presença das questões em tais autores frente ao seu “projeto”. Com isto ele fabrica a demarcação de uma tradição especializada para a historiografia brasileira, corroborando a entendermos Rodrigues em face desta tradição, uma vez de seu aparato ativo na significação da *História da História do Brasil* em face da mesma. Não seria a demarcação de uma tradição especializada uma das estratégias de legitimação do texto de 1978 e uma forma de significar seu projeto?

História da História do Brasil não deve ser lida como o desfecho ou culminância última de seu projeto. Como a totalização de uma obra coerente e fechada na ideia da tríade. Se assim o fizermos, poderemos encará-la em um sentido teleológico, sendo a correspondência de toda sua trajetória. Um fim de todas as questões. Prefiro encará-la como a tentativa de um “começo” inscrito em meio a sua historicidade. Uma vez que se pretende escrever uma História da História do Brasil, pode trazer ou não a correspondência entre a *Teoria da História do Brasil* e a *Pesquisa da História do Brasil*. Não há leitura “correta” a se seguir. Pois romper com a tríade, que muitas vezes se compele a circunscrever José Honório Rodrigues torna-se significativo para percebermos as questões e os problemas que sua escrita concede em possibilidade de emergência, em cada momento de seu aparecimento. Sem marca-la por uma correspondência interpretativa, um *a priori* que nos coloca sobre uma determinação em face de seus textos, a saída é considerar cada qual em sua contingência.

Em entrevista de 1978, publicada pelo Estado de São Paulo, José Honório é interrogado por Carlos Guilherme Mota do porque de sua *História da História do Brasil* ter demorado tanto em vista da Teoria e Pesquisa, ele responde:

A História da História do Brasil foi ficando para depois porque o livro estava sempre aumentando, cada vez mais, e vulto que ele tomava tornava-o também cada vez mais difícil de ser escrito. Aliás, logo no início do primeiro volume conto a história de Mommsen que acumulou tanto material que passou a ser um homem que fez epigrafia, fez documentário. Então, vai chegando um ponto em que a gente tem que abandonar a coleta de material e escrever. E eu,

realmente, só escrevi agora porque é que tive a oportunidade de escrever. É o primeiro volume que terminei com 800 páginas mais vai ser publicado com 560. **O segundo volume vai ser maior e muito mais difícil. E o terceiro volume tenta mostrar o que eu acho importante: como se constroem as figuras que constroem a imagem de uma história do Brasil, que é inteiramente conservadora e que é mantida até hoje. Depois, como apareceu uma concepção liberal.** E, assim, chego até às correntes mais modernas (RODRIGUES, 1986: 151). [grifos meus]

Infelizmente só veio a público o primeiro e o segundo volume, sendo este último publicado postumamente por sua esposa Lêda Boechat Rodrigues (RODRIGUES; MELLO, p.29). Devemos ter em mente também que nos anos 50 e 60, saíram estudos de história da historiografia do Brasil, por Rodrigues no México. *Historiografia del Brasil: Siglo XVI de 1957 e Historiografia del Brasil: Siglo XVII* em 1963. A oportunidade oferecida por Sívio Zavala, em nome da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História em seu programa de Historiografia Geral da América (FREIXO, 2012: 255).

O problema levantado, portanto, diz respeito à compreensão e interpretação de uma escrita da história da historiografia brasileira desenvolvida e construída por JHR. Inquirido sobre o aspecto desenvolvido pelo autor em suas narrativas, tomando como material de análise sua *História da História do Brasil* assim como as versões anteriores publicadas no México.

Neste sentido duas questões gerais movem a pesquisa ainda em curso. Primeiramente, pelo modo como José Honório Rodrigues entendeu o problema da história da historiografia e o desenvolveu, ao longo de seu projeto que ficou conhecido como uma renovação dos estudos históricos no Brasil, chamando a atenção para a narrativa que ele tece sobre a historiografia brasileira tendo como prerrogativa a construção de uma tradição intelectual por parte do mesmo a respeito da produção historiográfica no Brasil, e o modo como ele mesmo posiciona a si e a sua obra em face disto.

Um segundo conjunto de questões move-se pelo intuito de problematizar a respeito das estratégias discursivas que travam tal empreendimento e os recursos que abrem a possibilidade teórica e metodológica para o projeto de uma história da historiografia entendida e enredada por Rodrigues.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, V. L. . Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus** (Juiz de Fora), v. 12, p. 79-94, 2006.

BERMEJO BARRERA, José Carlos: Sobre la construcción del objeto historiográfico. Consideraciones sobre el método de la Historia de la Historiografía. **SÉMATA**, Ciências Sociais e Humanidades, núm. 5, p.7-28, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREIXO, Andre de Lemos. **A Arquitetura do Novo: ciência e história do Brasil em José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012 [Tese de Doutorado].

KOSSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

NICOLAZZI, F. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

RODRIGUES, Lêda B.; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: Um Historiador na Trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUE, José Honório. **Notícia de Vária História**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. 2º Edição. Vol. 1. São Paulo: Companhia Nacional, 1957.

_____. **História da História do Brasil: 1º Parte Historiografia Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. **Tempo e Sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (1878 – 1951). In; SILVA, Ana Rosa Clochet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (org.). **Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira**. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

TUCKER, Avizier. **Our Knowledge of the Past: a philosophy of Historiography**. New York: Cambridge University Press, 2004.

A religião em Stendhal: “O vermelho e o negro” e “A Cartuxa de Parma” integrantes de uma crítica.

*Daniel Eveling da Silva**

A utilização das obras literárias tem apresentado ao trabalho do historiador um vasto campo de análises e abordagens para, em uma perspectiva, transdisciplinar compreender determinados contextos e textos (Cf.: LACAPRA, 1998). Nessa perspectiva não basta somente entender o contexto de produção do livro, mas, o contexto de apropriação em diferentes momentos, isso para Dominick LaCapra garantiria um texto ser considerado como clássico. Diante desse quadro a preocupação deve recair sobre a análise da linguagem em uma perspectiva de exegese textual, mas, comparando com contextos interpretativos. Assim, pretendo analisar pela linguagem de Stendhal o caráter de uma religiosidade presente em seus dois principais romances, recorrendo também, quando julgar necessário a obras de outra natureza do autor.¹

Stendhal, pseudônimo de Henri Beyle, foi um escritor francês nascido em finais do século XVIII. Tendo vivido em um dos mais conturbados períodos da História Francesa suas obras carregam reflexos e percepções sobre características da sociedade na qual se inseria. Opto, para esse texto, em abordar as características da religiosidade presentes em sua obra, pois, transparece em determinados momentos um sentimento religioso². Isso se opõe ao considerado como religião, pelo autor, que seriam Igrejas e sua dominação, perdendo o caráter inicial da esperança.

* Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História, na linha de “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”, pela mesma instituição, orientado pela Professora Doutora Beatriz Helena Domingues. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

¹ A utilização de obras de caráter diferentes pode produzir um quadro comparativo das percepções do autor, desde que observada a característica de cada uma. Isso não é um impeditivo e nem reduz as possibilidades para o historiador.

² Como sentimento religioso entendo uma aproximação para as questões que envolvem as características sobrenaturais e desconhecidas, compartilhando de uma determinada esperança na presença divina.

Nos seus dois romances, considerados como duas obras primas, “O vermelho e o negro” e “A Cartuxa de Parma” a questão religiosa foi posta nos protagonistas. Julien protagonista do primeiro e Fabrício, do segundo, trilham, por questões sociais de interesse, carreiras eclesiásticas. Há sim uma diferença entre eles, enquanto o primeiro se afasta, depois do seminário e não chega a ser ordenado o segundo passa por essa cerimônia e permanece, mesmo que não seguindo os dogmas religiosos. Outro ponto merecedor de atenção é a diferença social entre os dois, enquanto Julien tinha sua origem em uma família burguesa, mas, sem tradição da França, destacando-se por uma trajetória de esforços individuais, Fabrício era originário de uma das mais antigas e nobres famílias de Parma, existindo em sua ascendência bispos de renome sendo esperado o mesmo brilhantismo e influência. A religião e vista em ambos como forma de se conseguir aspirações nem sempre das mais nobres.

Não somente essas duas posturas aparecem como referências a uma religião, os próprios títulos inserem essas questões. Consoante alguns “o negro” do título do romance se deve aos hábitos eclesiásticos³ (Cf.: LEVY, 1987). Em “A Cartuxa de Parma” o convento da ordem de São Bruno já aparece no título e, conforme Janine Ribeiro, só entendemos o título nas últimas linhas da obra⁴ na seguinte passagem

No dia seguinte depois de ter apresentado a quem de direito sua demissão do arcebispado e de todos os cargos com que o favorecera sucessivamente o favor de Ernesto V [Grão-Duque da Toscana] e a amizade do primeiro ministro, retirou-se para a *Cartuxa de Parma*, situada nos bosques próximos ao Pó, a duas léguas de Sacca. (STENDHAL, s.d: 348)

Em “O vermelho e o negro”, romance cujo enredo narra a vida de um jovem provinciano – Julien Sorel – através de estratégias alcança algumas posições das mais privilegiadas da França, o protagonista tem uma rápida passagem pelo seminário, despontando pelo seu latim e

³ Não existe um consenso sobre isso, mas, uma das leituras possíveis gira ao redor dessa problemática. Já o “vermelho” se referiria aos uniformes militares.

⁴ Explico que ao final da obra o filho primogênito e irmão de Fabrício é assaltado e sequestrado, devido ao proveniente disso ele acaba falecendo e as posses da casa Del Dongo passam para o jovem prelado que abdica de toda a sua fortuna em favor da mãe, tia e criados, além de uma irmã “mal casada”.

conhecimentos das Escrituras. Porém, como Michel Winock alerta, tal personagem nasceu cedo demais para ver o final de uma ordem social baseada na cruz, dessa maneira para conseguir uma melhoria em sua vida ele, durante certo tempo, estabelece para si a meta de entrar no clero e assim melhorar a sua vida.

Da mesma maneira de Julien o outro protagonista Fabrício *marchessino del Valserra*, filho segundo da nobre casa dos Del Dongo, afastado das posses de sua família, proveniente da herança paterna opta, com influência de sua tia Gina – Duquesa de Sanseverina-Taxis⁵ – por seguir uma carreira nas fileiras da Igreja Católica para poder garantir sua subsistência e possibilidade de uma vida financeira estável. Nos debates colocados entre Fabrício e sua tia é destacado esse aspecto: carreira eclesiástica com o intuito de manter um padrão de vida e posses.

Essa crítica, em ambos os romances, é sobretudo as formas como a religião era estruturada: interesses. Para mim, nesse momento transparece a crítica do próprio autor a forma como a religião se estruturava, ligando-se, ao governo e garantia de interesses individuais acima dos espirituais. Nesse ponto destaco o regresso de Stendhal para Paris, em 1822, quando se tornou amigo de grandes liberais como Paul Louis Courier (Cf.: WINOCK, 2006), opositor seus principalmente a Aliança Trono-Altar - que consistiu na aproximação entre os membros do clero e a monarquia - e defendia a liberdade de expressão. Esses pontos de vista de Courier podem ser vistos em “O vermelho e o negro” no capítulo intitulado “A discussão”, no momento em que mencionou que

⁵ Gina é uma das personagens mais emblemáticas de “A Cartuxa de Parma”, narrada como uma mulher profundamente sedutora e ciente de sua condição social utiliza-se das mais variadas táticas, femininas: coqueteria, salões, caridade, entre outras para despertar o interesse dos outros e demarcar a sua posição e opções. Conseguindo inclusive, sem se envolver amorosamente, as graças e favores do Príncipe de Parma. No começo do romance ela foi colocada como esposa de um bonapartista e, após a morte do marido, dependente do irmão o Marquês Del Dongo, opositor ao general. Por um aliança de casamento, arranjada em grande medida por ela mesma, ela se une ao Duque de Sanseverina-Taxis, cuja necessidade de ligação a uma família antiga se fazia premente, sendo o título recente. Ao optar por Gina estabelecia um grau de parentesco com uma das mais antigas famílias da península italiana. Após a morte do Duque os filhos, deste, de um primeiro casamento concordam que ela mantenha as honras destinadas a sua titulação e parte das propriedades e rendas do marido, tornando ela uma das mulheres mais ricas do reino, superando inclusive o irmão em fortuna.

o trono, o altar e a nobreza podem perecer amanhã, senhores, enquanto não tiverdes criado em cada departamento uma força de quinhentos homens devotados ou entre a liberdade de imprensa e a nossa existência como fidalgos, há uma guerra de morte e ainda o exército não está organizado senão no interesse do trono altar (STENDHAL, 2004: 385).

Essa Aliança entre a Monarquia e o clero, criticada por Paul Louis Courier, o liberal, e Stendhal, já havia ocorrido na França em meados de 1680, o que correspondeu ao período da formação de um Estado Moderno nesse país (Cf.: LADURIE, 2004). Courier

ataca o governo que se julga capaz de propiciar a volta da religião, zomba do autor do *Gênio do Cristianismo* [Chateaubriand], que fala de tudo em sua apologia, salvo de teologia. Até o fim da vida o vinhateiro helenista usará seu talento para alimentar o anticlericalismo de seus compatriotas (WINOCK, 2006: 102).

Essa aliança entre o Trono e o Altar, sob Carlos X, juntamente com as manobras ocultas da Congregação, o poder dos jesuítas, cuja Companhia se restabeleceu em 1814, tudo associava o regime do deposto à Santa Sé de Roma, uma vez que “combater os Bourbon era combater, num mesmo impulso, o poder de uma Igreja em que se apoiava o trono restaurado; ser liberal era ser, geralmente, anticlerical, como Courier e Béranger” (WINOCK, 2006: 102). Assim o pensamento de um dos amigos mais próximos de Stendhal ganhava reforços com a idéia de “matar dois coelhos com uma cajadada só”.

Essa mesma crítica, está presente em “A Cartuxa de Parma” quando, no enredo, nos é posto toda a influência utilizada por Gina para conseguir uma paróquia a seu sobrinho. Não somente pela vertente de ser um integrante da nobreza, mas, reafirmando o lugar social destinado a ele, devido a ter antepassados nos mais altos graus da Cúria.

[...] Um Del Dongo não pode ser negociante, nem advogado, nem médico. Vejo-o bradando em altas vozes, mas terá de conformar-se. Se Fabrício quiser, ele será rapidamente arcebispo de Parma, uma das mais belas dignidades da Itália, e daí a Cardeal. Tivemos em Parma três del Dongo arcebispo, o cardeal que escrevem em 16.., Fabrício em 1700 e Ascânio em 1750. Resta saber apenas se serei ministro o tempo suficiente? Eis a objeção. (STENDHAL, s.d.: 26)

A passagem acima é retirada do personagem Conde Mosca, primeiro ministro do Reino de Parma, amante de Gina, e influente politicamente para manipular não somente os cargos políticos do reinado, mas, pelo posto também os eclesiásticos. Dessa maneira notamos, em territórios italianos a mesma ligação e forma de ação religião-política para se conseguir os intentos/desejos de fortuna. O personagem Mosca é um cortesão que sabe como agir e se portar e adaptar-se, política e socialmente, possuindo, assim, a “virtú”. O cortesão sabe simular determinado ponto, parecendo real, e dissimular, escondendo algumas vezes sua opinião, ao mesmo tempo, dominando os códigos de conduta que eram reservados a um grupo seletivo de pessoas (Cf.: COSTA LIMA, 2009), nesse caso conseguir que seus “eleitos” fossem conduzidos aos cargos determinados por ele.

Vejo assim, não somente naquele momento, mas, em anteriores a ligação nos estados italianos com a religião, aliás, isso é amplamente debatido por inclusive concentrarem “Os Estados Pontifícios”, se Paris, ainda não havia passado pelas reformas de Houssman, em “O vermelho e o negro”, o processo de unificação italiano ainda não tinha ocorrido, só 35 anos depois que se iniciou. Dessa maneira, percebo a crítica a caráter da religião e não para a religiosidade.

Comparando esses apontamentos com a menção a religiosidade percebo um momento elucidativo, em “O vermelho e o negro”, para características da religiosidade quando ao final do livro Julien

foi agitado pelas lembranças dessa Bíblia que sabia de cor... Mas como a partir do momento em que são três pessoas numa só, acreditar nesse grande nome de DEUS, com o terrível abuso que fazem dele nossos padres?

Viver isolado!...Que tormento!...

Eis o que me isola [a ausência da Sr^a. de Rênal], e não a ausência de um Deus justo, bom, todo poderoso, sem maldade, sem avidez de vingança.

Ah! Se ele existisse... Eu cairia a seus pés! Mereci a morte, lhe diria; mas devolve-me; ó Deus grande, Deus bom, Deus indulgente, aquele que amo! (STENDHAL, 2004: 499-500).

Isso é exemplar, para mim, o Deus há quem se referia, com dúvidas da existência, é o do perdão e benesse e não o da Parúsia⁶ (Cf.: OSWALD, 1995), o personagem aqui apresenta-se com críticas ao tormentos provenientes de pregações cujo intuito era apenas garantir certa dominação e reconhece a possibilidade dele existir. Obviamente, Stendhal vinha traçando uma intensa crítica a religião, mas, nos permite, nesse momento ele indague: existe uma outra alternativa? Na qual esse Deus seria bom e poderia efetivamente ser pautado no amor e não somente no interesse?

Da mesma forma como ao final de “O vermelho e o negro” Julien se aproxima dessas indagações religiosas Fabrício, protagonista de “A Cartuxa de Parma” também se aproxima de uma religiosidade interiorizada e possível, com o afastamento das coisas do mundo e aproximação do divino pela ascese. Digo isso pelo fato de ter escolhido, após a morte de sua amada, uma das ordens religiosas mais rígidas em relação a esperança no mundo do porvir e distanciamento da vida secular.

André Vauchez destacou a ordem dos Cartuxos como profundamente marcada pelo afastamento do mundo, sendo fundada nas florestas ao redor de Grenoble (Cf.: VAUCHEZ, 1995). Coincidência Stendhal colocar seu personagem, ao final do livro, em monastério de uma ordem fundada perto de sua cidade natal? Creio que não, essa escolha, para mim, provém do fato dele conhecer, possivelmente, os hábitos rigorosos da ordem. Os cartuxos isolados do mundo temporal defendem a espera na solidão como possibilidades de se alcançar o mundo

⁶ O Deus da Parúsia para Oswald de Andrade é o deus vingador, marcado principalmente pelo Antigo Testamento. É marcado sobretudo por cobranças e castigos para seu povo.

espiritual de forma mais plena, da mesma forma, os pecados poderiam ser perdoados com maior facilidade, privando-se das tentações do mundo. Fabrício, jovem padre, causa comoção em Parma ao ingressar em tão ordem, não somente pela escolha, mas, por se afastar da fama de pregador adquirida⁷.

No personagem notamos essa escolha como uma tentativa de se alcançar a Deus e perdão pelos seus pecados, dessa maneira, penso, que ambos os protagonistas colocam em discussão possibilidades de uma religiosidade na esperança do mundo do porvir e no perdão. Assemelhando-se assim a uma busca por uma religiosidade íntima e pautada não no controle e sim nos escritos do Evangelho, com a igualdade e amor. Claro, que tais personagens anseiam por isso de formas diferentes.

Quando regresso nas obras stendhalianas e vou em “Do Amor”, tratado escrito sobre diferentes causas e vertentes de tal sentimento, vejo o seguinte, em um rodapé

A religião é um negócio entre cada homem e a Divindade. Com que direito você vem colocar-se entre meu Deus e mim? Não passo uma procuração a não ser para coisas que eu mesmo não posso fazer.

Por que um francês não pagaria seu p... como paga seu padeiro? Se temos bons pães em Paris é porque o Estado ainda não teve a idéia de declarar gratuito o fornecimento de pão e de colocar todos os padeiros nas folhas de pagamento do tesouro.

Nos Estados Unidos, cada um paga seu padre, esses cavalheiros são obrigados a ter mérito, e meu vizinho não pensa em se empenhar em me impor seu padre (*Cartas de Birkbeck*).

Que acontecerá se eu estiver convicto, como nossos p... [padres], de que meu padre é o íntimo aliado de meu i... [inimigo]? Portanto, a menos que surja um Lutero, não haverá mais catolicismo na F... [França]em 1850. Essa religião só poderia ser salva, em 1820, pelo sr. Grégoire, vejam como ele é tratado (STENDHAL, 1999: 193)

⁷ Apesar de Vauchez tratar da questão na Idade Média, creio, ser perfeitamente adaptável para o período de escrita de Stendhal.

Percebo, pela citação, que Stendhal faz uma defesa da religiosidade não tendo intermediários” entre ele e Deus, de certa maneira isso coaduna com alguns pressupostos protestantes. Todavia, a crítica é mais ampla, não somente o caráter individual da religião deve ser percebido a livre escolha de princípios também. Julien e Fabrício, nos romances escritos posteriormente, compartilham desses aspectos apesar de uma pressão social que sofrem, ao final dos livros, conseguem estabelecer para si mesmos “alternativas” de postura religiosa em uma “rede de significados” não totalmente compartilhadas pelo grupo no qual se inseriam, mas, por algumas parcelas da sociedade. Disso, para mim, provêm uma crítica a religião e proximidade com aspectos de religiosidade, sendo somente de caráter individual e possível de haver variadas posturas.

Stendhal questionava dogmas religiosos em seus livros de romance, não de uma forma tão aberta e explícita, mas com pequenas inserções em seus textos. Até porque, conforme bem lembrado por Octavio Paz, a

literatura moderna não demonstra nem predica nem raciocina, seus métodos são outros: descreve, expressa, revela, descobre, expõe, ou seja, põe a descoberto as realidades reais e as irrealidades não menos reais de que são feitos o mundo e os homens (PAZ, 1989: 12).

Comparativamente o se tratado sobre o “Amor” apresenta de uma forma mais explícita de crítica a questão religiosa, nessa obra escrita em inícios dos anos de 1820, pontua de forma mais contundente a sua percepção para as questões da religiosidade: o caminho direto que deve haver, sem interferência dos prelados, entre o crente e Deus. Dessa maneira se nos romances expõem as realidades, pelos sinais, conforme acredito, o tratado carrega, na passagem destacada anteriormente, premissas mais contundentes dos posicionamentos do escritor.

O autor dessa maneira segue, em meu entender, uma certa linearidade entre o escrito de seu tratado e de romances. Pierre Bordieu, quando trabalhou com as questões biográficas, nos alertava para o personagem abordado não ser linear e poder sofrer variações ao longo do tempo, concordo com tal apontamento (Cf.: BOURDIEU, 1996). Entretanto, certos posicionamentos

podem ser mantidos e, creio, isso ser perceptível no contraste entre o tratado e as novelas, a religiosidade de Stendhal é de cunho individual. As instituições religiosas, fomentam apenas um determinado controle a ser combatido e afastado. Sei que Bourdieu se refere a trajetórias individuais, mas, isso pode ser aplicado aos autores, pela leitura atenta de suas obras. Afinal como Norbert Elias colocou há matriz e moeda nos indivíduos e isso acaba transparecendo nas obras literárias.

Para Émile Zola, uma personagem de Stendhal “é uma máquina intelectual e passional perfeitamente montada” (ZOLA, 1995: 61), percebendo essas características apontadas podemos entender o “encaixe” necessário para a construção de personagens questionadores das características religiosas do tempo de escrita dos romances.

Através de pequenos detalhes críticos e de personalidade na composição de seus personagens, ilustrava-se, segundo Ginzburg, uma sublimação dos sentimentos religiosos típica do período. Compartilhando dessas premissas entendo que Stendhal colocava em suas obras uma aproximação com religiosidade e afastamento para com a religião. Nesse aspecto destaco a severa crítica formulada aos jesuítas, colocados como uma ordem a ser combatida pela sua proximidade com o altar (essa postura na sociedade francesa já havia aparecido em Voltaire, em seu texto “O Ingênuo”, por exemplo, quando diz o poder do confessor do monarca ser muito maior do que o do soberano). Porém, os jansenistas, grupo opositor aos de Inácio de Loyola, defendiam alguns aspectos semelhantes ao protestantismo (graça, natureza divina e predestinação) são vistos com certa simpatia por Stendhal, isso se dá, para mim, pelo fato de poderem ser entendidos com uma nova estruturação religiosa, na qual desponta uma maior proximidade com o caráter divino.

Diante do quadro, exposto acima, posso perceber Stendhal sendo marcado, como dito no início, por um aspecto de religiosidade. A religião para ele se dava com uma forma de manutenção e dominação, dessa maneira, entendo, o autor com aspectos religiosos, mas, não necessariamente de uma determinada religião, para ele o mais importante, era a forma de relacionamento entre o indivíduo e a divindade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Oswald. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo, 1995.

ARUET, François Marie [Voltaire]. **O Ingênuo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1950.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do Imaginário e a afirmação do Romance: Dom Quixote, As Relações Perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. **Giro Lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Saint Simon ou o sistema da Corte**. Tradução de Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEVY, Ann – Deborah. **10 textes expliques, Le Rouge et le Noir: Stendhal**. Paris: Hatier, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 2003

_____. **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAZ, Octavio. Propósito. In: _____. **O ogro filantrópico**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

STENDHAL. **Do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Cartuxa de Parma**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d].

_____. **O vermelho e o negro: crônica do século XIX**. Porto Alegre: 2004, L&PM.

VAUCHEZ, André. A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII): Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

ZOLA, Emile. **Do Romance: Stendhal, Flaubert e os Gouncourt**. Tradução de: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: EDUSP/ Imaginário, 1995.

WINOCK, Michel. Henri Beyle, cônsul da França. In.:_____ **As vozes da liberdade:** escritores engajados do século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Intelectualidade e Ética na Obra de Edith Stein o experimentar a Modernidade

Danilo Souza Ferreira

Introdução

Esta comunicação tem como primeiro objetivo, apresentar a filósofa Carmelita Edith Stein através do conceito fenomenológico de “*experiência de vida*”¹ apresentado por Hans Ulrich Gumbrecht reconstituir a conferência: *O Intelecto e os Intelectuais* escrita em 1930 por Edith Stein, através desta reconstituição, descrever o papel do intelectual e como esta categoria social se manifesta sobre o real destacando a dimensão ética deste grupo e em um terceiro momento apresentar como a filósofa carmelita, descreve através da experiência religiosa através de uma análise para se vivenciar a crise do século XX.

Para a reconstrução desta conferência, buscaremos analisar as correspondências transcritas na obra *Estrelas Amarillas* (STEIN, 1992), escritas por Edith Stein a Emil Vierneisel e através delas, pensar os motivos da conferência não como um pensamento isolado, mas que nasce de uma busca em pensar o presente da própria autora e como Edith Stein se relaciona com a sociedade que a cerca, do que a própria Stein chamará de “A busca pela verdade” (TERUEL, 2006).

A busca pela verdade possibilitará a jovem de Breslau, a descoberta do método da fenomenologia, do seu mestre Husserl. Um método rigoroso como é definido por Mariana Bar Kusano em seu trabalho *A Antropologia de Edith Stein: Entre Deus e a Filosofia* como um dos pilares sobre os quais ela assenta a sua filosofia, de acordo com a autora, que descreve o encontro da jovem que buscava a verdade, através do estudo na Universidade de Breslau, onde cursava as disciplinas de psicologia experimental, história e filosofia com professores

¹ GUMBRECHT, Has Ulrich. Depois de “Depois de aprender em a história”, o que fazer com o passado agora?. p. 33.

como Richard Honigswald e Louis William Stern que lhe apresentaram o livro *Investigações lógicas* de Edmund Husserl (BARCELOS, 2011).

No contato com a obra *Investigações lógicas*, Stein fica encantada com a grandeza do novo método da fenomenologia apresentando por Edmund Husserl, o que será um dos fatores para a sua decisão de estudar na Universidade Göttingen, o que mais tarde será definido pela autora como sua “*pátria filosófica*” e o pensamento fenomenológico sua “*língua filosófica materna*” (STEIN, 1992: 30).

Podemos perceber por essa afirmação que o pensamento de Edith Stein é profundamente marcado pelo modelo fenomenológico, mesmo quando esta escreve sobre Psicologia, Pedagogia e os escritos espirituais como religiosa Carmelita, logo a sua interpretação de intelectual na conferência se enquadra neste modelo.

Edith Stein como *Observadora de Segunda Ordem*

O século XX pode ser definido como um período de grandes traumas, entre eles a primeira guerra mundial, a segunda guerra mundial os fascismos em geral, a Guerra Fria, os movimentos de descolonização, sendo esta a experiência que provocou a necessidade de se responder à pergunta de Alice A.R.Eckahrtdt : “Como se pode falar daquilo que é indizível ?” E, ainda segundo Hayden White, esta experiência tem um peso ético extraordinário, o qual provoca a necessidade de ser lembrada, e, ao mesmo tempo, apresenta aos historiadores em geral a dificuldade para tematizar esta experiência de tempo , para descrevê-la .

Este momento de crise permitiu uma nova forma de experimentar e se relacionar com o seu tempo e com o mundo que o cerca, buscando aprender o conhecimento histórico, sendo definidas por Hans Ulrich Gumbrecht, no texto “*Cascatas de modernidade*” que apresenta a hipótese de que durante a modernidade, o homem viu a si mesmo como o reverencial da produção do saber, sendo uma consequência desta experiência, o sentimento de que o sujeito é estranho no mundo que o cerca , sendo necessário ao homem, observar o mundo e ao mesmo tempo, se perceber como agente neste mesmo mundo, a descrição desta experiência de

tempo, é denominada por Hans Gumbrech como *observador de segunda ordem*, no qual Edith Stein através da busca pela verdade se enquadra no modelo de observador proposto por Gumbrech², como podemos perceber pelas palavras da própria autora:

A antropologia que necessitamos como fundamento da pedagogia haverá de ser uma antropologia filosófica que estude, em relação viva com o conjunto da problemática filosófica, a estrutura do homem e sua inserção nas ditas modalidades e territórios do ser aos quais pertence (STEIN, 2002: 29).

Os territórios que compõem o ser humano que para Stein, deveriam ser abordado como marco fundamental para reflexão do que seria o ser humano, são denominados de espírito logo os sentimentos e reflexões do homem sobre si mesmo e o mundo ou a natureza sendo a reflexão sobre esta necessária para uma maior compreensão da relação entre o homem e a consciência que este tem sobre o real o que Stein denominara como busca pela verdade.

Esta busca pela verdade possibilitara a jovem de Breslau, a descoberta do método da fenomenologia do seu mestre Husserl, um método rigoroso que é definido por Mariana Bar Kusano em seu *trabalho A Antropologia de Edith Stein: Entre Deus e a Filosofia* como um dos pilares sobre os quais ela assenta a sua reflexão ,a mesma autora descreve o encontro da jovem que buscava a verdade através do estudo na Universidade de Breslau onde cursou as disciplinas de psicologia experimental, história e filosofia com professores como Richard Honigswald e Louis William Stern que lhe apresentaram os escritos de Edmund Husserl através do livro *Investigações lógicas*.

A conferência o Intelecto e os intelectuais

Com este espírito de busca pela verdade Edith Stein é convidada, para fazer uma conferência, por Emil Vierneisel , que era catedrático da Universidade em Heidelberg, o que

²GUMBRECHT, Has Ulrich. *Cascatas de Modernidade*. p. 12.

podemos confirmar através da carta escrita por Stein no dia 27 de setembro de 1930, como escrito a seguir:

Muito estimado senhor professor:

A delegação de Espira há resolvido que seja eu quem informe sobre Salzbrgo, Ocorrera na segunda no período da tarde. Para outubro, novembro e fevereiro, estou comprometida em outros lugares. Assim, pois a conferencia de Heidelberg poderia ser em dezembro. Estes compromissos extraordinários não podem ficar muito próximos (...). Todavia não sei qual será o tema da conferencia. Dificilmente será Santo Agostinho, porque este tema muito raramente e só em doses homeopáticas seria possível realizar. Por esses compromissos poderei fazer qualquer coisa em Heidelberg apenas um domingo de outubro. Mas se eu pudesse parar por aqui um par de horas e trazer o seu programa de Inverno, estou muito satisfeito. (STEIN, 1930: 877).³

No dia 2 de dezembro ocorreu a conferência na Universidade de Heidelberg, porque como dito anteriormente Edith Stein deve outras conferências internacionais como “Sobre a idéia da formação” que apresentou em 18 de outubro em Speyer e em 8 de Novembro, em Bendorf onde esta discorreu sobre a conferencia “Fundamentos da formação da mulher”.

Paz!

Muito estimado Senhor Doutor Vierneisel:

Muito me alegro de que santo Tomás há despertado tanta satisfação para você. Regressamos muito contentes para casa , e depois de meia hora desembarcamos diante da porta do convento . Obrigada de coração, também a sua querida esposa , por seus amáveis cuidados .

Pode disser, por favor, ao professor Lossen que falei com a Madre do internado e que esta disposta a cumprir seu desejo, se bem esta Páscoa dificilmente será possível? A resposta definitiva ocorrera quando falarei com

³Muy estimado señor profesor: La delegación de Espira há resuelto que seayoquien informe sobre Salzburgo.Tendrá lugar ellunes por la tarde. Para octubre, noviembre y eneroyaestoy comprometida en otros lugares. Asípues, lo de Heidelberg habría que meterlo en diciembre. Estosagradables compromissos extraordinários no puedoaproximarlosmucho entre si , (...). Todavía no séqué tema . Dificilmente será san Agustín, ya que algo así solo muy raramente y solo em dosishomeopáticas me seríaosiblerealizar.Poreso apenas si se podráhacer algo en Heidelberg em um solo domingo de octubre. Pero si pudierapasarse por aqui um par de horas y trajerasu programa de invierno, me alegraria mucho.(STEIN , 1930: 877.)

a reverenda Madre, que em estes momentos esta em viagem (STEIN, 1930: 885-886)⁴

Na carta apresentada anteriormente, escrita por Edith Stein em 6 de dezembro de 1930, demonstra que ao regressar a Speyer, Stein estava grata por ter despertado o interesse do professor Vierneisel para os escritos de São Tomás de Aquino e de ter sido acolhida por Gertrud Vierneisel esposa do professor Emil.

Infelizmente o manuscrito original da conferência não foi conservado apenas uma folha com o índice, como nos aponta a biógrafa Elizabeth de Miribel em seu trabalho sobre Edith Stein. A maioria das cartas escritas pela filósofa carmelita foram destruídas devido a um processo de apagamento da memória, sendo decorrente do medo por parte daqueles que conviveram com Edith, da perseguição anti-semita :

As poucas cartas que restaram – conhecemos algumas graças a irmã Aldegonde, Beneditina, e a senhora Biberstein – deixam transparecer uma humanidade tão rica, uma inteligência tão rara que essa destruição tornou-se ainda mais lastimável. (MIRIBEL, 2001: 27)

Fazendo uma análise do índice desta conferência podemos perceber que a maior preocupação de Edith Stein não é o papel do intelectual, mas sim o ser humano, tal como pode ser vista em toda a sua obra, por exemplo, em *Sobre o Problema da Empatia*, no qual a preocupação de Stein é a relação do indivíduo com o outro e como este é afetado através do diálogo, tese defendida em 1916, e *A Pesquisa sobre o Estado* escrita em 1925 onde a preocupação de Stein é sobre como os seres humanos são afetados em seu diálogo com o outro:

A tendência para a pessoa se justifica objetivamente e é valiosa porque, de fato, a pessoa está acima de todos os valores objetivos. Toda verdade precisa ser reconhecida. Toda verdade precisa ser reconhecida por pessoas, toda

⁴*Pax !Muy estimado senor doctor Vierneisel :Mucho me alegro de que santo Tomás haya despertado tanta satisfacción em usted. Regresamos muy contentas a casa, y después de media hora desembarcamos delante de La puerta Del convento. Gracias , de corazón , también a su querida esposa , por todas amabilidades y cuidados .?Quiere decirle , por favor, al professor Lossen que he hablado con la Prefecta del internado y que está dispuesta a cumplir su deseo , si bien esta Pascua difícilmente será posible ? La respuesta definitiva La dará cuando hay hablado con La reverenda Madre , que em estos momentos está de viaje.*(STEIN ,1930: 885-886).

beleza precisa ser vista e avaliada por pessoas, Nesse sentido, todos os valores objetivos estão aí para as pessoas. Atrás de tudo o que há de valioso no mundo está a pessoa do criador que, como protótipo, encerra em si todos os valores imagináveis e os excede. Entre as criaturas, o mais elevado é aquele que foi criado à sua imagem exatamente na personalidade, ou seja, no âmbito de nossa experiência – o ser humano. Edith Stein. (KUSANO, 2009: 7).

O papel do intelectual para Edith Stein

Edith Stein possui uma grande reflexão sobre o seu tempo, vendo o presente como uma experiência que possibilita uma visão histórica. Através de uma análise do seu tempo é que a pesquisadora define a importância ética de sua obra e os intelectuais, onde esta começa com um alerta sobre o papel dos intelectuais quando estes se vêem enquanto guias.

Para ela, a visão do intelectual enquanto guia é preocupante porque fere a liberdade dos indivíduos que vivem nesta sociedade, Em geral este líder não se sente afetado pelo outro porque se considera maior do que ele assim, o líder *intelectual* não se deixa afetar pelo mesmo que afeta os *homens de vontade*, pois não vivencia os seus reais problemas, sendo o campo do intelectual apenas uma vivência dos problemas no âmbito Teórico.

Sob tal perspectiva Edith Stein faz uma crítica contundente aos próprios líderes dos regimes socialistas, como nos aponta o próprio texto da conferência:

Isso explica a influência dos líderes Socialistas que “vieram de baixo”.Aquele que, com mãos suaves e bem cuidadas, com movimentos ligeiros e flexíveis, se revela como alguém que não conhece o trabalho corporal duro, aquele que fala ao povo na linguagem fluida e correta dos “cultos” e sobrevoa despreocupado sobre as duras realidades da luta diária pela vida, e de antemão suspeito. (STEIN, 1930: 11)

Para a autora o que definiria o papel de guia seriam os *homens de vontade e ação*, que, apesar de eles não serem intelectuais, porque as suas inquietações não apresentam um caráter apenas teórico, mas sim a sua aplicabilidade no mundo material, conseguiriam administrar com mais clareza a sociedade.

Em contraposição aos homens de vontade Edith Stein nos apresenta os homens, cuja maior preocupação não é o campo material, mas sim o campo teórico: os intelectuais.

Edith Stein utiliza o conceito Tomista de revelação para o qual o conhecimento está presente através da ação da graça divina e por isso deve ser revelado ao homem, para definir a classe dos intelectuais: “Um setor de seres-humanos sente-se chamado ao esclarecimento e ao enriquecimento intelectual.” (STEIN, 1930: 7).

Stein nos esclarece que existem diferentes tipos de intelectuais, como o *intelecto agens*, sendo estes aqueles que, por dom da graça, criam invenções para um maior auxílio da comunidade; outro tipo de intelectual são aqueles traduzem as idéias e reflexões feitas pelos espíritos sintéticos para maior compreensão das idéias destes pensadores.

Ao apresentar os modelos de intelectuais, a filósofa carmelita apresenta com maior destaque dois tipos de pensadores que trabalham de maneira diferente daqueles descritos anteriormente, os quais vivenciam a inteligência natural, estes possuem uma maior sensibilidade.

Esta maior sensibilidade é denominada por Stein de *Intellectus possibilis*. Os intelectuais aos qual este conhecimento se torna revelado são o Místico e o Profeta, porque têm acesso as emoções, as quais aqueles que possuem a inteligência natural não conseguem desvelar, tais como os mistérios de fé, os acontecimentos futuros e o estado íntimo das almas.

O papel da Comunidade na obra *O Intelecto e os Intelectuais* por Edith Stein

Como podemos perceber pelos modelos de intelectuais, apresentados pela filósofa carmelita, todos estes apresentam como objetivo de maior formação e vivência o serviço à pessoa humana, como um artesão, com suas reflexões sobre o real, devem ajudar na construção da comunidade:

Devemos ter claro que essa atitude nos aparta da grande massa. Fora da universidade, luta-se contra as necessidades da vida em suas inúmeras formas. Basta sairmos das nossas atividades reflexivas para nos depararmos

com elas, nelas nos encontramos situados entre pessoas a quem devemos ajuda. Portanto, não devemos nos sentir como seres estranhos que vivem em um mundo inacessível a eles. (STEIN, 1930: 11).

Edith Stein percebe que o serviço ao outro é a missão dos intelectuais, mas também para entendermos o sentido de comunidade, devemos pensar no serviço ao outro. A escolha que Stein faz para representar a comunidade, o deixar-se afetar pelo outro, próprio de sua filosofia, e por ela mencionada em duas representações. A primeira uma fábula escrita por Menênio Agripa⁵, chamada *Os membros e do estômago*, no qual os membros se negaram a trabalhar para o estômago é este se debilitou e a segunda representação do filósofo grego Platão apresentado na obra *Politéia* onde é apresentado o sistema de organização do organismo social.

Nas duas representações, a sociedade é vista como hierarquizada, mas cada grupo depende da organização das outras classes; o que Stein propõe é uma análise não apenas superficial mais sim uma análise da essência desta sociedade, na qual cada ser humano possui a mesma capacidade, mas a utiliza de maneira diferente o que justifica a sua posição social, como demonstrado pela autora:

Toda sociedade, da mais reduzida, a família, à mais ampla, a humanidade inteira, é de fato um organismo, no qual os membros e os órgãos formam os indivíduos e os grupos nos quais estes indivíduos estão inseridos. As forças fundamentais da alma e do corpo são as mesmas em todos os seres humanos, mas encontram-se dispostas e desenvolvidas em diferentes proporções. Ao grau de disposições e ao nível de desenvolvimento delas corresponde a posição do indivíduo e a do grupo nos conjuntos. (STEIN, 1930: 1).

As duas dimensões do ser humano (corpo e espírito), que para a filósofa carmelita constituem o ser humano, estão também presentes na conferência O intelecto e os intelectuais, quando, ao estudar a pessoa humana, ela nos define como um microcosmo no qual ela demonstra que somos formados primeiramente por uma dimensão física, pela qual nos permitimos ações e processos mecânicos, uma dimensão espiritual, que forma o ser humano e

⁵Menênio Agripa (Agrippa Menenius Lanatus) cônsul Romano, morto em 493 a.C..

que nos permite a experiência com o sagrado, esta terceira dimensão era a sensibilidade que nos permite ser afetado pelo outro e onde se manifesta a inteligência e a vontade.

A inteligência e a vontade permite que sejamos auxiliados por aquilo que nos é revelado: o outro, a partir do momento em que somos afetados por ele e, por outro lado, com o nosso trabalho podemos auxiliá-lo em suas angústias e sofrimentos.

O intelectual e o religioso em Edith Stein

Roman Ingarden escreveu, quando lhe pediram um testemunho sobre a vida de Edith Stein: “Nunca escreveu nem uma só palavra em que não acreditasse” (FELDMANN, 1988:26), creio que através da análise de suas obras abordadas neste artigo, podemos perceber que o caminho até o Carmelo foi marcado pelo serviço ao próximo e ao outro, o primeiro contato com o fenômeno religioso de Edith Stein foi através da ciência fenomenológica:

Este fue mi primer contacto con este mundo hasta entonces para mí completamente desconocido. No me condujo todavía a la fe. Pero me abrió a una esfera de “fenómenos” ante los cuales ya nunca podía pasar ciega. No en vano nos habían inculcado que debíamos tener las cosas ante los ojos sin prejuicios y despojarnos de toda “anteojera”. Las limitaciones de los prejuicios racionalistas en los que me había educado, sin saberlo, cayeron, y el mundo de la fe apareció súbitamente ante mí. (STEIN, 1992: 241).

A experiência de uma busca de sentido ou mesmo uma formação de experiências que ultrapassem os conflitos do real como a primeira e a segunda grande guerra mundial, foi marcante para grande parte dos intelectuais ligados à fenomenologia que buscaram através do que podemos chamar de “experiência de fé” (BARCELOS, 2011).

Em Edith Stein, a experiência radical de fé cristã, não se reduz em uma questão do âmbito privado porque assim como o papel intelectual de escrever e refletir sobre o que ela acredita e vivencia, a experiência religiosa e o encontro com a verdade devem estar presentes na dimensão de sua vida pública e acadêmica, como podemos perceber através da ação de Edith Stein ao escrever uma carta ao papa Pio XI em Abril de 1933, no qual questiona o

governo nacional socialista alemão, que se definia como “cristão” de ter um total desprezo pela humanidade e ao mesmo tempo exigindo um posicionamento por parte da igreja Católica sobre esta questão:

Desde hace semanas, no solamente los judíos, sino miles de auténticos católicos en Alemania, y creo que en el mundo entero, esperan y confían en que la Iglesia de Cristo levante la voz para poner término a este abuso del nombre de Cristo. ¿Esa idolatría de la raza y del poder del Estado con la que día a día se machaca por radio a las masas, acaso no es patente herejía? ¿No es la guerra de exterminio contra la sangre judía un insulto a la Sacratísima Humanidad de Nuestro Redentor, a la Santísima Virgen y a los apóstoles? ¿No está todo esto en absoluta contradicción con el comportamiento de Nuestro Señor y Salvador quien aún en la Cruz rogó por sus perseguidores? ¿Y no es esto una negra mancha en la crónica de este Año Santo que debería ser un año de paz y de reconciliación?⁶

Podemos perceber que a experiência religiosa para Stein não a afasta da realidade que a cerca mais sim possibilitar uma reflexão mais profunda, como observadora de seu tempo como o próprio Edmund Husserl, escreveu em 15 de agosto de 1934 a irmã Aldegundis ,sobre a escolha de nome feita por Edith Stein , que passara a se chamar Teresa Benedita da Cruz :

Um pergunta: Edith aprendeu muito bem a conhecer a clareza do espírito coerente e comedido da Escolástica. Como se explica então que, a bem dizer, nada disso se encontre em Santa Teresa? É notável ver Edith descobrir, como do cume de uma montanha, a clareza e a amplidão do horizonte, com uma maravilhosa agilidade e transparência. Mas ela sabe, ao mesmo tempo, virar-se para o interior e guardar a perspectiva de seu eu. Nela tudo é autêntico, Do contrário, eu diria que sua conversão e sua vocação foram inventadas e fabricadas. Mas, no final das contas, há no fundo de todo judeu um absolutismo e um amor ao martírio (MIRIBEL, 2006: 156).

Referencias Bibliográficas

BARCELOS, D'Artagnan de Almeida. **Algumas contribuições de edith stein para uma justa hermenêutica do humano**, 2011.

⁶Disponível em <http://www.everyoneweb.es/WA/DataFilesholocaust/EdithSteinBriefPiusXI.pdf>

FELDMANN, Christian. **Edith Stein: Judia, filósofa y Carmelita**. Barcelona : Heder , 1988

MIRIBEL, Elisabeth de. **Edith Stein: como ouro purificado pelo fogo**. 3ª edição. Aparecida, SP: Santuário, 2006.

KUSSANO , Mariana. **A Antropologia de Edith Stein: Entre Deus e a filosofia**. PUC-SP 2009.

WHITE, Hayden. **Enredo e verdade na escrita da história** ,p.198.

STEIN, Edith. **Estrellas Amarillas**. 2ª edição. Madri: Editorial de Espiritualidad, 1992.

_____. **Ser finito y ser eterno**: Ensayo de una ascensión al sentido del ser. México: Fondo de Cultura Económica.

_____. **Obras Completas** (espanhol). Conferências (1926-1933) Burgos: Monte Carmelo, 2003.

TERUEL, Pedro Jesús. **El camino de Edith Stein**. Universidad Católica de Murcia, 2006.
<http://www.everyoneweb.es/WA/DataFiles Holocausto/EdithSteinBriefPiusXI.pdf>

O relato de vida d“O revoltoso que promoveu Goiás”

*Darlos Fernandes do Nascimento**

A análise crítica e historiográfica da biografia intitulada *Câmara Filho – O revoltoso que promoveu Goiás* (1989)¹, de José Asmar, publicada em uma edição comemorativa do cinquentenário do jornal *O Popular*, torna-se necessária na medida em que não existe nenhum trabalho acadêmico-científico a seu respeito. Ela apresenta uma narrativa sobre a vida de Joaquim Câmara Filho constituída por uma sucessão de acontecimentos que descrevem uma trajetória linear e coerente, anulando qualquer possibilidade de registro de situações contingenciais; seja em passagens da infância, como a da corrida de carneiros:

O aperreio rebenta e some como relâmpago. É a reação momentânea de quem despacha o desagrado antes que grude no gênio e fermente rancor no íntimo das criaturas. E assim, desde criança, Câmara é imune à ira, dessas raivas prontas a emprestar ambiente de mau humor.

[...]

Câmara Filho diverte-se com Pedro e Chico Maia. Há mais alguns. Mas ficam companheiros em sua vida os dois, para reencontro em Goiás mais tarde, quando o destino se cumpre e a responsabilidade de adulto lhes impõe certa autonomia (ASMAR, 1989: 15).

Seja na fase adulta, quando dos encontros com duas goianas que estão entre as primeiras mulheres a conquistar o direito de voto no Brasil:

Caprichoso, o destino leva Almerinda à companhia de Câmara Filho em pleitos políticos no Estado. Benedita se dedica à família e às letras. Chega a receber, do geneólogo Arthur Vieira de Rezende e Silva, do Rio, informe identificando-a sobrinha tataraneta de Joaquim José da Silva Xavier, o

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

¹ Essa biografia compõe, juntamente com outras biografias, jornais e entrevistas, o *corpus* documental da minha pesquisa de mestrado, que busca mapear os grupos políticos que dão voz aos periódicos em circulação entre as décadas de 1920 e 1940.

Tiradentes, por parte dos Chaves, sendo bisneta de André Rodrigues Chaves e Gertrudes Joaquina Chaves.

Em poucos anos de vida em Goiás, Câmara Filho evidencia vocação revoltosa, nem só pelas revoluções acadêmicas, pela revolução dos hábitos. Na saga das reivindicações femininas, brilha seu carimbo. E no ponto de partida (ASMAR, 1989: 25-26).

Ideias como a de destino e de vocação contribuem para a significação da vida através, exclusivamente, de uma ordem cronológica; de modo que pressupõem, tal como ressalta Pierre Bourdieu, em seu texto intitulado *A ilusão biográfica*, publicado no livro *Usos e abusos da História Oral* (1996), a existência de um começo, que significaria, ao mesmo tempo, ponto de partida e causa, e de um fim, entendido como término e objetivo. Sendo assim, Asmar organiza os acontecimentos buscando relações inteligíveis que tendem a forjar uma identidade, no sentido de repetição de si mesmo, para Câmara Filho, tal qual observa-se no trecho a seguir, que versa sobre suas tarefas como engenheiro-agrônomo (BOURDIEU, 1996):

Câmara examina o mercado. A terra anda em seu sangue, no coração. É medí-la. É promover trabalho em cima dela. [...] Em Planaltina, não escapole à força da terra: acaba medindo-a e vendendo lotes no Distrito Federal, quando se insinua por quadrilátero pontilhado em todo o mapa do Brasil, no desafio aos meninos para saberem o que é litúgio (ASMAR, 1989: 18-19).

Ou quando realiza um balanço acerca do seu comportamento como político:

Político sem ódio, dogmático no respeito aos adversários em toda a vida, na morte Câmara Filho os reúne em torno de seu corpo morto. Muitos se conhecem e se falam. Muitos conhecem poucos. Mas todos são conhecidos do homem que ali se vê, inerte, na solene postura de eternidade (ASMAR, 1989: 189).

Mesmo quando fala em mudança, reforça essa identidade à medida que estabelece uma relação causal baseada na previsibilidade e um jogo semântico com a palavra mudança, que remeteria à mutação – constante, vale ressaltar – interior e ao deslocamento interurbano de moradia:

Homem de mudança, muda-se. Muda-se, largando liames indestrutíveis. Nunca mais esquece essa terra que timbra sua vida de mil e uma maneiras, todas fixas no coração. Casou-se aí. Fez-se pai também aí. Experimentou sua administração, numa gangorra política, aí. E aí deixa compromisso de ajuda no que puder ao ritmo da vida restante, indo para cima, em seu jornal futuro e em quantos possa proclamar, alto, altíssimo, o valor da terra e do povo de Paracatu do Príncipe, sereno porém influente, tradicional porém alerta à compatibilização de seu jeito com as consequências de uma Brasília por perto, como sucederia por determinismo e garra de homens maravilhosos que o Brasil exhibe de vez em quando (ASMAR, 1989: 61).

Ao tratar a vida do biografado como um conjunto coerente e orientado, o biógrafo antecipa, no suposto compromisso feito ao povo de Paracatu e na enumeração de seus atributos, a fundação do jornal *O Popular* em quatro anos e a construção de Brasília em 26 anos. Ademais, é possível encontrar, ao final do trecho supracitado, um projeto biográfico elencado pela historiadora Sabina Loriga, em seu texto intitulado *A biografia como problema*, publicado no livro *Jogos de escalas. A experiência da microanálise* (1998), como possuidor de tonalidades predominantemente heroicas. Deste modo, apenas alguns poucos homens dotados de capacidades excepcionais seriam responsáveis por “fazer a história”, entendida como uma sucessão temporal linear que caminha para um fim necessário, no caso, o progresso, aqui representado pela construção de Brasília (LORIGA, 1998). “O revoltoso que promoveu Goiás” seria um deles:

Joaquim Câmara Filho é protagonista, antes de ser mero personagem de seu tempo. Consome mocidade em peripécias, num cenário desguarnecido de conforto, e fixa-se, maduro, na fase decisiva para Goiás mudar de rumo. O valor de tudo – de sua vida e de seus atos – pode ser resumido naquilo que Pedro Ludovico Teixeira disse:

– Tu mereces uma estátua e a terás (ASMAR, 1989: 7).

Assim, em um processo de despersonalização e de desencarnação, o herói lapidado pode, enfim, ostentar suas virtudes, que não passam de projeções idealizadas, historicamente e geograficamente situadas, mas que visam à universalidade, como apreende-se do trecho a seguir (LORIGA, 1998):

Agora, o major revoltoso tem seu lar próprio. Cabeça de casal. As responsabilidades assomam em porte superior. Ele tem mais entusiasmo, mais arrojo. Do Rio Grande do Norte, chega-lhe convite para aceitar a Interventoria Federal de lá. [...] Dona Hilda se opõe, com ponderações apoiadas pelo coronel Quintino. Câmara Filho mesmo, no íntimo, honra o pacto dos chefes da Coluna: nada de cargos. No ínterim, fundam-se Legiões de Outubro no País e, em Goiás, estão [...] a editar manifesto do núcleo goiano, com o fim precípua de moralizar os costumes políticos, cumprir disciplina exemplar e fazer da honestidade administrativa um costume. E pouco demora para que ele, Câmara, se alie a centenas de nomes num livro de inscrições (ASMAR, 1989: 42).

Ao assinar o manifesto, Câmara Filho autentica uma identidade construída ao concederem-lhe um nome próprio, que, para além de qualquer significado que lhe possa ser atribuído, perpetua-se pelo tempo e pelo espaço, como condição de sua existência social imposta pela ordem social que o cerca, tal como ressalta Bourdieu. É o nome próprio “Câmara Filho”, “com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos” (BOURDIEU, 1996: 186). Do mesmo modo, o nome de família também assegura essa constância e constrói uma identidade que serve de orientação, tanto para o biógrafo, quanto para o biografado:

No aconchego doméstico, há quem lembre um caso muito repetido e privativo do folclore da estirpe: do Rio Grande do Norte, os avós peregrinam ao Ceará. Embarcam os garotos em jacás. Dependuram-nos no lombo de jegues – e demandam Juazeiro. A fama profética e miraculosa do padre Cícero Romão Batista alastra-se. E Padim Ciço, em pessoa, benze os chegantes e aponta o miúdo Câmara Filho:
– Esse menino irá para longe e dará grande nome à família (ASMAR, 1989: 192).

Embora Asmar não tenha negado nem confirmado o tal caso, a simples aparição, sem nenhuma ressalva, reforça a compreensão de que a vida de Câmara Filho corresponderia a uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos pelos quais ele se manteria o

mesmo, a despeito da natureza caótica dos meios internos e externos que o defrontaram (BOURDIEU, 1996). Assim, o futuro do menino apontado pelo “Padim Ciço” se realizaria em cada acontecimento narrado pelo biógrafo.

A biografia em questão aproxima-se dos modelos oficiais de apresentação de uma individualidade social, que são produtos dos ritos de instituição baseados no nome próprio, na medida em que predomina a descrição sobre os certificados que atestam capacidades e que são garantidos e controlados pelo Estado (BOURDIEU, 1996):

E as palavras dos oradores recordam a conversão em bronze de quem morreu faz apenas três anos, o jornalista Joaquim Câmara Filho. Jornalista, antes, engenheiro-agrônomo, depois, por acúmulo de serviço e força das circunstâncias, agente de mudança da Capital (a Federal e a Estadual), major revoltoso (de duas revoluções), prefeito (de três municípios), relações públicas (num tempo em que não se falava disso), secretário de Estado (por duas vezes), fundador de órgãos de classe (a agricultura na manifestação atávica), empresário (imprensa por ramo) e, sobretudo, um persistente exemplo dessa figura às vezes sob risco de extinção: homem de bem (ASMAR, 1989:11).

Essa noção de que as qualidades de Câmara Filho, arroladas por toda a narrativa de forma homogênea e incontestável, serviriam de exemplo em qualquer lugar ou momento, torna-se evidente logo no início da obra:

Pelo que produziu, pelo que fez no melhor estilo pioneiro, pelo despojamento de lucros individualistas, Joaquim Câmara Filho servirá, temos certeza, ao estudo do desempenho do comunicador, do relações públicas e do empreendedor determinado e, sobretudo, avançado (ASMAR, 1989:6).

Termos como “pioneiro” e “avançado” revelam novamente a concepção teleológica de tempo do biógrafo e justificam, sob a égide do progresso, a necessidade de se escrever uma história sobre a vida de Câmara Filho:

Uma biografia só se torna válida quando a vida de uma pessoa tem a virtude de expor a vida de sua época. Assim, a individualização perde vez. Assim, a história de muitos ganha com o exemplo de um (ASMAR, 1989: 7).

O único tipo de biografia válido para Asmar seria aquele que apresentaria todas as experiências individuais de um determinado tempo refletidas na experiência do indivíduo biografado. Esse tipo biográfico impossibilita, tal como salienta Jacques Revel, em seu livro *História e historiografia: exercícios críticos* (2010), a busca por uma “experiência singular”, para além da “exemplaridade destinada a encarnar uma verdade ou um valor geral, ou ainda a convergir com um destino comum” (REVEL, 2010: 242).

Sendo assim realizada uma análise terminológica do relato da vida de Câmara Filho, podemos, então, mapear os grupos políticos que dão voz aos periódicos de maior circulação entre as décadas de 1920 e 1940 em Goiás, suas querelas e os recursos argumentativos utilizados para a defesa de suas posições, a partir de vários discursos presentes na biografia, tal como o que se segue:

Em nome da gloriosa Coluna Arthur Bernardes, da qual faço parte e após jornada estafante em prol da conquista dos direitos espoliados pela oligarquia nefasta, cumpre-me, num dever de obrigação, saudar, com toda a exuberância de minha alma liberal, esse povo ora libertado da sanha de um governo truculento, prometendo dentro de poucas horas apenas abraçar essa população que há 22 anos vem sendo desalmadamente escravizada. Viva o espírito forte e independente da raça! Câmara Filho, major revoltoso (ASMAR, 1989: 34-35).

Câmara Filho, logo após a vitória das forças varguistas na Revolução de 1930, orienta seu tempo associando a oligarquia da família Caiado ao passado de “atrasos” e o governo de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor do Estado de Goiás, ao futuro de “progressos”. Entretanto, o major revoltoso, que, de acordo com Asmar, sempre honraria seus princípios, assume a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) em 1942, órgão que censurou inúmeros jornais que se opuseram de alguma forma à ditadura varguista. Diante dessa situação inusitada, o biógrafo transforma as singularidades em uma massa homogênea, no intuito de preservar a trajetória coerente de Câmara Filho e sua respectiva imagem de “liberal revolucionário” – criada, reproduzida e aumentada ao longo da narrativa:

Câmara Filho assume a direção provisória com um jornal suspenso por duas semanas, castigo direto do DIP por ter reclamado contra falha do correio. É o Anápolis. Para começo, isso serve para ponderar:

– Procuremos um meio de evitar atritos.

São poucos os órgãos de comunicação no Estado e a orquestra se afina. Aliás, às vezes desafina-se, mas inverte-se o problema: a imprensa dá mais trabalho ao DEIP do que ele a ela (ASMAR, 1989: 123).

Essa leitura do biógrafo encontra ecos em interpretações historiográficas baseadas na memória oficial, que estabelece a Revolução de 1930 como um momento de ruptura em relação às antigas estruturas políticas, sociais e econômicas presentes em Goiás, tais como as de Ofélia Monteiro, em *Como nasceu Goiânia* (1979 [1938]), as de Castro Costa, em *Goiânia, metrópole do oeste* (1985 [1942]) e as de Zoroastro Artiaga, em *História de Goiás* (1961). No entanto, Cristiano Pereira Alencar Arrais afirma, em seu livro intitulado *Mobilidade discursiva – o periodismo político em Goiás* (2013), que, apesar da dinamização econômica, provocada principalmente pela construção de Goiânia, não houve alterações significativas no plano sócio-político; mas, uma transformação no discurso, revelando disputas políticas e não ideológicas.

Outra incongruência que é suavizada e/ou ignorada, enquadrando-se na concepção de tempo – contínuo – e de política – que naturaliza princípios já estabelecidos e gesta consensos – do biógrafo e impossibilitando a aparição de um indivíduo multifacetado, refere-se ao estatuto de credibilidade atribuído ao jornal *O Popular*:

O Popular nasce como criança a quem se ministram ingredientes adequados e administram com espírito de empresa. Jaime Câmara, irmão mais novo de Câmara Filho, pontifica, em 1979:

– Com *O Popular*, fundado em 1938, nasceu a primeira empresa jornalística, porque, antes dele, todos os jornais goianos eram mantidos por grupos políticos, ou facções religiosas, mas não com folha de pagamento, jornalistas profissionais etc (ASMAR, 1989: 95).

Bem que Jaime diz: *O Popular* se caracteriza como jornal-empresa, pois os jornais políticos tem prazo curto (ASMAR, 1989: 199).

Essa ideia de que o jornal *O Popular* inaugura um jornalismo empresarial, distanciando-se de um jornalismo classificado como político e opinativo, fundamenta uma cronologia memorialista – *A Imprensa Matutina* (1989), de José Mendonça Teles, por exemplo – acerca da história da imprensa goiana que atribui a esse período um impulso de modernização, não somente em relação aos recursos materiais, mas, também, em relação às práticas jornalísticas. Apesar da impossibilidade de existir um jornalista profissional “bem intencionado” e que possa observar todos os fatos transcendendo seu tempo e espaço, tal como aponta Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel, no artigo intitulado *Orgulho e preconceito: a objetividade como mediadora entre o jornalismo e o seu público* (2012); tal discurso pode ser confrontado na própria biografia, seja nos momentos nos quais o jornal apoia os situacionistas, promovendo os feitos de seu governo:

A melhoria apoia uma edição especial de oito páginas, em comemoração ao quinto aniversário de Goiânia. Na primeira página inteira cabe um clichê de desenho, com Pedro Ludovico Teixeira e Getúlio Vargas em moldura sob pátio da Bandeira Nacional. Num arranjo, nove prédios residenciais e dois públicos atestam a beleza arquitetônica da cidade.

[...]

E o jornal segue revelando o lado positivo, soro do otimismo vigente. A ligação ferroviária de Patrocínio, em Minas, a Ouvidor, em Goiás, ao cabo de anos emite novidade: Getúlio Vargas estipula apoio a Benedicto Valladares, para que o prolongamento dos trilhos facilite a marcha para o Oeste (ASMAR, 1989: 105-106).

Um colaborador desta valia não poderia passar despercebido à visão aguda do interventor Pedro Ludovico, que ainda agora deu uma prova de sua confiança no Dr. Câmara Filho, incumbindo-o de dirigir todos os trabalhos ligados à inauguração de Goiânia (ASMAR, 1989: 119).

Seja nos momentos nos quais o jornal defende seu fundador e diretor das acusações de outro jornal em relação à sua administração enquanto prefeito de Anápolis:

Gravita nessa órbita quando leva impacto com acusações de *O Anápolis*. A troca de causticidade consome colunas e colunas naquele jornal e em *O Popular*. Muitos atiram lenha à fogueira. Até que os contendores retomam o

silêncio. O resíduo deixado por Câmara retoca o retrato de sua administração em Anápolis (ASMAR, 1989: 150).

Ou promove sua candidatura a deputado federal, já no regime pós-1945, denominado democrático:

Convencem-no de abrir mão da modéstia. Sai, em *O Popular*, o anúncio: “Goiás precisa brilhar no Congresso Nacional”. Em três colunas, alto da primeira página, dá credenciais: fundou a FAREG e mais 56 associações Rurais em Goiás, além de numerosos bancos de crédito agrícola e cooperativas (ASMAR, 1989: 181).

Essa aparente facilidade que biógrafo e biografado possuem ao lidarem, ao mesmo tempo, com a legitimação do status de “jornal-empresa” de *O Popular* – em oposição a “jornal-político” – e com o envolvimento do primeiro com a política carece de mais fontes e problematizações. A única reflexão presente na biografia a esse respeito não discorre sobre essa provável incongruência, uma vez que não coloca em questão a possibilidade de existir um “jornalista profissional” tendencioso; mas, somente, versa sobre a inexistência de um espaço que seria reservado à publicidade oficial:

Jaime é correto no diagnóstico e na sutil posição de *O Popular*. – O Câmara Filho é o diretor de Propaganda do Estado e, por isso, há pessoas que entendem que nós temos obrigação de publicar tudo de graça para o Governo. E o curioso é que acabamos publicando mesmo porque não existe publicidade oficial nos jornais (ASMAR, 1989: 113).

Ao compararmos o modo “despreocupado” – anacronicamente, julgaríamos até inocente – pelo qual o jornalista Jaime Câmara justifica-se na década de 1930, o modo ponderado pelo qual o jornalista Asmar endoa-o na década de 1980 e o nosso estranhamento diante dos dois discursos, torna-se plausível conjecturar que houve, ao longo de quase um século, uma aproximação entre a noção de imparcialidade e os valores morais de nossa sociedade na normativa jornalística. Em todo o caso, é inegável que essa aproximação já existisse na década de 1930, pela própria necessidade que Jaime Câmara sentiu de justificar-se.

Portanto, ao aproximarmos o olhar – previamente munido de conceitos, é claro – sobre o relato da vida de Câmara Filho, mapeando suas relações com os demais agentes sociais – amigos, familiares, ludoviquistas, caiadistas, socialistas, próceres, intelectuais, aventureiros, mulheres letradas, donas de casa – que o cercaram, afastamo-nos da relativa estabilidade das coerências e coesões próprias das instituições coletivas, tal como sugere Giovanni Levi, em seu texto intitulado *Usos da biografia*, publicado no livro *Usos e abusos da História Oral* (1996). Esse movimento em perspectiva contribui para a realização de novas leituras acerca da História de Goiás, produzindo conhecimento histórico para além da história memorialista estabelecida.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Mobilidade discursiva** – O periodismo político em Goiás. Goiânia: UFG, 2013. p. 141.

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

ASMAR, José. **Câmara Filho** – O revoltoso que promoveu Goiás. Goiânia: O Popular, 1989.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. “Orgulho e preconceito: a ‘objetividade’ como mediadora entre o jornalismo e seu público”. **Opinião Pública**, 2012, vol.18, nº.1. p. 22-43.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

COSTA, Castro. **Goiânia: a metrópole do oeste**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1985 [1942].

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 167-182.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1979 [1938].

REVEL, Jacques. “A biografia como problema historiográfico”. In: **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 235-264.

TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina**. Goiânia: Gráfica de Goiás, 1989.

O fazer biográfico na pesquisa histórica: D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1762-1833)

*Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho**

Diante da leitura sobre as relações internacionais portuguesas em finais do século XVIII e início do XIX, um personagem me chamou atenção: D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho que participou de diversos intentos das relações exteriores em meio ao conturbado período instaurado com as investidas napoleônicas. O período em que esteve em Londres, mais especificamente entre os anos de 1807 a 1810, foi o objeto de minha dissertação cujo foco foi a atuação de D. Domingos na negociação da Convenção Secreta de Londres de 1807, na consequente abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808, e na negociação e escrita dos tratados de Aliança e Comércio de 1810. (CARVALHO, 2011) O objetivo da pesquisa referente a esta dissertação era demonstrar a participação deste personagem nestes três momentos, visto que ele era um personagem pouco conhecido e que estava sempre à sombra de seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tirá-lo da sombra, esta era a finalidade.

Pouco se sabe sobre D. Domingos, em geral, quando mencionado, o é para demonstrar determinado contexto, sem que se tenha um trabalho específico sobre ele. Ou pelo menos, não se tinha até a finalização da dissertação anteriormente mencionada. Alguns de seus irmãos já foram, e continuam sendo, vale destacar, alvo de diversas pesquisas.¹ O que não ocorre com D. Domingos.

Diante da pesquisa realizada para a dissertação, dos trabalhos realizados sobre seus irmãos, e principalmente, pelo interesse em desvendar mais sobre este personagem tão pouco mencionado, propus-me a pensar em escrever a biografia de D. Domingos. De certa forma, ao pensar em escrever a biografia de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, tomei por base a

* Aluna do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata no projeto denominado: Um Homem de Estado no alvorecer da Modernidade: D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1762-1833). Bolsista da CAPES.

¹ Podemos destacar o estudo realizado sobre D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, escrito por Luiz de Mello Vaz de São Payo (PAYO, 1994) e a historiadora Márcia Motta. O outro irmão que mais recebeu atenção tanto da historiografia portuguesa e brasileira, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi e ainda é o foco de diversos estudos.

ideia de Andree Mansuy de pensar um personagem em suas múltiplas vertentes trazendo a tona sua vida pública (que aqui seria traduzida por sua participação na diplomacia portuguesa e tendo como foco a sua vida enquanto o que denominei como um Homem de Estado). E por outro lado, a privada que teria como objetivo saber um pouco mais de sua vida antes disso, sua formação acadêmica, seus autores preferidos, sua vida antes da diplomacia. Como inicialmente tratava-se de um projeto de pesquisa para o doutorado, com o tempo, tal projeto tomou algumas nuances para que fosse colocado em prática. Diante disso, repensar o fazer biográfico tornou-se um fator importante no desenvolvimento da pesquisa, visando aliar, dessa forma, os aspectos teórico-metodológicos à pesquisa aqui mencionada.

Segundo Sabina Loriga, a reflexão biográfica durante o século XVIII desenvolveu em duas bases: “além da vida dos santos e dos reis, interessou-se cada vez mais pela e poetas, soldados ou criminosos; e adota um tom mais intimista”. (LORIGA, 2011: 19). No século XIX que o fazer biográfico se pôs como um ofício. E ainda segundo Sabina, isso se deveu a alguns autores como John Morley, James Parton, Charles-Augustin Sainte-Beuve. No século XX, a tendência era manter a biografia à margem das discussões historiográficas. Na revista dos *Annales* de 1988, os editores chamaram atenção para um período incerto criticando o retorno da narrativa, do acontecimento, do político da biografia. No ano seguinte, tal revista protagonizou uma abertura dando lugar a textos como o escrito por Giovanni Levi intitulado “Usos da biografia”. Aos poucos, essa “sensação de crise foi sendo minimizada e parte do debate incorporado ao antigo modelo macroestrutural da Escola dos *Annales*” (IDEM), como aponta Adriana Barreto. A preocupação com o uso de biografias ou de trajetórias volta a tona após o processo denominado por René Remond de “Renascimento da História Política”. Neste processo, a história política passou a dialogar com outras disciplinas tais com a ciência política, a sociologia, a literatura passando a ter como objeto de estudo processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais. Diante deste quadro, o que não podemos negar é que a biografia continua no centro dos debates historiográficos.

Algumas questões podem ser consideradas como centrais no que tange ao fazer biográfico. E, neste trabalho, focarei em três. É importante destacar que tais questões não

esgotam o assunto, mas neste momento, são elas que mais causam inquietude no desenvolvimento da pesquisa sobre D. Domingos de Sousa Coutinho. A primeira delas é a necessidade que o biógrafo que segue o método historiográfico tem de ter uma questão que norteie a sua pesquisa, tal ponto abarca algumas questões que nos ajudam a pensar na biografia sem a pretensa ilusão de se abarcar toda a vida do biografado. A segunda delas trata-se da relação do biógrafo com as fontes históricas e, por último, a relação entre indivíduo e sociedade.

A questão: biografia de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho.

1.

Como dito anteriormente, a pesquisa aqui apresentada teve inicialmente como foco, a vida de D. Domingos enquanto um homem de Estado no alvorecer da Modernidade. Algumas reflexões, no entanto, são necessárias. A professora Márcia Gonçalves sempre chama atenção para o fato de que a biografia deve ter uma questão. Sobre esta, dois pontos devem ser analisados. O primeiro deles é que de certa forma, o projeto mostrou-se interessado em discutir a vida de Domingos dentro de um rótulo em que já a hipótese era a de que ele havia sido formado para ocupar tal lugar. Este viés denuncia algumas nuances que devem ser pensadas no desenvolvimento da questão para este projeto. A primeira delas é justamente a tentativa de enquadrar o personagem, trazendo, assim, a discussão de que ele exerce de certa forma de uma liberdade que por vezes é esquecida pelo biógrafo. Em seu texto para a Revista do Annales, ao discutir os usos da biografia, Giovanni Levi indaga: “Pode-se escrever a vida de um indivíduo?” (LEVI, 1996) Tal questão nos assombra desde a renovação da História Política e a abertura a para biografia. Por trás desta questão, Levi chama a atenção para alguns problemas que por vezes poderiam “se esvaziar em meio a certas simplificações que tomam como pretexto a falta de fontes” (IDEM: 169). Esta, no entanto, segundo ele, não seria a maior dificuldade a ser superada pelos historiadores que estudam trajetórias e biografias. Já em 1989, Levi apontava que biógrafo deveria ficar atento para que não se caia na ilusão de que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 1996)

Tal citação ajuda na percepção do que acredito que seja um dos entraves em se empregar a biografia em uma pesquisa: a crença na linearidade da trajetória de vida do homem, acreditando que este segue um sentido único e que não sofre mudanças. A crença na linearidade traz consigo outra pretensa ilusão, que seria o fato de que seria possível abarcar toda a vida de um indivíduo ao escrever sua biografia, muitas vezes denunciada pela tentativa de se fazer a biografia seguindo uma lógica cronológica e que, em geral, abarca o nascimento, os anos de formação e finalizando com a morte. Bourdieu acredita que a biografia estaria

organizada como uma história que transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também um objetivo. (BOURDIEU, 1996: 184)

Para Sabina Loriga, no entanto, a ordem cronológica não seria a única forma de se escrever uma biografia, existiriam várias outras formas. A historiadora francesa deixa claro que esta é uma das críticas que eles faz ao Bourdieu e aponta:

Basta pensar em Plutarco, que enfatiza mais o caráter e as qualidades morais da personagem do que a sua vida. No início do século XX, o grande biógrafo Lytton Strachey prefere uma narração sintomática, apoiando-se, essencialmente, nos momentos-chave (as conversações, os traumas, as crises econômicas, as separações afetivas). Não existe nenhuma regra formal nesse domínio, nem mesmo no que diz respeito às características individuais. Inúmeros biógrafos exaltam-nas, mas alguns as minoram em proveito das semelhanças, na esperança de representar um tipo médio, ordinário. (SOUZA; LOPES, 2012: 32)

Bourdieu se utiliza de uma visão mais sociológica. A biografia seguiria, calcada numa ilusão, em uma linha da vida que teria um início, um meio e um fim. A biografia seria, portanto, um nível de análise social em que biografar significaria mapear o campus. A questão da biografia para Bourdieu seria ir em busca do lugar em que o indivíduo ocuparia neste campus. Ou seja, para ele o indivíduo só contribuiria para uma análise do social.

Acredito que tal discussão nos leva a outro ponto muito comum, atualmente, por vezes, vemos a biografia como sendo um trabalho árduo, e por vezes, estudiosos se valem de *mea*

culpa, dizendo que sua pesquisa não se trata de uma biografia, mas sim, de uma trajetória. O conceito de trajetória é muito utilizado como um dos vieses do fazer biográfico. Tal conceito, largamente utilizado pelas ciências sociais, ainda está sendo descortinado pelos historiadores. Sua principal característica estaria no fato de que a trajetória pensaria o indivíduo em suas múltiplas ações, ou seja, dentro destes vieses o biógrafo poderia tratar de alguns destes sem a pretensão de abarcar sua vida na totalidade.

Adriana Barreto se empenhou em pensar o conceito de trajetória e chama atenção para dois pontos chave, o primeiro deles é levar em conta, justamente, a crítica da ilusão biográfica de Bourdieu que apregoa este *cursus* tendo como cerne o nome próprio. Bourdieu acredita que o mundo social busca a identificação da normalidade com a identidade. O nome próprio seria o representante da individualidade frente às análises macro-históricas. (BOURDIEU, 1996: 186) A partir dele, pode-se traduzir algumas iniciativas de se fazer uma redução de escala, buscando não apenas analisar uma especificidade, mas também buscando através dela uma noção mais geral. Segundo Bourdieu o nome próprio constitui o ápice da biografia e da mudança na visão dos historiadores que anteriormente apenas possuíam visões das massas ou de heróis. Sobre o nome próprio, dessa forma ele declara:

Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio “Marcel Dassault” com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos(...) (IDEM).

Diferentemente da posição abordada por Bourdieu sobre o nome, o historiador italiano Carlo Ginzburg juntamente com Carlo Poni propuseram usá-lo enquanto um fio condutor onde o indivíduo não é apenas uma oposição a sociedade, mas também, um “resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos” (AVELAR, 2010: 166) Uma metodologia de pesquisa que tem sido realizada na história social é o que eles tratam no texto “o nome e o como” propondo a micro história como forma de apreender a complexidade dos fenômenos

(GINZBURG, 1991). Diante das formas de pensar a utilização das trajetórias no fazer biográfico é importante destacar que

O estudo da trajetória do moleiro Menocchio, ou de outras trajetórias de vida, só pode ganhar legitimidade se há uma flexibilização das próprias regras de organização do discurso histórico. É preciso abdicar da ideia concebida por Braudel da história como um grande mosaico. A sedutora fantasia de uma história total, gradativamente erguida pelo esforço conjunto de vários historiadores, não comporta casos que não estejam incluídos em sistemas explicativos. Para os partidários desse modelo de história, eles são anedotários, com baixo valor analítico. Daí a importância da história da arte e etnografia. As biografias só podem ser reconhecidas como lugar de articulação de uma escrita da história se esta é pensada como significação e re-significação do passado. Ou seja, como uma obra aberta. (SOUZA, 2007: 30)

Diante do que foi dito até aqui, podemos perceber que a questão da biografia pode ajustar a esse discurso da trajetória. Através dela é possível pesquisar alguns dos vieses do biografado sem que, contudo, seja necessário abarcar toda sua vida. Um indivíduo pode conter vários, e por que não estudar foca a pesquisa em um desses. No caso da minha pesquisa, acredito que seja interessante repensar a questão de vê-lo como um Homem de Estado por alguns motivos, o primeiro deles, já mencionado anteriormente trata-se do fato de pensar o Domingos, sem enquadrá-lo. Enquadrá-lo nos levaria a uma tentativa de pensá-lo enquanto representativo de um meio. E por que não pensá-lo por si. D. Domingos era um Sousa Coutinho, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, que atuou como diplomata para a coroa portuguesa. Aí estão alguns dados sobre Domingos. Dados estes que apontam principalmente para a sua carreira na diplomacia. Neste interim, a questão biográfica seria: quem era o diplomata D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho e como se deu sua atuação na política externa portuguesa nas primeiras décadas do século XIX? Para responder a esta questão, algumas fontes foram arroladas e sua maioria tratam-se de correspondências oficiais, algumas confidenciais e de quadros políticos que tentavam passar para a corte os principais acontecimentos das investidas de Napoleão Bonaparte na Europa. Tais quadros políticos começaram a ser produzidos no ano de 1810.

A biografia e a relação com as fontes

A pesquisa que tem como foco a vida do diplomata português D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho tem como principais fontes, suas correspondências em sua maioria oficiais, algumas com conteúdo confidencial, seus quadros políticos que integram o mote das correspondências. Diante da necessidade de contrabalancear as fontes contamos ainda com alguns de seus escritos tal como o Resposta Pública a denúncia secreta (GOUVEIA, 1820) e seus artigos em dois jornais o *Correio Braziliense* e *O Investigador Português em Inglaterra*.

Como apontado a preocupação com o uso de biografias ou de trajetórias nasceu do processo denominado “Renascimento da História Política”. (REMOND, 1996) Neste processo, a história política passou a dialogar com outras disciplinas. Esta renovação de estudos acerca da História Política também pôde ser percebida no Brasil. Tendo como destaque a historiadora Ângela de Castro Gomes que chamou atenção para a utilização das correspondências enquanto fonte. Segundo a autora, tornou-se cada vez maior “o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, biografias e autobiografias [...]”, privilegiando, assim, uma memória individual. (GOMES, 2004: 20) Tais práticas nos ajudam a ver como a trajetória de um indivíduo tem um caminho que se altera ao longo do tempo.

Através da escrita de si, utilizando-se de correspondências, diários, enquanto fontes historiográficas pode-se ter uma noção da trajetória de um indivíduo. Segundo Rebeca Gontijo, a correspondência denota um lugar de subjetividade e de sociabilidade “pois ela permite a construção e a transmissão de uma espécie de clima emocional, que possibilita aproximações e afastamentos entre os missivistas. Por meio dela, eles podem estabelecer relações sociais, revelando a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas”. (IDEM: 266)

As correspondências são um lugar da sociabilidade já que ela corresponderia ao que Gontijo chamou de “ato de presença”. Tal autora destaca o valor das correspondências privadas, no entanto, ao trazer o “jogo interativo” das correspondências em “que impõe a exigência recíproca de receber, ler, responder e guardar cartas”, de modo a manter a correspondência e a

relação” (IDEM: 267) podemos perceber que este ato também é oportuno para as correspondências oficiais. Outro ponto a ser considerado na utilização de correspondências tanto privadas como oficiais é fato de que elas possuem uma linguagem retórica específica.

Como dito anteriormente, as principais fontes para o desenvolvimento desta pesquisa são em sua maioria correspondências. No Arquivo Nacional no Rio de Janeiro é possível ter acesso às seguintes coleções: Negócios de Portugal, Gabinete de D. João VI, Independência do Brasil: acontecimentos precursores e Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é possível encontrar no setor de manuscritos diversas cartas trocadas entre os membros da Família Sousa Coutinho na Coleção de Linhares, é possível microfilmar o que for de interesse do pesquisador. Outra coleção importante trata-se da Coleção Portugal que também pode ser encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que possui todo o seu acervo compilado e organizado em um Inventário Analítico.

No Arquivo histórico do Itamaraty é possível ter acesso às seguintes coleções: D. João VI: Documentos autógrafos, assuntos estrangeiros, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Correspondências de Estrangeiros. (AHIRJ) A maior parte desses documentos foi fotografada pela proponente que teve o trabalho de sistematizar tais fontes por período.

Ainda na biblioteca Nacional é possível encontrar cópias digitalizadas dos principais periódicos brasileiros, dentre os quais se encontram os 175 fascículos do *Correio Braziliense* (1808-1822). E, ainda, no setor de periódicos raros desta mesma biblioteca encontram-se os 92 fascículos do *Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819). Assim como *O Campeão português* (1819- 1821). Podendo ser utilizados também outros periódicos do período de acordo com a necessidade e andamento da pesquisa. O texto de D. Domingos também pode ser encontrado no setor de obras gerais Biblioteca Nacional.

No Instituto Histórico Geográfico Brasileiro se encontram correspondências trocadas entre D. Domingos e o Lord Strangford, embaixador britânico (IHBG). A proponente possui todos os documentos relacionados ao Conde de Funchal que estão localizados no IHGB. O *Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída D’el Rei de Lisboa em 1807 até ao presente*, também pode ser encontrado neste Instituto. Por último, mais dois textos escritos pelo próprio D. Domingos também serão utilizados *La Guerre De La peninsule sous*

son véritable point de vue escrito em 1816 e *Carta El Rey Nosso Senhor, escrita pelo Conde de Funchal* escrito em 1819.

O importante a ser destacado aqui é que as fontes utilizadas nesta pesquisa foram escritas por Domingos em um determinado momento e que elas foram produzidas para um correspondente, o que denota todo um cuidado na escrita e na retórica. Domingos foi um homem que possuía pelo menos dois pseudônimos; Jacob Methes e R. da C. Gouvea. Por trás da máscara dos pseudônimos Domingos poderia ter uma maior liberdade na escrita.

A biografia e a Relação Indivíduo - Sociedade.

A relação indivíduo *versus* sociedade já foi suscitada algumas vezes ao longo deste artigo, a começar pela visão mais social de Pierre Bourdieu em seu texto sobre a ilusão biográfica. Se no século XIX a relação indivíduo sociedade já se configurava como nos mostra Sabina Loriga, nos dias atuais ela ainda é uma questão a ser considerada e longe de ser totalmente resolvida, por isso, é tão passível de discussão.

Com a crise dos modelos marxistas e estruturalistas a noção de indivíduo voltou à tona.

Não se tem como negar que a biografia e com ela o indivíduo voltam à discussão após uma história preponderantemente coletiva. Sabina vai ao século XIX em que busca a compreensão dicotômica, utilizando para isso a expressão utilizada por Norbert Elias em se que opõe o indivíduo à sociedade.² Não à toa a historiadora francesa traz à tona a tese de Johann Gustav Droysen, historiador alemão, que em 1863 disse: “se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz então este A é formado por a + x, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade”. (LORIGA, 2011: 14). Ainda segundo Sabina o x mesmo que minúsculo é o responsável pela movimentação da história, e por isso, é primordial.

Levando em consideração mais uma vez uma análise sociológica, podemos apontar a visão de Daniel Cefai. Segundo Cefai, o micro representado pelo próprio ator e o macro pelo contexto o qual ele pertence são indissociáveis, e que, se, pensados separadamente não fazem

² Tal oposição, segundo Giovanni Levi foi definida por Pierre Bourdieu como sendo um “absurdo científico”. Cf: LEVI, Giovanni. *Usos da biografia...* p. 168.

sentido. Ainda segundo ele, é possível pensar o micro, não apenas como uma redução de escala, e que é plausível fazer o estudo sobre este indivíduo. Tal estudo, ajuda na compreensão de como os atores se relacionam, colaboram, expressam ou solucionam seus problemas. O indivíduo, nessa perspectiva não deve, contudo, ser isolado. É um estudo do micro, que permite perceber o ambiente em que o ator esteve envolvido, mas que, ao mesmo tempo, nos dá uma noção estrutural.³

Nesta mesma perspectiva, as relações entre grupos e posicionamentos individuais leva ao que Serge Berstein aponta ao debater a multiplicidade de perspectivas, pois, “estas estão sempre em contato uma com as outras, relacionando-se dialeticamente, enriquecendo-se mutuamente, muitas vezes de maneiras conflituosa, adaptando-se à conjuntura e definindo a identidade do indivíduo e da sociedade em que se insere”. (DELGADO, 2010)

Diante desta discussão é importante para esta pesquisa pensarmos o conceito de cultura política. Segundo Serge Bernstein, o conceito de Cultura Política pode adaptar-se a complexidade dos comportamentos, rompendo ainda com a ideia de Cultura Política no singular, levando em consideração as várias componentes que a cercam e que estão em constante confluência. Se olharmos por esse âmbito, percebemos que os valores apreendidos pelo ator, não são estáticos e se modificam de tempos em tempos. Além disso, é importante ter em mente a preocupação com a teleologia. D. Domingos, por exemplo, foi um filho segundo que apesar de celibatário, não seguiu a carreira eclesiástica muito embora ele e seu pai, D. Francisco Inocêncio, tenham tentado. Se olharmos pelo âmbito do Antigo Regime este deveria ter sido seu destino. Mas não foi. Assim como D. João não havia nascido para assumir a Coroa Portuguesa.

D. Domingos era um ator social, na concepção trazida pelo antropólogo Fredrik Barth. O antropólogo trabalha com noções como: as de incertezas, incoerências, espaço dos possíveis. Para ele, a sociedade é formada por sistemas sociais que são fragmentados por incoerências, diferente de uma abordagem integrada e regida por normas coerentes. Leva-se em consideração, portanto, que as reações dos indivíduos não são homogêneas. Para Barth, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é

³ Cf.: CEFAL. *Expérience, culture et politique*. In: **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001.

fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas, e não de forma mecânica e sistematizada e privilegia como unidade de observação a interação entre as pessoas. Busca-se, portanto, assumir uma posição em que o trabalho inscreva D. Domingos em um jogo de “forças reticulares”, enfatizando os vínculos sociais os quais ele esteve inscrito. (SOUZA, 2001)

Desta forma, as ações de D. Domingos são resultados das escolhas e das estratégias que ele segue, de acordo com os recursos que possuía. Portanto, se as escolhas dependem dos recursos, juntamente com esses processos, surgem as incertezas e imprevisibilidades. Nas palavras do antropólogo, “o conceito de escolha não pode passar despercebido, o problema central se torna quais são os constrangimentos e incentivos que canalizam as escolhas dos indivíduos.” (BARTH, 1981: 34) Barth deseja explorar até que ponto podem ser explicados os padrões de forma social se assumirmos que eles são resultados de várias escolhas e decisões.

Se por um lado, eles são a menor escala capaz de fazer suas próprias escolhas e/ou traçar suas estratégias, de acordo com suas incertezas, limites e recursos. (BARTH, 1981) Por outro, estes atores sociais são um ponto de encontro. D. Domingos é um ator social, agente de ações sociais que é possuidor de diversas relações sociais. (BARTH, 2000) Nasce, dessa maneira, a noção de rede que é um conjunto de ligações entre diferentes indivíduos em uma sociedade. A relação de D. Domingos com outros atores sociais faz com que cada um destes se tornem um ponto de encontro dentro das relações. Tais relações são as mais diversas, que tem seu início já dentro da estrutura familiar, que no Antigo Regime, se traduzia pela casa. Além dessa, pode-se ter uma infinidade de relações que estão em confluência.

Concluindo...

Neste ensaio, resolvi colocar algumas questões que me foram levantadas no neste primeiro ano de doutorado. A principal delas está atrelada à questão da biografia de D. Domingos, já que isso ditará todo o andamento da pesquisa. Acredito que o exercício de repensar o projeto seja muito proveitoso ainda mais quando passamos a ter um maior suporte teórico-metodológico pra isso. O que se pode perceber é que a questão biográfica, as fontes e a relação indivíduo sociedade não esgotam as discussões sobre o fazer biográfico. Muitas outras

são suscitadas a quem se aventura a este gênero, tal como sua relação com a narrativa, por exemplo. No entanto, a difícil tarefa de se escrever uma biografia, ou mesmo uma trajetória, nos exige tais discussões. Principalmente quando se trata de uma biografia histórica.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da Escrita Biográfica. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011

_____ A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, Debora C. A. B. M. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 - 1810)*, UFJF. Juiz de Fora, 2011.

CEFAI, Daniel. Expérience, culture et politique. In: *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

Coleção de Correspondências do Conde de Funchal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1970. Manuscrito/ Lata 434, Pastas 15 a 17.

DELGADO, Márcio de Paiva. *Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek, João Goulart e a Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968)*. Disponível em: http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.05_Carlos_Lacerda_revisado.pdf

GINZBURG, C. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: C. GINZBURG; E. CASTELNUOVO e C. PONI (orgs.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro /Lisboa, Bertrand Brasil /Difel, 1991, p. 169-178.

GOMES, Ângela de Castro (org). *A escrita de si e a escrita da História*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et alii(org). **Culturas políticas e outros ensaios de história cultural**. História política e ensino de história. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título** “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011

PAYO, Luiz de Mello Vaz de São. **Indevida admissão na ordem de Malta: D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho**. Filermo, Lisboa, V3, 1994.

REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Inventando a nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo HucitecFapesp, 2006.

SOUZA, A. B. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. In: **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

_____ & LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. In: Revista **História da Historiografia**. Ouro Preto, número 9. 2012.

_____ Entre o mito e o homem Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. In: **Revista Locus**. Editora Ufjf. V. 7, n 1, Juiz de Fora, 2001, p. 93-106.

Os cemitérios também falam: a Natal sob a ótica do espaço do morto

*Diego Fontes de Souza Tavares**

INSCRIÇÃO PARA O PORTÃO DE UM CEMITÉRIO

Na mesma pedra se encontram,
Conforme o povo traduz,
Quando se nasce – uma estrela,
Quando se morre – uma cruz.
Mas quantos que aqui repousam
Hão de emendar-nos assim:
“Ponham-me a cruz no princípio
E a luz da estrela no fim!”

(Mario Quintana)

O gaúcho Mário Quintana, usando da liberdade que é peculiar à arte, expressou poeticamente sua representação sobre a vida e a morte propondo a elaboração de uma inscrição para um cemitério. Para Quintana a vida é um fardo e a morte uma vitória. Desse modo, o poeta propõe que o cemitério, espaço do morto, tenha uma inscrição que enalteça a morte. Independentemente da percepção do autor sobre a vida e a morte, pode-se constatar na sua interpretação a fixação do cemitério como o lugar do morto. A sentença naturaliza uma ideia: cemitério é o destino dos que morrem. Entretanto, a naturalização dessa ideia nos instiga a pensar como historicamente povos e culturas têm encontrado soluções para os corpos dos seus mortos.

Na contemporaneidade parecem naturalizados os cuidados com o morto e com os espaços específicos que eles devem ficar. Entretanto, na transição do século XIX para o século XX essa discussão ganhou contornos especiais. Naquela época emergiam concepções

* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: diegofontes.tavares@outlook.com

cientificistas e higienistas que argumentavam em favor da construção de um lugar exclusivo para abrigar os mortos.

Durante muitos séculos prevaleceu no Ocidente a prática de sepultar os mortos nos templos católicos. Esses sepultamentos apresentavam uma série de problemas, tais como: a falta de espaços suficientes para os corpos e o mau-cheiro que exalavam dos cadáveres enterrados. Além disso, em razão da preocupação da Igreja católica com a alma do morto, os vivos começam a se apiedar dos restos mortais dos seus entes e a procurar um local específico para venerá-los dentro do templo religioso. Assim, à medida que aumentava a quantidade de mortos, tornava-se impossível um lugar destacado para cada corpo.

De acordo Bayard (BAYARD, 1996: 240), desde o século XVIII têm-se notícias de administradores que procuram impedir o sepultamento de mortos nas igrejas. Nesse sentido, o autor indica que, em 1776, o rei francês Luís XVI determinou que apenas arcebispos, bispos, curas, patronos de igrejas e fundadores de capelas poderiam ser enterrados nas igrejas. Assim, ainda no século XVIII foi retomado o costume romano de construir cemitérios fora dos muros das cidades¹.

Todavia, os estudos atuais demonstram que só a partir do século XIX a prática de sepultar mortos nas igrejas passou a ser alvo de debates em que apareciam duas posições claramente definidas: por um lado, a Igreja Católica e as irmandades religiosas defendiam a manutenção dos sepultamentos nos templos; por outro, os médicos e os sanitaristas advogavam a tese de que para evitar a proliferação de doenças era fundamental a construção de cemitérios fora dos muros da cidade.

Segundo Cymbalista (CYMBALISTA, 2002: 43), no Brasil a Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1808, foi a primeira medida legal que impedia os enterros nos templos religiosos. Por essa Carta, as cidades precisavam edificar cemitérios fora dos seus muros. Entretanto, essa lei nunca foi aplicada. Uma segunda tentativa de regulamentação do tema foi tomada por Dom

¹ Havia o costume nas cidades romanas de os cemitérios serem implantados fora dos limites da urbe, sendo normalmente juntos às vias que dela saíam.

Pedro I, por meio da decisão número 265, de 17 de novembro de 1825. Por essa decisão foi determinada a transferência para fora da cidade do cemitério da matriz de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Apesar de ter validade apenas no Rio de Janeiro, essa lei foi importante por legalizar a construção de um cemitério fora das cidades.

Em 1º de outubro de 1828 o Império brasileiro, ao instituir as câmaras municipais, regulamentou, entre outras coisas, o sepultamento fora das igrejas e recomendou que as Câmaras locais adotassem a construção de cemitérios. Assim, de 1828 até por volta da década de 1860, o sepultamento dos mortos fora das Igrejas ficou submetido às decisões das Câmaras Municipais.

Postas essas questões, fica claro que o cemitério, nos moldes que conhecemos hoje, surgiu no Brasil a partir do século XIX e sua existência esteve relacionada à criação de leis oficiais. Em geral, pode-se afirmar que não há uma história homogênea dos cemitérios brasileiros, pois em cada lugar existiam regras próprias.

Entretanto, nota-se que no contexto do século XIX ocorreram manifestações favoráveis e contrárias à existência do cemitério. Esses conflitos – entre o proclamado pelas leis oficiais e as manifestações da população contrárias a essas leis – estavam diretamente associados ao imaginário até então vigente que se estruturava em torno de uma lógica que dividia o mundo entre locais sagrados e locais profanos. Durante séculos a sociedade conviveu com um pensamento de que o único lugar sagrado eram as igrejas e, nessa condição, elas seriam o lugar seguro para o sepultamento dos mortos.

O cemitério do Alecrim

Foi em meados do século XIX que ocorreu a construção do Cemitério do Alecrim em Natal. Naquele momento emergiam na cidade os discursos higienistas e as ideias de urbanização da cidade. Esses discursos exaltavam em especial os enterros extramuros e combate aos

miasmas². Vivia-se um momento peculiar da história da humanidade com o rompimento de paradigmas até então vigente. Esse era o caso, por exemplo, das concepções sobre o contágio das doenças. Da Antiguidade até o século XIX a ideia que se tinha na sociedade ocidental era que as doenças eram contraídas pelos miasmas. A partir desse século, com a descoberta dos micróbios e das bactérias, a lógica sobre os contágios foi profundamente alterada.

Em sintonia com os avanços da ciência se descobriu a causa de uma doença que vitimou muitos natalenses no século XIX: a Cólera-morbo. A forte **disseminação da doença no séc. XIX foi intensa devido à precária situação sanitária em que se encontravam as cidades. A Natal oitocentista, tinha o saneamento raro e a distribuição de água potável muito escassa, o que contribuía para a contaminação de fontes de água.**

Vários autores já demonstraram que os cemitérios construídos especificamente em espaços extramuros da cidade surgiram em contraposição às práticas de sepultamento no interior das igrejas e em locais de confraria³. Na visão dos higienistas e urbanistas da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, essas práticas anteriores aos cemitérios representavam (embora uma forma segura de salvação para o fiel) um grande perigo para a saúde pública e à higiene da sociedade em geral e dos cidadãos, em particular.

Nesse contexto tinha na sociedade natalense um embate entre o discurso religioso e o higienista⁴, influenciados pelas ideias miasmáticas e iluministas; dentre elas, a ideia de que os miasmas eram os responsáveis pela disseminação de doenças e sua vasta contaminação⁵. A

² Para Martins, “eram considerados miasmas as impurezas existentes no ar. Supunha-se que os miasmas se originavam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, emanações dos pântanos, de dejetos e substâncias em decomposição.” (MARTINS, 2006: 68-73)

³ Alguns dos trabalhos que discutem o tema são os de: ALMEIDA (2007), ARIÈS (1977), BAYARD (1996), CATROGA (1999) REIS (1991), SANTOS (2011).

⁴ Segundo Reis, ao trabalhar com semelhante área na Bahia oitocentista, descreve que “havia todo um caráter heróico na imagem do médico [pois eram] conhecedores de remédios para as calamidades públicas de cunho sanitário e tentando impor costumes saudáveis em um contexto de não saneamento básico e falta de bons costumes”. (REIS, 1991: 249-50)

⁵ Essa nova atitude se fundamentava na doutrina científica desenvolvida no século XVIII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos

população ficava à mercê desses miasmas ao frequentarem as missas, pois havia o costume no catolicismo popular de ser enterrado nas igrejas, fazendo essa prática parte das formas do “bem morrer⁶”.

A incorporação das ideias higienistas, o cuidado com a proliferação das doenças e o poder da Câmara Municipal para construir cemitérios fora dos muros da cidade, elegeu o Alecrim – espaço distante da cidade – para que abrigasse o primeiro cemitério público de Natal. O bairro do Alecrim foi criado em 1911, mas o Cemitério é datado a 1856. Desta forma, percebe-se que o cemitério do bairro surgiu antes do mesmo, entendendo, com isso, que havia um interesse imediato na construção desse cemitério por parte das autoridades oficiais, e esta se deve à epidemia de Cólera-morbo que aumentou a mortalidade geral da cidade, fazendo-se necessário um grande cemitério que atendessem às necessidades da população e do descaso em que esta se passava⁷.

Foi em 1855, quando era presidente Antonio Bernardo de Passos, através da Resolução nº 323, de 2 de Agosto do mesmo ano, autorizada a quantia de dois contos de réis para a construção de um cemitério na capital⁸. Com a quantia autorizada pelo presidente da província, no dia 8 de fevereiro de 1856, no Palácio do Governo da Rua da Cruz, firmou-se o contrato com o mestre Manuel da Costa Reis para ser construído o primeiro cemitério público em Natal, localizado “[...] *na explanada que fica no caminho das Quintas, junto à bifurcação da estrada de Pitimbu* (CASCUDO, 2010: 323)”.

– temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava. (Id Ibidem, p. 75)

⁶ João José Reis em sua obra *A morte é uma festa* cunha esse termo para referenciar práticas *post mortem* oitocentistas (que muitas perduram aos dias atuais) que legitimavam a salvação da alma. Dentre algumas, a elaboração do testamento, a escolha da mortalha, o local da sepultura, o número de missas a serem rezadas ao morto, o funeral e missa fúnebre etc.

⁷ Para compreender a causa dessa construção, ver TAVARES (2014)

⁸ Ver Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do RN, v. 8, 2000, p. 642.

Os cemitérios como fontes históricas

No tocante à discussão historiográfica sobre a morte e o cemitério, pode-se afirmar que ela só começou a ser estudada por Philippe Ariès, com o advento da Escola dos Annales, em meados do século XX, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Integrante da Escola dos Annales, o historiador Philippe Áries, narra como o homem ocidental vem concebendo a morte, desde a Idade Média aos nossos dias atuais, tendo como fonte de questionamento a naturalização que era tratada a morte e o processo do morrer no mundo ocidental contemporâneo.

A partir dos Annales, houve uma ruptura com a tradição historiográfica – que atentava para eixos temáticos mais “importantes” ligados à política, economia e caráter social – e temáticas da vertente da cultura, sensibilidades, gênero e identidades etc. foram florescendo (REIS, 2004).

De acordo como a Nova História conceituou as fontes, podemos incluir os cemitérios como importantes fontes documentais, que refletem o pensamento e imaginário sobre a morte e o morrer na/da sociedade em que foram construídos. A incorporação da noção de cemitério como um documento histórico se relaciona com a ampliação da ideia de documento, tão inovadora nos Annales. Seguindo esse raciocínio Le Goff afirma:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, nas falta das flores habituais. [...] tudo o que, pertencendo ao homem, dependendo do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra sua presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1990: 540).

Concebemos os cemitérios como ambientes que refletem o ideário da morte da época da sociedade em que foram construídos, espaços de cultura, memória e arte. Seguindo as perspectivas da história cultural e história da arte podemos compreender a essência contida

nesses lugares, que no senso comum são estigmatizados e atribuídos conceitos como macabro, mórbido, dentre outros que acabam por difundir uma imagem errônea destes espaços.

Nessa perspectiva, os cemitérios tornaram-se lugares simbólicos. Para Almeida,

Os túmulos, os mausoléus, a arquitetura e estatuária tumular traduzem ideias, sentimentos, vontades e valores acerca do culto aos mortos, da preservação da memória dos antepassados, bem como exprimem as expectativas e confrontos experimentados pelos vivos. É um ambiente que fala do poder cristalizado nos signos e emblemas que ornamentam túmulos, lápides e jazigos. Enxergar as imagens no espaço cemiterial e delas absorver, ao máximo, os possíveis significados, as mensagens subjacentes é, sob nosso ponto de vista, uma possibilidade de compreensão e valorização (ALMEIDA, 2007: 35).

Para Fernando Catroga, mentor da “revolução romântica dos cemitérios”, defende que o túmulo é a sobrevivência da memória do morto, um marco da memória e um memorial nas sociedades que cultuam esses monumentos. Para esse estudioso

o cemitério revela esteticamente o próprio inconsciente da sociedade através de uma trama simbólica, estruturada e organizada à volta de certos temas e mitos unificados por esta tarefa: reforçar, depois do caos, o cosmos dos vivos e imobilizar o devir, mesmo que se tenha de recorrer ao contraste (ambíguo) da imortalidade com o curso irreversível do tempo e da vida (CATROGA, 1999: 19).

Ainda tratando dos túmulos como locais de memória e fonte histórica, vale salientar o que pensa Renata Nogueira quando afirma que

Nos cemitérios tradicionais, aqueles que contêm construções funerárias, signos e dizeres, entre outras características, é perceptível a articulação de duas dimensões diferentes: uma visível, caracterizada pelas construções soerguidas sobre o solo, e uma invisível, situada sob a terra. A parte visível, ou seja, os túmulos tem como função encobrir o corpo jacente, transmitindo às gerações seguintes signos capazes de individualizar a representação do finado. Eternizada pela necessidade de contrariar o esquecimento, a memória do morto, representada por esse simbolismo, dá validade à mesma ação que provoca o esquecimento, ou seja, a morte (NOGUEIRA, 2013: 76).

Semelhante proposta assume Aleida Assmann ao tratar dos túmulos enquanto locais de recordação e detentores da fama do morto. Ao discorrer sobre os túmulos como locais que indicam não só a localização em que está o corpo enterrado, ela também denota o caráter honorífico dos túmulos, e critica a prática de traslado de túmulos e sua substituição por monumentos, ao afirmar que *os monumentos bem conservados indicam quem, mas não onde a pessoa está enterrada, e justamente o onde é o mais importante* (ASSMANN, 2011: 345). Ela afirma que tal ação é respaldada no interesse de uma memória dos mortos que se prende a um local e o consagrado pela presença do morto. No entanto, tal prática se confronta com as exigências da modernidade que se desvincula dessa atitude piedosa face aos mortos e que literalmente exuma do solo a lembrança nele ancorada, a transferindo para memoriais em locais não específicos.

A patrimonialização do Cemitério do Alecrim

Com mais de 150 anos de história, o Cemitério do Alecrim vem se tornando um centro histórico/cultural em Natal, ao ponto de ter sido tombado em 1º de Novembro de 2011, pela prefeita em exercício, Micarla de Souza, data que o bairro do Alecrim comemorava seu centenário, tendo, no entanto, o cemitério 155 anos. Segundo consta no Decreto 9.541, de 1º de Novembro de 2011:

Art. 1º - Fica decretado o Tombamento do Cemitério Municipal do Alecrim, situado entre as Ruas Tenente Alberto Gomes, Av. Fonseca e Silva, Rua Manoel Vitorino e Av. Governador, Alecrim, Município de Natal, por seu valor histórico e arquitetônico⁹.

A atribuição de cemitérios como locais de memória vem se tornando cada vez mais frequente. Apesar de a memória ser processada e guardada internamente, ela necessita de certos

⁹ DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, Natal, ano XI, n. 2148, 2 nov. 2011.

mecanismos que a estimulam e ativam, pois a mesma não se projeta no vazio (HALBWACHS, 1990). Partindo dessa premissa, espaços construídos onde realizamos passagens históricas ou emocionais, eventos e práticas do dia-a-dia podem vir a ser possíveis referenciais para a projeção da memória. Envolvido nessas questões, Pierre Nora desenvolve seu estudo sobre a problemática dos lugares (NORA, 1993), no qual afirma que não existe mais memória, assim sendo necessário a criação de lugares de memória para retomar da história do indivíduo e do coletivo, tendo como objetivo a reestruturação do presente. Nora ainda alerta sobre o fato de que a desatenção causada pela aceleração da vida diária pode induzir ao esquecimento até mesmo desses espaços de memória, pois “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993). Segundo Le Goff,

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais tem sua história (LE GOFF, 1990: 473).

Com isso, entende-se a importância no tombamento do Cemitério do Alecrim como uma valorização da história local, tendo em vista a grande presença de pessoas influentes não só no âmbito político, mas também religioso dentre outras áreas. Para se fazer uma pequena listagem de pessoas que obtiveram notoriedade no Rio Grande entre os séculos XIX e XX, e que aqui estão enterrados, encontram-se: Juvino Cezar Paes Barreto; Pe. João Maria Cavalcanti de Brito; Cel. Elias Antonio Ferreira Souto; Pedro Velho de Albuquerque Maranhão; João Severino da Câmara e Januário Cicco; o ex-presidente da República Café Filho; o folclorista Luiz da Câmara Cascudo; o militar que virou mártir quando morto na intentona comunista: o soldado Luiz Gonzaga e o ex-prefeito de Natal Djalma Maranhão. Muitos são os menos favorecidos (e reconhecidos), que também jazem no Cemitério do Alecrim.

Além da relevância histórica e do caráter de salvaguardar a memória que houve no tombamento do Cemitério do Alecrim, teve-se também a intenção de preservação da arquitetura

cemiterial e dos túmulos, conforme se vê na apresentação da Proposta de Tombamento do Cemitério do Alecrim, lê-se que tinham como objetivos “sua utilização como um guia básico e técnico para respaldar futuras intervenções físicas, [bem como] por se tratar de relevante acervo arquitetônico e histórico da cultura potiguar” (PROPOSTA de tombamento: Preservação do Cemitério do Alecrim, 2010, p. 6). Logo, nota-se a importância do tombamento também como forma de preservação de futuras intervenções com danos ao patrimônio.

Considerações finais

Tratar de morte e cemitérios na sociedade cristã brasileira é, embora contraditório – pois o cristão concebe a morte como o início da vida, “desvalorizando” a morte e a matéria como “pó que retornamos”, desvalorizando os cemitérios e refutando o culto ao morto – um assunto ainda tabu e deveras repulsivo. Mesmo em meio a historiadores e antropólogos o assunto ainda é mau visto. No entanto, um dos objetivos do historiador é justamente o de desnaturalizar convenções sociais e mostrar suas origens e causas, meta por nós seguida nesse trabalho, ao se debruçar sobre temáticas como morte e cemitérios, usando como recorte espacial o Cemitério do Alecrim em Natal e a temporalidade entre 1847 e 1859 para desnaturalizar essa ideia macabra que envolve os cemitérios e entender que os mesmos (cemitérios públicos) e as formas de tratar o morto e a morte não foram sempre feitas como se pensa.

Além da importância já dita, o trabalho ainda serve à historiografia norte-riograndense e natalense, além de que à historiografia brasileira, ao discorrer, embora de maneira embrionária, sobre o uso de cemitérios como fontes históricas e a importância destes nas sociedades e cultura em que estão construídos

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória: múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?.** São Paulo: Paulus, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4. ed. Natal: EDUFRN, 2010.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal 1756-1911**. Coimbra: Liv. Minerva Editora, 1999.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Lilian Al-Chuyer Pereira; MARTINS, Roberto de A. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças. **Scientific American Brasil** [Série História], n. 6, p. 68-73, 2006.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC/SP, n.10, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PROPOSTA de Tombamento: preservação do Cemitério do Alecrim. Natal: SEMURB, 2010.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiana.

TAVARES, Diego Fontes de Souza. **O espaço do morto: uma história do Cemitério do Alecrim (1856-1931)**. 2014. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

“A Sociedade Literária Daniel de Almeida” como discurso no Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1889).

*Eduardo Nunes Alvares Pavão **

Situando a “Sociedade Literária Daniel de Almeida”

A documentação localizada situa a criação da “Sociedade Literária Daniel de Almeida” em 1885. Isto é, dez anos após a criação do Asylo de meninos desvalidos. O nome dessa sociedade literária foi uma homenagem ao terceiro diretor do internato, o médico Daniel Oliveira Barros de Almeida. Ao longo da pesquisa foi possível encontrar menção ao diretor, no final dos anos 70 do século XIX, nos avisos da diretoria ao ministro e secretário do Império e Negócios do Estado.

Daniel de Almeida, como ficou conhecido formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880, na qual defendeu a tese *Patologia da Placenta*. Neste momento já fazia parte do quadro dos funcionários do Asylo dando aulas de francês e interinamente substituindo o diretor da Instituição. Quando João Joaquim Pizarro foi exonerado por acumulação de cargos públicos em 1883, Daniel de Almeida foi indicado para a direção do internato, pois era filho do primeiro diretor, já dominava o funcionamento da instituição e tinha exercido a administração do Hospital Provisório de Santa Bárbara.

O filho de Rufino Augusto de Almeida morou no Palacete Rudge a partir de 1875, com o pai, a mãe, irmã e cunhado, irmão e a esposa e prima. Ele permaneceu à frente do internato até 1889 quando foi substituído por Moreira Francisco Sampaio.

A “Sociedade Literária Daniel de Almeida” era composta por diversos internos do Asylo e sua formação está vinculada à comemoração dos dez anos de fundação do internato.

A Festa das Crianças

O Grêmio Literário Daniel de Almeida, realizou, na noite de sábado, no edifício do Asylo de Meninos Desvalidos, a sua festa comemorativa do decênio da fundação do mesmo Asylo. Foi orador oficial o menino Joaquim Francisco de Souza, que foi seguido na tribuna por alguns dos seus companheiros.

Fazia gosto ver-se a meninada alegre, robusta e satisfeita a bater palmas aos seus colegas, a esta explosão santa tão espontânea na alma das crianças.

Aos discursos seguiu-se um concerto, mas um concerto magnífico onde fez-se boa música e onde tivemos ocasião de ouvir uma bela composição – Meiga – grande valsa para orquestra, oferecida ao distinto Dr. Daniel de Almeida, diretor do estabelecimento pelo aluno Francisco Braga.

Continue o Dr. Daniel a desenvolver o espírito dos meninos em boa hora confiados aos seus cuidados, e quando por ventura em sua vida nada mais fizesse para se engrandecer, bastava para elevar o seu nome o ter tão bem dirigido um dos nossos principais e mais importantes estabelecimentos (Gazeta da Tarde, 1885:1).

Eu Braga; Costa; Coutinho; Moreira; Pimentel; Sacramento; Telles; Villa-Lobos; fui interno e estudei no Asilo de Meninos Desvalidos.

Por que a criação de um Asilo para meninos desvalidos na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX? Quem eram os meninos, como eram e de onde vinham os asilados admitidos naquela instituição? Quais eram os critérios usados para a classificação de um menino como desvalido? Depois de admitidos no Asilo, como era o cotidiano dos meninos? E mais, o Asilo seguia o seu objetivo explícito de educar os meninos desvalidos e inseri-los no mercado de trabalho ou atendia a outros interesses como: o projeto de higienização dos espaços públicos e controle social na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX?

As estratégias de poder utilizadas e suas possíveis formas de funcionamento de cotidiano, assim como a possibilidade de contra poderes por parte dos asilados, manifestos através de resistências, indisciplinas e formas sutis, como processos de somatização são algumas das preocupações dessa pesquisa.

Os meninos do Asilo de Meninos Desvalidos não são meninos anônimos, muito menos vítimas ou heróis, são: Raul Villa-Lobos, Paulino do Sacramento, M. J. da Silva Telles, Lima Coutinho, Luiz Moreira, Francisco Braga, Francisco Izidro Monteiro, João Batista da Costa. São sujeitos de suas histórias, possuem trajetórias, nomes. Não estavam à margem, faziam sim parte de toda a engrenagem da organização da sociedade fluminense nos séculos XIX e XX.

Vida e glória de Baptista da Costa de Carlos Rubens, mandado publicar pela Sociedade Brasileira de Belas Artes nas oficinas da Tipografia Mercantil em 1947, foi uma obra de 1.200 exemplares. Seu autor já havia falecido quando do término da impressão do livro, o que não o impediu de assinalar que:

Baptista da Costa não se afastou jamais do Asilo de Meninos Desvalidos, que o acolhera em 1877. Assim é que dele foi inspetor de alunos de fevereiro a setembro de 1886; professor adjunto em 1893; de desenho em 1894, com 29 anos, licenciando-se em 1896, quando embarcou para a Europa, permanecendo no antigo estabelecimento educacional até morrer (RUBENS, 1961: 138).

Rubens (1961) ressalta que: Raul Villa-Lobos era o Nº 38, Francisco Braga, o Nº 59, Lima Coutinho o Nº 6, Luiz Moreira, o Nº 65 ou Nº 21 e João Baptista da Costa o Nº 88. Portanto números, formas de objetivação, ou de despersonalização da pessoa, pois o indivíduo ao ser identificado por um número, sobrenome, “nome de guerra”, apelido, marca, tatuagem, deficiências caracteriza formas de desconstituição da identidade. As diferenças e as desigualdades eram normalizadas pela entrada e consequente internação que eram submetidos os asilados quando adentravam no Asilo.

Porque é importante situar o lugar de fala de cada um deles? Por que João Batista da Costa, o Nº 88 no Asilo de Meninos Desvalidos, órfão de pai e mãe aos oito anos, nascido em Itaguaí aos 24 de novembro de 1865, tem importância como sujeito que entrou no Asilo de Meninos Desvalidos aos onze anos e que “fazia-se encadernador, enquanto outros frequentavam as oficinas de alfaiate, marceneiro, sapateiro”.

A História é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que deverão ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (SILVA, 2007/2008: 124).

Ao se referir à vida que João Baptista da Costa levava no Asilo RUBENS (1961) afirma:

E parecia que não era infortunado. No Asilo, a vida corria como numa grande família. Os alunos eram obedientes e amigos, os mestres afetivos, os diretores boníssimos. Encontravam ordem e disciplina. Do amanhecer à noite, da hora matinal do banho à da prece e do recolhimento, ouviam as badaladas que convidavam aos afazeres e iam contentes à ginástica, às aulas, ao trabalho, às refeições e ao recreio, no ambiente onde tudo era limpo, fraternal e confortador. Além das vezes que saíam a tocar em festas públicas (e a banda dos “meninos desvalidos” fez época!), tinham divertimento no próprio Asilo, dos quais se destacava o teatro (RUBENS, 1961: 12).

Já Villa-Lobos, ou melhor, Raul Villa-Lobos, era “tocador de requinte e violoncelo e depois professor de corografia”, foi funcionário da Biblioteca Nacional e autor de livros como *A Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893*, sob o pseudônimo de Epadimondas Villaba. Segundo Amaral (2009) Heitor Villa-Lobos aprendeu com Raul, seu pai, “violoncelo e um pouco de clarineta, amante de música, violoncelista e clarinetista amador, que morreu cedo, deixando a família com poucos recursos”.

Nas suas atividades cotidianas os asilados “encontravam ordem e disciplina”. Isto é, desde o horário matinal até ao início da noite, do se banhar ao se recolher, passando pelo horário da reza, tudo era regado pelo toque dos badalos, eles tinham o horário da ginástica, do trabalho, das refeições e do recreio. Tudo ordenado, disposto de forma organizada. Mas às vezes “saíam a tocar em festas públicas”. Os asilados segundo RUBENS (1961):

Representavam ali França Júnior e mais comediógrafos do tempo. O cenógrafo era um deles: Francisco Izidro Monteiro. Na falta de elemento feminino, fácil se afigurava a Francisco Braga aparecer em travesi e fazer sucesso. E as representações tinham a frequência do monarca democrata e de elementos da sociedade carioca, que também iam assistir às missas que Monsenhor Venerando da Graça celebrava na capela (RUBENS, 1961: 13).

É por demais “ler resistência nessa figuração”? Segundo Louro (2009: 138) “normas regulatórias têm um caráter performativo, quer dizer, sua citação e repetição fazem acontecer, isso é, produzem aquilo que nomeiam” (LOURO, 2009: 138). Onde se encontra a figura feminina? Ela está presente nos regulamentos, nas fotos, nas pinturas e nos relatórios. O regulamento do Asilo de Meninos Desvalidos estabelecia como sendo uma instituição restrita ao sexo masculino, mas a figura feminina se encontra neste espaço masculino através do relatório do diretor do Asilo Jurandir Rufino, nas fotografias que Malta, assim como nas peças de França Júnior e nas comédias “do tempo”, nas missas celebradas pelo Monsenhor Venerando da Graça que eram assistidas pelo “monarca democrata” e por “elementos da sociedade carioca”. No recorte anterior a representação do “elemento feminino” por Francisco Braga possibilita problematizar a questão de gênero e as artes, como no teatro grego os papéis serem interpretados/representados exclusivamente por homens.

Ao se referir ao período que João Baptista da Costa cursa a Academia de Belas Artes, RUBENS (1961: 14) destaca:

Alguns alunos faziam-lhe chacota, por isso chamavam-lhe “guarda urbano”. Se no Asilo sofrera antes a covardia do cozinheiro desalmado e impune, agora tinha os próprios colegas a encherem-no de chufas e ditérios, pelo fato de vestir uma roupa que talvez só despertasse risotas porque era de uma casa de meninos sem sorte (RUBENS, 1961: 14).

Corpos “desvalidos”, corpos “adjetivados”, corpos qualificados como: corpos “inaptos”; corpos “incapazes”; corpos “inúteis”; corpos “doentes”; corpos “inválidos” e corpos “inadequados”. Corpos no qual o uniforme do Asilo de Meninos Desvalidos, de brim pardo ou azul com botões amarelos, está presente em discursos imagéticos de fotografias, de pinturas e de escritas. Isto é o dito, é o escrito em livros, regulamentos, relatórios, documentos oficiais, cartas pessoais, recibos, bilhetes. Descrevem que João Baptista da Costa “teve funções variadas, não sendo das melhores a de ajudante do cozinheiro, de quem recebeu tratamento ríspido, em desacordo como o que os alunos recebiam dos professores e diretores, pelo que lhe guardou sempre justificado ressentimento” (RUBENS, 1961: 10).

Batista sofreu muito. Não era nobre nem filho de Conselheiros. Suportou ironias e agressões. Estudava e sofria no Asilo, sofria e estudava na Academia. Mas também num e noutra estabelecimento desfrutava amizades confortadoras. Havia quem nele não enxergasse apenas o pano e os botões de metal (RUBENS, 1961: 14).

No primeiro relatório do diretor do Asilo, ao Barão de São Felix, Diretor Geral da Instrução Pública do Município da Corte, já relata uma série de modificações por ele realizadas, alterações essas que diferenciavam consideravelmente das disposições do regulamento nº5849. Segundo Rufino Augusto de Almeida os asilados sendo pobres não seria lógico possuírem serviços e deveriam executar todas as tarefas pertinentes a um homem que vive à custa dos seus próprios proventos:

Criado este Asilo para abrigar e educar meninos desvalidos ou entregues à miséria por extrema pobreza de seus pais, a mim parece que se deve prestar muita atenção às vocações ou aptidões destes meninos, e habilita-los a viverem à custa de seu próprio trabalho. Assim, o menino que por falta de desenvolvimento intelectual não possa ser um homem de letras ou um bom artista, façamo-lo um bom agricultor, um horteleiro, um jardineiro, ou simplesmente um bom trabalhador de enxada, ou mesmo um bom criado de servir, etc. No sentido de levar a efeito esta salutar ideia tenho procurado dirigir a educação dos meninos, apesar da repugnância e desgosto

dos parentes de alguns asilados, que sentem a pobreza de seus antepassados ofendida, porque pretendo criar homens para o trabalho, não fidalgos e candidatos aos empregos públicos (BRAGA, 1925: 34).

O lugar de fala é importante, assim como é relevante descrever os espaços de circulação, de sociabilidade dos indivíduos inseridos em uma determinada cena discursiva, de uma cidade, de um país. Na década 60, do século XIX, Rufino Augusto de Almeida foi diretor da casa de correção de Recife. Sua passagem por esta instituição foi motivo de notas na imprensa, debates na Câmara e acusação de enriquecimento ilícito. Na década de 70, do mesmo século, vai ocupar o cargo de diretor de uma instituição de internação de meninos desvalidos e modifica parte do regulamento da instituição para “dirigir a educação dos meninos”.

Os internos do Asilo se reuniam para fazerem atividades fora do Asilo. João Baptista da Costa, excursionista das trilhas do maciço da Tijuca, do Corcovado e de Santa Teresa, está presente nestes momentos. Segundo RUBENS (1961):

Na última que fizeram ao Corcovado, não confiaram somente nas próprias cordas vocais: levaram clarins, que Visconti e um músico do Arsenal de Guerra faziam retinir, alarmando os incautos e os ares. E foi tamanho o alarido causado pelas clarinadas estridentes, que quando o bando alegre e trêfego chegou ao Largo do Guimarães, a Guarda Urbana o cercou e prendeu, levando todos até “Dois Irmãos”, onde, visto que se tratava de estudantes, foram soltos (RUBENS, 1961: 15).

Considerações Finais

Este trabalho é um estudo que não se esgota por si só, pois esta pesquisa prima pelo seu caráter provisório, por se encontrar em construção. Através das fontes, dos documentos busquei uma maior consistência na elaboração desse artigo, mas ao longo da pesquisa tive de fazer opções, refazer trajetórias, repensar caminhos, reelaborar objetivos e rediscutir estratégias e como “a fonte não fala” ela requer que se descrevam relações, conexões estas que não são fixas, mas voláteis, efêmeras.

Através dos discursos médicos, jurídicos, políticos emergiram práticas normativas, estabelecendo limites de gênero, idade e condição social e econômica. Por meio de um poder disciplinar e de controle essas políticas buscavam a transformação dos corpos desses indivíduos vistos

como “desvalidos” em corpos “úteis” para o trabalho e para a constituição de uma nação que se queria forte e civilizada.

Na segunda metade do século XIX está na ordem do dia qual o caminho seguir na educação das crianças e adolescentes? A preocupação com as noções de controle, disciplina está presente, em discursos e práticas voltadas para construção de uma sociedade civilizada, com projeto de modernização e de construção de uma nação forte. Ocorre um esquadramento da infância e da adolescência pobre, dos seus deveres e dos seus direitos. No entanto, resistências e contra poderes emergiram por parte dos asilados, e eu ilumino a “Sociedade Literária Daniel de Almeida” como uma das cenas discursivas da emergência da resistência dos meninos desvalidos do internato.

A história política, presa aos grandes feitos, ao factual, aos “grandes homens” e à narrativa linear, entrou em desprestígio já na segunda metade do século XIX. Com a abertura a novos temas e objetos, especialmente às mentalidades, proposta pelos historiadores na primeira geração dos *Annales*, a história política, foi relegada ao esquecimento durante muitas décadas. Com a sua retomada nos anos 80 do século XX muitos historiadores trabalham não apenas com documentos e fontes escritas, havendo um grande interesse pela memória, pelas biografias, pelos sujeitos.

Concluo que a historiografia brasileira contemporânea se renovou e em particular a história política. Num primeiro momento receava usar o termo de renovação da história política, mas balizado por Soihet (2003), considero que esta ampliou o seu campo de estudo, expandiu suas formas de abordagem e conseqüentemente os debates e as críticas que contribuem para o “fazer história”.

Esta pesquisa como parte do meu projeto de tese “De corpos desvalidos a corpos úteis: Higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894)” e tendo sido fruto de análise e leitura de textos, mapeamento de arquivos, problematização da emergência das condições e possibilidades dos discursos e práticas de atendimento aos meninos desvalidos, procura ampliar o debate e propõe-se a ser um ponto de partida no processo de constituição de novos problemas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Sonia Guarita. **O Brasil como Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BRAGA, Theodoro de Medeiros. **Subsídios para a Memória Histórica do Instituto Profissional João Alfredo: desde a sua fundação até o presente (1875—14 de Março de 1925)**. Rio de Janeiro, 1925.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro: Tipografia de José do Patrocínio, n. 62, 17 mar. 1885. 4 p.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer In Rago, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo (ORG.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RUBENS, Carlos. **Vida e glória de Baptista da Costa**. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. Carceralização da Escravidão no Rio de Janeiro: A Emergência de um problema. In **Maracana**/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História – n.4, 2007/2008.

SOIHET, Rachel, “Introdução”. In Martha Abreu e Rachel Soihet. **Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Faperj, 2003.

As práticas docentes e os materiais didáticos para o ensino de História no centro do debate

*Elaine Lourenço**

Os acalorados debates em torno da educação e do ensino dos últimos anos, bem como as disputas que suscitam, têm revelado muito sobre a sua importância para a sociedade, ao mesmo tempo em que ocultam uma parcela fundamental do que acontece ao silenciarem os principais atores envolvidos nos processos, que são os professores e os alunos. De uma maneira geral, vemos o discurso autorizado de dirigentes do Estado, de pesquisadores, de jornalistas, de “especialistas em”; só não conseguimos vislumbrar com clareza o que tem acontecido nas salas de aula, local privilegiado da educação escolar. Tempos atrás, António Nóvoa já alertava para isso ao dizer que na fala das pessoas, se genericamente a educação ia mal, o mesmo não se podia dizer quando se referiam a professores e alunos particulares, dos seus filhos (NÓVOA, 2007). Dessa forma, o que se pretende neste texto é trazer à tona algumas vozes de docentes sobre o seu trabalho em sala de aula, notadamente no que se refere aos materiais empregados no ensino de História, em especial o livro didático.

A análise parte das falas de três docentes entrevistadas entre 2011 e 2012, em um projeto de Iniciação Científica orientado por mim e desenvolvido pelos alunos Emizael Mendes dos Santos e Enilze de Souza Constantino, do curso de História da Universidade Nove de Julho, em São Paulo. A intenção inicial era verificar como egressos do mesmo curso percebiam sua formação na universidade e o papel da licenciatura em sua atuação docente. Os entrevistados foram selecionados entre os alunos que obtiveram boas notas ao longo de sua formação e que representassem os três currículos distintos que marcaram o curso na primeira década do século XXI. O projeto trabalhou com seis egressos, mas, para esta análise, discutirei apenas três deles, os que estão há mais tempo no magistério. O que pretendo é perceber nas falas das ex-alunas,

* Doutora em História Social (USP). Docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

atuais professoras, como elas levam a cabo suas tarefas cotidianas e como refletem sobre os materiais que utilizam para o ensino de História.

Por fim, é importante esclarecer que fui professora de todos os alunos envolvidos, tanto dos que entrevistaram quanto dos entrevistados. Sem dúvida, isso me permite um olhar privilegiado, uma vez que acompanhei o processo de formação de todos eles e pude perceber percalços e conquistas. Ao ler os depoimentos, também pude ampliar minha visão e conhecer mais particularmente a trajetória de vida dos atuais docentes, o que só corrobora as afirmações de outros autores sobre o assunto:

Os resultados obtidos nestas pesquisas (Lessard & Tardif, 1996; Tardif & Lessard, 2000; Raymond *et alii*, 1993) sublinham a importância da história de vida dos professores, em particular a de sua socialização escolar, tanto no que diz respeito à escolha da carreira e ao estilo de ensino quanto no que se refere à relação afetiva e personalizada no trabalho. Eles mostram que o “saber-ensinar”, na medida em que exige conhecimentos de vida, saberes personalizados e competências que dependem da personalidade dos atores, de seu saber-fazer pessoal, tem suas origens na história de vida familiar e escolar dos professores de profissão. Eles mostram também que a relação com a escola já se encontra firmemente estruturada no professor iniciante e que as etapas ulteriores de sua socialização profissional não ocorrem num terreno neutro. Eles indicam, finalmente, que o tempo da aprendizagem do trabalho não se limita à duração da vida profissional, mas inclui também a existência pessoal dos professores, *os quais, de um certo modo, aprenderam seu ofício antes de iniciá-lo* (TARDIF, 2008:78-79).

A didática: uma investigação sobre o trabalho de ensino/aprendizagem

O presente trabalho é apresentado em um Simpósio Temático que discute Didática da História e sua relação com os livros. Assim, seu ponto de partida é a diferenciação proposta por Nicole Tutiaux-Guillon:

A didática da História na França não se refere à filosofia da história como na Alemanha, nem a aspectos técnicos da atividade docente como no significado tradicional anglo-saxão. O termo é usado na França desde a década de 80 para a história, provavelmente a partir de seu uso em pesquisas sobre ensino e

aprendizagem de matemática, língua/literatura francesa ou as ciências experimentais. Usar o termo *didática* enfatiza a diferença com a pedagogia: as pesquisas em didática da História se centram em torno das especificidades de ensinar e aprender uma disciplina específica (história), e não em questões gerais sobre a escola, como, por exemplo, *motivação*, *trabalho do professor*, etc. Enfatiza também a diferença entre história *acadêmica*, desenvolvida por historiadores, e história *escolar* (história estabelecida pelos currículos, proposta pelos livros didáticos e outros instrumentos didáticos, e realmente ensinada em sala de aula e aprendida pelos estudantes) (TUTIAUX-GUILLON, 2011: 17).

Os pressupostos são, nesse caso, que a História como disciplina escolar tem uma identidade própria, que dialoga com a História acadêmica e com a História difundida na sociedade. Tal modalidade é criada e difundida pela escola, a partir das práticas docentes em sala de aula, e se consolida como uma tradição. Ao investigarmos essas práticas e suas relações com o ensino de História, estamos em busca de entender a didática da área. Os livros didáticos, por sua vez, podem ser considerados um produto dessa tradição, tanto no seu aspecto de mercadoria da indústria cultural, como também nos conteúdos e métodos que divulgam. Podemos pensar que eles são a parte mais visível destas práticas, considerando-se a efemeridade das aulas.¹ Isso não equivale a dizer, entretanto, que os professores são “coagidos” pelo livro, ou, ainda, que estes expressam em seu índice o roteiro que é seguido aula a aula pelos docentes; ao contrário, os docentes têm a seu dispor uma boa margem de negociação e a utilizam no encaminhamento de suas aulas. Como nos lembra Julia, o que importa, nesse caso, é a boa utilização do recurso:

[...] o estudo histórico das disciplinas escolares mostra que, diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora. [...] De fato, a única restrição exercida sobre o professor é o grupo de alunos que tem diante de si, isto é, os saberes que funcionam e os que “não funcionam” diante deste público (JULIA, 2000:33).

¹ Um instigante trabalho é sugerido por Helenice Rocha, Rebeca Gontijo e Marcelo Magalhães (2009) ao considerar “A aula como texto”, frente à efemeridade da mesma.

Dessa maneira, pretende-se explorar como três docentes da rede pública estadual e municipal paulista exploram os recursos que têm disponíveis para o ensino de História.

Professores de História: práticas de sala de aula

A primeira entrevistada é Aline,² que ingressou no curso de História em 2003,³ embora sua primeira opção fosse cursar Turismo. Sua intenção era fazer algo que lhe permitisse “ver o mundo”. Já era militante do movimento estudantil antes de ingressar, mas afirma que foi a graduação que lhe deu uma consciência política mais madura. De qualquer forma, o seu tempo de permanência no magistério já lhe permite perceber a diferença entre sua formação inicial e a mobilização dos “saberes experienciais”, conforme analisado por Tardif:

Olha, vou fazer uma crítica primeiro assim: quando a gente termina a faculdade, às vezes, depois de um tempo, dá vontade de cursar a faculdade de novo. [...] Assim, eu não me formei e me senti uma historiadora, uma professora de História. Eu fui me tornando. [...] Participei muito das aulas, né? Participava mesmo, procurava ler, procurava estudar, mas, ainda assim, eu achava que eu estava aquém do que eu poderia. Eu me formei em 2005, então, já tem alguns anos, já tive um pouco de tempo para praticar a minha profissão. Hoje, eu me sinto com propriedade de professora de História, mas, quando eu me formei, eu não tinha essa segurança, mesmo tendo o diploma. [...] Isso diz pra gente que a formação é contínua, né? Você não se torna um profissional quando você sai da faculdade, mas isso se forma todos os dias, a formação é contínua mesmo.

É à luz desta formação contínua, e militante, que ela faz suas escolhas. As condições de trabalho, a jornada longa, a falta de material são constantemente lembradas em sua fala. Quando ela é interrogada sobre o uso de livros, por exemplo, relata que eles nem sempre chegam e, por vezes, chegam em quantidade insuficiente. A resposta mais instigante, contudo,

² Todos os entrevistados serão indicados pelo seu primeiro nome, sem a menção ao sobrenome. Com isto se procura preservar certo anonimato para o público em geral, ao mesmo tempo que se valoriza o nome pessoal, traço tão característico da cultura brasileira.

³ A única modalidade oferecida pelo curso, nos diferentes currículos, é a Licenciatura, com duração de três anos.

vem quando perguntada se utiliza as apostilas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Esse material faz parte do projeto “São Paulo faz Escola”, implantado paulatinamente desde 2007; é composto pelo “caderno do professor” e “caderno do aluno”, que seguem o padrão dos sistemas apostilados. As escolas estaduais passam a contar com este material ao mesmo tempo que continuam a receber os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e o conjunto do projeto atrelava os bônus pagos aos professores a vários índices das escolas que lecionavam, bem como ao desempenho de seus alunos nas avaliações externas. Muitos docentes sentiram-se, de certa maneira, constrangidos a utilizar o material, esperando que ele fosse proporcionar um melhor desempenho dos discentes em tais provas. Aline explica sua resistência de maneira original:

Então, justamente porque esse sistema apostilado é a sua aula pronta. Vem a apostila já com os exercícios, tudo pronto, com a sua aula já pronta. Qual que é a função do professor, então? Se ele não pode elaborar a própria aula dele, a aula tem que vir elaborada pronta? Ele pode utilizar a apostila; eu acho assim, é bom ter apostila, é bom ter outros recursos, para você acrescentar, usar como recurso a mais, mas não para substituir a sua aula. [...] Porque é assim, tão explicadinho, que eles escrevem, eu acho que às vezes eles estão me chamando de ignorante e incompetente, com as palavras bonitas. Não que eu tenha resistência em aplicar aquilo. Se aquilo é uma receita, é uma bula, que às vezes não cabe no contexto, né? [...] Então, eu tenho muitas críticas concretas, eu trabalho com este material, então, mas a gente utiliza ele em poucas aulas. Lógico que utiliza também, porque todo ensino está em cima daquele acontecimento, mas, quando eu não aplico a apostila, eu não estou deixando de trabalhar o conteúdo da apostila, só que eu estou elaborando a minha própria forma de dar aula, com o mesmo conteúdo. Então, se acho que aquilo ali não vai ser relevante, eu trabalho aquele mesmo conteúdo de uma outra forma.

Agora, tem uma apostila ou outra que vem com umas três ou quatro páginas boas [risadas]. E a gente utiliza, quando serve a gente utiliza. Não tem, na verdade, uma resistência com a apostila. Só acho que o governo é que tem uma resistência com os professores, na verdade.

O problema, segundo Aline, deixa de ser o material apostilado, que pode ou não ser utilizado, e passa a ser a forma como as políticas públicas estaduais encaram o trabalho do professor.

Ao analisar a trajetória de suas práticas de uso do livro em sala de aula, Aline percebe a diferença entre o começo da carreira e o momento em que é entrevistada, cerca de sete anos depois. Esta reflexão a faz retomar o papel da experiência na docência:

Então, por isso que eu estava falando em relação à didática: a gente, nas metodologias, aprende um monte de coisas, mas, na hora de aplicar, a sua experiência é determinante. Você vai descobrindo e criando formas novas também para dar aula. Por exemplo, eu via muito que a gente dá para os alunos lerem um texto: “leia o texto da página tal”. Aí, depois, você vai só explicar, vai só debater, você vai dar atividade em cima. Não funciona muito. Pois quinta e sexta série, eu tive vendo, de vez em quando, eu paro para fazer a leitura com eles. A gente vai lendo, tem que ler. A docência exige paciência. Então, eu percebo que às vezes eles não têm a disciplina até para a pessoa ler. Até você ler um texto, se concentrar para ler um texto, é um aprendizado. Parece tão fácil, ler um texto, tem gente que não sabe se concentrar...

A reflexão é dolorida, mas faz parte de um momento importante de análise de sua prática, que lhe permite redirecionar seus métodos: como os alunos mais novos – e não só eles – não têm autonomia de leitura, é preciso estabelecer um “aprendizado” antes de qualquer atividade. Para tal, não bastam as orientações prescritivas, é preciso percorrer o caminho com o aluno, percorrer diversas possibilidades de leitura, para que a aprendizagem ocorra. É preciso ter paciência! O caminho pode ser mais delicado no caso de alunos com graus elevados de dificuldades no letramento; ainda assim, a solução encontrada reflete um momento de maturidade da docente:

A gente recebe alunos geralmente das escolas municipais. Por incrível que pareça, muito não vêm alfabetizados. É uma realidade até difícil de falar, mas, em várias salas, eu tenho alunos que não são alfabetizados. É muito difícil porque eu não sei lidar muito bem, eu não sou alfabetizadora, né? Então, eu tenho um caso, por exemplo, eu não sei se cabe citar, mas, assim, de um aluno chamado Pedro. Um aluno da sexta série, ou seja, ele passou da quinta para a sexta sem saber ler e sem saber escrever. É até difícil falar disso assim, mas, eu comecei a trabalhar e a explicar: ele senta do meu lado, aí eu explico para ele o que eu estou explicando para a sala, e eu explico para ele. Eu falo para ele: “Você pode desenhar o que você entendeu?” Porque ele não sabe escrever. Aí, na sexta série, você ensina período medieval, era feudal. Então, expliquei para ele o que era o feudalismo e expliquei para ele como que era um feudo.

Ele desenhou um feudo só de eu explicar, só de ouvir minha explicação. Ele desenhou um feudo incrível, aí eu percebi que ele desenha muito, ele tem um talento para o desenho, ele consegue desenhar as aulas.

Os impressos escolares não são os únicos textos que a professora utiliza. Como ela é militante dos grupos de juventude, aproveita as cartilhas e materiais produzidos para o trabalho em sala de aula; além disso, recorre a outros materiais: exhibe filmes, faz visitas a museus. Enfim, o que se percebe é que o livro didático, ou a apostila oficial, aparecem em suas aulas, mas não são eles que determinam seus procedimentos. Ao contrário, mais uma vez a sua face militante comparece e ela afirma que o ideal seria a produção de textos novos, adequados a cada turma, a cada situação e isto não é possível frente à jornada extensa do professor. Assim, ela realiza seus planejamentos anuais seguindo o que já tem pré-estruturado, e adapta o ritmo ao andamento de cada turma. Como ela mesma afirma, a experiência é o guia que lhe dá segurança para a utilização dos recursos a seu favor no processo de ensino/aprendizagem em História.

Outra professora entrevistada é Ada, que iniciou seu curso em 2004, em um momento de readequação do currículo da universidade, no qual houve a inclusão das disciplinas de Prática de Ensino, ao lado das anteriormente existentes: Estrutura e Funcionamento do Ensino, Psicologia da Educação e Didática. Ela começou a lecionar quando ainda estava na graduação, em 2005, e relata que, por isso, tinha dificuldades nas aulas de Psicologia da Educação, porque achava que as reflexões da professora não eram capazes de ser aplicadas em suas turmas. Agora, ela já possui um tempo de docência e faz uma reflexão importante sobre as diferenças encontradas entre o início de sua carreira e o momento em que é entrevistada:

A gente aprende, a cada ano a gente vai mudando a forma de lecionar. É um aprendizado constante. O aluno hoje é bem diferente do aluno lá em 2005, o aluno era mais... [...] Você trabalha muito na lousa, porque o material não tem, eles não te dão acesso a tudo, a escola pública falha muito neste ponto. Isso é a grande dificuldade que os professores colocam, não tem material. Ou você tira do bolso para poder dar uma boa aula, ou então usa o quadro negro, que é o que tem lá: a lousa. Giz, lousa e saliva, é bem essa a realidade. Mas, mudou bastante, porque eu sei lidar bastante com o aluno. A gente tem que observar que cada um tem uma cabecinha diferente: quando eu entrei, eu não tinha essa visão que era uma cabeça diferente da outra, né? Hoje, você vai, trabalha com

ensino fundamental, que é meu grande desafio, é o fundamental. O médio eu não tive problema, o médio eu fui pegando o jeito, são adolescentes maiores. Tem uns que dão trabalho, mas ainda assim é menos. Agora, o fundamental é complicado, para lidar com o fundamental tem que ter muita ginga, gostar muito de criança.

O ingresso na carreira de Ada foi justamente o ensino médio, em substituição a outra professora que estava de licença. Ainda assim, ela não vê grandes problemas no trabalho com os adolescentes, preferindo estes às crianças. Sua fala mostra, ainda, o papel da experiência em sua carreira: foi preciso saber diferenciar cada aluno para poder realizar um trabalho mais efetivo. Na sequência de sua fala, inclusive, ela mostra a importância de perceber os diferentes tempos de aprendizagem em cada sala de aula:

Daí, eu comecei a perceber que cada um tem o seu tempo. A maioria não sabe escrever hoje em dia, tem muito aluno de inclusão dentro da sala. Tem aluno que é rápido, que veio do colégio particular; tem aluno que estudou no estado, mas desde pequenininho é mais ágil, e tem aquele aluno que é super devagar. Então, você tem que trabalhar ali olhando para um todo, você tem que ver: “fulano não faz as coisas bem, é lento”. Então, eu tenho que tirar um tempo para aquela criança. E hoje eu faço isso, vou fazer uma provinha para ele em separado, né? “Vou passar uma atividade para você separada”. Porque ele vai entender direitinho. Hoje eu vejo isso: “Ah, não sei, professora, ainda estou aprendendo a ler”. Tem criança que está na sexta série e nem sabe ler, não sabe escrever. Então, assim, como é que eu vou passar matéria para todos se sei que ele não está indo bem porque ele não sabe escrever?

A percepção dos diferentes em sala de aula permitiu a Ada diferenciar suas abordagens de sala de aula. Em relação ao livro didático, ela tem uma postura crítica e diz que não os adota. Ainda assim, o que se percebe é que ela não os utiliza na totalidade, mas eles compõem de forma diversificada nos textos que leva para os alunos:

Eu trabalho pouco o livro didático, porque eu acho que deixa muito a desejar. Eu prefiro trabalhar texto em sala de aula, pegar um texto meu mesmo, produzir um texto menor ou então pegar um livro que tenha um pouco menos. [...] Eu pego textos separados, texto de um lugar, pego de outro, para poder não deixá-los presos àquilo. O livro didático, como eu posso dizer, é... complicado. Dependendo da editora que você vai trabalhar, o aluno não entende nada. Então, a gente tem que trabalhar situações do dia a dia com eles,

fazer uma comparação presente e passado. Ainda existem algumas editoras com as quais eu gosto de trabalhar, que eu ainda uso. É o caso do *Projeto Araribá*, que acho que é o melhor livro didático que está no mercado. Agora, da História moderna, o da Ática, o aluno não pega, não adianta: tem exercícios muito longos, eles não gostam de coisas longas. As crianças de hoje são muito imediatas, gostam de coisas muito rápidas, internet, coisas que chamam a atenção.

O que se percebe é que há uma preocupação com a leitura dos alunos e com as dificuldades que estes encontram. A opção da professora, então, é por trabalhar textos menores, que possam estimular os alunos. É importante lembrar aqui que a docente, quando aluna da graduação, era conhecida justamente pelos longos textos que produzia nos dias de prova, o que torna curioso notar que, na prática cotidiana, abandonou seu hábito em favor do que considera o ideal para a aprendizagem de seus alunos. Em relação às apostilas, especificamente, ela as utiliza muito pouco, até porque, segundo seu depoimento, trazem muitos exercícios, cujas respostas já estão prontas na internet, o que faz com que os alunos não sejam estimulados em sua reflexão sobre os temas propostos. Não se pode deixar de mencionar ainda que, a despeito de uma fala generalizada sobre a “falta de materiais”, estes não parecem fazer falta, uma vez que ela mesma seleciona seus textos a partir dos livros que possui, ou de outros que produz.

A última docente a ser apresentada é Lígia, contemporânea de Ada no curso. A primeira novidade é que o curso de História foi a segunda graduação da aluna, que já era formada em Turismo – ela buscava uma formação complementar para atuar em sua área. Seu ingresso no magistério foi absolutamente casual: inscreveu-se para participar de um projeto do governo do estado em que alunos do ensino superior faziam estágios nas escolas públicas, atuando em diferentes disciplinas. A partir de então, começou a lecionar e acabou por se tornar uma professora.

As dificuldades com o letramento dos alunos, tal como mencionado por Aline e por Ada, também comparecem em sua fala. E, tal como as outras, ela também encontrou formas de trabalhar o tema:

Porque a gente fala muito da questão da escrita: “Ah, ele não escreve, ele não faz nada”. Mas, quantos alunos não escrevem e têm uma participação brilhante em sala de aula? Eu tinha um aluno que não fazia nada, só dormia. Aí, um dia, eu estava falando algo ligado à escravidão. Ele levantou e disse assim: “Por que tudo que é ruim é negro? É preto?” Aí, eu falei: “Como assim? Do que você está falando?” Aí, ele falou: “Porque é que o pessoal fala: ah, a situação tá preta!” E aí você pensa: “Poxa, olha a relação que ele fez. Porque é uma relação, ele começou a pensar, a apontar visões negativas que se têm em relação a um conceito que se cria, né? Muito interessante isso. Aí, eu pedi pra ele explicar o que ele tava sentindo e ele foi falando, e fez sentido o que ele estava pensando, ele não estava errado no questionamento dele. E os outros foram participando. Então, de repente, um aluno que não fazia nada, que tava dormindo...”

A postura do aluno que não se envolvia com a aula incomodava Lígia no começo da carreira. Ao narrar a história acima, ela reflete que, se o aluno não cumpre sua parte, ela não deve interferir, não é seu papel “resolver tudo”. Assim, ela percebe a importância da mão dupla no processo de ensino/aprendizagem. Mais do que isso, a não participação do aluno não significa apatia, mas pode mostrar outra forma de envolvimento com a disciplina.

Em relação aos livros, ela tem uma postura bastante diferente de Ada e de Aline, uma vez que diz gostar de utilizar o material:

Eu trabalho com o livro didático porque eu percebi que isso faz muita diferença para eles. No começo, eu falava assim: “Ah, livro didático é aquela história tradicional, aquela coisa tradicional, o questionário, não sei o quê...” Mas, eu percebi, inclusive, que isso é muito bom pra quem tem dificuldade com leitura e escrita. Eu percebi que aqueles que tinham mais dificuldade com leitura e escrita, quando você dá alguma coisa pra fazer de livro, eles têm mais condições de acompanhar as coisas melhor. Até em casa, também, às vezes, a família cobra: “Ah, tem que ter lição de casa!” Ou: “Ah, não tem lição de casa...” Ou, a gente também cobra que eles deem continuidade em casa. O livro ajuda nesse sentido, é um material de apoio pra eles. Mas eu procuro não usar só o livro. Então, por exemplo, outro dia eu fiz um trabalho com a 8ª série sobre os conceitos. Eles estavam com dificuldade de compreensão entre as coisas. Eles fazem muitas bagunças assim: o que é preconceito, o que é racismo, né? Mistura tudo. Aí, eu falei: “Ah, temos ditadura, democracia, socialismo, capitalismo...” Que são as palavras que eles não entenderam na 8ª série. Eles não vão entender nada da matéria se você não sabe o que é ditadura, o que é democracia, o que são todas essas coisas. Aí, eu fiz um baralho com eles, pra eles fazerem em grupos, pra eles relacionarem os conceitos com seus

significados. E deu certo, eles adoraram. Então, eu procuro tentar fazer coisas que fujam do livro, atividades em grupo, coisas que realmente eles trabalhem. Eu jogo a responsabilidade pra eles: “se vocês fizerem, vou ter possibilidade de fazer mais coisas. Agora, se não tiver a ajuda de vocês, aí não podem reclamar das coisas”. Tradicional, né?

A participação dos alunos, novamente, é um ponto importante para o trabalho de Lígia: ela cobra a responsabilidade dos alunos na realização das atividades propostas. Isso aparece nos exercícios propostos, na correção dos cadernos (que ela menciona em outra fala), na confecção dos baralhos para a aula. O que a docente ressalta é o envolvimento do aluno como condição primordial para o desenvolvimento da aprendizagem. Até o papel da família, corresponsável pela educação das crianças, é evocado por ela para demonstrar que o livro é um material importante e ajuda a organização do cotidiano de estudos. É curioso que ela denomina sua abordagem de “tradicional”, quase como uma autocrítica, embora mostre que o método funciona, segundo sua avaliação.

Em busca de uma síntese

Em artigo recente voltado à discussão sobre o livro didático, Marco A. Silva encerra seu trabalho com a seguinte reflexão:

O processo de fetichismo a que o livro didático foi consagrado em nossa cultura pode ser mensurado por meio das discussões acaloradas repercutidas na imprensa brasileira. Essa discussão fica restrita à qualidade e ao conteúdo dos livros adotados. Entretanto, as condições concretas sob as quais estes materiais são utilizados por professores e alunos não são alvo de discussões tão apaixonadas e acaloradas. Assim, a fetichização do livro didático parece ofuscar discussões significativas como o papel que ele desempenha e o que deveria desempenhar no ensino, como é e como poderia ser utilizado ou, ainda, as reais condições de formação, trabalho e de ensino/aprendizagem enfrentadas por professores e alunos no cotidiano das escolas brasileiras (SILVA, 2012: 817).

Na direção proposta pelo autor, apresentei três possibilidades e apropriações distintas de professoras que atuam na rede pública estadual paulista: Aline tece críticas ao livro e às

apostilas e faz seus planejamentos de maneira independente, embora não deixe de utilizar textos em suas aulas. Ada também critica o livro, mas utiliza seus textos de maneira aleatória, de acordo com os temas que aborda, selecionando trechos ou, ainda, produzindo novas redações para uso em sala de aula. Ligia, por sua vez, aponta outra possibilidade, a do livro como um material importante porque auxilia o aluno na organização de seus estudos, além de permitir um acompanhamento dos pais. Em todos os casos, a questão das dificuldades de escrita e leitura é mencionada, mas cada docente dá a ela um encaminhamento diferente, de acordo com sua experiência.

O que se percebe, mais uma vez, é que as práticas de leitura dos livros didáticos são múltiplas. Se isso já pode ser notado nas falas das professoras aqui presentes, uma investigação com seus alunos certamente traria outras facetas importantes para a reflexão sobre o ensino e a aprendizagem na história.

Referências Bibliográficas

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Sindicato dos Professores (SinproSP): São Paulo, 2007.

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar – Memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SILVA, Marco Antonio da. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**. Porto Alegre/RS, v. 37, n. 3, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TUTIAUX-GUILLON, Nicole. O paradoxo francês: cultura histórica significativa e didática da história incerta. **Educação e Realidade**. Porto Alegre/RS, v. 36, n. 1, 2011.

Frames de um ocaso: o comunismo farsesco e patético de *Contos da Era Dourada*

*Émile Cardoso Andrade**
*Michelle dos Santos**

Compreender um estado de exceção sob o signo do riso já foi trabalho realizado e eternizado por Charles Chaplin em *O grande ditador* (1940). Nesta obra, a caricatura de Hitler permite entrever o líder da Alemanha nazista como um bufão ou um palhaço picaresco, levando o espectador à sublime seqüência do último discurso, em que se revela a complexidade da imagem cômica e seus desdobramentos. O objetivo deste estudo centra-se na possibilidade de enxergar a experiência do comunismo na Romênia pela ótica da farsa, aqui considerada tanto como uma vivência ilusória quanto como gênero dramático. Esta última acepção vem acompanhada necessariamente das insígnias do cômico e do patético, cujas definições – embora aqui tratadas modestamente, sem digressões teóricas – auxiliam nossas reflexões.

Em estudo voltado essencialmente para o significado do cômico, Henri Bergson (1983) inicia suas considerações alegando que é impossível haver comicidade fora do propriamente humano. O riso distingue os seres humanos dos outros animais na medida em que somente os homens são capazes de realizá-lo e provocá-lo. Além disso, há que se ter em mente o caráter de insensibilidade do riso – na medida em que seu ambiente natural é a indiferença. Para obter-se o efeito cômico é necessário que aquele que ri se distancie sensível e emocionalmente da vítima, ao menos no instante da ação. Uma terceira característica também é apontada pelo filósofo francês: “O nosso riso é sempre o riso de um grupo” (BERGSON, 1983: 8); ou seja, o lugar da comicidade é coletivo e mesmo que exista a risada individual, ela se faz coletiva na abstração mental daquele que ri.

* Professora de Literatura e Teoria Literária da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e doutora em Cinema pela Universidade de Brasília (UnB). Líder do GPTEC: Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas.

* Professora de História Contemporânea da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB). Líder do GPTEC: Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas. A apresentação e a produção dessa pesquisa foi financiada pelo Programa de Auxílio Eventos (Pró-Eventos) da UEG – PrG 2014.

Para uma definição do que estamos chamando de patético, encontramos nas observações de Schiller (2011) sobre o trágico e o sublime algumas reflexões consideráveis. O filósofo e teatrólogo alemão admite que o patético é atributo fundamental ao artista trágico. Neste sentido, a força motriz do *pathos* é condição essencial do trágico na medida em que – no reconhecimento de sua situação trágica – o herói estende a representação do sofrimento, tornando-o patético. Contudo, Schiller ressalta que este prolongamento da dor, para ser estético, há que encontrar-se necessariamente no sublime, compreendendo este termo como uma série de reações estéticas sensíveis voltadas à observação de aspectos extraordinários e grandiosos da natureza humana. Assim, o Édipo de Sófocles amplia sua condição trágica tornando-se patético, ao discorrer sobre seu infortúnio perante a platéia com os olhos vazados e ensangüentados. Nesta mesma direção estão os clowns de Shakespeare e os de Fellini, ou as protagonistas de Lars von Trier em *Os idiotas* e *Ondas do destino*, e ainda – voltando ao nosso tema – os personagens que permeiam as lendas urbanas de *Contos da era dourada*.

O primeiro curta se intitula “A lenda dos vendedores de ar” e explora a prática – que parecia ser muito comum – de vender garrafas usadas para obter uns trocados. Após conhecer um rapaz que lhe ludibriou a fim de conseguir roubar-lhe uma garrafa, a personagem principal acredita ter encontrado uma forma de obter dinheiro fácil. Porém, a proporção de seu plano e o valor almejado pela garota são imensos, configurando este ato num golpe, passível de prisão – dentro das leis do regime.

Em certo momento da narrativa, ela é convidada para uma festa e é convencida a participar do evento quando um amigo avisa que nele haverá um videocassete. As imagens abaixo são frames do campo e contracampo da seqüência em que vemos os jovens reunidos num cômodo da casa com olhos fixos na televisão. Um deles esclarece que o filme em questão é *Bonnie & Clyde*, clássico americano de 1967 que marca uma revolução no cinema da época. Quando jovem, o diretor de *Contos da era dourada* Cristian Mungiu viveu de exibir clandestinamente filmes em sua casa, tal como se passa nesta seqüência. A curiosidade acerca de produtos culturais da indústria capitalista e os desafios para ter contato com esta produção dentro do regime comunista romeno ficam evidentes neste conjunto de cenas.



Figura 1: O fascínio do videocassete: um filme americano é um grande evento.

É possível traçar uma curiosa comparação entre o casal golpista que encontramos no filme de Mungiu e a dupla Faye Dunaway e Warren Beatty consagrada pelo cinema americano. Enquanto os criminosos de Hollywood são eternizados pelo glamour das grandes produções cinematográficas dos Estados Unidos, e despertam fascínio através de aventuras espetaculares e inacreditáveis – como grandes assaltos a bancos e violentas cenas de assassinato –, resta ao simples casal romeno realizar o ridículo delito de enganar pessoas para conseguir um número absurdo de garrafas e trocá-las por um dinheiro que valha ao menos a comida da semana, já que o sonho de fazer uma viagem ou comprar um carro era impossível.



Figura 2: A glamorosa fora da lei em *Bonnie & Clyde* e sua versão comunista ludibriando os vizinhos para conseguir garrafas.

A narrativa de todo o filme apresenta uma constelação de tipos, em certa medida. Tipos que ilustram a diversidade de atitudes do romeno no comunismo e em relação às suas doutrinas.

Uma estudante, um motorista, um fotógrafo, um funcionário administrativo e um prefeito, um policial. Há pessoas enfadadas, frustradas, apáticas; outras que sonham com o dinheiro e o consumo ocidental, mas existem também os “ativistas zelosos” (como num conto específico), os entusiasmados com o regime instaurado no pós-segunda guerra mundial e que lidam de forma devotada com os programas e metas oficiais.

Os reformistas e os linhas-duras ortodoxos, os comunistas de gabinete e àqueles que buscavam se aproximar das massas no campo e na cidade; os políticos tão ilustrados quanto teóricos e os mais pragmáticos também dividiam o Partido Comunista Romeno. Os idealistas e os otimistas, os cínicos, os oportunistas, os hipócritas e os comodistas também são figuras que transitam nos quadros do cinema romeno.



Figura 10: o ativista zeloso num aplauso entusiasmado e seus camaradas nem tão entusiasmados assim.

E, claro, essa multiplicidade de formas de ver a própria vida no calor da hora, nos 15 últimos anos do comunismo no país, foi reelaborado e reaparece hoje como memórias e imagens também plurais de um passado que pôde ter se tornado lúgubre e criminoso, patético, interdito e turvado, mas também dourado. Trata-se de uma lembrança comum a muitos países que abandonaram o regime de partido único no fim dos anos 1980, marcada pela imagem de um passado no qual todos eram pobres, embora o Estado fornecesse ao menos os serviços básicos.

Em meio a dificuldades e problemas de bem estar social e a crises econômicas mundiais, simpatizantes romenos, usando lenços vermelhos, celebraram em julho de 2010, na capital, o

renascimento do Partido Comunista, mais de 20 anos após a revolução que provocou a queda do ditador. Enquanto isso, mais da metade da população afirma em pesquisas realizadas recentemente, inclusive no ano de 2013, que vivia melhor sob o comunismo e, inclusive, o queriam de volta.

Essa é outra faceta reconhecível na escolha do título *Contos da era dourada*, além do deboche com a propaganda oficial, que definiu assim o período. É claro que os anos comunistas, em parte, são responsáveis por essa imaginação nostálgica, pois a fonte do patrimônio ou do repositório cultural dessa sociedade está nas vivências que ela produziu. Todavia, podemos pensar que a criação de um passado dourado, nomeadamente a de um jardim imaginado dos tempos em que “alguns se permitiam curtir as férias nas praias do Mar Negro” – e que agora não é possível economizar nem para isso –, talvez esteja na origem de certa concepção do presente. Ela põe a prova, em contraste com esse passado, seu sentido de identidade. A experiência do período em que vivem após a queda do Muro e o julgamento tantas vezes negativo que fazem de seu lugar da história são continuamente postos contra o pano de fundo do que podemos chamar também de “mito ou lenda”, querendo dizer com isso que todo esse saudosismo

contribuiu para a formação de uma imagem rica e dominante, de uma estrutura simbólica que pressiona, com a insistência da mitologia ativa, a condição presente de nosso sentimento.

Não é o passado literal que nos governa, a não ser possivelmente, em um sentido biológico. São as imagens do passado. Estas são, com frequência, tão altamente estruturadas e seletivas quanto os mitos. (STEINER, 1991: 13-16)

O presente capitalista em que vivem os romenos, de “nuvens negras” que cobrem Bucareste e as províncias do país, é fruto, sobremaneira, de um decreto intelectual e emocional. A atual desilusão política deriva da comparação à sua força, sua própria obviedade. Se é verdade que toda sociedade requer antecedentes, é igualmente verdadeiro que ela os elege.

Concordamos com George Steiner, a produção e o estabelecimento da imagem de anos felizes e sorridentes liga-se ao fato de que

A maior parte da história parece trazer em si um vestígio de paraíso. Em alguma época de tempos mais ou menos remotos, as coisas eram melhores [...]. O mito da Queda tem mais força que qualquer religião específica. [...] Nossa imagem de uma coerência perdida, de um centro que se mantinha, tem autoridade maior, que a verdade histórica. Os fatos podem refutá-la, mas não removê-la. Ela condiz com alguma profunda necessidade psicológica e moral. Dá-nos equilíbrio, um contrapeso dialético, com que situamos nossa própria condição. (STEINER, 1991: 14-15, 19)

Todavia, a essa atmosfera de superestimação do passado, de lembrança dos “bons tempos”, Mungiu e seus quatro colegas respondem com outras reminiscências de uma época em que os romenos lutavam para sobreviver à ditadura comunista, sem eletricidade, sem comida, sem aquecimento, sem água limpa e em meio à poluição.

Alhures, o ativista zeloso se empenhou, apesar de todas as dificuldades estruturais visíveis no interior da Romênia, em alfabetizar a população de um lugarejo longínquo e isolado, que resistia às suas investidas e convocações à sala de aula, por ver na leitura e na escrita pouca utilidade em sua rotina, longe dos censos ostentados pelo regime.

Ao final do episódio, a legenda nos diz que o regime conseguiu o que queria: “Diz a lenda que, no final do ano, o censo apontou 99% de pessoas alfabetizadas na comuna de Adancata”. Mas, o ativista zeloso não. Pois, vemos que ele voltou para a sua cidade, de carroça, cheio de comidas que recebeu como presentes dos camponeses, com o braço quebrado, estampando resignação em sua face e deixando para trás uma professora para substituí-lo. O personagem deste filme é uma espécie de Dom Quixote, no sentido que lhe dá Henri Bergson: “Homens como D. Quixote são também corredores que caem, e ingênuos a quem se engana, corredores do ideal que tropeçam em realidades, sonhadores cândidos que a vida maliciosamente espreita” (BERGSON, 1983: p.11). Assim, a realidade do regime faz o professor tropeçar em sua própria ideologia desprovida de malícia, dando ao espectador a garantia do riso.

Um filme farsesco e patético como o apresentado por Mungiu a partir dessas e de outras lendas e figuras, com uma boa dose de humor negro, tem a verdade da farsa e do *pathos*. Aqui,

o gênero narrativo escolhido se confunde com características da própria Romênia comunista, nos últimos anos de Nicolae Ceaușescu.

É sintomático que os episódios sejam apresentados como provenientes dos mitos e das lendas urbanas que circulavam no país e fazem parte da tradição desse povo. Pois essa experiência foi tão absurda que não parece verdadeira. Os personagens exemplares ou sobrenaturais dos seis episódios adquiriram feições fantásticas pela imaginação sem limites do “Conducător” e pelo processo histórico que a sua burocracia e o seu autoritarismo engendraram, fazendo do cotidiano romeno algo próximo das telas de Dalí ou da literatura de Julio Cortázar. Como afirmou Marcel-Edmond Naegelen, e é evidente nesse caso, em *Avant que meure le dernier* (1958), “A realidade supera toda a literatura, toda a pintura, toda a imaginação”.

Além disso, falar em lendas é mais produtor quando se trata de um período no qual o rígido controle da informação pelo Estado fazia com que as pessoas nunca soubessem o que era verdade ou não, entre o que liam, viam ou ouviam falar.

Trata-se da relação da história com outras linguagens não necessariamente acadêmicas. O cinema é uma grande porta para a história do século xx e, também, para a história de como essa época percebeu e interpretou o passado. Segundo o historiador Marc Ferro, trata-se da “leitura histórica do filme” e da “leitura cinematográfica da história”.

Nós, como historiadores, vamos então aceitar o convite de Andréa França e “viver um evento em imagem”, trazer ao lugar central da análise a experiência sensível e afetiva de assistir cinema, na medida em que essa fruição é uma vivência tão ou mais significativa do que as realidades fora da tela.

Encontramos, pois, dois exemplos desta vivência singular do cinema que nos chamam a atenção e podem ilustrar as reflexões de Andréa França. Alejandro González Iñárritu (2007) e Abbas Kiarostami (2008) entregaram-se – cada um à sua maneira – à tarefa de revelar sentidos múltiplos da experiência cinematográfica.



Figura 15: *Anna* de Iñárritu e a atriz espectadora de *Shirin*: percepções sensíveis para além do simples ato de ver um filme.

Para comemorar os sessenta anos do Festival de Cannes, o diretor mexicano dirigiu um curta-metragem intitulado *Anna*, cuja personagem homônima, uma mulher cega, está no cinema assistindo ao final do filme *Le Mépris*, de Jean-Luc Godard. Muito emocionada, ela escuta a música *Theme de Camille*, enquanto um rapaz lhe descreve o que ocorre na tela. Anna está completamente absorvida pela experiência e suas emoções transbordam, a ponto de sair da sala pouco antes do filme terminar. O final do curta se constrói a partir de um jogo subjetivo entre os sons que engendram a diegese (o lado de fora do cinema, a rua, o trânsito) e o âmago afetivo da personagem (a música tema do filme, composta por Georges Delerue).

Já o filme de Kiarostami é uma experiência metalingüística que apresenta *close-ups* de atrizes iranianas notáveis e da atriz francesa Juliette Binoche, enquanto assistem a um filme baseado em um conto mitológico persa. Todo o filme é uma longa montagem de rostos intensos que desfrutam da história de Khosrow e Shirin a qual permanece invisível para o espectador. Assim, temos acesso ao som do filme a às expressões dramáticas das mulheres que lhe assistem, deixando no vazio do fora de campo a imagem em movimento.

Os dois exemplos nos parecem relevantes na medida em que colocam a imagem – material fundamental do cinema – à parte, e celebram a experiência do filme como uma prática para além do sentido da visão. Tanto Anna, como as atrizes de Kiarostami e até nós, espectadores, estão *vivendo* os filmes, estão experimentando sensações complexas advindas do cinema que se estendem para fora da imagem. Nesse sentido, nosso corpo é um prolongamento

do filme e as nossas reações são desdobramentos da imaginação do diretor, do roteirista e de sua obra.

Assim, ver um filme é sabê-lo por inteiro, considerando-o – nesta relação dialética obra/espectador – como expressão visceral carregada de sensibilidades e verdades: “A narrativa cinematográfica *é* o próprio acontecimento, o lugar entre o modo como o acontecimento constitui a narrativa *e* a narrativa constitui a realidade. É esta mínima distância que precisa ser percorrida pelo pensamento analítico, porque é nessa fronteira que circula o pensamento fílmico”. (FRANÇA, 2003: 114).

Referências Bibliográficas

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

FRANÇA, Andréa. **Terras e fronteiras no cinema político contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

IÑARRITU, Alejandro González. Anna. IN: Vários diretores. **Cada um com seu cinema**. França. DREMLAND filmes e Studio Canal. Colorido/P&B, 119min., 2007.

KIAROSTAMI. **Shirin**. Irã. MK2 Productions. Colorido. 92 min., 2008.

MUNGIU, Cristian. **Contos da era dourada**. Romênia. Produção: MOBRA Films. Distribuição: Imovision. 149 min. Colorido, 2009.

SCHILLER, Friedrich. **Do sublime ao trágico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

STEINER, George. **No Castelo do Barba Azul**: algumas notas para a redefinição da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Um Estudo das Transformações de Modelos de Comportamentos Segundo as Animações da Disney (1937-2012).

*Érika Rachel Guimarães Soares Alves**

O presente artigo tem como proposta realizar um estudo comparado para compreender como as representações das personagens presentes nos filmes de animação da Disney são alteradas para acompanhar a modificação do papel social de mulheres e homens na sociedade americana dos séculos XX/XXI. Através da comparação, observa-se que tais técnicas e abordagens que diferem as produções entre si, refletem tendências dos momentos histórico de seus lançamentos. O estudo inicia-se observando como, no universo de desenhos animados, caracterizam-se os Contos de Fadas.

As histórias dos contos de fadas literários foram adaptadas, com sucesso, para o mundo da fantasia cinematográfica: os Estúdios Disney produziram animações consideradas clássicos do cinema, contando com um generoso catálogo de filmes que se enquadram na definição de Conto de Fadas. Dentre tais podemos reduzir o foco para uma categoria específica de criações conhecidas como Princesas da Disney. Esta esfera é apresentada como releituras de antigos contos medievais com protagonistas femininas - geralmente princesas por nascimento, elementos mágicos e príncipes encantados. Dentro desta perspectiva encontram-se nove filmes. Para a pesquisa foram selecionados três grupos para estudo. A distinção se dá de acordo com as características em comum da representação que se criou.

Ao tratar da ideia de representação nas animações Disney utiliza-se como referência as reflexões teóricas de Roger Chartier no campo da História Cultural. Para o autor:

A história cultural [...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler [...].

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados [...] Por

* Aluna de mestrado do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES.

isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002: 16-17)

O trabalho em questão se preocupa em estudar as representações das personagens dos desenhos de princesa Disney que acabam por se cristalizar e se constituir em modelos de comportamento para um público infanto-juvenil e, por conseguinte, como a circularidade na qual os arquétipos cunhados são alterados de forma a se adaptarem à sociedade americana em constante mutação. Esse processo de circularidade da representação possui mecanismos complexos cujos elementos vão além do objetivo da presente apresentação, no entanto, pode-se afirmar que a indústria cultural, responsável pelo mercado no qual se inserem as representações cinematográficas analisadas, é responsável por um processo de contínua adaptação às demandas culturais presentes. Assim, a partir da constituição de um primeiro modelo arquetípico, elementos estéticos, maneirismos, condutas, são absorvidos por indivíduos consumidores, que, ao longo de um período acabam por alterar suas características iniciais, o que leva a indústria a buscar a preparação de um novo arquétipo que novamente se enquadre à nova cultura presente ao público alvo em suas bases.

A primeira geração de princesas a ser apresentada ao público se origina dos filmes *A Branca de Neve e os Sete Anões* (*Snow White and the Seven Dwarfs*, dir. Hamilton Luske, 1937), *Cinderela* (*Cinderella*, dir. Marc Davis e Eric Larson, 1950) e *A Bela Adormecida* (*The Sleeping Beauty*, dir. Marc Davis, 1959). Consideradas por muitos anos o modelo de mulher a ser perseguido, foram criadas em meio a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria e suas tensões ideológicas. Dentro deste recorte define-se Branca de Neve como apresentando o primeiro modelo representativo feminino e a adotaremos para comparações. Branca de Neve é escolhida pelo fato do seu filme causar uma revolução da produção de filmes de animação. Além de inovar com os avanços tecnológicos, a obra fílmica demonstra o arquétipo ideal de mulher da primeira metade do século XX, no ocidente.

Anos mais tarde outro arco de princesas chama a atenção por suas características semelhantes. *A Pequena Sereia* (*The Little Mermaid*, dir. Ron Clementes, 1989), seguido de *A Bela e a Fera* (*The Beauty and the Beast*, dir. Richard Purdum, 1991) e *Aladdin* (*Aladdin*, dir.

Ron Clementes, 1992). Os três filmes tem como desafio representar uma mulher mais moderna, curiosa e intelectualmente ativa. Muitas vezes invertendo as posições masculino/feminino as produções lançam mão de heroínas objetivas e destemidas que, mesmo fazendo uso de recursos sobrenaturais, conquistam o seu objetivo. Uma representação da mulher que nascia com os anos 1990. Nesta geração escolhemos para comparação a personagem Bela, de *A Bela e a Fera*. Primeira animação a concorrer ao Oscar de Melhor Filme, a obra, inspirada nos musicais da Broadway, mostra a primeira protagonista a quebrar com o modelo de princesa chancelado pela própria Disney. Bela rompe com os paradigmas estabelecidos até então ao representar um modelo seguro de suas escolhas.

Entretanto, por mais independente que a personagem de Bela fosse, a figura feminina do século XXI exigia da Disney uma nova leitura. Os filmes nascidos a partir do ano 2000 tem uma clara preocupação com autonomia feminina. A Princesa e o Sapo (*The Princess and the Frog*, dir. Ron Clementes, 2009) introduz pela primeira vez uma princesa que, além de fugir do padrão europeu, tem como desejo ser reconhecida pelo seu trabalho, *Enrolados* (*Tangled*, dir. Nathan Greno, 2010) quase volta com os antigos paradigmas porém, mantém o espírito de liberdade com uma Rapunzel aventureira e, por fim, *Valente* (*Brave*, dir. Mark Andrews, 2012) rompe com toda a tradição de princesas anterior. *Valente* ainda se caracteriza como Conto de Fadas, com sua ascendência retomando contos celtas, e um filme de princesa, contando com a presença do componente sobrenatural. Contudo, Merida, sua protagonista, transgride todas as regras que seu próprio contexto a impõe. Com um caráter questionador, a personagem não aceita o destino que lhe cabe e altera, por meio da rebeldia, o seu próprio papel social. Da última geração aqui definida, *Valente* aparece como um ponto de virada. A representação da mulher que escolhe ser o que quiser, sem se preocupar com a opinião da sociedade. Merida é um modelo de libertação social.

Uma das características dos filmes Disney é a ambientação na Europa medieval, contudo não tem a pretensão de apresentar fidelidade à realidade social, política ou econômica da época retratada. Tendo em vista a tentativa de se remeter ao mundo no qual o conto original foi criado, o filme apresenta certa liberdade criativa com relação aos estudos historiográficos medievais. Para esta análise é utilizado o conceito de "medievalidade" apresentado por José Rivair Macedo

na introdução do livro *A Idade Média no Cinema*, em que o autor analisa a apropriação do medievo por variadas mídias, em especial o cinema, e como seus desvios históricos são interpretados. Cabe ressaltar que as representações medievais popularizadas nos filmes da Disney são fundamentais na construção do imaginário infantil a respeito do medievo europeu. Na obra afirma-se:

Neste último caso, diferentemente das "reminiscências", que de alguma forma preservam algo da realidade histórica da Europa medieval, defrontamo-nos com uma das manifestações mais tangíveis da "medievalidade", em que a Idade Média aparece apenas como uma referência, e por vezes uma referência fugidia, estereotipada. Assim, certos índices de historicidade estarão presentes em manifestações lúdicas, obras artísticas ou técnicas de recriação histórica [...], mas a Idade Média poderá vir a ser uma realidade muito mais imprecisa na inspiração de temas (magos, feiticeiros, dragões, monstros, guerreiros, assaltos a fortalezas) produzidos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural. (MACEDO, 2009: 26-27).

Nesta apresentação cabe fazer uma breve definição do que é animação, já que é nesse gênero que se encontra os filmes a serem analisados. O tema não é isento de polêmica. Jacques Aumont e Michael Marie, no *Dicionário Técnico e Artístico de Cinema*, definem que uma animação nada mais é que a técnica, através da qual desenhos encadeados produzem a ilusão de movimento. Assim, como podemos notar, a essência do desenho animado está na maneira em que se dá a mecânica do seu deslocamento. Deste modo, nota-se que o cinema de animação não possui necessariamente uma filiação a uma "escola" do cinema. Contudo, Sébastien Denis alerta em seu livro, *O Cinema de Animação* que: "O desenho animado aparece, tal como o western ou o filme noir como um gênero especificamente americano - pois embora o cinema de animação não seja um gênero, o desenho animado é." (DENIS, 2010: 115).

O pesquisador Luís Nogueira aponta em seu trabalho algumas considerações sobre a relação entre as animações e a sociedade que nos parecem pertinentes à análise do objeto. Nogueira defende a ideia de que a animação permite proximidade e compreensão da lógica da sociedade, dada a sua extrema liberdade criativa. Assim, o ser humano acaba adquirindo uma presença "mais alusiva e simbólica do que concreta. Mesmo quando presente, ele é mais da ordem da abstração e da figuração do que da imitação" (NOGUEIRA, 2010: 61).

Já o livro *O Cinema de Animação* apresenta-nos uma discussão do cinema da animação, tendo em vista seu impacto narrativo, cultural, político, econômico e filosófico. Sébastien Denis descreve um panorama atual das técnicas, temáticas e diferentes áreas abrangidas por esta arte desde mais de um século, reunindo perspectivas diferentes no sentido de mostrar o extraordinário potencial desta arte narrativa. Denis apresenta um panorama histórico geral, buscando atrelar as relações da linguagem a todas as suas problemáticas. O autor discute a questão das origens da linguagem e as aproximações e diferenças da animação em relação ao cinema em geral a partir do final do século XIX.

No campo acadêmico, percebe-se que há um debate recente a respeito da diferença entre o cinema convencional e o de animação, que foge das questões técnicas. No Brasil, é notável que o uso das animações como fonte de estudo histórico tem um caráter tímido se comparado a Europa e Estados Unidos, onde os estudos do cinema de animação tem grande recorrência e força. Acredito que o caráter recente e esporádico das pesquisas históricas sobre animação se deve, em grande medida, a uma tendência dos historiadores em estudar apenas o cinema dito "de arte"¹ ou grandes diretores. Outro ponto que aparece como um problema nos estudos de animação é a falsa ideia de que os desenhos, geralmente, possuem como público alvo as crianças, o que colocaria essas produções como menores na "hierarquia" cinematográfica, por mais que os grandes estúdios invistam milhões no cinema de animação todos os anos.

O estudo aqui apresentado propõe uma reflexão social através da análise de uma obra ficcional cinematográfica. O intuito é, a partir deste estudo, ser capaz de identificar as transformações ocorridas nos papéis sociais representados na sociedade americana durante as décadas de 1930, 1990 e anos 2000. Por conseguinte, empregarei métodos de análise fílmica para investigar tais fontes. A composição do quadro teórico compreenderá a teoria de História no Cinema².

Um dos principais teóricos a discutir as produções cinematográficas como um instrumento de construção histórica, Marc Ferro, defende que o cinema é uma complexa

¹ Com essa nomenclatura a autora refere-se às várias escolas cinematográficas não hollywoodianas, incluindo todas as expressões do cinema moderno europeu.

² Corrente de pesquisa desenvolvida na década de 1970, que pretende desenvolver reflexões sobre a relação entre História e Cinema, assim como o uso do último como fonte e objeto do estudo historiográfico.

estrutura profundamente ligada ao meio social ao qual pertence. Tensões e disputas oriundas da própria sociedade no período em que a película é produzida transparecem ao pesquisador. Sendo assim, os filmes tornam-se agentes históricos, já que expressam concepções e conceitos próprios do seu tempo. O próprio Ferro explicita que:

O filme aqui não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza. (FERRO, 2010: 32).

Já Robert Rosenstone chama a atenção do historiador para o fato de que os filmes são produto da imaginação humana, e como tal não tem compromisso com a veracidade ou a realidade histórica. Ao refletir a respeito de uma criação cinematográfica é preciso conceber que a obra é passível de julgamentos, exageros e irrealidades. Contudo, segundo o historiador, os filmes fazem parte de uma linguagem metafórica. Aceitar a simbologia intrínseca à ficção garante ao pesquisador expandir seu campo de atuação.

O Poder das Imagens, de Wagner Pereira, é útil para a compreensão da relação entre Cinema e História e a utilização do filme enquanto fonte e agente histórico, partindo da premissa que todo filme é um documento histórico válido, bastando que ele corresponda a um vestígio do passado imediato ou distante. Ainda observa:

A escolha de filmes - ficcionais, de reconstrução histórica, documentários, desenhos animados e cinejornais - como fonte primária de investigação é decorrente da importância adquirida pela produção cinematográfica com sentido político nas décadas de 1930 e 1940. (PEREIRA, 2013: 25).

Quanto a esse assunto é importante ressaltar que a faceta propagandista das animações não é esquecida, principalmente durante o período de Guerras, não só como forma de propaganda econômica e ideológica - a difusão maciça de um modo de vida ocidental globalizado, mas também relacionando a aceção política de difusão de uma mensagem com vista a apoiar uma política, um governo, um movimento ou uma ideologia. É neste período que

surge o cinema de animação de autor e da descoberta de uma nova linguagem, "uma forma de comunicação internacional e utópica para a visão "globalizante" de um Walt Disney" (DENIS, 2010: 149).

A Branca de Neve, A Bela e a Fera e Valente correspondem ao modelo social mais representativo dentro de cada cenário histórico. As representações das personagens contidas nas obras cinematográficas expõe dilemas morais característicos da época de sua produção. Branca de Neve, Bela e Merida carregam consigo ideias, características e trejeitos que dialogam com a sociedade na qual são contemporâneas, fazendo com que suas figuras sejam rapidamente associadas como modelo pelo público. Mesmo a ambientação das histórias sendo o período medieval, as personagens lidam com problemas e questionamentos contemporâneos a elas. Indagam e discutem, cada uma a sua maneira, a função que exercem na sociedade. A personalidade e o carisma das personagens procuram obter um alto nível de empatia e identificação para, assim, serem assimiladas e aceitas com maior facilidade e sem maiores questionamentos. A comparação atenta entre estas metáforas sociais oferecem o entendimento que:

[...] as obras de história não podem recriar literalmente o passado, mas apenas envolver os seus resíduos em uma construção verbal, um texto que tenta explicar para nós, no presente, pessoas, acontecimentos, momentos e movimentos extintos. Isso envolve muito mais do que o literal. (ROSENSTONE, 2010: 235).

Referências Bibliográficas

Branca de Neve e os Sete Anões (*Snow White and the Seven Dwarfs*). Direção: Hamilton Luske. Produtor: Walt Disney. Estados Unidos da América, Walt Disney, 1937. 1 Blu-Ray/DVD.

A Bela e a Fera (*The Beauty and the Beast*). Direção: Richard Purdum. Produtor: Walt Disney/Silver Screen. Estados Unidos da América, Don Hahn, 1991. 1 Blu-Ray/DVD.

Valente (*Brave*). Direção: Mark Andrews/ Brenda Chapman. Produtor: Pixar/Walt Disney. Estados Unidos da América, Katherine Sarafian, 2012. 1 Blu-Ray/DVD.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico do cinema**. São Paulo: Papirus Editora, 2006

BETTELHEM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

_____. "O mundo como representação". **Revista Estudos Avançados**. Vol.5 n.11. São Paulo, Jan./Abr. 1991. p. 173-191.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e Outras Histórias da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENIS, Sébastien. **O Cinema de Animação**. Lisboa: edições texto & grafia, 2010.

FERREIRA, Antônio Celso. "A Fonte Fecunda". In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FINCH, Christopher. **The Art of Walt Disney: From Mickey Mouse to the Magic Kingdoms and Beyond**. Nova York: Abrams Books, 2011. 86

GABLER, Neil. **Walt Disney, o triunfo da imaginação americana**. São Paulo: Novo Século, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JÚNIOR, Alberto Lucena. **Arte da Animação: técnica e estética através do tempo**. São Paulo: Senac, 2011.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007

MACEDO, José Rivair. **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MALTIN, Leonard. **The Disney films**. Nova York: Disney Editions, 2000

MILLER, Diana Disney. **A história de Walt Disney** (como foi contada a Pete Martin). Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1960.

MOYA, Álvaro de. **O Mundo de Disney**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla. **Fontes históricas**. Editora Contexto.

NOGUEIRA, Luís. **Manuais de cinema II: Géneros cinematográficos**. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O Poder das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945)**. São Paulo: Alameda, 2013.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SMITH, Dave. **Disney A to Z: the official encyclopedia**. Nova York: Disney Editions, 1998.

THOMAS, Bob. **Disney's Art of Animation: From Mickey Mouse to Beauty and the Beast**. Nova York: Hyperion, 1991.

O conteúdo histórico da forma urbana: historicidade e cultura histórica nos discursos sobre Brasília

*Fábio Franzini**

Este trabalho pretende desenvolver um breve e despretensioso exercício: analisar um conjunto de discursos produzidos no contexto da idealização, concepção, construção e inauguração de Brasília, visando a discutir como a especificidade dessa forma urbana detinha então um conteúdo preñado de história, de historicidade e de cultura histórica. Discursos nada descomprometidos nem presos ao senso comum, é importante ressaltar, uma vez que provêm dos textos de arquitetos, críticos de arte, escritores e outros intelectuais, incluindo historiadores, reunidos no livro *Brasília: antologia crítica* (XAVIER e KATINSKY, 2012) – especificidade que confere sensibilidade aguda às visões que apresentam sobre o *evento Brasília* e, deste modo, nos oferecem também um privilegiado acesso a ele. Nesse sentido, se as fontes e, por extensão, o ponto de partida ainda são textuais, o que se busca é mostrar algo para além do registro escrito.

Para a abordagem aqui proposta, pensar o surgimento de Brasília como um evento e, dito de maneira mais precisa, um evento *histórico* implica, de saída, levar em alta conta a advertência que faz Hayden White, para quem “los eventos no devienen en ‘históricos’ sólo por haber sucedido realmente, por haber sucedido en un momento específico del pasado y en un lugar específico de este mundo, y por haber tenido un efecto identificable en los contextos en los que irrumpieron”; o decisivo, de fato, é que também possam “ser descriptibles válidamente como si tuvieran los atributos propios de los elementos en la *trama* de un relato”, como, aliás, Paul Ricoeur e Louis Mink já haviam apontado antes dele (WHITE, 2010: 138-139, grifo do autor). Disso decorre a sua chave explicativa: tais atributos configurariam a “substância narrativa” (o “conteúdo”) dos modos de discurso narrativo (a “forma”) – entre eles, a história; graças a tal substância narrativa, ou ao *conteúdo da forma*, podemos então, em suas palavras, “afirmar que el evento histórico, a diferencia del evento natural, es narrable” (*idem*: 139).

* Professor do Departamento de História da EFLCH-Unifesp.

Como sabemos, a perspectiva de White é polêmica e tem sido motivo de discussão há muito tempo entre nós, historiadores. A meu ver, no entanto, ela se aplica à perfeição a um “objeto” como Brasília, cujas narrativas *antecedem* o próprio acontecimento, isto é, *fala-se de, e sobre, Brasília antes que ela “exista”*, antes que tome e tenha, concretamente, *forma*. Isto se deve, é certo e evidente, ao próprio tempo tomado pela construção da cidade: o tempo que transcorre entre a decisão governamental de levar o projeto adiante (projeto esse que, oficialmente, aparece já na Constituição de 1891, embora a ideia de criar uma nova capital para o país seja ainda muito anterior),¹ a realização do concurso para a escolha do melhor Plano Piloto, a divulgação do resultado, o início das obras e a inauguração da “Novacap”. Se a brevidade com que todos os passos se deram decerto surpreende – passaram-se apenas três anos, sete meses e um dia entre a publicação do Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 20 de setembro de 1957, e o dia 21 de abril de 1960 –, pela mesma razão não é de se espantar a intensidade com que foram vivenciados, direta ou indiretamente, muito menos as ansiedades que o seu avanço provocava.

O contexto particular, de todo modo, não é tudo. Tão ou mais significativo que ele é o momento por que passava o Brasil naquela década de 1950. No seu transcorrer, o longo processo de inserção do país na dinâmica global da modernização capitalista, iniciado na segunda metade do Oitocentos, não apenas se consolida como, mais importante, entra em nova fase; a partir daí, a modernidade e seus valores alcançarão praticamente toda a sociedade, em larga medida graças à associação entre a expansão do urbano sobre o rural, o desenvolvimento e a afirmação dos meios de comunicação de massa e o estabelecimento de novos padrões de consumo e de desejo. Nesse movimento, o tempo também passa a ser percebido, sentido, vivido de modo fremente e veloz, fazendo com que o “presente” parecesse se aproximar cada vez mais do “futuro” e o “passado” se tornasse cada vez mais ultrapassado, reconfigurando a compreensão e a produção dos discursos sobre os destinos de nossa formação social e, por extensão, as percepções sobre nossa história. Ainda que no decorrer do período alguns

¹ Uma boa síntese dos antecedentes históricos do projeto é feita por Wisnik (*in* BRAGA, 2010: 14-16).

acontecimentos tenham provocado uma sensação de trágico retrocesso (em especial, a derrota da seleção brasileira de futebol na partida final da Copa do Mundo de 1950 e o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954), é inegável que o espaço de experiência e o horizonte de expectativa dos brasileiros (cf. KOSELLECK, 2006) passavam então por uma redefinição profunda e marcante.

Não é casual, assim, que os anos 50 tenham se tornado os *anos dourados* no imaginário coletivo nacional; não é casual que, a partir deles, o *futuro* tenha passado a fazer parte do nosso vocabulário de uso corrente; e não é casual, enfim, que a década termine com o início de Brasília. Como diz, hoje, Guilherme Wisnik, “a proposta de mudança da capital do Brasil congregou o otimismo desenvolvimentista de um país que parecia assumir de vez um papel de destaque na modernização mundial, traduzido na imagem símbolo de Brasília: a alvorada” (WISNIK *in* BRAGA, 2010: 7). Os contemporâneos, por sua vez, também o percebiam – como Manuel Bandeira, que, por ocasião da divulgação do resultado do concurso, em março de 1957, escreveu: “Brasília, neste momento crítico de nossa angústia brasileira, parecia uma ideia antipática; Lucio [Costa] ganha o concurso do plano piloto para a construção da futura capital e seu projeto, lembrando um avião em rota para a impossível utopia, logo dá à iniciativa, que parecia uma aventura, um ar plausível” (*apud* WISNIK *in* BRAGA, 2010: 21). Como André Malraux, que como ministro de Assuntos Culturais da França numa Brasília ainda em obras, em agosto de 1959, proferiu o famoso discurso no qual atribui o epíteto de “capital da esperança” à cidade que era “a mais ousada já concebida pelo Ocidente”, a “primeira entre as capitais da nova civilização” (MALRAUX *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 53-57). Ou, ainda, como Françoise Choay, que também visitou o Planalto Central no mesmo ano de 1959 e assim inicia a descrição do que lá viu:

A Constituição brasileira de 1946 estipula que, em conformidade com um projeto que remonta ao início do século XIX, uma nova capital administrativa, situada no interior do país, deverá substituir o Rio de Janeiro como centro do governo federal. Depois de mandar especialistas para estudar o local, o governo brasileiro decide, em 1956, fundar essa nova cidade a mil quilômetros no interior do continente, no estado de Goiás, num planalto semidesértico a mil metros de altitude. Nenhum estabelecimento humano jamais havia sido

erguido no local da futura BRASÍLIA; nenhuma estrada levava até lá. Era uma legítima *tabula rasa*, como a imaginamos nas utopias científicas ou filosóficas e que, numa única vez, a história de fato confiava a dois famosos arquitetos: Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Eles deparavam, de repente, com a possibilidade de materializar uma concepção ou teoria sobre a cidade contemporânea e realizar uma experiência fabulosa criando, *ex nihilo*, uma cidade de 500 mil habitantes (CHOAY *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 60).

Parece claro, portanto, que, envolta em utopia e esperança, Brasília surgia – isto é, *tomava forma* – do “nada” e no meio do “nada” para concretizar, em todos os sentidos, o ingresso do Brasil em uma nova época histórica. Não que ressalvas e críticas não se fizessem ouvir; muito pelo contrário, algumas eram um tanto inquietantes: a própria Françoise Choay, por exemplo, conclui sua avaliação do canteiro de obras que visitara dizendo que “a aventura de Brasília já extrapola o contexto de um grande país e pertence a cada um de nós”, muito embora a cidade já lhe parecesse “ter triunfado como solução poética e fracassado como proposta objetiva” (*idem*: 65-66). Outras eram bem mais contundentes, como as do urbanista e ex-prefeito de São Paulo Francisco Prestes Maia, que também logo no início da grande obra arrolou páginas e páginas de discordâncias e questionamentos, tais como:

O grande motivo econômico [da construção e mudança da capital] – o desenvolvimento do Brasil central – não parece de modo algum conduzir a essa solução. Com efeito, há duas coisas – muito diferentes, que estão sendo irracionalmente confundidas: a necessidade dum impulso progressista no planalto e a mudança da capital federal, isto é, de toda a máquina política e administrativa central. Uma coisa não envolve a outra. Se o objetivo é aquele, o meio idôneo consistirá na abertura de estradas, no lançamento duma ferrovia Belém-São Paulo, na disseminação de aeroportos e campos de pouso, na exploração dos recursos naturais, em especial da agricultura e, se quisermos num capítulo urbanístico, complemento muito lógico, do programa, mediante a fundação de cidadezinhas modelos, médias e pequenas, bem localizadas, que reduziriam o isolamento e a falta de assistência nos sertões. Mas dentro deste programa nada exige a mudança política da capital, conclusão inteiramente extrapolativa. Com o dinheiro a ser gasto numa capital que não pode ser prevista para menos de 500 ou 600 mil habitantes (Washington metropolitano tem quase o triplo), com os palácios e comodidades que o alto mundo governamental, administrativo e diplomático não dispensa, será possível construir vinte cidades menores, muitíssimo mais úteis e adequadas à valorização territorial (PRESTES MAIA *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 23).

Havia, ainda, aqueles mais ácidos. Gilberto Freyre, por exemplo, em seu balanço dos “prós e contras” de Brasília, escrito às vésperas da inauguração da cidade, volta a pena contra Lucio Costa e Oscar Niemeyer, “dois homens excepcionalmente capazes [que] estão tendo uma oportunidade provavelmente única na história da arquitetura”; porém, por não terem tomado conhecimento “dos problemas criados pelo fato de Brasília estar localizada nos trópicos”, nem considerado “o fato de que estamos vivendo em um período de rápida transição social e tecnológica”, sua obra sofreria da “falta de funcionalidade” e “grande parte” dela estaria condenada à rápida obsolescência. E, bem a seu estilo, finalizava de modo fulminante:

O antigo laço de amizade que me liga a Oscar Niemeyer levou-me a transmitir-lhe minhas preocupações sobre os erros que eu acreditava terem sido cometidos em Brasília em consequência do planejamento bitolado, puramente estético e quase ditatorial. Ele pareceu impressionado por algumas de minhas críticas e pelos exemplos que dei de cooperação entre arquitetos, ecologistas, economistas, sociólogos e psicólogos no planejamento urbano da Alemanha e da Grã-Bretanha.

Entretanto, fiquei estupefato com seu otimismo. Ele me disse que em Brasília os ajustamentos sociais que me estavam preocupando, bem como a outros críticos, seriam gradativamente solucionados em harmonia com a nova arquitetura. Considero este um exemplo dos extremos a que se pode chegar quando a bitolagem artística é associada a uma concessão de poderes demasiado amplos, mesmo quando os homens que se utilizam desses poderes são artistas tão preeminentes como Oscar Niemeyer e Lucio Costa (FREYRE *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 50-52).

Elegantes ou cruéis, pertinentes ou injustas, as críticas, obviamente, faziam parte do processo, expressando diferenças políticas, pessoais, estéticas, conceituais. O aspecto histórico, contudo, parecia indiscutível, assim como o significado daquele momento. Nesse sentido, três textos do conjunto aqui analisado são emblemáticos: um, o artigo “Reflexões em torno da nova capital”, de Mario Pedrosa, escrito logo após a divulgação da vitória de Lucio Costa no concurso, em 1957; outro, uma conferência de Roland Corbisier intitulada “Brasília e o desenvolvimento nacional”, proferida no Iseb em março de 1960, às vésperas da inauguração de Brasília; e, por fim, o trabalho “Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro” de Milton Santos, apresentado em 1964 no Colóquio sobre as capitais da América Latina – todos os três

posteriormente republicados em livros dos mesmos autores. E, ainda que seja claro que também neles ecoam questões políticas, pessoais, estéticas, conceituais, como mencionado acima – nem poderia ser diferente, aliás –, é à sua percepção do evento que interessa dedicar atenção, bem como ao tipo de cultura histórica que nela expressam.

Mario Pedrosa tinha suas dúvidas e hesitações quanto a Brasília (e ainda achava este um “horrrível nome sintético”), mas suas “reflexões” eram clara e abertamente favoráveis tanto à ideia quanto, sobretudo, ao projeto vencedor; em suas palavras:

Os colegas concorrentes de Lucio, alguns deles eminentes na sua especialidade, perderam-se nos pormenores. Partiram das partes para o todo, enquanto ele fez a *démarche* inversa. É que nele o pensador venceu o técnico. Visionário, Colombo descobriu a América fundado numa dedução lógica, a partir da redondeza da Terra. A América foi, por isso, um produto da fé na razão inteligente do homem. E não em vão foi ela a sede das primeiras utopias pós-renascentistas. Brasília foi, enfim, definida por uma ideia. Transformou-se, portanto, numa utopia. Ora, quem diz utopia diz arte, diz vontade criadora. A partir daí, todos podemos trabalhar por ela (PEDROSA *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 38).

A referência à América nada tinha de gratuita: “lugar onde tudo podia começar do começo”, ela condenava, desde a origem, seus habitantes ao moderno, o qual, por sua vez, tornava-se “cada vez mais o nosso *hábitat* natural”. Só que no Brasil, em particular, estabelecera-se “um *modus vivendi* medíocre”, pois “nem nos entregamos à natureza, nem a dominamos” – e não apenas isso, mais especificamente:

Nunca tivemos passado, nem rastros dele por trás de nós. Aqui não houve, por exemplo, as formidáveis vias de penetração dos velhos impérios, como o romano na Europa e, às nossas costas, o inca. E se não tivemos, num passado remoto, essas indestrutíveis vias calçadas de lajes para por elas passarem respeitáveis legiões pedestres, também não temos, ainda hoje, estradas de penetração para locomotivas. Temos, entretanto, algo novíssimo: linhas aéreas de comunicação, mas que não penetram (saltam apenas), não varam como as estradas de pedra das legiões romanas ou incaicas, nem como as de ferro da velha Rússia dos czares ou da jovem república burguesa norte-americana (*idem*: 34).

Por conta disso, nossa história fora marcada por uma penosa luta contra as distâncias, desenvolvida a partir dos “núcleos de povoamento relativamente isolados uns dos outros”, que de “oásis” assim se transformam em “centros de irradiação” de uma cultura “enfim orgânica e autóctone”. Diante de tal quadro, o programa de Brasília, por ainda responder à “concepção [de] civilização-oásis”, trazia em si “algo de contraditório, [...] de “imaturo e, ao mesmo tempo, de anacrônico”, que residia em sua “irremediável insularidade” – e perceber justamente isso foi, para o crítico, a razão do sucesso de Lucio Costa:

A sabedoria de Lucio Costa consistiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, e, evitando toda solução de meio-termo, ou eclética, decidir resolutamente pelo lado inexorável, dadas as condições objetivas imediatas: o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz ou, numa evocação mais “moderna” e otimista, fazendo pousar docemente sobre a sua superfície a forma de um avião. Confiado, entretanto, em quê? Numa esperança. Na esperança de que a vitalidade mesma do país lá longe, na periferia, queime as etapas, e venha de encontro à capital-oásis, plantada em meio ao Planalto Central, e a fecunde por dentro (*idem*: 36).

À medida que a utópica nova capital tornava-se um *topos*, o embate entre o presente e o passado e o futuro do país parecia também tomar contornos mais precisos – com prejuízo para o passado, não deve ser difícil deduzir. Tanto é assim que, se Mario Pedrosa apontava a superação da experiência colonial como a grande esperança contida no projeto, Roland Corbisier não tinha dúvida em afirmar que tal superação *já* estava para acontecer. Embora dissesse não menosprezar “a ‘velha e heroica’ São Sebastião do Rio de Janeiro, nem tampouco esquecer tudo quanto lhe deve a nossa história”, tinha claro que “à luz do projeto e das novas exigências do desenvolvimento, a velha capital marítima, expressão da cultura colonial e litorânea, revela-se inadequada para continuar como sede do Governo da República”. E completava:

Ao transitarmos, por força do desenvolvimento econômico do país, da política de clientela para a política ideológica, do Estado cartorial para o Estado que chamamos de funcional, não poderíamos conservar a capital do país na cidade

em que se encontra há duzentos anos, porque tal localização corresponde a uma fase de nossa evolução histórica que se tornou urgente ultrapassar.

[...] A ruptura com a tradição colonial, com a cultura litorânea e reflexa, o descobrimento e a conquista do imenso deserto, do vazio interior, não seriam jamais um resultado do crescimento espontâneo do país. Já vimos que as forças econômicas entregues ao seu automatismo, ao seu livre jogo, agravam, em lugar de corrigi-los, os desequilíbrios entre as regiões do país. E a consciência, por parte do Estado, de que o interior do território continental só poderia ser ocupado com a criação de uma grande cidade, aliada à inflexível determinação de construí-la, essa consciência assinala o advento, no Brasil, de uma nova fase de nossa história (CORBISIER *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 72-73).

Expressão clara do pensamento isebiano, a leitura do tempo feita por Corbisier (des)qualificava, ainda, os críticos de Brasília, eles próprios “remanescentes de um passado remoto” e, por isso, incapazes de compreender a importância e o significado do empreendimento para a “construção da nação brasileira”. Uma construção que se daria no plano econômico, social e institucional, com a pretensa integração do território fomentada pela “capital interiorizada”, bem como, e talvez sobretudo, em um plano muito maior:

Na perspectiva da história, não é menos significativa a interiorização da metrópole. Em nosso país, quando caminhamos do litoral para o interior, não nos deslocamos somente no espaço, mas empreendemos também uma viagem através do tempo. “Museu de sociologia retrospectiva e de história social”, como já se disse, o Brasil apresenta os maiores contrastes entre o progresso litorâneo e o atraso das regiões centrais.

Coexistem no mesmo território os mais diferentes estágios da civilização, as épocas mais diversas da cultura, desde tribos primitivas e populações que se acham na “idade do couro” e não conhecem o uso do dinheiro, até os grandes centros urbanos do litoral, em plena era “neotécnica”, comparáveis às maiores e mais adiantadas cidades do mundo. A transferência da metrópole para o Planalto Central de Goiás será de decisiva importância na correção desses desníveis históricos, contribuindo para arrancar o interior do século XVII, em que ainda se encontra, e incorporá-lo às formas de civilização e de cultura características do século XX (*idem*: 75-76).

Quatro anos depois, quando Milton Santos escreve seu texto, Brasília já era uma realidade, mas nem por isso o redimensionamento da temporalidade a ela associado deixara de ser uma questão de relevo. Afinal, diz ele, “nessa cidade [...] a dinâmica é tão rápida e, às vezes,

tão violenta, que se torna difícil separar o curto passado do presente fugaz, sobretudo quando o futuro, ao ritmo acelerado do país, chega sempre demasiado depressa”. No quadro do “subdesenvolvimento brasileiro”, fora do qual seria “impossível” estudá-la, Brasília apresentava-se, àquela altura, como “um organismo incompleto, um organismo heterogêneo e uma capital sem região imediata”; ainda assim, ela era “um desafio ao passado” e, no mesmo sentido, “um fenômeno que se antecipa[va] ao futuro do país” (SANTOS *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 125-135):

Diante do sentimento do inacabado, dado pela imensidão dos espaços vazios, os candangos têm razão para indagar a si mesmos se não estará a cidade à procura de uma alma. Mas, não se diria que ela não tem, já, uma personalidade, resultante dos aspectos ultramodernos que lhe atribuíram por decreto e da fatalidade de haver sido gerada em um país subdesenvolvido. Assim, sem desmentir o presente, fornece uma imagem do futuro. É a sua originalidade (SANTOS *in* XAVIER e KATINSKY, 2012: 135).

Assim elencadas, tais falas – inevitavelmente datadas, nem é preciso dizer – nos podem parecer um tanto ingênuas, esquemáticas e, talvez, demasiado esperançosas e crédulas. Em seu próprio tempo, porém, expressavam uma interpretação da história do Brasil que encontrava na forma urbana da nova capital do país um conteúdo que historiador algum poderia oferecer: o conteúdo, não é difícil perceber, do *futuro*.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**. Sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify/Imprensa Oficial/Museu da Casa Brasileira, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs.). **Brasília: antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WHITE, Hayden. El evento histórico. In: _____. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

História Natural e patriotismo em “Fontes, chuvas e florestas”, de Álvaro Astolfo da Silveira (1923)

*Filipe Oliveira da Silva**

[...] a nossa história natural ainda balbucia em seis ou setes línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito. (CUNHA, 2009:64)

Escritas pela pena de Euclides da Cunha para jornais cariocas, o trecho em epígrafe é um sintoma de uma geração intelectual que vivenciou o alvorecer da República. Quais eram os referenciais teóricos brasileiros do campo disciplinar da história natural no final do século XIX? Quem esquadrihava a vastidão das terras tupiniquins que fosse digno de nota? O literário respondeu a este debate mencionando a predominância de estrangeiros nestas carreiras e acreditava que ler este livro do espaço geográfico nacional consistia em uma verdadeira *missão republicana*.

É certo que estas premissas do engenheiro foram apressadas, de caráter emergencial¹. A recente historiografia das ciências tem demonstrado que desde o período colonial o Brasil tem desenvolvido espaços institucionais científicos que colaboraram neste processo de reconhecimento territorial, sobretudo para fins utilitaristas (FIGUEIRÔA, 1997). Cunha, todavia, considerava que isso deveria ser intensificado no final do século XIX, através de explorações científicas que estabelecessem um “plano de cruzada” em prol do país. De fato, a

*Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista de Iniciação Científica no projeto “Revista Florestal: Imprensa e política conservacionista (1929-1948), sob orientação da professora Dr. Juniele Rabêlo de Almeida. Contato: <filipeos@id.uff.br>

¹Vale ressaltar que o próprio Euclides da Cunha apontava exceções a esta regra, tais como o botânico João Barbosa Rodrigues do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esta afirmação categórica de inexistência de cientistas que pesquisassem a história natural ou a geografia física tinha uma finalidade de estimular emergencialmente estudos dessa ordem no país.

instauração da República significou também uma preocupação geopolítica, buscando a definição das fronteiras internas e externas, bem como o conhecimento das potencialidades e dilemas enfrentados pelos brasileiros. (GOMES, 2002: 158).

Neste modesto trabalho, inserindo-se neste viés historiográfico, pretendo sublinhar o papel de um dos intelectuais brasileiros que colaboraram para esta tarefa republicana. Trata-se do engenheiro de minas Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945). Os limites deste trabalho inibem uma análise pormenorizada deste sujeito histórico, porém, assinalo aqui traços importantes de sua trajetória intelectual e, em *sensu strictu*, busco examinar uma de suas obras intitulada “Fontes, chuvas e florestas” por meio de seus paratextos editoriais².

Itinerários de um autor, rastros de uma rede científica.

Álvaro Astolfo da Silveira nasceu na cidade mineira de Passos em 23 de Setembro de 1867, sendo filho de Maria Ubaldina de Mello e de Urias Antônio da Silveira, membros da elite agrária escravocrata da cidade. A posse de capital econômico e político – visto que seu pai estava presente em diversas posses da câmara dos vereadores - possibilitaram o financiamento do ensino de seus irmãos, Gustavo Adolfo, Francisco Antônio e Teófilo Ascanio. Tais foram formados pelas principais escolas superiores do Brasil à época. O primeiro formou-se em farmácia e engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, bem como dirigiu a Estrada de Ferro Central, o segundo adquiriu diploma pela Escola de Medicina da mesma cidade e o terceiro em Agrimensura também pela Escola Politécnica da capital federal (Ibidem: 613).

²Esta expressão advém do crítico literário Gerárd Genette que define, a *grosso modo*, paratexto editorial como a “zona indecisa entre o dentro e o fora” do texto. É pois, composto de um peritexto (situado no interior das obras, tais como título, epígrafes, nome do autor, entre outros) e epitexto (situado em torno do texto, porém com uma distância considerável dele, tais como correspondências, diários, entrevistas entre outras). Cf. (GENETTE, 2009)

Álvaro, diferente de seus irmãos, não migrou para o Rio de Janeiro a fim de concluir seus estudos. Ingressou nas cadeiras da rival da Politécnica carioca, a recém-criada Escola de Minas de Ouro Preto. Segundo Carvalho, esta instituição foi fundamental para o desenvolvimento das geociências no Brasil. Sua criação foi devida, principalmente, a vontade política do imperador D. Pedro II que patrocinou a manutenção destes estudos e contratou Claude Henry Gorceix, professor com o qual Silveira teve aulas.³ Vale lembrar que a inserção no quadro discente de engenheiro de minas em Ouro Preto não era fácil. O concurso de seleção exigia muito dos alunos, mesmo que o número de candidatos às vagas disponíveis fossem reduzidas, afinal, o que faria um engenheiro de minas no Brasil? Apenas teria três oportunidades de emprego: em empresas privadas dedicadas à mineração, comissões geográficas governamentais e nas salas de aula do Museu Nacional, Colégio Pedro II ou da Escola Politécnica. (CARVALHO, 2002).

Naquela instituição, Silveira pode ter um ensino quase individualizado e em tempo integral, professores estrangeiros bem remunerados, bem como com preocupação prática em relação aos problemas inerentes às minas.

Positivismo à brasileira

Para além dessas características, o aluno de Gorceix teve ali um espaço de filtragem do ideário positivista. Esta é, talvez, uma das principais linhas que permeiam a sua obra ao longo do tempo. Há na sua produção bibliográfica um teor de cientificidade e busca pela verdade da ciência. Verificamos um delineamento do método de investigação a ser adotado em seus trabalhos, a experiência em campo. Quando crítica um ou outro intelectual justifica, na maioria

³Tenhamos em vista que Figueirôa (1997) atesta, contrariamente, que o projeto de criação da Escola de Minas esteve relacionado não pela vontade política do imperador, mas esteve inserida no conjunto das ações mais amplos de valorização das ciências a partir da expansão dos espaços institucionais das atividades científicas. (Cf. FIGUEIRÔA, 1997).

das vezes, pelo fato de ter adotado instrumentos científicos de maneira adequada, realizado cálculos apropriados e observar, experimentar e realizar tais procedimentos em campo.

A influência da literacidade de Augusto Comte é clarividente em suas obras. Dois conceitos que interpreta parecem ser fundamentais: o de pátria e de ciência. A rigor, esta última poderia conceder as soluções para alcançar o progresso da humanidade, trazia as certezas e as leis gerais do mundo natural. Ela aparece, na linguagem irônica de Silveira associada a elementos religiosos, tais como o “evangelho da floresta”, o “dogma florestal”. Quando critica este evangelho e dogma, temos, portanto, uma busca de cisão entre ciência e religião.

No que tange o patriotismo, Comte toma esta categoria como “mediação necessária entre a família e a humanidade, [...] a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social” (CARVALHO, 1990: 22). Silveira, não esconde sua utilização, esta é uma das bases discursivas da textualidade de suas obras, no qual reside um projeto conservador de sua consciência histórica. Assinala que no Brasil há uma ignorância patriótica, isto é, a falta de um sentimento de patriotismo, de amor pela natureza da terra brasileira. Em torno desse aspecto, deveriam colaborar todos os grupos da sociedade, dos quais as mulheres possuem um papel notório, tal como esclarece:

Os poetas chamam as borboletas de flores que voam; vós sereis as flores que riem, choram e pensam. Sereis as flores que se enfeitam de flores. Sim; flores sois todas vós, senhoras, em cujas faces, cor das pétalas das rosas, estampa-se a nobreza do caráter. Flores sois todas vós, ó mães, de cujo seio saem os frutos que vão alimentar a vida das nações e que constituem o orgulho de uma outra mãe comum, grande e nobre – a Pátria. (SILVEIRA, 1905: 15)

Como se vê, Silveira defendia a mulher enquanto o fio condutor para manter a integridade da pátria, uma vez que é central na forma de convivência mais simples, a família, e, por conseguinte, a célula de um organismo maior, a Pátria. Segundo ele, associando-as a flores, não podemos vê-las “estática nos jardins, mas em circulação ativa, em verdadeira perambulação, desempenhando várias missões; precisamos vê-la, não como fornecedora de mel

e de perfume, de frutos e sementes, mas como companheira inseparável do homem, consolando, excitando ou amainando paixões, consagrando o mérito, simbolizando a honra e a pureza, a glória e a ciência” (Ibidem: 12).

Cartografia intelectual de Silveira

Em 1892, terminando seus estudos na Escola Minas, começou a aplicar seus conhecimentos em botânica, mineralogia, topografia obtidos no interior daquela instituição. Adentrou à Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. Esta foi criada por uma lei estadual n.368 em 12 de fevereiro de 1891, ainda com o nome de Comissão estadual de Exploração Geográfica. A nomenclatura foi modificada no ano seguinte e tal como outras comissões criadas no período⁴ buscava delimitar as fronteiras geográficas para auxiliar as políticas públicas de planejamento territorial, sobretudo para construção de ferrovias para escoamento da produção mineral e cafeeira.

A ascensão de Silveira no interior deste trabalho de levantamento cartográfico foi rápido. No ano de 1896, com a exoneração do cargo do então chefe engenheiro Abreu Lacerda para assumir o cargo na Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, conduziu o intelectual para a direção desta comissão. No entanto, o estado de Minas Gerais vivenciava um período de instabilidade econômica e política que impossibilitou o prosseguimento das atividades desta área do serviço público. De acordo com a socióloga Bomeny, “de 1892 a 1898 a política mineira foi quebrada por todos os tipos de conflitos entre os municípios e o estado, e ainda entre os distritos dentro do município” (BOMENY, 1994:35).

O estado de Minas era pautado em práticas clientelísticas, alianças, negociações e conflitos entre as suas oligarquias. Havia uma incapacidade governamental de gerir os conflitos

⁴Ilustra-se a Comissão Geográfica e Geológica do Império do Brasil criada em 1875 e chefiada pelo Charles Frederick Hartt, bem como a Comissão Geográfica e geológica de São Paulo liderada por Alberto Löfgren e criada em 1886. Ver FIGUEIRÔA (1997)

existentes em seu interior, dificultando a inserção da mineiridade – identidade regional - no seio da política nacional. Era preciso, pois, assegurar uma unidade territorial sólida. Tal unificação perpassava uma delimitação territorial das fronteiras do estado, por essa razão – mas não única -, a necessidade de estabelecer comissões e levantamentos das potencialidades.

Este debate entre os grupos oligárquicos de Minas se tornou ainda mais nítido com a proposta de transferência da capital do estado de Ouro Preto para Belo Horizonte. Esta última foi planejada artificialmente e inaugurada em 1897 onde era o povoado Curral dos Reys, e funcionou como o símbolo da modernidade para essa geração de intelectuais de Silveira. Progresso, ciência, modernidade e nação integravam-se nesta cidade. Ainda conforme Bomeny a decisão de mudar a capital somente transpareceu as linhas de confronto e expôs algo que no Império havia sido desencorajado. O grupo ligado a industrialização foi o mais ativo na criação da nova capital decretada pela constituinte do estado, escrita pelo amigo de Silveira, o literário Augusto de Lima em 1891.

Silveira, participando desta transformação, escreveu, quase duas décadas depois da fundação o livro “A arborização de Belo Horizonte” em que aponta que uma das características que torna a cidade de Belo Horizonte avançada corresponde a sua importante arborização. Neste trabalho, empenha-se, com auxílio da ciência botânica, ilustrar por meio de 24 fotografias e classificar as árvores que dão salubridade às ruas e praças da recém-capital mineira. (SILVEIRA, 1914)

Este perfil científico, no entanto, é justaposto ao uso da função poética do homem de letras. Para ilustrar, observa-se:

Pobre ipê! Tu, que aqui nasceste e é representante genuíno dessa flora exuberante que é a admiração do mundo inteiro, tens de ceder o lugar conquistado a custa de teu esforço único, a um concorrente forasteiro que a civilização atira contra ti! Tu, que trazes no teu próprio nome de batismo botânico a confirmação da tua beleza, tens de desaparecer para em teu lugar surgir uma rival que não possui as qualidades que te exornam! E com a

simplicidade do sertanejo bom e leal afagas sob a tua copada sombreante a hospeda traiçoeira que mais tarde será motivo de sua morte!

Quando te vejo assim condenado, lembro-me da sorte dos nossos aborígenes, até a bem pouco tempo perseguidos impiedosamente pela civilização.

Hoje, ao que parece, há para os índios uma pálida esperança de melhores dias.

Quem sabe também para a tua sorte, ó forte sertanejo, raiará um resto de justiça que mande eliminar de junto de ti essa *Sterculia heteropylla* que é o pesadelo dos que a amam! (Ibidem: 8)

Como podemos notar, esta justaposição entre ciência e literatura é marcante na sua obra. Silveira escreveu para importantes revistas científicas de renome internacional, tais como os Arquivos do Museu Nacional⁵. No campo jornalístico e literário, o naturalista foi redator-chefe da Revista Agrícola, Comercial e Industrial⁶ e dirigiu a Imprensa Oficial de Minas, substituindo o Carlos Domicio de Assis Toledo em 1904. Tornou-se imortal, ocupando a cadeira Conceição Veloso na Academia Mineira de Letras, chegando a ser diretor e também tesoureiro da instituição. Suas obras são criticadas pelo fato de ser exageradamente descritivo, uma vez que “não deixa escapar nem um relatório, nem o retrato acadêmico de uma inocente gameleira”, além de possuir um limiar fluído entre a literatura e a ciência.

Silveira, atuou também como vice-diretor da Escola de engenharia de Belo Horizonte desde 12 de junho de 1911. A instituição dedicava-se à formação de engenheiros, geógrafos, industriais e agrimensores. O naturalista era catedrático em Geodésia e lecionava na cadeira de topografia, o que justifica a publicação do livro de mesmo nome em 1927. Estas publicações possuíram grande número de vendas no mercado editorial para esta especialização, assumindo um papel de mediação didática com os ensinos secundários. Além disso, ao lado de Augusto de Lima, participou como um dos representantes mineiros de um debate regionalista histórico que

⁵Os artigos escritos para os Arquivos do Museu Nacional foram: “Um cafeeiro interessante” na edição de 1923; “Espécies novae civitatis. Minas Gerais. Apocynae Ende. Aspidosperma Mart” de 1921 e, “Espécies novas da flora do estado de Minas Gerais” de 1919.

⁶Vide DIRETOR do Minas. *O Pharol*, Juiz de Fora, ano XXXVIII, n.1092, 7 de junho de 1904, p.1.

tornou-se acentuado nos anos de 1920: a divisão político-administrativa dos estados de São Paulo e Minas Gerais.⁷

Mediante ao satisfatório trabalho desenvolvido nesta comissão, o presidente do estado de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, designou em junho de 1929 o cientista para delimitar as fronteiras do estado com a Bahia, “no trecho compreendido entre Salto Grande de Jequitinhonha e Aimorés”⁸. Os limites do norte do Espírito Santo, no vale do Rio Doce, com Minas Gerais, por sua vez, também foi coordenado pelos trabalhos de Silveira.⁹ Sua importância na geopolítica também era credenciada pela sua inserção como sócio-correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Além disso, Silveira coordenou, durante o governo Vargas, a Seção de Orografia do Conselho Nacional de Geografia, proporcionando estudos acerca do relevo no Parque Nacional de Itatiaia em 1937. Nesse sentido, o escritor colaborou com a implantação da política florestal varguista.

Este trabalho não pode, infelizmente, aprofundar as delimitações territoriais de Silveira, porém é importante reter dois pontos de reflexão: em primeiro lugar, verificamos que o cientista, através destes estudos contribuía para a formulação da identidade regional mineira, não realizando mera divisão territorial por rios, montanhas ou outros aspectos geomorfológicos, mas visando interferir e enquadrar representações e percepções políticos-culturais em cada uma das áreas fronteiriças. Em segundo lugar, observamos o naturalista como um sujeito histórico que integra o processo de configuração do campo geográfico em estreita relação com o do político.

⁷Os representantes de São Paulo eram os engenheiros Manuel Pedro Villaboim e João Pedro Cardoso. Ver LIMITES com o estado de Minas Gerais. *Relatório dos presidentes dos estados brasileiros*. Mensagem apresentada ao congresso legislativo na 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 14 de Julho de 1929, pelo doutor Júlio Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo. São Paulo, 1929, pp.88-89.

⁸Vide MINAS Gerais. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLV, n, 16.306, 12 de Junho de 1929, p.08.

⁹Ver LIMITES com Minas Gerais. *Relatório dos presidentes dos estados brasileiros*. Mensagem final pelo exmo Sr. presidente do estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Ávidos ao congresso legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924-1928. Vitória, 1928, p.24.

Fontes, chuvas e florestas

O livro que analisamos aqui é derivado de uma polêmica memória lida no salão de conferências da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por ocasião da I conferência algodoeira, convocada pela Sociedade Nacional de Agricultura e realizada em junho de 1916. Esta palestra resultou em um livro “As florestas e as chuvas” editado no mesmo ano e foi estendido para a obra “Fontes, chuvas e Florestas”. Os elementos editoriais foram elaborados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais que publicou grande parcela dos trabalhos de Silveira. A capa apresenta o título, o nome do autor no topo à esquerda, bem como o nome da cidade que publicou e instituição editorial, seguindo o mesmo modelo das demais publicações. Nos anos de 1920, vale ressaltar, colocou Silveira no cerne do debate da criação de um código florestal para o país, tendo o naturalista contribuído em sessões para a criação do Serviço Florestal do Brasil. Nesse sentido, a obra tangencia estas questões de proteção e exploração das florestas.

Dentre os epitextos privados que obtivemos nesta nossa análise, encontrou-se no Fundo de Alberto José de Sampaio, pertencente à Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, uma correspondência, abaixo descrita:

Preado (sic) prof. Dr. J. de Sampaio,
Saudações.
Muito lhe agradeço a oferta de seu interessante trabalho sobre o “problema florestal do Brasil”.
É deveras, um importante assumpto muito digno de estudo.
Penso que não possui o meu trabalho “Fontes, chuvas e florestas”. Caso deseje, basta me comunicar.
Sempre amº mº -brº
Álvaro da Silveira”¹⁰

¹⁰Cf. Correspondência de Silveira a Alberto José de Sampaio datada de 23/01/1928. Acervo da SEMEAR/MN.

Por meio dela, podemos observar que a recepção da obra não foi muito difundida entre os cientistas, visto que Sampaio, um dos principais intelectuais da questão florestal não tinha adquirido um exemplar de sua obra e não tinha colocado esta obra sua entre os nomes da bibliografia sobre este assunto no relatório que publicou em 1926. Além disso, ela também é um indício de que Silveira pretendia ser lido e reconhecido pela sua proposta. Sua tese principal era a crítica do “dogma florestal”, isto é, o entesouramento dos recursos florestais por parte de alguns intelectuais – a saber, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, por exemplo - que contemplam a natureza pela sua estética e não pela sua praticidade, pelo seu lado econômico. Para ele, proteger as matas porque elas são as fontes que mantêm os mananciais ou porque são importantes para usufruto da beleza é uma ignorância. De modo pragmático, afirma que deve protegê-las para explorá-las economicamente sob o amparo dos princípios da silvicultura.

Algumas palavras finais

Em linhas gerais, podemos dizer que Álvaro da Silveira trata-se um dos sujeitos históricos do saber científico, sobretudo da História Natural, que configurava as representações de natureza entre o tempo geológico e tempo histórico. Para ele, o amor às árvores se materializa no patriotismo, embora seja importante reconhecer a finalidade prática das florestas. As ciências geológicas e geográficas teriam como papel, por meios positivos, refutar as teses anteriores a fim de se alcançar uma verdade que deveria modelar comportamentos para ser seguida pela pátria – entendida como comunidade sociológica cuja base é a família.

Referências Bibliográficas

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Euclides. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Batel, 2009.

FIGUEIRÔA, Sílvia. **As ciências geológicas no Brasil: um história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GENNETE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia (SP): Ateliê editorial, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **Através do Brasil: o território e seu povo**. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira;CPDOC/FGV, 2002, pp.157-216.

SILVEIRA, Álvaro da. **As flores: palestra literária realizada no Club Belo Horizonte a 22 de Outubro de 1905**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905.

_____. **A arborização de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1914.

_____. **Fontes, chuvas e florestas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1923.

Os usos do passado durante o Porfiriato (1887-1910)

*Fernanda Bastos Barbosa**

Segundo Gonzalo Pasamar, embora o campo de investigações tenha ganhado destaque atualmente, os usos do passado e da história não são um fenômeno recente, constituindo-se um problema tradicional (2003: 212). O objetivo desta comunicação é focar na história do México oitocentista – principalmente a partir da segunda metade do século XIX –, procurando demonstrar como dois grandes e heterogêneos grupos, os quais intitulo de “porfiristas” e “antiporfiristas”, mobilizaram eventos e conjunturas passadas do país para legitimar ou deslegitimar o governo do presidente Porfirio Díaz. É importante deixar claro que em nenhum momento pretendemos dizer que os autores analisados neste trabalho possuíram obras e projetos políticos semelhantes; o escopo é mostrar, através da análise de fontes, como a mobilização e apropriação do passado, para se posicionar no presente, ganhou dimensão e lugar de destaque em seus escritos².

Após estudar no mestrado as interpretações sobre o governo de Díaz apenas a partir de determinados setores da elite porfirista (“científicos” e “reyistas”) e revolucionária (“maderistas” e “huertistas”); o escopo do doutorado é abranger a pesquisa para a análise de outros grupos político-sociais que me permitam compreender o diálogo entre eles a respeito das questões políticas do México entre 1876 e 1910. Coletando documentos, percebemos que as críticas ao Porfiriato começaram desde meados da presidência de Díaz. Filomeno Mata, por exemplo, considerado pela historiografia como um importante crítico do presidente, iniciou sua oposição no periódico *Diario del Hogar* (1881-1912) ainda em 1887 – principalmente sobre suas reeleições. De diário voltado para as questões cotidianas do país, conhecido como

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail para contato: fernanda.ichs@yahoo.com.br.

² Neste ensaio utilizaremos fontes de diversos gêneros: ensaios políticos, periódicos, biografias, etc. O objetivo é mostrar o diálogo que existia nos trabalhos aqui discutidos, embora seja importante destacar que cada um necessita de um tipo específico de análise.

periódico das famílias (INEHRM, 2013³), em 1888 transformou-se em crítica perene à administração do general. Além deste, também na década de 1880 foi criado *El Hijo del Ahuizote*, periódico com foco nas críticas através de caricaturas, que funcionou até 1903. Em 1887 os editores de *El Hijo* foram encarcerados⁴.

Além destes, em 1900 publicava-se na Cidade do México o primeiro número de *Regeneración*, um dos maiores expoentes de crítica ao porfirismo (Krauze, 1987; VELÁZQUEZ, 2000; SANTOS, s/d). Ao analisarmos a produção do periódico, percebemos que ele começou como uma crítica jurídica, destinada a denunciar juízes da capital e dos estados que não cumpriam as leis nacionais e a Constituição de 1857. Ao ser perseguido e fechado em 1901 pelo governo, passou a fazer uma crítica profunda, direcionada diretamente ao presidente. Como escreveu Enrique Krauze, “en noviembre de 1904, con la ayuda de un hacendado simpatizante – *Francisco I. Madero* – aparece de nuevo *Regeneración*, que en un momento llega a tener 30 mil lectores.” (KRAUZE, 1987: 96- Grifo nosso).

A partir de 1906 as críticas ao governo começaram a se intensificar (SERRANO ÁLVAREZ, 2011). Neste ano foi criado o Partido Liberal Mexicano, encabeçado pelos irmãos Ricardo e Jesús Flores Magón (diretores do *Regeneración*). O principal grupo no interior do PLM foi a chamada “Junta Organizadora” que, ao longo do tempo, adquiriu tintes anarquistas – principalmente após Ricardo Flores Magón estabelecer contato nos Estados Unidos com Emma Goldman e os chamados *reds* do oeste norte-americano.

Mesmo que de forma esquemática, o objetivo de pontuar rapidamente estes acontecimentos é mostrar ao leitor como já existia uma crítica ao governo desde finais da década de 1880. Tais acontecimentos podem nos possibilitar inferir o porquê de partir de 1900 começar a eclodir no país uma literatura laudatória sobre Díaz, qualificando-o como o herói necessário ao glorioso destino mexicano. Sob o silêncio da paz porfirista, começavam-se a

³ Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México.

⁴ Para los nahuas el ahuirote era un animal, especie de perro anfibio, muy feroz; el término se usaba para designar a « una persona molesta, hostil y acosadora [...] que se ha propuesto molestar a otra. » (GANTÚS, 2004: s/p). O periódico configurou-se como um dos maiores críticos do Porfiriato e as reeleições de Díaz, juntamente com os já mencionados *Diario del Hogar* e *Regeneración*.

escutar as censuras ao governo, principalmente a partir dos periódicos. Segundo Stanley Ross, “los periódicos pre-revolucionarios contribuyeron importantemente a la formación de una opinión pública receptiva a la idea y necesidad de transformación.” (ROSS, s/d: 378).

Muitas vezes os artigos em periódicos possuíam uma circularidade maior do que os livros, pois a produção destes era mais cara. Como afirmou Ross ao analisar a conjuntura mexicana, os periódicos eram mais baratos e populares. Para Elias Paltí, “más decisivo aún era su capacidad material [do periódico] para generar *hechos* políticos (sea orquestando campañas, haciendo circular rumores, etcétera), en fin, *operar* políticamente, *intervenir* sobre la escena partidaria sirviendo de base para los diversos intentos de articulación (o desarticulación) de redes políticas.” (PALTÍ, 2004: 177- Grifo no original).

A partir destas reflexões e esforço de elaboração textual, podemos propor uma nova chave de discussão acerca do tema: Se, de um ponto de vista teórico e moral não houve povos sem guerra nas Repúblicas latino-americanas no século XIX, dizer que Díaz trouxe a paz ao país, sendo necessário agir com pulsos fortes frente a um passado anárquico (como percebemos em Reyes e Sierra), não seria um “uso político do passado”? Todos os grupos mexicanos interpretavam a conjuntura desta forma? Havia paz para quem no país? Quem, ou quais grupos desenvolviam e acreditavam neste argumento? Como outros setores políticos mobilizavam o passado e interpretavam o Porfiriato?

Deste modo, focando o trabalho na análise de diferentes grupos, não podemos entender os argumentos de polígrafos porfiristas como usos do passado para legitimar a presidência de Díaz? E, deste modo, não somente como uma “geração” que passou pela “experiência” das guerras civis e intervenções estrangeiras que aconteceram no país, como argumentei na dissertação de mestrado (fev. 2014). Se, frente a um passado anárquico, cindindo por conflitos intestinos e intervenções externas, a população necessitava da emergência de um homem forte, um herói, que conduzisse o México aos trilhos do progresso, modernização e paz; como a crítica ao governo dialogava com estas ideias dos setores porfiristas? Nesta parte do ensaio analisarei especificamente o periódico *Revolución*. O objetivo é entender, de forma ainda bastante

preliminar, como foi feita a crítica ao Porfiriato e perceber que passado foi mobilizado para deslegitimar o governo.

Em 1907 o periódico *Regeneración*, dirigido inicialmente por Ricardo Flores Magón, Antonio Horcasitas e Jesus Flores Magón trocou seu nome por *Revolución*, sendo publicado em Los Angeles, devido a perseguição porfirista feita aos diretores (tanto no México como no próprio Estados Unidos). O diário era semanal, sendo distribuído todos os sábados. Além disto, possuía apenas quatro páginas que se referiam especificamente sobre o Díaz e os presos pelo governo.

Ao iniciar a análise do *Revolución*, percebemos que Díaz foi qualificado como “tirano”. O povo deveria pegar em armas para derrocar o governo, pois o civismo não daria conta de conter a “força bruta do presidente” (periódico. 01, p. 01- 01/06/1907). Mais do que “regeneração”, para salvar o país era preciso instaurar uma “revolução”, ou seja, era preciso romper com o passado e instaurar uma nova época⁵. Ademais, a população estava sob uma condição de escravidão e o governo “(...) chupava o sangue do bom povo mexicano (...)”. (Periódico. 02, p. 02- 08/06/1907). O periódico citava as produções e ações políticas de Sierra, Reyes, Francisco Bulnes (também considerado da elite porfirista) e Ricardo Flores Magón. Deste modo, percebemos uma forte interlocução entre as produções aqui trabalhadas. O periódico não mobilizava a mesma conjuntura histórica instrumentalizada por Reyes e Sierra, por exemplo. Para os editores, a paz não era orgânica no país, mas sim produzida pela espada de Díaz. (Periódico. 02, p. 03- 08/06/1907). Como defendiam,

Mexicanos: si no es una vergüenza que a una raza valiente como la nuestra la oprima y la humille un afeminado y un cobarde como Porfirio Díaz, colmad de honores á ese miserable, descubríos reverentes y con la vista al suelo ante ese degenerado, frente a ese monstruo que deshonra la masculinidad, ante ese

⁵ Para Fausta Gantús: “No hay que olvidar que para los miembros de la prensa el título elegido para cada publicación era un asunto muy importante pues constituía « la carta de presentación que las identificaba y establecía sus tendencias, intereses y posturas »; por lo tanto, al definirlo tenían presente que « debía contener el simbolismo y la relación con el objetivo de la publicación, así como la ideología o mensaje de los redactores ».” (GANTÚS, 2004, s/p). Desta forma, entender a mudança do nome do periódico de *Regeneración* para *Revolución* é importante, uma vez que, para os editores, o México precisava romper com seu passado e criar um país novo, sem a “tirania” do Porfiriato.

verdugo de mujeres y de niños; pero sí consideráis vergonzoso y ultrajante para nuestro buen nombre como valientes la presencia de Porfirio Díaz en la primera Magistratura de la República, no vaciléis, coged el fusil y encended la hoguera que ha de reducir las cenizas la hedionda materia de ese villano! (Periódico. 02, p. 03- 08/06/1907).

Díaz não era mais o herói desenhado por Reyes. Nas páginas do *Revolución*, e a partir de uma visão maniqueísta, o presidente tornava-se um vilão. Mais que isto, era um indivíduo degenerado, miserável e até afeminado. Ele não era necessário no México para gerar paz e estabilidade frente a um passado caótico, mas sim um monstro que usurpava a primeira magistratura e justificava as reeleições a partir da pacificação. Ademais, é importante destacar que o personagem histórico mobilizado por “antiporfiristas” foi justamente o ex-presidente Benito Juárez. No periódico, bem como em outras produções da época (Turner, 1910; Lara Pardo, 1912; etc.) Juárez foi resgatado como um presidente “honrado e progressista” (Periódico. 4, p. 03- 22/06/1907). Díaz, para eles, havia assaltado o poder através da “Revolución de La Noria” e “Tuxtepec”, quebrando a tradição política liberal do país. O que podemos perceber é que, narrativamente, a história do México foi reorganizada: não se mencionava o passado mexicano (especificamente as intervenções estrangeiras e guerras intestinas)⁶. Ao fazermos uma análise formal e do conteúdo, percebemos que o periódico procurava produzir uma narrativa que buscasse a descontinuidade entre os períodos. O Porfiriato emergia como a distorção e distopia da tradição liberal mexicana construída por Juárez (HARTOG; REVEL, 2001). “Magonistas”, “madeiristas”, entre outros grupos, mobilizavam politicamente diferentes passados para sustentar posicionamentos políticos no presente, partia-se da “República Restaurada” para se pensar o governo de Díaz.

Como pudemos perceber, diferentes grupos e setores político-sociais no México mobilizaram determinadas conjunturas passadas para legitimar pretensões e posições políticas no presente. A partir de 1900, vimos a eclosão de ensaios políticos, livros de testemunho e biografias sobre o presidente que buscavam legitimar o governo valendo-se da narrativa de

⁶ O que Hartog e Revel intitularam de “narrativas silenciadoras”, em que se alija narrativamente acontecimentos do passado, focando outros períodos.

eventos passados que desenhavam um México caótico, conturbado, frente a um presente pacífico. Através dessas produções, emergia um “novo tempo” marcado pelo Porfiriato. Díaz era necessário (vocabulário utilizado em quase todas as fontes aqui analisadas) para a consolidação de uma nova etapa do país. Ademais, o direito de se utilizar deste passado era dado aos indivíduos que diziam ter passado pela experiência direta dos conflitos. Por terem visto e vivido a anarquia política mexicana, também estavam autorizados a narrar sobre ela. Para Marie-Claire Lavabre, “filtros e seleções remetem justamente às formas de apropriação da memória, expressas tanto na multiplicidade de experiências e lembranças, como na capacidade da memória coletiva de homogeneizar as representações individuais do passado, ou seja, de construir uma visão comum do passado” (LAVRABRE⁷ apud FAGUNDES, s/d: 05). Segundo Marcelo Santos de Abreu,

Existem narrativas de legitimação, que reivindicam o passado a fim de afirmar pretensões políticas do presente, e discursos apologéticos que visam enaltecer as qualidades de um grupo ou personagem. Além destas formas, há os silêncios das narrativas que elidem ou fazem esquecer momentos difíceis do passado. (ABREU, 2010: 19).

A eclosão desta literatura laudatória e legitimadora buscava fortalecer um governo que desde meados de sua presidência sofria censuras de diferentes grupos, além de se mostrar frágil frente às várias críticas. Para se condenar o porfirismo, as narrativas silenciavam os conflitos passados e destacavam a figura do ex-presidente Benito Juárez, qualificando-o como o Benemérito do país, o indivíduo que organizou o México e fez viger *de fato* a Constituição de 1857. Como percebemos, mesmo com propostas distintas, havia uma rede de sociabilidade entre os críticos do governo. Madero inicialmente se relacionava com os irmãos Flores Magón, o *Regeneración* citava e reproduzia trechos do *El Hijo del Ahuizote*, também crítico do governo. Ademais, Turner e outros periodistas norte-americanos se relacionavam diretamente com os mexicanos, aderindo à causa dos revolucionários.

⁷ LAVRABRE, Marie Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAL, D. (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001, pp.233-252.

Deste modo, analisar a referida conjuntura apenas pelo eixo “geração” e “experiência” não é suficiente para compreendermos as interlocuções e embates políticos. Os usos políticos do passado possuíam poder, a linguagem produzia presença. Conjunturas foram mobilizadas para se defender projetos políticos diferentes entre 1876 e 1910/1911. É importante nos atentarmos que ambos os grupos – “porfiristas” e “antiporfirista” – dissertavam apenas sobre a história nacional, pós 1821. Outras profundidades históricas não foram mobilizadas em seus escritos como, por exemplo, o século XVI ou o “glorioso” passado asteca. Em nenhuma das produções analisadas foi dado destaque ao passado colonial: partia-se da Independência do México para legitimar ou deslegitimar o Porfiriato. Como nos explicaram Hartog e Revel (2001: 22), alguns usos do passado possuem mais atenção e destaque do que outros. A própria história nacional e sua experiência tendem a ser encaradas como um processo natural, homogêneo e coerente.

Sendo assim, construir narrativamente um clima de anarquia na segunda década do século XIX ajudou a legitimar o governo de Díaz. 1876 era o começo de um novo tempo e o presidente era o promotor da paz. Ao mesmo tempo, alguns periódicos apoiavam-se na figura de Juárez, enxergando o porfirismo como a distorção de uma tradição liberal construída durante a República Restaurada. A partir de 1910/1911 as avaliações sobre o Porfiriato ganharam novos contornos, passando a censurar veementemente o governo do general e se consolidando como uma matriz avaliativa. O que percebemos, portanto, é que a imagem do Porfiriato como um governo ilegítimo dentro da história mexicana ganhou destaque durante todo o século XX, tanto na literatura político-testemunhal, como nos murais pós-revolucionários, espalhados pela cidade do México, por exemplo. A memória que se perpetrava e se consolidava foi a de um governo ditatorial, afrancesado, que privilegiava determinados setores nacionais, em detrimento das classes populares. O Porfiriato passou a ser visto através de uma forma teleológica: o governo de Díaz foi a causa da Revolução, cujo objetivo era acabar com este governo opressor. Ademais, ele não era mais analisado dentro de uma tradição liberal iniciada com Benito Juárez e Sebastián Lerdo de Tejada, mas sim como a distorção da doutrina liberal.

Referências bibliográficas:

*Sigla: INEHRM - Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México.

ABREU, Marcelo Santos de. **Os mártires da causa paulista**: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

BULNES, Francisco. **El verdadero Díaz y la revolución**. Cidade do México: Coma, 1920.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis e o culto dos heróis**. São Paulo: Cultura Moderna, s/d.

CREELMAN, James. **Díaz, master of Mexico**. Lexington: Cornell University Library, 2011.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Construindo pontes entre olhares**: os usos políticos do passado. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/66.pdf>

GANTÚS, Fausta. “Prensa satírica y poder político”. In: **Amnis**, 4, 2004, Online since 30 June 2004, connection on 15 July 2014. URL: <http://amnis.revues.org/755>.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. “Nocte de conjuncture historiographique”. In: _____ (eds.). **Les usages politiques du passé**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

KRAUZE, Enrique. **Porfirio Díaz**: Místico de la autoridad. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica S. A., 1987.

LARA PARDO, Luis. **De Porfirio Díaz à Francisco Madero**: la sucesión dictatorial. Nova Iorque: Polyglot Publishing & Commercial Co., 1912.

MADERO, Francisco I.. **La sucesión presidencial en 1910**: el partido nacional democrático. Coahuila, 1908.

PALTÍ, Elias. “Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República Restaurada (1867-1876)”. In: ALONSO, Paula (Comp.). **Construcciones impresas**: panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE Argentina, 2004.

PASAMAR, Gonzalo. **Los historiadores y el “uso público de la historia”**: viejo problema y desafío reciente. *Ayer*, 49, 2003.

REYES, Bernardo. **El General Porfirio Díaz**. Cidade do México: Editora Nacional, 1960.

SERRANO ÁLVAREZ, Pablo. **Cronología de la Revolución** (1906-1917). Cidade do México: INEHRM, 2011.

TURNER, John Kenneth. **México Bárbaro**. Cidade do México: Grupo Editorial Tomo, 2010.

Entre a Literatura e a História: Paul Ricoeur um debate em (des)construção

Fernanda Linhares Pereira *

[...] Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. DO RIGOR NA CIÊNCIA (Suárez Miranda: *Viajes de Varones Prudentes*, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658.) [Jorge Luis Borges. (trad. Josely Vianna Baptista). In: *O fazedor*, 1999]¹

É possível apreender o real em sua totalidade? Essa é a pergunta que medra do fragmento de Borges e deixa a todos inquietos quanto a impossibilidade de se ter acesso a um real presente o que dirá a um real que já passou. Esse é também o questionamento que a ciência histórica se deparou em suas diferentes fases de formulações teóricas e metodológicas ao longo dos últimos séculos². Um dos últimos questionamentos dessa natureza, versa sobre a possibilidade de se dar crédito à representação histórica do passado, já que os modos representativos que deveriam dar forma literária a intencionalidade histórica foram postos em

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

¹ Esse texto originou-se a partir das valiosas discussões realizadas na aula da Prof^a Dr^a Libertad Borges Bittencourt na disciplina de mestrado, intitulada: *História, histórias e escritas: renovações epistemológicas e mudanças metodológicas aplicadas às (auto) biografias, cartas e literatura*.

² Um dos mais importantes debatedores desse tema foi Michel de Certeau, que fez surgir sobre o real duas interrogações bem diferentes do procedimento científico, para ele há “o real que é o conhecido (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada) e o real que é implicado pela operação científica (a sociedade presente à qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido). De um lado, o real é o resultado da análise e, de outro, é o seu postulado. Essas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma à outra. A ciência histórica existe precisamente, na sua relação” (CERTAU, 2011: 26).

cheque³. Assim como no relato de Borges que mesmo se utilizando de todo “o rigor da ciência” não conseguiu representar o real, também a história ao valer-se de alguns modos representativos - especialmente os utilizados pela Literatura - ainda assim o real passado também não pode ser apreendido por inteiro, e os modos utilizados para isso também foram questionados. Uma interessante problematização desse paradoxo foi a propositura do conceito de representância, apresentada pelo filósofo francês Paul Ricoeur. Segundo o autor, esse termo não resolve o paradoxo que aflige o conceito de passado real, mas “problematiza o próprio conceito de realidade aplicado ao passado” (1997: 175), tanto da realidade histórica quanto da literária. E é no cerne desse problema que esse filósofo entrou, e esse artigo também tem o anseio de adentrar, a fim de analisar a abissal contribuição que ele trouxe para os debates que permeiam essa dificuldade de lidar com o paradoxo do real tanto na literatura quanto na história.

O presente artigo tem por pretensão refletir, a partir dos escritos desse filósofo, sobre o entrecruzamento da história com a ficção que é da alçada de uma teoria ampliada da recepção. Objetiva-se demonstrar que é nessa recepção do texto ou ainda no momento fenomenológico do ato da leitura que podem ser percebidas, por meio do pacto estabelecido entre leitor e historiador, o instante em que a história se afasta da literatura e assim, o leitor sabe que está lendo um texto historiográfico e não de ficção. Entretanto, após estabelecido esse pacto e o historiador tendo demonstrado, em seu texto, a referência ao real (o passado), a escrita da história ainda continua carregada do estilo literário, ou como Ricoeur prefere chamar ainda está marcada pelo signo da representância. Esse conceito apenas mencionado em *Tempo e Narrativa* e tratado pelo viés do binômio história e ficção, ganha um novo contorno e sentido em *A memória, a história, o esquecimento*, transformando-se no conceito chave para entender a complexa relação entre memória, história e esquecimento. Analisar esse movimento não apenas

³ Uma das grandes alterações nessa área, que fez com que se passasse a duvidar dessas novas formas de representação, foi com a separação da história social (que conseguiu incorporar o campo e ampliar) da história intelectual (que ficou restrita), mesmo se aproximando da literatura não conseguiu avançar e nem se aprofundar. Lacapra considera que a história social parece ser a solução, pois tem um alcance muito maior (LACAPRA, 1998). Corroborando com essa afirmativa, Koselleck define que “constituem objeto da história social a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazos, bem como suas alterações” (KOSELLECK, P.97, 2006).

de correção ou revisão mas também de progressão do pensamento de Paul Ricoeur, presente nessas obras citadas, também é o objetivo desse artigo.

Busca-se ainda, por meio desse estudo, evidenciar a fundamental importância e a grande contribuição trazida por Ricoeur, para esse campo, ao responder que o que separa a história da literatura, apesar de ambas narrarem, vai muito além da resposta clássica, segundo a qual apenas a história relata o que aconteceu efetivamente e a literatura o que poderia ter acontecido. Dessa forma, Ricoeur ao propor sua concepção de narrativa histórica entrou em confronto tanto com a história estrutural, em sua pretensão de rejeição da narrativa, quanto com as historiografias pós-modernas e evitou cair no relativismo que os teóricos do “linguist turn” alimentaram. Sendo essas desconstruções e construções, presente em suas obras, que interessam a esse estudo.

Paul Ricoeur seus feitos e obras

Nos últimos anos muito se tem discutido sobre a imbricada relação entre a história e a literatura, a despeito desse ser um debate já antigo ele tem se intensificado nas últimas décadas.⁴ Dentre os pesquisadores que discutiram e ajudaram a construir e a desconstruir essas questões inerentes a História e a Literatura, Paul Ricoeur é o filósofo da história que mais se dedicou ao estudo desse tema e mesmo ao propor uma reconciliação entre esses dois termos, aparentemente antagônicos, conseguiu combater todas as ameaças que colocavam em perigo o estatuto científico da história. O grande mérito de Paul Ricoeur está em conciliar o irreconciliável, em aproximar conceitos que até então eram tratados como antagônicos, ele resolveu caminhar na via do meio evitando qualquer posição extremista ou unilateral. Essa postura foi sendo gerada desde a infância do autor, que por ser órfão passava grande parte dos seus dias lendo uma

⁴ “Há questões incontornáveis quando se trata de refletir sobre as relações entre história e literatura na modernidade, tendo em vista a fluidez das fronteiras que, mais do que separá-las, as aproxima. Ambas abordam temas comuns sob diferentes perspectivas, utilizam formas aproximadas para se concretizarem – a escrita em suas variadas dimensões” (NAXARA; CAMIOTTI, 2009: 17). Esse debate será melhor trabalhado na próxima seção desse artigo.

diversidade de livros, e na fase adulta isso fez com que se tornasse efetivamente um “leitor do outro” fazendo com que esses “outros” dialogassem entre si. “A filosofia de Ricoeur se assemelha a uma grande colcha de retalhos, na qual cada uma das partes só existe enquanto condição de um todo, guardando a importância que lhe é devida” (PAULA; SPERBER, 2011 :10).

Ao dedicar muito de seu tempo e de suas páginas para refletir sobre a Teoria e a Filosofia da História, Ricoeur não poderia ter deixado de produzir, nesse campo, as impactantes obras: *História e verdade* (1955), *Tempo e Narrativa* I, II, III (1983 e 1985) e *A memória, a história, o esquecimento* (2000). Obras que além de contribuírem abundantemente para as reflexões de cunho teórico também demonstravam que o filósofo, diferente de muitos outros, possuía um arcabouço historiográfico bastante relevante. Ademais, ele nunca se esgueirou das questões mais polêmicas da História, levando Martinho Soares a se questionar: “que outro cuidado pode justificar tanto labor a confrontar e a conciliar o aparentemente inconciliável: objetividade e subjetividade, história e ficção, explicação e compreensão, ciência e narrativa, história e memória, interpretação e metodologia crítica?” (2010: 25). Por toda essa coragem e perspicácia François Dosse parafraseando Paul Veyne acertadamente sentenciou que Paul Ricoeur revolucionou a história (MENDES, 2011).

As obras que ajudaram Paul Ricoeur a revolucionar a história se concentraram em discussões que versavam sobre os aspectos epistêmicos como ocorreu em *Tempo e Narrativa*, e sobre as questões de cunho ontológico como sucedeu em *A memória, a história, o esquecimento*. A partir desta primeira obra, é relevante ressaltar para uma melhor compreensão do desenvolvimento desse artigo, que a mesma foi dividida em três volumes, sendo que o volume inicial trata sobre as relações entre narrativa e temporalidade a partir da tradição aristotélica e agostiniana; o segundo aborda os problemas da narrativa na epistemologia histórica contemporânea e no último volume o autor apresenta os momentos de divergência, convergência e de entrecruzamento da história com a ficção. Já a segunda obra citada, a última publicada pelo autor, representa um amadurecimento maior em relação as questões elaboradas na primeira, especialmente no capítulo: *A representação historiadora* em que o autor busca

“discernir a capacidade do discurso histórico de representar o passado, capacidade que chamamos de representância” (RICOEUR, 2007: 250). Depois de apresentada a configuração das obras ricoeurianas, o efetivo debate acerca dessas questões levantadas se iniciará.

Paul Ricoeur historiador

A querela contemporânea, que Paul Ricoeur procurou conciliar em suas obras, sobre as relações entre história e verdade manifesta-se na chamada “crise dos paradigmas” (BERBET JÚNIOR, 2011: 75), especialmente a partir de meados da década de 1970, momento em que foram publicadas as obras pioneiras desse debate. Dentre elas, merece destaque a obra *Meta-História* de Hayden White publicada em 1973; o artigo de Michel de Certeau intitulado *A Operação Historiográfica* que fora publicado em 1974, a revolucionária obra: *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur (1983-1985) e mais recentemente, no ensaio publicado por Jacques Rancière em 1992, que trouxe para a história o conceito de “poética do saber”, e conforme ele mesmo define, esse termo tem por objeto “o conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso subtrai-se a literatura, estabelece para si um estatuto de ciência e a significa” (CHARTIER, 2002: 85). As obras mencionadas, e outras mais, se aproximam ao inaugurarem o que José D’Assunção Barros chama de “consciência da narratividade histórica”, debatendo acerca do “reconhecimento da dimensão literária da história, bem como de subjetividades várias que afetam o historiador no exercício do seu trabalho” (2010: 3).

A sentença ricoeuriana de que “a história é uma narrativa”, marcou e influenciou todos esses estudos, que até então davam pouca ou nenhuma importância para os elementos literários presentes na escrita da história. Antes dessa renovação, as obras de ficção eram objeto da história, mas só se buscava o efeito do real na literatura, e a história pertencia ao gênero da escrita de persuasão, uma vez que, era escrita apenas para servir de exemplo, não havendo espaço para discussão de seu estilo. Ricoeur mostrou que “a história, qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente de fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja

de ficção” (CHARTIER, 2011: 356). Assim sendo, se toda e qualquer história é dependente de elementos narrativos, não há o que se falar em retorno da narrativa, como foi feito no notável artigo de Lawrence Stone, já que ela nunca partiu, apenas foi escamoteada por aqueles que achavam difícil responder qual era o lugar específico da História, pois ela pertencia a classe das narrativas.⁵ Diferentemente desses autores, Ricoeur considera que “se a resposta é difícil, a questão é inevitável” (1997: 242), e a resposta acerca da especificidade da história em relação a literatura é uma das mais difíceis, por isso, para o autor, o questionamento sobre esse tema é inevitável. Nas palavras de Chartier “interrogar-se sobre o regime de conhecimento específico da história é, de certa maneira, caminhar à beira da falésia” (2011: 368) e foi caminhando à beira da falésia que Ricoeur refletiu sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico e enfrentou os desafios para definir um novo lugar para a narrativa historiográfica.

Se a história narra assim como a literatura, o que distingue uma da outra? Os discursos historiográficos da pós-modernidade confundiram essas duas modalidades narrativas, e reduziram a história apenas a “ficções verbais” que dependiam somente das matrizes retóricas. Dentre os autores que cultivavam esse tipo de discurso, o mais proeminente deles foi Hayden White, que considerou esse tipo de narrativa histórica como uma “estrutura metafórica” e, portanto sem valor real, esquecendo-se que a produção histórica gera uma textualidade do discurso, o que garante o seu estatuto de cientificidade (WHITE, 1995). Evitando cair nesses argumentos de sua época, Ricoeur sempre tratou a história como um singular coletivo – “que designa ao mesmo tempo a totalidade do curso dos acontecimentos e a totalidade das narrativas que se relacionam com esse curso” (RICOEUR, 1997: 177) – tomando cuidado especial em demonstrar a especificidade da narrativa historiográfica frente à narrativa ficcional, e ainda alertando para os preconceitos inerentes a essas ciências.

⁵ A esse respeito, Chartier relata que “para alguns, a constatação do pertencimento da história à classe das narrativas conduz a um passo suplementar que nega toda verdade própria do discurso histórico. Esta é a posição que evidencia ao mesmo tempo a força e, na minha opinião, o perigo da obra de Hayden White. Após ter identificado os tropos que são as figuras de todas as formas possíveis de elaboração da narrativa, ele considera que a escrita da história depende somente destas matrizes retóricas; não dependendo em contrapartida, nem das operações técnicas próprias à disciplina, nem da realidade do passado que é visado pelo discurso histórico” (CHARTIER, 2011: 361).

A relação entre ficção e história é, com certeza, mais complexa do que jamais se dirá. Ora, sem dúvida é preciso combater o preconceito segundo o qual a linguagem do historiador poderia tornar-se inteiramente transparente a ponto de deixar falar os próprios fatos: como se bastasse eliminar os *ornamentos da prosa* para acabar com as *figuras da poesia*. Mas não poderíamos combater esse primeiro preconceito sem combater o segundo, de acordo com o qual a literatura de imaginação, porque usa constantemente de ficção deve sempre ter um alcance nulo sobre a realidade. Os dois preconceitos devem ser combatidos juntos. (RICOEUR, 1997: 259)

Com o intuito de combater esses dois preconceitos, Ricoeur não apenas mostrou a especificidade de cada uma dessas ciências como também revelou o momento de convergência e o de entrecruzamento entre elas. Pertinente a esse debate, o primeiro assunto elencado por Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, trata-se da divergência ou da heterogeneidade entre a história e a ficção, visto que, ele atribui somente a história uma capacidade criadora de refiguração do tempo pela invenção e pelo uso de certos instrumentos de pensamento, como o calendário; a sequência das gerações; os arquivos; documentos e os rastros do passado⁶. Esses instrumentos, que eliminam a distância do presente com o passado, trazem ao texto historiográfico uma “ilusão realista” (CERTAU, 2011: 102), para Ricoeur eles são conectores do tempo vivido como o tempo universal e são eles que atestam a função poética da história e trabalham para a solução das aporias do tempo (1997: 179-180). Já a ficção, a despeito de também refigurar o tempo, ela o faz, por meio do que, Ricoeur chama de “variações imaginativas”, em outras palavras, são experiências ficcionais que ocorrem sobre o tempo e também possibilitam a reinscrição do tempo fenomenológico sobre o tempo cósmico, assim como na história. (1997: 217)

Depois de aludido os aspectos dicotômicos entre a história e a ficção, Ricoeur passará a demonstrar o ponto de convergência entre elas. Como já dito, ambas refiguram o tempo e tem

⁶ Esses instrumentos de pensamento, já citados por Ricoeur, juntamente com escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar à pretensão à verdade do discurso histórico. Entretanto, o que se tem de melhor para dar credibilidade à representação histórica do passado é o testemunho e a sua crítica, uma vez que, a força do testemunho está no núcleo da prova documental, especialmente a partir das declarações do testemunho vivo que declara: 1) eu estive lá; 2) acreditem em mim; 3) se não acreditam, perguntem a outro. (RICOEUR, 2007: 292)

que lidar com a ausência do todo (real) que é impossível ser refigurado, ou seja, trazem para um tempo (presente) algo que era de outro (passado), sendo que a literatura lida com a ausência de algo irreal, e a história com a ausência de algo anterior. Com fulcro nas considerações de Karl Heussi, Ricoeur dirá que “o passado é o ‘face-a-face’ (*Gegenüber*) a que o conhecimento histórico se esforça por ‘corresponder de maneira apropriada’”, distinguindo representar, no sentido de “estar no lugar (*vertreten*) de algo”, e representar-se, no sentido de “forjar uma imagem mental de algo exterior ausente” (1997: 242). Assim sendo, esse passado é ausente tanto para a história quanto para a literatura, podendo se tornar presente por meio do rastro, que elimina a distância temporal, só assim se poderá pensar a “passadidade” do passado. A elaboração desse enigmático conceito é justificada por Ricoeur:

A passadidade de uma observação no passado não é ela própria observável, mas memorável. Para resolver esse enigma é que elaboramos a noção de representância ou de lugar-tenência, querendo dizer com isso que as construções da história têm a ambição de ser reconstruções que respondem à demanda de um face-a-face. (1997: 274)

O conceito de representância mencionado nesse trecho de *Tempo e Narrativa* e definido como: “um passado ao mesmo tempo abolido e preservado nos seus rastros” (1997: 175), é melhor articulado em *A memória, a história, o esquecimento*⁷, obra em que o autor abdica de termos mais comuns como: escrita da história ou historiografia, e considera que a “palavra representância condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora” (RICOEUR, 2007: 289). Isso quer dizer que essa intencionalidade historiadora implica que as construções do historiador têm a pretensão de estarem próximas daquilo que um dia foi real, em suma, “a intencionalidade histórica é fundamentalmente uma intencionalidade de

⁷ De acordo com as próprias palavras de Ricoeur, esse estudo “marca um avanço em relação a *Temps et Récit*, em que não se fazia distinção entre representação-explicação e narração, de um lado porque o problema da relação direta entre narrativa e temporalidade ocupava a atenção em detrimento da passagem pela memória, de outro porque não se propunha nenhuma análise detalhada dos procedimentos de explicação/compreensão. Quanto ao fundo, porém, a noção de intriga e de composição da intriga continua primordial tanto neste livro como no anterior.” (RICOEUR, 2007: 249)

conhecimento” (CHARTIER, 2011: 366). Essa intencionalidade do historiador é percebida por seu leitor, pois há um pacto implícito entre eles, “uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história” (RICOEUR, 2007: 274). Corroborando com essa afirmação Krzysztof Pomian considera que “uma narração é considerada histórica quando comporta marcas de historicidade que confirme a intenção do autor em deixar o leitor sair do texto” (PROST, 2012 :235).

A propósito da relação da representância na área da ficção, Ricoeur considera que é no caminho de uma teoria da leitura que se constitui a aplicação desse conceito. Para ele, “somente pela mediação da leitura é que a obra literária obtém a significância completa, que estaria para a ficção assim como a representância para a história” (1997: 275). É de se estranhar que o termo representância criado por Ricoeur e usado para problematizar o conceito de realidade aplicado ao passado histórico também seja empregado para explicar o passado ficcional que é irreal. Essa aparente contradição logo é explicada por Ricoeur, e poderíamos dizer que, nesse ponto, ele revoluciona outra área, que é a literatura, atribuindo-lhe um valor positivo ao enfatizar que as ficções, a despeito de, criarem personagens, acontecimentos e intrigas que projetada pelas narrativas são irreais, por outro lado, as ficções têm “efeitos que exprimem sua função positiva, de revelação e de transformação da vida e dos costumes” (1997: 175). Aprofundando nessa questão, Certau considera que “a representação – mise-en-scène literária – não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos” (2011: 89).

Explicitados os aspectos dicotômicos e os convergentes entre a história e a literatura carece discutir o momento do entrecruzamento da história com a ficção, quando há de fato a refiguração efetiva do tempo, graças aos empréstimos que cada modo narrativo pega do outro. A fim de fundamentar seu pensamento, no capítulo *O entrecruzamento da História e da Ficção*, Ricoeur parte dos pressupostos de Hayden White, sobre a representância do passado, e de R. Ingarden, sobre a teoria da leitura, nesse ponto suas reflexões ganharam um valor original ao incluir o leitor como ator principal e ser o responsável por desempenhar um papel fundamental

na compreensão do tempo. Wolfgang Iser aquiesça com essa interpretação de Ricoeur, na medida que, enxerga o leitor como um transgressor e um personagem ativo no “jogo do texto”, para ele os autores jogam com o leitor, que pode imaginar e interpretar dentro do texto. Esse jogo busca um sentido, mas ao buscar ele desfaz o que alcança, assim sendo, o significado do texto só será alcançado no movimento do jogo que entrelaça autor e leitor (ISER, 1979). Acerca do entrecruzamento da história com a ficção, é importante ressaltar que as análises esboçadas por Ricoeur partem de uma teoria ampliada da leitura, posto que, é nesse momento que a reviravolta se dá, indo da divergência à convergência da narrativa histórica e a de ficção. Esse instante da leitura é importante, pois cada leitura produz uma narrativa e é ela que “suspende a experiência e a recompõe em outro contexto” (PIGLIA, 2006: 55), é aqui também em que são demonstradas e se concretizam tanto a intencionalidade histórica quanto a literária, ao tomarem emprestado uma da outra aquilo que necessitam. Segundo Ricoeur:

O problema será, então, mostrar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza graças a empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Esses empréstimos consistiram no fato de que a intencionalidade histórica só se efetua incorporando à sua intenção os recursos de *ficcionalização* que dependem do imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz os seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente recursos de *historicização* que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo. Desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa histórica, nasce o que chamamos de tempo humano, e que não é senão tempo narrado. (1997: 177)

Essa troca de lugares e o empréstimo do que sobra na história e falta na literatura e vice-versa, “procede o que se convencionou chamar de tempo humano, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia” (RICOEUR, 1997: 332). Nesse sentido, a história responde as aporias da fenomenologia do tempo, criando por meio da narrativa um terceiro tempo, que faz a interposição entre o tempo vivido e o tempo cósmico. A partir desse complexo entrecruzamento, pode-se concluir com Ricoeur que a história é quase fictícia na medida em

que os acontecimentos são colocados diante do leitor, por meio de uma “narrativa animada” que sobrepõe à dureza da passividade do passado e aos paradoxos da representância. Da mesma forma a narrativa de ficção é quase histórica ao tempo em que os acontecimentos irreais relatados pela narrativa são fatos passados que se dirigem a um leitor. Dessa forma, “a ficção é quase-histórica tanto quanto a história e quase fictícia” (RICOEUR, 1997: 329).

À guisa de conclusão, a inquietude levantada pelo fragmento de Borges e que permeou todo esse texto, não foi e nem será solucionada, haja vista que, ela poderá apenas ser problematizada, mas não resolvida. Assim como no fragmento, se por um lado o rigor da ciência foi um dos assassinos do real, por outro lado a ausência de rigor também eliminaria a existência desse real. Durante muito tempo, os dois opostos desse rigor foram a literatura e a história, a primeira que pela ausência de rigor chegaria a trazer o irreal, e a segunda que pelo excesso traria os fatos como “efetivamente aconteceram”. A partir da valiosa contribuição de Ricoeur mostrou-se que esses dois opostos ao se inter-relacionarem poderiam trazer muito mais contribuições para esse debate do que separados. Esse paradoxo de impossível resolução foi debatido ao longo desse texto, e mostrou-se que os aspectos de divergência, convergência e de confluência entre a literatura e a história só fizeram com que ambas se fortalecessem cada qual em sua especificidade, diferentemente do que alegaram muitos críticos de Ricoeur. Por fim, ressalta-se que Paul Ricoeur foi um dos filósofos da história que mais construiu e desconstruiu conceitos e pré-conceitos em relação a esses complexos temas que antes não eram problematizados na história, e merece o destaque de historiador, e a sua obra que ainda continua viva, merece as abordagens e as novas interpretações de muitos outros historiadores.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D’Assunção. **História e literatura** – novas relações para os novos tempos. Contemporâneos: Revista de artes e humanidades. N.6, mai-out 2010.

BERBET JÚNIOR, Carlos Oiti. História, verdade e interpretação a partir da crise dos paradigmas. In: SALOMON, Marlon (org). **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011: 75-104.

- CERTEAU, Michel De. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a História. In: SALOMON, Marlon (org). **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011: 347-370.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979: 105-118.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elias. **“Giro lingüístico” e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998: 237-293.
- MENDES, Breno. **Relações de força e relações de sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a historiografia**. Revista de Teoria da História Ano 2, Número 5, junho/ 2011.
- NAXARA, Márcia Regina; CAMILOTTI, Virgínia. **História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente**. História: Questões e debates, Curitiba, n.50, 2009: 15-49.
- PAULA, Adna Candido de; SPERBER, Suzi Frankl. **Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível**. Dourados, MS : UFGD, 2011.
- PIGLIA, Ricardo. Uma narrativa sobre Kafka. In: **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006: 38-73.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2012.
- RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa – Tomo III**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- SOARES, Martinho Tomé Martins. **História e Ficção em Paul Ricoeur e Tucídides**. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra 2010.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação histórica do século XIX**. 2a ed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

Roger Chartier e a noção de representação: definições, diálogos e contexto historiográfico francês no século XX

*Franciele Machado**

Introdução

Chartier é autor de pesquisas publicadas desde a década de 1970 e um número significativo delas foi traduzido para o português a partir dos anos 1990¹. Em sua trajetória acadêmica, o historiador adquiriu vínculos com importantes instituições da França como a *École des Hautes Etudes en Science Sociales* e o *Côllege de France*. Suas pesquisas consistem em analisar práticas da cultura escrita em Sociedades do Antigo Regime, demonstrando também interesse por suportes diversos dos objetos impressos, do códice ao texto digital. O historiador do qual analisamos a obra não é, portanto, um teórico da história, porém reflete em algumas de suas publicações sobre a prática historiográfica, em especial a prática de viés cultural. O uso das representações se insere no debate proposto por Chartier como uma alternativa diferenciada de uma história rigidamente social, quantitativa e que leva em conta somente divisões sócio-profissionais.

A discussão das representações normalmente é lembrada na obra do autor a partir do artigo intitulado *Le monde comme représentation*, publicado em 1989 na revista *Annales*. Essa publicação foi precedida por uma chamada de artigos realizada pelo editorial de 1988. O documento intitulado, *Histoire et sciences sociales. Um tournant critique?* apresenta uma “crise geral das ciências sociais”, por um lado, e por outro, a história em estado de pleno vigor, embora

* Mestranda em história da UFRGS. Linha de pesquisa Teoria da História e Historiografia. Orientador Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. E-mail: frann.machado@outlook.com.

¹ No Brasil, seus títulos publicados são: *A História Cultural entre práticas e representações* (1990), *A ordem dos livros* (1994), *Práticas da leitura* (1996), *A aventura do livro do leitor ao navegador* (1998), *Historia da leitura no mundo ocidental* (1998), *Cultura escrita; Literatura e História* (2000), *Práticas da leitura* (Org. 2001), *Os desafios da escrita* (2002), *À beira da Falésia* (2002), *Do palco à página* (2002), *Formas e sentidos* (2003), *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2004), *Inscrever e Apagar* (2007), *A história ou a leitura no tempo* (2009), *Origens culturais da Revolução Francesa* (2009), *O sociólogo e o historiador* (2012).

não totalmente imune à crise vigente (“*L’histoire, qui avait établi une bonne part de son dynamisme sur une ambition fédératrice n’est évidemment pas épargnée par cette crise générale des sciences sociales*”) (Annales, 1988: 291-293). Conforme publicado em finais de 1988, a revista se propôs ao desafio de repensar as práticas da disciplina. Como resultado, pretendeu-se reunir, em 1989, uma série de contribuições em um número especial que deveriam partir de dois pontos incitados: a busca de novos métodos (*Nouvelles méthodes*) e de novas alianças (*Nouvelles aliances*). É dentro desse contexto que no ano de 1989, os historiadores Roger Chartier, Giovanni Levi, Jacques Revel, entre outros, apresentaram na revista *Annales* suas interpretações sobre o desafio lançado à história.

Em *Le monde comme représentation* (CHARTIER, 1989: 1505-1520), de forma semelhante ao editorial da revista, Roger Chartier determina não uma crise da disciplina, mas sim, a existência de dúvidas e incertezas nesse campo de atuação. Tem destaque em sua reflexão o “abandono dos sistemas globais de interpretação, destes ‘paradigmas dominantes’ que foram, durante certo tempo, o estruturalismo ou o marxismo” (CHARTIER, 1991: 173). Os posicionamentos de Chartier apresentam deslocamentos na prática historiográfica, mas, estes não se resumem a uma total “mudança de paradigma”. Suas reflexões “estão ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham governado o procedimento historiador há vinte ou trinta anos” (CHARTIER, 1991: 176). Suas críticas foram, portanto, direcionadas à permanência em antigos métodos quantitativos e de classificações sócio-profissionais. Para afastar-se dessas práticas edificadas na escrita da história ao longo do século XX, Roger Chartier estabelece abordagens de uma história cultural do social.

Chartier faz uso do termo “tirânico” para referenciar a prática historiográfica que se opõe à história cultural. Tal termo foi inscrito no livro *A história cultural, entre práticas e representações*. Juntamente com o já citado *Le monde comme représentation* e um terceiro título: *À Beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, fica completa a lista de publicações mais citadas do autor quando se concerne o tema “representação”. Entretanto, após

a publicação desses três títulos, Chartier mantém sua defesa ² ao uso das representações em trabalhos como: *Le pouvoir e limits de la noticion de représentation* e *Le sens de la représentation*; No mesmo sentido, em conversas realizadas com Pierre Bourdieu (compiladas no título *O sociólogo e o historiador*) e em entrevistas como *Portrait Roger Chartier: Traces, pratiques de l'écrit, pratiques de l'histoire*, o historiador remete à pauta de suas discussões novamente a noção de representação. Interessante notar que essas publicações apresentam-se em idiomas diferenciados, de forma integral ou fragmentada através de artigos, os quais possibilitam mais de uma versão da mesma discussão; e como consequência, permitem maior apropriação dos escritos do autor.

Mas a fragmentação desses textos ao mesmo tempo que possibilita o maior acesso às reflexões mencionadas, igualmente inviabiliza certos fundamentos teóricos das representações. E como apontado no início, estudar as relações desse autor com as ciências sociais é um caminho fundamental para entender as formulações existente em suas pesquisas.

O debate com a sociologia, nesses termos, pode ser incitado em primeira mão a partir de Émile Durkheim que é considerado o introdutor das representações nas ciências sociais ³. A proximidade de Chartier com esse sociólogo nos é indicada na conceituação das “*representações coletivas*, definidas à maneira sociológica da sociologia durkheimiana, [que] incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2006: 39). Chartier se apropria dessa conceituação ao definir em seu trabalho a potencialidade das representações de construírem as divisões do mundo social. Constroem, portanto, as formas pelas quais as pessoas agem ao julgar (não

² Essa defesa se dá principalmente nos anos 2000, na ocorrência de críticas ao modo como as representações são elaboradas pelo autor e como apressadamente se dão suas apropriações.

³ Conforme aponta Jodelet: “O verdadeiro inventor do conceito é Durkheim, na medida em que fixa os contornos e lhe reconhece o direito de explicar os fenômenos mais variados na sociedade. [...] Ele o define por uma dupla separação. Primeiramente, as representações coletivas se separam das representações individuais, como o conceito das percepções ou das imagens” (JODELET, 2001: 47). Sérgio Moscovici. Igualmente reconhece a contribuição de Durkheim na elaboração do conceito, mas confirma que tal divisão proposta das representações *coletivas* e *individuais* não são aplicáveis em sociedades modernas, visto que a individualização é uma forte representação da coletividade moderna. (MOSCOVICI, 2003).

apenas os outros como a si), classificam, constituem hierarquias e competições existentes no mundo social.

É importante lembrar que a compreensão da noção a partir desse sentido resulta numa questão delicada ou pelo menos problemática nas apropriações existentes da obra de Roger Chartier; Em certos momentos o que se percebe é uma abordagem precede a realidade e um mundo físico pré-existente. No Brasil, essa crítica foi fortemente conduzida pelo historiador social Ciro Flamarion Cardoso e por seus pares (CARDOSO; MALERBA, 2000). As problematizações em torno das representações foram efetivadas certamente pelo amplo, porém, apressado uso dessa noção na historiografia. Chartier formula sua defesa das representações e, ressalta a relação entre o mundo e as representações que para ele, “também são realidade”. Em suas palavras: “a defesa de uma noção estigmatizada como relativista e idealista não é fácil. Porém, tentarei fazê-la porque penso que não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação” (CHARTIER, 2011: 16).

Há, portanto, a recorrência de abordagens que questionam a relação da representação com a *realidade* e de lado adverso o compromisso de Chartier em enfatizar a correspondência existente entre ambas. Em pesquisas realizadas pelo historiador, notamos a materialidade e os suportes de objetos, nesse caso objetos escritos e impressos, moldando as *práticas* de leitura e as *apropriações* diferenciadas de um mesmo texto. Logo, distante da realidade este historiador não está. Mas, independente dessa constatação, bem sabemos que reduzir o debate das representações em mero nível de realidade ou não realidade não irá nos proporcionar reflexões pertinentes ao problema apresentado, especialmente se temos em mente que o real⁴ é uma premissa da escrita da história. E nesse caso, não seria necessário questionar a realidade das representações, a partir da qual constitui-se no trabalho historiador um modo de investigação do passado. O que nos interessa é entender como essa noção é elaborada e operacionalizada na obra de Chartier.

⁴ Evidentemente, esse real não possui uma versão constante, totalizante ou unívoca.

Pierre Bourdieu esclarece que “numerosos ‘debates de idéias’ são menos irrealistas do que parecem se se sabe o grau a que se pode modificar a realidade social modificando a representação que dela fazem os agentes” (BOURDIEU, 1981: 69-73). Tal como em Durkheim, em Bourdieu é possível identificar a conceituação das representações a partir de princípios e esquemas de divisão e classificações; As representações e lutas de representações aparecem no trabalho de Bourdieu como elementos de dominação social e nesse viés, tais classificações são verificadas não apenas no seu estabelecimento, mas também em seu reconhecimento. Quando prescrevemos a formulação das representações dentre tais formas de dominação, falamos especialmente de dominações simbólicas. O poder simbólico, nesse sentido, é também “um poder de construção da realidade” e como consequência estabelece “o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 1989: 9-10).

Tratando-se de Pierre Bourdieu, há, pelo menos, dois modos de estudar sua relação com a disciplina história. Pode-se pensar o modo como o mesmo formula suas considerações e críticas aos historiadores, e de outro modo, os usos propriamente de sua teorização por parte destes ⁵. Chartier dedica-se a pensar essas duas questões. A relação existente entre ambos é um ponto basilar e tal proximidade entre o *sociólogo e o historiador* certamente é significativa. Mais do que isso, Chartier credita ao sociólogo contribuição decisiva, especialmente para a história cultural, seu campo de atuação. Os créditos concedidos são prescritos nos termos abaixo:

Me parece ser esta uma lição essencial do trabalho de Bourdieu: sempre pensar as relações que podem estar visíveis nas formas de coexistência, da solidariedade, ou de relações entre indivíduos ou ainda de relações mais abstratas, mais estruturais, que organizam o campo [...] A ideia do pensamento relacional permite, ao mesmo tempo, repelir a ideia do indivíduo isolado, do gênio singular e também a ideia de uma universalidade das categorias. (CHARTIER, 2012: 88)

⁵ Ce sont deux questions différentes: la première porte plutôt sur le rapport de Bourdieu aux historiens et la deuxième concerne les rapports des historiens à Bourdieu. (CHARTIER, 2012).

Esse pensamento relacional, que localiza competições e interesses, mesmo em um ato considerado desinteressado ⁶ é recorrente na obra de Bourdieu; A abordagem de pensar os indivíduos em redes é válida até mesmo quando se tratam de estudos de trajetórias individuais. Bourdieu considera que é impossível compreender uma trajetória sem considerar “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (BOURDIEU, 1996: 74-82). Chartier notabiliza cada uma dessas questões presentes na obra de Bourdieu e reconhece sua contribuição que desestabiliza certezas e ações naturalizadas, mesmo àquelas existentes na prática historiográfica. Mas deve-se pontuar que a relação de Bourdieu com a história não foi manifestada somente em apropriações “positivas”. O sociólogo dirige aos historiadores uma série de críticas, estas, “perspicazes” do ponto de vista de Chartier, o qual as compartilha; diz-se que os historiadores frequentemente *universalizam* ou *naturalizam* determinadas categorias e objetos históricos. A problemática, segundo Bourdieu demarca o uso de palavras, noções, conceitos, categorias como, por exemplo: a de médicos ou artistas que não possuem igual significação ao longo da história. Entretanto,

de forma estranha, os historiadores são certamente os mais inclinados a ceder ao anacronismo, porque, seja para parecerem modernos ou tornarem seus trabalhos mais interessantes, seja por negligência não de empregar palavras atualmente em curso para falar de realidades nas quais essas palavras não eram usadas, ou então tinham outro sentido. (CHARTIER, 2012: 23)

De todo modo, embora a existência dessas problemáticas, o trabalho de Bourdieu torna-se interessante à escrita da história, e também ao trabalho de Chartier, quando são pensados justamente os usos simbólicos do poder ou força, ao ponto que se deixa de priorizar somente a violência física. Na obra de Chartier, essas definições refletem na elaboração das lutas

⁶ Ver: BOURDIEU, Pierre. *É possível um ato desinteressado?* In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996, pp. 137-161. Bourdieu aplica esse estudo ao campo cultural: artístico, literário e intelectual, nos quais, o interesse diretamente econômico é substituído pelo interesse da “arte pela arte”, o prestígio intelectual, acadêmico e etc. Dito em outras palavras, “lembrar que os jogos intelectuais também têm alvos, que esses alvos suscitam interesses [...] é tentar estender a todas as condutas humanas [...] e arrancar o mundo intelectual do estatuto de exceção ou de extraterritorialidade que os intelectuais têm a tendência de lhe atribuir”. pp. 137-8

simbólicas de representações. E nesse ponto, a noção de *campo* de Bourdieu é importante, pois, é justamente nos campos que são constituídas tais disputas e classificações sociais. O campo político, por exemplo, é um dos espaços em que as representações são fortemente lembradas pelo sociólogo. Nele, “a luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão desde mundo” (BOURDIEU, 1989: 173-4).

Em relação ao que foi dito no parágrafo acima, necessitamos fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, mesmo pensando a conceituação do campo, ou seja de espaços autônomos no mundo social, com objetivações próprias, não é o caso de se afirmar a presença de tal noção da obra do historiador, pois, o campo literário, conforme afirma Bourdieu constitui-se apenas no século XIX, e as pesquisas de Chartier acerca da cultura escrita e práticas de leitura tem como recorte de tempo o Antigo Regime. Em segundo lugar, é oportuno lembrar-se que em tais usos, a força simbólica não anula a violência física. Diferente de uma mera substituição, nem mesmo podemos pensá-las em separado ⁷. Esse é um ponto fundamental acerca da noção de *dominação* prescrita pelo sociólogo, traduzida nos termos de *violência branda* ou *invisível* e *violência física*. Os ganhos concedidos pelas mesmas não se resumem apenas em bens materiais “ou dinheiro, mas de coisas que são ainda mais pessoais, portanto, mais preciosas” (BOURDIEU, 2002: 207).

Mas, certamente, este não é um tema exclusivo na obra de Bourdieu. Questões relacionadas à força física e o monopólio da mesma podem ser apontadas em Norbert Elias, a partir do *processo civilizador*, que direcionou desde a primeira modernidade as práticas de comportamento dos indivíduos em sociedade; em especial em sociedades Ocidentais. Nas palavras de Elias, o processo civilizador “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização” pretendendo efetivá-la gradualmente

⁷ “É preciso saber perceber uma relação inteligível – e não uma contradição – entre essas duas formas de violência que coexistem na mesma formação social e, às vezes, na mesma relação” (BOURDIEU, 2002: 191-219).

através de medidas conscientes, “racionais”, deliberadas” (ELIAS, 1994: 193). Trata-se para Elias de um processo lento, tomado com maior ênfase a partir dos séculos XVII e XVIII, (ou seja, dentro dos recortes de tempo dos estudos de Chartier) difícil de ser notado por aqueles que o vivenciaram. Foi, portanto, um processo modelado pelas relações de “interdependência” dos indivíduos em sociedade. Em outras palavras, quanto maior a proximidade e dependência uns dos outros em funções sociais específicas, maior também tornou-se o controle de emoções e como consequência, maior também o monopólio da violência física.

É Elias quem esclarece como na primeira modernidade cavaleiros nobres acostumados com o uso da espada tornaram-se cortesãos, diminuindo cada vez mais o uso da força física em suas relações sociais. Interessante como o mesmo conclui que a força não deixou de ser exercida, mas foi direcionada para momentos específicos, foi monopolizada por especialistas em quartéis e Estados. Com esse monopólio, duelos deixaram de ser permitidos, mas, as pessoas “exerciam pressão e força umas sobre as outras. A vida nesse círculo não era, de maneira alguma, pacífica. [...] Era intensa a competição por prestígio pelo favor real”.

Apesar do interesse maior de Elias pela longa duração e das demais possíveis distinções, a leitura de ambos os sociólogos faz notar tanto em Elias como em Bourdieu a inclinação em não pautar ao indivíduo isolado os rumos da sociedade. Em *Razões práticas*, Bourdieu demonstra que o futuro é sempre presente, um presente em que as pessoas estão presas aos afazeres cotidianos (BOURDIEU, 1996: 143). Mas, proximidades ou contribuições à parte, Chartier direciona à Bourdieu um reconhecimento maior. A proximidade entre ambos constuiu-se em vínculos de amizade⁸ e após a morte de Pierre Bourdieu em 2002, Chartier passou a organizar publicações, proferiu palestras (e ainda as profere) das quais os objetivos são justamente evidenciar a proximidade e mais imediatamente, as contribuições de Bourdieu para a história, principalmente a de viés cultural.

⁸ Conforme palavras de Chartier: “minha admiração e amizade intelectuais por ele já se tinham traduzido por sua presença em vários programas que eu produzia – e continuo produzindo – uma segunda feira por mês para *Les lundis de l’histoire*. (CHARTIER, 2012: 8)

Breves considerações

Com o que foi apresentado, queremos demonstrar que Chartier apropriou-se de reflexões desses sociólogos e estas certamente refletem em sua formulação e usos da noção de representação. Estudar as relações de Chartier com as ciências sociais permitirá demonstrar que é possível tratar com certa amplitude e maior seriedade a conceituação das representações, principalmente dentro daquilo que entendemos ser fundamental em sua constituição que é investigar seus debates teóricos e metodológicos. Na obra de Roger Chartier a noção de representação permite pensar seu uso em pesquisas que fazem referência ao Antigo Regime, mas que ao mesmo tempo é apresentada como proposta de abordagem para uma história cultural do social, possível de ser aplicada a diferentes temporalidades. O diálogo com esses sociólogos traz para a discussão maior caráter teórico, visto que, Chartier não propõe definições muito claras do uso na disciplina história dessa noção tomada de empréstimo da sociologia. A mesma consideração certamente é feita às apropriações das representações via Chartier no Brasil. A ausência de tais definições poderá ser justificada pelo fato de tratar-se de um historiador da cultura escrita e não de um teórico da história, apesar desse título lhe ser creditado de forma equivocada. Mas, é aberta para um problema da própria disciplina, pois, é tarefa somente da teoria da história refletir sobre as formas e os significados da pesquisa e da escrita da história?

Ao evocar o uso das representações em seus livros, Chartier faz uma crítica ao domínio estrito do social na prática historiográfica francesa ao longo do século XX e como alternativa propõe uma nova abordagem que insiste em seus usos culturais, a partir dos quais as representações são inseridas⁹. Entretanto, parte de suas reflexões não ultrapassam o sentido metodológico de uma nova prática historiográfica. O autor indica novos parâmetros para a disciplina, mas não nos é proposto os significados dessa forma de escrever a história. A consequência imediata disso pode ser medida em conclusões como as de Ronaldo Vainfas, o

⁹ Conforme: *Le monde comme représentation* (1989), *A História cultural entre práticas e representações* (1990), *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes* (2002) etc.

qual afirma que Chartier apenas propõe uma inversão no modo de escrever a história: uma troca da “tirania do social” pela “tirania do cultural” (VAINFAS, 1997: 127-162).

Buscamos, portanto, na relação estabelecida com os sociólogos Émile Durkheim, Norbert Elias e Pierre Bourdieu reflexões para problemáticas levantadas em torno das representações. São questionamentos que nos comprometemos a responder ao longo da pesquisa de mestrado em andamento. Sua elaboração será investigada nos livros de Chartier, cuja obra é fortemente apropriada no Brasil. A discussão pretendida será também remetida ao sentido das representações como *objeto* e como *operação* historiadora¹⁰, de forma a investigar na obra de Chartier tanto o fenômeno representação – entendido como prática social – quanto o conceito de representação buscado pelo autor nas ciências sociais.

Referências Bibliográficas

Annales. **Histoire et Sciences Sociales. Um tournant critique?** Annales, Économies, Sociétés, Civilisations. Année 1988, Volume 43, Numéro2, pp. 291-293

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus 1996. p. 74-82.

_____ **A representação política:** elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, pp. 163-207.

_____ **Descrever e prescrever:** Nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. Tradução Luiz Alberto Grijó. *Actes de la recherche en sciences sociales*, mai, 1981. pp. 69-73.

_____ **É possível um ato desinteressado?** In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996, pp. 137-161.

¹⁰ A discussão será ampliada a partir dessas noções desenvolvidas por Paul Ricouer no livro *A memória, a história, o esquecimento*.

_____. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996, pp. 91-135.

_____. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo, Zouk, 2002, pp.191-219.

_____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, pp. 9-10.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade. 2002.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

_____. A nova história cultural existe? In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, et al. **História e linguagens**: Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011.

_____. Le monde comme représentation. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Année 1989, Volume 44, Numero 6, pp. 1505-1520.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991.

_____. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

_____. Portrait Roger Chartier: Traces, pratiques de l'écrit, pratiques de l'histoire. **Circé. Histoires, Cultures & Sociétés**, Numero 1, 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, vol. 2, parte 2: Sugestões para uma teoria de processos civilizadores, pp. 191-274.

JODELET, Denise (org.) **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 127-162.

História intelectual e Filosofia Analítica: Quentin Skinner e o problema do significado dos textos

*Gabriel Barroso Vertulli Carneiro**

*“There's a sign on the wall, but she wants to be sure
'Cause you know sometimes words have two meanings.”*
(Robert Plant)

*“Meaning is more than a matter of intention,
it is also a matter of convention”*
(John Searle)

Considerações iniciais:

Nas páginas que seguem pretendo fazer algumas considerações sobre o projeto teórico voltado para a historiografia intelectual desenvolvido pelo historiador inglês Quentin Skinner. Deste modo, na medida em que apresento, ainda que de forma muito breve, a “história da teoria da história” de Quentin Skinner, irei expor as questões que regem a minha pesquisa de mestrado.

Como já sabido por muitos, o projeto skinneriano possui uma espécie de “história interna”, isto é, com o passar dos anos ele ganhou novos contornos, novas problemáticas e novas formas de abordagem¹. Pode-se dizer que o artigo mais famoso do historiador inglês – que é também um de seus primeiros e leva o título “*Meaning and understanding in the history of ideas*” (1969) – não é tão representativo quanto se costuma pensar, ou seja, este famoso artigo prescritivo não pode ser interpretado como a síntese do programa skinneriano. Este fato se dá na medida em que a reflexão de Skinner passou por diversos enfoques e transformações em

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

¹ A melhor apresentação da história da teoria da história de Quentin Skinner, ou, em outras palavras, da história inerente ao seu programa, é feita por Kari Palonen em seu livro *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric* (2003).

função, principalmente, dos seus textos teóricos serem construídos de forma dialógica. Em outras palavras, o projeto teórico skinneriano é construído a partir de um intenso diálogo com outros acadêmicos e pensadores das mais diversas orientações filosóficas e intelectuais – orientações estas que vão desde os “positivistas lógicos” e os “filósofos analíticos”, passando pelos “teóricos da recepção” e pelos “hermeneutas” de inspiração gadameriana.

Em linhas gerais, o programa de Skinner começa com uma violenta crítica aos moldes de exposição da historiografia das ideias tradicional – principalmente a da linha da “Grande Cadeia do Ser” (1936), livro paradigmático de Arthur Lovejoy, autor conhecido como o “pai” da história das ideias. A partir de sua crítica e de suas prescrições, Skinner começa um fervoroso e profícuo debate com seus críticos, principalmente em função da forma como ele se apropriou dos trabalhos do filósofo analítico John Austin e, por consequência, como ele lida como o intencionalismo. Para além desse debate, alguns anos mais tarde, Skinner responde às comparações feitas entre o seu projeto e o de Reinhart Koselleck (*A história dos conceitos alemã*). Por fim, pode-se dizer que o momento mais recente da abordagem skinneriana é marcado pelo seu “*rhetoric turn*”, onde ele usa a retórica com um instrumento heurístico para a historiografia intelectual.

Contudo, mesmo a clara e intensa mudança na abordagem de Skinner, pode-se dizer que os seus três pilares principais permanecem. Esses pilares são: os filósofos Robin George Collingwood, Ludwig Wittgenstein e John Austin – mais especificamente, algumas considerações bem pontuais desses três pensadores². No entanto, mesmo a base “filosófica” de seus argumentos permanecer a mesma, há uma mudança digna de atenção, e, mesmo que ela tenha ocorrido de forma gradual, pode-se dizer que ela é extremamente evidente. Em síntese, essa manifesta mudança diz respeito a como Skinner aborda o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos significados dos textos.

² Skinner se apropria do conceito de “uso” de Wittgenstein, da concepção de “força ilocucionária” de Austin e da “lógica da pergunta e resposta” formulada por Collingwood – todas essas concepções realçam a historicidade e o caráter dialógico dos proferimentos e dos textos do passado; pode-se dizer que a percepção de Skinner de “intencionalidade autoral” também perpassa essas três concepções.

À vista disso, se torna oportuno dizer que o tema da minha dissertação de mestrado – e também do presente texto – é o problema da intencionalidade autoral no projeto teórico skinneriano. Por conseguinte, as questões que regem a minha pesquisa são: 1) Como Quentin Skinner compreende e trabalha o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos? e 2) Quais as concepções de autor e de texto defendidas por Quentin Skinner e como elas operam em sua teoria da interpretação?

Na esteira dessas perguntas, trabalho basicamente com quatro conceitos que estão intimamente relacionados – isto é: “significado”, “texto”, “autor” e “hermenêutica” (ou teoria da interpretação) – de tal modo, proponho que a questão tácita que rege o programa skinneriano poderia ser colocada da seguinte maneira: Quais são as condições de possibilidade de uma historiografia que afirma que o significado dos textos não pode ser apartado do autor que o empreendeu? Em linhas gerais, pode-se dizer que essa é a questão que Skinner tenta apurar ao longo de seus textos teóricos – principalmente quando ele discute a teoria dos atos de fala e quando ele dialoga com os seus críticos tributários da filosofia de Gadamer.

Após apresentar o objeto principal, cabe dizer que o meu objetivo é expor a trajetória do problema da “intencionalidade autoral” na obra de Quentin Skinner. Com isso, pretendo compreender o definhamento desta concepção em seus textos teóricos. Viso expor essa trajetória a partir da compreensão das concepções de autor e texto presente nos textos teóricos de Skinner.

Intencionalidade autoral e interpretação do significado dos textos:

Para deixar o meu argumento sobre a mudança da abordagem de Skinner mais claro – principalmente no que diz respeito ao problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos – cabe destacar a seguinte passagem de uma entrevista feita com o historiador inglês, onde ele afirma de forma clara que, a partir do contato e do diálogo com os críticos gadamerianos, ele reavalia diversos de seus preceitos:

Eu sinto fortemente o poder do argumento de Gadamer de que podemos ver nos textos que estudamos apenas o que nos é permitido ver pelos horizontes da nossa própria cultura e os pré-julgamentos incorporados a ela. [...] Eu costumava pensar muito mais em termos de interpretações corretas e supor que geralmente há um fato a ser descoberto. Agora sinto que, porque os textos que estudamos e o que parece importante neles vai sempre mudar como a nossa própria sociedade muda, o processo de interpretação é interminável. Os textos que estudamos mudam continuamente os seus contornos na medida em que podemos colocá-los em novos contextos e relacioná-los com diferentes textos. Há sempre algo novo para aprender. (SKINNER, 2001: 50)³

O trecho dessa entrevista mostra que Skinner soube digerir a crítica gadameriana de que ele não prestaria atenção a sua própria historicidade ao escrever sobre uma teoria da interpretação dos textos históricos. Por consequência, pode-se dizer que a sua ideia inicial de que existiria um significado unitário criado pelo autor de um determinado texto – e que seria a tarefa do historiador ou do intérprete descobrir esse significado – é abandonada, em função, dentre outras coisas, desse contato com os ensinamentos da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.

No entanto, obviamente Skinner não acolhe a hermenêutica de Gadamer sem um apurado senso crítico. Nesse sentido, sobre o clássico debate hermenêutico acerca dos significados produzidos pelo autor em contraste com os significados produzidos pelo intérprete, Skinner acaba por adotar um posicionamento muito parecido com o de Paul Ricoeur, isto é, ele tenta se posicionar de forma intermediária entre o que ficou conhecido como a “falácia intencional” e a “falácia do texto absoluto”, querendo mostrar que a opção interpretativa fundada no diálogo com o texto (opção esta que é de inspiração gadameriana) é interessante, todavia, ela não é suficiente (*Idem*: 55-56). Destarte, Skinner se aproxima do argumento ricoeuriano de que um “texto permanece um discurso dito por alguém a mais alguém acerca de

³ Tradução livre de: “*I feel strongly the force of Gadamer’s point that we can hope to see in the texts we study only what we are permitted to see by the horizons of our own culture and the pre-judgments built into it. [...] I used to think far more in terms of correct interpretations, and to suppose that there is usually a fact of the matter to be discovered. I now feel that, because the texts we study and what seems important in them will always change as our own society changes, the process of interpretation is a never-ending one. The texts we study continually alter their contours as we put them in new contexts and relate them to different texts. There is always something new to be learned.*” Todas as traduções são de minha autoria.

alguma coisa.” (RICOEUR, 1976: 42). Esse ponto aproxima de forma íntima as concepções de texto de Ricoeur e Skinner. Em certa medida, tal aproximação pode ser entendida porque os dois são leitores assíduos da filosofia analítica de John Austin – o que abre o caminho para esses dois intelectuais pensarem os textos a partir da teoria dos “atos de fala”⁴. Ou seja, é possível argumentar que Skinner, diante do embate entre as falácias “intencional” e do “texto absoluto”, acaba por conceber um texto como análogo a um ato de fala, isto é, a filosofia analítica austiniana fornece as ferramentas necessárias para Skinner pensar o texto como uma ação.

Na esteira da reflexão sobre o que seria um texto, pode-se dizer que esse embate (que é de certa forma um embate aporético) entre a “falácia intencional” e a “falácia do texto absoluto”, também abre espaço para reflexões que problematizam o que seria o conceito de autor. É importante deixar claro que Quentin Skinner está, até certo ponto, de acordo com os intelectuais que decretaram a “morte do autor” por também entender que todas as convenções linguísticas e os discursos (políticos ou não) são anteriores e são capazes de reger o próprio empreendimento daquele que está escrevendo. Ciente deste ponto, pode-se afirmar que, nos argumentos de Skinner, também não há espaço para o “autor-sujeito” – muito diferente do que pensam alguns de seus críticos⁵.

Nesse sentido, por várias vezes o historiador inglês tenta refutar o “psicologismo” que é atribuído à sua abordagem. Em alguns momentos, por exemplo, ele chega até mesmo a dizer que, além de não ser um “intencionalista”, ele sustentaria a tese “anti-intencionalista” – como se pode perceber a partir da seguinte passagem:

De acordo com muitos dos meus críticos, essa é a tese que eu endosso [a tese intencionalista]. Mas na verdade eu mal me dediquei a este argumento, e na

⁴ O texto de Paul Ricoeur citado algumas vezes por Skinner que acaba por aproximar a perspectiva dos dois é: RICOEUR, Paul. *The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text*. In: *New Literary History*, Vol. 5, No. 1, *What Is Literature?*, 1973, pp. 91-117.

⁵ Para dois claros exemplos dessa interpretação, ver: KEANE, John. *More theses on the philosophy of history*. In: James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 205. E também: HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*. In: *The American Historical Review*, Vol. 94, No. 3 (Jun., 1989), pp. 581-609.

medida em que eu mal o fiz, eu tenho endossado largamente o caso anti-intencionalista. Concordo que, quando um texto diz algo diferente do que seu autor pretendia dizer, somos obrigados a admitir que isto é, no entanto, o que o texto diz, e, portanto, que carrega um significado diferente daquele pretendido pelo autor. (SKINNER, 2002: 110)⁶

Não obstante, segundo o historiador inglês, seria um erro descartar completamente a figura do autor – como faz Roland Barthes, ao afirmar que “é a linguagem que fala, não o autor” (BARTHES, 2004, p. 59) – na medida em que é ele, o próprio autor, que é capaz de reproduzir, contestar e preservar os discursos e as convenções vigentes de determinada situação. Conceder que o autor não tem nenhuma participação no significado de um texto, e, dessa forma, que o que molda os significados dos enunciados seriam pura e simplesmente as *epistemes* que os regeriam, seria a mesma coisa que apregoar um infinito *apriori* histórico (BEVIR, 2008, p. 85). Skinner, por sua vez, visto que a sua abordagem é muito marcada pelos argumentos dos filósofos analíticos, visa erradicar qualquer forma de *apriori* e essencialismo metafísico. Assim, à vista desses argumentos, é então possível chegar a um entendimento medular de como Quentin Skinner compreende e trabalha os conceitos de texto e autor: na teoria da interpretação proposta por ele, um autor é concebido como um agente e, por conseguinte, um texto é considerado uma ação empreendida por este agente.

Sobre esse entendimento e sobre como ele acaba por problematizar o que ficou conhecido como a “morte do autor”, John Dunn, ao comentar o projeto skinneriano, escreve as seguintes palavras:

A ideia de que a autoria em si mesma é uma forma de agência, apesar dos desafios de Michel Foucault, tem-se revelado relativamente robusta. Uma vez que o texto é concebido como uma forma extraordinariamente complexa de

⁶ “According to many of my critics, this is the thesis I endorse. But in fact I have scarcely engaged with this argument, and insofar as I have ever done so I have largely endorsed the anti-intentionalist case. I agree that, where a text says something other than what its author intended to say, we are bound to concede that this is nevertheless what the text says, and thus that it bears a meaning other than the one intended by its author.”

ação, a questão da agência se torna, inevitavelmente, de pelo menos relevância potencial. (DUNN, 1996: 23)⁷

É precisamente nesse sentido – isto é, de que a autoria em si já é uma “forma de agência” – que Kari Palonen afirma que a análise da filosofia dos “atos de fala” como empreendida por Quentin Skinner é capaz de “reabilitar a perspectiva dos agentes políticos” (PALONEN, 2003, p. 31). Um dos grandes méritos de Kari Palonen em seu livro – *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric* (2003) – foi chamar a atenção sobre como a filosofia analítica da linguagem de Ludwig Wittgenstein e John Austin pode ser pensada a partir de uma perspectiva retórica. As seguintes palavras de Palonen sintetizam esse seu argumento:

Apesar do livro de Austin "Como fazer coisas com palavras" ser um trabalho técnico em filosofia, os links com a retórica são explícitos em seu modo de argumentação. [...] Em termos retóricos, os atos de fala referem-se a diferentes dimensões da retórica: perlocuções aludem a aceitação do público, ao passo que ilocuções referem-se à qualificação dos atos como movimentos. Wittgenstein e Austin introduziram uma perspectiva da ação para a linguagem que era tão crítica em relação à tradição filosófica da *vita contemplative* quanto foi a crítica sofista e retórica em relação à filosofia antiga. (PALONEN, 2003: 136)⁸

Em linhas gerais, esse elo traçado por Palonen seria possível na medida em que os “chamados filósofos da linguagem ordinária tenderam a trivializar questões sobre significado” (*Idem*, p 135)⁹ – assim como costumam fazer os estudiosos da retórica. Enfim, Skinner percorre o mesmo caminho e acaba por “incluir o vocabulário da teoria dos atos de fala na perspectiva mais ampla da retórica” (*Idem*, p. 137)¹⁰. Ao traçar esse paralelo, Palonen consegue apresentar

⁷ “The idea that authorship itself is a form of agency, despite the challenges of Michel Foucault, has proved comparatively robust. Once a text is conceived as an extraordinarily complex form of action, the issue of agency becomes, inescapably, of at least potential relevance.”

⁸ “Although Austin’s *How to do things with Words* is a technical work in philosophy, the links to rhetoric are explicit in its mode of argument. [...] In rhetorical terms, the speech acts refer to different dimensions of rhetoric: perlocutions allude to acceptance in the audience, whereas illocutions refer to the qualifications of the acts as moves. Wittgenstein and Austin introduced an action perspective to language that was as critical towards the *vita contemplative* tradition of philosophy as the sophistic and rhetorical criticism of the ancient philosophy.”

⁹ “The so-called ordinary language philosophers have tended to trivialize questions of meaning”.

¹⁰ “an inclusion of the speech act vocabulary in the wider perspective of rhetoric.”

de forma magistral o “*rhetorical turn*” da obra de Skinner, pois ele acaba por pensá-lo a partir de um quadro mais amplo, ou seja, a partir do próprio “*linguistic turn*” (*Idem*, p. 133).

Nos últimos trabalhos de Skinner, principalmente no texto intitulado “*Rhetoric And Conceptual Change*” (1999), onde ele deixa evidente o seu “*rhetorical turn*”, além de consolidar o seu entendimento de que o conceito de “autor” deve ser correspondente ao conceito de “agente” e o de “texto” ao de “ação”, ele também procura trabalhar essas concepções em termos retóricos. Assim, ele usa os conceitos de autor e texto tendo sempre como norte a noção de que os indivíduos são agentes capazes de intentar “movimentos argumentativos”. Destarte, os argumentos presentes nos textos se tornam estratégias empreendidas por agentes. Em linhas gerais, é dessa forma que Skinner usa a retórica como um instrumento heurístico para a historiografia intelectual, é nesse sentido que a retórica se torna um dos pilares da sua teoria da interpretação.

Em síntese, é importante refletir sobre os conceitos de autor e texto presentes nos argumentos de Skinner porque eles são peças fundamentais do seu projeto teórico. É também partir desses conceitos que se pode perceber o afinamento da concepção de intencionalidade autoral, pois Skinner tratou de corroborar cada vez mais a tese do “excesso de significação”, onde a intenção do autor não esgota o significado de um texto. Visto isso, o programa do historiador inglês pode ser entendido como uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes – onde a linguagem e os conceitos vigentes não seriam apenas fronteiras que circunscrevem as ações dos agentes, mas funcionariam também como ferramentas que permitem a construção de novas convenções e enunciados a partir da disposição dos “jogos de linguagem” disponíveis naquela determinada situação.

É importante assinalar que a primazia da linguagem frente aos problemas interpretativos é um dos fatos que aproxima Skinner da tradição analítica. Na medida em que esta tradição é marcada pela “concepção de que a filosofia deve realizar-se pela análise da linguagem” (MARCONDES, 2004, p. 12), onde seu problema central seria a pergunta: “como uma proposição tem significado?”, é possível notar o quanto Skinner opera a partir dessa tradição –

uma vez que uma das questões centrais da sua teoria da história é o problema do significado dos textos e quais são as condições de possibilidade para esse significado não ser interpretado de forma alheia ao autor que o empreendeu.

Considerações Finais

Em suma, quis demonstrar que Quentin Skinner compreende o conceito de autor como análogo ao conceito de “agente”. Destarte, sua concepção de texto é apresentada como um ato deliberado de comunicação – ou um “ato de fala”. Essas duas concepções são fundamentais para o seu projeto na medida em que a sua teoria da interpretação é edificada, como dito, a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes. Em outras palavras, um texto, para Skinner, é o fruto da dinâmica dialógica de um jogo social específico. Assim, um autor é o agente que preserva e “joga” com as convenções linguísticas a sua disposição. Logo, pode-se perceber que autor e texto são conceitos interdependentes para o projeto skinneriano, isto é, a empresa interpretativa deve sempre estar atenta aos seus elos sem, contudo, ignorar a questão do “excesso de significação”.

Em paralelo a este ponto, o definhamento da intencionalidade autoral na teoria da interpretação do historiador inglês se dá, principalmente, em função das críticas de inspiração gadameriana direcionadas ao seu projeto – onde o significado unitário e a primazia do autor na empresa interpretativa são problematizados a partir da afirmação e do entendimento da historicidade do próprio intérprete. À vista disso, pode-se dizer que há uma espécie de “descentramento do papel do autor” e, conseqüentemente, “um dismantelamento da intenção”¹¹.

Para fins de conclusão, pode-se dizer que a teoria da interpretação skinneriana sugere uma “visão performativa” dos textos (políticos) – reabilitando o papel do agente que escreveu o texto em análise sem, contudo, sucumbir à falácia intencional e à exigência de um significado unitário. Ao propor esse tipo de empresa interpretativa, Skinner chama a atenção para a

¹¹ As expressões “descentramento do papel do sujeito falante” e “dismantelamento da intenção” foram retiradas do livro de Paulo Ottoni, intitulado “Visão performativa da linguagem”. Ver: (OTTONI, 1998, p. 82).

necessidade de entender a força ilocucionária ou a estratégia que um agente empreende ao escrever um texto. A partir dessa perspectiva, Skinner é um dos grandes responsáveis por estabelecer o diálogo entre a historiografia intelectual e a filosofia analítica e, por conseguinte, entre a historiografia intelectual e a retórica.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 57-64.

BEVIR, Mark. **A Lógica da História das Ideias**. Bauru, SP: Edusc, 2008.

DUNN, John. The History of Political Theory. In: **The History of Political Theory and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 11-38.

_____. The Identity of the History of Ideas. In: **Philosophy**, Vol. 43, No. 164 (Apr., 1968), pp. 85-104.

FOUCAULT, Michel. What Is an Author? In: HARARI, Josué V. (Ed.). **Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1979, pp. 141-160.

GUNNELL, John G. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. In: **The American Political Science Review**, Vol. 76, No. 2 (Jun., 1982), pp. 317-327.

_____. O problema da interpretação. In: **Teoria política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 67-90.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

PALONEN, Kari. **Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric**. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2003.

RICHTER, Melvin. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtfiche Grundbegriffe. In: *History and Theory*, Vol. 29, No. 1 (Feb., 1990), pp. 38-70.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

RORTY, Richard. Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy. In: **The Linguistic turn: recent essays in philosophical method**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 1-39.

SEARLE, John R (Org.). **The Philosophy of language**. London: Oxford University Press, 1972.

SKINNER, Quentin. Conventions and the Understanding of Speech Acts. In: **The Philosophical Quarterly**, Vol. 20, No. 79, Philosophy of Language Number (Apr., 1970), pp. 118-138.

_____. Hermeneutics and the Role of History. In: **New Literary History**, Vol. 7, N° 1, Critical Challenges: The Bellagio Symposium, (1975), pp. 209-232.

_____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki. In: **Finnish Yearbook of Political Thought** 6, 04/10/2001, pp. 34-63.

_____. (Org.). **The Return of Grand Theory in the Human Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought. In: CASTIGLIONE, D. (org.). **The History of Political Thought in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 175-188.

_____. **Visions of Politics. Volume I: Regarding Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TULLY, James (Ed.). **Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Imaginário histórico e a construção discursiva da identidade regional do Oeste Paulista (1940 - 1960)

*Gabriel Vincius Baroni**

A construção identitária paulista elegeu como seu principal símbolo o bandeirante. Essa construção histórica retoma obras historiográficas desde o século XVIII, com Frei Gaspar Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida, os primeiros a destacar a imagem de um sertanista desbravador, pioneiro, conquistador e rebelde. Mas somente no final do século XIX que a imagem do bandeirante reapareceu como representação identitária adquirindo força e contornos mais precisos ao longo das primeiras décadas do século XX.

As obras de Frei Gaspar Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida ofereceram contribuições substantivas para a constituição de um imaginário histórico sustentado pela fusão de dois personagens: o paulista e o bandeirante. Essa representação vai, assim, constituir a essência da *paulistanidade*. Em Pedro Taques, a figura do paulista confunde-se com a do líder, cuja conotação de chefe militar de um grupo que penetra os sertões brasileiros – com o objetivo de capturar índios, encontrar metais e minerais preciosos, além de combater estrangeiros e escravos rebelados – assume proporções de agente civilizador e mantenedor da ordem. Esses chefes foram identificados por Pedro Taques como descendentes da nobreza portuguesa, de grandes proprietários de terra, ou daqueles que haviam ocupado altos cargos na administração colonial. Frei Gaspar destaca a mestiçagem entre brancos e índios como um dos elementos que caracterizava o paulista. O resultado da miscigenação entre brancos e índios – o mameluco – aliava, portanto, para Frei Gaspar da Madre de Deus, as qualidades das duas raças, dando origem aos melhores soldados, mais robustos e mais aptos para enfrentar o sertão.

Entretanto, nos primeiros anos do século XIX a temática bandeirante na historiografia paulista encontrava-se um tanto abandonada. Esse cenário só iria se modificar, quando o desenvolvimento da agricultura paulista, na segunda metade do século XIX, possibilitou que

* Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Paulo assumisse um papel de destaque na economia nacional. Inicialmente com o açúcar; depois, principalmente, com o café, São Paulo integrava-se à economia agrário-exportadora brasileira. O cultivo do café, aproveitando-se da infraestrutura deixada pelo açúcar, expandiu-se pela província, sobretudo na região do Oeste Paulista, que viria substituir, àquela altura, o Vale do Paraíba como principal região agrícola do estado.

Nas décadas seguintes, observa-se a fundação de uma série de instituições que expressam os interesses e os projetos dessa comunidade letrada paulista, assim como a aceitação desses empreendimentos, com destaque o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, em 1894. Inspirado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado, no Rio de Janeiro, em 1838, o IHGSP, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, convivia com duas intenções distintas: de um lado, seguir o modelo do IHGB na sistematização da história nacional, levantando e recolhendo o máximo de documentação possível, conforme preconizavam os mestres franceses e alemães oitocentistas; e, de outro, elaborar sua própria história, ou seja, a dos acontecimentos e processos paulistas, definido, assim, a especificidade dessa experiência, fortemente representada pela origem bandeirante.

Nas décadas de 1910 e 1920, o IHGSP impulsiona a pesquisa sobre o movimento bandeirante. De acordo com Antonio Celso Ferreira, com a retomada do tema “bandeirante”, buscava-se reavivar nos leitores da revista do IHGSP e no público que assistia às conferências, a consciência de que os paulistas, no passado, haviam experimentado um período de aventuras e um espírito coletivo intrépido. Neste sentido, a saga bandeirante não terminara, uma vez que o progresso da região continuara, com a cafeicultura, as ferrovias e a metropolização crescente. O movimento bandeirante, assim, era interpretado e apropriado como instrumento da formação territorial paulista e da própria formação do país, tornando-se São Paulo o centro da história nacional. Nesse contexto, os bandeirantes seriam os novos heróis nacionais.

A agremiação desempenhou um papel relevante na revalorização das obras de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e de Frei Gaspar da Madre de Deus, publicando novas edições da *Nobiliarchia paulistana histórica e genealógica* e das *Notícias das minas de São Paulo*, do primeiro; e das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, do segundo. Nessas

edições encontram-se apontamentos biográficos sobre os autores, escritos por Afonso d'Escragolle Taunay, em estilo laudatório, como era comum à época. Nas primeiras décadas do século XX, além de Taunay, outros historiadores do IHGSP forneceram contribuições significativas aos estudos centrados na figura do bandeirante, como Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) e José de Alcântara Machado (1875-1941).

Nas últimas décadas do século XX, com a consolidação dos cursos superiores de História, ocorre uma mudança de perspectiva na historiografia paulista: a própria construção da imagem do bandeirante torna-se o eixo temático dos estudos históricos e a *paulistanidade* passa a ser um problema acadêmico. Maiores partes desses estudos priorizaram a produção historiográfica até, no máximo, a década de 1940. O surgimento da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, foi interpretada como grande divisor de água para historiografia paulista e a vida intelectual de São Paulo, responsável pelo enfraquecimento das antigas instituições e agremiações letradas da capital e pelo esgotamento do modelo épico bandeirante como construtor da identidade paulista.

O texto enfoca sua análise nas obras produzidas no momento posterior a 1940, e de uma historiografia que ocorreu afastada do centro, e por sua vez do meio acadêmico. Percebe-se que a historiografia do chamado Oeste Paulista durante esse período estava a produzir um modelo de história muito comum aos institutos históricos, mesmo quando os estudos acadêmicos já ocorriam no país, fator que levou muitas correntes a interpretarem essa produção como memorialista.

Vale ressaltar que algumas correntes passaram a se referir a esse tipo de estudioso como memorialistas, já que o modelo de história feito pelos tais “memorialistas” não seguia as regras e princípios da historiografia acadêmica, argumento que se fortalece quando se aborda uma produção historiográfica, não acadêmica, que aconteceu paralela aos primeiro cursos superiores de história no Brasil.

Entretanto como Le Goff aponta “a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época”(LE GOFF 2003). Portanto

a preocupação em classificar os autores como memorialistas ou historiadores, pouco contribuiu para a compreensão do trabalho, o que se destaca é que Mario Neme, Jolumá Brito e Aluísio de Almeida são representantes de uma cultura histórica e conseqüentemente contribuem para a construção de um imaginário histórico das cidades da região do Oeste Paulista.

Mario Abdo Neme (1912-1973), natural de Piracicaba, foi entre os autores abordados aquele que atingiu maior destaque regional. Apesar de ter nascido em Piracicaba fez sua carreira em São Paulo. Circulou entre os principais periódicos da época, principalmente pelo *O Estado de São Paulo*, no qual se fixou como colaborador e permaneceu por mais de trinta anos. Trabalhou também em diversos órgãos ligados a educação e cultura como a Divisão de Documentação Histórica e Social da prefeitura de São Paulo e no Museu Paulista, no qual assumiu o cargo de diretor durante a década de 1960.

A Produção intelectual de Mario Neme abrangiu tanto a literatura quanto a história, na sua historiografia além das obras sobre a história de Piracicaba, Neme também se dedicou a escrever algumas obras sobre a História do Brasil, mais especificamente em torno da temática do Brasil Holandês. Também publicou artigos em revistas e anais, como por exemplo, os anais do Museu Paulista, no qual foi diretor durante a década de 1960.

João Batista de Mello Brito Sá (1890-1980), mais conhecido pelo seu nome artístico Jolumá Brito, foi uma das figuras com a trajetória mais diversificada que podemos encontrar, foi jornalista, radialista, escrevia poesias, comédias e sobre a história das cidades da sua região. Como estudioso da história de Campinas teve o status de maior escritor de Campinas, foram mais de trinta livros publicados em vida, abordando principalmente a história de Campinas e outras cidades da região.

Nasceu de uma família humilde em Espírito Santo do Pinhal, apesar de não ser natural de Campinas, viveu maior parte da sua vida na cidade e sempre se colocou como o campineiro de coração. Trabalhou desde cedo como jornalista, ingressou mais tarde nos principais jornais da cidade, escrevendo praticamente sobre tudo, da vida social a crônicas esportivas, até comentários sobre a região. Mas o meio em que Brito ganhou maior destaque na cidade foi o da imprensa falada. Considerado um dos pioneiros da transmissão local. Brito sempre foi

envolvido com diversas atividades da cidade, fez parte agremiações esportivas, agremiações de letrados e sindicatos. Também foi funcionário público atuando tabelião de cartório no 2º Registro de Imóveis de Campinas.

Brito se envolveu com a escrita da história da cidade no início da década de 1930, anos depois se lançaria na empreitada de escrever “toda a história de Campinas”, da fundação até o século XIX, o que resultou nos vinte e sete volumes de História da Cidade de Campinas, impressos pela editora Saraiva entre 1956 e 1965.

Monsenhor Luiz Castanho de Almeida (1904-1981), conhecido também como Aluísio de Almeida, natural de Guaréi no interior de São Paulo, foi um Padre atuando em Sorocaba e em diversas cidades da região. Além da carreira religiosa, Aluísio de Almeida, desenvolveu um forte gosto pela escrita, começando suas contribuições intelectuais para diversos jornais religiosos, mais tarde contribuiria para jornais leigos também. Suas produções intelectuais ocuparam boa parte da vida do autor, que nem mesmo a frágil saúde pode impedir, seus principais temas eram a história, folclores, biografias e religião. Foi premiado pelo seu trabalho com folclore, já sua obra de história de maior repercussão foi a História de Sorocaba, foi um dos grandes militantes pela preservação da memória da cidade, e um dos grandes responsáveis pela formação do Instituto Geográfico e Genealógico, instituto criado para esse fim.

Apesar de Jolumá Brito, Mario Neme, Aluisio de Almeida e tivesse formação diferenciada, trajetórias intelectuais também distintas, e não ter sido possível identificar algum contato entre eles, a não ser a leitura de algumas obras de um ou outro, podemos estabelecer algumas semelhanças entre os trabalhos dos quatro autores, que nos permite associa-los dentro de uma mesma cultura histórica. Pensando as obras em um conjunto podemos perceber que algumas características são constantes.

O primeiro ponto a ser abordado é a valorização do documento escrito de caráter oficial como fonte legítima de informação. Ao longo das obras se repetem citações aos livros tomo de cada cidade, aos registros de cartórios, decretos oficiais das câmaras, inventários, sensos; ou seja, são obras que são compostas por um corpus documental muito semelhante. A forma como esses documentos são examinados é também parecida, no qual o historiador adota um papel de

observador deixando que o documento fale por si mesmo, sem estabelecer relações com as condições sociais, ou estabelecer uma crítica ao documento que supere a simples comprovação de sua veracidade. Um dos poucos casos que traz uma proposta diferente é o de Aluísio de Almeida, que além de examinar a documentação oficial, também considerou a memória oral e procurou através dela reconstituir o cotidiano da região. Entretanto Almeida não representa uma exceção dentro da cultura histórica.

Existe também uma semelhança a respeito dos temas escolhidos para ser narrada, principalmente a delimitação dos marcos que representaria as fundações das cidades estudadas; a elevação da povoação a categoria de freguesia, que representaria momento de autonomia religiosa da região; a integração da região nos processos econômicos nacionais e internacionais, com o desenvolvimento da agricultura dedicadas a exportação que colocaria as cidades do Oeste Paulista em destaque. A abordagem desses temas prevalece pela perspectiva da sociedade valorizada, sobretudo, sobre suas dimensões políticas institucionais, no qual preza a narrativa desses acontecimentos como estilo de escrita. Os temas abordados apresentam uma História a objetiva, no qual a noção de processo é pouco analítica, e encarada de forma essencialmente linear e progressiva.

Ao deslocarmos nossa atenção do centro para periferia percebemos que a construção indenitária não foi homogênea em todo estado, e pode se observar uma tensão discursiva que em certos casos assimilaria valores, imaginários e identidades produzidas pelo centro, e em outros o metamorfosearia.

Essas possíveis tensões entre a produção historiográfica do Oeste Paulista com a tradição histórica consolidada pela capital podem ser examinadas a luz do trabalho de Edward Shils, no qual o autor desenvolve a ideia de que o centro não aparece como um fenômeno localizado no espaço, mas sim como um fenômeno que pertence à esfera dos valores e crenças, ou seja, à dimensão simbólica. Contudo, sempre existiria a possibilidade de não integração desses valores e crenças centrais. Na periferia, ou no interior, a ligação ao sistema central de valores vai se atenuando, uma vez que ele não seria unitário ou homogêneo. Portanto pode-se supor que a tradição histórica paulista cristalizada no final do século XIX e começo do século XX, como

um sistema central de valores, seria posteriormente interpretada pelos autores do Oeste Paulista, mas não atingirá um consenso, no qual a assimilação dessa tradição acontecerá em alguns momentos; em outros ela sofrerá uma metamorfose. Permite-se pensar que a historiografia examinada manifestaria uma elaboração específica de certa noção da identidade regional paulista, sem necessariamente representar uma ruptura completa com a tradição histórica anterior.

Mario Neme na obra *História da fundação de Piracicaba* (1943) inicia uma reconstituição dos principais acontecimentos que marcaram a ocupação do território. Descreve os primeiros eventos povoadores que envolveram a obtenção das sesmarias no século XVIII pelos primeiros povoadores, até a elevação do território a condição de vila no século XIX. O autor associa diretamente a ocupação do território com a exploração do ouro em Cuiabá, sendo que o caminho para Cuiabá atravessaria o rio Piracicaba, fator que contribuiu para que a região se tornasse parada para aqueles que interessariam explorar o ouro de Cuiabá.

A elaboração mais interessante feita por Neme consiste em entender que a participação do paulista na agricultura supera a exploração do sertão mistificada na figura do bandeirante. As qualidades geralmente associadas à figura do bandeirante são substituídas na obra por uma imagem relacionada a uma ilusão do enriquecimento rápido, que por sua vez era ocasionada pela falta de maturidade daquele povo paulista. Quando alcança a maturidade, o paulista tem a consciência que atingira a verdadeira riqueza pela cultura da terra.

Piracicaba possuía um “glorioso futuro agrário” (NEME, 1943: 99) no qual a exploração agrícola era a única atividade que poderia fornecer riqueza aos paulistas. O grande diferencial de Piracicaba em relação a outras vilas, era que ao contrario do resto da província, não se dedicou a monocultura de cana, ou depois de café. Como não se formou grandes latifúndios agrícolas, e nem surgiu grandes senhores de escravos, não ocorreu em Piracicaba à formação de uma aristocracia rural. A produção agrícola foi direcionada ao mercado interno brasileiro, contrapondo-se a tendência de monocultura de São Paulo. Ainda afirma que esses fatores permitiram o início de uma democracia político social na região.

Portanto na visão de Neme, essa sociedade diferenciada formada na região de Piracicaba tinha nos grandes fazendeiros, figuras notáveis, não por serem grandes senhores de engenhos, mas se destacavam pela sua inteligência, ou pela sua astúcia e méritos. Entre os fazendeiros que o autor descreve está Nicolau Perreira Campos Vergueiro que foi senador do império e pioneiro na introdução da mão de obra imigrante europeia na agricultura brasileira.

Jolumá Brito ao escrever o conjunto de obras *História da cidade de Campinas(1956)* busca as origens da região, desde o momento em que essa se caracterizou como ponto de passagem de tropeiros e roceiros que resolvem se estabelecer na terra em virtude da hospitalidade local. Esse momento a região que futuramente será Campinas tem sua maior importância por ter se localizado no caminho para as minas de Goyaz. A região é descrita como pertencente a um isolamento que só iria se romper quando se eleva a qualidade de vila, desligada de Jundiaí.

Os campineiros são narrados como ordeiros e trabalhadores cultivaram a terra silenciosamente desenvolvendo a região até o ponto que possibilita que no século XIX se eleve a categoria de vila, e ganhar destaque no âmbito nacional. Como Neme, Brito entende a agricultura como elemento definidor da identidade do campineiro, e conseqüentemente do paulista, contrapondo inclusive a imagem do bandeirante, que contribuiu muito pouco para desenvolvimento de São Paulo.

Na visão de Brito foi a agricultura do interior que colocou São Paulo no lugar de destaque, e não as bandeiras, que em períodos anteriores retiraram os bons homens de seu mais importante ofício que era o cultivo da terra. O desenvolvimento agrário de Campinas só procede com a vinda de personagens notáveis vindos de fora do território, como por exemplo, o fundador Barreto Leme, que se desloca de Jundiaí pra lá. Em momentos posteriores o autor narra que o avanço atraía tanto bons quanto maus imigrantes à Campinas, de qualquer forma, para o autor a vinda de forasteiros é fundamental pra entender o desenvolvimento da Vila.

De forma semelhante aos outros autores, Aluisio de Almeida, a partir da obra *História de Sorocaba (1951,)* estabelece as origens da cidade como um ponto passagem aos viajantes que se dirigiam ao interior do Brasil, com destaque a Curitiba. A originalidade de seu trabalho

reside em atribuir um valor histórico a uma atividade que por muitos estudiosos era encarada como secundária, o tropeirismo. Almeida chega até afirmar a existência de um ciclo do tropeirismo no Brasil. Ao fim do ciclo das bandeiras, o bandeirante se deixa fixar ao solo de São Paulo, e se dividiu em duas atividades a agricultura do senhor de engenho e a pecuária do tropeiro. Entretanto somente o tropeiro necessitava das mesmas qualidades que residiam na força do bandeirante: a força, a coragem, a inteligência. O habitat e a atividade do tropeiro era outra, mas como bandeirante era uma atividade sertanista, como o bandeirante sofria o perigo de ataques indígenas. Para Almeida nunca o paulista deixou de sertanizar, e o paulista se tornou predominantemente o tropeiro. Assim esses são vistos como herdeiros dos bandeirantes.

Observando mais atentamente os conteúdos das obras de Neme e Brito e Almeida, percebe-se que os autores não negam a participação e importância das bandeiras na origem das cidades do Oeste Paulista, mas ao decorrer de cada narrativa, os Bandeirantes nem sempre aparecem como figura positiva. Na visão de autores como Neme e em alguns momentos em Brito os bandeirantes eram geralmente associados a uma ganância imatura, ou então, por não contribuírem para o desenvolvimento econômico do estado, já que tiravam os paulistas da agricultura. Por tanto a grandeza econômica do estado só se alcançaria através da agricultura das cidades do interior, por isso a imagem do bandeirante é assim substituída pela imagem do agricultor paulista. Já Almeida formula a imagem do tropeiro como verdadeiro herdeiro da tradição bandeirante, e não do fazendeiro senhor de engenho, ou do grande cafeicultor. De certa forma as qualidades de um homem pioneiro, arrojado e de iniciativa que antes eram divididas por paulistas e bandeirantes, nas elaborações do Oeste Paulista são associadas também a imagem do agricultor interiorano, do pequeno proprietário de terras, ou então do tropeiro. Portanto podemos entender que essas construções históricas deslocam as qualidades, que antes eram associadas ao bandeirante, para a atividade que se tornou predominante em cada cidade, no momento que essas cidades se fundavam e ganhavam relevância no cenário da província e mais tarde no estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1986. Tese (Doutorado em História Social)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Gráfica Guarani, 1951. 2 vol.

_____. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. São Paulo: Saraiva, 1956. Vol. 1.

_____. **História da Cidade de Campinas**. São Paulo: Saraiva, 1957. Vol. 3.

CARNIELLI, Flavio de Godoy. **Gazeteiros e urbanistas: história, memória e trajetória de três memorialistas urbanos de Campinas**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007.

DANTAS, Arruda. **Mons. Castanho/Aluísio de Almeida**. São Paulo: Editora Pannartz, 1985.

FERREIRA, Antônio Celso. **Epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LANGLOIS, CH., SEIGNOBOS, CH. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Ed. Nova Jurisprudência, 1944.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 5.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NEME, Mario. **História da fundação de Piracicaba**. Piracicaba: João Mendes Fonseca, 1943.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-215, 1992.

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Tathianni Cristini da. Mário Neme: um intelectual polígrafo. In: XXVI Simpósio Nacional de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em :

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663588_ARQUIVO_TATHIANNI_SILVA_TEXTO.pdf

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**. Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp, Campinas-SP, n. 13, p. 151-171, 2007.

A prática intelectual e o diagnóstico do presente nos escritos de Michel Foucault de 1970 a 1984

*Gabriela Menezes Jaquet**

Importante filósofo do século XX, Michel Foucault (1926 – 1984) contava já a partir dos anos 1970 com diversos livros e artigos publicados, traduzidos no mundo todo, sendo eminente figura pública. Neste período, podemos perceber várias intervenções suas: em 1971 há a criação do Grupo de Informações sobre Prisões (GIP), também em 1971 se associa ao escritor e dramaturgo Jean Genet na defesa da causa dos Panteras Negras, em 1975 participará de uma intervenção contra a condenação à morte de militantes bascos na Espanha de Franco. Além destas, podemos identificar diversas outras intervenções ao mapearmos sua trajetória nesses seus últimos quinze anos de vida, em que apoiou movimentos sindicalistas, homossexuais, de trabalhadores imigrantes, de libertação polonesa, etc.

A divisão usualmente feita da obra de Foucault em três fases – arqueologia, genealogia e ética – se mostra mais como forma de esquematizar seu pensamento, atentando para os enfoques de seus trabalhos, do que signo de rupturas significativas entre estes períodos. Apesar de não acreditar que um estudo ao estilo de análise fundamentada na continuidade e/ou divergência entre os pensamentos de cada momento consigam abarcar a riqueza que há neles, creio que, ao percorrermos alguns de seus escritos nas diferentes épocas podemos perceber linhas temáticas e estilos de pensar que permanecem.

A investigação que proponho aqui, sobre como teria se constituído uma determinada ideia de prática intelectual nos textos de Foucault, se relaciona muito intimamente, em termos de temática geral, com a clássica questão da tensão entre teoria e prática, que podemos dizer que percorre transversalmente toda a sua obra – ainda que dissolvida a tensão, será justamente a problematização advinda da fusão dos dois termos da pretensa dicotomia o que permanece por ser discutido, e Foucault propõe esta discussão. Neste sentido, temos que os escritos a propósito

* Mestranda em História/UFRGS, bolsista CNPq.

da Revolução Iraniana desenham bastante claramente a sua concepção de que a teoria já é uma prática, afinal “toda crítica, por mais radical que seja ela, não é ela mesma uma alternativa política?” (OLIVIER, 1996:43). Em outro momento, o filósofo declara que “[...] a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática” (FOUCAULT, 1998: 71). Assim, creio que é interessante apontar este diagnóstico do presente também como uma prática física (ARTIÈRES, 2004: 32) do intelectual, no que tange à sua presença nos acontecimentos, uma vez que não podemos desprezar pontos importantes da biografia de Foucault que se relacionam intimamente com esta sua metodologia de trabalho – frequentes viagens para o cenário dos acontecimentos, confronto físico com autoridades, etc.

A noção foucaultiana de *arqueologia* acompanha minha pesquisa, uma vez que diz respeito a uma relação diferenciada entre os acontecimentos e as estruturas, em que os primeiros serão pensados de forma singular (serão diagnosticados). Segundo a filósofa francesa Judith Revel, podemos compreender o conceito de arqueologia como um corte horizontal dos mecanismos que articulam historicamente diferentes acontecimentos discursivos; mas também percebemos que o abandono deste termo, nos anos 1970, em proveito de outro – *genealogia* – para caracterizar seu método de trabalho não constituiu para Foucault uma ruptura, mas uma maior insistência em passar-se de uma leitura “horizontal das discursividades para uma análise vertical – orientada para o presente – das determinações históricas do nosso próprio regime de discurso” (REVEL, 2002: 8).

A inquietude em relação ao tempo presente e à ação do “arqueólogo” – o intelectual que percorrerá as singularidades dos acontecimentos – permeia seus escritos de forma ampla e constante, principalmente porque também se constitui em um estudo, no limite, sobre si mesmo e sobre sua forma de agir no mundo, através de uma ótica que pensa a atualidade enquanto momento potencial de ação na história. Tendo em vista estas questões, podemos analisar a prática intelectual em Foucault buscando compreender primeiramente como se delineia esse *ethos intelectual*, essa ética, a fim de encontrar quais relações se estabelecem com a verdade e que dimensão de poder eram imputados por ele ao texto escrito enquanto constituintes de uma maneira de atuação política.

Assim, faz-se necessário abordarmos primeiramente a noção de “diagnóstico do presente” de Foucault, expressão que aparece pela primeira vez em 1967, em uma entrevista publicada originalmente em italiano intitulada “*Quem é você, professor Foucault?*”¹. Neste texto, o filósofo comenta o que pensa sobre o papel da filosofia e do filósofo, argumentos que mais tarde serão atribuídos, como veremos, também ao que ele delineará como “intelectual”:

Que o que eu faço tenha alguma coisa a ver com a filosofia é muito possível, sobretudo na medida em que, ao menos desde Nietzsche, a filosofia tem por marca diagnosticar e não procura mais dizer uma verdade que possa valer para todos e por todas as épocas. Eu procuro diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente: dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós dizemos. (FOUCAULT, 2001b: 606)

Diagnosticar o presente é, portanto, apreender as características de um dado momento e também, ao mesmo tempo, enxergar nele o lugar em que estamos a comentar sobre ele. Para Foucault, este tipo de posicionamento acaba por não dar lugar à formulação de verdades universais como medidas operacionais em quaisquer circunstâncias e tal nos direciona a pensar este diagnóstico como a busca da diferença e da singularidade dentro dos acontecimentos históricos, e inclusive na sua relação (fosse de continuidade ou ruptura) em relação ao tempo presente. Em outro momento, nesta mesma entrevista, Foucault afirma que “tentando diagnosticar o presente no qual vivemos, nós podemos isolar como pertencendo já ao passado certas tendências que são ainda consideradas como contemporâneas” (FOUCAULT, 2001b : 635). Este tipo de estudo se concretiza justamente pelas perguntas (pelo formato do questionamento) que se faz àquilo que se pretende aprofundar: por exemplo, procurar entender a ideia de homem racional não por um estudo de teorias da racionalidade, mas, como nos diz o historiador Hayden White em seu ensaio “*Foucault Decodificado*”, “[...] o verdadeiro teor do

¹ Antes desta entrevista, de setembro de 1967, temos ainda uma outra aparecida no jornal *La Presse de Tunisie* intitulada “*La Philosophie structuraliste permet de diagnostiquer ce qu'est 'aujourd'hui'*”, em que Michel Foucault já aborda estas idéias quanto ao estudo do presente. Cf. FOUCAULT, M. *Dits et Écrits II*, ed. Paris, Éditions Gallimard, 2001b: 629-648 e 608-612.

conceito de ‘racionalidade’ tinha de ser procurado nos modos como foram considerados os indivíduos designados ‘insanos’” (1994, p.269).

Estendendo a análise, podemos perceber também aí uma reflexão em relação à construção de um conhecimento histórico que se assenta em bases diversas às que os historiadores estariam habituados. Ainda segundo Hayden White, os historiadores em geral buscam “tornar familiar o estranho”:

[...] como todas as coisas históricas presumivelmente tiveram sua origem no pensamento e na prática humanos, supõe-se que uma ‘natureza humana’ vagamente imaginada deve ser capaz de reconhecer algo de si própria nos resíduos desse pensamento e dessa prática, que surgem como artefatos no registro histórico”. (WHITE, 1994: 280)

Assim, o trabalho do historiador o qual defende White seria justamente o contrário: com enfoque na diferença, se deveria buscar “tornar estranho o familiar”, trazendo o estranhamento com o objetivo de mostrar que o que foi ordenado não o foi naturalmente, não o foi essencialmente, mas o foi enquanto construção, enquanto escolha deliberada.

O que se visa com tal esforço do diagnóstico, é, finalmente, a *transformação* do presente. Diz Foucault em sua entrevista “*Estruturalismo e pós-estruturalismo*”: “[...] porque essas coisas foram feitas, elas podem, com a condição de que se saiba como foram feitas, serem desfeitas” (FOUCAULT *apud* ADORNO, 2004: 44). A ideia de arqueologia em contraposição à de “história” explica essa não-evidência através de uma análise que não se desloca a nível temporal (evolução cronológica), mas a nível das transformações ocorridas, procurando apreender como um objeto tornou-se identificável e pensável enquanto objeto total e/ou representante de uma totalidade de conhecimento.

Embasando como pano de fundo de minha questão geral, a tensão entre teoria e prática – para Foucault dissolvida por serem seus termos encarados como indissociáveis – é necessário que pensemos também o papel da escrita, o método por excelência da atuação intelectual, como equivalente por si mesmo a um campo de ações. A palavra escrita deixa então de ser encarada

como sendo somente um instrumento para descrever a realidade, e torna-se algo que age na realidade: o *corpus* de palavras escritas transmuta-se em armas e em ação no tempo presente.

A fim de destacar apreciações a propósito do que chama de “níveis de escrita” em Foucault, o trabalho de Judith Revel realiza um aprofundamento na ótica de tomar a palavra escrita do filósofo enquanto ação para entender, assim, o seu caráter performático. Para tal, Revel comenta o papel da descontinuidade e das rupturas dentro da obra de Foucault, lembrando algumas de suas passagens sobre Nietzsche, em que abordara os “planos múltiplos” que o filósofo alemão esboçava para constituir seus livros, além da ideia do “livro por vir” – uma expressão representativa da crítica à noção de autor, em virtude de que o escrito seja tido como algo aberto, inacabado, que não está “embalsamado numa posição de saber” (REVEL, 2004: 70). Para discutir tais problemas, a autora também fará distinções entre os tipos de escrita que o filósofo desempenhou em diferentes momentos – “artigos, prefácios ou introduções a obras de terceiros, conferências, artigos de jornal ou entrevistas” (REVEL, 2004: 71), e, em pólo oposto, seus livros –, comentando que essa multiplicidade de tipos de textos acabará por impedir a configuração de um tema central enrijecido na pesquisa foucaultiana, uma vez que os livros e os outros textos mantinham relação contínua e até mesmo contraditória entre si quanto ao delineamento de temáticas e de conceitos.

Revel (2004: 71) acrescenta que “com efeito, tudo se passa como se os textos periféricos fossem ao mesmo tempo o laboratório dos livros – lugar onde os temas de pesquisa se desenham, onde os conceitos se forjam e onde os empréstimos aparecem de maneira explícita – e, depois de sua publicação, o lugar de sua crítica radical.”. Creio, contudo, a partir do levantamento e análise de vários artigos e entrevistas publicados por Foucault, que devemos conceder uma posição diferenciada a este tipo de textos. Esta valorização a que me refiro se explicaria pelo próprio formato dos escritos, textos curtos e de circulação maior pela imprensa, que já carregariam em si o caráter de diagnósticos do presente, tornando-se, eles mesmos, objetos do “jornalismo filosófico” a que Foucault se referia. Como nos lembra o filósofo Gilles Deleuze:

Se Foucault até o fim da sua vida conferiu grande importância às suas entrevistas, na França e mais ainda no exterior, não foi pelo gosto da entrevista, mas porque ele desenvolvia linhas de atualização que exigiam um outro modo de expressão diferente do que permitia as linhas traçadas nos grandes livros. *As entrevistas são diagnósticos*. (DELEUZE, 1988: 51-52. Grifo meu.)

O intelectual cola-se à realidade inclusive por meio da escrita, a partir de sua sensibilidade para apreender o presente. Retoma-se, assim, a ideia da análise cirúrgica dos acontecimentos e do conhecimento que corta por meio da escrita de ficções históricas (FOUCAULT, 2001b: 856-860). O diagnosticador não está preso a uma doutrina, ele está comprometido com uma luta pontual, com objetivos às vezes muito específicos. “Ele deve estar permanentemente em movimento, e essa mobilidade intelectual é inconciliável com a função de autor tal como definida no século XX.” (ARTIÈRES, 2004: 37).

Apesar de a expressão “intelectual específico” ter aparecido pela primeira vez em 1976 (FOUCAULT, 2001b, p. 109-114), podemos mapear algumas alusões ao seu significado já em anos anteriores, como na já citada entrevista concedida em 1967 para a revista *La Fiera Letteraria*, de sugestivo título “*Quem é você, professor Foucault?*”. Sendo uma forma de atividade engajada, a prática filosófica é prática intelectual².

No fundo, o que significa fazer filosofia hoje? Não constituir um discurso sobre a totalidade, um discurso no qual seja retomada a totalidade do mundo, mas antes exercer em realidade uma certa atividade, uma certa forma de atividade. Eu diria brevemente que a filosofia é hoje uma forma de atividade que pode se exercer em campos diferentes. (FOUCAULT, 2001a : 640)

Será a ideia destes “campos diferentes” o que nos levará à compreensão da atividade do intelectual específico pois, durante a entrevista realizada em 1976 “*A função política do intelectual*” (FOUCAULT, 2001b: 109-114) Foucault o delineia mais claramente como sendo

² “Nós podemos dizer que no século XX todo homem que descobre ou que inventa, todo homem que modifica algo no mundo, o conhecimento ou a vida dos homens é, por um lado, um filósofo” (FOUCAULT, 2001b: 608).

a figura que estaria em oposição ao “intelectual universal”³, sábio detentor de verdades amplamente aplicáveis, o sujeito portador da “consciência”. O “intelectual específico” torna-se aquele que se projeta em lutas cotidianas e encarna uma reconfiguração em que diferentes saberes estariam conectados transversalmente, numa conjuntura em que desaparece a supremacia do escritor como o único intelectual possível, partindo-se da ideia de que a politização se operaria a partir da atividade específica de cada um. O intelectual específico é o “*savant-expert*” (FOUCAULT, 2001b: 111), não mais aquele que forjará a consciência das massas na luta contra as injustiças, mas aquele que, trabalhando em determinados setores, ou participando de circunstâncias específicas – o hospital, o hospício, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais (FOUCAULT, 2001b: 109) – tem condições de agir diretamente no foco dos problemas. Ou seja, este intelectual não *possui* a verdade, a medida do justo que vai divulgar aos outros, mas ele participa ativamente (e daí sua importância) na movimentação destes regimes de verdades, na superação de umas verdades por outras; ele, específico, faz da verdade um uso estratégico (OLIVIER, 1996: 52).

Sobre o conceito de intelectual, mas tratado sob perspectiva diversa – e até controversa, se atentarmos para o rechaço da legitimidade do termo “intelectual” bastante utilizado, inclusive pelo próprio Foucault –, temos também sua entrevista “secreta” para o jornal francês *Le Monde* em 1980, em que decide permanecer no anonimato e, ironicamente, diz:

A palavra intelectual me parece estranha. Intelectuais, eu nunca encontrei. Eu encontrei pessoas que escrevem romances, e outras que curam doentes. Pessoas que fazem estudos econômicos e outras que compõem música eletrônica. Encontrei pessoas que lecionam, pessoas que pintam e pessoas que eu nunca entendi se faziam o que quer que fosse. Mas intelectuais, nunca. (FOUCAULT, 2001b: 924)

³ Lembro aqui a noção de intelectual para Sartre que, guardando os excessos de qualquer generalização, podemos dizer que fora o oposto daquela que Foucault defende. Naturalmente, esta divergência relaciona-se a outras, como a respeito da existência do homem enquanto conceito universalizante e o problema de sua essência e de sua liberdade, ideias refutadas ou pensadas diferentemente por Foucault. Para Sartre, “As dúvidas, que constituem talvez o cerne da atividade intelectual, passam assim a ser lidas como vacilação. Todo um modo de ser, ou melhor, de produzir – que é o da atividade de pensar – vê-se assim traduzido em termos de militância política [...]” (RIBEIRO, 1995, p.). Ver: SARTRE, J-P. *Playdoyer pour les intellectuels*. Paris, Gallimard, 1972.

Esta definição, da pessoa que *age* em determinados meios, que trava lutas cotidianas e combate pela verdade, é claramente muito próxima daquela que define formalmente o intelectual específico em outros momentos, e também situa-se na esteira dos posicionamentos defendidos no famoso texto *O que é um autor?*, proferido na Sociedade Francesa de Filosofia em 1969. A entrevista para o *Le Monde* fora publicada em nome de um “filósofo mascarado” cuja autoria só foi revelada após sua morte; e, ao atentarmos para seu conteúdo, o rompimento com a noção e a abdicação do rótulo de “intelectual”, a opção pelo anonimato adquire maior sentido: ao longo de todo o texto são levantadas análises sobre a relação entre o status de personalidade intelectual e o comportamento da crítica midiática, sobre a construção do conhecimento e o valor dos questionamentos e da curiosidade para a transformação de si.

Levantando novamente a indagação sobre qual seria a relação entre a esfera do pensamento e a prática política, Paul Veyne dedica parte de seu livro *“Foucault, seu pensamento, sua pessoa”* para comentar a questão. Argumenta que essa “razão” que oferece bons motivos, causas e ideologias para que as pessoas “ajam” deveria ser melhor pensada – “em política decida o que quer, mas não disserte” (VEYNE, 2011: 200) –, e situa, com Foucault, o papel da “subjetividade” no momento da *ação*, junto da própria *vontade de verdade* ao declarar que “julgamos a verdade de acordo com as nossas escolhas”, e não o contrário (VEYNE, 2011: 207).

Como já mencionado aqui, grande parte da idéia de Foucault sobre o que seria o intelectual se constrói a partir da distância que ele estabelece em relação ao intelectual como “comumente” é tido, ou seja, o intelectual universal. Aponto, neste sentido, a conversa entre Foucault e Deleuze em 1972, em que são trazidos à tona, além de argumentos que demonstram a dissolução entre a teoria e prática como ideia essencial para se compreender o papel do intelectual para os dois filósofos, também uma abordagem sobre “onde” se posicionaria este “novo” intelectual:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 1998: 71)

É desta maneira que o intelectual é pensado como agindo dentro de sua especificidade, dentro de seu campo de saber, colocando em funcionamento práticas regionais de luta (FOUCAULT, 1998: 71). O intelectual está conectado a campos específicos e nestes possui meios de se fazer ouvir, podendo modificar a realidade e solucionar problemas ao exercer um tipo de poder. Assim, Foucault atribui a ele um papel importante como “meio de transmissão” (FOUCAULT, 2001^a: 1289-1291)⁴ e de aceleração nas lutas. Contudo, é importante lembrar que a palavra direta dos indivíduos envolvidos deve ser respeitada, sendo preciso deixá-los falar: “Seu papel [do intelectual], não é de formar a consciência operária, posto que ela existe, mas de permitir à esta consciência, a este saber operário, entrar no sistema de informações [...]” (FOUCAULT, 2001^a: 1289) Em outras palavras, o intelectual específico vai, de dentro da luta, participar à formação de uma vontade política – mas não impô-la, não só porque não existem necessidades universais na existência humana, mas porque resoluções e escolhas finais só podem emanar dos indivíduos diretamente implicados nos problemas (ADORNO, 2004: 45).

Também em outra entrevista, esta aparecida em 1984 (FOUCAULT, 2001b: 1566-1571), vemo-lo continuar a desenvolver a questão que aqui nos ocupa, mas desta vez temos que o próprio Michel Foucault coloca-se no papel do intelectual de que fala, partindo de um

⁴ Até o título da entrevista, “*L’intellectuel sert à rassembler les idées mais ‘son savoir est partiel par rapport au savoir ouvrier’*”, delinea bem sua abordagem. Ver: FOUCAULT, 2001a : 1289-1293.

exemplo de sua obra “*História da Loucura*”, em um comentário sobre seu o diálogo com o hospital, ou seja, com a realidade à qual dirigia suas análises:

Minha questão consiste simplesmente em dizer aos psiquiatras ou àqueles que trabalham nas penitenciárias: “Vocês são capazes de suportar sua própria história? Dada esta história e dado o que revela esta história quanto ao esquema de racionalidade, ao tipo de evidência, aos postulados, etc., agora cabe a vocês”. E o que eu gostaria, é que me dissessem: “Venha trabalhar com a gente...”, ao invés de escutar as pessoas me dizerem como acontece às vezes: “Você nos impede de trabalhar”. Mas não, eu não vos impeço de trabalhar. Eu vos coloco algumas questões. Tentemos agora, juntos, elaborar novos modos de crítica, novo modos de levantar questões. Tentemos algo diferente. (FOUCAULT, 2001b: 1567-1568)

Este exerto é representativo de como o filósofo enxergava a relação simbiótica que estabelecem teoria e prática, forjando a única atitude que pode ser esperada do intelectual: uma vontade de transformação do poder tal qual ele se apresenta. Já que a função do intelectual não seria mais a de construir ou participar de um programa totalizante que buscasse a verdade última, agora o que ele deve é saber se é possível constituir uma *nova* política da verdade: “O problema não é mudar a consciência das pessoas ou aquilo que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (FOUCAULT, 2001b: 160).

As verdades não nascerão dos livros e dos escritos do intelectual. A verdade só *acontecerá* a partir de um reconhecimento, por parte de quem ela diz respeito, de que aquelas constatações do intelectual são válidas e operacionais (FOUCAULT, 2001b: 856-860). É por esta visada que é reintroduzida uma valorização do papel da crítica intelectual enquanto motor de desestabilização, mas não aquela crítica que se insere na lógica do estar a favor ou contra algo – “acima de tudo, podemos estar de frente e de pé” (FOUCAULT, 2001b: 997). Há uma realocação do *trabalho crítico* intelectual, e por isso os elementos não se dissociam: sendo a teoria uma prática, não há oposição entre crítica “ideal” e transformação “real” (FOUCAULT, 2001b: 998). A instauração do debate é priorizada frente às resoluções definitivas, mesmo porque não existem resoluções de ordem finalista para os problemas que devemos permanentemente nos colocar.

A relação que o intelectual mantém com a “verdade” serviu durante muito tempo para justificar e legitimar a sua posição social, tornando possível a difusão de seu discurso por este ser visto como embasado em uma ideia de bem e de verdade “revelados”, dado que aquele indivíduo, tendo a visão do todo, fabricaria opiniões e julgamentos verdadeiros. Não se pode dizer, no entanto, que o intelectual específico proposto por pelo filósofo francês aja fora de uma idéia de verdade, mas sim que estabeleça com a verdade uma relação *outra*. Pensemos, com o autor (FOUCAULT, 2001b: 159-160), em um regime de verdade que é organizado e mantido, mas, principalmente, *produzido* por sistemas de poder. A verdade é o resultado de um jogo de forças e o intelectual deve operar em um trabalho de compreensão de como estas verdades foram produzidas, para saber a partir de quais regras o verdadeiro e o falso foram estruturados nestes regimes e por que assim o foram. O que ele consegue, desta forma, não é a propagação de uma ideologia justa, mas a possibilidade de que esta criticidade leve a uma nova organização dos regimes de verdades.

Se, para o filósofo, a ideia da existência da “verdade” não foi abolida, não o foi justamente porque ele compreende este juízo valorativo como algo indispensável para o funcionamento social: a verdade é operacional, ela possui funcionalidades. Assim como o poder, a verdade não deve ser encarada de forma maniqueísta, ela não é boa nem má, ela não é uma coisa, mas uma relação; o que importa é saber como ela age, e como foi instituída. Para tal, é preciso recolocar a verdade em seu devido lugar, o seu lugar de produção, reconhecendo-se primeiramente que ela é deste mundo, e que nenhum argumento baseado no universal ou no transcendental pode elevá-la para além dos homens para fazê-la pairar como um postulado imutável. Se cada sociedade tem a sua política geral da verdade mantida por tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 2001b: 158) e se, logo, a verdade foi produzida, tem-se que continua a ser produzida e o será sempre. Os regimes de verdade são movimentáveis, devendo ser feito, então, um desligamento entre verdade e sistema ideológico.

Foucault demonstra, neste ponto, que não é porque não se preocupe com uma transformação social ou com a solução dos problemas que levanta que não propõe respostas

claras e específicas que poderiam ajudar a retrair programas governamentais, mas sim porque não acredita que este tipo de respostas exista. Não é um pensamento pessimista, mas uma abordagem que releva mais o presente da situação e o valor da experiência de mal-estar que suas colocações faziam surgir nas pessoas, do que a crença na redenção advinda das explicações que visam uma finalidade prévia.

Para ele, a complexidade extrema dos problemas sociais só permite uma ação por parte do intelectual: a demonstração do caos histórico que neles imperam através da avalanche de questionamentos que fazem destruir o que já está dado, o que está já pensado. A crítica do diagnóstico deve ser uma crítica radical que “torne difíceis os gestos mais fáceis” (FOUCAULT, 2001b, p.999). É preciso colocar a dificuldade onde a dificuldade está; é necessário acima de tudo suscitar problemas para a política (FOUCAULT, 2001b: 1413). Antes de encontrar soluções, é preciso modificar os dados do problema. Não há, portanto, uma recusa da política, ou uma constatação de que, já que o poder está por tudo, as relações existentes se manterão sempre as mesmas. Todas essas questões estão relacionadas com a política, mas esta nunca poderá dar conta de solucioná-las por completo, sendo a *problematização* a única resolução possível: “Eu nunca procurei analisar o que quer que fosse do ponto de vista da política; mas sempre interrogar a política sobre o que ela tinha a dizer dos problemas aos quais era confrontada” (FOUCAULT, 2001b: 1414).

O critério, ou a constatação, mais importante para o intelectual perante a uma revolta deve ser, finalmente, a de sua existência – basta que aquilo esteja sendo tal qual é para que seja digno de estudo e atenção. Foucault não se interessa por certas singularidades porque estas estão lutando pela “verdade suprema” ou porque acreditaria no futuro glorioso que elas reivindicam, mas, se as revoltas *estão sendo*, as pessoas envolvidas possuem suas razões profundas para tal. A solução como fim não nos pertence.

Referências bibliográficas

ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p.39-62.

ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In:

DELEUZE, G. Foucault, historien du présent. **Magazine littéraire**, nº 257, p. 51-52, set. de 1988.

FOUCAULT, M. **Dits et Écrits I**. Paris, Éditions Gallimard, 2001a.

_____. **Dits et Écrits II**. Paris, Éditions Gallimard, 2001b

GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p.15-37.

REVEL, J. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Ellipses, 2002.

_____. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p.65-87.

RIBEIRO, R. J. O intelectual e seu outro: Foucault e Sartre. **Tempo Social**, São Paulo, v.7, n.1/2, p.163-173, out. 1995.

SARTRE, J-P. **Playdoyer pour les intellectuels**. Paris, Gallimard, 1972.

WHITE, H. Foucault decodificado. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994

VEYNE, P. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

A Independência do Brasil em “Amor e Pátria” (1859) e nas “Lições de História do Brasil” (1863)

*Geisiane Anatália Gomes**

História, literatura, poesia, teatro, entre outros, têm o mesmo valor ao serem reconhecidos como âmbitos igualmente importantes para levar à compreensão uma época específica, uma história específica, caso da História do Brasil, no nosso recorte, no período da construção de uma comunidade nacional: O Brasil após 1822 e ao longo do século XIX.

Não há dúvidas de que vários públicos se apresentam como protagonistas e espectadores, necessitando de formas variadas para acessar informações, opiniões, etc. Esse público, por mais que se fale da *boa sociedade* (MATTOS, 2010: 117), é só aparentemente homogêneo, em suas possibilidades, formação, por ser dominado por desejos e por muitas vezes se apresentar avesso e indisponível para textos científicos, aproximando-se da ficção. No entanto esse grupo da sociedade diverge em compreensões políticas, em relação ao Estado Imperial que está sendo construído e em sua aproximação com a história do Brasil.

Todos se unem pela atmosfera (GUMBRECHT, 2010: 313) que os cerca, um tempo desordenado, intermeado pela instabilidade de uma aceleração e uma constante busca por segurança. As distinções são várias, mas resumidamente o problema é o mesmo desde a Independência, seguindo da Abdicação, chegando a uma radicalização com o período das Regências e deste momento em diante.

Com essa situação em mente, escolhemos duas obras, de um mesmo autor, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi orador por 30 anos, professor catedrático de Corografia e História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II, e ainda é um dos conhecidos literários brasileiros. As fontes são a Lição XXII do manual didático “Lições de História do Brasil” de 1863, para os alunos do sétimo ano, texto empírico-racional, preso a protocolos do gênero historiográfico e “Amor e Pátria”, drama de

* Graduanda em História pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC)

único ato, encenado em 1859 pela Companhia do Teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro e publicado como folhetim no ano de 1860 no periódico “A Marmota”, sendo um texto artístico e ficcional.

Dentro desses documentos, temos a Independência do Brasil como fato central e pretendemos demonstrar como a apresentação do acontecimento em questão, em âmbitos específicos como o científico e o romanesco, tem a mesma capacidade de levar a compreensão do acontecido ao público, sem perda da propriedade informativa, pedagógica e de qualidade. Levantaremos discussões acerca da querela entre o texto científico e ficcional, seus contrastes e suas semelhanças em relação à forma do discurso e a sua potencialidade informativa.

Para embasarmos nossa hipótese usamos como principal auxílio “Trópicos do Discurso” de Hayden White, seguido de “Linguagens do Ideário Político” de John Greville Agard Pocock e de outros autores que serão pontualmente citados ao longo do texto para garantir nossa contenda historiográfica.

Âmbitos de Compreensão

White nos diz no quinto capítulo de “Trópicos do Discurso” que “embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos” (WHITE, 1994: 137). Aqui, com Macedo, temos um mesmo homem seguindo os protocolos da escrita da história vigentes e os da literatura.

Seu objetivo era levar o acontecimento e suas particularidades a um maior público possível. Macedo é um, o seu público se compõe de vários e para informá-los ele deve saber construir um discurso compatível para cada tipo de expectativa. Seu texto era um quando estava como orador em uma sessão do IHGB, outro quando lecionava no Pedro II e outro quando produzia sua ficção. Mesmo em textos com protocolos e necessidades diferentes a informação não se perde apenas se apresenta em um corpo textual que favoreça o deleite àqueles a que se direciona, o que sempre abre portas para o conhecimento e claro para o reconhecimento do

autor. Pocock nos auxilia nesse entendimento, acrescentando a dinâmica entre o público e o autor. Este último se porta distintamente, mesmo com um único objetivo, que neste caso é a compreensão de um fato pela “enunciação e na resposta publicista e polêmica”. (POCOCK, 2003: 66) deste.

A presença de um autor nos seus textos, sua autonomia, criatividade, poder de verossimilhança e compreensão do fato, são pontos que sempre estão na discussão da querela entre textos ficcionais e não ficcionais. Macedo, não fugiu as suas inspirações e nem às daqueles com que compartilhava o espaço intelectual. Sua voz é necessária na contenda que se colocou: cultivar nas mentes que lhe escutam o sentimento de pertencimento a pátria que se constituía naquele século.

Os textos das “Lições” e de “Amor e Pátria” são ricos na concretização do seu objetivo final, levar ao público a compreensão daquilo que se passou. Concordamos com Hayden White quando ele diz que “a compreensão é um processo de tornar familiar o não familiar, ou ‘estranho’, no sentido freudiano desse termo, de removê-lo do domínio das coisas consideradas ‘exóticas’” (WHITE, 1994: 18). Neste caso, transportar no tempo a Independência para fazê-la inteligível décadas depois.

Em “Amor e Pátria”, Macedo não se desfaz dos fatos, eles estão lá para toda a compreensão do ocorrido. Eles apenas estão à vista sob uma retórica adornada para uma leitura prazerosa de um folhetim e para a encenação teatral da segunda metade do XIX brasileiro. Como nos recorda Bruno Franco Medeiros no terceiro capítulo de seu “Plagiário, a maneira de todos os historiadores”, nesse momento, como em outros, mais se valoriza narrativas “repletas de artifícios retóricos de detalhes pitorescos e de cor [...] do que uma narrativa sóbria” (FRANCO, 2012: 94). O que retoma a ideia de uma sociedade que tinha preferência à outra retórica que não a de textos científicos. É nesse espaço que a maioria da *boa sociedade* se sente a vontade para uma leitura de deleite, ainda que informativa.

Acaba-se ao fim que a discussão da propriedade e da validade de um ou outro tipo textual se anula quando em todos é possível o adorno e a tentativa de apreensão da realidade

pelos seus leitores. Para diferenciá-los um prévio contrato entre escritor-leitor, um contrato de expectativas, necessidades e desejos é o que o coloca em espaços distintos.

Nem mesmo Rousseau e Nietzsche – que opuseram por meio de antíteses os sentidos e a vontade respectivamente à razão – estavam interessados em forçar uma escolha entre os modos poéticos de cognição e os modos racionais ou científicos. Ao contrário, eles estavam interessados na sua integração dentro de um conceito de plena capacidade humana de dar sentido ao mundo e, além disso, um sentido que não facionasse indevidamente os poderes da *poiesis* ou da *noesis* (WHITE, 1994: 20).

A Independência sob perspectiva

A Independência do Brasil é tratada nas “Lições de História do Brasil” por Macedo, na edição de 1863, composta para os alunos do sétimo ano do Imperial Colégio Pedro II. As Lições vão até o ano de 1823, recorte seguido por muitos, como Varnhagen, a quem Macedo cita em seu prefácio como fonte para os conteúdos do manual. Isso demonstraria de acordo com Ciro Flávio de Melo a influência do IHGB sobre os autores que mantinham algum vínculo com a instituição.

Na edição de 1863, Macedo apresenta na Lição XXII, os caminhos que levaram a emancipação brasileira perante Portugal. A lição nos dá conta dos movimentos anteriores ao “Dia do Fico” até o dia do “Grito do Ipiranga”. Nos diálogos dos personagens em “Amor e Pátria” e em suas ações estão presentes acontecimentos históricos que percorrem este mesmo recorte de tempo.

Seus personagens são representações das partes envolvidas nos movimentos de 1822: Luciano é brasileiro, luta ao lado de seus compatriotas pela causa do Brasil, qual ama tanto quanto a Afonsina, sua noiva. Esta é filha de Plácido, nascido português, que acaba de retornar da França. Ele é casado com Leonídia, irmã de Prudêncio, militar que é interpelado por sua irmã e sobrinha sobre a imparcialidade com que lida com os acontecimentos do momento. Além

destes se apresenta Velasco, jovem português, nascido na Ilha de Faial, que tem Plácido como patrício desde sua chegada às terras brasileiras.

Como já dito, os personagens, principalmente Luciano, têm suas ações e histórias intercaladas pelos movimentos que estavam ocorrendo no Brasil desde o início do ano de 1822. Seu enredo de intrigas é gotejado por fatos históricos, levados ao público, pela inquieta Afonsina, quando está questiona seu tio.

Entre as páginas 282 e 284 da Lição XXII e nos diálogos iniciais de “Amor e Pátria” é possível notar grande correlação entre datas, nomes e locais que são comunicados ao leitor-espectador, dando ao manual e ao drama poder informativo paralelo.

Lemos assim nas Lições sobre a representação levada a D. Pedro e as consequências de tal ato: “[...] foi ao dia 9 de Janeiro de 1822 apresentada ao príncipe regente pelo senado da câmara, que para esse fim, dirigiu-se ao paço em corporação, sendo acompanhado de imenso concurso de povo”. (MACEDO, 1863: 282) E se segue: “[...] enfim apareceu em uma das janelas do palácio, o presidente do senado da câmara José Clemente Pereira, e em alta voz repetiu a resposta do príncipe”. (MACEDO, 1863: 282.).

Pela voz de Afonsina, em “Amor e Pátria” somos informados da representação levada ao príncipe e de como o povo recebeu a *fala do Fico*:

Afonsina – Eu quero recordar somente alguns fatos. *A nove de janeiro deste ano, o senado da câmara foi, em nome do povo, representar ao príncipe contra sua retirada do Brasil; não houve um só patriota que não corresse ao largo do Paço; meu tio, o momento era supremo e quando se ouviu repetir o glorioso – Fico – do Príncipe, o primeiro que o saudou com um viva entusiástico foi Luciano [...].* (MACEDO, 1860. *Grifo meu*)

Nas Lições José Clemente Pereira é a quem se responsabiliza pela comunicação da decisão do príncipe regente ao povo. Em “Amor e Pátria” o nome é omitido, mas a informação que não fora pela voz do futuro Imperador, que se ouvira o “Fico” permanece no trecho “[...]quando se ouviu repetir”(MACEDO, 1860.)

Ainda segue Afonsina a informar: “– Dois dias depois, *a onze de janeiro, Avilez e as tropas lusitanas ocuparam o morro de Castelo; a luta parecia dever começar; os brasileiros*

correram para o campo de Santana e Luciano foi o chefe de uma companhia de voluntários” (MACEDO, 1860. *Grifos meus*) Informações essas que se apresentam nas Lições, como podemos ler: “*Jorge de Avilez, comandante da divisão auxiliadora, pediu logo sua demissão, antes porém que esta lhe fosse dada, as tropas portuguesas que formavam aquela divisão [...] tomaram as armas, e saindo dos quartéis foram ocupar o morro do Castelo”* (MACEDO, 1863: 283. *Grifos meus*) . Em outro trecho se completa a informação: “[...] *o povo fluminense e a tropa brasileira que, aliás, não avultava pelo número, nem era notável pela perícia militar, [...] prepararam-se para combater, e à noite o campo de Sant’Anna hoje da Aclamação, achou-se cheio de soldados e de paisanos armados”* (MACEDO, 1863: 283. *Grifos meus*)

Ainda nas Lições lemos: “Tudo indicava um conflito iminente, mas Avilez [...] obedeceu à intimação do príncipe e capitulou [...] *retirando-se a divisão auxiliadora para a Praia Grande”* (MACEDO, 1863: 284. *Grifos meus*) Assim, como Afonsina, nossa *Minemosine* recorda “[...] Avilez retirou-se com os seus para a Praia Grande” E continua “[...] e no campo do Barreto reuniram-se milícias brasileiras e as falanges dos patriotas” (MACEDO, 1860.) A que nas Lições temos: “Nas imediações da Praia Grande, no campo do Barreto, reuniram-se os corpos de milícias do interior e alguma tropa regular” (MACEDO, 1863: 284).

Conclusão

Nos exemplos explicitados, que não são os únicos encontrados ao longo dos estudos destas fontes, tanto em relação à ficção quanto ao manual, podemos perceber os pontos que viemos discutindo ao longo do texto. Não pudemos neste espaço de tempo dar conta do dos movimentos de todo o ano de 1822, que acreditamos ser parte do que ocorreria no seu fim. Entretanto, alguns dias de janeiro de 1822 e seus importantes momentos constituidores do processo da Independência do Brasil estão presentes para informar, sem prejuízo, a seu leitor-espectador. E aos que ouvem essa comunicação a ideia central de nosso estudo.

A compreensão dos fatos é alcançada pedagogicamente, usando das possibilidades da historiografia e da ficção para que a herança da informação não se perca. O público foi

agraciado com a dinâmica conquistada por Macedo em seus escritos. A possibilidade de se conhecer aquele passado próximo, tão necessário à construção da civilização brasileira foi ampliada por não estar presa ao espaço da pura erudição.

Um trabalho maior contando com todos os pontos de conexão entre os conteúdos de “Amor e Pátria” e com as lições do manual de Macedo repito, não puderam, infelizmente, ser apresentados nesta comunicação. Eles abrangem uma pesquisa que se estende ao ensino de história no século XIX, a presença de um distanciamento e/ou encurtamento entre Brasil e Portugal após 1822, discussões entre a historiografia produzida dentro e fora do IHGB, sobre os românticos, principalmente Macedo entre outros pontos.

Como é perceptível, esta não é uma verdadeira conclusão. Apenas uma pequena apresentação de parte do início das nossas pesquisas.

Referências Bibliográficas

Fontes

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lição XXII** In: Lições de História do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de C. A. de Mello, 1863. pp 281-293

A MARMOTA. **Amor e Pátria por Joaquim Manuel de Macedo**. [online] Rio de Janeiro. Junho, 1860. Folhetim. Número 1169 a 1173. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706922&pasta=ano%20186&pesq=Amor%20e%20P%C3%A1tria> Acesso em: Abril de 2014

Bibliografia

BOSI, Alfredo. **Cultura**. In: A Construção Nacional 1830-1889, volume 2 / Coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. pp 225-285

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Uma rápida emergência do “clima de latência”**. Topoi. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul.-dez, 2010. pp 303-317

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Transmigrar – Nove Notas a Propósito do Império do Brasil**. In: PAMPLONA, M. A.; STUVEN, A. M. (Org.) *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao Longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Seguir o uso de todos os historiadores modernos** In: Capítulo 3: *Que história escrever para o Império do Brasil: Polêmicas e disputas por uma história verdadeira* In: *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. pp 96-102.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: Argvmenvm, 2008.

POCOCK, J. G. A. **O Conceito de Linguagem e o *Métier D’Historien***. In: *Linguagens do Ideário Político*. J. A.G. Pocock; Sergio Micele (org.); tradução Fabio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. pp 63-82.

WHITE, Hayden. **Introdução; As Ficções da Representação Factual** In: *Trópicos do discurso: Ensaio sobre Ciência da Cultura/ Hayden White*; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. pp 13-38/ 137-152.

As obras do Visconde de Porto Seguro, um novo olhar através de suas anotações

*Gisele Cristina Cipriani de Almeida**

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, foi um diplomata brasileiro que percorreu arquivos históricos coligindo documentos que contribuísse para a pesquisa sobre a história do Brasil. Descobriu documentos inéditos, transcreveu manuscritos de arquivos europeus, editou obras de cronistas e viajantes do período colonial brasileiro e contribuiu com a produção de uma vasta bibliografia sobre assuntos de história, geografia, etnografia, linguística, entre outros.

Varnhagen construiu uma reputação no ofício de historiador em arquivos no que diz respeito aos documentos sobre a história do Brasil, principalmente na Europa que passou maior parte de sua vida. Ganhou o reconhecimento também no Brasil por parte do IHGB, bem como do imperador do Brasil, D. Pedro II, garantindo-lhe, nos últimos anos de vida, os títulos de Barão e depois Visconde de Porto Seguro.

O historiador publicou obras que ficaram muito conhecidas pela historiografia brasileira. Muitas destas obras, conseguiu, ainda em vida, reeditá-las, retificando alguns equívocos ou muitas vezes assim o fez na tentativa de responder à alguns de seus críticos. Estas reedições sofreram várias mudanças permitindo que muitos historiadores apontassem a importância do estudo destas obras.¹

Em 1909, o Ministério das Relações Exteriores, por iniciativa do Barão do Rio Branco negocia com a família de Varnhagen, residentes no Chile, a aquisição da biblioteca e arquivo pessoal do historiador.² A biblioteca de Varnhagen possui uma densa bibliografia com diversas

* Universidade de São Paulo. Mestranda em História Social, sob orientação da Prof. Dra. Raquel Glezer.

¹ José Honório Rodrigues nos atenta para estas modificações: "A História Geral, na 2ª. edição, é realmente história colonial, e surpreende que seus editores não se refiram à retirada desses capítulos em nenhuma introdução, nem se tenham dado ao trabalho de comparar as modificações que insignificantes, quer pelas subtrações, quer, enfim, pela nova redação e pelas novas posições ideológicas." IN: RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Ltda., 1970, pp. 135. Jussara Rodrigues da Silva faz a análise destas modificações das duas edições da obra História Geral do Brasil feitas por Varnhagen ainda em vida, na sua dissertação de mestrado (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Julio Bentivoglio, defendida em Vitória em 2013 com o título de *Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)*.

² Sobre a história da aquisição da biblioteca do historiador que passou a fazer parte da Coleção Francisco Adolfo

obras raras. Uma pesquisa sobre esta bibliografia poderia preencher algumas lacunas sobre as leituras que o inspiraram em suas pesquisas e publicações.

Em uma pesquisa que realizei em 2014 na Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty, na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, guiada pela indicação que Arno Wehling fez num trabalho que publicou em 2013³, identifiquei algumas obras do historiador que continham anotações manuscritas do autor para futuras reedições. Proponho, neste trabalho, fazer uma análise da importância destas anotações, de algumas obras especificamente, com o intuito de valorizar a pesquisa em arquivos e biblioteca particulares, contribuindo assim para abrir um diálogo na historiografia sobre a prática da pesquisa histórica em arquivos.

José Honório Rodrigues destaca a importância da pesquisa histórica ao dizer que "a pesquisa quer servir à história, e para isso ela deve ser seletiva e compreensiva, tal como a própria história. A pesquisa está à procura dos documentos e dos fatos. Os mesmos documentos podem fornecer respostas novas às perguntas novas" (RODRIGUES, 1978: 273). Espero que este trabalho possa levantar novas questões e talvez responder outras para a historiografia.

Anotações nas obras de Varnhagen da sua biblioteca particular

Identifiquei duas obras do historiador que fazem parte da sua biblioteca particular que se encontram na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen na Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ):

de Varnhagen do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ): "Devemos ao Barão do Rio Branco a incorporação deste inestimável tesouro bibliográfico às coleções do Ministério. O destino da coleção poderia ter sido outro. (...) Os livros seguem, com os demais bens da família para Santiago, onde a viúva, D. Carmen Ovalle de Varnhagen, de nacionalidade chilena, fixaria residência, com seus dois filhos. Em 1904, a família faz imprimir o "Catálogo de la Biblioteca Varnhagen, Santiago de Chile, Imprenta Moderna, com 4972 títulos, que faz supor a disposição de aliená-la. Foi o Cônsul do Chile no Rio de Janeiro, Samuel Gracie, quem assinalou a Rio Branco a oportunidade de adquirir a coleção. Em 9 de dezembro de 1908, Luis Varnhagen de Porto Seguro aceita a proposta de venda, que lhe apresenta o Ministro do Brasil em Santiago, Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, em nome do Ministério. Datam de 30 de julho de 1909 as instruções de Rio Branco para adquirir a biblioteca pelo valor de vinte e um contos de réis, equivalentes, na época, a mil trezentas e doze libras esterlinas." IN: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Catálogo da Coleção Varnhagen da Biblioteca do Itamaraty*. coordenação de Maria Liânia Coutinho Bueno ; colaboração de Maria da Conceição Novaes Dias, Leandro Mendonça Felicissimo, Cibele Seixas Alves da Silva. – Brasília : FUNAG, CHDD, 2002, pág. 7 e 8. (Disponível para download no site da FUNAG).

³ WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. Nota Introdutória. Memorial Orgânico". IN: Lucia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer organizadoras. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

- Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839. (Nº. catálogo da biblioteca: 529,04,003 ex.3);
- História Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje Imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854-1857. (Nº. do catálogo da biblioteca: 478, 03, 010-012);

A biblioteca possui a pesquisa online das obras que podem ser acessadas no site: <http://www.biblioteca.itamaraty.gov.br>. Porém, as obras que pertencem à Biblioteca do historiador são aquelas que nas informações detalhadas indicam C. F. A. V. (Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen). As obras não estão digitalizadas e a pesquisa deve ser realizada na Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ) com agendamento prévio autorizado pela Instituição.

Em 2002, foi publicado pela FUNAG, um catálogo das obras que fazem parte da biblioteca de Varnhagen que se encontra na Biblioteca do Itamaraty. Este catálogo possibilita várias possibilidades de pesquisa, como havia mencionado anteriormente. Porém, o catálogo não possui a localização das obras de sua coleção. Portanto, a pesquisa de cada obra deve ser pesquisada através do site da biblioteca. Como são muitas coleções de bibliotecas de outros diplomatas, cada obra pesquisada requer uma nova pesquisa para identificar aquela que pertence à biblioteca de Varnhagen.

Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza.

O Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza é um diário escrito pelo irmão de Martim Affonso sobre a sua expedição ao Brasil em 1530, "contendo excelentes informações

geográficas e históricas" (RODRIGUES, 1979: 9). Varnhagen examinou três cópias da obra, "decidindo-se, depois de várias hesitações, pela que possuía, pondo de lado a pertencente ao Bispo Conde D. Francisco de S. Luís e a da Biblioteca da Ajuda."(RODRIGUES, 1979: 9). Esta primeira edição apresenta um prólogo, a biografia de Martim Affonso de Souza, notícia do autor Pero Lopes de Souza, Advertência preliminar, texto transcrito e notas de Varnhagen.⁴

Identifiquei as anotações manuscritas feitas por Varnhagen nesta primeira edição que possuía em sua biblioteca particular. Na página do prólogo, na margem superior, centralizado, há a seguinte anotação: "Bem antevimos que imprimindo desta obra hum pequeno número de exemplares, devíamos reimprimila no prazo de um anno. De proposito o fizemos para melhorarmos com a segunda edição que agora aparece."⁵ Neste trecho, podemos entender que estas anotações do autor seriam retificações feitas pelo autor no intuito da publicação da segunda edição, um ano após a primeira edição. Porém, a segunda edição foi publicada apenas em 1847, à revelia de Varnhagen⁶ sem alterações por parte do autor.

Nas página da Biografia de Martim Affonso e de Pero Lopes, Varnhagen faz várias anotações, com mais informações sobre o biografado. Em todas as páginas da biografia de Martim Affonso, há anotações do autor. Porém, na terceira e quarta edições feitas por Varnhagen, o autor optou por não colocar as biografia nem de Martim Affonso e nem de seu irmão. Mas nas suas anotações na primeira edição da sua biblioteca particular, deixa implícito que as colocaria numa segunda edição. Na terceira edição, publicada em 1861 na Revista do IHGB, no Tomo XXIV, o autor explica a supressão que optou fazer destas partes:

⁴ Hans Horch faz uma análise aprofundada do conteúdo desta primeira edição e de todo o contexto da escolha feita por Varnhagen em qual manuscrito usar nesta primeira edição, bem como sobre as posteriores edições feitas por Varnhagen, em sua obra intitulada: *Francisco Adolfo de Varnhagen. Subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Ed. Unidas Ltda., 1981, pp. 69-73.

⁵ Fiz uma transcrição de leitura destas anotações, visto que não foi autorizado pela Biblioteca fotografar as anotações. Essa transcrição não tem o propósito de seguir as normas de transcrição paleográfica, apenas transcrevi algumas anotações do autor para destacar a presença destas anotações em suas obras particulares.

⁶ Horch explica que "os organizadores desta segunda edição aparentemente nem consultaram ou, pelo menos avisaram Varnhagen, apesar da solicitação deste na 'Advertencia Preliminar'da edição anterior, embora a mesma foi reproduzida nesta edição, o que provocou as queixas amargas inseridas na 'Carta-Prólogo' à terceira edição, feita no tomo xxiv da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1861*. IN: HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen. Subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Ed. Unidas Ltda., 1981, pp. 75.

Sou de voto que longe de repetirmos hoje o que se fez na 1ª. edição (reproduzida servilmente pela 2ª.) nos cumpre: - 1º. Cingir-nos mais no texto ao do codice original da Bibliotheca de S. M. F. em Lisboa: - 2º. Eliminar não só muitas notas e confrontações preteridas por estudos posteriores, como as biographias dos dois exploradores irmãos já transcriptas (1) na *Revista, &c.*; supprindo tudo por documentos e observações de mais importancia. Não repetiremos tão pouco a descripção do codice original supramencionado, que acompanha as primeiras edições, contendo até em gravura de madeira a marca d'agua do papel, que mostra como a figura de uma especie de jarra, ou antes de galheta, com uma cruz em cima, e um ornato em fórmula de M + B no bôjo. (VARNHAGEN, 1961: 4-5)

O autor optou por retirar as biografias dos irmãos, pois considerava as que já havia publicado anteriormente nas RIHGB, retirou várias explicações sobre a obra e ainda não coloca a descrição física do códice que faz na 'Advertencia Preliminar' da primeira edição.

Na página xxj da primeira edição anotada pelo autor que localizei na sua biblioteca particular, ainda na 'Advertencia Preliminar', o autor acrescenta algumas informações à sua margem. Escreve o historiador:

É contemporanea: só agora o podemos afirmar pois até sabemos que ponho a escrever. A letra do codice é a de Pero de Goes, que acompanhou Pero Lopes ao Rio da Prata. Afirma-o por que a vimos em mais cartas (n'uma a Mím. Ferreira) a sua marca d'agua vem ser um jarro ou galheta com a competente aza tendo sobre a tampa uma cruz no bojo se ve em duas linhas algumas letras manuscritas pouco legiveis. (VARNHAGEN, anotações manuscritas na obra da sua biblioteca particular que se encontra na Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty).

É interessante destacar que nestas anotações manuscritas que supostamente o autor tenha feito em data bem anterior ao desta terceira edição, Varnhagen se preocupa em apontar que a letra do diário de Pero Lopes de Souza é de Pero de Goes, fato este confirmado por ter cotejado com outros documentos escritos pelo mesmo e também pela importância da marca d'água que é a mesma utilizada em outros documentos de Pero de Goes e no diário. Ou seja, a descrição da marca d'água se tornaria fundamental para identificar o manuscrito. No prólogo da terceira edição do IHGB, o autor explica os motivos que o levaram a não colocar esta descrição da marca d'água, mas também acrescenta as informações sobre a letra de Pero de Goes, não colocando que cotejou com outros documentos do autor e que a letra seria a mesma.

Quando se tratava da primeira edição, feita por um obscuro estudante tido por leigo em taes materias, essencia era entrar nessas particularidades, para satisfazer aos criticos escrupulosos. - Hoje porém que o nosso inédito se acha universalmente aceito e conhecido no mundo litterario, que já o contemplaram além de outros, Rich na sua Bibliotheca Americana, e até o proprio Brunet, na ultima edição (V. Souza), só nos cumpre acrescentar que temos averiguado que o codice supramencionado era o proprio original que Pero Lopes levava a bordo, e que a escripta delle estava commettida ao seu inseparavel companheiro de viagem Pero de Goes, ao depois donatario de Campos, e mais tarde capitão-mór da costa com Thomé de Souza, e cuja letra reconhecemos distinctamente, no mesmo original; sendo que de Pero Lopes nunca vimos a letra, e propendemos a crêr que mal sabia escrever, ou que não gostava de o fazer, por executa-lo provavelmente ainda peor do que seu irmão Martim Affonso, que, em verdade, como tantos fidalgos daquelle tempo, pouco tinha aproveitado do mestre d'escripta, segundo até se vê do proprio fac-simile de sua assignatura, que acompanhou o 1º volume (1ª. ed.) da História Geral do Brasil. (VARNHAGEN, 1861: 5-6)

Varnhagen acreditava que a primeira edição tinha descrições detalhadas do documento pois ainda era um estudante leigo e estava se prevenindo "críticos escrupulosos". Ou seja, em 1861 já tinha conquistado um respeito por parte dos intelectuais e críticos, não precisando se ater a detalhes que legitimassem a obra. Sobre a letra de Pero Goes, não explica que cotejou com outros documentos do mesmo, mas que reconhece "distinctamente". Ele considera que tamanha era sua experiência com documentos deste período que a própria autoridade "Varnhagen" já seria suficiente para provar que era escrito por Pero de Goes.

Jussara Rodrigues Silva reflete sobre estas mudanças de edições feitas por Varnhagen na História Geral do Brasil e diz que "ao tomarmos as mudanças efetuadas por ele em seu trabalho objetivamos identificar a mudança no espaço de experiência e no horizonte de expectativas em relação à escrita da história nacional". (SILVA, 2013: 21). Cabe aqui também esta identificação das mudanças que fez entre a primeira edição, as suas anotações em sua primeira edição e as terceira e quarta edições. Entre 1839 e 1861, Varnhagen já tinha conquistado seu espaço de reconhecimento, principalmente por causa da sua obra História Geral do Brasil. Já se correspondia com D. Pedro II, já havia publicado inúmeras obras e editados outros inéditos, já havia conquistado seu direito de cidadão brasileiro, enfim já tinha um respeito por parte de seus pares que em sua própria interpretação já não precisava mais encher de notas a reedição de uma obra de tanta importância para a história nacional.

No Prólogo da quarta edição, de 1867, Varnhagen resume o prólogo da terceira edição do IHGB e corta a parte que diz que não precisaria descrever o manuscrito, que suprimiu as biografia e a explicação sobre a letra de Pero de Goes. Assim o coloca no Prólogo sobre esta nova edição: "Na actual edição foram suprimidas varias notas julgadas inuteis". (VARNHAGEN, 1867: 3) Ele apenas diz acrescentar alguns documentos, por ter modificado suas primeiras ideias na apreciação.

Reinhart Koselleck defende que a "velha tríade lugar, tempo e pessoa também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto."(KOSELLECK, 2006: 161) Assim, a primeira edição (1839), as anotações manuscritas à sua primeira edição que faziam parte da sua Biblioteca particular, a terceira edição do IHGB (1861) e a quarta edição (1867) não podem ser entendidas como reedições de uma mesma obra feita pelo autor em vida. Cada uma delas possui sua riqueza em termos de informação sobre a prática da pesquisa do autor, seu amadurecimento como historiador, seu reconhecimento e respeito garantido por seus pares ao longo de sua carreira como pesquisador, até mesmo sua prepotência em se achar mais historiador e portanto não necessitando dar maiores explicações sobre a obra. Então, cada uma destas obras representa uma nova fonte de pesquisa para a historiografia, seja para entender o pensamento do historiador, seja para entender como a escrita da história no século XIX se desenvolveu em especial nas reedições de obras e a descoberta de novos vestígios.

História Geral do Brazil

A obra enciclopédica de Varnhagen que ficou conhecida como História Geral do Brasil teve sua primeira edição do volume I de 1854 e do volume II de 1857. A segunda edição publicada ainda em vida pelo autor, data de 1877. Neste espaço de vinte anos, o autor sofreu críticas diversas sobre o preconceito com os indígenas, a sua perspectiva eurocêntrica de começar com a chegada dos europeus, entre outras. Sua trajetória na diplomacia o levou de Madrid, às Repúblicas do Pacífico, envolvendo-o em algumas polêmicas, ao casamento com

uma chilena, à uma breve viagem aos Estados Unidos da América⁷ e ao se retorno para a Europa, estando em Viena em 1877. Portanto, seu ponto de vista mudou, tornando suas edições diferentes e ricas para o estudo da historiografia. Jussara Rodrigues da Silva faz essa análise em sua dissertação de mestrado. Varnhagen altera sua obra, retirando capítulos inteiros e o trabalho de Jussara mostra bem estas alterações. Uma alteração que o autor fez foi na disposição dos capítulos no início do primeiro tomo, visto que sofreu críticas de intelectuais como Avezac.

Varnhagen na primeira edição inicia com a chegada dos europeus no Brasil, partindo de um ponto de vista que lhe era bem característico, se pensarmos em sua formação portuguesa e suas ideias monarquistas em defesa sempre da Casa de Bragança, que partia sempre de uma visão histórica europeia. Avezac critica esta orientação que o Varnhagen havia feito e seguindo este conselho, Varnhagen inverte na segunda edição de 1877, colocando primeiramente a descrição da paisagem, seguida dos indígenas e depois somente com a vinda dos europeus.

Localizei na sua biblioteca particular, no Itamaraty, a primeira edição com as anotações que possivelmente usou para reeditar a de 1877. Há um anexo junto aos dois tomos, que é o Índice desta primeira edição totalmente rasurado e comentado. Há inclusive uma indicação da inversão que fez dos capítulos iniciais. A obra toda tem correções feitas pelo autor, porém apenas este anexo do índice já contém uma riqueza de material de pesquisa histórica para entendermos como se deram estas correções que o autor optou por fazer. Portanto, esta obra que pertence à sua biblioteca particular que hoje faz parte da Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen da Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty, também pode fornecer uma riqueza de informações sobre a sua reedição.

Conclusão

José Honório Rodrigues, em sua obra "A pesquisa histórica no Brasil", destaca dois princípios fundamentais que o um historiador deve seguir. O primeiro deles é a "necessidade

⁷ Sobre esta viagem aos EUA, Lúcia Maria Paschoal Guimarães publicou um documento inédito localizado entre os documentos do arquivo particular de Varnhagen no Arquivo Histórico do Itamaraty em 2013. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Grande Jornada a vapor: Quinze estados percorridos em 14 dias. IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer organizadoras. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp.133.

de recorrer às fontes" (RODRIGUES, 1978: 273) e o segundo, diz ele, "nenhum historiador, por mais ilustrado que seja, é uma autoridade que devemos seguir cegamente." (RODRIGUES, 1978: 273). No primeiro caso, pontuo aqui a necessidade de que historiadores devem voltar a ter de ir até as fontes. Muito se tem escrito sobre história, enriquecendo a produção historiográfica no Brasil e no mundo. Mas temos formados historiadores que nunca estiveram dentro de um arquivo ou biblioteca histórica. Não tiro aqui o mérito dos trabalhos que não trabalham com o documento histórico, porém novas leituras de obras como a "A pesquisa histórica no Brasil" deveriam voltar para as rodas de discussão historiográfica.

No livro "O século XIX e a História - O Caso Fustel de Coulanges" de François Hartog, o historiador se propõe a se debruçar sob os documentos, obras e escritos de Fustel de Coulanges no intuito de entender a prática de um historiador francês no século XIX. Ele investiga e encontra um acervo documental riquíssimo de escritos sobre a história e seus métodos adotados por historiadores do século XIX. No fim da introdução do livro, ele agradece aos bisnetos de Fustel de Coulanges que o permitiram ter acesso ao seu arquivo.

O arquivo histórico e a biblioteca do Itamaraty detém toda a biblioteca do Visconde de Porto Seguro, bem como toda a documentação particular do historiador, como cartas, memórias, entres outras, possibilitando diversas pesquisas sobre os diversos assuntos e é tão pouco divulgado e mesmo pesquisado. A família não detém esta documentação, o nosso Itamaraty o detém. E ainda sim, muito pouco se pesquisa nos arquivos. Outros diplomatas também possuem coleções completas na mesma instituição.

Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Catálogo da Coleção Varnhagen da Biblioteca do Itamaraty**. coordenação de Maria Liânia Coutinho Bueno ; colaboração de Maria da Conceição Novaes Dias, Leandro Mendonça Felicissimo, Cibele Seixas Alves da Silva. – Brasília : FUNAG, CHDD, 2002.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

HORCH, Hans. **Francisco Adolfo de Varnhagen**. Subsídios para uma bibliografia. São Paulo: Ed. Unidas Ltda., 1981.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Ltda., 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Ltda, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 4ª. edição atualizada. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª. edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)**. Dissertação de mestrado (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Julio Bentivoglio, defendida em Vitória em 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Grande Jornada a vapor: Quinze estados percorridos em 14 dias. IN: Lucia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer organizadoras. **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza**. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje Imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854-1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Affonso de Sousa, escripto por seu irmão Pero Lopes de Sousa, publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Rio de Janeiro: Typ. de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia, 1847.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa**. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXIV, 1º. Trimestre de 1861.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário de navegação de Pero Lopes de Souza pela costa do Brazil até o rio Uruguay, acompanhada de varios documentos e notas: e livro da viagem da não "Bretoa" ao Cabo Frio por Duarte Fernandes. Tudo anotado e precedido de um noticioso prologo escripto pelo seu editor**. Rio de Janeiro: Typ. de D. L. dos Santos, 1867.

WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. Nota Introdutória. Memorial Orgânico". IN: Lucia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer organizadoras. **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

Uma doença salutar? A experiência da malarioterapia no Distrito Federal (1926-1930)

*Giulia Engel Accorsi**

O efeito salutar da febre sobre determinadas doenças metais é conhecido e estudado desde a antiguidade. Hipócrates já havia observado resultados positivos no tratamento da epilepsia com o microrganismo transmissor da malária. Além dele, e posteriormente, Galeno, Pinel, Esquirol e outros conhecidos personagens da história da medicina – especialmente da medicina mental – tiveram a oportunidade de constatar a melhoria nos sintomas de alguns de seus pacientes depois que esses contraíram acidentalmente determinada doença infecciosa, como cólera ou tuberculose pulmonar (WHITROW, 1990).

Em 1883, o psiquiatra austríaco Julius Wagner-Jauregg, médico assistente da Primeira Clínica Psiquiátrica do Asilo de *Lower Austria* em Viena, observava uma paciente da instituição se recuperar dos sintomas de seus distúrbios mentais após contrair erisipela. Curioso para descobrir se realmente havia relação entre a febre causada pela infecção bacteriana e a melhora das psicoses, Jauregg passou a estudar a literatura existente sobre o tema e logo coletou evidências em sua opinião, insuficientes, mas que justificariam a continuidade de suas investigações (WHITROW, 1990). Convencido então, da possibilidade de um real efeito salutar da febre sobre determinadas afecções mentais, Wagner-Jauregg iniciou uma série de complexos e trabalhosos estudos e experimentos no final do ano de 1888 (WHITROW, 1990).

Durante as duas décadas que se seguiram, o psiquiatra vienense conduziu diversos experimentos pouco exitosos com a bactéria transmissora da erisipela e a tuberculina, substância descoberta por Robert Koch. Os resultados decepcionantes destas tentativas e os constantes autoquestionamentos sobre a segurança de seu método, levaram o psiquiatra a abandonar temporariamente de seus estudos (WHITROW, 1990).

Em 1893, agora diretor da Primeira Clínica Psiquiátrica do Asilo de *Lower Austria* e incentivado pelos resultados positivos obtidos por um de seus assistentes – que havia dado

continuidade aos experimentos com a tuberculina – Jauregg decidiu retomar suas investigações experimentais. Foi quando seu foco recaiu sobre doentes acometidos pela paralisia geral progressiva (PGP). Devido às respostas positivas a este tratamento, o médico direcionou o foco de seus estudos para a tentativa de encontrar a cura para esta doença (WHITROW, 1990).

Em 1897, Julius Wagner-Jauregg cogitou a possibilidade de realizar experimentos com a infecção malárica. No entanto, a oportunidade de colocar esta ideia em prática surgiu apenas em 1917, quando já atuava na Clínica do Hospital Geral de Viena. Neste ano, um soldado que retornava do *front* macedônico acometido pela infecção palúdica do tipo terçã foi admitido na instituição. Assim, com o sangue infectado em mãos, o psiquiatra iniciou seus experimentos com a malária inoculando nove paralíticos, entre casos avançados e recentes da doença. Como resultado do tratamento ministrado nos nove pacientes descreve-se um óbito, seis melhoras significativas e dois casos nos quais os enfermos tiveram que ser internados novamente (PIRES, 1934; WHITROW, 1990). Acredito que as reinternações dos dois indivíduos que foram citadas anteriormente tenham ocorrido devido ao fato do tratamento não ter surtido efeito nos mesmos. Dessa forma, ambos tiveram que ser novamente submetidos aos cuidados asilares. Com efeito, a primeira experiência com a malarioterapia foi considerada bem sucedida pelos médicos envolvidos. Assim, a terapêutica passou a ser sistematicamente aplicada em paralíticos gerais internados na clínica vienense (PIRES, 1934; WHITROW, 1990).

No Brasil, as fontes mostram de forma bastante clara que a terapêutica em questão foi administrada pela primeira vez no ano de 1924, na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital federal. Juliano Moreira, então diretor da Assistência a Alienados do Distrito Federal em 1924, descrevia em seu relatório anual ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores o primeiro caso de inoculação da malária na tentativa de curar um paralítico geral na Colônia de Alienados de Jacarepaguá. O tratamento foi administrado sob supervisão do Dr. Floriano Peixoto de Azevedo, cuja nota emitida é transcrita por Moreira em seu documento (BRASIL, 1924):

Em 26 de setembro fizemos, ao que nos parece, pela primeira vez no Brasil, inoculação de sangue contendo *Plasmodium vivax* em dois doentes de demência paralítica. Ambos tiveram francos acessos de hiperpirexia malária

[sic] e, após cessadas as crises febris pela ação oportuna do quinino, do azul de metileno e do neosalvarsan, apresentaram acentuadas melhoras psíquicas e somáticas, de acordo com o avultado número de observações publicadas nos países onde se tem usado, larga manu, do método terapêutico instituído por Wagner von Jauregg. Por motivo alheio à nossa vontade não foi possível continuar a observação dos referidos doentes na Colônia, mas somos informados que um deles, transferido para o Hospital Nacional, lá continua a apresentar as melhoras aqui observadas. (p. 152 e 153).

A circulação de periódicos que veiculavam artigos em língua alemã era intensa no país durante o período do qual trata o presente trabalho. Não foram encontradas, nas fontes, referências explícitas sobre como exatamente os médicos psiquiatras cariocas tomaram conhecimento sobre a técnica da malarioterapia. No entanto, as diversas menções sobre o desenvolvedor da terapêutica e sobre as mais recentes descobertas acerca dessa, que eram feitas nos mais diferentes países do mundo, indicam que os doutores do Distrito Federal estavam a par dos últimos acontecimentos relacionados às doenças mentais: sua etiologia, seus tratamentos e até mesmo, sua eventual cura. Dessa forma, a partir deste momento – mais especificamente do ano de 1926 – podemos observar o aparecimento de uma série de publicações sobre o tema da malarioterapia em periódicos como o “Brasil Médico”, os “Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria” e, alguns anos mais tarde, os “Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle”.

Os “Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria” constituem uma série de publicações bastante rica, pois além de contar com um grande volume de artigos, resenhas e indicações de outras bibliografias publicadas sobre o tema, disponibiliza as atas das reuniões da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (SBNPML), instituição à qual era filiado (ENGEL, 1995). O contato com estas atas me permitiu perceber que muitos dos médicos que atuavam nas diferentes divisões da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal praticavam a malarioterapia. Além dos textos em língua portuguesa, o periódico também veiculava artigos, comunicações e divulgava livros em francês, espanhol, inglês e alemão, o que, mais uma vez, indica que o espectro de recepção de informações sobre neurologia, psiquiatria e medicina legal dos psiquiatras em questão era extremamente amplo.

Já os “Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle”, me pareceram particularmente importantes, pois me permitiriam, de certo modo, acompanhar a produção intelectual dos médicos atuantes em alguns dos principais estabelecimentos destinados ao tratamento da sífilis: o Hospital da Fundação Gaffrée e Guinle e os ambulatórios fomentados pela mesma entidade. Os esculápios mantinham um volume considerável de artigos que continham estatísticas, protocolos e reflexões elaboradas por eles acerca da nova terapêutica. Isto posto, deduzo que a maior produção intelectual acerca da maneira como a malarioterapia foi apropriada e aplicada na cidade do Rio tenha sido desenvolvida pelos profissionais atuantes nestas duas instituições.

O Hospício de Pedro II foi criado por um Decreto imperial em 1841 e inaugurado quase dez anos depois, no final de 1852, em meio ao processo de medicalização da loucura, transformando-a em doença mental (ENGEL, 2001). O principal objetivo da instituição era recolher os “loucos” que ficavam pelas ruas da corte que, sob o olhar dos médicos e alienistas, passaram a representar uma ameaça a si mesmos e à ordem vigente. Proclamada a República, o antigo Hospício de Pedro II passou a ser designado Hospício Nacional de Alienados e foi quase que imediatamente desanexado da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Esta medida, há muito reivindicada pelos médicos – entre os quais destacou-se Teixeira Brandão, um dos fundadores da psiquiatria brasileira e diretor do serviço clínico do HPII –, era considerada como condição indispensável para a medicalização da instituição asilar (ENGEL, 2001). Constituindo-se como principal unidade da recém-criada Assistência Médico-Legal aos Alienados, o antigo hospício tivera não somente seu nome e estruturação alterados; modificou-se também o papel que desempenhava na sociedade. A transformação da loucura em doença mental tornou-a cada vez mais invisível aos olhares leigos, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente os perfis dos indivíduos considerados anormais. Assim, a narrativa construída por Machado de Assis, em “O Alienista” de 1882, por meio de uma sofisticada percepção crítica do processo de construção da psiquiatria brasileira, ajustava-se cada vez mais à realidade do hospício nos primeiros anos republicanos, caracterizada pela ampliação desmedida das internações (ENGEL, 2001).

Em 1893, foi publicado um Decreto que reorganizou a Assistência Médico-Legal aos Alienados e criou o Pavilhão de Observações do Hospício Pedro II. O novo pavilhão seria destinado aos indigentes suspeitos de alienação mental e passaria a funcionar no ano seguinte, anexado à Cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade Nacional de Medicina. A direção dele ficaria a cargo do catedrático da Cadeira de Psiquiatria do Rio de Janeiro, Dr. João Carlos Teixeira Brandão que, em 1921, foi substituído por Henrique Roxo (BRASIL, 1921; MEDEIROS, 1977).

No ano de 1924, da Assistência aos Alienados do Distrito Federal faziam parte as seguintes instituições: o Hospital Nacional de Alienados (HNA), o Manicômio Judiciário, a Colônia de Alienados de Jacarepaguá e a Colônia de Mulheres do Engenho de Dentro. O HNA contava com o prédio do próprio hospital, com a Clínica Psiquiátrica – espaço destinado ao ensino dos alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) –, com o Dispensário Afrânio Peixoto – onde eram tratados os pacientes acometidos pelas doenças neurolúéticas –, com o Pavilhão da Fundação Gaffrée e Guinle e com a Clínica Neurológica, que estava em vias de instalação e onde também ocorreria o ensino da especialidade (neurologia) aos alunos da FMRJ. A Colônia de Mulheres do Engenho de Dentro era um complexo amplo que compreendia o Dispensário Rivadavia Corrêa, o Dispensário Gaffrée-Guinle n. 2, a assistência hetero-familiar para alienados adaptáveis a tal sistema e a sessão feminina da Escola de Enfermeiros da Assistência aos Alienados do Distrito Federal.

Em 1930, agora já com o nome de Assistência a Psicopatas, o órgão que regulamentava as instituições psiquiátricas na capital federal deixou de ser subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passando a ser gerida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública criado neste mesmo ano (AMARANTE, 2004). Em 1937 através da Lei nº 378 de 13 de janeiro, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual pertencia a Assistência aos Psicopatas, é criado o Instituto de Neurosífilis, que, em 1944, se transformaria em Hospital de Neurosífilis (CARRARA & CARVALHO, 2010).

O projeto de criação de um hospital exclusivamente destinado ao tratamento da sífilis e de outras doenças venéreas surgiu nos anos 1920, em um contexto profundamente marcado pela

difusão do movimento sanitarista – institucionalizado com a criação da Liga Pró Saneamento do Brasil, em 1918 – que reivindicava uma atuação mais efetiva do Estado brasileiro no combate às doenças que afetavam a população do país, entre as quais a sífilis – que representavam uma ameaça à construção da nova imagem do Brasil como um país moderno, desenvolvido e sadio (SANGLARD, 2008). A partir de uma parceria entre o Departamento Nacional de Saúde (DNSP), criado em 1920 e cujo chefe era Carlos Chagas, e o empresário Guilherme Guinle criou-se então, em 1923, a Fundação Gaffrée e Guinle, cujo objetivo central foi cumprido com a construção Hospital Gaffrée e Guinle, inaugurado em 1929 (SANGLARD, 2008). O programa de assistência formulado no contexto da Reforma Sanitária de 1920, e materializado na Fundação Gaffrée e Guinle teve grande repercussão e foi muitíssimo bem recebido por médicos, políticos e por indivíduos pertencentes aos mais diversos círculos sociais e intelectuais, envolvidos ou não em sua fundação e/ou funcionamento. O atendimento seria fornecido para o público em geral, no entanto, esse seria gratuito apenas para as pessoas pobres (SANGLARD, 2008).

Segundo Gisele Sanglard, em seu livro publicado em 2008, dois pilares ergueram a Fundação Gaffrée e Guinle, orientando suas aspirações e, conseqüentemente, seus objetivos: a ação filantrópica e a pesquisa científica. A Fundação, cujo processo de criação começou em 1920 e consolidou-se em 1923, comprometeu-se com a compra de terrenos e a construção de um hospital, bem como de diversos ambulatórios localizados em diferentes áreas da capital, que seriam equipados e mantidos em funcionamento com verbas provenientes do governo federal, além de um instituto de pesquisa. A criação de tais instituições visava melhorar o precaríssimo quadro de assistência existente, assim, o hospital funcionaria como um centro de tratamento para sífilis e outras doenças venéreas; os ambulatórios, por sua vez, equipados com laboratórios de análises clínicas, se ocupariam da profilaxia e do diagnóstico das enfermidades em questão (SANGLARD, 2008). As portas do Hospital da Fundação Gaffrée e Guinle foram oficialmente abertas em 1º de novembro de 1929, com algumas de suas enfermarias ainda incompletas devido à insuficiência de recursos do governo federal. Gilberto de Moura Costa foi o primeiro a, em 1924, ocupar o cargo de diretor do hospital. De acordo com a autora, o fato de

já haver uma diretoria antes da inauguração da instituição se deveu ao fato de que diversos ambulatórios, subordinados a ela, encontravam-se em funcionamento alguns anos antes.

Seu principal prédio de quatro andares foi projetado para internar 320 pessoas e contava com os Serviços de Pronto-Socorro, de Otorrinolaringologia, de Oftalmologia, de Sífilis Visceral, de Vias Urinárias, de Ginecologia, de Obstetrícia e de Mulheres Contagiantes, além das superintendências dos Serviços Administrativos, Sanitários, de Enfermagem, de Estatística e de Renda. O mesmo prédio ainda contava com laboratórios e salas de fisioterapia e raio X, além de um salão de honra, um anfiteatro, um museu, uma biblioteca e com uma rouparia. O imenso terreno do hospital também abrigava uma capela, a residência do diretor, o laboratório de Álvaro Ozório de Almeida, o dormitório dos empregados, as oficinas de conservação, a lavanderia, o biotério e o instituto de pesquisa (SANGLARD, 2008).

Endossando segundo princípio da Fundação Gaffrée e Guinle, seu instituto de pesquisa foi inaugurado em e possuía uma biblioteca independente, salas de anatomia patológica, além dos laboratórios individuais nos quais trabalhavam os pesquisadores. A preocupação em anexar um instituto de pesquisas ao hospital e instalar laboratórios de análises clínicas caracteriza-se como mais uma evidência da crescente interseção entre os campos da medicina clínica e da medicina experimental que veio a tona desde meados do século XIX e da importância e posterior imprescindibilidade que os espaços laboratoriais passaram a ter na construção do diagnóstico de diferentes doenças e, especialmente, da sífilis. Ademais, é interessante perceber que o instituto era uma divisão de grande importância da fundação, pois os estudos desenvolvidos em seus laboratórios constituiriam mais um elemento de destaque para essa. Também vale ressaltar, neste sentido, o papel dos Archivos da Fundação Gaffrée e Guinle, periódico editado pela própria fundação, cujo primeiro número é do ano de 1928, e no qual era publicada grande parte dos trabalhos produzidos pelos cientistas que trabalhavam desenvolvendo suas pesquisas nas dependências da instituição (SANGLARD, 2008).

As campanhas de profilaxia da sífilis produziram resultados satisfatórios e a doença foi, em certa medida, controlada. O hospital funcionou sem grandes mudanças até 1960, quando a morte de Guilherme Guinle interrompeu a relação entre a instituição e a família do filantropo,

sendo entregue ao governo federal a partir de um acordo entre esse e a Fundação Gafrée e Guinle. Atualmente, com o nome de Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, a instituição está ligada à Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio) (SANGLARD, 2008).

Através da análise dos estudos recentes publicados na área da história da ciência e, particularmente, da história da psiquiatria, podemos perceber que o principal anseio dos médicos que atuavam neste campo do conhecimento era garantir o seu lugar enquanto profissionais não só importantes, mas indispensáveis, dando à sua especialidade uma posição no *hall* das ciências médicas (BRASLOW, 1996; SHORTER, 1997; SLJKUIS & OOSTERHUIS, 2012; TSAY, 2013). No Brasil não seria diferente e, ao longo do século XX, já em vias de consolidação, o campo da psiquiatria passaria a estabelecer um diálogo maior com a escola alemã, diálogo este promovido e articulado em grande medida pelo então Diretor da Assistência aos Alienados, o médico psiquiatra baiano Juliano Moreira (FACCHINETTI & MUÑOZ, 2013; VENÂNCIO, 2003).

Neste momento, a psiquiatria organicista alemã ascendia com suas ideias em meio a um processo muito maior, “vivido pela própria medicina, em direção às pesquisas” (VENÂNCIO, 2003: 885). Em outras palavras, a incessante procura de causas biológicas para as doenças mentais estaria inserida em uma tendência mais ampla que influenciava as diferentes áreas da medicina, e era impulsionada pelas novas descobertas no campo da bacteriologia, como aquelas realizadas por Louis Pasteur e Robert Koch. Um novo olhar era lançado, então, sobre os estigmas permanentes previstos nas teorias da degenerescência elaboradas em meados do século XIX, uma vez que, a partir desta nova visão, assim como se investigava a causa das afecções mentais, também procurava-se os tratamentos e eventuais possibilidades de cura para elas (FACCHINETTI & MUÑOZ, 2013; SHORTER, 1997; VENÂNCIO, 2003). Dessa forma, preocupados em atingir a digna posição de cientistas além de médicos, muitos psiquiatras cariocas, baseados nos ideais da psiquiatria fundada por Emil Kraepelin, dedicaram-se ao estudo da etiologia e do tratamento de inúmeras doenças mentais (ROXO, 1921 e 1925).

Apesar de sabermos que a técnica da malarioterapia passou a ser divulgada em diferentes localidades do mundo, podemos perceber que, no Distrito Federal, houve apropriações, aprimoramentos e adequações desta terapêutica. Psiquiatras cariocas como Waldemiro Pires, Henrique Roxo, Zacheu Esmeraldo, Cunha Lopes, Waldemar de Almeida, entre outros, publicaram diversos trabalhos sobre esta terapêutica durante as décadas de 1920, 1930 e 1940. Muitas horas das frequentes reuniões da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal foram dedicadas às discussões que envolviam a paralisia geral progressiva e suas possíveis formas de cura. Uma vez a par destes debates, tornaram-me caros dois conceitos cunhados por Ludwick Fleck: o de coletivo e o de estilo de pensamento. Ao analisar as atas destes encontros, percebo que os médicos pertencentes a esta instituição caracterizavam de forma muitíssimo clara um coletivo munido de um estilo de pensamento próprio, em cujo quadro de métodos e técnicas terapêuticas inseriu-se, durante muito tempo, a malarioterapia. A técnica era tema de frequentes debates protocolares e trocas de experiência, ao fim dos quais se chegava à conclusão coletiva consensual de que ela era a terapêutica mais eficaz e, portanto, a que deveria ser utilizada.

A título de conclusão, podemos perceber a importância que a malarioterapia teve para a psiquiatria do início do século XX, sendo a sua criação caracterizada como um marco na história deste campo do conhecimento. Enfatizo que não somente as instituições, mas também os médicos que idealizaram e aperfeiçoaram o tratamento, desempenharam papéis imprescindíveis nos processos de estabilização da nova técnica, de legitimação do ainda não consolidado campo da psiquiatria e, principalmente, no processo de produção de um conhecimento científico específico e enriquecido com um “toque nacional”. Além disso, entendo que tanto a criação da terapia, quanto sua aplicação e consequente aperfeiçoamento são produtos de uma produção científica coletiva – nacional e internacional – sendo possibilitados, quase que exclusivamente, devido às constantes e igualmente consistentes trocas de conhecimento entre as comunidades científicas brasileiras e aquelas pertencentes aos países de língua alemã.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, P. (Ed.). **Guia de Fontes e catálogo de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Laps/Ensp/Fiocruz. Disponível em:

<http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=2703&tipo=B>

Acesso em 14 de agosto de 2014. 2004.

ASSIS, M. *O Alienista*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BARTOLONI, L. C., FRAIMAN, H. & ALLEGRI, R. F. Evolución histórica de la Neurología argentina. *Neurología Argentina*, Buenos Aires, v. 4, n. 2, p. 67-78, 2012.

BONFIGLI, A., CORBELLINI, G. & FANFERA, E. La malarioterapia in Italia: um contributo ala storia dell'inoculazione terapeutica dela malária nella clinica psichiatrica e neurológica. *Medicina Nei Secoli*, Roma, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2004.

BRASIL Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Relatório da Assistência a Alienados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1913/contents.html> Acesso em 14 de agosto de 2014. 1921.

BRASIL Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Relatório de atividades. Relatório da Assistência a Alienados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2325/contents.html> Acesso em 14 de agosto de 2014. 1924.

BRASLOW, J. T. The influence of a biological therapy on physicians' narratives and interrogations: the case of general paralysis of the insane and malaria fever therapy, 1910-1950. *Bulletin of the History of Medicine*, Baltimore, v. 70, n. 4, 1996, p. 577-608.

BROWN, E. M. Why Wagner-Jauregg won the Nobel Prize for discovering malaria therapy for General Paresis of the Insane. *History of Psychiatry*, Cambridge, v. 11, 2000, p. 371-382.

CARRARA, S. & CARVALHO, M. A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 391-399, 2010.

ENGEL, M. G. **A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

ENGEL, M. G. **Os Delírios da Razão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FACCHINETTI, C., CUPELLO, P. & EVANGELISTA, D. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 527-535, 2010.

FACCHINETTI, C. & MUÑOZ, P. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 239-262, 2013.

FLECK, L. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HURN, J. D. **The history of the general paralysis of the insane in Britain, 1830 to 1950**. Tese (PhD em Filosofia). London University, Londres, 1998.

KAPLAN, R. M. Syphilis, sex and psychiatry, 1789-1925: part 1. **Australasian Psychiatry**, Melbourne, v. 18, n. 1, 2010, p. 17-21.

_____. Syphilis, sex and psychiatry, 1789-1925: part 2. **Australasian Psychiatry**, Melbourne, v. 18, n. 1, 2010, p. 22-27.

KRAGH, J. V. Malaria fever therapy for general paralysis of the insane in Denmark. **History of Psychiatry**, Cambridge, v. 21, n. 4, 2010, p. 471-486.

MATTOS, S. G. & CURY, J. A. “A malarioterapia no tratamento da neurosífilis”. In GUILHERMANO, L. G., SCHWARTSMANN, L. C. B., SERRES, J. C. P. & LOPES, M. H. I. (Org.). **Páginas da História da Medicina**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010, p.151-160.

MEDEIROS, T. de. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Saúde Mental). Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

NOGUCHI, H. & MOORE, J. W. A demonstration of *Treponema pallidum* in the brain in cases of general paralysis. **Journal of Experimental Medicine**, v. 17, 1913, p. 232-238.

PACHECO E SILVA, A. C. **Neurosífilis**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

PADOVAN, M. C. A terapêutica da malarioterapia no Hospital de Alienados de Recife (1930-1945). **Cardernos de História: Oficina de História – escritos sobre saúde, doenças e sociedade**, Recife, v. 7, n. 7, p. 85-115, 2010.

PIRES, W. **Malarioterapia na Sífilis Nervosa**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

PIRES, W. Malariotherapia na paralyasia geral. **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3 e 4, p. 167, 1926.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

SAMPAIO, J. J. C. **Hospital psiquiátrico público no Brasil: a sobrevivência do asilo e outros destinos possíveis**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SANGLARD, G. **Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1930-1940**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SARTIN, J. S. & PERRY, H. O. From mercury to malaria to penicillin: the history of the treatment of syphilis at the Mayo Clinic 1916–1955. **Journal of the American Academy of Dermatology**, Schaumburg, v. 32, n. 2, Part 1, p. 255-261, 1995.

SHORTER, E. **The history of psychiatry: from the era of the asylum to the age of Prozac**. New York: John Wiley and Sons, 1997.

SLIJKHUIS, J. & OOSTERHUIS, H. Cadaver brains and excesses in baccho and venere: dementia paralytica in dutch psychiatry (1870–1920). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**, Oxford, Outubro 2012, p. 1-35.

TARELOW, G. Q. **Entre febres, comas e convulsões: as terapias biológicas no Hospital do Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923-1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TSAY, C. Julius Wagner-Jauregg and the legacy of malarial therapy for the treatment of General Paresis of the Insane. **Yale Journal of Biology and Medicine**, New Haven, v. 86, 2013, p. 245-254.

VENÂNCIO, A. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 883-900, 2003.

WHITROW, M. Wagner-Jauregg and fever therapy. **Medical History**, Cambridge, v. 34, 1990, p. 294-310.

Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*

*Helena Maria Marques Araújo***

Introdução ou como cheguei a meu objeto de estudo

Este texto se propõe a apresentar uma síntese da minha tese de doutorado que se insere no tema sobre espaços educativos não formais no âmbito das relações entre Memória e Identidade. Identifiquei e analisei a dimensão educativa do Museu da Maré através da construção e ressignificação da história e memórias locais e sua relação com o possível fortalecimento identitário de grupos sociais populares através de um museu comunitário.

Esta pesquisa nos coloca de imediato duas interrogações centrais, são elas: *Como e para que as comunidades populares constroem museus comunitários e ecomuseus? A construção dos museus comunitários pode fortalecer identidades nas comunidades locais nas quais se inserem?* Os museus comunitários e ecomuseus emergem no Rio de Janeiro a partir de 1983 com o Ecomuseu de Santa Cruz, porém é a partir de 2006 com a criação do Museu da Maré que passam a ter maior visibilidade para a sociedade em geral, tendo em vista o contexto social e político em que surgem.

Escolhi para estudo de caso o Museu da Maré pelos seguintes motivos: foi o primeiro museu de favela do Brasil criado pela comunidade local; tem expressão local, regional e nacional; é considerado como um ícone brasileiro dos museus comunitários e ecomuseus; fica na cidade do Rio de Janeiro; e apresenta trabalho estruturado passível de investigação no presente momento.

O protagonismo das comunidades populares nos museus comunitários permite que estes se façam e se transformem ao longo de sua própria história e do movimento social no qual estão envolvidos. Para Chagas (2008), é importante não apenas democratizar o acesso aos museus,

* Este texto foi originalmente publicado nos Anais da Anped de 2012.

** Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/ UERJ

mas democratizar o próprio museu, a própria concepção de museu, exemplificado pelo Museu da Maré, que foi fundado por um grupo de moradores ou ex-moradores da região da Maré.

Relacionando os teóricos e a metodologia escolhida ao Museu da Maré ...

Com objeto definido e na *bagagem a teoria e metodologia adequada* (DUARTE, 2002) chega o momento do trabalho de campo, que pode ser dividido em blocos básicos que ocorreram simultaneamente: observações e entrevistas e análise dos Livros de Assinaturas e de Depoimentos dos visitantes/ usuários. Assim sendo, trabalhamos com uma metodologia qualitativa através de observações de campo, entrevistas e análise documental.

O caminho metodológico envolveu também a opção por utilizar entrevistas semiestruturadas, acompanhadas de um roteiro prévio. As entrevistas podem ser divididas em dois blocos: com os pescadores da Maré e da região do entorno e um segundo bloco de entrevistas que foram feitas com os diretores, funcionários do Museu da Maré e um morador antigo da região.

Também fez parte da coleta de dados de campo, a análise dos Livros institucionais do Museu, o Livro de Assinaturas e o Livro de Depoimentos dos visitantes. O resgate da história oral e a construção da(s) memória(s) através das lembranças dos pescadores da Maré, dos funcionários e diretores do Museu, além dos depoimentos dos Livros institucionais, é o que procurei delinear articulando a metodologia da história oral à teoria privilegiada em minha pesquisa.

Beatriz Sarlo (2007) e Paul Ricoeur (2007) consideram história e memória dois campos em conflito, pois nem sempre a história acredita na memória, assim como a memória duvida da história, quando esta não coloca no centro os direitos da lembrança. Esta tensão foi vivida ininterruptamente em minha pesquisa, ela é visceral nesse tipo de trabalho.

Sendo assim, segundo Sarlo (id), restaura-se a credibilidade na história oral e no testemunho. Com certeza, nos museus comunitários se tem a predominância do testemunho e da história oral de determinadas comunidades. Ainda segundo Sarlo (id), o testemunho é

importante, há décadas atrás o *eu* levantava suspeitas enormes, no entanto atualmente pode-se usar o testemunho em primeira pessoa, mas exercitando o método crítico.

A memória é relacional e afetiva, já a história costuma ser mais distante e inteligível segundo Sarlo (id). Porém, nas últimas décadas assistimos a um crescimento da micro-história e das histórias orais mostrando que a história se aproximou da memória.

Para estudar identidade trabalhamos com Hall (2001), Cuche (1999), Castells (1999) e Silva (2000) e podemos perceber várias semelhanças e algumas diferenças nas propostas conceituais dos mesmos sobre identidade.

Hall (2001) nos chama atenção para a construção da identidade cultural na chamada modernidade tardia. Para isso o autor apresenta a mudança do conceito de sujeito e identidade a partir da década de 60 no século XX. Defende a posição que as identidades estão sendo descentradas, apesar deste ser um processo complexo, ainda pouco decifrado. Desenvolve sua reflexão considerando a fragmentação nas sociedades atuais.

Um outro olhar sobre a discussão das identidades culturais é a compreensão de Cuche (1999) que estabelece uma relação direta entre as noções de cultura e identidade. Para ele, a cultura “pode existir sem a consciência de identidade” (id: 176), porém uma identidade cultural, evidentemente não pode existir sem um sistema cultural. A identidade cultural, por sua vez, é compreendida através de processos conscientes de vinculações classificados por oposições binárias. A noção de identidade, portanto, está relacionada à noção de cultura. Além disso, dialogando com ele percebemos que devido à dimensão mutável da identidade, o indivíduo lança mão de estratégias de identificação, que dependem da situação social, relação de força entre grupos etc. As fronteiras são mutáveis, logo os deslocamentos de fronteira podem ser provocados por mudança de situação social, econômica ou política. Para Cuche (id), assim como para alguns dos outros autores focalizados, não existe identidade cultural em si mesma definível.

Com Silva (2000) percebemos que identidade e diferença são parte de um todo. Além de construções sociais, elas são partes de um processo, não há como conceituar identidade sem se falar de diferença. Esse autor enfatiza que a identidade é instável, contraditória, fragmentada,

inconsistente, inacabada. Porém, deixa registrado que identidade e diferença são processos de produção social, por isso envolvem relações de poder, estando ligadas a sistemas de representação.

Dialogando com Castells (1999) identificamos que, apesar do autor ter contribuído para nossa reflexão sobre identidade cultural, temos alguns questionamentos quanto ao posicionamento de Castells com relação aos papéis sociais que, em nossa opinião, podem constituir identidades culturais próprias. Muitos dos exemplos citados por ele podem constituir fontes de significados para os atores sociais que representam esses papéis. Hall (2001 p. 32) desenvolveu um estudo sobre representações sociais na vida cotidiana e considera a vivência dos papéis sociais como um processo de descentração da concepção essencialista de identidade cultural. Logo, consideramos que a vivência de diferentes papéis sociais possa significar, muitas vezes, a vivência de múltiplas identidades culturais.

“Marés das memórias” ou “memórias das marés” no Museu da Maré?

Retomaremos as interrogações colocadas na introdução à luz da teoria e dos dados encontrados no trabalho de campo.

Quanto às questões levantadas - *O que é um museu comunitário? Museu comunitário e ecomuseu são sinônimos?* – nos deparamos com divergências entre alguns autores, para Varine (2005) ecomuseu e museu comunitário são a mesma coisa, já para Chagas (2000) e outros, são diferentes, pois o ecomuseu envolve além do patrimônio e protagonismo comunitário, a existência do território físico propriamente dito. Desse modo, concordo com Chagas e entendo ser o Museu da Maré um significativo exemplo de um museu comunitário, o que nada o impede de vir a se desdobrar num ecomuseu, caso o espaço geográfico de seu território mais amplo venha a ser incorporado às delimitações do seu espaço museológico atual.

As nossas reflexões sobre *Como e por que surgem os museus comunitários no Rio de Janeiro? Em que contexto?* levaram-nos a analisar que algumas comunidades populares, como a Favela da Maré e outras, que sofrem há muito tempo, ou melhor, quase sempre, um enorme

descaso do poder público e da sociedade em geral, passaram a se organizar e reivindicar através do movimento social melhores condições e qualidade de vida, isto estende-se também, aos bens culturais. Tais museus surgem num contexto brasileiro de maior democratização da luta social e política a partir da década de 80 pelos acessos aos bens básicos do cidadão, inclusive as práticas culturais. Os museus comunitários surgem na esteira das reivindicações dos movimentos sociais liderados pelo protagonismo comunitário.

De certa forma isto já nos encaminha a responder a nossas outras inquietações, ou seja: *Como foram construídos? A comunidade participou da seleção dos objetos/ fatos históricos que desejam lembrar ou esquecer?* No caso do Museu da Maré, como um museu comunitário, encontramos a participação da comunidade em diversos momentos desde sua criação. Se por um lado, jovens moradores da região da Maré fundaram o CEASM (Centro de Ações Solidárias da Maré) e a Rede de Memória, que vêm a dar origem ao Museu da Maré, este também foi por eles criado; por outro lado, encontramos a presença da comunidade em geral não só na sua criação, doando objetos e auxiliando na mesma, como comprovamos na participação de antigos moradores e lideranças locais.

Além disso, em nossas observações de campo nos deparamos a todo o momento com a frequência da comunidade num entra e sai de crianças e adultos no Museu, desde os cursos oferecidos, bem como a presença assídua das crianças às rodas de leitura e à Biblioteca Elias José. Os moradores também estão presentes nas palestras, cinema, visitas de escolas da redondeza às exposições permanente e temporárias, aos eventos como “Maré de Samba” etc.

Assim sendo, a primogenitude do Museu da Maré se dá não por ser um primeiro museu de favela do Brasil, mas por ser o primeiro museu de favela criado pela população local, onde há de fato um protagonismo comunitário, como nos confirma o trecho de Chagas & Abreu (2007) abaixo:

A novidade, no entanto, não residia no fato de o Museu da Maré ser o primeiro museu criado dentro de uma favela. Em 1996, por exemplo, foi criado o Museu da Limpeza Urbana – Casa de Banhos Dom João VI, situado no bairro-favela do Caju, [...]. Todavia, tanto o Museu da Limpeza Urbana, administrado pela Companhia de Limpeza Urbana – Comlurb como no projeto Museu ao

Ar Livre do Morro da Providência, administrado pela prefeitura, não são as comunidades locais que estão no centro dos interesses, das discussões e das ações administrativas e gerenciais. O que a imprensa de modo singelo sublinhava não era a primogenitura de um museu dentro de uma favela, mas a primogenitura de um museu sediado numa megafavela, construído e administrado pela comunidade local, que trataria de temas locais e universais [...]. (id: 131)

Simultaneamente a essas questões, constatamos a preocupação com a narração da história e da construção das memórias locais, não só na exposição museológica permanente, como no material analisado das falas e depoimentos das entrevistas de seus diretores e funcionários. Nesse rico material coletado em campo encontramos por parte de seus diretores e funcionários a intenção e busca de uma “memória feliz” (RICOUER, 2007), ou seja, na construção de uma memória justa, de uma memória que insiste em se fazer presente na “contramão” da história oficial, valorizando a luta e resistência daquelas comunidades da Maré em prol não só de sua sobrevivência - quer aterrando os alagados, quer construindo suas casas de alvenaria ou sonhando com o exercício de uma cidadania mais plena.

As reflexões acima sobre as memórias construídas e histórias narradas no Museu da Maré nos levam a outros questionamentos que me propus neste trabalho, como: *Que conceito(s) de identidade(s) eles representam? Será que esses museus representam de fato a(s) identidade(s) presentes naquela(s) comunidade(s), ou apenas a identidade dominante no local? A(s) comunidade(s) se sentem representadas nesses museus?* Essas perguntas “engessadas” são escorregadias e perigosas, mas procurei desvelá-las gradativamente e com cautela. Primeiramente ficou claro que o Museu da Maré não pretende representar todas as comunidades da Maré plenamente, assim como poderíamos afirmar que o Museu Nacional também não representa todo o Brasil, mas uma narrativa possível entre outras.

Os diretores e fundadores do Museu da Maré deixam claro nas entrevistas a intenção de valorizar a história local e memórias construídas, a fim de provocar uma reflexão que envolve a vida deles e dos outros, destacando alguns elementos: a luta pela terra, pela moradia, a questão da violência hoje. Aspectos que podem perpassar a maioria das comunidades cada qual do seu jeito e dependendo de se sua história. De certa forma, os 12 tempos temáticos do Museu

representam esses elos entre as comunidades. Ao estudarmos a história de cada comunidade da Maré (Vieira, 2008), fica claro o que Silva (2006) nos mostra como sendo o tecido social e histórico que compõe o mosaico com nuances diferenciadas desde a origem da formação do bairro da Maré. Portanto, seria impossível representar todas as identidades locais, ou fixá-las numa identidade dominante na região. Um dos diretores do Museu da Maré afirma em sua entrevista que os objetos do Museu são como “as palavras geradoras” de Paulo Freire, dinamizadoras de lembranças e sentimentos de busca de si e do outro. O Museu entrosa identidades e alteridades num jogo contínuo e transformador de identidades, capaz de emocionar seus visitantes.

O Museu da Maré não se quer um museu de “gueto”, deseja dialogar com a cidade, o país e o mundo de acordo com seus dirigentes e seu site institucional. Confirmamos esta intenção na análise dos Livros de Assinaturas e de Depoimentos dos Visitantes, nos quais nos deparamos com diversas assinaturas de alunos de escolas municipais da região, de moradores do Timbau ou da Baixa do Sapateiro, por exemplo, e declarações de estrangeiros enaltecendo e se identificando com vários objetos museológicos.

Entendo que o Museu da Maré traduz as narrativas modernas na busca por identificações e legitimação dos processos sociais e na constituição de identidades plurais.

Ricoeur (2007) nos fala das lembranças e dos esquecimentos, do que queremos lembrar e esquecer, Pollack (1989) também. *Quais são os “silêncios” da história daquelas comunidades não representados naquele (s) museu(s)?* Com certeza todo o trabalho de memória envolve sua tensão com a história, e são os esquecimentos que possibilitam a sua reescrita da história, o devir (Ricoeur, id). Ao mesmo tempo em que vários pescadores foram entrevistados e em seguida, conheceram o Museu da Maré, se emocionavam ao verem as fotos antigas de seus “barraquinhos”, ao entrarem na palafita etc. Isto também fica registrado no Livro de Depoimentos quando alguns moradores “reclamam” porque queriam mais fotos de suas comunidades e não viram, ou algo semelhante. Porém, é dialeticamente isto o que permite a sua própria renovação, a sua reinvenção, o seu dinamismo, a sua recriação!

Por fim, nos deparamos com o eixo nodal de nossa tese, ou seja, as questões sobre educação propriamente ditas relacionadas a memória e identidade, são elas: *O Museu da Maré possui preocupação com programa educativo auxiliando no fortalecimento identitário? Qual o caminho educacional escolhido pelo(s) museus comunitário(s) para a exposição museológica? Como é a sua prática pedagógica museal? Esse tipo de prática educativa facilita a democratização do acervo e o fortalecimento de identidades de resistência?* Observamos que o Museu da Maré constrói estratégias de possível fortalecimento identitário tanto dos pescadores, quanto de outros sujeitos coletivos da região da Maré, tendo em vista se configurar como um museu comunitário nascido do movimento social, em que diversos de seus objetos suscitam- nos lembranças que emocionam ... Além disso, o Museu da Maré apresenta uma linguagem museológica com referências da história local e permite que seus visitantes reflitam sobre as mesmas, se envolvam e construam memórias locais possibilitando fortalecimentos identitários. Sendo assim, percebemos e visualizamos que a dimensão educativa do Museu da Maré se faz presente desde sua exposição museológica até aos cursos lá oferecidos à comunidade e outras atividades já descritas neste trabalho. Se através de todas essas atividades seus visitantes e usuários transformam suas subjetividades e modificam suas identidades (Silva, 1999), o Museu cumpre mais uma vez essa dimensão fundamental como um espaço não formal de educação por excelência. Entendemos que também é, muitas vezes, um espaço informal de educação através das redes educativas do cotidiano que perpassam todo aquele universo cultural.

Sendo assim, voltamos às nossas primeiras indagações: *Como e para que as comunidades populares constroem museus comunitários e ecomuseus? A construção dos museus comunitários pode fortalecer identidades nas comunidades locais nas quais se inserem?* Devemos deixar claro que nosso estudo de caso refere-se ao Museu da Maré e seu contexto, porém, entendemos que alguns eixos podem perpassar outras realidades de outros museus comunitários em linhas gerais e vários desses ângulos já foram respondidos acima. A título apenas de confirmação, no nosso entendimento o Museu da Maré é um museu comunitário e se faz comunitário, na medida em que foi criado e tem a participação cotidiana

do movimento social e da comunidade local. Porém, uma das questões cruciais em nosso estudo é o fato de que ser comunitário não garante uma gestão democrática como nos alerta Chagas (2000). A memória pode ser libertadora ou dominadora depende do uso que fizermos dela. Entendemos que é necessário que os moradores da Maré se sintam contemplados, protagonistas daquela história narrada não só na exposição museológica permanente, mas também, nas histórias narradas e peças montadas baseadas nos *Contos e Lendas da Maré* e em outras ações museológicas, como confirmamos nos diferentes dados coletados.

Entendemos assim, que museus são espaços de representação do outro e de grande potencial educativo, além de guardiões e divulgadores de culturas e ideologias de grupos sociais específicos.

Por fim, a Nova Museologia nos traz novos conceitos de museu, alargando suas fronteiras tradicionais como nos afirma Aquino (2004). O Museu da Maré, como um representante dos museus comunitários, gera visões “de nós e dos outros” estabelecendo um jogo sutil e constante entre identidades e alteridades em suas memórias construídas e histórias narradas que possibilitam fortalecimentos identitários de resistência e de projeto, como nos afirma Castells (1999), tendo em vista valorizar as memórias locais e ressignificar a história da região, fatos que sem dúvida nenhuma podem favorecer o empoderamento das comunidades da Maré em suas lutas políticas, sociais e culturais. Enquanto o Museu da Maré atuar nessa tensão entre o “nós e o outro”, ele se faz cotidianamente comunitário e referenciado na coletividade como um importante “lugar de memória”, possibilitando a reconstrução do passado e a transmissão de valores, práticas sociais e culturais, logo de identidades por extensão.

O Museu da Maré nos traz também a história da pesca na região, a Maré e suas comunidades pesqueiras existentes até hoje à beira da Baía de Guanabara. Diversos objetos museológicos nos incitam e falam da água, das marés, dos “tempos dos pescadores”, elementos vivos dos tesouros históricos ali guardados, também “guardiões da memória”, de saberes, de sabedorias para a vida... Eles, pescadores, que tanto nos encantaram nessa trajetória nos mostrando como essas memórias e saberes se perpetuam nas redes educativas do cotidiano. Construir as memórias muitas vezes esquecidas desses pescadores é um dever, uma necessidade

jurídica, moral e política (SARLO, 2007), como afirmo em minha tese e que também está posta no Museu da Maré. Também, nos deparamos com a constatação de que essas redes educativas do cotidiano emergem no universo cultural do próprio Museu da Maré, embora possam se assemelhar a algo aparentemente invisível, mas presentificado de forma sutil e atuante.

Silva (1999) afirma que “educar é transformar subjetividades e produzir identidades” e foi justamente isso que nós encontramos nos desdobramentos das diversas ações do Museu da Maré. Os Livros de Presenças e Depoimentos nos mostraram claramente que de visitantes alguns tornam-se usuários, tal a frequência com que vão ao Museu, especialmente as crianças e adolescentes. Raramente encontramos depoimentos negativos, fazendo críticas ou questionando aquele trabalho, muitos se emocionam, se vem refletidos nas memórias ali construídas e ressignificadas.

Para concluir, paradoxalmente, “abrimos” com algumas questões instigantes sobre o futuro dos ecomuseus, que nos são colocadas por Varine - mas que vão para além da nossa pesquisa, se constituindo como reflexões sobre o futuro - “as marés vindouras...”, e que imagino podem ser pensadas sobre os museus comunitários também Varine (1995) nos fala que o chamado fracasso de alguns desses museus deveriam ter outro nome, porque há várias possibilidades de se terminar o processo dinâmico de construção de um ecomuseu: o ecomuseu pode desaparecer após preencher sua função social, pode tornar-se uma ação política, educativa etc; pode se institucionalizar e tornar-se um museu clássico emanado da comunidade; ou transformar-se num outro processo, igualmente de natureza museológica, mas muito diferente porque adaptado a uma nova geração (entrevista de Hugue Varine a Mário Chagas, *Cadernos de Museologia* Nº 5, 1995). Logo, *Quais serão os fluxos vindouros das “marés” no Museu da Maré?*

Referências bibliográficas

AQUINO, Ricardo. Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea: da coleção à criação. In: **MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: **Site:www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas**. 2000.

_____. Museu, Memórias e Movimentos Sociais. In: **Museus Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**. Revista Museu. 2008. ISSN 1981-6332

_____. & ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: **MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo : EDUSC, 1999.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

POLLACK, Michel. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. No 10, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VARINE, Hugues de. “A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972”. In: Araújo, Marcelo M. e Bruno, Maria Cristina O. (orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, 1995 (mimeo).

_____. “O museu comunitário é herético?”. In: **Jornal Quarteirão**- no 67, Maio/Junho 2006. Rio de Janeiro: p. 12-15. Disponível em **www.interactions-online .com** – março/abril, 2005.

VIEIRA, Antonio Carlos Pinto. **Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2008.

História e bibliografia: o que pode nos dizer a materialidade dos textos?

*Henrique Bueno Bresciani**
*Hilton Tonussi de Oliveira**

Na década de 1980, Robert Darnton (cf. 1982) argumentou que a interdisciplinaridade estava na própria gênese de uma disciplina que se consolidava no meio acadêmico como *história do livro*. Áreas do conhecimento como a Sociologia e a Crítica Literária transitavam por esta dita “terra de ninguém” com metodologias e temáticas próprias. O objetivo deste artigo é explorar os diálogos, mas também os limites, que podem ser estabelecidos entre a História e um destes campos do conhecimento: a Bibliografia.

A *história do livro* engloba pesquisas historiográficas das mais variadas, que no entanto tomam o livro como problema central de suas investigações. O livro, por si só, é problemático na medida em que pode assumir diferentes significados. Afinal, quando nos referimos a ele, nós o concebemos como um artefato (p. e., o codex) ou como uma produção intelectual, ou seja, a escrita de uma obra que existe em um plano abstrato?

Na França, um importante marco para estes estudos desenvolveu-se no interior da Escola dos Annales com a obra de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre publicada em 1958 e intitulada *L'apparition du livre*. As preocupações centrais dos autores expressas nesta produção dizem respeito ao conhecido projeto de uma história socioeconômica dos Annales. O trabalho de Febvre e Martin parte de uma análise das condições materiais e técnicas de produção do livro impresso na Europa do século XV ao XVIII com o intuito de examinar as transformações originadas por seu aparecimento na cultura europeia.

Desde esta obra referencial novas metodologias e temáticas vêm sendo formuladas por pesquisadores que tomam o livro como objeto de estudo. Os trabalhos em História Cultural, fundamentados na tradição construída pelos historiadores dos Annales, redirecionaram o foco de interesse aos seus aspectos simbólicos, lançando luz sob problemas como a recepção dos textos, as práticas de leitura e a construção de significados, entendida nesta perspectiva como

* Alunos do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina da linha História e Linguagens.

resultado da interação de diferentes instâncias. Paralelamente a isso podemos também constatar que a *história do livro*, apesar de ser mais recorrente, não aborda de maneira exclusiva o livro impresso, estudando também manuscritos, jornais, panfletos e mais recentemente os *e-books*. Os diferentes formatos dos escritos, salientam alguns pesquisadores, transformam as práticas de seus autores e de sua publicação. Tais “[...] processos que dão existência à escrita em diversas formas, públicas ou privadas, efêmeras ou duradoras, tornam-se assim o próprio material para a invenção literária” (CHARTIER, 2006: 16).

Apesar da preocupação sobre a constituição física do livro e suas técnicas de produção figurar já nos estudos desenvolvidos na década de 1950, podemos considerar que tal perspectiva adquiriu maior relevância nas pesquisas elaboradas a partir da década de 1980. A posição de Chartier, expressa em diferentes publicações, é bastante clara a este respeito e o historiador é enfático ao afirmar que o suporte no qual os textos se inserem é fundamental para a sua análise. Em *Textos, impressão, leituras*, ensaio publicado em *A nova História Cultural*, livro que por sinal teve como principal propósito reunir recentes abordagens e problemáticas historiográficas, Roger Chartier procurou formular diretrizes para uma *história da leitura*. O historiador questionava nesta ocasião os fatores que possivelmente tornavam os textos sujeitos a tantas possibilidades interpretativas. Propôs, nesse sentido, que conjuntamente ao texto e às práticas que dele se apropriam, a resposta fosse buscada também em suas formas materiais.

Fornecendo exemplos de casos já estudados por ele, tais quais a publicação de peças teatrais de Molière e a *Bibliothèque Bleue*, Chartier demonstrou como as modificações operadas pelo processo de edição contribuem para a transformação de status das obras, seu regime de circulação, bem como para a sua adaptação a determinados hábitos de leitura. Com isso, o autor demonstrou a possibilidade de indagar uma série de características dos textos, em seus mais variados suportes, que muitas vezes são obliteradas pelos pesquisadores: formato, diagramação, qualidade do papel, a fonte, mas também notas ao leitor, prefácios, indicações cênicas, entre outros. Além disso, ele justificava esta investida no problema da materialidade como uma maneira de se distanciar de uma concepção abstrata de texto:

Em contraste com a representação do texto ideal e abstrato – que é estável por ser desvinculado de toda materialidade, uma representação elaborada pela própria literatura – é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do

suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até o seu leitor (CHARTIER, 1992: 220).

Com o olhar dirigido à materialidade textual, novos agentes adquirem maior relevância na *história do livro*, rompendo desta forma a exclusividade com a qual frequentemente o autor era abordado pela crítica literária, ou o leitor evidenciado pelas pesquisas conduzidas na esteira da *estética da recepção*. As possibilidades e mesmo as utilidades em se investigar outros agentes históricos são apontadas em alguns artigos de Robert Darnton. No já citado texto publicado em 1982, o historiador defendeu que os livros fossem analisados por uma perspectiva holística que buscasse entender como eles surgem e se propagam pela sociedade.

Em outra ocasião, Darnton informou que a sua experiência de pesquisa nos arquivos da *Société Typographique de Neuchâtel* foi de grande importância para que ele desenvolvesse seu interesse em estudar os livros em um contexto mais amplo. Ao notar a existência de uma infinidade de correspondências entre os mais diversos indivíduos participantes do processo de produção e disseminação dos livros no século XVIII, o historiador propôs uma postura investigativa que questionasse a maneira como tais processos estão interconectados e se influenciam (cf. DARNTON, 2008).

Dentro desta formulação ele demonstrou a possibilidade dos estudos direcionarem a atenção à instância da edição, tendo como seu principal agente o editor, e também à produção gráfica dos livros, neste caso desempenhada por tipógrafos e impressores. Sendo assim, é possível constatar que ele compartilha com Chartier a posição de que a análise dos suportes e dos mecanismos de produção pode ser útil ao estudo de diferentes objetos impressos.

A fim de orientar o historiador nesta empreitada, ambos consideram pertinente o estabelecimento de um diálogo com a área da Bibliografia. Apesar de sua pequena projeção no cenário acadêmico nacional, esta disciplina tornou-se mais influente em universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos ao especializar-se nas técnicas de produção do livro com o intuito de elucidar sua transmissão.

Bibliografia: História, conceitos e métodos

Durante as décadas de 1910 e 1930, Walter Greg e R. B. McKerrow participaram ativamente do processo de consolidação da Bibliografia no meio acadêmico. O termo vem do grego *βιβλιογραφία* (*bibliographia*), que significa “escrita do livro”. Em *An introduction to bibliography for literary students* (1927), livro que se tornou um importante referencial para a disciplina, McKerrow procurou demonstrar como a transmissão dos textos – especialmente dos textos literários da Inglaterra do período elisabetano e do jacobino – poderia ser afetada pelos processos de impressão. Para isto, o autor procurou compreender a sua transmissão explicando os estágios de produção do livro e descrevendo as práticas de impressão do período estudado. Tratava-se de analisar a trajetória pela qual os livros foram impressos e postos, assim, perante a opinião pública.

No entanto a análise bibliográfica não se restringia à descrição das práticas, técnicas e dos recursos materiais que envolvem a produção do livro. A preocupação primordial do bibliógrafo era determinar as configurações de um texto – as técnicas de edição – mais adequadas a cada obra. Tal abordagem visava encontrar/construir um texto ideal, o qual o bibliógrafo ao analisar as alterações que a obra sofreu em seu processo de publicação, compilaria o texto tal como pretendia o seu autor. Para isto, era necessário analisar meticulosamente o manuscrito original e diversos exemplares de diferentes edições a fim de distinguir a obra em sua essência dos acidentes/erros que deformaram ou corromperam o texto. É por esta razão que frequentemente o ofício de bibliógrafo era desempenhado por indivíduos que também editavam textos antigos.

Diferentemente da bibliografia enumerativa que é dedicada às listas de livros, a descritiva ou analítica conquistou novos territórios durante as décadas de 1940 e 1950 graças aos esforços dos bibliógrafos – entre eles, Greg e McKerrow – em formular novos métodos e conceitos. Estudar o complexo processo de produção do livro não se restringia à sua compreensão enquanto objeto material, mas também como produção literária. Neste período, a

Bibliografia

[...] tornou-se um requisito nos programas de doutorado em muitos departamentos de língua inglesa. Em conjunto com a filologia e outras habilidades profissionais, os alunos aprendiam a reconhecer formatos, cotejar assinaturas, detectar correções, distinguir fontes, investigar marcas-d'águas, analisar ilustrações e identificar encadernações (DARNTON, 2010: 149).

No entanto, os estudos sobre literatura influenciaram-se por uma forte inclinação de desvincular a produção literária do suporte em que é impressa. A Bibliografia passaria a ser percebida no meio acadêmico como uma disciplina útil apenas à edição de textos antigos, sem promover grandes contribuições para a compreensão literária.

Com o desenvolvimento de novas tendências em diversas áreas do conhecimento (História, Estudos Literários, Filosofia) as pesquisas sobre as produções literárias perderiam o interesse pela Bibliografia. No entanto Philip Gaskell compreendia que o diálogo entre os bibliógrafos e outros pesquisadores ainda voltaria a ser frutífero. A Bibliografia abriria novas possibilidades de estudo para os pesquisadores. Ainda que “enraizada” nos princípios e métodos bibliográficos da primeira metade do século XX, a obra de Gaskell *A new introduction to Bibliography* (1972) seria – e continua a ser – utilizada como referencial para a análise material e de produção das obras impressas por estudiosos que têm o livro como objeto de estudo.

Precursor de uma nova Bibliografia, Donald Francis McKenzie elaborou e ofereceu novos propósitos e *insights* ao estudo bibliográfico, que a seu ver se situaria entre a compreensão literária e a histórica dos textos. No entanto o que McKenzie propunha não era uma cisão com os métodos bibliográficos já consolidados, mas a inserção de novos questionamentos que deveriam dialogar com os pesquisadores da disciplina.

Em 1957, Donald F. McKenzie deixou a Nova Zelândia, sua terra natal, com sua mulher e filho para estudar em Cambridge. Na universidade inglesa ele entrou em contato e consolidou laços de amizade com Philip Gaskell, que durante a década de 1950 orientou a tese de doutorado de McKenzie sobre a editora da instituição. De sua tese surgiu *The Cambridge University Press, 1696-1712* (1966), uma obra de dois volumes saudada pelo rigor da análise bibliográfica. McKenzie investigou a organização e a política da editora, conciliando os detalhes bibliográficos às produções impressas, além de ter transcrito toda a documentação conservada: os registros formais das decisões tomadas pela gráfica, os balanços anuais de folhas e os inventários semanais dos mais diversos equipamentos requisitados. Através desta

documentação, McKenzie pôde perceber que a editora da Universidade de Cambridge funcionava sem seguir um padrão consistente de produção. Os exemplares eram impressos conforme as necessidades de entrega; uma obra volumosa, que demandava mais tempo para ser concluída, poderia ser interrompida várias vezes para que outro documento que exigisse certa urgência pudesse ser impresso dentro do prazo. Ao explorar essa prática dos tipógrafos, McKenzie colocava em dúvida muitos dos estudos da Bibliografia Textual baseados no exame de exemplares únicos. Nestes trabalhos os pesquisadores desenvolviam teorias, as quais identificavam indivíduos “imaginários” como Tipógrafo A, B ou C. No entanto ao destacar enfaticamente a irregularidade de produção das gráficas, McKenzie ressaltava a importância de se levar em conta a *produção simultânea*¹ para o estudo bibliográfico: ao invés da análise se restringir a apenas um exemplar da edição, o bibliógrafo utilizaria a produção inteira da gráfica (Cf. DARNTON, 2010; MCKITTERICK, 2010).

Em sua obra sobre a gráfica da Universidade de Cambridge, McKenzie demonstrou, através da documentação da empresa e pela análise bibliográfica dos exemplares produzidos por ela, a irregularidade de produção dos trabalhadores da gráfica, o que de modo geral era visto pelos bibliógrafos como uma atividade regular e consistente. Sobre esta questão, alguns estudiosos criticaram as afirmações de McKenzie ressaltando que a Cambridge University Press era uma editora pequena e não poderia ser utilizada como arquétipo para as grandes gráficas inglesas do período. Em *Printers of the mind*, o bibliógrafo neozelandês buscou comprovar sua tese sobre a *produção simultânea* através da documentação de William Bowyer, proprietário de uma grande gráfica londrina do século XVIII, a qual McKenzie encontrou registros e vestígios de que a prática de *produção simultânea* não era apenas recorrente entre os trabalhadores da mesma gráfica, mas também as próprias editoras compartilhavam e colaboravam entre si na produção dos impressos.

Entre os bibliógrafos, alguns compreenderam o posicionamento de Donald McKenzie em se ressaltar a importância da utilização de um método de análise que não se limitasse aos

¹ Charlton Hinman, bibliógrafo shakespeariano, foi o primeiro a utilizar a expressão *produção simultânea* ao analisar em sua obra *The printing and proof-reading of the First Folio of Shakespeare* (1963) todo o processo de impressão do primeiro fólio de Shakespeare. Hinman destacou a existência da prática dos tipógrafos em imprimir diversas obras paralelamente, porém essa ideia foi mais bem desenvolvida por McKenzie.

estudos de exemplares únicos, mas, quando possível, abarcasse toda a produção da gráfica estudada, como uma tentativa de deslegitimar os trabalhos bibliográficos anteriores. Pensamos que este não era o propósito de McKenzie, tanto que em 1959 publicou um artigo intitulado “*Compositor B*” role in *The Merchant of Venice*, na qual ele fez uma análise meticulosa sobre a intervenção do Tipógrafo B durante o processo de impressão do *Mercador de Veneza*, obra de Shakespeare. Não se tratava de negar toda a tradição da Bibliografia. No entanto, McKenzie (2002: 14) percebera a necessidade de mudança:

Nossa ignorância sobre as condições das gráficas nos séculos XVII e XVIII nos deixou desastrosamente livres para inventá-las de acordo com a necessidade; e às vezes nós agravamos nossos erros dando falsos ares de precisão ‘científica’ às nossas conclusões.

Darnton chegou a classificar o neozelandês como um “herege” da Bibliografia Ortodoxa. “Donald F. McKenzie, era especialmente ameaçador para a velha guarda, pois era capaz de derrotar seus melhores representantes em seu próprio território” (DARNTON, 2010: 15). Suas heresias, entretanto, contribuíram não só para o desenvolvimento do método de análise bibliográfico, mas também trouxeram novos horizontes para a compreensão literária.

Com o livro *Bibliography and the sociology of texts*, fruto de uma série de conferências realizadas por D. F. McKenzie na *British Library* em 1985, podemos nos aproximar de alguns conceitos e métodos propostos pelo autor. Na primeira de suas palestras ele procurou definir o que seria a Bibliografia e debater em seguida as relações que poderiam ser estabelecidas com outras disciplinas. Remetendo-se à ortodoxia acadêmica, McKenzie observou que a Bibliografia tradicional assumiu como um importante pressuposto a ideia de que os signos textuais não deveriam ser interpretados. Ao referir-se à clássica definição de Walter Greg², que atestava justamente que a problematização dos significados não era incumbência dos estudiosos da área, o autor argumentou que tal percepção era amplamente partilhada no momento em que realizava sua exposição, e, além disso, ela servia à reivindicação de cientificidade dos métodos da Bibliografia.

² “[...] what the bibliographer is concerned with is pieces of paper or parchment covered with certain written or printed signs. With these signs he is concerned merely as arbitrary marks; their meaning is no business of his.” GREG, 1966: 247 apud MCKENZIE, 2004: 9.

McKenzie demonstrou-se nitidamente contrário a tal formulação, demarcando sua posição de que a disciplina não poderia resumir-se à descrição material dos livros e servir ao único propósito da edição. Ele também discordava desta definição por ela não permitir um diálogo profícuo com a História, preterida em favor da Semiótica. Entretanto, a História, principalmente a História Cultural, bem como outras disciplinas que tomavam o livro como objeto de estudo, demandavam da Bibliografia novos conhecimentos, interpelavam por uma discussão interdisciplinar, e McKenzie temia que ela se tornasse relegada no meio acadêmico justamente por não formular conhecimentos úteis e coerentes aos debates daquele momento. Por outro lado, o autor identificou uma discrepância entre a maneira como a disciplina era definida tradicionalmente e como eram conduzidas as pesquisas na prática. Em detrimento de limitarem-se a produzir uma descrição da produção material dos livros, os pesquisadores incluíam na sua gama de interesses os atores sociais que atuavam neste processo, a esfera da leitura, e também lidavam com o problema da construção de significados.

Sendo assim, McKenzie procurou construir uma definição que se adequasse melhor à disciplina da maneira como ela já vinha sendo praticada. Propôs que a Bibliografia estudava textos, entendidos sempre na condição de estarem inscritos em algum suporte. Partindo deste pressuposto, ao bibliógrafo caberia analisar seu processo de transmissão, incluindo aí a produção e a recepção.

Além disso, contrariando a tradição, argumentou que era uma das tarefas dos pesquisadores demonstrar que as formas tem o poder de afetar a produção de sentido. Era justamente este argumento que ele procurou desenvolver em seu conhecido estudo sobre os textos teatrais de William Congreve intitulado *Typography and meaning*. Ao analisar as transformações da edição de 1710 em relação à de 1690 ele demonstrou que as alterações tipográficas – como por exemplo a introdução de indicações cênicas, alterações do espaçamento, diminuição do formato – transformaram o *status* da obra, tornando-a inclusive um modelo clássico para a publicação de peças teatrais do período. Ao elaborar estas reflexões o autor não negou os trabalhos de seus predecessores, demonstrando inclusive certo receio em falar de uma virada paradigmática. McKenzie considerou todo o saber acumulado sobre a constituição material dos livros e sua produção técnica como um conhecimento extremamente

relevante produzido pela Bibliografia, mas não pensou ser este o objetivo principal ao qual ela deveria se dedicar.

Sua intenção foi a de introduzir, paralelamente à transmissão técnica dos textos, o estudo de sua transmissão social. E é exatamente esta sua vontade de investigar a agência humana em conjunto com o problema da materialidade que o levou a descrever a Bibliografia como o estudo da “sociologia dos textos”. Por textos, o autor referia-se não apenas aos manuscritos ou aos impressos, mas a toda uma gama de suportes: registros verbais, visuais, orais e mesmo virtuais. Já com sociologia, McKenzie procurou enfatizar a existência de uma multiplicidade de realidades sociais nos processos de transmissão dos textos, argumentando ser fundamental levar em conta a série de motivações e interações que os envolvem.

Territórios acadêmicos: intersecções entre a história e a bibliografia

Ressaltamos que durante a escrita deste artigo constatamos que a expressão história dos livros é utilizada com diferentes sentidos. Uma primeira acepção de caráter abrangente é frequentemente empregada para designar uma série de pesquisas de departamentos distintos que tomam o livro como objeto de estudo. Entretanto, destacamos que a utilização do termo pelos historiadores possui um significado mais preciso. Refere-se sobretudo aos trabalhos precursores de um novo campo de estudo explorado pela Escola dos Annales denominado de *histoire du livre*, e os debates e reformulações que se sucederam a partir deles, notadamente aqueles elaborados pela História Cultural.

À medida que os historiadores do livro deixaram de compreendê-lo como produto abstrato e mero fruto intelectual do autor, e incorporaram a esta análise a investigação sobre o suporte de impressão, Chartier propôs o diálogo entre a História e a Bibliografia. Consideramos que tal diálogo tornou-se profícuo devido ao fato de ambas as áreas do conhecimento compartilharem determinadas perspectivas. O interesse da História pela cultura, privilegiada atualmente na construção de explicações sobre o mundo social, contribuiu para que os historiadores tornassem-se sensíveis à interpretação dos símbolos. Talvez seja esta predisposição que possibilitou que uma das principais formulações de McKenzie fosse bem

recebida pelos pesquisadores da área. Afinal, ao sugerir que as formas textuais têm o poder de afetar a construção de sentido, o bibliógrafo neozelandês fundamentava-se no pressuposto de que os signos deveriam ser interpretados justamente em sua dimensão simbólica.

Apoiada na tradição bibliográfica, a “sociologia dos textos” coloca a tônica sobre a materialidade do texto e a historicidade do leitor com uma dupla intenção. Trata-se, por um lado, de identificar os efeitos produzidos sobre o estatuto, a classificação e a percepção de uma obra através das transformações da sua forma manuscrita ou impressa. Por outro lado, trata-se de mostrar que as mobilidades próprias da publicação dos textos antes do século XVIII põem em questão a estabilidade e a pertinência das categorias que a crítica associa espontaneamente à literatura: tais como as de “obra”, “autor”, “personagem”, etc. (CHARTIER, 2006: 36).

A Bibliografia, como formulada por McKenzie, por sua vez, também buscou estabelecer vínculos com a História. Ao frisar a importância de investigar os processos produtivos do livro, as diferentes condições técnicas ao longo do tempo e as edições de um mesmo texto publicado em contextos distintos, ele considerava que toda a Bibliografia era propriamente histórica (Cf. MCKENZIE, 2004: 12).

Entretanto, sempre que se estabelece um diálogo interdisciplinar, emerge conjuntamente o problema da definição das fronteiras. Leslie Howsam identificou o estabelecimento de uma tensão entre praticantes de ambas as áreas do conhecimento. Os bibliógrafos Thomas R. Adams, Nicolas Barker e G. Thomas Tanselle argumentaram que entre os historiadores, principalmente a partir do artigo de Darnton *What is the History of Books?* (1982), iniciou-se uma forte tendência em compreender a Bibliografia como uma mera disciplina auxiliar a História e portanto despossuída de objetivos e problemáticas próprias. Argumenta Howsam (2006: 34):

Assim como Tanselle, eles [Adams e Barker] buscam valorizar o status da bibliografia como disciplina acadêmica, e protegê-la daqueles que a relegaram a uma função auxiliar. Eles detectam em Darnton e outros o surgimento de ‘um tom patronal ... sugerindo que o trabalho feito até então não consiste em uma história “real” ou importante’.

Se nos meados do século XX a Bibliografia era questionada enquanto “produtora” de um conhecimento útil às outras disciplinas, nos finais do século Adams, Barker e Tanselle se viam encarregados de ressaltar a sua autonomia no meio acadêmico. Consideramos que tanto a

Bibliografia como a História, apesar de ambas desenvolverem pesquisas sobre o livro, constituem dois saberes específicos, que por sua vez apresentam problemáticas e objetivos próprios. A Bibliografia preocupa-se sobretudo em indagar o processo de transmissão dos textos, de sua produção à recepção, e o seu enfoque recai sobre o livro, questionado em sua materialidade. Já os historiadores abordam o mesmo objeto tendo sempre em mente problemas de natureza histórica, frequentemente perseguidos em outras temáticas. Interessam a eles questões como a agência humana, relações de poder, conflitos e tensões, as transformações de práticas sociais e culturais ao longo do tempo, entre outros. Além disso, os historiadores também tentam compreender o livro como “força histórica”, indagando sobre as transformações geradas em diversas instâncias pela sua larga difusão em diferentes sociedades desde o século XV.

Apesar destas distinções, o diálogo interdisciplinar entre História e Bibliografia parece ser possível, e inclusive bastante útil a ambas as áreas. Desta forma, em contrapartida à citada crítica dirigida a Darnton, vemos que o historiador estadunidense esforça-se em difundir a proficuidade da relação entre o conhecimento produzido pela Bibliografia e pela História. O mesmo esforço observamos nos textos de Roger Chartier; e é especialmente notório o fato do historiador considerar em sua aula inaugural da cátedra “Escrito e culturas na Europa moderna” no Collège de France, pronunciada em 2007, que D. F. McKenzie poderia ou mesmo deveria desempenhar a sua função que se iniciava naquela ocasião.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. A “nova” História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; PESAVENTO, Sandra Jatahy; VELLOSO, Monica Pimenta. (Orgs.). **História e linguagens**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. **Do palco à página**. São Paulo: Casa da Palavra, 2002.

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 24, p. 7-30, 2010.

_____. **Inscrever e apagar**. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. “O que é a história do livro?” revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan.-jun. 2008.

HOWSAM, Leslie. **Old books & new histories**. Toronto: University of Toronto, 2006.

MCKENZIE, D. F. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge: Cambridge University, 2004.

_____. **Making meaning**. Massachusetts: University of Massachusetts, 2002.

MCKITTERICK, David. Donald Francis McKenzie 1931-1999. In: BRABON, Benjamin A.; MCCLEERY, Alistair (Eds.). **The influence of D. F. McKenzie**. Edinburg: Merchiston, 2010.

O tempo histórico e a negociação entre passado, presente e futuro em aulas de ensino fundamental

*Hosana do Nascimento Ramôa**

Esse trabalho faz parte da pesquisa “Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história” coordenada pelo prof. Dr. Fernando de Araujo Penna. Essa pesquisa busca entender, sucintamente, de que maneira o professor opera com o tempo histórico em sala de aula e como a articulação das dimensões temporais de passado, presente e futuro podem propiciar uma aprendizagem significativa em aulas de história da educação básica.

O objetivo dessa comunicação é compreender como o tempo histórico é trabalhado em sala de aula, desse modo, focaremos na concepção de tempo histórico com a qual lida o professor e seu modo de articular as dimensões temporais de passado, presente e futuro (PENNA, 2008), através das análises das próprias aulas acompanhadas.

A pesquisa foi realizada através da observação das aulas de uma turma do sétimo ano e de outra do oitavo ano de um colégio particular na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, durante o primeiro e o início do segundo semestre do ano de 2014. Anotações foram feitas no caderno de campo e as aulas foram gravadas em áudio, inclusive os trechos que serão utilizados nessa apresentação, contudo foi preciso selecionar as partes que interessavam ao nosso discurso.

Diante da experiência de vivenciar essas aulas, verificamos que dentro de sala ocorrem a negociação de múltiplas distâncias que complementam a questão do tempo histórico, como a distância entre o professor e a sua turma e entre os alunos e a história, explicitada por Fernando Penna em seu texto “Negociando a distância entre os professores e entre os alunos: discutindo

* Graduanda em História na UFF

o uso da retórica enquanto um quadro teórico para analisar aulas de ensino médio e fundamental”, e a distância entre o familiar e o desconhecido expresso por Ana Maria Monteiro em seu texto “Entre o estranho e o familiar: o uso de analogias no Ensino de História”.

Apesar das diversas negociações feitas entre o professor e a turma diariamente, discutidas em um artigo apresentado em outro evento (RAMÔA, 2014), o presente texto focará na distância entre passado, presente e futuro com o intuito de compreender as concepções de tempo histórico no ensino de história e como elas podem ajudar na dinâmica da aula garantindo uma aprendizagem significativa, o que não significa que não levaremos em conta as demais negociações. Diante disso, podemos inferir que a negociação do tempo histórico é feita pelo professor através de vários argumentos cuja finalidade é garantir o pleno entendimento por parte dos alunos, tornando a História muito mais próxima para estes. Ao analisar o discurso do professor procuraremos evidenciar como ele constrói esses argumentos que estabelecem uma relação entre as dimensões temporais do passado, presente e futuro.

Ao utilizar os argumentos necessários ao entendimento do aluno acerca do conteúdo, o professor pode se remeter as analogias para facilitar a compreensão, e isso, muitas vezes se refere a uma relação com o presente. Em situações em que tais recursos são utilizados pelo professor, é preciso um cuidado para não cair no anacronismo ou na “transferência de características e atributos indevidos” (MONTEIRO, 2005). Pois uma comparação muito simplificada pode induzir ao aluno a atribuir o mesmo significado a fatos que ocorreram em épocas distintas ou ainda, ignorar as diferenças na temporalidade.

Mesmo que seja necessário atentar para a ameaça apresentada pelo anacronismo, o professor de história pode utilizar as comparações com o presente para facilitar o entendimento dos alunos, como afirma Monteiro, “na história, que é também prática social, realidade vivida, o apelo para a contextualização no presente é extremamente forte e sedutor”. E para tal contribuir no processo de ensino-aprendizagem é de suma importância perceber as diferenças e as semelhanças nos casos escolhidos para comparação. Nas palavras da autora,

Nas similaridades, procura-se identificar as diferenças que possibilitem aos alunos começar a perceber a diversidade das experiências humanas, ao mesmo tempo em que se constroem conceitos, instrumentos de análise para compreendê-las.

Para compreendermos como o professor consegue trabalhar os argumentos e o uso de analogias na dinâmica de sala de aula é preciso levar em consideração o uso da retórica. De acordo com Aristóteles, a relação entre o *ethos* (si) e o *pathos* (outrem) seria realizada através do *logos*, ou seja, de uma linguagem (PENNA, 2008). Assim, pensando ainda os aspectos argumentativo e oratório da retórica, o professor é aquele que se utiliza de uma linguagem para alcançar os alunos. E é com essa linguagem (o aspecto argumentativo da retórica) e com seu relacionamento com a turma (o aspecto oratório) que o professor busca estabelecer através das explicações uma aproximação entre passado, presente e futuro e visa demonstrar a importância do tempo histórico para seus alunos.

Nessa pesquisa atentaremos para o discurso do professor enquanto componente fundamental de uma aula, mas sempre levando em consideração seu diálogo com os alunos e a participação destes para o processo de ensino-aprendizagem. Mais do que utilizar o presente como uma referência para entender um passado que possa ser um pouco distante das concepções dos alunos, a argumentação do professor pode esclarecer sobre a importância de se estudar História e de sua apropriação para pensar o mundo contemporâneo e a vida cotidiana.

Pensando o uso da retórica dentro de sala de aula, a argumentação do professor para estabelecer uma conexão entre as dimensões temporais e o uso de analogias, muitas vezes utilizadas para se chegar a uma aprendizagem significativa, trabalharemos com o conceito de tempo histórico segundo Reinhart Koselleck. Assim, entendemos o tempo histórico como a maneira pela qual o presente histórico articula as dimensões temporais de passado e futuro. O autor faz uso das categorias de “experiência” e “expectativa” para mostrar como estas são condição para as histórias possíveis, em suas palavras,

Experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

De acordo com Koselleck passado e futuro jamais coincidem, de modo que a expectativa não pode ser deduzida integralmente da experiência. As experiências passadas jamais serão totalmente idênticas as experiências futuras, por isso, Monteiro nos adverte do cuidado com as analogias, pois ao correlacionar um fato de séculos, e muitas vezes, lugares diferentes, corremos o risco de igualar situações que são essencialmente distintas. Contudo se fizermos as devidas ressalvas a respeito das semelhanças e diferenças e evidenciarmos o presente histórico na articulação entre passado e futuro, podemos tornar uma aula muito mais interessante para o aluno.

Koselleck trabalha com a metáfora do horizonte, na qual alega que o horizonte é uma linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência que no momento atual, ainda não pode ser contemplado. Na sala de aula, o professor é aquele que propicia aos alunos conhecimentos do passado e do presente, para que estes possam pensar criticamente e formular suas opiniões num momento posterior, contribuindo assim, para o desenvolvimento do raciocínio e para uma aprendizagem significativa . Essa afirmativa pode ser verificada no seguinte trecho de uma aula do oitavo ano, na qual o professor explicava sobre a mudança que ocorreu quando o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser Reino Unido a Portugal.

Professor: Ele eleva o Brasil ao status de Reino Unido, ou seja, o Brasil deixa definitivamente de ser colônia e passa a ser o que? Reino Unido a Portugal.

Aluno: E hoje é o que, professor?

Professor: Hã? Defina você. Eu não tô aqui pra definir o Brasil, eu tô aqui pra te dar ferramentas para que você através de uma reflexão profunda, madura e adulta possa definir o seu papel na sociedade e o Brasil como um todo.

Podemos observar que o professor alega que sua função não é definir o Brasil, mas fornecer os meios para que seus alunos possam pensar e desenvolver sua criticidade e desta

maneira, formular uma proposição futura. Portanto, o professor em questão, trabalha em sala com o passado, nesse caso, seu campo de experiência seria o Brasil no século XIX, buscando através do tempo presente da aula fornecer aos alunos os meios necessários para que estes possam num tempo futuro, analisar o que foi estudado e em contraposição com sua situação atual, serem capazes de refletir, não somente o que seria o Brasil, mas o lugar que ocupam na sociedade. Essa formulação é o horizonte de expectativa do professor, que deseja ajudar seus alunos a desenvolverem o pensamento crítico e maduro.

A tensão entre experiência e expectativa suscita novas soluções, que sempre ocorrem de maneiras diferentes e geram o tempo histórico. Isso nos leva a afirmar que na História ocorrem diversos processos que surgem dessa tensão. Numa aula do sétimo ano sobre a colonização do Brasil o professor mostra a mudança ocorrida na língua, contudo o sentido permaneceu.

Isso é claro gente que a língua não é igual na História. Vocês sabem disso, não sabem? Vocês sabem que no decorrer do tempo a língua muda na História. No início o pessoal falava o que? Vossa mercês. Depois passou a ser vós mercê. Depois passou a ser você. Hoje é vc, quando não é, ei psiu ei!

Notamos nesse trecho de aula que com o decorrer do tempo o modo de se referir a uma pessoa sofreu um processo de mudança, todavia houve uma continuidade no sentido do termo. Tal fato demonstra que a tensão entre experiência e expectativa foi gerando ao longo do tempo novos termos que se adequavam a situação atual. Essa tensão e as novas soluções decorrentes dela podem ser encontradas também em práticas que precisam ser adequadas ao longo do tempo, um exemplo disso ocorreu numa aula do sétimo ano sobre a Reforma Protestante (RAMÔA, 2014).

Professor: Então gente o Concílio de Trento ele não alcançou o objetivo que era tentar reconciliar católicos e protestantes, tudo bem? Mas ele foi importante por algumas reformas. Que reformas foram essas? Vamos trabalhar, posso apagar aqui? [Aluno: Eles faziam as mesmas coisas que hoje?] Algumas coisas eram diferentes, algumas práticas religiosas eram diferentes porque isso tem a ver com o seu tempo. Por exemplo, naquela época

era como se reza em latim. Latim é uma língua bem antiga, por exemplo, eles não falavam Pai nosso que estás no céu, Padre nostos que... Posso? [Aluna: Vai traduzir para o latim?] Não, não, eu tenho aqui um aplicativo que tem algumas orações em latim. Então tinha essa questão das orações em latim. Por exemplo, tem uma oração em que eles falam o seguinte, em português é o seguinte, Vinde espírito santo e enchei os corações dos vossos fieis, aí, aí em latim, Veni Sancte Spíritus reple tuórum corda fidélium, et tu amóris in eis ignem accénde. Ou seja, eles rezavam em latim, não era em português. A bíblia, por exemplo, era a partir dos padres, não do povo, hoje qualquer um pode comprar uma bíblia onde quiser e estudar ela em casa. Entendeu? É, anteriormente tinha práticas de algumas orações que hoje não tem. Então algumas coisas mudaram, em todas as religiões sempre muda, por exemplo, uma coisa muito maneira, que é, como é que é mesmo cara? A novena pela internet. [Aluna: É o que?] Novena pela internet [Aluna: Meu Deus!] Culto de interpretar pela internet. Você entra lá no site, você tem de todas as religiões, eu já vi de várias religiões. Você entra no site, tem a sua capelinha virtual lá. Você entra na capelinha, acende sua velinha virtual e sua velinha virtual fica acesa lá.

Percebemos a continuidade de práticas religiosas que atravessaram séculos, porém foi preciso uma adaptação às novas tecnologias do tempo presente. No caso, identificamos três situações, a primeira se refere às orações em latim, mesmo não sendo feitas nas Igrejas Católicas atualmente, o professor possui um aplicativo no celular que lhe permite ter acesso quando desejar. A segunda alude ao estudo da bíblia, que antigamente só era possível através dos padres e hoje é de acesso a um grande número de pessoas, que podem inclusive estudá-la em casa. E por fim, a novena que pode ser feita pela internet. Ao responder ao questionamento do aluno alegando que algumas práticas religiosas tem a ver com o tempo no qual estão inseridas, o professor demonstra o que afirmamos anteriormente acerca da tensão entre experiência e expectativa criando uma nova solução para algo ter sua continuidade, contudo adequando a perspectiva recente, corroborando para a formação do tempo histórico.

No exemplo utilizado pelo professor, fica evidente que não ocorreu uma ruptura, um fim desses costumes, mas as práticas foram reformuladas para situações cotidianas diferentes, nas quais o tempo tende a ser mais dinâmico do que na época da Reforma Protestante. Referindo-nos a questão das distâncias percebemos que nesse caso, passado e presente estão

muito próximos e é possível uma apropriação da história para pensar o mundo contemporâneo (RAMÔA, 2014). Dessa maneira notamos a perpetuação de costumes, perpetuação essa que pode ser encontrada na formação de uma cidade. Num trecho de uma outra aula do sétimo ano sobre as Capitâneas Hereditárias e o Governo Geral fica claro como a história marca o tempo presente.

Professor: O pelourinho então representava a justiça. De um lado você vai ter a igreja, do outro você vai ter a administração.

Aluna: Sério que você falando assim faz parecer um campo de futebol

Professor: Ahã, do outro você tem a polícia e do outro você tem o comércio.

Gente se vocês olharem

Aluno: E o hospital?

Professor: Ótima pergunta, mesmo.

Aluna: Professor você tá descrevendo Vassouras

Professor: Hã?

Aluna: Você tá descrevendo Vassouras só que o que tá ali no meio é um chafariz e não tem esse trocinho, o pelourinho.

Professor: Exato, mas Vassouras era uma cidade colonial, é uma cidade antiga. Se você olhar, você vai ver um monte de cidades ainda hoje que tem esse núcleo, por exemplo, você tem no centro de Niterói na igreja de, próximo de, a praça de São João. A praça de São João tem esse formato, é vocês não vão andar por lá porque é perigoso pra vocês, não vão sozinhos. Mas você tem a matriz de São João, em frente você tem o prédio de educação que era a administração, do lado onde você tem hoje a, o negócio de telefonia, era a cadeia pública e do outro tem o comércio. Se você for no Rio no Paço Imperial, pra onde a gente vai, é a mesma coisa. O prédio do Paço é a administração, em frente o comércio, do outro lado a Santa Sé e na frente era o mar, então a parte da administração que também era a cadeia. Então todo núcleo, toda instâncias religiosa, administrativa, policiais e comerciais estavam centradas ali. A partir daqui é que a cidade crescia e em volta você vai ter as casas, entenderam?

Durante a explicação sobre o pelourinho uma aluna percebe que as cidades coloniais que o professor estava descrevendo são parecidas com Vassouras. O professor explica que Vassouras é uma cidade colonial, e esse modelo ainda está presente no mundo contemporâneo. Como dissemos anteriormente, houve uma continuidade no formato dessas cidades, muitas

delas ainda mantêm o modelo colonial no qual foram configuradas, contudo como aponta a própria aluna, houve mudanças para que a cidade se adequasse a novas necessidades, no caso de Vassouras, o pelourinho foi substituído por um chafariz.

Muitas vezes o professor utiliza-se de um exemplo do presente para tornar sua explicação mais clara para seus alunos. Isso nos remete ao uso de analogias, cuja função, segundo Ana Maria Monteiro seria “facilitar a compreensão de conteúdos escolares, uma vez que possibilitam mediações simbólicas e aprendizagens significativas”. Além desse objetivo, podemos inferir que ao correlacionar uma situação passada com algo presente no cotidiano da turma, o professor estabelece uma aproximação entre as dimensões temporais de passado, presente e futuro. O trecho que analisaremos a seguir faz parte da mesma aula sobre as Capitânicas Hereditárias e Governo Geral, nele o professor explica que no governo geral existia uma hierarquia de cargos e faz uso do presente para facilitar o entendimento dos alunos.

Professor: Como eles faziam isso? Através de um sistema integrado. Essa parte é meio chatinha mesmo. Mas como é que seria isso? No governo geral eu teria o governador e ele trabalharia com três assistentes, que eram o provedor mor, o capitão mor e o ouvidor mor.

Aluno: O que é mor?

Professor: Mor, ótima pergunta, de maior, entendeu? Por exemplo, na polícia você tem o policial, o capitão, o sub-capitão, sargento e por aí vai, não é? Você tem uma hierarquia de comando, não tem? O capitão do batalhão ele comanda toda a polícia?

Aluno: Não

Professor: Ele comanda só aquele batalhão, entretanto, o secretário de segurança ele comanda o que?

Aluno: Os batalhões do estado.

Professor: Exatamente. Então o secretário de segurança, aí depende, se for um secretário estadual, ele vai comandar toda a segurança do Estado. Se for um secretário municipal, toda a segurança do município. Se for um secretário federal, não se isso deve existir

Aluno: Da federação

Professor: Exato, seria o país inteiro. Então o governador, ele tinha esses auxiliares dele, que vão ter um auxiliar menor.

Para fazer com que a turma compreendesse que entre as autoridades do Governo Geral havia uma hierarquia de comando, o professor utiliza como exemplo a divisão existente na polícia e nas secretarias responsáveis pela segurança. Pode-se perceber que ele não compara a função das autoridades de um tempo passado com as do tempo presente. Mas busca trazer ao conhecimento da turma, que em ambas as temporalidades ocorrem uma divisão de “poderes” e que um único cargo não pode abarcar todas as responsabilidades seja num batalhão ou no Governo Geral.

O conhecimento histórico através do reconhecimento das diferenças socioculturais contribui para a análise e entendimento de fatos, processos e conceitos (MONTEIRO, 2005). Essa afirmativa, em conjunto com a definição de analogia, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, que seria relacionar duas realidades heterogêneas com o intuito de encontrar uma verdade através da semelhança de relações, nos permite pensar que correlacionando passado e presente, ou seja, dois fatos diferentes, o professor tentou demonstrar uma semelhança na forma de organização, sendo ela dividida em cargos.

O último trecho que trataremos faz parte de uma aula do sétimo ano sobre o descobrimento do Brasil. Nele o professor discute com seus alunos se o uso do termo “descobrimento” está correto e para exemplificar usa uma situação hipotética com o objetivo de mostrar à turma a diferença entre descobrimento e invasão.

Professor: Então com base nisso o termo descobrimento só serve para o europeu, certo? Eles não sabiam que tinha, então eles descobriram. Mas eles estavam escondidos?

Aluno: Não.

Professor: Eles estavam ocultos? Eles estavam aqui, eles estavam vivendo a sua vida e os europeus chegaram. Vamos lá gente, pensa comigo, fala.

Aluna: Professor não seria mais fácil a gente falar, a gente falar que encontraram e que não descobriram?

Professor: Mas tava perdido?

Aluna: Porque o que descobriu foram os portugueses e os índios que já estavam aqui.

Professor: Mas, pensa comigo. Encontrar, você só encontra o que tá...

Aluna: Perdido

Professor: Perdido. Fala, a não meu querido, vamos lá?

Aluno: Não, é só pra quem não tem livro sentar junto.

Professor: Pode, se prometer não fazer bagunça. Vamos pensar comigo gente, se eu tenho lá a minha casa, minha casa bonitinha no caso está lá. De repente eu chego em casa tem um monte de pessoas que eu não conheço usando minha cozinha, pegando minhas cuecas, jogando meu Playstation, entendeu. Essas pessoas descobriram a minha casa?

Alunos: Não.

Professor: Fizeram o que?

Aluna: Encontrou

Professor: Encontraram a minha casa? Roubaram a minha casa? Mas eles entraram na casa também, não levaram a minha casa.

[Falatório]

Professor: Então nós podemos dizer que na verdade o que houve na América foi uma invasão espanhola?

Alunos: Sim

Professor: Então o termo descobrimento está caindo por terra. Eles não descobriram a América. Os índios estavam aqui, eba, tamo junto. Eles chegaram aqui, nesse local que já tinha uma sociedade, como a gente viu, tinha um povo organizadíssimo.

Durante a aula o professor tentou fazer seus alunos entenderem que ao chegar a América, os europeus não estavam descobrindo uma nova sociedade, mas a invadindo e para tal recorreu a uma ilustração, que de acordo com “O tratado da argumentação – a nova retórica” seria reforçar uma adesão à regra. Mesmo que sejam situações e momentos completamente diferentes, a articulação entre ambos proporcionou uma aproximação entre passado e presente. Pois ao perceber a dificuldade da turma em conceber a chegada dos europeus como uma invasão, o professor usou como exemplo uma invasão a sua própria casa, permitindo aos alunos pensarem um caso próximo a sua vida para posteriormente estarem analisando o que ocorreu há séculos atrás.

O professor em questão estava utilizando eventos e argumentos para que seus alunos construíssem a ideia de que chegar a um local e usufruir do povo ou de seus “bens” não seria um achado, mas uma invasão. O sentido não era o de igualar as situações, mas demonstrar as similaridades de ambos os casos para a criação de um pensamento crítico por parte da turma.

Essa construção é perceptível, pois ao invés de simplesmente falar que o termo “descobrimento” está em desuso, o professor aos poucos vai evidenciando o porquê da mudança para “invasão”.

Diante de tudo o que foi explicitado ao longo desta comunicação, concluímos que a observação e análise das aulas acompanhadas nos proporcionou a compreensão do modo pelo qual o professor pode trabalhar com o tempo histórico em suas aulas. As dimensões temporais de passado, presente e futuro foram articuladas com o uso de diversos argumentos cuja finalidade era a aprendizagem significativa dos alunos. Dentre as “ferramentas” utilizadas em sala para um melhor entendimento do conteúdo estudado, citamos a analogia, que muitas vezes pode se referir a situações atuais, fazendo assim uma relação entre passado, presente e futuro, contribuindo para o desenvolvimento do raciocínio crítico.

Os argumentos utilizados em sala ajudaram a conhecer o passado, mais do que isso, também procuraram pensar a importância de estudar História, de relacioná-la com a vida cotidiana e a elaborar proposições para o futuro. Além disso, vimos como passado e presente podem estar próximos e permeados de rupturas e continuidades, que nos permitem uma apropriação da História para entender o mundo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. “Entre o estranho e o familiar: o uso de analogias no ensino de história”. **Cadernos CEDES**, v. 25, n. 67, p. 333-347, set./dez. 2005.

PENNA, F. A. “Negociando a distância entre os professores e os alunos: discutindo o uso da retórica enquanto um quadro teórico para analisar aulas de ensino médio e fundamental”. In: **Anais da II Semana de Integração Acadêmica do CFCH/UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAMÔA, Hosana do N. O tempo histórico em aulas da educação básica: análises preliminares de uma prática docente. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas.**

Um barco chamado “Amanhã”: tempo, pós-modernidade e história no cinema de Alfonso Cuarón.

*Isaac Harillo Jerez**

Apresentação

No presente trabalho me debruço sobre a construção do tempo no cinema, mais precisamente algumas das maneiras de perceber e perceber-se no tempo que emergem de produtos de entretenimento áudio-visual. Por meio da análise fílmica do longa-metragem *Children of Men*, de Alfonso Cuarón, um dos mais influentes diretores da era transnacional do cinema, e sem perder de vista outras das suas importantes intervenções, as entre ajudas dos “três amigos” – Cuarón, Gonzalez Iñarrítu e Guillermo Del Toro -, além da importância da sua parceria com o diretor de fotografia Emmanuel Lubezki, busco indícios da desmontagem do cronótopo moderno (ou historicista).

Na estela de autores como Koselleck e Gumbrecht, trabalho a articulação entre temporalidade e política, pensando assim o papel e a natureza do sujeito histórico, da crença assim como da descrença no homem enquanto legítimo fabricante de cenários futuros. As relações entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” serão operacionalizadas ao lado dos processos de produção de sentido ou presença. Para tal, o olhar voltar-se-á para as imagens produzidas dos diversos estratos temporais e as articulações entre eles; para os lugares (papéis) dos sujeitos na construção da trama, do entorno, das trajetórias; os processos de afastamento ou imersão, proporcionados por uma pluralidade de canais como o olhar da câmera, a organização do décor e da mise-en-scène, do agenciamento do som, da imagem, da montagem.

O espaço reduzido e o estado atual da investigação permitem apenas rascunhar o tipo de abordagem que busco atualmente para o tratamento do cinema como fonte de uma “história

* Doutorando pelo Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

cultural do social”. A proposta do evento – pensar as possibilidades do fazer historiográfico para além do texto – torna pertinente a apresentação de um primeiro esforço de instrumentalização de referenciais teórico-conceituais que foram tradicionalmente utilizados em fontes textuais, prestando serviço, agora, ao estudo de obras cinematográficas. Ainda que chame aqui a atenção para algumas dificuldades impostas pela complexidade do mundo contemporâneo ao trabalho do historiador, deixarei de lado, porém, a discussão acerca dos obstáculos epistemológicos atribuídos por parte dos historiadores à uma abordagem do “tempo presente”.

Cinema transnacional ou diretores transnacionais?

O ano de 2013 consagraria mais do que um cineasta mexicano, com uma obra laureada com sete estatuetas no Oscar - dentre elas, a de melhor diretor - e prêmios em outros festivais; um enorme sucesso de bilheteria; e críticas especializadas entusiasmadas, por exemplo, com sua fotografia exuberante e ousado uso de longos planos-sequência. Alfonso Cuarón e o “seu” longa-metragem *Gravity* consolidaram o assalto internacional de uma geração de cineastas mexicanos, conhecida mundialmente pelos trabalhos dos “três amigos”: Cuarón, Alejandro González Iñárritu (*Amores Perros*, *21 grams* e *Babel*) e Guillermo Del Toro (*El espinazo del Diablo*; *El Laberinto del Fauno*; *Hellboy*).

Essas conquistas de mercado e crítica, por outro lado, dificilmente poderão ser tomadas como um renascimento do “cine mexicano” propriamente dito, tampouco como simples cooptação de talentos pela a indústria de cinema *hollywoodiana*. Estes diretores podem ser vinculados a um outro extenso grupo de latino-americanos – como os brasileiros Walter Salles e Fernando Meireles ou o argentino Alejandro Agresti – que trabalham no que podemos chamar de um “cinema transnacional”.

A internacionalização de realizadores do cinema¹ – em suas diversas funções na produção e distribuição –, somada ao gradativo desaparecimento das “marcas de origem”; à multiplicação de fontes de investimento; às parcerias entre estúdios, agências de fomento estatais e poderosos grupos de entretenimento audiovisual; ao consumo e circulação de bens de cultura por “comunidades de sentimento”; e à dificuldade existente em operar nos velhos marcos nacionais² em um mundo marcado por hibridismos, pelo trânsito entre o local e o global, pela configuração de “entre-lugares” que seriam melhor definidos como paisagens do que como fronteiras(LOPES, 2007), permitiriam fazer referência à uma cultura cinematográfica outra.

Superadas as posturas ingênuas que olvidam a posição desigual dos atores na composição deste novo cenário e a interferência por parte dos estados nas “políticas culturais” que tanto podem determinar a sorte e a natureza de segmentos do cinema, multiplicam-se férteis abordagens que acenam para um duplo movimento: padronização das formas e temas em torno da narrativa e dos gêneros da indústria de Hollywood; reconfiguração da estética, da narrativa e dos enredos do cinema estado-unidense em função da influência estrangeira e da recepção de outros mercados. Esta transnacionalidade, responsável por tantos problemas para historiadores e cientistas sociais acostumados aos velhos e confortáveis recortes, abriria, então, novas chaves de análise para os estudos culturais.

Children of Men consiste em uma perfeita peça deste cenário – ou paisagem. Do ponto de vista da produção³ nos deparamos com uma obra filmada fundamentalmente na Inglaterra, com produção mista entre esse país e os Estados Unidos da América – como verifica-se pelos estúdios envolvidos. O elenco mistura atores ingleses e estado-unidenses, como o protagonista Clive Owen no papel de Theo Faron e Michael Caine no papel do “alternativo” Jasper Palmer, de um lado, e Julianne Moore interpretando Julian Taylor, líder dos *The Fishes*, do outro.

¹ Sobre o tema, recomendo o texto de EDUARDO, Cléber. Diretores transnacionais latino-americanos (1985-2007). In: BAPTISTA, Mauro e MASCARELLO, Fernando (orgs.). *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas: Papyrus, 2012.

² O texto “Reinventando o conceito de cinema nacional” apresenta uma rica discussão sobre a importância de repensar teoricamente a categoria “nacional” como recorte espacial em um mundo globalizado.

³ As informações relacionadas com a produção, circulação e recepção foram extraídas do disco 2 do DVD do “Filhos da esperança” comercializado no Brasil, assim como do site do IMDb (www.imdb.com).

Produtores de ambas nacionalidades; roteiro adaptado por muitas mãos – com importantes intervenções do próprio Cuarón – a partir do romance homônimo da inglesa P.D. James⁴; direção e fotografia comandadas pela parceria dos mexicanos Alfonso Cuarón e Emmanuel Lubezki, respectivamente.

O idioma predominante no filme é o inglês, com múltiplos outros idiomas aparecendo na composição do caótico pano de fundo, marcado pelo conflito entre o governo britânico e imigrantes de um sem número de etnias. Expressões idiomáticas estrangeiras aparecem com muita frequência nos diálogos, reafirmando a diversidade lingüística e cultural do ambiente onde é construída a trama.

Do ponto de vista da circulação, pode-se notar que o filme foi lançado inicialmente nos cinemas no Reino Unido em setembro de 2007, alcançando o público estado-unidense apenas em 25 de dezembro do mesmo ano, explorando assim a simbologia cristã e a afinidade da temática com a data – como veremos a frente. A recepção da crítica e dos festivais parece ter sido mais expressiva do que aquela verificada pela arrecadação nas bilheterias, apesar da distribuição ter ficado à cargo da poderosa *Universal*. Por outro lado, o filme ganhou edições especiais em DVD – como a comercializada no Brasil -, com um segundo disco contendo discussão com equipe e elenco acerca das suas inovações artísticas; análise fílmica realizada pelo popular filósofo Slavoj Žižek, além de documentário sobre as representações distópicas do futuro.

Futuro imaginado, (re)encenação do presente

Novembro de 2027. O filme se inicia em uma pequena cafeteria londrina, onde um grupo de pessoas se amontoa para acompanhar a notícia do dia: a morte do “Bebe Ricardo”, a pessoa mais jovem do mundo – com pouco mais de “18 anos, quatro meses, 20 dias, 16 horas e 8

⁴ O filme de Alfonso Cuarón foi produzido pouco mais de um ano após um traumático atentado terrorista em Londres e em um cenário de crise da imigração dos países desenvolvidos. O filme dá tons muito mais sombrios para o desprezioso cenário distópico produzido por P.D. James.

minutos de vida”. O ambiente é envelhecido, as roupas desgastadas e sem brilho como as expressões dos habitantes. A paleta de cores é fria, a fotografia tem aspecto sujo, bem próxima do monocromático. Com exceção dos policiais bem barbeados e com limpas armaduras, o próprio protagonista parece encarnar um galã decadente, desinteressado e nihilista.

Theo sai com seu café aparentemente indiferente ao evento que comoveria toda nação. A câmera o segue, proporcionando com a profundidade de campo o contato com o rico pano de fundo:

a primeira externa que revela Londres denuncia também a influência do filme *Blade Runner* (1982), do britânico Ridley Scott. Theo caminha alguns metros na calçada e pára para misturar algo ao café que trazia na mão. A câmera passa por suas costas e, ao tomar seu perfil esquerdo, uma explosão repentina destrói o café ao fundo, onde Theo se encontrava há poucos instantes. A câmera abandona Theo em direção ao café, de onde emerge uma mulher ferida [...] (SUPPIA, 2009).

Children of Men busca um mergulho em um futuro marcado por duas crises que solaparam os estados e afundaram as sociedades por todo planeta: primeiro, como pano de fundo para a trama, trata-se da eclosão de conflitos armados entre grupos étnicos imigrantes e governos decididos a proteger suas fronteiras; o outro diz respeito a uma inexplicável crise de fertilidade que conduz a humanidade à um fim próximo - desde 2009 não nasceram mais bebês.

Cuarón nos apresenta um espaço de convivência cindido, com a tessitura social esgarçada. A ausência de perspectiva e sentido para a existência, dados o envelhecimento progressivo e o fim anunciado, convive com o apego desesperado a todo tipo de misticismo híbrido e o engajamento em atividades que permitam apenas esquecer distrair-se - “não pensar nisso”. Pequenas redes de solidariedade são mantidas, como a de Theo e Jasper Palmer - um velho hippie que um dia se dedicou a caricatura e crítica política, mas desde o desmoronamento, isolado em um refúgio no campo onde se dedica a plantar e comercializar maconha -, e deste com aqueles que compram aquilo que cultiva; as dos imigrantes ilegais; dos grupos políticos em confronto com o estado, como os *The Fishes*; aquelas resultantes da adesão religiosa ou dos encontros proporcionados pelo azar em experiências limite como essa. “Fé e acaso”, assim

Jasper explicaria o amor, a aproximação e o afastamento de Theo e Julian – líder dos “peixes” e ex-mulher do protagonista.

De qualquer forma, apesar dessas redes comporem uma trama complexa, além de terem natureza extremamente distinta, todas parecem contribuir para seu confinamento, para o aumento da distância entre os homens. A última mulher com que Theo se relacionou o abandonou para tornar-se uma “renunciante”, abdicando de tudo e atirando-se a uma experiência de autoflagelo pela salvação da humanidade. O próprio relacionamento entre Theo e Jasper se dá em um refúgio idílico. Julian passou vinte anos sem ver Theo por conta da sua vida clandestina entre os peixes.

O confinamento é fortemente reforçado pelas jaulas onde atiram os “fugis”, imigrantes ilegais apanhados pelo estado que, à seguir, serão encaminhados à campos de refugiados como Bexhill. As cenas com prédios sendo esvaziados e pessoas deportadas; a chegada de conduções nos campos com revistas e seleções ao acaso; fileiras de refugiados aparentemente prontas para o extermínio, fazem referência direta ao cenário que marcou profundamente as sociedades ocidentais no século XX.

Esse amanhã pintado encontra-se encapsulado no passado. Gigantescos painéis animados nos envelhecidos prédios de Londres são dos poucos elementos que sinalizam para alguma novidade. Nenhuma mudança estética e replicação de tecnologias disponíveis desde, ao menos, a última década do século XX. Propagandas espalhadas pela cidade oferecem intervenções estéticas que prometem “resgatar a juventude”, um “retorno ao passado”. Os carros e outros meios de transporte públicos são os mesmos, porém com claros sinais de desgaste; os ambientes interiores tem mobília antiga, estão repletos de fotos, recortes de jornais, um amontoado de artefatos de memória. A música parece remeter a década de 60, encontramos menção aos Beatles, à Bob Dylan. Uma música é anunciada em uma estação de rádio - “Avalon” - como pertencente ao mundo anterior ao ano de 2003, “quando as pessoas se recusavam a aceitar que o futuro estava a um passo”. O ano de 2027 parece uma cópia desgastada do ano da produção do filme (2006/2007).

A crise de fertilidade é sentida por todos como a responsável pela ruína das sociedades, assim como das suas existências individuais. Os personagens, ao refletirem sobre essa calamidade, atribuem importante peso sobre o passado, convictos de que o presente é resultado de erros antigos. Em conversa com Palmer, Theo chega a afirmar que o aparecimento de uma cura para a infertilidade viria tarde demais, que o mundo já teria sua morte anunciada: “já era tarde antes da infertilidade acontecer”. Encontramos, então, um efeito de opacidade com relação ao presente e ao futuro, claramente resultado da incapacidade de compreender o passado, assim como de reconciliar-se com ele.

Em uma brilhante - apesar de breve - análise do filme em questão, Slavoj Žižek ressaltaria o valor do seu pano de fundo em detrimento da narrativa em primeiro plano. Segundo ele, “O filme oferece o melhor diagnóstico sobre o desespero ideológico do capitalismo tardio, de uma sociedade sem história. [...] A verdadeira infertilidade está na própria falta de experiência histórica significativa”⁵.

A “outra história”

O filme promove um mergulho visceral nesse mundo distópico, voltando os olhos sobre Theo. A explosão de uma cafeteria, a morte da pessoa mais jovem do planeta e os conflitos entre estado e “fugis” compõem o cotidiano, a insuportável rotina da personagem. Funcionário público frustrado, ex-militante e ex-marido. A embriaguez, as apostas em corridas e os esporádicos encontros na casa de campo do seu amigo, Palmer, resultam nas poucas formas de escapar dela.

Os primeiros diálogos do filme, assim como as notícias na televisão, soam um tanto quanto artificiais, dado o comprometimento com a informação do espectador acerca do cenário

⁵ ŽIŽEK, Slavoj. “Žižek on Children of Men” (video). Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=pbgrwNP_gYE . Último acesso em 20 de janeiro de 2014.

onde se passam as ações. A trama se desenrola em uma mistura bem articulada de um *road movie* futurista, filme de guerra e um drama de ação.

Da capital ao litoral passando por áreas rurais até Bexhill, o campo de refugiados, o filme intercala momentos de estabilidade com acontecimentos que perturbam a ordem e arrastam os personagens para o ponto seguinte. Nos primeiros temos ações dos personagens que cumprem a função informativa do espectador, nos segundos, um ponto de virada na história.

A caracterização das personagens é simples e clara, reforçadas suas ações com diálogos. À medida que avança a narrativa, tudo corrobora para confirmar a posição de cada um enquanto protagonista ou antagonista; honrado ou desonrado; altruísta ou oportunista. A mesma simplicidade pode ser verificado quanto às representações religiosas que conferem sentidos eminentemente cristãos para a narrativa. Ou seja, a riqueza e complexidade do pano de fundo – principalmente nos seus sentidos políticos e ideológicos - convive com fórmulas narrativas bem típicas do cinema hollywoodiano clássico (BORDWELL, 2005).

Linguagens autorais

Um dos elementos mais marcantes da obra reunida em torno de Alfonso Cuarón é aquilo que Suppia entendeu como “tentativa de preservação da continuidade do espaço e do tempo, numa espécie de apologia do plano-sequência” (SUPPIA, 2009: 6). De mãos dadas com o premiado diretor de fotografia Emmanuel Lubezki – amigo de infância de Cuarón e com participação tão decisiva em seus filmes que, para muitos, ocuparia lugar semelhante ao do roteirista Guillermo Arriaga na obra de Iñárritu -, o diretor apresenta ao público a contra-intuitiva mistura de cortes pontuais em momentos de estabilidade, com planos-sequência de até sete minutos – em *Gravity* o primeiro tem cerca de 14 minutos – justamente em cenas de ação, perseguição ou ápice da narrativa. Com uma câmera solta, que passeia pelo cenário como um espectador invisível, se aproximando e afastando dos personagens, ao ponto até de, por momentos, abandoná-los, Cuarón e Lubezki produzem um poderoso efeito de imersão.

Se o corte oferece a possibilidade de aceleração da imagem, *Children of Men*, com planos-sequência combinados à uma fotografia que “retoma a vocação documentária de um certo cinema de ficção científica numa perspectiva baziniana” (SUPPIA, 2009: 6), combina aceleração com a potencialização do efeito de presença. O público – como no uso dos planos-sequência do espaço extra-terreno combinado com os recursos 3D, em *Gravity* – é capturado para a realidade fílmica, dividindo os movimentos entre escombros e explosões com Theo, ou compartilhando com ele a sensação de claustrofobia, aprisionados dentro de um carro em meio ao ataque de terroristas. A identificação produz-se, por tanto, mais pelo efeito estético, pelo movimento da câmera e a contigüidade espacial e temporal, do que por qualquer aspecto da narrativa, assim como da caracterização agentes.

É normal que estudiosos e realizadores de cinema se fascinem com as altíssimas exigências de uma aposta como essa, coreografando e sincronizando um número expressivo de figurantes com o trabalho dos atores principais e, claro, do próprio movimento da câmera. Mas chama especial atenção, do ponto de vista da análise fílmica, tendo em vista as contribuições da história do cinema clássico e pós-clássico hollywoodiano, como a rápida e nítida caracterização dos personagens, a mistura de gêneros em uma mesma obra, e a construção de uma narrativa fortemente estruturada a partir de relações causais – portanto, linearizada -, pôde ser combinada, por Cuarón, com a perda do controle da cadeia de eventos por parte dos protagonistas – atropelados tanto pela impossibilidade de previsão e controle da ação de outros, quanto por um poderoso e complexo plano de fundo que, por vezes, significa na trama muito mais que um conjunto de elementos postos à serviço e como complemento da ação dos personagens.

No lugar da suposta desnarrativização do cinema contemporâneo (MASCARELLO, 2006), encontraríamos uma bem elaborada articulação entre dois planos diversos. Filmes como *Children of Men* ou *Y tu mamá también*, seriam um convite, como bem aponta Zizek, para uma experiência que vai além dos deslocamentos dos seus protagonistas.

Espaço(s)-tempo pós-moderno(s)

Proponho agora três momentos distintos de análise no que diz respeito a construção e a percepção do tempo em *Children of Men*.

Uma análise de conteúdo permite perceber que do ponto de vista dos personagens, o futuro se apresenta fechado. Mais do que a crença em alguma escatologia, os personagens experimentam os últimos dias de uma humanidade condenada, seja pelo envelhecimento, seja pela incapacidade de gerenciamento dos conflitos humanos. Ainda que o amanhã se apresente como resultado da ação humana, escapa ao próprio homem a capacidade de forjá-lo intencionalmente. O sentido da história escapa ao controle dos próprios agentes, estes, por outro lado, indefesos e desamparados perante uma sequência de eventos com fim facilmente previsto, mas sem qualquer possibilidade de determinar suas causas.

O presente é marcado pela busca pela manutenção de rotinas a cada momento redefinidas por eventos externos. Uma espécie de desaceleramento convive com a incapacidade de abandonar o passado. Artefatos de memória se amontoam pelos espaços privados; consumo da cultura – como a música – de outras gerações; convívio não apenas com outros grupos humanos, mas com os vestígios do ontem de cada um deles; assim como a presença de um futuro quase tangível, produzem uma espécie de simultaneidade espacial e temporal.

Isso, por outro lado, está longe de implicar em alguma experiência histórica significativa. Imersos em escombros, os indivíduos não conseguem esquecer o que se passou e iniciar algo novo. A opacidade do ontem e o ocaso do amanhã, prende os personagens ao breve momento do agir, quase sempre oprimidos pelo entorno.

Quando nos debruçamos sobre a estrutura narrativa, mais precisamente sobre a montagem da cadeia de acontecimentos, como vimos anteriormente, espectador e personagens compartilham a incapacidade de prever o próximo passo, logo, de manter algum controle sobre a trama. Não podemos retirar dos dois a possibilidade de escolher cenários diversos, nem dos segundos a capacidade de responder às circunstâncias e com isso, em alguma medida, dar-lhes forma, porém, um e outro tem uma percepção limitada ao entorno imediato.

A câmera produz um efeito semelhante, rompendo com a onisciência do espectador que transita entre vários planos. Seus movimentos erráticos – aparentemente, já que foram na verdade muito bem coreografados – parecem limitar a separação entre mente – o sujeito que observa e escolhe – e corpo. Não temos a multiplicação de pontos de referência - muito menos a possibilidade de pensar um observador de segunda ordem -, mas sim a incapacidade de ultrapassar um deles.

Ou seja, em vez de um passado ultrapassado e recuperado na forma de alguma meta-narrativa que, por meio de um processo linear e causal, resultante da agência humana, produz o presente e aponta para cenários futuros prováveis; em vez de um observador onisciente, exterior ao mundo e ao corpo, que atua no instante presente, instrumentalizando sua ação em um processo de fabricação que se inicia no passado e se estende ao futuro – como na esteira da fábrica ou na “linha do tempo” no ensino do historiador -, encontramos o humano condenado ao presente.

O futuro, como na última sequência do filme, é esperado à deriva, entre brumas. Um barco vindo ao nosso encontro. O barulho das crianças com a tela escura resulta na esperança, na saída proposta por Cuarón. No diretor mexicano, assim como em Hannah Arendt, a natalidade implica na certeza de que algo novo vem ao mundo, salvando-nos daquilo que fora anuviado por profetas ou projetado por arquitetos – não importa quão utópicas ou distópicas sejam suas promessas.

Referências Bibliográficas

BORDWELL, David. O cinema clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In.: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do Cinema** (vol. II). São Paulo: Editora SENAE, 2005.

EDUARDO, Cléber. Diretores transnacionais latino-americanos (1985-2007). In: BAPTISTA, Mauro e MASCARELLO, Fernando (orgs.). **Cinema mundial contemporâneo**. Campinas: Papyrus, 2012.

FELINTO, Erick. Cinema e tecnologias digitais. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Papyrus editora.

GUMBRECHT, Hanz Ulrich. **Produção de presença**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

_____. **Lento presente**: sintomatología del nuevo tiempo histórico. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2010.

_____. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

_____. **Los estratos del tiempo**: estúdios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2000.

_____. **Aceleración, prognosis y secularización**. Valencia: Pre-textos, 2010

LOPES, Denílson. Paisagens Transculturais. In: MACHADO, SOARES e ARAÚJO (orgs.). **Estudos de cinema Socine**. São Paulo: Annablume/Scine, 2007.

MASCARELLO, Fernando. Cinema Hollywoodiano contemporâneo. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas: Papirus, 2006.

_____. Reinventando o conceito de cinema mundial. MASCARELLO, Fernando (orgs.). **Cinema mundial contemporâneo**. Campinas: Papirus, 2012

SUPPIA Alfredo L. P. de O. Realismo e cinema de ficção científica: equilíbrio delicado. In: **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF**. Juiz de Fora: 2009.

ZIZEK, Slavoj. “**Zizek on Children of Men**” (video). Disponível em [Http://www.youtube.com/watch?v=pbgrwNP_gYE](http://www.youtube.com/watch?v=pbgrwNP_gYE) . Último acesso em 20 de janeiro de 2014.

Historiografia didática nos Estados Unidos da América (1890-1940) segundo Henry Johnson (1867-1953)

*Itamar Freitas**

Não é improvável que a França tenha produzido o maior especialista em livros didáticos do Ocidente – Allan Choppin (1948-2012). Demonstrando grande sensatez, Choppin não nos deixou uma definição unívoca de livro didático e inventariou os critérios empregados na variada designação desse recurso didático: organização interna, função sintética, papel orientador, método de aprendizagem que o livro dissemina, gênero que configura, marcas distintivas, características materiais, espaço de uso, função didática e, por fim, o uso ou a intenção de uso (CHOPPIN, 2008: 10-11, 14-17).

Em 1915, quase 100 anos antes da publicação-síntese de Choppin, portanto, o estadunidense Henry Johnson (1867/1953) empregava critérios franceses para tipificar o livro didático de história dos EUA, embora fundado em um indicador não prescrito pelo grande pesquisador francês: “the degree of fulness with which facts are retrated” [os graus de plenitude com que os acontecimentos são abordados], ou seja, a maneira sintética, analítica ou expandida pela qual o autor constrói a sua narrativa (JOHNSON, 1940: 241). É sobre essa tipologia – *precis, manueles e cours* – e, ainda, sobre a história da historiografia didática nos EUA no período 1890-1940 que este texto se debruça.

Johnson foi personagem importante no processo de transformação da história em objeto de conhecimento dos estudos sociais nos EUA, em 1916, e estudou nas universidades de Harvard, Columbia, Paris e Berlim. Foi formador de professores de história no Teachers College de Columbia, envolveu-se em movimentos de organização de historiadores e de professores de história e coordenou periódicos especializados na área (HUNT, 1954; FREITAS, 2014).

Neste trabalho, entretanto, limitamo-nos a examinar a sua contribuição para a história da produção do livro didático de história, ou seja, aos modos de contar a história da

*PNPD-CAPES/UnB/PPGH-UFS. E-mail: itamarfo@gmail.com

historiografia didática. Além disso, expomos os seus critérios de avaliação que indicam o seu modelo de livro e, conseqüentemente, de escrita histórica para a escolarização básica. Para tanto, examinamos a sua mais conhecida e importante obra destinada ao ensino de história – *Teaching of history in elementary and secondary schools with applications to allied studies* – publicada em quatro edições: 1915, 1916, 1920 e 1940.¹ Também consultamos autor coetâneo – Bessie Louise Pierce, professor de história e [chefe do Departamento de Social Studies] na universidade de Iowa – que escreveu *Public opinion and the teaching of history in the United States* (1926). Nessa obra, também há capítulos reservados à história da experiência estadunidense de produção de livros didáticos de história: *Attempts to control textbooks* e *The attack on history textbooks since 1917*.

Como vemos, Johnson não foi o primeiro, tampouco o último a historiar os livros didáticos de história para a escolarização básica. Nos EUA, por sinal, o campo é fértil para a história desse gênero historiográfico, embora as iniciativas concentrem-se no inventário de erros factuais, linguísticos, psicológicos e exageros ideológicos (FITSGERALD, 1979; DAVIS JR, 1986; LOEWEN, 2007), nos aspectos mercadológicos (APPLE, 1988), nas inserções pioneiras da experiência de mulheres, trabalhadores, negros (NASH; CRABTREE; DUN, 1999), nos sentidos de islã (GARCIA; TANNER, 1985; SEWALL, 2008) e na ausência da história do mundo (GAGNON, 1987). Em outras palavras, as análises focam a produção, escolha e usos dos livros didáticos em busca de padrões de qualidade (DURRANCE, 1952; SEWALL, 1987; RAVITCH, 2004; WATT, 2009).

Essa pequena e significativa amostra, com raríssimas exceções², não cita as posições de Johnson ou de Pierce. Entretanto, este texto não foi escrito com o objetivo de denunciar o “esquecimento” dos mesmos. Aqui, exploramos um aspecto da obra de Johnson que nos ajuda a esboçar a ideia de didática da história defendida pelo autor, nas duas primeiras décadas do

¹ Obra escandalosamente plagiada em 2000 e disponibilizada no Google books: WADHWA, Shalini. *Modern methods of teaching history*. New Delhi: Sarup & Sons, 2006. (Primeira edição em 2000). (<http://books.google.com.br/>).

² Diane Ravitch associa o Johnson de 1932 (*An introduction to the history of the social sciences*) àqueles intelectuais que pensam a história como mestra da vida, ou seja, o passado como herança fundamental para a formação da identidade dos vivos (no sentido de inculcação de moral e patriotismo), proposta da qual a autora anuncia distanciamento (RAVITCH, 1989: 67-8).

século XX, codificada no *Teaching of history*. Esse provável exemplar de didática da história estadunidense, por sua vez, pode auxiliar a testar uma hipótese que desenvolvemos há algum tempo: a ideia de que a constituição de didáticas da história fundamentadas em conteúdos meta-históricos é um processo transnacional, concomitante à transnacionalização do método crítico (TORSTENDAHL, 2003; ASSIS, 2009).

Tal transnacionalização tem como instrumentos disseminadores principais os manuais *Grudriss Der Historik* (1881) [*Esquema da teoria da história* (1897)], *Introduction aux études historiques* (1898), *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*, 3ª edição (1926) [*Introducción al estudio de la historia* (1937)] e *Einführung in das Studium der Geschichte*, (1921) [*Introducción al estudio de la historia* (1957)], produzidos, respectivamente, por Johann Gustav Droysen (1808-1884), Ernest Bernheim (1850-1942), pelos franceses Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) e pelo austríaco Wilhelm Bauer (1877-?).

Em síntese, o estudo da abordagem de um objeto – o livro didático/historiografia didática – da obra de Johnson contribui para o desvelamento desse fenômeno que foi a transnacionalização do princípio de que se deve ensinar história de modo científico, ou seja, a partir dos rudimentos do método crítico, flagrado, por exemplo, no Brasil com Jonathas Serrano e na Espanha com Rafael Altamira. O que é um livro didático? A quem serve? Como pode ser tipificado? Quais os critérios dessa tipificação? Que critérios dão o tom do bom livro didático? Que relação podemos estabelecer entre esses critérios e os indícios da presença das operações processuais da pesquisa histórica como princípios da sua didática da história? A qual tradição metódica se filia o autor? Tentaremos responder essas questões nas páginas que se seguem.

Por que historiar produção e práticas de uso do livro didático de história?

O breve relato histórico sobre os livros didáticos de história dos EUA, produzidos e utilizados entre 1890 e 1940 está inserido no seu mais conhecido livro *Teaching history*. Mas não esteve presente nas três primeiras versões – 1915, 1916 e 1920. Em 1915 ele interessou-se apenas pelo emprego do artefato. Somente em 1940 acrescenta o *Textbooks in history*, antecedendo aos capítulos que tratam, respectivamente, dos usos – *The use of textbooks in*

history and other social studies – e das leituras paralelas de outros materiais que tornam o livro didático compreensível – *The selection and management of colateral Reading*³.

Uma das razões para a inclusão talvez tenha sido a já citada publicação de Bessie Louise Pierce que reserva 70% das suas 380 páginas para denunciar as tentativas de controle sobre os conteúdos dos livros didáticos de história que, conseqüentemente, (revela a intenção de manipular a opinião pública americana por meio do ensino de história). Indiciária é a referência de Johnson à obra de Pierce, apenas uma linha, ainda que bastante elogiosa: no que diz respeito aos perigos da doutrinação, oficial ou autoral, “every teacher of history should read Public opinion and teaching of history, by Bessie L. Pierce” (JOHNSON, 1940: 252).

Outra, razão, bem mais plausível, poderia ser o acúmulo de conhecimentos adquiridos sobre a natureza do livro didático de história em países da Europa. Até a terceira versão da obra, a de 1920, não havia publicado o seu também conhecido *An introduction to the history of the social sciences in schools* (1932), que registra práticas e recursos de ensino desde o século XVI ao século XX. Some-se a esse motivo a provável tentativa de manter o campo do ensino de história sob a tutela dos historiadores. Já na primeira edição do *Teaching*, ele reclamava que os livros didáticos sofriam combate severo dos adeptos de teorias educacionais – os progressivistas radicais ou moderados –, para usar a feliz classificação de Herbert Kliebard (1987). A citação adiante é por si só bastante loquaz:

At present time [1913] history seems to be losing rather than gaining in favor with school administrators. The demand is for social studies of direct and immediate concern to individual communities [...] The question then becomes, not what in the past is important in representing and explaining the past, but what in the past is importante to us. Current programs and current textbooks are severely criticised because they do not properly subordinate history to this most recente use of history (JOHNSON, 1915: 160).

Por fim, o engajamento do autor na *Commission on the Social Studies* – iniciativa da *American Historical Association* (AHA), financiada pela *Carnegie Corporation* (1929-1934),

³ Materiais (1) que acrescentam elementos da realidade; (2) que ampliam o nível de informação do aluno; (3) que fazem a história interessante ou inspiradora; (4) que familiarizam o aluno com a literatura histórica e (5) que ilustram o método histórico de ensino. (JOHNSON, 1940: 285).

de reaproximação entre historiadores e educadores em busca de um acordo sobre o lugar da história no currículo da escolarização básica (KREY, 1932) – pode ter também determinado o registro das mudanças ocorridas nos livros didáticos do período.

Livro didático de história: definição e tipologia

Para Johnson, livro didático é o recurso material mais importante na prática docente nos EUA, no período citado. Ele faz questão de diferenciar a situação do seu país em relação à Europa. No velho continente, afirma, o ensino de história está centrado na oralidade (na aula expositiva, como a entendemos no Brasil). Nos EUA, entretanto, o livro didático é o guia do programa de história ou o programa propriamente dito. Ele afirma que a escolha do professor, obviamente, depende da teoria educacional professada. Mas, para além disso, o que vale mesmo é o grau de informação que o artefato pode oferecer (e o professor dela necessitar): resumido, parcial ou total. Em outras palavras, dependendo da demanda em sala – resumo, narrativa parcial ou narrativa detalhada – ele empregará *précis*⁴, *Manuels* ou *cours* (JOHNSON, 1940: 241).

Essa tipificação, flagrantemente francófona, buscada na revista *L'Enseignement Secondaire* (n. 15, 1909: 63) e adotada nos EUA em 1915, é utilizada de modo parcialmente horizontal/sincrônico e vertical/diacrônico. Sincrônico porque serve para diferenciar as práticas de uso na escola elementar, média e superior da escolarização básica (*grammar school*, *junior school* e *senior school*). Vertical, por outro lado, pelo fato de demarcar características do artefato ao longo de três períodos: 1890-1900, 1900-1915 e 1915-1940.

Virtudes e vícios na produção e usos do livro didático de história nos EUA, entre 1890 e 1940

Entre 1890 e 1900 a escrita da história veiculada pelos livros didáticos é ruim, sobretudo em termos de precisão e interpretação. Com a oficialização da história antiga no primeiro ano

⁴ Os *précis*, equivalentes a *sommaires*, *tableaux* e *résumés*, abundam no século XIX na preparação de exames para o secundário (CHOPPIN, 2008).

da *high school*, nos anos 1890, há melhora na produção e o tipo *manual* começa a ganhar espaço. Esse é o que parece dominar entre 1900 e 1915. Notem que o marco final 1915 é uma aproximação. Refere-se ao movimento que venceu em definitivo a trajetória do ensino de história nos EUA, ou seja, limita o fim do ensino quadripartite e autônomo da história e o início da implantação dos *social studies* no secundário (1916).

A autoria e os pontos de vista esboçados nas obras também são objeto de exame, ainda que superficial. Afirma Johnson que antes de 1915, qualquer letrado poderia escrever um livro didático. Depois, restringiu-se o campo aos amadores, para em 1940, ampliar-se novamente. Da mesma forma, antes de 1939, os pontos de vista fundavam-se em questões locais ou estaduais. Após o início da Segunda Guerra Mundial, o ponto de vista passou a tomar como base as questões nacionais.

O período 1915 a 1940, por outro lado, é marcado pela crítica voraz a esse tipo de literatura histórica. A vitória dos *social studies* e a respectiva ênfase no tempo presente e na “cidadania ativa” deu origem ao livro didático do tipo *cours*. Eles são produzidos, na maioria dos casos, por acadêmicos de história e destinam-se a *senior high school*. São bons livros, apesar, lamenta Johnson, de incorporarem “educational theories unfriendly to history” (JOHNSON, 1940: 248). Para a *elementary school*, ao contrário, os livros assemelham-se aos ruins exemplares produzidos no primeiro período.

Johnson reclama da introdução de teorias educacionais (teorias que não tem origem na episteme dos historiadores) e da incorreção dos livros. Mas o que determina a má qualidade dos mesmos é a preocupação em tornar o didático em objeto vendável. Ele é taxativo ao recolher e abonar o depoimento de destacado produtor de livros didáticos de história: “ninety per cent of textbook writers write for money and that the other ten per cent write chiefly for money” (idem: 248). E o segredo para vender bem é escrever de modo simples. Assim mesmo, muitos professores criticavam os livros por serem incompreensíveis para os alunos e difíceis para eles próprios. Diante desses problemas (o mercado e a incapacidade de muitos professores), Johnson só vê uma alternativa para a melhoria da qualidade: a avaliação sistemática dos livros didáticos.

Avaliação da historiografia didática e as habilidades historiadoras

Os critérios para a aferição da qualidade do livro didático de história anunciados por Johnson claramente minimizam as preocupações dos teóricos da educação, como podemos acompanhar nesse questionário:

1. Is the book accurate?
2. What is its special point of view?
3. What is the character of the pictures, maps, and other aids to visualization?
4. Are the references for collateral reading suitable?
5. Are the questions, outlines, digests, and other pedagogical aids, if it contains any, helpful?
6. Is there a good table of contents?
7. Is there a full index?
8. Does it offer a good model of English?
9. Is it interesting? (JOHNSON, 1940: 249).

O que predominam entre os critérios são as preocupações historiadoras, ou seja, há clara intenção de demarcar o lugar da ciência história na produção dos livros didáticos de história. A autoria (1), por exemplo, deve ficar por conta dos historiadores acadêmicos. Esse fator não isenta o livro de erros, entretanto. O que parece pesar, na reserva de mercado para o historiador, é o seu compromisso com a verdade histórica e a clareza do seu ponto de vista (2) – “to tell the plain truth, so far as the truth appears to be suitable for schools” – independentemente das pressões políticas religiosas ou oriundas de tradições educacionais (ibidem: 252).

O cuidado com a perfeita informação sobre a origem, natureza – simbólica ou realista – e autenticidade, precisão e critérios de seleção dos recursos visuais (3), além das sugestões para a ampliação do conhecimento, mediante leituras paralelas – livros didáticos, literatura de ficção (4, 8), etc. – inteligíveis, classificadas e facilmente localizáveis são também outra preocupação do autor. Por fim, as exigências em termos de instrumentos de localização das informações: índice (6), sumário (7).

Com os olhos de 2014, os critérios que tratam dos exercícios (5) e do interesse que deve provocar o livro nos alunos e professores (9) são facilmente identificáveis como de caráter

educacional – no sentido brasileiro de pedagógico. Contudo, no texto de Johnson, eles são espaço, justamente, para marcar distanciamentos com o campo concorrente. Ele ironiza a mudança do termo *exercises* para *activities*, ainda que reconheça a melhoria nesse tipo de recurso, nos livros do seu tempo (1940). Ele critica o descuido com a progressão: exercícios complexos para os livros da *elementary school* primário e exercícios simplórios para os livros da *high school*. E o principal, ele acusa as mudanças educacionais pós-1916 – e também as exigências de respeitabilidade histórico-acadêmicas – de excluírem dos livros didáticos os instrumentos que os transformariam em literatura estimulante: “anecdotes, strange adventures, exciting details of battles, famous sayings of famous men and women, white or black judgments that left heroes without faults and villains without virtues and only slightly marred by the author’s moralizing”⁵ (ibidem: 255).

Conclusões

Respondidas as questões iniciais sobre a importância do livro didático, a tipificação de origem francesa, os vícios e virtudes e os critérios para a avaliação dos livros didáticos de história nos EUA, resta-nos comentar sobre as relações entre algumas das suas teses e as possibilidades de vínculo com princípios da metódica histórica na instituição de uma didática da história no seu país.

O campo de disputas que envolve a posse do ensino de história parece bem demarcado. Johnson posiciona-se contrário aos educadores progressistas – moderados e de esquerda – e aos historiadores da *new history*. Ele defende uma história que revele a “verdade”, independentemente dos interesses de grupos; que explicita a posição de quem a escreve; que seja escrita com algum sabor literário – vivacidade provocada pelo registro dos vícios e virtudes humanas; e mantenha a cronologia como princípio organizador – daí, também, a sua aversão ao presentismo (historiográfico ou educacional) a partir do qual deve partir todo o ensino de

⁵ Segue o restante da citação: “[...] are now either reduced to dull brevity or excluded altogether, partly because they are no longer believed to be true, but chiefly because they are without significance in relation to the social and economic conditions of which every historical textbook must now take account”. (JOHNSON, 1940: 255).

história planejado pelos progressistas seguidores, por exemplo, de John Dewey e de Charles Beard. É, portanto, um adepto do tão criticado *noble dream*.

A escrita da historiografia didática é também indiciária desse campo de disputas. Os demarcadores temporais são determinados pela sobrevivência da história como disciplina autônoma e quadripartite e também pela sua instituição como objeto dos *social studies*. Vemos, então, que a didática da história configurada no *Teaching of history* constitui-se como uma espécie de contraponto à vaga dominante, entre as décadas de 1910 e 1930, da noção de ensino de história disseminada pelos historiadores e educadores progressistas.

Evidentemente, as bases germânicas e francesas da sua didática não podem ser demonstradas apenas com a exposição de sua rudimentar história dos livros didáticos. Contudo, tal fragmento revela a fragilidade desse contraponto na medida em que ele atribui ao emergente mercado de livros didáticos – ao industrialismo e às questões econômicas tão reivindicadas por historiadores e educadores progressistas como conteúdos históricos – a maior responsabilidade sobre a má qualidade dos artefatos. Em outras palavras, o argumento em favor de uma história objetivista é construído com elementos do seu presente, pondo o defensor do sonho nobre em franca contradição em relação aos seus princípios epistêmicos.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael w. Textbook publishing: the political and economic influences. **Theory into Practice**, v. 28, n. 4: 282-287, 1988.

ASSIS, Arthur. Las metodologías del siglo XIX tardío y la transnacionalización de los estudios históricos. In: **xxxii Simposio Internacional de Historia y Antropología de Sonora: la enseñanza de la Historia y las Ciencias Sociales**, 2009.

CHOPPIN, Alain. Le Manuel scolaire, une fausse évidence historique. **Histoire de l'Éducation**, [Paris], n. 117: 6-56, 2008. Disponível em: [HTTP://histoire-education.revues.org/565](http://histoire-education.revues.org/565). Capturado em 10 abr. 2014.

CHOPPIN, Alain. Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. **Histoire de l'éducation**, [Paris], v. 117: 7-58, 2008.

DAVIS JÚNIOR, O. L. et. al. **Looking at history**: a review of major US. History textbooks. Washington: People for the American Way, 1986.

DURRANCE, V.R. Public textbook selection in forty-eight states. **Phi Delta Kappan**, v. 33, n. 5: 262-266, 1952.

FITSGERALD, Frances. **History schoolbooks in the twentieth century**. Boston: Brown, 1979.

GAGNON, Paul. **Democracys untold story**: what world history textbooks neglect. sn.: American Federation of Teachers, 1987.

GARCIA, Jesus; TANNER, D. E. The portrayal of black americans in U.S. History books, **The Social Studies**, n. 76: 200-204, set./oct., 1985.

JOHNSON, Henry. **An introduction to the history of the social sciences**: Part II – Report of The Commission on The Social Studies. New York: Charles Scribner’s Sons, 1932.

JOHNSON, Henry. **Teaching of history in elementary and secondary schools**. New York: The Macmillan Company, 1915.

JOHNSON, Henry. **Teaching of history in elementary and secondary schools with applications to allied studies** (Revised Edition). New York: The Macmillan Company, 1940.

KLIEBARD, Herbert M. **The struggle for the American curriculum** (1893-1958). New York: Routledge, 1987.

KREY, A. C.; COUNTS, G. S.; KIMMEL, W. G.; KFLLEY, T. L. **Investigation of the social studies in the schools**: conclusions and recomendations of the Comission. New York: American Historical Assiciation/Charles Scribner’s, 1932.

LOEWEN, James W. **Lies my teacher told me**: everything your American history textbook got wrong. 3 ed. New York: The New Press, [2007].

LOEWEN, James W. **Lies my teacher told me**: everything your American history textbook got wrong. 3 ed. New York: The New Press, [2007].

RAVITCH, Diane. **A consumer’s guide to high school history textbooks**. Washington: Thomas B. Fordham Institute, 2004.

RAVITCH, Diane. The plight of history in American schools. In: GAGNON, Paul. **Democracys untold story**: what world history textbooks neglect. sn.: American Federation of Teachers, 1987. p. 51-68.

SEWALL, Gilbert T. **Islam in the classroom**: what the textbooks tell us. American Textbook Council, 2008.

SEWALL, op. cit.: 20; Gilbert T. **American history textbooks**: a assessment of quality (A Report of the Educational Excellence Network). New York, 1987. THOMAS B. FORDHAM INSTITUTE. **The mad, mad world of textbook adoption**. Washington: Thoomas B. Fordham Institute, 2004.

TORSTENDAHL, Rolf. Fact, truth, and text: the quest for a firm basis for historical knowledge araround 1900. **History and Theory**, n. 42: 305-331, oct. 2003.

WATT, Michael G. Research on the textbook selection process in the United States of America. **IARTEM e-Journal**, v. 2, n. 1: 2-21, 2009. (Association for Research on Textbooks and Educational Media).

"No Reino da Estupidez": Mello Franco e a crítica ao atraso português

Iverson Geraldo da Silva*

A questão do atraso

O século XVIII é fortemente marcado pelo movimento Ilustrado, que ergueu a bandeira da *razão* e o ideário de um caráter *universal e imutável da natureza humana* (FALCON, 1982: 108). A *razão* era, em última instância, o mecanismo que permitiria o constante *progresso* do homem e da sociedade – momento este em que não mais se teria o mundo regido pela *superstição* e a *ignorância*, principais causas do atraso do homem e sua sociedade. Outra característica é a amplitude de áreas de estudo abarcadas pelo movimento, que vão da filosofia ao desenvolvimento científico. Como tem sido demonstrado por vários autores, o movimento ilustrado europeu não possui uma homogeneidade interna. Pelo contrário, é heterogêneo em sua formação, o que lhe permite expressar-se em diferentes formas, de acordo com as regiões da Europa e com os seus integrantes. Segundo Luiz Carlos Villalta, a Ilustração foi um movimento amplo e que teve seu desenvolvimento influenciado pelas realidades históricas de cada região, o que configura a existência de “ilustrações”(VILLALTA, 1999: 96-98). Neste sentido, podemos afirmar que o movimento ilustrado não está dissociado dos precedentes históricos das regiões nas quais se desenvolveu.

Deste modo, ao abordamos a história de Portugal no séc. XVIII é constante a imagem de uma nação impregnada pelo “atraso” e pela constante dependência religiosa, principalmente ao centrarmos numa busca de um pensamento filosófico ou científico – como é o caso da Ilustração. Tal imagem é legatária de alguns contemporâneos setecentistas como Voltaire que, dentre outros ilustrados franceses, fez a seguinte afirmação sobre o monarca português D. João V (1706/1750): “quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma

* Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História no PPHIS-UFJF, Bolsista Capes.

construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira”(MAXWELL, 1997: 17). O diplomata português José da Cunha Brochado, por seu turno, ao falar de sua nação concluiu:

em Portugal não há ciência, nem há política, nem há economia, nem há educação, nem há nobreza e não há corte. As letras estão desterradas; nos conventos só se sabe rezar o ofício divino [...] Sobre a economia da cidade não há nenhuma atenção; vivem com aquilo que casualmente tem, sem saberem se podem ter mais, ou viver melhor (SCHWARCZ, 2002: 87).

Neste artigo analisaremos algumas idéias apresentadas por Francisco de Mello Franco sobre o “atraso português”.

Mello Franco e o “Reino da Estupidez”

Nascido na colônia, em Minas Gerais, no ano de 1757, Francisco de Mello Franco foi o primogênito de João de Melo Franco, “Homem Bom” da região. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, indo para Coimbra cursar Medicina, terminando o curso em 1786, após interrompê-lo devido a passagem e condenação pela inquisição (NUNES, 2011: 70-73).

É lhe dado a autoria de algumas obras que são por excelência questionadoras da influencia do fator religioso na cultura portuguesa, entre elas destacamos: *Tratado de educação fysica*, *Elementos de hygiene*, *Medicina Teológica*, *Resposta ao filósofo solitário*, *Resposta segunda ao filósofo solitário* e *Reino da Estupidez*. Neste artigo analisaremos esta ultima obra citada.

Lançado em 1785, de forma anônima, *Reino da Estupidez*, é um poema heróico-cômico (DAFLON, 2011: 56-57) atribuído sua autoria a Francisco de Mello Franco. Este poema está inserido dentro do momento pós-pombalino e pós-Reforma da Universidade de Coimbra. Em seu “prólogo” Mello Franco exprime seu desejo de que o poema corra as universidades portuguesas, principalmente a de Coimbra, e atinja os padres que as controlam, especialmente

por viverem em desacordo com o que pregam, em sua opinião. A seguir exporei algumas idéias gerais do texto, analisando-as dentro do objetivo inicialmente proposto.

Nesta obra Mello Franco satiriza que a deusa Estupidez foi expulsa da França e Inglaterra, onde perdeu lugar para a deusa da sabedoria, Minerva. Em sua busca por abrigo e um novo lar, veio a encontrar espaço e terreno fértil em Portugal, juntamente com as suas irmãs Raiva, Inveja, Hipocrisia, Fanatismo e Superstição. Enquanto vagavam pela Europa, após serem expulsas daqueles reinos, essas deusas chegam a conclusão que em Portugal “mais resistencia não teremos; O Povo habitador d’este terreno, A pezar dos passados contratempos, A meu mando viveo sempre sujeito” (FRANCO, 1820: 11-12). Mais a frente, voltam a afirmar “Lisboa já não hé, torno a dizer-vos, A mesma, que ha dez annos se mostrava: He tudo devoção, tudo são terços Romarias, novenas, vias-sacras. Aqui he a nossa terra” (FRANCO, 1820: 20). Estas duas passagens o autor evidencia que o momento em que aquelas deusas encontram espaço é o período pós-pombalino. Ao mesmo tempo, é possível perceber uma leitura positiva que Mello Franco faz do tutelado pombalino, já que como expressou só após ao seu término e a retomada da religiosidade, assim como da sua influencia no cotidiano e na política lusitana, a Estupidez e suas irmãs encontraram asilo novamente.

Mello Franco ao fazer esta alusão, mais a frente, a reforça, associando o período em que ocorreu o afastamento da estupidez da Universidade de Coimbra ao Marques de Pombal e sua obra de reforma do currículo da universidade. Sendo apontado como responsável pelo único período de vigência da razão em sua época. Agora, já que o Marques não mais lá estava, a Estupidez retornava. Pombal em sua opinião havia dissipado as trevas, assim o cita

O grande, invicto, o immortal Carvalho, As vezes de seu Rei representando, Daquelle sabio Rei, cujo retrato Inda agora me anima, e me dá forças, Para que em seu favor, em sua gloria Derramando o meu sangue exhale a vida. Visteis ao gran Marquez, qual sol brilhante De escrua noite dissipando as trevas, A frouxa Estupidez lançar ao longe, E erigir á Sciencia novo throno Em sabios estatutos estribado. Das vossas mesmas bocas retumbarão Canticos de louvor nestas paredes. O triumpho cantasteis na presença Do zeloso Ministro respeitado. Que diff’rente linguagem hoje escuto? Como he possíve, que sem pejo, ou honra... (FRANCO, 1820: 32)

Ainda sobre Pombal, aponta que aqueles que antes o elogiavam e apoiavam em sua reforma, agora retornavam para a Estupidez

Oh tu, sombra immortal, oh gram Ministro, “Da face do teu Deos, onde repousas (A cabeça abanou, deo tres cuadas Ouvindo esta blasphemia o bom Butoque) Vem hum instante apparecer agora Aqui nesta assembllea, e destas boccas, Que em teu nome entoavão tantos hymnos Ao heroico triumpho das sciencias, Blasphemias ouvirás... Mas ah! não venhas; Nem permittão os ceos que tantos saibas. Que dor a tua, que afflicção não fora Ver sem fructo as vigalias, os trabalhos, Que por zelo da Patria padeceste! Ver, sobre tudo, ingratos, e falsarios, Que affectando apparencias d’alegria, No fundo do seu peito idolatravão A mollle Estupidez, com huma Deosa! (FRANCO, 1820: 32-33)

Assim, ao citar e enfatizar o período pombalino parece, por outro lado, que abre uma critica ao reinado de D. Maria I. Pois como vimos acima, Mello Franco relaciona a saída do Marques Pombal ao fim do predomínio da “razão” e o retorno a uma religiosidade enfadonha que a seu ver aumentava a Estupidez, a Raiva, a Inveja, o Fanatismo e a Superstição. Pois, agora com a Estupidez ali reinando, encontra-se “hum soberbo, e majestoso throno: Gemem debaixo delle afferlhados A Sciencia, a Razão, o Desabuso. Põem-se em socego os assistentes todos”. (FRANCO, 1820: 45)

Aponta também que o uso do latim, da teologia e do silogismo, combatido como elementos de atraso por autores como Verney (Silva, 2008) e retirados do currículo da Universidade de Coimbra por Pombal, haviam retornado junto as academias, aos estudantes, a Universidade de Coimbra

A’ Deosa pede huma comprida venia: Em barbaro latim começa ufano A tecer friamente hum elogio A’ sua Proctetora; e nelle mostra, O quanto he indecente, que nas Aulas Em Portuguez se falle, profanando A sacra Theologia e as masi sciencias: Que em forma syllogistica se devem Os argumentos pôr: sem syllogismo, Não sabe como possa haver verdade. Nisso mais d’hora gasta, e em fim conclue Animando a que sejam sempre firmes Na fé, que devem a tão alta Deosa. Levanta-se depois o gran Pedrozo Que de Prima a Cadeira e Leis occupa. (FRANCO, 1820: 45)

Outros elementos aparecem no discurso deste autor como sendo prejudicial a Portugal. Assim, outro ponto em evidência, é a crítica ao luxo do clero: “são os mais regalados, soberbos, e libidinosos, a quem custa muito cumprir os votos que fazem. Pergunta-lhes, como será possível ver de sangue frio a hum Monge, a hum pobre de Jesus Christo, robusto, gordo, e capaz de vender saude, ás costas de dois pobres homens pela Couraça dos Apostolos acima até ao Pateo das Artes?” (FRANCO, 1820: p.2). Estes religiosos incorrem, ainda, na sua extrema dedicação ao estudo privilegiado do Direito, resultando em idéias que valorizam o poder papal em detrimento dos direitos monárquicos, lhe dando a certeza que ali, em Portugal, a deusa que reina não pode ser outra se não a Estupidez, pois

dize sómente, que o fructo, que daqui levão os Legistas, he a pedantaria, a vaidade, a indisposição de jámais saberem: enfarinhados unicamente em quatro petas de Direito Romano, não sabem nem o Direito Patrio, nem o Publico, nem o das Gentes, nem Politica, nem Commercio, finalmente, nada util. Que os Canonistas sahem daqui com o cerebro entumecido com tanto Direito de Graciano, sem critica, sem methodo, engolindo, como alguns verdadeiros, immensos Cannones apocryphos, dando ao Papa a torto e a direito poderes, que lhe não competem por titulo nenhum e desbulhando os Reis dos que por Direito da Monarchia lhes são devidos. Com estes não te abras mais, e accrescenta só, que he melhor morar em huma casa vazia, do que em huma cheia de trastes velhos, desconcertados, onde reina a desordem, a confusão, e a immundicia. (FRANCO, 1820: 3)

Retomando a frente, Mello Franco, a crítica aos religiosos portugueses, agora aponta a questão do luxo desmedido de alguns daqueles

Ajudão a descer hum gordo Bispo, Que na Côrte se achava com licença. Vinha todo de seda, e do pescoço Huma cruz lhe pendia cravejada De lucidas saphiras; de brilhantes O majestoso anel cegava os olhos, E pouco menos as fivellas de oiro. O austero censor ficou pasmado A mirar o Prelado passeando. Depois, com vozes de azedume cheias, Para os outros se volta, assim dizendo — Oh costumes, oh tempos primitivos! Tempos, em que o Pastor só differia Do seu rebanho pelas sans virtudes, Pela vida exemplar, com que o guiava! (FRANCO, 1820: 22)

Além da suntuosidade deste clero, Mello Franco questiona se a religião praticada em sua época era a mesma antes mostrada na bíblia:

Se o venerando Apostolo das gentes Aqui apparecesse, poderia Por companheiro ter hum homem d'estes? O grande Paulo, que o enrugado rosto Todos os dias de suor banhava, E para não servir jámais de peso A seus caros Irmãos, antes queria Ganhar escasso pão com seu trabalho. Santa Religião, tempos ditosos! Ou tu não es a mesma, ou teus Ministros De Pastores o nome não merecem. (FRANCO, 1820: 22-23)

Além dos pontos já discutidos, um ultimo chama a atenção. Neste caso, a questão do possível atraso português é um elemento negativo até para reconhecer alguém como português. Assim, em um dialogo, para a deusa Hipocrisia, irmã da Estupidez, até o simples fato de ser português ou nomear alguém como tal seria uma ofensa, chegando ao ponto de compará-los a macacos de imitação, sem originalidade, puros copistas das demais nações europeias

He a pena maior, que me atormenta. Nomear Portuguez a qualquer homem, He fazer-lhe a maior descompustura, Que pode proferira aguda língua D'hum vil regateira enfurecida. He chamar-lhe sem duvida macaco, Sómente imitador de vãos caprichos. Das estranhas Nações, não das virtudes. Sem rebuço, he chamar-lhe hum ignorante, Hum confirmado tollo, que não sabe. Nem artes, nem sciencias, nem commercio. Miseravel Nação! (FRANCO, 1820: 21)

Ainda sobre o comércio, a frente, Mello Franco evidencia que os portugueses seriam incompetentes, sem habilidades de negociação, que resultava na perda de sua riqueza em favor das demais nações européias, pois destaca que “Os thesouros franqueia aos Estrangeiros Por chitas, por fivellas, por volantes, E por outras imensas ninharias” (FRANCO, 1820: 21).

Por fim, ao analisar o poema *Reino da Estupidez*, percebe-se , assim como na analise sobre Verney (SILVA, 2008), que Francisco Mello Franco compreende seu país, Portugal, como um atraso frente a outros países europeus. No caso deste poema, em especifico, Mello Franco estabelece os motivos do atraso da nação lusa: 1º) ao retorno do predomínio de praticas e matérias de ensino abandonadas no momento da reforma da universidade; 2º) a saída do Marques de Pombal do poder; 3º) a ineficiência portuguesa de estabelecer-se como grande nação, principalmente no comercio; 4º) a religiosidade, também, é colocada como algo que impede o alvorecer de Portugal. Diferentemente de Verney, que via na educação – e no domínio jesuítico desta – a questão do atraso em Portugal, para Mello Franco, escrevendo algumas

décadas após Verney, o atraso português estava mais relacionado ao domínio e influência da religião e ao fim do período pombalino. Mello Franco destoa de Verney provavelmente por suas funções e formação acadêmica serem distintas. No caso do primeiro, sua formação acadêmica, como médico, o tenha levado a uma análise mais “radical” sobre a religião. O fato é que percebemos dentro do século XVIII e início do século XIX a forte presença do discurso do atraso português e, ao mesmo tempo, prováveis projetos de superação se descortinam em meio a essas análises.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CIDADE, Hernâni. **Lições de cultura e literatura portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

DAFLON, Claudete. **UMA PEDAGOGIA DA ESCRITA: INTELECTUAIS LUSO-BRASILEIROS NO SÉCULO XVIII**. Matraga, Rio de Janeiro, v.18, n.29, jul./dez. 2011.

FILHO, Rubem B. **Tradição e Artifício**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FRANCO, Francisco de Mello. **Reino da Estupidez**. Coimbra, 1821.

ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes : a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Eliás José (Org.). **Giro lingüístico e historia intellectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LUZ, Guilherme Amaral & ABREU, Jean Luiz Neves & NASCIMENTO, Mara Regina do. **A Ordem Crítica: A América portuguesa nas “fronteiras” do século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MORAIS, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o *Cristianismo Feliz* na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2006.

NUNES, Rosana Agostinho. **Nas Sombras da Libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre luzes e censura no mundo Luso-Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2011.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca & SHOIHET, Rachel (Orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Iverson Geraldo da. **VERNEY E A ILUSTRAÇÃO CATÓLICA: UMA MODERNIDADE SINGULAR**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VILLALTA, Luiz C. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese de Doutorado. USP, 1999.

História e subjetividades: a intensão do tocar “a pele que habito”¹

*Jailson Pereira da Silva**

*“O mapa da epiderme exprime certamente
mais que o toque mergulha profundamente
no sentido interno”
(Michel Serres. Os cinco Sentidos)*

“O mapa da epiderme” insinua uma cartografia da pele. Ela mesma uma metonímia do sujeito. Por extensão, talvez, possamos dizer que ela é, em si, uma metáfora da História. Não é de agora que conhecemos essas aproximações entre a pele e a subjetivação. Conhecemos esse tropo não como uma exclusividade de nossa moderna racionalidade ocidental, tão acostumada à individualização exacerbada. Sabemos que a pele é uma referência metafórica ao sujeito e à História também em outros tempos e espaços.

Basta ver que, bem longe da maneira como hoje compreendemos o sujeito, os antigos astecas, para cultuar suas divindades, vestiam um dos seus índios como um Deus. Cultuavam essa *persona* em quarentena e cobriam sua pele com as marcas que o associavam à divindade representada. Divinizado em sua pele, esse índio era agraciado com benesses e oferendas. Ao mesmo tempo, os seguidores também punham sobre seus corpos insígnias que os identificassem como devotos admiradores daquele Deus ali encarnado.

Depois de tudo, passado esse primeiro ato do rito sacrificial, esfolavam o corpo do índio-deus, da nuca até os calcanhares. Cuidadosamente, retiravam a pele inteira. Por fim, os devotos, literalmente, vestiam-se com o outro. Vestir-se com a pele do outro é assumir o lugar do outro, estar em sua pele. Como um gesto simbólico, isso significa herdar suas dores e sensibilidades, poderes e fraquezas.

¹ Gostaríamos de agradecer, desde já, ao professor Santiago Jr., da Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN), por suas contribuições e pela visão perspicaz que nos ajudou a ver o mesmo, mas de modo diferente.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A pele, última fronteira entre o “eu” e o “outro”, é um dos centros de atração onde gravita a narrativa do filme “*A pele que habito*” (2011), de Pedro Almodóvar. No filme, inspirado na novela *Mygale*, de Thierry Jonquet, originalmente publicada em 1984, Roberto (Antonio Bandeiras) é um cirurgião viúvo que transforma, violentamente, o corpo de um rapaz, Vicente (Jan Cornet), reconstruindo-o à imagem e semelhança de sua ex-esposa, Gal.

Depois de uma vaginoplastia e outros procedimentos cirúrgicos não menos traumáticos, que incluem a criação e aplicação de uma pele artificial, por baixo da pele de Vicente, ressurge a Gal de anos atrás. Roberto, então, vislumbrando as transformações que impusera ao corpo do rapaz, batiza esse novo sujeito de Vera (Elena Anaya).

A verdadeira Gal morrera anos antes. Ela estava se recuperando, graças aos intensos cuidados de seu marido Roberto, dos traumas e das marcas físicas herdadas de um acidente automobilístico. Desfigurada pelas queimaduras resultantes do desastre, ela nunca mais vira o seu rosto, até o dia em que, caminhando como um fantasma, percebe sua face refletida no vidro de uma janela. Ela também não se reconhece no rosto deformado que vê. Assustada consigo mesma, perde o equilíbrio e sua queda pela janela encerra sua vida.

Diante de sua nova pele, Vicente não se reconhece. Além de tudo, ele não sabe da existência da Gal anterior, não sabe que aquele rosto e corpo — que não são seus, mas que estão colados a sua subjetividade — já tiveram dono. Se Vicente não se sente Vera, é na pele dela que ele habita. Se ele não se sente Gal é na aparência dela que ele existe.

Partindo dessas clivagens entre os sujeitos-outros no qual o jovem oscila, nosso intuito é movimentar possibilidades de reflexão acerca da relação história-subjetividades, tomando o filme de Almodóvar como o ponto de atração que faz nosso pensamento orbitar.

Para nós, essa pele nova, onde Vicente está, precisa do tempo para transmutar-se em sujeito. De fato, depois das cirurgias, o jovem vê-se “um”, mas sente-se “outro”. Afinal, uma das primeiras coisas que dirá, ao fugir da mansão onde estava confinado será “sou Vicente”. Por outro lado, Vicente também sabe que não é mais Vicente. Ele sabe que há um deslocamento em seu ser e que a identidade não existe sem que o outro nos ajude a dizer o que somos (HALL, 1996: 89).

O cirurgião fez o seu trabalho. É preciso que o tempo, esse escultor com cinzéis que tudo corta, entre em cena. Mas não é qualquer tempo que pode, novamente, talhar a identidade e alinhar esse sujeito consigo mesmo, porque não é todo tempo que possui o poder de historiar as coisas. Somente quando historiada, essa pele poderá exibir as marcas de subjetividade que lhe preenche a existência. Pois, como afirma Michel Serres (2001: 18),

a pele historiada traz e mostra a própria história; ou visível: desgastes, cicatrizes de feridas, placas endurecidas pelo trabalho, rugas e sulcos de velhas esperanças, manchas, espinhas, eczemas, psoríases, desejos, aí se imprime a memória; porque procurá-las em outro lugar; ou invisível: traços imprecisos, carícias, lembranças de seda, de lã, veludos, pelúcias, grãos de rocha, cascas rugosas, superfícies ásperas, cristais de gelo, chamas, timidez do tato sutil, audácias do contato pugnaz. [...] a pele vira porta-bandeira quando porta impressões.

Esse corpo de Vicente ainda precisa se aparelhar de si, encontrar sentidos que encurtem a distância que supostamente atíça o conflito “essência X aparência”. Por fora um corpo harmônico; por dentro um corpo indisciplinado. Esse corpo ainda não se fez, porque as coisas só se fazem no tempo. É esse o verdadeiro fogo que faz arder os segredos da história. E o corpo Vera, coberto com uma pele artificial, é frio. Muito embora saibamos que, como diz Serres (2004: 116), “*o corpo faz o corpo e o corpo faz o mundo. Ele sabe fazer o sujeito, ele pode fazer o objeto*”, esse seu fazer tem o tempo como matéria-prima.

Mas, como dissemos, não é de qualquer tempo que o corpo/ sujeito precisa. Ao Vicente, não interessa o tempo psicanalítico que, conforme anotado por Michel de Certeau, pensa passado e presente como se *um estivesse no outro*. Afinal, a história e a psicanálise possuem distintas estratégias do tempo. Nas palavras do próprio de Certeau (2012: 73),

elas (psicanálise e historiografia) pensam, de modo diferente, a relação do passado com o presente. A primeira reconhece um no outro. A psicanálise trata essa relação segundo o modelo da imbricação (um no lugar do outro), da repetição (um reproduz o outro sob uma forma diferente), do equívoco e do quiproquó (o que está “no lugar” do quê? Há, por toda parte, jogos de máscaras, de reviravolta e de ambiguidade). Por sua vez, a historiografia

considera essa relação segundo o modelo da sucessividade (um depois do outro), da correlação (maior ou menor grau de proximidade), do efeito (um segue o outro) e da disjunção (um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo).

Se Serres (2001: 19) está certo ao afirmar que “*na pele, a alma e o objeto se avizinham, avançam, ganham ou perdem terreno*”, o que resta de Vicente, nessa nova pele? Nem *fractus* nem *fragmento*, nem Eros nem Tânatos, nem sujeito nem objeto, esse novo Vicente sofre por não ter História, sem saber o que, nele, é sua alma e o que é sua matéria. Sofre por não perceber os limites das fronteiras resilientes entre as subjetividades de dentro e de fora.

Vicente, o fictício exemplo singular, talvez, possa nos indicar que precisamos da História para saber o que em nós resta de nós mesmos, o que Clio, ela mesma que sempre transforma sua face, espera que façamos com nossa pele, nossa História, para nos constituirmos sujeitos. Talvez seja ainda válido lançar o olhar para aquela trilha apontada, mas não seguida até o fim, pelo freudismo que nos faz perceber que o singular pode dizer respeito ao coletivo de uma forma muito mais intensa do que pensamos (CERTEAU, 2012: 91-97).

Ao transformar Vicente em outro, Roberto age como se pudesse dominar a História do sujeito. Mas tal qual Mister Clay, o rico comerciante criado por Karen Blixen, em “*A história imortal*”², ele descobrirá que a história não é um teatro de marionetes. Ela não é, apenas, o que acontece. Ela é, antes, o significado que se dá ao acontecido.

Mais do que dominar, no entanto, Roberto parece querer anular o sujeito Vicente, promover seu apagamento, condená-lo a viver na sombra (i)memorial da sua própria existência. Contudo, a anulação difere do extermínio. O extermínio impõe uma luta pelo esquecimento

² Em “A História Imortal”, Mister Clay se irrita ao descobrir que uma das narrativas de que gostava — que contava as aventuras de um marinheiro que fora contratado para engravidar a mulher de um rico senhor que não tinha herdeiros — era falsa. Irritado, Mister Clay, que detestava fingimentos, dedica esforços para tornar a fábula verdadeira. Embora a história se consume, cada um dos sujeitos envolvidos na trama atribuirá um sentido novo à história vivida.

A história de Mister Clay é retomada por Jurandir Freire Costa para pontuar uma discussão sobre “*a psicanálise e o sujeito cerebral*”. A referência completa do texto de Costa encontra-se no final desse trabalho.

total. É preciso esquecer, aniquilar, a própria memória do esquecimento. “*o esquecimento do extermínio — já nos alertaram — faz parte do extermínio*”.³

Vicente, no entanto, não se esquece de si. Ele se imagina a todo momento em que não se vê no espelho. Sua história, cindida, perde fios de contiguidade. Mas o tecido que sua trama costurou permanece latente em sua vontade de não ser, de não sentir-se, nesse outro que a aparência lhe mostra. Sua vontade de história é sua testemunha. O testemunho é a denúncia não apenas do que vimos, mas também do que sabemos ou mesmo do que pensamos saber. É um ato de memória porque se articula ao conhecido, ao passado, portanto. Vicente, em seu íntimo, é a testemunha de si. De um *eu* cuja história solitária, mas inversamente narcísica, não é história porque não pode ser partilhada por outro. Nesse novo corpo, o ver não nos faz crer. Não há estranhamento, porque o estranho é um eu diferente. Quando digo: “você está estranho”, ou “você está diferente”, não nego que você é você. A mãe de Vicente, a mesma que nunca desistira de tê-lo de volta, na cena do reencontro, olha-o sem referências e, por isso, indiferente, nega-lhe o direito de ser ele mesmo.

A mulher de Roberto, Gal, mantém sua essência após o acidente que lhe desfigura. Ela é ela, apesar das transformações externas que a tornam uma *persona* sem rosto. Ela não tem rosto, mas tem essência. Ela é ela porque os outros a veem assim. A pele dessa Gal, esposa de Roberto, não é vazia de história.

Vicente, ao contrário ganha rosto, corpo e pele. Mas ele ainda é ele porque se sente assim. Sua pele é artificial não apenas porque feita em laboratório, mas porque não traz marcas de subjetividade. Uma pele artificial que não queima⁴, como a sua, é uma pele sem vida porque ao negar a destruição, ao negar a finitude, a dor, nega a própria existência e não deixa um lugar para a história habitar.

³ A expressão entre aspas pertence a Jean-Luc Godard e é retomada por Georges Didi-Huberman (2012:38), para analisar a maneira como os nazistas se esforçaram para “exterminar as marcas do extermínio” judeu. Segundo Didi-Huberman, os nazistas sabiam que a memória do extermínio significava a permanência do ser exterminado, por isso se empenharam no apagamento dos registros que contavam, ainda que de forma incompleta, a história das suas atividades.

⁴ A pele que Roberto cria é extremamente delicada. Mesmo assim, ela é bem mais resistente que a pele natural. Eventos como calor e picadas de inseto, por exemplo, não atingem a pele artificial com a mesma profundidade que o fazem sobre a pele natural.

Há uma diferença entre as peles da Gal (exposa) e da Gal (Vicente) e não é na aparência que devemos procurá-la. Essa diferença está no papel que tempo e história desempenham em cada uma dessas peles.

O que une as duas “*peles Gal*” é que ambas estão atravessadas pela experiência da dor. Mas a Gal (esposa) sofre por ver sua pele deformada preenchida pela história. A Gal (Vicente) por sua vez, sofre pelo vazio de história que essa pele lhe apresenta. A esposa olha e pensa em tudo que viveu. Vicente olha e pensa no que passará a viver. Incapazes de esquecer, entre o passado e o futuro, os dois corpos são massacrados pelo presente. Elas não conseguem mais narrar sua própria história. Sem narrativa possível não há vida possível.

No caso de Vicente, ao contrário dos astecas citados na abertura, não há o desejo de vestir a pele do outro. Essa pele é imposta e traz consigo uma subjetividade esquizofrênica que, apartada da história, flutua sem um cais de tempo onde possa ancorar. Diante dela, há um duplo vazio: não há identidade, não há identificação (LaCAPRA, 2004:37).

Vicente sabe que “ver mais” pode significar “ver menos”. A fisionomia, essa arte de traduzir os sinais visíveis do rosto, de evitar os enganos — como alertara, ainda no século XVII, Marin Cureau de la Chambre⁵ — que resultam do mau uso que o homem faz da voz e da língua, não é capaz de dizer tudo. O visto e o dito procuram a complementaridade. A imagem não é apenas luz, enquadramento, nitidez. Ela é corte temporal.

O que Vicente reclama é que essa imagem que se vê com clareza anula a fenomenologia do que lhe fez ser o que é, promovendo um evanescer do processo, das clivagens, das marcas, das cicatrizes que ensinavam um percurso, uma trilha, para que pudéssemos saber da História. A frase de Vicente, sempre ela, (“sou Vicente”) ao reencontrar os referencias de sua vida

⁵ “Porque a natureza não somente deu ao ser humano a voz e a língua para serem os intérpretes de seus pensamentos, mas desconfiando de que ele pudesse abusar delas, ainda fez falar sua fisionomia e seus olhos para desmenti-las, quando não fossem fies. Numa palavra, a natureza estampou toda a alma do ser humano no exterior e não há nenhuma necessidade de janela para ver seus movimentos, suas inclinações e seus hábitos, porque tudo isso aparece no rosto e nele está escrito em caracteres bem visíveis e bem manifestos” (CUREAU DE LA CHAMBRE, 1660: 1, apud COURTINE, Jean Jacques. *O espelho da Alma*. In: *História do Corpo: Da renascença às Luzes*.)

denuncia que ele teme não se ver. À primeira vista, ela impõe e necessita de uma realidade cogente, sem a qual nada parece fazer sentido.

Mas, sempre existe uma história transversal, uma fresta que abre um outro labirinto de sentidos e interpretações, e aquela mesma frase pode também ser vista como uma despedida: é o momento no qual o “Vicente-Vera” despede-se do Vicente-Vicente anterior e pode, enfim, tornar-se, novamente, sujeito de si, afinal, a frase é dita para uma mulher que o “Vicente-Vicente” desejava, mas que sempre o rechaçava dizendo-lhe: “*desista Vicente, eu gosto de mulher*”. Vicente, agora habitando essa pele-mulher, quem sabe, poderá, enfim, encontrar uma forma de realizar o desejo de história e preencher o vazio da existência.

Resta tomar uma reflexão, apenas: como nós pretendemos dar conta, se isso nos é possível, da História que nos associa, não à pele, mas à vida na qual habitamos.

Referências Bibliográficas:

CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges (Diretores). **História do Corpo: Da Renascença às Luzes**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

HUBERMAN, Georges-Didi. **Imagens apesar de tudo**. KKYM: Lisboa, 2012.

LaCAPRA, Dominick. **History in transit: experience, identity, critical theory**. New York: Cornell University Press, 2004.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SERRES, Michel. **Variações sobre o corpo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Regionalismo e Itaytera: o Cariri a partir se sentimentos de alteridade e pertencimento (1955-1970)

Jane Semeão*

Em 1955 foi lançada no Crato, cidade situada no Cariri cearense, a revista *Itaytera*. De periodicidade anual, a publicação circulou até o ano de 2000 contabilizando 44 edições. Anunciada como “órgão” do Instituto Cultural do Cariri (ICC), fundado em 1953, o periódico surgiu com o objetivo de promover a “defesa intransigente da região caririense” (ITAYTERA, 1955: 02). Com esse intuito, e em pouco tempo, seus agentes conseguiram transformá-la em importante espaço de sociabilidade e solidariedade (SIRINELLI, 2003) da elite local interessada no desenvolvimento da região¹.

Classificada por seus organizadores como de “caráter cultural”, ao longo de sua existência *Itaytera* publicou textos de cunho político, jornalístico, literário e científico, com destaque para as pesquisas históricas, além de notas, comentários, memórias, documentos de arquivo e propostas com vistas ao progresso econômico e intelectual do sul do Ceará.

Em suas páginas, sócios e colaboradores do ICC exprimiram interesses, anseios e desejos classificados como batalha pelo “alevantamento moral, intelectual e material da região” (ITAYTERA, 1956: 01). Embora coexistindo com outros impressos entre os anos 1955 e 1970, *Itaytera* se firmou como *locus* primordial para a (re)invenção identitária do Cariri cearense e sua visibilidade política, cultural e histórica para além de seus limites geográficos.

Nosso objetivo nesse artigo é identificar e analisar as subjetividades presentes no projeto de fundação da revista para melhor compreendermos sua emergência, materialidade, programa editorial e interesses envolvidos em sua manutenção. Salientamos que a proposta apresentada

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

¹ O Cariri cearense, localizado no sul do estado, possui atualmente 28 municípios e faz fronteira com Pernambuco, Paraíba e Piauí. Suas cidades principais são Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que junto com outros seis municípios limítrofes formam a recente criada Região Metropolitana do Cariri (Lei Complementar Estadual n.78 sancionada em 2009). Seu nome deriva de um dos grupos indígenas que habitavam o território antes da colonização portuguesa, os *Kariris*. Por ser território fronteiro, sua formação política, econômica, histórica e cultural deve muito a fluxos migratórios que datam do século XVIII, quando se iniciou sua colonização.

faz parte de um projeto maior de reflexão sobre a atuação do Instituto Cultural do Cariri e de seu periódico na (re)definição identitária do sul do Ceará a partir da apropriação da natureza local. Nesse sentido, esse texto faz parte de um exercício maior de percepção e análise dos contornos representacionais que a região foi adquirindo em *Itaytera* em função do que era produzido e publicado por seus organizadores e colaboradores na revista e outros impressos.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, tomamos como fonte dados biográficos de seus principais responsáveis, textos de apresentação da revista, publicações referentes a comemorações de seu aniversário e aceitação junto a instituições e intelectuais de outras cidades e estados divulgados em suas páginas. Recortamos as décadas de 1950 a 1970 por terem sido os anos de maior efervescência política e intelectual do Instituto e, conseqüentemente, de *Itaytera*.

Institucionalização de *Itaytera*

Como dito acima, *Itaytera* nasceu como porta voz do Instituto Cultural do Cariri. O surgimento dessa agremiação em 1953 resultou de conversas trocadas entre alguns de seus idealizadores com membros do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. À frente estava o médico e historiador Irineu Pinheiro² que ouviu do então presidente daquela instituição, Thomaz Pompeu Sobrinho, a sugestão de fundar no Crato uma sociedade nos moldes da que presidia. A intenção inicial era criar uma associação genuinamente cratense, ideia abandonada em função da impossibilidade de se alcançar o número de sócios suficientes para tal:

Falou-se, a princípio, embora de leve, em fundar-se, aqui, nestas festas do primeiro centenário de nossa cidade, uma Academia de Letras. Mas caiu, logo, a ideia, evidentemente inexecutável em meio como o nosso, de mui restrito

² Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1910, Irineu Pinheiro foi um dos principais responsáveis pela criação do ICC. Nascido em 1881 e morto em 1954, chegou a ocupar o cargo de primeiro presidente da instituição. Além do exercício da medicina, dedicou parte de sua vida às pesquisas históricas sobre o Crato e Cariri tornando-se, em função disso, sócio correspondente do Instituto do Ceará e professor de história. Entre os livros publicados destaca-se: *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914* (1938); *O Cariri - seu descobrimento, povoamento e costume* (1950); *Efemérides do Cariri* (1962) e *Cidade do Crato* (1953) – escrito em coautoria com José A. de Figueiredo Filho.

âmbito intelectual. Onde encontraríamos 40 sócios, número que já é clássico, para a construção do novo sodalício? (PINHEIRO, 2010: 540).

As ponderações de Raimundo Girão, historiador também pertencente ao Instituto do Ceará, ajudaram, por fim, a definir o perfil da nova instituição³:

Lembrou-se, então, a criação de uma sociedade que cultivasse nossas letras históricas, estudasse nossos costumes e nosso folclore, averiguasse as origens de nossa gente etc., tudo registrando e interpretando com inteligência e critério. Demos-lhe o nome de Instituto Cultural do Cariri por que a ele podem pertencer todos os que nesta nossa região nasceram ou trabalham, e quiserem estudar questões que a interessam, ao sabor de suas inclinações em qualquer dos ramos do saber relativos à história, geografia, geologia, etnologia, genealogia etc (PINHEIRO, 2010: 540)⁴.

A fundação do ICC foi inserida nas comemorações do centenário do Crato, realizada entre os dias 11 e 18 de outubro de 1953. Apesar de instalado no dia 04 daquele mês, a data oficial de sua inauguração ficou sendo 18 de outubro para coincidir com a posse de sua primeira diretoria. Mais do que mera formalidade, percebemos nessa decisão uma estratégia de duplo ganho. Ou seja, ela não só agregou valor simbólico às festividades ao reafirmar a imagem do Crato como “cidade da cultura” (CORTEZ, 2000) e berço de grandes intelectuais como, no mesmo movimento, procurou garantir distinção e legitimação para o sodalício já em seu nascimento. Haja vista ter se realizado em data que se revivificava um passado de glórias e progresso ao mesmo tempo em que se buscava criar expectativas positivas em relação ao futuro da cidade, que aos poucos perdia sua hegemonia política e econômica para a vizinha Juazeiro do Norte (CORTEZ, 2000; DIAS, 2014; VIANA, 2011)⁵.

³ Informações contidas em carta enviada por Raimundo Girão a Pe. Antonio Gomes de Araújo, um dos responsáveis pela fundação do ICC (ARAÚJO, 1971: 24). Consultamos também o discurso proferido por Raimundo Girão em agradecimento a sua investidura como sócio efetivo do Instituto Cultural do Cariri que se encontra transcrito na revista *Itaytera* de 1973 (p. 55-56).

⁴ As duas citações foram retiradas do discurso proferido por Irineu Pinheiro na solenidade de posse da primeira diretoria do Instituto Cultural do Cariri, da qual ele foi seu primeiro presidente.

⁵ No século XIX Crato despontou como importante sede promotora e irradiadora de discursos e ações de um “projeto civilizador para o Cariri” (CORTEZ, 2000). Sua conformação histórica: primeira vila (1764), cabeça de comarca (1816) e cidade do sul do Ceará (1853); o envolvimento de alguns de seus habitantes na Revolução de 1817 e Confederação do Equador (1824); seu forte poder econômico e pioneirismo cultural na região ao criar instituições como escolas e imprensa, por exemplo, foi capitalizada por sua elite para atribuir distinção ao Crato

O lançamento de *Itaytera* dois anos após a fundação do Instituto também serviu ao mesmo intento na medida em que, ao garantir sua visibilidade para além das fronteiras caririenses e publicar escritos de seus sócios e colaboradores, representava a cidade como espaço de movimentada produção intelectual. Impressa no Crato, a revista era vendida na região e distribuída para órgão de cultura do país e do exterior e enviada para pessoas ligadas a política, arte, ciência, imprensa e literatura. Sua repercussão e aceitação eram registradas tanto em ata quanto em suas páginas, onde notas de imprensa, cartas elogiosas e de agradecimento pelo recebimento de seus números eram lidas nas reuniões e/ou publicadas no número seguinte:

“Itaytera” não é uma revista vulgar, com a exposição de trabalhos anêmicos, tanto do ponto de vista intelectual como inventivo. É uma coletânea de produções másculas de um grupo de homens cultos, que sabem escrever e que escrevem coisas sérias. – O Nordeste [jornal de Fortaleza] 1955. (ITAYTERA, 1956: 265).

ITAYTERA não é uma revista e sim antologia cultural do Cariri, documentário que legitima o trabalho intelectual em todos os campos da atividade no plano da inteligência, História, tradições, poesia, geografia, jornalismo. É um índice de força criadora que orgulha a todos nós. – Câmara Cascudo (Trecho de uma missiva a J. de Figueiredo Filho). (Idem, p.266).

O último número de “Itaytera”, como no caso das EDIÇÕES anteriores, merece, de nossa parte, um registro especial. A revista que vem sendo publicada a quinze anos pelo Instituto Cultural do Cariri, do Crato, tendo à frente essa grande figura de líder que é J. de Figueiredo Filho, representa, sem a menor dúvida, uma contribuição realmente notável à vida intelectual do nosso Estado, valendo sobretudo como um esforço – e esforço bem sucedido – no sentido de colocar a região ao nível do que existe de melhor, no Ceará e em todo o Nordeste, em matéria de atividade cultural. A revista é, diga-se de passagem, o próprio Instituto, uma vez que uma não é mais do que a expressão do outro, completando-se ambos dentro do mesmo contexto. (Edit. de Suplemento Letras e Artes de [jornal] “Unitário”, Fort., 19.12.72). (ITAYTERA, 1972: 175).

frente às outras cidades caririenses. Ao longo do século XX, porém, o município foi perdendo sua hegemonia na região para Juazeiro do Norte - hoje o segundo maior centro urbano do Ceará depois de Fortaleza.

A abordagem de assuntos os mais diversos nas páginas da revista ia ao encontro das finalidades propostas para o próprio Instituto Cultural do Cariri, que era “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da história e da geografia política do Cariri”⁶.

Portanto, além de reivindicar um lugar entre a intelectualidade cearense (e mesmo nacional) e servir de veículo de propaganda das ações do Instituto, os responsáveis por sua produção e circulação transformaram-na em importante mecanismo do projeto de valorização do Crato e Cariri.

Dessa forma, *Itaytera* constituiu-se em espaço privilegiado no processo de produção e circulação de representações sobre a cidade e a região entre as décadas de 1950 e 1970 que tanto as colocavam numa relação de identificação geográfica, cultural e histórica quanto, especialmente, de diferenciação em relação ao restante do Ceará, do Nordeste e Brasil. Nesse aspecto, a revista assumiu um caráter regionalista e importante papel político e cultural na promoção de uma identidade cratense e caririense. Mas qual regionalismo e sensibilidades fundamentaram seu programa e as representações postas em circulação sobre o Cariri?

Regionalismo e subjetividades em Itaytera

Lançada como porta-voz do Instituto Cultural do Cariri, *Itaytera* tornou-se a expressão dos interesses e anseios daqueles que reclamavam tanto a perda de hegemonia do Crato na região quanto o preterimento, por parte do governo estadual, do Cariri em relação a Fortaleza.

No que diz respeito a esta última queixa seus ecos remontam ao XIX, especialmente à sua segunda metade, quando setores da elite caririense criticavam a maior atenção dada pela administração provincial ao litoral cearense. Elemento reiteradamente apontado como causa de entrave do progresso da região. A reclamação serviu como motivação para o projeto elaborado em 1828 de criação da *Província do Cariri*, cuja capital seria o Crato em função de seu crescimento demográfico, econômico e intelectual. Atualizado no século XX, embora com menos força e adesão que na centúria anterior, a proposta alimentou novamente o sonho

⁶ “Estatutos do Instituto Cultural do Cariri”. In: Revista *Itaytera*, 1955, p.181-188.

separatista de representantes da elite política e econômica do sul do Ceará (ALVES, 2010: 66-75; CORTEZ, 2000: 26-31; DIAS, 2014: 39-45)⁷.

Os organizadores e colaboradores da revista *Itaytera*, boa parte pertencentes a famílias tradicionais da região e nascidos entre o final do XIX e início do século passado, cresceram alimentados pelo queixume de seus pais e avós que culpavam a centralização administrativa do governo pela estagnação e decadência econômica do Crato e Cariri e, conseqüentemente, de seu poder financeiro. O “órgão oficial” do ICC, em consonância com seu programa de “valorização do Cariri”, fez eco a esse ressentimento. A apresentação do primeiro número de *Itaytera* traduz bem o espírito que animava os que participavam dessa congregação:

“Itaytera” quer seu lugar ao sol. Já passou a época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida. No interior e na região é onde pulsa o verdadeiro coração do Brasil. Seu programa não está fechado em regionalismo estreito. Não podemos mais viver em regiões estanques, sem contato com o Estado, o país e a própria humanidade [...]. “Itaytera” pugnará, sem desfalecimento, pela melhoria do nível cultural e pelo bem estar da região caririense, dentro da comunidade cearense e brasileira, sem esquecermos de que somos parcela bem viva, desta humanidade inquieta de hoje (ITAYTERA, 1955: 01).

A instituição de um discurso e programa de caráter regionalista constituiu-se em importante força de coesão, mobilização e legitimação tanto para o ICC quanto para sua revista. A despeito das rivalidades entre algumas cidades da região, especialmente entre Crato e Juazeiro do Norte, e não obstante o caráter marcadamente cratense do Instituto e sua publicação, o sentimento ainda pulsante de abandono pelo poder central desde o Império provocou adesão e funcionou como elemento agregador em prol do “alevntamento moral, intelectual e material da região dentro do estado, da nação e mesmo da humanidade” (ITAYTERA, 1956: 01).

Mas como pode ser observado na citação acima e da página anterior, o regionalismo defendido no impresso era de cunho integrador e não separatista. Em função da retomada e repercussão da ideia de criação do “Estado do Cariri” ocorrido em 1957, seus organizadores

⁷ Naquele ano a iniciativa partiu da Câmara do Crato. Em 1839 foi apresentada ao Senado do Império pelo então senador da província do Ceará, José Martiniano de Alencar. Em 1846 a proposta de criação da *Província do Cariri* foi reapresentada pela Assembleia Legislativa da Província do Ceará e retomada no decênio de 1850 pelo jornal *Araripe*, periódico impresso no Crato e que circulou na região entre os anos de 1855 e 1864.

procuraram deixar bem claro em alguns de seus números que não comungavam com tal projeto⁸. Assim, na apresentação de *Itaytera* daquele ano lemos que todo o esforço empreendido pelo ICC em benefício da “elevação do nível cultural da região” não tem outro objetivo que não o desenvolvimento da “cultura intelectual” do Cariri: “supomos que fazendo assim, não fugimos da obrigação que nos prende a todo o conjunto somático nacional, ou mesmo universal. Trabalhamos no raio de ação que julgamos servir melhor ao Estado, ao Nordeste e à Nação Brasileira” (ITAYTERA, 1957: 01).

Em 1961, ao ser relatado o sucesso do “Primeiro Congresso de Jornalistas do Interior Cearense” organizado pelo ICC, novamente procurou-se dissipar qualquer nuvem de desconfiança relativa ao programa da agremiação:

O Congresso de Jornalistas do Interior Cearense é acima de tudo, festa de conagração de todo o Ceará. *Em nosso meio, é preciso que se frize bem, não há ideia de separatismo*. Há apenas *regionalismo construtor* que trabalha intransigentemente pelo engrandecimento da terra cearense e do todo nacional (ITAYTERA, 1961: 5. Grifos nossos).

O regionalismo apregoado, portanto, traduzia-se na ideia de “valorização do Cariri”, de trabalho pela terra natal com o objetivo de assegurar-lhe desenvolvimento econômico, intelectual e “completa integração, em pé de igualdade, com as demais regiões do Estado e do País” (ITAYTERA, 1957: 187). Para tanto, era necessário que uma “mentalidade verdadeiramente regionalista” se firmasse entre a elite local para que a região, desprezada e abandonada pelo litoral, assegurasse seu progresso através do esforço de seus próprios filhos.

A lógica cultural do programa da agremiação, portanto, vinculou-se estreitamente a um projeto amplo de articulação política numa reação de seus agentes ao enfraquecimento do poder

⁸ No século XX a reivindicação pela criação do Estado do Cariri ganhou fôlego em 1905, através do jornal *Sul do Ceará*, e em 1957 quando foi criado o *Comitê Central Pró-Estado do Cariri*. Os argumentos, de modo geral, não variaram em relação ao que se pregava no século XIX. Ou seja, predominou a justificativa de que o Cariri tinha seu progresso econômico e civilizatório dificultado pelo abandono em que o sertão se encontrava pela administração central que privilegiava o litoral com recursos financeiros (ALVES, 2010; DIAS, 2014). Na década de 1990 alguns políticos e intelectuais de Juazeiro do Norte realimentaram o desejo de criação do Estado do Cariri através de um movimento denominado *Pacto de Cooperação do Cariri*, mas que não obteve muita adesão. Nessa nova tentativa Juazeiro do Norte, e não mais Crato, seria a capital administrativa do novo estado em função de ter assumido o lugar de principal cidade da região nas últimas décadas do século passado (CORTEZ, 2000: 30-31).

regional frente a centralização econômica, política e administrativa que beneficiava o centro em detrimento da periferia. A reação ao que consideravam abandono, desprezo e esquecimento do Cariri foi justificada e sustentada pelo sentimento declarado de amor a terra natal. Antes mesmo da fundação do Instituto Cultural do Cariri e lançamento de *Itaytera*, algumas cartas trocadas entre dois de seus principais idealizadores carregavam essas subjetividades.

Os historiadores Irineu Pinheiro e Antonio Gomes de Araújo⁹, respectivamente médico e padre de formação, ao realizarem suas pesquisas acerca do Crato e a região costumavam trocar informações sobre documentos, acontecimentos e personagens históricos ligados ao sul do Ceará. Em missiva datada de 1948, a sugestão de Irineu Pinheiro para que Antonio Gomes procurasse “dissipar as névoas que envolvem as origens das *gens caririenses*” é de cunho sentimental: “Se sugiro é por que amo muito a terra que nos é comum, tão esquecida até hoje” (ARAÚJO, 1971: 29-30). A colaboração existente entre eles foi assim definida por Antonio Gomes em carta a Irineu Pinheiro: “Trabalhamos, ambos, para o mesmo fim: a exaltação deste rincão, que lateja em nossas veias e vibra em nossas almas” (Idem: 38).

O amor que declamavam ao seu lugar de nascimento, expressado em manifestações de pertencimento e identificação com aspectos do passado, memória e cultura do Cariri, serviu também como estratégia de legitimação e elemento aglutinador de desejos e ações visando o desenvolvimento regional. De acordo com José de Figueiredo Filho¹⁰:

O segundo número de <ITAYTERA> ainda possui maior quantidade de páginas do que o inicial e sua colaboração está firmada por valores reais do Cariri, não só residente nesta privilegiada região, como por muitos que se

⁹ Antonio Gomes de Araújo (1900-1989) foi ordenado padre em 1927. Sócio-fundador do ICC ocupou o cargo de presidente da instituição logo após a morte de Irineu Pinheiro e de vice-presidente por diversos anos. As pesquisas históricas sobre o Cariri levaram-no a exercer o cargo de professor de história em escolas e na Faculdade de Filosofia do Crato, além do de sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará e da Paraíba. Entre suas principais obras destacam-se: *Concurso da Bahia na formação da gens caririense* (1950); *A cidade de Frei Carlos* (1971) e *Povoamento do Cariri* (1973).

¹⁰ José Alves de Figueiredo Filho (1904-1973) foi sócio-fundador do ICC e diretor da revista *Itaytera* enquanto esteve na presidência do Instituto de 1955 a 1973 (ano de sua morte). Foi um dos grandes nomes da intelectualidade cratense com vários livros e textos publicados em revistas e jornais do Ceará e outros Estados. Formado em Farmácia em 1925, exerceu com mais afinco a atividade de historiador e professor em escolas e na Faculdade de Filosofia do Crato. Foi membro da Comissão Estadual do Folclore, sócio da Academia Cearense de Letras, da Associação Brasileira do Folclore, do Instituto Histórico do Ceará, Pernambuco e Uruguaiana (RS) e diretor do Núcleo Cearense da ANPUH. Entre suas publicações estão: *Engenhos de rapadura do Cariri* (1958); *O Folclore no Cariri* (1962) e *História do Cariri* (obra em 4 volumes publicada entre 1964-1968).

mudaram para outras terras, *mas que conservam intacto o amor acendrado à gleba natal*. Um dos pontos principais do programa de ação do Instituto Cultural do Cariri é o contacto com os intelectuais caririenses, disseminados por esse Brasil a fora. *É a voz da terra que conclama a todos para o trabalho comum de seu engrandecimento* (ITAYTERA, 1956: 1. Grifos nossos).

A própria revista, nesse aspecto, constituiu-se em dispositivo deflagrador de emoções ao despertar saudade e orgulho da terra a qual estavam vinculados por nascimento os caririenses que moravam em outras plagas: “Já a li do começo ao fim, quase de um só fôlego, tal o ânimo, o vigor que me impele constantemente para as coisas da nossa terra. Devo também dizer que, em ITAYTERA, encontrei prodigiosa fonte, refrigeração da sede ardente da saudade. PINHEIRO FILHO” (ITAYTERA, 1956: 266). Em carta elogiosa enviada do México aos organizadores da revista por alguém cujo pai ainda criança saíra do Cariri, o sentimento de ligação com a região construído a partir das memórias do pai também foi despertado com a leitura de *Itaytera*:

As raízes do sangue são vigorosas: e assim eu [...], tenho, *dentro de minha saudade ancestral, todas as evocações do velho Cariri, como se lá tivesse nascido e vivido*. [...] E as páginas da revista tem o condão de aquecer todas as evocações de uma região que me vem ao espírito através das palavras de um velho lutador [...]. Com tais fontes de vitalidade espiritual [o pai e a revista], como não lançar os olhos para o rincão onde mergulham as raízes dos entes que mais quero? (ITAYTERA, 1959: 116. Grifos nossos).

O projeto de criação do Instituto Cultural do Cariri e de lançamento de *Itaytera*, portanto, teve seu programa político e cultural costurado a partir de subjetividades daqueles que representavam uma geração que, em função da decadência econômica que afetou as famílias tradicionais envolvidas no passado com a agricultura e pecuária, investiram no capital cultural e político como fator de civilização e progresso.

Conclusão

O caráter regionalista que a revista adquiriu é testemunhado inclusive em seu batismo e capa. Seu nome, *Itaytera*, faz referência a uma das particularidades do Cariri representada pela

natureza local. Traduzido por alguns como “água que corre entre pedras”, a denominação recupera não só o significado indígena do principal rio da região (comumente conhecido por Batateira) como se transformou em metáfora para se referir a intelectualidade local. Pois se o rio era a imagem da “pujança da natureza caririense”, “Itaytera é o símbolo da opulência intelectual do Cariri” (ITAYTERA, 1956, p.112).

A proposta de “valorização do Cariri” também se apresentou nas imagens e escritos reproduzidos em sua capa. Entre os anos de 1958 e 1961 seus organizadores publicaram imagens, algumas de artistas cratenses, em que aspectos da natureza do Cariri foram representados. A partir de 1962 ganham destaque trechos de documentos históricos e discursos políticos que se referiam ao passado e presente do Crato e da região.

Essas estratégias de apresentação da revista demarcam claramente o caráter e o tipo de regionalismo adotado por seus editores e colaboradores. Posicionando-se contra o fantasma do separatismo que ainda rondava as ideias de alguns caririenses, eles assumiram, ao contrário, o objetivo de lutar pela “completa integração” do Cariri às outras regiões do estado e do Brasil (ITAYTERA, 1957: 187). Dessa forma, não apenas destacaram elementos de fortalecimento dessa integração como, especialmente, de diferenciação no que se referia a sua história, natureza e cultura.

O título e capa do impresso, em que se procurava marcar as singularidades da região em relação às demais, a sua “cor local”, funcionaram como meio não só de sugestão de leitura, de “antecipações de compreensão” (CHARTIER, 1990: 127), como também de construção de significados sobre o sul do Ceará, ou seja, de uma determinada identidade caririense. Esforço intensificado em seu interior onde conteúdos com temáticas e propostas diversas discutiam e enalteciam o Cariri.

A emergência de *Itaytera* como órgão oficial do Instituto Cultural do Cariri, parte de uma agenda ampla em nome do desenvolvimento regional, e as imagens produzidas em suas páginas sobre o sul cearense vieram acompanhadas de sensibilidades que orientaram a atividade e o programa intelectual de seus organizadores, cujos procedimentos adotados em sua estruturação cruzavam saberes, anseios, ressentimentos e apego a terra natal. O sentimento definido como amor à terra e a necessidade de reparar seu esquecimento, e não apenas no campo

da história, funcionaram, portanto, como elo entre os intelectuais que se agremiaram em torno de seu programa. *Itaytera*, portanto, carregou impresso em sua fundação e realizações esses traços de subjetividades traduzidos como batalha pelo “alevramento moral, intelectual e material da região” (ITAYTERA, 1956: 01) e de “defesa intransigente da região caririense” (ITAYTERA, 1955: 02).

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe* (1855-1864)**. Fortaleza, 2010, Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Antonio Carlos de. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, Coleção Estudos e Pesquisa, v.1, 1971.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000, Dissertação de Mestrado.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980)**. Campina Grande: UFCG, 2014, Dissertação de Mestrado.

HOBBSAWM, E; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2001, pp.167-182.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-nação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2ª ed., 2006.

PINHEIRO, Irineu. PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010 [fac-símile].

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp.231-270.

VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 2011.

Ficção e história no *Joseph Andrews* de Henry Fielding

João de Azevedo e Dias Duarte*

Empregada como governanta na propriedade da aristocrática família Crawley, a astuciosa anti-heroína de *Vanity Fair*, o clássico de Thackeray, Rebecca “Becky” Sharp rapidamente aplica o seu engenho na execução de uma estratégia para angariar a simpatia de seus patrões e promover seus planos dissimulados de ascensão social. Tal estratégia, característica da lógica picaresca da personagem, consistia em explorar a ingenuidade e vaidade dos seus superiores, assumindo, graças aos seus extraordinários poderes de auto-ficcionalização, a forma que mais os agradasse. Ciente do gosto de sua jovem pupila, Miss Rose, por romances e peças, a sagaz governanta, aproveitando a provisão considerável de obras desse tipo na velha biblioteca da propriedade, herança de um dissoluto antepassado dos Crawley, furtivamente substitui o maçante currículo de que tradicionalmente consistia a educação de moças por uma dieta de “literatura leve”. Para a alegria de Miss Rose, em vez de lições de costura, devocionários e manuais de boas maneiras, “várias obras deliciosas francesas e inglesas” do século passado, entre as quais aquelas do “erudito Dr. Smolett”, do “gracioso e fantástico Monsieur Crebillon”, do “universal Monsieur Voltaire” e “do engenhoso Sr. Henry Fielding”, perfazem a pedagogia heterodoxa de Becky Sharp. Indagada a respeito de seus estudos por seu irmão mais velho, o beato e pedante Mr. Crawley, Rose responde de maneira vaga que está lendo “a história do Dr. Smollett”. Erroneamente assumindo que Rose referia-se à monumental e respeitável *História da Inglaterra* de Tobias Smollett, Mr. Crawley aprova a escolha e o discernimento pedagógico da governanta, ignorante de que a história com a qual sua irmã de fato ocupava-se era aquela de Humphrey Clinker, um dos vários romances picarescos escritos pelo mesmo autor. Que a narrativa fictícia das hilárias peripécias do cavaliço Clinker não receberia a mesma aprovação concedida à narrativa verídica das sérias peripécias político-constitucionais da nação inglesa confirma-se pela reação de Mr. Crawley ao flagrar, em outra ocasião, sua irmã entretida com volume de peças francesas. Escandalizado,

* Doutor em História pelo departamento de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). É, atualmente, bolsista de pós-doutorado na mesma instituição. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES, entidade do governo brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

Mr. Crawley só se apazigua quando Becky lhe assegura que o único propósito de tal leitura é o de adquirir a proficiência no idioma francês coloquial (THACKERAY, 2001 [1847]: 79-80).

Esse episódio, relativamente desimportante em *Vanity Fair*, interessa-nos não apenas pela breve referência a Henry Fielding (a quem Tackeray era constantemente comparado em sua época)¹, mas, sobretudo, por expor certa visão acerca das letras e da hierarquia entre os gêneros miméticos: para um conservador como Mr. Crawley, a história era um gênero sério, repositório de verdades atemporais e veículo de edificação moral, ao passo que a prosa ficcional, especialmente no formato moderno do romance, era um gênero suspeito, na melhor das hipóteses, divertimento trivial, e na pior, imoral. Deixando de lado a questão a respeito de se o irônico narrador de *Vanity Fair* compartilhava o menosprezo pela narrativa de ficção e o respeito pela narrativa histórica ou se sua intenção era ridicularizar o pedantismo antiquado de Mr. Crawley, o fato é que tais opiniões eram representativas do senso comum cultivado no século XVIII, tal como o atesta ninguém menos do que David Hume.

Em um ensaio intitulado *Do Estudo da História*, publicado em 1741 – em meio ao alvoroço literário causado pelo imenso sucesso de *Pamela*, primeiro romance de Samuel Richardson –, Hume, em tom de facécia, repreende as mulheres por seu gosto por “estórias romanescas e romances” (HUME, 2004: III.VI.1: 781). Em vez de dedicarem seu tempo a esse tipo de composição pernicioso, as mulheres fariam melhor em dedicá-lo ao estudo da história. As razões pelas quais Hume recomenda o estudo da história remetem a uma estética normativa de raiz clássica. Tal estética não apenas distinguiu, por meio de convenções poético-retóricas, as artes discursivas segundo finalidades predeterminadas – “o objetivo da eloquência é persuadir, o da história é instruir, o da poesia é agradar, estimulando as paixões e a imaginação” (I.XXIII.23: 385) –, como também estabelecia regras precisas de composição para todas as produções letradas, exigindo uma adequação estrita entre conteúdos e formas específicas. Consonante a essa concepção, Hume recomenda a história por seu caráter didático, sua capacidade de “aprimora[r] o entendimento e fortalece[r] a virtude” (III.VI.3; p. 784). Ao contrário de “estórias romanescas e romances”, que apenas entretém, a história diverte e instrui ao mesmo tempo, i.e., une, melhor do que qualquer outro gênero, o *utile* ao *dulce* da fórmula horaciana para a literatura.

¹ Cf. TOUSTER (1947).

Entretanto, o século XVIII foi também um momento de intensa experimentação formal e temática que afetava igualmente os gêneros históricos e os gêneros ficcionais. Essas inovações, que respondiam a mudanças estruturais na composição e nos interesses do público leitor e representavam um giro na direção daquilo que Mark Salber Phillips (2000) chamou de preocupações “sociais” e “sentimentais”, impunham um desafio aos cânones neoclássicos de composição literária. Sem dúvida, a “ascensão do romance”, com sua forma de representação séria e realista da experiência de pessoas ordinárias, era, talvez, a manifestação mais evidente dessas tendências. No entanto, também os gêneros históricos refletiam-nas, incorporando temas inéditos, da ordem da experiência privada, e novas exigências de sistematicidade, que escapavam ao modelo neoclássico. Para autores como David Hume e Henry Fielding, profundamente embebidos da cultura clássica, o desafio era atender às novas preocupações e interesses da audiência em uma cultura comercial moderna, sem prejuízo aos ideais tradicionais que tanto prezavam.

Refletindo essa tensão, Hume manifesta uma concepção ambivalente de história em seu ensaio de 1741. Por um lado, descreve a história, numa determinada passagem do texto, como um espetáculo que se abre à contemplação do leitor-filósofo, permitindo-lhe distinguir o desenvolvimento da “sociedade humana” desde sua “infância”: o refinamento paulatino das “artes e ciências”, da “administração do governo”, da “civildade da conversação” e de tudo mais que “é ornamental à vida humana” rumo à sua “perfeição” (III.VI.4: 784). Em vez de narrativas de eventos e ações político-militares, fontes de exemplos de virtude cívica e de ensinamentos pragmáticos de caráter prudencial, o que Hume tem em mente, nessa passagem, é uma história comparada da civilização, com sua exigência de articulação entre campos distintos da experiência humana e explicações para o seu avanço progressivo – uma vista ampla do desenvolvimento material e moral de “toda a raça humana”.

No entanto, paralelamente a essa concepção “filosófica” da história, Hume, de acordo com o modelo neoclássico, também a concebe como uma narrativa dotada de um propósito didático moral, embora lhe dê um *twist* psicológico caracteristicamente moderno. Ao contrário dos poetas, que se dirigem “inteiramente às paixões”, e mesmo dos filósofos, que muitas vezes extraviam-se na sutileza das suas especulações, diz Hume, “os historiadores têm sido, quase sem exceção, os verdadeiros amigos da virtude e sempre a representaram em suas cores adequadas, por mais que possam ter errado em seus julgamentos acerca de indivíduos

particulares” (III.VI.7: 786). Mesmo Maquiavel, “quando fala como um historiador”, demonstra uma intensa indignação contra o vício e uma correspondente aprovação vigorosa da virtude. O ponto de Hume é que a história, enquanto arte mimética, é capaz de situar o seu objeto – que Hume julga ser menos os “indivíduos particulares”, do que a própria natureza humana – na perspectiva adequada para que sejam apreciados pelo leitor-observador: “os escritores de história, bem como os leitores, estão suficientemente interessados nos personagens e eventos para entreter um sentimento vivaz de censura ou aprovação; e, ao mesmo tempo, não possuem qualquer preocupação ou interesse particular para perverter o seu julgamento” (III.VI.7: 787).

O mesmo não se pode dizer dos autores de “estórias romanescas e romances” que tendem a perverter o seu objeto mimético, seja exagerando o grau de perfeição de seus heróis, seja reduzindo as paixões humanas ao motivo exclusivo do amor (III.VI.1; p. 781). Enquanto a história é capaz de oferecer uma imagem acurada da natureza humana, pintando a virtude e o vício com suas cores apropriadas, o romance oferece apenas “falsas representações da espécie humana”. É por que falha em sua função mimética, a intenção de “copiar a natureza”, que o romance, segundo Hume, falha também como instrumento didático. Daí a recomendação às mulheres para substituírem o espelho imperfeito da prosa de ficção pelo espelho límpido da história. Supondo ser a curiosidade pela vida privada – o prazer vicário proporcionado pelas intrigas de amor, amizade e traição –, que atrai as mulheres à leitura de romances, Hume não vê por que “a mesma curiosidade não possa receber uma direção mais apropriada, levando-as a desejar relatos a respeito daqueles que viveram em épocas passadas, bem como de seus contemporâneos” (III.VI.2; p. 782). Ou seja, a biografia, um gênero histórico secundário, poderia suprir o mesmo interesse pelo privado e pelo particular que Hume supõe caracterizar o hábito de leitura feminino de uma forma mais proveitosa do que os perniciosos romances e estórias romanescas.

Fielding, partindo da mesma premissa de Hume, a tentativa de equilibrar uma estética neoclássica normativa com inovações literárias contemporâneas, irá, no entanto, inverter o juízo do filósofo, fazendo do romance, ou melhor, do seu modelo particular de romance, um instrumento mimético e didático mais efetivo do que a narrativa histórica tradicional.

Deve-se notar, de início, que a incursão de Fielding no terreno do romance deu-se quase que a sua revelia. Ao contrário de predecessores como Daniel Defoe e Samuel Richardson,

p.ex., Fielding possuía ascendência aristocrática e sólida formação clássica, obtida em instituições tradicionais de elite como o Eton College e a Universidade de Leiden, na Holanda. Enquanto membro de uma elite letrada de gostos clássicos, Fielding repudiava, como um aviltamento das letras, a tendência moderna da literatura na direção de uma representação séria de temas da vida cotidiana e dos dilemas privados da gente comum, que via manifesta não apenas na ficção, na forma do romance richardsoniano, p.ex., mas também, na história, na forma de autobiografias narcisistas, como aquela recentemente publicada por seu desafeto, Colley Cibber. Não obstante, sérias dificuldades financeiras e o fim precoce de sua carreira como dramaturgo, em função de uma legislação recente que submeteu o teatro à censura estatal, levaram-no a arriscar-se no popularíssimo porém mal-afamado gênero novo do romance. Ao fazê-lo, porém, Fielding fez questão de ressaltar a originalidade e, ao mesmo tempo, a linhagem clássica do seu modelo de romance, buscando diferenciá-lo das alternativas disponíveis. Tratava-se do que chamou, em *Tom Jones*, de “uma nova província do escrever” (FIELDING, 1995: II.i), embora essa província deitasse raízes na mais augusta antiguidade.

Já em seu primeiro romance, *Joseph Andrews*, Fielding toca na tecla da originalidade. É importante mencionar que Fielding evita usar o termo “romance” (*novel*), dadas as suas conotações negativas, e, ainda que empregue o termo “estória romanesca” (*romance*), prefere dizer que aquilo que apresenta “ao mero leitor inglês” é um “gênero de escrito” do qual não se recorda “ter visto até o momento empreendido em nossa língua” (FIELDING, 2011: 59). Ciente de que nenhuma inovação literária seria aceita pelo “leitor clássico” caso também não reafirmasse a tradição, Fielding define seu livro como um “poema-épico em prosa”. Ora, era evidente o que Fielding pretendia. Sendo a épica um prestigioso gênero narrativo clássico, era compreensível que Fielding buscasse associá-lo ao romance. No entanto, era preciso justificar a novidade do seu tema, que desafiava a regra clássica da separação dos estilos. Ao passo que a épica tradicionalmente abordava as façanhas públicas e notáveis de heróis históricos ou lendários, os personagens que *Joseph Andrews* introduzia eram “pessoas de grau inferior e conseqüentemente de modos inferiores” (ibid: 60). Daí a invenção do conceito de “épico-cômico”, ou seja, um épico que em vez do sublime observasse o ridículo em seus sentimentos e dicção. Não se tratava de algo completamente inusitado, diz o narrador: Cervantes, Le Sage e Scarron já haviam-no feito em espanhol e francês. Ademais, o modelo deste tipo de composição teria sido dado pelo próprio Homero, por meio de seu poema perdido o *Margites*,

que, segundo Aristóteles, estava “para as comédias como a *Ilíada* e a *Odisseia* para as tragédias” (ARISTOTELES, 2014: IV.17, p. 22-23).

Não é, porém, apenas à épica que Fielding recorre para estabelecer uma linhagem respeitável para o seu modelo de narrativa de ficção realista, também a história é convocada. Deliberadamente misturando os gêneros, o narrador de *Joseph Andrews* refere-se a sua narrativa não só como estória romanesca e épica, mas também como biografia e, até, como “história autêntica” ou “verdadeira história” (FIELDING 2011: 70; 233). Apresentar uma narrativa fictícia como uma narrativa verídica, mediante ao *topos* do manuscrito encontrado, p.ex., era um recurso comum no século XVIII – tanto Defoe quanto Richardson empregaram-no. *Joseph Andrews*, porém, apresenta-se ao mesmo tempo como obra de imaginação e obra verídica. Aliás, um aspecto notável das intervenções do narrador de *Joseph Andrews* é justamente a indistinção com que trata ficção e história, alinhando os dois modos de representação mimética. Isso é possível porque o que está em jogo é uma concepção de verdade histórica e de “realismo” que não se limita ao factual e ao empírico.

Embora o narrador declare não haver um único personagem ou ação que não tenha sido tirado de suas “próprias observações e experiências” (FIELDING 2011: 65), isso não implica um procedimento literário meramente descritivo, um tipo de representação que simplesmente reproduzisse uma realidade externa. Tal como Hume, e de acordo com o cânon neoclássico, Fielding vê os gêneros miméticos ocupados em “copiar a natureza”, sendo essa natureza a eterna e imutável natureza humana, os recorrentes vícios e virtudes da espécie. Desse modo, por mais que afirme que seus personagens foram “tirados da vida real” e que escreveu “pouco além do vi[u]”, declara também “não descrever homens, mas modos; não um indivíduo, mas uma espécie” (FIELDING 2011: 232). Personagens como o advogado da diligência ou a Sra. Tow-wouse não devem ser tomados como indivíduos particulares, dotados de uma identidade distintiva, mas, sim, como tipos; tais como, nesses casos, o mesquinho e o avaro. É exatamente essa qualidade tipológica que confere a esses personagens “propósitos mais gerais e mais nobres”, quais sejam: “o de mostrar um espelho a milhares em seus gabinetes, para que possam contemplar sua deformidade e se empenhem em reduzi-la” (ibid).

Nesse propósito didático-moral, ou seja, em sua função como espelho da virtude e do vício, o “poema épico-cômico em prosa” supera largamente “a autoridade daqueles escritores romanescos que intitulam seus livros ‘a história da Inglaterra, a história da França, da Espanha,

&c.”, “não obstante a preferência que vulgarmente se [lhes] dá” (FIELDING 2011: 229). Contestando a preferência do público letrado pela narrativa factual, o narrador de *Joseph Andrews* expõe o caráter pouco confiável de produções recentes desse tipo. As narrativas históricas produzidas por historiadores contemporâneos como Clarendon, Whitelock, Echard e Rapin, p.ex., serviriam, na melhor das hipóteses, como descrições acuradas de países e cidades – “coisa que, com a ajuda de mapas, eles fazem mui justamente”. No entanto, estando maculadas pela parcialidade proveniente das disputas políticas faccionais da época, tornavam-se indignas de confiança no que diz respeito ao mais importante, i.e., “às ações e os caracteres dos homens”. “Já conosco, biógrafos”, diz o narrador de *Joseph Andrews*, “o caso é diferente: os fatos que apresentamos são confiáveis, embora amiúde erremos a época e o país em que ocorreram. Pois embora possa merecer o exame dos críticos se o pastor Crisóstomo (que, como Cervantes nos informa, morreu de amor pela bela Marcela, que lhe tinha ódio) jamais viveu na Espanha, alguém duvidará que um tonto desses realmente tenha vivido?”

Ecoando Aristóteles e a sua famosa afirmação da verdade superior porquanto universal da verossimilhança, Fielding reivindica para o romance, i.e., para o poema épico-cômico em prosa, a primazia em relação à narrativa factual, no que diz respeito à função didática: “não será um livro como o que registra os feitos do renomado Dom Quixote”, pergunta-se o narrador de *Joseph Andrews*, “mais digno do nome de história do que até mesmo o de Mariana [Juan de Mariana, autor de uma celebrada história da Espanha]? Pois ao passo que o último se confina a um período específico de tempo e a uma nação específica, o primeiro é a história do mundo em geral, pelo menos daquela parte polida por leis, artes e ciências, e isso desde o momento em que ela foi primeiramente polida até os dias de hoje; e também doravante, por quanto tempo ela assim perdurar” (FIELDING 2011: 231).

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES, Horácio, and Longino. **A Poética Clássica**. Editado por Roberto de Oliveira Brandão. Traduzido por Jaime Bruna. 1a ed., 17a reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2014.

FIELDING, Henry. **A História das Aventuras de Joseph Andrews e Seu Amigo o Senhor Abraham Adams**. Traduzido por Roger Maioli dos Santos. Coleção Clássicos Comentados. Cotia, SP; Campinas, SP: Ateliê Editorial; Editora da Unicamp, 2011.

———. **Tom Jones**. Traduzido por Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

HUME, David. **Ensaio, Morais, Políticos E Literários**. Editado por Eugene F. Miller and Renato Lessa. Traduzido por Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

THACKERAY, William Makepeace. **Vanity Fair: A Novel without a Hero**. Editado por Carol Jones e Owen Knowles. Wordsworth Classics. Londres: Wordsworth Editions, 2001.

TOUSER, Eva Beach. “The Literary Relationship of Tackeray and Fielding.” **The Journal of English and Germanic Philology** 46, no. 4 (1947): 383–94.

Subir Bahia: centralidades e apropriações na rua síntese de Belo Horizonte sob o olhar literário

*João Marcos Veiga de Oliveira**

Percorrer a Rua da Bahia¹ na década de 1920 não era um simples deslocamento por quarteirões que concentravam serviços e espaços de entretenimento na cidade. Aos olhos e passos que por ela caminhavam, contradições, conflitos e seduções eram absorvidos num cotidiano atravessado por mudanças urbanas na capital planejada e que a tudo dava a impressão de abarcar, das regras de etiqueta da família mineira ao ritual de descer aos bordéis. Como relembra Pedro Nava (1976), para olhar suas fachadas e verificar suas janelas abertas, até os bondes pareciam subir mais vagarosos.

Nas duas décadas anteriores, esta rua como um todo já reunia dilemas que permeiam o urbano, em sua manifestação de movimento, de concentração e transformação de tudo que reúne (LEFEBVRE, 2008: 156). O espaço público emerge assim como arena de rupturas e continuidades de tradições em construção. Parte da centralidade ali aglutinava se deveu principalmente à destinação de uma infraestrutura urbana, sobretudo de transporte, porém também articulada a uma sociabilidade que tece uma constante apropriação neste espaço.

Inaugurado em 1902 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996) com saudações populares na esquina de Rua da Bahia e Afonso Pena, o serviço de bondes está diretamente ligado ao papel de aglutinador exercido por esse ponto. Ao final dessa década, a infraestrutura de transporte recebe uma modernização, com a construção em 1910, na mesma esquina, de uma estação com a função de centralizar as linhas, a chamada Agência de Bondes ou Viação Elétrica. "Apesar dos problemas, esse entroncamento se tornaria um espaço de intensa

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa História Social da Cultura.

¹ Com início no junto à Praça da Estação, no centro de Belo Horizonte, a Rua da Bahia se estende por cerca de três quilômetros até a região centro-sul, nos limites dos bairros Funcionários e São Antônio - o começo e o final da via se dão junto a Avenida do Contorno, via circular que separa a zona urbana da suburbana.

sociabilidade da cidade, itinerário obrigatório das linhas que foram ali instaladas dez anos antes." (OMNIBUS, 1996: 52).

Essa sociabilidade teve como marco um bar que funcionava, desde 1907, no primeiro andar do Congresso provisório. Pela localização próxima ao ponto para tomar o bonde, o estabelecimento acabou adotando o nome de Bar do Ponto. Dada a diversidade do público que o frequentava, desde trabalhadores de outras regiões da cidade a intelectuais e boêmios inveterados, o local passou a ser símbolo de uma vida urbana que se intensificava naquelas imediações. Com o tempo, a importância, seja de fator de referência espacial ou afetiva, fez com que toda a região em torno do edifício passasse a ser conhecida como Bar do Ponto, tal qual um território imaginário, uma metonímia urbana. "Esse nome estendeu-se à circunvizinhanças [...] Era o centro da cidade, seu trecho obrigatório e todo mundo parava, desesperava, amava, demorava, vivia no Bar do Ponto. (ANDRADE; NAVA, 1990.: 8).

Na concepção do geólogo Yi-Fu Tuan (1983), o que diferencia um "espaço" de um "lugar" está ligado a um grau de experiência social e afetiva que transcende as coordenadas geográficas. Assim, o espaço passa a ser um lugar quando é "dotado de valor", quando nos é "totalmente familiar". Michel de Certeau (1998) parte da mesma concepção para qualificar um determinado ponto, porém utilizando inversamente os termos. "Em suma, o *espaço* é um *lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres" (CERTÉAU, 1998: 202).

Até o início da década de 1910, Belo Horizonte vivia um período de acelerada expansão populacional e econômica, esta em decorrência de vagas no funcionalismo público e nas obras, que não cessavam desde a inauguração da cidade. Isso se refletia na ampliação dos estabelecimentos privados de luxo e que seguiam maculando a áurea cultural e intelectual da Rua da Bahia - nesse sentido a inauguração da Livraria Alves (1910) e do Cine Odeon, com suas primeiras sessões em 1912, marcam o período. Até a década de 30 este trecho converteu-se em um espaço privilegiado, tanto em termos financeiros como de efervescência urbana e de observação das tensões entre o planejamento e a vida cotidiana.

De todas as ruas da capital, sem dúvida, a Bahia encarnava a síntese do ambiente cosmopolita. Para ali convergiam o comércio, o cinema, o burburinho da multidão, o café. Era a artéria por onde transitavam homens e mulheres elegantes, automóveis e bondes. (JULIÃO in DUTRA, 1996: 67-68).

Quem melhor parece ter captado e traduzido em prosa e verso esse ambiente foi a geração de escritores posteriormente denominada de "modernistas mineiros", dentre eles Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, cujos passos cruzavam diariamente aquela esquina, que se dilatava na vivência intensa pela cidade. Eu conheci esse pedaço do belo Belo Horizonte, nele padeci, esperei, amei, tive dores de corno augustas, discuti e neguei. (NAVA, 2013: 46).

A sociabilidade e todo os conflitos e apropriações que emergiam dessa polarização de certa forma criavam rearranjos aos usos e centralidades que se esperavam para o local projetado para a nova capital em fins do século XIX e inaugurado em 12 de dezembro de 1897, quando cerca de 10 mil pessoas participaram de um cortejo que percorreu a mesma Rua da Bahia e Avenida Afonso Pena, passando também pela Avenida Amazonas até a Praça da Liberdade (BARRETO, 1936: 726).

O projeto de Aarão Reis, no entanto, não indicava estímulo a essa sociabilidade que se amalgamaria na Rua da Bahia, papel de referência que a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) destinava à Avenida Afonso Pena, única via com 50 metros de largura, como apresentado por Aarão na Revista de Trabalhos da comissão. Os edifícios públicos, como referência espacial, e os equipamentos públicos, como praças, mercados e hospitais, passariam a ser o centro indutor de desenvolvimento (AGUIAR, 2006). O Mapa Geral da Cidade de Minas previa para o cruzamento de Bahia com Avenida Afonso Pena a existência de uma Praça Tiradentes, nunca construída, para a qual também não estavam indicados quaisquer edifícios administrativos que pudessem polarizar algum tipo de adensamento.

A implantação das primeiras linhas de bonde na cidade, que estão na raiz dessa mudança de paradigma da via, foram adaptadas a partir dos trilhos já existentes para circulação e suprimento de materiais de construção no período das obras de construção da cidade.

Segundo Barreto (1936), os acidentes de terreno, a enorme quantidade de materiais para as obras e as distâncias das pedreiras até os edifícios a serem construídos (6 a 8 km) levaram à necessidade de um ramal urbano, com tração a vapor, para facilitar esse transporte. Por ser a rua que liga de forma mais direta a Praça da Estação à Praça da Liberdade, parte da historiografia e da literatura (SILVEIRA; HORTA, 2002; SALLES, 2005), se refere à Rua da Bahia como via de escoamento de materiais, que chegariam pela Estação Central de Minas Gerais, para a construção do Palácio e das secretaria de Estado. No entanto, relatórios da CCNC e de prefeitos não apontam essa atuação específica. Em 31 de dezembro daquele ano foi concluída a linha que partia da Estação, atravessando o ribeirão Arrudas, passando pela Avenida Amazonas e seguindo pela rua Espírito Santo, onde se adaptou uma rampa até a Praça da Liberdade (BARRETO, 1936: 36). Dá-se a entender, dessa forma, que seria a Rua Espírito Santo (ou rua 28) a via utilizado para transporte férreo entre Estação e Praça da Liberdade. A Rua da Bahia, entretanto, aparece com outra função destacada no período, cuja construção de trilhos se mostrava urgente, como citados por Barreto (1936, p. 401), visto que ali seria inaugurado em breve o Grande Hotel, na esquina com a Avenida Paraopeba, que marcaria a vida política e social da cidade na primeira metade do século XX.

As paisagens que se formavam nos primeiros anos de trabalho da CCNC ainda mostravam uma fanstamagoria ao passo em que conviviam concomitantemente obras de construção dos edifícios de destaque, cafuas de trabalhadores e os primeiros comércios, em meio ao antigo arraial, do qual nada deveria ser aproveitado. Barreto (1936) descreve o passeio de quatro comerciantes que já empreendiam na capital e que buscavam, em 1896, o ponto mais adequado para constituir seus futuros estabelecimentos e residências. A escolha final acabou sendo a Avenida Amazonas e algumas ruas no entorno, como Caetés e Espírito Santo, assim como parecia prever o plano de Aarão Reis para o chamado Bairro do Comércio, com estímulo espacial ao comércio a partir de seus quarteirões menores (AGUIAR, 2006). No mesmo ano, como aponta e enumera o historiador, dezenas de estabelecimentos de iniciativa particular existiam no arraial em obras. Dentre os hotéis, armazéns, padarias e joalherias, nenhum deles estava situado na Rua da Bahia. A primeira casa comercial desta rua seria

inaugurada apenas em abril de 1897, de propriedade de Antonio Maria da Silva Carvalho, na esquina com a Avenida Afonso Pena (BARRETO, 1936: 617). Em julho do mesmo ano, O jornal A Capital, citado por Barreto (1936), cita uma série de casas comerciais já instaladas, faltando cinco meses antes da inauguração. Juntamente a estabelecimentos concentrados nas ruas Caetés, Tupinambás e São Paulo, a notícia destacada, na Rua da Bahia, o Grande Hotel e a Farmácia Abreu, que seria nos anos seguintes ponto disputado nas "palestras" cotidianas, na mesma esquina com a Avenida Paraopebas (futura Augusto de Lima), onde também estava o Grande Hotel.

A centralidade da Rua da Bahia também se faz por meio de adaptações na implantação da Planta Geral pela CCNC. As mesmas dificuldades financeiras que levaram à instalação das secretarias de Estado junto ao Palácio Presidencial e à instalação provisória do Congresso Mineiro no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua da Bahia fizeram deste um caminho privilegiado entre a Praça da Liberdade e o Centro. Essa condição é justificada por prefeitos que pediam prioridade e agilidade no calçamento do trecho em 1900 e 1906. As benesses da prefeitura também seriam importantes para que o trecho recebesse a primeira casa de espetáculos da cidade, sob o comando de Francisco Soucasaux, e um pavilhão com o primeiro telefone e as primeiras instalações sanitárias destinadas ao público em 1907, na esquina com a Avenida Paraopeba (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996).

A esquina com a Avenida Afonso Pena com Rua da Bahia passa a gerar maior centralidade naqueles anos com o suntuoso prédio dos Correios, construído entre 1904 e 1906 (RODRIGUES, 2009). Com os altos preços praticados no mercado imobiliário - desde um primeiro momento, em decreto de 1905, o valor dos lotes, dentre outros fatores, foram atrelados a proximidade de edifício públicos (AGUIAR, 2006) -, parte dos comerciantes recorria à gestão pública para isenção de taxas a instalação de estabelecimentos na área (BELLO HORIZONTE, 1911). Nesses primeiros anos do século XX também destacam-se no trecho a Livraria Oliveira e Costa e a Giácomo e Aluotto, estabelecimento de produtos e serviços diversos, como loteria e charutos.

Com a construção da Viação Elétrica em 1910, as linhas de bonde que seguiam à sede do poder na Praça da Liberdade e estabelecimentos públicos, de serviço e entretenimento, a Rua da Bahia a partir da esquina com a Avenida Afonso Pena já capitaneava parte significativa da vida urbana na capital mineira ao coadunar o discurso de modernidade e progresso empreendido pelo poder público e privado, mas também por carregar materialidades, simbolismos e representações mais amplas.

Para Sevckenko (2004), levam-se em consideração alguns pontos quando se elege determinada rua como a mais representativa de uma cidade, como a centralidade orgânica, potencial de polarização de recursos, articulação de fluxos, referência espacial, simbolização e visibilidade. Nesse sentido, a Rua da Bahia permite visualizar a produção de espaços de visibilidade permeados pela política e pela partilha de um espaço em comum, porém tendo em vista aqueles que determinam os que podem tomar parte (RANCIÈRE, 2005: 36).

Símbolo da vida moderna na capital, os cafés seriam espaços que proporcionavam a individualidade e interioridade de seus frequentadores (SENNETT, 2008: 279). Na cidade, grande parte dos principais cafés eram estabelecidos na Rua da Bahia e adjacências ao final da década de 1910, como o Paris, o Martini, o High Life e o Trianon. Na capital mineira, porém, esses locais estavam sempre sendo ressignificados de sua imagem europeia, tendo a Rua da Bahia, desde seus primeiros anos, como espaço intrínseco de sociabilidade, tanto assimilando como adaptando esses valores. (SILVEIRA in HORTA, 1996: 172).

Frequentar a Rua da Bahia era se entregar ao turbilhão da vida urbana, que ia se traduzindo em acontecimentos que sintetizam e corroboram essa mudança de paradigma. Em seus livros memorialísticos, o médico e escritor Pedro Nava relembra a vivência de uma geração que "regulava com o século" a uma condição épica, com uma experiência social diretamente ligada à produção do espaço. "A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano das ruas [...]" (DELGADO, 2014:113).

Nesse contexto, estabelecimentos comerciais eram elevados à condição de verdadeiras "instituições", pela importância social e pelos valores que imprimiam em seus frequentadores,

como o Trianon e o Parc Royal², este visto como um marco comercial e cultural quando inaugurado em 1921. Até o início dos anos de 1920, esse efervescência parecia se resumir a um pequeno trecho da Rua da Bahia, que organizava praticamente todo o cotidiano daquela geração. "E agora, sim, vamos pisar solo sagrado: o quarteirão de Bahia que vai do Bar do Ponto propriamente dito até as esquinas fronteiras de Goiás e Goitacazes" (NAVA, 2013: 41-42).

Nessa época, diariamente era fácil encontrar por aqueles quarteirões jovens que dividiam seu tempo entre sessões Fox no Cine Odeon, empadas no Trianon e chopps no Bar do Ponto e no Café Estrela. Pela presença constante neste último, pela idade e gostos literários semelhantes, eles acabaram apelidados de Grupo do Estrela³. A Rua da Bahia era a alma da cidade, sua síntese e condição de existência, a partir de onde a cidade parecia se desenvolver aos olhos dos chamados *vintanistas*. "Todos os caminhos iam à Rua da Bahia. Da Rua da Bahia partiam vias para os fundos do fim do mundo [...] A Rua da Bahia era uma rua sem princípio nem fim." (ANDRADE; NAVA, 1990: 6)

Mas se por um lado essa importância da Rua da Bahia era resultado de uma construção diária entre grupos sociais neste espaço, por outra era fruto de uma clara concentração de recursos na região urbana (LEMOS, 2008: 40). Com investimentos destinados à zona urbana, a cidade se partia, restando à zona suburbana um outro aspecto da vida moderna. Como no passeio na crônica "Vamos ver a cidade", na qual Drummond, sob pseudônimo de Antônio Crispim, faz um passeio pela Belo Horizonte dos anos de 1930. "Já andamos muito e já estamos cansados. A cidade ficou lá adiante, com seus ruídos e fogos. Nesses morros, os

² A filial brasileira da loja buscava difundir uma sofisticação associado ao Parc Royal do Rio de Janeiro, nas cercanias da Rua do Ouvidor. O desejo de transpor para a capital mineira o requinte simbólico desta rua já se mostrava presente em crônicas antes mesmo da inauguração da cidade mineira (BARRETO, 1936: 612). A partir da décadas de 1910 e, sobretudo, 1920, a Rua da Bahia aparece como merecedora da comparação (SILVEIRA in CHACHAM, 1996: 137), por apresentar estabelecimentos de luxo e recreação artística com condições de romper com o provincianismo do qual seus moradores reclamavam.

³ Figuravam entre eles nomes que mais tarde se fariam importantes, mas que naquele momento eram apenas ilustres desconhecidos que dividiam poemas, sonhos e ódios à tradicional família mineira. Dentre eles: Emílio Moura, Gustavo Capanema, João Guimarães Alves, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Cyro dos Anjos, Gabriel Passos e Cyro dos Anjos, dentre outros.

bairros modestos se alastram laboriosamente, reclamando água, luz, bondes, telefones e lojas de sírios" (DRUMMOND, 1984: 66).

No livro "Tudo que é sólido desmancha no ar", Marshall Berman (2007) analisa a história de São Petesburgo e do Projeto Nevski, uma rua que assumiria todas as contradições, promessas e dinamismos da vida modernizada. O modernismo que surge a partir desse cotidiano dinâmico desempenharia um papel fundamental ao homem de seu tempo, ao tira-lo do isolamento e atirá-lo na multidão, tal qual parecia ocorrer com a rua da capital mineira. Como atesta Paulo Mendes Campos citado por Miranda (1996: 155), "todos iam para a Rua da Bahia. Todos a subiam ou desciam, disfarçando a ansiedade, na esperança dum olhar, um encontro, uma aventura, um pecado, o mundo" (CAMPOS in Miranda, 1996: 155).

Belo Horizonte, portanto, logo nos primeiros anos tanto corrobora quanto subverte locais que deveriam concentrar e ordenar o dinamismo da vida urbana. Nesse sentido, os cidadãos atualiza e cria uma nova ordem espacial a partir de suas caminhadas (CERTEAU, 1998: 178). Sentimentos de pertencimento, estético e social, levam a uma topografia sentimental, que encontrou na Rua da Bahia uma intensa relação. Como aponta Pais (2009), a vida social está permeada por "transgressões" oriundos de percursos e rotas cotidianas (PAIS, 2009, p. 32). As construções da cidade ritualizavam os percursos e permitiam apropriações, como no hábito de Carlos Drummond de Andrade de escalar os arcos do Viaduto de Santa, repetido por gerações futuras de literatos (WERNECK, 2012: 45).

A geração de 45, conhecida sobretudo pela atuação de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pelegrino, também estabelece, segundo Werneck (2012), uma relação intensa com os espaços da cidade, incluindo as escadarias da Igreja de São José, mas também estendendo essa vivência pelo *locus* de consumo e diversidade social da Rua da Bahia. Quem sentisse um súbito, uma tentação do chope, um alvoroço de empadinha quente, um arrepio de moça bonita, um abismo de mulher casada, uma nostalgia de livro francês, ia para lá. (CAMPOS in MIRANDA, 1996: 155). Com suas diferenças e temporalidades inscritas no tecido urbano, o núcleo urbano assumiria um duplo papel: "lugar de consumo e consumo do lugar" (LEFEBVRE, 2001: 20).

Para Jacobs (2011), essa diversidade está ligada a um uso intenso do espaço urbano, o que segundo ela está vinculado de forma intrincada com a sensação de vida social desempenhada pela população de determinado bairro ou rua. Ao contrário da visão higienista e de controle do espaço, Jane Jacobs acredita que o que garante a vitalidade de determinado local seria uma prática urbana que ela chama de o "balé das calçadas", que estabelece uma rede complexa de ações e contatos por parte daquelas que circulam por ali, o que estaria diretamente vinculado a fatores de atração ou de decadência de determinadas áreas de uma cidade. A Rua da Bahia, com seu elitismo mas também com efervescência e estímulos ao encontro, encarna o que João do Rio considera ser o lado igualitário da rua, exatamente por sentir nos nervos essa miséria da criação (RIO, 2007: 27).

Diferentes Rua da Bahia se configuravam no traçado geométrico da cidade, abrangendo do baixo meretrício, que convidavam ao ritual cotidiano de "descer Bahia", às missas e bailes da alta sociedade na parte alta rua, nesta via estavam várias nuances de uma cidade que impunha suas regras sociais, mas que davam vazão a diferentes apropriações para aqueles que por ela passavam. "Não era uma só. Havia a Bahia da manhã, a do dia, do entardecer, da noite, da madrugada de voltar da zona [...] a do tempo da fumaça, a do carnaval, a da Semana Santa"(NAVA, 2013: 346).

No livro "O Amanuense Belmiro", lançado em 1932, o escritor mineiro Cyro dos Anjos também expõe essa cidade que parecia se fragmentar a partir da Rua da Bahia. Mais do que buscar algo específico, já que Belmiro não costumava "frequentar as sorveterias da Rua da Bahia ou da Avenida", o funcionário público se permitia vagar pela zona urbana, captando, despreziosamente, novidades da vida cidadina e buscando novos caminhos e perspectivas para observar a cidade. "Tomei um cafezinho na Rua da Bahia, olhei os jornais e, na Avenida, veio-me o palpite de pegar o primeiro bonde, que não fosse dos meus, para um giro qualquer" (DOS ANJOS, 2001: 76). O personagem, nesse sentido, parece coadunar as palavras de Walter Benjamin, citado por Fortuna (2014), segundo o qual mais importante do que conhecer a cidade é saber se perder nela.

No seu período de hegemonia, até o final da década de 30⁴, o bonde era visto como a síntese da vida tranquila da cidade jardim (SALLES, 2005: 49). Apesar das idealizações às quais estão sujeita a construção da memória social (HALBWACHS, 2003), o bonde transmitia um relativo sentimento democrático, mesmo tendo em vista sua condição desigual de distribuição de trilhos pela cidade - e exatamente por isso, ele poderia expor essa condição partida da cidade (JULIÃO in DUTRA, 1996: 108).

Ao mesmo tempo em que foi escolhido como residência por famílias tradicionais, como a de comerciantes como Arthur Haas e Francisco Soucasaux, e de engenheiros como Hermillo Alves e Oscar Trompowsky (BARRETO, 1936: 463), o perfil comercial e a presença de cafés e de estabelecimentos de caráter cultural no trecho que compreendia a Rua da Bahia, a rua Guajajaras e a Avenida Afonso Pena levava este a constituir um ambiente lúdico, do inusitado, da festa, como é próprio do núcleo urbano, que passa a ser um produto de consumo, seja para estrangeiros ou para pessoas oriundas da periferia (LEFEBVRE, 2001: 20). Ponto de encontro de pessoas de diferentes bairros e mesmo para aqueles que chegavam do interior, a Rua da Bahia em seu fim de noite era, para muitos deles, o momento de retornar para suas realidades suburbanas.

Mas para combater o tédio e os valores da tradicional família mineira, o grupo do Estrela também recorria a atitudes desviantes. "Ai! nem sempre as ruas de Belo Horizonte eram pra nós esse regalo de crepúsculo, dias de sol, dias de chuva, palestra, vida disponível, Clube, Odeon, Estrela. Havia também nossos dias de barricada e guerrilhas" (NAVA, 2013: 368). Segundo Nava, essas "guerrilhas" podiam exprimir-se por meio de troca de placas de médicos e dentistas, quebraadeiras devido ao aumento dos bilhetes para o cinema e cusparadas em cavalheiros que frequentavam as salões até as arruaças de estudantes em momento de saudação de políticos nas varandas do Grande Hotel. Diferentes acontecimentos eram possíveis de levar a rupturas no cotidiano da rua, como o descarrilamento dos bondes e a

⁴ Os trilhos e os bondes foram retirados da Rua da Bahia em 1957 - em Belo Horizonte, os últimos veículos do tipo circularam até 1960, quando sedem espaço para os ônibus elétricos (trolley-bus), cujo serviço foi iniciado em 1953 (OMNIBUS, 1996: 159).

presença opressiva da cavalaria nos baixos da Rua da Bahia. E essa condição dúbia da rua, assumindo diferentes nuances, por ora conflitantes, também estava presente entre a vida pessoal e profissional de membros do Grupo do Estrela, muitos deles colaboradores ou empregados de jornais.

O Diário de Minas, situado no número 1210 da Rua da Bahia, esquina com Guajajaras, era a publicação vinculada ao Partido Republicano Mineiro (PRM), para o qual dedicava loas em suas páginas. Voz presente em gritos de morte aos políticos que dominavam o poder no estado, Carlos Drummond de Andrade curiosamente batia ponto como redator do órgão oficial do PRM, condição controversa que o poeta abordou em poema escrito na maturidade (WERNECK, 2012: 25) Para Berman (2007), tanto a arte quanto o pensamento modernistas têm um caráter dual - seriam ao mesmo tempo expressão e protesto contra o processo de modernização.

Nos anos intermediários da década de 20, a capital mineira experimenta um ciclo de crescimento que leva a mudanças em sua paisagem. Apesar do contar com pouco mais de duas décadas de sua inauguração, Belo Horizonte parece condenada a se renovar. Construída como símbolo da mudança, a cidade assumia aspectos da modernidade no que tange a transitoriedade e a ruptura internas (HARVEY, 2010: 22).

Porém é na década seguinte que a cidade, com 140 mil habitantes em 1931, vive o chamado ciclo dos arranha-céus (LEMOS, 2010). Esse período de mudanças incide sobre a centralidade exercida pela Rua da Bahia. Em 1937 o eixo principal dos bondes é desviado para Praça Sete e a Afonso Pena passa a polarizar a vida urbana com negócios, comércios e bancos (OMNIBUS, 1996: 117). A esquina do Bar do Ponto perde assim sua hegemonia, o que leva a seu fechamento definitivo em 1941, sob o argumento, por parte de seus proprietários, de ser essa a única alternativa frente à morte lenta do lugar após a mudança do centro de viação para a Praça 7 (CHACHAM in DUTRA, 1996).

Como mostra Chacham (1996), se por um lado esse surto de obras pela cidade é celebrado como um desenvolvimento latente, por outro leva ao fim de construções que simbolizam toda uma experiência social nas primeiras décadas na metrópole, como a sede dos

Correios (demolida em 1939) e o Teatro Municipal, também demolido no início da década de 40 para dar lugar ao Cine Metrópole. Em poema ainda de 1928, Drummond diria não estar amadurecido para aceitar a morte das coisas: "Fechado o Cinema Odeon, na Rua da Bahia. / Fechado para sempre. / Não é possível, minha mocidade / fecha com ele um pouco [...]" (DRUMMOND; NAVA, 1996: 39).

Mesmo perdendo algumas de suas principais "instituições" e cedendo sua hegemonia para a Avenida Afonso Pena, a Rua da Bahia manteria nas décadas seguintes sua imagem de espaço privilegiado e de sociabilidade, seja através dos carnavais de rua que subiam a Bahia e do comércio diverso ou dos bares frequentados pelos jornalistas que ainda tinham suas redações nas imediações. No entanto, as transformações urbanas intensificadas na década de 30 pareciam ter rompido algo que mantinha secretamente um fascínio ali exercido.

"Eu conhecia a rua da Bahia quando ela era feliz. Era feliz e tinha um ar de importância que irritava as outras ruas da cidade. Um dia, parece que a rua da Bahia teve um desgosto qualquer e começou a decair. Hoje a gente olha para ela com um respeito meio irônico e meio triste. Como quem olha para Ouro Peto." (DRUMMOND, 1984: 39)

Convivendo com os períodos de alterações urbanas na cidade que atravessaram o século XX, a Rua da Bahia também passa a ter sua memória em disputa, em busca de caracterizar algo que se rompeu e que possa legitimar sua retomada de centralidade social e cultural para a capital mineira (Belo Horizonte, 1993).

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de belo horizonte. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG em 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de; NAVA, Pedro. **Rua da Bahia**. WERNECK, Nisia Maria Duarte; SILVA, Luis Henrique Horta (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos Modernistas: Representações e ambivalências da cidade moderna**. Belo Horizonte: PUC Minas: C/ Arte, 2004.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva**. Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936.

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 19 de setembro de 1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1900. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Disponível em <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1899-1900-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado pelo prefeito interino Antônio Carlos Ribeiro e Andrada ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 1905**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Disponível em <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1904-1905-Francisco-Bressane.pdf>

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado pelo prefeito Benjamim Jacob ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 28 de setembro de 1907**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Disponível em <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1906-1907-Benjamim-Jacob.pdf>

BELO HORIZONTE. **Projeto Rua da Bahia**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Maria Ângela Reis de (org.). **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHACHAM, Vera. **A memória dos lugares em um tempo de demolições – A Rua da Bahia e o bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40**. 1994. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1994.

CHACHAM, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 183-237.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão** – antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Caleidoscópios da Memória**. Ensaio publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro.. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Caleidoscopios_da_memoria.PDF
Acesso em: 10 agosto. 2014.

DRUMMOND, Carlos Drummond de Andrade. Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o pseudônimo de Antônio Crispim. Publicado na **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1984. Páginas 9-96.

DOS ANJOS, Cyro. **O Amanuense Belmiro**. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

FORTUNA, Carlos. **As Cidades e as Identidades** - Narrativas, patrimônios e memórias. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_08.htm
Acesso em: 10 agosto. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte** - Bilhete Postal. Belo Horizonte, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GÓES, Luis. **O Bar do Ponto**. Belo Horizonte: Editora Luis Góes LTDA, 2000.

GÓES, Luis. **O Grande Hotel**. Belo Horizonte: Editora Luis Góes LTDA, 2001.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de Ruas**: Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, Museu Histórico Abílio Barreto, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e Novas Centralidades: A experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MINAS GERAES. **Comissão Constructora da Nova Capital**. Revista geral dos trabalhos: publicação periódica, descritiva e estatística, feita, com autorização do governo do estado, sob a autorização do engenheiro chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n. 1, 107 p., abril de 1895i. H. Lombaerts & C., editor. Acervo APM.

MIRANDA, Wander Melo (org.) **Belo Horizonte - a cidade escrita**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

NAVA, Pedro. **Beira-Mar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NAVA, Pedro. **Chão de Ferro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976

OMNIBUS - **Uma História dos transportes coletivos em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RIO, João do. **A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2007.

RODRIGUES, Bernadete Bittencourt. **Projeto Corredor Cultural Rua da Bahia: Educação Patrimonial e Memória Urbana**. Belo Horizonte. 2009. Publicação realizada com os benefícios da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.

SALLES, José Bento Teixeira. **Rua da Bahia – Do Estrela à Gruta, uma trajetória boêmia**. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2005.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário**: incursões na entropia paulista. REVISTA USP, São Paulo, n.63, p. 16-35, setembro/novembro 2004

SILVEIRA, Brenda; HORTA, Luiz Otávio. **Trilhas urbanas**: Histórias da Rua da Bahia e da Cantina do Lucas. Belo Horizonte: Realizar Cine Vídeo & Idéias Ltda, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WERNECK, Humberto. **O Desatino da Rapaziada** - Jornalistas e escritores em Minas Gerais (1920-1970). São Paulo: Companhia das Letras, 2012

Da legalização do esquecimento à elaboração da memória histórica

*Johnny Roberto Rosa**

What once was joy and misery, must now be transformed into knowledge
Jacob Burckhardt

Considerações iniciais: sobre a anistia brasileira

O processo transicional brasileiro pode ser dividido em momentos que, de modo geral, caracterizam-se pelo acúmulo de forças contra o regime militar – perpassando pela luta e organização dos comitês pela anistia, e culminando com a promulgação de sua Lei (nº 6.683) em 1979 –, pela luta pela redemocratização e por demandas de justiça transicional, na qual a convivência da consolidação democrática se efetiva junto à necessidade de se aprimorar a “vida republicana” e de se enfrentar o legado autoritário do Estado, solidificando a democracia (TORELLY, 2012:182-183). Neste contexto, a principal característica da justiça de transição no Brasil, calcada no dever do Estado de Direito reparar as violações dos direitos humanos – cujos marcos de obrigações assumidas procuram contribuir para o rompimento com o autoritarismo de nossa transição controlada –, será ponderada da promulgação da Lei de Anistia.

Da ampla mobilização pela anistia, um projeto de lei cuja prerrogativa era celebrar o reestabelecimento da democracia e a garantia de direitos civis e políticos, devolvendo a liberdade àqueles que o Estado autoritário criminalizara, foi formulado pelo partido da oposição aceito e consentido pelo regime. Neste cenário, da intenção de contemplar uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, teve-se a promulgação pelo governo militar de uma anistia parcial e restrita

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Contato: johnnyrobertorosa@usp.br

na conformidade dos atores do regime autoritário, que, pela decisão de anistiar os crimes “conexos” aos crimes políticos cometidos contra o Estado, anistiarão os agentes públicos da repressão que utilizaram-se de meios ilícitos contra cidadãos brasileiros. Logo, a bem da clareza conceitual, além de beneficiar os opositoristas, foram anistiados os torturadores que mantiveram o controle e continuaram a receber seus salários como funcionários do Estado. Este marco transitório de impunidade e frustração da ditadura brasileira, embora significativo para o processo de redemocratização pacífica do país, visava, mais do que superar, preservar prerrogativas, impossibilitar a materialização de novos ambientes de autonomia civil, colocando sob o manto do esquecimento as violências cometidas pelo Estado brasileiro.

Ainda sob a vigência do regime militar – quando já pesava sobre os ombros do Estado a deterioração econômica, o contrassenso da manutenção dos autoritarismos, somados ao desemprego, às divergências internas, às mobilizações sociais que levaram à decisão pela distensão para uma abertura política do regime, a passos de tartaruga, e à responsabilização pela morte do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho –, a aplicação da anistia virou lugar-comum à não atribuição da devida responsabilização dos agentes do Estado acusados de violações dos direitos humanos. Deste modo, a transição controlada pela ditadura executou meticulosamente seu plano com a promulgação de uma lei de auto-anistia – ilegítima por ter sido concedida por um Estado criminoso a si mesmo, por auto-beneficiar os agentes do regime, perpetuando a impunidade e impedindo que os responsáveis fossem investigados –, sem que o fim do regime se caracterizasse por uma ruptura do sistema.

Deve-se ressaltar que os perseguidos políticos aos quais a anistia foi concedida estiveram expostos ao caráter restritivo da anistia, à investigação, ao julgamento e à condenação, para então serem, em alguma das fases, anistiados. Já os agentes da repressão, por sua vez, obtiveram uma anistia à margem de qualquer verificação sobre o que de fato se estava anistiando. Uma anistia “em abstrato”, conexa ao crime político, “em branco”, ao completo abandono de qualquer procedimento ou processo, e ao impedimento de qualquer investigação ou punição, tirando a responsabilidade dos agentes da repressão por qualquer crime perpetrado durante a ditadura. Quando a anistia é oferecida desta forma, por um Poder Legislativo que não

foi nomeado democraticamente, como enfatiza Lúcia Bastos (2009:186), sua eficiência legal deve ser contestada pela irregularidade de sua promulgação. Funcional como regente da transição, a Lei de Anistia, deste modo, frustra-se como proporcionadora de justiça, servindo à impunidade dos crimes do Estado e à legitimação do estigma da resistência como crime.

Contudo, corrobora-se que o processo de justiça de transição¹ no Brasil tem sido responsável pelas discretas ações empreendidas em direção ao enfrentamento dos legados da ditadura militar. Neste sentido, o êxito da anistia se encontra na declaração de anistiado político como ato de reconhecimento ao direito de resistência dos perseguidos políticos, consubstanciado no reconhecimento das injustiças perpetradas pelo Estado contra seus concidadãos, agentes da história democrática brasileira. A força da anistia, nesta circunstância, como esclarecem Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2012:179), encontra-se em sua eficiência social por permitir que direitos políticos fossem recompostos, que parte dos presos políticos fossem libertados, que exilados retornassem à sua pátria, que servidores demitidos fossem readmitidos, que clandestinos recuperassem sua liberdade de identidade e que a defesa dos direitos humanos, a exigência do fim da violência e as reivindicações pela democracia fossem consideradas. Tais providências, reflexos da anistia, acompanhadas das primeiras medidas reparatórias, asseguraram um espaço favorável à abertura política e ao processo de

¹ A justiça de transição – termo cuja origem semântica moderna se encontra nos programas de desnazificação da Alemanha e na elaboração de programas de compensação às vítimas do nazismo – diz respeito às respostas oficiais dadas aos legados de graves violações dos direitos humanos. Com instrumentos que convergem à transformação de um Estado repressivo e à reinstauração de procedimentos e práticas democráticas, o conjunto de tais respostas institucionalizadas, de obrigações legais ao legado de violências deixadas por regimes autoritários, são constituídos por realizações de governos emergentes de regimes autoritários ou guerras e por respostas jurídicas e atividades compensatórias de democracias já consolidadas, cujas medidas práticas e instituições visam incorporar a inclusão de processos penais, de pedidos oficiais de perdão, de comissões de investigação, de reparações e de políticas de memória pública. Sobre o conceito de justiça de transição, ver: TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Oxford: OUP, 2000; KRITZ, Neil J. (Ed.), *Transitional Justice*. Volume I General Considerations. Washington D.C.: US Institute of Peace Press, 1995; BICKFORD, Louis. *Transitional Justice*. *The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity*. Leslie Alan Horvitz; Christopher Catherwood (Orgs.). Nova York, Macmillan Reference, vol.3, pp.1045-1047, 2004; AMBOS, Kai. O Marco Jurídico da Justiça de Transição. In: *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*. ____; ZILLI, et al. Belo Horizonte: Fórum, 2010; HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truth: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*. New York, London: Routledge, 2001; e MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: *Memória e Verdade. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Akemi Schimada Kishi. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

redemocratização, evidenciando a prática de prisões ilegais, a utilização da tortura e a existência de desaparecidos políticos, dando legitimidade ao processo transicional.

Da legalização do esquecimento

Em função do componente de frustração da Lei de Anistia como proporcionadora de justiça, servindo à impunidade da delinquência estatal, realizou-se em 2008 uma Audiência Pública no Ministério da Justiça intitulada “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”. Nesta circunstância, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (doravante ADPF nº 153/2008). A base da argumentação da ação contestava a legalidade da Lei de Anistia, sustentando ser inaceitável a extensão de crimes conexos que, constitucionalmente, não seriam susceptíveis de anistia. Ou seja, a interpretação que vinha sendo enunciada pelos tribunais com relação à conexão criminal entre crimes comuns e crimes políticos seria inválida, pois a Lei de Anistia estaria estendendo seus efeitos àqueles que claramente violaram princípios basilares dos direitos humanos.

De todo modo, a ação foi indeferida pelo STF por sete votos a dois, em abril de 2010, às vésperas do julgamento demandado contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos², contrariando a jurisprudência da referida Corte, que inadmite a auto-anistia para crimes contra a humanidade, provando o quanto nos encontramos distantes de um efetiva ruptura com o passado de abusos cometidos pelo regime militar. A argumentação conservadora

² A demanda contra o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), solicitava a responsabilização internacional do Estado brasileiro em sentença sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia (*Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil*), por inadimplência diante de diversas obrigações, e ao dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. Na demanda, a Comissão afirmou a incompatibilidade da Lei de Anistia com a Convenção Americana de Direitos Humanos. A Corte concluiu que os ordenamentos da Lei de Anistia que impedem que se investigue e sancione as graves violações de direitos humanos não são compatíveis com a convenção Americana, necessitam de aplicações jurídicas e não podem seguir impedindo a investigação dos erros passados e a identificação e punição de seus responsáveis.

dos que votaram a favor da extensão da referida Lei de Anistia corrobora um processo de legalização do esquecimento e de “amnésia de reconhecimento” – haja vista a consagração da ideia do direito legítimo à resistência contra as arbitrariedades do Estado ter sido considerada em condições de igualdade às violências perpetradas por seus agentes –, dificultando “o estabelecimento de relações solidárias” devido a um padrão pejorativo de avaliação com relação às opções políticas escolhidas pelos grupos que divergiam durante o regime ditatorial (BAGGIO, 2011:261-263).

Além da interpretação do STF ser lesiva à justiça e aos direitos humanos, e do descumprimento da categoria estrutural de imprescritibilidade – imposição de norma consuetudinária internacional com força de *ius cogens*, que proíbe as leis de anistia e de auto-anistia que impedem a investigação e punição das graves violações de direitos humanos –, evidencia-se que o Brasil, ao contrário de outros países da América Latina, não passou por uma transição política democrática adequada, pela ausência da apuração e responsabilização jurídico-penal dos agentes públicos e de seus mandantes que perpetraram crimes contra a humanidade. Como elucidam Paulo Abrão e Tarso Genro (2012:36-40), o efeito da decisão do STF expressa a visão de que os crimes políticos cometidos pela resistência se equiparam aos crimes perpetrados pelo Estado, de que os acordos políticos gozam do poder abstrato de não responderem à lei e às garantias de liberdades individuais e de direitos humanos, de que as vítimas e os algozes se igualavam em condições de negociação, e de que há possibilidade de um processo de reconciliação na legitimação do reconhecimento da ditadura, como se esta fosse Estado de Direito, sem que as vítimas tenham acesso à verdade (histórica e processual) e à justiça.

De tudo quanto exposto, se o Brasil não tem tido a competência de julgar e punir os crimes do passado perpetrados por seus agentes e mandantes – pela inadimplência em proteger judicialmente as vítimas, em não assegurar os tratados internacionais que defendem os direitos humanos e a democracia, impossibilitando que suas instituições amadureçam –, é porque sua democracia carece de consolidação. A Lei de Anistia, imposta pela transição controlada do regime militar enquanto legalização do esquecimento, apresenta problemas quanto à sua

fundamentação por ser emitida para servir e proteger os próprios agentes de violações dos direitos humanos e seus mandantes, por conflitar com os padrões legais constitucionais do próprio Estado de Direito e por violar as obrigações internacionais de devido processo legal do crimes cometidos contra a humanidade.

À elaboração da memória histórica

Tendo em vista os debates sobre a inadequação da Lei de Anistia, a ideia de anistia passa a englobar o reconhecimento das vítimas e das injustiças perpetradas pelo Estado através da promoção de mecanismos de reparação suplementares à responsabilização penal dos agentes públicos e de seus mandantes, que perpetraram violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. Tais projetos incorporados ao domínio da justiça de transição no Brasil, ainda que demoraram a ser efetivados, conjecturaram a criação de duas comissões de reparação: uma Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e uma de Anistia (2002), promovendo medidas de reparação pecuniária e simbólica aos opositores e dissidentes lesados pela repressão militar e fomentando o debate público sobre a responsabilização dos torturadores. Tais providências, contribuindo para implementação de medidas transicionais em direção à consolidação de novas atribuições valorativas sobre os erros do passado, protagonizam ações efetivas de reparação moral que levam em conta políticas de memória e verdade que resgatam a dignidade e a autoestima dos perseguidos políticos.

As práticas que visibilizam o processo de transição brasileiro e a luta pela anistia com foco memorialístico na perspectiva dos perseguidos políticos – apesar da violência originária do contexto ditatorial brasileiro, como bem ressalta Edson Teles (2010a:316), manter-se “nos atos ignóbeis de tortura ainda praticados nas delegacias”, manifesto no uso de um vocabulário que considera a violência e a repressão política cotidiana um mero “excesso” ou “acidente de trabalho” na luta contra os “terroristas” (TELES, 2010b:297) –, têm possibilitado iniciativas, conquanto insuficientes, que procuram dar legitimidade à atuação da sociedade civil. Trata-se de uma ressignificação semântica do conceito de anistia no sentido de um avanço sustentado

nas políticas de elaboração e formação de uma memória histórica, de um *lembrar ativo* como uma prática cultural pedagógica de memória coletiva – uma dimensão social onde o que está em questão é a construção de identidade – de um trabalho de luto realizado por meio de um esforço de compreensão e esclarecimento agenciados pelo Estado à elaboração da memória.

Nesse sentido, à construção de estratégias de implementação de medidas transicionais, deve-se levar em conta que a luta política pela memória em curso no Brasil tem criado alicerces para uma discussão mais substancial acerca do reconhecimento das violações do regime autoritário. Apesar de sintomática a impressão de que a sociedade brasileira nunca conseguiu se livrar da tendência totalitária, e ainda que no Brasil o Judiciário não tenha se constituído um lugar onde os direitos dos cidadãos possam se realizar e as Forças Armadas insistam em prestar um desserviço não revelando a totalidade dos fatos ocorridos, mantendo parte de seus arquivos fechados ao acesso público, a luta política pela memória em curso no Brasil tem procurado renunciar à observação fria e neutra, dando lugar à observação empática e ao relato das vítimas, ou de seus descendentes, recompondo uma realidade negada e possibilitando um trabalho de elaboração da memória histórica, um trabalho de luto e de recuperação da confiança cívica dos cidadãos que tiveram os seus direitos violados.

Sendo assim, apesar do sentimento de injustiça e indignação, e da constatação da ausência de punição jurídico-penal, a ressignificação semântica defendida aos sentidos da anistia pelos trabalhos de enunciação e recuperação do direito à dissensão das políticas públicas de reparação desenvolvidas pelo Estado brasileiro podem ter um sentido terapêutico, de justiça ética, desempenhando uma função dialógica (permanentemente em construção) e didática, de homenagem ritualizada que exemplifica a ligação entre a memória da ofensa e a expectativa, e de embate político que pressupõe o viver em democracia. Elaborar a memória histórica, nesse sentido, implicaria em um esforço constante de se relacionar um trabalho de memória crítico (LACAPRA, 1998:42), ao que Saul Friedländer (1993) observou ser o esforço compreensivo de explicação e representação das reivindicações de uma ação desejável no presente – a única coisa que nossa debilidade poderia oferecer às vítimas, apesar do pouco engajamento e da falta

de entusiasmo de alguns setores da sociedade em debater as experiências de violência cometidas no passado.

A partir do momento em que o Estado brasileiro anistia o perseguido e pede perdão publicamente, como ato de reparação simbólica, por todas as injustiças inefáveis perpetradas, faz-se necessário que o que aconteceu no passado seja esclarecido (o perdão exige memória), que os crimes cometidos contra a humanidade e seus ofensores sejam nomeados – retórica que adquire o alcance de uma forma alternativa de justiça, que Sandrine Lefranc e Mariana Stein (2005:180) denominam de uma justiça de “estigmatização social” do responsável à custa de um estigma que, contudo, desestabiliza espaços convencionados de poder – e que as verdades das injustiças perpetradas venham à tona, judicial ou extrajudicialmente.

A extensão de tais medidas deve ser compreendida, como cautelosamente adverte Nenad Dimitrijevic (2011:05-06), por atos determinados por sistemas de normas, de valores e de crenças comuns, compartilhados em função de uma representação do passado e de ambições e orientações que visam um “mínimo de continuidade de civilidade”, definido por princípios morais universais, por padrões de validade universal que dão sustentação para que as devidas distinções entre ações autorizadas e proibidas, entre o bom e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso e a vítima e o perpetrador, sejam feitas. Tendo em vista que tais divisões servem de base à perspectiva histórica de formação identitária da história contemporânea (RÜSEN, 2011:16) – ainda que os debates públicos sobre os significados das experiências de violência tenham mais relação com os interesses e oportunidades políticas do que com a persistência da violência histórica na inconsciência coletiva (KANSTEINER, 2002:187) – corrobora-se a observação de Dominick LaCapra (1998:16 e 205) sobre o fato da memória precisar relacionar o reconhecimento e a crítica com a transcendência situacional do passado à possibilidades mais desejáveis no futuro, um posicionamento crítico que desempenha um papel social, articulado com preocupações ético-políticas, que implica em “temas normativos” e na criação de “narrativas não fetichistas” – que não negam, mas reconhecem o trauma que lhes deu existência.

Aportes finais: sobre a responsabilidade histórica

Do impacto das determinações da ONU sobre os crimes cometidos contra a humanidade, tem-se estabilizado formas e imperativos de responsabilização e representação, definindo uma estrutura de interpretações pela imposição de termos ao debate historiográfico. Neste sentido, a persistência na resistência da injustiça histórica e a presença do passado de violência adquirem uma posição central na procura por reparação e luta contra impunidade. Consequentemente, o reconhecimento de certos traumas e a institucionalização de suas memórias se tornaram as formas (moral e pública) imperativas de se lidar com o passado. A penalização pela negação destes princípios manifesta o reconhecimento de que a lei é a guardiã oficial da memória. Logo, na cultura histórica contemporânea da defesa pela lembrança do trauma vitimizado, a história está conectada com as demandas da “justiça memorial” (ZAMORA, 2013:45) e da responsabilidade moral. (LIAKOS, 2010:01-02)

A pertinência e a necessidade de tais demandas permitem que a instrumentalização das memórias das violações dos direitos humanos incentivem o acúmulo coletivo de experiências para a autonomia pública e para a educação social, proporcionando um importante marco teórico para se compreender e promover as práticas que envolvem o trabalho da memória política e da justiça histórica. Tal percurso permite que se considere a emergência do compromisso da história com uma pedagogia social em torno da memória histórica, com uma ética da representação que protagonize as vítimas e repense sua independência com relação às *políticas da memória* (SELIGMANN-SILVA, 2003:71-74), com a democratização do poder, com a garantia de direitos emergentes individuais e coletivos e com a consolidação de uma sociedade plural e civilizada.

Trata-se da admissão *instrumentalizada* da lembrança e da exposição da verdade como formas alternativas de justiça, acompanhada por uma rejeição implícita quanto à irreversibilidade das injustiças. Tendo em vista que passado convertido em memória histórica proporcionaria uma medida de responsabilização sobre o comportamento (LACAPRA, 1998:110), nos termos de Antoon De Baets (2010:03-11), tem-se consubstanciada a convicção

de que considerações humanísticas enriquecem o argumento de continuidade e obrigações com relação ao dever de investigar as graves violações dos direitos humanos perpetradas no passado, concebendo melhores condições para o exercício do direito de lembrar, indispensável para a reparação simbólica de injustiças históricas e, como tal, para a restauração da dignidade, para lidar apropriadamente com o passado e para ajuda a prevenir a repetição de repressões e injustiças no futuro. O “figurativo” do conhecimento histórico, deste modo, assume um sentido terapêutico, e o historiador, como observa Márcio Seligmann-Silva (2000:89), “trabalha no sentido da libertação do domínio de uma imagem do passado” que precisa ser incorporada dentro de uma memória que possibilite a narração, de uma memória necessária voltada para o futuro. Trata-se, de acordo com Jeffrey Olick (2007:35), de um processo de elaboração e integração da realidade da injustiça pela lembrança, invocando memórias por estímulos que as objetivam como parte de um passado coletivo.

Assim sendo, corrobora-se que pertence à responsabilidade do conhecimento histórico tornar consciente transtornos consolidados nas experiências históricas negativas, atendo à obrigação, quando possível, de sua dissolução na coerência temporal. Poder-se-ia aqui falar, nos termos de Jörn Rüsen (2003:57), de uma *função terapêutica da história*, cujo cumprimento também é responsabilidade do historiador. Logo, este trabalho consente que as memórias das injustiças históricas precisam ser confrontadas e representadas, que os esforços para se corrigir as injustiças podem fundir histórias antagônicas polarizadas em direção a um cerne de histórias compartilhadas, como uma condição de reparação e reconciliação que evidencia a ação em direção a uma nova orientação com relação ao passado, conjeturando uma estratégia política de superação, de *destraumatização*, das consequências perturbadoras das experiências históricas traumáticas.

Esta perspectiva, que assume a feição do que José Carlos Moreira da Silva Filho (2008:151) denomina uma “*política de luto* na qual a principal arma é a memória”, espera criar condições essenciais ao exercício do direito de lembrar, à reparação simbólica de injustiças históricas, à restauração da dignidade e para lidar apropriadamente com o passado. Os historiadores, à vista disso, buscando na memória os transtornos enraizados nas experiências

históricas negativas e reprimidas, deveriam se comprometer com o reconhecimento e a reparação do sofrimento passado à prevenção de revisões à violência e à repressão, primando pelo alargamento da atenção (corretiva e reparadora) do uso social da narrativa histórica à inclusão da perspectiva das vítimas e à ampliação de valores democráticos.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil**. Estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase luta pela anistia. In. **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Maria Paula Araujo; Carlos Fico; Monica Grin (Orgs.). RJ: Ponteio, 2012.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (des)integração social da transição política brasileira. In. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

BASTOS, Lúcia E. Arantes Ferreira. As leis de anistia face ao direito internacional e à justiça transicional. In. **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Inês V. Prado Soares; Sandra Akemi Shimada Kishi (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2009.

DIMITRIJEVIC, Nenad. **Duty to respond: mass crime, denial, and collective responsibility**. Budapest, New York: Central European University Press, 2011.

DE BAETS, Antoon. Historical Imprescriptibility. **21st International Congress of Historical Sciences**. Panel "History and Human Rights". 2010. (Citação autorizada pelo autor).

FRIEDLANDER, Saul. **Memory, History, and the Extermination of the Jews of Europe**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1993.

KANSTEINER, Wulf. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. **History and Theory**, vol.41, n.2. Wiley for Wesleyan University, 2002.

LACAPRA, Dominick. **History and memory after Auschwitz**. U.S.A.: Cornell University Press, 1998.

LEFRANC, Sandrine; STEIN, Mariana. Las políticas del perdón y de la reconciliación. Los gobiernos democráticos y el ajuste de cuentas con el legado del autoritarismo. **Desarrollo Económico**, vol.45, n.178. Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2005.

LIAKOS, Antonis. Beyond the abuses of history. **21st Congress of Historical Science**. Panel – Ethics, Historical Research and Law, 2010. (Citação autorizada pelo autor).

OLICK, Jeffrey K. **The politics of regret: collective memory in the age of atrocity**. New York, London: Routledge, 2007.

RÜSEN, Jörn. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. **Historein**, vol.11, 2011.

_____. **Kann gestern besser werden?** Zum Bedenken der Geschichte. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In. **História, Memória, Literatura**. O Testemunho na Era das Catástrofes. _____. (org.). Unicamp: Ed. Unicamp, 2003.

_____. A história como trauma. In. **Catástrofe e representação: ensaios**. Arthur Nestrovski, Márcio Seligmann-Silva (orgs.). São Paulo: Escuta, 2000.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Anjo da História e a Memória das Vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Veritas**, v.53, n.2. Porto Alegre, 2008.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In. **O que resta da ditadura**. _____.; Vladimir Safatle (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010a.

TELES, Janaína de Almeida. Os Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Luta por “Verdade e Justiça” no Brasil. In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Edson Teles; Vladimir Safatle (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010b.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito**. Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

ZAMORA, José A. História, Memória e Justiça: da justiça transicional à justiça anamnética. In. **Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação**. José C. M. Silva Filho; *et all.* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2013.

Educação estética nos anos de aprendizado de Wilhelm Meister

José Luiz Coelho Rangel Junior

Introdução

Este trabalho é o resultado do primeiro ano de pesquisa no PIBIC, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob a orientação do professor Henrique Estrada Rodrigues, e tem como objetivo relacionar a História e a Literatura. Neste caso específico, analiso essa relação a partir do romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, escrito por Johann Wolfgang von Goethe, ao longo de um processo de gestação que durara quase vinte anos, entre os primeiros escritos e sua publicação, realizada entre 1795 e 1796. O resultado final do romance educativo escrito por Goethe, além de inaugurar um novo estilo, pode ser considerado como produto mais bem acabado e maior representante do que se convencionou chamar *Bildungsroman* (romance de formação).

Neste caso, o teatro cumprirá papel essencial no processo de educação pelo qual passa o protagonista do romance, o jovem Wilhelm Meister. Ao tratar da profunda influência do teatro sobre o jovem herói, Goethe deixa transparecer seus pressupostos teóricos a respeito, não só do teatro, como também, de suas concepções sobre a arte em geral. Presente principalmente no livro V do romance, o tratamento dado a função estética do teatro e os seus efeitos sobre as personagens, surpreenderam inclusive a Friedrich Schiller, com quem Goethe se correspondeu durante os anos finais de preparação do romance (1794-1803). Schiller teve acesso ao texto antes de sua publicação e, segundo ele, as justificativas quanto à opção de Meister pelo teatro e não pela vida de negociante burguês, conforme sua família planejava, são “tratadas com particular mestria” pelo autor.

Também no livro V, é descrita a famosa representação da peça *Hamlet*, de William Shakespeare, protagonizada por Meister, no papel do príncipe dinamarquês. Importa-me analisar a influência do dramaturgo inglês sobre a obra de Goethe, pois sua presença é central

para o romance em questão. É durante a peça, narrada no romance, que a aparição do espectro, fantasma do pai de Hamlet, causa no ator as mais fortes impressões e reflexões sobre sua própria vida. Por fim, a partir desta narrativa buscamos compreender a passagem de uma arte poética normativa para uma nova poética, que privilegia a estética do efeito, cara ao romantismo alemão, ainda embrionário em finais do século XVIII. Sendo assim, destacamos a importância deste romance dentro do contexto poético e filosófico alemão, emblemático da passagem entre os séculos XVIII e XIX.

A concepção de Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister

Quando, em 1775, Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) fora convencido pelo duque Karl August a se fixar e servir na corte de Weimar, o autor já desfrutava de um grande renome entre os alemães. A partir do lançamento de *Os sofrimentos do jovem Werther*, em 1774, Goethe, ao lado de nomes como Herder¹ e Schiller passou a ser um dos principais representantes do movimento literário Sturm und Drang (Tempestade e Ímpeto)². No entanto a permanência de Goethe em Weimar e notadamente suas atribuições como funcionário do Estado weimariano desempenharam importante papel, ao permitirem um contato maior do autor com a realidade, ajudando na construção de um caminho de passagem, do “Stürmer”,

¹ Johann Gottfried Herder (1744-1803), apresentado por Süsskind em seu texto sobre Shakespeare como “o grande nome por trás das teorias defendidas na época do Sturm und Drang, autor de *Ideias sobre a filosofia da história da humanidade*, foi uma espécie de mentor para Goethe e durante algum tempo permaneceu como um de seus principais interlocutores no campo da filosofia e da teoria da arte. Especialmente as ideias de Herder sobre Shakespeare e a valorização do teatro nacional autenticamente alemão foram fundamentais para Goethe, como ele próprio reconheceu em suas memórias, escritas já no período de maturidade da sua produção literária.” (SUSSEKIND, edição Kindle, posição 746). Além dos conhecidos textos *Ensaio sobre a origem da linguagem* (1772) e *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade* (1774), Herder escreveu o importante tratado *Shakespeare* (1774) cuja influência sobre os escritos de Goethe é notória.

² Período também conhecido como Tempestade e Ímpeto, inicia-se na Alemanha por volta de 1770, dando origem ao período chamado de pré-romantismo. O movimento, essencialmente alemão, teve como seus principais representantes Goethe, Herder e Schiller. Segundo Marco Aurélio Werle, a marca do Sturm und Drang em relação à história da estética é incorporar “a postura alemã da época diante da literatura e da poesia, postura que pode ser pensada levando-se em conta os seguintes traços: 1. a referência à Idade Média (o que também será usual junto aos românticos); 2. crítica à Aristóteles em vista do pouco espaço dado aos caracteres no drama; redescoberta, entre os antigos, de Homero e, entre os modernos, de Shakespeare. 4. valorização da figura do gênio (influência inglesa) e do princípio da natureza (Rousseau)” (WERLE, 2000: 23).

rumo ao classicismo³. Em 1777, Goethe começa uma série de viagens pelo ducado⁴ que culminará, anos mais tarde, na viagem às escondidas para a Itália. As diversas viagens do autor e principalmente o contato com o ambiente artístico italiano, cujas obras conjugavam as influências de mestres modernos com a Antiguidade, foram importantes para mudar profundamente as concepções de Goethe sobre a arte. Neste caso ocorre uma alteração significativa quanto a importância das artes plásticas nas obras do autor, que antes ficavam em segundo plano em relação a literatura – tema central para Goethe nos anos de Sturm und Drang. Se em sua juventude Goethe interpretava as artes plásticas sob um ponto de vista subjetivo, a partir da noção de gênio, e não segundo a objetivação das obras de arte em si mesmas; após sua viagem à Itália, Goethe passa a se orientar pelo modelo específico da arte greco-romana – embora não deixe para trás suas concepções da “estética do gênio” –, caracterizando a passagem ao classicismo e uma maior dedicação às artes plásticas, por parte do autor alemão⁵.

Além das artes plásticas, Goethe também se dedica às ciências, por exemplo em seus estudos sobre as cores, derivado de uma perspectiva natural das artes, e à filosofia, principalmente devido a amizade com Friedrich von Schiller (1759-1805), com quem debateu sobre a filosofia kantiana. Em *Escritos sobre arte Johann Wolfgang Goethe*, organizado por Marco Aurélio Werle, o professor do Departamento de Filosofia da USP observa que as

³ Goethe desempenhou diversas funções como membro da Corte de Weimar. Segundo Joseph-François Angelloz: “[Em 1776] o duque lhe concede uma remuneração de 1.200 táleres com pensão de 800 (16 de março), oferece-lhe uma casa (22 de abril), confere-lhe o direito de cidadania (26 de abril), nomeia-o ‘Geheimer Legationsrat’ com assento e voz deliberativa no ‘Conselho Secreto’, a mais alta instância do país, faz dele, no dia 25 de junho, funcionário do Estado weimariano. Goethe torna-se um verdadeiro ministro, encarregado de setores bastante diversos, como a exploração das minas e das florestas, o teatro e a vida cultural etc.” ANGELLOZ, Joseph-François. Prefácio, in: GOETHE, J.W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.

⁴ Segundo Angelloz (op.cit.) “[...] suas novas funções levam-no a fazer numerosas viagens pelo ducado, notadamente de 4 de setembro a 9 de outubro de 1777, na floresta de Turíngia, e de 29 de setembro a 19 de dezembro de 1777, em Harz, de 10 de maio a 1º de janeiro de 1778 a Potsdam e Berlim. Sua atividade poética se ressente; todavia, compõe alguns belíssimos poemas, como *An den Mond*, *Harzreise um Winter*, *Der Fischer*, *Grenzen der Menschheit*.”

⁵ Sobre a relação de Goethe com a arte ver a introdução feita por Marco Aurélio Werle, bem como os textos selecionados e organizados pelo filósofo brasileiro, em *Escritos sobre arte Johann Wolfgang Goethe*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2ª ed. 2008.

concepções sobre a estética em Goethe não se restringem apenas aos escritos de teoria da arte mas podem ser encontradas em sua obra poética e nos escritos sobre literatura. A obra que objetivamos analisar, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1796), e textos sobre literatura como *Para o dia de Shakespeare* (1771) e *Shakespeare e o sem fim*, escrito entre 1813 e 1816, publicado em 1826, servem como exemplo do que Werle aponta como escritos “que apresentam variados aspectos teóricos” a respeito de temas como a própria poesia, o teatro, a filosofia e a estética, para citar alguns, segundo a concepção de Goethe. A partir desta constatação Werle identifica a contribuição teórica da obra de Goethe como problema a ser enfrentado – por aqueles que se debruçam sobre este período e que tomaremos por empréstimo – cuja solução não está em situar o “classicismo de Goethe somente como mais uma teoria de arte ao lado de outras” nem mesmo em se atualizar a visão artística classicista, “pois trata-se de algo situado no passado. Entretanto, importa refletir sobre a exigência mais ampla que levou à sua adoção, vinculada a certo fundo histórico e estético de crise. Isso significa situá-lo [o classicismo de Goethe] não apenas como uma questão de estilo ou como um ideal de arte enquanto resultado acabado, e sim como o signo de um problema ou questão inerente ao ambiente cultural do fim do século XVIII e, de certo modo, concernente aos destinos da arte dos últimos 300 anos” (WERLE, 2008: 18-19).

Obra emblemática do período clássico de Goethe, o romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* não foi concebido de uma só vez, mas passou por um processo de escrita bastante peculiar e mais de uma vez experimentado pelo autor. Assim como sua obra mais conhecida, *Fausto* – cuja gestação se estendeu por quase toda a vida do poeta – *Os anos de aprendizado* levava cerca de vinte anos para ser concluído, desde sua concepção original até a escrita final e publicação da obra. Neste mesmo período, precisamente entre 1777 e 1796, Goethe esteve envolvido em outros tantos trabalhos, tais como *Ifigênia em Táuride*, drama escrito e representado nos palcos em 1779 – ano em que começa a trabalhar também em *Egmont*. No ano seguinte, 1780, escreve uma versão em versos livres de *Ifigênia* e inicia a escrita de *Tasso*. Entre 1781 e 1786, o autor continua a trabalhar em *Egmont*, *Tasso*, *Wilhelm Meister* e termina uma segunda versão de *Os sofrimentos do jovem Werther* (1786). Entre

1786 e 1788, Goethe faz sua importante viagem à Itália, cujos efeitos se farão sentir em toda sua obra e marca a transição entre os anos do Sturm und Drang (1771-1775) e o período que ficou conhecido como Classicismo de Weimar (1788-1805); durante a viagem à Itália o autor ainda trabalha a escrita de uma última versão de *Ifigênia em Táuride* (em versos iâmbicos); Tasso, Fausto e *Wilhelm Meister* também continuam sendo escritos neste período. Entre 1787 e 1788, Goethe retorna à Roma, onde termina *Egmont* e trabalha em *Wilhelm Meister*. Entre 1788 e 1796 Goethe se aproxima de Schiller. É neste período, sob o forte incentivo e influência de Schiller e Humboldt, que o romance de formação, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, ganha seus traços finais e é, finalmente, publicado em 1796.⁶ Embora tenham sido apresentados por amigos em comum ainda em Weimar, em 1788, Goethe e Schiller, só se aproximaram, ao menos intelectualmente, no momento em que este último assume a função de professor de História na Universidade de Jena. A correspondência entre ambos, iniciada em 1794, será tomada como um dos melhores tratados acerca do classicismo alemão. O grande interesse de Schiller pelas questões abordadas pela filosofia kantiana⁷, resulta em seu direcionamento ao ideal clássico, e sua busca pelo sentido do ofício do poeta, como ideal de "formação do Homem". Esta forte inclinação de Schiller pela interpretação subjetiva das intenções das personagens literárias até então não eram consideradas na escrita de Goethe, mas logo passarão a influenciar este último, a partir das constantes trocas e colaboração entre os dois poetas, a ponto de serem apropriadas na forma final de *Os anos de aprendizado*, dando ao romance um caráter ainda mais distinto das obras de juventude. Inicialmente escrito visando explorar apenas questões estritamente ligadas ao teatro, *Os anos de aprendizado* ganham maior amplitude em sua segunda versão, lançada em definitivo em 1796. Tal aprofundamento indica, em muitos sentidos, o amadurecimento e consolidação dos

⁶ cf. ANGELLOZ, Joesph-François. Prefácio, in: GOETHE, J.W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁷ “Na estética filosófica, Kant foi a principal referência na elaboração da questão do gênio e de seu caráter paradoxal entre a imitação de uma tradição constituída e a criação original a partir da observação da natureza. Essa questão seria retomada e redefinida posteriormente, no contexto da filosofia da arte, por autores como Schiller, Hegel, Schelling e Schopenhauer” (SÜSSEKIND, Pedro. *Shakespeare o gênio original*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008. Edição Kindle, posição 53).

escritos do autor (cf: CAVALCANTI, 2011). A tradutora de uma versão ao português da correspondência entre Goethe e Schiller, Claudia Cavalcanti faz, em sua introdução ao texto, uma análise da relação entre os dois poetas do Classicismo de Weimar. Neste sentido a autora atribui a Schiller uma notada influência sobre *Os anos de aprendizado*, destacando, portanto, que: “O grau de participação de Schiller na criação de *Wilhelm Meister* pode ser quase integralmente acompanhado na leitura das cartas, tendo sido o livro um dos primeiros temas tratados na correspondência.” (CAVALCANTI, 2011: 18).

Georg Lukács também observa a evolução entre as versões de *Os anos de aprendizado* em seu texto de 1936, intitulado *Goethe und seine Zeit*, publicado como posfácio à edição do livro em língua portuguesa, de 2006. Nele o crítico húngaro aponta para a preponderância da função do teatro, como fim último a ser alcançado na formação do indivíduo, apresentado na versão inicial de *Os anos de aprendizado*. Esta primeira versão, escrita entre 1777 e 1785, dos seis primeiros livros do romance, esteve perdida por anos e foi reencontrada em 1910, sob o título de *Wilhelm Meister theatralische Sendung* (A missão teatral de Wilhelm Meister). Neste texto pode-se perceber a presença do “espírito do jovem Goethe”, da mesma forma como perceberam os filósofos e críticos, amigos de Schiller e Goethe, que tiveram acesso aos manuscritos da versão final – produzidos entre 1793 e 1795 –, tais como Wilhelm von Humboldt⁸ (1767-1835) e Christian Gottfried Körner⁹ (1756-1831). Em sua correspondência com Goethe, Schiller menciona, por diversas vezes, encontrar a “força dos sofrimentos de Werther” no *Wilhelm Meister*, mas desta vez com a “mais bela harmonia com o todo”. Schiller deixa clara sua opinião, bem como as ideias de seus amigos, em cartas endereçadas à Goethe, como a de 9 de dezembro de 1794, em que escreve:

⁸ Segundo Cavalcanti, Humboldt “conheceu Schiller aos 22 anos, mas só quando o primeiro se mudou para Jena, em 1794, é que se desenvolveu uma relação intelectual das mais estreitas. Humboldt esteve sempre em contato com Goethe, sobretudo depois da morte de Schiller, quando principalmente os ensaios linguísticos do primeiro, além de sua atividade político-cultural, se tornaram bastante conhecidos.” (op.cit.) cf. nota 14, p. 43.

⁹ Segundo Cavalcanti, Körner “era, desde 1775, um dos melhores amigos de Schiller, através de quem ele então também viria a nutrir uma boa relação intelectual com Goethe. As ideias de Körner foram, em certo momento, decisivas para o desenvolvimento intelectual de Schiller.” (op.cit.), cf. nota 4, p. 32.

Com grande avidez li e engoli o primeiro livro de Wilhelm Meister, e agradeço ao mesmo o prazer que há muito não tinha, tudo somente graças ao senhor. Ele poderia me aborrecer bastante se eu devesse atribuir a um outro motivo a desconfiança com a qual o senhor fala desse excelente produto de seu gênio, senão o da grandeza das exigências que o seu espírito deve a toda hora fazer a si mesmo. Pois não encontro nele nada que não estivesse na mais bela harmonia com o todo, tão encantador. [...] O sr. Von Humboldt também se deleitou bastante com ele e, como eu, encontra o espírito do senhor em toda a viril juventude, na força tranquila e na plenitude criadora dele. Com certeza esse será o efeito geral. Tudo nele mantém-se tão simples e belo, e com tão pouco se alcançou tanto. Reconheço que temi, por causa do longo intervalo que deve ter decorrido entre o primeiro esboço e a última mão, a possibilidade de ficar visível uma pequena desigualdade, mesmo que somente pela idade. Mas não é possível sentir o mínimo vestígio disso. As ousadas passagens poéticas, que surgem da silenciosa plenitude do todo como relâmpagos isolados, produzem um efeito excelente, elevam e preenchem a alma. [...] Posso julgar com muita competência a fidelidade da descrição de um empreendimento teatral e de um flerte, à medida que conheço ambos melhor do que se tivesse motivos para desejá-lo. A apologia do comércio é magnífica e com grande sentido. Mas o fato de que, além disso, o senhor pudesse afirmar essa inclinação da personagem principal com uma certa glória, não é certamente nenhuma vitória menor alcançada pela forma sobre a matéria. [...]

E, após receber manuscritos dos livros II e III, Schiller escreve, em 19 de fevereiro de 1795, as seguintes palavras:

[...] Recentemente comuniquei-lhe a impressão causada em mim por Wilhelm Meister, e – quão óbvio – é o próprio fogo em que o senhor se aquece. Körner escreveu-me sobre o assunto há alguns dias com uma infinita satisfação, e pode-se confiar no seu julgamento. Jamais encontrei um crítico que, através das obras secundárias de um produto poético, se deixasse influenciar tão pouco pela obra principal. Ele encontra em Wilhelm Meister toda a força dos sofrimentos de Werther, apenas reprimida por um espírito masculino e sublimado ao sereno encanto de uma obra de arte perfeita.

Estes testemunhos, contemporâneos à época de Goethe, parecem corroborar a análise encetada por Lukács, a partir de A missão teatral de Wilhelm Meister, cuja predominância está, como o próprio título indica, no problema do teatro e do drama, mas sobretudo “no problema do poeta com o mundo burguês”, traço do jovem Goethe, presente no seu maior

sucesso literário, *Os sofrimentos do jovem Werther*. Portanto como poderiam duas versões, de épocas distintas, produzir comentários tão próximos, uma vez que o próprio Lukács aponta diferenças entre elas? Esta semelhança pode ser atribuída ao fato de que as versões lidas e comentadas por Schiller e seus companheiros ainda não serem as versões finais – ele próprio fez diversas sugestões para o romance que, certamente, foram incorporadas por Goethe. Em paralelo, também é preciso levar em consideração que os comentários, reproduzidos acima, se deram a partir da leitura dos primeiros livros do romance. Mesmo na versão final, a leitura desses livros evidencia que ainda não há uma ampliação da representação de toda a sociedade e de um projeto de formação plena do indivíduo. Ao contrário a personagem principal ainda se encontra envolvida numa busca pessoal. A ampliação do projeto educativo, sob bases humanistas, e de uma integração do indivíduo na sociedade só se fará sentir no desenrolar do romance, quando o herói se dará conta do teatro como um ponto de transição para o seu desenvolvimento pleno. E tal percepção só é possível, quando se chega à metade do romance, notadamente nos eventos narrados pelo livro V, no qual pode-se perceber o início de um movimento de deslocamento na função do teatro dentro do conjunto da obra. E Goethe trata esta mudança de eixo sem trair seu objetivo inicial: exaltar o teatro como lugar de libertação das amarras de um modo de vida burguês que se impõe aos indivíduos. Na verdade Goethe vai muito além de uma mera exaltação do teatro, e faz esta ultrapassar através de uma encenação teatral, dentro de seu romance, tal qual o próprio bardo fizera em *Hamlet*. Goethe se utiliza desta mesma peça de Shakespeare, em seu romance, cujo papel de protagonista fora interpretado pelo próprio herói, Wilhelm Meister. O motivo pela escolha específica desta peça pode ser compreendido através da análise de Pedro Sússekind, em seu livro, *Shakespeare o gênio original* (2008): “Em alguns dos textos decisivos para a recepção alemã, nos quais o dramaturgo inglês é proposto como modelo para a elaboração de um teatro próprio, livre das imposições do Classicismo, as questões debatidas se articulam à discussão específica sobre *Hamlet*. Especialmente no caso dos escritos de Goethe, essa tragédia se destaca como a referência mais fundamental e decisiva para discutir os problemas poéticos, estéticos e teatrais

que constituíram, na Alemanha da época, um revolução cultural”¹⁰. Com isso, o poeta alemão não apenas ressalta a “importância do teatro e do drama”, mas vai além por entender que a questão de Shakespeare ultrapassa o teatro. Para Goethe o dramaturgo inglês é “um grande educador para uma humanidade e personalidade totalmente desenvolvidas; seus dramas são, [...], modelos do modo como o desenvolvimento deveria se completar no presente” (LUKÁCS, 2009:583).

Podemos, portanto, tomar o problema enunciado por Werle, qual seja, o da produção literária e intelectual de Goethe como ícone de um “problema ou questão inerente ao ambiente cultural do fim do século XVIII”¹¹, e juntar a este aquele levantado por Lukács, segundo o qual Wilhelm Meister de Goethe é apontado como o “mais significativo produto de transição da literatura romanesca entre os séculos XVIII e XIX” (LUKÁCS, 2009:581). É neste sentido que tomamos o romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, tentando descrever, nas próximas duas seções, como, a partir dele, pode-se avançar ainda mais nas questões estéticas colocadas pela querela entre Antigos e Modernos, qual seja a da estética normativa em contraposição à estética do efeito, e como, por conseguinte, chegou-se a inauguração de um novo gênero, o *Bildungsroman*¹² (o romance de formação). Antes, porém, de analisarmos o

¹⁰ SUSSEKIND, edição Kindle, posição 255, (op. cit.).

¹¹ WERLE, (op. cit.).

¹² Sobre a centralidade do romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* quanto à fundação de um gênero único do qual é seu mais fiel representante, Marcus Vinicius Mazzari infere, na introdução da edição de 2006, para língua portuguesa, publicada pela Editora 34: “Com efeito: se nos Sofrimentos do jovem Werther o substantivo ‘coração’ recorre em inúmeras variações e se o motivo fundamental do Fausto reside no verbo ‘aspirar’ (streben), o Wilhelm Meister é dominado inteiramente pelo termo Bildung (‘formação’), cuja tradução é, para alguns autores, tão complexa quanto a palavra grega paideia ou da latina humanitas. Bildung tem uma longa história atrás de si, começando com a sua identificação com o sentido primeiro Bild (‘imagem’, imago) e desdobrando-se na ideia de reprodução por semelhança, Nachbildung (imitatio): nessa acepção original, o arquétipo de Bild (‘imagem’) e da forma verbal bilden (‘formar’) estaria relacionado com o próprio Criador, que ‘formou o homem à sua imagem e semelhança’” (MAZZARI, 2009. p. 11). Sobre a gênese do termo *Bildungsroman* para designar o tipo de romance como o de Wilhelm Meister e todos os outros que a ele se filiam, Mazzari escreve que Wilhelm Dilthey (1833-1911) pode ser considerado um dos primeiros autores a mencionar o termo *Bildungsroman*, “que em sua obra *Leben Schleiermachers* [Vida de Schleiermacher], publicada em 1870, escrevia as seguintes palavras: ‘Gostaria de chamar romances de formação àqueles romances que constituem a escola de Wilhelm Meister (pois semelhante forma artística criada por Rousseau não teve influência sobre eles. A obra de Goethe mostra aperfeiçoamento [Ausbildung] humano em diversas etapas, configurações e fases de vida’”. O autor continua fazendo uma história da utilização do termo *Bildungsroman*, concluindo que, de fato, Dilthey foi o responsável pela “difusão e consolidação do termo” na história da

romance *Os anos de aprendizado*, faremos algumas observações quanto à recepção de Shakespeare na obra de Goethe.

A recepção de Shakespeare no romance de Goethe

A importância do teatro para Goethe pode ser creditada em grande medida à influência que Shakespeare exercera sobre os escritos do autor alemão. Assim como Goethe transmite seus pressupostos teóricos acerca da arte, da filosofia e da ciência, pela boca de suas personagens literárias, Shakespeare, muito antes dele, também o fizera. Pedro Sússekind discorre sobre esta característica do bardo, que podemos tomar como um paralelo interessante entre os dois autores: “Se Shakespeare não escreveu textos teóricos sobre a arte, por exemplo sobre o próprio teatro, alguns de seus personagens mais célebres refletem acerca do assunto, em considerações inseridas nas peças. Dentre esses personagens, destaca-se Hamlet, que faz uma série de considerações sobre a atuação e sobre a arte teatral quando se encontra, no segundo ato da peça, com os atores de uma companhia de teatro. Assim, para se tentar entender o pensamento do autor de Hamlet sobre a arte que ele mesmo exercita, é preciso interpretar o conteúdo do pensamento de seu personagem. Mas que indicações teóricas ele dá em suas falas? Ou, em outras palavras, que elementos de uma teoria da arte ele desenvolve?” (SUSSEKIND, 2008: posição 181) O mesmo aspecto pode ser encontrado na obra de Goethe, especificamente em *Os anos de aprendizado* de Wilhelm Meister. Mazzari identifica esta característica em Wilhelm Meister, segundo o filósofo: “em alguns momentos do romance parece ser o próprio Goethe que, transcendendo a esfera distanciada e irônica do narrador, toma a palavra para expor suas concepções filosóficas [...]” Não obstante, o professor do

literatura e na cultura. Mas, a partir de 1961, o renomado historiador da literatura alemã, Fritz Martini, demonstra que “na realidade o termo fora empregado pela primeira vez em 1810 por Karl Morgenstern (1770-1852), professor de estética, retórica e outras disciplinas na universidade de Dorpat (atual Tartu, capital da Estônia)”. Mazzari segue observando que, “ao falar em Bildungsroman, Morgenstern tinha em mente, em primeiro lugar, os romances de Friedrich Maximilian Klinger, cujos heróis, a seu ver muito superiores em força moral ou caráter viril a um Agatão ou Wilhelm Meister, representariam modelos mais apropriados e positivos para a formação da juventude” (MAZZARI, 2010: 97 e 98).

Departamento de Letras da USP reconhece que a importância do texto não se deve a possibilidade de lê-lo como “romance social, filosófico ou de teses estético-literárias, nem como romance de viagens, aventuras ou de amor [...], mas sim – sem deixar de ser tudo isso – enquanto protótipo e paradigma do Bildungsroman.”

Além deste ponto de contato entre o dramaturgo inglês e o poeta alemão, há ainda outra importante questão, encontrada em Shakespeare, que Goethe também privilegia. É o tratamento dado ao efeito produzido pela obra de arte, neste caso o teatro. Grosso modo pode-se compará-lo com a catarse na tragédia antiga, porém chegando ao seu resultado a partir de um caminho original. Pedro Süsskind observa como Lessing¹³ e Herder tratam da autenticidade característica das peças do bardo: “[...] O efeito produzido pelas tragédias de Shakespeare, como já argumentara Lessing, é medo e compaixão, ou seja, consiste nas emoções que Aristóteles define como sendo próprias do gênero trágico, mas o caminho trilhado para chegar a esse efeito é outro. Na concepção de Herder, essa mudança só pode ser explicada pela noção de que o gênio ‘é mais que filosofia’, pois não surgiria um drama novo se a tarefa fosse deixada para os filósofos, ou seja, para os eruditos, para os conhecedores da tradição, para os comentadores e estudiosos de Aristóteles que ficam presos à suas análises como se elas fossem normas. É a originalidade da criação artística que o autor valoriza: ‘O novo, o primacial, o de todo diverso mostra a força inata de sua vocação’. Herder afirma ainda que se sente mais próximo de Shakespeare do que dos gregos, não só historicamente, mas também porque o dramaturgo inglês nos apresenta ‘homens do Norte’. É essa noção que justifica uma identificação entre o caráter nacional inglês e o alemão. ‘Quem poderia imaginar

¹³ Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781) poeta e filósofo alemão, autor de *Emília Galotti*, importante influência para Goethe, notadamente em *Os sofrimentos do jovem Werther*. Segundo Pedro Süsskind, quanto a sua contribuição na recepção alemã de Shakespeare, foi “um ferrenho crítico do modelo francês que o teatro alemão havia procurado seguir nas primeiras décadas do século XVIII. Os autores ligados ao Sturm und Drang não só aprofundaram as posições teóricas de Lessing, que defendia o privilégio do efeito e da emoção sobre as regras da arte, como também seguiram diretamente sua proposta de desenvolver um teatro segundo o modelo shakespeariano, em vez de imitar os antigos, como tinha feito a tragédia clássica francesa. Assim, na teoria e na prática artística de escritores alemães como Goethe, Lenz, Herder e Schiller, consolidavam-se a valorização de Shakespeare e, associada a ela, a concepção do gênio original como um talento livre das imposições da poética tradicional, portanto como um modelo para a criação artística moderna” (SUSSEKIND, 2008. Edição Kindle, posição 82). (op.cit.).

um poeta maior do que ele para o povo do Norte e para este período da história?’, o autor do ensaio se pergunta. A própria natureza nórdica e o caráter dos homens de seu tempo se fariam presentes no palco, de modo grande e profundo. Por isso, Shakespeare deveria ser o modelo para o teatro nacional alemão, que procurava seu caminho ainda sob o jugo da influência francesa” (SUSSEKIND, 2008: posição 849).

Nos escritos de Goethe há muitas referências à originalidade e autenticidade de Shakespeare. Num desses textos, *Para o dia de Shakespeare*, de 1771, Goethe faz referência a noção de gênio, segundo a qual pode-se superar a filosofia pura, por meio da inserção de conceitos filosóficos dentro do próprio drama. Com isso exige-se do espectador o uso de sua imaginação e de uma reflexão mais profunda, através do próprio enredo e daquilo que o autor almeja retratar. Deixemos o próprio Goethe falar de modo que fique clara sua ideia: “O teatro de Shakespeare é uma bela caixa de raridades, na qual a história do mundo passa diante de nossos olhos, suspensa nos fios invisíveis do tempo. As suas tramas, no sentido usual do termo, não são meras tramas teatrais, mas as peças todas tratam do ponto secreto (que nenhum filósofo chegou a ver e determinar) em que o caráter particular de nosso eu, a liberdade pretendida de nossa vontade encontra-se com o andar necessário do todo. Todavia, o nosso gosto deteriorado ofusca de tal modo os olhos que quase precisamos de uma nova Criação, para sairmos dessa obscuridade.” (GOETHE, 2012: 32) (Ao ler os manuscritos de *Os anos de aprendizado*, Schiller teve impressão análoga a esta que Goethe encontrara em Shakespeare. O testemunho de Schiller serve, portanto, de prova da grande genialidade do poeta alemão, que soube dotar sua obra de um cunho filosófico, podendo, muitas vezes, retratar melhor a realidade do que a própria filosofia seria capaz. Schiller afirma: “Não posso expressar-lhe o quão muitas vezes me é penosa a sensação de penetrar na essência filosófica de um produto deste tipo. Aqui tudo está diluído com tanta serenidade, vida, harmonia, e tão verdadeiramente humano, lá é tudo tão exato, rígido e abstrato e extremamente artificial, porque toda natureza só é síntese, e toda a filosofia é antítese. É certo que posso permitir-me ser tão fiel quanto possível nas minhas especulações da natureza com o conceito da análise; sim, talvez tenha sido mais fiel do que permitiram e considerariam possível os nossos

kantianos. Mas apesar disso, sinto com não menos intensidade a infinita distância entre a vida e a racionalidade – e não posso abster-me de expor, num tal momento melancólico, um defeito em minha natureza, o que preciso considerar, num instante de serenidade, apenas uma qualidade natural da coisa. Contudo algo é certo: o poeta é o único homem verdadeiro, e o melhor filósofo é tão somente uma caricatura dele. [...]”¹⁴

Complementando as ideias encontradas em Lessing e depois em Herder, podemos citar mais uma passagem em que Goethe analisa o gênio criador do bardo. Em Shakespeare e o sem fim, escrito entre 1813 e 1814, portanto, após o Classicismo de Goethe e Schiller – que se encerrara em 1805 com a morte deste último – Goethe afere que “[...] Shakespeare fala ao nosso sentido interior; por meio deste anima-se de imediato o mundo de formas da imaginação, criando um efeito de plenitude, do qual não sabemos dar nenhuma satisfação, pois aqui se encontra o fundamento daquela ilusão de que tudo se passa diante de nossos olhos. Todavia, quando se consideram as peças de Shakespeare com exatidão, elas contêm muito menos ação sensível do que palavra espiritual. Ele deixa acontecer o que é fácil de imaginar, o que é melhor imaginado do que visto. O espírito de Hamlet, as bruxas de Macbeth, algumas atrocidades ganham o seu valor antes de tudo pela imaginação, e a variedade de pequenas cenas intercaladas baseia-se puramente nessa faculdade. Todas essas coisas passam por nós de modo leve e conveniente enquanto lemos, mas aparecem na representação como algo carregado e perturbador, ou mesmo repugnante” (GOETHE, 2012: 38-39).

A estética do efeito e o romance de formação

Como visto anteriormente, Goethe inicia seus primeiros escritos de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* em 1777. Sem dúvida, devido à proximidade com o *Sturm und Drang* e com sua obra mais emblemática deste período, *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), é possível encontrar os traços do jovem Goethe presente na redação da primeira

¹⁴ (SCHILLER, carta a Goethe de 7 de janeiro de 1795).

versão de Wilhelm Meister, bem como na versão definitiva, considerando-se que muito dos escritos iniciais foram mantidos, quando da publicação de 1796. Neste sentido a questão estética de Goethe¹⁵ e de sua época (Goethezeit), para usar um termo bastante difundido entre os estudiosos deste período, está orientada para o resgate de Homero e Shakespeare, com grande destaque para este último, em contraponto a Aristóteles e a superficialidade do tratamento dado às personagens e caracteres, dentro do drama. Sobre as novas concepções estéticas deste período é preciso destacar a contribuição de poetas e autores, não necessariamente ligados ao Sturm und Drang, tais como Winckelmann¹⁶ e Lessing. Estes dois, juntamente com Herder, serão responsáveis por influenciar Goethe ao darem, cada um ao seu estilo, suas contribuições na recepção de William Shakespeare, no cenário das letras alemãs da segunda metade do século XVIII¹⁷.

¹⁵ Marcus Vinicius Mazzari, no prefácio da edição, já mencionada neste estudo, de Os anos de aprendizado sintetiza o ineditismo das concepções estéticas utilizadas por Goethe em sua obra. Diz ele: “Com meios estéticos até então inéditos na literatura alemã, Goethe empreendeu a primeira grande tentativa de retratar e discutir a sociedade de seu tempo de maneira global, colocando no centro do romance a questão da formação do indivíduo, do desenvolvimento de suas potencialidades sob condições históricas concretas. Fez assim com que a obra paradigmática do Bildungsroman avultasse também como a primeira manifestação alemã realmente significativa do “romance social burguês”, na época já amplamente desenvolvido na Inglaterra e na França. Para Friedrich Schiller isso significou ao mesmo tempo a emancipação do gênero romanesco da condição subalterna de ‘meio-irmão da Poesia’ e sua ascensão à categoria de verdadeiro representante da era moderna” (MAZZARI, 2009. p. 7 e 8).

¹⁶ Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) helenista alemão cujo pioneirismo na crítica da arte o levou a ser considerado o primeiro historiador de arte – diferentemente dos estudos biográficos sobre a vida dos artistas Winckelmann procurava analisar as obras de arte em seu contexto de produção.

¹⁷ Em relação às interpretações de Winckelmann, Lessing e Herder, suas diferenças e pontos de contato, cito Marco Aurélio Werle: “1. em toda essa época, há uma crítica ao classicismo francês, ao domínio da literatura francesa, na medida em que esta encarnava as regras clássicas (Boileau); 2. Ao lado disso, apresenta-se uma busca pelo verdadeiro sentido dos antigos, [...]. A estratégia comum era precisamente opor o autêntico Aristóteles (segundo se supunha) ao Aristóteles dos franceses (o modelar). [...] 3. Junto à defesa do sentido autêntico dos antigos vem a adoração a Shakespeare, bastante forte em Lessing e Herder. Neste caso além de contrapor o pensador da tragédia antiga, o Aristóteles autêntico, ao classicismo francês, também se lhe opunha a excelência poética moderna. Shakespeare é visto como um poeta que fala a partir da alma e que constrói autênticos caracteres, ao contrário do artificialismo dos personagens do teatro francês. Para Herder, ele era o poeta representante dos povos do norte, alguém que não se atinha às regras poéticas em voga. Ele é o exemplo do gênio, termo usado tanto por Lessing como por Herder para designar o verdadeiro poeta; 4. Outro ponto comum, mas também de diferença, e que é mais forte em Lessing, é a crítica ao regime absolutista e a defesa da cultura alemã própria baseada numa sociedade burguesa. Em Winckelmann temos uma superação da estética inicial da Aufklärung, quando da defesa do princípio da simplicidade e negação do rebuscamento (barroco). No movimento Tempestade e ímpeto há também uma crítica ao absolutismo, mas aí a solução não está na sociedade burguesa, enquanto coletividade, e sim no individualismo. 5. Nesses pontos comuns, porém, impera um que

E além da exaltação de Shakespeare como representante máximo da genialidade poética há também o viés histórico que buscou-se atualizar por meio da crítica feita, principalmente por autores alemães do século XVIII. Para Goethe, inclusive, o dramaturgo era mais bem acolhido pelos alemães do que pelos próprios ingleses – sendo o dramaturgo inglês aquele que melhor refletiu a alma dos povos do norte –, não a partir de normas e regras, mas ao fazer suas personagens falarem, deixando que a subjetividade delas pudesse se mostrar ao público. Foi a partir destes traços, de aprofundamento da caracterização das personagens, que se tornou possível contrapor a liberdade e genialidade da criação trágica de Shakespeare ao modelo superficial, caro a poesia clássica francesa, representante da poética normativa baseada em regras, conforme as difundidas por Boileau¹⁸, rastreável a Horácio¹⁹, até chegar em Aristóteles e sua Poética. Porém, ao historicizar o gênero trágico e o fazer poético, estes poetas e críticos alemães buscaram recuperar o verdadeiro sentido de Aristóteles, ou seja, redescobrir o filósofo grego, não pela sua leitura com lentes romanas ou francesas, mas a partir do ponto de vista próprio dos antigos.¹ E mais, com o entendimento de que Aristóteles não definiu o *modus operandi* da tragédia grega, mas apenas o interpretou. Antes dele

abrange a todos e que é central para as concepções de arte dos nossos três autores: o que se refere ao início de uma nova consciência histórica” (WERLE, 2000, p. 25 e 26). E ainda sobre a questão da recepção do classicismo por Winckelmann, Werle esclarece que esta acolhida não deveu-se a uma adequação somente às regras de Aristóteles, menos ainda à leitura feita pelo classicismo francês, mas sobretudo ao sentido original do fazer artístico dos gregos que deveria ser tomado como modelo: “[...] da nova visão que forjou da arte grega, [...] Winckelmann não só oferece uma nova interpretação dos gregos, mas uma nova valorização. Ele sustenta que a arte deles seria a maior e melhor já feita por qualquer povo em qualquer época. Desse modo, caberia aos modernos, seus contemporâneos, ‘uma vez que quisessem ser grandes’ (Winckelmann, 1975, p. 39), tomar a arte grega como modelo, para tentar se aproximar deles e, assim, fazer uma arte superior e autêntica. Este segundo aspecto da obra de Winckelmann costuma ser rotulado pelo termo ‘classicismo’, com o que se entende que é preciso tomar o clássico como modelo: os gregos originais, o princípio da escultura, especialmente, e não as regras de Aristóteles apenas, tal como eram lidas pelo classicismo francês” (WERLE, 2000: 28).

¹⁸ Segundo Sussekind: “A arte poética de Boileau privilegia, assim, a subordinação do talento tanto ao propósito ‘útil’ e racional de educar, de oferecer modelos de virtude, quanto ao rigor de uma composição feita de acordo com as regras da arte, já definidas pelas poéticas clássicas” (SUSSEKIND, edição Kindle, posição 323).

¹⁹ “Assim, é também de Horácio que vem a reflexão de Boileau sobre o conteúdo da poesia, que deveria, para sua maior perfeição, apresentar um modelo de vida virtuoso a ser seguido. Nesse caso, ele repete exatamente a fórmula do autor latino – fonte da expressão proverbial ‘unir o útil ao agradável’ – segundo a qual ‘arrebata todos os sufrágios quem mistura o útil e o agradável, deleitando e ao mesmo tempo instruindo o leitor’. Na versão de Boileau: ‘Autores, prestem atenção às minhas instruções. Querem que suas ricas ficções sejam admiradas? Então, que sua musa fértil em sábias lições una, por toda parte, o sólido e o útil ao agradável’” (SUSSEKIND, edição Kindle, posição 308).

Homero já havia nos deixado a *Ilíada* e a *Odisseia*, e portanto não poderia haver nada de original em Aristóteles que já não fosse possível encontrar no aedo, conforme defendido por Lessing²⁰ e, posteriormente, por Herder²¹. Este despertar crítico acerca da Poética de Aristóteles e da retomada de Shakespeare, como verdadeiro autor moderno, faz parte do que Werle identifica como “início de uma nova consciência histórica” dentro da crítica literária.

Mas como Goethe tomou partido deste debate a ponto de se tornar o símbolo de um momento histórico, cheio de reviravoltas, nas letras, na filosofia, na política e sobretudo na sociedade europeia, é o que pretendemos analisar, a partir de seu romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. Notadamente, a partir de livro V do romance, quando percebemos uma reviravolta, que não se dá apenas com a história de nosso herói, mas é também o ponto de transição entre as duas versões do romance. Se voltarmos ao problema da gênese do romance tendo a análise de Lukács em mente, certamente recordaremos que o autor húngaro, ao analisar a primeira versão do romance e compará-la à versão final, identificou uma importante mudança de eixo quanto à centralidade do teatro, efetuado por Goethe em sua obra. Se na primeira versão havia uma forte preocupação em exaltar o teatro como ápice da

²⁰ Süsskind apresenta a leitura que Lessing faz sobre o dramaturgo, em seu texto sobre Shakespeare: “Na carta [Cartas relativas à novíssima literatura] de Lessing, a consideração de Shakespeare como gênio, numa oposição ao parâmetro classicista de rigor ao seguir as normas poéticas, pode ser associada à valorização da capacidade imaginativa no artigo da Enciclopédia francesa. No entanto, a intenção do autor da carta não era contestar a importância de Aristóteles e do estudo da Antiguidade, propondo um modelo artístico inteiramente novo e desligado da tradição. Pelo contrário, para destruir a função de modelo do Classicismo francês, era necessário demonstrar que a teoria e a obra dos franceses, em seu rigor clássico, deformavam o pensamento aristotélico, ou seja, que elas não correspondiam ao que a Poética realmente dizia” (SUSSEKIND, edição Kindle, posição 484).

²¹ Segundo Werle, a retomada de Shakespeare por integrantes do *Tempestade e Ímpeto*, servindo-se deste em oposição ao formalismo francês, visava sobretudo evidenciar as paixões e sentimentos de suas personagens. Herder, um dos autores ligados ao movimento do *Tempestade e Ímpeto*, faz referência ao teatro grego, ao teatro francês e a Shakespeare, articulando que no teatro deste último está presente uma constante preocupação com as características de seu povo, aproximando-o às origens do teatro grego e de Aristóteles em contraposição ao formalismo do teatro francês. É importante notar que Herder vê o surgimento do teatro grego como algo que se operou de maneira natural e em nenhum momento regido por regras externas. As regras de Aristóteles são posteriores a invenção do grego de teatro como gênero. Tomando a recepção de Shakespeare por Herder podemos sintetizar a análise de Werle citando uma de suas notas: “Nessa perspectiva, já se vê uma clara diferença em relação a Lessing, pois trata-se de ver o teatro grego a partir de seu nascimento e não com base na Poética de Aristóteles. A título de comparação, é interessante notar como nos nossos três autores há uma experiência da Antiguidade sempre distinta: em Winckelmann prevalece a escultura, o plástico; em Lessing, o campo poético; ao passo que em Herder temos o histórico, no sentido da concretude de um povo. Com base nisso, pode-se perguntar: como essas três vertentes desembocaram no classicismo que marca a tradição estética da época de Goethe, o chamado classicismo de Weimar?” (WERLE, 2000. nota 40: 44).

liberdade artística e o lugar da realização individual, livre de pressões burguesas, a segunda faz do teatro um ponto de passagem, e sua importância passa a ser educativa, formadora. Não seria mais a encenação teatral e o sucesso artístico de Wilhelm Meister o ponto culminante do romance, mas a sua inserção na sociedade como indivíduo plenamente formado, deixando de ser um mero aprendiz e passando à condição de verdadeiro mestre – como seu próprio nome (Meister) indica.

Antes porém de passar aos eventos do Livro V, cabe descrever rapidamente algumas etapas da história de Wilhelm Meister, até a sua tomada de decisão pelo teatro, culminando na representação de Hamlet, na qual atua no papel do protagonista. Filho de um comerciante alemão e neto de um profundo conhecedor e colecionador de obras de arte, o herói de *Os anos de aprendizado* nutre, desde a infância, uma grande paixão pelo teatro, alimentada pelas lembranças de um teatro de marionetes com que brincava quando criança – condições facilmente relacionadas com a própria história do autor. Tais informações são dadas a posteriori, visto que logo no início do romance Wilhelm já é um jovem, envolvido num relacionamento com a atriz de teatro, Mariane, sua grande paixão. E justamente por causa de uma desilusão amorosa – Wilhelm deixa de visitar Mariane, sob a suspeita desta estar compromissada com outra pessoa – que o herói deixa de lado, por um tempo, o sonho do teatro e volta-se aos negócios da família. No entanto a enfadonha rotina de comerciante leva o jovem em busca de algo que pudesse satisfazê-lo em seu trabalho.

A partir de então, Wilhelm passa a se dedicar a viagens pela Alemanha, para cobrar clientes e devedores de seu pai. Logo, o jovem parte numa viagem, que levará cerca de dez anos,²² para não mais voltar à sua casa. Num primeiro momento percebe-se o herói totalmente focado em sua atividade burguesa, voltada para o acúmulo de capitais, bens e propriedades. Mas com o passar do tempo e dos capítulos, aos poucos, sua inclinação pela arte e pelo autoaprimoramento volta a ganhar força, deixando-o, mais uma vez dividido entre dois modos

²² Segundo Marcus Vinicius Mazzari na introdução da 2ª edição do romance em questão (Editora 34, 2009) “Não seria fácil estabelecer com precisão a dimensão espacial e temporal em que se desenrola o enredo dessa obra povoada de atores itinerantes, aventureiros, burgueses, nobres, artistas, membros de uma sociedade secreta etc. – grosso modo pode-se dizer apenas que a aprendizagem do herói tem lugar aproximadamente entre os anos de 1770 e 1780, no interior da Alemanha” (MAZZARI, 2009: 9).

de vida que se mostrarão, na prática, inconciliáveis. De um lado o projeto de sua família e do outro o seu projeto de vida, qual seja o de dedicar-se exclusivamente ao teatro, dividem sua mente e seu coração. Porém, até chegar ao ponto em que sua escolha se torna clara, diversos episódios são narrados ao longo do romance. Num deles, Wilhelm tem um encontro com uma trupe de artistas; em seguida conhece indivíduos como o Sr. e a Sra. Melina; Philine (com quem o herói tem mais um caso efêmero e mal resolvido); Laertes e; algumas personagens mais misteriosas, tais como Mignon, Félix e o Harpista.

Outros episódios mais enigmáticos se intercalam às aventuras do herói, tais como as conversas com o Forasteiro e com o Eclesiástico. Nestas conversas Goethe deixa transparecer um pouco de suas concepções educativas dentro do romance. São momentos em que o jovem herói discute acerca de temas como a arte – notadamente as artes plásticas, poéticas e o teatro –, a felicidade, o acaso e o destino.

Através do contato com o grupo de artistas itinerantes, o herói se deixa envolver, a ponto de ajudá-los, inclusive financeiramente, e passa a se dedicar menos ao negócio familiar. Falta apenas a Wilhelm que reconheça para si mesmo e para os outros ter ele o teatro como cominho a ser trilhado sem outras distrações. E esta necessidade ganha peso, justamente ao receber, de seu cunhado Werner, a carta de luto noticiando o falecimento de seu pai. Ao lê-la, Wilhelm percebe o quanto seus planos haviam mudado, desde que partira, e como estava distante das expectativas de seus parentes e familiares. A morte do pai e a falsa impressão causada em seus parentes, pelos relatórios de viagem imprecisos, senão falsos, enviados por Wilhelm, em que noticiava o bom andamento dos negócios paternos, impeliram o jovem a se posicionar definitivamente. Ou seja, Wilhelm sentiu a necessidade de tornar claras suas escolhas, e neste caso sua carreira estava no teatro e não nos negócios. A carta em resposta ao cunhado explicita bem esta tomada de consciência da parte de Wilhelm. Nela o jovem questiona sua atividade deixando claro que não encontrava nenhum sentido em aumentar suas posses, possuir bens, se por dentro não se sentia realizado e completo. Num trecho da carta Wilhelm explicita sua busca pessoal: “Para dizer em uma palavra: instruir-me a mim mesmo, tal como sou, tem sido obscuramente meu desejo e minha intenção, desde a infância. Ainda

conservo essa disposição, com a diferença de que agora vislumbro com mais clareza os meios que me permitirão realizá-los [...]”. O meio pelo qual realizaria tal formação então é anunciado: “[...] Já percebes que só no teatro posso encontrar tudo isso e que só nesse elemento posso mover-me e cultivar-me à vontade” (GOETHE, 2009: 286). Após esta declaração programática acerca das possibilidades de educação e formação pessoal através do teatro, Wilhelm Meister terá uma importante discussão com seu amigo Serlo a respeito da representação, nos palcos alemães, das peças de Shakespeare. A conversa, basicamente, gira em torno da questão de se representar fielmente as peças conforme Shakespeare as “concebera” originalmente, ponto de vista defendido por Wilhelm; ou se seria melhor adaptar as peças de maneira a tornar-se mais adequada à realidade do povo alemão, conforme defendido por Serlo. Na verdade a discussão estava presente na época em que Goethe escrevia seu romance, no entanto o autor mudaria de opinião – passando do primeiro para o segundo ponto de vista.²³ Este debate é importante, pois é emblemático de como Goethe pronuncia, através de suas personagens seus próprios pressupostos teóricos.

Por fim, no capítulo 11, do livro V, chegamos a representação da peça Hamlet. A passagem que nos importa destacar relaciona-se com a aparição do espectro do Rei, o velho Hamlet. Durante a preparação da peça, uma das questões que se apresentava como maior problema era encontrar um ator que interpretasse o fantasma do Rei. O problema não chega a se resolver totalmente, pois a participação da personagem segue envolta em mistério até o momento em que os atores se preparam para subir no palco. A tensão acerca de haver ou não um espectro na peça só aumenta quando Wilhelm recebe um bilhete anônimo garantindo-lhe que um intérprete para a personagem já estaria providenciado e se apresentaria no dia da encenação teatral. Ele suspeita de tudo não passar de uma armação de Serlo, porém não terá qualquer comprovação da participação deste último, ou de quem quer que seja, até os momentos finais do romance. No tão aguardado dia da apresentação, Wilhelm se atrasa, e ao entrar no camarim já é chegada a hora de subir aos palcos. Por isso não consegue dar a devida

²³ Esta mudança na concepção de Goethe acerca da adaptação ou não das peças de Shakespeare pode ser constatada no seu texto *Shakespeare e o sem fim*, escrito entre 1813 e 1816, publicado em 1826. Tal clivagem pode ser entendida a partir da atualização da crítica sobre as traduções do dramaturgo inglês para o alemão.

atenção quando o intérprete do espectro chega aos bastidores da peça. Toda a trama parece amarrada de forma que Wilhelm só venha a encontrar o espectro do Rei no exato momento em que contracenam. E Goethe, é especialista em tecer os fios do acaso e do destino, de forma que fique evidente a necessidade de tais acontecimentos para o desfecho desejado pelo autor. A cena em que Hamlet e o fantasma do Rei finalmente se encontram mostra bem a genialidade do autor do romance. Há nela a mesma ideia presente na peça de Shakespeare, a de representar um teatro dentro do próprio drama. Porém, se em Hamlet a encenação teatral atende a necessidade de causar um determinado efeito sobre o assassino do Rei, em *Os anos de aprendizado* o efeito ocorre sobre o próprio protagonista, o jovem Wilhelm Meister. Deixemos que as palavras de Goethe ilustrem esta passagem: “Troca de cena e, chegando a um local afastado, o espectro parou inopinadamente e virou-se; Hamlet se viu assim um pouco mais próximo dele. Com ânsia e curiosidade, olhou por entre a viseira abaixada, mas só pôde distinguir um par de olhos profundos e um nariz bem moldado. Manteve-se diante dele, perscrutando-o temeroso; mas assim que do elmo romperam os primeiros sons, assim que se tornou possível ouvir uma voz bem timbrada, embora um pouco rouca, pronunciar as palavras ‘Sou o espírito de teu pai!’, Wilhelm recuou alguns passos, horrorizado, e todo o público se arrepiou. Pareceu a todos familiar aquela voz, e Wilhelm acreditou notar nela uma semelhança com a voz de seu pai. Essas sensações e reminiscências admiráveis, a curiosidade em descobrir o estranho amigo, a preocupação de não ofendê-lo e a inconveniência de estar muito perto dele, mesmo como ator naquela situação, levaram Wilhelm para o extremo oposto. Durante a longa fala do espectro, ele mudou várias vezes de posição e pareceu tão indeciso e confuso, tão atento e distraído, que sua atuação provocou uma admiração geral, tanto quanto despertava o espectro um terror geral. Este falava com um profundo sentimento de desgosto espiritual, lento e interminável. Era o desalento de uma grande alma, separada de tudo o que é terreno, que, no entanto, padece de tormentos infundáveis” (GOETHE, 2009: 314-315).

Este episódio especificamente dará o tom do livro V. Enquanto Wilhelm está decidido pelo teatro, as impressões causadas no herói por meio da encenação teatral, trará um

desequilíbrio na harmonia buscada pelo jovem ator. Mas importa perceber que a mudança na função do teatro, para passar a atender a nova necessidade de ponto de transição no processo educativo do herói, pôde ser alcançada por Goethe fazendo com que a própria peça exercesse um “despertar” necessário para que a personagem pudesse chegar ao pleno desenvolvimento, qual seja, a sua formação pessoal. Este fim educativo permite a superação dos interesses subjetivos e individuais da personagem levando a uma participação desta em sociedade. Segundo escreve Mazzari no prefácio a obra ora analisada, “As possibilidades e limites de tal realização [o ideal de formação] são refletidos no romance – e, por extensão, nesse gênero literário – sendo que a meta (ou o ‘telos’) da totalidade apresenta-se como contraste à imagem do protagonista ainda não desenvolvido ou ‘formado’. É precisamente neste ponto que se constitui a tensão dialética, inerente ao romance de formação, entre o real e o ideal – ou então, como formulado por Hegel em sua *Estética*, entre a ‘prosa das relações’ e a ‘poesia do coração’. Enquanto elementos constitutivos do Bildungsroman, estes dois polos são, portanto, complementares, pois sem apoiar-se em sua respectiva realidade histórica o ideal de formação permaneceria inteiramente vazio e abstrato. A carta que Wilhelm escreve ao cunhado, carregada de referências à realidade alemã da época, é exemplar nesse sentido, mesmo não enveredando em momento algum por uma perspectiva crítica. Seu ideal ou utopia de formação pressupõe como pano de fundo a sociedade alemã da segunda metade do século XVIII, a qual dita a ‘prosa’ das relações sociais. É significativo observar, porém, que Wilhelm parece excluir qualquer perspectiva de transformação na constituição social, identificada por ele como responsável pela situação vigente. A utopia do aperfeiçoamento interior, do desdobramento de suas potencialidades refere-se, nesta etapa do processo formativo narrado por Goethe, tão somente à sua pessoa, já que toda a realidade exterior não é considerada senão enquanto elemento já dado e invulnerável à ação humana” (MAZZARI, 2009: 14-15).

O processo de formação pleno do herói se torna completo, quando nos últimos dois livros do romance Wilhelm entra em contato com a “Sociedade da Torre” e tem, diante de seus olhos, revelado que durante todo o tempo, em sua jornada, não esteve sozinho, fazendo suas escolhas autonomamente. Mas sem interferir diretamente, pessoas ligadas a esta

sociedade cuidavam para que, mesmo cometendo escolhas erradas, Wilhelm pudesse seguir o caminho de sua formação plena. Mais uma vez citamos Mazzari para clarificar esta ideia: “Até o final do Livro V o ideal de formação perseguido pelo herói mostra-se indissociável da esfera do teatro. Mas nos dois últimos livros, que se seguem às ‘Confissões de uma bela alma’, esse ideal irá sofrer, assim como a visão de mundo de Wilhelm Meister, transformações substanciais. Estas se darão, sobretudo, sob o influxo da chamada ‘Sociedade da Torre’, cujo papel no enredo romanesco se elucidará plenamente somente nos derradeiros capítulos, descortinando-se uma nova dimensão de leitura. Opera-e então, como consequência dessa surpreendente virada na narrativa, uma relativização da ideia inicial (inteiramente individualista) de formação, que passa a ser entendida não apenas no sentido de um desdobramento gradativo de inclinações e potencialidades do indivíduo, no sentido de uma entelúquia, mas que sobretudo enquanto processo de socialização, de interação dinâmica entre o ‘eu’ e o mundo, entre indivíduo particular e a sociedade.”²⁴

Ao amarrar todas as pontas soltas no romance, podemos voltar aos diálogos que Wilhelm estabeleceu com todas aquelas personagens misteriosas, como o Eclesiástico, o Forasteiro, e perceber a devida importância dos debates sobre arte, necessidade, teatro, destino e acaso. Todas estas etapas colaboraram com o ponto culminante, a experiência do teatro, para que Wilhelm Meister alcançasse com êxito sua educação e formação pessoal. E para finalizar este pequeno estudo deixamos as palavras de Marcus Vinicius Mazzari, que são bastante emblemáticas do percurso que buscamos seguir até aqui: “E é justamente durante esse solene momento em que princípios pedagógicos e sentenças da filosofia da Torre são revelados ao neófito Wilhelm, num genuíno ritual de iniciação, que uma voz lhe anuncia o término de seus anos de aprendizado: ‘Estás salvo e a caminho de uma meta. Não te arrependerás de nenhuma de tuas loucuras, tampouco sentirás falta delas; não pode haver para um homem destino mais venturoso’. Em seguida, abre-se uma cortina e revela-se que por detrás da voz está o velho rei Hamlet, ou melhor, o ator desconhecido que na encenação narrada no Livro V, com Wilhelm no papel principal, interveio para o êxito completo da

²⁴ op. cit.

representação. E é novamente o Abbé que toma a palavra para arrematar a solenidade: ‘Glória a ti, jovem! Os teus anos de aprendizado terminaram; a natureza te absolveu’”²⁵

Referências Bibliografias

CAVALCANTI, Cláudia. **Introdução à Correspondência (1794-1803) entre Johann Wolfgang von Goethe e Johann Friedrich von Schiller**. São Paulo: Hedra, 2011.

GOETHE, J.W. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34. 2ª edição, 2009.

_____. **Para o dia de Shakespeare**, in: SUSSEKIND, Pedro (org. e trad.) *Escritos sobre literatura*. 3 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____. **Shakespeare e o sem fim**, in: SUSSEKIND, Pedro (org. e trad.) *Escritos sobre literatura*. 3 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____. **Memórias: poesia e verdade**. Porto Alegre: Globo, 1971.

LUKÁCS, Georg. Posfácio, in: GOETHE, J. W. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34. 2ª edição, 2009.

MAZZARI, Marcus Vinicius. **Labirintos da aprendizagem: pacto fáustico, romance de formação e outros temas de literatura comparada**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. Apresentação, in: GOETHE, J. W. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34. 2ª edição, 2009.

SCHILLER, J. F; GOETHE, J. W. **Correspondência (1794-1803) entre Johann Wolfgang von Goethe e Johann Friedrich von Schiller**. São Paulo: Hedra, 2011.

SCHILLER, J. F. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras,

²⁵ op. cit.

SUSSEKIND, Pedro. **Shakespeare, o gênio original**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

WERLE, Marco Aurélio. **A aparência sensível da ideia: estudos sobre a estética de Hegel e a época de Goethe**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. Introdução, in: GOETHE, J. W. **Escritos sobre arte Johann Wolfgang Goethe**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2ª ed. 2008.

O Brasil em Marcha: a integração regional latino-americana em Marcha

*Juan Lopes Moraes**

Esta apresentação discute de forma geral, o papel político cultural desempenhado pelos intelectuais e demais colaboradores brasileiros para a elaboração e difusão do latino americanismo em contraposição ao pan-americanismo, no interior do semanário *Marcha* no Uruguai, entre 1939 e 1974, em especial no período pós 1964. Ressalto que ocorreu uma significativa participação de redatores e colaboradores brasileiros ao longo da trajetória do semanário uruguaio, em uma perspectiva de histórias cruzadas, que propiciaram a construção de redes intelectuais voltadas para a defesa de projetos de integração política e cultural entre os países latino-americanos.

Marcha foi fundada por jovens intelectuais, como Carlos Quijano, Julio Castro e Arturo Ardao, que aspiravam ocupar um espaço de destaque tanto nos cenários políticos quanto culturais do Uruguai, suas perspectivas tendiam para a esquerda política, e debatiam ferozmente contra os ideais liberais e oligárquicos, dominantes em boa parte da América Latina até aquele momento e quiçá, correntes políticas que dominam a política regional até hoje.

Em nossa historiografia presente, muito se busca mostrar as relações de diálogos e debates possíveis ocorridos no ramo das perspectivas transnacionais, e suas consequentes importâncias. O diálogo transnacional era possível em *Marcha*, pois o mesmo recebia a constante colaboração de colunistas latino-americanos, além de entrevistas a intelectuais, acadêmicos, políticos e artistas de variados países ao longo de suas 1676 edições periódicas semanais, pelo período ininterrupto de 35 anos.

* Universidade Federal de Ouro Preto. Graduado em História. Pesquisa financiada pelo Programa de Incentivo à Pesquisa (PIP)-UFOP.

Projetado como um semanário de debate político e cultural, as páginas de *Marcha* se transformaram em uma importante tribuna de debate de ideias, particularmente em relação ao latino-americanismo. Em outras palavras, ao abordar os movimentos de integração entre os países americanos, os artífices de *Marcha* buscaram propor saídas para suas inquietações acerca do futuro do Uruguai, como o tema da viabilidade de um país territorialmente pequeno e modesto em recursos humanos e naturais.

Viso possibilitar a análise das múltiplas contribuições de colaboradores brasileiros ao longo da trajetória do semanário uruguaio, já a partir de sua fundação, em 1939, mas que ganharam fôlego com o golpe militar no Brasil, em 1964, e então, até o período de seu fechamento em 1974.

Vale ressaltar que a experiência do exílio no Uruguai fortaleceu os laços entre importantes intelectuais e políticos dos dois países. Exílio esse que fora ocasionado pela política repressora do regime cívico-militar brasileiro do período pós 1964, que obrigou diversos indivíduos, de diferentes áreas a saírem do país.

A exemplo de, entre outros, Ángel Rama e Darcy Ribeiro, podemos observar parcerias proveitosas para a área do conhecimento das ciências humanas e afins. O período de exílio, em especial no Uruguai propiciou uma rede profunda de integração e debates entre as mentes pensantes da América Latina. A parceria dos dois célebres autores começa com publicações de artigos de Darcy Ribeiro, na seção *Cuadernos de Marcha*, dirigida por Ángel Rama no período de 1967 a 1974, e que abordava temas pertinentes à cultura latino americana como um todo, focando-se principalmente na publicação de artigos, resenhas e notas sobre livros e autores da região como um todo.

Ángel Rama mantinha a seção no periódico como tentativa de alavancar a interação entre diferentes autores e pensadores do círculo latino americanista e entre o período de 1969-1974 conduziu também a *Biblioteca de Marcha*, uma editora que publicava os livros da temática relacionada. Tocava principalmente temas que possibilitavam a questão da transnacionalidade, que valorizasse não apenas narrativas passadas em territórios restritos, mas que englobavam

múltiplas perspectivas culturais, para além das fronteiras dos Estados nacionais. Tais diálogos possibilitaram a ampliação da discussão dos temas latino-americanistas, com a efetiva inclusão de aspectos políticos culturais do Brasil, discutidos em conjunto.

Fruto desse franco diálogo, que contou com a participação de outros pensadores latino-americanos, tanto Rama quanto Ribeiro ampliaram suas visões a respeito do regionalismo e das tradições socioculturais locais ou regionais¹. Posteriormente, Darcy Ribeiro participou da idealização e fundação da Biblioteca Ayacucho, em 1974, na Venezuela. Tal projeto foi um passo maior em busca de uma melhor compreensão do latino-americanismo cultural, e mobilizou inúmeros intelectuais desde seus encontros iniciais, bem como foi essencial para a construção de cânones narrativos na América Latina.

Como já dito, *Marcha* se transformou em um fecundo local de sociabilidade intelectual, auxiliando na troca de idéias acerca dos projetos de integração regional e do latino-americanismo. Somente para efeito de citação, podemos colocar no *hall* de parceiros diretos do debate latino americanista em *Marcha* e suas colunas, o literato e sociólogo Antonio Candido de Mello e Souza e Glauber Rocha, diretor de cinema do período que dispensa comentários adicionais. Podemos considerá-los indivíduos que contribuíram para o entendimento da realidade não apenas brasileira, mas também latino-americana, ao dialogar habitualmente com Ángel Rama e demais colunistas no periódico.

No caso do Brasil, não há evidências concretas da venda direta do semanário uruguaio, mas isto não diminui a atenção dedicada ao país, que deve estar associada ao momento histórico e às mudanças da política brasileira. De um lado, Brasília aparecia como o futuro da arquitetura mundial, enquanto ao mesmo tempo se tratava constantemente dos problemas do governo de Jânio Quadros.² Com a renúncia de Jânio, as visões se multiplicaram, mas apontaram para um

¹ COELHO, Haydée Ribeiro. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. Belo Horizonte. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/download/1314/1410+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 10 de outubro de 2013.

² Hernández Parker foi enviado ao Brasil, em 1961, para fazer um balanço sobre sua política e outros aspectos que pudessem interessar ao público chileno. O jornalista permaneceu 18 dias no Brasil e escreveu alguns textos sobre

horizonte de transformações em comum com outros países latino-americanos, ainda que em alguns momentos falou-se em uma “guerra” ou “revolução sem balas”.³ Também em comum com outros países, enfatizou-se as demandas por reforma agrária e as ações de Francisco Julião. Outras contribuições de brasileiros podem ser notadas nas páginas de *Marcha*, como a enviadas por Miguel Arraes, Celso Furtado, Joaquim Pedro de Andrade, importante cineasta da época; além do jornalista político Arthur Poerner; dentre tantos outros que ainda não foram catalogados.

Outra grande oportunidade de análise presente nas páginas de *Marcha* é o fato que se transformaram em um foro de debate a respeito das possibilidades e dos limites de construção de democracias na América Latina, particularmente quando o exemplo do Brasil, a partir de 1964, tomado pelo golpe cívico-militar mostrou que o momento era de unir forças contra a expansão do militares e dos interesses norte-americanos na região.

Por fim, é bom lembrar que os olhares sobre o Brasil se entrelaçaram com aqueles lançados sobre a Argentina e Cuba, de forma que os leitores tinham a possibilidade de esboçar um quadro do que ocorria em diversas partes da América Latina, e perceber que os rumos da política, mas também da cultura dos seus países não caminhavam de forma isolada e livre de conexões.

Marcha desempenhou papel fundamental na luta pela difícil construção da democracia e da cidadania no Uruguai e em seus vizinhos latino-americanos, bem como criticou os discursos e as práticas imperialistas norte-americanas. Pelas páginas de seus editores e redatores, elaborou um novo modelo político-cultural, articulado ao projeto de construção de

o país. Em um dos mais interessantes, apontou para as suas grandes possibilidades, mas também para os desafios e problemas. Viu com expectativa o crescimento de São Paulo, e argumentou que a “democracia” podia encontrar um terreno propício. Expressou, no entanto, algumas visões bem comuns sobre o Brasil, como a de que “tudo estava por se fazer” no país, bem como a de que, devido à mestiçagem, se via livre de racismo de qualquer tipo. Cf. HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Brasil: el gigante que despierta. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.354, 03 de mai. 1959, p. 16-18. O texto foi bem recebido por um leitor brasileiro (Manoel Lima-Santos) de Nova Iorque, que elogiou o tom esboçado, ao mesmo tempo em que fez algumas ressalvas sobre a não consideração do debate petrolífero. Cf. Un gigante que despierta. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.361, 21 de jun. 1959, p. 3.

³ Cf. Brasil: reportaje a la revolución sin balas. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.372, 06 de set. 1961, p. 14-16.

identidades coletivas latino-americanas, contrárias às perspectivas políticas oligárquicas presentes na maior parte dos países da América Latina (ESPECHE, 2011: em linha).

O latino-americanismo continuado no discurso de *Marcha*, através de seus redatores, propunha a união dos países da América Central e do Sul, em contraposição ao pan-americanismo, projeto de integração política capitaneada pelos Estados Unidos.

Com o golpe militar no Brasil, em 1964, os editores e colaboradores de *Marcha* afirmaram que haveria uma difusão do militarismo e de golpes orquestrados pelas forças armadas, com o apoio de setores conservadores em diversos países da América Latina. As páginas de *Marcha* propunham que o golpe de 1964 fora influenciado indiretamente por interesses norte-americanos na região, no contexto da Guerra Fria e do medo da realização de outras revoluções a exemplo da ocorrida em Cuba, em 1959.

O debate de fatos e ideias possibilitado por *Marcha* acerca das conjunturas políticas posterior ao golpe brasileiro abre novas possibilidades de se trabalhar em uma perspectiva cruzada e transnacional.

Os olhares sobre o Brasil ganharam em dramaticidade em 1963 e nos inícios de 1964, aprofundaram-se as preocupações em torno de ações golpistas, assim como na vizinha Argentina. Dentro dessa perspectiva, seria possível dizer que *Marcha* tentou construir um discurso de contenção a respeito dos riscos de um golpe militar no Brasil? Talvez não de forma muito clara, que conclamasse o governo do Uruguai a tentar uma saída negociada, até mesmo porque o país platino se via diretamente ameaçado com a iminência de um golpe no “gigante vizinho”.

Em suma, a proposta é pensar uma história multifacetada que, ainda que tome como unidade básica o estado nação ao qual estamos habituados, consiga ir além, atentando para os entrecruzamentos, as conexões, os cruzamentos e os debates transnacionais, que marcaram profundamente as páginas de *Marcha*.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o debate a respeito das possibilidades e limites da história transnacional transitam por caminhos abertos pelas denominadas histórias conectadas (*connected histories*) e história cruzada (*histoire croisée*).

Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, dentre outros historiadores, teceram importantes desafios para os historiadores que visam extrapolar os âmbitos locais ou comparar objetos em diferentes marcos espaciais. Os dois autores convergem ao enfatizar que é necessário considerar o caráter global e conectado do período moderno desde seus princípios, que promoveu profundas interações entre o âmbito local e supra-local para a conformação das coletividades humanas sob a posse das monarquias europeias⁴, como podemos bem observar nas novas perspectivas e horizontes historiográficos praticados no Brasil, tais como a História Atlântica e a História do Pacífico.

Do lado da história cruzada, Bénédicte Zimmermann e Michaël Werner, sustentam que é preciso criticar as interpretações que fixam os objetos no tempo e que se deve tentar observar os múltiplos entrecruzamentos espaciais e temporais (WERNER; ZIMMERMANN, 2006). Além disso, Helenice Rodrigues da Silva, ao pesquisar sobre os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França, após a instauração das últimas ditaduras militares nos dois países sul-americanos, apoiou a proposta da história cruzada, ancorada na “abordagem interativa” e nos intercâmbios entre os exilados brasileiros e chilenos, em contato com alguns pesquisadores franceses, que se iniciaram no Chile de finais dos anos 60 e princípios dos 70, solidificando-se na França após a queda do governo da Unidade Popular, em 1973. A historiadora brasileira assinalou que “a problemática do cruzamento permite melhor apreender

⁴ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. In: *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, julho de 1997, p. 735-762; *Idem*. *Du Tage au Gange au XVI^e siècle: une conjuncture millénariste à l' échelle eurasiatique*. In: *Annales HSS*, v. 56, n.1, janeiro-fevereiro de 2001, p. 51-84; GRUZINSKI, Serge. *Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”*. In: *Annales HSS*, v. 56, n. 1, janeiro-fevereiro de 2001, p. 85-117; *Idem*. *O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio*. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 17, n. 49, 2003, p. 321-342. Este artigo em português apresenta somente algumas modificações em relação ao original, em francês.

a complexidade das relações sociais, ou seja, os intercâmbios culturais, intelectuais e políticos estabelecidos entre os intelectuais brasileiros, chilenos e seus pares franceses” (SILVA, 2007).

Mais recentemente, Barbara Weinstein teceu críticas a respeito de interpretações que menosprezam o aspecto dos debates transnacionais, que marcam a construção das esferas políticas culturais e intelectuais no mundo contemporâneo, ao propor que devemos ultrapassar as fronteiras nacionais para entender de forma mais equilibrada os caminhos traçados pela história política e pela história intelectual WEINSTEIN, 2003).

Enfim, essa é apenas uma simples síntese da pesquisa que venho desenvolvendo em minha Iniciação Científica. Diante de tantas possibilidades de análise, preferi trazer para vocês um panorama geral da mesma, ao invés de me focar detalhadamente em uma só temática específica, possibilitada pelo meu objeto de estudo, no caso o Semanário Marcha.

A idéia central aqui é utilizar esse meio de comunicação uruguaio como uma ferramenta que permita observar de forma mais ampla a questão do latino americanismo e as perturbações políticas, sociais e culturais por qual passavam os países da região. Se por um lado, temos uma análise constantemente utilizada didaticamente que consolide o Estado nacional e suas tentativas de centralização e demonstração de poder, por vezes nos esquecemos de analisar de forma conjunta a História das nações latino americanas, e dos meios utilizados para propor uma maior integração regional; claro, que não desvinculando-se da estrutura nacional, mas englobando fatores de profundidade nessas análises, tais como as possibilidades das relações entre indivíduos e instituições dos diferentes locais.

Afirmamos, portanto, que as possibilidades e os desafios de se trabalhar com a perspectiva das histórias conectadas, cruzadas ou transnacionais necessitam receber maior atenção.

Referências bibliográficas

ARDAO, Arturo. **América Latina y la latinidad**. México: CCYEDL-UNAM, 1993.

_____. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Caracas: Centro de estudios latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.

_____. **La inteligencia latinoamericana**. Montevideo: Ediciones de la Universidad de la república, 1987.

_____. **Nuestra América Latina**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COELHO, Haydée Ribeiro. **O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai**. Belo Horizonte. 2002

COLOMBI, Beatriz. **Viaje intelectual, migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004.

ESPECHE, Ximena. **Uruguay “latinoamericano”. Carlos Quijano, Alberto Methol Ferré y Carlos Real de Azúa: entre la crisis estructural y la cuestión de la viabilidad nacional (1958-1968)**. 300 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Unidersidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2010.

_____. **Cerca de la revolución: Uruguay, el semanario *Marcha* y la integración latinoamericana (1958-1959)**, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Cuestiones del tiempo presente. Unidersidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires 2011

GRUZINSKI, Serge. **Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique at autres “Connected Histories”**. *Annales HSS*, v. 56, n. 1, p. 85-117, jan.-fev. 2001

_____. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. La riesgosa navegación del escritor exiliado. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 35, p. 95-105, mar.-abr. 1978.

_____. **Literatura, cultura, sociedad en América Latina**. Montevideo: Trilce, 2006

_____. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Arca/Fundación Ángel Rama, 1989.

REIS, Mateus Fávaro. **Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)**. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

ROCCA, Pablo. **35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974**. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992.

_____. **El 45. Entrevistas/Testimonios**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

_____. **Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

_____. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>> Consulta em 16/06/2014.

SARLO, Beatriz. Intelectuales: ¿escisión o mimesis? **Punto de Vista**, Buenos Aires, n. 25, p. 1-6, 1985.

_____. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.

_____. Du Tage au Gange au XVI^e siècle: une conjuncture millénariste à l' échelle eurasiatique. **Annales HSS**, v. 56, n.1, p. 51-84, jan.-fev. 2001

TERÁN, Oscar. **América Latina: Positivismo y Nación**. México: Editorial Katún, 1983.

_____. **El primer antiimperialismo latinoamericano**. Punto de vista-Revista de cultura, Buenos Aires, a. IV, n. 12, p. 3-10, jul.-out. 1981.

WEGNER, Felipe Henrique. Os mistérios da Operação 30 horas: fantasia ou intervencionismo brasileiro no Uruguai? **Anais do IV Congresso Internacional de História 2009**. Maringá. Universidade Estadual de Maringá p. 1339. 2009

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. **História, Franca**, v. 22, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a11v22n2.pdf>. Acessado em 24 de outubro de 2013.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. **History and Theory**, n. 45, p. 30-50, fev. 2006.

_____. Penser l' histoire croisée: entre empirie et réflexivité. **Annales HSS**, v. 58, n. 1, p. 7-36, jan.-fev. 2003.

O Filme que não teve fim: uma análise a partir da incompletude

Júlia Souza Cabo*

Torquato Neto foi um artista que atuou em diversas áreas durante os anos 1960 até a sua morte em 1972. Mais conhecido durante a vida por sua parceria com músicos como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jards Macalé e Edu Lobo, Torquato também escreveu duas importantes colunas jornalísticas, a *Música Popular* no *Jornal dos Sports* e a *Geléia Geral* no jornal *Última Hora*, e também editou por um curto período de tempo o suplemento *Plug* no *Correio da Manhã*. Além de ter feito parte das movimentações entorno do cinema marginal. Foi apenas após a sua morte que Torquato veio a ser conhecido pelo público como um poeta. Isto se deveu, principalmente, por Heloísa Buarque de Hollanda ter incluído-o em sua histórica antologia *26 poetas hoje* e pelo lançamento de *Os Últimos Dias de Paupéria*, uma compilação de seus escritos organizada por Waly Salomão e Ana Duarte, que havia sido casada com Torquato.

Este artigo surgiu a partir de uma investigação acerca da inserção de Torquato Neto na produção cinematográfica brasileira, uma inserção que incluiu ações como jornalista, crítico, articulista e ator, além de uma experiência como diretor. E é justamente essa experiência de Torquato como diretor que suscitou o problema que este artigo busca explorar.

O filme em questão, *O Terror da Vermelha*, foi filmado no ano de 1972 em Teresina, a cidade natal de Torquato, no Piauí. Torquato havia ido ao Piauí no início de junho desse ano para se internar, novamente, em um hospício devido aos seus problemas com alcoolismo. Após sair da instituição, entrou em contato com jovens locais que estavam produzindo um jornal alternativo, o *Gamma* e foi junto com estes jovens que Torquato filmou os rolos que compõem *O Terror da Vermelha*. Torquato, no entanto, jamais viu o filme montado, pois em novembro do mesmo ano cometeu suicídio em seu apartamento no Rio de Janeiro.

* Mestranda em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Sobre a execução deste filme não se sabe muito. Sabemos que a primeira montagem dele foi realizada por um dos atores do filme, Carlos Galvão, em 1973, e que a viúva de Torquato, Ana Maria Duarte, realizou uma segunda montagem posteriormente, que viria a ser exibida publicamente no ano de 2001 na mostra *Marginália 70 – O Experimentalismo no Super-8*. Ambas as montagens se baseiam em um poema escrito no mesmo ano que Torquato deixou escrito.

Aqui começa o problema que este artigo busca investigar. Se, como é comum, chegou-se a este filme a partir de um interesse na produção de Torquato Neto, como abordá-lo no contexto desta produção se *O Terror da Vermelha* não possui uma única versão finalizada, mas sim duas versões feitas por duas pessoas diferentes? Levando-se em conta, inclusive, que ambas montagens não podem reivindicar o título de versão original, visto que nenhuma delas foi feita com o diretor a quem é atribuída a autoria total do filme.

Sabe-se que esta questão não teria razão de ser se o objeto da pesquisa fosse o filme em si (i.e., uma montagem específica), se o objetivo fosse analisar *O Terror da Vermelha* a partir de uma abordagem puramente linguística (o cinema enquanto discurso). Neste caso, estando em posse do filme acabado, pouco importaria o processo de produção ou se a montagem deste foi feita por quem é creditado pela mesma ou não. No entanto, não apenas o interesse por este filme parte da tentativa de mapear o envolvimento de Torquato Neto com o meio cinematográfico, mas também *O Terror da Vermelha* possui uma característica que não pode ser desprezada: a de se inserir como peça para a construção do mito do herói romântico que se formou em torno da figura de Torquato Neto. Não que o filme não possua valor em si, mas não é possível ignorar que boa parte do interesse nele irradia de uma construção da memória de Torquato Neto enquanto um herói trágico da marginália. Disto deriva a tentativa deste artigo de deslocar o foco de interesse, passando a pensar o *Terror da Vermelha* não como uma obra completa executada por um diretor que se insere como o gênio criador de um produto artístico, mas sim como uma experiência de Torquato Neto que foi deixada em aberto e, assim, pode assumir – e assume – novas formas a cada vez que é reapropriada por terceiros.

O fator de incompletude do Terror da Vermelha, sua estrutura que permanece em aberto, é parte tão fundamental da experiência que mesmo quando se está assistindo a uma das montagens que seriam, a princípio, versões finalizadas, este fator se sugere em determinados momentos. Infelizmente, para a escrita deste artigo, somente se teve acesso à montagem feita por Carlos Galvão. Assim, parte-se desta para, posteriormente compará-la com as análises de Sílvio Ricardo Demétrio acerca da montagem de Ana Maria Duarte.

Na montagem de Galvão, o filme acompanha uma série de assassinatos realizados por um homem jovem, a quem Torquato identifica em seu poema como seu alter-ego. A maioria destes assassinatos seguem um esquema no qual o assassino identifica sua vítima, arma o bote e posteriormente a mata. No entanto, é interessante que os vários episódios de assassinatos não interfiram uns com os outros, ou seja, uma vez morta a vítima, o filme passa para um outro cenário sem que nada conecte o episódio anterior com o que se segue. Ninguém nunca vê um assassinato, não há nenhuma reação de um terceiro ao que está acontecendo e o protagonista não é perseguido por ninguém. Esta estrutura se mantém de tal forma que mesmo quando no final de um dos assassinatos o protagonista aparece ensanguentado, com um ferimento na barriga, assim que se passa para o momento seguinte do filme, o ferimento desaparece. Este mesmo efeito de descontinuidade também é percebido nas outras cenas que compõem o filme, cenas que não envolvem assassinatos. Estas cenas são explorações acerca da linguagem cinematográfica e da possibilidade de aliar experimentação no cinema com experimentação literária, como, por exemplo, no momento em que aparecem os cartazes com as palavras AQUI e ALI, que vão adquirindo novos significados dependendo da composição que formam com os objetos ou pessoas no plano.

A trilha sonora também reforça essa característica ao ser composta de músicas inteiras que seguem uma após a outra sem aparente preocupação com uma sincronia entre imagem e som. Isto pode ser visto na cena em que, com a câmera parada a maior parte do tempo, uma mulher dança por três minutos com movimentos que nunca se encontram com a música que toca no filme, *The Story in your eyes* do *Moody Blues*. Assim, o filme se estrutura de tal modo que, com exceção da cena final, que indica que o protagonista está deixando Teresina, todos os

acontecimentos anteriores poderiam ser rearranjados em qualquer ordem sem que o todo sofresse.

Assim, só é possível compreender o porquê desta montagem ter sido feita desta maneira ao analisarmos o poema que serviu de guia para ela, pois comparando o filme e o poema verifica-se que o filme segue a ordem exata dos acontecimentos tais quais são colocados no poema. Isso coloca uma questão interessante, pois este poema é repetidamente descrito em diversos trabalhos que analisam *O Terror da Vermelha* como sendo uma espécie de roteiro para o filme.

O roteiro, como escreveu Jean-Claude Carrière é um tipo de escrita muito específica, que para ser praticada requer uma técnica diferente da literária, não só por ter de ser construído de uma forma que seja consoante com a linguagem cinematográfica, mas também porque “uma vez que o filme esteja pronto não existe mais roteiro. Provavelmente é o elemento menos visível da obra concluída” e também porque “o roteiro é um instrumento que é lido, anotado, dissecado – e descartado.” (CARRIÉRE, 1995: 144). No entanto, neste caso, o poema não se enquadra de forma alguma dentro do que se esperaria de um roteiro, não apenas pela sua forma, mas pelo fato de que ele é essencial para a compreensão do filme. Não fosse este poema, o espectador ficaria se perguntando o porquê de em um momento o protagonista trocar de roupa para, logo em seguida, aparecer com a primeira indumentária; ou porque se o filme mostrou o assassino com um grave ferimento na barriga, este logo desaparece na cena seguinte. Neste caso, principalmente, o estranhamento é grande, mas uma vez que se lê o poema, compreende-se:

uma porta aberta semi-aberta penumbra retratos e retoques
eis tudo. observei longamente, entrei saí e novamente eu volto enquanto
saio, uma vez ferido de morte e me salvei
o primeiro filme – todos cantam sua terra
também vou cantar a minha (NETO, 2003: 204)¹

1 As citações de Torquato Neto foram retiradas do livro *Torquatália*, de 2003, que inclui diversos escritos que não haviam sido publicados até aquele ano embora, é claro, tenham sido escritos muito anteriormente.

O protagonista aparece ensanguentado e depois reaparece sem nenhum ferimento porque, de alguma forma, que nem o poema responde, salvou-se. Privados desta informação, os espectadores provavelmente veriam nesta sequência apenas um erro de continuidade ou a ausência de alguma cena. E é por isto que este filme, ou esta montagem do filme, não existe enquanto uma obra autônoma, mas sim na interseção desta com a poesia que deu origem a esta montagem específica. O que, inclusive, é ressaltado no próprio filme, pois a primeira cena deste consiste em uma transmissão do poema inteiro que vai subindo pelo plano.

É interessante que este também é o caso da montagem feita pela viúva de Torquato Neto. Segundo Sílvio Ricardo Demétrio, a montagem de Ana Maria Duarte apenas difere da de Carlos Galvão por conter um número menor de cenas e pela trilha sonora. Demétrio escreve que “O resultado é, em termos gerais, praticamente o mesmo, contudo na versão de Galvão as imagens onde aparecem as 'palavras-cenário' (VIR, VER, OU, AQUI e ALI) estão mais nítidas” (DEMÉTRIO, 2004).

No entanto, aqui defende-se que não se deve compreender que ambas as montagens constroem seus significados a partir deste poema pois era a única forma pela qual poderia se proceder. Como já foi dito, a própria natureza das imagens filmadas sugere que elas poderiam ter sido arranjadas em qualquer ordem. É mais interessante pensar que esta opção por seguir a narrativa do poema deixado por Torquato Neto foi uma estratégia utilizada para lidar com a ausência deste e como forma de reforçar a ideia de que este seria um filme fortemente autoral. Ou seja, ao se seguir a narrativa do poema para executar a montagem tem-se a impressão de que se o próprio Torquato estivesse vivo, este seria o filme que ele montaria.

Esta suposição, por motivos óbvios, não pode ser vista nem como certa nem como errada. Fazer o exercício de tentar adivinhar como Torquato teria montado o filme é completamente inútil, o seu suicídio desautoriza tal empreendimento. No entanto, montagem era uma questão a qual Torquato havia dedicado bastante reflexão, tanto na sua coluna no jornal *Última Hora* como em seus outros escritos, sendo a sua reflexão mais citada sobre o assunto este trecho de um de seus poemas:

*-- um filme é feito de planos:
a b c: um plano depois do outro
depois do outro depois do outro
depois do outro -- planos. Não é
feito de cenas, rapaziada-cineclube.
1 plano é um plano, porquanto
montagem é, ante sempre
montagem é, anteseempre, uma análise
de planos, e mais soma/ divisão
multiplicação/ subtração. Certo disso,
dziga vertov, citado por Godard em
inglês:... montar um filme antes
da filmagem, montar um filme depois da filmagem.
Fazer um filme [...]*

Daí o erro de acreditar que seguir a narrativa do poema é a única opção de montagem possível ou que esta seria a forma como Torquato a faria. Para ele, o processo de montagem deveria ser soberano, uma análise de planos, algo que se faz antes, durante e depois da filmagem de um filme e que é, na verdade, o próprio filme em si. Tivesse Torquato montado o filme, quem sabe como seria a versão final? É impossível prever pois o trabalho de edição pode modificar completamente a narrativa de uma empreitada cinematográfica e a percepção daqueles que assistirão tal filme, além de ser um trabalho criativo tão intenso como o de escrever um roteiro para um filme ou dirigi-lo. E, por algum motivo, Torquato opta por não montar seu filme, por não finalizá-lo, deixando, inclusive, o título final a cargo de seus companheiros de filmagem: “partimos para um superoito de metragem média que resultou neste O TERROR DA VERMELHA (ou qual outro nome escolherem)” (NETO, 2003:199).

É essa opção de Torquato por não finalizar o filme, por não montá-lo, que faz com que esse seja um filme em aberto. Diante desta abertura a opção de Carlos Galvão e Ana Maria Duarte foi a mesma: seguir o poema como guia para a narrativa. No entanto, é preciso lembrar que essa opção é apenas isso: uma possibilidade entre muitas.

Mas embora seguir o poema para construir a narrativa do filme resolva parte do problema, ele não dá conta, nem poderia, de todos os elementos que fazem parte de um filme, sendo o mais óbvio a trilha sonora. E é neste quesito, segundo Demetério, que as duas montagens mais se diferenciam Na montagem de Carlos Galvão as músicas escolhidas compõem um repertório do

que havia de mais moderno do rock na época, enquanto na de Ana Maria Duarte “a trilha sonora oscila de uma atmosfera tropicalista para o suspense que precede os confrontos nos filmes de western”(DEMETÉRIO, 2004)

Essa diferença entre as duas montagens não pode ser desprezada, pois, principalmente se tratando de um filme mudo, sem diálogos, a trilha sonora é um elemento essencial para criar significado nas cenas. Ao assistir a cena de *O Terror da Vermelha* na qual uma jovem dança em frente a uma parede onde estão pendurados dois cartazes, cada qual com uma palavra escrita (AQUI e ALI), o espectador terá diferentes percepções se a música for La Bamba (na montagem de Ana Maria Duarte) ou *The Story in your eyes* (na montagem de Carlos Galvão). Além disso, há um outro aspecto importante sobre as diferentes trilhas sonoras que Demetério resalta em seu artigo, que é a questão da referencialidade. Para o autor, a escolha por parte de Galvão de sua trilha é uma forma de reforçar os pontos de contato entre o Terror da Vermelha e o filme *Nosferatu no Brasil* de Ivan Cardoso.

A opção de Galvão pelo rock de Alice Cooper justifica-se mais pela referência ao *Nosferatu no Brasil* de Ivan Cardoso, cuja trilha é feita com músicas do disco *Their Satanic Majesty Request* dos *Rolling Stones* e a música *Third Stone From the Sun*, de *Jimmy Hendrix*. (DEMETÉRIO, 2004)

Ao passo que a trilha escolhida por Ana Maria Duarte, que possui músicas como *Mamãe, coragem* e *Let's Play That*, ambas músicas que Torquato escreveu com seus parceiros da tropicália, dialoga com a estética tropicalista e cumpre também a função de reforçar a conexão entre o filme apresentado e a figura de Torquato Neto.

Estas duas questões, a da forma como se optou por montar este filme e da trilha sonora que se utilizou implicam algo: que ambas as montagens são interpretações daquele material que optaram, cada uma a sua maneira, por destacar alguns aspectos do material e criar diálogos com a produção de Torquato Neto. E que ambas informam, na verdade, sobre a percepção que Ana Maria Duarte e Carlos Galvão tinham da obra de Torquato. E é por isso que este artigo propõe que se pense em *O Terror da Vermelha* como uma obra em aberto, o que é o mesmo que dizer que é necessário dessacralizar o filme, compreendendo que seu interesse reside justamente na

possibilidade de que ele assuma diversas formas, dependendo de quem se propõe a trabalhar com o material.

Volta-se, no entanto, ao problema inicial. Uma vez que está claro que não se pode dizer que estas montagens representam o filme que Torquato teria concluído se estivesse vivo, como abordar O Terror da Vermelha *dentro* da obra de Torquato Neto, pois, afinal, existe um filme que é o filme dele, um filme inacabado, é verdade, mas que, de qualquer forma, foi realizado. Para isso, sugere-se que se siga o caminho apontado por Roland Barthes em *A preparação do romance*, um livro de dois volumes que consistem nas anotações que Roland Barthes fez para um curso que ministrou durante dois semestres no Collège de France e que foi interrompido pela sua morte. Neste curso Barthes aborda a questão de como, na época em que viveu, um sujeito que tivesse vontade de escrever um romance, que pretendesse escrever um romance, poderia proceder. Deixando bem claro que o sujeito que pretendia escrever um romance era ele próprio, Barthes, e que o romance que poderia vir a ser escrito era o seu próprio romance. Em determinado momento, Barthes escreveu:

Será que farei *realmente* um Romance? Respondo apenas isso: agirei *como se* eu fosse fazer um → vou me instalar nesse *como se*. [...] b) *Como se*: a expressão do *Método* (certo modo de trabalho das matemáticas). Método = exploração metódica de uma hipótese; aqui, fique claro: uma hipótese, não de *explicação* (de interpretação) (meta-romance), mas de *produção*. c) Método = caminho (Greiner, Tao = Caminho. O Tao é, ao mesmo tempo, o caminho e o fim do percurso, o método e a realização. Mal tomamos o caminho, já o percorremos.) Tao: o importante é o caminho, o andar, não o que se encontra no fim → A busca da fantasia já é uma Narrativa. (BARTHES, 2005: 41-42).

A questão portanto, é buscar como, na sua época, o sujeito Torquato, que tinha vontade de fazer um filme, que desejava fazer um filme, procedeu. Ou seja, qual foi o caminho para a produção deste filme desejado.

O filme de Torquato é um filme em aberto, um filme que não teve fim, que o próprio jamais viu montado. A ânsia por compreender as montagens a quais se tem acesso hoje como sendo obras finalizadas por Torquato é compreensível. O pesquisador que se debruce sobre a obra de Torquato Neto sabe o quanto fazer cinema era importante para ele, o quanto ele quis fazer um

filme e das dificuldades que encontrou. Daí, talvez, a vontade e o desejo de poder afirmar que essas pretensões foram levadas até o final. No entanto, da mesma forma que não se pode dizer que *Os Últimos Dias de Paupéria* seria o livro que Torquato teria organizado se estivesse vivo, não se pode afirmar que o filme que vemos hoje sob o título de *O Terror da Vermelha* seria o filme que Torquato teria finalizado se estivesse vivo. Uma parte considerável da obra de Torquato Neto possui essa desconcertante característica de ser apresentar como a evidência de um intenso trabalho criativo que jamais tomou uma forma definitiva ou acabada. Isso, por mais frustrante que seja em alguns momentos, não é um defeito em si, só requer um olhar que compreenda que, assim como Roland Barthes escreveu, em muitos casos, a busca da fantasia já é a narrativa em si. Não à toa, no segundo volume de *A preparação do romance*, Barthes coloca como bibliografia para o seu curso uma série de livros que se configuram como “os escritos em que um autor confia seus planos, seus projetos, suas preocupações quanto à obra a ser feita: correspondência, diário íntimo.” (BARTHES, 2005: 8). Da mesma forma podemos compreender o *Terror da Vermelha* e todos os escritos de Torquato Neto que com ele se relacionam como uma grande narrativa que conta sobre seus projetos, suas preocupações em relação ao fazer cinematográfico e sua dinâmica e angustiante relação com a linguagem escrita. Assim, a proposta deste artigo é que, dado o elemento de inconclusão que se apresenta, se aborde o *Terror da Vermelha* como uma parte de um todo maior, de uma narrativa da vontade de Torquato de fazer cinema. O objeto da pesquisa, o filme, torna-se um objeto expandido, que engloba o desejo de se fazer cinema e todas as formas pelas quais este desejo se manifestou na obra de Torquato Neto.

O que se delineia a partir desta conclusão é a necessidade de traçar de onde vem esse desejo, de que forma ele se constitui. Torquato afirmou em carta para Oiticica que havia sido um adolescente querendo fazer filmes, um jovem querendo fazer filmes e um adulto querendo fazer filmes, e concluiu escrevendo que não era possível que não conseguisse. No entanto, apesar de termos disponíveis algumas evidências de filmes que Torquato queria filmar - ele menciona um projeto cujo nome seria *Crazy Pop Rock* e deixou por escrito um argumento sobre um filme que falaria sobre o que significava ser jovem no Brasil no início da década de 1970 - parece, ao se

analisar os as colunas que Torquato dedicou ao tema do cinema e seus diários, que o mais importante para Torquato não era história, ou o argumento do filme, mas sim encontrar uma forma, um formato que atendesse aos seus desejos. Sobre o assunto é interessante citar esse pequeno trecho:

Quero liquidar com todas as teorias de montagem, tempo, gramática fílmica, etc. Isso tudo já se transformou numa linguagem. Eu quero liquidar essa linguagem e partir de volta a um *approach* bem primitivo, como uma criança. Sem conceituações. Buñuel falou que qualquer tipo de filme já é uma resposta a um princípio onírico, uma espécie de sonho. De maneira que eu quero agora romper com os conceitos estruturais e começar de novo [...]. Acredito que a estrutura dos signos no cinema é mais importante do que a montagem. A montagem reprime as imagens e os signos [...]. Qualquer filme é a projeção de um sonho reprimido. E eu quero que esse sonho seja liberado, seja livre, sem nenhum limite. O cinema agora é feito por cineastas, “filmmakers”, e eu quero que ele seja feito por todo mundo. Super oito... Oito crianças... Isso será o cinema liberto. (NETO, 2003:)

Aqui Torquato expressa uma reflexão sobre qual era a sua intenção ao fazer filmes e o que desejava realizar em seus empreendimentos. O principal foco, portanto, parece ser a busca por um novo medium, um novo meio cinematográfico que, livre da gramática fílmica, pudesse realizar o projeto de Torquato de ocupar o espaço, de adentrar as brechas da dura realidade que vivia, ou como ele, coloca:

E agora? Eu não conheço uma resposta melhor do que essa: vamos continuar. E a primeira providência continua a mesma de sempre: conquistar espaço, ocupar espaço. Inventar os filmes, fornecer argumentos para os senhores historiadores que ainda vão pintar, mais tarde, depois que a vida não se extinga. Aqui como em toda parte: agora (NETO, 2003: 268)

A pesquisa que se seguirá a esse artigo, portanto, tem como objetivo analisar como, dado seu tempo histórico, o desejo de fazer cinema surgiu para Torquato Neto e como Torquato articulava esse desejo na sua relação com o cenário cultural de sua época e com as outras áreas na qual Torquato atuava, tomando especial cuidado em investigar como o desejo de fazer filmes se articulava com o desejo de escrever, visto que Torquato se auto-intitula um poeta e no *Terror da Vermelha* se utiliza diversas vezes da palavra escrita como forma de criar e sobrepor significados nos planos filmados. Finalmente, a pesquisa se preocupará com o processo de

filmagem, os planos filmados e os temas escolhidos por Torquato para *O Terror da Vermelha*, de forma a observar como a fantasia do fazer um filme se torna o ato de fazê-los, ainda que este termine por ser deixado inconcluso. *O Terror da Vermelha*, portanto, é abordado como um laboratório do desejo, desse desejo de fazer filmes.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Paulo. **Torquato Neto: uma poética de estilhaços**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

BARTHES, Roland. **A Preparação do Romance I**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **A Preparação do Romance II**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e uma contra-história da tropicália**. / Edwar de Alencar Castelo Branco. Recife: UFPE, 2004.

DEMÉTRIO, Sílvio Ricardo. **O Terror da vermelha: estética da agressão e o rigor formal de Torquato Neto no cinema**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2013. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/demetrio-silvio-terror-vermelha.html>

NETO, Torquato. **Os Últimos dias de paupéria**. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda. 1982, 2ª edição.

_____ **Torquatália: Do lado de dentro**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2003

_____ **Torquatália: Geléia Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2003

PUPPO, Eugênio; HADDAD, Vera (org). **Cinema Marginal brasileiro e suas fronteiras - Filmes produzidos nos anos 60 e 70**. São Paulo, Centro Cultural Banco do Brasil, 2001.

RAMOS, Fernão. **Cinema Marginal (1968/1973): A representação em seu limite**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema**

História e Temporalidade no discurso político brasileiro (1830 – 1840)

*Larissa Breder Teixeira**

O ano de 1832 na História do Brasil pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional que estava sendo proposta. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas. Conseguimos observar as mudanças que o advento da Modernidade trazia e como o Brasil respondia a tais questões. O objetivo desse ensaio é compreender os discursos sob a luz das teorias de Pierre Rosanvallon, como o político esta sendo entendido e como ocorreu essa construção.

A modernidade trouxe uma profunda modificação no entendimento das pessoas sobre como se guiar na História e como o tempo esta mudando em seus cotidianos. As categorias históricas de Reinhart Koselleck conseguem nos mostrar de forma mais clara como ocorria à experiência do tempo, elas são o espelho de uma tensão criada pela condição humana. *Espaço de Experiência* e *Horizonte de Expectativa* se relacionam de maneira diferente durante a transição do Antigo Regime para a modernidade. No Antigo Regime essas categorias não eram distantes uma das outras. A experiência, a tradição, guiava os homens em suas ações. As pessoas conseguiam se orientar pelo passado, pois ele estava sempre presente, as mudanças ocorriam de forma lenta não sendo notadas facilmente. Rapidamente elas eram incorporadas ao espaço de experiência, não sendo assim, sentidas como ruptura. O passado guiava as pessoas, pois o presente era semelhante, a *Historia Magistra Vitae* ainda era percebida e atuava em suas vidas.

Esses conceitos tem seu relacionamento modificado na modernidade, onde as diferenças se tornam cada vez maiores. As projeções se distanciam das experiências,

* Universidade Federal de Ouro Preto, graduanda em História, agência financiadora FAPEMIG.

concebendo assim um novo tempo. O passado deixa de ser um guia seguro do presente, pois as mudanças ocorreram radicalmente, não havendo mais experiências condizentes com a nova realidade. O futuro passa a ser visto como uma marcha progressiva, pois o que está a diante sempre será melhor, será um futuro aberto. Através dos conceitos conseguimos entender a experiência de mundo sendo modificada. O jogo de linguagem utilizado torna possível compreender as mudanças e as novas concepções que estavam surgindo.

As mudanças se refletem mutuamente, a modificação da linguagem nos ajuda a esboçar a mudança do político. Pierre Rosanvallon nos ajuda a entender como a modificação do político altera as menores instâncias da vida comum. O político não se dissocia do social, nos mostrando que suas relações refletem a maneira como ocorre o agir nelas, nos permitindo uma análise e sua compreensão. Para elucidar a teoria de Rosanvallon precisamos compreender primeiramente a definição do político. Ele estaria associado à comunidade, a ocorrência da vida comum e como seu funcionamento ocorreria. O político vem da necessidade da criação de uma ordem onde todos estão associados, existindo normas de participação bem como sua distribuição.

Na sociedade moderna o político passa a adquirir outra definição. Não é mais entendida a ordem como algo natural, que definia as participações e as distribuições. Com essa mudança o político passa a ser ampliado ou até mesmo liberado, como afirma Rosanvallon (ROSANVALLON, 2010: 42). Isso ocorre com a mudança da estrutura da sociedade, vista antes como um corpo, passa a ser entendida agora como uma sociedade de indivíduos, promovendo um *déficit de representação*. Passa a ser necessário entender quem representa o povo e como essa representação ocorre, entender quem é o povo, dar face a ele. Quando o corpo passa a não corresponder mais com a representação, o político passa a ser o agente que “representa” a sociedade que não possui uma forma definida da nova natureza em que se encontra. Nas sociedades modernas sente-se a necessidade de promover uma representação formada por indivíduos, que ela se torne visível e notável, tornando possível, assim, que o povo adquira uma face (ROSANVALLON, 2010: 43). O imperativo da representação passa, assim, a distinguir a política moderna da antiga.

A representação passa a surgir de um processo, sendo construída pelos atores de sua época. Entender o funcionamento das instituições, bem como a necessidade de alteração das mesmas nos faz entender como esse processo foi ocorrendo e em que medida ele foi surgindo.

O período regencial no Brasil proporciona uma intensa revisão das estruturas institucionais. Desde o período da Independência a linguagem política, de modo geral, mostra a busca por um povo com virtudes, que luta por seus direitos, garante sua liberdade e que defende a Nação em que vive. Durante a Regência essa busca continua, com a representação governamental sofrendo alterações, nasce uma nova consciência de seu território e de seu povo. Os senadores estão constantemente definindo e tentando entender quem era o povo, com os discursos políticos conseguimos evidenciar o déficit de representação em que se encontra o Brasil. Fica clara a tentativa de definição através dos novos parâmetros da época.

O projeto em que se encontram tais ideias é o debate pela Reforma Constitucional. Nele os principais pontos discutidos refletem a preocupação por guiar uma jovem nação rumo ao progresso, é deixar que os ares modernos influenciassem seu andar. É necessário entender quem é o povo e como o cotidiano os reflete. Quem os irá representar e qual a melhor maneira de isto acontecer.

O Brasil é descrito pelos senadores como um país que foi a pouco tempo civilizado, que por isso carecia de exemplos para se conduzir. Os exemplos vem de países onde há presente um Governo Representativo a muito instaurado e que conseguiram promover mudanças que se adaptavam as necessidades do povo, como Inglaterra e Estados Unidos. O senador Alencar, que representa em sua fala essa necessidade: “Reparemos que as Nações mais felizes na sua marcha politica são aquellas que vão paulatinamente ampliando suas instituições ao ponto, que as necessidades publicas as exigem”.¹

Com posições e referências divergentes, vemos brotar o embate político entre liberais Moderados e os da “velha guarda”, como os Caravelas e Cairus, os principais partidos políticos. Torna-se necessário entender suas questões para entendermos como eram construídos seus posicionamentos. Os liberais Moderados defendiam a Monarquia,

¹ Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p. 115

promoviam a manutenção da ordem em primeiro lugar. Eram contrários também as reformas políticas, defendendo dessa maneira uma centralização político-administrativa. Os Caravelas e Cairus ---- (resolver minha vida em relação a esse tema!)

Intrinsecamente ligado a esse discurso, vemos a ideia de marcha para o progresso, onde as Luzes iriam proporcionar que o Brasil alcançasse a liberdade, mesmo que isto pudesse ser considerado utópico. A marcha para o progresso não significava na visão de um moderado, romper com a Monarquia, mas fortificar o que fosse necessário e por as Instituições em harmonia com a necessidade e os sentimentos dos Povos. “Os nossos destinos são bem diversos; nós devemos marchar a par dos progressos das luzes da civilização: e se tudo muda no homem e em roda delle, como deixarão de mudar as suas instituições?”²

Cabia assim, aos políticos ensinar e conduzir o povo brasileiro. Apoiando-se em exemplos históricos, que legitimavam muitas vezes seu discurso, mostravam como o destino de outros povos não foi feliz por não seguirem seus legisladores. Era necessário assim tomar um rumo contrário, como ressalta o senador Almeida e Albuquerque que em seu discurso ressalta o infeliz destino dos Lacedemonios. O debate que promoviam mostra à necessidade de se conduzirem pela razão, as paixões deveriam ser deixadas de lado, a virtude deveria estar presente no povo, tópica que já era discutida no meio político e na filosofia, desde o século XVII.

Na segunda discussão, em que hão de ser examinados cada um dos paragraphos deste Projecto, cumpre que nos armemos com a égide impenetrável da razão contra as vozes de um Povo allucinado e conduzido de boa fé pelos interessados de facções. Em tempos de partidos, na effervescencia das paixões, difficil é, para não dizer impossível, conseguir o conhecimento da verdadeira opinião publica.³

Vemos que a noção de futuro aberto esta presente, mesmo que ainda não conseguimos caracterizá-lo definitivamente, o Brasil tinha condições de caminhar rumo ao progresso e por isso deveria ser conduzido. Era necessário que a experiência de um país civilizado, que promovesse as virtudes dos povos fosse solidificada. Uma vez que essa experiência fosse

² Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

³ Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

absorvida, os políticos, os governantes do povo, conseguiriam se guiar perante as adversidades que a Nação passaria. Essa experiência só viria depois de largo tempo, onde conseguiriam ter mais maturidade e entender melhor a sua importância.

O momento pelo qual estavam passando era visto como um tempo impróprio para as reformas que estavam tentando ser implementadas, pois as paixões estavam muito fortes, deixando impuras e danosas as suas visões. O povo não possuía condições para se conduzir, nem era possível ao menos entender quais eram suas reivindicações.

O nosso dever é procurar o que for mais profícuo á Nação; Ella poz-nos neste lugar para dizermos francamente a nossa opinião sobre os seus interesses: o Legislador não deve ser dominado por paixões e por partidos: armemos a nossa consciência com uma tríplice couraça contra as opiniões corrompidas e desorganizadoras.⁴

Devida à dificuldade e até mesmo a falta de uma definição exata do que esta ocorrendo, vemos como esse déficit de representação esta explicita até mesmo onde ela é mais debatida. O remodelar das instituições passa ser algo necessário para acompanhar o tempo que esta mudando e aqueles que não a defendem mostram como seus interesses seriam feridos diante dela. O discurso dos senadores nos mostra a presença constante do jogo entre as categorias de tempo. Eles tentam constantemente entender a História, uma vez que possuíam a consciência de que as mudanças que ocorriam seriam marcantes, decisivas e perpetuariam.

Uma vez conscientes, suas ações eram pautadas por sua repercussão no futuro e não no próprio presente, e também mediados pelos exemplos do passado. Apesar da História que estava ocorrendo ser singular, incessantemente o passado era requisitado para tentar contornar ou explicar as origens para os fatos. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa estavam em constante tensão, sendo esta tensão a própria História.

No Brasil também conseguimos ver a mudança da experiência do tempo com a Modernidade. O passado deixa de ser igual ao presente. Deixamos de ser mediados por uma metrópole longe, onde o Rei era visto como alguém inacessível, onde possuía um caráter

⁴ Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

abstrato, muita das vezes. Assumindo-se como agentes históricos, os representantes políticos conseguiram moldar a base da política brasileira. O eterno embate entre os partidos políticos, a falta de uma definição concreta daquilo que seria a própria nação, bem como quem seria seu povo, mostra como o passado deixa de responder aos questionamentos do presente. O futuro passa a ser projetado como algo bom, sendo associado como o progresso, pois como bem ressaltado acima, era necessário tempo para que se criasse um país moldado pelas Luzes e todas as respostas para suas questões seriam resolvidas.

Assim como na França pós revolução, sabia-se que estava se passando um tempo de transição, “o qual ordena de maneira temporalmente diversa a diferença entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006: 320). Transição implica em ter de chegar a algum fim estabelecido. Podemos entender esse fim como o progresso.

A modernidade é forjada nas próprias experiências políticas com que esses senadores estão tendo que lidar – a experiência de construir um país e suas instituições representativas modernas.

Referências Bibliográficas

Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do político.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

As Culturas Jurídico-Penais e a criminalidade feminina no Brasil do século XIX

Leonam Maxney Carvalho*

Historiografia da Criminalidade: fontes, escravidão e gênero

No século XIX, no Brasil, a violência e a criminalidade foram coligadas às categorias sociais menos privilegiadas, livres pobres e escravos. Influenciada pela sociologia europeia da segunda metade daquele século, o crime passou a ser visto como uma “patologia” social, “um desvio do comportamento normal, como o lugar do incomum no estudo das sociedades, em oposição à normalidade da vida dos cidadãos comuns” (BRETAS, 1991: 49).

Contudo, nos últimos quarenta anos, novos olhares foram lançados sobre a criminalidade na história do Brasil. A principal contribuição da historiografia criminal deste período foi o deslocamento da análise do crime como representação de uma patologia social do indivíduo, para uma análise centrada na vida social. Processos criminais passaram a ser analisados como fontes para interpretações da vida cotidiana (BRETAS, 1991: 49). Contudo, estas fontes exigiam análise diferenciada, já que eram produzidas por funcionários do Estado, cuja intenção era criminalizar o comportamento das camadas mais pobres. “A busca de informações sobre cultura, gênero ou religião ao longo de seus dossiês [se tornaram] uma árdua tarefa” (BRETAS, 1991: 50).

Maria H. Machado, Leila M. Algranti e Maria Mott afirmaram que o aborto e o infanticídio poderiam representar algo mais complexo do que somente um tipo de resistência ao cativo, como a intenção de evitar que o filho sofresse os mesmos castigos e mazelas que a mãe, ou que fosse vendido, ou mesmo que nascesse com as feições mestiças características do abuso sexual executado pelo senhor (MOTT, 1989: 88-94).

Característica dos espaços de autonomia do escravo, os processos se tornaram fontes de análise da ética do trabalho, das relações amorosas, familiares, de amizade e de compadrio

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG: linha História Social da Cultura. Este trabalho é parte da pesquisa de Doutorado em andamento. Projeto financiado pela CAPES. E-mail: leonamcarvalho@yahoo.com.br

(MACHADO, 1987: 20). Neste sentido, Sidney Chalhoub ressaltou a importância destas relações sociais para os cativos, e como a criminalidade escrava estava ligada aos rompimentos destes laços, por meio do tráfico interno. “As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativo” (CHALHOUB, 1990: 244).

Bóris Fausto, Mariza Correa e Celeste Zenha caracterizaram as fontes criminais como “uma invenção, uma obra de ficção social”, onde “os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista” (CORREA, 1983: 40, apud FAUSTO, 1984: 32). “Caracterizar o autor do crime como um indivíduo de maus hábitos, propício, portanto, à realização de um crime é uma meta clara nas inquirições estudadas” (ZENHA, 1984: 40). Neste sentido, Bretas afirma que a “Justiça era um expediente político que podia ser usado por diferentes grupos, com a provável exceção dos escravos”. “Aqueles que podiam demonstrar sua honra, padrões morais mais sólidos e um comportamento público apropriado tinham maiores chances de ser bem-sucedidos em seus processos, especialmente se estivessem respaldados por iguais” (BRETAS, 1991: 53).

Martha de Abreu Esteves reafirma estas condicionantes da justiça com relação à mulher em sua pesquisa sobre a criminalidade feminina na virada do século XIX para o XX. A vítima de crimes como defloramento ou estupro deveria provar ser uma “mulher de conduta” para que o processo seguisse. Em caso contrário, provavelmente o acusado seria inocentado (ESTEVES, 1989: 55). Os juízes e magistrados se preocupavam em demonstrar as condutas das mulheres. Caso seu cotidiano estivesse em desacordo com o comportamento doméstico e recatado, imposto às mulheres, o processo poderia se tornar bem desfavorável à mulher, mesmo quando fosse vítima de crimes violentos (ESTEVES, 1989: 44).

Rachel Soihet analisou crimes de aborto, caracterizando as mulheres que o praticavam como “pobres, sozinhas e, portanto, não inseridas em redes sociais de solidariedade, muitas vezes iludidas ou forçadas por seus namorados, com pouco conhecimento sobre seu próprio corpo que se submetiam a práticas, muitas vezes fatais, de aborto e, em casos extremos, de infanticídio” (SOIHET, 1986: apud HENTZ, 2013: 21). A autora também evidencia a forte tendência higienista dos médicos da virada do século XIX para o XX, que criticavam fortemente as mulheres que realizavam abortos, clandestinos ou não, “pois iam contra o ideal de mãe que

era essencial para construir a sociedade” culturalmente burguesa da *belle époque* brasileira (SOIHET, 1986; apud HENTZ, 2013: 21-22).

Os estudos de Mary Del Priore analisa as condições femininas no período colonial, confirmando práticas contraceptivas de aborto e infanticídio como intimamente ligadas às “tentativas desesperadas, para livrar as mulheres dos frutos indesejados de “amores lascivos” e “ilícitos contratos”” (PRIORE, 1993: apud HENTZ, 2013: 21).

Na primeira década do século XXI, inúmeros trabalhos sobre a história da criminalidade se multiplicaram por Minas Gerais. Dentre estes, destaca-se Ivan Vellasco. Seduzidos pelas garantias oferecidas pela justiça, cada vez mais inserido no cotidiano da população, potentados locais, livres pobres, forros e escravos, homens e mulheres, lançaram mão aos recursos e articulações jurídicas para garantir interesses (VELLASCO, 2004: 28).

Trabalho recente que segue as tendências desta historiografia criminal feminina, é o de Izabel Hentz. Ao contextualizar diferentes visões sobre o infanticídio e o aborto, a autora coloca em evidência os múltiplos significados culturais destas práticas, tanto para aqueles que o criminalizavam, quanto para quem os praticava. “Em outras palavras, não havia um significado único e compartilhado para as práticas de aborto e infanticídio dentro desta sociedade, mas é preciso reconhecer que havia sentidos dissonantes que coexistiam e se confrontavam com as visões das autoridades” (HENTZ, 2013: 25).

Entre os parlamentares da primeira república, o discurso sobre estas práticas criminalizadas focava a honra da mulher, o seu papel maternal e as questões higienistas. Enquanto que, entre as escravas do final do século XIX, poderiam ser identificadas como formas de resistência ao cativo e seus abusos sexuais e econômicos. Entre os indígenas, as práticas de aborto e infanticídio estariam ligadas às condições de saúde das crianças, de tratamento pela mãe e de planejamento familiar. Ao mesmo tempo, havia a crença de que a importância do membro do grupo somente surgia quando atingia certa idade, ao alcançar certa independência e maturidade (HOLANDA, 2008; apud HENTZ, 2013: 25-27).

Culturas Jurídicas no século XIX e questões de Gênero no Brasil

Hespanha caracterizou a evolução histórica da cultura jurídica europeia em seus vários espaços e períodos evidenciando a importância da tradição e o consuetudinário na construção

das leis positivas, fazendo do direito um fenômeno orgânico em constante reavaliação e edificação. Influenciado pela história do grupo no qual se insere e ajuda a organizar, o direito é, portanto, produtor e produto da cultura de uma sociedade (HESPANHA, 2003: 19). Quanto às questões de gênero, desde o antigo regime, até o entardecer da idade moderna na Europa, a ordem social foi influenciada pela religião. Baseando-se São Thomás de Aquino, se concebia uma “igual dignidade” a todos os seres, mas impunham-lhes uma hierarquização.

As criaturas (...) eram também mais ou menos dignas, em função da dignidade do ofício que naturalmente lhes competia. (...) O homem, por exemplo, fora criado “à imagem e semelhança de Deus”. Já a mulher não teria esta mesma natureza de espelho divino. A sua dignidade seria menor (...) (HESPANHA, 2010: 57).

O direito moderno, segundo Hespanha, principalmente em Portugal e no Brasil, influenciado pelo direito canônico e pela linguagem latina, delegando às mulheres o papel social secundário ao do homem, fechando-lhe chances de liderança, tanto no espaço público quanto no privado ou religioso (HESPANHA, 2010: 109). “Pelo direito civil, (...) “as mulheres estão afastadas de todos os ofícios civis ou públicos” (...). Assim, veda-lhes em princípio, o exercício de magistraturas e de lugares que importem jurisdição, a sucessão nos feudos e nas alcaldarias” (HESPANHA, 2010: 110). Contudo, inúmeros eram os casos em que mulheres ocupavam cargos públicos ou políticos, dependendo para isto, da história e da tradição de cada país (HESPANHA, 2010: 111).

Campo enfatiza que o iluminismo e o positivismo hierarquizaram os sexos, e atribuíram à mulher, certa incapacidade para o ambiente público, delegando-a ao papel de curadora da família e do espaço doméstico. “Os filósofos iluministas teorizaram sobre as qualidades características de cada sexo, estabelecendo papéis, lugares e posturas de gênero que confinavam as mulheres ao âmbito privado. As diferenças biológicas serviam para justificar sua inferioridade social [...]” (CAMPOI, 2011: 198).

Segundo Fausto, na virada do século XIX para o XX, havia uma grande preocupação da sociedade com a honra feminina representada por sua virgindade, que seria uma forma de controlar e classificar as mulheres em puras e impuras. A mulher devia se preservar virgem para que não fosse classificada como mulher “desonesta” (FAUSTO, 2001: 181).

Pimentel Filho e Raquel Caminha analisaram questões jurídicas sobre o universo feminino e demonstraram a honra feminina como um *bem jurídico*, limitada ao pudor sexual e

matrimonial (doméstico), e imposta sob moldes patriarcais. Esta honra seria herdada de um *ethos* guerreiro ibérico, cujas apropriações podiam ser representadas pela violência e pela utilização da justiça (cujos representantes comungavam muitos dos códigos morais da sociedade), em defesa da honra feminina. Contudo, Esteves argumentou que na prática da justiça a situação feminina se embrenhava em caminhos complexos:

Dependentes das posições dos policiais, delegados, advogados, promotores e juízes, sujeitas à boa vontade de vizinhos e amigos, subordinados às contingências da ‘cor’, e da estrutura familiar, sujeitas ao tipo de relação que possuíam com os acusados e à própria ‘capacidade’ de provar sua honestidade, as mulheres pobres percorriam os tramites jurídicos num jogo de ‘perdas e ganhos’, onde as moças de cor e independentes possuíam poucos trunfos (ESTEVES, 1989: 114).

Neder assinalou a cultura jurídico-penal brasileira pós-independência pelas influências religiosas e políticas dos membros do parlamento que construíram o Código Criminal de 1830. Formados em sua maioria, em Portugal, atenderam às influências *rigoristas* da formação católica portuguesa do antigo regime, e ao mesmo tempo, aos interesses políticos da vertente liberal do parlamento. Entretanto, seu conceito de cultura jurídico-penal se exime da influência da aplicação da justiça em primeira instância, por juízes, advogados e promotores, cuja cultura, também era influenciada pelo costume e pelas tradições consuetudinárias. Além da forma com que o crime era perpetrado, a condução dos processos dependia também das posturas sociais de vítimas e acusados. A cultura jurídico-penal consuetudinária foi evidenciada e representada por apropriações específicas narradas pelas testemunhas, vítimas e acusados. Eram concepções de justiça formuladas no cotidiano das experiências de vida e nas tradições culturais dos potentados locais, e da população livre pobre e escrava.

Em meio à sociedade e suas regras consuetudinárias, as concepções sobre direito, família, honra, justiça, e as próprias representações da cultura patriarcal, foram apropriadas sob formas complexas por mulheres que defenderam de modo dinâmico seus posicionamentos. Os questionamentos propostos neste trabalho se enredam na discussão historiográfica do gênero e da criminalidade feminina, focando as mútuas influências das culturas jurídicas, consuetudinárias e positivas, e como o universo cultural feminino pode ter contribuído para construir as leis criminais, embrenhando-se na cultura patriarcal das mesmas.

O Código Criminal de 1830 e as Mulheres

Neste texto, fixa-se a análise sobre um crime específico: o infanticídio, caracterizado em conjunto com o aborto no Código Criminal de 1830:

Art. 197. Matar algum recém-nascido. Penas - de prisão por tres a doze annos, e de multa correspondente á metade do tempo. **Art. 198.** Se a propria mãe matar o filho recém-nascido para occultar a sua deshonna. Penas - de prisão com trabalho por um a tres annos. **Art. 199.** Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada. Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos. Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada. Penas - dobradas. **Art. 200.** Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique. Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos. Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes. Penas - dobradas.

O infanticídio, segundo o iluminista Beccaria, “é, ainda, o efeito quase inevitável da terrível alternativa que se encontra uma desgraçada, que apenas cedeu por fraqueza, ou que sucumbiu aos esforços da violência”. O autor afirma o horror do infanticídio praticado pela mãe sobre seu filho, ligando o assassinato à vergonha e fraqueza da mulher e propõe que “a melhor maneira de evitar essa espécie de crime seria proteger com leis eficientes a debilidade e a desventura contra essa espécie de despotismo, que apenas se ergue contra os vícios que não podem cobrir-se com o manto da virtude” (BECCARIA, 1995: 83).

Entretanto, questiona-se se estes conceitos sobre o feminino eram compartilhados pela população do interior do Brasil, em cidades menores, com ambientes mais rurais e distantes da administração da justiça? Como estas ideias e temas circulavam entre o direito cotidiano e em meio às culturas jurídicas consuetudinárias nestas regiões? Em que medida as mulheres do século XIX, se limitaram (ou excederam) ao universo doméstico imposto sobre elas? No Ceará, Pimentel Filho e Caminha averiguaram que, tanto as mulheres sertanejas (do interior) quanto as cidadinas, tiveram uma apropriação singular de valores como a honra, a surra e a defesa do corpo e da família. Defendiam as relações maritais, por meio da justiça ou pela apropriação da violência da ética guerreira. Quando desprovidas de um homem (senhor, marido, pai, irmão, etc), ou seja, um guerreiro, no centro de seu universo social, podiam ser vítimas de agressões físicas e surras (PIMENTEL FILHO e CAMINHA, 2006: 155-156).

Infanticídios como representações das culturas jurídico-penais femininas

Dona Felicidade Esmeralda da Conceição foi acusada de matar seu neto recém-nascido em Oliveira, no ano de 1867¹. Ela era viúva, mãe de seis mulheres e morava numa fazenda. Seu inventário² consta um montante de pouco mais de oito contos de réis, e cinco escravos.

A parteira Jacintha Maria Rosa descreveu detalhes do nascimento da vítima e do crime de Dona Felicidade. Afirmou “que o menino nascera perfeito, mas que lançara pelo nariz uma golfada de matéria”. Em seguida, “ela testemunha juntamente com a avó [...] batizaram [...] o menino que tinha desfalecido, [e] recobrou os sentidos e viveu bem até vinte e quatro horas depois, mamando e tomando [colo]”. Na noite seguinte, Felicidade raptou o menino das mãos da mãe, fugindo e trancando-a num quarto. Jacintha tinha certeza que Felicidade queria matar o neto já antes do parto pois “[convidara] ela testemunha com a quantia a dez mil réis para matar o menino na ocasião de nascer, mas que ela testemunha não aceitou o [convite]”.

Cândido Machado, genro da ré, estava presente no quarto e confirmou o depoimento da parteira, dizendo mais “que sua sogra estava enjerizada com sua cunhada”. O vizinho Firmino Diniz acrescenta que “Felicidade [...] vivia aborrecida com sua filha Domitildes por ter se apresentado grávida”. “Que antes do menino nascer já se ouvia dizer que sua avó ia o enjeitar”. “Manoel Alves, genro de Felicidade [...], proibiu a [...] [sua esposa] e filhos que não fossem a casa da mãe e vó [com receio] de que algum de seus filhos fosse morto por sua avó Felicidade”. Efigênia de Jesus, filha da ré, disse que “[...] não julga ela capaz de matar a criança, mas conhece que é de **gênio muito afogado e vingativo** e que [...] a Ré [disse a] filha que quando ela parisse havia [de] consumi-la e o filho”. Maria Conceição, filha da ré, defende a inocência da mesma, confirmando que o “menino nasceu vivo, mas desacordado e lançando matérias pela boca e pelo nariz”, mas “nunca mais que quis mamar, e que no outro dia pela meia noite morreu nos braços de sua própria mãe. E que não sabe se sua mãe fechou a porta”. Domitildes, mãe da criança, jura “que este [seu filho] logo que nasceu começou a lançar matéria pela boca”, e “dentro de vinte e quatro horas, expirou-se em seus braços repentinamente, [...] E deram a Jerônimo Manoel de Tal, para vir enterrar”.

¹ Arquivo do Fórum de Oliveira (CEDOC-UFSJ), Processos Crime: Caixa 364-15-1867.

² Arquivo do Fórum de Oliveira (CEDOC-UFSJ), Testamento Caixa: 04-32-1852 – Testamenteira Felicidade Esmeralda da Conceição – Testador Domingos Francisco Ribeiro. E Inventário – Caixa 59-378-1875.

Jerônimo era jornalista e levou Felicidade para enterrar a criança no Arraial. Declarou “que a dita [...] não lhe disse de quem [era] o menino ocultando o nome de sua mãe e que o menino era de um passageiro”. Provavelmente isto explica o enfeitamento da avó e sua insatisfação pela gravidez da filha. Grávida de um obscuro “passageiro”, que desonrou sua filha sem se casar, por consequência envergonhou sua família, e largou para ela mais uma boca para alimentar. Talvez ficasse difícil arrumar um marido “decente” futuramente. “Perguntado mais se ele testemunha achava capaz da ré ter matado seu neto, respondeu que acha impossível porque **é preciso ter um coração de fera**” para isto.

Não consta o depoimento de Felicidade. O promotor público pediu sua condenação “no grau máximo do artigo 197 do Código Criminal”. Contudo, a ré, que não sabia ler nem escrever, conhecia os mecanismos da justiça e pediu, por meio de um procurador, a apelação da sentença ao Juiz de Direito da Comarca, cuja sentença, não consta no processo.

Em seis de Janeiro de 1845, João C. Castro registrou o homicídio de Catarina Crioula, de seis meses de idade, filha da escrava Valentina, em sua Fazenda em São João Del Rei³. Ele acordou durante a noite com o barulho do pilão do monjolo a socar. Ao verificá-lo, achou

Ao pé do pilão a roupa da crioula mãe, e a filha já em massa dentro do pilão, e procurando pela mãe, achou-se rastro de uma passagem de uma cerca que fecha o quintal, deixando aí um vestido de chita todo ensanguentado e com as mangas queimadas, essa da mãe [...].

Valentina Crioula acabou presa e afirmou

Que só tencionava a matar-se a si, que soltara o monjolo a socar com tenção de entrar dentro do pilão e que no monjolo dispara a primeira pancada bateu-lhe na cabeça, e que aí caiu a filha dentro, e que tentando por duas vezes não o pode, pelas pancadas que já tinha levado, acudir a sua filha e que nunca teve tenção de matar a sua filha e nada mais disse.

Valentina⁴ era solteira, não sabia ler nem escrever, mas “sabia fiar”, nascida no Distrito do Jacaré, freguesia de Campo Belo, onde morava sua mãe, Joana Benguela. Encontrava-se naquela fazenda há apenas cinco dias (CARDOSO, 2002: 191).

³ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João Del-Rei: Processos Crime, Reg. 122 - PC 28-12-1845-Valentina.

⁴ Este processo teve uma análise publicada em: CARVALHO, 2013. Outra análise anterior deste processo foi feita por CARDOSO, 2002: 191-194.

Não há registro dos motivos para Valentina desejar o suicídio, ou a morte de sua filha. Ela foge antes do julgamento “deixando quebrado um cadeado que fechava a corrente do pé e mais outra que tinha ao pescoço levando consigo o colar da mesma e algemas”⁵.

Apesar de assumir o suicídio, o caso incita dúvidas, pois como se matar num pilão, segurando um bebê e ainda assim poupá-lo do esmagamento? A intenção de matar a filha parece ter existido. Mas por quê? Seja qual for o motivo que a levou a matar a filha ou a atentar contra si mesma, a ausência desta criança facilitou a fuga de Valentina, que nunca mais foi encontrada. Talvez Valentina tivesse premeditado a morte da filha e a fuga, evadindo para o Jacaré onde residia sua mãe (CARDOSO, 2002: 193). Valentina era escrava, foi separada da família, sobreviveu a uma “tentativa de suicídio”, na qual matou sua filha de seis meses. Ao final, fugiu do cativo e enganou a justiça. Descendente de Joana Benguela, uma centro-africana, provavelmente angolana, era fruto do mundo cultural atlântico, crioulo e resignificou drasticamente a sua existência.

Os africanos e seus descendentes reconfiguraram sua vida social no Brasil, influenciados por “heranças culturais africanas, elaboradas e reelaboradas no cativo”. Entretanto, os representantes da justiça estavam mais interessados em “referendar a culpabilidade ou a inocência dos réus” do que em compreender as tensões dos escravos. Neste caso, João C. Castro se preocupava mais em reaver seu investimento cativo (CARDOSO, 2002: 194). Mesmo sob os registros que encobriram muitas das nuances de sua história, estas mulheres contribuíram para a construção de noções de justiça, honra e família, dinamizaram seu papel político e o status social feminino no universo cultural mineiro. De alguma maneira, servem para revelar o que as mulheres destes “povos à orla do Atlântico têm em comum e onde existem divergências” (RUSSELL-WOOD, 2009: 21).

No já citado distrito de Santana do Jacaré, em Oliveira, num lugar conhecido como Ribeirão, em 1º de junho de 1899, a ré Deolina de Tal foi indiciada pelo crime de infanticídio, acusada de atirar sua filha recém-nascida em um lago no fundo de sua casa⁶. De acordo com o processo, a criança, do sexo feminino, de cabelos corridos e pele da cor morena, tinha nascido morta devido aos esforços físicos da mãe, trabalhando na colheita do feijão durante os últimos dias de gestação. Deolina era solteira e teria jogado o corpo da criança no lago com medo do

⁵ Trechos da petição de exame de corpo de delito feito em arrombamento, constante no processo.

⁶ Labdoc-Cedoc-UFSJ: Arquivo do Fórum de Oliveira – Processos Criminais: Cx: 852-41-1899.

castigo de seus pais que não sabiam de sua gravidez. Depois de cinco dias, o cadáver da criança foi encontrado, retirado da água e enterrado no quintal de sua fazenda.

Sob denúncia, os peritos de corpo de delito, fizeram a exumação do corpo – “vinte dias mais ou menos” depois que a criança foi enterrada. Concluíram que o cadáver do recém-nascido estava “em estado adiantado de putrefação, tornando-se por este fato, difícilíssimo o exame cadavérico ordenado”, não podendo identificar se houve o crime.

A partir disso, intimaram as testemunhas e o inquérito policial foi iniciado. A parteira Miguelina de Jesus tinha chegado atrasada para o parto, já encontrando Deolina “de pé” e sem a criança, afirmando “que tinha jogado dentro de uma lagoa no fundo do quintal”.

Antonio Machado, tio de Deolina, ajudou a tirar o corpo da lagoa. Entretanto, “não compreendeu se tinha sido jogada viva ou morta”, “nem viu sinal ou contusão alguma reconhecendo ser de sexo feminino, cabelos corridos e pretos, e cor morena clara e não sabe a causa que determinou o [dito]”. Enterrou a criança em uma cova ali perto, “obedecendo seus instintos de caridade não sabendo que era isto infração nem que era somente permitido fazer enterramento no cemitério, por ser homem que somente cuida de seu serviço de roça, e ignora essa lei e regulamentos”. Dorcelina Jesus “assistiu a sua irmã Deolina a ter a criança de que se trata porque a parteira não chegou a tempo e verificou que a criança nasceu morta”,

e que não sabe a causa da morte da criança, porém que nos dias véspera tinha ido arrancar um feijão queixou-se de dores de cadeiras e supôs-se que isso é que causou a morte da criança, por ser um serviço que se faz agachado em posição, portanto, muito incômoda, para quem está nesse estado e mais ainda para a criança no ventre materno.

Ao retornar para o quarto onde estava sua irmã, “e não vendo mais a criança [...], disse a dita sua irmã, que foi jogar a criança sua própria filha na lagoa com medo de seu pai e sua mãe, que são bravos e podiam castigar ela parturiente”, “visto ela está solteira e sob domínio paterno”. Alegou também que ficou procurando a criança por quatro dias até que finalmente encontraram, e pediram a Antonio Machado que tirasse a criança e enterrasse na dita cova, “por não saber que a lei proíbe enterrar fora do cemitério e ignorarem a lei nesses atos”.

Ambrosina de Jesus, “natural e residente no Ribeirão”, disse que “ouvindo gritos e choros na casa de Jeusiano, dirigiu-se para lá, porém já não encontrou a criança e disseram que tinha sido jogada n’água pela própria mãe de medo de seus pais a castigar”.

Dona Lucia de Jesus de quarenta anos de idade, casada, fiadeira, e mãe de Deolina,

Respondeu que não percebeu o estado de gravidez de sua filha por dizer ela estar doente e então indo ao quarto da dita sua filha deparou com uma criança morta junta a ela na cama a qual estava morta e já fria e então ela respondente ficando desvairada e apaixonada saiu fora de si para as casas dos vizinhos, e voltando a casa já não encontrou a criança.

O promotor Leopoldo Ferreira Monteiro pede o arquivamento o processo, ao afirmar que “não [encontrou] disposição clara e positiva no Código Penal em que pode se achar incurso Deolina de Tal”, porque não foi provado no exame de exumação, nem no inquérito. Também “não houve a provocação do aborto”, nem “houve o abandono de menor”.

Conclusões: Condicionadas cultural e juridicamente ao perfil doméstico, na prática muitas mulheres do século XIX estavam longe das generalizações românticas de docilidade e submissão. Quando cativas, tiveram desfeitos laços familiares e se aproveitaram da morte dos filhos para fugir do cativeiro. Quando livres, desprovidas ou não dos patriarcas familiares, controlaram rigidamente a vida íntima de seus descendentes, fazendo prevalecer sua vontade homicida sobre netos indesejados, assassinando-os ou pressionando suas filhas neste sentido. Quando necessário trabalhar com serviços braçais de roçado, o faziam mesmo grávidas, principalmente se pretendiam encobrir – ou abortar – sua gestação. Acionaram a justiça ou fugiram dela, de modo a fazer registrar nos autos, muitos dos seus conceitos sobre o que achavam ser justo ou injusto, com relação à honra, à família, à liberdade, à vida e à morte. Somaram-se na construção cultural brasileira, conceitos jurídico-penais consuetudinários: visões e feições femininas, ibéricas, indígenas, africanas e mestiças, na defesa de sua honra e de seus posicionamentos sociais. Alimentaram uma imagem social insubmissa e marginal aos limites domésticos e escravistas. Impuseram suas próprias regras familiares, dentro e fora do cativeiro. Foram juízas, executoras e co-criadoras das regras familiares consuetudinárias. Alimentaram uma imagem doméstica bem diferente daquela pregada pelo positivismo oitocentista. Por meio das fontes criminais, os raros registros da justiça exibem as peculiaridades das experiências femininas com um fenômeno privado, o infanticídio, reservado ao âmbito doméstico das fazendas. Antes e depois da proclamação da república, a prática do infanticídio elevou seus interesses às esferas de aplicação e construção das leis penais; representou a fraqueza e ao mesmo tempo a força social da mulher, frente à imposição da cultura familiar patriarcal, paternalista e escravista. O infanticídio também representou o poder político da mulher sobre seu grupo familiar e sua liberdade. Não foram simplesmente vítimas da cultura

patriarcal, mas se apropriaram dela para manter certa parcela de poder social. Numa sociedade dominada por valores familiares patriarcais, senhoriais, coube às viúvas matriarcas defender a honra de seu grupo. Contudo, ao fazer isto, apreenderam e transformaram estas regras e leis, de forma particular, apresentando representações de uma cultura jurídico-penal elaborada a partir de tradições diversas, representadas principalmente no fato de acreditarem ter poder de decidir sobre a vida e a morte dos seus parentes, em nome de sua honra e de suas próprias concepções e regras. A justiça, ao criminalizar o infanticídio e registrar as suas ocorrências, mesmo que de forma precária, elevou ao “público e notório” da sociedade, os problemas da vida privada e doméstica, as situações pelas quais as mulheres testemunhavam e também protagonizavam, como vítimas ou algozes. Estes registros, situações excepcionalmente femininas, influenciaram na construção das leis penais brasileiras, contribuindo para a edificação de uma cultura jurídica também inspirada em seus contornos, julgamentos e comportamentos, o que nos impede de pensar a história fora das caracterizações de gênero.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”. In: **BIB**. N. 32, 2º semestre de 1991. Rio de Janeiro: 1991. P. 49-61.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor ausente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio”. In: **Revista de História**. São Paulo: 120, p. 85-96, jan-jul, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

CORREA, Mariza. **Morte em Família**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

ZENHA, Celeste. **As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais**. 1984. (Dissertação de mestrado) – Departamento de História/UFF, Niterói, 1984.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOIHET, Rachel. “Opressão e moralidade da mulher pobre.” In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 191-212.

HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida: debates jurídicos sobre o aborto e o infanticídionas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História: UFSC, 2013.

PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XIX**. São Paulo: Edusc/anpocs, 2004.

HENTZ, Isabel Cristina. **A Honra e a Vida: debates jurídicos sobre o aborto e o infanticídionas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História: UFSC, 2013.

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. **Quem são os humanos dos direitos? Sobre a criminalização do infanticídio indígena**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Cultura Jurídica Européia: síntese de um milênio**. MEM Martins. Publicações Europa-América. Coleção Forum da História. 3ª Ed. 2003.

_____. **Imbecilias. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010. (Coleção Olhares).

CAMPOI, Isabela Candeloro. “O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX”. In: **Revista História**. V. 30, n. 2. São Paulo: P. 196-213. Ago-dez 2011.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto e CAMINHA, Raquel. “Mulheres, disputas e direitos numa sociedade patriarcal: surra e honra feminina no Ceará imperial e republicano”. In: **Verba Juris** – Anuário da Pós-Graduação em Direito, João Pessoa, ano 5, n. 5, p. 127-158, jun-dez de 2006.

NEDER, Gizlene. **História da Cultura Jurídico-Penal no Brasil Império: Os debates parlamentares sobre pena de morte e degredo**. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi; FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura. *Diálogos entre o Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: EdUFF, 2009. P. 305-326.

CARVALHO, L. M. “Valentina Crioula, da “Magi A Samba” ao “Monjolo”: africanização e criouliização em Minas Gerais no Século XIX”. **Anais do VI Congresso Internacional de História**. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **Lei Branca e Justiça Negra: crimes de escravos na Comarca do Rio das Mortes (Vilas del-Rei, 1814-1852)**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP. 2002.

Cultura Histórica em revista: vendo o passado na *Ilustração Brasileira* (1935-1945)

*Lorraine Marilyn Leonel**

O gênero biográfico se tornou parte central da escrita da história brasileira desde o século XIX. Segundo Maria da Glória de Oliveira (2010), a escrita biográfica não foi exclusividade dos fundadores, sendo praticada por gerações subsequentes no IHGB. Além disso, a biografia de homens ilustres ligava-se à “nacionalização da figura do herói”. A exemplaridade combinava-se com a busca da verdade histórica. O panteão assim formado era constituído pelo homem comum letrado e servidor do Estado. Homens cujas ações perpetuaram-se no tempo.

Esta era a situação no IHGB que serviria de modelo a outros Institutos como o IHGSP. Mas se a grande maioria desses perfis biográficos dava conta de grandes nomes, de altos cargos, por vezes também enfatizaram trajetória de intelectuais de origem humilde. Que se saíram vitoriosos por carreiras brilhantes á custa de trabalho árduo e estudo. Segundo Antonio C. Ferreira fica evidente ao observar a trajetória dos membros do Instituto que a educação superior era a forma de ascensão.

Segundo Antonio C. Ferreira (2002), ao tratar o caso da produção histórica em São Paulo, as evidências da época pareciam demonstrar que a imprensa poderia desempenhar um papel de modernização, impulsionada pelo mercado editorial, estimulando a formação de mentalidades mais abertas aos novos hábitos de consumo. Essa também se tratava de uma tarefa para elevar a imagem cultural do estado de São Paulo. Se as primeiras formas de publicação se deram por meio de almanaques, depois foram “substituídos” por revistas especializadas. A literatura e a história tinham dessa forma desde o fim do século XIX enorme alcance, irradiando para outros diversos campos de conhecimento.

* Bolsista de Iniciação científica CNPq. Graduanda, Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Contudo, o que estava em jogo naquele momento era a compreensão do sentimento de nacionalidade. E ainda segundo o autor acima citado, para pensá-lo era necessário o hábito de fazê-lo, e assim, foi dado aos eruditos a tarefa de analisar esse sentimento e por fim traduzi-lo. Se o “espírito nacional” esta nos costumes, na língua, na memória devem ser recuperados e valorizados. Haveria então, duas concepções: a de um passado ligado à cultura popular e a de um passado ligado ao tempo linear, datado e referido a memória de fatos e personagens únicos. Porem, se por um lado o passado ainda causava temor, tido como um fantasma a ser enfrentado, por outro, esse passado também é postulado como “manancial de inspiração”. (GOMES, 1996). E essa inspiração já não é vista como mestra ou possibilidade de retorno, mas como forma de aprendizado.

Nossa pesquisa evidencia que o gênero biográfico ultrapassa as fronteiras do IHGB e dos demais institutos, alcançando a imprensa ilustrada das décadas de 1930 e 1940. A partir do banco de dados construído através da *Ilustração Brasileira* verificamos que 108 matérias tratam de “Personagens Históricas”. Matérias do gênero também são grande parte do percentual de matérias do IHGSP, Antonio C. Ferreira apresenta que entre os anos de 1895 a 1940 foram produzidos 258 artigos, sendo que 92 se tratavam de biografias, genealogias ou elogios fúnebres, sendo responsável por 15,6% das publicações.

Atuar em jornais e participar de núcleos menores e mais seletivos como o das revistas era fundamental para uma ascensão intelectual, mas também porque os periódicos eram a base da circulação de ideias da época. Esses meios de comunicação ampliam sua circulação no início de século sendo os principais canais de divulgação não só de notícias, mas de estilos como a crônica e o ensaio. Há também a popularização das discussões dos problemas brasileiros. E a revista do IHGB não era o único espaço em que se exprimiu a veia biográfica dos historiadores brasileiros. Os autores colaboradores da *Ilustração Brasileira* e também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicavam na imprensa necrológicos ou artigos biográficos (ENDERS, 2000).

O projeto nacional e a escrita da história

Para Ângela C. Gomes (1996) foi no período entre a estabilização da República até os anos do pós-guerra que a maioria dos historiadores analisados, por exemplo, em “*Autores e Livros*” produziram a maioria de seus trabalhos. A *Ilustração Brasileira* participa desse mesmo esforço de escrita da história nacional para o grande público. Mas também é importante destacar que a revista *Cultura Política*, (analisada pela autora) estava alinhada à propaganda do regime. Em agosto 1943, um ano após a declaração de guerra, a mesma lançou um editorial assinado pelo embaixador norte-americano Jefferson Caffery. Contudo, além disso, a revista apresentou uma série de novas seções e matérias voltadas aos aspectos da guerra e da economia e sociedade brasileira, sendo a principal delas, a que tratava dos conflitos em que o Brasil esteve diretamente envolvido. Buscava-se demonstrar como o país esteve ameaçado diversas vezes em sua soberania e soube se defender.

Os documentos e textos da revista eram precedidos por notas que informavam a origem, com isso, a proposta de uma leitura alinhada às questões do Estado Novo e seus enfrentamentos e possíveis soluções, procuravam demonstrar como Vargas tentava exprimir o sentido de nacionalidade. Portanto, essa literatura assume uma tarefa, a de refletir a vida cotidiana do brasileiro. Uma literatura engajada politicamente, mas que para a autora vai além da escrita propriamente dita ou das posições ideológicas pessoais, mas no caso da revista *Cultura Política*, sendo estado-novista, o uso desses textos e contextos constituíam uma conexão com o regime.

De modo geral, segundo Ângela C. Gomes considerar que os grandes intelectuais estão realizando colaboração para a “História” seria um erro. A maioria dos colaboradores se trata de professores, membros de institutos históricos e geográficos, funcionários do Estado. E depois de 1942 cresce o número de militares que passam a integrar esse quadro. O que era utilizado para dar força a essas produções é o que se pode chamar de “argumento de autoridade”, como o uso de citações de livros já consagrados. Esses colaboradores se tratavam de pesquisadores e/ou divulgadores intelectuais. Outro aspecto interessante é que na análise da amostra do

conteúdo temático da revista, nota-se que a mesma reúne um grande número de monografias de conteúdo histórico e de memórias, sobretudo, história colonial.

História e historiadores na ilustração brasileira

A Ilustração Brasileira contava com variedade de temas e se caracterizava pelas publicações sempre ilustradas. Pensada para o público adulto e mais intelectualizado, contou com três fases: 1909-1915; 1920-1930; 1935-1948. Nossa pesquisa, porém, se dedica a análise de parte da terceira fase que vai do período de 1935 a 1945. Uma marca importante está na possibilidade que o leitor tinha em perceber a proximidade e a simultaneidade dos tempos ali tratados. A evocação de um passado nacional por meio da palavra juntamente com a imagem indicava a continuidade entre tempos diversos. Buscava-se estabelecer a fundação, os personagens de maior destaque, pensando o valor das realizações passadas e indicando, assim, certa segurança das projeções futuras construídas no presente. (ABREU, 2014).

A produção de passado da revista também estava ligada a percepção do movimento da passagem do tempo: enfatizava o nacional nos tempos do mundo, as transformações sensíveis na paisagem urbana das grandes cidades, a continuidade da ação do Estado através das comemorações e outros ritos do poder. (ABREU, 2014). A finalidade de uma moral de caráter exemplar prevalece na escrita dessa história presente na publicação. Havia também uma clara intenção de criar um saber próprio sobre a história do país, embasado no cientificismo e na mentalidade do século XX. Nessa linha de pensamento, somente assim seria possível garantir a legitimidade e o poder e, ao mesmo, realizar a modernização do país. Através das imagens, a revista afirmava o pertencimento à Nação, dando sentido ao projeto editorial cívico-pedagógico.

No primeiro momento da pesquisa, entre o período de 1935 a 1945, foram localizados aproximadamente 400 autores publicados. Contudo, após o refinamento dos autores entre vivos e aqueles somente citados, totalizaram 109. Assim sendo:

Quadro 1: Década de nascimento/Origem regional

	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Outros	S/Inf.	Total
1840			1					1
1850	1					1		2
1860	3	2	1					6
1870	4	5	2			1	1	13
1880	14	13	3	1	1			32
1890	17	6	2	1		1	1	28
1900	12	5	1	1				19
1910	2	3	1					6
1920		1				1		2
Total	53	35	11	3	1	4	2	109

Fonte: MIRANDA, D. e FERNANDES, B. (2013)

Outra informação relevante está no número de colaboradores que constantemente realizavam seu trabalho em jornais, 53 tinham características de periodismo diário. A maioria deles participava de institutos como o IHGB (18 deles) e a ABL (40 deles), com mais 03 que ingressaram após 1945. Eram poetas, cronistas, críticos, ensaístas. O traço político também é muito presente, há registros de que 54 dos homens de letras que colaboravam para a revista participavam da administração estatal ou tiveram uma trajetória política (FERNANDES & MIRANDA, 2013).

A *Ilustração Brasileira* contou com nomes como: Afrânio Peixoto, Aluizio de Almeida, Nelson Werneck Sodré, David Carneiro, Euzébio de Oliveira, João Candido Ferreira, Flexa Ribeiro, Pedro Cavalcanti, Hélio Vianna, José Lins do Rego, Lima Figueiredo, Mario Melo, Oliveira Lima, Pedro Américo, Victor Meireles e tantos outros. Esses autores escreveram diversos aspectos da história nacional. Apresentamos a seguir os dados dos temas publicados na revista em dois quadros produzidos a partir da tematização de cada uma das matérias. Eles se dividem, aqui, por uma razão. No primeiro, agrupamos os temas mais diretamente identificáveis tendo por base a periodização da história nacional e a temas específicos como a

história militar, das cidades, instituições etc. A classificação adotada é certamente arbitrária, mas corresponde a nossa leitura das matérias de conteúdo histórico publicadas na revista.

Quadro 2: Temas recorrentes 1

TEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS
História do Brasil	81
• República	26
• Império	24
• Colônia	18
• História Econômica do Brasil	06
• História Indígena	05
• História do Nacionalismo/Estado Nacional	02
História da Arte	34
História Militar	24
História das Instituições	18
História das Cidades	17
História da América	11
História da Ciência	01
História Internacional	01
TOTAL:	187

Fonte: Ilustração Brasileira (1935-1945)

No segundo, como se verá, contabilizamos os temas que pertencem à história brasileira, mas têm contornos específicos. Poderíamos remetê-los ao quadro cronológico reconhecido e praticado nas periodizações da história brasileira, mas pela sua qualidade as matérias parecem participar do universo das políticas da memória, suas instituições e práticas corriqueiras como as efemérides e curiosidades comuns aos jornais e outros tipos de periódicos.

Quadro 3: Temas recorrentes 2

TEMAS	NUMERO DE MATERIAS
Curiosidades Históricas	140
Personagens Históricos	108
Transformações da paisagem	90
Iconografia e Pintura Histórica	43
Monumentos e Locais Históricos	39
Objetos Históricos	30
Comemorações	17
Arquitetura Colonial	14
Museus e Bibliotecas	12
Festas Populares	08
Arqueologia	01
TOTAL:	493

Fonte: Ilustração Brasileira (1935-1945)

Com essa quantificação podemos notar que além das biografias ou personagens históricos, as curiosidades históricas aparecem também como os temas mais publicados. A história do Brasil ocupa a principal fonte de inspiração para a escrita das matérias, não somente por se tratar de uma revista brasileira, mas, sobretudo se levarmos em conta o projeto editorial e o projeto do governo. Apresentar o país e sua história era a principal meta daqueles homens que ali colaboravam. Havia é claro o receio do esquecimento e a memorização incessante se tornava estratégia pedagógica. Se seus leitores já estavam apresentados à história nacional desde os bancos escolares, a repetição e a ritualização poderiam ser eficazes. (ABREU, 2013).

Dentre os autores apresentados, conforme já mencionado, nos dedicamos a análise de dois deles, Afonso de Taunay e Pedro Calmon. Enquanto Pedro Calmon se concentra basicamente em biografias de grandes nomes da história do país, tendo, sobretudo um caráter de encomenda, que pode ser notados justamente pelos nomes aí contemplados e pelas datas das publicações do mesmo. Já Afonso de Taunay, utiliza sua posição de diretor do Museu Paulista para escrever sobre obras de homenagem e também sobre a cidade de São Paulo e de suas cidades adjacentes. Porém não deixa de lado o caráter biográfico de seus textos quando trata das estátuas do museu ou da iconografia e também quando se dedica a discorrer sobre as cidades de Itu e São Paulo,

sempre recordando e exaltando o nome de personagens importantes para o retorno ao bandeirismo, marca sempre presente.

Quadro 4: Pertencimento institucional e obras de Pedro Calmon e Afonso Taunay

Autor	Instituto ou Associação	Obras publicadas
Pedro Calmon	ABL, IHGB, Academia de Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa Hist., Real Academia Espanhola, Real Academia Hist. Da Espanha e outras.	Diversas, entre elas: Por Brasil e Portugal. Sermões do Padre Vieira, anotados (1933); Malês, A Insurreição das Senzalas, romance libertário histórico; O Marquês de Abrantes (1933); Gomes Carneiro, o general da República (1933); Vida e amores de Castro Alves (1935); O rei filósofo: A vida de D. Pedro II (1938);
Afonso d'Escagnolle Taunay	Membro do IHGB, da Academia Paulista de Letras, da Academia Portuguesa de História e da Academia Brasileira de Letras. Presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.	Diversas, entre elas: A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, biografia; Obras diversas de Bartolomeu de Gusmão; História do café no Brasil, 11 vols. (1929-1941); História geral das bandeiras paulistas, 11 vols. (1924-1950); História seiscentista da vila de São Paulo, 4 vols. (1926-1929);

Fonte: FERNANDES E MIRANDA, 2013.

Afonso d'Escagnolle Taunay cursou Engenharia Civil na escola Politécnica do Rio de Janeiro, também foi professor substituto na E. Politécnica de SP e posteriormente catedrático da mesma. Membro do IHGB, do IHGSP, da Academia Paulista de Letras e da Academia Portuguesa de História. Além de diretor do museu Paulista entre os anos 1917 e 1945. Escreveu na *Ilustração Brasileira* predominantemente, no período analisado (1935-1943), sobre os bandeirantes e sobre personalidades importantes para São Paulo e cidades do interior paulista como Campinas e Itu. Suas matérias se caracterizam por um estilo de narração e descrição dos

fatos relevantes a cerca do tema, sempre preocupado com datações e nomeações, dá destaque á personagens, suas obras e feitos.

Assim, escreve como colaborador da *Ilustração Brasileira*, 19 matérias, com os temas:

Biografias: 05 - Monumentos e lugares de memória: 04 - Comemorações: 04 - Arte e iconografia: 05 - Festas e tradição: 01

A predominante referência aos monumentos, como estátuas, pinturas e gravuras, exaltando a produção e seus autores se dão exatamente pela relação de Taunay com as artes, sendo diretor do Museu Paulista. Taunay se dedica a escrever sobre figuras ilustres que de alguma forma foram eternizada pela arte ou simplesmente por sua importância para o Brasil e para São Paulo. As vidas, os feitos, acabam por justificar a grandiosidade e a importância dada a cada um desses personagens. Porém, a história na revista é a do povo brasileiro, que inclui sim, os grandes homens, os heróis, e também os homens comuns, anônimos.

A glória dos grandes homens é exaltada pelo autor que os vê como exemplo de conduta. A importância do bandeirismo para o autor e para esse momento da historiografia coloca o tema como principal ponto. Quando descreve o monumento aos Andradas, *Monumento dos Andradas em Santos*¹, (publicado cem anos após a morte de José Bonifácio – abril de 1838) nos informa que a busca por colocar o maior número de pessoas sendo representadas nos relevos, era para que juntamente com os Irmãos Andradas fossem homenageados os que assim merecem. Taunay considera, um monumento “absolutamente incompatível com a grandiosidade da glória Andradiana”, seus elementos arquitetônicos educativos e moral, ao mesmo tempo artístico e decorativo. E volta aos Andradas com uma matéria específica sobre José Bonifácio em junho de 1938 onde exalta a importância do mesmo para a história do Brasil. A imagem na matéria é uma reprodução do monumento construído. Os detalhes mais específicos não podem ser percebidos devido à falta de qualidade da reprodução. Porém, há a possibilidade de perceber através da mesma o tamanho, a formas e algumas inscrições.

¹ TAUNAY, A. Monumento dos Andradas em Santos, *Ilustração Brasileira*, nº 35,p. 30, Março. 1938.

Na matéria, *Discurso de Taunay no túmulo de Duque de Caxias*, (publicado no mês de nascimento de Caxias - agosto), onde Alfredo Taunay demonstra sua total admiração pelo mesmo e apresenta o discurso (TAUNAY, 1942: 59) proferido no túmulo:

[...] Como guerreiro foi sua espada o symbolo da lealdade: jamais se tingiu de sangue impuro e desnecessário. Era o gládio da pátria. Identificado com ella, tornou-se invencível, fez cair todas as resistências, mas, apenas victorioso, desviava a lamina refulgente e destruidora, deixando o campo largo á magnanimidade e á clemência.

Nessa matéria as imagens ficam por conta de um fac-símile do discurso apresentado. Porém o que chama a atenção é que a edição dessa publicação apresenta-se como uma edição especial de 230 paginas e não é apenas Taunay que escreve sobre Caxias, mas também os autores: Carlos Maul, Euzébio de Queiroz neto, Alves Cerqueira, Fléxa Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Mattos Pinto, Domingos José Gonçalves de Magalhães, cada um apresentando à sua forma os feitos de Duque de Caxias e exaltando sua importância para a história do Brasil.

Outra matéria importante é a *Passado colonial paulista da Igreja e Convento de M'Boy* (TAUNAY, 1940: 6-7), onde Taunay a descreve como:

Das igrejas nenhuma é anterior ao sec. XVIII, com o fim da Companhia de Jesus o Collegio, a Igreja e o Convento foram confiscados e se tornaram Palácio do Governo de São Paulo. A igreja arrazada, o convento multilado que hoje abriga o collegio da secretaria de educação e saúde pública. A Sé Cathedral setecentista foi demolida em 1912, a Igreja do Carmo desapareceu alguns anos depois e com ela o convento anexo desapropriado pelo governo do Estado. Os templos franciscanos são do XVIII, mas nas vizinhanças de São Paulo há a linda igreja de M'Boy, o conventinho á ilharga e o igrejó de São Miguel de 1622. Além da capela de Carapicuíba. E possível que Joseph de Anchieta possa ser o construtor, mas outros dizem que a data não seria de tão longe.

O autor elenca as principais construções, destaca a pouca existência do passado colonial. Diz não haver em São Paulo documentos dos séculos XVI e XVII. Destaca a restauração realizada pelo Serviço de Patrimônio. E o ambiente trás a memória de Belchior de Pontes que

segundo Taunay merece ser tornado santo. A imagem nessa matéria traz o a fachada do convento e igreja além da muralha quinhentista ali presente.

Considerações finais

Podemos concluir que a criação de representações do passado que conjugavam texto e imagem integrava uma pedagogia cívica que objetivava a construção da nacionalidade para um público leitor ilustrado, mas ainda mais amplo do que o público que podemos identificar como pertencente às elites intelectuais naquela circunstância.

No caso da difusão do passado na revista *Ilustração Brasileira*, trata-se de pensar que a reprodução das imagens configura um esforço de fazer a história conhecida para um público mais amplo que não participava necessariamente dos circuitos de produção historiográfica tradicionais, então restritos aos institutos históricos e seus sócios, por exemplo. Através dos usos das imagens – fotorreportagens de comemorações, reprodução de pinturas históricas e fotografias de monumentos públicos – garantia-se outra forma de apreciação do passado nacional ajustada a uma temporalidade em que o público era cada vez mais convocado a formar sua visão de mundo a partir do consumo e interpretação de imagens – na propaganda, no cinema, no fotojornalismo em seus começos, objetos da cultura que indicavam a entrada das populações urbanas do Brasil nos tempos frenéticos da modernidade (SEVSENKO, 1992).

E para além das imagens o projeto nacional do Estado Novo se configurava como possível através da revista que propagava em suas matérias as ideias e assim inculcavam em seus leitores os valores que estavam em jogo. A glória dos grandes homens pode ser encarada como a busca por algo especial, algo que tirava no complexo de inferioridade e contribuía diretamente para a construção de um país orgulhoso de seu passado. Buscou-se nesses exemplos a exaltação da própria pátria.

Referências Bibliográficas

Revista Ilustrada

Ilustração Brasileira – 1935-1945

Bibliografia

ABREU, Marcelo. História, imprensa ilustrada e imaginação nacional. In: **I Colóquio NEHM/PRONEM**. 2013. Proceeding. Mariana: NEHM/UFOP, 2013.

ANHEZINI, Karina. Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Afonso de Taunay. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sév. V.10/11. P.37-60 (2002-2003).

ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”; a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000.

FERNANDES, Barbara & MIRANDA, Daniela. Imprensa ilustrada, intelectuais e projeto nacional: esboço prosopográfico dos colaboradores da revista Ilustração Brasileira (1935-1945). **XXVII Simpósio Nacional de História. 2013. Anais**. Natal: UFRN, 2013.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante**; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed.UNESP, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **Historia e Historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória. in: in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leituras do passado**; historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 24-41.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo, Contexto, 2005. p. 111-153.

SEVCENKO, Nicolau. **Orféu extático na metrópole**; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

A constituição e as circunstâncias do tempo: Jose Joaquim da Rocha e O Constitucional

*Luana Melo e Silva**

Em 1808 o Rio de Janeiro adquire uma nova dignidade histórica com a transferência da corte para o Brasil. Neste contexto, o advogado mineiro, Jose Joaquim da Rocha transfere-se para a corte e passa a se articular politicamente com grupos ali sediados, e a atuar na produção de periódicos de cunho político. Ao longo do ano de 1822, Rocha publica vários números do Jornal “O Constitucional”. O jornal tinha como epígrafe os versos das “Tristes” de Ovídio, “Tantum ne noceas, dum vis prodesse, videto”, “cuida só que não te machuques enquanto desejas ser útil”. O conteúdo dos versos antecipavam as preocupações de Rocha com relação à sua publicação: escrevendo para um público leitor mais alargado, era preciso ter cuidado com as palavras e o conteúdo de sua mensagem.

Com um conteúdo pedagógico e doutrinador, Rocha tenta explicar os acontecimentos políticos, os debates que se desenvolviam nas Cortes reunidas em Lisboa, mas principalmente o papel de uma constituição para o Brasil e para o mundo. Explicando fundamentos e princípios do Contrato Social, da constituição como lei natural, Rocha busca no passado português a legitimação para a produção de um novo contrato que respeite as especificidades e interesses do Brasil, de acordo com ele “adaptado às nossas circunstâncias locais”.

Consciente da nova dignidade histórica adquirida com a corte e a declaração do Brasil como reino unido, Rocha relembra a história de Portugal, as antigas cortes, o pacto político e coloca o Brasil como herdeiro deste passado e de tempos distantes. Talvez por viver uma conjuntura de grandes e rápidas transformações, Rocha refere-se àquele momento como um século, o século XIX, que apenas principiava. Um tempo “prodigioso”, em que o constitucionalismo e o pacto político deveriam ser instaurados de acordo com as luzes do século.

Para além de um debate filosófico sobre os princípios do constitucionalismo, o redator discute questões práticas sobre o funcionamento da nação num regime constitucional. Analisa

* Doutoranda na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Agência financiadora: CAPES.

as funções, os direitos e deveres do povo, representantes e monarca. Fala a seus leitores das experiências com a representação política no mundo moderno e no mundo antigo.

Esta comunicação surge de uma das questões centrais de minha tese de doutorado. Como o indivíduo constrói sua reputação política diante da cultura política e da experiência do constitucionalismo? A discussão desenvolvida aqui gira em torno de um dos elementos que consideramos fundamentais para a construção da reputação política de José Joaquim da Rocha naquele contexto. Ele estava profundamente inserido no debate político que se desenvolveu no Rio de Janeiro desde a chegada da corte ao Brasil. Além da produção do jornal *O Constitucional*, destacou-se nos debates que se desenvolveram na Assembleia Constituinte de 1823. Elena Russo, em um estudo sobre os “estilos” do iluminismo, trata de questões relativas à política, gosto e à autoria no século XVIII francês. Em suas análises, a autora chega à seguinte conclusão sobre alguns indivíduos atuantes naquele contexto:

have defined such theatricality as the effect of a heightened awareness of forms, as the knowledge that those forms were rooted in the monarchy's (and the authors') appropriation of the culture of antiquity for purposes of self-representation, legitimation, and enhancement; hence the desire to deflect them through parodistic reformulations and reappropriations. A symbiotic relationship developed between the cultural categories of classicism, with its rationalization of forms and its cult of antiquity, and the subversions and parodies of the *gout moderne*. (RUSSO, 2007: 42)

A análise da autora serve de inspiração às reflexões que propomos nesta comunicação. Ao longo das edições do jornal *O Constitucional* seu redator faz muitas referências a autores clássicos como Tácito e Ovídio. Era necessário fazê-lo. Na imprensa da época citava-se abundantemente autores estrangeiros, pensadores clássicos, e utilizava-se expressões latinas. Fazia parte da retórica política, mas também de um conjunto de referências que marcaram profundamente a experiência do constitucionalismo no Brasil e no mundo.

Pretendemos demonstrar nesta comunicação como o discurso do constitucionalismo é evocado e discutido nestes jornais num momento de grande agitação política, que foi o ano de 1822. Compreender os usos do passado Português e as referências à antiguidade clássica para além de um discurso retórico. Compreender a ideia que o redator tinha da constituição e como

ele foi a construindo à medida que mudanças conjunturais iam se processando rapidamente e transformando as circunstâncias de produção de sua fala.

José Joaquim da Rocha nasceu em Mariana, no último quartel do século XVIII. Era sobrinho do inconfidente José Alvares Maciel. Seus biógrafos do século XIX afirmam que prestes a ir para Coimbra, com seu tio, o Marques de Queluz, Rocha desiste desta possibilidade para se casar, mas não deixa de se tornar advogado no Brasil. Em 1808, muda-se com sua família para a Corte onde passa a se articular politicamente com figuras como José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo. Com esse grupo, funda uma casa maçônica, que é fechada logo em seguida por D. João. É eleito deputado às Cortes por Minas Gerais, delegação que se nega a partir para Lisboa. Seus biógrafos afirmam que foi José Joaquim da Rocha o articulador da permanência desta delegação no Rio de Janeiro, bem como a de D. Pedro no Brasil no episódio do Fico. Neste mesmo momento passa a produzir o jornal o Constitucional, junto com o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, também mineiro eleito para a delegação mineira nas cortes. Foi deputado na Constituinte de 1823, diplomata e conselheiro de Estado.

O jornal o Constitucional, circulou irregularmente entre 05 de julho e 30 de setembro de 1822. Nas duas primeiras edições do jornal, fica clara a sua posição. Falar sobre o novo sistema de governo e sobre uma constituição a ser elaborada para o Brasil. Pretende fazer isso animado por uma “constitucionalidade contida em limites racionáveis.” Sua grande preocupação era com a “nossa segurança e recíproca união”. A intenção de seu redator era explicar aquela conjuntura política, “na ideia de que poderá servir de alguma utilidade e proveito às pessoas, que pela penúria de livros, que tratem alguma parte destas matérias em linguagem Nacional, as não podem encontrar facilmente.” Para ele, os doutos e os literatos não precisavam de muitas instruções, não era para este público que escrevia, nem para aprovar ou contradizer suas opiniões. O público alargado para quem escrevia, era sua grande preocupação. A conjuntura política pedia que um maior número de pessoas com menos acesso aos livros fossem informadas do curso dos acontecimentos, de maneira a evitar grandes convulsões e comoções. Os redatores estavam cientes da existência de muitos outros autores falando ao público naquele momento, talvez “de maneira mais hábil que a sua”, ainda assim, afirma que a ele não animava pedir aos literatos o socorro de sua correspondência. Seu esforço era de expor

ideias da maneira mais apropriada e ao maior número de leitores, preocupado em conter um “excitamento demasiado” que para ele seria oposto ao bem que deseja fazer: a liberdade deve ser bem entendida, regulada pela lei, “num tempo em que se proclama que ela é superior, mas que na praxe vemos cada um fazer o que quer”. Estavam preocupados com um maior número de indivíduos inseridos no debate político influenciados pelas novas ideias constitucionais, e seduzidos pelas possibilidades/brechas abertas pela nova conjuntura política.

Dessa forma, a missão do jornal fica clara: falar ao povo sobre a constituição. Antes de explicar a constituição política, o redator explica o que ele chama de constituição civil. Retoma a ideia do homem e sua natureza, sua predisposição a se unir, seu interesse na manutenção da paz, para a felicidade e para o bem geral daqueles a quem se uniu. Porém a natureza não dotou os homens de igual força, luzes e capacidades estando sujeitos a perverter as inclinações que receberam na natureza, com isso é necessário que haja um poder capaz de dirigir estas forças e talentos particulares para o bem geral. A constituição civil para Rocha seria a obediência a uma lei primitiva e imutável da natureza: a felicidade geral.

A constituição política surge da necessidade de regular o poder político, os governos que os homens instituem. Os homens assumem as funções de governo por suas qualidades, esclarecimento, bondade. É preciso haver uma lei para dirigir a qualidade do corpo político, esta lei deverá estabelecer direitos e deveres de uns e de outros

Depois de explicar os princípios e a importância da constituição aos leitores, Rocha recorre ao passado, à origem da monarquia portuguesa. Portugal, foi “dado em dote de casamento” ao conde Dom Henrique IV rei de Castela e de Leão por D. Afonso VI,

Ora a Historia nos ensina que havendo faltado Dom Henrique quarto Rei de Castella a todos os deveres de Soberano, oprimindo os Povos, e atacando todos os seus direitos, faltando assim ao juramento prestado de lhos manter, e conservar, eles se julgaram autorizados para o destronizar; e em consequência destes princípios constitucionais foi apresentando em Efiigie o mesmo D. Henrique em uma solene Assembleia para ali ser degradado do seu emprego, sendo a sentença de deposição pronunciada à sua Estatua ornada com as vestes Reais, e que se lhes despiram, passando depois este júizo a proclamar Rei D. Afonso Irmão de Dom. Henrique!

Rocha recorre ao passado português e claramente o unifica ao passado do Brasil. A história da monarquia portuguesa é a história do Brasil. Além disso, Rocha parece buscar um ponto de conexão entre o momento de união entre Espanha e Portugal, e o momento atual entre Portugal e Brasil. Portugal teria sido subjogado pela monarquia espanhola, mas esse este o caso brasileiro? O passado aqui não apenas legitima o presente, o passado serve como experiência e ilustra a explicação da atual situação do Brasil para os leitores do “Constitucional”.

O redator recorda o ano de 1139 quando da aclamação do Rei D. Afonso Henriques, momento em que o povo português estava ali representado pelas Cortes de Lamego. O povo português transmite ao Rei sua autoridade soberana, e neste momento, se estabelece a primeira lei fundamental e única que o povo português tem tido. O povos apresentaram aí a ideia que tinham de liberdades e prerrogativas. Relembra as Cortes de Coimbra e Lisboa e os anos em que se reuniram. E no mesmo contexto, relembra o dia 26 de fevereiro de 1821, para José Joaquim da Rocha o mais importante, digno “de eterna memória” que trouxeram “à nação inteira”, quando sua majestade jura a constituição que se há de elaborar em Lisboa, cedendo à vontade dos povos de usar os direitos e organizar um governo constitucional.

Mas se por este princípio se torna aquele dia Memorável para a Nação, quanto não deve ser ainda mais notável os Fastos do Brasil, por ser aquele em que o Augusto Herdeiro do Trono Português Regente Constitucional d’este Reino o Seu Perpetuo Defensor, desenvolveu o germe do mais exaltado Patriotismo, e das mais brilhantes virtudes, na Mediação, que exerceu entre seu Real Pai, e o Povo para o fim do mesmo Senhor se prestar ao reconhecimento dos direitos da Nação, e jurar a Constituição, que ela houvesse de fazer pelos seus Representantes

Os fastos do Brasil seriam os seus anais, a sua história. Fastos tem também o sentido de calendário, de antigos livros que entre os romanos indicavam as festas públicas, livros em que se registravam fatos memoráveis. Rocha sabia serem estes momentos históricos para Portugal e Brasil.

As temporalidades pensadas no jornal são sempre seculares, o passado é distante, mas aparece aqui como outrora, como outro tempo que serve de experiência para o presente, capazes de ilustrar a fala do redator do jornal aos seus leitores.

Porém, para o Redator, o juramento do monarca não era o juramento dos brasilienses. A única constituição que estes poderiam jurar seria aquela em cuja elaboração tivessem participado os representantes do Brasil. Os próprios representantes portugueses sabiam disso. José Joaquim da Rocha cita o artigo 21 das referidas bases, que diz que aquela lei fundamental “obrigaria por hora somente os portugueses residentes nos Reinos de Portugal, e Algarves, que se achavam *legalmente representados* nas Cortes”. Para os residentes nas outras partes do mundo, a lei só lhes seria comum quando fosse aprovada pelos seus Representantes. Muito consciente dos princípios básicos do constitucionalismo o redator lembra o princípio de que é preciso os representantes da nação aceitarem uma lei para que ela tenha valor.

Tendo estes princípios em mente, argumenta contra o decreto de 18 de abril de 1821. Refere-se às cortes, como “aquele Areópago”, tribunal ateniense composto de aristocratas, das melhores famílias de Atenas, que julgava os crimes cometidos contra o Estado. Os acusados, julgados no Areópago, não tinham direito a apelação. Este modelo de tribunal foi também reproduzido no período medieval. Assim Rocha associava a imagem das Cortes ao despotismo, ao antigo regime, à tirania, por legislar e tentar impor ao Brasil as leis criadas na ausência de seus representantes.

Os exemplos de Grécia e Roma aparecem no “Constitucional” da mesma maneira, com o mesmo sentido que os exemplos e eventos contemporâneos. O decreto de 18 de abril de 1821 autorizava a “quem quisesse” a deposição dos antigos governadores escolhidos por sua majestade. O redator se posiciona contra a deposição dos governadores nomeados pelo Rei. Para ele isso seria aniquilar todo o sistema de união do Brasil em corpo político conforme o decreto de 16 de dezembro de 1815, o que ameaçava sua condição de Reino. Rocha, em seguida, compara tal decreto, à “Árvore da Liberdade”, que os franceses “levantaram” não apenas no seu país, mas foram levantar “em todas as províncias livres da América setentrional”, que teria levado os povos a se sublevar e subtrair as autoridades já estabelecidas.

A “Árvore da liberdade” foi um dos símbolos da revolução francesa. Começa a ser usada como símbolo da liberdade com a imposição do Stamp act de 1765 pela Inglaterra. Depois disso, com a revolução francesa, várias dessas árvores (conhecidas como Ulmeiro, ou Olmo) passam a ser plantadas na França como símbolo da liberdade e da revolução.

Observamos em diversos números do jornal um debate sobre os artigos da constituição, sobre os eventos e questões bastante concretas como a da subordinação e de soberania que estavam para ser experimentadas pelo Brasil. O redator discute item por item decretos e suas consequências para o Brasil enquanto nação. Discute medidas como a instalação das juntas provisórias e a deposição dos governadores de província, relacionando e comparando a eventos do passado clássico. O próprio redator reflete sobre isso: “...então muito mais acerto seria o dizer-se que a Soberania (no sistema atual de Governo, que os Povos têm adotado) reside virtualmente na Nação.” E ainda pensando numa existência virtual de princípios: “Dirão talvez que isto são distinções Metafísicas; mas em que mundo nos achamos nós, quando falamos, e discorreremos sobre o que há de ser admitido, ou repellido em uma Constituição possível, senão no mundo das abstrações, no mundo metafísico?”

A constituição ainda não era concreta, não a constituição que interessava ao Brasil, e embora ciente da existência de outro nível de debate e de experiências, o redator parece observar as consequências reais deste debate e eventos para o futuro do Brasil.

As experiências transformadoras do governo monárquico de Inglaterra e França são objetos de análise constante no jornal. O redator explica que alguns países vêm mudando pelo modelo democrático e outros pelo aristocrático e discute seu funcionamento. O modelo aristocrático seria o caso da Inglaterra, um governo exercido por alguma classe mais “distinta” da sociedade, o poder Legislativo exercido pelos representantes dessa classe, “reunidos em um Corpo a que se chama câmara alta, ou dos Senhores”. No caso da França, dos seus Pares. O poder legislativo é ainda exercido pelos representantes gerais do Povo, reunidos em outro Corpo, onde em Inglaterra se chama Câmara baixa ou dos Comuns, ou dos Representantes, como em França, ou dos Nuncios como na Polônia. José Joaquim da Rocha parece preocupado com a importância da rotatividade, da mudança dos representantes de tempos em tempos numa Monarquia representativa.

É verdade que este acerto não é verídico em toda a extensão de palavra; porque em Inglaterra, e em França, e mesmo na Holanda o Emprego de Representante da Alta Nobreza não é temporário, mas vitalício, e transmissível por herança; são ornatos Góticos em Arquitetura Moderna, que cheiram ainda ao tempo dos Feudos. É uma espécie de *Patriciado* que a igualdade de Direitos dos cidadãos

tem proscrito nas Constituições Modernas, nas quais são somente distintos os Membros da sociedade pelas suas qualidades intrínsecas, e morais; isto é, pelas suas virtudes, e talentos; e por nada mais.

As bases da constituição que os brasileiros juraram, fundam-se nestes princípios “liberalíssimos”, segundo o redator, que cita Bejamim Constant ao explicar os fundamentos da democracia, o papel do rei (como poder executivo) e das assembleias (como poder legislativo).

A soberania pertence à Nação; nenhuma seção do Povo, nenhum indivíduo se pode atribuir o seu exercício. É assim que se exprimia a Constituição Francesa de 1791 no título 3. Artigo 1º.; Constituição, em que no decurso de 3 anos trabalharam mil e duzentos literatos; e que (a fóra a extinção de várias instituições sociais, como a da Nobreza &c. e outras coisas consagradas pela Religião, como foram os votos Monasticos &c.) será sempre o modelo das Constituições de Governos Monarquicos Representativos, e a fonte de onde se hão de derivar os verdadeiros princípios de Direito Público Constitucional; e que por essa razão não deixo de recomendar a sua meditada leitura aos nossos Deputados para em vista dela fazerem as alterações na Constituição Nacional, que forem convenientes às nossas circunstâncias.

A reflexão que produziria uma constituição para o Brasil com certeza acontecia a partir de abstrações, num mundo metafísico. Por outro lado parece ideia menos abstrata com a leitura da constituição francesa ou inglesa pelos nossos deputados. Havia experiências concretas de monarquias representativas, havia a materialidade de outras constituições. À medida que o tempo passava e eventos se precipitavam, o redator do Constitucional se mostrava cada vez mais preocupado com a reunião de uma assembleia legislativa no Brasil, com a instrução e experiência dos deputados que deveriam produzir uma constituição de acordo com as necessidades locais, com a questão da soberania, dos limites do poder do monarca, com as atribuições das Cortes aqui reunidas e como a monarquia representativa brasiliense deveria funcionar. À medida que debatia estes problemas, para além dos exemplos de França, Estados Unidos e Inglaterra, o redator evocava a experiência do passado clássico.

A palavra veto que na sua significação quer dizer = Eu vedo, ou não convenho = foi modernamente aplicada à suspensão, que o Monarca constitucional faz na promulgação de um Decreto, já aprovado por um ou mais corpos autorizados para fazer as leis; seguindo neste particular o que praticava em

Athenas o Povo reunido na Assembleia soberana, e em Roma o Tribuno do povo, que pelo seu veto embaraçavam ou aniquilavam um Decreto de Senado. Mas quem era o tribuno de Roma? Era um Representante de todo o Povo Romano, que, consultando os peculiares interesses do mesmo povo, se opunha à promulgação de uma lei[...]

Este veto que era absoluto teria sido imitado por nações modernas. Os redatores usam o exemplo do mundo antigo na mesma proporção e com a mesma função que usa o exemplo da experiência dos franceses, poloneses, ingleses e norte americanos. O mundo antigo lhe era familiar. Ele busca a experiência de outras monarquias representativas, de outras cortes e assembleias reunidas.

Sabemos que o recurso ao passado, à história antiga e de Portugal são compreendidos por muitos historiadores como um discurso retórico, um argumento de autoridade. Por outro lado identificamos no discurso do Constitucional a evocação deste passado como referência, como experiência. Neste sentido buscamos compreender “o modo pelo qual uma certa experiência social concreta plasma certas formas de pensar”(ALONSO, 2000, pagina) e vice-versa. Não podemos ignorar o fato de que os exemplos trazidos neste jornal referem-se sempre a experiências concretas no passado. José Joaquim da Rocha não era apenas um intelectual do Estado ou literato e não teve passagem pela universidade de Coimbra. Embora reconheça a importância de se pensar conceitualmente ou abstratamente sobre soberania, constituição ou monarquias representativas, nosso redator estava diretamente envolvido no jogo político, vivia a vida política da corte e as transformações que o constitucionalismo trazia para este cenário. Portanto analisamos as ideias de um intelectual que dialogava com importantes pensadores daquele cenário, mas que principalmente o estava transformando, na medida em que articulava eventos, mobilizava os grupos, falava ao povo. Analisamos aqui suas ideias como redator mas do ponto de vista da experiência, de sua vivência dentro de grupos, de uma experiência que foi portanto compartilhada. Antes de tudo, o que nosso redator fazia com os seus jornais, era político.

Pensando o movimento intelectual da geração de 1870, Ângela Alonso orienta nossa análise:

Não se trata de reduzir mecanicamente uma esfera à outra; a questão é, antes, como a cultura se vincula à experiência. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma certa experiência social concreta plasma certas formas de pensar[...].

Assim, analiso o movimento intelectual da geração 1870 do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração de 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local [...].

A base de meu argumento é um truísmo sociológico: formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais. [...] adotar este ponto de vista significa como argumentam Rosanvallon e Hale explodir a distinção entre textos e práticas, teoria e obra de circunstância, e privilegiar a tensão entre a obra e a experiência social de seus autores. (Alonso, 2000.p 31)

O indivíduo naquele momento é um sujeito histórico, é agente livre que trabalha na construção do futuro. Há uma herança, um passado que precisa ser interpretado já que produz efeitos no presente, mas este mundo está se reconfigurando, o futuro está em aberto e precisa ser construído. Essa consciência não chega ao nosso redator pela via institucional, José Joaquim da Rocha era antes de tudo figura que se movimentava, que circulava no cenário político, experimentava as novas formas de fazê-la.

Em um estudo sobre o Tacitismo e as linguagens político-historiográficas do período da independência Valdeir Araujo defende que o discurso político teve que propor soluções para questões como: “qual a natureza do homem? Qual deve ser a melhor forma de governo? O que significa liberdade? Quais os limites do poder?”(ARAUJO,2011. P16) Essas questões surgidas com o humanismo precisavam ser respondidas, e sempre que vinham à tona, evocava-se um repertório comum compartilhado com seus leitores. Ao mesmo tempo que serviam de argumento de autoridade, as referências aos autores clássicos produziam diagnósticos e soluções para os novos problemas políticos.

Ao falar sobre a Inglaterra dos Stuart John Pocock afirma: “conceitos e argumentos do universo mental da literatura clássica e humanista – ciceronianos, plutarquianos, maquiavelianos e tacitistas – tinham-se deslocado, algo surpreendentemente, para o universo mental e para o arsenal retórico [...]”(POCOCK, 2007, p27). Em outras proporções, o mesmo

pode ser afirmado para autores e redatores que vivenciaram a conjuntura política do Brasil da independência.

Os autores clássicos para Jose Joaquim da Rocha eram também uma referência. O redator dialogava todo o tempo com seus leitores. Seus jornais apresentavam um sentido pedagógico e doutrinário e as referências aos autores antigos serviam como ferramenta para este autor explicar a seus leitores a conjuntura política e propor soluções para os problemas que ele próprio precisava solucionar não somente no mundo das abstrações, mas no seu dia a dia.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 70. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 15, n 44. São Paulo, outubro de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300002#baixo, acessado em: 13/08/2014.

ARAUJO, Valdei Lopes de. A época das revoluções no contexto do Tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. **Revista Iberoamericana**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/8767/6151>. Acessado em: 09/08/2014.

POCOCK, John. “O ideal de cidadania da época clássica até hoje.” In: **Cidadania Historiografia e Res Pública**. Contextos do pensamento político. Coimbra: Almedina, 2013.

RUSSO, Elena. **Styles of Enlightenment: Taste, Politics, and Authorship in Eighteenth-Century France** (Parallax: Re-visions of Culture and Society). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

O Tempo e o Medo do Tempo no Episódio da Sociedade Literária, 1794

*Lucas Gallo Otto**

Manoel Pereira Landim retornava para casa durante a noite quando passando perto da Igreja do Hospício “ouviu nas escadas da igreja uma conversa e, parando a ouvi-la, era a respeito de franceses”. Os que participavam dela “diziam que o reino de Portugal tinha mandado seis mil homens” para lutar contra os franceses e “que iam morrer todos na mão” deles tal qual “uma ninhada de pintos” e que, mesmo que mandassem o reino todo, seria pouco. Um dos participantes da conversa, o médico Jacinto Pereira da Silva dizia que “desejava estar lá agora para também ser general como era o outro médico que lá estava.” Crítica em tom debochado à monarquia portuguesa e euforia em relação ao sucesso dos revolucionários franceses permeiam as palavras do Dr. Jacinto. Espantado perante as informações levantadas nos testemunhos de um oficial do terço, um rábula e um frade, o Vice-Rei Conde de Resende ordenou a abertura em dezembro de 1794 da Devassa, objeto deste estudo, com o intuito de “se evitar uma faísca, que ocultamente lavrando, poderá rebentar em um grande incêndio.” (AUTOS DA DEVASSA, 1994: 37-41.) A faísca a qual deveria ser coibida seria a insurgência dos súditos na colônia contra o soberana, D. Maria I. Percebe-se pelo diálogo que a coroa portuguesa de fato tinha motivos para se preocupar com a atitude de alguns dos habitantes da América Portuguesa, ainda mais em um período repleto de exemplos de sedição nas colônias (como o caso da América Inglesa em 1776, da Conjuração de Goa em 1787, da Conjuração Mineira em 1789, e a do Haiti em 1791).

O objetivo desta pesquisa é estudar como artesãos, médicos, professores régios, ou seja, diferentes estratos sociais envolvidos no Episódio da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, se relacionavam com as diversas estruturas temporais presentes no mundo em que viviam a partir de termos, palavras e expressões relativas a formas de vivenciar o tempo. Os

* Graduando pelo Departamento da História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisa financiada pela Fapesp.

Autos da Devassa, fonte primária deste trabalho, é o resultado do inquérito aberto pelo Vice-Rei Conde de Resende em 1794 com o intuito de investigar aqueles que "se arrojam, não só em casas particulares, mas ainda nos lugares públicos dela, com as atuais alterações da Europa, a altercar questões sobre o governo público dos estados." discursando "que os reis não são necessários; que os homens são livres e podem, em todo o tempo, reclamar a sua liberdade, que as leis por que hoje se governa a nação francesa são justas e que o mesmo que aquela nação praticou se devia praticar neste continente; que os franceses deviam vir conquistar esta cidade." (AUTOS DA DEVASSA, 1994: 37). Portanto, a investigação não se restringia aos membros da Sociedade Literária, mas tinha como principal alvo estes, por estarem quase sempre envolvidos nessas "conversações" (TUNA, 2009: 107); Buscou-se perscrutar nessa documentação os diversos ritmos temporais que se entrecruzam, ou seja, as vivências coletivas de tempo e as representações desta no vocabulário dos depoimentos presentes nos *Autos*.¹

Outro conjunto de fontes utilizado com o intuito de dar mais consistência às análises dos vocábulos e expressões presentes na *Devassa*, foram as definições terminológicas do Dicionário do padre Rafael Bluteau, composto entre 1712 e 1721, revisto por Antônio de Moraes Silva em 1789. A justificativa para tal metodologia, e um ponto de partida para este estudo, é a seguinte observação de Norbert Elias: "se a significação de "passado", "presente" e "futuro" está em constante evolução, a razão disso é que os próprios homens a quem esses conceitos remetem e dos quais eles traduzem a experiência estão em constante evolução, e essa relação com a experiência vem inscrever-se no sentido desses conceitos." Essas terminologias conceituais, em geral, "expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa (ou um grupo) tem dela[s]." (ELIAS, 1998: 63) Portanto, adota-se a perspectiva de que o dicionário é um aglutinador das várias definições possíveis para um certo termo, e provedor dos limites formais para o seu uso, sendo portanto uma importante baliza para a compreensão do universo mental com o qual esta pesquisa

¹ Trata-se, portanto, de analisar "as expressões discursivas denunciadores de percepções de vivência e transformação social do tempo: pretérito, futuro, projetado ou experimentado" (PIMENTA, 2012: 19.)

pretende entrar em contato, que é o dos homens envolvidos no Episódio da Sociedade Literária de 1794.

O medo do *tempo*, ao qual o título da pesquisa faz menção, diz respeito ao temor das autoridades portuguesas com a existência de planos de sublevação dentro de sua mais formosa ~~colônia, a América Portuguesa~~, bem como das reverberações possíveis do contexto revolucionário vivido na Europa e em outras colônias, expresso na forma de ideias que, para além de criticarem a monarquia e outras instituições que eram o seu sustentáculo, como a igreja, preparavam sublevações (caso da Inconfidência Mineira) inspiradas no modelo republicano dos levantes francês e norte-americano. Outra problemática dessa conjuntura era a ameaça de invasão do território colonial e do metropolitano por exércitos estrangeiros. É o medo de uma época agitada politicamente na Europa e que teve como corolário nas colônias os movimentos insurrecionais que pretendiam instaurar a “nova ordem”, e na Europa a eclosão e a vitória do movimento francês.² A respeito das consequências deste último, Eric Hobsbawm afirma que, nesta época “foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, [...] e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 ser em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793” (HOBSBAWM, 2011: 98). Inclusive, suscitar o medo da Revolução foi um *locus* característico das notícias difundidas tanto pelos complôs antirrevolucionários como por testemunhas dos tribunais populares que promoveram ações de justiça direta, violenta, em meio aos tumultos na França. Segundo Lefebvre, este medo, em conjunto com a esperança, foram as principais “pulsões” da mentalidade revolucionária (VOVELLE, 2012: 207). Cabe evidenciar também que, concomitantemente a esse furor revolucionário, houve um processo de inovação e ressignificação semântica em larga escala; é possível situar até mesmo antes, a partir da Revolução Americana de 1776, a introdução, nos linguajares políticos que

² Para uma definição das revoluções no plano político, e de suas reverberações, o trabalho segue a conceituação de João Paulo Pimenta: “O que vemos é o estabelecimento de um processo de configuração de padrões de eventos – aqui entendidos como acontecimentos cuja ocorrência mostra-se capaz de alterar vários níveis da realidade social - dispostos em tempos e espaços não plenamente coincidentes (...) Obviamente, um evento não leva diretamente a outro, tampouco lega a outro seus conteúdos essenciais; mas cria-se entre eles um elo, cuja resolução é incerta, porque sempre suscetível de alterações a partir de novos eventos” (PIMENTA, 2012: 16-17)

transitavam em diversas regiões, “de elementos políticos discursivos que passarão a interagir com os tradicionais e que implicarão sua parcial reconstituição” (PIMENTA, 2012: 20-21).

No caso do Império Português, as tentativas de se empreenderem modificações na dinâmica do Império “dentro da ordem” foram expressas na política do reformismo ilustrado, que foi adotado desde o início do reinado de D. José I, segundo Mariana Ferraz Paulino, “por meio da aplicação de uma ótica utilitária e racionalista no tocante à gestão do estado com base no pensamento das Luzes. Tinha-se, então, a intenção de promover uma perspectiva de melhoria política, econômica e social no Império Português como um todo, diante do que se concebia ser uma situação persistentemente desfavorável a Portugal na competição econômica aguçada por modificações na lógica de uma economia-mundo” (PAULINO, 2013: 4)

O termo *medo* é definido no compêndio de Rafael Bluteau, revisto por Antonio de Moraes Silva em 1789, como a “Perturbação d’alma causada de apreensão de algum mal iminente ou remoto”. Já no dicionário elaborado por Antonio de Moraes Silva publicado em 1813, o significado para esta palavra é “Temor de algum mal, ao qual se julga que se não pode resistir.”(SILVA, 1789: v.II 68) É possível elucidar o Medo do Tempo como um estado de temor em relação às alterações que ocorreram nesse *fin de siècle* setecentista, em que a consciência dos agentes históricos de um “ainda-não finito”, em outras palavras, a partir de uma aceleração da percepção do tempo, há a necessidade permanente do planejamento do futuro para a superação do que existia no presente o que, segundo Reinhart Koselleck, tornou possível “transportar para a realidade histórica ficções como o império que deveria durar mil anos ou a sociedade sem classes”(KOSELLECK, 2006: 37).

Ao longo da documentação encontram-se várias apreensões das testemunhas, autoridades e acusados a respeito do que poderia ocorrer à Europa e a América Portuguesa nesse momento atribulado: o temor, por parte da população e das autoridades, da invasão de uma esquadra francesa ao porto do Rio de Janeiro (AUTOS DA DEVASSA, 1994: 38-40); a esperança de alguns letrados em um futuro melhor que se projetava nos “ideais franceses” de liberdade e igualdade, além do modelo exemplar que a Inconfidência Mineira era vista por alguns membros da Sociedade Literária.

A Sociedade Literária foi uma agremiação de letrados fundada em 06/06/1786 no Rio de Janeiro, sob a tutela do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, por intelectuais e membros oriundos da Academia Científica, que havia sido erigida em 1772. A associação se dedicou em seus primeiros anos eminentemente a estudos científicos ligados a observação de fenômenos naturais (como um eclipse em 1787), estudo de plantas e substâncias, buscando extrair usos comerciais delas, sendo que até a qualidade da água do Rio de Janeiro foi analisada. Como era usual na época, estes trabalhos eram dedicados às principais figuras políticas do Reino, sobretudo à Rainha D. Maria I. Tratava-se, portanto, de uma agremiação destinada a promover o conhecimento científico, dentro do projeto do reformismo ilustrado, unindo os intelectuais ao Estado com o objetivo de diversificar a economia e melhorar as técnicas de produção se inserindo nos intentos do ‘governo’ pombalino, e mariano, de impulsionar a ascensão de Portugal no continente europeu a potência de “primeira grandeza”, acabando com a acentuada dependência econômica em relação aos outros reinos europeus, sobretudo a Inglaterra (NOVAIS, 1984: 105-118). Assim, o projeto da Sociedade Literária se coadunava “com as políticas monárquicas, legitimistas e, em boa medida, conservadoras, com o paradoxal intuito de aprimorar aquilo que “estava por vir”, por meio do que “já existia”: um bom futuro passara a ser, portanto, aquele garantido pela retomada de um bom passado.” (PAULINO, 2013: 6)

Para além da contribuição com o projeto Imperial, foi possível aos membros de academias científicas como a Sociedade Literária, de acordo com Ana Rosa Clochet, “aperceberem-se das singularidades da vida em contexto colonial, a partir do que esboçaram interpretações e atitudes diversas e mesmo divergentes às divulgadas pelo reformismo setecentista.” (SILVA, 2000: 170) Isso denota como as discussões, intenções e projetos dos letrados integrados ao projeto imperial, com o intuito de explorar todas as potencialidades da colônia, mesmo com a anuência da metrópole, tomaram forma própria no ambiente colonial, representando uma quebra com qualquer noção de “absorção passiva” de ideias e ideais advindas da metrópole, bem como do continente Europeu. Exemplo disso é a *Memória Sobre o fogo central da Terra*, redigida no ano de 1787 por um dos membros da Sociedade

Literária, em que “o seu autor, depois de haver referido as diferentes opiniões que há a este respeito, produz algumas razões, que o obrigam a não assentir a de Mr. De Buffon sobre a formação do universo.” (ALMEIDA, 2011: 172-173) Percebe-se que o grau de argumentação crítica dos letrados na colônia era bastante eloquente a ponto de discordarem do Conde de Buffon (1707-1788) botânico francês que influenciou Darwin e Lamarck.

Sobre os onze acusados na Devassa de 1794, devem ser observados alguns aspectos: somente dois eram proprietários, cinco eram bacharéis (dentre eles um dos proprietários), um cirurgião e quatro profissionais de ofícios (um sapateiro, um entalhador, um ourives e um marceneiro). Todos os bacharéis dessa lista estudaram em universidades europeias, Coimbra e Montpellier e, muito provavelmente, já em seus estudos tomaram contato com as obras dos filósofos iluministas. Sobre as sessenta e cinco testemunhas, ao analisar as suas condições socioeconômicas foi possível constatar que a grande maioria não pertencia às camadas mais elevadas da hierarquia social. Ambos os quadros permitem referendar o que István Jancsó considera “a emergência de uma cultura política alternativa” que têm como representantes não só os letrados mas, também, “homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural.” (JANCSÓ: 1997, 398) Assim, a origem social dos presos na Devassa de 1794 é um interlúdio se comparada à dos membros da Inconfidência Mineira e da Inconfidência baiana de 1798, de diversificação social ainda maior. Não se deve, entretanto, considerar que essa composição social denote algum tipo de protonacionalismo associado à conformação de “comunidades imaginadas.” (JANCSÓ, 1997 2: 174).

Deve ser observada a ressignificação, e a criação, no ambiente colonial, de interpretações a respeito do que se sucedia na Europa, como é o caso do trecho a seguir:

Indo ao cais, Manoel Pereira Landim [...] ouviu dizer ao dito Francisco José para o tal [marceneiro] João da Silva Antunes se ele dito Antunes tinha alguma costela de francês ao que respondeu o dito que aqueles a quem a assembleia mandava justicar era por serem traidores e não quererem observar as novas leis e terem eles tirado os vasos sagrados e as lâmpadas

das igrejas, que isso não era novidade, porque El-Rei D. Sebastião, quando foi para África, fizera o mesmo em Portugal e que as guerras que os príncipes da Europa lhe têm posto não é por zelo da religião e só por dois interesses: o primeiro é livrarem-se para que não suceda o mesmo e o segundo é como faz o tesoureiro dos ausentes e o escrivão, quando vão a casa de algum defunto, que cada um faz por furta o que pode.” (AUTOS DA DEVASSA, 1994: 43)

As novas leis às quais João da Silva Antunes se referia eram as da Convenção Nacional da Revolução Francesa, e do Terror, pois “a assembleia mandava justicar” os “traidores”. É intrigante a correlação com D. Sebastião, assemelhando o seu governo ao dos revolucionários franceses já que ambos tiravam “os vasos sagrados e as lâmpadas das igrejas” e consagrando o “pioneirismo” do rei português por anteceder as medidas dos franceses em mais de dois séculos. Esse ponto é observado também por Luiz Carlos Villalta, que ressalta o fato de que a “história passada de Portugal [...] prestava-se a legitimar as interpretações que os acusados de inconfidência construam sobre os eventos revolucionários franceses” (VILLALTA, 2000: 86). A assertiva de que as monarquias que atacavam a França republicana se portavam como o “tesoureiro dos ausentes”, como regimes espoliadores, aproxima a crítica às *chroniques scandaleuses* elaboradas na França nessa mesma época, e que tiveram papel relevante na dessacralização dos símbolos e mitos legitimadores da monarquia. (DARNTON, 1987: 147)

Por fim, o excerto também reafirma a tendência a elaborações relacionadas ao futuro e a aceleração sentidas por esses indivíduos, em que, segundo João Paulo Pimenta, “contestadores, repressores ou até mesmo simples testemunhas pareciam estar aprendendo a conceber, nas Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco e outras partes, um futuro inesperado, em aberto, portanto *revolucionário*.” (PIMENTA, 2012: 37)

O temor gerado pelas “máximas francesas”, a discussão das notícias advindas da Revolução Francesa e as diferentes reações da população estão presentes no testemunho de Diogo Francisco Delgado em que,

Manoel Pereira Landim, querendo ouvir ao tenente Antônio Fernandes Machado a respeito de Jacó Miliete, disse-lhe o dito tenente que, achando-se ele e outros sujeitos em conversa, dissera o dito Jacó, falando-se a respeito de França, que o padecerem os povos de lá, e principalmente os da província de Leão(Lyon), foi por serem realistas e não quererem seguir aos republicanos, que, enquanto à guerra que faziam os republicanos, era justa e que os reis da Europa todos eram uns ladrões E mais disse o dito Antônio Fernandes Machado: que parte desta cidade estava minada; e que, considerando o dito tenente Antônio Fernandes Machado, na conversa que teve com o dito Jacó, não pudera dormir toda a noite, considerando se houvera ir acusá-lo ao juiz intendente da polícia e que não o fizera para não causar novidade. (AUTOS DA DEVASSA, 1994: 43)

Confrontado entre denunciar ou não, o tenente teve também de pensar nas complicações que tal denúncia poderia gerar para ele, daí não querer “causar novidade”, certamente porque as “novidades” para o governo local já eram demasiadas, e as consequências de ter se envolvido em conversas desse teor se espriavam tanto pelos acusados, como pelos denunciantes, caso por exemplo de José Bernardo da Silveira Frade que, mesmo tendo denunciado os letrados, foi preso; A respeito do vocábulo novidade, o dicionário de Rafael Bluteau, revisto por Antônio de Moraes em 1789, define-o como “Novidade a qualidade de ser novo v.g *a novidade da matéria, da questão* \$ Coisa não conforme aos usos, Leis, ritos antigos. Coisa achada de novo v.g. nas artes, e ciências. \$ Novidade, frutos novos do ano, ou safra. v.g, houve grande novidade de pães, azeite, cera.” (SILVA, 1789: v.I 50-51 v.II 120-121)

Não há uma acepção marcadamente positiva a esta palavra, sobretudo por ser “coisa não conforme aos usos, Leis, ritos antigos”, Contrariar a tradição não era visto com bons olhos, especialmente quando a pauta era a política do governo monárquico. Para além disso, deve ser esclarecido que o termo “Qualidade” era definido, segundo o dicionário de 1789, como “atributo menos essencial; acidente, propriedade das coisas e do ânimo” (SILVA: 1789: v.II 269), portanto não era também um termo de valor positivo.

Neste breve estudo, esta pesquisa pode perscrutar como os envolvidos no Episódio da Sociedade Literária regiram no final do século XVIII ao tumultuado contexto revolucionário europeu e americano. Alguns grupos receberam as notícias positivamente, realizando críticas

argutas ao governo português e as instituições vinculadas a ele, como a igreja e o sistema judiciário, louvando as “novas leis” propostas na França e os Inconfidentes das Minas e suas propostas republicanas. Mais pertinente ainda foi a percepção de que no contexto colonial houve a elaboração ativa de ideias e ideais que incorporavam a realidade local e os conhecimentos sobre o presente europeu, propondo caminhos distintos aos que estavam sendo trilhados no continente europeu; Por sua vez, outros habitantes do Rio de Janeiro viram nas opiniões desses “libertinos”, bem como nos desdobramentos dos conflitos que ocorriam no Velho Continente, a perdição do mundo tal qual conheciam, e se colocaram em posição oposta aos primeiros em disputas que chegaram até aos meios físicos de embate. As autoridades na colônia, por seu lado, tentaram barrar, sem sucesso, a entrada das “ideias francesas” por meio de livros, gazetas e viajantes, além de realizarem uma “perseguição ideológica” aos que debatiam e discursavam em prol das “novidades”. Em outras palavras, foi possível perceber a constituição de novas formas de solidariedade e sociabilidade entre os homens que viviam no ambiente colonial, sendo que o vínculo entre eles se dava pela condescendência de opiniões críticas, ou em defesa, ao governo monárquico e, obviamente, de apoio ou rechaço às “novas” ideias.

Foi possível, através dos depoimentos, e de um estudo pormenorizado do vocabulário expresso nos Autos da Devassa, adentrar em certos ritmos temporais, identificando, dessa maneira, formas de viver (sentir) o Tempo, expressas em avaliações positivas ou negativas do presente, seja no âmbito político, religioso ou filosófico, em recuperações da história portuguesa e observações nostálgicas a respeito do passado, bem como em otimismo e pessimismo em relação ao futuro que traria essa “Era das Revoluções”. Por fim, a politização das esferas de sociabilidade impactou na vivência do Tempo e no Medo que se desenvolveu concomitantemente a esse período turbulento, e que ocasionou a abertura da Devassa. O Episódio da Sociedade Literária, justamente por seu caráter episódico, exprime as modificações encetadas por esse contexto.

Referências Bibliográficas

- Autos da Devassa: **Prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1994.
- ALMEIDA, Anita Correa Lima. **Inconfidência no Império Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- JANCSÓ, István. **Na Bahia Contra o Império**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro alguns aspectos In: **Revista Brasileira de História**. n.7. São Paulo: 1984.
- PAULINO, Mariana Ferraz, **Tempo e Mudança no discurso dos Reformistas Ilustrados portugueses** (c. 1750 – c.1807). Iniciação Científica. São Paulo: USP, 2013.
- PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental(c.1780-c.1830)** Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 2012.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 1992.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação: intelectuais e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português (1750-1822)**. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2000.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 2vols. Lisboa: 1789.
- TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga: Representante das Luzes na América Portuguesa**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2009.

VILLALTA, Carlos Villalta. **1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa, 1789-1799**. São Paulo: Unesp, 2012.

As escritas da imortalidade: os necrológios escritos por Manuel de Araújo Porto-Alegre (1843-1857)

*Lucas La Bella Costa**

Manuel de Araújo Porto-Alegre fora pintor, poeta, diplomata, professor, escritor. Marca de diversos letrados brasileiros da primeira metade do século XIX, apresentava-se numa multiplicidade de atuações. Cabe ressaltar sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual além de contribuir com textos de história da arte brasileira, ocupara cargos administrativos, chegando a presidir algumas sessões na ausência do primeiro secretário. Durante catorze anos (entre 1844 e 1857) fora orador da instituição, sendo seu dever tecer elogios fúnebres (necrológios), homenageando ilustres varões que teriam dedicado sua vida a realizar atos pródigos em prol da recém emancipada nação brasileira.

Os necrológios escritos por Porto-Alegre eram de cunho fortemente biográfico. Local de nascimento, proveniência familiar, infância, instituições de formação e realizações públicas, políticas, militares, civis e religiosas eram descritas – em ordem cronológica, necessariamente. Discurso epidítico, marcado por um tom elogioso onipresente. A despeito do comprometimento em ressaltar tão somente os atos dignos de glória executados no âmbito da vida pública, a escrita destes necrológios nunca prescindira de fontes. Momento aguardado, a morte costumava ser preparada ainda em vida – diversos letrados deixavam material autobiográfico destinado à confecção dos futuros elogios póstumos. O orador coletava estes documentos com os familiares, os quais também costumavam ser entrevistados.

Paul Ricoeur descreve um *gesto de sepultura*, para além do ato concreto de enterramento, no qual “[...] son trajet es celui même du deuil qui transforme en présence intérieure l’absence physique de l’objet perdu. La sépulture comme lieu matériel devient ainsi la marque durable du deuil, l’aide mémoire du geste de sépulture” (RICOEUR, 2009: 19). A escrita da história, a historiografia é fruto de uma operação transformadora, impressa pelo gesto sepultura.

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq.

Porto-Alegre considerava a historiografia como materialização ritualística do próprio passado, sua herança e sinal, um “monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (LE GOFF, 1996: 535). A partir da Arte, cunhara uma concepção que estabelece uma analogia entre a produção do historiador e estruturas arquitetônicas de caráter comemorativo, de uma história que deve criar *monumentos de papel*. Os homens ilustres que mereciam ser lembrados e tomados como exemplo constituíam *ídolos*, suportes de um culto municiado por ritos e mitologia (a história nacional) próprios. É o momento em que o *monumento* passa a possuir a acepção que será conhecida atualmente, dentro de sua polissemia que perpassa o histórico, o político e o funerário.

Estranhar a necessidade do IHGB homenagear, além de sócios falecidos, homens ilustres que dedicaram sua vida à *Nação Brasileira* é inserir os necrológios não só na cultura histórica oitocentista particular manifestada nos trópicos, mas também nas práticas e concepções tanatológicas que figuravam no século XIX, aqui mais recentes que a Independência. Passo inicial para situar os discursos fúnebres em sua significação temporal, a primeira seção deste artigo tratará das relações entre a escrita e a morte, em seu momento particular na capital do Império. Historiografia e necrológios serão aqui analisados pelo que possuem de homólogos, suas interseções e aproximações. O rastro será a secularização de lógicas religiosas, bem como homologias entre o que chamarei de *encomenda historiográfica* com os antigos cuidados os moribundos tomavam ante a finitude, sua preparação para o enterramento *ad sanctos*.

A historiografia desempenharia o papel monumental de última morada dos mortos, considerada a mais perene forma de memória possível. A palavra fixava a verdade no tempo, em sua eternidade. A segunda parte do presente trabalho irá inquirir a função particular do necrológio dentro deste jogo de relações, bem como as peculiaridades de sua operação historiográfica.

Monumentos de papel: a escrita imortal

Senhores. – “Depois de um quadro tão lisongeiro, onde as imagens do progresso e da esperança, coloridas do mais brilhante futuro, pairam gloriosamente sobre esta nossa associação; eu venho, em cumprimento dos seus estatutos, voltar de alguma maneira a face d’essa medalha monumental, (...), e inscrever no seu reverso os nome venerandos dos nossos consócios que entraram no domínio da Morte, e que se alistaram para sempre debaixo das leis d’esse lábaro eterno, onde todas as categorias, germinadas pelos vivos, se igualam, e desaparecem, e diante do qual a posteridade despe o manto das paixões mundanas, para trajar a toga do Anjo da imparcialidade, e distinguir o aparente do real, o falso do verdadeiro.”(PORTO-ALEGRE, 1844: 36)

Assim inicia o primeiro necrológio escrito por Manuel de Araújo Porto-Alegre para o IHGB. Homenagem somente para sócios, ao contrário de grande parte das que seriam publicadas nos próximos anos. As primeiras sentenças parecem buscar conforto no futuro, já marcado no presente pela esperança que paira numa instituição que se creditava nascida para a glória – sua e da nação. Índice civilizacional, o IHGB não só construiria as condições possíveis para narrar a história nacional, como também evidenciava a sua melhora progressiva.

A segunda metade da citação retrata uma morte travestida de tempo, eternidade e morada da justa memória: juíza imparcial, deteriora e corrompe o falso, o mentiroso e o aparente. A nova veste, “*toga do Anjo da Imparcialidade*”, é uma inusitada mescla de três elementos de proveniências muito distintas, índices civilizacionais românticos: a toga, característica do cidadão romano; o anjo, figura marcadamente judaico-cristã; e a Imparcialidade, que pode ser por muitos requisitada, mas no século XIX parecia estar amasiada às ciências naturais e, para alguns, positivas. Ao alcançar o reino da morte e sua nova veste os homens, pretensamente, estavam imunes às calúnias e mentiras, nada além da verdade poderia perdurar. Promessa tranquilizadora frente à vida póstuma, que estaria assegurada em sua lembrança e justiça nas letras.

Segundo Claudia Rodrigues, as atitudes e representações coletivas perante a morte sofreram transformações na segunda metade do século XIX, “tais como o esvaziamento e a redução da prática testamentária com vista à salvação da alma [...]” (RODRIGUES, 2005: 28). A autora defende que a secularização desempenhara papel chave nas mudanças ocorridas. Frente à busca por novos discursos e legitimações, o *postmortem* passara a ser encarado sob a

perspectiva de outras lógicas, não necessariamente novas, mas re-significadas. A imortalidade memorial garantida pela escrita – essa promessa de destino final que se apresenta enquanto substituta secular e historicista – tem seu vigor alçado pelo novo momento cemiterial que era vivido em meados do século XIX nas metrópoles imperiais.

O descanso eterno almejado ao corpo (o qual culminava no salvamento da alma) característico até meados do século XVIII europeu e XIX brasileiro era o enterro *ad sanctos*, no território sagrado da igreja, perímetro total que englobava tanto o pátio quanto o interior da edificação. Questões inicialmente sanitárias suscitaram a criação de cemitérios extramuros, afastados do perímetro urbano.

Os cemitérios extramuros - além do perímetro da cidade, construídos exclusivamente para sepultar, servir de morada final do corpo e sua memória cravada na pedra da lápide - eram uma novidade frente ao antigo hábito de enterrar os mortos no perímetro sagrado da salvação. Os primeiros aparecem no Brasil em 1839 (LIMA, 1994: 91), mas não possuíam caráter laico. Eram necessariamente ungidos pela Igreja Católica, impossibilitando qualquer corpo não confessional de ali descansar.

Os primeiros cemitérios públicos e laicos surgem em 1868, quando Porto-Alegre já deixara o cargo de orador para ser diplomata na Europa. Anteriormente, quando os cemitérios ainda estavam sob a tutela católica – significando, também, que as ordens religiosas continuavam velando os mortos e recebendo suas taxas -, outra instituição, não confessional, mas também sob a chancela do Imperador, possuía voz e participação no velamento. O orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro declamava discursos fúnebres, elogios escrito a partir de diários, escritos autobiográficos e relatos dos amigos e parentes. Não só o IHGB possuía voz e integrava a cerimônia fúnebre, o sepultamento, como demonstrava sua jurisprudência sobre a memória, os mortos e o conhecimento das vidas destes que já não possuíam voz.

A antiga postura, *morte barroca*, não se limitava aos enterramentos dentro do perímetro das igrejas. Distingua-se também pelo testamento longo e preocupado com a correta execução dos ritos funerários, geralmente um condicionante para a obtenção dos bens inventariados. Garantir o cumprimento correto das cerimônias, bem como as orações, culminavam num *bom*

morrer que garantia a *encomenda da alma* – ao reino do céu, à sua salvação da danação pela eternidade.

A secularização, as novas práticas fúnebres e a preocupação com uma perenidade literária deslocavam o eixo da salvação, encomenda e preocupação com uma boa morte da *alma* para a *memória*. A principal preocupação – logo, a resposta, a maior tranquilização possível perante a finitude – residia em ser lembrado e, crucialmente, de forma correta e justa. A escrita fixaria o texto, impedindo alterações e tornando-o alheio aos boatos. O tempo só lhe ressaltaria as verdades. Manuel de Araújo também considerava a estatuária e, principalmente, a pintura histórica, como *representâncias* de alta expressão - a diferença é que estas não possuíam obrigação moral em recordar os mortos, dever a ser cumprido pelos historiadores e por instituições como o IHGB.

A certeza de uma morte que exerceria a magistratura como “Juíza Imparcial” parece uma promessa entre letrados, a da *encomenda historiográfica*. Os mortos recebiam seus elogios, hábito conhecido e praticado, os escritos eram requeridos e publicados não somente pelo IHGB como também por outros veículos impressos. Havia também uma promessa moral, necessidade de honrar a vida e memória dos que se foram: *tranquilização* aos mortos, necessária ao seu descanso. Políticos, militares, alguns membros do clero, escritores, bacharéis – e outros dessa miríade de *letrados* – costumavam deixar apontamentos autobiográficos, diários, notas passadas a limpo e cuidadosamente escritas para a posteridade, preparando-se para ser futuramente representado.

A inserção memorialista através das letras imortalizava o representado, que passava a existir perante a História através do conhecimento instituído pela escrita. A palavra tinha poder de lembrar, evocar a lembrança e torná-la presente. A funcionalidade tácita do necrológio não era a da crônica, relato, ficção, muito menos de uma reflexão epistemológica. Operava enquanto mito. A relação entre mortos e vivos no IHGB era mediada pelo orador, que cumpria uma função por vezes semelhante à de um sacerdote. Certeau ressalta o caráter de *mito* e *rito* da palavra (CERTEAU, 2010: 17). O texto era, então, monumento. Estátua de papel, suporte “físico” do culto, pelo qual a presença será não só eternizada como também invocada. O rito da leitura, do discurso pronunciado, tornava-se o meio pelo qual o mito seria evocado, repassado

e vivenciado. Liturgia secularizada, prestava honras ao grande contingente humano que já encerrara sua narrativa de vida.

Os *homens ilustres* são os consagrados cidadãos que dedicaram sua vida em prol da nação, tendo a obrigação de serem por ela lembrados. O bom pai e o padre dedicado serão recordados em âmbito próprio: a família e a igreja que se dediquem a guardar-lhes a memória. Tornar-se benemérito é garantir o ingresso na história, imortalizar-se através da escrita, privilégio reservado àqueles que são enquadrados num *conceito oposto assimétrico* (KOSELLECK, 2006: 193) em relação ao inexistente homem comum, presente na vida real e cotidiana, mas desprovido de representação na historiografia da época.

Quando os nossos legisladores decretarem um panteão, não digo um edifício suntuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais dos nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, vá o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o Brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um visconde de Cairú, de um São Leopoldo, de um padre Caldas, de um franciscano, ou de um músico como José Maurício. (PORTO-ALEGRE, 1856: 351)

Assim, a historiografia pensada como uma *poética dos ausentes* (CATROGA, 2002: 13-47) conservava algumas poucas lápides decoradas por suntuosos monumentos enquanto a grande maioria da necrópole era tomada por sepultamentos anônimos numa grande vala comum.

Necrológio e historiografia: velar e sepultar

Estes exemplos, dignos da admiração de todos os tempos, estão ainda frescos, estão escritos na memória contemporânea, no coração dos desgraçados, sobre o solo da pátria, aos olhos de todos, por grandes verdades, por novas harmonias da inteligência, e por fatos de pedra e cal. (PORTO-ALEGRE, 1854: 52)

A morte é a distância temporal necessária, o afastamento historiográfico fundamental – *não estar* enquanto característica do ser representado. O óbito, dado biológico, é seguido de uma morte simbólica que engloba o velamento, o funeral, enterramento/sepultamento e o

período de luto - este último ainda em curso no momento de escrita do discurso fúnebre. O elogio fazia parte do rito fúnebre e valia-se de memórias contemporâneas, vivas, provindas do mais subjetivo e sentimental (o coração) dos “desgraçados” recém abandonados por alguém próximo e bem querido.

O necrológio não se afasta de seu objeto de estudo. Evocar a presença, neste caso, é aproximar-se, desejar a empatia e celebrar, comemorar a *vida* – tal qual o futuro, outra ênfase sempre presente nos necrológios escritos por Porto-Alegre, como um contrapeso à força da morte, da finitude e da deterioração. Ação deliberada, o afastamento metodológico não aparenta ser nem ao menos uma hipótese para os *elogios*. Os vínculos institucionais, a vida de letrado, a nação e o Império não eram categorias a serem estudadas enquanto objetos abstratos, submetidos à crítica e exposição de todas suas lógicas nesta representância. Eram monumentos a serem construídos, venerados e rememorados nos necrológios - um ilustre só pode existir perante uma nação.

A historiografia, endossando a afirmação de Paul Ricoeur (RICOEUR, 2009: 13-28), opera enquanto destino final ao realizar seu gesto de *sepultura*: morada, último lar, diferente do que o *sepultar* - verbo, ação – ressaltaria. A diferença inicial é o caráter de *morada*. Elogio fúnebre: homenagem, escrito que acompanha os ritos, o necrológio não possui o tempo de preparo, crítica das fontes, a isenção nem o propósito de ser a *representação* última e definitiva do morto. Homenageia, elogia e representa aquele que há pouco ainda integrava o reino dos vivos, evoca a figura tal qual a exposição do corpo durante o velório propicia aos vivos mirarem o falecido.

Sepultar é o gesto do necrológio. Túmulo efêmero, repouso do cadáver até que a decomposição deixe somente a ossada, o corpo limpo do segundo enterramento, este permanente. A passagem do tempo oblitera as marcas da carne, para o corpo, da mesma forma que Porto-Alegre pretende que a mentira e o enganoso fossem decompostos, separados da memória. O necrológio vela o corpo simbólico e lhe oferece o primeiro pouso na monumentalidade escrita, participa do processo concreto de luto e projeta uma imagem da vida, narrativa completada recentemente na morte que lhe pontua o final.

Não serão todos os sócios e ilustres homenageados que serão representados também pela historiografia. Há uma *historik* (KOSELLECK, 1997: 67-125), condições para que uma história seja contada (e contável). Os personagens eleitos ao panteão de papel preenchem pré-requisitos, alguns variáveis, outros mais estritos, distintos dos tomados pela Historiografia.

A primeira característica – após o óbito recente - é o pertencimento ao sexo masculino, ser um *varão*. As mulheres não figuravam nas homenagens oferecidas pelo IHGB. A nacionalidade, nascer fora do Brasil, não impedia homem algum em tornar-se um *varão ilustre* do panteão brasileiro. Tampouco requeria posses, renda, títulos ou condições étnicas - libertos e mestiços foram homenageados.

Qualquer um poderia adentrar ao panteão republicano nacional (em teoria, segunda a poética que Porto-Alegre lhe atribui), tantos os heróis que abriam caminho para a passagem do tempo, a melhora progressiva, quanto as meras testemunhas. Cabia aos não-sócios do IHGB galgar a condição de homenageado e *ilustre* pelos feitos e fidelidade nacional. A boa encomenda memorialista e historiográfica era acompanhada por uma pregação de cunho moral, não em respeito às leis católicas, mas à Nação.

A importância da morte enquanto distância temporal (RICOEUR, 2009: 13-28), bem como a condição humana outorgada pela finitude (KOSELLECK, 1997: 67-125) são preocupações explicitadas nos necrológios. A *historik* particular que regia romanticamente os elogios fúnebres do IHGB envolvia uma noção do público e da memória histórica (a qual se pretendia e mostrava-se enquanto memória coletiva) pautados pela Nação e sua necessidade de alçar indivíduos à condição de heróis, erguer um panteão exemplar à conduta de um novo cidadão, não só civilizado e esclarecido, mas devotado ao Brasil que estava sendo construído e grafado.

Conclusão: a voz do IHGB

Manuel de Araújo Porto-Alegre era o orador, a voz do IHGB, mediador entre os vivos e a memória dos mortos recentes – das gerações que viveram e fizeram a Independência.

Monumentos de papel erigidos na representância, à espera de um panteão arquitetônico concreto, com os túmulos, lápides, corpos e estátuas de *ilustres* da Nação.

O *desejo de representância*, ansiedade por não ser olvidado pela nação e seus cidadãos ainda vivos, pode ser lido enquanto resposta secularizada ao descenso da *boa morte* e *encomenda da alma*, como aparenta denunciar as homologias entre ambas as práticas. Não constar nos anais significava mais que esquecimento, era obliteração da *persona*, dano da memória e falha do sujeito civilizado em mostrar-se único.

Necrológio e historiografia funcionavam analogamente quanto à imortalização escrita, ambos eram suportes memoriais considerados confiáveis e nobiliárquicos, causadores de distinção. Porém, diferenciam-se em seu papel funerário, na relação intrínseca que a cultura histórica possuía com a atitudes e representações coletivas perante a morte. Elo estabelecido pela finitude, pelas atitudes diante do tempo, da mortalidade do corpo e pulsão de imortalização.

Crença no texto, na história, na imparcialidade e na verdade; a sensibilidade romântica de Porto-Alegre parece-nos imprópria à escrita da história, mas provavelmente fora um dos fatores que lhe alçaram a orador do IHGB. Tanto a pena quanto sua própria voz homenagearam os mortos, enunciaram seus feitos públicos num tecer presente que tentava atrelar as glórias do passado ao futuro brilhante que começava a mostrar-se perante a Nação. Mortos e vivos, historiografia e necrologia, cultura histórica e tanatológica, passada e futuro, racionalidade e espiritualidade. O vocabulário de Porto-Alegre, perseguidor de dicotomias, não opunha estes binômios: como orador cabia-lhe mediar os mundos, elevá-los, estabelecer pontes.

A magnitude do passado, que começava a ruir, ainda aparece consagrada. A História, o ser lembrado e todas as preocupações memorialísticas afluíam conjuntamente ao progresso. Os mortos governavam os vivos, mas eram os oradores e historiadores que enunciavam suas vozes.

Referências Bibliográficas

ABRAMS, M. H. **El romanticismo: tradición y revolución**. Visor: Madrid, 1992.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BANN, Stephen. **Romanticism and the rise of History**. Nova York: Twayne publishers, 1997.

CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. **Mimesis**, Bauru, v. 23, n.2, p. 13-47, 2002.

_____. Ainda será a História mestra da vida? **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, Edição especial, n.2, p.7-34, 2006.

_____. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v.12, n.20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ENDERS, Armelle. **O Plutarco brasileiro**. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos, América do Norte*, 14, jul. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114/1253> . Acesso em: 06 Jun. 2011.

_____. **Les visages de la Nation: Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922)**. Tese (doutorado) – Université Paris I-Panthéon-Sorbonne, 2004.

GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. **História e Hermenêutica**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 67-125.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Revista Estudos Históricos, América do Norte**, 1, jan. 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074> . Acesso em: 06 Jul. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: C'ÉFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques**, Paris, PUF, 2001, p. 233-52.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 4.ed.

LIMA, Tania Andrade. **De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudos de identidade e mobilidade sociais)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2 p.87-150 jan./dez. 1994.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

REIS, João José Reis. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994 e 1997. t. I, II e III.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.. (dir). **Historicités**. Paris, Éditions La Découverte, 2009, p. 13-28.

R.IHGB, Rio de Janeiro, tomos IV, VI, VIII, XI, XIV, XVI e XVII. (1843-1857)

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Qué es la cultura histórica?** Reflexiones sobre uma nueva manera de abordar la historia. 1994. Trad. F. Sánchez Costa e IB Schumacher.

SQUEFF, Letícia. **O Brasil nas letras de um pintor**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

WESTOVER, Paul. **Necromanticism. Travelling to meet the Dead, 1750-1860**. Hampshire: Pallgrave Macmillan, 2012.

A historiografia medieval e a escrita da História: a tradição textual de uma *ficção autobiográfica*

Luciano José Vianna*

Introdução

A autobiografia foi um gênero inabitual durante o medievo. Entretanto, a literatura histórica catalã medieval conservou um texto que é considerado uma exceção: o *Livro dos Feitos (LdF)* do rei Dom Jaime I, composto entre 1270 e 1276. Formalmente, o *LdF* é considerado um *artefato autobiográfico*, já que o narrador, o personagem principal e o tema principal coincidem na narrativa; entretanto, desde o ponto de vista da composição material, a *auctoritas* do rei Dom Jaime I se desfaz e a narrativa é vista como uma *ficção*: assim se explica o termo *ficção autobiográfica* formulado por Jaume Aurell referente a este objeto (AURELL, 2008: 303).¹

Neste sentido, os objetos que formam a tradição textual do *LdF* apresentam não somente parte das características originais do primeiro objeto produzido pelo rei, ou seja, pelo seu *auctor*, no sentido medieval do termo, mas também destaca as diversas e importantes modificações/manipulações dos diversos patrocinadores/*actores* que compuseram-nos no decorrer do tempo. Cada objeto da tradição textual do *LdF* apresenta uma relação entre as características do objeto original e a historicidade do contexto no qual cada novo objeto fora

* Doutor em História Medieval – Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

¹ “En ce sens, il semble que la chronique de Jacques Ier ne puisse être considérée comme une autobiographie au sens contemporain du terme. Il s’agirait plutôt d’une fiction autobiographique dans laquelle l’auteur (le roi) assume artificiellement, grâce à son autorité, la paternité d’un texte qui est le fruit d’un travail collectif. Il existe certes, dans la chronique, des passages ‘intimes’ dont la teneur ne peut être connue que du seul roi: il se montre tel qu’il est et ne cherche pas particulièrement à cacher ses défauts, ses erreurs ou ses faiblesses. Mais ces épisodes sont l’exception: ce qui abonde, ce sont les récits des épisodes militaires, récits dans lesquels l’intervention de rédacteurs de la chancellerie est évidente.” AURELL, Jaume. La Chronique de Jacques Ier, une fiction autobiographique. Auteur, auctorialité et autorité au Moyen Âge. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 63/2 (2008), pp. 301-318. (Os grifos são meus).

composto, e a importância de se estudar esta relação resulta no fato de que a mesma indica as características da escrita da história no medievo.

O processo de composição destes objetos ocorreu a partir do jogo conceitual comum ao medievo entre os conceitos *auctor* e *actor*: o primeiro, que representava o autor original da obra, significava a *auctoritas* do mesmo; o segundo, que representava o patrocinador ou o copista da obra, significava sua atitude, em um primeiro momento, de resgatar uma obra do passado e trazê-la para o presente (CHENU, 1927: 81-86; TEEUWEN, 2003: 222-223). Dessa forma, entre os anos de 1343 e 1779 temos 14 objetos da tradição textual catalã que foram compostos não somente com a intenção de resgatar a memória do seu personagem principal, o rei Jaime I, mas também para utilizá-la no contexto de cada composição.

Neste artigo veremos o exemplo dos primeiros objetos impressos do *LdF*, tanto a edição como a emissão impressas no ano 1557 (Biblioteca Nacional de España, edição R-15398; AGUILÓ, 1977: 680).

Perspectivas teóricas de Gabrielle M. Spiegel, Hayden White e Roger Chartier

A composição de um texto: a proposta de Hayden White

Uma das principais ideias de Hayden White relacionada à composição de um discurso é a de discurso histórico. Esta ideia fundamenta-se na existência do passado, do qual se pode falar significativamente: ao existir um passado pode existir um discurso histórico. White afirma que o objeto que o discurso histórico produz por meio da composição de uma interpretação narrativa é o texto historiográfico. O produto do discurso histórico, portanto, sempre tem a narração como o principal meio de representação. No final, o produto desta transformação do discurso histórico é o texto historiográfico (WHITE, 1999: 2-3).²

² “Historical discourse does not, then, produce new information about the past, since the possession of both old and new information about the past is a precondition of the composition of such a discourse. (...). What historical discourse produces are *interpretations* of whatever information about and knowledge of the past the historians commands. These interpretations can take a number of forms, ranging from simple chronicles or lists of facts all

A ideia de discurso histórico e sua transformação em texto historiográfico é crucial para compreender a composição dos objetos da tradição textual do *LdF*: cada objeto desta tradição textual foi composto em um contexto distinto do primeiro objeto e foi materializado, ou seja, transformado em um texto historiográfico sob condições históricas e sociais diferentes.

Como que cada objeto da tradição textual do *LdF* tem a narração como principal representação, e como que no momento da composição de cada objeto desta tradição textual já se conhecia a vida do rei Dom Jaime I, da qual se poderia falar significativamente, consideramos cada produto desta tradição textual como um texto historiográfico.

A importância do contexto. A perspectiva de Gabrielle M. Spiegel

De acordo com Gabrielle M. Spiegel, todo estudo historiográfico que tenha a perspectiva texto-contexto deve considerar os seguintes aspectos sobre os textos: 1) ocupam determinados espaços sociais como produtos do mundo social de seus autores, refletindo e gerando realidades sociais; 2) representam os usos locais da linguagem; 3) contem um conjunto de representações que se originam no contexto social e nas redes de comunicação nas quais foram elaborados; 4) refletem em sua materialidade as inseparáveis práticas discursivas e materiais e 5) devem ser analisados destacando o momento de sua criação, ou seja, o momento em que o mundo histórico foi internalizado no texto (SPIEGEL, 1990: 77). Por este motivo,

the way over to highly abstract philosophies of history, but what they all have in common is their treatment of a narrative mode of representation as fundamental to the grasping of their referents as distinctively historical phenomena. (...). We must begin, then, with the undeniable historical fact that distinctively historical discourses typically produce narrative interpretation of their subject matter. The translation of these discourses into a written form produces a distinctive object, the historiographical text, which in turn can serve as the subject of a philosophical or critical reflection.” (os grifos são meus). WHITE, Hayden. *Literary Theory and Historical Writing*. In: *Figural Realism. Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1999, pp. 1-26 (pp. 2-3).

Spiegel decidiu que utilizaria em seus estudos as ferramentas dos historiadores sociais e dos historiadores da literatura (SPIEGEL, 1999: 9).³

Assim, o texto historiográfico se encontra inserido em um contexto de composição, e se desejamos compreender seu significado original devemos estudar suas características textuais, materiais e imagéticas a partir deste mesmo contexto, já que é necessário considerar a interação texto-contexto para descobrir o motivo da composição de um texto historiográfico. Há, portanto, uma interação entre o texto historiográfico de White, composto em um determinado contexto histórico, e o contexto histórico de Spiegel, que influencia na composição deste texto historiográfico.

Além dos aspectos textuais. Os estudos de Roger Chartier

A transformação do discurso histórico em texto historiográfico depende da interpretação dos patrocinadores e dos *actores* que formam parte de um determinado contexto histórico. Tal interpretação influencia não somente na composição da narração, mas também na composição dos elementos materiais, gerando, portanto, um significado. Este significado é descoberto quando analisamos suas características como um todo e as interpretamos a partir do seu contexto e condições de produção.

Neste sentido, as observações de Roger Chartier são cruciais, já que considera que a interação entre as obras (em nosso caso, o texto historiográfico de White) e o mundo social (em nosso caso, o contexto histórico de Spiegel) não consiste somente na apropriação estética e simbólica dos objetos, linguagens e práticas rituais e cotidianas, mas também é representada

³ “Thus, in writing *Romancing the Past*, I employed the tools of both social historians and literary historians. I turned to the first because I wanted to situate the texts within a social world to which they themselves do not bear witness. I resorted to the second because I wished to investigate the ideological manipulation of the past that occurs in these writings, to which end I submit them to close, essentially deconstructive, readings and attempt to display the ways in which they tacitly inscribe through a variety of literary techniques the very social context that I have inferred, from *others* sources, to be relevant in understanding their literary character and the motives for their creation.” (os grifos são da autora). SPIEGEL, Gabrielle M. *Theory into Practice: Reading Medieval Chronicles*. In: *The Medieval Chronicle*. Vol. I. Edited by Erik Kooper. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1999, pp. 1-12 (p. 9).

pelas relações entre o texto e suas materialidades, a obra e suas inscrições (CHARTIER, 2005: 9).

Se considerarmos que os objetos da tradição textual do *LdF* narram a vida de um rei, compreenderemos que transmitiam uma mensagem, a preparação da qual exigia uma investigação do passado, às vezes para modificá-lo, às vezes para representá-lo, mas sempre para utilizá-lo. O artefato que continha o passado transformava-se, portanto, em um transmissor, um objeto no qual se articulavam as ideias do presente, em uma tentativa de mudar o passado, representar as gestas e utilizar a história. Portanto, quando estudamos a relação entre um texto e seu contexto devemos considerar não somente a apropriação dos patrocinadores e *actores* do texto historiográfico em um determinado contexto, mas também o significado do artefato a partir de suas características materiais (CHARTIER, 2005: 9-10).⁴

Durante o medievo, escrever a história significava transferir para o passado os acontecimentos contemporâneos e estabelecer em uma mesma dimensão os preceitos do tempo pretérito e a problemática do presente com a finalidade de transmitir à posteridade o legado histórico (SPIEGEL, 1999: 1-2). Neste processo, o livro era um dos objetos utilizados para realizar esta transmissão. Neste sentido, é importante investigar as condições de produção, as quais podem ser mais complexas do que aparentam, os seus diversos significados e as questões materiais, que podem oferecer informações decisivas sobre os seus estudos (McKENZIE, 1999: 3-4).⁵ Assim, o livro poderia ser utilizado pela autoridade que havia patrocinado sua composição (CHARTIER, 1994: VIII).

⁴ “Les transactions entre les œuvres et le monde social ne consistent pas uniquement dans l’appropriation esthétique et symbolique d’objets ordinaires, de langages et de pratiques rituelles ou quotidiennes comme le veut le ‘New Historicism’. Elles concernent plus fondamentalement les relations multiples, mobiles, instables, nouées entre *le texte et ses matérialités, entre l’œuvre et ses inscriptions*. Le processus de publication, quelle que soit sa modalité, est toujours un processus collectif, qui implique des acteurs nombreux et qui ne sépare pas la matérialité du texte de la textualité du livre. Il est donc vain de vouloir distinguer la substance essentielle de l’œuvre, tenue pour toujours semblable à elle-même, et les variations accidentelles du texte, considérées comme sans importance pour sa signification.” (os grifos são meus). CHARTIER, Roger. *Mystère esthétique et matérialités de l’écrit*. Dans: CHARTIER, Roger. *Inscrire et effacer: culture écrite et littérature (XIe-XVIIIe siècle)*. Paris: Le Seuil/Gallimard, 2005, pp. 7-15 (pp. 9-10).

⁵ “Paradoxically, this extension of knowledge about the context of book production, while it induced a scepticism about the kinds of truth some forms of analytical bibliography might yield, also opened up the discipline in at least three ways. First, because the conditions of production were so much more complex than had hitherto been thought,

Os primeiros textos impressos do *LdF* (1557)

Ao considerar os três níveis de aplicação teórica citados anteriormente (White, Spiegel e Chartier), podemos afirmar que existe um texto historiográfico (White), que foi composto em um contexto histórico (Spiegel) no qual o texto não somente foi apropriado, mas também foi produzido com características próprias que lhe conferiram um significado (Chartier). Será esta perspectiva que adotaremos para analisar a composição da edição e da emissão da primeira impressão do *LdF* de 1557.

Philippe Berger apresenta dois motivos para a impressão deste texto. O primeiro foi a recordação das glórias passadas do rei Dom Jaime I, conquistador e fundador do reino de Valência em 1238; o segundo foi a difusão do idioma no qual foi impresso, ou seja, o catalão (BERGER, 1987: 181-182). Entretanto, a afirmação de Berger foi formulada considerando somente os dados históricos e identitários do território valenciano, ou seja, a vida do rei Dom Jaime I e a sua língua natural. Neste sentido, Berger não se preocupou com as diversas partes que constituem a edição e a emissão do *LdF*, assim como com o contexto de produção destes dois objetos. Em outras palavras, não se preocupou em analisar a primeira edição da vida do rei Dom Jaime I como um objeto integral que formava parte do contexto de composição do ano 1557.

No século XVI, a relevância do Reino de Valência dentro da coroa espanhola se fundamentava sobretudo na quantidade da sua população, consequência do desenvolvimento

it released the subject from the straitjacket of induction, giving it a new imaginative life in the speculative range it now demanded. Second, and ineluctably, in seeking to recover the complex conditions by which texts and their multiple meanings came to be made, it drove inquiry into ever widening circles of historical context. (...). This again was a principle of concurrency whose attendant complexities in such cases demanded study of the trade as a whole if there were to be any hope of understanding the actual conditions of production. Third, it directed critical attention to other forms of visual evidence in the books themselves as determinants of meaning, especially the role of craft conventions in choosing a size and style of type consonant with the subject, its disposition on the page for clarity or emphasis, the functions of white space and decoration, the relation of format and paper quality to genre and readership, and so on.” MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 3-4.

dos séculos anteriores. A prosperidade econômica valenciana, destacada desde meados do século XV, fazia com que os reis da coroa espanhola concedessem uma especial atenção a este território. Posteriormente, a Valência do século XVI viu o estabelecimento da imprensa, fato que proporcionou um aumento da produção dos livros e fez circular mais rapidamente as ideias políticas (BERGER, 1987: 15-21). A impressão da edição e da emissão do *LdF* em 1557 forma parte de uma situação crítica no Reino de Valência, onde os problemas financeiros e políticos afetavam não somente este território, mas também toda a coroa espanhola, o que causou a bancarrota de 1557 (FUERTES e SOSA WAGNER, 2011: 15).

A historiografia medieval e a escrita da história

O motivo da impressão do *LdF* de 1557 encontra-se em questões que configuravam o contexto de composição do mesmo. Estas questões eram a transição do governo de Carlos I a Felipe II, a educação do príncipe Carlos de Habsburgo, o gênero literário do espelho de príncipes, a bancarrota da coroa espanhola e a pressão fiscal da coroa espanhola sobre o Reino de Valência: todos estes aspectos foram identificados pelos jurados valencianos, os quais foram os patrocinadores impressão da edição e da emissão do *LdF* em 1557. Com esta atitude, desejavam resgatar o passado medieval do território e exaltar a personalidade do rei Dom Jaime I.

O motivo da impressão da edição de 1557, destinada aos cidadãos conselheiros do reino,⁶ refere-se a um resgate do passado territorial valenciano no qual o rei Dom Jaime I era o referente político, jurídico e identitário do reino (VIANNA, 2014).

No que se refere à emissão, destinada ao herdeiro Carlos de Habsburgo,⁷ devemos interpretá-la como uma tentativa de ensinar ao futuro rei da Coroa de Aragão a história do Reino

⁶ “Chronica, o commentari del gloriosíssim, e invictíssim rey en Jacme per la gracia de Deus Rey de Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona, e de Vrgell, e de Muntpesller: feyta e escrita per aquell en sa llengua natural, e treyta del Archiu del molt Magnifich Rational de la insigne ciutat de València hon staua custodiada.” Biblioteca Nacional de España, edição R-15398, fol. 1r.

⁷ “Chronica, o commentaris del gloriosíssim, e invictíssim rey En Jacme primer: Rey D’Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona e de Muntpesller. Dictada per aquell en sa llengua natural, e de nou feyta

de Valência; entretanto, tal tentativa seria não somente ensinar a história, mas também a origem e a formação do reino valenciano que teve como principal personagem o rei Dom Jaime I. No contexto de composição deste objeto a casa dos Áustrias entronizava o segundo rei da dinastia, Felipe II, o qual estava preocupado em assegurar a continuidade da dinastia com a designação do seu então único filho, Carlos de Habsburgo, que em 1556 foi jurado como herdeiro do trono castelhano. Ao ser designado como herdeiro do trono, o príncipe deveria ter uma educação especial que o preparasse para assumir as futuras responsabilidades (PÉREZ MARCOS, 2008: 85-104). Portanto, ao ler a história do reino, o príncipe Carlos de Habsburgo, futuro rei de Valência, estaria em contato com os feitos do seu antepassado o rei Dom Jaime I, a história do qual era vista como um espelho de príncipes (VIANNA, 2014).

Considerando os dados destes objetos e interpretando-os de acordo com o contexto de composição, podemos afirmar que tanto as impressões da edição e da emissão foram motivadas por uma necessidade política, já que os objetos compostos tinham como destinatários os cidadãos conselheiros do reino (no caso da edição) e o futuro herdeiro do trono (no caso da emissão).

Neste contexto, a conveniência de editar um texto em catalão era confirmada não somente pelos acontecimentos anteriores à transição de reinado, mas também pelos posteriores, relacionados com a pressão fiscal que a coroa espanhola exercia sobre o reino valenciano. A publicação da edição destinada aos representantes do reino tinha como objetivo fazer reviver o passado histórico e jurídico do território, que havia começado com o rei Jaime I, o protagonista da obra impressa. Ademais, diante da castelhanização de Felipe II, a emissão, destinada ao seu filho Carlos de Habsburgo, ajuda a estabelecer o *significado histórico* da emissão do *LdF*: um objet

estampar per los Iurats de la insigne ciutat de València per servir ab aquella al Sereníssim senyor don Carlos, Príncep dels regnes de Castella e infant de Aragó. AGUILÓ, Marià. *Catálogo de obras en lengua catalana impresas desde 1474 hasta 1860*. Barcelona: Curial, 1977, p. 680.

A impressão das memórias do rei fundador do reino valenciano, o seu envio aos representantes do reino e ao futuro herdeiro da coroa devem ser vistos não somente como uma exaltação da língua e do passado histórico valenciano devido ao contexto de crise do momento, mas também como uma tentativa de aproximar o futuro rei do Reino de Valência, fato que não ocorreu com Felipe II. Neste sentido, a edição e a emissão de 1557 adquirem atributos que devem ser interpretados em função de seus significados históricos: a impressão de um objeto significativo para a história do território valenciano e o estabelecimento dos fundamentos históricos e jurídicos proporcionados pelo rei Dom Jaime I ao reino valenciano.

Conclusão

O contexto em que surgiram os primeiros objetos impressos do *LdF*, a edição e a emissão, foi mais que favorável graças a diversos fatores, como por exemplo a difusão da imprensa, a situação do Reino de Valência no momento da mudança de governo, a crise do ano 1557 e sobretudo a educação do futuro rei, Carlos de Habsburgo, cujo pai era acusado de ter uma influência castelhana e de estar distante da política do reino valenciano. Foram questões que prepararam o terreno para o desafio que significava a impressão do *LdF*, recuperando a vida do seu personagem principal, a qual serviria como referente político, jurídico e identitário e também como exemplo para o próximo governante.

Com a impressão da *ficção autobiográfica* do *LdF*, os patrocinadores se apropriaram do “eu” do *auctor* original e utilizaram-no em seus contextos para suas ações políticas, estabelecendo uma relação entre o passado e o presente estritamente para fins políticos, como por exemplo resgatar a memória do fundador do reino valenciano e utilizá-la em um contexto de necessidade política, recuperar a vida e os feitos militares de um antepassado para se opor a um contexto político atual, idealizar e mitificar um passado territorial estabelecendo uma conexão entre suas origens e o contexto de identidade nacional e reivindicar direitos adquiridos no passado em contraposição aos problemas políticos contemporâneos. Certo é que há diferenças entre os objetos que formam a tradição textual do *LdF*; por outro lado, é correto

afirmar que os patrocinadores e *actores* de tais objetos recuperaram a *auctoritas* do rei Jaime I, representada pelo constante “eu” na narrativa, o qual proporciona a autenticidade ao texto.

Neste sentido, os objetos da tradição textual do *LdF* são vistos como diversos *loci* nos quais os eventos do passado foram recuperados e transmitidos às gerações posteriores, sempre sendo adaptados à realidade do momento de composição. Dessa forma, a historiografia medieval e a escrita da História no medievo passam a ser vistas como elementos onde o passado e o presente faziam parte do mesmo contexto, foram materializados no mesmo objeto e adquiriram uma importância considerável no processo de construção historiográfica. Tal construção historiográfica, representada materialmente por uma determinada tradição textual, representa os diversos momentos em que fora realizada uma busca pelo passado, a qual poderia servir para diversas intenções, fossem elas políticas, historiográficas, culturais, etc... No caso da edição e da emissão do *LdF* de 1557 ocorrera novamente este retorno ao passado, com a intenção de recuperar um exemplo de governo para que os governantes então pudessem tê-lo como exemplo, e assim desenvolver a interação entre passado e presente com respeito à história do Reino de Valência.

Referências Bibliográficas

Fontes

Biblioteca Nacional de España, edição R-15398.

AGUILÓ, Marià. **Catálogo de obras en lengua catalana impresas desde 1474 hasta 1860**. Barcelona: Curial, 1977.

Bibliografia

AURELL, Jaume. La Chronique de Jacques Ier, une fiction autobiographique. Auteur, auctorialité et autorité au Moyen Âge. **Annales. Histoire, Sciences Sociales** 63/2 (2008), pp. 301-318.

BERGER, Philippe. **Libro y lectura en la Valencia del Renacimiento**. Vol. I. València: Alfons el Magnànim. Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1987.

CHARTIER, Roger. *Mystère esthétique et matérialités de l'écrit*. In: CHARTIER, Roger. **Inscrire et effacer: culture écrite et littérature** (XIe-XVIIIe siècle). Paris: Le Seuil/Gallimard, 2005, pp. 7-15.

CHARTIER, Roger. **The Order of Books**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

CHENU, Marie-Dominique. *Auctor, actor, autor*. **Archivum Latinitatis Medii Aevi** 3 (1927), pp. 81-86.

FUERTES, Mercedes e SOSA WAGNER, Francisco. **Bancarrota del estado y Europa como contexto**. Barcelona: Marcial Pons, 2011.

McKENZIE, D. F. **Bibliography and the Sociology of Texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PÉREZ MARCOS, Regina. *La educación del príncipe*. In: ESCUDERO, José Antonio (ed.). **El Rey. Historia de la Monarquía**. Vol. I. Barcelona: Planeta, 2008, pp. 85-104.

SPIEGEL, Gabrielle M. *History, Historicism and the Social Logic of the Text*. **Speculum** 65/1 (1990), pp. 59-86.

SPIEGEL, Gabrielle M. *Theory into Practice: Reading Medieval Chronicles*. In: **The Medieval Chronicle**. Vol. I. Edited by Erik Kooper. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1999, pp. 1-12.

TEEUWEN, Mariken. **The Vocabulary of Intellectual Life in the Middle Ages**. Turnhout: Brepols, 2003.

VIANNA, Luciano J. **El significat històric de la tradició textual del Llibre dels Fets (1343-1557)**. Tese de Doctorado. Departament de Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana – Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

WHITE, Hayden. *Literary Theory and Historical Writing*. In: **Figural Realism. Studies in the Mimesis Effect**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1999, pp. 1-26.

A construção de uma identidade católica a partir de sermões de autos-de-fé (1612-1640)

Luís Fernando Costa Cavalheiro *

Considerações iniciais

Em sermão pregado em auto-de-fé em Coimbra, no ano de 1618, o jesuíta Francisco de Mendonça, de forma triunfante, anunciava que

Até esses bárbaros do norte da Scythia [sic], da Noruega, por mais agrestes e montesinhos [sic] que eram no falar, deixaram essas vozes, mais de brutos que de homens, e tomaram umas línguas suavíssimas de Anjos, para louvarem a Cruz do Senhor. *Et totius mundi una vox Christus est*. [E Cristo é a única voz de todo o mundo] Finalmente a voz de todo mundo é Cristo, **porque todo mundo a Cristo confessa, a Cristo louva, a Cristo prega**. Não sabe falar noutra coisa, senão em Cristo. (MENDONÇA, 1618: fl. 31; grifos meus)

Em 1629, no auto-de-fé de Évora, o Franciscano Manoel dos Anjos fazia praticamente uma citação *ipsis litteris* do anúncio de Mendonça ao dizer que “*et totius mundi una vox christus est*. A voz de todo o mundo hoje é Cristo, porque todo o mundo confessa, louva e prega”. (ANJOS, 1629: fl. 14v) Em outro auto-de-fé, realizado em Lisboa em 1621, André Gomes argumentou que a diferença entre católicos e hereges seria que os primeiros falavam em consonância – “e vem a fazer um som consoante e harmônico, que recria assim todos os fiéis Cristãos (...) todos cremos e dizemos uma só coisa” – ao passo que os demais, sobretudo os judaizantes, falavam “por mil bocas e todas piores que a do inferno” (GOMES, 1621: fls.13-13v).

Naquele início de século XVII português, os católicos pensavam um mundo com timbres no mesmo tom, em *uníssonos*. Entretanto, tudo parecia ser um desejo. Embates contra heresias desgastaram imensamente a Igreja a ponto de expô-la como uma “cidade sitiada”, conforme definição do historiador francês Jean Delumeau. Já há alguns séculos, vivia-se certo medo, principalmente dos “agentes de Satã”. (DELUMEAU, 2009 [1978]: 414-461) Em

* Mestrando em História, pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do CNPq.

Portugal, este grande inimigo eram os judaizantes, judeus que foram convertidos mas eram suspeitos de retornar ao antigo credo. Ao adentrar os seiscentos, uma série de medidas foi tomada para reforçar a luta contra o perigo judaico – ou a *perfidia judaica*, expressão mais comum à época.

Uma delas foi a impressão e publicação de sermões de autos-de-fé a partir de 1612. Desde então, até 1753, praticamente todos os anos pelo menos um sermão foi impresso, quando não três, conforme ocorreu em 1621. Não há espaço aqui para discutir sobre a circulação dos impressos e seus públicos leitores. O interesse é discutir alguns elementos capazes de traçar, minimamente, uma identidade católica. Dois caminhos, ainda que breves, direcionarão o objetivo: primeiramente a proposta de uma leitura para as fontes aqui destacadas. Em seguida, uma apresentação de possibilidades para se pensar uma identidade católica na primeira metade do século XVII em Portugal.

Sermões de autos-de-fé: uma leitura possível

São raros, infelizmente, os trabalhos sobre sermões de autos de fé. O primeiro sobre as fontes foi do historiador estadunidense Edward Glaser, em 1965, com o artigo “Invitation to intolerance. A study of the Portuguese Sermons preached in autos-da-fé”. O objetivo de Glaser era esboçar as imagens que os judeus tinham nos sermões e como os pregadores incitavam seus públicos. A conclusão foi que por séculos as pregações foram fundamentais para formar a mentalidade do católico português contra seus inimigos heréticos. (GLASER, 1956: 327-385)

Levou um bom tempo para que outro trabalho viesse a público. Em 1980, Howard Norton, defendeu, na USP, sua tese de doutorado intitulada *Sermões antijudaicos pregados nos autos-de-fé em Lisboa, de 1706 a 1750*. A intenção do autor era compreender a ideologia passada pelas pregações, chegando à conclusão de uma ideologia católica puramente antijudaica dirigida de um pensamento dominante – isto é, padres, bispos – para uma população que pouco conhecia sobre a fé. (NORTON, 1980; ver também NORTON, 1992: 503-511)

Esta pesquisa não discorda das conclusões de Glaser e de Norton, porém pretende uma análise baseando-se nos anseios e nas expectativas expressas nos sermões. Não nos parece, de

forma tão objetiva e de causalidade, que os sermões eram produtores de uma mentalidade, mas uma resposta às diversas transformações daquele contexto. A leitura que se pretende é que se conheça os autos-de-fé a partir dos próprios sermões. Os autos foram importantes para a Igreja Ibérica. O historiador inglês Diarmaid Mcculloch (MACCULLOCH, 2003: 417-427) considerou-os como os responsáveis pela praticamente nula inserção de heresias protestantes na Península Ibérica, sendo assim o grande diferencial entre a finisterra e o resto dos europeus. Daí a relevância de compreender aquele momento, uma festa católica, o triunfo de Cristo perante as heresias.

Antes de mais de nada, então, é preciso saber como os pregadores se direcionavam ao seu público e o que dele esperavam. Sebastião do Couto, em auto realizado em 14 de março de 1627, ajuda-nos a entender melhor as intenções no púlpito:

estes mesmos serão os pontos de meu sermão; mostrar no primeiro como o erro do povo Judaico é mais inexcusável que no mundo houve (...); no segundo será causa dele a maior e mais perpétua que pode ser contra o que nós por ventura cuidamos. No terceiro ser o remédio mais difícil que de todos os outros erros, contra o que pode ser cuidarão os que como juízes o tratam. **E servirei assim a todas as partes de tão ilustre, sagrado e populoso auditório, que são três.** A primeira, dos defensores e juízes da Fé; a segunda da nobreza, religião e povo católico que concorreu a ver este **lamentável espetáculo**; a terceira dos réus, que por seus erros e culpas saem neles condenados. A estes pertence a primeira e melhor parte do sermão, em que os **convencerei de seu erro**, mostrando-lhes não terem nele escusa alguma; aos segundos a segunda parte da causa da perseverança no erro, para que vendo quão poderosa é para nele de ter **esta pobre gente, se compadeçam e chorem com ela seu miserável estado**; a terceira, da dificuldade do remédio pertence à primeira parte do auditório, que são os defensores e juízes da Fé, para que vendo a qualidade e dificuldade de sua empresa não desfaleçam, por menos que lhe pareça que seus trabalhos montam. (COUTO, 1627: fls. 2v-3; grifos meus)

Um “lamentável espetáculo”: esta é a primeira impressão que se deve observar, pois é a leitura da ocasião a partir de uma “testemunha ocular”. Hoje quando pensado, a imagem que se vem de um auto-de-fé é das fogueiras e corpos queimando – imagem esta reproduzida ao longo dos séculos. Já naqueles anos dos seiscentos é possível a concepção deste imaginário, visto, no entanto, como uma espécie de mal necessário.

A informação mais importante na passagem acima é sobre os públicos presentes no “lamentável espetáculo”. Nos dois trabalhos destacados sobre os autos-de-fé praticamente não se traz nenhuma informação sobre quem, realmente, estava lá. É graças ao auditório presente que é possível saber, também, as intenções dos pregadores e suas concepções sobre o espetáculo. Ao longo das prédicas, apresentava-se um misto entre a sagração da fé e uma espécie de apocalipse, como se naquele momento houvesse o julgamento do Senhor tal qual no Juízo Final.

Um cenário era rigorosamente preparado para os autos-de-fé. O público presente dispunha-se hierarquicamente – conforme era comum na sociedade do Antigo Regime. Na maioria dos casos, os autos eram realizados na principal praça das cidades que tinham Tribunais da Inquisição (Coimbra, Évora e Lisboa). Na parte mais privilegiada do local, geralmente próxima à Catedral, ficava as autoridades do clero e do poder régio. Do outro lado ficavam os réus, dispostos a partir da culpa – da mais severa até a mais branda. Um grande espaço ficava entre estes dois públicos e era preenchido pelo leigo fiel, muitos com pouca ou nenhuma instrução e que tinha na pregação o momento de conhecer a palavra da Igreja. Uma possível leitura, portanto, era a partir da evangelização daquele público leigo. Não à toa, o púlpito ficava diretamente direcionado a eles. (BETHENCOURT, 2000 [1994]: 219-289)

Mas não é a única leitura possível. Para além do simples fiel, tinha-se, também, o traidor da fé. Naquelas primeiras décadas do século XVII o número de réus aumentou consideravelmente nos cárceres inquisitoriais. O púlpito inquisitorial também era um espaço de tensão: não é possível falar em triunfo sem falar do inimigo que se pretendia combater. Portanto, é preciso saber agora quem era este inimigo e como os católicos se opunham a eles.

Existiria uma identidade portuguesa no século XVII?

Em 1638, o dominicano Manoel Rebelo fazia a seguinte reclamação:

Vós nos inquietais, vós nos perturbais, vós nos desonrais, vós nos afrontais, vós nos cansais e não cansais de nos cansar, vós nos fazeis odiosos ao mundo todo e fazeis com que deste Reino tão católico e tão alevantado na fé saia um tão mau cheiro, como é estar sempre cheirando a Judeu e a Judaísmo e que

saindo um natural do Reino, não fale com estrangeiro que não vá logo com a mão ao nariz para examinar [o que] se cheira. (REBELO, 1638: fl. 8v)

Portugal, que sempre fora um Colégio Apostólico, conforme observou o agostiniano Philippe Moreira, no auto-de-fé em Évora, em 1630 (MOREIRA, 1630: fl. 12), não poderia admitir ter a mácula judaica. O mau cheiro judeu já era expressão comum, datada, provavelmente, dos pogroms medievais durante as Cruzadas. A repetição de uma tópica aqui deve ser vista pelo prisma da exterioridade da identidade: levar a crer que todo português católico era judeu. É bem provável que esta generalização tenha sido comum durante um bom tempo entre os católicos.

“Sempre cheirando a judeu e a judaísmo”, como um odor desagradável que se impregnava e infeccionava os católicos. Esta era uma impressão de padecimento dos portugueses, como se ocorrera uma queda a uma doença infecciosa, conforme reclamou Jorge Pinheiro, em 1620:

Infeccionastes [a] Espanha, infeccionastes Portugal, infeccionastes a nobreza, infeccionastes [as] cadeiras da Universidade, infeccionastes as Sés, infeccionastes as Religiões (...). **Por onde é justo e bem que de tudo isto vos desterrem.** (PINHEIRO, 1620, fl. 8v; grifo meu)

O medo de uma “epidemia” se espalhava. Não à toa, os estatutos de limpeza de sangue, medidas restritivas aos cristãos novos, estabelecidas em Portugal no século XVI, foram intensificadas no início do século XVII. Em 1614 foi estabelecido um estatuto para os cabidos para as catedrais de Coimbra, que nos anos seguintes foi adotado no resto de Portugal. Em 1622 pela primeira vez um edito afastava descendentes de judeus das lentes das Universidades; a medida ainda foi reforçada em 1630 (MARCOCCI & PAIVA, 2013: 172-173). Talvez o desterro desejado por Jorge Pinheiro não ficasse restrito ao púlpito: era provável que a expulsão fosse assunto cotidianamente debatido entre os cristãos velhos e encontrasse ainda mais força e sustentação nas pregações dos autos-de-fé.

Uma infecção passível de contágio e, portanto, perigosa; assim argumentou Philippe Moreira, em 1630 na passagem certamente mais odiosa entre todos os sermões

Companhia de Judeus é contagiosa, pega-se como pestes; é mais seguro ir morar nos desertos montes que viver com eles nas cidades. Fugir, fugir, *fugite*

ad montes [fugir aos montes]. Mas não fujais vós agora fiéis, que quando se aponta este meio de fugirdes vós é como remédio último e quando não haja outro para conservardes a vossa limpeza. **Outro remédio há hoje mais fácil; fujam eles, vão-se eles e ficaremos limpos.** (MOREIRA, 1630: fl. 11v; grifos meus)

Como Portugal levaria a voz de Cristo para todo mundo se mais parecia ter voz judaica? Aqui estava o grande perigo e algumas providências eram discutidas, outras foram tomadas. Entre 1612 e 1640, o número de presos pela Inquisição aumentou consideravelmente, chegando a ter mais de trezentos e sessenta réus julgados em apenas três dias, entre 28 e 30 de novembro de 1621, nos três tribunais da Inquisição Portuguesa. Durante este mesmo período discutia-se a possibilidade de expulsar os judaizantes, como forma de afastar a perfídia judaica. Outra possibilidade de findar a infecção judaica era com a expulsão, para assim deixar os católicos “limpos”. Esta discussão, no entanto, encontrava entraves nas possíveis alianças que os cristãos novos viriam a formar com estrangeiros, sobretudo com os holandeses. Os judaizantes não eram apenas a encarnação do mal, uma espécie de anticristo: eram a expressão da queda dos portugueses. Os portugueses viviam, assim, um impasse.

Em outras vozes no púlpito, um certo tom saudosista reclamava que desde quando passou a se tratar bem os pérfidos judeus, Portugal afundava-se cada vez mais. Na primeira metade dos seiscentos, a grande reclamação era em relação aos conflitos contra os holandeses, conforme criticou o inquisidor Luís de Melo, em 1637

Ontem, em Pernambuco, viviam os Judeus entre nós como Cristãos, **quiseram nossos pecados que ocupasse aquele posto o inimigo Holandês**, que para seguro conquistar dá liberdade de consciência a todos os que entre eles vivem, aqueles mesmos Judeus que se fingiam Cristãos com esta licença mostram os Ídolos que tinham no coração encobertos; porque é certíssimo que publicamente professam hoje e guardam aí a lei de Moisés. (MELO, 1627: fl. 24; grifo meu)

Manoel dos Anjos, em 1629, exclamava que “Deus [está] irado contra a nação Portuguesa, de esta honrar e favorecer e trazer sobre a cabeça gente da nação, os judeus, falsos Cristãos”

(ANJOS, 1629: fl. 21v). Tratar bem os judeus só poderia resultar em castigos para os católicos portugueses.

Por isso, então, os sermões nos autos-de-fé daquela primeira metade do século XVII eram fundamentais. Não tinham o objetivo de oporem-se aos castelhanos e à coroa dos Filipes, conforme apontou o historiador português João Francisco Marques.¹ Pelo menos no púlpito inquisitorial o objetivo era triunfar diante dos infiéis, pois era a fé quem conduzia aquele povo, conforme o ensinamento de Manoel Rebelo, em 1638:

E nós, os católicos, a quem este Senhor fez mercê de dar a luz de sua santa Fé católica, agradeçamos e digamos ao mesmo senhor (...): Meu Senhor, vós sois o fundamento da nossa fé, não há, nem pode haver outro senão vós, verdadeiro Deus, verdadeiro homem, verdadeiro Messias, em quem cremos e a quem queremos e a quem adoramos. Com a vossa fé, Senhor, vencemos todos aqueles que são contra a vossa fé. *Haec est victoria, quae vincit mundum fides nostra* [esta é a vitória que vence o mundo, a nossa fé]. **Com esta [fé] vencemos, com esta [fé] triunfamos.** (REBELO, 1638: fl. 21; grifo meu)

Todos estariam, finalmente, unidos no mesmo Pai, na mesma fé e no mesmo amor, como irmãos.² Ter uma única voz no mundo seria uma vitória, mas carregaria em sua soleira a barbárie de destruir a identidade de seus inimigos, de aniquilá-los em sua essência, de pressioná-los a deixarem de ser o que eram. Contudo, esta é uma interpretação de agora, de um historiador; não era, obviamente, o que os católicos entendiam e queriam. Naqueles angustiantes anos dos seiscentos a luta contra o pérfido judeu era encarada como a mais nobre missão divina. E seria assim que “*totius mundi una vox Christus est* [Cristo é a única voz de todo o mundo]. Finalmente a voz de todo mundo é Cristo”.

Considerações finais

¹ Para o historiador português João Francisco Marques, os sermões pregados durante a União Ibérica foram importantes meios de afirmação política contra a “dominação filipina”. Tratava-se de um posicionamento ideológico contra a Coroa Espanhola, incentivado por uma noção de identidade portuguesa, que era contrária à hispânica. Contudo, não concordamos com tal posicionamento, tendo em vista que nenhum sermão aqui analisado apresenta-se contrário ao rei Filipe III de Espanha e II de Portugal. Pelo contrário, é possível encontrar sermão dedicado a el-Rei. Sobre os trabalhos de João Francisco Marques ver: (MARQUES, 1986; ver também MARQUES, 2007: 29-44)

² “Unidos nele como em Pai e juntos todos em uma mesma fé e amor seu como irmãos” (CEITA, 1624, fl. 20).

Portanto, é possível falar de uma identidade portuguesa nos seiscentos? Esta identidade só parecia possível com o catolicismo. Desde sua mítica origem em Ourique, Portugal reclamava para si o encabeçar da fé católica, levada a cabo, também, na expansão ultramarina iniciada no século XV. Conforme Ana Silva e António Manuel Hespanha, tratava-se de uma identidade

Que manifestava positivamente no sentido de unidade da república de crentes, quotidianamente veiculada na liturgia, na pregação, na organização eclesial ou, mesmo, na ordem processual canônica, pois de todo o orbe católico se podia apelar para o papa. Negativamente, este sentimento de identidade promovia a recusa de tudo o que fosse estranho ou adverso à comunidade católica, desde os pagãos, ou infiéis, aos judeus ou aos hereges. (SILVA & HESPANHA, 1992: 20)

No século XVII esta identidade foi reforçada por um caráter *providencialista*, como se Portugal fosse a nação escolhida para levar as palavras de Cristo para o mundo (PALOMO, 2006: 18). Daí a repetição da expressão “E Cristo é a única voz de todo o mundo”. Contudo, os difíceis anos para os portugueses mostravam que, cada vez mais, a voz de Cristo estava se perdendo nos ventos dos conflitos com os holandeses. E este forte inimigo estava associado com os malignos judeus, causando entre os portugueses a dúvida: o que fazer com eles? A discussão ficou entre a evangelização e a expulsão.

Estas são as duas leituras possíveis para os sermões. Não é possível fazer uma leitura unilateral, apenas pelo viés evangelizador, de cunho pedagógico, ou somente de forma política. No século XVII é praticamente impossível separar um e outro, política e religião. Isso só seria possível no século seguinte e, ainda, com muitas resistências. A própria Inquisição foi exemplo disso: agonizou longamente face aos ideais liberais e iluministas que predominaram em Portugal entre a segunda metade do século XVIII e 1821, ano de sua extinção em solos portugueses.

Ser português na primeira metade dos seiscentos ainda era ser católico – e não haveria como de ser diferente. O púlpito inquisitorial testemunhou profundos embates entre o povo escolhido e seus inimigos. Portugal era uma nação amedrontada, que expunha publicamente

seus riscos para, assim, recuperar uma unidade que há tempos parecia perdida. Esta é a importância desta pesquisa: os sermões de autos-de-fé podem ser vistos como uma clara *defesa* dessa identidade amedrontada pelos agentes de satã judaicos.³

Referências bibliográficas

FONTES

ANJOS, Manoel. *SERMAÕ QVE PREGOV O BISPO DE FEZ D. FR. MANOEL DOS ANJOS FRADE MENOR e filho da Sancta Provincia do Algarve e deputado do Sancto Officio na Inquisição d'Evora. NO AVTO DA FEE QVE SE CELEBROU na praça da cidade de Evora o primeiro de abril de 1629, na quinta dominga da Quaresma*. Évora: Manoel Carvalho, 1629.

CEITA, João de. *SERMÃO DA FEE PREGADO EM O ACTO QVE O SANCTO Tribunal de Evora fez em a mesma Cidade no anno de 1624, a 14 de Julho dDomingo dia do Doctor Seraphico S. Boaventura. Pello P. F. João de Ceita Natural de Lisboa, frade Menor, filho da Prouincia de Algarues e nella Leitor jubilado em Theologia e Confessor do Illustrissimo Señor D. Joseph de Mello Arcebispo da mesma Cidade etc*. Évora: Lourenço Craesbeeck, 1624.

COUTO, Sebastião do. *SERMÃO QVE O DOVTOR SEBSTIÃO DO COUTO DA Companhia de IESV, Lente de Prima jubilado da Vniuersidade de Evora, pregou no auto da Fé que se fez em Lisboa a 14 de Março de 1627*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1627.

GOMES, André. *SERMAÕ QVE FEZ O PADRE ANDRÉ GOMEZ DA COMPANHIA DE IESVS. No auto da Fê, que se celebrou no Recio da Cidade de Lisboa, em 28 de Novembro, primeiro Domingo do Advento de 1621*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1621.

MELLO, Luís de. *SERMOENS QVE PREGOV O DOVTOR DOM LVÍS DE Mello Deam de Braga Primás das Hespanhas e Inquisidor Apostólico da Inquisição de Lisboa e seu dstricto. O primeiro no auto da Fê que se celebrou em Ribeira Velha de Lisboa, em onze de outubro de 1637. O segundo na festa do Santissimo Sacramento que na mesma Cidade em S. Engracia faz a Nobreza deste Reyno, aos 16 de Ianeiro de 636 por ocasião do sacrilégio que a hi cometerão os enemigos da nossa Sancta Fe*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1637.

³ Inicialmente a proposta da comunicação era entender a construção de uma identidade católica. No entanto, durante a escrita deste texto e na apresentação no Simpósio Temático, ficou evidente que a identidade católica portuguesa já existia muito tempo e no século XVII o que se buscava era uma defesa, numa espécie de caráter conservador. Esta é, então, a perspectiva original deste artigo.

MENDONÇA, Francisco de. *SERMÃO QVE FES O PADRE DOVTOR FRANCISCO DE MENDOÇA DA COMPANHIA DE IESV, no Auto da Fé que se celebrou na praça da Cidade de Coimbra a 25 de Novembro do anno de 1618*. Coimbra: Oficina de Diogo Gomez de Loureyro, 1619.

MOREIRA, Philippe. *SERMAM QVE PREGOV O PADRE MESTRE E Fr. PHILIPPE Moreira, religioso da Ordem de São Agostinho, Doutor pola Vniuersidade de Coimbra & qualificador do S. Officio. NO AVTO DA FEE QVE SE CELEBROV em Euora a 30 de Junho de 630*. Évora: Manoel Carvalho, 1630.

PINHEIRO, Jorge. *SERMÃO QVE O P. FR. JORGE PINHEIRO, MESTRE EM Sancta Theologia e Prior do Real Convento da Batalha pregou no acto da Fé, que se celebrou na Cidade de Coimbra a quarta Dominga da Quaresma de vinte e noue de Março do Anno de 1620*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.

REBELLO, Manoel. *SERMÃO QVE PREGOV O PADRE MESTRE FR. Manoel Rebello da Ordem dos Prêgadores, natural de Coimbra, no auto da Fé celebrado nesta cidade de Lisboa, em cinco de Setembro deste anno de seiscentos e trinta e oito*. Lisboa: Paulo Crasbeek, 1638.

BIBLIOGRAFIA

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**. Portugal, Espanha e Itália – séculos XV XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [1994]

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. Trad, Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [1978]

GLASER, Edward. “Invitation to Intolerance. A study of the Portuguese Sermons preached at autos-da-fé”. In: **Hebrew Union College Annual**, v. 27, Filadelfia, 1956, pp. 327-385.

MACCULLOCH, Diarmaid. **Reformation** – Europe’s House Divided (1490-1700). London: Pinguin Books, 2003.

NORTON, Howard. **Sermões antijudaicos pregados nos autos-de-fé em Lisboa, de 1706 a 1750**. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

NORTON, Howard. “An analysis of a sermon preached against the jews at the Portuguese Inquisition”. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Tucci. In: **Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresia e Arte**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1992.

PALOMO, Federico. **A Contra Reforma em Portugal (1540-1700)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

SILVA, Ana Cristina Nogueira; HESPANHA, António Manuel. “A Identidade Portuguesa”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**: Quarto Volume – O antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp. 19-33.

Registros Documentais Fotográficos: O caso da antiga embaixada Americana em Teerã

Luisa Lima de Moraes

Propõe-se neste trabalho, uma análise semiótica dos elementos e das estruturas de discurso presentes no conjunto de fotografias referentes à Embaixada dos Estados Unidos em Teerã, desativada após o episódio da “Crise Iraniana dos Reféns”. O evento ocorreu pouco após a Revolução Iraniana de 1979 – marcada por um forte sentimento anti-imperialista – e culminou em transformações não somente quanto à função da construção, mas em relação a mudanças estéticas e no campo simbólico, por sua forte representatividade.

Entre as imagens escolhidas como objeto de estudo, será feita uma distinção entre o método de análise das fotografias propriamente ditas, que se tratam de registros documentais, e os grafites que figuram entre seus elementos, intervenções urbanas retratadas e captadas pelas lentes do *operator*. Tal distinção será feita em termos metodológicos pelo fato de se tratarem de imagens de naturezas distintas, tendo assim, suas devidas especificidades que devem ser respeitadas.

A principal referência para a análise geral das fotografias presentes nesta pesquisa foram os conceitos instituídos por Roland Barthes na obra “A câmara clara”, onde entre outras questões, busca compreender a contraditória relação entre objetividade e subjetividade na fotografia uma vez que, ainda que em tese uma foto seja a captação objetiva de um momento, é passível de múltiplas interpretações.

Em termos de classificação, é difícil afirmar de forma convicta pelo fato de serem imagens que circulam veiculadas pela mídia no mundo virtual, onde constantemente não é apresentada sua devida autoria, mas a nível empírico, tais fotografias aparentam ser amadoras por apresentarem um caráter mais documental, sem que apresentem grandes recursos ou

preocupações estéticas ou estilísticas. A nível retórico pode-se dizer que se trata de uma paisagem urbana e a nível estético, por se tratar de um registro, poderiam ser classificadas como fotografias realistas.

Para Barthes, como a fotografia é uma forma de captar a realidade objetiva, não chegaria a ser portadora de uma mensagem, apenas sendo responsável por registrá-la, e o observador, ou *spectador*, não seria neste caso aquele a interpreta, mas sim aquele que seria confrontado por ela. Sua preocupação em evitar tratar a fotografia como algo simbólico tem raiz na reflexão já citada anteriormente sobre até que ponto a subjetividade se aplica a ela.

Esta discussão demonstra a importância de se diferenciar a forma de analisar uma fotografia em si e outro tipo de imagem, ainda que esta esteja presente como um elemento inserido dentro da própria fotografia. No caso do estudo dos grafites, por serem imagens produzidas por artistas, encomendadas por um grupo de indivíduos e expostas num local específico, ao se fazer um levantamento dessas questões, percebe-se que estas possuem de maneira muito mais forte uma mensagem passada em suas entrelinhas.

Ao tratar dessas imagens inseridas dentro das fotografias, é importante observar os valores simbólicos gerados por elas através de uma análise das estruturas modais; da estrutura discursiva e da estrutura profunda, que trata dos sistemas de valores, ou ideologias aos quais estão relacionadas. É de Roland Barthes a afirmação que “toda imagem se transforma em texto” e sendo assim, seria possível afirmar que por trás delas se sustenta um determinado discurso.

Cabe então neste momento resgatar e aprofundar de maneira mais efetiva o contexto histórico no qual se situam as referidas imagens. O advento da “Crise Iraniana dos reféns” em novembro de 1979, deixaria cinquenta e dois norte-americanos mantidos presos, gerando um impasse diplomático que só se resolveria 444 dias depois. No cerne das motivações para o acontecimento deste evento para além do antiamericanismo, havia a necessidade de impedir que a influência dos EUA continuasse a dominar o país e de apoiar as novas lideranças.

Após o ocorrido, os Estados Unidos deixaram de ter representação diplomática na República Islâmica do Irã e a antiga embaixada, que se tornou um local emblemático após o episódio, passou por transformações nos campos simbólico, funcional e estético. No nível simbólico houve uma tomada daquele “território” que antes estava nos domínios americanos e que a grosso modo, pode-se dizer que foi “reconquistado”. No nível da funcionalidade, a construção que servia como embaixada transformou-se numa base de treinamento para o Exército Revolucionário Iraniano.

A estrutura física da embaixada desativada é justamente o local onde atualmente são expostos de forma pública os grandes murais dos grafites. Não por acaso, este lugar tão marcado de simbolismos tanto pela arte exposta em seus muros quanto por sua memória histórica e tudo o que representa, acabou se tornando o cenário favorito dos iranianos para protagonizar novos protestos.

Tendo sido devidamente contextualizada a produção dos grafites capturados pelas fotografias, podemos por fim analisa-los mais detalhadamente. Estas imagens foram financiadas por grupos ligados ao governo recém-instituído, visando assim uma representação explícita dos valores ligados à revolução e mesmo como forma de legitimar sua permanência no poder. Estas são imagens inegavelmente associadas a um discurso político e até mesmo ideológico, e como se sabe, a ideologia é utilizada recorrentemente como forma de legitimação de poder. Como descrito na obra “Discurso e Mudança Social” pelo linguista Norman Fairclough:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001: 94.)

Como já citado anteriormente, fica muito claro na leitura dos elementos das fotografias, seja pela análise dos grafites, na representatividade da embaixada americana desativada ou nos

protestos registrados, toda a força do discurso antiamericano e o quanto sua presença se faz constante na vida cotidiana dos iranianos. Todo esse repúdio demonstra sua sede de aplacar o avanço Imperialista do ocidente não somente em termos políticos ou econômicos.

Na mais famosa obra de Edward Said, “O Orientalismo”, fala-se sobre a necessidade ideológica de consolidar e justificar uma postura imperialista e é citada a prática do Imperialismo Cultural. Dessa forma, o Islamismo Político é um fenômeno que surge no contexto da própria Revolução de 1979 como uma tentativa legítima de defesa contra esta prática, após o nascimento da primeira República Islâmica de que se teve notícia.

Toda a conjuntura deste processo histórico tais quais os conflitos que se apresentam no mesmo, são elementos intrínsecos a produção das imagens grafitadas em Teerã e fundamentais na compreensão dos significados criados pelo nível simbólico que as fotografias alcançam, afinal, como afirma em “Linguagem e Ideologia” linguista brasileiro José Luiz Fiorin “As ideias, as representações, não existem fora dos quadros linguísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas” (FIORIN, 1997: 34).

Compreendidos os elementos mais fundamentais ligados ao discurso e ao contexto histórico e simbólico de uma forma geral, é chegado o momento em que é possível aprofundar-se na análise de cada uma das fotografias escolhidas. A análise a seguir terá um critério mais objetivo e metodológico, centrado no conceito de *punctum* instituído por Barthes.

A primeira imagem escolhida (anexo 1) demonstra mulheres em frente ao muro da antiga embaixada, com um de seus grafites ao fundo. As mulheres captadas pela fotografia encontram-se devidamente vestidas pelo chador, tipo de véu islâmico que cobre o corpo e os cabelos, deixando o resto à mostra e duas delas empunham cartazes. Um dos cartazes reproduz uma imagem da estátua da liberdade com um rosto de caveira – imagem esta que se repete no grafite ao fundo – acrescido de alguns dizeres em farsi, língua persa. O outro cartaz, apresentado em primeiro plano na foto, trás duas fotografias de aiatolás, sendo o segundo o retrato do Aiatolá Khomeini, considerado o “pai” da revolução de 1979. Apesar dos cartazes presentes e do forte conteúdo dos símbolos e representações, o semblante das moças focalizadas pela câmera parece

excessivamente leve para que seja de fato o registro de um ato de protesto. Possivelmente, os cartazes foram levados ao local no intuito de realizar a fotografia em questão, levando em consideração que o muro tornou inclusive um local que atrai turistas curiosos tanto a respeito dos grafites, quanto de todo o contexto histórico que cerca o local.

A segunda fotografia (anexo 2) diferencia-se por ter foco somente na imagem do grafite, sem outros elementos relevantes para esta análise. Ela apresenta um elemento comum com o retratado pela primeira imagem do anexo um, que é a representação da estátua da liberdade com o rosto de caveira. Unidos a ela, surgem como elementos de composição do mural a bandeira norte americana com algumas fissuras e, provavelmente o mais interessante entre os elementos retratados pela imagem: ao topo do que seria a representação da Casa Branca tremula a bandeira do Estado de Israel, cuja estrela se sobrepõe à primeira entre as demais estrelas da bandeira norte-americana. Trata-se de uma crítica muito clara à política externa intervencionista praticada pelos Estados Unidos em relação a geopolítica do Oriente Médio, em especial no que cerne à questão Palestina, provavelmente o conflito mais delicado de toda a história da região.

A terceira e última fotografia da série (anexo 3) se distingue de todas as demais. Ela não se refere aos grafites nos muros da embaixada, mas sim a um registro de um protesto real ocorrido na região do entorno da Embaixada. Mais uma vez o antiamericanismo se faz presente, contudo, esta foto nos faz ampliar um pouco mais o olhar sobre a questão. Junto à bandeira norte-americana, em chamas, encontram-se as bandeiras do Reino Unido e a bandeira do Estado de Israel. A fotografia captura um momento que trás um discurso claramente impregnado de influência política e que apresenta claras críticas ao intervencionismo de potências europeias e ocidentais na geopolítica local.

Apropriando-se da defesa de Roland Barthes do uso da emoção como ponto de partida da análise fotográfica, arrisco a dizer que a última fotografia da série a ser discutida por esta pesquisa parece ir além do que simplesmente falar: ela grita. Existe um embate muito complexo entre o mundo islâmico e o Ocidente de uma forma geral, mas o Irã em especial por ter sido o

precursor do islamismo político parece estar empregado pela simbologia desses discursos a cada registro.

Segundo a autora portuguesa Maria do Céu de Pinho Ferreira:

A percepção do Islã político como uma ameaça surge nos anos 1980. Contudo, o mito do “Perigo Verde” materializa-se com o fim da Guerra Fria e é resultado da confluência de uma variedade de interesses e de percepções. O sistema de defesa e a ideologia que tinham sustentado o Ocidente durante a Guerra Fria desapareceram abruptamente. Era necessário encontrar rapidamente um novo princípio organizativo para dar sentido e um objetivo ao aparelho de defesa americano (PINTO, 2003: 257).

Entre as fotografias apresentadas somente a última difere das demais por ser retratada durante uma manifestação enquanto as outras, apesar de sua forte simbologia, se enquadravam em situações integradas ao cotidiano. Por diversos países ocidentais o medo do terrorismo e do fundamentalismo islâmico poderia causar no *spectator* uma impressão diferente causada pelos símbolos apresentados nas imagens, as considerando hostis, enquanto a um iraniano teria um valor de uma manifestação legítima de seus posicionamentos políticos.

Barthes desenvolve um conceito ao qual chama de *studium*, que seria algo que é intrínseco a imagem que se associa mais a um nível mais emocional e que atinge o observador de forma independente de sua vontade. Este tipo de elemento não é passível de uma leitura objetiva, metodológica ou definida, mas inquestionavelmente se faz presente na fotografia por vezes de uma forma muito intensa, promovendo a sobreposição da representação e do referente. É uma experiência que permite reconstruir a imagem como objeto cultural, uma espécie de marca do referente que afeta o olhar de quem observa a foto.

Portanto, os elementos formadores de discurso não se manifestam apenas no discurso em si, embora possuam papel fundamental no processo de cognição e veiculação. Essa multiplicidade de olhares sobre um mesmo objeto, dependendo do lugar de fala do observador

torna ainda mais inquietante a análise das imagens, e sua construção de significado no campo simbólico.

Como é apresentado em “A Identidade cultural na pós-modernidade” por Stuart Hall:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos [...] com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias estão nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. (HALL, 2005: 51).

Sendo assim, podemos concluir que são justamente essas identidades e conexões com a memória do *spectador* que estabelecem o sentido simbólico no nível do *studium*, definido por Barthes.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: Nota sobre a Fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: Difel, 1985.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. São Paulo: EDUSC, 2004.

CHEREM, Youseff Alvarenga. **Islã, legitimidade e cultura política: O movimento estudantil no Irã durante o período Khatami**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **Islã histórico e islamismo político**. Instituto da Cultura Árabe, 2007.

FAIRLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

METZ, Helen Chapin. **Iran: A Country Study**. Washington: Government Printing Office for the Library of Congress, 1987. Disponível em: <http://countrystudies.us/iran/>. Acesso em 15 de outubro de 2012.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão**. Coimbra: Dinalivro, 2003.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ANEXO 1



ANEXO 2



ANEXO 3



Historiografia da Guerra Fria: Uma prisão com duas janelas

Luiz Fernando Castelo Branco Rebello Horta

Introdução

Em 1964 Kenneth Waltz escreveu um artigo intitulado “The stability of the bipolar world”. Nesse texto o autor de “Theory of International Politics” (WALTZ, 1979) apresentava sua teoria e afirmava não só que o período desde 1945 era “bipolar” como também que essa bipolaridade seria mantida por longo tempo uma vez que tal sistema era mais “estável” e “seguro”. Suas afirmações vinham escudadas pelo seu edifício teórico hoje amplamente aceito tanto nas Relações Internacionais quanto apropriado pela historiografia da Guerra Fria. O termo “bipolaridade” é usado em todas as obras que se propõem a estudar o período de 1945-1989/1991 se tornando quase um sinônimo intercambiável com o termo original. A teoria de Waltz se assenta em pressupostos teóricos anteriores, especialmente do Realismo de Hans Morgenthau, cuja primeira edição é de 1948, acrescentando a estes toda uma construção estrutural baseada numa releitura dos estudos físicos sobre magnetismo chamada de Neo-realismo. Esse construto teórico estava plenamente em consonância com o paradigma científico moderno que Boaventura de Sousa Santos define como mecanicista, unidirecional em termos causais, afirmando a existência de uma realidade indiferente do sujeito e dando a esse sujeito a capacidade ontológica de entendimento da essência desse “real” (SANTOS, 2008, p. 20-41).

Não é desinteressada, pois, a alusão a uma “bipolaridade” (mecanicismo) nem a descrição das ações dos Estados dentro da Política Internacional como “atores racionais” e portanto, egoístas e maximizadores de vantagens (unidirecionalidade causal). Tampouco é dissonante do paradigma mencionado a afirmação de que esses Estados vivem em constante busca de sobrevivência dentro de um ambiente anárquico (sem um governo ou ordem legítima) cujo resultado é sempre o confronto, o conflito e tendencialmente a guerra. (WALTZ, 1979)

A Paralaxe dos tempos históricos

A historiografia se apropria desse construto explicativo quase sem o questionar e, assim, passa a ser subserviente a ele quando se posta a coletar “evidências” desta chamada bipolaridade como referendando uma antinomia imediata entre dois países arbitrariamente indicados como “polos”¹. O historiador é usado como um técnico que olhava para o tempo e colecionava evidências cujo objetivo último era completar um quebra-cabeças *ex-ante* desenhado (o estruturalismo explicativo). Peças que serviam eram difundidas e eloquentemente apresentadas, ao passo que anomalias ou incongruências incômodas eram esquecidas ou tratadas como exógenas ao “centro explicativo” do período, quase sempre “desimportantes” ou “acessórias”. A historiografia da Guerra Fria ficou presa no estruturalismo explicativo e arranjou teologicamente no tempo histórico evidências desde a Conferência de San Francisco, passando pela detonação das Bombas em Hiroshima e Nagasaki, o Bloqueio de Berlim, a Guerra da Coreia, a Crise dos mísseis em Cuba, o Vietnã, o Afeganistão e os anos 80 levando ao e reforçando o entendimento da inevitabilidade conflitiva sem conseguir desvincular-se desta consequência que é decorrente da aceitação do condicionante estrutural delimitativo dentro da política internacional.

“Cold War History is, at least in part, the story of how what was thought to be unendurable became endurable; how order and stability, if rarely justice, evolve from bitter and sustained rivalry” (GADDIS, 1997, p. 113)

Enclausurada nessa prisão teórica os trabalhos da corrente dita “clássica”² viam o mundo externo apenas por duas janelas - EUA e URSS - e digladiavam-se sobre responsabilidades e acusações ora reificando argumentos positivistas (como a centralidade explicativa dos “grandes homens”, no caso Stalin, Churchill, Roosevelt, Truman, Kenan, Molotov e etc.) ora na busca da gênese - o mais recuada possível no tempo - de indicativos desse conflito Leste-Oeste muitas

¹ A noção de polos é mesmo problemática em Waltz exatamente porque é problemática a sua definição de “poder”. (WALTZ, 1979, p. 131)

² Segundo Allen Hunter, que chama a linha dos tradicionalistas de “vindicationism”, historiadores partícipes dessa linha interpretativa são: William Hyland, Jeane Kirkpatrick, John Gaddis e R.C. Raack e etc. (HUNTER, 1998, p. 2-8)

vezes recorrendo aos processos de formação das sociedades americana e russa com o argumento mítico da inescapabilidade do conflito por gênese histórico-social (WESTAD, 2010, p. 8-73). Seja como for, tal interpretação, longe de demonstrar uma capacidade de crítica histórica, dava ares de cientificidade, neutralidade e objetividade a toda uma “tradição interpretativa” (GIDDENS, 2003, p. 51-53) que se preocupava ainda em continuar “lutando a Guerra Fria” (YOUNG e KENT, 2004, p. 10).

Tanto os autores clássicos quanto os revisionistas³ presos ao estruturalismo explicativo afirmavam o heroísmo do ocidente em lutar pela liberdade e democracia e suportar pressões sem deflagrar guerra contra os ditadores paranóicos expansionistas (GADDIS, 1997) ou, respectivamente, a vilania desse mesmo ocidente e suas intenções imperialistas ao criar uma insegurança na recém constituída URSS e fustiga-la no campo político, econômico e social em busca de uma defesa ideológica perversa que jogou o mundo numa perigosa espiral armamentícia e conflitiva (HUNTER, 1998).

Seja de que lado militem esses “*Cold Warriors*”, o fato é que eles reificam uma epistemologia moderna de busca de causalidades que explicassem o “mundo como ele é” através das evidências de um passado que na verdade nunca existiu. Naturalizando a relação presente-passado e sequer cogitando (por restrição paradigmática) a problematização do “real”, esses historiadores, consciente ou inconscientemente, trancafiaram-se nos porões da modernidade. Se os clássicos, pela força do argumento estruturalista, se entendiam não ideologizados e proponentes de uma abordagem teórica cuja importância e papel da ideologia era ínfima (também por isso “científica” (WALTZ, 1979)), os revisionistas, ao identificarem na ideologia uma forma primal de luta e desnudarem seus efeitos de naturalização e reificação de processos de dominação, também não se afastam da prisão teórica moderna estruturalista conquanto retomam as mesmas categorias de análise (como, por exemplo, a bipolaridade) e entendem a “ideologia” como a resultante sócio-política de um processo racional que tem por objetivo a imposição de uma ética ocidental em oposição a uma ética oriental (HUNTER, 1998, p. 175-193).

“But suppose we were considering the causes of the Cold War and asked, what if the United States had been a socialist country in 1945, would have been a

³ Allen Hunter, Walter Lafeber, Robert Beisner, Carolyn Eisenberg, Thomas Lairson, Michael Cox etc.

Cold War? Or suppose the Soviet Union had come out of World War II with a capitalist government; would there have been a Cold War? These counterfactual questions explore the theory that the Cold War was caused primarily by ideology. An alternative hypothesis is that the bipolar international structure caused a Cold War. Given the distribution of power after World War II, we could expect some sort of tension even if the United States had been socialist.” (NYE, 2007, p. 53)

Quando das aberturas de documentos secretos americanos e dos arquivos do Kremlin (entre 1990 e 2000) o discurso do “novo” foi animadamente ventilado nos títulos de livros e comunicações de trabalhos históricos sobre a Guerra Fria. As “novas fontes”, entretanto, vieram para reforçar as “velhas premissas”⁴ e, ao invés de promover uma reconfiguração das abordagens e entendimentos, sedimentaram as apropriações antigas dos sentidos do passado e reforçaram velhas teses, escondendo as velhas premissas sobre as quais se assentam. Os “pós-revisionistas”⁵ ao desviarem a busca das causas do conflito (ou mesmo afirmarem desimportantes tais causas) através das premissas da ação estatal proeminente e abrirem discussão sobre as pressões e políticas internas de grupos dentro de cada “polo” (mudando assim o nível de análise do Estado para o indivíduo) afirmavam-se livres da dicotomia moral ocidente-oriental ou capitalismo-socialismo, democracia e ditadura, EUA e URSS.

Esses “libertos”, entretanto, ainda não tinham saído de suas prisões interpretativas e apenas trocaram de cela. Agora, ao invés de verem o mundo pela janela estruturalista, os pós-revisionistas o via pela janela da fenomenologia. Embora reconheçam a importância das interpretações, dos discursos, das imagens e significações de si e do outro, mediadas racionalmente pela ideologia ou inconscientemente pela sua cultura, ideias ou processos de representação, esses autores indicavam que essa “sala de espelhos” (BARRASS, 2009) que havia se tornado o pós-segunda guerra provocava “falsas representações”, erros de entendimento sobre o outro ou mesmo a construção ativa da figura do “inimigo” (YOUNG e KENT, 2004, p. 9) e isso era chave no processo de entendimento da Guerra Fria. Estes desvios interpretativos foram, segundo esses autores, responsáveis pelas posturas políticas de cada

⁴ No livro de Gaddis “We know now: Rethinking the Cold War”(GADDIS, 1997) mais de 80% das referências e citações são de obras anteriores às aberturas dos arquivos e o argumento central dele é o mesmo apresentado por George Kennan em 1947 no “Longo Telegrama”

⁵ Marc Trachtenberg, John Young, John Kent, Richard Sakwa, Gordon Barrass, Odd Westad.

“lado” e os conflitos delas decorrentes. Essas abordagens, temporalmente já no século XXI, ao mesmo tempo que tiveram o condão de introduzir a dicotomia entre o real e a representação (ou o ressignificado conforme Ricouer (RICOUER, 1994) e, com isso, distanciarem-se sobejamente das interpretações anteriores, mantinham o entendimento do “erro interpretativo” como se existisse uma paralaxe dos tempos históricos. O “real” afigura-se como existente *per se* e o tempo interpretado pelo historiador é entendido como um desvio inescapável cuja distância do real pode ser percebida (embora não mensurada) pelos condicionantes culturais ou lingüísticos do sujeito e seus cerceamentos. Como acima afirmado, troca-se a janela do estruturalismo pela janela da fenomenologia mas não se escapa da prisão do paradigma moderno. Afirmar o “erro” do reflexo interpretativo do real (tal qual faz a alegoria do espelho) é afirmar axiomaticamente a existência de um real concreto e “correto” e a incapacidade epistemológica (mas não ontológica) da correção da interpretação dos sujeitos. E, muito embora seja claro que a abordagem pós-revisionista seja mais ampla e, nesse sentido, permita a recepção e explicação de uma maior gama de questões sobre a Guerra Fria dentro do seu *corpus* teórico, ela abre caminho para questionamentos bastante preocupantes.

Se tomarmos essa paralaxe (desvio) dos tempos históricos do “real” e do interpretado/narrado pelo conceito de ideologia (MANNHEIM, 1954) vamos perguntar se a metodologia interpretativa da época e as teorias prescritivas de ação política (notadamente o neo-realismo) por serem insuficientes epistemologicamente para compreender o mundo em que estavam inseridas levaram ao conflito. Se, por outro lado, tomarmos essa paralaxe dos tempos como algo inevitável epistemologicamente pela incapacidade do sujeito de fugir de seus condicionantes culturais e lingüísticos e pela dissociação prática do real e do interpretado vamos responder que não era possível não existir a Guerra Fria. Da diferença imanente e inescapável surgiria, como surgiu, o conflito.

É importante ressaltar que ambas as explicações terminam por naturalizar o processo histórico e afastar o sujeito da condição de “*raison d’etre*” dos tempos históricos que habita. O resultado é pouco animador e desconfortável: clássicos e revisionistas naturalizam a Guerra Fria pelo introjetar do estruturalismo e afastam o *animus* do sujeito sobre o processo histórico, pós-revisionistas também terminam por naturalizar o mesmo processo, embora agora usando a

fenomenologia. Seja pela insuficiência dos métodos de apreensão do real (que gera o “erro interpretativo”) ou seja, pela incapacidade epistemológica do sujeito que não pode ser outro além do que é e, portanto, condicionada está sua reação e condicionados estão seus tempos e suas histórias a naturalização e inevitabilidade tornam-se dados.

Esse imenso muro (a afirmação de um “real” existente *per se*) guarda essa prisão com duas janelas: o estruturalismo e a fenomenologia. Com certeza o horizonte a que têm acesso a segunda janelas é muito maior do que a da primeira (conflito leste-oeste ou EUA e URSS), mas ainda assim encorrem em três erros históricos de difícil aceitação. O primeiro diz respeito ao efeito teleológico. Ao apresentar uma história que seja inteligível ao homem do presente esses historiadores tornam a linha do sentido causal numa extensão de abrangência que vai desde 1945 (ou até antes) até 1989-1991. Este sentido causal passa de uma série de fragmentos de reta incongruentes dispersos e não orientados (como sói acontecer com a intencionalidade subjetiva da ação individual dentro do seu tempo) numa pavimentada estrada que leva o leitor de 1945 ao final da Guerra Fria num caminho seguro, sem dúvidas de sentido ou nebulosas de entendimento. As causas, os motivos e as orientações são desveladas num contínuo encadear de sentidos a-históricos. E, ainda que essa estrada tenha curvas e breves retornos, seus sentido, seus contornos e sua homogeneidade são manifestos.

Esta segurança na apropriação dos sentidos é dada pela crença num real existente *per se* e pela racionalidade explicativa imanente sustentada por uma análise *ex-post facto* teleológica, uma espécie de engenharia reversa do tempo. Pouco importa se o conflito chamado de “Guerra Fria” entendido, delimitado e efetivamente lutado por Franklin Roosevelt seja completamente diferente do conflito arbitrariamente também chamado de “Guerra Fria” e entendido, delimitado e efetivamente lutado por Eisenhower. É desconfortável para essas linhas interpretativas que a URSS de Dean Acheson seja completamente diferente da URSS de John Foster Dulles. Contra esse “perigo relativista epistemológico” o paradigma moderno se agarra no axioma da identidade do objeto procurando mostrar muito mais as continuidades constitutivas invariáveis no tempo do que suas rupturas, buscando reificar as regularidades e minorar as diferenças.

É preciso, assim, homogeneizar os objetos a ponto de quase petrificá-los. Não se preocupam, esses intérpretes, que os EUA de Stalin e Truman seja diferente dos EUA de Kennedy e Krushev. É preciso, pelo bem da inteligibilidade histórica no paradigma moderno, que se mostrem as regularidades (assim erroneamente entendidas) como ontologias constitutivas singulares dos objetos e, portanto, indiferentes às heterogeneidades políticas, sociais e mesmo à passagem do tempo. É preciso que se afirme uma história de momentos estáveis plenamente percebidos e circunscritos no tempo e não um moto-contínuo de mudanças. Um álbum de fotografias e não um caleidoscópio individual sempre em movimento.

O segundo erro histórico que incorrem as linhas interpretativas do paradigma moderno é a questão da normatividade. Ao generalizar conceitos, causas e circunstâncias tem-se necessariamente um processo efetivo de construção histórica antes do que reconstrução histórica. A pontualidade com que responde o tempo às perguntas do historiador é transformada numa linha de descrição narrativa constante pela interpolação do presente no passado, do historiador na história. Clássicos e revisionistas estabelecem seus julgamentos morais, seus princípios éticos e suas razões temporais ligando fragmentos do passado e nisso transformam esse passado em algo que eles pensam que deveria ter sido, em algo que o passado efetivamente não foi. Já os pós revisionistas, introjetando categorias do “*turn*” cultural e linguístico entendem essas interpolações (o “*muthus*” de Ricouer (RICOUER, 1994), por exemplo) impossíveis de serem evitadas mas circunscritas ao texto, dado o axioma da existência do “real”. Seriam desvios absolutamente necessários e incontornáveis no entendimento histórico, mas a extensão desses desvios é presente apenas no tempo presente. É o olhar do historiador que condiciona sua narrativa como muito bem mostrado por Ricouer, entretanto todos somos historiadores dos nossos tempos e o reconstituímos quase que imediatamente após ter ocorrido internamente em nossas mentes. Os processos de ressignificação não são, portanto, monopólio do historiador mas, no caso do estudo da Guerra Fria refletem-se nas próprias fontes. É muito provável que as causas que levaram Harry Truman a intervir na Guerra da Coreia sejam muito diferentes das causas de Dean Acheson, por exemplo. É ressignificação que subjaz escondida nas fontes e permanece submersa pelo paradigma moderno.

O terceiro problema que incorrem as linhas interpretativas do paradigma moderno é a despersonalização do sujeito enquanto agente. Não é necessária muita argumentação no sentido de mostrar que explicações estruturalistas, ao subjugarem o sujeito ao controle (ou ainda somente por restrição) destes entes atemporais e a-históricos que chamamos “estruturas” se está primeiramente retirando do sujeito a liberdade e responsabilidade das ações. Argumentos que evocam o imperialismo americano ou o imperialismo marxista leninista soviético como “fontes da conduta” (KENNAN, 1947) de determinado agente transferem as vontades de ação, as causalidades individuais e as liberdades de escolhas para uma estrutura que é tão intangível e etérea quanto mal determinada e inexplicável. Essa naturalização dos comportamentos também ocorre com a premissa do ator racional, afinal ele quer sempre maximizar seus ganhos (muito embora o que o teórico entenda por ganho possa não coincidir com o que o ator de fato entende) (WALTZ, 1979). As vontades se perdem nas correntezas dos condicionantes do passado e os sujeitos são centrifugados pelas estruturas que o presente identifica e nomeia como tais (embora também possam ser completamente diferentes daquelas existentes no passado).

Aqui, pode parecer que os pós-revisionistas com o “turn” cultural e linguístico conseguiram efetivamente avançar no problema, mas o que ocorre de fato é que cultura ou língua por mais que reconheçam as individualidades subjetivas são ainda estruturas. Troca-se um estrutura vinculante maior (como a democracia para o ocidente, por exemplo) por inúmeras estruturas individuais, celas menores e um pouco mais maleáveis sem, entretanto, deixarem de ser vinculantes. O desafio metodológico é multiplicado *ad infinitum*.

A bipolaridade especificamente é um conceito com o qual se pode mostrar todos os erros históricos antes apontados. O conceito de bipolaridade tal qual apresentado por Watz (e em grande medida também o de Morgenthau (MORGENTHAU, 2003)) é caracterizado por ser estrutural e mecanicista teleológico. Ele articula os atores, suas preferências e suas ações no plano da política internacional de forma a oferecer uma explicação racional *ex-ante* ao próprio agente que se traveste de “previsibilidade científica”. Ademais, por ser estrutural o conceito de bipolaridade dispensa a vontade dos atores. O sistema da Guerra Fria seria conflitivo mesmo que EUA e URSS fossem capitalistas, socialistas ou qualquer outro “istas” que se queira delimitar. Em realidade muitos “teóricos” desse realismo voltam na história aos tempos de

Esparta e Atenas ou dos Habsburgo e Bourbon para conceberem ali também seu sistema bipolar (MEARSHEIMER, 2001). O conceito é indefinido quanto à delimitação de “polos” e de “poder” (WAGNER, 1993) entre outras imprecisões que tornam o conceito completamente ineficaz e incapaz de explicar o que chamamos de Guerra Fria.

Conclusão

Como resolver esse problema? Ou usando os termos do próprio artigo: Por quê a URSS de Dean Acheson é diferente da URSS de John Foster Dulles? É claro e inegável que existe uma diferença já no próprio objeto frente ao tempo em que esses dois secretários de Estado americanos foram os tomadores de decisão dentro da política externa dos EUA, Acheson de 1949-1953 e Dulles de 1953-1959. Entretanto é preciso reconhecer que a grande diferença da URSS desses dois tomadores de decisão se dá exatamente por serem eles duas pessoas completamente diferentes, com padrões morais, e limites éticos diferenciados. Consubstanciando seus tempos e suas percepções políticas de forma diferente. Entendendo essa URSS de formas claramente distintas e com isso construindo realidades políticas e históricas diferenciadas que hoje nós captamos em senso bastante restrito através das poucas marcas deixadas. É preciso afastar o paradigma moderno homogeneizante e ontologicamente afirmando identidades dos objetos para adentrarmos no paradigma da pós-modernidade e então entendermos que, mais do que meramente uma ferramenta política (o realismo), uma linha de interpretação histórica da Guerra Fria essas ideias efetivamente criaram a realidade do mundo em que elas se apresentaram. Especialmente a Guerra Fria é pródiga ao mostrar isso. É um conflito em que se torna impossível o entendimento dentro do paradigma moderno. Sem o reconhecimento, delimitação e entendimento do que efetivamente significaram os conceitos, as ideias e as palavras para cada um dos tomadores de decisão e para cada tempo que se inseriu sobre-nos apenas a cegueira da prisão. O mundo quadriculado pela ótica da janela de uma solitária e as estruturas ou fenomenologias a que ele se escora para explicar o que de fato não consegue ver.

Referências Bibliográficas

BARRASS, G. **The Great Cold War: A journey through the hall of mirrors**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

GADDIS, J. L. **We now know: rethinking Cold War History**. New York: Oxford, 1997.

GIDDENS, A. **O mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HUNTER, A. **Rethinking the cold War**. Philadelphia: Temple, 1998.

KENNAN, G. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, July 1947.

LAFEBER, W. **America, Russia and the Cold War, 1945-1996**. 9a. ed. New York: McGraw Hill, 1997.

MANNHEIM, K. **Ideology and Utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. Londres: Routledge, 1954.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. Brasília: UNB, 2003.

NYE, J. **Understanding International Conflicts: An introduction to Theory and Hystory**. 6a. ed. New York: Longman, 2007.

RICOUER, P. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, v. I, 1994.

SANTOS, B. D. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

WAGNER, H. What was bipolarity? **International Organization**, MIT press, v. 47, n. 1, p. 77-106, Winter 1993.

WALTZ, K. The stability of a bipolar World. **American Academy of Art & Sciences**, MIT Press, v. 93, n. 3, p. 881-909, Summer 1964.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.

WESTAD, O. A. **The global cold war**. New York: Cambridge, 2010.

YOUNG, J. W.; KENT, J. **International Relations since 1945: a Global History**. New York: Oxford, 2004.

Na confluência do mítico e do histórico *Os Rios Profundos*, de José María Arguedas

*Maria Aparecida Nogueira Schmitt**

Contar a história sugere falar por outro ou por outros, numa irrupção do individual para o coletivo.

Para se relatar uma história existe a condição basilar que constitui o saber sobre. Ao mesmo tempo, para se contar história é preciso operar uma escolha. Assim se explica, na transmissão de um mesmo fato, o registro de atuações heroicas, por uns, surgirem vilipendiadas no relato de outros. Por sua vez, para quem narra, essa escolha pressupõe, ao que procura um relato imparcial, onde a história de uns não silencie a história de outros, partir da percepção de uma perspectiva democrática da memória.

Hugo Achugar chega a conclamar aos historiadores um desafio ao caráter de exclusão operado pela escolha acenando por um projeto alternativo que atenda à diversidade sem propor o autoritarismo da homogeneização.

São suas as palavras:

[...] el desafío es y sigue siendo una historia que no sea fragmentaria, que no tenga un punto de vista que silencie o que olvide a los otros, que sea democrática, que sea inclusiva y que a la vez implique una opción: no una historia del “Príncipe”, sino una historia verdaderamente “Republicana”; es decir, una historia democrática.¹ (ACHUGAR, 2004: 122)

* Pós-Doutora em Letras Neolatinas pela UFRJ; Professora de Mestrado no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/SMC.

¹ ...o desafio é e continua sendo, uma história que não seja fragmentária, que não tenha um ponto de vista que silencie ou que esqueça os outros, que seja democrática, e seja inclusiva e que, ao mesmo tempo, implique uma opção: não uma história de “Príncipe”, mas uma história verdadeiramente “Republicana”, ou seja, uma história democrática.

O crítico uruguaio pondera que a narrativa de uma memória democrática implica no reconhecimento da pluralidade dos cenários da memória nacional. A história é entendida como negociação, como um debate entre múltiplos atores, enunciadores dessa memória nacional.

Achugar assim elucida sua proposição: “La emergencia de nuevos actores sociales permite suponer la necesidad, experimentada por estos mismos actores, de reconstruir una historia propia olvidada por el discurso de la comunidad hegemónica.”² (ACHUGAR, 2004: 122)

Por sua vez, Antonio Candido considera que a literatura, na América Latina, sempre foi empenhada na construção e na aquisição de uma consciência nacional, de tal maneira que o ponto de vista histórico-sociológico é imprescindível para estudá-la. Ressalta o interesse que os historiadores sentem despertado ao refletirem sobre os recursos acionados pelos escritores na adaptação dos cânones estéticos literários europeus, sobrevividos da imposição dos processos da colonização, às peculiaridades da América Latina, sobre o que assevera:

Para o historiador, o aspecto mais interessante da literatura nos países da América é a adaptação dos padrões estéticos e intelectuais da Europa às condições físicas e sociais do Novo Mundo, por intermédio do processo colonizador, de que é um episódio. (CANDIDO, 1987: 164)

Atente-se para o fato de que as afinidades notórias de traços comuns às literaturas ibéricas, explicam-se pelo motivo de esses países terem sido colonizados por duas monarquias da Península que igualmente conheceram a escravidão como regime de trabalho.

O mito

A arte detém a capacidade de oferecer satisfações substitutivas para as frustrações geradas nas renúncias culturais e serve para conciliar o homem com os sacrifícios que tem que fazer em prol da civilização.

² A emergência de novos atores sociais permite supor a necessidade, experimentada por esses mesmos atores, de reconstruir uma história própria esquecida pelo discurso da comunidade hegemônica

Na busca de autoproteção, o homem transforma as forças da natureza como elementos ancilares sobrenaturais e daí nascem os deuses.

Sobre esse aspecto Freud considera que, na tenra idade, experimentamos semelhante situação. As crianças temem os pais, especialmente o pai, mas têm neles a certeza de proteção contra os perigos.

Do mesmo modo, um homem transforma as forças da natureza não simplesmente em pessoas com quem pode associar-se como com seus iguais – pois isso não faria justiça à impressão esmagadora que essas forças causam nele - , mas lhes concede o caráter de um pai. Transforma-as em deuses...⁴ (FREUD, 1969: 26)

Nessa linha freudiana, os deuses apresentam um caráter compensatório em sua tríplice missão: exorcisa os terrores da natureza, reconcilia os homens com a crueldade do destino, especificamente a que é evidenciada na morte, eleva-os a superar as frustrações e padecimentos que uma vida civilizada lhes impõe na comunidade.

Na evolução do tempo os deuses sofrem reajustes conceituais e funcionais. O mito parte da acepção tradicional do verdadeiro, do sagrado, para ancorar na atualidade como ficção, ilusão.

Para Mircea Eliade:

[...] el mito cuenta cómo, gracias a las hazañas de los seres sobrenaturales, una realidad há venido a la existencia, sea ésta la realidad total, el Cosmos, o solamente un fragmento: una isla, una especie vegetal, un comportamiento humano, una institución. Es, pues, siempre el relato de una *creación*.³ (ELIADE, 1968: 18)

Lévi-Strauss adverte com insistência contra a introdução da noção do sujeito em seu estudo dos mitos. Sobre isso declara Tzvetan Todorov: “[...] é preciso que os mitos sejam

³ 5 ... o mito conta como, graças às façanhas dos seres sobrenaturais, uma realidade tem vindo à existência, sendo essa a realidade total, o Cosmos, ou somente um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É, pois, sempre o relato de uma criação.

explicados a partir deles mesmos sem referência à vontade dos sujeitos que os transmitem”. (TODOROV, 1993: 91)

Nessa linha, Todorov completa, em comunhão com o pensamento de Lévi-Strauss: “O estudo dos mitos não tem o que fazer com a noção de sujeito individual, produtor de discursos, pela simples razão de que os mitos são discursos feitos pela coletividade: por definição, o que é individual não é mito.” (LÉVI-STRAUSS, 1977: 91)

Os signos de uma cultura se expandem, tomam-se de porosidade, invadem o significado, fazem da linguagem o reduto do ser e é aí que o escritor latino-americano cria uma literatura com uma roupagem nova.

Os escritores neoindigenistas retomam o poder da palavra e com ela recorrem à magia de dar voz a silêncios. Tomás G. Escajadillo procura definir o neoindigenismo como a fusão do emprego de alguns elementos, dentre eles a perspectiva do realismo mágico, que permite revelar as dimensões míticas do universo indígena sem isolá-las da realidade.

Outra questão a ser abordada quando se tecem conjeturações a respeito do mito no discurso neoindigenista é o critério da verossimilhança.

Gerard Genette considera que, desde Aristóteles, o assunto de toda ficção “[...] não é nem o verdadeiro e nem o possível, mas o verossímil; tende-se, porém, a identificar cada vez mais nitidamente o verossímil com o ‘devendo-ser’.” (GENETTE, 1971: 89)

Para Julia Kristeva o verossímil tem uma só característica constante:

[...] ele quer dizer, ele é um sentido. No nível do verossímil o sentido apresenta-se como generalizado e esquecido da relação que originariamente o determinara: a relação linguagem/verdade objetiva. O sentido do verossímil não tem mais objeto fora do discurso, a conexão objeto-linguagem não lhe diz respeito, a problemática do verdadeiro e do falso não tem nada a ver com ele. O sentido verossímil *finje* preocupar-se com a verdade objetiva; o que o preocupa efetivamente é sua relação com um discurso cujo ‘fingir-ser-uma-verdade-objetiva’ é reconhecido, admitido, institucionalizado. (KRISTEVA, 1972: 49)

O novo romance latino-americano apresenta a realidade como “deve ser”, tem um sentido, representa. Eleva sua voz numa linguagem que emprega as palavras para expressar o que nunca

foi dito. Não se pode perder de vista o caráter da escritura como ato de solidariedade histórica. É sob a pressão da História e da Tradição que se estabelecem as escrituras possíveis de um determinado escritor.

O mito e a história em Arguedas

Em relação aos símbolos quéchua-andinos, na obra de Arguedas, torna-se importante ressaltar que conferem peculiaridade à sua literatura e propiciam a interpretação da cosmovisão do homem dos Andes peruanos, inseridos nos seus contos e romances.

Dentro do desenrolar da história do homem quéchua, desde os tempos pré-hispânicos até os dias atuais, encontram-se lugares, objetos e seres considerados sagrados, conhecidos como *wacas*.

Segundo Carlos Huamán, em seu estudo “Ojos brujos”, o Inca Garcilaso de La Veja, opondo-se à categoria pejorativa de “ídolos”, empregada pelos espanhóis, proporciona grande número de *wakas* que têm a ver com o procedimento intelectual de Arguedas, no que se refere aos seres-objetos que utiliza. Os símbolos empregados por Arguedas em suas obras, têm como fonte as tradições dos povos andinos. Esses símbolos, com o passar do tempo, vão se modificando e se enriquecendo. “La construcción de símbolos genera en el hombre la posibilidad de comunicar, comprender y concretar, en su práctica cotidiana, la forma particular de entender su realidad.”⁴ (HUAMÁN, in: PACHACHAKA, 2004: 194)

Nos símbolos do mundo quéchua-andino se reúnem os princípios que regem sua organização coletiva e sua visão do mundo e das coisas. Nas relações cotidianas, esses povos se expressam nas atividades coletivas do trabalho, na festa, na dança, na relação com a natureza.

⁴ A construção de símbolos gera no homem a possibilidade de comunicar, compreender e concretizar, em sua prática cotidiana, a forma particular de entender sua realidade.

Os símbolos não atuam de forma isolada, mas dentro de uma integração que, em cadeia, possibilita a integração social na qual o homem recria seus conhecimentos, sua memória, que lhe permitem acionar meios de identidade e de resistência.

[...] en la narrativa arguediana, los seres-objeto empleados por él son el resultado de un proceso de abstracción, de una conceptualización devenida de un proceso histórico cultural y de una poetización del símbolo. Aunque no completamente igual a las *wakas* pertenecientes a la tradición quechua-andina, pero sí de manera similar, los símbolos arguedianos tienen características mágico-religiosas.⁵ (HUAMÁN, in: PACHACHAKA, 2004: 195-196)

Nesse aspecto os fatos reais não só se convertem em signos mas também em signos substanciais e que por isso têm a capacidade de atuar como aquilo que representam, como, por exemplo, um amuleto, em *Los ríos profundos*, o “zumbayllu”. Como considera Jean Mukarovsky “son signos –símbolos.”⁶ (MUCAROVSKY, in: PACHACHAKA, 2004: 196)

Os seres-objetos de Arguedas são símbolos substanciais, jamais completamente arbitrários, havendo um nexos natural entre o significante e o significado. Os símbolos que Arguedas extrai da tradição popular andina conservam sua substancialidade tanto na estética como no pensamento mágico-religioso. Devido às grandes mudanças a que foi submetida a área andina, por parte de seus colonizadores, interferindo no desenvolvimento de sua produção e reprodução cultural, possivelmente esses símbolos tenham passado por um processo de estetização prévia.

Como afirma Paul Ricoeur, ao referir-se à perenidade dos símbolos: “Los símbolos, debido a que tienen sus raíces en las constelaciones permanentes en la vida, el sentimiento y el

⁵ ... na narrativa arguediana, os seres-objeto empregados por ele são o resultado de um processo de abstração, de uma conceitualização sobrevinda de um processo histórico cultural e de uma poetização do símbolo. Embora não completamente igual às *wakas* pertencentes à tradição quechua andina, mas sim de maneira semelhante, os símbolos arguedianos têm características mágico-religiosas.

⁶ São signo-símbolos.

universo, y a que tienen una estabilidad increíble, nos llevan a pensar que no mueren nunca, que solamente son transformados.”⁷ (RICOEUR, 1995: 196)

Os símbolos arguedianos reúnem elementos do mundo quéchua-andino, em contínua reatualização e seu significado verdadeiro, às vezes, torna-se praticamente intraduzível.

Sobre o caráter mítico, além do estético, dos símbolos, no romance arguediano, os símbolos quéchua-andinos exercem uma função literária estética sem perderem seu caráter mágico-religioso e mítico, apresentando ao leitor a unidade do pensamento andino dentro da multiplicidade cultural e das realidades vividas.

São muitos os núcleos de tradição oral que Arguedas incorpora em sua escritura. Não se deve perder de vista que Arguedas não foi apenas um narrador. Segundo Lienhard, o autor de *Los ríos profundos*, por ter sido, além de narrador, poeta, etnógrafo, antropólogo, de acordo com o gênero em que atuava, não empregava os mesmos recursos e nem dizia a mesma coisa. Em *Los ríos profundos* há uma espécie de utopia social. Para se verificar a utopia arguediana torna-se fundamental considerar sua obra como produto histórico que com o passar do tempo foi-se aperfeiçoando e que atualmente continua vivo como os povos quéchua-andinos. A esse cosmos plural se deve grande parte da narrativa arguediana. É uma narrativa fruto dos conflitos gerados na heterogeneidade peruana e por isso sua narrativa não é homogênea e nem estática, mas atravessa várias etapas de criação. Em seu desenvolvimento literário, Arguedas enfrenta, de modos diferentes, o problema da linguagem. Quando escreve o conto *Agua*, o faz em um “castelhano puro”, buscando atender a um público leitor não falante de quíchua; ao sentir que esse “castelhano puro” não lhe permitia falar com intensidade sobre o “runa”, bem como de seus sentimentos, de sua visão de mundo e das lutas de seu universo, em *Yawar Fiesta* busca uma sutil mistura de elementos, obtidos da experiência quéchua-andina. Em *Los ríos profundos* inventa um idioleto literário, com que aborda as intensidades poéticas e mágicas do mundo quéchua- andino.

⁷ Os símbolos, devido a terem suas raízes nas constelações permanentes na vida, o sentimento e o universo, e aqueles que têm uma estabilidade incrível, nos levam a pensar que não morrem nunca, que somente são transformados.

La narrativa arguediana tiene hilos que se entretajan y transmiten la memoria histórica y cultural del universo peruano, especialmente andino. Destacan los mitos que pese a ser presentados en castellano, configuran toda la obra del autor.⁸ (HUAMÁN, 2004: 300)

Em seu universo narrativo Arguedas entende que todos os homens, respondendo a suas diversas realidades culturais, pensam e atuam de diferentes formas e que por isso não estão obrigados a serem submetidos a imposições dos setores dominantes.

Los ríos profundos apresenta símbolos mágico-místicos e poéticos. É um romance que descerra as cortinas culturais para revelar partes até então desconhecidas do mundo quéchua, numa liberdade da visão ampliada que vê de fora e de dentro dos costumes de um povo. São produtos culturais buscados na cosmovisão quéchua-andina.

No romance de Arguedas, os mitos e os símbolos mostram a resistência e a permanência cultural, social e econômica. Trazem em si a função de indicar a mobilidade da tradição cultural a tal ponto que acompanha o curso do processo de mestiçagem, perante a andinização e a apropriação de elementos do mundo ocidental. A resistência, a permanência, a continuidade e a tradição constituem-se como forças mobilizadoras no processo da história.

A narrativa arguediana, carregada de mitos, música, canto, dança e símbolos busca construir uma literatura alternativa andina que se alimenta da experiência passada e presente da história peruana. Nessa literatura a cultura quéchua-andina constitui a base, ao ser conciliada às propostas de modernidade.

Essa narrativa, cujas inovações derivam do emprego da estrutura linguística, e dos recursos culturais e literários quéchuas entrelaçados aos modelos ocidentais, provoca o rompimento com a narração indigenista o que propiciou a Arguedas estar à frente da sua época. Na sua narrativa, que segue ao lado da história peruana, a bagagem linguística e a cosmovisão do mundo quéchua-andino traduzem as tensões e as preocupações de uma sociedade heterogênea, interinfluenciada e em constante luta.

⁸ A narrativa arguediana tem fios que se entrelaçam e transmitem a memória histórica e cultural do universo peruano, especialmente andino. Destacam os mitos que pese ser apresentados em castelhano, configuram toda a obra do autor.

A título de ilustração, um dos múltiplos símbolos, extraído de *Los ríos profundos*, o Apu K´arwarasu, será aqui exposto à luz da contribuição de Carlos Huamán, possuidor de profunda imersão na tradição quéchua-andina, para a decodificação da divindade na tessitura narrativa arguediana.

Segundo Carlos Huamán, para se falar do *Apu* é preciso pedir-lhe permissão, molhando a terra com gotas de aguardente. Assim fazem os homens dos Andes peruanos para aproximarem-se ou falarem com *Apu*, *Auki*, *Wamani*, *Qirka*, *Dios montaña*, protetor dos “runas”.

No processo criativo arguediano, o *Apu* geralmente aparece em diferentes momentos circunstanciais das narrativas, revelando as várias funções que desempenha em sua relação com os comuneiros quéchuas. O *Apu* é o doador de proteção, de luz, de energia, com que se fortalece material e espiritualmente o campesino. Ele faz parte dos deuses tutelares. “Para los indígenas, los *wamanis* (montañas) son el segundo Dios (el primer Dios es *Inkarri* ... Él hizo todo cuanto existe en la tierra). Ellos protegen al ser humano. De ellos brota el aguasangre que hace posible la vida.”⁹ (HUAMÁN,2004: 197)

Para o povo quéchua o *Apu* é um ser vivo, animado, como tudo o que compõe o mundo andino. “Los *apus* están cargados de connotaciones míticas. Unos tienen mayor poder que otros. Luchan entre sí por su hegemonía. El carácter y el poder del *Apu* determinan su dominio de un espacio dado.”¹⁰ (HUAMÁN, 2004: 197)

Na passagem de *Los ríos profundos*, em que Ernesto foi desafiado para lutar com Rondinel e tentou rezar no rosário. Tomou-se de vergonha, sentimento que pode revelar, dentro da polifonia textual, tanto pela descrença na divindade ocidentalizada, quanto por uma espécie de traição aos deuses tutelares de um povo que Ernesto ama e respeita.

⁹ Para os indígenas, os *wamanis* (montanhas) são o segundo deus (o primeiro deus é o Inkarrí... Ele fez tudo quanto existe na terra).Eles protegem o ser humano. Deles brota a “água-sangue” que faz possível a vida.

¹⁰ Os *apus* estão carregados de conotações míticas. Uns têm mais poder que outros.Lutam entre si por sua hegemonia o caráter e o poder do *Apu* determinam seu domínio de um espaço dado.

“Por la noche, en el rosario, quise encomendarme y no pude. La vergüenza me ató la lengua y el pensamiento.

Entonces, mientras temblaba de vergüenza, vino a mi memoria, como un relámpago, la imagen del apu K´arwarasu” (ARGUEDAS, 2001: 76).

A partir da prece ao deus dos índios, Ernesto sentiu-se transfundido de coragem.

Como uma forma de revelar ao não índio a cosmovisão quéchua- andina, o narrador-personagem traduz, nas páginas do romance, as atribuições do apu K´arwarasu.

El K´arwarasu es el apu, el dios regional de mi aldea nativa. Tiene tres cumbres nevadas que se levantan sobre una cadena de montañas de roca negra. Le rodean varios lagos en que viven garzas de plumaje rosado. el cernícalo es el símbolo del K´arwarasu....

Los indios invocan al K´arwarasu únicamente en los grandes peligros. Apenas pronuncian su nombre el temor a la muerte desaparece. (ARGUEDAS, 2001: 77)

No romance de Arguedas, o mito andino cumpre a função compensatória que lhe é delegada. Por meio dos símbolos arguedianos torna-se maior a possibilidade de compreensão de um mundo extremamente complexo, como o dos índios, considerando-se a inter-relação entre a tradição oral introduzida no campo da escritura.

Referências bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sin boca**. Montevideo, Uruguay: Trilce, 2004.

ARGUEDAS, José María. **Los ríos profundos**. 21. ed. Lima, Perú: Editorial Horizonte, 2001.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

ELIADE, Mircea. **Mito y realidad**. Madrid, Espanha: Ed. Guadarrama, 1968.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GENETTE, Gérard et al. **Literatura e semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1971.

HUAMÁN, Carlos. Ojos de brujos. In: **Pachachaka – Puente sobre el mundo – Narrativa, memoria y símbolo en la obra de José María Arguedas**. México: el Colegio del México, A.C. 2004.

KRISTEVA, Julia. A produtividade do texto. In: **Literatura e semiologia**. Trad. Célia Neves Dourado. Petrópolis: Vozes, 1972.

MUKAROVSKY, Jean. In: **Pachachaka – Puente sobre el mundo – Narrativa, memoria y símbolo en la obra de José María Arguedas**. México: el Colegio del México, A.C. 2004.

RICOEUR, Paul. **Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido**. México: Siglo Veintiuno, Universidad Iberoamericana, 1995.

STRAUSS, Lévi. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros – a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Os Antigos, os Selvagens e a experiência do tempo no projeto denisiano para a história do Brasil

*Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira**

Qu'est-ce en effet qu'un temps temporalisé ? Un temps, actif, acteur, agent, qui est la mesure de la force de l'Histoire, l'inscription de sa puissance jamais en repos. ... Ce temps, qui est celui de l'Histoire, de la philosophie de l'histoire et de l'histoire universelle, telles que les a entendues le XIXe siècle, est d'abord l'affaire des philosophes – Hegel en tête –, qui en sont les desservants et les chantres avant d'en devenir les prophètes désenchantés, en commençant par Ostwald Spengler.

(François Hartog. “La Temporalization du temps: une longue marche”)¹

O convite de Hartog à reflexão sobre a emergência e atuação do tempo histórico no século XIX, bem nos introduz à temática desta apresentação que será a reflexão sobre os liames entre o Regime Moderno de Historicidade e o projeto historiográfico de Ferdinand Denis para a narrativa do Brasil, tal como proposta no *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826)². Centrada nossa atenção na perspectiva denisiana de uma história antiga brasileira baseada no indígena, seu trabalho se destaca principalmente pelo nivelamento entre Antigos e Selvagens, cuja proximidade se justifica como passível de confirmação a partir do estudo do passado brasileiro via etnografia e arqueologia. Denis constroi assim uma interessante cronologia, em que a história pátria assume uma longevidade paralela à Européia, habilitando-se à integração no movimento universal da humanidade. E mais: nesse momento o autor nos

* Doutoranda PPGHIS-UFOP.

1 *O que é de fato, um tempo temporalizado? Um tempo ativo, ator, agente, que é a medida da força da história, o registro de sua 'as compreendia o século XIX, é uma questão para os filósofos – Hegel à frente – que são os sacerdotes e os poetas, antes de se tornarem os profetas desencantados, a começar por Ostwald Spengler.* (François Hartog. “A temporalização do tempo”: uma longa marcha)(nossa tradução)

2 O volume compreende dois títulos publicados em conjunto: *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, Suivi du Résumé de l'histoire Littéraire du Brésil* (1826)

oferece uma abordagem da história brasileira em moldes modernos, a partir de uma experiência do tempo Moderna.

O primeiro e mais importante indício dessa pertença à Modernidade será a opção cronológica que associa indígenas e Antigos. Ora, como nos lembra Hartog (2013), o momento da consciência da Modernidade é justamente aquele em que os intelectuais do século XIX se percebem inexoravelmente separados dos Antigos e, portanto, próximos dos Selvagens. Além disso há que perceber as ferramentas apresentadas por Denis como elementos de acesso à história indígena: ciente de que os autoctones fossem uma sociedade ágrafa, ele não esmorece em sua certeza da possibilidade de acesso ao seu passado. (DENIS, 1826: 517-18) Baseando-se provavelmente nos esforços despendidos na Europa iluminista dos séculos XVII e XVIII, o historiador francês propõe que as ciências humanas recentemente aparecidas sejam utilizadas para desvendar o passado indígena. Esse primeiro influxo seria posteriormente reafirmado por Von Martius, em seu projeto de 1845, sem que fosse citada o pioneiro ensaio de Denis, e, portanto, há que destacar esse seu lugar de precursor, cuja importância para as letras imperiais carece ainda de atenção.

Denis é pouco conhecido nos estudos históricos, tendo porém lugar cativo na historiografia literária. Sua trajetória se assemelha à de vários viajantes europeus que aqui estiveram no século XIX: após três anos no Brasil (1816-1819), o postulante à diplomacia francesa abandona seus objetivos iniciais de fazer fortuna no Oriente e voltando à França, em 1821, inicia uma longa carreira de estudos e publicações sobre a América e o Brasil. A partir daí seu lugar nas letras francesas e brasileiras se consolidaria, tornando-se ao longo do século XIX um autor de referência sobre a América³, e administrador da conceituada Biblioteca de Sainte Gèneviève, onde iniciou carreira em 1838, tornando-se administrador de 1860 até quase sua morte, em 1891.

No Brasil sua influência se faria sentir por todo o século XIX, principalmente pelo sucesso imediato de duas de suas primeiras obras: a primeira história do Brasil independente,

3 Sobre a carreira de Denis e a importância de sua posição de intelectual, ver CORDIER, 1991; BAREL, 2002; SOUZA E SILVA, 1891; ZILBERMAN, 2006a e 2006b, entre outros.

intitulada *Résumé de l'histoire du Brésil*, de 1825⁴, e a assim chamada “declaração de independência da literatura nacional”, pelo *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* de 1826⁵. Estes trabalhos se consagraram imediatamente entre nós, fosse pelo pioneirismo em reconhecer a independência política e literária da nação, ou pela intenção declarada de colaborar na construção de uma história nacional. De fato, ambos se apresentam de forma prospectiva, com propostas de cronologia e agenda para a produção historiográfica nacional; em resposta, a Coroa adotaria a tradução do *Resumo da história do Brasil* por Henrique Luiz Niemeyer de Bellegarde, de 1831, como leitura obrigatória no ensino público. Já o *Resumo da história literária do Brasil*, de 1826, não teve tradução, embora isso não fosse empecilho para sua divulgação entre a elite letrada imperial. De fato, o indianismo romântico e a ênfase nos estudos da história indígena pelo IHGB devem muito ao seu projeto histórico-literário aí exposto⁶.

Esta obra, produzida sob a influência de uma noção romântica de história literária, teria por destino associar-se ao *Résumé de l'Histoire du Brésil* (1825), como narrativa da história brasileira, por entender-se à época, que às letras pátrias cabia demonstrar o gênio nacional e perpetuar sua memória (DENIS, 1826: 7). Deste modo deduz-se que a enunciação do projeto denisiano para a história da literatura deveria expandia-se para a narrativa histórica geral, ocupando um espaço que a história ocuparia, em momento posterior (ARAUJO, 2008).⁷

Interessam-nos aqui a experiência do tempo percebida por Denis e sua influência na narrativa da história do Brasil, sobretudo quanto aos aspectos de historicização do indígena. Postulamos que a perspectiva denisiana sobre os selvagens (que ele aproxima dos Antigos), esteja amparada por uma experiência do tempo pontuada pela modernidade que, ao valorizar

4 A obra se publicou em um volume contendo duas obras distintas: *Rèsumè de l'histoire du Brèsil, suivi du Rèsumè de l'histoire de la Guyanne* (1825).

5 Este também teve título mais extenso: *Rèsumè de l'histoire littèraire du Portugal, suivi du Rèsumè de l'histoire littèraire du Brèsil*. (1826)

6 A historiografia literária considera este livro como seu momento de fundação, como também da literatura nacional, pois teria sido o responsável pela vaga indianista e o desenvolvimento das letras nacionais que ela protagonizou.

Em outro trabalho estudamos a relação entre literatura indianista e história, creditando à influência de Denis a onipresença do índio nas letras imperiais. (Conferir OLIVEIRA, 2011.)

7 Como nos informa Valdeci Lopes Araujo, a falta de um conceito apropriado de história, na primeira metade do século XIX, levava à superposição de sentidos no conceito de literatura.

os Modernos, relega aos antigos um lugar próximo dos selvagens. Essa perspectiva se demonstra principalmente nos dois capítulos teóricos do *Resumo da história literária do Brasil* (1826): o “Discours Préliminaire” (DENIS, 1826: V a XXV) e as “Considerations Générales sur le caractère que la poésie doit prendre dans le nouveau monde” (DENIS, 1826: 513- 528),⁸ em que o autor esclarece seu projeto e conceitos essenciais.

O que agora se apresenta são as resultantes iniciais de um projeto de doutorado em andamento, dedicado ao estudo da experiência a do tempo nas obras historiográficas de Ferdinand Denis dedicadas ao Brasil, em busca de analisar sua concepção de história e seu projeto de narrativa da história brasileira. É objetivo final da futura tese, demonstrar o caráter moderno da experiência de tempo que dirige a narrativa denisiana, matizada pelas influências recebidas da história natural, do regime moderno de historicidade e das demais ciências humanas em desenvolvimento. A especificidade desta narrativa se baseia, em nossa opinião, pela busca de compreender, em sua maior extensão possível, a trajetória da Nação brasileira no tempo, calcada no sentido moderno de progresso e alimentada pelas tradições letradas de dois países: França e Brasil, cujos princípios relaciona em sua análise.

Quanto ao tema dessa apresentação há que observar o crescimento contemporâneo de uma tradição historiográfica sobre a relação entre as letras imperiais e a univocidade da representação do indígena. De um lado, temos a historiografia literária, para quem o indianismo (a face literária do índio nas letras brasileiras) representa uma resposta ao apelo de Ferdinand Denis, sobre a necessidade de as letras pátrias representarem a brasilidade. Entre os estudos literários, a ênfase no indígena tem sido percebida como um apelo romântico ao pitoresco, uma metáfora da nacionalidade ou, nos dizeres de Antônio Cândido, como a busca de “dar a uma nação sem memória, a profundidade do tempo lendário.” Essa categorização de mito ou lenda, em sentido ficcional, se apegou ao indianismo romântico de maneira indelével.⁹

8 “Discurso preliminar” (DENIS: 1826, V a XXV) e “Considerações Gerais sobre o caráter que a poesia deve ter no Novo Mundo” (DENIS, 182: 513- 528) respectivamente. (nossa tradução)

9 Será interessante destacar que a representação do índio, que teria como justificativa seu caráter de “cor local”, vem sendo descaracterizada no sentido original do conceito, no século XIX. Nesse tempo a “Cor local” representaria o que caracterizava a identidade, portanto, o mais histórico e cultural de sua sociedade. As análises literárias do século XX tendem a receber esse conceito como um apelo ao exotismo e ao pitoresco, o que

Desde o momento em que Silvio Romero cunha o vocábulo e o conceito, em 1888¹⁰, a ideia de farsa política (ideológica) colou-se ao indianismo e pouco se vai além, mesmo quando o sentido é positivo. Ainda que autores tais como Afrânio Coutinho e Silviano Santiago estendam a significação da representação indígena como tema nacional (COUTINHO), ou reflexão sobre a nacionalidade (SANTIAGO, 1982), a possibilidade de perceber-se o indianismo como um exercício historiográfico (resguardadas as proporções) não é considerada.

Quanto aos estudos históricos, há que notar desde 1988, com o pioneiro ensaio de Manoel Luiz Salgado Guimarães, um expressivo crescimento de estudos sobre a temática indígena no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De fato, a importância do tema para o Instituto, é óbvia: logo após sua criação surgem os setores de etnografia e arqueologia e como já nos alertara Lúcio Tadeu Motta (1995) a produção sobre o assunto foi expressiva: entre 1840 e 1889, mais de vinte por cento dos artigos.

Desde então, diversos autores se dedicaram ao tema, como Manoel Luis Salgado Guimarães, Lucio Tadeu Motta, John Monteiro, Kaori Kodama, Rodrigo Turin, Temistocles Cezar, Johnni Langer, Francisco Silva Noelli, Lucio Menezes Ferreira e Vânia Maria Lozada, em diferentes perspectivas. De início há uma tendência ao relacionamento entre os estudos indígenas e as necessidades pragmáticas do Império. Entre os que seguem por essa trilha podemos citar Lucio Motta, John Monteiro, Manoel Luiz Salgado Guimarães e Vânia Maria Lozada entre os autores que ora mais ora menos, enfatizam a preocupação do IHGB em fazer desenvolver-se o conhecimento sobre o passado nacional através das seções etnográfica e arqueológica, paralelamente à necessidade de se resolver o destino das populações indígenas contemporâneas.

Os temas eram complexos, envolvendo problemas tais como a identidade nacional e a possibilidade de participação do índio nela; a questão da possível queda de mão-de-obra, devido

descharacteriza seu sentido original, principalmente na obra de Denis. (Para mais informações sobre o conceito de “Cor local”, conferir CEZAR, 2004)

10 O alerta sobre a gênese do conceito de indianismo ter suas origens em Silvio Romero (1888) vem de Schwaborn. De fato, o vocábulo não aparece em dicionários da época e parece ter tido sua primeira aparição em Romero, onde o termo é utilizado em sentido irônico para referir-se ao que se denominara até então de “poesia americana” ou “escola americana” (ver MACHADO DE ASSIS, 1994)

à eminente proibição da escravidão africana; o estudo das sociedades indígenas e a possibilidade de sua reabilitação como parte da construção de uma história civilizada para o Brasil. Estes assuntos mesclam-se na agenda do IHGB levando à conclusão de que o estudo dos indígenas no passado representaria um recuo necessário à construção de estratégias para o presente e futuro. Sobretudo previa-se a integração indígena como um imperativo social, político e econômico a dirigir os esforços dos letrados nacionais.

De fato, a tendência pragmática dos estudos nacionais era uma diretriz importante para a elite imperial desde a publicação daquela que pode ser considerada sua obra fundacional: os *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos* (1823) de José Bonifácio de Andrada, em que o autor lança o desafio de conhecer o indígena do passado para melhor controlar seus descendentes contemporâneos, ou seja: conhecer para conquistar. O apelo colonialista da temática indígena no IHGB é aspecto que ocupou boa parte dos intelectuais imperiais e dos seus contemporâneos analistas, embora isso não explique totalmente os esforços dos estudos sobre os indígenas lá realizados.

Dentre os autores contemporâneos atentos às nuances dessa temática, citamos Kaori Kodama, que dedicou ao assunto obras importantes cujo preocupação central é a relação entre nacionalidade e o estudo dos indígenas. Em *O Tupi e o sábiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em “Brasil e Oceania”* (2007) a autora estabelece uma rara relação entre indianismo literário e etnografia, sem contudo realizar uma aproximação mais que empírica entre ambas. Sempre preocupada com a questão nacional, Kodama encerra sua abordagem pela conclusão de que as ligações entre a poesia de Gonçalves Dias e seus trabalhos etnográficos relacionam-se à busca de um passado indígena e à justificativa da nacionalidade linguística (identidade nacional).

De maneira geral os autores percebem nos estudos de arqueologia e etnografia do IHGB a intenção de dirigir a continuidade da colonização, pela justificativa do preconceito e exploração dos indígenas. Seguindo por esse viés, principalmente, vão os trabalhos de Manuela Carneiro, John Monteiro Vânia Maria Lozada, que ao pesquisarem a história das representações dos indígenas, tendem a dar destaque ao processo ideológico de conquista que estes textos

representam. Em torno do conceito de degeneração, principalmente, se digladiariam os autores do IHGB, assumindo posições diversas, contra ou a favor de uma possibilidade de regeneração dos indígenas.¹¹

É mister perceber que, apesar de um volume considerável de estudos do IHGB sobre os indígenas do presente e a imperativa preocupação de definir um lugar para ele, havia correntes diferenciadas no Instituto e alguns autores – principalmente os ligados ao indianismo literário – tinham uma preocupação histórica com o indígena, dedicando seus esforços literários e etnográficos à narrativa de seu passado. Esse aspecto é pouco observado nos estudos sobre o IHGB, sendo que em sua maioria os autores contemporâneos estejam predispostos a reconhecer o caráter pragmático dos estudos lá produzidos. A tônica recai indefinidamente sobre os interesses contemporâneos a serem resolvidos com a incorporação dos indígenas, como mão de obra, contingente populacional, e como solução de conflitos. A possibilidade de narrar uma história indígena, ou da parcela indígena de uma história do Brasil, é descartada com base na impossibilidade de encontrar fontes, ou considerada como uma fantasia necessária à construção da identidade.

É relativamente constante uma perspectiva preconceituosa que reverbera a recepção de nossos etno-historiadores por seus pares, já no século XIX. Como exemplo cito a primeira expedição científica realizada pelo Instituto em 1859-61, que apesar do esmero com que foi preparada e o incentivo oficial recebido, registrou-se na história principalmente pelos epítetos dos colegas contemporâneos do IHGB, que a apelidaram de “expedição das borboletas”, ou “Comissão defloradora”, deixando marcas importantes na maneira como temos percebido os estudos etno-arqueológicos nacionais. Ecos se percebem na postura divertida com que Johnni Langer se refere os esforços da arqueologia nacional, em busca da “cidade perdida” no interior

11 Há que lembrar que a teoria da degeneração dos americanos tem uma tradição antiga, podendo remontar a Aristóteles, e que representou importante tema de debates na história natural dos séculos XVIII e XIX. Sérgio Buarque de Holanda em *Visões do Paraíso* elabora uma interessante análise da tradição de teorias sobre o Novo Mundo e seus povos, apontando para uma vertente pouco estudada que seria a da atualização, no século XIX, de teorias antigas sobre estes temas. Para os nacionais, desmistificar os trópicos como região fadada à decadência foi um exercício importante dos letrados imperiais, como nos demonstra Lorelei Kury em “No Calor da pátria” (KURY: 2006-7).

da Bahia (2002). A expedição que buscava comprovar a existência de uma civilização anterior no Brasil e que se baseava nos esforços etnohistóricos de seu tempo, tem uma recepção bastante divertida por parte de Langer, que opta facilmente pelo mito como prova da incapacidade de nossos intelectuais. Com maior respeito, mas também certo ar divertido, Temistocles Cezar nos descreve os últimos esforços de Varnhagen, que, no fim da vida, aderiu às teses de um passado asiático para nossos indígenas.

Percebe-se como conclusão geral nos estudos atuais sobre os esforços etno-históricos do IHGB imperial, que seus trabalhos sejam preconceituosos em relação ao indígena, calcando-se principalmente na teoria da degeneração; apresentem-se por vezes como fantasiosos, ao buscar arqueologicamente traços de civilizações mais avançadas no Brasil; ou estão equivocados in extremis, ao tentar encontrar uma ponte entre a história universal e a história nacional; e nesse espectro, fica difícil perceber a importância de que houvessem setores sofisticados de estudo como a arqueologia e a etnografia, dentro do Instituto, senão como como perpetuadores ideológicos da colonização, ou como obediência ao projeto de Von Martius, de 1845. Sempre voltados para o sentido pragmático destes estudos, os autores em geral tem visto estas seções como importantes justificadoras da dominação e nada mais.

Como vozes destoantes, destacamos aqui Rodrigo Turin (2011) e Temistocles Cezar (2008; 2010), cujos estudos inovam ao perceber nos autores do IHGB a consciência de que os selvagens representem o passado, principalmente porque estejam sendo equiparados aos antigos. Temistocles Cezar se volta para o uso da arqueologia e etnografia ao expor as tramas do pensamento de Varnhagen que, através da erudição e estudos filológicos, apresentava a tese, atualmente indefensável, de uma ascendência turaniana dos indígenas brasileiros. O uso da filologia, da etnografia e a crença na arqueologia não tiram porém Varnhagen de sua experiência do tempo: sua busca de origens europeias para os indígenas serviria para justificar a invasão portuguesa como expiação, uma vez que os indígenas brasileiros tivessem sido, por sua vez, conquistadores. O passado ainda não passara, para ele.

Turin tem uma perspectiva bastante arrojada dos estudos etnográficos e arqueológicos do IHGB como prevendo uma dupla temporalidade. Sendo assim, tanto o estudo dos indígenas

serviriam para narrar o passado, como também se destinariam à continuidade da obra da colonização. Para ele a comparação entre selvagens e antigos flutuaria de acordo com o pragmatismo destinado ora a enobrecer, ora a demonstrar inércia, sendo a referência aos antigos, presente nos textos do Instituto, um resquício da cultura clássica apreendida (2010: 133-6). Novamente a pedra de toque do pragmatismo dos intelectuais nacionais, e afinal, a resiliência de uma experiência do tempo no regime da *História Magistrae Vitae*.

Turin e César se destacam por romper com o tema monocórdio do pragmatismo dos estudos imperiais e a percepção de que o índio que ocupa os autores do IHGB representa também um passado. E, afirmamos, esse passado já se aproxima de seu sentido moderno. E assim anunciam uma questão que é fundante para nosso trabalho: o de que o estudo dos indígenas no IHGB não cumprisse apenas com os pragmáticos objetivos de Bonifácio de Andrada, mas que se tratasse de um esforço historiográfico, uma apreensão intelectual da passagem do tempo, sem que a nomeiem como tal. Turin e Cezar, portanto, parecem compreenderem como poucos, que os membros do IHGB em seu estudo do indígena do passado, iniciavam-se na consciência da Modernidade.¹² E, no entanto, e apesar de que estes autores percebam no estudo dos indígenas um esforço histórico, parece sempre que falta um elo – elo perdido, pois não se encontra – que explicasse o porquê dos intelectuais nacionais relacionarem os antigos e os selvagens; e de onde viria essa visão aparentemente absurda da história indígena brasileira como possuidora de uma antiguidade digna de ombrear com a européia.

Entre os autores citados, pudemos observar que limitam-se a destacar a percepção do fato, sem erigir causas para esse aparente equívoco nacional. E é aí que nos parece relevante retomar Ferdinand Denis. Pretendemos que seja ele e seu projeto para a história do Brasil de 1825-26 o possível elo perdido para que se compreenda porquê a *intelligentsia* nacional tenha passado a perceber, após os anos 1830-40, o indígena brasileiro como “ruína de povos”,

12 Turin e Cezar avançam principalmente ao relacionar a dupla Antigos e Selvagens ao debate entre Antigos e Modernos. François Hartog é uma referência importante para que se compreenda essa tríade.

descendente de civilizações perdidas e possuidor de um passado glorioso a ser encontrado a partir de estudos arqueológicos e etnográficos.¹³

Afinal, é em Denis que a historiografia literária tem depositado a responsabilidade pela associação entre o passado brasileiro e os indígenas, encontrando-se em seu *Résumé de l'histoire de la littérature du Brésil* a proposta original de que se estudasse o passado indígena como memória nacional, através da etnologia, da língua e da arqueologia, e defendendo a pertença do indígena brasileiro à história universal. Sobretudo é importante perceber que a aproximação entre indígenas brasileiros e os antigos – que vemos pela primeira vez em Denis, faz parte da experiência do tempo moderna, da qual compartilhavam seus contemporâneos franceses.

Tal como Denis, o contemporâneo visconde de Chateaubriand também vivenciava a mudança de velocidade e de ordem do tempo, promovida pela Revolução Francesa (HARTOG: 2013). Como o Visconde, Denis sofrera reveses sociais, fora testemunha de uma crise de temporalidade e testemunhou o começo de uma nova Ordem Temporal, o Regime Moderno de historicidade, a partir do qual os Antigos se distanciariam no horizonte, aproximando-se dos selvagens.

Observando a influência da experiência Moderna do Tempo sobre a percepção de Denis em relação aos indígenas, podemos desnaturalizar a perspectiva já clássica na historiografia literária de concluir pelo indianismo literário como um chamado à cor local (considerando-se essa cor local em seu sentido inexato, como discutimos na nota 9, p4.); e de sua percepção da insistência denisiana de uma antiguidade indígena traduzível como a busca de um mito para a ausência de passado. Ao considerarmos que Denis esteja inserido em uma experiência Moderna do tempo (KOSELLECK, 2006) em que a história se torna uma progressão evolutiva rumo ao futuro, a história do indígena no passado representaria, por um lado, a pertença do Brasil à história universal, amparada pelas teorias iluministas (e Denis acredita na possibilidade de uma

13 A insistência nestas ferramentas para o acesso a uma historiografia indígena, demonstram que o projeto historiográfico brasileiro tinha noções e bases respeitáveis, que vêm sendo atribuídas a Von Martius, mas que pretendemos ter como origem o projeto de Ferdinand Denis.

ancestralidade européia para os indígenas); por outro, a diferença entre passado e futuro, separados inexoravelmente pela Modernidade. Por fim sua proposta de apoio na etnografia e arqueologia (ciências que iam comprovando sua eficácia no desvendando a história dos povos antigos da Europa, nos séculos XVII e XVIII) para que se tivesse acesso ao passado indígena e sua fé na possibilidade de encontrar-se uma civilização tão avançada quanto as antigas sociedades européias do passado remoto, demonstram a complexidade de suas ideias em que conceitos distintos se organizavam e influências de várias ciências e de duas tradições se somavam: a brasileira, ainda arraigada em velhos conceitos históricos e a francesa, atrelada à locomotiva da história.

A apreensão denisiana de uma antiguidade nacional indígena, sua ênfase a que a história e a literatura nacionais se dediquem ao estudo do passado indígena e à narrativa desse passado; suas exortações para que as línguas e narrativas indígenas fossem estudadas em busca de indícios de um passado sem monumentos; sua confiança em que a arqueologia nacional seria capaz de encontrar ruínas de um passado longínquo em que os indígenas teriam compartilhado com toda a humanidade de um grau civilizacional comum, relaciona-se, em nossa perspectiva, a dois fatores importantes de seu tempo e principalmente, decorrentes das transformações da experiência do tempo sofridas a partir dos séculos XVII e XVIII, na Europa Central.

De um lado a emergência de um novo regime de historicidade, a partir do qual os Antigos e os Selvagens se aproximam; de outro o universalismo iluminista, que não apenas previa uma história compartilhada por toda a humanidade, como também deu azo ao surgimento das ciências humanas tais como a antropologia, a etnografia e a arqueologia, dedicadas à narrativa de histórias não escritas; estes elementos, quando associados, parecem oferecer uma chave de leitura não só para o programa historiográfico denisiano, como também para todo o esforço arqueológico e etnográfico do IHGB, em que pesem as lacunas ainda não suficientemente explicadas pela historiografia.

Referências Bibliográficas

ANDRADA, José Bonifácio. **Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil**. In. José Bonifácio, obra completa. Disponível em: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1072/digitalizacao/pagina/1/original.html>. Acesso em 12/08/2014.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. “A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização”. **Revista de História**, num. 159, dezembro, 2008, pp. 107-134.

BAREL, Ana Beatriz. **Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

BINOCHE, Bertrand. “Le Sauvage et l'ancien et le Moderne – ou comment penser l'histoire de la société civile?” In. **Revista de História** - edição especial (2010), 217-230.

BOCH, Julie. “L’Occident au miroir des sauvages: figures du païen chez Fontenelle et Lafitau”. **Tangence**, nº 72, 2003, p. 75-91. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/009093ar>. Acesso em: 10/03/2014.

CEZAR, Temistocles. “Anciens, Modernes et Sauvages, et l’écriture de l’histoire au Brésil au XIX^e siècle. Le cas de l’origine des Tupis.” In. *Anabases*. 8 (2008). p. 43-65. Disponível em: <http://anabases.revues.org/110>. Acesso em: 23/04/2014.

_____. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem.” **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 11, p. 26-33, maio, 2010.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. **História Unisinos**. V. 08, n 10. jul/dez. p 11-34.2004.

CORDIER, Henri. **Ferdinand Denis** (1798-1890). Paris: Société Géographique de Paris, 1890.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil: era romântica**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1997. (Vol. 3)

CUNHA, Manuela Carneiro. *Imagens de Índios do Brasil: o século XVI*. In. **Estudos Avançados** 4(10). Pp. 91-110. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n10/v4n10a05.pdf>. Acesso em 13/02/2014.

DENIS. **Résumé de l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane**. Paris: Lecointe & Durey, 1825.

_____. **Résumé de l'histoire littéraire du Portugal [suivi du] Résumé de l'histoire littéraire du Brésil**. Paris: Lecointe & Durey, 1826.

FERREIRA, Lucio Meneses. **Vestígios de Civilização: a arqueologia no Brasil Imperial**. (1838-1877). Dissertação. UNICAMP, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.” In. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.

HARTOG, François. “La temporalization du temps: une long marche.” In: *Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares* – UFMG. Publicações online. Disponível in: <https://www.ufmg.br/ieat/wp-content/uploads/2012/09/Hartog-La-temporalisation-du-temps.pdf>. Acesso em 18/08/2014.

_____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autentica editora, 2013.

KURY, Lorelei. “No Calor da Pátria.” **REVISTA USP**, São Paulo, n.72, p. 80-89, dezembro/fevereiro 2006-2007.

KODAMA, kaori. “O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania.” **Fênix** –Revista de História e Estudos Culturais. Julho/ Agosto/ Setembro de 2007. Vol. 4 Ano IV no 3. p. 1-14.

_____. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. TESE, PUC-RJ. 2005.

LANGER, Johnni. “A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império.” **Revista Brasileira de História**. Sao Paulo, v. 22, no 43, pp. 127-152, 2002.

_____. **Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Oitocentista.** In. **Anos 90**. Porto Alegre, (9), 1998. p. 165-185.

MACHADO DE ASSIS. Iracema. In. *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact18.pdf>. Acesso em 14/01/2013.

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.

MOREIRA, Vania Maria Losada. “Os índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena.” *Anais do XXV Simposio Nacional de Historia, Simpósio Temático 36: Os Índios na História*, julho de 2009.

_____. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império.” **Revista Brasileira de História**. Sao Paulo, v. 30, no 59, p. 53-72 –2010.

MOTA, Lucio Tadeu. “A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889).” **Diálogos**, Maringa, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lucio Menezes. “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira.” **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. **Letras de memória**: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar (1820-1870). Dissertação de mestrado. Mariana: PPGHIS-UFOP. 2011.

SANTIAGO, Silviano. “Liderança e hierarquia em Alencar.” In: **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 89-115.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Atas das sessões de 1890. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 53, V2. P. 474-477. 1890.

TURIN, Rodrigo. “Les *anciens* et la Nation: quelques réflexions sur les utilisations de l’Antiquité classique à l’Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860)”, **L’Atelier du Centre de recherches historiques** [En ligne], 07, 2011. Disponível em: <http://acrh.revues.org/3748>. Acesso em: 23/01/2013.

ZILBERMAN, Regina. “As lições de Ferdinand Denis.” Niteroi: **Gragoatá**, n. 20, p. 199-218, 1. sem. 2006a.

_____. “Ferdinand Denis e os paradigmas da historia da literatura.” In. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006b.

Uma floresta tropical de símbolos: representação e recepção na literatura simbolista do Brasil

*Mariana Albuquerque Gomes**

“Para avançar na leitura, é preciso um gesto que atravesse a solidez material do livro e dê a você o acesso à substância incorpórea dele. [...] Abrir uma passagem com o fio da espada na fronteira das páginas sugere segredos encerrados nas palavras: você avança na leitura como quem penetra uma densa floresta.”
Ítalo Calvino

Ao escrever este ensaio, a primeira preocupação foi a de deixar transparecer ao leitor que esse breve estudo acerca da experiência estética do Simbolismo no Brasil finissecular¹ não se pretende a uma análise que reduza textos ficcionais a uma interpretação exegética, a qual tenha por meta o descobrimento oculto das obras e sua explicação enquanto representação de valores dominantes de uma sociedade em uma determinada temporalidade. Mas sim, se apresenta como uma proposta de perceber tanto as significações dos textos literários, em suas interações sócio-históricas, quanto seus elementos e a interação obra-leitor².

Posto isso, traçar o percurso desse ensaio se configurou como outra preocupação. A primeira consideração sobre esse percurso concerne ao próprio gênero textual aqui versado, o ensaio, cujo tomado como um texto que privilegia certa liberdade de expressão procura mostrar mediações sem abrir mão de certo rigor de análise. Dessa base, o percurso – que pode, inclusive, vir a não ser esse aqui previamente estabelecido, uma vez que não há um engessamento no

* Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsa CAPES.

¹ Não trabalharemos aqui com uma análise específica de fonte. A proposta desse ensaio é de perceber essa experiência em um arco mais amplo da experiência simbolista, portanto não nos restringiremos a uma fonte documental específica e pensamos a experiência como um todo – valendo ressaltar que, no entanto, há suas particularidades, mas que estas não serão abordadas aqui.

² Estamos considerando a estética do efeito proposta por Wolfgang Iser, que valoriza o leitor, uma vez que, dentro dessa chave, o efeito depende da participação desse e de sua leitura.

desenvolvimento dos argumentos ensaísticos que serão apresentados, experimentados, questionados e refletidos – se constrói por uma irradiação de temas que compreendem a narrativa ficcional e do imaginário, cujo centro convergente é a experiência simbolista brasileira³. Pois, penetremos essa densa floresta.

A estética do Simbolismo teve como princípio o uso do símbolo, da musicalidade, da expressão indireta dos estados de espírito e das correspondências para expressar as complexas intuições de uma realidade oculta e inacessível, se caracterizando pelo uso de uma linguagem altamente subjetiva e por um predomínio de temas introspectivos. Por isso, sua forma de expressão era vaga, aberta, o que compelia ao seu verso um estatuto de símbolo de realidades ocultas, transcendentais e suprassensíveis que não podiam ser apreendidas objetivamente. Literariamente, o Simbolismo intensificou a ideia romântica de que só se poderia captar a essência misteriosa das coisas pela palavra evocadora. Portanto, para os simbolistas, fazer poesia implicava em – através dos símbolos – aludir, sugerir e não mostrar os objetos diretamente.

Na cena europeia do século XIX, em especial a francesa, marcada por um grito à liberdade, pela valorização do lucro, da cientificidade e da técnica, sob a divisa do “progresso”, a estética simbolista – que veio na esteira de um Romantismo à la Gerard de Nerval – foi inaugurada pelo poeta Charles Baudelaire. Essa literatura simbolista se apresentou como uma ousada experimentação ao privilegiar o sonho em detrimento da “produtividade” capitalista,

³ Faz-se válido ressaltar que esse ensaio não se propõe a justificar a escolha do texto literário – nem da experiência literária simbolista – como um objeto de estudo, tampouco se deter a uma discussão – a meu ver, desnecessária – acerca da valorização de tais textos. Acredito que tais questões acerca do cosmo da cultura já estejam superadas no âmbito das humanidades. Não obstante, apresento nesta nota uma brevíssima e superficial possibilidade de explicação para tal decisão tomada por mim. Tenho em vista que, conforme Panofsky, para o humanista – categoria na qual o historiador se encaixa – que se debruça sobre esse cosmo da cultura, as obras “possuem um significado autônomo e um valor duradouro. Do ponto de vista humanístico, os registros humanos não envelhecem” (PANOFSKY, 1976: 24). Ademais, como sugere Iser, “é característico dos textos literários que não percam sua capacidade de comunicação depois que seu tempo passou” (ISER, 1996: 40). Porquanto o que nos interessa é entender tais registros mais como algo que nos auxilie na investigação do que como algo a ser propriamente investigado. Ou seja, ao nos debruçarmos sobre esse microcosmo da experiência do Simbolismo no Brasil finissecular, não há uma pretensão em decifrar seus textos, ao contrário, perceber como essa experiência se configurou em sua estrutura espaço-temporal e no campo da linguagem, uma vez que ela pode ser compreendida em dimensões estético-políticas.

cujos escritos se caracterizaram pelo desafio à literatura oficial, ocupando posições diferenciadas no interior do *campo literário*⁴.

Tal proposição chega ao Brasil do fim do século XIX, através dos “primeiros baudelairianos”⁵, num país marcado pela ciência e comprometido com certa ideia de progresso difundida através de jornais e romances. A estética literária legitimada – especialmente marcada pelo realismo, naturalismo e, na poesia, pelo parnasianismo, cânones da produção ficcional brasileira de fins do século XIX – acompanhava fielmente os modos de pensar progressistas e acadêmicos dessa geração finissecular. Sufocado por essa homogeneização, o Simbolismo no Brasil não exerceu a função relevante que o diferenciou na vertente europeia.

Então, as perguntas – que permearão esse ensaio – outrora questionamentos incipientes, irromperam ante a mim, como se vagasse por uma densa floresta e, então, encontrasse uma clareira. Por que a experiência estético-literária simbolista encontrou tanta resistência a ponto de ser um breve suspiro no Brasil de fins do século XIX? Como essas obras se inter-relacionaram com seu público? O que, na cena brasileira finissecular, essa resistência à poética simbolista responde?

Se os românticos propuseram a própria vida – suas experiências intersubjetivamente comuns – como matéria literária. O poeta mergulhava no mundo, transformando sua própria vida em uma obra de arte. Com Baudelaire, a poética moderna se converteria em um ato de agressão; “flexível e nervosa”, ela surge dos choques com a grande cidade, dessa nova sociedade, desse novo mundo paradoxal fruto de uma dupla revolução – a industrial e a de 1789. Nesse sentido, o que há de específico no espaço e no tempo dessa modernidade⁶ era captado e definido pelo poeta francês.

⁴ Aqui me refiro à noção de campo literário, elaborada por Pierre Bourdieu. Mais amplamente, a noção de *campo* caracteriza-se por espaços sociais, onde as ações individuais e coletivas se estabelecem dentro de uma normatização, que é criada e transformada por essas mesmas ações. Trabalhar com a noção de *campo* pressupõe assumir uma direção de pesquisa que recusa apenas uma interpretação interna ou uma explicação externa para privilegiar um pensamento relacional. (BOURDIEU, 1989)

⁵ Referência ao termo designado por Antonio Candido a esses primeiros leitores, tradutores e propagadores da estética baudelairiana, no ensaio “Os primeiros baudelairianos” (CANDIDO, 1989).

⁶ Entendo aqui a concepção do moderno como uma nova compreensão do mundo. O termo *la modernité*, consoante ao teórico Hans-Robert Jauss, “foi consagrado na França, sobretudo Baudelaire, como a palavra de ordem de uma

Podemos dizer, então, que, nesse momento, a linguagem se retrai do “comércio comunicativo” (LIMA, 1989: 62) e se transforma em uma “vivência do choque”⁷. Choque estético, linguístico e representacional⁸. O que Baudelaire faz é inserir uma correção nos esquemas⁹ da tradição poética ocidental. Todavia – por mais que esses esquemas acionem algum entendimento dessa nova poética – para que a obra ganhe significação é preciso também que haja uma comunhão entre o autor e o leitor para que essa linguagem se legitime, isto é, se realize. Como elucida Costa Lima:

Pois, a fim de a palavra funcionar, é preciso que, além de sua emissão (de seu aspecto locutório), ainda deflagre nos interlocutores a mesma camada elocutória. Dito doutro modo, para que a comunicação se realize é preciso que a emissão seja acompanhada de um certo “cerimonial social”, que faz o destinatário entender qual o valor particular de que a emissão se reveste. (LIMA, 1981: 220)

nova estética” (JAUSS, 1996: 47). Para o poeta, a Modernidade é o transitório, o fugidio, a metade da arte cuja outra metade é o eterno – *L’Art est long et le Temps est court* [A Arte é longa e o Tempo é breve] (Tradução livre). Considerando a definição baudelairiana, Jauss apresenta a “*modernité*” como um neologismo que deve designar a dupla natureza do belo, que permite a compreensão simultânea de vida moderna, do cotidiano histórico e da atualidade política. Ou seja, a consciência da Modernidade integra, na experiência histórica – que coincide com a experiência estética – o aspecto do eterno como antítese do transitório e não como oposto do “passado”. Assim, a modernidade para Baudelaire deixa de se opor ao clássico ou ao passado e passa a opor-se a si mesma, deixando de ter relação com o passado ou com o futuro, ou seja, ela assume consciência de si mesma.

⁷ A expressão remete aos estudos de Walter Benjamin sobre a modernidade e Baudelaire. Em sua teoria estética da modernidade, o conceito de *choque* é pensado em confluência às transformações da vida moderna, onde há um deslocamento da *experiência* para *vivência*. (BENJAMIN, 1989)

⁸ Assumindo o conceito de representação apresentado por Costa Lima – esta como produto de classificações – percebemos as representações como mecanismos pelos quais “alocamos significados ao mundo das coisas e dos seres” (LIMA, 1981: 219), e é nesse sentido que elas tornam o mundo significativo. Assim, podemos presumir que o choque de significações dimana do choque de representações.

⁹ Ao falar em esquemas, *schemata*, estamos trazendo para diálogo os estudos do teórico da arte Ernst Hans Gombrich. Para ele a *schemata* são esquemas mínimos pré-constituídos em nossa mente que capacitam o observador a agrupar dados de percepção – categorias previamente dadas no sujeito – que acionam o entendimento: “Sem algum ponto de partida, sem algum esquema inicial, nunca poderíamos captar o fluxo da experiência. Sem categorias não poderíamos classificar nossas impressões.” (GOMBRICH, 2007: 76). Assim, a *schemata* introduz algo da tradição, que serve como referência, ao mesmo tempo em que permitem alterações, transmitidas pelas experiências dentro de um horizonte de expectativas. Gombrich, apostando nos contextos mentais – *mental set* – apresenta, a partir da dupla esquema e correção, o tríptico permanência-movimento-variação. Ainda vale ressaltar, que essas correções não pressupõem uma “evolução” da habilidade do artista, como nos alerta a historiadora Laura Moutinho Nery: “A tradição serve, portanto como uma referencia contra qual o artista testa alterações que respondam a uma demanda específica, social, cultural e histórica, de representação” (NERY, 2006: 17).

O cerimonial social – *grilles* – em conjunto com os quadros de convenção – *frames*¹⁰ – funcionam como reguladores da linguagem ao alocá-las em molduras determinadoras da circunstância decodificante da palavra¹¹. Eles são estruturas que orientam na compreensão das coisas – nosso caso, do texto ficcional – e possibilitam a efetivação da interação humana – aqui, autor-obra-público. Isto é, elas possibilitam que o leitor entenda – e, ao aceitar, jogue – o jogo da literatura¹². Desse modo, Costa Lima explica o fenômeno dos precursores menosprezados¹³ em seu tempo como uma deslocação da linguagem dos *grilles* e *frames* necessários.

O que fizemos até aqui foi construir uma linha de pensamento teórico que pode ajudar a responder as perguntas feitas no início desse ensaio – retomando-as: por que a experiência estético-literária simbolista encontrou tanta resistência a ponto de ser um breve suspiro no

¹⁰ Costa Lima explica os *frames* como quadros que “têm a finalidade de apresentar um espaço adequado, um corpo de convenções como que existente por si mesmo, aparentemente objetivo e inelutável na verdade, automaticamente interpretável – que permite aos interlocutores *regular* suas idas e vindas verbais” (LIMA, 1981: 221) *grifo do autor*. Para uma maior incursão na questão dos *frames*, Costa Lima sugere ver: GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*, 1975.

¹¹ Não obstante, Costa Lima, a partir de Iser, chama atenção para o fato de que a narrativa literária exige do seu leitor – receptor – mais do que uma capacidade de decodificação do que se lê, posto que a obra é composta por *vazios* (Iser) que serão completados pelo seu receptor. Ou seja, a narrativa impõe ao leitor uma intervenção que não se limita “a explicitar o que o texto já traria de forma implícita, pois quem assim afirma postula a existência, pelo menos ideal, de uma única interpretação correta. Esta intervenção é, ao contrário, pluralizadora, pois que depende da atividade do imaginário do receptor.” (LIMA, 1989: 69).

¹² Usar a expressão “jogo da literatura” é trazer ao debate as contribuições teóricas de Iser, no que diz respeito ao jogo da ficção e ao pacto ficcional. Para ele, a ficção implica em um pacto de fingimento, melhor, de fingir fazer – *como se* – entre o autor e o leitor, que ao jogá-lo, possibilita a realização do ficcional. Para isso é preciso que o leitor transponha as molduras a que está habituado. Conforme Costa Lima, esse jogo é operacionalizado pela *mimesis*, que possibilita essa transposição. “[...] o próprio da *mimesis* consiste em, através de um uso especial da linguagem, fingir-se outro, experimentar-se como outro ou ainda usar a linguagem, não como meio de informação, mas como espaço de transformações [...] Este abrir-se para alteridade, pelo eu fingido do personagem e/ou pela transformação da linguagem, exige por parte do receptor, uma *transposição* de molduras a que está habituado [...] A *transposição* imposta pela *mimesis* tem como condição prévia que eu saiba que isso é um jogo particular [...]” (LIMA, 1981: 229-230) *Grifos do autor*.

¹³ O que no contexto apresentado aqui – o da Modernidade – imputa a esses autores o estigma de marginais. Falar em marginalidade dentro dessa moldura é também compreender o fenômeno social da Boêmia. De acordo com Jerold Seigel, ela surgiu no século XIX, nas décadas de 1830-1840, “na intersecção da ação e do significado, do gesto e do conhecimento” (SEIGEL, 1992: 21). Seus artistas eram vistos como pessoas socialmente problemáticas, que se situavam dentro e fora da sociedade estabelecida, simultaneamente. E os estigmas que carregavam ressaltavam o caráter de marginalidade. Assim, tendo a Boêmia se expandido para onde os limites da existência burguesa eram oscuros e incertos, nos quais as fronteiras e margens sociais eram testadas, seus artistas compartilharam a experiência de uma existência marginal. Todavia, vale ressaltar que apesar das fronteiras e margens que delimitavam a Boêmia e a sociedade burguesa, a primeira não foi exterior à segunda, mas sim a expressão de conflitos que surgiram no âmago dessa sociedade.

Brasil de fins do século XIX? Como essas obras se inter-relacionaram com seu público? O que, na cena brasileira finissecular, essa resistência à poética simbolista responde? – Não obstante, para respondê-las, precisamos pensar a cena em que essa experiência se apresenta, para compreender suas relações entre autor, obra e leitor¹⁴.

O simbolismo tomou corpo no Brasil, em fins do século XIX, quando o país passava por intensas e radicais transformações, como a proclamação da República e a abolição da escravidão. Ambos os processos modificaram as estruturas políticas, econômicas e sociais que haviam sustentado a sociedade, agrária e aristocrática, do Império. Ao mesmo tempo, começaram a ser idealizados e realizados os projetos de urbanização dos grandes centros – sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo – além de um incipiente momento de crescimento industrial e, conseqüentemente, de expansão da burguesia e formação de uma classe operária.

Todavia, dentro desse quadro da nova ordem republicana, que se apresentava como progressista e cosmopolita – e ainda que no discurso predominasse a ênfase da ruptura com as práticas monárquicas – permaneciam características do antigo regime. O Brasil do XIX era um país marcado pela ciência. Os modelos evolucionistas e social-darwinistas eram usados para definir e reforçar a ideia da inferioridade dos negros em relação aos brancos e as ideias científicas entravam nas cidades através da adoção de programas de higienização e saneamento.

Esses aspectos convergem no campo literário¹⁵, onde Realismo e Naturalismo – e o Parnasianismo, na poesia – são parte da cultura política¹⁶ do Brasil finissecular, sendo considerados como “literatura oficial”. Fortemente influenciados pelas noções de progresso,

¹⁴ É importante perceber que a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência. Ou seja, ela também é “uso do corpo, inscrição em um espaço, uma relação consigo ou com o outro” (CHARTIER, 2002a: 70). Por isso, devemos compreendê-las e reconstruí-las as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores.

¹⁵ Utilizamos a noção de *campo literário* de Pierre Bourdieu, que esclarece o porquê dessa noção ser importante em estudos literários. Conforme o autor, essa noção permite superar a oposição entre leitura interna e análise externa dos textos literários, abordagens tradicionalmente percebidas como inconciliáveis, sem perder suas aquisições e exigência. (BOURDIEU, 1996: 234)

¹⁶ O conceito de *cultura política* proposto por Serge Bernstein é utilizado aqui porque, conforme o autor, esse possibilita compreender as motivações dos atos dos homens em dado momento de sua história, por referência a um sistema de valores, normas e crenças que esses partilham e em função da sua leitura do passado e das suas aspirações para o futuro, assim como das suas representações da sociedade e do lugar que nela têm. (BERSTEIN, 1998)

pelo cientificismo, positivismo e realismo, outra característica comum dessas tendências literárias era seu caráter descritivo – com poucas alterações em determinados aspectos que os particularizavam, como a paisagem social, sobretudo dos grandes centros urbanos, no caso do Naturalismo. Essa narrativa descritiva buscava trazer um caráter mais presente e mais “real” para os textos literários.

Os literatos levaram para seus romances a ideia da influência da paisagem sobre o homem. A paisagem, que em diversos momentos definiria a narrativa – e que muitas vezes seria a protagonista – era uma adversidade e moldava a personalidade e a trajetória das personagens desses romances, os quais carregavam um pensamento determinista de que o homem seria produto do seu meio. Outrossim, a literatura realista parnasiana acompanhava fielmente os modos de pensar progressistas, cientificistas e academistas da geração finissecular brasileira.

Para Bronislaw Baczko, em “A Imaginação social”, essa tendência “cientista” e “realista”, característica da tradição intelectual da segunda metade do século XIX, pretendia separar o “verdadeiro” e o “real” do que era “ilusório” e nesse sentido, a operação científica era concebida “como uma operação de ‘desvendamento’ e de ‘desmistificação’” (BACZKO, 1985: 297). Conforme o autor, a imaginação estaria a serviço da razão. Poderíamos, então, dizer que, no Brasil de fins do século XIX, ainda haveria uma subordinação do poético a um princípio de realidade pautado em um estreitamento da noção de natureza a uma ideia de verdade.

No contrafluxo desse movimento, o Simbolismo representou um momento em que se rompe com essa tradição descritiva. O que ele propôs foi uma nova forma de perceber o mundo e de representá-lo ao escrever com uma nova linguagem. Para os simbolistas, a realidade era muito complexa para ser apreendida e descrita de maneira racional e objetiva, como pretendia os outros. Então, eles voltaram sua escrita para o universo interior e os aspectos não racionais e não lógicos da vida, como o sonho e o transcendental.

Nesse sentido, em um período que havia a (pre)dominância de um específico modelo representacional – pautado em uma determinada ideia de realismo – os poetas simbolistas romperam não só com a representação do nacional – adotado por um modelo que estreitava a noção de natureza e a ideia de uma verdade cotidiana na narrativa – mas foram além; romperam

também com a própria tradição literária brasileira – de uma narrativa descritiva. Isto é, esses poetas, ao romperem com uma ideia de representação ancorada ao descritivo, referenciado como uma emulação do real, como se trouxesse um efeito de transparência, e ao adotarem uma ideia de representação ao nível do simbólico utilizando uma linguagem velada, eles romperam com a própria referencialidade da literatura nacional – até então.

Assim, esse conjunto de ideias/questionamentos/reflexões desenvolvido nesse ensaio – proporcionado pelo o encontro de uma clareira – não se encerra aqui¹⁷. Pensar acerca de qualquer experiência literária – sobretudo a simbolista – possibilita uma multiplicidade de caminhos a serem percorridos. Pois ainda tem muito dessa floresta de símbolos – e aqui não me refiro apenas à estética simbolista, mas também a toda gama de possibilidade de leituras teóricas – a ser penetrado.

Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. “A Imaginação social”. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-homem**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALAKIAN, Anna. **O Simbolismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do mal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de bolso).

_____. **Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. “Paris do Segundo Império”. In: FERNANDES, Florestan [coord]; KOTHE, Flavio [org.]. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985. p. 44-122.

¹⁷ Ainda que o texto possa ter vindo a deixar transparecer uma sensação de totalidade quanto à recepção das obras simbolistas pelos leitores, ressalto aqui que tal totalidade não ocorreu. A estética simbolista teve pequenas incursões em poucos e específicos espaços que compartilharam o mesmo quadro de referências e as expectativas resultantes deles.

_____. “Sobre Alguns Temas em Baudelaire”. In: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo** (Obras Escolhidas. v. III). São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-149.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In: RENOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François [orgs.]. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “A Gênese dos conceitos de *habitus* e *campo*”. In: **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989. p. 59-73.

_____. **As Regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. “Os primeiros baudelairianos”. In: **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 23-38.

CHARTIER, Roger. “Primeira parte” (“Introdução”; “Percurso: história intelectual e história das mentalidades”; “O Mundo como representação”; “A História entre narrativa e conhecimento”). In: **À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 07-100.

GOMBRICH, Ernst. “Verdade e estereótipo” e “Segunda parte: Função e Forma” (“O Poder de Pigmalião”; “Reflexões sobre a revolução grega”; “Fórmula e experiência”). In: **Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 55-153.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das revoluções: 1789 – 1848**. São Pulo: Paz e Terra, 2010.

ISER, Wolfgang. “A Arte parcial – a interpretação universalista”. In: **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 23-48.

_____. “As Sínteses passivas da leitura – O caráter imagístico da representação”. In: **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. v. 2. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 55-94.

JAUSS, Hans Robert. “Tradição literária e consciência atual da modernidade”. In: OLINTO, Heidrum Krieger [org.]. **Histórias de literatura: as novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996, p. 47-100.

KAWANO, Marta. **Gérard de Nerval: a escrita em trânsito**. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

LIMA, Luiz Costa. “A Questão da narrativa”. In: **Pensando nos trópicos** (Dispersa Demanda II). Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 138-148.

_____. “Entrevista”. In: **Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n. 2, 2008. p. 417-431.

_____. **Mímesis e modernidade: formas das sombras**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. “O Controle do imaginário”. In: **O Controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 11-71.

_____. “Representação social e mimesis”. In: **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981. p. 216-236.

LINS, Vera. “Os Simbolistas: virando o século”. In: **Revista o eixo e a roda**. v. 14. Rio de Janeiro: 2007. p. 113-125.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A Modernidade republicana”. In: **Revista Tempo**. v. 13, nº 26. Rio de Janeiro: 2009. p. 15-31.

MURICY, Andrade. **Panorama do movimento simbolista brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

NERY, Laura Moutinho. **A caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade** / Laura Moutinho Nery; orientador: Luiz de França Costa Lima Filho. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2006.

PANOSFKY, Erwin. “A História da arte como uma disciplina humanística”. In: **Significado das artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 17-46.

PEIXOTO, Sergio Alves. **A Consciência criadora na poesia brasileira: do barroco ao simbolismo**. São Paulo: Annablume, 1999.

SEIGEL, Jerrold. **Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa, 1830-1930**. Porto Alegre: L&PM editores, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, Fernando [org.]. **História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio**. v. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 7-48.

WINOCK, Michel. **As Vozes da liberdade**: os escritores engajados do século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Paulo Malhães: considerações sobre a vida de um torturador

*Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida**

Antecedentes

O período que vai de 1969 a 1974 foi caracterizado por ser um dos mais duros da ditadura-civil militar brasileira (GASPARI, 2002: 13). As estruturas de repressão no Brasil, com seus centros de investigação vinham se consolidando no país desde o período da ditadura de Vargas. Em 13 de junho de 1964, foi criado, pela lei nº 4.341 o SNI (Serviço Nacional de Informações). A criação do SNI objetivava supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior, partir do desenvolvimento de um complexo sistema de investigação e armazenamento de informação a respeito de pessoas que levantavam *suspeitas* politicamente. A partir do desenvolvimento de um complexo sistema de investigação e armazenamento de informação em pessoas que levantavam suspeita quanto a sua posição política. Foram instalados órgãos similares dentro das Forças Armadas, como o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A Marinha, a força mais antiga, desde os anos 40 possuía seu próprio serviço nessa área, o CENIMAR, mais voltado para questões de segurança no litoral e para questões diplomáticas (D'ARAÚJO, 1994). A sistematização das informações sobre a esquerda estava consolidada.

Esse sistema de informações foi usado para monitorar o presidente Goulart. Jango foi associado ao comunismo por realizar ações trabalhistas e atender reivindicações populares. O golpe de Estado realizado durante sua viagem à China pode ser considerado como um elemento emblemático dessa bipolarização mundial. Entretanto, vale a pena lembrar que esquemas de

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade de Brasília.

investigações autoritárias eram utilizados por ambos os lados. Trata-se, portanto de uma forma de conduzir ações políticas com direcionamento ideológico, independente de qual lado ocorria.

Testemunho de Malhães sobre sua atuação no CIE

Na disputa política por uma verdade fragmentada entre informação, contra-informação e apagamentos temos os depoimentos de agentes do Estado, durante a ditadura militar. Estes agentes basilares para a elucidação de crimes e do funcionamento de órgãos como CIE.

Paulo Malhães torturador confesso¹ trouxe nos dois depoimentos concedidos a Comissão Nacional da Verdade (CNV) uma série de elementos informados no primeiro depoimento de caráter sigiloso, que foram posteriormente negados no segundo depoimento aberto ao público e à imprensa. Esse comportamento explicita o quanto as informações acerca do período ainda são poderosas e silenciadas. No caso Malhães custou-lhe a vida. Segundo a opinião de Cláudio Guerra, outro agente do período que fez uma série de denúncias contra as infrações de direitos humanos ocorridas a altura, Malhães foi assassinado nos mesmos moldes que eles faziam durante a ditadura militar:

José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – O senhor acha... O senhor tem alguma informação sobre a morte do Paulo Malhães?

Cláudio Antônio Guerra – Olha eu creio, eu creio não só a morte do Paulo Malhães como do coronel que também morreu no latrocínio lá no Rio Grande do Sul.

José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Coronel Molina?

Cláudio Antônio Guerra – Foi execução. Queima de arquivo porque é o mesmo modus operandi que nós usávamos no passado. Então, o mesmo modus operandi. Simular um assalto, simular um acidente e assim por diante.

¹ O coronel Paulo Malhães confirmou a participação em violações contra os direitos humanos durante o período da Ditadura Militar (1961-1985) nas duas entrevistas concedidas a Comissão Nacional da Verdade. Disponíveis nos respectivos domínios: <http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf> e <https://www.youtube.com/watch?v=e2SnsSYG700>.

José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Mas o do Paulo Malhães é uma impressão sua o senhor não tem nenhuma informação, nenhum dado?

Cláudio Antônio Guerra – Não.

Em todo caso, a principal fonte que poderia elucidar sobre o sistema de compartimentação do CIE, e principalmente, sobre o funcionamento dos centros clandestinos de violações dos direitos humanos. A Casa da Morte de Petrópolis² onde Malhães atuou, entretanto, não foi reconhecido pela única sobrevivente deste centro clandestino em Petrópolis a Inês de Etienne Romeu. Segundo Malhães foi Etienne que *derrubou a casa*:

Paulo Malhães – É. E a Inês de Etienne saiu e derrubou a casa. Foi a Inês de Etienne Romeu que derrubou a casa de Petrópolis.

Rosa Maria Cardoso da Cunha (Comissão Nacional da Verdade) – Foi o Cyro que soltou a Inês?

Paulo Malhães – Entendeu? Derrubou a casa porque ela reconheceu a casa. Eu nunca entendi isso. Porque que ela passou 7 meses dentro da casa. O infiltrado quando o senhor canta ele quanto mais rápido.

Segundo Malhães o objetivo do centro em Petrópolis era *virar comunistas*, isto é, torturar os capturados até que eles se tornassem infiltrados dentro das organizações de esquerda.

Entretanto nos discursos possíveis é necessário problematizar o elemento manipulador de quem viveu um determinado momento histórico e compactuou com uma ideologia. Sobre esse momento Paul Ricoeur nos lembra dos abusos no sentido forte do termo. Que resultam numa manipulação concertada da memória por uma fragilidade identitária. Em todo caso o que significa permanecer o mesmo com o passar do tempo? Ricoeur propõe essa reflexão e discute a permanência de sentido do mesmo, implícita na do idêntico com o passar do tempo (RICOUER, 2012: 94-95).

O que significa permanecer o mesmo através do tempo? Já enfrentei, no passado, esse enigma, para o qual propus distinguir dois sentidos do idêntico:

² Nomenclatura dado pela CNV em seu relatório preliminar de pesquisa disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/Versao_final_-_Casa_da_Morte_-_relatorio_preliminar_revisado.pdf.

o mesmo com **idem, same, gleich** – o mesmo como **ipse, self, Selbst**. Parece-me que a manutenção de si no tempo repousa num jogo complexo entre mesmidade e ipseidade, se nos permitirem esses barbarismos; os aspectos práticos desse jogo ambíguo são mais temíveis que os aspectos conceituais, epistêmicos. Direi que a tentação identitária, a “desrazão identitária”, como disse Jacques Le Goff, consiste no retraimento da identidade ipse na identidade idem, ou, se preferirem, no deslocamento, na deriva, que conduz da flexibilidade, própria da manutenção de si na **promessa**, à rigidez inflexível de um **caráter**, no sentido quase tipográfico do termo.

A segunda causa da fragilidade é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça. É um fato que o outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós como a do eu. Certamente isso pode constituir uma surpresa: será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama viver-juntos, diferentes dos nossos? Assim é. São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginárias à autoestima, sob golpes da autoridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão.

A terceira causa de fragilidade é a herança de violência fundadora. É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos põem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas.

As manipulações da memória apontam para um processo ideológico que é dissimulado pois mascara-se para ao se transformar em denúncias contra adversários no campo da competição das ideologias. Os depoimentos de Malhães deixam claro o quanto ele não só se alinhava com a ideologia militar como orgulhava-se no tempo presente das torturas praticadas.

Referências bibliográficas

D'ARAUJO, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon & Castro, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. e GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como ele agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a história do rodapé**. Campinas: Papirus, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

As “artimanhas” do livro: O INL entre diretores e editores

*Mariana Rodrigues Tavares**

O Instituto Nacional do Livro foi um lugar incomum. Rodeado de muitos intelectuais desde os primórdios, a função desse órgão era a de publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, além de, editar toda a sorte de obras raras e preciosas para a cultura nacional. Com o passar do tempo, no entanto, os rumos desse planejamento originário mudaram e ao Instituto coube outra história. Em 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha razão ao afirmar que era uma “*veleidade absurda discutir sobre o que nós é próprio e aquilo que era artificial em nós*” (ANDRADE, 2009), pois na verdade, nós não éramos ainda. E demoraríamos a ser. Nesse sentido, no Brasil, inaugurava-se um período de ação de criação e preservação do patrimônio histórico, artístico e letrado fundado sobre sua identificação direta com o Estado. Aos intelectuais de Capanema coube a incumbência de monumentalizar a nossa história e eleger seus cânones. Ao Estado, a função de fundar instituições culturais dedicadas as mais diversas áreas. Mas a tarefa foi árdua. As discussões foram inúmeras, de toda ordem, mas foi preciso começar a fazer. E por que não através dos livros? Das Enciclopédias? Parece que este foi o ponto de partida, mas nunca o de chegada.

Muitos outros projetos marcaram a ação do Instituto Nacional do Livro no decorrer dos seus cinquenta e quatro anos de existência sem que a Enciclopédia brasileira e o Dicionário de Língua Nacional fossem publicados. A partir dos anos 1960 e, sobretudo, na década de 1970 a política de coedições em convênio com as editoras privadas marcou a diretiva do órgão, “inundou” o mercado editorial brasileiro de livros e garantiu a muitas casas editoriais certa “sobrevivência” em tempos árdus como os da Ditadura civil militar brasileira. Muitas dessas associações aconteceram graças às redes de sociabilidade que compunham o universo da produção e da circulação de livros, portanto, do Instituto Nacional do Livro. Com ou sem a

*Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Bolsista CNPq com o projeto *Editar a Nação e escrever sua história: livros, projetos editoriais e disputas letradas no Instituto Nacional do Livro (1937-1991)* sob orientação da professora doutora Giselle Martins Venancio. Email: historia.mari@gmail.com.

Enciclopédia brasileira, no INL também funcionava um mercado baseado no prestígio dos diretores e na relação de amizades. É o que veremos nas próximas linhas.

Um plano nunca executado – A Enciclopédia Brasileira do INL e a história de uma obra não publicada

Em 1938 o quarto andar da Biblioteca Nacional, no centro do Rio de Janeiro, andava agitado. Afinal, desde o surgimento em dezembro do ano anterior e a consecutiva extinção do Instituto Cayru, o encargo do Instituto Nacional do Livro era o de elaborar a *Enciclopédia brasileira* e o seu irmão “gêmeo”, o *Dicionário da Língua Nacional*. A Mário de Andrade coube a função de ser o primeiro diretor da Seção de Enciclopédia e do Dicionário, concedida por seu amigo e ministro Gustavo Capanema. Mário, como um intelectual modernista, considerava que o Brasil experimentava naquele momento um processo de plena modernidade. Era preciso planejar. Para Andrade, a enciclopédia deveria ser nacional, não importando se fosse culta tal qual era a italiana ou mesmo popular. A *Enciclopédia Brasileira* tinha de ser nacionalista, *não apenas pelo que de Brasil contiver nas suas páginas, mas ainda pelo serviço de cultura geral que tem de prestar à gente brasileira em sua tão variada generalidade* (ANDRADE, 1993:18). O Brasil precisava desenvolver sua arte, sua música, suas letras; era mais do que necessário ter uma ação sobre os jovens e as mulheres que assegurasse os valores da nação que se construía. Desde 1934, momento em que assumiu a direção do Ministério da Educação, Capanema estreitava as relações com Mário de Andrade ao convidá-lo a elaborar um projeto de lei de proteção às artes no Brasil e no ano seguinte o cargo de diretor do Departamento de Teatros no Ministério da Educação. No entanto, Mário recusou o convite alegando a preferência pelo Instituto Nacional do Livro e, conseqüentemente, pela *Enciclopédia Brasileira*. Contudo em 1939 a situação mudou bruscamente. Mário recusou o posto à frente da *Enciclopédia* por divergências quanto ao projeto e a execução do mesmo. Desde então as relações de Andrade com o Instituto se tornaram insustentáveis. Ainda em 1939 e até o fim de sua vida permaneceu precariamente atuando no INL, tendo problemas inclusive com o pagamento do que produziu.

Esperava por outra nomeação que nunca aconteceu¹. Desse período em diante, Mário levou a coordenação da *Enciclopédia* até 1945², ano de seu falecimento. Depois de Andrade, o projeto da *Enciclopédia* “adormecia” para o Instituto Nacional do Livro. Um pouco mais tarde, nos anos 1950, não só, a *Enciclopédia Brasileira* renasceria como também os projetos de outras enciclopédias surgiram. Mas os tempos eram outros.

Em 1956, estávamos numa outra época. Desta data, passara-se cerca de vinte anos desde a criação do Instituto Nacional do Livro, onze anos da morte de Mário de Andrade e a *Enciclopédia brasileira* não saía do mero planejamento. Os tempos eram outros. O diretor era outro. No Instituto Nacional do Livro, as revistas ganhavam espaço através do lançamento da Revista do Livro. Além disso, nessa data comemorava-se o 117º aniversário do escritor e a Revista do Livro não deixaria de prestar a sua homenagem. Nessa nova época os laços do INL com o Ministério da Educação foram estreitados sem a ação de Gustavo Capanema, e sim, por meio da atuação do ministro Clóvis Salgado. A esperança de lançar a *Enciclopédia brasileira* foi grande no ano de 1956. Na realidade, foi enorme durante este período e nos anos subsequentes.

Em 1957³ nada aconteceu e, ao que parece, em 1958 também não. No entanto, se a legítima brasileira não saiu do papel, é certo que algumas outras enciclopédias e dicionários de menor relevância tiveram espaços nos anos 1950 no Instituto Nacional do Livro. O primeiro deles data ainda de 1956 e corresponde a publicação do *Dicionário Popular Brasileiro* de Alarico Silveira. Dois anos mais tarde, em 1958, o Instituto Nacional do Livro lançava o primeiro tomo da *Enciclopédia Brasileira* do mesmo Alarico Silveira, sob a organização de Américo Jacobina Lacombe. Um ano antes, em 1957, o INL publicava outra enciclopédia. Tratava-se do texto de Euryalo Cannabrava e Paulo Ribeiro de Assis reunido na *Enciclopédia*

¹Vide: SCHWARTZMAN, Simon. A ação cultural. In: *Tempos de Capanema*. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp.97-122.

²FONSECA, Edson Nery da. *O Negócio das Enciclopédias*. Revista de Ciência da Informação, v.1, n.2, 1972.

³Apesar de a enciclopédia não ser lançada em 1957, nesse mesmo ano o Instituto Nacional do Livro publicou uma edição contendo os planos de lançamento da enciclopédia brasileira, a introdução, diretrizes e normas gerais.

*brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*⁴ com o prefácio do próprio José Renato Pereira.

O tempo corria. Chegávamos aos anos 1960⁵ e ventos novos não sopravam dos prelos do Instituto Nacional do Livro. No governo, tínhamos o excêntrico presidente Jânio Quadros, muitas reclamações sobre a burocracia do funcionalismo público e mudanças no ministério da educação.

E o tempo passou. Em 1967 o livro representava um sério problema, ao menos, para as universidades brasileiras. Foi o que assinalou o reitor da Universidade da Guanabara, o professor Haroldo Lisboa da Cunha durante o evento promovido pela Comissão de Livros Didáticos, a COLTED. Além do reitor, o diretor do Instituto Nacional do Livro não poderia deixar de dar a sua contribuição afirmando que a missão do INL era editar toda sorte de obras do interesse nacional, e, é claro, finalmente concretizar a publicação da *Enciclopédia brasileira*. Mas não fora em 1967 e nem os anos subsequentes que esse grande objetivo se realizaria.

Alguns anos mais tarde, nos anos 1970, tínhamos uma mulher no comando do Instituto Nacional do Livro. Sem dúvida, o instituto se renovava e a *Enciclopédia* poderia ser finalmente lançada, pelo menos, essa foi a ação inicial de Alice Barroso na direção do órgão. No entanto, algo de novo alteraria os planos da diretora. Procurando resgatar o nacional estatismo brasileiro em tempos de reformulação do regime militar⁶, o presidente Médici e o ministro Jarbas Passarinho anunciavam para os anos 1970 o programa de coedições do Instituto Nacional do Livro numa parceria com editoras privadas. Quanto à enciclopédia, esta ficou esquecida em meio aos pareceres do Instituto.

Com esta política, o governo, não só, poderia controlar a publicação e circulação de obras pelo mercado editorial brasileiro como assegurava para as editoras o selo de trânsito

⁴Para maiores esclarecimentos ver: CANNABRAVA, Euryalo & RIBEIRO, Paulo de Assis. *Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957, 183 p. Prefácio de José Renato Pereira.

⁵Um pouco antes, no ano de 1959 vários candidatos foram mobilizados para a composição de Enciclopédia brasileira. Dentre os nomes que comporiam a produção estava o de Darcy Ribeiro para os verbetes de Etnologia Brasileira, Antropologia Cultural e Problemas Socioculturais. Mas o quadro de candidatos englobou a participação de engenheiros, advogados, médicos, químicos e filósofos. No entanto nunca saiu do papel no desenrolar da gestão de Renato Pereira e nem nos anos posteriores.

⁶Sobre a retomada do nacional estatismo pela Ditadura civil militar, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

livre das edições de seus autores. Em 1974, a “menina do instituto” deixava a direção sem a enciclopédia ter tido algum de seus volumes lançados. O caminho estava livre para o escritor/garimpeiro de *Cascalho*. Personagem incomum, o nosso mais novo diretor, Herberto Sales, foi capaz de aproximar polos distantes da sociedade brasileira. O Instituto alcançava o auge das coedições e a *enciclopédia* permanecia empoeirada, culminando em 1973 com a extinção definitiva da Seção de Enciclopédia e do Dicionário.

“Negociar” é o lema! – Redes intelectuais e publicação de livros na Ditadura: 1970-1981

a tribo da CIVILIZAÇÃO está chegando, aos trancos e barrancos, ao fim de mais um ano de muito trabalho, duros sacrifícios, penosa frustração e, apesar disso, continuada esperança em dias melhores. (Carta de Ênio Silveira a Herberto Sales – continuação, grifos do autor)

Já diz o conhecido o adágio popular que *a esperança é a última que morre*. E em 1980 ela ainda não havia morrido para Ênio Silveira e para sua casa editorial. A ditadura realmente fora avassaladora para a Civilização Brasileira e, sobretudo, para seu editor. No entanto, a política de coedições do Instituto Nacional do Livro havia representado um pequeno facho de luz no fim do escuro túnel da Civilização.

Ao que parece, Ênio Silveira e Herberto Sales devem ter se conhecido nos círculos letrados do estreito universo intelectual. Tanto um quanto o outro se iniciaram desde muito jovens nos meios da produção e da circulação dos impressos. No caso de Herberto Sales⁷, o trabalho no jornal *O Cruzeiro* e nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand certamente lhe garantiu visibilidade. Até a atuação nos jornais, posterior a 1948, Herberto havia trabalhado como comerciante e garimpeiro na região do Andaraí, Bahia. A notoriedade de Sales só foi possível mais tarde quando do lançamento de seu primeiro romance, *Cascalho*, e de sua transferência para o Rio de Janeiro.

⁷**Herberto Sales** (1917-1999) foi jornalista, contista, romancista e memorialista. Após a publicação de seu romance de estreia *Cascalho* em 1944, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro onde residiu até o ano de 1974 quando assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro. No INL permaneceu até 1985. A partir de 1986, por quatro anos, morou em Paris servindo como adido cultural à Embaixada Brasileira. Regressando ao Brasil, mudou-se para a cidade de São Pedro da Aldeia onde faleceu em 1999.

Diferentemente de Herberto, Ênio Silveira iniciou a carreira com condições sociais um pouco mais propícias ao universo letrado. Nasceu numa família tradicional paulista em que o avô fora Secretário da Educação, da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo, deputado estadual, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos autores editado pela Companhia Editora Nacional. Além do avô Valdomiro Silveira, o tio Alarico Silveira, foi secretário da presidência de Washington Luís e ministro do Superior Tribunal Militar. Outra familiar, Dinah Silveira de Queiroz, prima do nosso editor, foi uma importante romancista, premiada pela Academia Paulista de Letras e editada pela livraria e editora José Olympio. Somada a poderosa herança intelectual familiar, Ênio Silveira, ainda durante os estudos universitários, obteve seu primeiro emprego como revisor no jornal *Folha de São Paulo*. Em 1944, conheceu Monteiro Lobato, então diretor da Cia. Nacional, que o apresentou a Octalles Marcondes Ferreira⁸. Essa apresentação rendeu a Silveira a ocupação de um cargo melhor na casa editorial proporcionada pelo fato de seu avô ser um dos principais editados da Nacional. Neste mesmo ano, Herberto Sales estreava com o romance *Cascalho*, sua principal obra e se transferiria para a cidade do Rio de Janeiro.

Nos anos 1950, Ênio Silveira se tornou responsável pela editora Civilização Brasileira, inicialmente enquanto um segmento da Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro. Ao longo das duas décadas, Silveira publicou no catálogo da Civilização obras consagradas da literatura universal, incentivou novos escritores e deu espaço a obras de cunho marxista. A relação com a Nacional foi ainda mais estreitada, sobretudo, com o casamento de Ênio com uma das filhas de Octalles. Sendo assim, em 1963 a Civilização Brasileira passara oficialmente para as mãos de Ênio Silveira. Enquanto isso, Herberto Sales continuava publicando suas obras e trabalhando como jornalista. Muitos dos títulos de Herberto foram editados em primeira versão pelas edições *O Cruzeiro*, timbre da empresa jornalística onde atuava, e posteriormente, foram relançadas pela editora de Ênio. Mas nos anos 1970, as posições de ambos se inverteram no campo. Ênio perdia cada vez mais espaço com a ditadura civil militar

⁸Para maiores detalhes ver: FERREIRA, Jerusa Pires (org.). 1992. *Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, Com-Arte (Editando o Editor; v.3).

ao contrário de Herberto Sales que despontava como principal nome do Instituto Nacional do Livro.

Após o Golpe de Estado, a editora Civilização Brasileira passou a ser o alvo de inúmeras iniciativas repressivas do governo militar. Quando da primeira medida jurídica da ditadura, o Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964, o governo militar, além de cassar os mandatos legislativos de deputados federais, senadores e vereadores, suspendeu por dez anos os direitos políticos de cerca de quatrocentas pessoas, entre as quais estavam Ênio Silveira, Edmar Morel, Guerreiro Ramos, Franklin de Oliveira e Nelson Werneck Sodré, todas consideradas ameaças em razão de suas atuações políticas de esquerda.

Enquanto isso, Herberto Sales atingia o cume de sua carreira intelectual. Em 1971 ingressou na Academia Brasileira de Letras se tornando o quarto ocupante da cadeira de nº 3 na sucessão de Aníbal Freire da Fonseca e sendo recebido por Marques Rebelo, amigo de longa data. Cerca de três anos depois do sucesso na ABL, em 1974 assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro. Herberto, o novo diretor, deu continuidade ao programa e o transformou no maior “sucesso” do Instituto. Nesse momento, os dois amigos se aproximaram como nunca. Trocaram cartas, telefonemas e negociaram edições de livros. Aqui as relações aparentemente “impossíveis” entre a direita e a esquerda se estreitaram cada vez mais e resultaram numa aproximação que, para muitos, soaria um tanto quanto improvável.

Além da história de Ênio e Herberto, trajetória não muito distinta foi a de Caio Prado Júnior. Assim como Silveira, Caio Prado pertencia a uma importante família paulista, a dos Prados, na qual se destacavam os nomes de Antônio e Eduardo Prado, ligados a vida política e econômica do estado de São Paulo.

Com muitos livros ligados a temática marxista econômica⁹, pode-se dizer que a participação mais efetiva de Caio Prado Jr. no meio editorial veio com a sua associação em novembro de 1943 a Arthur Neves, Hermes Lima e Leonardo Dupré para a fundação da editora *Brasiliense*. A grande inovação trazida por esta casa editorial era a venda de coleções de livros

⁹Caio Prado Júnior publicou inúmeros livros de cunho marxista ao longo dos anos 1930-40, dentre os quais se destacam os títulos: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *Dialética do Conhecimento* (1952).

a prestação, algo que em muito atraiu um velho editor, Monteiro Lobato¹⁰. A *Brasiliense*, editora e livraria ficava sediada no centro da cidade de São Paulo e funcionava como um ponto de encontro dos intelectuais de esquerda, muitos deles, ligados ao PCB. Alguns anos mais tarde, a direção da editora passaria das mãos de Caio Prado Jr. para as de seu filho, Caio Graco que procurava continuar o trabalho de edição do pai.

Apesar de se tratar de uma casa editorial “vermelha de nascença”, o parecer conferido por Marcos Konder Reis destaca as características narrativas da autora e vota a favor do convênio por meio das seguintes palavras:

Paracer 545/71 Coeditada
Instituto Nacional do Livro
Comissão de Leitura
Obra: “Glorinha, bandeirante”
Autor: Isa Silveira Leal

Parecer

A editora Brasiliense deseja publicar, através de convênio a quarta edição do livro “Glorinha, bandeirante”, de Isa Silveira Leal. Trata-se de uma narrativa destinada a um público jovem, de leitura amena e capaz de interessar, principalmente às leitoras entre 15 e 20 anos. A presença deste livro em nossas bibliotecas me parece útil.
Sou pela coedição.

Marcos Konder Reis.

A época da solicitação de convênio entre a Brasiliense e o Instituto Nacional do Livro, a direção da editora competia ao herdeiro de Caio, Caio Graco. Desde a instalação do governo civil militar, a atuação de Caio Prado na casa editorial foi sendo paulatinamente reduzida devido a sua posição política de esquerda. Desde 1964, Graco passou a ocupar diversos postos importantes na editora, tendo sido inclusive preso por dez dias no DOPS pela tentativa de publicação da coleção do patriarca *A História Nova do Brasil*¹¹. Ao que parece, a prisão não impediu a tentativa de diálogo e tão pouco propostas futuras de coedições com o INL. Entre

¹⁰Para maiores esclarecimentos ver: GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹¹Para maiores detalhes ver: LEMOS, Andréa. *O papel da editora Brasiliense na difusão do pensamento de esquerda e nos debates intelectuais e políticos, no Brasil, entre 1979 e 1985*. I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial. FCRB, UFF/PPGCOM, LIHED. Casa de Rui Barbosa, novembro de 2004, p.1-14.

estas, pode-se citar a solicitação de coedição de mais uma obra de Isa Silveira Leal intitulada “*Glorinha, radioamadora*” que foi aprovada por Cleonice Berardinelli também em 1971.

Além da Brasiliense de Caio e Graco, a Civilização Brasileira também buscou associações com o Instituto Nacional do Livro. Decorridos dez anos do episódio da “feijoada subversiva”¹² de 1965, ao que parece, a nossa “Civilização” também solicitou o convênio com o INL para a publicação da obra de João Antônio, Malagueta, *Perus e Bacanaço*. Apesar de um homem de posições políticas claramente esquerdistas como as de Ênio, o parecer conferido por Adonias Filho destaca as qualidades do texto e vota a favor do convênio com as seguintes palavras:

Parecer nº 1404/75
Malagueta, Perus e Bacanaço
João Antônio
Editora Civilização Brasileira S.A
Ficção

Parecer

O sucesso de crítica e público que o livro de João Antônio provocou – quando do lançamento inicial – já bastaria para justificar o convênio com o INL. Situado efetivamente na linha dos ficcionistas que tomam a vida no cotidiano para acioná-la em termos episódicos, o A. é sobretudo um incomum caracterizador de figuras.

E, se integrado nesse moderno realismo que reafirma a “ficção do testemunho”, nem por isso perde o direito de certa transfiguração que nele é parte da vocação literária. A linguagem, finalmente, assim direta e objetiva, já atesta o escritor realizado.

Voto a favor do convênio.

Adonias Filho.
Rio de Janeiro, 4 de junho de 1975.

A este parecer teríamos de acrescentar outro também da Civilização Brasileira datado de 1970, em que a diretora do Instituto Nacional do Livro, Maria Alice Barroso vota a favor do convênio entre o INL e a editora para a coedição do livro “*Obra completa de Oswald de Andrade*”.

¹²Esse episódio em questão ocorrera em razão de um almoço organizado por Ênio Silveira e oferecido a Miguel Arraes. Poucos dias depois, o IPM acusaria Silveira de estar acobertando planos de fuga do pernambucano.

Muito além da relação entre comissão de pareceristas e editoras, foi a relação entre Ênio Silveira e a de Herberto Sales.

Mas as indagações persistem. Quais as explicações justificam a proximidade de Ênio Silveira, o editor militante de esquerda, Herberto Sales, diretor do INL, a também “editora vermelha” Brasiliense? Podemos começar a resposta pela edição e publicação de livros. É sabido que Ênio fora um editor influente, reconhecido pela importância do selo editorial que dirigia e publicou, inclusive, os livros de Herberto Sales. Mas a questão ainda persiste. Como explicar a interlocução de pessoas posicionadas em polos tão opostos? O que dizer dessas ambivalências evidentes?

Uma resposta plausível reside no fato de que talvez esses comportamentos aparentemente dúbios não sejam ambivalências, e sim, características próprias do universo intelectual. Ênio Silveira, Herberto Sales, Caio Prado e tantos outros foram intelectuais, agiam e pensavam como tais. Apesar das posições políticas bem marcadas e dos cargos no funcionalismo público, todos estavam posicionados no campo letrado e os embates que travaram eram por disputas de representação. No caso específico de Ênio Silveira, além de intelectual, fora também empresário, ainda que de livros. Apesar de seu engajamento na esquerda e pela causa da cultura, Silveira tinha a intenção de vender livros e de fazer circular obras no mercado com o selo editorial de sua empresa, a Civilização Brasileira. Ao buscar o convênio com o Instituto Nacional do Livro nos anos 1970, Ênio não traiu a causa comunista, mas agiu como perfeito editor, preocupado com o funcionamento de sua empresa em tempos tão duros quanto os ditatoriais. No que se refere a Herberto Sales, apesar de dirigir uma instituição pública, que a época se colocava numa posição contrária ao esquerdismo, editou as obras da casa editorial de Ênio em razão dos laços de afetividade que os uniam e que compunham a rede de sociabilidade a qual pertenciam, mas também em função da qualidade que ele identificava nos textos. Sales não desafiou os militares, apenas agiu como intelectual. Também agiu como tal quando assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro e ingressou na Academia Brasileira de Letras.

O ato de negociar é entendido aqui como algo muito além da noção de cooptação, que poderia ser facilmente atribuída a Ênio, a Caio Prado e suas editoras. Nesta análise, o que

prevalece são as evidências de que posições políticas podem definir um editor, mas não as suas articulações ao tratar dos livros enquanto objetos de mercado. Ao buscar convênios com o INL, Prado e Ênio Silveira garantiam o funcionamento de suas respectivas editoras e a circulação de livros no mercado, e mais, com o selo de segurança do INL para este trânsito. Por todas essas questões e nuances do período ditatorial e das práticas editoriais do mercado brasileiro, só posso encerrar ainda que brevemente tomando de empréstimo as próprias palavras de Sales numa outra correspondência, só que para a autora Lygia Fagundes Telles onde afirma o seguinte: “*uma coisa é escrever livros, e outra é entender deles, do seu comércio, de suas transas*”¹³.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Plínio Salgado: a anta e o curupira. Apud. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Relações entre intelectuais e Estado nas décadas de 1930 e 1940. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ANTÔNIO, João. **Malagueta, perus e bacanaço**. Rio de Janeiro, 2 ed. Co-ed. Rio de Janeiro, INL, Civilização Brasileira, 1975.

BEDA, Ephraim de Figueredo. **Octalles Marcondes Ferreira: Formação e Atuação do editor**. Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Orientador: Célia Barrettini. São Paulo, 1987.

CANNABRAVA, Euryalo; RIBEIRO, Paulo de Assis. **Enciclopédia Brasileira**; introdução, diretrizes, normas gerais. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957, 183 p. Prefácio de José Renato Pereira.

DARNTON, Robert. “Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da república das letras”. In: **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 191-245.

FERREIRA, Jerusa Pires (org.). 1992. **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp, Com-Arte (Editando o Editor; v.3).

FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes. 1ª Ed. Civilização Brasileira, 2014.

¹³Carta de Herberto Sales a Lygia Fagundes Telles. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1979.

FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. **Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.2, 1972.

FURTADO, C. A. **As edições do cânone**. Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Dissertação de Mestrado do PPGH-UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

LABORIE, Pierre. Os franceses do pensar-duplo. In: Denise; VIZ QUADRAT, Samantha (orgs). **A construção social dos regimes autoritários** – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 31-44.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. Organização da coleção: Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; VIZ QUADRAT, Samantha (orgs). **A construção social dos regimes autoritários** – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 97-144.

SCHWARTZMAN, Simon. A ação cultural. In: **Tempos de Capanema**. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp.97-122.

SILVA, Renan. Comunidades de memória y análisis histórico. In: **A la sombra de Clio** – Diez ensayos sobre historia e historiografía. La Carreta Editores E.U., Medellín, 2007, pp. 281-314.

SOARES, Fernanda Pereira. **Autoritarismo, tecnocracia e natureza: representações da pátria brasileira em o fruto do vosso ventre, de Herberto Sales (1976)**. Porto Alegre, PUCRS, dissertação de mestrado, 2013.

SORÁ, Gustavo. A arte da amizade: José Olympio o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros. **I Seminário Brasileiro sobre o livro e a História Editorial**, 8 a 11 de novembro de 2004, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: La chapelle, Le clan et Le microcosme. Apud. GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.20, n.2, p. 139-192, jul./dez. 1996.

Site:

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/>. Acesso em 22/03/2014.

Fontes:

Correspondência de Herberto Sales a Lygia Fagundes Telles. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1979.

Correspondência de Ênio Silveira a Herberto Sales. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1980.

Correspondência de Ênio Silveira a Herberto Sales. Rio de Janeiro, 1981.

Jornal *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1965.

Parecer do INL, 30 de novembro de 1970.

Parecer do INL, 04 de junho de 1975.

Revista do Livro, ano XIII, 4º trimestre, nº43, 1970.

Jorge Luís Borges: figurando e (re)pensando o ofício do historiador

Mateus Cavalcanti Melo*

O seguinte ensaio tratará da exposição, por mais que breve e sucinta, dos resultados obtidos com o texto de *qualificação*, em nível de mestrado, vinculado ao programa de pós-graduação em História (UFRGS), sob orientação do Prof. Drº Fernando Nicolazzi.

Muitas foram as temáticas que interessaram o escritor argentino Jorge Luís Borges, ao longo de sua vida e carreira, entre elas os espelhos e suas repetições, os sonhos, os gauchos, compadritos e punhais, os tangos e milongas, os labirintos, a própria literatura e seus diversos escritores, os tigres, a filosofia, a matemática, entre tantos outros temas que atravessam o corpus de sua obra como um todo. Mas existe um outro tema que também foi abordado por Borges em alguns de seus escritos, por mais que de forma mais velada, mas a nós em muito interessará: a História. Mas não só a História como sendo parte dos relatos sobre o passado, os “fatos”, para além disso, as maneiras pelas quais ela é produzida, pensada, articulada, debatida e por fim, escrita.

Proponho-me a aqui analisar três contos específicos de Borges nos quais o autor deixa transparecer suas opiniões, mesmo não sendo um historiador de formação, sobre como funciona as engrenagens historiográficas, por mais que, no fundo, essas não sejam as temáticas centrais de cada um dos contos. São os seguintes contos: *A loteria na Babilônia* e *Tema do Traidor e do Herói*, que são parte de um livro chamado *Ficções* (1944), possivelmente uma das obras mais conhecidas e prestigiadas de Borges, ao lado de *O Aleph*, e o terceiro é *Guayaquil* (1970) parte do livro chamado *O informe de Brodie*.

Mas, antes de mais nada falemos um pouco sobre as ficções. Primeiramente é preciso partir de dois pontos; que a *ficção* não está subjugada à *literatura* (por mais que muitas vezes juntas), são formas distintas de linguagem; que ficção não é equivalente à *mentira* ou *fraude*.

* Graduado em História – UDESC. Mestrando em História – UFRGS. Bolsista CAPES.

Wolfgang Iser, sugere que o texto (ficcional) se relaciona com a realidade e a “repete”, mas essa repetição não é exatamente idêntica, nela aparece circunstâncias próprias dessa repetição, o ato de *fingir*. O fingir instaura aquilo que é *imaginado* e que volta através do texto para a realidade. As ficções, por mais imaginárias que possam ser, sempre terão alguma relação com a dita “realidade” e com o “contexto” onde seu autor está inserido e participa. Essa realidade serve de inspiração/reflexão para o escrito, que a repete; entretanto essa repetição não é uma imagem exata, como em um espelho, na verdade está próxima de uma imagem difusa, como a projetada na superfície de um lago, já que estamos utilizando metáforas. O ato de *fingir* uma realidade, e com isso *imaginá-la*, não é uma *falsidade*, antes será uma *transgressão dos limites* da realidade (COSTA LIMA, 2006: 283).

Um dos grandes motivos da ficção ter sido um equivalente à *fraude* e *mentira*, repousa no fato da “extravagância” de muitas ficções. A ficção precisa ser verossímil para gerar credibilidade com seu leitor. “[...] O que parece verdadeiro não precisa, por isso, e em grau algum, ser verdadeiro, mas deve positivamente parecê-lo” (SCHLEGEL *apud* COSTA LIMA, 2006, p. 284), criar “progressiva familiaridade com o que antes nos parecia estranho, esdrúxulo, sem sentido” (COSTA LIMA, 2006: 285).

Ou seja, os textos ficcionais surgem de um contexto, assim como de certa intenção de seus autores. A ficção reflete a realidade, mas de forma difusa, através do ato imaginativo. Assim sendo, mesmo alguns textos de Borges que foram (e ainda são) considerados um tanto excêntricos ou até mesmo metafísicos, com idéias e escrita muito rebuscadas, (como por exemplo o famoso *Biblioteca de Babel* ou o *Aleph*) demonstram certa relação com a realidade que cercava o autor no momento de sua escrita, assim como seus interesses pessoais, angústias e anseios. Refletem, por mais que de forma *ficcional*, suas “visões de mundo” e “percepção da realidade”.

O primeiro conto que usaremos chama-se *A loteria em Babilônia*. Segue sua breve descrição para aqueles que não o leram. No conto temos um relato de um cidadão da Babilônia fictícia de Borges, que está em processo de ser exilado. Durante o conto temos a suposição de que todas as operações da vida dos babilônicos, ou seja, todos os acontecimentos/eventos teriam

sua origem em sorteios e combinações de sorteios realizados pela loteria local, conhecida apenas como “A companhia”, uma espécie de entidade que muitos acreditam que controla todos os eventos relacionados a vida dos babilônicos, enquanto outros acreditam que a mesma nem existe, sendo uma lenda. No passado (o passado do conto) essa tradição de sorteios teria se iniciado com pequenas apostas onde ossos e pedras eram ofertados por um número X de apostadores, e após certo sorteio, um número Y (menor que X) eram recompensados em moedas de prata. O processo atrai muitos adeptos já que “El babilônio no es especulativo. Acata los dictámenes del azar, les entrega su vida, suesperanza, su terror pánico, pero no se le ocorre investigar sus leys labirínticas, ni las esferas giratórias que lo revelan¹” (BORGES, 2011: 753, Vol I), mas, tal processo, resultava em fracasso, pois gerava prejuízo a quem comandava os sorteios. Então, houve uma época em que foram atribuídas “multas” e “sanções” para jogadores “perdedores”. A partir desse momento, nos sorteios, havia a presença de cédulas premiadas como também as infaustas. Com o desenrolar do processo histórico dentro do conto (que nos leva a entender que foi durante séculos) essas multas passam a ser o cárcere, a mutilação, a submissão, o exílio, ou a condenação à morte – que poderia se dar no exato momento do sorteio, ou “agendada” para daqui a um século. De fato, a ascensão social de um indivíduo, ou a queda em infortúnios e amarguras de outro, poderiam muito bem ser o resultado, benéfico ou terrível, da combinação improvável entre uma série de sorteios. Ao final do conto nosso protagonista parte para o exílio (resultado de um sorteio) após ter ascendido e decaído durante anos, na vida pública e privada dos babilônicos, também graças a uma série de sorteios.

Não estou defendendo a ideia de que Borges foi um historiador ou escreveu como tal, pois de fato, não o foi; contudo me parece que o autor possuía certa “leitura de mundo”, além de uma opinião formada sobre como a história é produzida, e sobre as circunstâncias que a formam. A parte que mais me interessa no conto relatado é a reflexão e comentário que o protagonista realiza sobre os historiadores da Babilônia, que na verdade é apenas um pequeno

¹Tradução para o português realizada pela Editora Globo S. A. – Porto Alegre, RS – Brasil, no ano de 1970. Não consta o nome do(a) tradutor(a). Segue o trecho: “O babilônico é pouco especulativo. Acata os ditames do acaso, entrega-lhes a vida, a esperança, o terror, o pânico, mas não lhe ocorre investigar suas leis labirínticas, nem as esferas giratórias que o revelam”.

trecho do conto, mas que sobre as problemáticas aqui propostas deve ser lido e relido com atenção:

Nossos historiadores, que são os mais perspicazes do globo, inventaram um método para corrigir o acaso. Consta que as operações desse método são (em geral) fidedignas; embora, naturalmente, não sejam divulgadas sem alguma dose de engano. Além disso, nada tão contaminado de ficção como a História da Companhia... Um documento paleográfico, exumado num templo, pode ser obra de um sorteio de ontem ou de um sorteio secular. Não se publica um livro sem alguma divergência entre cada um dos exemplares. Os escribas prestam juramento secreto de omitir, de intercalar, de alterar. Também se exerce a mentira indireta. (BORGES, 2011: 754)

Ora, se o mundo fictício da babilônia borgeana é orientado e guiado pelos acontecimentos ao acaso, cabe a uma série de intelectuais ordenarem esses eventos/acontecimentos em narrativas lógicas, coerentes e comprimidas; esses são os historiadores, que segundo nosso protagonista, “são os mais perspicazes do globo”. Cabe a tais perspicazes intelectuais corrigirem, ou melhor, ordenarem o caos dos eventos que acontecem ao acaso. Os historiadores, assim, inventam métodos para “corrigir” o acaso, que de certa forma, converge com as mudanças que a historiografia do século XX perpassa. O que é um texto histórico, se não, colocar ordem - na forma de uma narrativa - as indagações que conseguimos analisando as fontes, muitas vezes caóticas e sincopadas? O que é um texto histórico se não comprimir o tempo dos eventos passados e ordená-los na forma de uma narração ordenada. Cabe ao texto do historiador “combinar a discursividade do “compreender” e a estranheza “daquilo que acontece” (DE CERTEAU, 2011: 43)

Surgem então gerações de historiadores(as) que muito mais que afirmar certezas absolutas sobre suas pesquisas admitem a produção de um texto histórico com seus erros, suas “doses de engano”; mas que por fim, pretende-se no mínimo fidedigno, no mínimo confiável e coerente, mas certamente “com doses de engano”. Em suma, o texto histórico busca convencer o leitor de que a tese exposta é confiável. Não no sentido de dogma, mas sim, como uma explanação de ideias que sejam confiáveis, plausíveis, coerentes e fidedignas tendo por base os manuseio de forma hábil dos vestígios de passado, muitas vezes desordenados e caóticos, que

conhecemos por *fontes*. Como não posso me alongar nessa apresentação fechemos esse conto apenas com a constatação sobre a questão das fontes. No estranho caso dos historiadores da Babilônia, que diferente de nós, não tem como saber ao certo se a fonte que estão pesquisando, “o documento paleográfico encontrado em um templo” teve sua origem num sorteio de ontem ou em um sorteio secular. Não há como haver certeza sobre a procedência ou datação da fonte em questão. Todavia, assim como nós (historiadores reais) tudo que está em Babilônia pode ser historicizado, tudo pode virar fonte, só depende dos questionamentos que fazemos aos *objetos*, o que permite que a História seja um campo com múltiplas explicações e versões sobre o passado, já que, afinal, tal como na fictícia Babilônia “não se publica um livro sem alguma divergência entre cada um dos exemplares”.

Vamos ao segundo conto *tema do traidor e do herói*. Nosso protagonista, Ryan Kilpatrick, está fazendo uma pesquisa história e biográfica sobre seu bisavô, Fergus Kilpatrick, o principal herói da revolução da Irlanda (país onde o conto é ambientado). Fergus era o líder dos “conspiradores” (revolucionários) contra o poder da coroa inglesa até que é assassinado em um teatro, no dia seguinte a sua morte incia-se a revolução. Torna-se símbolo e mártir, ao menos para a *História oficial* (Borges utiliza esses termos). O assassinato de Fergus e suas motivações continuam uma lacuna na história nacional. O assassino nunca foi encontrado, ninguém assumiu a culpa, por mais que o evento tenha servido de motivo para o início da revolução. É com o intuito de desvendar esse mistério sobre o passado que Ryan inicia sua pesquisa, é daqui que parte seu *questionamento*. No entanto, consultando a série de bibliografia sobre a História oficial Ryan percebe que alguns momentos dessa história são muito estranhos, parece que repetem certos eventos e personagens históricas de tempos loginguos (como a semelhança da morte de Fergus com a de Júlio César). Essas passagens começam a intrigar nosso pesquisador, mas nada o impacta mais do que a fala de um morador de rua (que consta nos livros oficiais) que teria conversado com Fergus no dia anterior ao assassinato. A fala do morador de rua é, por mais que de forma sutil e camuflada, uma citação de diversas frases de Macbeth, de Shakespeare (ironicamente, o maior escritor entre os inimigos). “Que la historia

hubiera copiado a la historia ya era suficientemente pasmoso; que la historia copie a la literatura es inconcebible...²” (BORGES, 2011, vol. I: 794).

A pesquisa de Ryan muda de rumo e esse começa a pesquisar a vida de James Alexander Nolan, o segundo líder entre o grupo de conspiradores irlandeses. Ryan descobre, por meio em pesquisa de arquivos e com base em algumas atas das reuniões dos conspiradores, que Nolan teria traduzido várias obras de Shakespeare para o gaélico entre uma série de outras informações. Após cruzar as fontes encontradas chega a conclusão de que o assassinato foi uma encenação, uma peça, uma ficção.

A solução do “mistério” histórico, “descoberta” ou “revelação” alcançada por nosso pesquisador é a seguinte: em 2 de Agosto de 1824, em um período onde a população já estava pronta para a revolução e o país maduro para a independência, os conspiradores se reúnem. Uma das pautas da reunião é sobre o fato de que um entre eles deveria haver um traidor, já que os planos anteriores para executar a revolução sempre fracassavam. Nolan apresenta pessoalmente provas irrefutáveis (Borges usa esses termos mas não especifica quais seriam elas) de que o traidor era Fergus Kilpatrick. O líder dos conspiradores admite e confessa sua culpa, e em seguida é condenado à morte, sentença a qual aceita sem grande discussão. Contudo, Kilpatrick era amado pelo povo, e qualquer sinal de sua traição poderia estragar o andamento da revolução. Os conspiradores não podiam deixar o povo desacreditado, então arquitetam o seguinte plano: Kilpatrick seria assassinado em um teatro, durante uma peça, por um assassino desconhecido. Sua morte e atos que a antecederiam deveriam ser os mais dramáticos possíveis, para fazer que o desejo do povo contra o governo se intensificasse ainda mais. Kilpatrick concordou com a sentença.

Toda a encenação da morte do herói (e do traidor) levou dias, e diversas pessoas estiveram envolvidas, com falas e atos previamente programados. Nolan foi o responsável por escrever as falas dos atores e os atos da “grande peça”. Infelizmente, por falta de tempo (ou de

²Tradução para o português realizada pela Editora Globo S. A. – Porto Alegre, RS – Brasil, no ano de 1970. Não consta o nome do(a) tradutor(a): Que a história tivesse copiado a história já era suficientemente assombroso; que a história copie a literatura é inconcebível.”

talento) se viu obrigado a plagiar o maior poeta dos inimigos ingleses, William Shakespeare; muitas das falas que escreveu são derivadas de peças como *Macbeth* e *Júlio César*.

Quatro dias depois, em 6 de Agosto de 1824, o traidor (e herói) vai ao teatro que também será seu sepulcro. Um tiro no peito finaliza sua sentença que deveria ter sido complementada com uma frase de impacto, a qual Kilpatrick não consegue pronunciar em meio ao sangue que lhe escorre. A revolução explode logo após sua morte, e torna-se um sucesso para os irlandeses. Kilpatrick que já era herói para o povo, agora é glorificado como mártir, mesmo a pesquisa histórica de Ryan provando que, na verdade era um traidor.

Outro detalhe importante é a última parte do conto, na qual, após sua incrível (e terrível) descoberta, Ryan opta por não publicar os resultados de sua pesquisa; ao invés disso publica mais um, entre tantos livros, saudando os grandes “feitos” de seu bisavô, o herói. *Tema do traidor e do herói*, fala-nos basicamente de uma história que sofre uma *releitura*, ou melhor, que poderia ter sido *relida*, mas que não se concretiza de fato, pois Ryan teme que sua descoberta possa atingir toda a crença e memória de uma nação sobre o personagem, ou então toma a decisão de não publicar sua pesquisa simplesmente para proteger a imagem de seu bisavô. A história não chega a ser efetivamente *relida* e nem divulgada para os fictícios leitores, mas nós (leitores de Borges) sabemos das “descobertas” da pesquisa de Ryan, e tomamos conhecimento do quão reveladora ela é.

Ryan, o protagonista e pesquisador, acaba descobrindo por meio de seus esforços em reunir as evidências sobre o passado, que seu bisavô, Kilpatrick, herói máximo da nação, na verdade foi um traidor, mas que teve sua traição ocultada por meio de uma grandiosa conspiração.

A história e seus efeitos aqui ainda são os mesmos; Kilpatrick foi assassinado e a revolução na Irlanda foi um sucesso para os irlandeses. O que está diferente são as circunstâncias e o “ponto de vista” pelo qual a História é narrada (além das “fontes inéditas” que foram descobertas), mas de fato existem coisas que *aconteceram* do contrário cairemos em um exacerbado relativismo. Como nos alerta Paul Veyne: “O campo da história é, pois, inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclu

tenha realmente, acontecido.” (VEYNE, 1998: 25). Em outras palavras, a preocupação última da história sempre será “encontrar”, “desvendar” ou “descobrir”, na falta de um termo melhor, a *verdade* sobre determinado fragmento do passado. Sendo assim a História pode ser *relida* inúmeras vezes ao longo dos séculos, pois sempre há de haver um historiador com um novo ponto de vista, ou fontes ainda inéditas ou não exploradas sobre um determinado acontecimento no passado.

Também podemos notar uma alegoria de Borges a como, nesse conto, assim como no anterior, a História está impregnada de ficção. Toda a encenação da morte de Fergus Kilpatrick é uma *ficção*, ou seja, mistura traços imaginativos e reais. Por mais que todos os eventos que atencem sua execução tenham sido premeditados e planejados, em um campo quase literário, seus efeitos são reais, e logo, históricos. Efeitos que agiram sob a História de um país e o futuro de sua população. Em tema do traidor e do herói também temos a concepção de uma Literatura que se sobrepõe ao “poder” da História, e literalmente, conta-a e fala por ela. A literatura aqui, por mais que sendo um grande plágio de Shakespeare, “escreve a História”, tomando seu lugar de grande influência sobre o imaginário e fé das pessoas. Literatura disfarça-se de História, como usando uma máscara, para assim atingir um grande lugar de prestígio. Na realidade, temos uma *mistura* evidente entre História e Literatura; a história de Kilpatrick e a revolução na Irlanda não é nem uma nem outro, mas um pouco de cada. Um livro, que talvez possa ter inspirado Borges a figurar essa idéia para o conto, é *Facundo*, de Domingos Sarmiento, um clássico da Literatura Argentina, que muitas vezes também é tomado e lido como um clássico da História da Argentina. Isso porque *Facundo* é um tipo de obra que também se encontra no limiar entre as duas áreas, onde História e Literatura claramente se entrecruzam. Domingos Sarmiento, seu autor, por mais que tenha sido um intelectual, literato e político, acaba escrevendo um grande tratado sobre a história da Argentina durante o século XIX.

O terceiro conto que analisaremos nesse breve ensaio chama-se *Guayaquil*, e faz parte do livro *O informe de Brodie* (1970). Por mais que lançado muitos anos depois dos contos anteriores, poderemos observar como a História, e as reflexões sobre esta, foram uma temática

recorrente em todo o *corpus* da obra de Borges, isso porque Guayaquil é basicamente um diálogo entre dois personagens que muito nos interessarão, pois são *historiadores*.

O narrador de Guayaquil é um historiador sem nome. Em verdade, seu nome importa muito menos do que a descrição de sua personalidade. Nosso narrador é um historiador que está frustrado, e o conto em si, é a redação de uma carta sobre os motivos que o levaram a tal frustração.

O historiador/narrador é argentino. Não só é argentino como a “história da Argentina corre em seu sangue”, pois seu bisavô teria participado batalha de Júnin, em seis de Agosto de 1824. Ataque da cavalaria de Suárez. Em um escritório oval o narrador guarda relíquias das Guerras da Independência como, “espadas, medalhas e bandeiras” (BORGES, 2008: 71)³.

A trama se inicia com um “grande achado” e publicação de um livro de história que havia sido esquecido. Certo doutor Avellanos teria sido autor de uma obra chamada *Historia de cincuenta años de desgobierno*, que por razões misteriosas teria se perdido, só vindo a ser publicada por seu neto Ricardo Avellanos, em 1939. Acontece que essa obra utiliza como *fontes*, algumas cartas teoricamente escritas pelo próprio Simon Bolívar. Dentre esse material a maior parte das cartas não fornece grande interesse a nosso narrador, com exceção de uma, datada de 13 de Agosto de 1822, que narra em detalhes a reunião de Simon Bolívar com San Martín (os dois principais líderes revolucionários durante o século XIX, contra o domínio espanhol na América do Sul), para discutirem o que se procederia na batalha em Guayaquil (cidade equatoriana onde se dá uma das principais batalhas pela independência da América do Sul sob julgo espanhol). Ressalta o historiador: “inútil destacar o valor desse documento em que Bolívar revelou, ainda que parcialmente, o acontecido em Guayaquil” (BORGES, 2008, p. 69). Após a publicação do livro, Ricardo Avellanos, também possuidor das cartas (*fontes*) decide ofertá-las, de bom grado, a qualquer país da América latina que queira fazer cópias das mesmas (Ricardo Avellanos no presente do conto vive em Sulaco, Honduras). O governo

³ Excepcionalmente nesse conto iremos manter as citações em português, pois a tradução do crítico literário David Arrigucci Júnior, na edição da Companhia das Letras de 2008, parece-me muito semelhante ao original em espanhol.

argentino clama a posse das cartas, mas essa é negada, pois Ricardo Avellanos é contra a “história oficial”, representada pela “Academia de la Historia”. Assim mesmo, graças a um embaixador, doutor Melaza, a Argentina é o primeiro país a conseguir ter o direito de examinar a carta e copiá-la. É necessário que alguém, uma única pessoa, fique incumbida de tal missão. Ninguém melhor do que o próprio protagonista do conto!

Historiador, argentino, de família militar e aristocrata, especialista em História da América Latina, professor catédrico de uma grande universidade (a qual Borges não cita, mas podemos supor que fosse algo equivalente a Universidade de Buenos Aires), e membro da “Academia de la Historia”. Ao que tudo indica o personagem seria a escolha mais óbvia do governo argentino, e é isso que ele também acha⁴, até a aparição de um outro professor, com carreira acadêmica muito mais modesta e vindo de uma universidade bem menor “Universidad del Sur”, que nosso protagonista sequer conhece a existência. Este é Eduardo Zimmermann, historiador estrangeiro (República Tcheca), naturalizado argentino, judeu que trocou a Europa pela América devido ao terceiro Reich alemão. O ministro das relações exteriores pede para que ocorra uma reunião entre ambos historiadores para que decidam quem irá representar a Argentina na missão. O primeiro convida o segundo até sua casa. Inicia-se uma reunião de debates, ou melhor, um *duelo* entre *gentlemen* acadêmicos⁵.

⁴ Fala do personagem: “Esta missão coroa, com uma espécie de feliz fatalidade, o trabalho de toda minha vida, o trabalho que de certo modo trago no sangue”. (BORGES, 2008: 75)

⁵ Essa não seria a única vez em que Borges abordaria os “problemas” das disputas no meio acadêmico. Há um conto, posterior a esse, chamado *O suborno* (*O livro de areia* – 1975) que também irá abordar a temática das “disputas entre professores”. A partir de 1946, Borges começa a ministrar diversas palestras e conferências em várias universidades da Argentina e posteriormente do mundo, até anos depois ser eleito por “mérito” professor de Literatura em língua espanhola na Universidade do Texas, EUA; assim como professor de Literatura em língua inglesa na Universidade de Buenos Aires, Argentina (baseados na biografia aqui utilizada e no *ensaio autobiográfico*). Chega a assumir, durante o ano de 1967, as aulas Norton, (de Charles Eliot Norton – curso anual, na Universidade de Harvard, onde intelectuais e artistas “celebridades” são convidados para ministrar seis aulas ao longo do ano, sobre o tema que quiser) na universidade de Harvard, conferindo uma série de aulas e palestras ao longo de oito meses. O resultado de parte dessas palestras está publicado no livro “Thiscraftof verse” (*O ofício do verso*) (*ensaio autobiográfico*). Talvez, mas não somente, essa imersão nos “bastidores” do mundo acadêmico possam o ter motivado a escrever esses dois contos em questão.

Ao final do conto o vencedor é Zimmermann, o estrangeiro, que habilmente convence seu “rival” patriota de que ele seria a melhor opção para a empreitada. Os críticos e biógrafos de Borges costumam interpretar um conto enigmático como *Guayaquil* como sendo uma grande metáfora para uma das situações mais clássicas da história argentina: o embate e disputa de espaços (acadêmicos, ou não) entre os *criollos* (argentinos nativos descendentes dos espanhóis) e os estrangeiros (Buenos Aires é a segunda cidade das Américas que recebe mais imigrantes durante o século XIX), que seriam representados pelos dois historiadores. Concordo plenamente, no entanto, *Guayaquil* não trata somente sobre isso, é também uma disputa entre duas formas distintas de se ler, interpretar e pensar História.

O historiador argentino representa uma forma de pensar mais conservadora e enciclopédica, livresca; sem base em experiências ou reflexões mais profundas. O que interessa a esse historiador são as datas, os “fatos”, além da evidente “paixão” pela temática já que essa “corre em seu sangue”, como se isso, de certa forma, o legitimasse como pesquisador. Zimmermann, pelo contrário, representa um historiador mais reflexivo, um que não só se baseia em conhecimento bibliográfico mas também em experiências adquiridas, um que, por mais que reconheça que as novas fontes (as cartas) podem “alterar” a História da independência na América do Sul, também parte do princípio que o conteúdo de tais fontes pode bem ser trivial ou banal. Não valoriza suas fontes antes de ler-las e nem busca nelas previamente uma resposta que legitime sua pesquisa (como o historiador argentino parece fazer). O diálogo nesse conto é extenso e possui diversos momentos importantes para as discussões aqui propostas; contudo, graças a limitação de páginas que esse ensaio deve seguir fiquemos apenas com alguns exemplos. Sobre o aspecto de não valorizar demasiadamente as fontes antes das mesmas serem analisadas, podemos destacar a seguinte fala de Zimmermann:

- Que sejam [as cartas] de punho e letra de Bolívar – respondeu-me – não significa que toda a verdade esteja nelas. Bolívar pode ter querido enganar seu correspondente ou, simplesmente, pode ter se enganado. O senhor, um historiador, um mediativo, sabe melhor do que eu que o mistério está em nós mesmos, não nas palavras. [ainda acrescenta em outro trecho] – Talvez as palavras que trocaram tenham sido triviais. (BORGES, 2008: 74-75)

Outro trecho interessante que podemos destacar é um momento do diálogo que deixa evidente as diferenças pelas quais os dois historiadores pensam sobre a História, assim como as formas pelas quais eles encaram a História como uma “força”, um “fator”, influente e determinante em suas próprias vidas. Fiquemos com o trecho do diálogo:

Zimmermann: “- Ah, Schopenhauer, que sempre menosprezou a história... Essa mesma edição, organizada por Grisebach, eu tive em Praga, e acreditava que fosse envelhecer na amizade desses volumes manuseáveis, mas precisamene a História, incarnada num insensato, expulsou-me de casa e daquela cidade. Aqui estou com o senhor, na América, em sua casa agradável...”(BORGES, 2008: 72)

Hist.: “- Aqui a história é menos impiedosa. Espero morrer nessa casa, onde nasci. Para cá meu bisavô trouxe essa espada, que andou pela América; aqui tenho refletido sobre o passado e escrevi meus livros. Quase posso dizer que nunca deixei essa biblioteca, mas agora por fim vou sair, para percorrer a terra que só havia percorrido em mapa.” BORGES, 2008: 72-73)

Aqui, a própria história aparece em duas vertentes, personificada e encarnada nos dois personagens, como *impiedosa*, e como *glorificadora*. É impiedosa com Zimmermann, pois, ao ser “encarnada num insensato, expulsou-me de casa e daquela cidade”, obrigando-o a exilar-se de sua terra natal devido aos perigos do nazismo alemão, obrigando-o a agir e a vivenciar o mundo de uma forma diferente da qual estava acostumado, obrigando-o a começar uma nova vida como professor de História (ironicamente) na longínqua Argentina (o conto não revela se Zimmermann já exercia essa profissão na Europa). Por outro lado temos a História que glorifica a História dos vitoriosos, mas que também é a história da inércia, aquela que acomoda. Nosso historiador argentino deixa claro que nasceu e espera morrer naquela mesma casa, a de seus antepassados, entre suas paredes revestidas de argamassa, memória e passado. “[...] aqui tenho refletido sobre o passado e escrevi meus livros. Quase posso dizer que nunca deixei essa biblioteca⁶ [...]”(BORGES, 2008: 72-73). Cercado de livros, o historiador nunca viajou ou

⁶ Essa frase e pensamento é muito recorrente nas biografias, auto biografias, e entrevistas sobre/com Borges, quando fala da biblioteca de seu próprio pai, que pretendia largar o emprego público e virar escritor de sucesso, desejo que não se concretiza.

percorreu os locais que são seus objetos de estudo, mas agora finalmente vê uma oportunidade para realizar algo dessa espécie, infelizmente sua ideia é podada graças a “intromissão” de um imigrante⁷, em muitos aspectos mais sensato, do que ele próprio.

Referências Bibliográficas

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas I** (1923-1949). Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

_____, Jorge Luís. **O informe de Brodie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

VEYNE, Paul-Marie. **Como se escreve a história**. Brasília: editora Unb, 1998.

WILLIAMSON, Edwin. **Borges: uma vida**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

⁷ Provavelmente, o enigmático conto *Guayaquil*, também versa sobre o tradicionalismo e “passado glorioso” da própria família de Borges (como defende um dos biógrafos de Borges, Edwin Williansom [*Borges: uma vida*] em sua interpretação sobre o conto, p. 428 e 429), assim como com o velho, mais ainda presente debate, na história da argentina sobre a “civilização” X “barbárie” (como pode ser observado no clássico *Facundo*, por exemplo).

Imagens do político no discurso de comandantes militares brasileiros: 1979-1988

*Mauro Eustáquio Costa Teixeira**

Introdução

O processo histórico que aqui apresentamos sob a denominação de “transição” diz respeito à desmontagem dos mecanismos de exceção implantados pelo regime autoritário que se instalou no Brasil a partir do golpe militar de 1964 e à criação de condições para a construção de um Estado Democrático de Direito – construção esta ainda em marcha nos dias de hoje. Seguindo a proposta de Daniel Aarão Reis Filho (2002: 11), delimitamos esse período entre 1979 (revogação dos Atos Institucionais) e 1988 (promulgação da nova Constituição).

Temos observado, em nossas pesquisas, que durante a transição o processo político brasileiro precisou obedecer a limites bastante rígidos, que circunscreviam o grau de autonomia da sociedade na formulação de caminhos para a democracia. Tais limites foram impostos, em grande medida, pela cúpula das Forças Armadas, que continuava a comandar o Estado brasileiro ao longo dos anos 1980.

O que se pretende, neste trabalho, é compreender as limitações impostas pelos militares à liberalização do regime político brasileiro, a partir de aspectos conceituais que iluminam a abordagem da questão da comunidade política por parte de comandantes das instituições castrenses no período em questão. Ou, em outra formulação, pela expressão, por parte daqueles comandantes, de uma certa modalidade de *figuração do político*.

Neste sentido, partiremos das formulações de Marcel Gauchet (2005: 9), que chama de *o político* a instância que possibilita o social, “aquela que permanece apesar da amplitude da mudança e que define nossa identidade fundamental de atores do viver coletivo.”¹. Rosanvallón

* Doutorando em História pela UFOP, com bolsa Capes/CNPq.

¹Tradução nossa, assim como em todas as citações deste autor e de Rosanvallón.

(2002: 15-16), por sua vez, chama a atenção para uma das principais dificuldades encontradas pela afirmação do regime democrático: trata-se da questão da “figuração” do povo por parte dos agentes políticos, uma dificuldade em se compreender o soberano da democracia de forma substancial, de reconhecê-lo na sua complexidade.

O material que utilizaremos para esta análise serão as “ordens do dia” divulgadas pelos ministros militares por ocasião do aniversário da “Revolução”, a 31 de março. Nestes discursos, os comandantes se comunicavam não só com os subordinados, mas também com o conjunto da sociedade, reafirmando suas visões de passado e expectativas de futuro, que refletem, em nosso entender, o pensamento dominante dentro das instituições castrenses. Usa-se ainda, periféricamente, outras falas de altos oficiais que mantêm as características acima. Um último esclarecimento se faz necessário: os conteúdos político-ideológicos aqui enfocados não são, bem o sabemos, exclusivos das Forças Armadas, nem em 1964, nem no período da transição. Ao contrário, são partilhados por porções hegemônicas das elites civis e mesmo por parcelas importantes dos setores populares. O golpe, a ditadura e a transição não são obra exclusiva de militares. Porém, na medida em que estes são o agrupamento que comanda concretamente o Estado nestes três momentos, suas formulações políticas se fazem decisivas para o entendimento do período.

A figuração do político por parte da elite militar brasileira

Onde residiriam, na visão dos comandantes militares brasileiros à época da transição, as origens do político, as raízes da condição coletiva dos seres humanos? Nos momentos em que se comemorava a vitória da “Revolução” de 1964, buscava-se também o reforço dos vínculos entre comandantes e comandados. Para tanto, lembrava-se daqueles fatores que eram considerados como geradores da coletividade no país, condições de existência para a sociedade brasileira enquanto tal.

Uma rápida análise destas formulações revelará que os oficiais gerais compartilhavam uma certa multiplicidade de imagens em torno dos fundamentos da

convivência entre os homens. Em comum a estes fundamentos, haveria uma condição de estarem fora do alcance da ação humana. Ou seja: na visão dos comandantes, a existência em sociedade seria regida por fatores que ao homem não caberia alterar, mas apenas compreender e aceitar. O político, assim, obedeceria a padrões, se não imutáveis, bastante rígidos; a possibilidade de sua transformação é vista sempre com desconfiança e rejeição.

Assim, ao celebrar os vinte anos do golpe, em 1984, o Ministro da Marinha, Almirante Alfredo Karam, dizia que aquele movimento havia conseguido “restabelecer no país uma ordem constitucional consentânea com as tradições cívicas da nossa gente” através da neutralização de “uma agitação que só poderia conduzir à destruição dos *valores básicos* da vida nacional” (DEVER, 1984: 6).

Desta forma, a “Revolução” se entendia como obra restauradora: a “vida nacional” seria regida por “valores básicos” que a “agitação” ameaçava destruir; ora, se esses valores constituíam a base do existir coletivo, pode-se facilmente inferir que sua destruição, na visão do almirante, equivaleria ao colapso da própria coletividade em si.

A nação, então, aparece como um todo orgânico, portador de princípios e valores que deveriam, necessariamente, ser partilhados e defendidos por todos os seus integrantes: era algo desta natureza que justificava a ruptura institucional, na visão do Ministro do Exército, General Walter Pires, em 1979. Para ele, a “Revolução” fora obra do “povo brasileiro como um todo”, motivada pela repulsa da “comunidade nacional” em relação ao quadro político vigente no governo Goulart (EXÉRCITO, 1979: 6).

Conforme mostraremos de forma mais detalhada na seção posterior, esses supostos valores da nacionalidade assentavam-se sobre a ideia de “ordem”. Ou seja, a nação imaginada pelos comandantes militares não comporta a dissensão. Ela se constitui de indivíduos que pensam e agem em conjunto, na defesa de valores que estão além e acima deles.

Por esta mesma razão, a ideologia comunista, baseada na ideia de luta entre as classes sociais, é vista como a principal inimiga da coletividade nacional. A acusação mais recorrente que se faz contra ela é justamente a de ser “exótica”, “excêntrica” ou “alienígena” (todas palavras que enfatizam a ideia de *exterioridade*); os comunistas pretenderiam, assim, “implantar no Brasil

um regime totalmente incompatível com a formação histórica e as tradições de sua gente” (EXÉRCITO, 1979: 6).

A presença central da *nação* (em um sentido abstrato e atemporal) como instância geradora da convivência entre os homens – além da utilização periférica de noções familiares e religiosas – deixa-nos entrever que a elite militar brasileira dos anos 1980 figurava o político de uma maneira muito distante daquilo que seria de se esperar em uma democracia liberal. Com efeito, situações nas quais os indivíduos criem e modifiquem seus laços com a comunidade sem a coação exercida por instâncias sobrenaturais ou abstratas (embora com a possível existência de coerções outras) parecem estar excluídas das formulações dos oficiais gerais acerca da configuração política que julgavam desejável para o Brasil. É esta configuração que pretendemos descrever sumariamente na seção seguinte.

O Brasil ideal na visão dos generais da transição

A figuração do político por parte das elites militares brasileiras, enfocada na seção anterior, traz à tona a questão de como essas elites compreendiam *a política*, ou seja, “o colocar em questão a ordem da cidade por seus próprios membros, [...] atividade onde as limitações constitutivas do *político* tornam-se objeto da deliberação e da decisão coletiva.” (GAUCHET, 2005: 18). Trata-se, aqui, verificar a agenda política das forças armadas brasileiras para o período da transição e para a democracia que se seguiria.

Nos discursos enunciados por ocasião do aniversário da vitória de 1964, uma noção se destaca vividamente: a *ordem*. Ela aparece como um valor absoluto, condição para o bem-estar social e para a evolução da sociedade. Na verdade, era uma formulação antiga entre os generais brasileiros. Em 1936, na Ordem do Dia que comemorava o primeiro aniversário da vitória do Exército sobre a “Intentona” comunista do ano anterior, o Ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho (apud. CARVALHO, 1981: 159), afirmava que “sem ordem não pode haver progresso; este repousa na garantia dos direitos reguladores das atividades individuais”. Desta fala, podemos inferir que parte da “ordem” residia nesta regulação dos

indivíduos, que, no entender do general, era uma responsabilidade dos militares, “elementos incumbidos de garantir a tranquilidade pública” (Ibidem).

Esta fala nos remete à formulação de Giuseppe Vergottini (1998: 851), para quem “A Ordem pública é comumente evocada como *limite ao exercício de direitos*”. Para este autor, o uso legislativo deste conceito se dá, de uma forma geral, como “sinônimo de convivência ordenada, segura, pacífica e equilibrada, isto é, normal e conveniente aos princípios gerais de ordem desejados pelas opções de base que disciplinam a dinâmica de um ordenamento”. Em outras palavras, nesta acepção, o conteúdo da “ordem pública” dependeria do Estado que a institui e do que este deseja em termos de comportamento social. Ou, como coloca Caio Graco Pinheiro Dias, “há ordem quando os comportamentos humanos se adéquam a critérios ordenadores, de forma que as relações que deles resultam entre os indivíduos sejam compatíveis com os objetivos perseguidos por quem instaura a ordem” (DIAS, 2008: 338).

Assim, em nosso entender, as elites militares brasileiras, pelo menos a partir dos anos 1930, como mostram os discursos compilados pelo general Ferdinando de Carvalho (1981), compreendiam a “ordem” como a vigência e a estabilidade de determinados padrões de relações sociais. Estes padrões, por sua vez, se assentariam em ideias de desigualdade e de hierarquia.

Por causa deste apego à ideia de ordem, as falas castrenses manifestam, de forma geral, grande rejeição pela mobilização política autônoma (ou seja, não dirigida pelo Estado) da sociedade, sobretudo quando ela se desvincula da noção orgânica de “nação”. Sempre que a política é tomada como objeto de elaboração por parte de setores sociais, os discursos militares tendem a ver a “ordem” ameaçada.

No contexto concreto da transição brasileira, estas “ameaças” ganhavam cores ainda mais vivas, tendo em vista que a época foi marcada por grandes greves (metalúrgicos, bancários, professores), além do ressurgimento do movimento estudantil e da luta pela posse da terra, além de pelo menos uma grande mobilização de massas diretamente ligada às instituições políticas: a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, em 1984.

Os chefes militares veem com grande desconfiança essa revivescência dos movimentos populares. Não cessam de lembrar que foi um contexto semelhante que deu origem à “Revolução” de 1964. É o que afirma, entre vários outros discursos, a ordem do dia do Ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca, no décimo quinto aniversário da “Redentora”:

A Nação marchava aceleradamente para a desagregação, premeida pela desordem política, pela agitação social e pelo caos econômico. [...] Sucediãmse interminavelmente as *greves políticas*, instigadas e inspiradas por uma minoria perversa e ressentida. (MARINHA, 1979: 6)

Neste discurso, observamos que a postura ativa dos movimentos sociais representa, na visão dos oficiais gerais, uma ameaça para aquela visão orgânica de “nação” que enfocamos na seção anterior. Note-se que a indignação do Almirante se volta para as “greves políticas”, ou seja, para a organização dos trabalhadores com fins que ultrapassavam, hipoteticamente, as reivindicações econômicas. Em uma “greve política” o trabalhador vê a institucionalidade como objeto de deliberação e transformação, o que era inadmissível na concepção de “ordem” da elite militar.

Porém, os militares não se limitam a lembrar sua ação no passado; também fazem questão de advertir que não permitiriam a “ação nefasta” dos “maus brasileiros” que se agitavam “a serviço de ideologias exóticas e acobertados pela capa de defensores da democracia, quando, na verdade, planejam destruí-la” (EXÉRCITO, 1980: 4). Ficava patente que a transição dependia da obediência a limites políticos e ideológicos impostos pelas forças armadas.

O mesmo general, Valter Pires, no ano seguinte (marcado por graves denúncias de violações de Direitos Humanos cometidas pelos militares nos anos 1970), dispara contra a “persistente e insidiosa ação de uma minoria ativa que, com escusa finalidade, tenta desavir as instituições militares e indispor o cidadão civil com o cidadão fardado” (VENCEREMOS..., 1981: 5). A crítica aos ideais da “Revolução” aparece, muito frequentemente, como obra de “maus brasileiros”, fazendo com que a diversidade de opiniões seja um elemento indesejado para aquelas elites.

Aparece, aqui, uma limitação fundamental para o que Gauchet chama de “liberalismo mínimo”, que se resume nas “condições de abertura da coletividade para a mudança, e da participação de seus membros na inovação coletiva” (GAUCHET, 2005: 25). No Brasil da transição, esta abertura para o futuro ficava seriamente comprometida, tendo em vista que os chefes militares faziam questão de demarcar rigidamente os caminhos que poderiam ser tomados pela sociedade civil, inclusive (e principalmente) no tocante a suas relações com o Estado.

Esta decisão de manter o controle do aparato militar sobre a formatação do Estado se revela explicitamente no discurso proferido pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Samuel Alves Correa, por ocasião dos quinze anos do golpe de 1964. Na oportunidade, o general lembrava que a “Revolução” vivia agora a implantação da “opção de suas origens, a democrática”, e fazia recomendações sobre como deveria agir cada segmento da sociedade no sentido de se concretizar esse objetivo.

Assim, os meios político/partidários deveriam buscar o “consenso indispensável”, evitando a “radicalização” e a “intransigência”; empresários e trabalhadores teriam estabelecer um relacionamento “solidário e fraterno”, passando longe da “rutura social”, enquanto aos formadores de opinião (jornalistas, clero, intelectuais) caberia “orientar a opinião pública no sentido [...] da conjugação de vontades, sentimentos e ações em prol do bem comum” (GENERAL, 1979: 8).

Assim, a chamada “abertura democrática” estava condicionada a uma “adesão à ação governamental”; o “povo” era chamado a participar, mas não a participar livremente – era chamado a atuar sob o comando dos dirigentes do Estado. Observa-se, nas falas daqueles chefes, uma vontade de demarcar espaços onde a atividade política seria tolerada, vetando-se sua prática fora dali.

Também em 1979, o comandante da VI Região Militar, General Gustavo Moraes Rego, qualificava de “inaceitável” a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) porque, segundo ele, a entidade tinha, quando legal, “finalidade ideológica e política, ao invés de propósitos exclusivamente universitários”. Ainda segundo o general,

política é uma cachaça, por isso não deve ser praticada nas escolas, senão haveria quem só fizesse tal, quando deveria debater assuntos acadêmicos e profissionais. Os partidos políticos estão aí para fazer política e acho que os estudantes e as mulheres deveriam ter participação maior. (GENERAL, 1979: 9).

Consideramos as colocações de Moraes Rego altamente iluminadoras do pensamento militar durante a abertura. Observe-se que uma entidade estudantil, para o comandante, deve ater-se exclusivamente a atividades acadêmicas. A política, tão viciante quanto a cachaça, se torna perigosa fora dos espaços demarcados – os partidos, eles sim, os lugares de se “fazer política”, merecendo até uma convocação a uma “participação maior” de jovens e mulheres. Nestes discursos o “fazer política” é uma atividade pré-definida e pré-circunscrita pelo Estado, não havendo espaço para a sociedade se organizar onde julgar mais apropriado.

E não era só o “como” e o “onde” do fazer político que se viam demarcados e limitados pelos generais da transição, mas também, com o mesmo destaque, o “quem”. Ao celebrar os vinte anos do golpe, o general Valter Pires comparava a campanha pelas eleições presidenciais diretas, então em curso, com aquela pelas Reformas de Base, durante o governo Jango. Classificava a ambas como “solução de palanque” e anunciava claramente como julgava que deveria ser conduzido o processo de transição: “Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis, capazes de levar o Brasil ao seu destino de grande nação.” (CLICHÊS, 1984: 6).

Considerações finais

O estudo das figurações do político por parte dos comandantes militares brasileiros durante a transição traz em si o potencial de iluminar, ainda que parcialmente, as dificuldades encontradas para a construção democrática já na fase posterior (e atual), a chamada “Nova República”.

Com efeito, a promulgação da Constituição de 1988 e a vigência formal, desde então, de um Estado Democrático de Direito, ainda não foram capazes de levar a sociedade brasileira a uma reconstrução de si enquanto comunidade política, ou seja, a uma reelaboração não só dos marcos que devem reger nossa convivência enquanto indivíduos, mas também (e principalmente) a coexistência de distintos projetos coletivos de sociedade, de Estado e de relações entre estas duas esferas.

Na verdade, no ano mesmo da aprovação daquela Carta, os militares ainda celebravam – desta vez em uma “ordem do dia” conjunta – o 31 de março como um momento em que as Forças Armadas “restabeleceram a normalidade pública, preservaram as instituições e salvaguardaram os valores nacionais” e afirmavam ter sido necessário “unir a nação” antes da “transição para a democracia plena” (MILITARES, 1988: 6). Na verdade, essa plenitude não viria a se verificar na realidade, tendo em vista que o texto Constitucional aprovado naquele ano garantia inúmeras prerrogativas às Forças Armadas, inviabilizando o controle civil democrático das mesmas, como demonstrado por Jorge Zaverucha (2010).

Permanece, em nossos dias – entre vários outros fatores a dificultar uma democratização de fato – a desconfiança dos órgãos de segurança, sobretudo das Polícias Militares (formadas e geridas sob padrões ditados pelo Exército) em relação à organização e à ação política autônomas de parcelas da sociedade. Essa desconfiança se materializa na criminalização dos movimentos populares e na repressão às suas iniciativas.

A permanência da vinculação do político a referenciais orgânicos (como a “nação” entendida como todo monolítico) ajuda a entender também a dificuldade encontrada pela sociedade brasileira no sentido de formular politicamente seus problemas e suas demandas. É como se o bloqueio da “inversão liberal”, realizado em 1964 e também durante a transição, tivesse nos conduzido diretamente da *imposição* do político sobre o social, característica dos regimes autoritários, à *erosão* da esfera do político (fenômeno que erode também o social, visto que este tem naquele sua condição de existência). Ainda não pudemos viver um momento em que a sociedade, sem abrir mão de sua condição política, refletisse livremente sobre ela, e busca reformulá-la para torná-la mais plena.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARVALHO, Ferdinando de (org.) **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CLICHÊS políticos se renovaram. **Folha de S. Paulo**, 31 de março de 1984, p. 6

DEVER cumprido, afirma Karam. **Folha de S. Paulo**, 31 de março de 1984, p. 6.

DIAS, Caio Graco Pinheiro. Direito e ordem social. In: **Integração** (USJT), v. XIV, p. 337-343, 2009.

EXÉRCITO coeso com o Presidente. **Folha de S. Paulo**, 31 de março de 1980, p. 4.

EXÉRCITO. **O Estado de S. Paulo**, 31 de março de 1979, p. 6.

GAUCHET, Marcel. **La condition politique**. Paris: Gallimard, 2005, p. 9.

GENERAL afirma que UNE é inaceitável. **O Globo**, 31 de março de 1979, p. 9.

GENERAL reafirma busca da “grande pátria”. **O Globo**, 31 de março de 1979, p. 8.

MARINHA. **O Estado de S. Paulo**, 31 de março de 1979, p. 6.

MILITARES elogiam Constituinte. **O Estado de S. Paulo**, 31 de março de 1988, p. 6

ROSANVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**. Paris: Gallimard, 2002.

VENCEREMOS as crises. **O Estado de S. Paulo**, 31 de março de 1981, p. 5.

VERGOTTINI, Giuseppe. “Ordem Pública”. In: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 (2 v.), pp. 851-2.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado da Constituição brasileira de 1988. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 41-76.

Linguistic Turn e Paul Ricoeur: um Diálogo Sobre a Produção da Historiografia Medieval

*Maycon da Silva Tannis**

Ao iniciar meus trabalhos em relação ao meu projeto de pesquisa, isto é, me debruçando sobre as várias formas que compõem a estética do Riso medieval, mais precisamente entre os séculos X e XII, utilizando as fontes formadas por poesias e textos produzidos por estudantes vagabundos, os chamados Goliardos, reunidos em um grande compêndio conhecido como *Carmina Burana* para, a partir de uma definição do *topos* estético da cultura risível medieval, poder compreender o que foi o chamado Renascimento Cultural do Século XII, com isso pude perceber no decorrer do curso que a formulação de um conceito moderno, em referência ao século XVI, é um processo que começa necessariamente no século XII, na verdade pouco antes, assim, minha intenção com esse trabalho é definir o que foi essa passagem e quais os seus impactos e suas principais diferenças. Bem como a existência de uma ligação passageira entre as várias concepções de História bem como das várias formas que o Conceito de História toma ao longo do tempo, em consideração ao arco que aqui apresento a título de comparação e análise da passagem, bem como de ambas as formulações sobre o que é escrever e conceber, nesses dois momentos, História.

Nesse sentido, com este trabalho tenho a intenção de tratar primeiramente da formulação de um conceito da Idade Média que se dá no deslocamento de uma paridade entre o que se chamou Renascimento do Século XVI e que, como considera a Historiografia até os dias de hoje, não possui raízes fundamentadas no período anterior, nesse sentido o meu primeiro esforço se localiza no questionamento de uma formação de um conceito de história que une em si a formação de uma concepção de escrever e fazer história na Idade Média e bem como as

* Aluno do Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

raízes de um movimento gradual de renascimento, partido de toda a agitação cultura que ocorre nos Séculos XII e XIII.

Já a segunda parte desse texto se refere, ao questionamento da própria historiografia a partir da orientação teórica de Paul Ricoeur, justamente por conta de sua relação entre a produção do real e a produção historiográfica

Nos limites de uma nova historicidade

Horst Günther inicia seu verbete a respeito da concepção de História na Idade Moderna descrevendo que a compreensão do que chamamos de história na Idade Moderna está, temporalmente, marcada por uma série de anacronismos historiográficos que são resultado de anos em experimentação da metodologia crítica do Historicismo. Para o autor as dificuldades de apresentação e discussão do tema estão relacionadas justamente, se por assim dizer, ao “vício” do historicismo em localizar novos usos para o conceito de história, bem como ao uso da própria palavra. Este uso estaria restrito apenas as situações que sejam necessariamente divergentes em relação ao período anterior e que não recaiam nas categorias que os filósofos e doutores medievais definiram como as formas de se escrever História. Günther desenvolve seu argumento a respeito das concepções de história no início da Idade Moderna, justamente confrontando a entrada das concepções clássicas na cultura da Renascença, cuja natureza está além de uma simples releitura.

Mas justamente no que escritores, como por exemplo, Giorgio Vasari, escreveram a despeito das críticas ferrenhas ao período anterior, a herança grega e principalmente a latina são oriundas dos mantenedores medievais e principalmente os estudiosos da cultura clássica que reaparecem, juntamente com as cidades, no decorrer do século XII. No período que cobre o século X e XIII houve um reaparecimento substancial das cidades, não obstante, isso impulsionou a formação de espaços laicos, ainda que sobre a égide religiosa católica, fazendo parte de sua esfera de influência e atuação, como foram as universidades no século XIII e a reintrodução dos textos latinos e gregos na cultura erudita dos homens da Idade Média. Mas, para além desta reintrodução, ocorreram a reelaboração e releitura da própria linguagem

filosófica da Idade Média, como por exemplo, a releitura bíblica a partir do Novo Organum de aspirações aristotélicas.

Esse período chamado igualmente de Renascimento, comporta em si os textos clássicos, mas ainda não apresenta em si um rompimento com a cultura clássica, justamente pelo homem do baixo medievo se considerar um herdeiro da tradição e cultura Romana e o mote “Renascimento” que é utilizado pela historiografia do período, mais precisamente pela historiografia pós Charles Homer Haskins que aplica, não somente adapta, o conceito de renascimento cultural elaborado por Jakob Burckhardt. Nas paragens do século XII, esse jargão, é interessante pois, avulta a discussão de que todos os Renascimentos estão, de certa maneira, ligados e por si só representam partes menores da grande ruptura que representará o Renascimento do século XVI, sendo assim, minha intenção ao estabelecer essa ponte entre dois renascimentos, e na verdade entre todos, baseando-me no pensamento de Erwin Panofsky e seu conceito de “Renascimentos dentro de Renascimento”.

Essa discussão amplia a necessidade de vermos que há uma continuidade, não só em várias formas de pensamento, mas também notar que a quebra de paradigmas, identificada pela historiografia atual tem princípio antes do Século XVI. Retomando, H. Günther localiza na presença dos textos clássicos o que chama de “duas línguas”, que nesse caso não eram somente lidas e aplicadas como no medievo, mas, a partir desse momento a “sabedoria dos antigos” passa ser parte constituinte, ainda que passada, da atualidade moderna.

Interessante que podemos notar que já nesse momento temos uma das principais diferenças de se escrever História no medievo, desde seu começo até seu fim, e escrever História no início da Idade Moderna, a diferença no trato dos antigos. Como observei anteriormente, os Homens Medievais, segundo as análises feitas por Jacques Verger, se consideravam herdeiros dos Antigos, como fica claro em uma passagem de Odylo Engels, “*eles eram a continuidade cristã de um Império Romano, que acabara se inserindo e expandindo a salvação*”, ideia que norteia toda a realização da escrita da História medieval. E, conforme os movimentos no século XII, realizam um *inovatio* em relação aos textos clássicos incorporando-os a sua fala, linguagem e cultura, mas como a própria derivação retórica apresenta, não

quebraram nem romperam com estruturas, apesar dos avanços do laicismo que fica evidente nos sermões condenatórios de São Bernardo de Claraval contra Pedro Abelardo, já no século XIII, e das várias transformações que o conceito e a palavra história passam ao longo do alto medievo.

No verbete sobre o conceito de História na Idade Média, Odylo Engels, é marcado profundamente pela noção de Isidoro de Sevilha, cujo esforço amplia a noção já tida como verdade, de que História é o relato do que se viu e *annales* é o relato mais afastado e advindo de outros, expandindo o termo e a prática antiga, assim temos que a História poderia ser definida como fábula, gesta, *roman* ou outro relato, pois a história que era produzida era apenas uma parte reduzida da real noção de que se arraigava o homem medieval, a História da Salvação. Esta possuía um começo determinado, com a criação do mundo, e um fim pontual, o juízo final, cabível de expansões como a entrada do Império Romano na História da Salvação. Nesse caso, temos que, até o século XII, a verdade não era questionada se tudo o que era tido como história, basicamente os elementos que explicitassem a História da Salvação, eram ordenados por uma lógica linear e o novo *telos* tornava igualmente linear essa forma de compreender e escrever história, mas ainda assim, temos uma via de mão única onde os textos são tratados como matéria, e não como um movimento figural e de criação de parâmetros novos.

Esse papel cabe ao Renascimento do Século XVI marcar, a Antiguidade, bem como o conhecimento chamado de clássico, advindo dela, se manifesta mais uma vez como uma potência criadora e figural. Temos aqui um elemento temporalmente exógeno, que por conta de todo o trâmite medieval, chega ao século XVI, e é lido por homens que cada dia mais tem a noção de indivíduo definido, juntamente com a nova noção de equilíbrio e a narrativa que amarra todos esses processos de criação do real que é a história. Mas de forma diferenciada do tempo imediatamente anterior, temos em primeiro lugar uma forma distinta de lidar com o passado e com o conhecimento que esse passado traz, não somente no âmbito de uma baliza ética, que obviamente foi incorporada graças à noção de equilíbrio como única maneira de manter a ordem.

Temos aqui um novo regime de escrita da História, um regime de via de mão dupla onde havia, além do balizamento ético, a compreensão da antiguidade seguida de uma comparação onde eram narradas as transformações que geraram o mundo presente, como fica claro na obra de Dante de Alighieri, que reunindo “histórias”, ou momentos históricos diferentes, como a aproximação possível entre Farinata e Cavalcanti, momento que nos cantos X e XI são uma verdadeira escrita dialógica da História, ainda permeada com certos fatores metafísicos, que não são o papel principal, mas mesmo assim apontam para uma forma de comunicação do momento anterior, se é que esse tipo de divisão é cabível. Ainda assim, é uma verdadeira instituição Histórica se pensarmos que Dante não pára por aí e continua a dialogar em arcos históricos que vão desde a antiguidade até o momento atual, e de fora observa o momento atemporal do encontro com Deus.

O que me detém aqui é essa via de mão dupla onde a herança clássica é ao mesmo tempo presente e passado, aqui temos então a ampliação de nosso conceito, onde há a completude da importância da história como representação, que no período anterior deixou de ser, em termos de linguagem, verossimilhança e passou a ter uma função de verdade, integrando-se à Retórica, e deixando de lado a verossimilhança. Por isso os termos medievais *Roman*, *Geste*, *Annales*, são aos poucos jogados para fora da escrita da história medieval, agora preocupada com a verdade e não mais com a verdade representada. Logo a experimentação socialmente dada do conhecimento e da história clássica é um dos pontos mais importantes no modo de lidar com o tempo.

Isso desestabiliza a noção de uma História Universal da Salvação, por conter um caráter que não era necessariamente linear e tão pouco orientado pelo *telos* Cristão, por outro lado temos um modo de experimentar o mundo que tange muito mais do que no engatinhar do indivíduo na Idade Média, uma noção de ação individual, bem como uma noção de que existe uma História que é composta por várias ações humanas e é por meio da humanidade e de sua capacidade de manter o equilíbrio. Isso evidencia outra passagem, dentro do próprio contexto do Renascimento do Século XVI, onde temos o exemplo de Dante em comparação com Nicolau Maquiavel, que inicia o questionamento da vontade humana como real poder do equilíbrio da

sociedade. Essa nova relação, explicitada pelo autor e obra, não somente no que consta escrito em sua obra “O Príncipe” que, sobre forma de exórdio, Maquiavel escreve ao Monarca Lorenzo de Médici, afim de, a partir de uma análise historicizada do agir de um governante, instruir ou ao menos demonstrar que não há instrução senão o agir humano e que essa força é tão imensa que não pode ser deixada nas mãos de um somente, mas que a República é o melhor modo, dito isso, claro, de modo sutil onde a dedicatória e a introdução onde Maquiavel demonstra sua intenção aparente não revele isso.

Ou seja, temos uma parte de análises que demonstram como a escrita da História nesse momento pode ser feita de modo destacado do real, como foi o caso da viagem literária de Dante, mas sem deixar de se pautar nele, e ainda assim gerando nesse mesmo real uma atuação figural e potente da criação de um novo real, *in suma*, uma História denominada por Eric Auerbach de *Mimesis*, ou ainda, a História pode, já em Maquiavel uma aplicação da História, *magistrae vita*, que se prende em exemplos e mais ainda, objetiva instruir, conformar e ajudar na transformação do mundo tátil, ou seja, do real.

Podemos, portanto, notar que a transição entre Idade Média e Idade Moderna, ordena dentro da escrita da História uma verdadeira comoção de rupturas de valores, comparativamente a Idade Média tem muito mais estabilidade na escrita, ainda que não tenha uma noção unificada de escrita de História tampouco um conceito definido sobre o que é verdadeiramente escrever História nesse período. Mas as incertezas e inconstâncias do real acabaram por determinar o fim dessa estabilidade, assim, temos que a passagem para a Idade Moderna, em meio a todos os novos modos de ação no mundo e a criação de uma ideia de estabilidade como forma de manter a ordem na sociedade e a existência dela e dos elementos como a liberdade, que ao menos nas cidades se demonstra como um dos mais importantes valores, bem como a noção de indivíduo, ambas nascem com a cidade e dependem dela para continuarem a existir. Assim, no plano real há, pelo menos, a tentativa de estabilidade, enquanto no Conceito e na forma como é concebida a História há um movimento não linear e quase caótico que ganha ares de mestre da vida e das ações humanas, temos aqui dois *modus vivendi* e seus respectivos *modus operandi* no que diz respeito a escrita e ao conceito de História.

Desta forma, esse arco historiográfico, se impossível chama-lo assim, se destaca pela sua integração com as formas de pensamento temporalmente dadas, sendo assim, temos uma construção de História, na Idade Média, voltada para a noção de impor a realidade da Salvação nas linhas da história mundana e assim incluir os relatos humanos bem como os fatos de grande importância daquele momento dentro do *telos* medieval, essa marca de historicidade não significa uma redução no conceito de história, pelo contrário, como tentei demonstrar aqui, existe uma fusão entre a tradição de escrever a história e a tradição de pensamento filosófica da antiguidade que é retomada no chamado Renascimento Cultural do Século XII, a partir desse momento temos que a História é um elemento de inovação (*Inovatio*) retórica, tornando o passado, matéria, mas ainda não dando realidade presente, como se faz no Renascimento do século XVI. Nesse momento, temos que o passado deixa de ser apenas uma matéria para a escrita e se torna real e presente, atuante e vivo nas analogias, orientações e constatações, como em Maquiavel, assim, a História como *mímesis*, uma escrita potente e criadora de real.

Paul Ricoeur e a Historiografia Medieval

Nos estudos de História, principalmente nos estudos de Idade Média, a literatura se tornou quase que um cânone a ser preservado como fonte de acesso ao passado. Interessante notar que esses estudos consideram apenas uma etapa da *mímesis*, a que diz respeito à forma com que a experiência temporal passada, isto é o real do passado, se mostra dentro da narrativa gerada pela potência criadora da *mímesis*. Análogo a isso temos uma história que se pensa e repensa com grande poder de autocrítica, principalmente depois da década de 1970, a mesma história que estabeleceu um final para a concepção de que o documento escrito é a verdadeira versão do acontecido, como foi a noção do Historicismo do século XIX.

Assim sendo, por mais que a História seja constantemente repensada, não conseguimos fugir ao encanto que é ter acesso ao passado por meio de uma fonte escrita, mais ainda, trabalhamos como que para desvendar os fatos acerca de um tempo, que em primeira medida, não é o nosso, e recuperar uma espécie de composição narrativa por meio da reelaboração empírica dos fatos e acontecimentos que estão “apresentados” nas fontes.

Primeiramente, a crítica feita por Paul Ricoeur a esse tipo de concepção se pauta, antes de mais nada na relação que é estabelecida com o tempo, primeiramente feita pelo homem, e após isso a maneira que esse mesmo tempo é representado/reapresentado dentro da narrativa. Interessante notarmos que o tempo é tratado por Ricoeur como uma instância imediata, que se auto consome e somente é registrado por meio da narrativa. Paul Ricoeur reconhece na relação tempo e narrativa uma relação de pertencimento que é dialógica, no sentido de que temos o tempo como matéria para a narrativa, considerando a relação entre as três formas de *mimesis*, e bem como a impossibilidade de chegarmos ao evento, e de modo inverso a Narrativa que prende o tempo, do momento da escrita e da criação de um novo real do texto, essa relação se pauta na compreensão do autor em relação ao tempo. O objeto Tempo, para o autor não pode nem sequer ser chamado assim, pois há uma impossibilidade de definirmos o que é, em primeira instância, o tempo por conta da nossa posição em relação a ele, ou para ser mais exato, a nossa posição nele, pois partindo de uma aproximação entre Aristoteles e Santo Agostinho, o autor compreende que vivemos o tempo, e não no tempo, o que transfere diretamente a pessoa do Tempo para a primeira pessoa da ação, o que não isola o problema no quadrante da linguagem, mas plenifica a importância de estabelecermos, com o tempo, uma equidade e termos a noção de que não podemos falar dele, mas apenas apregoá-lo momentaneamente com a narrativa, esta última também no modo como a história é escrita, justamente por ser uma forma de linguagem a escrita da história também está sobre os efeitos da relação entre *Tempo e Narrativa*.

Dentro da Obra de Ricoeur, *Tempo e Narrativa* temos uma divisão muito clara sobre o caminho que é feito entre a existência e a geração criativa da narrativa, bem como os estudos e conhecimentos gerados, a partir dela e sobre ela. Apresentando e dividindo o caminho que a narrativa faz em três partes definidas como Significação, onde o evento ocorre, esta instância não é passível de alcance, nem mesmo para os historiadores, no segundo momento, temos a referencialização, que é a instância onde se formam os escritos sobre o evento, as primeiras formas de narrativa, isto é. Essas duas primeiras instâncias já nos apontam para uma determinada relação entre História e Literatura que coloca a baixo grande parte dos estudos que usam a literatura como fonte, me refiro a impossibilidade de atingir a significação do evento, a

mimesis 1 como se refere, Ricoeur, mas todos os desdobramentos possíveis só permitem o alcance da referencialização, isso significa que a Literatura não é mais uma fonte histórica, no sentido de que ela só permite, portanto a compreensão dos rastros deixados na formulação da *mimesis 2* e não há a possibilidade de alcance do evento enquanto significação. Assim, a terceira parte de ciclo, é a Reconfiguração, que tem um viés de mão dupla para a história. Marcadamente temos que a antropologia, em Robert Darnton, principalmente, em diálogo com a História Cultural, te que o símbolo possui uma significação primeira, onde ele é formado e a significação que é tomada fora de seu léxico, aponta para uma diferenciação entre as diversas temporalidades do símbolo, bem como as interpretações que surgem do desdobramento da significância. A segunda via se pauta na noção de que a fonte se torna muito menos importante em termos metodológico se considerarmos que existe uma reversibilidade no caminho até a *mimesis 2*, ou seja, temos que o conhecimento é sobre as motivações e formas de compor a *mimesis*. E a visitação dessa instância estrita e estreita nos dá, senão, rastros do que é a sociedade a qual estamos estudando.

Conforme apontei acima, o questionamento filosófico historiográfico que Paul Ricoeur faz afeta não somente a metodologia, mas bem como a maneira de escrever história, isso recai sobre os trabalhos de medievalistas de uma forma um pouco mais pesada. Por conta do modo com que a História da Idade Média foi concebido e o recente fechamento historiográfico localizado entre a História Política e a Antropologia, como aponta Marcelo Candido da Silva, assim, esse fechamento se torna paradigmático e em certa medida temos aqui uma sistematização que em termos metodológicos não compreende que a *mimesis* é o limiar do que se consegue com uma reversibilidade metodológica, e que o que sobram são rastros de historicidade que servem para *refigurarmos* não só sob forma de narrativa o tempo da Idade Média, mas bem como, a aceitação de que o que teremos como resultado de uma pesquisa, é a narrativa refigurada, a *mimesis 3* e não uma reconstrução do que fora o medievo ou não. Minha questão aqui é que os estudos sobre a Idade Média que são a base para os historiadores, como Le Goff, Duby, Vauchéz e outros não entraram em confronto com as mudanças da escrita historiográfica, justamente pela dificuldade de se escrever sobre Idade Média apontado por

Koselleck e Odylo Engels, onde os autores chegam a conclusão que somente é possível compreender o medievo utilizando conceitos oriundos no pensamento de época, discussão esta já iniciada por Georges Duby e Jacques Le Goff, essa reflexão demonstra que, para o caso medieval, a historicidade dos conceitos influencia nos resultados da pesquisa e gera respostas, por vezes, irreais ou anacrônicas, juntamente com a proposta, mais tarde levada a diante por Koselleck, de que o conceito pode ser historicizado, várias vezes em várias épocas e sob várias significações. Justamente dessa precisão é que nasce minha problemática e minha intenção com esse trabalho, que se baseia na discussão das fontes medievais oriundas de uma tradição oral mas registradas na cultura escrita, como os Carmina Burana, ou ainda os textos chamados de “Literatura Medieval” como os Romances de Cavalaria, os Romances sobre “Rennart, a Raposa” e os “Lais” de Maria de França, enquanto linguagens não transparentes, como aponta a discussão do linguistic turn, mas que como coloca Paul Ricouer são frutos de uma apreensão do tempo, sob forma de narrativa, dando ao historiador não um acesso ao passado, mas um acesso ao processo de criação mimética e aos rastros de estrutura de pensamento, socialmente compartilhados que dão uma certa forma àquele que compõe o escrito.

Desse modo a importância de Paul Ricouer para o meu projeto está justamente na compreensão de que o autor oferece uma crítica as fontes, principalmente pela minha intenção de formular uma estética do Riso Medieval. A ideia de uma narrativa presente nos Carmina Burana e da possibilidade de encará-los como *Mimesis* é vital e acima de tudo um começo interessante para uma compreensão nova sobre um tema que, por conta da historiografia fechada, não se debruçou por questões consideradas menores.

Referências Bibliográficas

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: JOSÉ OLYMPIO EDITORA, 2011.

_____. **Por Amor às Cidades: Conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1998.

KOSELLECK, Reinhart... (Et Alii). **O Conceito de História**. Tradução: René Gertz. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2011.

VERGER, Jacques. **La Renaissance du XIIe Siècle**. Paris: Éditions du CERF, 1999.

Lindolfo Collor: a construção teórico-biográfica de uma narrativa

*Miqueline Ferreira de Freitas**

Por muito tempo se discutiu a importância e colaboração da biografia para a história, ora valorizada, ora renegada, a biografia hoje desperta grande interesse entre os historiadores, curiosos em descobrir e recontar trajetórias individuais. Percebemos nas livrarias diferentes obras que nos chamam atenção por relatar o conteúdo biográfico de determinado personagem. Todos nos despertam e nos fazem questionar sobre qual teria sido a história daquela estampa presente na capa do livro. Ângela de Castro Gomes em sua publicação *Escrita de Si, escrita da história* nos fala sobre o *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico nos últimos 10 anos, um perceptível interesse dos leitores pela “escrita de si” (GOMES, 2004: 7). Entre os historiadores, apenas recentemente a escrita de si foi considerada fonte privilegiada e tornada objeto de pesquisa histórica. Exigindo, entretanto, cuidados teórico-metodológicos (GOMES, 2004: 10).

Philippe Levillain, em seu estudo *Os protagonistas: da biografia*, relata o florescimento da biografia na França ao final dos anos 1970, mesmo ante muitas críticas as teses biográficas se avolumavam na história francesa, uma justificativa apresentada à época era o valor dado aos arquivos privados. Assim, segundo Levillain, em menos de 20 anos passamos “da oficina do artesão ao empreendimento editorial”, para o autor não existe hoje praticamente nenhuma editora francesa que não tenha uma coleção de biografias (LEVILLAIN, 2003: 141). Sabina Loriga em seu estudo denominado *A biografia como problema*, contribui para esta afirmação, dizendo que “após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessaram pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações”, dessa forma a vontade de abrir o “campo da história, de trazer para o

* Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestranda, Pesquisadora Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico” (LORIGA, 1998: 225).

Alexandre Avelar de Sá também aponta que nas últimas décadas a historiografia experimentou uma série de “retornos”, os historiadores retomaram a preocupação com a narrativa, observaram o ressurgimento do acontecimento e experimentaram a renovação da história política. O estudo biográfico promoveu uma preocupação com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, demonstrando as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, associando o personagem e seu meio em uma relação dialética e garantindo à história o caráter de um processo com sujeito (AVELAR, 2010: 1).

Benito Bisso Schmidt aponta que metodologicamente, esta mudança provocou um recuo da história quantitativa e serial e o avanço dos estudos de caso e da micro-história. Sendo importante salientar a aproximação da História à antropologia, onde o resgate das histórias de vida já é uma praxe; e especialmente à literatura, que contribui com as técnicas narrativas de construção dos personagens (SCHMIDT, 1997: 3). Ainda segundo Schmidt “os historiadores por dever de ofício tem um compromisso com os sujeitos históricos concretos, que existiram na realidade e que chegam até o presente através dos documentos” (SCHMIDT, 1997: 9).

Percebo uma grande importância na retomada da biografia ao processo da abordagem historiográfica, acredito sim que os estudos biográficos possam nos revelar trajetórias e contextos únicos. Quando estudamos um determinado período histórico tendo como base a coletividade, localizamos e destacamos determinados personagens que atuaram diretamente nessa construção histórica. A biografia nos permite identificar àqueles que comumente são esquecidos ou relegados no processo histórico, demonstrar as relações existentes entre o personagem e as estruturas sociais vigentes, apresentar trabalhos de pesquisa com maior rigor teórico-metodológico e contar essa história tendo um sujeito como personagem principal ante os acontecimentos e contextos vivenciados.

Dois grandes pensadores podem também contribuir para este debate sobre a importância, abordagem e a metodologia biográfica. Trata-se de Giovanni Levi em seu estudo sobre *Os usos da biografia* e Pierre Bourdieu em sua contribuição denominada *A Ilusão biográfica*. O filósofo Pierre Bourdieu defende a ideia de que “falar de história de vida é ao

menos pressupor que a vida é uma história [...], uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história” (BOURDIEU, 2005: 183), como se descrevesse um caminho ou um trajeto, que tem começo, etapas e um fim. Giovanni Levi relata que a biografia está mais do que nunca no centro das preocupações dos historiadores. A renovação da história narrativa e o interesse por novas fontes reacendeu o debate quanto às técnicas argumentativas e quanto ao modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação através do texto escrito. Levi nos diz que a biografia constitui um canal privilegiado onde os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura são transmitidos à historiografia (LEVI, 2005: 168).

A abordagem adotada para a dissertação produzida não pretendeu necessariamente apreender a escrita biográfica, entretanto, para entender o olhar do personagem foi preciso compreender sua vida, seu processo de formação, suas experiências, expectativas e frustrações políticas. Assim, me deparei com a necessidade de narrar biograficamente a história de Lindolfo Collor, personagem presente na história brasileira da primeira metade do século XX e comumente esquecido nos estudos do período. Um breve exercício de memória nos leva a recordar acontecimentos como a formação da Aliança Liberal, a Revolução de 1930, a consolidação das leis trabalhistas, a Revolução Constitucionalista, o Golpe de Estado em 1937, contudo, poucos estudos nos apresentam a participação de Collor direta ou indiretamente nesses acontecimentos. Este trabalho permitiu entender o contexto histórico ora apresentado acompanhando um olhar específico dos fatos, seguindo uma trajetória de vida que perpassa estes acontecimentos.

Bourdieu ressalta a identificação, no mundo social, da normalidade com a identidade, uma forma de “nominação” ou nome próprio, que institui uma identidade social constante e durável e confere identificação ao indivíduo em todos os campos onde ele “intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (BOURDIEU, 2005: 186). Assim, “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais”. (BOURDIEU, 2005: 187). Alexandre Avelar também corrobora com a definição dada por Bourdieu e nos diz

que “o nome é a bússola para o caminhar do indivíduo por entre múltiplos campos, sistemas e configurações sociais” (AVELAR, 2010: 8-9).

Falando em nome próprio cabe aqui uma breve ressalva de uma associação inevitável. Em nossos tempos quando citamos o sobrenome Collor, automaticamente vem à memória a lembrança de Fernando Collor de Mello, e o questionamento sobre seu parentesco. Lindolfo Collor teve três filhos, dentre eles a primogênita Leda Collor de Mello, mãe de Fernando Collor de Mello, assim sendo Lindolfo é avô materno do nosso ex-presidente. Cronologicamente falando não teve, porém a oportunidade de conhecer e ensinar seus valores políticos a seu neto, existindo apenas uma influência genealógica, familiar e nominal, não cabe aqui realizar referências outras a essa relação.

Considerando a relevância dada ao nome próprio Ângela de Castro Gomes nos fala sobre a criação de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos privados ou pessoais, quer de homens públicos ou homens comuns, “essa organização permitiu a sistematização de conhecimentos e de metodologias quanto a sua guarda e seu uso como fonte e objeto histórico” (GOMES, 2004: 10), metodologia compartilhada por Levillain que também ressalta o valor dado aos arquivos privados para a construção biográfica.

Foi através do registro oficial, ou o nome próprio “Lindolfo Collor”, que iniciamos as pesquisas e localização de acervos, estudos, arquivos e obras biográficas. Foi possível localizar no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma vasta documentação sobre Collor, especialmente porque a família doou os arquivos pessoais deste para o Centro de Pesquisa. Também foi possível localizar e identificar biografias já produzidas sobre Lindolfo Collor que serão estudadas no primeiro capítulo da dissertação para entendermos melhor a vida e obra do personagem. Assim, apresento-as segundo as datas de publicação. Trata-se dos estudos de Leda Collor de Mello, Retrato de Lindolfo Collor: dados sobre sua vida e sua obra escrita em 1988; Licurgo Costa, Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor lançada em 1990; Rodrigues Till, Lindolfo Collor e a verdade histórica também produzida em 1990; Exposição do Centro Cultural do Banco do Brasil em comemoração ao Centenário de Lindolfo Collor, realizada e publicada também em 1990; e por fim, Ebe Reale, Lindolfo Collor: uma vida

dedicada à questão social no Brasil, escrita em 1991. Observamos assim, que grande parte da bibliografia utilizada corresponde a obras e edições publicadas quando da comemoração do centenário de nascimento de Lindolfo Collor em 1990. Ressaltamos, porém que muitas destas publicações advêm de pessoas próximas e admiradoras de Lindolfo Collor, apresentando assim uma visão de certa forma parcial e heroica de sua história.

A autora Sabina Loriga nos exemplifica que “a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral” e propõe a abordagem da biografia coral em que “concebe o singular como um elemento de tensão” visto que “o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado”. Apenas através dessa fragmentação:

[...] por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998: 249).

Segundo Levillain, a biografia histórica “hoje reabilitada” não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem. Se a simbologia dos fatos e gestos deste personagem pode servir como representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana. A biografia torna-se o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, mas não deve isolar o homem ou sequer exaltá-lo ante seus dessemelhantes (LEVILLAIN, 2003: 176). Levillain nos diz ainda que “[...] tudo depende se raciocinamos em termos de condições de aparecimento do protagonista ou de efeitos de sua ação sobre uma realidade social” (LEVILLAIN, 2003: 160).

Loriga reflete em sua obra *O pequeno x*, sobre a contribuição pessoal de um personagem para a história. Segundo Loriga, “o pequeno x” é uma expressão de Johann Gustav Droysen, que escreveu em 1863 a seguinte teoria: quando designamos A como o gênio individual, “que significa tudo o que um homem é, possui e faz”, observamos então que este A é formado por “ $a + x$ ”, onde “a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas – de seu país, de seu

povo, de sua época, etc. -, e x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade” (LORIGA, 2011: 14).

Como definido por Levi, neste trabalho privilegamos a dimensão pública (LEVI, 2005: 172) do personagem Lindolfo Collor. Seguindo os conselhos citados acima por Loriga e Levillain não pretendemos esgotar as possibilidades históricas e atuações de Collor, abordaremos as condições em que o personagem surge no cenário brasileiro especialmente suas atuações e contribuições como jornalista e político. Não coube à dissertação proposta exaltar a figura de Lindolfo Collor antes seus dessemelhantes, entretanto gostaríamos de salientar as condições em que Collor tornou-se protagonista no cenário histórico e utilizou de sua profissão como jornalista tendo como principal objetivo, esclarecer questionamentos e posicionamentos políticos e sociais com os quais se assemelha ou dos quais discorda. Compreender Lindolfo Collor como um “pequeno x”, que contribuiu pessoalmente, através de seus escritos, discursos, artigos e publicações para o contexto vivido.

Para Bourdieu aceitar a filosofia da história, entendendo a sucessão dos acontecimentos históricos e considerando a teoria do relato, sendo historiador ou romancista, notadamente constitui uma biografia ou autobiografia. O relato busca uma organização conforme sequência ordenada das relações identificadas. O sujeito é o objeto da biografia, investigador e investigado de certa forma aceitam a ideia de uma “existência narrada”. Assim, podemos considerar um relato como uma sequência de acontecimentos que tenha significado e direção, mas não conformar-se com uma “ilusão retórica, uma representação comum da existência” (BOURDIEU, 2005: 184).

Para Levi a maior preocupação são os historiadores idealizarem “que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”. Se não utilizássemos as influências da narrativa literária e seguissemos nossa tradição biográfica e a própria retórica da nossa disciplina, contentaríamos com modelos associativos de uma “cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI, 2005: 169). Conforme apresentado acima, essa preocupação de Levi é compartilhada por Pierre Bourdieu, nós historiadores não devemos nos contentar com o modelo de racionalidade anacrônico e limitado. A vida não é sempre uma cronologia ordenada, uma personalidade

coerente e estável. As biografias devem chamar atenção e caracterizar-se como objeto de curiosidade por sua trajetória singular, por suas intempéries e estabilidades.

Retomando os conselhos de Bourdieu entendemos que a história de vida “conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Bourdieu afirma ainda que a tentativa de compreender uma vida como uma série única de sucessivos acontecimentos, sem um vínculo que não seja a associação de um “sujeito” a seu nome próprio “é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar a estrutura da rede” (BOURDIEU, 2005: 189). Assim, as leis da biografia tenderão a se impor para além das situações oficiais, não podemos compreender uma trajetória sem previamente construir “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”. Essa construção prévia também é a:

[...] condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 2005: 190).

Seguindo as orientações expostas, a proposta do primeiro capítulo desta dissertação apresenta uma narrativa cronológica, seguindo a sequência lógica dos acontecimentos. Acompanharemos assim a formação do escritor, jornalista e político Lindolfo Collor, perpassando suas experiências e trajetória. Salientamos, porém que sua história nada possui de “ilusão retórica” ou “representação comum de existência”, conforme salienta Bourdieu. Pretendo mostrar que essa trajetória não foi coerente, não seguiu uma direção linear, não teve um significado e direção estabelecida. Collor defendeu valores e posicionamentos que eventualmente foram contrários à política vigente e alteraram sua trajetória. Levando-o a revoluções, demissões, mudanças de partido e dois exílios. Analisar os acontecimentos, deslocamentos e trajetória de vida nos diferentes espaços nos mostra o contexto social em que aquele indivíduo atuou e de que forma ele possa ter sido influenciado por essa conjuntura. Ainda

segundo Bourdieu, não podemos entender uma trajetória sem construir antecipadamente os campos nos quais ela se desenvolveu, bem como as relações aí estabelecidas.

Conforme definido por Avelar, o nosso maior objetivo neste trabalho é acompanhar os passos dessa trajetória singular suscitando “inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica” (AVELAR, 2010: 11). Construindo sempre um discurso que busque a verdade e o confronto entre as fontes, apresentando seus conflitos de informações e lacunas documentais. Assim, o autor Giovanni Levi propõe a apresentação de quatro tipos de utilização possíveis para o estudo da biografia, buscando exemplificar a complexidade da perspectiva biográfica, sendo eles “Prosopografia e biografia modal”; “Biografia e contexto”; “A biografia e os casos extremos”; “Biografia e hermenêutica”. É importante ressaltar que a tipologia sugerida por Levi, não pretende esgotar todas as possibilidades ou práticas (LEVI, 2005: 179). O tipo mais correlato ao estudo proposto nesta dissertação é “Biografia e contexto” onde a biografia conserva sua especificidade, valorizando também “a época, o meio e a ambiência” como fatores possíveis para “caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, 2005: 175). A conjuntura, porém analisa duas perspectivas diferentes, de um lado a reconstituição do contexto histórico e social onde se desenrolam os acontecimentos, permite compreender o que inicialmente parece inexplicável e desconcertante e interpretar “as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”. Por outro lado serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia.

O autor nos diz que nesta tipologia a utilização da biografia segue uma hipótese onde independente de sua originalidade aparente, “uma vida não pode ser unicamente compreendida através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio ocorre em um contexto histórico que o justifica”, podendo, no entanto entender que o contexto é comumente apresentado como “algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia”. O próprio Levi cita Pierre Bourdieu e sua *Ilusão biográfica*, onde Bourdieu defende que a reconstrução do contexto social em que age o indivíduo, sua pluralidade de campos a cada instante e sua rede de relações deve ser consideradas como abordagens

indispensáveis (LEVI, 2005: 169). Schmidt concorda com Levi quando nos diz que a preocupação central dos biógrafos “parece ser a de desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto” (SCHMIDT, 1997: 11).

Como dito no início dessa explanação, esse foi nosso maior objetivo para produção do primeiro capítulo da dissertação, localizar o personagem Collor ao contexto e acontecimentos vividos na primeira metade do século XX e apresentar suas contribuições neste período. Entretanto a dissertação segue os demais capítulos analisando duas obras escritas por Collor quando de seu exílio na Europa entre os anos de 1938 e 1941. Trata-se das publicações *Europa 1939* e *Sinais dos Tempos*. Mesmo que este seja meu objetivo geral, entendo que a trajetória histórica desenvolvida por Lindolfo Collor o levou à sua condição de exilado e o formou intelectualmente para que ele pudesse perceber o contexto histórico presente na Europa no contexto inicial da Segunda Guerra Mundial e relatasse esse panorama, enviando artigos que foram publicados no Brasil, especialmente no jornal “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro. Durval Muniz de Albuquerque Júnior em sua obra *História: a arte de inventar o passado* nos diz que o sujeito biografado não deve ser apenas ponto de partida, tampouco, ponto de chegada, “ele é travessia, transversalidade”:

Esse sujeito segmentado e nômade é, dificilmente, aprisionado por grades conceituais com perspectivas totalizadoras. Ele foge, ele escapa, ele cruza fronteiras, ele muda de lugar, ele se desloca, ele se movimenta deixando atrás de si rastros, sinais que, à vezes, convergem para o mesmo lugar, mas que, às vezes divergem, tornam-se excêntricos, diferenciam-se e singularizam-se, afastando-se do mesmo lugar, do todo, da unidade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 248).

Ainda segundo Albuquerque Júnior, construir a especificidade desse personagem é “essencial para justificar o nosso próprio ofício de historiador” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 249). Não devemos apontar caminhos únicos, mas descobrir “bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos, que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades”, ressaltar as desigualdades, as resistências ou fugas de uma “dada identidade coletiva de grupo ou classe” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 250), justamente como acontece com Collor quando solicita sua demissão do Ministério do Trabalho em 1932 ou

quando muda de partido por não concordar mais com suas atitudes e posicionamento. Seguindo os conselhos de Albuquerque Junior, pretendo resgatar o personagem Lindolfo Collor, como uma oportunidade de ressoar novamente no presente uma voz que caiu no esquecimento, não temos a pretensão de descobrir sua verdade, mas de construir uma verdade, elaborar um discurso narrativo que apresente a sua versão, experiências e atitudes pouco conhecidas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru – SP: EDUSC, 2007.

AVELAR, Alexandre de Sá. **Escrita da história, escrita biográfica: limites, tensões e possibilidades**. UNESP, Franca: 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Alexandre%20de%20S%20E1%20Avelar.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 183-191.

COSTA, Licurgo. **Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, Brasil. **Centenário Lindolfo Collor 1890-1942**. Brasil: Imprensa Gráfica Colorama, 1990.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P. 7-24.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 141-184.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 225-249.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MELLO, Leda Collor de. **Retrato de Lindolfo Collor: dados sobre sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro, 1988.

REALE, Ebe. **Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040/1179>.

TILL, Rodrigues. **Lindolfo Collor e a verdade histórica: documentação do registro civil e da Igreja**. Porto Alegre: EVANGRAF, 1990.

O uso da categoria gênero na História das Mulheres: considerações epistemológicas

*Mirela Marin Morgante**

Na década de 1960 surgiu um novo campo de pesquisa no interior do conhecimento histórico, a História das Mulheres. Diversos elementos convergiram para o advento da mulher enquanto um objeto de estudo na historiografia e nas ciências humanas, como a emergência da segunda onda do movimento feminista, o aumento do número de mulheres na universidade, e a renovação nos saberes acadêmicos. O presente artigo procura fazer algumas considerações sobre a emergência da categoria gênero na historiografia e sua importância epistemológica para a História das Mulheres, por meio de uma elucidação da categoria. Da mesma maneira, as dimensões complexas da sociedade que forjam o gênero serão abordadas no artigo, como forma de evidenciar as relações de poder envolvidas no processo de construção e reconstrução do que é convencionalizado como sendo características do comportamento e da personalidade femininos e masculinos.

Quanto à emergência da segunda onda do movimento feminista na segunda metade do século XX, é importante considerar que ela se seguiu ao aparecimento da primeira onda do feminismo em fins do século XIX e início do século XX, cuja característica primordial era uma luta política focada no direito à educação, ao trabalho remunerado e nos direitos judiciais e políticos das mulheres – como o direito de ter propriedade e herança e de votar e ser votada (PEDRO, 2005). A segunda onda do movimento feminista emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de Guerra Fria e polarização ideológica. As reivindicações focavam no direito ao prazer e ao corpo femininos, além da luta pelo fim da ordem patriarcal, vista como a base da dominação e do poder dos homens sobre as mulheres (PEDRO, 2005).

As primeiras manifestações do movimento feminista se deram na década de 1960 na Europa e os Estados Unidos, onde se vivenciava grande efervescência política e cultural. Os

* Mestranda do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. Bolsista da FAPES.

movimentos beatnik e hippie entre os estadunidenses e as rebeliões de maio de 1968 em Paris evocavam uma modificação dos costumes e dos valores conservadores que mantinham a ordem social. Para Céli Regina Pinto, estes movimentos propiciaram a formação de um ‘caldo de cultura’ – questionador da ordem estabelecida – que favorecia o surgimento de movimentos sociais de maneira geral e, especificamente, favoreceu a emergência do movimento feminista nestes países (PINTO, 2003). No Brasil, foi a partir da década de 1970 que surgiu e se desenvolveu a segunda onda do movimento feminista, em um cenário de repressão e morte provocado pela ditadura militar (PINTO, 2003).

Foi grande a contribuição da segunda onda do movimento feminista no debate acadêmico acerca da condição feminina na sociedade, na medida em que suas reivindicações criaram uma demanda por informações concernentes às questões femininas que estavam sendo discutidas (SOIHET, 1997). Conforme Joan Scott, o movimento feminista dos anos de 1960 exigia que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na história, assim como desvendasse a opressão patriarcal de que elas eram alvos (SCOTT, 1992). Para Michele Perrot, a segunda onda do movimento feminista influenciou no advento da História das Mulheres na medida em que houve uma busca por ancestrais e por legitimidade que teve como consequência o início de um ‘trabalho de memória’. Soma-se aí, a crítica perpetrada pelo movimento aos saberes masculinos constituídos como universais e verdadeiros, que provocou um questionamento de caráter mais teórico em um momento posterior (PERROT, 2007). Andrée Michel evidencia com clareza a relação do movimento feminista com o surgimento de uma história das mulheres: “[...] a história das mulheres só começa a emergir do silêncio depois que feministas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Europa continental tentam rompê-lo e explorar um passado que não cessa de nos espantar” (MICHEL, 1982: 97).

Outro fator que teve grande influência na emergência de uma História das Mulheres, foi a presença feminina cada vez maior na universidade. Nos anos de 1970 elas compunham aproximadamente um terço da quantidade total de estudantes e no final do século XX e início do XXI quase um terço dos docentes efetivos. Conforme Perrot, “essa feminização podia ser o fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos uma escuta favorável” (PERROT,

2007:21). Margareth Rago afirma que a partir da década de 1970 a presença das mulheres na universidade foi crescente, acarretando em uma relativa feminização da academia e das maneiras como os saberes eram produzidos. Como afirma Rago,

Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. (RAGO, 1998:90).

A autora aponta as pesquisas no âmbito historiográfico que passaram a ser realizadas, eram trabalhos sobre a vida privada, a maternidade, a família, o aborto, a prostituição, a infância, o amor, as bruxas, as empresárias, as empregadas domésticas, entre outros (RAGO, 1998). As novas pesquisas feitas no meio acadêmico se inseriam na tendência historiográfica de estudar as pessoas comuns e os grupos sociais até então excluídos da história tradicional, em uma influência da tradição dos *Annales*. É nesta perspectiva que se insere um último fator que influenciou na emergência dos estudos sobre as mulheres, o fator científico de renovação historiográfica. Conforme Perrot, por volta dos anos de 1970 houve uma crise nos sistemas de pensamento que eram tidos como bases para as pesquisas nas ciências humanas – o marxismo e o estruturalismo –, acarretando em alterações nas alianças entre as disciplinas e em um novo destaque dado aos estudos que trabalhavam com a subjetividade (PERROT, 2007).

A terceira geração dos *Annales*, chamada de “Nova História”, trouxe à tona uma diversidade de objetos e de fontes a serem pesquisadas. O avanço da história das mentalidades, assim como da história cultural auxiliaram ainda mais o estudo do feminino (SOIHET, 1997). Para Soihet e Pedro, com a pluralização dos objetos de investigação da história, as mulheres passaram a adquirir a condição de sujeito e objeto da história (SOIHET; PEDRO, 2007). Os incipientes estudos sobre as mulheres eram realizados por meio de um diálogo com diversas disciplinas, como a Literatura, a Linguística, a Psicanálise e a Antropologia, ou seja, para a

compreensão desse novo objeto de estudo era imprescindível a interdisciplinaridade (SOIHET, 1997).

Diversas pesquisas sobre os mais variados temas relacionados às mulheres passaram então a ser publicados no Brasil. De acordo com Soihet, elas analisaram as mulheres no trabalho, na política, na educação, na família, seus direitos civis, sua sexualidade e seu corpo, além de seus gestos, sentimentos e a maternidade (SOIHET, 1997). Nos primeiros estudos com a temática feminina, a categoria “gênero” não era utilizada, apenas fazia-se referência à “mulher”, em uma contraposição ao termo “homem”, considerado universal. Objetivava-se a unificação das reivindicações das questões específicas das mulheres, como a contracepção, a violência familiar e as tarefas domésticas, que não estavam inclusas nos direitos do “homem universal” (PEDRO, 2005). Diferenciar a “mulher” do que se considerava como o universal, isto é, o homem, era a ordem do momento. Possuir o sexo feminino era a base de uma identidade comum, que permitia ser incluído na categoria “mulher”. Sem nenhuma diferenciação das especificidades de cada mulher, o uso da categoria “mulher”, no singular, indicava que todas as mulheres “[...] passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão” (PEDRO, 2005:81).

Mas não havia somente um tipo de mulher, como pressupunha o uso da categoria “mulher” no singular. Havia mulheres indígenas, pobres, negras, trabalhadoras, que não se sentiam representadas nas reivindicações da “mulher”. “Não consideravam, como fez Betty Friedan na *‘Mística Feminina’*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma ‘libertação’. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar (PEDRO, 2005:82). Elas queriam ser diferenciadas de um tipo de reivindicação que não as atendiam, para não haver uma generalização de um grupo social que é, em verdade, muito diversificado. Era imperativo considerar a diferença no interior da diferença e, nesse sentido, os estudos acadêmicos e diversas lutas do movimento feminista no Brasil, passaram a utilizar-se da categoria *mulheres* – no plural – para dar conta das especificidades existentes entre as próprias mulheres.

A categoria gênero, por sua vez, começou a ser discutida no Brasil com a publicação do artigo traduzido da historiadora estadunidense Joan Scott, intitulado *Gênero: uma categoria*

útil de análise histórica, em 1990. Foi grande a influência dos textos escritos por Joan Scott na historiografia brasileira. As pesquisas sobre a história das mulheres continuaram a ser feitas, e a categoria gênero passou a ser incluída em grande parte delas. Raros são os trabalhos que não fazem qualquer referência à Scott, seja para concordar com seu posicionamento ou não. Para Pedro, a utilização da categoria gênero nas pesquisas históricas possibilitou abordar não somente “[...] as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero” (PEDRO, 2005: 88).

Para Scott, gênero pode ser considerado um modo primeiro de significar as relações de poder. A tal ponto é estreita a ligação entre gênero e poder que a autora afirma que as significações de ambos se constroem reciprocamente. “As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher” (SCOTT, 1995: 91). Isto é, o poder político foi constituído e legitimado tendo como base as características e as funções sociais de gênero. A própria organização da igualdade e da desigualdade tem no gênero sua dimensão decisiva (SCOTT, 1995).

Para Joana Maria Pedro, o uso da categoria gênero durante a segunda onda do movimento feminista objetivava reforçar o distanciamento em relação ao determinismo biológico que justificava as diferenças de comportamentos entre as mulheres e os homens pelo *sexo* (PEDRO, 2005). Segundo a interpretação biologizante, mulheres e homens tinham funções sociais, representações simbólicas e comportamentos diferentes por serem anatomicamente diferentes (PEDRO, 2005). O uso do conceito de gênero colocava em evidência os aspectos cultural e social das diferenças entre mulheres e homens. Heleieth Saffioti ratifica este posicionamento quando esclarece que, “uma das razões, porém, do recurso do termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto cadente naquele momento histórico” (SAFFIOTI, 2011: 110).

Hardy e Jiménez explicam que o termo *sexo* diz respeito à biologia da fêmea e do macho, “[...] tanto aquellas específicas de la anatomia y funcionamiento del aparato reproductivo feminino y masculino, como los caracteres sexuales secundarios determinados por la acción

hormonal específica de cada sexo” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2).¹ Para as autoras, os corpos femininos e masculinos são as bases por meio dos quais se projetam os comportamentos sociais, de forma que indivíduo nasce com determinada conformação biológica que irá definir como ele será tratado socialmente pela família, pelos pais e pela comunidade em que vive, para virem a ser homens e mulheres com características aceitas socialmente (HARDY; JIMÉNEZ, 2001).

Heleieth Saffioti salienta ainda que não se deve opor sexo e gênero, situando o primeiro na natureza biológica e segundo na cultura social, mas sim, considerando as duas categorias como uma unidade, tendo em vista que não “[...] existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2011: 108-109). A autora esclarece, assim, que ambos, *sexo* e *gênero*, são definidos pela cultura. Ela se baseia no conceito de *situação* de Simone de Beauvoir para explicar que “[...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e interpretadas” (SAFFIOTI, 1992: 190). Nesta perspectiva, o sexo biológico feminino, o corpo da mulher, é fundamental para estabelecer qual será sua *situação* no mundo, mas não é somente isto que garantirá que ela será uma *mulher*. “Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais” (SAFFIOTI, 1992: 190).

Assim, conforme Scott, o gênero, tendo como base as diferenças sexuais, constituiu-se por meio de relações sociais, que são, por seu turno, relações de poder. Como ela mesma salienta, “gênero é a organização social da diferença sexual” (PEDRO, 2005: 86). A autora acrescenta aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o masculino e o feminino, o saber. Ela fala do saber enquanto a interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Para Scott, “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)” (SCOTT, 1994: 12).

¹ “[...] tanto aquelas específicas da anatomia e funcionamento do aparato reprodutivo feminino e masculino, como as características sexuais secundárias determinadas pela ação hormonal específica de cada sexo”. Tradução nossa.

Para a autora o saber é uma forma de ordenar o mundo, abrange não somente abstrações mentais, mas instituições, estruturas, práticas sociais e certos rituais. Sua relação com a organização social é intrínseca, e, assim como as relações sociais se constituem por meio de disputas de poder, os usos e os significados do saber também. Além disso, de acordo com Scott, o saber é o próprio meio pelo qual as relações de dominação e subordinação – poder – se estabelecem (SCOTT, 1994). Dessa maneira, assim como “gênero é a organização social da diferença sexual”, “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994: 12).

Enquanto um saber a respeito das diferenças biológicas entre homens e mulheres, gênero não implementa e tampouco reflete as diferenças corporais fixas e naturais, mas é o próprio saber, a própria organização social, que dá significado às diferenças sexuais (SCOTT, 1994). Amílcar Torrão Filho afirma que para Scott “[...] o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social” (FILHO, 2005: 129). A categoria demonstra como as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens, como seres sociais, ou seja, construídos pela cultura (FILHO, 2005).

Dessa maneira, como afirma Scott, gênero não é uma essência, fixa e imutável, mas dá significado às diferenças corporais, em conformidade com as normas sociais e as relações de poder das diversas sociedades. As diferenças percebidas entre mulheres e homens, conforme Amílcar Torrão Filho, são construídas pelos símbolos culturais que carregam consigo representações simbólicas e mitos (FILHO, 2005). Maria Beatriz Nader afirma que “o conceito de gênero implica a ideia de pluralidade, ou seja, cada sociedade, cada grupo étnico, cada classe social e cada geração tem sua concepção de homem e de mulher” (NADER, 2002: 468). Isto é, os comportamentos e as representações simbólicas de mulheres e de homens são construídos por culturas e sociedades situadas historicamente, em um período temporal, um espaço social e em uma determinada cultura, abrangendo *loci sociais* ainda de menores proporções, como as classes, as gerações e as etnias.

Vale acrescentar que, para Scott, os conceitos normativos dos quais cada grupo social dispõe evidenciam sua interpretação dos símbolos, que, por sua vez, tenta limitar as alternativas metafóricas, cujas expressões mais significativas são as religiões e o sistema educacional, político e jurídico que fazem uma oposição binária do que se entende por homens e mulheres (FILHO, 2005). Maria Izilda S. Matos afirma que o uso da categoria gênero implica em um afastamento com relações às oposições binárias, que pressupõem uma fixação e uma naturalização, “[...] os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas” (MATOS, 1997: 97-98). A autora acrescenta que gênero é uma categoria relacional, ou seja, o feminino e o masculino são construídos um em função do outro (MATOS, 1997). As representações sociais das mulheres e dos homens, ou por assim dizer, as imagens que determinada sociedade faz do feminino e do masculino são estreitamente relacionadas (SAFFIOTI, 2011). Somente a partir do ser masculino que se pode representar em que se constitui como sendo o ser feminino e vice-versa.

Nessa perspectiva, tendo como parâmetro Sócrates Nolasco, Amílcar Filho afirma que a cultura de nossa sociedade definiu comportamentos específicos para cada sexo – um em relação ao outro –, de maneira que mulheres e homens devem se adequar a eles para serem reconhecidos enquanto tais pelo corpo social (FILHO, 2005). Assim, são aspectos da personalidade e do comportamento masculino o trabalho, a produção científica, os esportes e a competição, enquanto a personalidade e o comportamento femininos seriam seu oposto, como o afeto, a responsabilidade maternal e os cuidados com a casa e com a beleza (FILHO, 2005). Maria Beatriz Nader explica que todos os seres humanos representam um papel social e acrescenta que “[...] pode-se definir papel social como um conjunto de direitos e deveres, definindo da mesma forma a palavra ‘papel’ como a viabilização desses direitos e deveres” (NADER, 2002: 463). Nesse sentido, o papel social da mulher na atual sociedade falocrática brasileira está diretamente relacionada ao exercício dos papéis de mãe, dona-de-casa e esposa,

enquanto o papel social do homem se relaciona à função de provedor econômico da família e chefe do lar.

Heleieth Saffioti, por seu turno, evidencia que a capacidade e a orientação femininas para o exercício da maternidade são construídas na estrutura profunda da personalidade. Mas não somente as capacidades para serem mães são internalizadas e reforçadas psicologicamente, como também o prazer, a gratificação do exercício da maternidade o são. A capacidade, a orientação e a gratificação da maternidade “[...] são construídas ao longo do desenvolvimento, no interior da estrutura psíquica feminina” (SAFFIOTI, 1992: 190-191). E a autora conclui: “a organização social do gênero afeta, por conseguinte, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes” (SAFFIOTI, 1992: 191).

Por fim, é imprescindível considerar que a categoria gênero não pressupõe uma relação de desigualdade e hierarquia entre os sexos, ao contrário, as relações de gênero podem ser relações igualitárias, haja vista que o termo se refere às representações e as imagens atribuídas aos sexos masculinos e femininos, construídas, por sua vez, pela vida gregária do grupo, ou seja, em que é uma significação social dos sexos (SAFFIOTI, 2011). A origem do gênero se deu a partir do momento em que a consciência humana, num ato intencional, teleológico e finalista, se projetou sobre a natureza e estabeleceu uma cadeia de nexos causais objetivos (SAFFIOTI, 2011). Assim, gênero existiu em todas as sociedades, mesmo diante da inexistência do conceito em si, ele sempre esteve presente nos conjuntos sociais (SAFFIOTI, 2011). É passível de constante reconstrução conforme a dinâmica sociopolítica e as articulações nas relações de poder, ou seja, “[...] varia de uma sociedade para a outra e também de acordo com o tempo histórico em que as pessoas estão inseridas” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2). A própria Scott afirma que gênero “[...] pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (SCOTT, 1994: 20).

Referências Bibliográficas

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y Género. V Congreso Latinoamericano de Ciencias Sociales y Medicina. Isla de Margarita, Venezuela, 7-11 jun. 1999; *Rev Cubana Salud Pública*, Ciudad de la Habana, v. 27, n. 2, jul./dez. 2001.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos. In: MATOS, Maria Izilda S. e SOLER, Maria Angélica (orgs). **Gênero em debate, trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997.

MICHEL, Andrée. **O feminismo: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. MOREIRA, V. M. L. (Org.). **Dimensões Revista de História da Ufes**, Vitória, v. 14, p. 461-480, 2002.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, v. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. **Prefácio a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, v. 3, p. 11-27, 1994.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007, p. 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

Sensação histórica e experiência histórica: os limites da apropriação de Huizinga por F. Ankersmit

*Naiara Damas**

Em seu livro publicado em 2005, *Sublime Historical Experience*, o filósofo holandês Frank Ankersmit apontava como um dos traços mais problemáticos da cultura contemporânea a sua incapacidade de promover um “contato autêntico e imediato com o mundo”. Em relação aos seus trabalhos anteriores no campo da teoria da História, o livro de 2005 consolidava uma “virada” na própria reflexão do filósofo holandês: a ênfase dada à experiência indicava uma mudança de interesse na investigação sobre a narrativa e a dimensão textual da representação histórica para um exame da noção de “experiência sublime do passado”. Segundo Ewa Domanska, essa “virada” sugeria que, apesar de Ankersmit estar usualmente identificado com o *avanguardismo* pós-modernista (narrativismo, construtivismo) na teoria da História, como expresse sua teoria da representação, sua compreensão do conceito de experiência e do sublime, pode ser vista como um retorno à visão romântica tradicional da experiência imediata (DOMANSKA, 2009: 175). O que estava em jogo agora, num momento que Ankersmit identificava como “pós-pós-moderno”, era a possibilidade de “escapar da prisão da linguagem”, de quebrar o círculo das representações e tradições, articulando essa quebra sem retornar, contudo, ao “empiricismo ingênuo”.

No âmbito do ofício do historiador, o problema central era determinar em que medida se poderia acessar o “passado mesmo” em sua alteridade e que fora obstruído pela proeminência dada pelo “idealismo linguístico” à “textualidade”. “Pode o historiador entrar em uma relação real, autêntica e experiencial com o passado – isto é, numa relação que não está contaminada pela tradição historiográfica, pressupostos disciplinares e estruturas linguísticas?” (ANKERSMIT, 2005: 4). Para responder a essa pergunta afirmativamente, Ankersmit teria que formular uma noção de experiência pré-linguística e anti-epistemológica que, diferentemente de sua versão empiricista, pudesse ser colocada numa posição de anterioridade à separação entre sujeito e objeto e no interior de um “domínio imune a contaminação da linguagem”.

* Professora Adjunta na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ankersmit acreditava ter encontrado essa noção de “experiência” no conceito de “sensação histórica” desenvolvido pelo historiador holandês Johan Huizinga em meados dos anos 1920. Apesar de lamentar o fato de que Huizinga não tenha chegado a desenvolver plenamente a sua “fenomenologia da experiência histórica”, afinal “ele nunca conseguiu escrever mais do que duas ou três páginas a respeito”, Ankersmit a considerava “fundamentalmente correta” e, portanto, o ponto de partida mais óbvio para a sua tese (ANKERSMIT, 2005: 120-121). Para ele, Huizinga havia sido quem melhor definiu as feições desta “experiência”, sobretudo porque teria sido capaz de ir além do modelo hermenêutico de interpretação histórica do século XIX – onde a determinação de um “contexto” mais amplo tinha prioridade sobre os objetos estudados –, descobrindo o *locus* possível de um encontro de matiz extático entre o historiador e o passado. Tratando da “sensação histórica”, Huizinga descreveu em seu texto de 1929, *A Tarefa da História da Cultura* que:

Esse contato com o passado que não pode ser reduzido a nada fora de si mesmo é a entrada num mundo próprio, é uma das muitas formas de sair de si mesmo e de experimentar a verdade, que estão disponíveis para os homens” (HUIZINGA, 1993: 72).

Passível de ser despertada por objetos históricos de pequena relevância, “uma frase num documento oficial, uma crônica, uma gravura” e, até mesmo uma “velha canção”, a “sensação” era um momento de “súbita iluminação mental” quando o historiador acreditava estar em “contato direto” com o passado. (HUIZINGA, 1993: 72).

Central para Ankersmit na descrição huizinguiana da “sensação histórica” como uma espécie de “arrebato”, e que irei me concentrar aqui, era a noção de que as determinações de espaço e tempo ficariam suspensas por um breve instante para promover esse encontro com o passado. A descontextualização gerada nesse momento mudaria a maneira como “normalmente” os historiadores se relacionam com o passado. Na “experiência histórica” já não se tratava mais do passado como expressão ou produto da tradição historiográfica, mas de um fenômeno que subvertia essa dimensão de horizontalidade para estabelecer uma relação vertical com “o que aconteceu”. Num movimento duplo, também o passado viria ao encontro

do historiador “livre das amarras que o ligavam ao seu entorno” promovendo, assim, um “beijo extático” comparável ao de Romeu e Julieta.

Quando respondendo ao chamado do passado, o historiador momentaneamente ‘esquece’ o contexto histórico dentro do qual ele normalmente opera. Por um momento há apenas o passado mesmo, revelando para ele sua nudez quase-numênica com uma imediatez e clareza incomuns (ANKERSMIT, 2005: 125).

Ankersmit relacionava essa característica da descontextualização com a crítica de Huizinga ao conceito hermenêutico de *Nacherleben*, ou “reviver”. Segundo ele, o historiador holandês rejeitaria essa noção de “revivência” justamente porque esta não deixaria nenhum espaço para a interação entre o passado e o historiador, crucial para a experiência histórica. No entanto, quando Huizinga elaborou a sua crítica à hermenêutica alemã do final do século XIX em seu texto *A Tarefa da História da Cultura*, o que parecia estar em jogo era justamente o fato de que os “hermeneutas” alemães julgariam possível um “contato direto” com o passado, o que os aproximaria perigosamente do realismo histórico que criticavam em primeiro lugar. A ambição de suprimir a alteridade das experiências pretéritas de modo a “reviver” o passado na sua “imediatez” – expressa na centralidade atribuída a conceitos como *anschauen* [contemplar] e *Anschaulichkeit* [visualidade] – jamais conseguiria suprimir o fato de que abordamos a realidade histórica a partir de uma problemática ou ponto de vista que organiza os dados de um modo significativo e coerente. A “imediatez” do passado pretensamente alcançada no *reviver*, que pressupunha “experimentar uma realidade histórica direta no seu caos essencial”, nunca poderia se equivaler, para Huizinga, à “fisionomia verdadeira do passado” (HUIZINGA, 1993: 70-71).

De acordo com Huizinga, o contato com o passado promovido pela “sensação histórica” não poderia ser confundida com a re-criação de algo “realmente acontecido” ou com a ideia de que seria possível estabelecer uma relação de “contemporaneidade” com o passado. O contato com o passado, mesmo na sua dimensão mais “sensível” e “arrebatadora” como na “sensação histórica”, nunca se apresentaria como uma relação plenamente direta entre o historiador e a realidade pretérita. A consciência da alteridade, da “estranheza” do passado, ficaria preservada

mesmo ao senti-lo como uma espécie de “presença”. Não era, portanto, um “abandonar-se” nele, suprimindo a própria subjetividade para projetar-se em vidas passadas, mas um encontrar-se com o passado na sua condição de permanência no presente em momentos de “súbita iluminação espiritual”. Se a História, como dizia Taine, a quem Huizinga cita, era um *quase ver os homens de outrora*, o importante era precisamente aquele “quase ver” (HUIZINGA, 1993: 73). A especificidade da “sensação histórica” em relação ao “reviver” [*Nacherleben*] – e onde se encontrava o núcleo de sua condição paradoxal como “sonho” – jazia exatamente no fato de que aquele que a experimentava sabia não poder estar em contato direto com o passado, mas ainda assim tinha a sensação de quase estar. A dimensão temporal do presente – na qual se “responde” a este chamado repentino do passado – não se deixava obliterar, constituindo o *locus* de um encontro “fronteiriço” marcado pela “sensação” simultânea, e contraditória, de identificação (empatia) e estranhamento (alteridade).

A insistência de Ankersmit em ver a “sensação histórica” como uma experiência de “descontextualização” tanto do passado quanto do historiador marcava de modo fundamental a maneira como ele apresentava o livro *O Outono da Idade Média*, escrito por Huizinga em 1919, como um exemplo da possibilidade de verter, ou traduzir, a “experiência histórica” para a escrita da História. Na medida em que a ideia ankersmitiana de “experiência” se encontrava num nível pré-linguístico – e, portanto, anterior ao processo de pensamento que organizava a evidência do passado na forma da representação –, Ankersmit teria que dar conta do problema de como fechar a distância entre experiência e linguagem na transição entre o passado “como ele foi” e “como foi experimentado pelo historiador” para a verbalização daquela realidade no texto histórico. Huizinga, segundo ele, teria conseguido executar essa transição de forma bem sucedida porque ao adotar o estilo do “sensitivismo” – movimento literário holandês do final dos anos 1890 que buscava aproximar literatura e realidade a partir de uma aposta na dimensão “sensorial” da linguagem – criou uma narrativa que resistiria “a perene propensão da linguagem para a abstração”, “absorvendo-a nas realidades concretas da experiência sensória” (ANKERSMIT, 2005: 135).

Partindo da ideia um tanto equívoca de que *O Outono* teria nascido de uma “experiência histórica” – afinal, o próprio Huizinga nunca chegou a afirmar isso de maneira contundente –,

Ankersmit se propunha a analisar os efeitos da descontextualização associados a essa experiência no texto huizinguiano. De acordo com ele, na forma e no conteúdo, *O Outono* exemplificaria a resistência do historiador holandês a se submeter tanto ao contexto do “passado mesmo” quanto ao contexto da escrita historiográfica. Essa resistência se revelaria através de uma semelhança estrutural percebida por Ankersmit entre o objeto da pesquisa de Huizinga – isto é, a relação do homem tardo-medieval com a realidade em seu entorno – com a própria forma por meio da qual o historiador holandês tentou explicar o seu objeto. Nesse sentido, a “ingenuidade” que Huizinga associaria com o homem tardo-medieval no seu trato com a realidade seria também a sua ao interagir com o seu objeto de investigação.

Quando Huizinga escreve sobre o homem medieval que 'todas as experiências tinham ainda o teor imediato e absoluto da dor e do prazer da vida infantil', ele atribui ao homem medieval um contato com a realidade que é o objeto de seu livro e como ele mesmo tentou dar conta desse objeto. (ANKERSMIT, 2005: 135)

O tema da “ingenuidade” é especialmente importante para nós porque faz parte da maneira como Ankersmit defende ser possível escapar da “prisão da linguagem” através da “immediatez” da experiência histórica. Como um momento em que o historiador subitamente “esqueceria” do contexto e conseguiria atravessar a “crosta de interpretações” que se cristaliza sobre o passado, ele deveria vê-lo como se fosse a primeira vez e, dessa forma, ser capaz de alcançá-lo no seu caráter imediato e sublime. O paralelismo entre sujeito e objeto identificado em *O outono* era compatível com a tese ankersmitiana apresentada em *Sublime Historical Experience* da maneira como o historiador deveria se relacionar com os textos deixados pelo passado para compor a sua representação. Contra o que chamava de “imperialismo da teoria”, ele tentava preservar a anterioridade da experiência em relação à linguagem ao propor que a leitura dos textos históricos deveria se limitar à relação entre o historiador e o texto, sem a mediação de interpretações prévias e de teorias que prescreveriam como se deve interpretar o texto histórico. O historiador deveria aprender a confiar na sua própria subjetividade, a única capaz de conduzi-lo pelo caminho da objetividade. “O melhor instrumento para ler um texto é a pessoa que somos. [...] A Vida, e não esquemas transcendentalistas fixos, é o nosso melhor,

não, o nosso único guia para compreender o texto” (ANKERSMIT, 2005: 94-95). Eliminando a interface entre o historiador e o texto, o sentido deste último emergiria apenas pela experiência de leitura, não havendo, portanto, algo como a ideia de deciframento de “sentido do texto” defendido pela “hermenêutica transcendental”. Dessa forma, o sentido textual seria heterotópico, isto é, era atribuído ao texto, mas “existia apenas em nossas mentes” (ANKERSMIT, 2005: 98). Ao afirmar que os textos eram em si mesmos destituídos de um sentido imanente, Ankersmit acreditava que o único espaço possível de atribuição de sentido seria aquele da representação histórica. Esta, portanto, teria o papel fundamental de fazer emergir sentido onde haveria apenas a ausência de sentido.

No entanto, da perspectiva da história morfológica que Huizinga adotava em *O Outono*, em que o historiador se propõe a buscar o “conteúdo que reside na(s) forma(s)” culturais da Idade Média tardia (HUIZINGA, 2010: 7), esse paralelismo entre sujeito e objeto anularia a alteridade do passado, na medida em que podia terminar por projetar a “experiência” do historiador sobre este. Retornando à crítica de Huizinga ao conceito de *Nacherleben*, para que o historiador criasse as condições de interpretação do passado teria que haver a rompimento da identificação gerada pela sensação histórica, na medida em que sua tarefa seria a de dar forma a um material bruto que a todo tempo resiste, justamente por sua alteridade, a domesticação atribuída pela “forma da História”.

Nesse sentido, o apagamento da distância temporal, ou para usar os termos de Ankersmit, a “descontextualização”, poderia incorrer no erro que Huizinga identificava entre muitos historiadores de seu tempo de pensar a prática historiográfica como *Sinngebung des Sinnlosen*, “dar sentido ao que é carente de sentido”, quando a postura mais adequada seria um *Sinndeutung des Sinnvollen*, “um interpretar algo que é rico de sentido” (HUIZINGA, 1993: 64). A preocupação de Huizinga que sempre reconheceu a escrita da história como um exercício morfológico de “dar forma” ao passado era que “uma ladeira de declive suave conduz da aproximação inevitavelmente subjetiva dos problemas a uma presunção e parcialidades grosseiras” (HUIZINGA, 1993: 85-86). A única maneira, portanto, de reconhecer a alteridade do passado e fazer justiça a sua “factualidade” – factualidade esta que também está na base da ideia de Ankersmit da possibilidade de um “contato direto” com o passado – seria reconhecer

a distância entre experiência vivida no passado e experiência do historiador, entre o presente da interpretação e o passado da ação que se busca interpretar. Sem reconhecer essa separação, o ofício do historiador se degenera num jogo fútil de espelhos em que o historiador sempre terminaria por ver a si mesmo.

Aqui poderíamos identificar o caráter problemático do projeto que Ankersmit apresenta de resgatar uma experiência pré-romântica ou historicista com o passado em seu livro de 2005, *Sublime Historical Experience*. Na medida em que a construção do sentido histórico na representação seria sempre autorreferente, o passado permaneceria preso dentro da “subjetividade” do historiador e destituído, portanto, do caráter de “immediatez” que o impulso “romântico” para resgatar a experiência vivida no passado tentava restituir. Um “subjetivismo” radicalizado na sua consciência irônica da impossibilidade da representação representar algo fora de si mesma parece buscar em vão por algo tão evasivo quanto “o passado”, mesmo quando reconhece que o passado estava presente na experiência histórica de forma quase mística, mas invariavelmente ausente – e, portanto, perdido – na representação histórica. Enquanto a relação com o passado se apresentar na forma de um “dar sentido ao que é carente de sentido”, como uma projeção fantasmagórica, afirmaria Huizinga agora *contra* Ankersmit, esse desejo persistente de “encontro” com o passado, que apesar de se fundar no reconhecimento do seu caráter paradoxal de restituir uma ausência, insiste em buscá-lo, estará fadado ao fracasso.

No tocante à obra de Huizinga, e a maneira particular com que Ankersmit escolhe se apropriar dela, o que se pode dizer é que embora o seu esforço de compreender o conceito de “sensação histórica” seja digno de nota, o “edifício” teórico que ele constrói sobre um conceito que Huizinga desenvolveu apenas de forma hesitante e vaga se revela uma abordagem unilateral, muito homogênea, da obra do historiador holandês. Para que Huizinga aparecesse como uma espécie de “herói” que vindica o passado contra as amarras da “linguagem” e da “teoria”, foi preciso que Ankersmit, por exemplo, atribuisse menos valor ao fato de que, apesar do caráter “subjetivo” de seu conceito de “sensação histórica”, o historiador holandês nunca rejeitou as “bases sólidas” da pesquisa crítica, colocando a “verdade” e a investigação possível do que “realmente aconteceu” acima de qualquer afetação “romântica” com o passado. Nesse sentido, quando afirmava que Huizinga não era um filósofo, mas que ele preferia “levá-lo mais

a sério” como tal do que “ele provavelmente consideraria apropriado”, Ankersmit, podemos dizer, tinha toda razão ao admitir isso (ANKERSMIT, 2012: 252).

Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, F.R. **A escrita da História na natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

_____. Language and Historical Experience. In: RÜSEN, J. **Meaning and Representation in History**. New York: Berghahn Books, 2006a.

_____. **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

_____. Three Levels of “*Sinnbildung*” in Historical Writing. In: RÜSEN, J. **Meaning and Representation in History**. New York: Berghahn Books, 2006b.

DOMANSKA, E. Frank Ankersmit: From narrative to experience, **Rethinking History**, vol. 13, n. 2, p. 175-195, 2009.

FROEYMAN, Anton. Frank Ankersmit and Eelco Runia: The Presence and the Otherness of the Past, **Rethinking History**, vol. 16, n. 3, p. 393-415, 2012.

HUIZINGA, J. Il compito della storia della cultura. In: **Le immagini della storia. Scritti 1905-1941**. Torino: Giulio Einaudi, 1993.

_____. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

ICKE, P. **Frank Ankersmit’s Lost Cause: A Journey from Language to Experience**. London: Routledge, 2011.

LAVAGNINO, N. El retorno de la experienciar en la filosofia de la historia pos giro lingüístico, **Cuadernos de Filosofia**, 2008.

MAH, H. The Predicament of Experience, **Modern Intellectual History**, vol. 5, n. 1, p. 97-119, 2008.

ROTH, M. Sublime Historical Experience by Frank Ankersmit: Review, **History and Theory**, vol. 46, n. 1, p. 66-73, 2007.

Paulo Barreto no Portugal d'Agora: outra perspectiva do *flâneur* brasileiro

Natasha Mastrangelo Silva de Moraes*

Preâmbulo

Entre crônicas, reportagens, críticas teatrais e impressões de viagem, o escritor João Paulo Alberto Coelho Barreto¹ (1881- 1921) foi João d'Além, Simeão, Paulo Alberto, João Coelho e, entre outros, João do Rio, heterônimo pelo qual se consagrou como sujeito ilustre na imprensa carioca nos primeiros decênios do século XX. Através de diferentes gêneros literários, expressou sua talentosa habilidade como observador dos hábitos, costumes e das condições sociais que permeavam a Bela Época carioca em seus diferentes espaços sociais; e assim consagrou-se como o *flâneur*. Nesse sentido,

O cronista, em seus textos, tanto pode falar do 'flerte' como característica do tempo moderno como revelar as condições de vida dos trabalhadores miseráveis da ponta d'Areia, dos comedores de ópio, da feitiçaria e do automóvel. (RODRIGUES, 2000: 23)

*Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UERJ no projeto "Para além da amizade literária: Cartas de João do Rio para João de Barros (1912- 1921)" desenvolvido pela Profa. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães no Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais.

¹Há algumas divergências quanto ao nome completo de Paulo Barreto. A biografia disponível no sítio virtual da Academia Brasileira de Letras informa que o nome correto é João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. Entretanto, optamos por João Paulo Alberto Coelho Barreto, uma vez que essa é a forma mais recorrente nas fontes historiográficas a qual tivemos acesso.

Por outro lado, a participação em redutos acadêmicos importantes – como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)² –, a atuação em projetos de grande monta como a revista luso-brasileira *Atlântida* (1915 – 1921) e, após seu falecimento em 1921, a doação de sua biblioteca particular ao Real Gabinete Português de Leitura³ deixam em evidência possibilidades de análise para além do *flâneur*. Ademais, a proximidade com importantes figuras da política e da intelectualidade de Brasil e Portugal e sua forte presença no cenário intelectual e no meio jornalístico da época, possibilita-nos a compreensão de Paulo Barreto a partir de novos ângulos, considerando um breve mapeamento da rede de sociabilidade na qual estava inserido.

O objetivo do presente artigo é enfatizar as reflexões sobre outra perspectiva de Paulo Barreto, sem desconsiderar seu olhar aguçado sobre a cidade e o mundo vertiginoso do início do século XX. Para tanto, algumas considerações acerca das relações entre biografia e história fazem-se pertinentes, uma vez que viabilizam a hipótese que ora propomos, a saber: a perspectiva ampliada sobre o escritor, realçando aspectos de seu percurso biográfico relacionados a sua proximidade à Portugal e seus projetos de integração luso-brasileiros.

Nesse sentido, a obra *Portugal d'agora: Lisboa, Porto, notas de viagem, impressões*, publicado em 1911 pela editora *Garnier*, faz-se um interessante objeto de análise, uma vez que deixa entrever as preocupações de Paulo Barreto com a luso-brasilidade, bem como os laços de sociabilidade que desenvolve na margem lusitana do Atlântico. A obra, além de trazer à baila elementos importantes da conjuntura política portuguesa, apresenta o olhar atento de Paulo

² Vale lembrar que Paulo Barreto tornou-se sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1907 e eleito em 7 de maio de 1910, após algumas tentativas frustradas, membro efetivo da Academia Brasileira de Letras, sendo o segundo ocupante da Cadeira 26.

³ A doação da biblioteca de Paulo Barreto ao Real Gabinete Português de Leitura, importante centro de cultura portuguesa no Rio de Janeiro, parece-nos interessante ao considerarmos as redes de relações nas quais Paulo Barreto esteve inserido. Nesse sentido, a doação denota não só a proximidade do autor junto à elite da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, mas também o seu prestígio junto a instituição da qual tornou-se próximo através do amigo e escritor português Carlos Malheiros Dias. Para maiores informações sobre a doação da biblioteca de Paulo Barreto ao Real Gabinete Português de Leitura sugerimos a leitura do artigo: Azevedo, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspect. ciênc. inf.*, 2010, vol.15, no.3, p.233-249.

Barreto sobre aspectos importantes da vida social, do jornalismo, das artes teatrais e literárias, bem como evidencia a latente atenção do autor no que diz respeito à aproximação entre Brasil e Portugal.

Considerando a proporção do presente trabalho, é a partir dos elementos registrados por Paulo Barreto nas crônicas de *Portugal d'agora* que traremos à luz aspectos pouco analisados em suas biografias clássicas, mas que, nos últimos anos, vêm sendo alvo de discussões em importantes trabalhos acadêmicos, como os desenvolvidos pela Profa. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães nos projetos “Atlântida (1915-1921): a luso-brasilidade em revista” e “Para além da amizade literária: Cartas de João do Rio para João de Barros (1912- 1921)”, ambos desenvolvidos no Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Breves considerações sobre a trajetória de Paulo Barreto

O apogeu da trajetória de Paulo Barreto como homem de letras e imprensa situa-se nos últimos anos da primeira década novecentista. Em 1907 é admitido como sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além do mais a participação como membro efetivo da Academia Brasileira de Letras a partir de 1910 e o sucesso editorial de suas publicações são indicativos essenciais para compreendermos o lugar social de prestígio no qual o autor se encontrava.

Por esse tempo – Gilberto Amado evoca o ano de 1910 – Paulo Barreto estava, realmente, no apogeu, e foi apogeu longo o seu: *As religiões do Rio* atingia a oitava edição; *A Alma Encantadora das Ruas*, a terceira; *O Momento Literário* era sucesso; falava-se muito do *Jornal do Verão*, das *Crônicas Cariocas*, do *Dentro da Noite*; esperava-se com ansiedade a *Vida Vertiginosa* (SODRÉ, 1999: 353)

Paulo Barreto, que se notabilizou por suas crônicas-reportagens, contos e peças teatrais, participou ativamente da grande imprensa carioca como observador das intensas

transformações sociais, bem como dos hábitos e costumes presentes na cidade cosmopolita que era a capital federal no início do século XX. Destacou-se exatamente pela temática renovadora de seus escritos, principalmente em suas crônicas. Nesse sentido,

João do Rio, ao renovar o jornalismo carioca, abriu caminho para um avanço do conhecimento da cidade, revelando o ‘mundo das sombras’, colocando em evidência aquilo que a modernização escondia e transitando por um espaço de crítica social. [...] A crônica do banal e do cotidiano expressou-se como o modo mais rápido de entender as mudanças. (RODRIGUES, 2000: 23)

Descrito como sujeito bem-humorado e cínico, colecionou desafetos que não o pouparam de críticas e ataques. Por outro lado, Barreto foi muito bem relacionado, traçando uma rede de sociabilidade composta por importantes homens públicos da política, do teatro, do cenário jornalístico e literário de seu tempo. Famoso e controverso, era reconhecido como homossexual, apesar do notório *affair* com Isadora Duncan e Aura Abranches. Esses elementos biográficos tão comentados pelos estudiosos, não podem embaçar outros aspectos de sua trajetória. O envolvimento com questões políticas e com a luso-brasilidade - mais enfatizada a partir do surgimento, em 1915, da revista *Atlântida*⁴ - já tem seus indícios na obra *Portugal d’Agora* (1911), fruto de sua primeira viagem à Europa em 1908, e apresenta-se como elemento substancial da trajetória de Barreto.

As reflexões acerca dos estudos biográficos nos auxiliam a sustentar uma perspectiva ampliada da biografia de Paulo Barreto, possibilitando uma interpretação do escritor como sujeito complexo, dotado de interesses que extrapolam os comumente evocados e inserido em importantes relações e instituições sociais do Rio de Janeiro daquele início de século. Nesse

⁴ Revista dirigida por Paulo Barreto e o português João de Barros. Aos leitores que se interessarem pela publicação luso-brasileira, sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Redemoinhos da Atlântida (1915 – 1920)**. História Revista, Goiás, n.1, v. 16, p. 134-149, jan./jun. 2011. CASTRO, Zilia Osório de. **Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlântida**. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Afinidades Atlânticas: Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 57-87.

sentido, é pertinente considerar a coexistência de Paulo Barreto, *o flâneur*, observador dos hábitos e costumes da Bela Época carioca e Paulo Barreto, homem de imprensa e letras, imerso em uma importante rede de sociabilidade que se estendia pelas duas margens do Atlântico. Vale dizer ainda que *Portugal d’Agora* reforça essa perspectiva, uma vez que ambos os aspectos ficam evidentes ao longo das crônicas – como veremos na próxima seção do artigo.

Desse modo, de acordo com nossas reflexões, jogar luz sobre aspectos que são tradicionalmente menos enfatizados no percurso biográfico de Barreto implica, em um primeiro momento, em reafirmar a luso-brasilidade a partir de seus primeiros escritos sobre o tema. Essa perspectiva inicia-se a partir de noções trazidas à discussão pelo esforço reflexivo do que alguns intitularam de biografia moderna (GONÇALVES, 2009: 154) e que reconhece no indivíduo um mosaico de características complexas e múltiplas. A nova dimensão da individualidade, fruto dos paradigmas que surgem no início do século XX, desenvolve-se com base na análise de um *corpus* documental mais amplo e sustenta-se no desenvolvimento de probabilidades, reconhecendo que “a própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não-linear e suas contradições se tornaram os protagonistas dos problemas biográficos com que se depararam os historiadores” (LEVI, 1996: 173). Nesse contexto, o que pretendemos reforçar é a multiplicidade de vivências de Paulo Barreto nos anos que permeiam a produção e a publicação de *Portugal d’Agora*, dando ênfase na forte atenção dispensada por Barreto no que diz respeito à aproximação entre Brasil e Portugal e sua estreita relação com importantes sujeitos de ambos os países.

Para tanto, a obra *Portugal d’Agora* se faz um profícuo objeto de análise, uma vez que traz à luz as primeiras reflexões de Paulo Barreto no que diz respeito às relações luso-brasileiras, além de evidenciar os laços de amizade que trava em terras lusitanas e sua atenção ao estado político, artístico, literário e jornalístico do Portugal que “atravessava talvez a sua maior crise histórica” (RIO, 1911: VII)

Paquete Araguaya rumo ao Portugal d’agora: Reflexões acerca das notas de viagem de Paulo Barreto

Os poucos que o lerem no momento, não lhe devem dar mais valor que a uma reunião de crônicas ligeiras de observação breve escritas com uma grande ternura pelo país que lhe foi assunto e com um grande desejo de mais ligar dois povos que devem seguir juntos para o progresso. Os historiadores do futuro, como não lhe pus partidatismo político e apenas a observação jornalística quase estrangeiro, se por acaso o descobrirem, falta de melhor, encontrarão nele o pequeno documento de observação dos costumes e idéias do momento que se faz a Grande História” (RIO, 1911).

No dia 2 de dezembro de 1908, Paulo Barreto, à bordo do paquete Araguaya, segue em sua primeira viagem à Europa, cumprindo o que segundo o próprio “é uma função natural do homem cosmopolita, civilizado e superior” (RIO, 1911: 07). Boa parte dos quatro meses e meio de viagem (RODRIGUES, 1996: 97) foram despendidos em terras lusitanas e renderam crônicas interessantíssimas sobre a situação de crise pela qual passava Portugal⁵. As crônicas de viagem foram publicadas em importantes jornais brasileiros ao longo de 1909.

Em 1911, data de publicação de *Portugal d’Agora*, as crônicas de Paulo Barreto encontravam-se, de certo modo, desatualizadas. Por essa razão, a obra inicia-se com a sintomática seção intitulada “Este Livro”, escrita já em sua segunda viagem ao velho mundo, onde, em linhas gerais, comenta a nova situação política portuguesa – a essa altura já republicana – e traça as intenções e a importância de seus escritos para a aproximação entre Brasil e Portugal. As impressões de sua primeira viagem não alcançam o Portugal republicano por uma questão temporal, uma vez que Barreto deixara Portugal em plena crise. Desse modo, em “Este Livro”⁶ diz Barreto

⁵ Os primeiros anos dos noventa é para Portugal de acirradas disputas políticas, a monarquia tenta sustentar-se no poder, enquanto os republicanos permanecem em incansáveis ataques. Após o inesperado regicídio de 1908, a República vem à tona em outubro de 1910.

⁶ Para que a leitura torne-se mais fluída optamos por transcrever as citações retiradas da obra *Portugal d’Agora* em português atualizado.

[...] no momento atual poderia com pretensão denominar um livro de impressões anteriores a república de Portugal d’Agora? Guardei as provas, e voltei a esse delicioso país de ternura e encanto, não só com o desejo de retificar erros ou transformações, como por ser impossível deixar de lá voltar (RIO, 1911: VIII).

Esse texto de atualização deixa evidente a preocupação de Paulo Barreto em relação às questões luso-brasileiras. *Portugal d’Agora* se caracteriza, de acordo com o próprio autor, como uma obra de aproximação, consolidando as intenções iniciais das crônicas publicados na imprensa brasileira, que para o escritor caracterizavam-se como a revelação documentada da situação político-social portuguesa. Revelação, pois “brasileiros e portugueses domiciliados entre nós, sabiam vagamente da oposição a um chefe de gabinete, tinham ficado atônitos diante do atentado contra o rei e **não imaginavam uma crise nacional no país irmão [...]**” (RIO, 1911: VIII, grifo nosso).

Apesar dos apontamentos de Paulo Barreto no que diz respeito ao desinteresse de uma nação pela outra, seus escritos se inserem em um contexto preliminar de importantes esforços de estreitamento dos laços entre Brasil e Portugal. Desse modo, apesar de considerar as suas constatações em relação ao estado das relações luso-brasileira da época, não podemos olvidar as crescentes estratégias de aproximação empreendidas pelo governo republicano português (FERREIRA, 2007), bem como as resistências empreendidas pelos movimentos nacionalistas lusófonos no Brasil. O cenário das relações luso-brasileiras é, portanto, pouco pacífico, uma vez que os movimentos de aproximação não se dão sem fortes oposições. Barreto insere-se, nesse contexto, como importante defensor da aproximação entre Brasil e Portugal e *Portugal d’Agora* representa um dos primeiros produtos desses esforços que tomaram boa parte de sua curta vida.

As crônicas de viagem deixam evidente o velho hábito de flunar de Paulo Barreto, pois perambula por Lisboa e Porto com inteligência e um olhar crítico de observação apurada. É assim que conhece Lisboa à noite, relata suas primeiras impressões e dá-se conta da forte

presença dos assuntos políticos na vida cotidiana geral, comenta a miséria presente pelas ruas lisboetas e seus aspectos mundanos. Esses escritos deixam entrever não só o olhar e estilo jornalístico de Paulo Barreto, mas os espaços pelos quais passava, bem como os sujeitos com os quais dialogava.

A rede de sociabilidade no qual se inseria Paulo Barreto comportava importantes nomes da vida social portuguesa, o que viabilizava seu acesso a diferentes locais de produção da vida intelectual, teatral e política e, conseqüentemente, a produção, pelo escritor, de reflexões jornalísticas mais precisas, bem como a construção de uma rede de associações mútuas e troca de ideias e interesses.

Ainda no embarque em terras brasileiras comparecem Hélio Seelinger (1878 - 1965), importante pintor e caricaturista carioca, e Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934), importante político e escritor brasileiro (RODRIGUES, 1996: 90). Ao longo das crônicas outras figuras importantes são mencionadas, bem como o interesse de Paulo Barreto em conhecê-las. Em diálogo com o Livreiro Teixeira, o mais importante livreiro de Lisboa, e Manuel de Souza Pinto (1880-1934), escritor brasileiro e ex-cronista do *Correio da Manhã* (RODRIGUES, 1996: 91-2), Barreto afirma seu desejo por conhecer os homens de letras de Portugal, “Quero conhecer os consagrados, os imortais da Academia Real e quero conhecer os novos.” (RIO, 1911: 98). Nessa ocasião, acompanhado por João de Barros, conhece Fialho de Almeida (1857 – 1911), grande escritor português, Conde de Monsaraz (1852 – 1913), político e poeta português, e Teixeira Queiroz, escritor português e “diretor da Empresa das Águas” e que “tem vários e muitos afazeres, além de sua arte” (RIO, 1911: 102). Paulo Barreto é bastante claro ao afirmar que desse dia em diante facilmente conheceu outros artistas e homens de letras (RIO, 1911: 103), comentando, logo em seguida, sua relação com Júlio Dantas e descrevendo-o da seguinte forma,

Júlio Dantas é o aristocrata, captado a uma época de galanteira e de insinceridade. Tem muitos empregos, dá de todos conta, desde médico do

exército, a fiscal do governo, no teatro D. Maria, vive num sonho de perfeição mundana, que o faz conversar por momentos com um brilho de narrativa estranho e o faz calar de repente, quebrando o fio da conversa, como arrependido ou esquecido. Na vida social seu único fim é agradar. (RIO, 1911: 104)

Interessante ressaltar que o campo de influência desses importantes autores extrapola o meio literário português, uma vez que em muitos casos, os escritores guardam outras tarefas profissionais, seja como burocratas, políticos ou homens de imprensa. O que, seguindo as noções discutidas pela Professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães⁷, auxiliam na movimentação das engrenagens da rede de sociabilidade por diferentes espaços sociais, viabilizando, pois, as trocas de interesses e ideias na teia de relações sociais.

O trecho da viagem dedicada ao Porto, motivada por interesses editoriais, o leva a travar contato com os Irmãos Lello Editores que o conduzem “ao maior nome da literatura nacional de então: Guerra Junqueiro, então com 59 anos, ex-teólogo, ex-deputado, poeta tonitroante e anticlerical, republicano radical, perseguido político, grande idealista – uma espécie de Victor Hugo português” (RODRIGUES, 1996: 94). Os elogios à Junqueiro são incessantes; após uma longa conversa, apresenta-nos o gênio português ou um dos maiores pensadores da raça. Ademais, apresenta-nos um autor conectado com as questões brasileiras, assim como outros escritores pelo quais travou relações ao longo de sua viagem. A figura do Brasil, ainda que afastada, é presente na fala de alguns escritores que, assim como Barreto, atenta-se para a necessidade de aproximação. Sem olvidar que são tempos de crise, a autoafirmação portuguesa como nação e potência colonial e a busca pelo delineamento de uma nova feição nacional os impulsiona para sua antiga colônia americana (FERREIRA, 2007). Nesse sentido, “o movimento instintivo que neste momento os faz voltarem-se para o Brasil, depois de por tanto tempo dele terem dito mal por sentimentalismos piegas e também por ignorância” (RIO, 1911: 109).

⁷ Desenvolvidas no Projeto de Pesquisa das reflexões introdutórias do projeto, ainda em andamento, “Para além de uma amizade literária: Cartas de João do Rio para João de Barros (1912 – 1921)”.

De um modo geral, as crônicas de *Portugal d’Agora* constataam um afastamento entre as nações irmãs debitando essa situação no “egoísmo luso”, ao passo que destaca também as os esforços que se propõem a rever essa relação. A obra de Paulo Barreto dá notícias aos brasileiros, bem como aos portugueses domiciliados no Brasil, das condições gerais de uma sociedade portuguesa em crise, em seus diferentes aspectos. O desinteresse português em relação ao Brasil e a rejeição do Brasil em relação a Portugal são evidenciados por Paulo Barreto que localiza aí o grande empecilho para o estreitamento dos laços luso-brasileiros. Esse projeto de aproximação motiva-se pelas crescentes tentativas de fortalecimento de ambos os países no cenário internacional, identificando neles uma raiz cultural e histórica comum que poderia culminar na sonhada “Atlântida”, o universo lendário, “um continente de almas irmãs, de corações gêmeos – gêmeos de aspiração, ideal, de patriotismo” (João de Barros *apud* CASTRO, 2009: 60) , que o Atlântico há muito permitiu existir.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Marie-jo. **Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX – início do século XX**. Online: disponível na internet via http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf. Arquivo consultado em 28 de julho de 2014.

CASTRO, Zília Osório de. **Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlantida**. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. (org)...[*et. al*]. *Afinidades Atlânticas: Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 57 -87.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço; biografia e históriana obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p. 167- 182.

RIO, João do. **Portugal d’Agora: Lisboa, Porto, notas de viagem, impressões**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1911

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na belle époque tropical**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio: uma biografia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SODRÉ, Nelso Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Manuel Bandeira e intelectualidade brasileira

Nayamim Moscal*

Poeta menor. São João Batista do Modernismo. Bandeira do Brasil. Muitos foram as características atribuídas a Manuel Bandeira, tornando-o um poeta canônico nas *letras* brasileiras. Porém, cabe lembrar, sua atuação se estende para muito além da poesia, uma vez que, inserido numa *rede intelectual*, exerceu diversas funções, inclusive atuando dentro da estrutura governamental. Assim, apesar de Bandeira dialogar com grandes nomes da intelectualidade de seu tempo e mesmo, ainda, que uma grande gama de estudos permita-nos observar boa parte de várias de suas facetas, parece não ser objeto de estudos mais aprofundados na historiografia. A vertente da literatura social dialoga bastante com referências comuns nas ciências humanas, porém acreditamos ser importante para a compreensão da obra de nosso autor, voltar a ela o olhar do historiador.

Dedicaremos este artigo a problematizar o *lugar* de Bandeira na literatura e intelectualidade brasileira¹, buscando delinear a suposta *brasilidade* na perspectiva do poeta. Para isto nos utilizaremos de volumes que se dedicam ao estudo da história da literatura brasileira e, também, trabalhos específicos sobre o autor. Nosso objetivo é entender o lugar de Bandeira enquanto intelectual – e como alguém que participava ativamente da cultura e das discussões de seu tempo – não descartando, porém, sua atuação como poeta e sua proposta estética. Soma-se a esta bibliografia a leitura de sua autobiografia, *Itinerário de Pasárgada*

Bandeira deve ser tratado, efetivamente, como um *homem de seu tempo*, sugestão do próprio poeta que afirmava que nenhum homem consegue ser inatual, por mais força que faça; atento à dinâmica apresentada por ele, e apesar de dizer-se aborrecido com a nacionalidade nos versos de alguns poetas, podemos afirmar que sua produção aborda a brasilidade de forma discreta. Arriscamos dizer que ele foi *moderno*, porém não *modernista*.

* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sua ânsia em conhecer o país, em busca de uma (re) definição da identidade nacional, pode ser associada a um projeto da intelectualidade brasileira e também do Estado, atitude que incluía, por certo, os próprios modernistas. A relação de Bandeira com estes intelectuais vai marcar as discussões feitas sobre ele, pois foi ponto crucial em sua formação e produção intelectual. É este o caminho que seguimos na tentativa de delinear um possível perfil intelectual deste poeta brasileiro.

Antonio Candido considera Manuel Bandeira um dos grandes poetas de nossa literatura, vejamos o que diz o crítico:

Ligado aos modernistas de São Paulo foi sempre Manuel Bandeira (1886-1968), um dos poetas mais importantes da nossa literatura, cuja obra tem uma plenitude que não se encontra na dos outros dessa primeira fase modernista, e é devida à maestria com que vai dos poemas metrificados com perfeição ortodoxa até a liberdade dos *objets trouvés*, dando sempre a impressão de fatura tão perfeita quanto necessária. A sua escrita parece realizar a forma insubstituível, e talvez se possa dizer dele o que disse de Mozart o musicólogo Alfred Einstein; "pertence ao gênero raro dos revolucionários conservadores, ou dos conservadores revolucionários". (CANDIDO, 1999: 75)

Neste trecho, Candido coloca um elemento que consideramos chave para compreender a obra de Bandeira, e por consequência, o seu papel como intelectual brasileiro. Esta dualidade do poeta - um bom ponto de partida para entender sua visão sobre a brasilidade - permite compreender sua trajetória e como, em sua longa carreira, conseguiu transitar entre diversos estilos literários, e também é um bom ponto de partida para entender sua visão sobre a brasilidade. O crítico ainda nos traz um breve resumo da atuação de Bandeira dentro de nossa literatura, apresentando outras características da personalidade poética de Bandeira, afirmando que sua formação não o prendeu no passado. Ao refletirmos sobre estas questões, percebemos que estão presentes nas diversas atuações de Bandeira: poesia, crônica, tradução, etc.

A última edição de *Crônicas da província do Brasil* (2006) - publicado pela primeira vez em 1937 - conta com posfácio feito por Júlio Castañon Guimarães, que dedicou alguns trabalhos ao poeta. Guimarães afirma que a produção daquele livro estava associada ao

profundo envolvimento do autor com a produção cultural de sua época. O que percebemos em um estudo mais cuidadoso sobre Bandeira é que ele realmente exerceu um importante papel nesta rede de intelectuais.

A análise de Guimarães se torna importante, para nós, na medida em que corrobora algumas de nossas conclusões acerca da produção de Bandeira. Como por exemplo, quando ao tratar das crônicas, afirma que:

A essa diversidade dos periódicos estará ligada a diversidade da prosa de Bandeira, ou seja, a natureza bem distinta de muitos textos tem a ver com as solicitações dos diferentes periódicos. Assim, o que se entende hoje consensualmente por crônica não dá conta dessa diversidade. Esta na verdade é uma característica do gênero, de modo que, mesmo sob esse rótulo, a crônica de Bandeira avança pelo campo do estudo, da crítica literária, da história. (GUIMARÃES, 2006: 255)

Para ele, a publicação das *Crônicas*...surgiu não de um estudo sistemático, sociologizado, mas estava sim, inserido no âmbito de uma preocupação comum, o empenho de conhecimento do Brasil. Portanto, a obra de Bandeira não está para a cultura brasileira como um simples retrato do cotidiano de sua época, e sim como a obra de um intelectual de relevância para a compreensão de sua trajetória e de nossa cultura.

Sergio Buarque de Holanda, em seus estudos de crítica literária, nos traz definições de Manuel Bandeira que se afinam muito bem com a obra do autor. Segundo Holanda, referindo-se a Bandeira, "sua obra reveste-se de tal cunho de originalidade que é inútil irmos procurar quem mais influência exerceu sobre ele" (HOLANDA, 1996: 142). O autor se concentra na obra de Bandeira, no sentido de que enxerga tão somente Bandeira nas obras e não quem o influenciou, afirmando que ela pertence a ele somente. De acordo com o crítico, a obra de Bandeira destoa das vozes existentes na época, perturbando nosso concerto literário.

Holanda, em certo ponto de seu texto, nos faz lembrar as ideias de Gerald Moser, crítico norte-americano, que afirma que a sensibilidade de Bandeira é uma característica marcadamente brasileira. Moser afirma, "por isso tinha razão Mário de Andrade, quando julgou que a tristeza de Bandeira era passageira apenas, tal qual a apregoada 'tristeza brasileira' [...]"

(MOSER, 1995: 328). Moser tem várias considerações interessantes sobre Bandeira, sendo uma delas a que diz que Bandeira inventou um Brasil para uso pessoal. Para ele, até o catolicismo de Bandeira era digno de nota, uma religião aprendida e não doutrinária.

Segundo Moser, sobre o estilo da escrita de Bandeira, apesar de aparentar certa indisciplina, o autor não tinha um pensamento anárquico. Diferente de alguns críticos brasileiros, ele compreende a obra de Bandeira não como algo extremamente moderno, mas como algo também moderno, mas que por outro lado, não dispensa a sua formação tradicional (MOSER, 1995). A escrita de Bandeira nos permite enxergar a tradição e a modernidade. Sobre este tópico, na década de 1980 outros autores traziam esta perspectiva do modernismo brasileiro. Eduardo Jardim de Moraes apontava em direção semelhante quando dizia que o grupo paulista, a partir de 1924, faz um retorno ao nacional, fazendo da brasilidade o seu elemento moderno (MORAES, 1988). Já Silviano Santiago, apresenta mais explicitamente a questão da tradição no movimento modernista, focando sua análise em Oswald de Andrade, mas também em Tarsila do Amaral e Murilo Mendes. Para Santiago, o grupo buscava um retorno ao selvagem, ao nacional, ao primitivo, citando a proximidade de Oswald de Andrade com a estética indígena, mas também ao barroco das cidades mineiras. A tradição também era representada pela recusa de alguns novos elementos estéticos, como por exemplo, na arquitetura (SANTIAGO, 1989). Mas Manuel Bandeira e Oswald de Andrade são tradicionais de formas diferentes. Bandeira era menos radical, enquanto Oswald era antropofágico. No que diz respeito à brasilidade, em alguns momentos convergiam, outros divergiam. Quando lemos as crônicas de Bandeira vemos que está mais presente a questão colonial, já miscigenada, com elementos indígenas e negros, mas também repleta de elementos deixados pela imigração europeia. Em Oswald, apesar de toda a sua incursão e proximidade das vanguardas europeias, quando faz o retorno ao nacional, volta mais marcadamente ao indígena, à Pindorama. Com base no exposto, a questão da tradição é mais um elemento que marca a heterogeneidade da modernidade no Brasil.

Moser também aponta outro ponto importante da escrita de Bandeira, para ele o autor dá à poesia a mesma fluidez da língua falada, este sim um ponto de convergência entre Manuel

Bandeira e o modernismo, pois essa era uma questão muito presente no diálogo entre Bandeira e Mário de Andrade, por exemplo. Percebemos que em ambos havia uma vontade de trazer definitivamente para a literatura a língua falada do povo brasileiro. Vejamos um trecho de *Evocação do Recife*

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada
(BANDEIRA, 2009, p. 80).

A brasilidade de Bandeira perpassa inevitavelmente o Modernismo; a tensão gerada pela aproximação e afastamento do poeta com o movimento marca seu lugar dentro do debate sobre a identidade nacional, portanto entender como a noção de identidade está para o movimento é essencial para a compreendermos na obra de nosso autor.

Gilberto Freyre, outra figura importante na trajetória de Bandeira afirma sobre o poema *Evocação do Recife*:

Exagero decerto: porque não se evoca uma cidade sem fazer história; e quando se é Manuel Bandeira, sem fazer literatura. O poema de Manuel Bandeira é história e literatura. Mas é acima de tudo poema. É de grande pureza poética e de uma grande pureza humana, sendo ao mesmo tempo uma crônica, como nomes de gente, de rua, de coisas regionais. Nomes certos, definidos, exatos: Dona Aninha Viegas, Totônio Rodrigues, Santo Antônio, São José, Rua da União, Rua da Saudade, Rua da Aurora, Caxangá, Midubi. (FREYRE, 1980: 78)

É claro que aqui Freyre está tratando especificamente deste poema – encomenda feita pelo próprio ao conterrâneo já há muito afastado da terra natal (FREYRE, 1980) – porém nos serve para pensar a obra de Bandeira como um todo. Mesmo escrevendo poesia, Bandeira se mostra um grande cronista.

Em seu texto *Manuel Bandeira e a poesia modernista*, Mara Ferreira Jardim, nos traz uma boa perspectiva desta relação. Ela afirma:

Bandeira não lança, como Oswald, qualquer manifesto. Não escreve, como Mário, o romance-síntese do povo brasileiro, nem pretende ser, como ele, um investigador e instigador da nossa cultura. Mas, em *Libertinagem*, coloca, na forma da mais pura poesia, as grandes questões que preocupam a geração modernista de 1920.

Assim, “Poética”, um dos poemas mais citados de *Libertinagem*, acaba por se tornar o manifesto modernista que ele não escreveu.

Poética

Estou farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público com livro de
[ponto expediente protocolo e manifestações
[de apreço ao sr. diretor
Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no
[dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo
Abaixo os puristas

Todas as palavras sobretudo os barbarismos
[universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de
[exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis
Estou farto do lirismo namorador
Político
Raquíptico
Sifilítico
De todo lirismo que capitula ao que quer que seja
[fora de si mesmo.
De resto não é lirismo
Será contabilidade tabela de co-senos secretário do
[amante exemplar com cem modelos de cartas
[e as diferentes maneiras de agradar às mulheres, [etc.
quero antes o lirismo dos loucos
o lirismo dos bêbedos
o lirismo difícil e pungente dos bêbedos
o lirismo dos clowns de Shakespeare
– Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.
(JARDIM, 2011, p.40)

A partir do que Jardim nos coloca em seu artigo, podemos ter uma ideia do movimento feito por Bandeira, que se aproxima e se afasta dos modernistas, de uma forma que não permite uma análise rasa sobre o assunto. É preciso cuidado ao abordar este tema, pois não podemos nem reduzir Bandeira ao modernismo, nem recusar a sua relação com o movimento. Jardim se dedica ao estudo da poesia de Bandeira, porém suas proposições nos valem também para uma percepção total de sua obra. Concordamos com a autora quando ela afirma:

Manuel Bandeira encontra uma forma toda sua de mostrar o Brasil, um jeito de pintar o nosso jeito de ser, através das constatações irônicas, dos desvelamentos sutis dos contrastes nas paisagens e nas gentes, da denúncia da fatuidade burguesa, em textos como “Mangue”, “O cacto” e “Pensão familiar”, para mencionar apenas poemas de *Libertinagem*, obra em que ele abraça, de forma mais evidente, como já foi salientado, a estética modernista. (JARDIM, 2011: 42)

Porém, ao final de seu artigo, Jardim coloca Bandeira, ao lado de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, como maior representante do modernismo brasileiro. Acreditamos que admitir a importância do modernismo na obra de Bandeira, não significa termos que assumi-lo como seu maior representante. Na trajetória que percorremos, percebemos que é importante pensar o autor de forma mais livre, como ele próprio se afirmou durante sua vida poética, transitando entre diversas estéticas. O modernismo em Bandeira “não precede nem antecede sua escrita, mas dialoga e acompanha seu processo de formação”. Tomamos de empréstimo esta frase de Nicodemo (2004), quando ele se refere a Sergio Buarque de Holanda

E para nos aprofundarmos na análise do autor, recorreremos à sua autobiografia, o *Itinerário de Pasárgada*. A ida a este texto se faz fundamental para nossa pesquisa, pois nos deixa a trilha do caminho percorrido por Bandeira para pensar seu próprio trabalho.

A leitura da obra do sociólogo francês, Pierre Bourdieu é fundamental para problematizarmos a autobiografia de Bandeira, no sentido de não nos iludir em relação à sua narrativa, sempre lembrando-nos que se trata de um relato construído com o fim de dar sentido à trajetória poética do autor.

O esquema seguido por Bandeira é explicado por Fátima Rocha:

Dividido em vinte e um segmentos, que se desenvolvem cronologicamente, o Itinerário apresenta três grandes ciclos ou etapas - discerníveis pela leitura cuidadosa, atenta às sinalizações do próprio autor. O primeiro ciclo, que compreende os dois segmentos iniciais, abrange a "primeira infância", a meninice e a adolescência; o segundo ciclo, que se estende por sete segmentos, inclui os "anos de formação", que o autor situa entre 1904 (ano em que adoeceu) e 1917 (quando editou o primeiro livro de versos, *A cinza das horas*); o terceiro ciclo, que compreende os doze últimos segmentos, refaz o itinerário do escritor - condição assinalada pela publicação de *A cinza das horas* -, acompanhando sua trajetória livro a livro, até *Opus 10*, lançado em 1952. A cada ciclo ou etapa correspondem determinados lugares - cidades, ruas, bairros - e preciosas lições, fundamentais para o lento processo de assimilação da experiência poética do escritor que se diz menor - autorrepresentação que esconde, sob a aparente despreensão, uma postura ética e uma teoria estética. (ROCHA, 2011)

As figuras da infância de Bandeira são de grande importância para a construção de sua poesia e também da sua percepção do mundo. Declara ele que tais reminiscências "Encerram para mim um conteúdo inesgotável de emoção. A certa altura da vida vim a identificar essa emoção particular com outra - a de natureza artística" (BANDEIRA, 1997, p.295). Além dessas figuras, seu pai também foi de extrema importância para incutir em Bandeira o gosto pela poesia.

Ponto importante para nossa análise, a observação de Bandeira sobre o "realismo da gente do povo" já se faz presente na vida do escritor desde seus anos de estudante no Pedro II. Ainda pequeno ele percebe a diferença da língua aprendida na escola e a falada nas ruas, questão que acompanhará a vida do poeta e será discutida com o amigo Mário de Andrade. O poeta se dizia "partidário da impureza em matéria de língua", e essa ideia se configura como um dos mais fortes indícios da brasilidade em sua obra, relacionando o falar do povo como uma expressão do ser brasileiro.

Sobre Andrade e a geração modernista o poeta afirma:

Foi assim que me vi associado a uma geração que, em verdade, não era a minha, pois excetuados Paulo Prado, Oswald de Andrade e Guilherme de

Almeida, todos aqueles rapazes eram em média uns dez anos mais moços do que eu. A minha colaboração com ela (como, por outros motivos, também a de Ribeiro Couto) sempre se fez com restrições. [...]

[...] Também não quisemos, Ribeiro Couto e eu ir a São Paulo por ocasião da Semana de Arte Moderna. Nunca atacamos publicamente os mestres parnasianos e simbolistas, nunca repudiamos o soneto nem, de um modo geral, os versos metrificados e rimados. Pouco me deve o movimento; o que eu devo a ele é enorme. Não só por intermédio dele vim a tomar conhecimento da arte de vanguarda na Europa (da literatura e também das artes plásticas e da música), como me vi sempre estimulado pela aura de simpatia que me vinha do grupo paulista.

Para completar (e de certo modo contrabalançar) essa influência havia os amigos do Rio, amigos que, a partir de Ribeiro Couto, fui fazendo em cadeia: Jaime Ovalle, Rodrigo M. F. de Andrade, Dante Milano, Osvaldo Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes, neto. Lista a que devo juntar, depois de 1925, o nome de Gilberto Freyre, cuja sensibilidade tão pernambucana muito concorreu para me reconduzir ao amor da província, e a quem devo ter podido escrever naquele mesmo ano a minha “Evocação do Recife”. (BANDEIRA, 1997: 325/326)

É com *Carnaval* - o qual admite a falta de unidade em seus poemas - que ele é acolhido pelos "futuros modernistas". É neste período que Bandeira conhece Ribeiro Couto, amigo tão importante, segundo o próprio Bandeira, e o qual também se fará bastante importante para nossa análise. Diz Bandeira sobre a vivência na Rua do Curvelo, onde foi vizinho de Couto: "A rua do Curvelo ensinou-me muitas coisas. Couto foi avisada testemunha disso e sabe que o elemento de humilde quotidiano que começou desde então a se fazer sentir em minha poesia não resultava de nenhuma intenção modernista" (BANDEIRA, 1997: 322).

Ponto importante para nossa pesquisa é o trecho que segue, quando o poeta nos conta a trajetória de seu livro "mais modernista". Segundo ele,

Libertinagem contém os poemas que escrevi de 1924 a 1930 - os anos de maior força e calor do movimento modernista. Não admira, pois, que seja entre os meus livros o que está mais dentro da técnica e da estética do modernismo. Isso todo mundo pode ver. O que no entanto poucos verão é que muita coisa que ali parece modernismo, não era senão o espírito do grupo alegre de meus companheiros diários naquele tempo: Jaime Ovalle, Dante Milano, Osvaldo Costa, Geraldo Barrozo do Amaral. Se não tivesse convivido com eles, decerto não teria escrito, apesar de todo o modernismo, versos como os de "Mangue",

"Na boca", "Macumba de pai Zusé", "Noturno da rua da Lapa" etc. (BANDEIRA, 1997: 337)

Este trecho suscita reflexões, pois a relação do poeta com o movimento modernista se torna um ponto chave para nossa análise. Entende-se, aqui, que, ao mesmo tempo em que nega fazer parte do movimento, Bandeira é muito influenciado por ele - como aparece em suas memórias. Assim, ao longo de nosso estudo, percebemos que a tensão proporcionada por este movimento de aproximação e afastamento em relação ao modernismo é que dará o ponto do entendimento do poeta do que era o nacional. A dicotomia entre tradição e modernidade apresentada na obra de Bandeira é que dá o tom da sua brasilidade. Não raro encontraremos na prosa e poesia de nosso autor elementos que corroborem esta afirmação, aspecto esse em desenvolvimento na dissertação da presente autora.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Manuel; JARDIM, Mara. **Bandeira de bolso: uma antologia poética**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

BANDEIRA, Manuel; GUIMARÃES, Júlio Castañon. **Crônicas da província do Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2006

_____. Itinerário de Pasárgada. In: **Seleção de prosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

FREYRE, Gilberto. Manuel Bandeira, recifense. In: **Manuel Bandeira** / org. Sônia Brayner. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Manuel Bandeira. In: **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JARDIM, Mara Ferreira. Manuel Bandeira e a poesia modernista. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 37-42, abr./jun. 2011.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 222-238.

MOSER, Gerald. A sensibilidade brasileira de Manuel Bandeira. In: **Revista Iberoamericana**, n. 40, p. 323-336, 1995.

NICODEMO, Thiago Lima. Gosto de Sedição: Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira e a autoria das cartas chilenas. In: **Revista de História**, núm. 151, dezembro, 2004, pp. 29-51, Universidade de São Paulo.

ROCHA, Fátima. *Itinerário de Pasárgada, de Manuel Bandeira: O escritor-leitor em sua oficina poética*. In: **Anais do XII Congresso Internacional da ABRALIC** : Centro, Centros – Ética, Estética. Curitiba, 2011.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

Celso Furtado: um debate, um projeto político e uma concepção de História

*Neilaine Ramos Rocha de Lima**

O paraibano Celso Furtado, nascido em 1920, foi considerado um dos maiores economistas brasileiros do século XX, preocupado com a situação de subdesenvolvimento do nordeste e de todo o país, encontra na história ferramentas para elaborar um projeto de governo que se preocuparia em criar condições para o desenvolvimento econômico através da crença na ação do Estado como motor desse processo. No texto a seguir vamos observar uma breve explanação acerca do pensamento do intelectual Celso Furtado partindo do entendimento de que o debate político, existente principalmente na década de 1950, entre liberais e desenvolvimentistas, fora resultado da existência de diferentes concepções de visões acerca da dinâmica da História, e sendo integrante desse debate Furtado, expressa sua concepção de História que se torna o veio axial de sua proposta política, e não só se verifica uma amostra das ideias de um homem de seu tempo, mas a possibilidade de leitura que esse intelectual fez de seu espaço de experiência na simultaneidade com seu horizonte de expectativa.

Desde a década de 1940, Celso Furtado se apresenta não apenas como um intelectual preocupado com as questões do seu país, mas também como um pensador engajado politicamente na tentativa de por em prática suas teorias.

Uma série de obras do autor expressam seus argumentos que correspondem ao chamado nacional-desenvolvimentismo. Por trás do termo nacional-desenvolvimentismo, há concepções fundamentadas pelos interlocutores do pensamento denominado de desenvolvimentista, que foram teóricos deste e que acreditavam que o subdesenvolvimento do Brasil deveria ser combatido pelo Estado. Um dos economistas que contribuiu, na década de 1950, com estudos sobre o novo modelo econômico, contra o subdesenvolvimento da América foi o argentino Raul Prebisch (1964) que possuía um estreito contato com Celso Furtado que se incumbiu de traduzir o manifesto da CEPAL e ser o porta voz desse discurso no Brasil.

Como reafirma GOMES (1967), Prebisch (1964)¹ atribuía o precário desenvolvimento não só da América Latina, mas do Terceiro Mundo como um todo, às determinações do sistema capitalista, na sua globalidade. Conclui ele que as relações de troca na periferia do mundo estavam declinando em relação ao centro e, nesse sentido, o crescimento era muito lento nas regiões de Terceiro Mundo, bem como na América Latina. Desse modo condenava a estrutura econômica mundial pelo sucesso da Europa e principalmente o dos Estados Unidos, por entender que essas regiões tinham a economia a seu favor, em detrimento dos países dependentes que, por sua vez, eram os fornecedores de matéria-prima. Ou seja, era a ordem mundial econômica global que mantinha essas regiões em um estado contínuo de desenvolvimento dependente, segundo ele.

Os interlocutores da teoria do subdesenvolvimento procuraram demonstrar que as relações de troca mundiais impunham aos países de Terceiro Mundo um desenvolvimento dependente e desequilibrado. Para obter o equilíbrio, a solução era encorajar a indústria local, impondo barreiras tarifárias contra as importações. A substituição das importações foi conseguida principalmente pela intervenção do Estado na economia, que passou a ser também um agente regulador da instabilidade econômica e social. A prática do planejamento foi incorporada pelo poder público e tornou-se um componente paulatinamente mais necessário ao Estado. Esse planejamento estava intimamente ligado a um projeto de planificação, um controle pré-determinado, ferramenta utilizada pelo governo para gerenciar o Estado.

A política desenvolvimentista resultou de pesquisas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que se refletiu no Brasil através de uma grande parte dos intelectuais afirma MANTEGA (1987: 12):

[Os intelectuais] desembocaram na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento. Entretanto, a liderança do movimento ficou nas mãos de um grupo de intelectuais de centro esquerda denominado Grupo de Itatiaia... esse grupo se transformaria no Instituto

¹ O pensamento e trajetória de Raul Prebisch é exposta de forma clara na obra : BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico de desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)... encarregado de discutir os grandes problemas nacionais e de auxiliar na elaboração dos programas de governo. (MANTEGA, 1987:12)

O ISEB reuniu nas décadas de 1950 e de 1960 os participantes da ideologia do desenvolvimento nacional. Suas diretrizes fundamentadas na CEPAL indicavam políticas econômicas de cunho nacional desenvolvimentista. Um dos representantes desse grupo na economia política desenvolvimentista foi Celso Furtado, um dos ministros do governo de Juscelino Kubitschek. Celso Furtado apresentou ativa participação na elaboração de projetos para os fins da modernização. A instituição teve destacada atuação ao longo do governo JK como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promovendo cursos, conferências, seminários e pesquisas.

As concepções do ISEB, no campo da Economia, tinham como influência as ideias neoclássicas; também dos economistas: List (1983) e Keynes (1983). Os princípios básicos do ISEB se baseavam na ideia de desenvolvimento econômico ligado à ideia de progresso tecnológico que por sua vez resulta no acúmulo de capital, com o aumento da produtividade do trabalho e nível de vida. (ROCHA, 2008).

Nas décadas de 1950 e 1960, os debates econômicos passavam por uma fase de intensa agitação. Em um momento de mudanças e de grande euforia pelas ideias desenvolvimentistas, os liberais eram vistos como pessimistas por apontarem os erros da política governamental de seus opositores. Foi nesse momento que Gudin se inseriu como líder intelectual e propagador do ideário liberal. Sua figura, uma das matrizes do pensamento liberal brasileiro na participação nesse debate, mostrou como, por maior que fosse o destaque do nacional-desenvolvimentismo no cenário brasileiro, não havia uma unanimidade quanto à política econômica que deveria ser adotada. Eugênio Gudin Filho nasceu no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1886; sua trajetória como economista teve início com experiência prática na iniciativa privada: trabalhou como engenheiro civil desde 1905 e se envolveu com a economia desde a década de 1920, quando já publicava seus primeiros artigos sobre temas econômicos. Por quase trinta anos foi diretor geral da Great Western of Brazil Railway, uma companhia

inglesa que construía ferrovias no Brasil. Anos mais tarde, Gudín participou da fundação do Núcleo de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), na qual foi professor. Outras instituições de ensino e de pesquisa também contaram com sua participação. Gudín também se expressou na mídia por meio das revistas **Conjuntura Econômica** e **Digesto Econômico**, que tiveram a contribuição direta de Gudín para suas concepções editoriais. Gudín se valeu dos periódicos para contrapor-se diretamente ao pensamento de Furtado e ao desenvolvimentismo em geral. Porém, o que se torna essencial para nossa pesquisa é observar que esse debate não trata meramente de assuntos que abarcam a economia, mas cristalizam em suas raízes concepções da ação do homem na história, concepções essas divergentes. Fica marcado o debate ideológico entre desenvolvimentistas e liberais na análise de uma série de dez artigos de Gudín intitulados: “Economia Política e literária”, nos quais critica diretamente Furtado. Gudín se opõe a Furtado alegando que tais teorias de Furtado não tinham fundamentos na teoria analítica econômica e estavam mais próximas da literatura (ABRAHÃO, 1995).

Na perspectiva de Furtado (1997), como fica evidente em sua autobiografia, o debate não era somente entre um indivíduo contra outro indivíduo, ou um intelectual em oposição a outro, mas o embate era das ideias, os grupos se organizavam, e Furtado representava a CEPAL, na citação a seguir, mostra a luta, o debate, que a Cepal, e seus intelectuais portadores dessas ideias travavam, na busca por espaço, no entendimento dos problemas da América Latina. “[...] Essa luta se travava, inicialmente, no plano das ideias...” (FURTADO, 1997: 233).

Em 1951 Celso Furtado traduz o texto de Raul Prebisch, escrito em 1949, texto esse que fica mais tarde conhecido como manifesto da Cepal, pois reúne as principais teses do grupo. Furtado publica esse texto na revista da qual fazia parte, *Revista Brasileira de Economia*, da qual Gudín supervisionava os textos a serem publicados. A reação de Gudín ao ler a tradução é de reprovação a ideia de Prebisch o acusando de “pregar autarquia econômica”, porém isso não impede Furtado de publicar, Furtado expõe o discernimento de Gudín para o debate que estava inserido. (FURTADO, 1997)

“[...]Era suficientemente perspicaz para dar-se conta de que não se combatem ideias dificultando sua circulação. A luta se daria no próprio terreno das ideias, podendo para isso mobilizar as baterias pesadas das sumidades internacionais.”(FURTADO, 1997: 249).

O debate ocorre até mesmo nos bastidores das revistas, mas a disposição de Gudin em concordar com a publicação, de um texto que lhe era contraditório a seu ideário, era característica das revistas que ele comandava a pluralidade de ideias, liberdade de pensamento, isso facilitava a existência do próprio debate em um espaço amistoso.

Naqueles anos 1950, convém notar, Gudin e Furtado nutriam admiração, uma hiperbólica carta de Furtado, datada de 21 de outubro de 1956. Nela, Furtado respondendo a uma carta de Gudin, enviada dois meses antes, escreve que considerou ‘uma honra e um prazer a oportunidade [...] de participar da homenagem à sua (Gudin) obra de homem de ciência e de cidadão’. Mais adiante, mesmo reconhecendo as divergências entre ambos, Furtado afirma: ‘O que sempre mais admirei em sua obra é o seu permanente entusiasmo pela pesquisa, pelos trabalhos que não são fonte de prestígio fácil mas que constituem a base do que em economia é verdadeira obra científica. Creio que passarão ainda muitos anos antes que o no Brasil o economista assuma a postura de homem de ciência, mas estou convencido de que esforço nesse sentido será sempre reconhecido (SCALERCIO, 2012: 167).

Em 1951 Celso Furtado traduz o texto de Raul Prebisch, escrito em 1949, texto esse que fica mais tarde conhecido como manifesto da Cepal, pois reúne as principais teses do grupo. Furtado publica esse texto na revista da qual fazia parte, *Revista Brasileira de Economia*, da qual Gudin supervisionava os textos a serem publicados. A reação de Gudin ao ler a tradução é de reprovação a ideia de Prebisch o acusando de “pregar autarquia econômica”, porém isso não impede Furtado de publicar, Furtado expõe o discernimento de Gudin para o debate que estava inserido. (FURTADO, 1997)

“[...] Era suficientemente perspicaz para dar-se conta de que não se combatem ideias dificultando sua circulação. A luta se daria no próprio terreno das ideias, podendo para isso mobilizar as baterias pesadas das sumidades internacionais.” (FURTADO, 1997: 249).

Com a publicação do texto de Prebisch as ideias cepalinas se cristalizavam e o debate também, e o campo de batalha não seria na retenção dessa possibilidade, dessas ideias, mas na oportunidade da existência do próprio debate, da discussão, da existência das palavras.

Em 1949 o texto de Prebisch é publicado causando um grande alvoroço no meio acadêmico, o próprio Gudin buscara comentários de professores americanos como Jacob Viner e Haberler acerca as teses de Prebisch, assim segundo Furtado (1997), Gudin fora um dos iniciadores de uma ofensiva intelectual às ideias da Cepal, a partir de 1950.

[...] Assim, a partir de 1950, abriu-se por iniciativa deste uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL. Ou, caso se prefira o ângulo oposto, um esforço para restabelecer a verdade em pontos essenciais de doutrina, particularmente no que respeita a teoria do comércio internacional. Dentre os muitos professores ilustres convidados para participar dessa cruzada de purificação ideológica, ninguém era mais eminente do que o professor Viner, da Universidade de Princeton. Coube-lhe fazer uma série de seis conferências, entre junho e agosto de 1950, na Fundação Getúlio Vargas, que enfeixavam uma bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo. Uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das inquisições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados. (FURTADO, 1997:249).

O que aglutina esses intelectuais seria uma “cultura em comum”, como destaca Sirineli (In: REMOND, 1996) uma aproximação ideológica, o que elabora um tipo de rede de sociabilidade, nesse momento ocorre uma interação peculiar ao microcosmo desse grupo de intelectuais, delimitando e formatando suas formas de ação. Tanto entre os liberais, quanto entre os desenvolvimentistas cepalinos, visto essa vertente ter seus sub-grupos, há suas especificidades de ação, como produzir suas ideias, como expor, quais estratégias utilizar, etc.), assim, os intelectuais são interpretes da realidade, de seu meio, de seu tempo, criando diagnósticos e prognósticos, sendo atores da esfera política, produzindo conhecimento e elaborando diagnósticos e prognósticos de seu contexto e o debate é fruto desse movimento.

O debate ainda se configura como uma possibilidade do que na historiografia se convencionou chamar-se de “espaço de sociabilidade”, uma possibilidade de exposição das ideias, de intercambio de ideários e de formatação de novas teorias, na tentativa da superação

dos argumentos antagônicos. Segundo Simmel (1983), o fenômeno de estar “contra um outro” pode se configurar uma espécie de sociabilidade, fecunda de tal maneira que os homens atribua-lhe determinado valor.

De fato tanto Furtado, quanto Gudin atribuía-lhe o um valor positivo ao debate das ideias, o valor da necessidade da discussão dos problemas políticos e econômicos existentes no presente do Brasil. Porém o debate expressa a busca por teorias que expliquem as causas do “atraso” brasileiro, que estariam no Passado, em um espaço de expectativa e uma solução para esse “atraso”, uma teoria que elaborasse a fórmula para o esperado “desenvolvimento”, em um horizonte de expectativa, um prognóstico do futuro que necessitava ser construído em uma nação estagnada no tempo. Nesse cenário propício se cristaliza uma concepção de história, de dinâmica do tempo histórico, na observação de Celso Furtado.

A ideia do “atraso”, tão à tona em ambos os lados do debate, já nos traz a noção de um tempo perdido, como se em uma corrida no tempo e espaço, o Brasil estivesse perdendo, como se historicamente tivéssemos estagnados, o sentimento de falta de estrutura material e tecnológica estaria intimamente ligado a esse conceito, essa ideia é expressa na fala de Furtado.

Tudo isso que eu estava descobrindo me chocava, mas não parecia surpreender de forma especial meus colegas. Só então me dei conta de quão pobre era a imagem de meu país no exterior. Controlava-me para não deixar transparecer meu sentimento de humilhação, que era também de revolta. Era como se me descobrisse vítima de uma tramoia, e eu remoía surdamente a pergunta: que razões haverá para esse atraso? Essa pergunta instalou-se dentro de mim como uma obsessão e por muitos anos pesaria em minhas reflexões. Valera a pena sair da cidade sitiada e vir observá-la da planície. (FURTADO, 1997:149)

Entender o atraso econômico, que gerava graves problemas sociais no Brasil, era o ponto de partida para se elaborar um projeto de superação dessa condição, que era uma realidade da América Latina. Para Furtado só seria possível entender esse problema, e resolvê-lo buscando uma ferramenta metodológica fora do *metier* da economia, somente a história, o estudo do passado, poderia revelar as razões dos problemas de seu presente, que seriam estruturais.

No ano de 1954 Furtado escreve **A economia Brasileira**, obra em que o autor relata ser resultado de reflexão do debate dos anos anteriores. Durante anos o economista estudou os dados estatísticos e observa que esses eram insuficientes para compreensão da dinâmica da economia brasileira, por isso era necessário a verificação desses dados paralelamente ao contexto histórico, para isso fora preciso um método, que os economistas chamavam de “construção de modelos”, que poderíamos de antemão visualizar em seu constructo metodológico, que deu vida ao seu conceito de História, que formatou seu modo de escrita da História, onde começará a se estabelecer as bases da construção do seu conceito de História, a economia e seus modelos metodológicos forneceram as bases para Furtado pensar os seus primeiros métodos de visualização da História, uma história temporalmente linear, subdividida por períodos econômicos distintos, assim nesse trabalhou alegou ser a concentração de renda existente ao longo da história do Brasil, o fenômeno este intimamente ligado a questões do poder, de dominação, fatores que desencadeariam elementos que impediriam um contexto de desenvolvimento técnico no país.

Para Furtado o subdesenvolvimento é a prova de que a História não pode ser universal, uma teoria absoluta que explique todos os contextos e tempos. O subdesenvolvimento é a expressão de que a espontaneidade não resulta na riqueza, mas na América Latina resultou um processo de pobreza, dependência e caos. (FURTADO, 1985).

Na obra clássica de Furtado “Formação Econômica Brasileira”, o autor busca a compreensão do processo histórico econômico do Brasil e da América Latina. Nessa obra o autor faz uma análise histórica do período que se da desde a colonização portuguesa ao período de industrialização. Esse trabalho se tornou uma das obras que influenciara muitos estudos e fora reconhecido pela própria literatura como uma obra clássica de suma importância para a História do Brasil. (OLIVEIRA, 1983).

Segundo Furtado a economia se torna uma ferramenta essencial para o entendimento da História. “...com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade... Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico.” (FURTADO, 1985: 33, 36).

Furtado acreditava ser possível à elaboração de um método de entendimento da História que correspondesse as suas expectativas acerca da compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Sua teoria não se fundamentava na espontaneidade de um processo de livre mercado, como acreditavam os liberais, nem tampouco na espontaneidade do processo de aumento da exploração com o desenvolvimento do capitalismo, como postulavam os marxistas.

Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei a repensar a História do Brasil, ao mesmo tempo que ia reformulando minha visão do processo de desenvolvimento. (FURTADO, 1985:168).

Nesse trecho acima, fica claro a influência da concepção de História que Celso Furtado teorizava, para o processo de formulação de esquemas que buscavam compreender a estrutura do desenvolvimento econômico ou mesmo do subdesenvolvimento, que era a realidade que o mesmo observava no Brasil. O debate acerca do caminho certo para se chegar ao progresso econômico, ao esperado desenvolvimento, está fundamentado na concepção de História, de ação humana que Furtado tinha. Fora a partir dessas constatações que o mesmo tivera possibilidade de elaborar propostas, planos e metas para a superação do subdesenvolvimento.

Desde a obra “Formação Econômica do Brasil”, uma das obras mais relevantes do autor, Furtado alega que sua intenção fora “[...] aproximar a História da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História [...]” (FURTADO, 1985: 205).

A noção de “horizonte de expectativa”, de Koselleck (2006), nos ajuda a visualizar como cada intelectual em seu presente pensa seu futuro, e como isso pode ser verificado como uma tentativa de prognóstico, com base na observação do próprio “espaço de experiência”, passado.

Furtado é parte de uma geração de intelectuais, que acreditava que a História poderia ser fonte de entendimento dos problemas de seu presente, mas não somente isso, que o estudo

do passado poderia lhe dar indícios para a resolução das causas do atraso, um projeto para o desenvolvimento, que para Furtado seria um projeto político. Assim o teor de seu discurso, nos debates será político, pois o debate não é sobre o passado, e simplesmente sobre o presente, mas principalmente sobre o futuro, um projeto para a aceleração do tempo no Brasil.

Considerações finais

O debate entre os intelectuais Furtado e Gudín demonstrou que uma mesma geração possui um mesmo sintoma quanto ao seu passado, presente e futuro. A maneira que ambos observam a História como ferramenta de possibilidade de entender seu presente e pensar seu futuro pode ser igual, porém cada intelectual elabora seu conceito de agente da História, de dinâmica da História, para Furtado seria o Estado racional, para Gudín o indivíduo parcialmente inconsciente, porém ambos buscam entender o que move a história, e a base de todo o debate, que norteia temas periféricos como inflação, taxa de câmbio, industrialização, etc, seriam as diferentes concepções da dinâmica da História, na busca da superação do “atraso”, na tentativa de aceleração do tempo, alcançar o sonhado desenvolvimento.

Segundo Hannah Arendt (1989), grande parte das ideologias ou conjunto de ideias e concepções que buscam nortear ou explicar a realidade, tem em sua essência a busca por uma solução histórica, o que a autora chama de “a chave da História”. O que move os fatos, o que impulsiona a ação do homem, qual o papel do Estado, das classes ou do interesse individual. A base para a explicação e justificativa de determinadas ações políticas estariam respaldadas nessas teorias que expressão no seu cerne “a chave da História”.

Essa reflexão pode ser encontrada no discurso de Furtado que possui a economia como ponto de partida para a busca desse sentido da História. Muitos intelectuais buscaram na cultura, na religião ou outros elementos, o entendimento da História, mas Celso Furtado parte da teoria econômica para resolver suas questões de entendimento da política e, portanto da História. O exemplo de Celso Furtado nos serve para entendermos o quanto a História ao longo dos séculos tem sido utilizada como ferramenta de explicação e inspiração para problemas no presente.

Cabe ressaltar que nesse caso, o conceito de tempo histórico estaria associado ao sentido de dinâmica histórica, de ruptura do atraso, estariam ligados a noção da quebra de padrões de problemas estruturais historicamente construídos, tradicionalmente não só no Brasil, mas na América Latina. O presente de Celso Furtado, seu contexto histórico, formatou uma tradição intelectual de pensamento, e a CEPAL é um exemplo dessa tradição, de observação do passado da América Latina, visualizando seus problemas estruturais, e visualizando as consequências do tempo a partir dos efeitos materiais causados pelo mesmo na sociedade.

A questão levantada nos escritos de Furtado nos remete a um conceito de processo histórico, diferenciado daquele proposto por outras linhas como o próprio liberalismo de Eugênio Gudín. Essa elaboração conceitual nos remete as teses de Reinhart Koselleck (2006), que observa que toda formação conceitual esta intimamente ligada com sua temporalidade, seu contexto histórico que nortearia a formatação das definições que fundamentava os ideários, os projetos políticos, planos de desenvolvimento, em geral o pensamento intelectual. Para Koselleck (2006) o uso público e político das palavras se inserem no contexto temporal de elaboração dos conceitos norteadores desses discursos.

Furtado dentre outros representam uma historiografia feita para resolução de um problema do presente, era necessário à elaboração de uma definição de processo histórico, pois a partir desses conceitos os planos políticos, as metas governamentais poderiam ser traçadas, tendo em vista a superação da História pela força motriz do Estado, a ideia de “50 anos em 5”, postulada pelo governo de Juscelino Kubitschek, o qual Furtado fez parte, nos remete a essa realidade histórica, em que o Estado se munia de instrumentos para acentuar sua intervenção econômica, e um desses instrumentos fora a justificativa teórica fornecida por intelectuais como Furtado, que acreditavam ser necessária a ação governamental para a superação do subdesenvolvimento.

Sendo assim, a partir da análise do pensamento de Celso Furtado, podemos concluir que a historiografia nos deixa a oportunidade de revisitarmos a elaboração conceitual do processo histórico na visão do desenvolvimentismo, que se cristaliza e fortalece em um constante debate com o ideário do liberalismo, elaborando assim uma reflexão sobre a

formatação da possibilidade de diferentes conceitos de História no Brasil e da sua importância para a elaboração de discursos e planos políticos no contexto das décadas de 1940 a 1960, capturando o discurso histórico dos textos, para participar da construção de uma possível realidade política, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico brasileiro, o que para esses intelectuais, desencadearia o processo de aceleração temporal do ritmo da história.

“A fase de transição entre passado e futuro continua a sua escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito” (KOSELLECK, 2006: 297).

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, C.M.S; DANTAS, J. A. M.; REIS, G. A . Gudim, **Bulhões, Furtado**: matrizes do pensamento econômico brasileiro. Maringá: Eduem, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. **Celso Furtado**: reforma política e ideologia (1950-1964). São Paulo: Educ, 2007.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. **Celso Furtado** - História e Estado na teoria do subdesenvolvimento. In EAESP/FGV/NPP- Núcleo de pesquisas e publicações. Relatório de pesquisa, n.47, São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. **Economia brasileira**: contribuição à análise de seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: A Noite, 1956.

_____. Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

_____. Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

_____. Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

_____. Celso. **Formação Econômica da América Latina**, Rio de Janeiro, Lia Editor, 1969.

_____. Celso. **Mito do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. Celso. **A Fantasia Organizada**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. Celso. **Democracia Viva**, Ano I n.1 Novembro 1997.

GUDIN, Eugênio. **Análise de problemas brasileiros**: coletânea de artigos- 1958-1964. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1965.

MANTEGA, G. A . A economia política brasileira. 4. ed. São Paulo: Polis/ Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: SILVA, Fernando da, (org), et al. **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

ROCHA, N. R. A **Economia Política Clássica no Brasil**: o pensamento inovador de Eugênio Gudin. 152p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2008.

SCALERCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudin**: Inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro. Rio de Janeiro: Ed. Insight, 2012.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

As diversas faces das Chanchadas na história: de outsider a representante do passado cinematográfico idealizado

Oscar José de Paula Neto *

Introdução

Na história do cinema brasileiro, as chanchadas traçaram um caminho um tanto conturbado. A crítica cinematográfica que estava a se consolidar durante a década de 1950, acabou por rechaça-la em detrimento da tentativa da criação de um cinema notadamente digno, conforme os seus critérios daquele momento. A partir da década de 1970, as chanchadas passaram a ganhar maior espaço no debate travado pelos especialistas, com direito a defensores não apenas de seus aspectos de produção, mas também de seus próprios temas. Durante esse processo a chanchada se transformou desde “a marca mais cruel do subdesenvolvimento” (GOMES, 1986: 80) até a “detentora da mais profunda realidade social, cultural e industrial do Brasil” (DIAS, 1996: 10). De outsider a representante de um passado cinematográfico idealizado, foram algumas das faces com que estes filmes se mostraram em sua trajetória. Buscar as diversas apropriações de tal gênero em diferentes momentos nos aponta as diversas transformações na crítica e sociedade brasileiras, a luz de seu gosto estético marcada pelo contexto sociopolítico.

Norbert Elias ao analisar a obra de Antoine Watteau, demonstra que o quadro *Embarque para Cítera*, foi repensado conforme as transformações políticas pós-Revolução Francesa e desse modo seu sentido foi alterado por parte dos críticos que antes o desprezavam como resquício de uma época ultrapassada e frívola, dotando-o de características que o retiraram do ostracismo e o transformaram no símbolo de um passado idealizado. De maneira semelhante, este é o percurso das chanchadas na historiografia brasileira do cinema. Partindo desta perspectiva, o “retorno” das chanchadas ao centro das discussões marcadas pelos setores intelectuais a partir dos anos 1970 demonstra como as transformações na questão do gosto da

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, área de concentração Política e Cultura. Bolsista Capes. E-mail: oscarjpneto@gmail.com.

arte e da própria arte estão vinculadas as relações de poder, assim como a recepção e a apropriação destas se modificam a partir disso. A sociedade pós-1964 certamente via no humor das chanchadas uma atmosfera que já não era mais possível atingir naquele momento: os filmes que antes eram desprezados pela crítica, pouco a pouco passaram a representar o saudoso espírito de uma época feliz e ingênua.

Cabe salientar ainda a própria consolidação do campo da crítica cinematográfica brasileira, bastante incipiente até aquele momento. Na década de 1950, podemos apontar diversos mecanismos que tentavam fomentar uma cultura cinematográfica que tentava fundar um cinema mais vinculado ao gosto da crítica e da cinefilia vigente – por isso a chanchada era tida como um “inimigo” a ser superado para a fundação de um cinema atrelado aos anseios cinéfilos. A criação de revistas especializadas de cunho ensaísta e de maior espaço para o cinema nos jornais de grande circulação por meio da criação dos suplementos culturais foi de fundamental importância para debates e reflexões acerca da situação do cinema brasileiro até aquele momento e do cinema que deveria ser realizado. Tais novos espaços abertos propiciaram uma sociabilidade do olhar e um espírito crítico que permitiu uma gradual reflexão que pouco a pouco transformou a realidade do cinema no Brasil. Isso deu ensejo para reavaliações da prática cinematográfica brasileira a partir da reflexão acerca do espaço de experiências a fim de se alcançar o horizonte de expectativas.

Assim, partindo dessa reavaliação das experiências, foram possíveis novas pesquisas que prezavam pelo “resgate” das chanchadas e deram início ao processo de revalorização do gênero. Após os primeiros passos tomados na década de 1970, as chanchadas foram alvos de muitas homenagens ao longo das décadas posteriores nos mais diversos meios: TV, jornalismo, enredo de escola de samba, retrospectivas de filmes, teatro, cinema, etc. São exemplos disso a novela *Feijão Maravilha* (1979), em que diversos atores que trabalharam nos estúdios da Atlântida foram convidados a contracenar; artigos que contavam com contribuições de renomados escritores na *Revista Filme Cultura* e outros; recentes peças de teatro e filmes que tiveram o universo das chanchadas ou atores específicos como homenageados; as mostras em

centros culturais e exibições de cópias restauradas em vários festivais em todo o país¹. Os profissionais envolvidos ganharam status e reconhecimento que no momento em que atuavam nos filmes de comédia não possuíam. As chanchadas se tornaram objeto de culto, seus atores se tornaram ídolos, algumas cenas se tornaram clássicas na cinematografia brasileira. A mudança na apreciação das chanchadas aparece como um indicativo de que o gosto não é um a priori e que pode se transformar no momento da instituição de outros cânones regidos pelas transformações na sociedade (BOURDIEU, 2011: 272).

A relação entre críticos e chanchadas sob a invenção de um olhar cinematográfico

A relação dos críticos com as chanchadas piorou ainda mais a partir de 1949, com a inauguração da Vera Cruz, tida pelo campo da crítica como a esperança possível da constituição de um “cinema de qualidade” no Brasil. O campo cinematográfico esperava do estúdio, fruto do investimento da classe intelectualizada paulista, uma melhor resposta para seus anseios cinéfilos a fim de atingir suas expectativas. O cinema em São Paulo foi visto por seus fomentadores como manifestação cultural e artística, ganhando o status de arte que o colocava em posição equivalente as artes plásticas, o teatro e a literatura (CATANI, 1987: 10). No entanto, a Vera Cruz e nem os outros estúdios paulistas se consolidaram e suas experiências fracassaram ainda na década de 1950. A esperança no fomento de um cinema brasileiro de qualidade exigida pelo campo cinematográfico parecia extirpado enquanto os filmes produzidos pelo estúdio carioca atingiam o seu ponto mais alto.

Os críticos não compreenderam em sua maioria, o papel desempenhado pelas chanchadas, e as consideravam como culpadas do entrave da consolidação do cinema brasileiro, classificando-as como “sem valor”, “vulgar”, “desleixada” e submissa ao “apelo popular”. Todos esses atributos acabaram por marcar e deformar muito do significado das chanchadas para a história do cinema brasileiro, que ao mesmo tempo a inclui em seu panteão dado sua forte ligação com o público, mas a exclui devido a não correspondência com os anseios da

¹ Só nos primeiros anos do século XXI, as chanchadas foram temas de duas retrospectivas: “Diretores brasileiros: Calos Manga” realizada em 2005 no CCBB-SP e “Noites de Chanchada” na Caixa Cultural em 2012. Além disso, o universo das chanchadas foi homenageado no espetáculo teatral “Zé Trindade: a Última Chanchada” (2013) de Arthur Xéxeo e no filme “Billi Pig” (2012) de José Eduardo Belmonte.

crítica da época e nem de décadas posteriores. Tais indicativos aparecem como demarcadores da representação das chanchadas na prática dos pesquisadores e estudiosos do cinema brasileiro e até mesmo entre os seus defensores. Jean-Claude Bernardet e João Luiz Vieira influenciados pelos postulados de Paulo Emilio Salles Gomes, com juízos de valores calcados na teoria do subdesenvolvimento, indicavam que as chanchadas eram conscientes de sua própria inferioridade, e dessa maneira a paródia e a sátira contida nos filmes eram sintomas dessa consciência. As chanchadas, desse modo, foram estigmatizadas a partir da “vulgaridade” apontada pela maioria dos críticos.

A partir do advento do Cinema Novo, os estigmas sobre as chanchadas foram potencializados devido ao movimento corresponder às expectativas do campo cinematográfico e o desvio do tom “popularesco” presentes na produção brasileira parecer possível. Glauber Rocha pontuou que tais filmes foram um entrave para o processo de afirmação do cinema independente fora da órbita do imperialismo americano e travou uma verdadeira batalha por sua superação. As chanchadas foram apontadas por ele como “pornografia a baixo preço”. O crítico e cineasta inclusive chegou a defender a censura por parte do Ministério da Educação e Cultura aos filmes, pois este não deveria conceder “o atestado de ‘boa qualidade’ às chanchadas imorais produzidas em nossos estúdios” (ROCHA, 2003: 141-142). Devido ao poder adquirido por parte do advento e sucesso do Cinema Novo junto às camadas intelectualizadas da sociedade brasileira, as opiniões do crítico ganharam forte ensejo na delimitação de tais filmes no senso comum do campo cinematográfico brasileiro durante muitos anos. Nesse percurso, as chanchadas eram tidas como um problema que deveria ser superado pelo advento do Cinema Novo, por parte dos “jovens desconhecidos que iriam provocar uma reviravolta no cinema brasileiro, sintonizando-o com o tempo nacional” (GOMES, 1986: 34).

É necessário frisar que os estudos que hoje compõem a historiografia do cinema brasileiro, e conseqüentemente a visão desta sobre as chanchadas, partiram regularmente da ação de estudiosos de cinema sem formação historiográfica, o que tendeu a apontamentos sem embasamentos histórico-metodológicos claros. As fontes – que basicamente se resumem as críticas de cinema publicados nos periódicos, além dos próprios filmes – são tomados como algo natural e estático, sem reflexões contextuais ou discursivas. Os pesquisadores não levaram

em conta que tais críticas teriam espaço para leituras múltiplas, que apontavam a não apreensão de tais textos como entidades, e tenderam a não relacioná-las com as redes contraditórias das utilizações que as constituíram historicamente (CHARTIER, 2002: 54). Jean-Claude Bernardet afirma que na história do cinema brasileiro “historiador e crítico não se distinguem” (BERNARDET, 1985: 140), o que acaba por influenciar a recepção dos gêneros cinematográficos conforme os ditames impostos pelos cânones criados a partir do próprio campo cinematográfico. Cânon este afinado com o que os críticos e especialistas consideravam mais indicado como garantidor de seu próprio status. Os críticos partindo de sua própria visão de mundo e interesses tentavam construir o cinema que viria a ser realizado com base no que eles que se distinguiam do restante do público médio: o suposto conhecimento e controle das regras que regiam o “verdadeiro” cinema através do seu lugar de fala, institucionalizado por meio do monopólio do olhar “depurado” sobre o cinema.

Cabe destacar que o campo cinematográfico, que tinha como porta-vozes as opiniões dos críticos, refletia sobre a situação do cinema brasileiro a partir de seus preceitos e preconceitos, entronizados no próprio ato de fazer crítica. Assim, na negação da experiência cinematográfica tida até aquele momento, os críticos desvinculavam a história do cinema brasileiro da história do cinema mundial por este não se encontrar afinado com o gosto do campo a qual detinham. Seus apontamentos partiam da comparação com realidades muito diferentes da situação brasileira, e tentavam efetuar pelo menos nas ideias, exemplos baseados no cinema estrangeiro, sem levar em conta as especificidades e contexto da realidade de cada país. Ao direcionar nossa atenção para os escritos dos críticos, colocamos em pauta a construção do próprio campo da crítica cinematográfica no Brasil e o modo como o discurso sobre filmes e gêneros foram difundidos e apropriados na história.

Com efeito, o ato da crítica é fundamental para analisar o cinema em seu contexto, assim como ter em mente que a própria crítica também está inserida num contexto determinado pelos vários aspectos que formam a sociedade. Elias aponta que toda obra de arte com funções artísticas, pode ter ao mesmo tempo, sejam em ato ou potência, funções ideológicas, que acaba por lançar luz não restritamente a ela, mas a própria sociedade seja em aspectos culturais ou políticos (ELIAS, 2005: 36). Através de sua análise é possível atingir o *habitus* de uma dada

temporalidade histórica na tentativa de captar as tomadas de posições estética e ideológica orquestradas pelo campo intelectual. O *habitus* gere e unifica o conjunto de práticas características dos agentes ligados a determinado campo, o que determina que tais práticas articuladas pelos intelectuais estivessem vinculadas a questões maiores que perpassavam a construção e modificação do gosto estético, a apropriação e circulação de discursos que demarcaram alguns aspectos da cultura brasileira, não apenas referente ao cinema.

Geralmente quando se fala em cinema, o uso do filme como fonte é a principal maneira de dar corpo a uma pesquisa que se preocupa com esse elemento da realidade, e o torna principal elemento do campo cinematográfico. Obviamente que para a existência de tal campo, é necessário que o objeto filme exista, mas este necessita de toda uma constelação que garante sua feitura, sua circulação, sua apropriação e recepção. É a partir disso que a figura do crítico de cinema se mostra crucial para a existência do filme em sua totalidade. Diante disso, o filme depende de uma série de produtos e produtores, ações e espaços que existem em função e através dele, tais como os livros, as revistas, as cinematecas, os cineclubes, o público, a crítica. Esta última determina o sucesso, o fracasso, a importância e o espaço a qual o filme vai ocupar na história – já que seu discurso é tomado como demarcador dela. Os críticos são responsáveis pela invenção do olhar e criação de práticas que delimitam as maneiras de ver, compreender e apreender um filme, movimento ou cineasta. Antoine de Baecque aponta que a educação do olhar contribuiu para a emergência do cinema francês moderno (BAECQUE, 2011: 31). Apropriando-nos de suas conclusões perante o início da Nouvelle Vague francesa, podemos pensar que a tentativa da criação do olhar cinematográfico pelos críticos brasileiros perante nossa realidade cinematográfica consistia em anular toda a produção que já existia, para construir algo que ainda estava por vir – embora não soubessem como esse seria propriamente, apenas queriam que este fosse diferente do que tinham conhecimento. Quando o cinema que estava por vir se tornou realidade por meio de mecanismos econômicos e estruturais que permitiram a realização deste, o público que o iria consumir já estava formado, ao menos pelas palavras e ideias (LUCAS, 2008: 21).

Os críticos brasileiros encontraram espaço profícuo de atuação e fomentaram a sociabilidade do olhar através dos novos meios surgidos durante a década de 1950, por conta

do maior destaque nos jornais e revistas de grande circulação, e o surgimento de vários periódicos especializados em assuntos cinematográficos. Ocorreu nesse momento a expansão no mercado editorial brasileiro, permitindo a abertura de espaço para o aumento de publicações voltadas para os diversos assuntos dedicados ao consumo em larga escala, dentre eles o cinema (RODRIGUES, 1992: 36). Estes tipos de periódicos já existiam, como por exemplo, *A Scena Muda*, *O Fan* e *Cinearte*, porém não possuíam o caráter teórico e ensaístico afinados com a preocupação da criação de uma cultura cinematográfica e cinéfila no Brasil. A partir disso, houve maior espaço para o debate acerca de movimentos e escolas cinematográficas que estavam a definir os rumos do cinema mundial, além da maior atenção dada às cinematografias europeias e asiáticas. Todos esses elementos traziam uma maior expectativa para o refinamento da prática cinematográfica brasileira, ou seja, para a reformulação do gosto estético com base no cinema mais artístico em contraste ao cinema-entretenimento.

Cabe ressaltar que um número considerável de críticos e outros especialistas que foram responsáveis pelo fortalecimento do campo cinematográfico brasileiro partiram do incipiente grupo de cinéfilos que partilhavam da experiência cinéfila por meio dos cineclubes espalhados ao longo do país e nas Cinematecas do Rio de Janeiro e São Paulo, quando estas foram fundadas. As mostras, retrospectivas, exposições e debates serviam como espaço de sociabilidade e difusão de uma cultura que teve forte papel na produção e circulação de uma literatura sobre cinema no Brasil, além de contribuir para o desenvolvimento de novas formulações estéticas. A cinefilia apareceu sobretudo como uma reação a um ambiente considerado estanque, em que grande arte e “bom gosto” eram invocados em contraposição as manifestações consideradas vulgares da indústria cultural (BAECQUE, 2011: 29). Muitos dos realizadores que foram responsáveis pela criação de uma das mais profícuas cenas artísticas brasileiras desenvolvidas na década posterior, o Cinema Novo, fizeram parte deste grupo de jovens que trabalhavam nas Cinematecas, frequentavam cineclubes ou eram críticos de jornais, como é o caso de Glauber Rocha, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Gustavo Dahl, Leon Hirszman e outros (LUCAS, 2008: 20).

Ademais, devemos ter em mente que nem todos os críticos eram contrários às chanchadas, e muitos perceberam sua importância na indústria cinematográfica brasileira ainda

no momento em que estas eram produzidas. Alex Vianny, crítico e cineasta, além de realizador da primeira iniciativa de traçar uma história do cinema brasileiro, percebia o caráter popular e os aspectos da cultura brasileira contida nos filmes carnavalescos, embora estes pertencessem a um “gênero sempre apressado e desleixado” (VIANNY, 1959: 79). Mas mesmo partindo de certos estigmas advindos da hierarquização do gosto, tais apontamentos mostravam a abertura para a construção de outras representações possíveis da chanchada.

Diante disso, as chanchadas começaram a ser reabilitadas na história do cinema brasileiro durante, principalmente, as décadas de 1970 e 1980. Houve alguns esforços para o realçamento de aspectos positivos da chanchada por parte dos estudiosos e o seu “redescobrimento” pela historiografia se fez necessário. Tal ação se deu desde o elogio do seu sistema de produção até a compreensão do momento cultural entre as décadas de 1930 e 1950. Era o mote para as chanchadas serem integradas pelo campo especializado, mesmo em parâmetros que acabavam por ainda localiza-las em papel subordinado e relação a outros gêneros cinematográficos, mas que causaram uma reviravolta no modo como foram recebidas a partir deste momento.

Pouco a pouco, a própria produção cinematográfica consonante com o gosto estético hierarquizado passou a incorporar elementos do gênero até então desprezado. *Macunaíma* (1969) de Joaquim Pedro de Andrade foi a primeira tentativa de confraternização do Cinema Novo com as chanchadas, e junto a *Grande Otelo* e *Zezé Macedo*, reintroduziram a picardia típica do gênero. Por seu lado, Carlos Diegues dirigiu *Quando o carnaval chegar* (1972), uma nostálgica e explícita homenagem à chanchada, protagonizada por Chico Buarque, Nara Leão e Maria Bethânia, além da presença de Hugo Carvana. Foi como figurante nas chanchadas que Carvana começou sua carreira no cinema e por isso se empenhara em manter vivo o espírito de tais filmes em *Vai trabalhar, vagabundo* (1973) e *Se segura malandro* (1977). Ainda podemos encontrar elementos das chanchadas também entre os diretores marginais ao Cinema Novo, como em *O bandido da luz vermelha* (1968) de Rogério Sganzerla, e *O rei do baralho* (1974) e *Tabu* (1982) de Julio Bressane. Esses filmes por meio de várias citações se aproveitaram metacriticamente, em diferentes intensidades, dos princípios estéticos presentes nos filmes carnavalescos e os tornavam palatáveis aos críticos (AUGUSTO, 1989: 202). No cinema

marginal, o elemento das chanchadas aparece como uma reação ao próprio Cinema Novo, acusado de se tornar aburguesado, transformado em mercadoria respeitável. João Luiz Vieira analisa tal atitude como afinada a “estética do lixo”, que utilizava a paródia como forma corrosiva de se fazer a crítica social e presente em outras cinematografias latinas (VIEIRA, 2000: 3). Desse modo, a chanchada é revalorizada: torna-se kitsch. Depois de uma época de seriedade no cinema brasileiro, a comédia e o carnavalesco são reapropriados.

Ainda, dentre os integrantes do Cinema, é sintomático as reavaliações dos seus cineastas (e também críticos) em relação às chanchadas. Nelson Pereira dos Santos, que sempre foi mais condescendente com as chanchadas do que os outros integrantes do movimento, por motivo de ter iniciado sua carreira no cinema nos estúdios da Atlântida, admirava tais filmes pela sua capacidade de ter mantido a indústria em funcionamento numa época com pouca perspectiva. O diretor tenta aproximar os dois movimentos como visto numa entrevista concedida na década de 1980, ao afirmar que “os jovens do Cinema Novo estavam do lado dos veteranos da Atlântida e da chanchada, formando um grupo que tinha posições diferentes individualmente, mas idênticas em relação ao cinema brasileiro, como reserva de mercado” (Cine Imaginário n. 16, 1987 *apud* AUGUSTO, 1989: 27). Até mesmo Glauber Rocha reviu seus apontamentos sobre as chanchadas e indicou nestas a recuperação de formas nacional-populares, ainda que as considerasse como “vulgaridade escrota escrachada subdesenvolvida canalha democrática nacionalista anárquica e libertatória” (ROCHA, 1981: 27).

Aqui nos cabe voltar aos apontamentos de Norbert Elias quando se refere ao quadro de Watteau para guiar nossa análise da trajetória da chanchada nesses dois momentos bastante diferentes, mas de certa maneira complementares: a expectativa de seu rechaço durante a década de 1950 até o resgate de sua experiência, acentuado a partir de 1970. O autor aponta que os gostos artísticos mudam no momento em que as pessoas mudam, regidas pelas mudanças na sociedade (ELIAS, 2005: 35), e conseqüentemente se altera o valor atribuído aos objetos culturais. A sociedade brasileira sofreu grandes mudanças entre as décadas entre os anos 1964-1979, e o otimismo marcante dos anos 1950 já apresentava sinais visíveis de desgaste, causados para muitos pelo regime autoritário. Assim, as chanchadas revelavam a possibilidade de apreensão supervalorizada da representação de um passado imaginado.

Dentro dessa atmosfera nostálgica que parecia fomentar as novas representações acerca da chanchada, é que Carlos Manga realiza *Assim era a Atlântida* (1975). O filme conta com depoimentos dos atores que fizeram fama nas chanchadas e estes deixam claro em seus testemunhos uma dose de ressentimento contra os críticos de cinema. Jean-Claude Bernardet aponta que o documentário estava marcado pela existência da preocupação com o reconhecimento oficial, demonstrando um complexo de inferioridade suavizado por meio de um discurso maniqueísta que levasse em conta apenas a ampla aceitação do público como suficiente para garantir sua qualidade (BERNARDET, 2009: 201). Podemos perceber um forte apelo a uma época idealizada, num tom saudosista a um momento de felicidade e ingenuidade. Dois testemunhos no filme se destacam: os de José Lewgoy e Grande Otelo, dois dos mais célebres atores oriundos dos filmes musicais. O primeiro deles afirma que as chanchadas faziam parte de uma época feliz, em que o bem sempre vencia o mal; enquanto o outro coloca as produções da Atlântida como alegres e esfuziantes, símbolos de uma época que não volta mais.

Bernardet também aponta para outro fator que contribuiu para a mudança da apropriação e recepção do gênero a partir daquele momento: o sucesso das pornochanchadas e sua aceitação pelo público brasileiro. Num processo muito similar ao das chanchadas durante a década de 1950, alguns setores da crítica e as alas mais conservadoras da sociedade clamavam pela superação das comédias eróticas por um cinema que nunca é definido em si, mas que se caracteriza por não ser pornochanchada (Idem: 206). Os filmes carnavalescos dos anos 1950 e suas piadas debochadas, mas inocentes, foram tidas como representantes de valores populares mais “autênticos” que as pornochanchadas, e impulsionou aos especialistas se voltarem para elas com simpatia (Idem: 151).

Conclusão

A crescente onda de renovação pelo qual passaram os estudos sobre as chanchadas, atribuindo mais ênfase às maneiras como são apropriadas e recebidas em diversas temporalidades, é possível graças às mudanças ocorridas também no campo historiográfico. As análises socio-históricas e contextualistas ganharam vivacidade, dotando os documentos de extensões que antes não pareciam possíveis. Documentos não são mais considerados apenas pelas informações que fornecem, mas se tornaram objetos mesmos de estudo em sua

organização material e discursiva, o pelo modo como foram produzidos e como são utilizados (CHARTIER, 2002: 13). Essa abertura na reflexão foi fundamental para a historiografia do cinema, que reavaliou a maneira como que ela mesma se relacionava com as críticas, tidas junto com o próprio filme como as únicas fontes possíveis.

Desse modo, é fundamental a necessidade do olhar sobre o filme se basear em toda uma variedade de fontes. Assim, uma produção fílmica passa a ser compreendido através dos filtros com que ele é visto, com os textos que o acolhem, com os gestos cerimoniais que orientam sua visão, com os acontecimentos intelectuais e políticos que gerem sua percepção, com as mudanças sociais que transformam sua significação. Baecque aponta que por muito tempo tais registros históricos foram desprezados não em suas especificidades, mas no diálogo com o próprio filme (BAECQUE, 2011: 38). E deste modo os estudos sobre o cinema perderam muito de sua real significância, pois não levaram em conta o poder e função dos filmes na sociedade, nem as práticas que os orientaram.

No caso das chanchadas, estas tiveram suas análises enriquecidas quando passaram a ser relacionadas com o contexto histórico no qual foram produzidas, assim como as críticas, que passaram a ser analisadas a partir também de sua contextualização. A “vulgaridade” a qual estava vinculada passou a ser elogiada por representar a cultura brasileira. Atualmente, o gosto pelas chanchadas encontra-se estreitamente conectado com o próprio “bom gosto” vigente pelos diversos setores do campo cinematográfico. Assim, devemos acentuar que esta transformação das chanchadas revela o esforço do campo cinematográfico em reformular e modernizar a indústria cinematográfica brasileira na tentativa de superar os problemas que pareciam caracterizar o cinema feito no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. "Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50". In: **Imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

AUGUSTO, Sergio. **Este mundo e um pandeiro: a chanchada de Getulio a JK**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AUTRAN, Arthur. **Alex Viany**: crítico e historiador. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BAECQUE, Antoine de. **Cinefilia**: Invenção de um olhar, história de uma cultura, 1944-1968. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Editora Annablume, 1985, p. 140.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CATANI, Afrânio M. e SOUZA, José I. de Melo. **A chanchada no cinema brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “A aventura industrial e o cinema paulista”. In: RAMOS, Fernão (Org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora Universidades, 2002.

DIAS, Rosângela de Oliveira. **O mundo como chanchada**: cinema e imaginário das classes populares na década de 50. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1993.

ELIAS, Norbert. **A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOMES, Paulo Emilio Salles. **Cinema**: trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEITE, Sidney Ferreira Leite. **Cinema Brasileiro**: das origens à Retomada. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro na década de 1950. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n.º 55, 2008.

ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.

RODRIGUES, Marly. **A década de 1950: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

VIEIRA, João Luiz. "A chanchada e o cinema carioca (1930-1955)". In: RAMOS, Fernão (Org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.

_____. "Chanchada e estética do Lixo". In: **Revista do Mestrado em Comunicação, imagem e informação**. Niterói: 2º. Semestre de 2000. pp. 169-182.

A colônia nas páginas da republicana *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1896-1900)

*Pablo Menezes e Oliveira**

O trabalho que aqui apresento resulta de uma inquietude de muitos anos. Por longo tempo consultei a centenária *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM), periódico publicado pela primeira vez no ano de 1896, tendo por base a criação no ano anterior do *Arquivo Público Mineiro*, na busca por informações sobre a História de Minas Gerais, com especial atenção para o período colonial, contemplado na publicação com muitos artigos e transcrições documentais. Desde as primeiras pesquisas realizadas sempre me causou imensa curiosidade saber quais as escolhas operadas pelos organizadores da Revista acerca dos documentos que deveriam constar nas páginas do periódico. Aqui, pretendo lançar luz sobre os documentos transcritos na publicação, especialmente os que se referem ao período colonial mineiro, tomando como referência o princípio da Revista, quando estava nas mãos do fundador do Arquivo público Mineiro (APM), José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), entre os anos de 1896 e 1900. A intenção é observar quais capítulos da história colonial foram dignos de atenção para Xavier da Veiga, de modo a figurar na publicação.

O apagar do oitocentos foi um tempo de grandes transformações para a história de Minas Gerais e do Brasil. Em fins de 1889 a república foi proclamada no país, colocando um fim à monarquia, com a deposição do Imperador Pedro II, em um processo que resultou em grandes transformações, do ponto de vista político, social e cultural. Além destas mudanças, ocorreu também uma alteração na forma como o passado era lido, passando por grandes transformações nesta época, o que se pode observar com a significação cada vez maior que esta área do conhecimento passa a ter.

No período subsequente à independência do Brasil em 1822 houve uma busca pela construção de um elo que unisse um país fortemente marcado pelo regionalismo político e cultural, herança de uma administração colonial que tratava o território brasileiro como um

* Doutor em História pela UFMG, professor do Instituto Federal de Educação Tecnológica Minas Gerais – Congonhas.

aglomerado de ilhas sem qualquer conexão. Assim, a história deveria ser construída de forma a revelar o singular entre os grupos que compunham a nação. Se havia um país, era necessário criar uma pátria, através do estabelecimento de símbolos, liturgias e História. Para realizar tal tarefa foi instituído o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), instituição através da qual se pretendeu redigir uma História de cunho oficial do Brasil, que deveria ser transformada em parte importante da identidade nacional. O IHGB foi criado em 21 de outubro de 1838 com a proposta de criar um espaço onde pudesse haver a coleta e publicação de documentos históricos, e o incentivo à realização de estudos de natureza histórica (GUIMARÃES, 1988: 8). Para além, promoveu seu ideário não apenas por meio do periódico que editava, mas também através da produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e outros (SCHWARCZ, 1993: 104). Em seu nascedouro o IHGB pretendeu ser o grande guardião da História nacional, mostrando-a como algo importante para a nação, na medida em que deveria ser preocupação efetiva do Estado. Assim, o programa do IHGB para uma história do Brasil pretendia anular as histórias particulares, prevalecendo a história geral, replicando na memória o centralismo político. De modo que uma nova compreensão da história geral, como processo contínuo e totalizante anulava e tornava indesejável a relativa autonomia das histórias particulares.

Com a proclamação da república, as antigas províncias do Império foram alçadas a categoria de *estados*, e se libertaram do centralismo político operado nos tempos da monarquia. Tal operação resultava em uma forma renovada de realizar a administração pública, e também mudava a forma como politicamente os agora denominados estados e a União se relacionavam. Acompanhando este movimento, os estados vão passar a acompanhar mais de perto suas histórias, pois o lugar que se ocupava na leitura do passado podia ser um importante passo para legitimar o espaço político a ocupar no cenário nacional. Ao mesmo tempo a História serviria como esteio para ligar a população dentro dos próprios estados, caso do vasto território de Minas Gerais.¹ Em Minas havia o receio entre as elites políticas mineiras de perder a influência que exerciam sobre as demais regiões do estado. Assim, era necessário estabelecer uma união

¹ Mas é preciso observar que ainda em meados do século XIX havia instituições que pretendiam projetar suas regiões ante o grande quadro da História Nacional dos tempos do Império. Registre-se neste caso o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, muito semelhante à matriz IHGB. Semelhante caso ocorre em 1856 com a fundação do Instituto Histórico da Bahia. Sobre o tema, SILVA, 2013: 88.

como forma de agradar a todos os “blocos” ou ao menos criar um senso comum em torno do discurso histórico. Desta forma, o projeto de uma escrita da história de Minas pretendia ao mesmo tempo fazer o estado marcar seu lugar entre os demais estados brasileiros, mas também construir uma história para Minas que agrupasse os povos, evitando sua fragmentação (SILVA, 2013: 36).

Com o advento da república, e com a chegada das idéias evolucionistas e cientificistas no Brasil desde 1870, uma nova forma de escrita da história toma corpo. Estudos monográficos regionais e temáticos se ajustavam bem ao novo modelo científico, e às demandas políticas federalistas (MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 29). Segundo Rodrigo Silva, “Minas não era mais uma peça subordinada do Império, passava a ser autônoma, com um discurso sobre si. Um novo passado deveria emergir, para que o futuro desejado pudesse ser justificado” (SILVA, 2013: 30).

A república sinalizou um novo regime de historicidade para Minas Gerais. Era necessária a reorganização das antigas províncias, que a partir de agora promoviam suas singularidades históricas como forma de se colocar na disputa por posições no cenário político nacional. Além disso, com o advento da república, era possível colocar um fim na “velha apatia letárgica” que tomava os estados, que a partir de então poderiam se dedicar de maneira “séria” aos seus arquivos (MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 30). É nesse contexto que virá à luz uma instituição que deveria acumular e conservar documentos de natureza histórica para Minas Gerais, bem como produzir seu discurso histórico: o *Arquivo Público Mineiro*.

A proposta de criação do arquivo foi apresentada à Câmara dos Deputados do Congresso Mineiro pelo deputado Levindo Ferreira Lopes, em 24 de junho de 1894, sendo criado pela Lei nº 126 de 11 de julho de 1895 pelo presidente do Estado Chrispim Jacques Bias Fortes (PAULA, 2007: 55). Juntamente com o Arquivo, a política de promoção do conhecimento histórico seria auxiliada pela constituição de uma revista, onde pudessem ser publicados temas de importância para a história de Minas Gerais. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* foi instituída pela Lei nº 126, em seu artigo 8º, regulamentada pelo Capítulo IV do Decreto número 860. A Revista cabia realizar

os escritos históricos, biográficos, estatísticos, topográficos, etc., [...] elaborar acerca dos acontecimentos, homens, coisas notáveis de Minas Gerais; os documentos (menos os reservados), notícias, composições literárias e memórias ou monografias interessantes sobre os mesmos assuntos inéditos ou não vulgarizados que houver no Arquivo, mandando para esse fim fazer as cópias ou extratos necessário; e bem assim os catálogos e índices dos livros, documentos, opúsculos, periódicos e outros objetos adequados à natureza da instituição (PAULA, 2007: 61).

A empreitada de organizar o APM ficaria nas mãos do jornalista e político mineiro José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), através de nomeação realizada pelo então governador do estado Chrispim Jacques Bias Fortes. Xavier da Veiga, outrora monarquista, buscou, com o advento da república, continuar um programa de reformas industrializantes e modernizantes amparado pelo ideário liberal. Exemplo de tal intenção foi seu envolvimento com a instituição da *Sociedade de Geografia Econômica*, lugar que reuniu segmentos variados da sociedade como monarquistas, republicanos e “representantes ilustrados das elites modernizantes de Minas Gerais” (PAULA, 2007: 58).

Para Marisa Silva é preciso procurar também no ambiente político a constituição e consolidação do APM. Xavier da Veiga desenvolvera grande número de atividades políticas em Minas Gerais, com atenção para a sua atuação na Assembléia Legislativa Provincial, elegendendo-se deputado em 1873. Em 1878 mudou-se para Ouro Preto, passando a publicar o jornal *A Província de Minas*, denominado “Órgão do Partido Conservador”, ao qual o jornalista era ligado. Estas atividades teriam garantido a inserção política de Xavier da Veiga na vida política mineira no fim do século XIX (SILVA, 2006: 62). Xavier da Veiga se infiltrou nas hostes republicanas em um momento de “trégua” entre monarquistas e republicanos, momento de tolerância que formaria um novo conjunto de forças na vida política brasileira. Monarquistas como Xavier da Veiga foram importantes para redefinir instrumentos jurídicos do Estado Republicano, passando a ocupar cargos públicos de direção. É tendo tal questão em mira que o jornalista se tornou senador em 1891, e integrante da comissão encarregada de organizar a constituição republicana de Minas Gerais, além de ter sido nomeado diretor do APM no ano de 1895. Faltava aos republicanos experiência política e administrativa, daí a importância da participação na vida pública de monarquistas convertidos ao republicanismo (SILVA, 2006:

72-73). Procurando consolidar a instituição que dirigia, Veiga carregou para a instituição sua circulação política, através da constituição dos *correspondentes*, que eram pessoas não diretamente ligada ao quadro de pessoal do Arquivo, mas deveriam contribuir para a constituição da instituição. Na lista de correspondente, que principia com 114 nomes, chama a atenção o grande número de políticos, mostrando que a escolha operada não era baseada apenas no conhecimento de arquivística ou história, mas também em questões políticas (SILVA, 2006: 85).

A constituição do APM trazia novos ares para a composição de um acervo sobre a história de Minas. Xavier da Veiga acreditava que com o novo regime acabava o centralismo e a “velha apatia letargia” que contaminava as unidades da federação até então (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, V.1: II). Assim, com a autonomia dos estados seria possível organizar de maneira séria e sistemática os Arquivos que estiveram desassistidos em arquivos locais durante o Império, situação que em muito dificultava o estudo sobre Minas Gerais (SILVA, 2013: 65). A necessidade de constituição de um arquivo em Minas Gerais aparecia no primeiro número da RAPM. Em suas palavras, acreditava que a constituição de um arquivo era fundamental para conservar a “autonomia moral” dos povos, que só conservavam sua soberania quando conseguiam confirmá-la através de documentos. Tomando como exemplo um incêndio ocorrido na Torre do Tombo de Lisboa, constrói seu raciocínio:

Notável escritor contemporâneo, referindo-se a um incêndio que ameaçou destruir a Torre do Tombo, conta-nos a apreensão esmagadora que por alguns minutos dominou-o, persuadido, como estava, que “extinto este riquíssimo e incomparável arquivo, Portugal os documentos de sua autonomia local, e ficava reduzido a um simples território que mais facilmente se tornaria um anexo da Espanha” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, V.1: I.).

Para Marisa Silva, a promoção do passado, através da constituição de um arquivo era também um importante ato político. O processo de constituição do APM significou um movimento de construção de uma memória artificialmente feita pelas instâncias oficiais de poder, com vias à dominação e disciplinarização. A História e a Memória surgiram como meio de disciplinar no bojo dos Estados Nacionais, com vias a atingir as “almas” (SILVA, 2006: 32).

Xavier da Veiga percebia a importância da construção de um saber histórico, que deveria passar pelo reconhecimento de seu significado e lugar. O passado era visto como propulsor da nacionalidade, e mais que isso, de uma regionalidade, esta última marcada pelo descentralismo político da república. Assim, em um período de grandes transformações que alteravam a percepção do tempo, o ato de conhecer, guardar e escrever sua história dava um sentido político para o passado (SILVA, 2013: 66).

A escolha do passado: o século XVIII na História de Minas Gerais

Criado o Arquivo, a Revista passaria a ser publicada no ano seguinte. Contiguamente à composição de um vasto acervo documental, a publicação da Revista do Arquivo Público Mineiro viria à luz. Neste processo, entre corografias, estatísticas e documentos, chama a atenção a construção de uma história do período colonial mineiro. Diante das transformações trazidas com a república as tradições políticas do século XVIII seriam o ponto de partida através do qual se constituiria uma certa ordem no estado. Assim, “a mineração impôs a Minas uma herança barroca, no que tange aos aspectos artísticos, e a produção dos primeiros burocratas, no plano político” (SILVA, 2013: 60). Tomar o passado colonial como ponto de referência não era um retrocesso, mas um meio de buscar no passado glorioso o fio condutor do progresso. O século XIX, período tido como conturbado economicamente, foi parcialmente ignorado pela cultura política e historiográfica daquele período, que então precisava formar um lastro forte com suas origens. Assim, buscava-se ao mesmo tempo uma ruptura com a ordem ultrapassada, mas um vínculo estreito com sua própria história (SILVA, 2013: 70). Assim o retorno ao século XVIII parecia um meio útil para conformar o projeto de história que ali se intentava construir. O significado do século XVIII ainda se vinculava à construção da identidade do povo mineiro, naquele período teria se constituído o “tempo lendário”, lugar onde repousava a tradição e teriam se formado os heróis (SILVA, 2013: 83).

Xavier da Veiga se encarregaria de iluminar os caminhos para o setecentos. A justificativa para a construção de uma história das Minas através do passado colonial pode ser encontrada no primeiro volume da RAPM. Para ele, é no século XVIII que se constituem as nobres características do povo mineiro. Segundo Veiga:

Não exageramos por sugestão do nativismo. Sobejão depoimentos insuspeitos na apreciação honrosíssima do caráter mineiro, franco, leal, indômito no amor da liberdade. Revelou-se assim desde os primeiros tempos do período colonial, que foi a formação na escola rude do sofrimento e da luta, sombra e sangue dessa longa fase da vida mineira (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, V.1: IV).

Entre outros capítulos da história colonial, a Inconfidência Mineira acabaria por tomar destaque. A retomada da Inconfidência e da paisagem de Minas do setecentos como lugar onde ocorreram grandes revoltas contra a tirania – é preciso lembrar dos motins tributários, como o que ocorrera em Ouro Preto no ano de 1720 – era partilhada por muitos. Por tal motivo, a Inconfidência se torna um elo aglutinador dos diferentes segmentos políticos que tomavam lugar em Minas no final do século XIX (SILVA, 2013: 66). Para Xavier da Veiga, também envolvido com a questão da Inconfidência naquela altura, a independência brasileira foi por muito tempo entendida não como ruptura, mas como continuidade de um processo civilizatório principiado pelos portugueses. Veiga altera este discurso em conformidade com o advento da república, quando passaria a ver na Inconfidência uma luta contra uma metrópole exploradora e despótica, alçando Tiradentes ao posto de herói republicano. Outros capítulos da História seriam relidos por Veiga, ao sabor dos ventos políticos. Nas páginas de suas *Efemérides Mineiras*, publicadas em fins do século XIX, aparecia um D. Pedro II que sempre procurou servir sua pátria de maneira devotada e honrada. Ainda, o imperador nunca teria considerado incompatível “o regime republicano nascente, que era, afinal, o de todos os povos livres da América”, bem como a realização dos “planos heróicos dos heróis mártires da Inconfidência Mineira” (VEIGA, Xavier da *apud* SILVA, 2013: 65).

Por todo o exposto, podemos entender o lugar que a publicação de documentos históricos ocupou nas páginas da Revista. Era uma operação de escolha do passado a ser reproduzido, que se misturava com um modelo teórico vigente na época, em que o documento ganhava destaque. A partir daqui começamos a iluminar os caminhos que explicam a publicação de documentos coloniais na Revista do APM.

Os documentos publicados na RAPM

A publicação de documentos históricos na Revista do APM explica-se em sua filiação historiográfica. Xavier da Veiga foi influenciado entre outros autores por Langlois & Seignobos, autores do trabalho *Introdução aos Estudos Históricos*. Os referidos autores defendiam a utilização de métodos racionais como meio de alcançar as verdades científicas. Consideravam a mais importante das tarefas do estudioso da História a coleta de documentos. Ato que fazia com que a constituição de Arquivos fosse importante, pois os documentos poderiam ser agrupados, organizados e conservados. Segundo os autores:

A história se faz com documentos. Documentos são traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando produzem, raramente produzem, raramente perduram: basta um acidente para os apagar. Porque nada supre os documentos: onde não há documento não há história (LANGLOIS; SEIGNOBOS *apud* MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 33).

Quase que como completando aquilo que Langlois e Seignobos preconizavam, escrevia Xavier da Veiga nas páginas de apresentação da Revista:

Sem eles [os documentos], – obscurecida ou deturpada a verdade dos fatos à feição dos interesses e das paixões, eliminadas as fontes de que emanam para a História a própria origem e a austeridade fecunda de seus conceitos – não raro careceria o investigador sincero ser iluminado, o que só alcançam gênios privilegiados, dessa “intuição quase profética do passado intuição às vezes mais dificultosa que a do futuro”, na frase profunda do ilustre Alexandre Herculano. Sem eles, pois – quantos enigmas e mistérios impenetráveis nas páginas do passado! Quantos ensinamentos perdidos! E quantos sacrifícios desaproveitados, feitos por homens de tempera rija, de inteligência rutila e de coração alentado, em lutas em prol da Liberdade, da Justiça, do Progresso e da Pátria, lutas repetidas e freqüentemente dolorosas nas quais não poucos se glorificaram como heróis (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, V.1: III).

Durante o período em que Xavier da Veiga esteve à frente da publicação da RAPM, entre os anos de 1896 e 1900, foram publicados cinco números da revista. Estes números anuais eram publicados em quatro fascículos, trazidos a público trimestralmente. Ali, como estava

estabelecido quando da constituição do APM, foram publicados temas dos mais variados interesses, passando por Corografias, Mapas Censitários, Esboços biográficos e estudos Históricos. Os estudos relacionados a História podiam se corporificar na publicação de várias formas. Através da composição de biografias, de memórias municipais e estudos relacionados com temas históricos, que podiam tanto ser estudos produzidos ainda no século XVIII e XIX, ou mesmo trabalhos contemporâneos à publicação. Neste último quesito, registre-se a publicação de excertos de *História Antiga de Minas Gerais* de Diogo de Vasconcellos, bem como a publicação da obra *Cultura e Opulência do Brasil*, de autoria de Antonil, publicado originalmente no início do século XVIII.

Ainda tocando o conhecimento histórico, Xavier da Veiga publicou um grande número de documentos. Cumprindo a perspectiva metodológica que norteava sua prática de produção do conhecimento histórico, a publicação de documentos históricos era em si mesmo o ato de produzir história. Tão clara era sua percepção quanto a este procedimento que em muitos casos, ou em praticamente todos os encontrados na revista, ele não apresenta, contextualiza ou inquire o documento. Atestada a veracidade do mesmo, ele era a própria História. Dispensava-se qualquer outro procedimento metodológico.

A publicação de documentos históricos na Revista, chamando a atenção para aqueles publicados sobre o período colonial, foi realizada de várias formas. A partir de um tema a ser abordado, podendo se tratar de uma personagem ou um tema. Podiam ser publicados documentos que faziam parte do fundo documental oriundo do governo de Minas Gerais, em geral documentos produzidos para a gestão administrativa como ordens, correspondências, despachos, entre outros, sendo neste quesito largamente publicados documentos da secretaria de governo da Capitania de Minas Gerais. Por fim podia se agrupar em torno de uma questão mais ampla, e por isto era publicado como uma “miscelânea” documental.

A publicação de documentos de origem variada agrupados sob o amparo de um tema específico estreou já no ano de 1896. A seção intitulada “Memórias municipais” trouxe publicados vários documentos produzidos pelas municipalidades mineiras quando do processo de independência do Brasil, dedicando ao tema 62 páginas da Revista daquele ano. No mesmo ano em seção igualmente intitulada “Memórias Municipais” traria um enorme conjunto de

documentos sobre a Cidade de Campanha, terra natal de Xavier da Veiga, produzidos entre os anos de 1742 e 1815. A seção dedicada à evolução política da cidade, de arraial à sede de comarca consumiu 166 páginas. Só esta seção consumiu cerca de 20% da publicação daquele ano, que foi de 828 páginas. Para efeito de comparação, a seção “Memórias municipais” deste ano para a cidade do Serro, publicou apenas 10 páginas de documentos da cidade. Mesmo tratamento receberia naquele mesmo ano a personagem Tiradentes, que a partir do tema “Festa do despotismo (suplício a Tiradentes)”, publicou vários documentos que encerravam em si as celebrações que ocorreram em Minas Gerais quando da execução da pena cometida a Silva Xavier. Ainda na edição de 1896 foram publicados outros grupos de documentos com tema específico. “Motins do Sertão” publicou um conjunto de documentos sobre a ocorrência dos motins na região do São Francisco no ano de 1736. “Terras Mineraias” publicou vários documentos relativos às ordens régias publicadas em Minas Gerais acerca da prática da mineração entre os anos de 1702 e 1822, tomando afinal 81 páginas do periódico. Assim, só o ano de 1896 foram publicados mais de 400 páginas de documentos alçando quase a metade da publicação. Devendo considerar que por ser o primeiro número Xavier da Veiga ainda considerou pertinente realizar uma cronologia política de Minas Gerais, arrolando todos os nomes que tomaram parte na vida pública legislativa e executiva do estado do final do século XVII àqueles dias, ocupando quase cem páginas da revista. Além disso, ainda publicou a lei nº126, de 11 de julho de 1895, que criou o Arquivo Público Mineiro.

Nos anos seguintes Xavier da Veiga seguiria publicando conjuntos de documentos que se identificavam por seu tema. No ano de 1897 criou a seção “Criação de Villas no período colonial”, através da qual foram publicados os autos de fundação de várias municipalidades setecentistas como Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João Del Rei. A seção “Administração Diamantina” trazia, como forma de tratar um tema, um procedimento administrativo de inquirição realizada para averiguar a conduta do Intendente de Diamantes, que se desenrolou ao longo do ano de 1801, tomando 48 páginas do periódico. Em “Impostos da Capitania mineira” Xavier da Veiga publica várias solicitações das câmaras de Minas Gerais para que a política tributária setecentista fosse reajustada. Ali parecia reverberar sua crença na luta dos mineiros contra a opressão. Na seção “Catequese e civilização de indígenas da Capitania de

Minas Gerais” são publicados documentos do princípio do século XIX que faziam menção à prática de catequização que se pretendia em Minas. A seção “cartas de sesmaria” começou a ser publicada no ano de 1897, se repetindo em 1898, 1899 e 1900, trazendo o registro de cartas de sesmaria, documento que confirmava a posse de terras, cedidos pela coroa portuguesa ao longo do período setecentista. Em 1899 foi publicado “A justiça na Capitania de Minas Gerais”, trazendo em 79 páginas documentos relacionados à prática da administração da justiça no período setecentista.

Como já referido anteriormente, Xavier da Veiga também publicou trechos da documentação produzida pelo governo da Capitania de Minas Gerais no século XVIII, não a partir de um grupo temático, reunindo um conjunto de documentos vairados, mas atendo-se apenas a um único documento, que considerava importante para a História de Minas. Em 1897 foi publicado “Registro de diversas cartas, patentes, ordens, bandos, etc. do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1711)”, contemplando a documentação produzida pelo referido governador no período de seu governo em Minas Gerais. Em 1898 foi publicado “Rendas da Capitania”, em que foram destacados de livros do governo da Capitania os rendimentos da Real Fazenda, instituição que controlava os tributos de Minas Gerais no período colonial, como entradas, dízimos e quintos. Neste mesmo ano foi publicada a seção “Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal”, abrangendo a correspondência produzida pelo governador de Minas Gerais entre os anos de 1717 e 1720.

Por fim, Xavier da Veiga fez publicar a seção “Documentos Diversos” em que reunia vários documentos do período colonial, com origens muitos distintas entre si. Xavier da Veiga lançou esta seção na edição de 1897. Para que possamos ter uma ideia do que se publicava nesta seção, arrolamos os documentos publicados em seu primeiro ano: Comissão confiada ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier pelo governador Luiz da Cunha Menezes; Informação sobre o recolhimento do Arraial da Chapada (termo de Minas Novas); Sobre os índios do Pomba; Um requerimento de Joaquim José da Silva Xavier; Pastoral do Bispo frei José da Santíssima Trindade, promovendo subscrição, cujo produto seria aplicado à defesa da independência nacional; Sobre a derrama lançada em 1772; Suplica dos mineiros de São João D’el Rey referente à execução por dívidas; Carta da câmara de Tamadua acerca dos limites de Minas

Gerais com Goiás; Regimentos dos Capitães do Mato; Termo de perdão dado ao povo de Vila Rica (1720); Termo que fez Manoel Nunes Viana (1718); Carta de padrão de Manoel Nunes Viana. Todos estes documentos foram produzidos em 49 páginas. No mesmo ano a seção se repetiria e persistia no aspecto heterogêneo da publicação. O que chama a atenção é que nesta seção Tiradentes aparecia novamente, com a publicação do documento “Despesas com a condução da cabeça e quartos de Tiradentes para Villa Rica e com a demolição da casa em que elle residio na mesma villa (1792)”. Em 1900 Tiradentes aparece novamente na seção, com o documento “Manifesto de uma pedra feito pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier (1785)”. Outra personagem da Inconfidência apareceu na publicação daquele ano no “Termo da junta sobre a apreensão dos bens livres do contratador Joaquim Silvério dos Reis”.

Ao lançar luz sobre todo o conjunto de documentos do período colonial publicados na Revista do Arquivo público Mineiro durante a gestão de Xavier da Veiga temos uma idéia da importância deste tipo de material para a produção do periódico. Como já apontamos, em 1896 quase a metade da revista foi tomada pelos documentos. Em 1897 das 797 páginas da edição foram utilizadas mais de 300 páginas de documentos, perfazendo quase 40% da publicação. Em 1898 foram mais de 250 páginas de documentos, das 927 páginas do periódico, mais de um quarto do total. No ano de 1899 foram 357 páginas de documentos para as 947 páginas do periódico, perfazendo cerca de 37% da publicação. Neste ano, é preciso considerar que foi publicado o texto “Cultura e Opulência do Brasil” do padre André João Antonil, de 1711, obra que pode ser considerada um documento histórico. Só esta obra tomou 159 páginas. Se fosse somada aos documentos tomaria mais da metade da publicação. O ano de 1900 teria 159 páginas de documentos publicados na revista, no ano em que a revista foi publicada com 473 páginas, o que representava cerca de 33% do volume. Mas é preciso registrar que neste ano só foram publicados os dois primeiros fascículos dos quatro que habitualmente compunham um volume da revista, tendo em vista que em agosto daquele ano Xavier da Veiga faleceu. Ainda, várias páginas daquele ano foram tomadas pela publicação do catálogo da Biblioteca do Arquivo, e a relação de todas as cartas de sesmaria publicadas até então.

Diante destes números, podemos ter uma medida do que representava o documento histórico para a revista. Tomando o documento como a História em essência, cumprindo o

pensamento historiográfico de então, impunha-se publicar a maior gama possível de documentos que pudessem lançar luzes sobre importantes capítulos da História de Minas Gerais. Observe-se ali o papel que o setecentos cumpria na constituição de uma História de Minas. Como observamos nas páginas anteriores, para os republicanos que estavam construindo uma História do Estado o ponto de partida de Minas estava em seu passado colonial, pois ali estavam os exemplos que deveriam ser seguidos. Também deve-se apontar que no fim do século a Inconfidência e seus personagens passaram a figurar como ponto de referência de uma história de Minas, bem como os capítulos de defesa de seus interesses e de seu povo. Assim, documentos que faziam menção a personagens da Inconfidência apareciam juntamente com documentos sobre motins locais, como o de Vila Rica (1720) e São Francisco (1736), interpretados como momento de luta contra a opressão portuguesa. Ao mesmo tempo, foram publicados documentos em que os mineiros se defendiam contra as arbitrariedades portuguesas, como no caso dos tributos que incidiam sobre as atividades minerais. Ali portanto cumpria mostrar que do passado vinham os exemplos que os habitantes de Minas deveriam seguir.

Considerações finais

Ao fim deste texto, fica a questão: o que fabricava Xavier da Veiga quando fazia história? Homem entre mundos, que constituiu parte de sua obra entre o mundo imperial e republicano, levando a cabo a tarefa de constituir um Arquivo onde seriam reunidos um vasto acervo documental pertinente à História de Minas Gerais. Foi atento aos modelos historiográficos do período, o que pode-se perceber a partir da publicação de parte do acervo do APM no periódico por ele promovido. Envoltos nas questões políticas de seu tempo, arregimentou um grande número de autoridades políticas de relevo para se vincularem ao recém criado Arquivo, talvez como forma de consolidar a instituição que nascia.

Ao fazer a leitura dos tipos documentais publicados na Revista entre os anos de 1896 e 1900, precisamos considerar que o acervo do Arquivo estava em formação, e seguramente isto influenciou nos tipos de documentos publicados no periódico. Não que considere que isto fosse um grande empecilho para Xavier da Veiga, pois muitos dos documentos por ele reunidos na

Revista foram conseguidos em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo.

Por fim, devemos chamar a atenção para o impacto das ações de Xavier da Veiga na promoção do conhecimento histórico até os dias atuais. Em seu tempo, na forma como veiculou a publicação de documentos coloniais, lançando luz sobre alguns capítulos da história colonial de Minas em detrimento de outros. Para além, influenciaria uma geração de pesquisadores a partir da constituição do acervo, em parte resultado da forma como reuniu o acervo de documentos, e em alguns casos por ter recebido documentos previamente compilados. Questões que ainda nos permitem lançar outros olhares sobre a hercúlea tarefa de Xavier da Veiga.

Referências Bibliográficas

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº.1, 1988.

MEDEIROS, Bruno Franco, ARAÚJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLIII, jan./jun. de 2007, p.23-37.

PAULA, João Antônio. História revista e passada a limpo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLIII, jan./jun. de 2007, p. 52-72.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Ouro Preto/Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1896-, trimestral. 1896-1900.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo, Companhia das letras: 1993.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro**. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Rodrigo Machado. **Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da civilização mineira**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, p.88.

“Asas do desejo” e a construção do conhecimento histórico

*Patricia Fontoura Vidal**

Nos caminhos percorridos pela historiografia rumo à cientificidade da história, a produção do conhecimento histórico deixou de ser uma narração dos acontecimentos passados baseada em testemunhos orais, uma história-arte ligada à retórica e à narrativa, para ser uma história-ciência, uma análise das estruturas que envolveram os fatos considerados e realizados como históricos por meio de um percurso metodológico fundamentado na pesquisa e na interpretação dos materiais da memória: as fontes documentais de todas as ordens e os monumentos julgados como históricos pelo sujeito historiador.

Muito embora, todos os vestígios possam ser concebidos como documentos, porque servem aos historiadores como testemunhos, os documentos imagéticos sincréticos, os filmes, especificamente os de gênero ficção, foram durante muitos anos negligenciados por apresentarem questões sobre a apropriação de elementos subjetivos e ficcionais à produção historiográfica, proporcionando certo desconforto ao historiador não familiarizado com a criação do discurso cinematográfico. A maior dificuldade residia em como tratar o filme não apenas como fonte documental, mas como objeto na concepção de um saber histórico sobre um tempo não mais existente. Trabalhar o filme não apenas como produto, mas como um todo de sentido possibilitando uma reflexão sobre a História, seu estatuto, a relação com o discurso historiográfico e o ofício do historiador.

Assim, na coexistência arte/ciência, ficção cinematográfica/história/historiografia, surge como possibilidade o filme "Asas do Desejo" (Der Himmel Über Berlin). A escolha desta obra se fundamenta nos elementos constituintes da própria obra: gênero ficção aliado à documentação.

O método de análise do discurso fílmico segue a proposta de unir à História o arcabouço teórico da Semiótica. Em particular, a Semiótica Discursiva Greimasiana que propõe uma análise da instância produtora do discurso, a enunciação. É na enunciação que são instauradas

* Professora da Politec/Uniesp. Licenciada em História e Mestre em Comunicação e Semiótica

as categorias de pessoa (eu, tu, ele, ela), de tempo (agora, então) e de espaço (aqui, lá) na narrativa convertendo-a em discurso. Assim, é através do estudo das projeções da enunciação no enunciado e das relações entre o enunciador e o enunciatário que se verifica como o sujeito da enunciação converte as estruturas narrativas em estruturas discursivas e quais efeitos de sentido os procedimentos utilizados produzem.

Na produção do discurso, o sujeito da enunciação, que projeta os papéis narrativos e as coordenadas espaciais e temporais do discurso, faz uso de dois mecanismos: a **debreagem**, mecanismo utilizado para projetar no enunciado a pessoa, o tempo e o espaço da enunciação e que se divide em: **enunciativa**, que projeta no enunciado a pessoa (eu / tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação e **enunciva**, que projeta a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado; e a **embreagem**, mecanismo onde se verifica uma suspensão das categorias de tempo, pessoa e espaço.

Como a enunciação está sempre pressuposta e implícita no enunciado, é somente nele que podemos encontrar as marcas da enunciação deixadas no ato da produção do discurso. Portanto, o estudo da enunciação nos permitiu entender como o discurso cinematográfico foi produzido e como no interior deste, o discurso histórico pôde ser construído e sobre quais pontos de vista se pode interpretar o filme não apenas como um documento produtor de um saber sobre o passado, mas como um objeto historiográfico.

A primeira linha narrativa de “Asas do Desejo” narra uma singular história de anjos que vagam pela cidade de Berlim desde a Segunda Guerra Mundial com a missão de observar o cotidiano, testemunhando, sem interferir, a existência humana.

Isento da temporalidade, o anjo Daniel cansado da espiritualidade, quer a incerteza dos mortais, quer finalizar a eternidade, quer a incompletude. Em um vagar pela cidade, depara-se com Marion, uma trapezista francesa vestida de anjo em um circo falido que está deixando a cidade. Muito deprimida com a falência do circo e com a falta de perspectiva em sua vida, quer alguém que a ame, que precise dela, que a complete e transforme sua vida.

Ao acompanhá-la, Daniel se encanta com o que sente Marion e decide encarnar caindo sobre a terra, tornando-se sujeito de sua história. Enfim encarnado, parte em busca de seu amor, da mulher de sua vida. Após uma noite com Marion, Daniel sabe o que nenhum outro anjo sabe.

Na falta de suas asas de anjo, possui as asas do desejo, tornando-se sujeito à existência humana, inscrito no tempo.

O anjo Cassiel, não questiona o seu estado imaterial e segue sua missão: acompanhar, observar e testemunhar os homens e suas histórias.

Aliando à ficção, imagens documentais, a segunda linha narrativa se divide em quatro subsequências que se encarregam de contar a relação do povo alemão com a cidade de Berlim durante e após a Segunda Grande Guerra. Instaurados pelo sujeito da enunciação como narradores, os relatos de um velho contador de história que faz uma reflexão sobre o tempo e sobre a história da humanidade; de um taxista, que questiona a divisão física e subjetiva do povo alemão; de uma atriz figurante de um filme sobre a Segunda Guerra Mundial, que relembra os últimos dias da guerra e o início da reconstrução da cidade; e do anjo Cassiel que, ao observar a cidade do alto, nos apresenta um panorama caótico do cotidiano urbano dos cidadãos berlinenses, o filme realiza uma apropriação de fatos e acontecimentos da história da cidade de Berlim retratando a angústia de um povo que, edificando sua história nas guerras que promoveu, foi dividido por um muro.

Tomando por base o estudo dos procedimentos que compõem a conversão da narrativa em discurso, verifica-se a princípio, que o filme “Asas do Desejo” evoca um grande debate da historiografia do século XX: o estatuto da História e o ofício do historiador.

Quanto ao estatuto, o filme nos apresenta os sentidos mais amplos e ambíguos do termo História. Primeiro porque, ao contar uma história sobre o amor de um anjo e uma trapezista afirma o sentido dado à história como narração: a escritura de uma história baseada em fatos puramente imaginários, sem elementos de uma verdade histórica e sem uma preocupação com a construção e/ou reconstrução do passado como história e/ou memória.

Em seguida, porque apresenta uma reencenação histórica: um filme que está sendo rodado sobre a Segunda Guerra Mundial. Neste caso a referência ficcional é a mesma da história como narração. O que a diferencia da anterior é a base com a qual trabalha: uma verdade histórica, o que remonta à tradição clássica da relação do cinema com a História.

Como um produto, o filme é história porque está determinado pelas circunstâncias históricas de sua autoria e produção: Peter Hanke, escritor austríaco, nasceu durante a Segunda

Guerra e Wim Wenders, nasceu na Alemanha em 1945 e destaca esta condição ao realizar um filme em e sobre Berlim.

Por fim, ao incluir em sua narrativa relatos autobiográficos ficcionais e composições imagéticas com imagens de uma cidade pós-muro e cenas retiradas de noticiários, propagandas e documentários realizados durante e após a Segunda Guerra, o filme constrói, em uma dialética passado/presente/passado, uma história sobre o cotidiano urbano alemão, nos colocando frente a uma realidade que não pôde e não deve ser esquecida: a Guerra e as transformações históricas do e no espaço da cidade de Berlim. Ao evocar o passado, estabelece vínculos com o presente, historicizando o fantasma da fragmentação do povo alemão compondo uma história sobre a Alemanha e Berlim, expressando assim, os sentimentos de uma nação dividida.

"Asas do Desejo" escreve uma história sobre o cotidiano e o imaginário berlinense construindo uma memória onde o passado historicizado não é negado, mas está físico e materialmente presente. No estabelecimento desta memória, Berlim, palco de fatos importantes da história contemporânea, continua personificando um passado de glórias e fracassos que não se apagam. As ruas, os monumentos, o povo, a(s) história(s), transformam Berlim em um monumento, um lugar da e na memória.

Sobre o ofício do historiador, "Asas do Desejo", dialoga com questões fundamentais para o historiador interrogado sobre a função da história, a construção do fato acontecido como histórico, a relação passado/presente, as questões referentes à documentação e à elaboração de uma memória histórica.

Partindo de pequenas narrativas individuais e elegendo-as como depoimentos do cotidiano passado e presente, o filme nos revela uma história, composta pela recorrência de discursos autobiográficos. A presença destes depoimentos poderia nos remeter ao sentido que a história assume como produção de uma série de discursos sobre o passado, simples narrativas sobre o acontecido. Entretanto, do ponto de vista dos narradores, o que se verifica é a presença de micronarrativas realizadas de forma polifônica. Neste contexto, a função da história caracteriza-se por ser capaz de contar as transformações realizadas pelos homens comuns em um processo gradual.

Os relatos expressos pelos narradores organizam-se numa sucessão de ações e transformações realizadas pelos sujeitos nas relações que estes estabelecem com um objeto-valor, a cidade de Berlim: antes da guerra, o povo alemão vivia em conformidade com a cidade, nos cafés, na praça, nas ruas, assim como, com o regime político, econômico, social e cultural vigente. Esta realidade é modificada pela guerra e pelos ataques dos aliados que devastam Berlim. Com o fim da guerra e a reconstrução da cidade, os cidadãos berlinenses possuem uma nova relação com a cidade. Relação esta que é novamente modificada com a edificação de um muro que divide Berlim em duas, transformando o povo berlinense estrangeiro em sua própria cidade e país.

Com seus depoimentos pessoais e parciais, os narradores vão revelando ao longo do filme as estruturas que determinaram as transformações ocorridas na Alemanha e principalmente em Berlim durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Nesta perspectiva, embora tenhamos que considerar a presença do episódio "Guerra", o fato histórico "Segunda Guerra Mundial", é construído de pontos de vista múltiplos revelando o modo como cada um dos narradores compreendem suas experiências adquiridas através da direta participação nos fatos narrados: a guerra, a destruição da cidade pelos bombardeios aliados, a reconstrução da cidade, a divisão da cidade pelo muro, o cotidiano desordenado e sem esperança de paz. Assim, para além da criação do fato, verificam-se nos depoimentos as evidências que constituem o processo histórico vivido pela Alemanha no período de 1945 a 1987.

Ainda do ponto de vista dos narradores, o passado é posto em questão a partir de uma angústia do presente, tornando-se objeto de reflexão e sua reconstrução manifesta-se através da interpretação daqueles que narram. Apesar de haver uma demasiada afirmação da memória individual e da narração desta como histórica, ainda que esta seja narrada de forma parcial e anacrônica, ela constitui o vivido, o que garante a caracterização do fato como singular e o entendimento do passado como uma realidade presentificada por uma reconstrução.

Estas interpretações e reconstruções sobre um tempo não mais existente caracterizam a relação passado/presente como uma relação virtual que somente se atualiza através da investigação e interpretação dos materiais da memória representados no filme por imagens da

biblioteca, templo onde se reúne o saber sobre a história humana, do livro de fotografias, das cenas de documentários de época e das imagens da Igreja Matriz, da Coluna da Vitória, da Praça Potsdamer, do Muro de Berlim, e da Estação Zoo, ícones arquitetônicos que foram palcos de diversos momentos e fatos da história de Berlim e que, utilizados no filme como contextualização da narrativa, são capazes de atualizar a relação virtual que possuímos com o passado narrado.

Como donos de um saber-ser históricos, sujeitos das ações realizadas porque viveram os fatos sobre os quais narram, os narradores põem em causa o presente e o passado e cumprem a difícil tarefa de construir uma história de Berlim e de seu povo através de suas vozes. Apesar de consideradas subjetivas do ponto de vista da linguagem, do ponto de vista da História estes relatos se traduzem em um saber que, embora virtual, se realiza a partir da memória individual e assim, exercem a função de documento preservando o passado.

Por outro lado, a função de expor os fatos e acontecimentos que marcaram a história do povo alemão é dada aos anjos Daniel e Cassiel que vagam sobre a terra desde o início dos tempos e que estão instaurados pelo sujeito da enunciação como observadores. A presença dos anjos nos remete ao sentido que a palavra *História* expressa de acordo com a sua raiz linguística: *Testemunha*, aquele que vê e, portanto, sabe. Como observadores das ações humanas no tempo, os anjos possuem um saber imparcial sobre o acontecido e do ponto de vista da observação dos fatos, comprovam a narrativa efetivada pelos narradores através da apresentação de imagens de época, dirigindo a nossa interpretação sobre a história narrada.

Os anjos são capazes de garantir a objetividade do discurso, afiançar a imparcialidade necessária sobre a narrativa dos fatos e, de certa maneira, conferir uma isenção de responsabilidade sobre o acontecido, já que suas participações se dão como testemunhas e não como sujeitos das ações realizadas. A eles não é dada a função do relato, muito menos de questionarem as estruturas que poderiam determinar e/ou influenciar este ou aquele momento histórico que estiveram e/ou estão observando.

Do ponto de vista dos observadores, seres atemporais, que nos fazem conhecer o passado objetivamente, a função da história torna-se uma demonstração do ocorrido: mostrar o que de fato aconteceu. Neste sentido, o fato histórico exposto, a "Segunda Guerra Mundial", é

dados e posto como causa que determina o estado atual do povo alemão e desta forma, a relação passado/presente é expressa como causa/consequência, o que nos indica a imobilização da história no acontecimento, eliminando a ideia de processo histórico.

A manifestação do passado como real pautado no episódio "Guerra" é perceptível em todo o filme e se torna evidente com a apresentação dos objetos-signos que evocam este episódio, fundamentando e assegurando uma verdade sobre as causas que levaram o povo alemão a ser dividido. Considerando que falamos de um filme e do ponto de vista dos observadores, as provas históricas que atestam a ocorrência do episódio e perpetuam o passado na memória coletiva, os documentos e monumentos, estão impressas em imagens: imagens de época e imagens dos monumentos. Do ponto de vista da história, não há uma crítica severa aos documentos e monumentos e as imagens servem apenas como ilustrações que confirmam os acontecimentos e os relatos subjetivos dos narradores.

A presença dos observadores conduzindo o nosso olhar sobre a história contada pelos narradores e construindo o enunciado fílmico, é verificada em todo o filme e levanta uma questão sobre qual ponto de vista se deve ler e interpretar o discurso apresentado no filme como histórico.

Se levarmos em consideração o ponto de vista dos narradores, podemos afirmar que o filme apresenta uma história sobre um determinado período histórico da cidade de Berlim e da Alemanha, utilizando-se de todos os vestígios do passado que determinam a elaboração da memória histórica, revelando uma análise da sociedade berlinense, os seus sentimentos e o seu modo de pensar sobre sua história.

No entanto, se considerarmos o ponto de vista dos observadores, o filme nos mostra uma história composta como uma narrativa de acontecimentos derivada da observação dos fatos, fazendo com que saibamos sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial para o povo alemão.

Tentando não cair na imparcialidade no âmbito da produção do conhecimento histórico, podemos afirmar então que a obra cinematográfica "Asas do Desejo" pode ser considerada uma história-arte sob a forma de um discurso cinematográfico. Uma história que possui como base

de sua produção, a narrativa, a descrição, mas também a análise e a crítica das estruturas que determinaram os fatos considerados históricos.

Desta forma entendido, o filme constrói uma história e, embora assuma o estatuto de ficção, torna-se mais do que um documento, torna-se um objeto historiográfico. Não apenas porque é ou trás em seu conteúdo vestígios de um passado imediato ou remoto, mas porque quando analisado, proporciona uma leitura da sua função histórica: produzir um conhecimento que se torna história porque a significação de seu conteúdo realiza nossa relação com um passado com o qual só mantemos uma relação virtual e assim, nos indica de pontos de vista múltiplos como pode se realizar a escritura de uma história sobre um determinado fato ou período.

Pensar sobre a construção do conhecimento histórico, sua escritura e, portanto, sobre como se efetiva o saber-fazer-ser histórico é ofício do historiador. Para a Semiótica Discursiva, destacam-se em torno do historiador e do seu ofício duas importantes questões que se conjugam: a primeira, a aquisição do saber e do fazer ser histórico, tendo em vista o passado ser um tempo então do qual somente se possui seus vestígios; a segunda, como este passado é transmitido, como ele se torna história e, portanto, objeto de comunicação.

A aquisição do saber e do fazer ser histórico, tanto para a história quanto para a semiótica, está pautada na transformação de um sujeito, da relação que este mantém com o seu objeto e do próprio objeto.

Como o objeto de estudo da história é da ordem do então, o saber sobre este objeto com o qual o sujeito mantém relação é da ordem da virtualidade. Para que o objeto passado seja considerado histórico, o sujeito necessita transformar-se e transformar sua relação com este, atualizando-o. Estas transformações se efetivam com a aquisição de uma competência obtida através da pesquisa documental sobre os vestígios, os signos, as marcas que o passado deixou como sombras de sua existência e pelos quais se expressa, se manifesta. A pesquisa documental, que possui procedimentos específicos – escolha, análise crítica e interpretação dos documentos e monumentos - qualificam o sujeito como um sujeito cognitivo competente para transformar o passado em história.

As análises e interpretações dos materiais da memória, incluindo o discurso fílmico, torna-se um saber adquirido sobre o ser histórico que realiza o passado e transforma o pesquisador em historiador. Este passa a possuir um saber-fazer interpretativo sobre o passado, transformando o saber sobre ser histórico em um saber-fazer-ser histórico, tornando assim, o fato acontecido em fato histórico.

Portanto, o fazer-ser histórico é uma ação produtora de saber realizada pelo sujeito historiador que transforma o passado e seus objetos-signos em discursos, em objetos de comunicação.

Como objeto de comunicação - uma construção linguística - o saber produzido pelos historiadores nos coloca de volta ao cerne das questões sobre a *função* e a *escrita* da história.

Considerando as histórias como narrativas sobre o saber sobre o passado, estas se apresentam como discursos complexos, onde os historiadores apresentam suas interpretações do acontecido e estabelecem o fato como histórico. A função destas apresentações, está ancorada na necessidade de preservação da identidade individual e coletiva da humanidade. Esta identidade se fundamenta no domínio da tradição e da lembrança, ou seja, do fazer lembrar que somente se efetiva a partir da interpretação dos objetos da memória.

Como discurso, a escrita de uma história pode ser realizada e transmitida de diversas maneiras. Como um texto científico revelando em sua construção narrativa a aquisição e a transformação do saber através da pesquisa documental, ou como uma obra de ficção revelando em sua construção discursiva a aquisição e a transformação do saber através de sua função histórica, ou seja, através de sua historicidade. Esta permite inserir no campo da ciência histórica o que ainda pode não ter sido realizado como histórico como a imaginação, a criação, a ficção.

Como uma narrativa histórica ou ficcional, o discurso histórico não deve excluir em sua construção os procedimentos discursivos que, quando analisados, revelam suas características de história narrativa ou estrutural. Suas diferenças vão incidir nos procedimentos discursivos que fazem com que o discurso seja interpretado como verdadeiro: na história-estrutural, a utilização do documento como aquisição de um saber veridictório sobre o fato; na história-arte,

a utilização do documento como ilustração do passado enunciado como histórico e assim, transformado em história.

Desta forma, a proposta de uma análise semiótica do filme "Asas do Desejo" permitiu constatar que os procedimentos discursivos presentes no texto possibilitam sua leitura e interpretação como um texto que possui um efeito de sentido verdadeiro, de caráter veridictório, trazendo à tona um passado e construindo uma memória sobre este. Ao apresentar em sua construção discursiva as diversas formas de produção do conhecimento histórico, o filme tornou possível atualizar o passado a partir da ficção, revelando um saber sobre a construção do conhecimento e do discurso histórico através de sua função histórica como documento e objeto, permitindo ao historiador fazer-ser histórico uma obra cinematográfica.

Asas do Desejo não é apenas um documento capaz de construir uma história sobre a cidade e o povo de Berlim, mas revela-se um documento infinitamente importante para a compreensão da formação dos discursos históricos. O método de análise fílmica aplicado neste estudo, a Semiótica Discursiva, manifesta a possibilidade de, ao analisarmos um filme de qualquer gênero, saibamos a fundamentação teórica da abordagem histórica que nele pode ser revelada.

No momento em que virtualidade e realidade se entrelaçam, cabe ao historiador interrogado pelas questões do seu ofício, apropriar-se cada vez mais da imagem em movimento e da relação desta com a história de forma crítica, investigando minuciosamente a construção do discurso visual. Analisar objetivamente a ficção cinematográfica tratando-a como uma das expressões do imaginário humano e, portanto, como parte da realidade histórica, ou seja, como uma história.

Referências Bibliográficas

BARROS, Diana L.P. **Teoria Semiótica do Texto**. Ed. Ática, São Paulo, 1990.

BUCHKA, Peter. **Olhos não se compram**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História**. Ed. UNESP, São Paulo, 1993.

CAPELATO, Maria Helena et al. **História e Cinema**. Ed. Alameda, São Paulo, 2011.

CARDOSO, Ciro F. **Narrativa, Sentido, História**. Ed. Papyrus, São Paulo, 1997.

FERRO, Marc. **A História Vigada**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1985.

_____. **História y Cine**. Editorial Ariel-História, Barcelona, Espanha, 1995.

FIORIN, José L. **Elementos de Análise do Discurso**. Ed. Contexto-Edusp, São Paulo, 1989.

_____. **As Astúcias da Enunciação**. Ed. Ática, São Paulo, 1995.

GREIMAS, A. J.; e LANDOWSKI, E. (Org.) **Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Ed. Global, São Paulo, 1986.

GREIMAS, A.J. e Courtés, J. **Dicionário de Semiótica**. Ed. Cultrix, São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Ed. Unicamp, Campinas, São Paulo, 1990.

_____. e Pierre Nora (Org.) **História: Novos Objetos**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1993.

METZ, Christian. **Linguagem e Cinema**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1971.

NOVOA, Jorge; FRESSATO, B Soleni; FEIGELSON, Kristian. (Org.). **Cinema-História: Teoria e Representações Sociais no Cinema**. Ed. UNESP. São Paulo, 2009.

_____.; BARROS, José D'Assunção. (Org.). **Cinematógrafo – Um Olhar Sobre a História**. Ed. Apicuri, Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, Benedito; CÔRTEZ, Dirce (org.). **Narrativa – Ficção e História**. Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1988.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1968.

VANOYE, F. e GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre Análise Fílmica**. Ed. Papyrus, São Paulo, 1994.

WENDERS, Wim. **A Lógica das Imagens**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1990.

_____. **Emotion Pictures**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1989.

_____. **Asas do Desejo**. França/Alemanha, 1987.

A construção de saberes históricos nas percepções de professores e estudantes da educação básica

*Patrícia Teixeira de Sá**

Esse trabalho descreve parte de uma pesquisa de doutorado em educação. O estudo em andamento tem por objetivo identificar e analisar fatores relevantes e influentes na construção de conhecimento histórico na escola, através de percepções e práticas de professores de história e de estudantes do 9º do ensino fundamental. A pesquisa procura reunir um conjunto de elementos da vida escolar cotidiana, mais especificamente do cotidiano de aulas de história na educação básica, tais como as dinâmicas de usos e apropriações dos materiais didáticos adotados, as estratégias didáticas e comunicativas implementadas pelos professores de história e as visões e práticas dos estudantes em relação ao conhecimento histórico. O esforço de pesquisa tem como pano de fundo algumas inquietações sobre como se constroem interpretações sobre o passado, em uma sociedade altamente midiaticizada e com grande disponibilidade de dispositivos tecnológicos. Quais práticas de leitura do passado têm sido construídas por professores e estudantes da educação básica? Como têm sido construídas interpretações históricas no ambiente escolar? Quais materiais didáticos têm sido adotados e de que forma as suas narrativas têm sido apropriadas? Quais são as visões dos professores de história e dos estudantes a respeito do ensino de história na escola? Pretendo abordar essas questões levando em conta a discussão em torno dos conceitos de cultura histórica, consciência histórica e formação histórica e colocando em debate uma estratégia metodológica desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2014, através de um projeto-piloto realizado em uma escola privada localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / FAPERJ.

Cultura histórica, consciência histórica e formação histórica

A reflexão sobre as práticas de leituras do passado abrange preocupações com as motivações e interesses envolvidos na produção da leitura do passado, os meios articulados para tal produção e o problema da recepção do “produto” sobre a história. Cabem, então, questionamentos sobre as operações práticas e cognitivas que influenciam a construção da orientação temporal de homens em sociedade. Os conceitos de cultura histórica e de consciência histórica podem contribuir para a compreensão do processo de formação de uma consciência temporal que dá sentido à existência humana e alimenta a noção identitária de grupos e indivíduos.

O debate gerado em torno da consciência histórica e da didática da história, a partir dos anos de 1970 na Alemanha, partia de inquietações sobre quais fatores sociais interferem na configuração da consciência temporal dos sujeitos históricos e como esta consciência se objetiva no espaço público. Rüsen definiu a consciência histórica como um fenômeno do mundo vital, “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010a:57). A consciência histórica é, em termos gerais, a apreensão da temporalidade e a memória é parte do processo, embora não se possa reduzir a consciência temporal apenas à atividade memorial.

Vivemos um tempo de grande interesse público em torno de temas da história e é extenso o debate sobre o boom memorial e sobre os usos do passado. A indagação sobre o processo de elaboração social da experiência histórica e seu uso no presente está marcada por práticas sociais de interpretação e de reprodução da história. O conceito de “cultura histórica”, formulado na tradição da historiografia germânica, pode contribuir para objetivar o debate sobre a memória coletiva e oferecer a historiadores um caminho para analisar as múltiplas relações que as sociedades estabelecem com o seu passado. A cultura histórica, segundo o historiador espanhol Fernando Sánchez Costa, oferece um “húmus” de conhecimento e de interpretação sobre o passado que configura a consciência histórica do sujeito. Costa define o conceito de

cultura histórica como “el conjunto de recursos de prácticas sociales a través de las cuales los miembros de una comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado” (2009:277).

Para uma análise das formas de interpretação do passado presentes na cultura histórica de uma sociedade, o historiador alemão Jörn Rüsen propõe tematizar a capacidade que a consciência histórica possui de configurar sentidos através de três dimensões: a estética, a política e a cognitiva.

A dimensão estética da cultura histórica precisa ser indagada tanto em criações artísticas como em obras que pretendem serem portadoras genuínas de discursos históricos – historiografia e materiais didáticos, por exemplo. É pertinente questionar as maneiras pelas quais uma rememoração histórica se faz compreensível. Como se dá vivacidade ao passado, de modo a possibilitar a superação da distância entre a irrealidade do passado e a realidade avassaladora do presente? Para Rüsen, essa questão não possui solução sem uma atenção à qualidade estética das representações históricas do passado. As obras históricas – artísticas ou não – possuem mais ou menos capacidade de orientar a percepção sensitiva, mais ou menos força criativa e imaginativa para poder cumprir sua função prática. Para o autor, os critérios, procedimentos e forças da estética não têm apenas a função específica de tornar mais ou menos intensa da experiência de interpretar o passado. Há aspectos que extrapolam as atividades específicas da cognição histórica e da intenção política. As imagens do histórico no campo da comunicação visual, os monumentos e outros símbolos de memória desde o âmbito privado e cotidiano até a esfera do público e intencionalmente projetado possuem uma dimensão estética instituidora de sentido que configura a consciência histórica mesma. Nessa dimensão, ensaiase a contemplação sensitiva constitutiva do ato rememorativo da consciência histórica.

O aspecto político da cultura histórica baseia-se no fato de que a dominação necessita de uma forma de produção de consenso e de legitimidade para se efetivar. No campo político, é frequente a adoção de “símbolos carregados de ressonâncias históricas” (RÜSEN, 2009:18). A memória histórica possui essa função genuína de legitimação política, sedimenta o domínio político mentalmente, até o mais profundo sentido da práxis do sujeito, sua identidade

individual e social. Além da configuração identitária, a dimensão política da cultura histórica influencia as relações interpessoais, onde sujeitos constroem visões de si e pretensões de reconhecimento pelo outro. Esse confronto resultante da intersubjetividade é também, para Rüsen, uma relação de domínio e atrelada à dimensão política da cultura histórica. A construção da legitimidade das ações está fortemente ancorada em argumentos provenientes da rememoração histórica, sem que isso signifique que produção do consentimento seja facilmente forçada ou esteja descolada da crítica.

Na cultura histórica, a dimensão cognitiva pode ser discutida em torno do trabalho das ciências históricas. A história como ciência e sua regulação metodológica marcam formas de percepção, de experiência, de interpretação e de orientação e possuem um estatuto próprio – operações metódicas como garantia de validade da rememoração histórica. Historiadores e professores de história são difusores de práticas específicas de interpretação do passado. Diferentemente dos discursos políticos e memoriais, a historiografia - e a didática da história? - se pauta na discussão das rupturas e das permanências entre tempos e formas de viver, considerando também como objeto de reflexão sistemática o modo de se lidar com o passado.

Estética, política e cognição são três dimensões da cultura histórica que guardam relações entre si e servem como recurso heurístico para estudiosos. Outra forma de aproximação ao tema foi proposta por Fernando Sánchez Costa. Sendo a experiência de elaboração histórica forjada dentro de práticas sociais de interpretação do passado e através de atos e narrativas de rememoração histórica, Costa afirma que a consciência histórica do sujeito se nutre dentro de “um sistema sócio-comunicativo de interpretação, objetivação e uso público do passado” (2009:277-278) e sugere uma análise dessa “rede sócio-comunicativa”. Como toda ação comunicativa, a cultura histórica também possui um emissor, uma mensagem, um meio e um receptor. A análise sistemática desses quatro fatores seria, para o historiador espanhol, a chave para o entendimento do funcionamento da cultura histórica de determinada sociedade.

Costa denomina de “configuradores da cultura histórica”, os agentes especialmente ativos na difusão de determinadas leituras do passado. Convém questionar os motivos que levam determinados agentes a elaborarem discursos sobre a história e o projetarem no espaço público.

O Estado, os profissionais de história e os meios de comunicação de massa destacam-se na análise de Costa sobre os difusores de cultura histórica. O autor propõe uma reflexão sobre motivações políticas de dirigentes sociais que promovem uma noção concreta de comunidade, de modo a difundirem uma consciência identitária que se transformará em atitudes políticas concretas. Nesse debate, a questão da relação a divulgação de discursos sobre a memória e a configuração identitária se coloca, o que não significa que o Estado seja capaz de monopolizar a consciência histórica dos cidadãos. Discursos dissonantes, subterrâneos e, eventualmente, silenciados circulam e desgastam a memória institucional, podendo até mesmo erigir novos marcos político-culturais. Costa também ressalta o papel dos profissionais da história na configuração de representações sociais do passado. A escola, a universidade e os professores de história também são influentes na modelagem da cultura histórica. Nesses casos, “se trata de uma lectura del pasado menos existencial y más cognitiva, más científica y menos identitária, más orientada al contenido del pasado em sí mismo que a su uso em el presente” (2009:279). Costa afirma que a história como ciência configuraria “de distinto modo y a distinto nível” a consciência histórica dos cidadãos, mesmo admitindo-se que seja problemática a separação nítida entre a memória e a história.

Outra forma de apreender os mecanismos da cultura histórica é analisar os meios que possibilitam a interação da sociedade com a história em diversos formatos – discursivos, visuais, espaciais. Entre os meios textuais, Costa destaca os livros didáticos que são oferecidos a público específico, em processo de formação e em ambiente institucional específico, podendo provocar grande impacto sobre o desenvolvimento da consciência histórica. Muitas vezes, porém, são programas televisivos, romances históricos, cinema e internet que operam na construção de imaginários históricos de forma bastante evidente e oferecem imagens sobre o passado. Também os espaços urbanos e a dinâmica das comemorações públicas exercem influência nas representações sobre o passado e, frequentemente, catalisam discussões e polêmicas sobre diferentes visões do passado.

Na cultura histórica, representações do passado são comunicadas por agentes e meios e, para uma análise global do processo, é imprescindível interrogar quais visões interagem e se

discutem no jogo discursivo. Qual é o conteúdo da mensagem e de que forma é apresentada a narrativa? Em que contexto surge o enunciado? Quais são os objetivos e tensões apresentados na estrutura narrativa? É possível que algumas narrativas só sejam compreensíveis como resposta ou corroboração em relação a outras narrativas. Costa ressalta a importância de situar as mensagens veiculadas em contextos de disputa pela validade da melhor interpretação. O contexto está conformado pela estrutura mesma da cultura histórica (emissores, meios e posição dos receptores), mas também por condicionantes sociais, econômicos e culturais de onde partem esses discursos.

A rigor, todos os indivíduos são produtores e receptores de cultura histórica. Nascemos, crescemos e somos socializados em meio a um conjunto de discursos de memória e de práticas de difusão de interpretação sobre o passado. Interagimos com essas representações e práticas, formulamos nossas visões, concretizamos ações a partir dessas visões, em graus variados de intensidade. O estudo da recepção se justifica na medida em que podemos perceber, na experiência concreta, muitas vezes a distância entre a intenção do emissor e a interpretação do receptor. Novas leituras e diversos usos são estabelecidos pelos grupos sociais e, em termos metodológicos, é válido distinguir, contrastar e discutir os objetivos dos enunciadores e as formas de recepção da cultura histórica.

Essas considerações podem ser desdobradas para o estudo da construção de saberes históricos no ambiente escolar. Entre os promotores de cultura histórica, estão os professores de história, com suas intenções e procedimentos didáticos. Entre os artefatos da cultura histórica estão os materiais didáticos. De outro lado, estão os estudantes, as referências culturais da infância e da juventude, o exercício da condição de aluno. Que problemas podemos levantar a respeito da aprendizagem temporal e da ação didática do professor?

Creio que o conceito de formação histórica elaborado pelo historiador alemão Jörn Rüsen e suas relações com o conceito de consciência histórica poderão oferecer mais pistas teóricas para o entendimento das especificidades que operam no ambiente escolar em relação ao aprendizado de competências narrativas que articulem a práxis e a subjetividade à epistemologia da história. O ensino de história pode ser definido, em seu sentido mais amplo, como exposição de saber

histórico com o objetivo de influenciar terceiros. A formação histórica, para Rüsen (2010b), envolve um conjunto de processos de aprendizagem em que a ‘história’ é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Se admitimos que as condições do ensino escolar de história são claramente distintas daquelas efetuadas na universidade e que o processo evolutivo da consciência histórica dos adolescentes na instituição escolar toma contornos específicos, é válido afirmar que a teoria da história e a didática possuem direções e interesses cognitivos diferentes.

No processo cognitivo da história, os procedimentos da comunicação dos sujeitos participantes possuem centralidade para a obtenção da orientação da vida prática e para a força da identidade. A didática da história tem um papel nesse processo, ao explicitar os pontos de vista e as estratégias para a reflexão sobre a história. Rüsen afirma que “operações da consciência histórica ou outras maneiras de ocupar-se da história podem ser distinguidas, ponderadas e ordenadas segundo intensidades diversas de aprendizado” (2010b:105). Essa é uma questão crucial para a didática da história: quais são os critérios de validade e de qualidade para o aprendizado histórico? Nessa perspectiva, parece fundamental ao ensino de história a promoção da capacidade de posicionamento de modo pertinente e fundamentado em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Que leituras do tempo têm sido promovidas pelos professores de história? Que percepções professores de história e estudantes possuem a respeito da construção de saberes históricos na contemporaneidade?

Apontamentos metodológicos

A partir dessas questões, ao longo do primeiro semestre de 2014, desenvolvi um estudo-piloto em uma escola privada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A estratégia metodológica se baseou em quatro formas de produção de dados: observação de aulas de história em uma turma de 9º ano do ensino fundamental, registro de materiais didáticos adotados e construídos pela professora regente, questionário aplicado a estudantes e entrevista semi-estruturada feita com a professora.

Os enunciados do professor, o conteúdo dos materiais didáticos e as formas de recepção das atividades propostas foram registrados através de gravações em áudio e notas em caderno de campo. As observações ocorreram entre os meses de maio e junho de 2014. Ao final do processo de observação, a professora me concedeu uma hora de sua aula para aplicar um questionário aos estudantes. O objetivo do questionário era apurar junto aos estudantes suas formas de relação com o conhecimento histórico, dentro e fora da escola. Formulei uma série de questões divididas em três eixos: 1) Você e a história; 2) Você e a internet; 3) Você e sua família. No primeiro eixo, propus um conjunto de questões sobre as relações entre os estudantes e a história, tais como “o que é história para você?”, “quando você quer conhecer algum aspecto do passado, a que você recorre?”, “em quais situações você considera que aprende mais sobre a história?”, “se você fosse ensinar uma parte da matéria a seus colegas, quais recursos você usaria?”, “para você, o que significa frequentar a escola?”. O segundo eixo reuniu questões sobre as relações dos estudantes com o computador e a internet e usos desses recursos na escola, e foram inspiradas no questionário aplicado em 2013 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC-Br) . E no terceiro eixo, com base no questionário sócio-econômico aplicado no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), foram propostas questões para obtenção de dados sobre os perfis sócio-econômicos dos estudantes. As questões propostas tinham opções a serem consideradas segundo cinco graus de intensidade, desde concordo totalmente até discordo totalmente. Além das questões fechadas, propus duas questões discursivas sobre a possibilidade de entendimento do presente utilizando o conhecimento histórico e sobre professores que considerassem que favoreceram sua aprendizagem em história e suas práticas.

Depois da aplicação do questionário, tive um tempo específico, em local tranquilo, para gravar uma entrevista com a professora. O roteiro da entrevista estava estruturado em três conjuntos de questões: 1) escolha profissional e formação, 2) rotinas de trabalho, práticas de ensino e uso de TIC; 3) reflexões sobre a história e o ensino.

A partir desse desenho metodológico, abrem-se diversas possibilidades de cruzamento dos dados. A natureza das questões levantadas, a meu ver, aponta para a construção de um

estudo em profundidade, com maior possibilidade de evidenciar as percepções dos diversos sujeitos envolvidos na construção de saberes históricos na escola. A pesquisa pretende levantar um corpus documental que possibilite apontamentos e inferências levando em conta os conceitos de consciência histórica, cultura histórica e formação histórica e oferecer contribuições aos estudos relacionados aos usos e apropriações de materiais didáticos de história.

Referências bibliográficas

COSTA, F. S. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. **Revista de História Contemporânea**, 8, 2009, pp.267-286, 2009.

RÜSEN, J. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. (Teoria da história I). Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2010a.

_____. **História Viva**: formas e funções do conhecimento histórico. (Teoria da história III). Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2010b.

_____. **¿Qué es la cultura histórica?**: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia 2009.1 Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Último acesso em 08/11/2013: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf

Implantando a República no Rio Grande do Norte: práticas políticas de José Leão F. Souto (1888-1902)

*Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi**

A escrita de autobiografias, entendida enquanto uma “prática de construção do eu” (GOMES, 2004: 10) é frequentemente um modo pelo qual o autor pode preservar ou mesmo criar uma determinada imagem de si. Trata-se da re-elaboração de uma memória de si, que se quer criar ou difundir, constituindo-se numa identidade à qual o autor quer se vincular. Torna-se comum, ainda, a seleção dos fatos que deverão ser lembrados e de outros que se quer, deliberadamente, silenciar.

Em momentos de instabilidade política, ou mudanças de formas de governo, é comum nos depararmos com diversos relatos de caráter biográfico escritos por políticos, muitas vezes com interpretações completamente díspares e contraditórias da realidade, e que tem por intuito justificar determinadas escolhas e ações. Tais relatos tornam-se, então, um instrumento de embate político, por meio do qual um indivíduo narra sua visão dos acontecimentos. A biografia *Silva Jardim, subsídios para a história do illustre propagandista, que aqui analisaremos*, foi escrita em 1895 pelo político norte rio-grandense José Leão Ferreira Souto e é um exemplo desse tipo de uso da biografia.

Apesar de o título do livro da biografia indicar, a princípio, que se trata somente de uma biografia do propagandista republicano Antônio da Silva Jardim, o texto não está isento nem de juízos de valor e nem das percepções do biógrafo. Além disso, há o fato de que Silva Jardim e José Leão foram grandes amigos, convivendo sob o mesmo teto durante grande parte de suas vidas. Ambos, inclusive, propugnavam o estabelecimento de um regime republicano no Brasil, seguindo o preceito das teorias positivistas. Assim, essas duas vidas se entrecruzam. Escrever sobre a vida de Silva Jardim torna-se, para José Leão, pretexto para rememorar não só as suas próprias práticas políticas, mas também a conjuntura dos últimos anos de monarquia e primeiros anos de regime republicano na sua província/estado natal, o Rio Grande do Norte, e que terminaram por levá-lo para longe do poder, quando a República foi proclamada, e por causar-lhe descontentamento em relação aos rumos políticos da então incipiente República

1 Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

brasileira. Como ocorrera com Silva Jardim, a República não lhe fizera justiça.

Partindo deste conjunto de considerações, o presente trabalho objetiva analisar as práticas políticas de José Leão Ferreira Souto, a partir de seus “escritos de si”², procurando evidenciar a atuação deste indivíduo no período de transição do Império para a República no Rio Grande do Norte. A carreira de José Leão, embora pouco conhecida, encontra-se vinculada aos debates, contendas e episódios que levaram à instauração do regime republicano no Brasil.

Silva Jardim é, portanto, também um texto autobiográfico, no qual José Leão rememora seu percurso desde os tempos da chegada no Rio de Janeiro até 1895, quando o livro foi publicado. O livro é estruturado em três partes: A Família, A Propaganda e O Político. Na primeira parte, a narrativa enfoca as relações de Silva Jardim com a sua família, bem como formação acadêmica de biógrafo e biografado, e termina narrando como José Leão e Silva Jardim se conheceram, em 1879, nas redações de *A Província de São Paulo, periódico republicano para o qual ambos contribuíam, publicando artigos*. No segundo capítulo, a narrativa começa a se distanciar da vida de Silva Jardim e vai se aproximando cada vez mais da atuação de ambos no Partido Republicano de São Paulo, na década de 1880. No terceiro, o enfoque da narrativa muda abruptamente: José Leão abandona a vida do biografado e passa a discutir as disputas em torno da proclamação da República no Brasil. Neste mesmo capítulo, ele nos fala da situação política de sua província natal, após a proclamação.

Esses capítulos foram compostos numa das circunstâncias mais peculiares da causa republicana no Brasil: o modelo de governo adotado na República brasileira logo causou o descontentamento de diversos republicanos convictos que, assim como Silva Jardim e o próprio José Leão, se viram relegados à falta de reconhecimento pelo desempenho na propaganda, enquanto ex-monarquistas, que aderiram à República na última hora, “no calor dos acontecimentos” ocupavam os cargos mais elevados e tinham mais prestígio. Quanto ao conteúdo, o livro aborda questões importantes enfrentadas por José Leão, em particular, e por diversos republicanos em geral, no tempo da propaganda e, também, após o 15 de novembro: que ações e estratégias são necessárias para implantar a República no Brasil? Quais as razões para fazê-lo? Que 'modelo' de república se queria implantar? A República proclamada no Brasil era realmente a República com a qual sonhavam os republicanos 'históricos'?

2 Notadamente, a obra citada anteriormente, mas, ainda, diversas correspondências publicadas em jornal.

Em nossa análise, utilizaremos o conceito de cultura política criado por Daniel Cefaï, que valorizando os “contextos de experiência e atividade dos atores”, as experiências individuais e definindo-as como

lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentido ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito e onde eles produzem [...] novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo. (DUTRA, 2002: 18)

Retomemos, pois, o percurso da vida de José Leão, enfocando a atuação deste personagem na instauração de um governo republicano na então província do Rio Grande do Norte, a fim de responder a estas perguntas.

Nos tempos dos embates ente Monarquia e República

Nascido no ano de 1850, em Açú, interior do Rio Grande do Norte, José Leão Ferreira Souto muda-se aos 5 anos de idade para Natal, onde inicia os estudos formais, e lá permanece até “fins de 1870”, quando “desembarcara no Cais Pharaux”, no Rio de Janeiro, para onde fora com o intuito de estudar engenharia na Escola Politécnica, num momento este em que, segundo ele, “circulava por todo o ambiente da capital do Império um sopro de republicanismo sem igual”. (LEÃO, 1895: 111). Desiste do curso de engenharia e tenta a sorte, com igual resultado, na Escola de Medicina, estudando com diversos líderes da propaganda republicana, como, por exemplo, Assis Brasil e Benjamin Constant. Parte então para São Paulo, onde se torna Terceiro Escrivário da Fazenda e aproxima-se da mocidade acadêmica da época, integrando os quadros do jornal *Província de São Paulo*, para o qual escreve vários artigos sobre a doutrina positivista. Segundo ele, a filosofia positivista, “pressupunha nos adeptos a qualidade indispensável do republicanismo” (LEÃO, 1895:59). Nas redações do *Província de São Paulo*, vai estabelecendo relações importantes com os republicanos paulistas, tornando-se uma figura de destaque na propaganda.

Em 1881, reuniram-se, na casa de José Leão, os sectários do positivismo ortodoxo, com o intuito de assinar a ata de fundação do “Centro Positivista de S. Paulo, filial ao do Rio de

Janeiro, sob o patrocínio do Sr. Miguel Lemos, que ali compareceu secretariado pelo Sr. Generino dos Santos” (LEÃO, 1895: 61).

“A realeza não poderá ser um obstáculo eterno às nossas aspirações, exportemo-la para o estrangeiro, suave e heroicamente, como importamo-la em outro tempo” (REVISTA POTYGUARANIA, 1888: 19). O excerto, escrito por José Leão, é representativo da grande aspiração dos republicanos: acabar com o regime monárquico e, em substituição, implantar no Brasil a República, essa “diva da nova espécie” (LEÃO, 1895: 238). É com este intuito que, alguns anos depois, retorna ao Rio de Janeiro, onde funda, em 1888, o Centro Republicano Potiguarense, clube republicano que tinha por função declarada discutir os problemas da província do Rio Grande do Norte, preparando-o, através da propaganda, para o advento da República (GAZETA DO NATAL, 1890: 1). Através do órgão da imprensa dessa instituição, a Revista Potiguarânia, os republicanos norte rio-grandenses residentes na Corte contaram com um importante mecanismo de difusão das ideias republicanas.

O Centro, cujo Presidente era José Leão, desempenhou um importante papel na articulação do movimento republicano no Rio Grande do Norte. A partir da Corte, foram empreendidos esforços para que Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, então um desconhecido médico norte rio-grandense, envolvido com a causa abolicionista, constituísse e chefiasse um partido republicano em sua província natal. Pedro Velho era primo de João Avelino, um reconhecido republicano norte-rio-grandense, que mantinha contatos com os republicanos da Corte, reunidos sob a égide do Centro Potiguaranense.

Pedro Velho tornou-se um republicano às vésperas da proclamação, e, fundado o Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN), é o Centro que irá articular sua candidatura à Deputação-Geral, pelo Primeiro Distrito, nas últimas eleições do Império, em 1889. José Leão lançou-se candidato pelo Segundo Distrito. Nenhum dos dois, contudo, conseguiu votos em número suficiente para se eleger. Apesar da derrota, o Centro continuava publicando material de propaganda republicana.

Os Republicanos do Centro propõem, ainda, que seja criado, na capital da província do Rio Grande do Norte, um órgão de imprensa. Tal órgão, chamado *A República*, foi fundado apenas alguns meses antes da Proclamação da República, e deveria contribuir para a difusão dos preceitos republicanos no Rio Grande do Norte. José Leão contribuía frequentemente com artigos para este jornal. José Leão entrou em contato com outro republicano norte rio-

grandense, Daniel Pedro Ferro Cardoso, que mandou, da França, onde residia, uma imprensa para que o jornal pudesse ser publicado.

Alguns meses depois, a República fora proclamada, de supetão. José Leão, então, entra em contato com Aristides Lobo, ministro do Interior da recém-proclamada República brasileira, intercedendo junto às lideranças do movimento republicano nacional para que Pedro Velho seja aclamado Governador provisório do Estado do Rio Grande do Norte. Telegramas são trocados entre os republicanos do Centro e os do Rio Grande do Norte e, desta negociação, resulta o seguinte telegrama, enviado por Aristides Lobo à Pedro Velho de Albuquerque Maranhão: “Dr. Pedro Velho. - Assuma governo, proclame república.- Aristides Lobo” (GAZETA DO NATAL, 1890: 1). Contudo, proclamada a República, muda a situação.

A República: um descontentamento

Em março de 1890, apenas alguns meses depois de proclamada a República, portanto, deparamo-nos com uma edição do jornal Gazeta do Natal, que anuncia a formação de uma nova agremiação republicana no Rio Grande do Norte, denominada Centro Republicano 15 de Novembro. Dentre os signatários do manifesto de criação deste centro, encontra-se José Leão, aquele que, conforme vimos, articulara a escolha de Pedro Velho para governador o Rio Grande do Norte. José Leão considerava-se o verdadeiro chefe do Partido, conforme declara em seu relato biográfico:

Como delegado e fundador mesmo do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, coerente sempre e solidário com os movimentos de Pernambuco, vim eu, por minha voz, a público partilhar o protesto do Dr. Aníbal Falcão, feita em nome de sua província, julgando assim bem interpretar os generosos sentimentos dos meus constituintes. (LEÃO, 1895: 205).

Pedro Velho, durante os 19 dias em que esteve na chefia provisória do Estado, afastou-se das determinações do Centro Potiguaranense e começou uma política de aproximação com os antigos políticos monarquistas do estado, causando descontentamento de parte da liderança Republicana do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, os fatos mostravam que tornava-se “mister afastar a todo transe os homens sérios, os patriotas, porque o momento era único para se fazer partido com a sorte do

partido. A divisa – vencer ou morrer – dos revolucionários transformou-se nesta outra – enriquecer para viver” (LEÃO, 1895: 225).

Em busca de apoio político, Pedro Velho parte para o Rio de Janeiro, onde tece uma aliança política com Quintino Bocayuva, que acabara de assumir a Chefia do Partido Republicano nacional, o que contribui para o acirramento das disputas. Já que alguns dos republicanos históricos não aceitavam a liderança de Quintino e lançaram infrutíferas manifestações de apoio para que Silva Jardim fosse aclamado líder político do Partido. É o caso de José Leão, que escreve uma carta de apoio ao companheiro de lutas políticas³.

Naquele momento, portanto, estava formalizada a ruptura entre os dois políticos, que jamais voltariam a se entender. Os rumos da política nacional e estadual acabaram por tornar José Leão um melancólico: “A direção que tomavam os negócios públicos no meu estado e em geral, me afastava desse louva-deus contínuo, o que perante os olhos de Silva Jardim não tinha qualificação” (LEÃO, 1895: 229) e o levam a se afastar da vida política de seu estado. A biografia de *Silva Jardim* escrita por ele torna-se, nesta conjuntura, um apelo para que suas ações sejam lembradas.

Narrando a transição da República para a Monarquia, ele afirma que “A revolução social, que emergiu da propaganda republicana, quem fez foi o grande anônimo, a que por escárnio chamam o povo brasileiro” [...] que “teve os seus heróis e os seus mártires, desde 1710 a 1792, de 1817 a 1824, de 1831 a 1835, 1848, de 1870 a 1899, e de 1891 aos dias de hoje” (LEÃO, 1895: 236). Ele prossegue: “Em todas essas épocas houve quem se sacrificasse pela liberdade, saindo do anonimato para morrer no esquecimento” (LEÃO, 1895: 236).

Nem por isso são menos gloriosos esses ilustres e desconhecidos precursores de nossa independência democrática. A esses obscuros heróis de todos os tempos, que arrostaram privações ou se abismaram no santuário da História, devemos as nossas homenagens. Um preito de oração aos defensores da nossa pátria. (LEÃO, 1895: 236)

Um preito de oração a si mesmo, portanto. Essa biografia, portanto, tornou-se um modo pelo qual o autor pode preservar ou mesmo criar uma determinada imagem de si: uma imagem de republicano intransigente, que lutou pela implantação da República em seu país,

3 A nota encontra-se publicada em JARDIM, 1978.

mas cujas escolhas e o acaso levaram ao esquecimento.

Referências Bibliográficas

DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e culturas políticas**: definições, usos, genealogias. *Varia historia*, dez 2002. p 18.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. IN: _____ (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

JARDIM, Silva. **Propaganda Republicana**: 1888-1889. Rio de Janeiro: MEC, 1978.

LEÃO, José. **Silva Jardim**: apontamentos para a história do illustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

_____. **Revista Potiguarânia**. Rio de Janeiro: 1888.

Jornais Consultados

GAZETA DO NATAL, 22 mar. 1890. n. 160.

Internet, arquivos digitais e história do tempo presente a partir do Center for History and New Media (George Mason University, EUA)

*Pedro Telles da Silveira**

Enquanto passava suas fitas do formato analógico ao digital, o compositor norte-americano William Basinski notou a ocorrência de um estranho fenômeno. Conforme passavam pelo aparelho que as reproduzia, as fitas – demasiado velhas – se esfarelavam, desfazendo-se em fragmentos. O compositor decidiu, então, gravar o som que delas saía, mantendo-as em *loop* contínuo até que estivessem de tal modo comprometidas que seu som se esgotasse.

O problema técnico enfrentado por Basinski ressoou fortemente na esfera pública norte-americana – e os detalhes pareceriam preparados demais, talvez inverossímeis, caso um ficcionista os tivesse inventado. O compositor terminara de registrar a desintegração de suas fitas enquanto registrava em filme, do terraço do prédio onde morava, à subida da poeira que resultava do colapso das torres gêmeas do World Trade Center em consequência dos ataques terroristas do 11 de setembro. Entre o pó que se acumulava no apartamento do compositor e aquele que cobria as ruas do Sul de Manhattan, desvelava-se uma dimensão de perda, esquecimento, rememoração e persistência que encontra eco no som abafado, por fim inaudível, das “composições” que Basinski escolheu denominar, bastante apropriadamente, *Disintegration Loops*.

Não tardou para que as composições fossem erigidas em símbolo das torres perdidas. Em setembro de 2011, na cerimônia que lembrava os dez anos dos ataques, elas foram tocadas pela Orquestra Sinfônica de Nova York no próprio Marco Zero. Outra consequência, entretanto,

* Atualmente doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde conduz a pesquisa intitulada “Por escrituras de pedras, ou o que por nossos olhos ainda podemos ver: antiquariato, a evidência da história e a cultura histórica do Renascimento a partir de André de Resende (c. 1500- 1593)”, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. A atual apresentação é resultado da monografia de conclusão de curso defendida em dezembro de 2013, também na UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. Temístocles Cezar, intitulada “O gosto do arquivo (digital) – documento, arquivo e evento históricos a partir do *September 11th Digital Archive* (2002-2013)”, disponível para acesso em <http://hdl.handle.net/10183/90320>.

foi a transformação em monumento das próprias composições, que em 2012 receberam, pelo selo independente Temporary Residence, uma nova edição de luxo em 9 LPs, 5 CDs (incluindo um com a apresentação ao vivo em Nova York e, outra apresentação, na Bienal de Veneza), um livro de ensaios com 144 páginas e a gravação de vídeo original feita por Basinski no dia dos ataques.

O trabalho de Basinski e sua repercussão trazem alguns elementos interessantes para aqueles interessados nas mediações da memória na esfera pública contemporânea. Enquanto representação de um evento traumático, ele é marcante por sua recusa a uma figuração direta dos acontecimentos, enquadrando-se numa espécie de estética que vem ganhando espaço recentemente ao lidar com tal categoria de experiência histórica;¹ o problema técnico que originou o trabalho não deixa de funcionar como metáfora para aquilo que Alison Landsberg denominou “memória prostética” (LANDSBERG, 2004: 2) e que encontra na exteriorização midiática o ponto de encontro entre a memória pessoal e a coletiva (ASSMANN, 2011: 24; HUYSSSEN, 2003: 17). Por último, a passagem do analógico ao digital através de uma cópia que pouca relação tem com o original recorda a transformação identificada por Aleida Assmann na constituição do arquivo contemporâneo, onde a preservação não se dá mais pela busca de um portador de dados durável, mas sim pela constante reescrita do registro que o contém (ASSMANN, 2011: 379).

No presente trabalho, gostaria de tomar alguns destes elementos para refletir sobre a atuação do Roy Rosenzweig Center for History and New Media (CHNM), sediado na George Mason University, em Washington, D.C., na criação de dois *arquivos digitais* dedicados, um, ao 11 de setembro, o outro, à passagem do furacão Katrina por Nova Orleans. Estes arquivos – sites onde se procura recuperar o máximo possível da memória destes acontecimentos –, procuro argumentar aqui, trazem questionamentos que outras formas de representação memorialística e/ou histórica não abordam, principalmente pelo fato de só serem pensados a

¹ Refiro-me, por exemplo, ao Monumento aos Judeus Mortos, em Berlim, e à capa da revista New Yorker de 24 de setembro de 2001 desenhada por Art Spiegelman, que depois deu origem ao álbum *In the Shadow of No Towers*.

partir da internet. Sendo assim, eles são ao mesmo tempo uma resposta e um sintoma de uma situação onde a memória e a experiência históricas são vivenciadas, em grande medida, através das tecnologias de mídia.

Da história instantânea ao arquivo infinito

Às 8h46 do dia 11 de setembro de 2001, o Boeing 767 que operava o voo 11 da American Airlines, desviado de sua rota, chocou-se com a Torre Norte do complexo de prédios do World Trade Center, em Nova York. Enquanto a televisão cobria ao vivo o desenrolar deste primeiro choque, um segundo avião foi arremessado contra a Torre Sul, dezessete minutos depois. Estes dois acontecimentos – logo descritos como ataques terroristas – foram seguidos pelo choque de um terceiro avião contra o edifício do Pentágono, em Arlington, Virgínia, e pela queda de um quarto avião perto de Shanksville, Pensilvânia, no que se descobriu depois foi o resultado da tripulação reagindo aos seqüestradores que haviam tomado controle da aeronave. Em seguida, numa das imagens que inauguram o século, com um intervalo de uma hora e meia entre si, ambas as torres do World Trade Center entraram em colapso, desabando sobre o chão de Manhattan. As torres do WTC, que ocuparam a vista dos novaiorquinos durante quase três décadas, simplesmente não estavam mais lá.

Para além das conseqüências sócio-políticas dos acontecimentos daquele dia, muitas das quais ainda vivenciamos – como a instabilidade no Oriente Médio e na Ásia Central, o aumento da vigilância governamental e a restrição às liberdades civis –, outras medidas mais diretas foram tomadas: o espaço aéreo dos Estados Unidos foi fechado, a Bolsa de Nova York cerrou suas portas até a semana seguinte e a Biblioteca do Congresso, junto com o Internet Archive, tomou a decisão de rastrear e armazenar todo o conteúdo disponível em sites norte-americanos e, depois, em escala mundial, relacionados aos ataques. Num período de cerca de três meses, os técnicos envolvidos neste projeto salvaram o conteúdo de 2313 sites e recolheram a referência de outros 30 mil que abordaram, de uma forma ou de outra, este evento.²

² Que está disponível no seguinte endereço: <http://lcweb2.loc.gov/diglib/lcwa/html/sept11/sept11-overview.htm>

Logo depois, no dia 15 de setembro, foi aberto ao público o site wherewereyou.org, desenvolvido por dois calouros de universidade norte-americanas e um aluno de *high school* trabalhando em conjunto a partir de localidades diferentes dos Estados Unidos. O site permaneceu ativo pelo intervalo de um ano, durante o qual coletou 2527 relatos submetidos por usuários registrando suas impressões a partir da simples pergunta de onde eles estavam naquele fatídico dia.

A rapidez com que estas iniciativas foram propostas e realizadas aponta para dois aspectos distintos. Em primeiro lugar, por causa da ubiquidade da mídia, não apenas pessoas que não tinham relação direta com o evento foram interpeladas enquanto testemunhas como o evento foi vivenciado – enquanto ocorria – como algo histórico. Como destaca François Dosse, em obra recente, o acontecimento “até então era privilégio do historiador (...) [mas] se reveste agora de um caráter de exterioridade, de pré-construção, antes de qualquer forma de decantação temporal” (DOSSE, 2013: 263).

Um segundo aspecto a ser destacado é a coincidência entre os ataques do 11 de setembro e uma profunda mudança no uso da Web. Segundo Roy Rosenzweig e Daniel Cohen, dois autores ligados ao CHNM, se antes a internet era utilizada para obter informações ou saber as notícias do dia, agora ela passava a ser usada ativamente por pessoas que produziam conteúdo própria e procuravam, com isso, comunicar-se com outras pessoas (ROSENZWEIG; COHEN, 2011: 147). Não é à toa que o rótulo de Web 2.0, o qual designaria a transição de uma internet organizada segundo um conjunto de páginas estáticas a uma plataforma de criação conjunta entre computador e entre usuários, surgiria logo depois.

Outra iniciativa, de ainda maior escala, foi aberta ao público em março de 2002, o *September 11th Digital Archive*, elaborado em parceria pela City University of New York (CUNY) junto ao CHNM a partir de uma doação da Sloan Foundation. O CHNM, criado em 1994, esteve desde o início envolvido na elaboração de projetos que combinavam o conhecimento histórico e as tecnologias de mídia, tais como softwares ligados à pesquisa e ao ensino de história, CD-ROMs e sites. Segundo seus criadores, o *September 11th Digital Archive* tinha o objetivo de

coletar – diretamente de seus donos – aqueles materiais digitais que não estavam disponíveis na Web pública: artefatos como e-mails, fotografias digitais, documentos de processadores de texto e narrativas pessoais. Nós também queríamos criar um depósito central para os muitos e mais frágeis esforços amadores que já estavam em curso (ROSENZWEIG; COHEN, 2011: 147).

Desde o início, portanto, o site já se colocara as diferentes fronteiras que cruzaria em mais de um sentido – entre o efêmero e o permanente, entre o público e o privado – e aquela que cruzaria apenas uma vez: entre o analógico e o digital.

O crescimento do site, reportam seus criadores, foi exponencial. Partindo de 328 submissões em março, ele passou a 1624 em agosto do mesmo ano e, apenas no dia 11 de setembro de 2002, que marcava um ano dos ataques, recebeu mais de 13 mil diferentes submissões. Doze anos depois de sua criação, o acervo conta com cerca de 150 mil “objetos digitais”, como dizem seus criadores, distribuídos sob a forma de relatos escritos, fotografias, documentos diversos, e-mails, registros de áudio e vídeo, entre outros.

Cerca de três anos após esta bem-sucedida iniciativa, o CHNM esteve envolvido na criação do *Hurricane Digital Memory Bank* (HDMB), agora em parceria com a University of New Orleans. Semelhante em seus propósitos ao *September 11th Digital Archive*, este repositório digital se dedicava à coleta de materiais relacionados à passagem dos furacões Katrina e Rita pelo Sul dos Estados Unidos. Segundo seus criadores, “assim que o furacão Katrina atingiu o litoral no dia 29 de agosto de 2005, a equipe do CHNM rapidamente percebeu que se estava vivenciando um momento muito significativo na história americana”, de modo que era preciso agir rápido para

coletar e preservar o máximo da “história instantânea” destes eventos – história que estava sendo criada e publicada por milhares de pessoas comuns em seus blogs pessoais, em serviços de compartilhamento de fotos e no YouTube (BRENNAN; KELLEY, 2009).

Em comparação com o *September 11th Digital Archive*, o HDMB é considerado por aqueles que o realizaram como uma espécie de fracasso, tendo reunido “apenas” vinte e cinco mil objetos digitais. Entre as razões para este número mais reduzido, os autores apontam a

concorrência com outros serviços de compartilhamento de conteúdo então surgidos, como o Flickr e o YouTube, que simplesmente não existiam em 2001 (BRENNAN; KELLEY, 2009). Pode-se pensar, portanto, que o *September 11th Digital Archive* foi pioneiro ao disponibilizar estes serviços para seus usuários. Que acervo histórico, entretanto, pode ser considerado diminuto ao contar com vinte e cinco mil itens? Para além disso, a categoria de *história instantânea*, aqui explicitada mas que serve para ambos os arquivos, demonstra que nos dois sites se parece “equacionar história *com* experiência mais do que com ação”,

e com o testemunhar mais do que com o fazer. Ao realizar isso, ele nos alerta para – e participa de – um processo relevante de ressemantização da própria noção moderna de “história” (FOGU, 2009: 108).

Vítima e agente destes novos significados, o que significa tanto o aumento da escala dos acervos documentos quanto a enunciação de uma categoria como *história instantânea* no contexto da reflexão e da prática historiográficas recentes?

Memória e história em tempos “quentes”

No ano de 1996, o historiador norte-americano Hayden White publicou texto no qual explorava o argumento de que certos eventos do século XX não se prestavam aos modos de representação que a historiografia ou a literatura haviam tradicionalmente desenvolvido. O argumento central de White era o de que esses acontecimentos questionavam a fronteira entre fato e interpretação (WHITE, 1999: 70) e, por conseguinte, não poderiam ser descritos a partir de um ponto de vista que oferecesse uma visão integral deles ou não poderiam ser conscritos a uma narrativa onde seriam causa ou efeito de um acontecimento anterior ou posterior (WHITE, 1999: 71). Como esses eventos se recusam a encontrar um lugar pacífico numa narrativa, eles não podem ser adequadamente lembrados ou esquecidos porque, de certa forma, nunca terminaram (WHITE, 1999: 69).

White chamou estes acontecimentos de *eventos modernistas*. O que me parece interessante na concepção trazida pelo pensador norte-americano é a percepção, explicitada

pelo comentador Herman Paul, de que “no caso dos eventos modernos, sua incapacidade de serem imaginados era um resultado do desenvolvimento sem controle da tecnologia” (PAUL, 2011, loc. 3459). Com a proximidade do fim do século XX, a reprodução midiática é capaz de transformar praticamente qualquer acontecimento em um evento modernista, com a insistente repetição das imagens tornando incerta a “própria distinção entre passado e evidência” histórica (PAUL, 2011, loc. 3485). No caso do 11 de setembro, além disso, a própria escala global da circulação das imagens o transforma, lembra François Dosse, simultaneamente em um acontecimento-mundo e um acontecimento-monstro (DOSSE, 2013: 261), borrando a fronteira entre espectador e testemunha. Não haveria, portanto, ponto isento a partir do qual falar de um acontecimento de tal dimensão como o 11 de setembro.

A argumentação de Hayden White parte do pressuposto de que a quantidade de informação pode barrar a compreensão dos acontecimentos. Adaptada aos debates recentes sobre a memória, a dificuldade pode ser traduzida como a busca de distinção entre “passados usáveis e informação dispensável” (HUYSSSEN, 2003: 18). Conforme a quantidade de informação que circula no mundo sofre um aumento constante, não parece que seria possível retomar uma situação anterior a assim configurada;³ por outro lado, parece haver algo ingênuo na pretensão dos membros do CHNM de, ao coletar o maior número de registros possível, configurar um quadro virtualmente completo dos acontecimentos de que tratam. Todavia a dificuldade de configurar uma narrativa a partir da miríade de registros encontrados nestes repositórios não lhes parece ser uma questão,⁴ assim como o incremento no número de “informação inútil” não leva os arquivos a abdicarem de prover uma utilidade. Este breve diagnóstico aponta, ao menos assim gostaria de pensar, que os arquivos digitais do CHNM apontam, de certa forma, uma superação dos termos do debate tal como colocados por Hayden White.

³ Só para esclarecer, tampouco seria este o objetivo de Hayden White, por isso ele exige um modo de representação calcado na literatura modernista da primeira metade do século XX (WHITE, 1999: 74-76)..

⁴ Como lembra Claudio Fogu, a partir de conversa com o diretor do *September 11th Digital Archive*, Tom Scheinfeldt, “o arquivo está especificamente proibido por estatuto de permitir aos usuários de construir narrativas” (FOGU, 2009: 108).

Segundo o mesmo Andreas Huyssen, a memória histórica não é mais o que era, uma vez que a “fronteira entre passado e presente costumava ser mais forte e estável do que parece ser hoje” e, como resultado das tecnologias da mídia e de uma cultura museal cada vez mais forte, o passado está ativo no presente de formas que não eram possíveis antes (HUYSSSEN, 2003: 1). Esta situação foi trabalhada em artigo recente por Chris Lorenz, para quem o quadro atual questiona o pressuposto básico dos historiadores segundo o qual a perspectiva própria para o conhecimento histórico se dá a partir do distanciamento temporal (LORENZ, 2014: 49). Para o autor, isso denotaria um passado que não se afasta e que, por isso, se interpenetraria com o presente, transformando a própria concepção de temporalidade histórica (LORENZ, 2014: 52). Diante de um passado que se recusa a “esfriar”, a memória não poderia ser conceituada apenas como uma resposta emocional e moral ao passado e a história somente como um tratamento crítico e metódico deste mesmo passado (LORENZ, 2014, pp. 54-55).

Assumindo-se a pertinência da formulação de Lorenz – sem negar os autores citados antes –, pode-se pensar, na intersecção entre memória, tecnologia de mídia e tempo presente, qual seria o arquivo próprio a um passado que não passa?

Do arquivo instantâneo ao evento infinito

Podemos retomar a discussão a partir da noção de *história instantânea*, uma vez que ela mostra mais uma dessas formas de retrabalhar a história e a temporalidade. Em seu *Espaços da recordação*, Aleida Assmann pergunta-se porque, uma vez que “tornou-se igualmente claro que o essencial de uma vida humana não é armazenado nem é armazenável”, então por que se valoriza justamente o registro miúdo como porta de acesso à experiência real nas iniciativas de arquivamento ligadas às novas tecnologias? (ASSMANN, 2011: 476). A pergunta pode ser transformada na acusação de Anaclet Pons de que por trás dos fundos documentais *online* há, muitas vezes, uma concepção de história tanto documentalista quanto monumentalizante (PONS, 2011: 43). Por que, então, a ênfase no registro como portador da experiência histórica?

Segundo Roy Rosenzweig, existiram dois paradigmas envolvidos na conservação do passado digital, um próprio à arquivística, o outro, à ciência da computação:

Enquanto projetos de arquivos e bibliotecas enfatizam coleções de alta qualidade construídas em torno a temas selecionados e fazem a página de internet ser a unidade de catalogação, o paradigma da ciência da computação permite arquivar a internet inteira conforme ela muda com o tempo e, depois, aos serviços de busca encontrar a informação necessária (ROSENZWEIG, 2011: 16).

O paradigma arquivístico se organizaria como uma coleção física, na qual o descarte é uma atividade corrente e necessária de modo a manejar tanto o espaço quanto a representatividade do acervo; o paradigma da ciência da computação busca armazenar os documentos da internet em suas diversas encarnações, preservando como que momentaneamente sua instabilidade (COHEN, 2005). Neste segundo paradigma, como bem diagnostica Jairo Antonio Melo Flórez, “o historiador muda de perspectiva e, antes de preocupar-se em saber *o que* é possível conservar, se interessaria mais em *como* conservar”, de modo que “a história digital considera que o papel do historiador é [...] prover uma ordem discursiva ao caos da memória, neste caso, da memória digital” (FLÓREZ, 2011: 88). Para entender, porém, como e por que isso seria possível, é preciso atentar para as próprias possibilidades técnicas descortinadas pela internet.

Segundo Lev Manovich, um arquivo digital difere de um acervo documental físico porque “incorpora técnicas particulares do computador para estruturar e acessar os dados, como a modularidade assim como sua lógica fundamental, a da programação” (MANOVICH, 2001: 214). Nesse sentido, o computador converte a informação numa estrutura onde eles podem ser facilmente acessados, uma *base de dados*. A base de dados é uma coleção de itens individuais onde cada item é tão relevante quanto o outro e, mais importante ainda, onde novos dados podem ser inseridos em qualquer lugar desta estrutura; sendo assim, a coleção não apenas nunca está completa como também ela rejeita os princípios de classificação contextual do arquivo tradicional (PONS, 2011: 48). Para se referir aos arquivos mencionados aqui, basta lembrar que eles estão organizados por espécie de documento, e não segundo sua proveniência (com exceção de algumas coleções fechadas incorporadas integralmente ao acervo, como no caso do

September 11th Digital Archive). Trata-se, portanto, de um arquivo infinito e, porque infinito, um ao qual nenhuma lógica pode ser designada, invertendo a operação nomológica de constituição do arquivo preconizada por Jacques Derrida (2001: 13; ASSMANN, 2011: 368).

Estas características transformam o arquivo em uma experiência performática colaborativa. Como lembra Aleida Assmann, no âmbito digital o arquivo se transforma em um sistema fluido de auto-organização de dados (ASSMANN, 2011: 383), de onde se explica a abordagem “minimalista” que os pesquisadores do CHNM tomam para a curadoria do conteúdo que entra em seus sites. Para Roy Rosenzweig e Daniel Cohen, autores já citados aqui, o público pode fornecer “materiais que você não pediu ou histórias sem relação com seu foco”; nesses casos, eles recomendam sempre considerar aceitar estes materiais, uma vez que “a generosidade do público pode lhe surpreender, e você pode enriquecer seu projeto de maneiras que não havia antecipado” (ROSENZWEIG; COHEN, 2011: 144). Importa mais, nesse sentido, permitir ao público que estabeleça uma ligação com o site do que averiguar a qualidade da coleção; como os mesmos autores afirmam, “isso inverte a ordem normal da aquisição arquivística, é claro – primeiro obter os materiais, depois saber mais sobre a pessoa que os doa – [mas] também aumenta as chances de efetivamente conseguir contribuintes” (ROSENZWEIG; COHEN, 2011: 140).

Essas e outras passagens demonstram que os arquivos digitais aqui brevemente estudados acabam por inverter a própria conceituação e a prática do arquivo tradicional. Eles acabam por fazer eco ao próprio apelo para “arquivar a ideia de arquivo” quando aplicada às novas mídias, uma vez que

A função dos arquivos ultrapassa de longe o mero armazenamento e conservação dos dados. Ao invés de apenas coletar passivamente, os arquivos definem ativamente aquilo que é arquivável. E, deste modo, eles determinam também o que deve ser esquecido (ERNST, 2005: 119; ver também ASSMANN, 2011: 370).

No âmbito da presente argumentação, creio que não seria tão interessante descartar o conceito de arquivo quanto rastrear as mudanças pelas quais ele passa, principalmente quando o arquivo emerge como um memorial, uma representação da memória de determinada comunidade e, por

extensão, como um fim em si para a representação do passado (ROSENZWEIG; COHEN, 2011: 131). O arquivo se torna, por assim dizer, uma forma de escrita da história.

Uma última problematização que resta, entretanto, é sobre a possibilidade de tecer novas narrativas que permitam compreender melhor os eventos aos quais os arquivos digitais do CHNM estão ligados. Lembrando, novamente, Aleida Assmann, a autora destaca como o arquivo “adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras” (ASSMANN, 2011: 369). Conquanto estreitamente ligados à memória, é difícil pensar no papel que os registros tão diversos armazenados no *September 11th Digital Archive* e no HDMB terão para a configuração de uma memória futura. Em sua abundância, eles parecem mais motores do esquecimento que da recordação. Ou, talvez, também estes termos estejam equivocados e possamos pensar, com Hayden White e Chris Lorenz, que mais do que procurar congelar e guardar um passado, estes arquivos sejam artífices da própria reprodução midiática destes acontecimentos, impedindo-os de se afastarem. Esta situação coloca o problema para os eventos midiáticos futuros e o que deles se poderá, se não aprender, ao menos elaborar através dos rituais e locais públicos de comemoração. Um sintoma – e um diagnóstico –, mais uma vez, é dado pelas dificuldades do recém-aberto 9/11 Memorial Museum, em Nova York:

Museus primeiro preservam, e depois ensinam, e, ainda que existam alguns objetos horrivelmente eloqüentes preservados aqui – um equipamento de bombeiro semi-esmagado, um fragmento dos andares condensados de uma torre – nada é realmente ensinado (GOPNIK, 2014).

E, gostaria de acrescentar, nada é realmente ensinado por que tudo já foi demasiadamente visto.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BRENNAN, Sheila A.; KELLY, T. Mills. "Why Collecting History Online is Web 1.5", in Roy Rosenzweig Center for History and New Media, 2009, disponível em <http://chnm.gmu.edu/essays-on-history-new-media/essays/?essayid=47>

COHEN, Daniel. "The Future of Preserving the Past", in *CRM: The Journal of Heritage Stewardship* 2, 2 (summer 2005), pp. 6-19, disponível em <http://chnm.gmu.edu/essays-on-history-newmedia/essays/?essayid=39>

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ERNST, Wolfgang. "Dis/continuities. Does the Archive Become Metaphorical in Multimedia Space?", in CHUN, Wendy Hui Kyong; KEENAN, Thomas. **New Media, Old Media: A History and Theory Reader**. New York. Routledge, 2006, pp. 105-123.

FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. "Historia digital: la memoria en el archive infinito", in **Historia Critica**, Bogotá, n° 43, enero-abril 2011, pp. 82-103.

FOGU, Claudio. "Digitalizing Historical Consciousness", in **History and Theory**, Theme Issue 47, May 2009, pp. 103-121.

GOPNIK, Adam. "Stones and Bones", in **New Yorker**, July 7th, 2014, disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2014/07/07/stones-and-bones>

HUYSSSEN, Andreas. **Presents Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory – The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture**. New York: Columbia University Press, 2004.

LORENZ, Chris. "Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time", in **International Journal for History, Culture, and Modernity**, Amsterdam, vol. 2, n° 1, pp. 43-62.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001.

PONS, Analet. "'Guardar como'. La historia y las Fuentes digitales", in *Historia Critica*, Bogotá, n° 43, enero-abril 2011, pp. 38-61.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age**. New York: Columbia University Press, 2001.

ROSENZWEIG, Roy; COHEN, Daniel. "Collecting History Online", in ROSENZWEIG, Roy. **Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age**. New York: Columbia University Press, 2001, pp. 124-154.

WHITE, Hayden. “The Modernist Event”, in **Figural Realism – Studies in the Mimesis Effect**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

O que há de utopia nas distopias literárias de Aldous Huxley?

Rafael da Cunha Duarte Francisco*

Essa proposta de trabalho ambiciona problematizar e investigar os romances distópicos e a produção ensaística de Aldous Huxley, nascido em Londres no ano de 1894. Procuraremos pensar como o escritor inglês constrói uma auto-representação através de sua produção intelectual. Do começo de sua trajetória nos anos 1920 e posteriormente com a publicação do romance *Brave New World* em 1932 e a derrocada de John, que marca o surgimento de uma preocupação com o futuro da condição humana nos seus romances, passando pelos anos 1940 e pela Guerra Mundial que aparece como pano de fundo do romance *Time Must Have a Stop* (1944) e finalmente chegando à queda da ilha de Pala em *The Island* (1962) que paradoxalmente marca o triunfo de Will Farnaby, protagonista do último romance publicado por Huxley, existe um caminho possível para pensarmos a construção desse seu projeto intelectual e político.

Entre os ensaios anteriores à publicação de *Brave New World* que tematizam essa preocupação com o futuro, destacam-se dois: “The future of the past” (1927) e “Whither are we civilizing?” (1928), ambos publicados pela revista *Vanity Fair*. Nesses trabalhos, Aldous Huxley expressa abertamente suas preocupações com as gerações futuras. Ainda no começo de sua vida intelectual, começa a delinear-se um projeto de construção de uma sociedade ideal que será desenvolvido paralelamente tanto em seus ensaios como também em alguns de seus romances. Para Huxley, a “sociedade [no futuro] será organizada como uma hierarquia dos mentalmente aptos e a forma de governo será aristocrática no sentido literal da palavra – isso é dizer, os melhores governarão”¹ (HUXLEY, 2000: 93). A passagem pode ser, e usualmente é, interpretada como uma antecipação da alegoria que seria apresentada posteriormente em 1932 no romance *Brave New World*, no qual as estratificações sociais se dão a partir de um sistema

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. rafaelcfrancisco@hotmail.com

¹ No original em inglês, encontra-se: Society will be organized as a hierarchy of mental quality and the form of government will be aristocratic in the literal sense of the world – that is to say, the best will rule.” (tradução nossa)

de castas hierarquicamente baseado nas potencialidades cognitivas dos homens, dadas a priori através do cuidadoso método eugênico de concepção da vida, no qual o Estado decidia a qual casta pertenceriam os novos embriões a partir de diversas técnicas científicas criadas ficcionalmente por Aldous Huxley.

Embora sejam criações ficcionais, a abundante presença da temática científica em todos os seus romances distópicos (não apenas em *Brave New World*, mas também em *The Island* e *Ape and Essence*) nos fazem refletir sobre esse entusiasmo com a ciência. De acordo com alguns de seus biógrafos, seu objetivo principal seria cursar biologia em Oxford, mas teria sido impossibilitado por causa de um grave problema em sua visão que o deixou parcialmente cego pelo resto de sua vida. Para além disso, não se pode ignorar o fato de que ele faz parte de uma família de eminentes biólogos britânicos, dentre os quais se encontram Thomas Henry Huxley, seu avô e um dos maiores defensores da teoria Darwinista na Inglaterra do século XIX e seu irmão, o também biólogo Julian Huxley que foi presidente da UNESCO (BEDFORD, 1974).

No entanto, para compreendermos o papel central desenvolvido pela ciência no interior dos romances distópicos, esses argumentos não são suficientes. Por outro lado, a contundente crença de Aldous Huxley na eugenia como um método de “aprimoramento do material humano”² (HUXLEY, 1992) e, além disso, na sua centralidade como condição para o “progresso contínuo”³ (HUXLEY, 1931: 130) dos homens parece nos oferecer alguns indícios acerca da sociedade idealizada por ele para os homens. Em suas palavras: “no futuro a eugenia será praticada para melhorar a raça humana”⁴ (HUXLEY, 2000). Essa melhoria, amplamente

²Essa expressão aparece em uma coletânea de ensaios intitulada *A situação Humana*, publicada em 1959. Nesse ponto percebemos como a ideia de Eugenia atravessa a obra de Aldous Huxley e, mesmo com o advento da Segunda Guerra Mundial e do massacre dos povos judaicos, sua crença na eugenia permanece inabalada. De acordo com o autor, a partir da utilização de “processos eugênicos, podemos prever com considerável confiança uma melhora notável do ser humano.” (HUXLEY, 1992: 114).

³Essa coletânea de ensaios foi publicada originalmente na década de 1930, o que nos mostra como a valorização da ideia de eugenia está presente no pensamento de Aldous Huxley também no período anterior à publicação de *Brave New World* (1932) Cf. (HUXLEY, 1957)

⁴No original em inglês, encontra-se: “in the future that we envisage, eugenics will be practiced in order to improve the human breed.”(tradução nossa) Cf. HUXLEY, Aldous L. *The future of the past*. In: Aldous Huxley complete

defendida por Aldous Huxley em diversos momentos de sua trajetória intelectual, daria forma ao que o autor chama de um “Estado cientificamente ordenado” no qual os “indivíduos seriam educados de acordo com as suas aptidões e em função da ocupação que assumiriam no decorrer de suas vidas.”⁵ (Ibid: 75). Esse estado cientificamente ordenado, para Huxley, seria inconciliável com os valores democráticos. O que orientaria a construção de sua ordem social seria os ideais aristocráticos, nos quais os mais inteligentes comandariam.⁶ (Idem)

Em outro ensaio anterior à publicação de *Brave New World*, escrito em março de 1926, Aldous Huxley avalia a fragilidade do sistema democrático no que se refere à manutenção e ao exercício do poder. As classes dominantes estariam cada vez mais “dando seu poder a quem antes não possuía nenhum”⁷ (Ibid: 64). Sendo assim, a fraqueza da democracia consistiria na sua incapacidade de usar a força como meio de validação do poder, colocando em risco a “atual classe dominante da qual Aldous Huxley se enxerga como parte integrante”. Por outro lado, Huxley celebra os líderes fascistas e bolcheviques pelo seu “completo uso do poder que possuem”, em suas palavras:

Eles [fascistas e bolcheviques] governam, com uma sede de vingança. Nós, democratas e escrupulosos humanitários, olhamos para esse processo com alguma aflição. Em algum tempo, talvez, nós também podemos nos sentir compelidos pela força das circunstâncias a seguir esse exemplo.⁸ (Ibid: 65)

essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 93.

⁵ Esse ensaio foi publicado originalmente na revista *Vanity Fair*, em dezembro de 1926. No original em inglês, encontra-se: “in scientifically ordered state children would, no doubt, be educated in different ways, according to their inherent mental capacities and the functions which they would be called upon to fulfill later in life.” (tradução nossa) Cf. HUXLEY, Aldous L. *How man should be educated*. In: Aldous Huxley complete essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 75.

⁶No original em inglês encontra-se: “no scientifically ordered state, it is obvious, could be democratic; it would be aristocratic: the most intelligent would be the rulers.”(tradução nossa)

⁷No original em inglês, encontra-se: for the past hundred years, the power holding classes have been chiefly occupied in giving away their power to those who previously had none”. (tradução nossa)

⁸No original em inglês, encontra-se: “Possessing no power myself, and having no ambition to possess any, I yet live among the power holders and feel my fate bound up with theirs [...] Using to the full all the power they [fascists] possess in order to gain their ends. [...] They rule, with a vengeance. We democrats and scrupulous humanitarians look on the process with some distress. In time, it maybe, we too shall find ourselves compelled by the force of circumstances to follow their example . (Tradução nossa)

E por outro lado, teme que os resultados dessa abdicação do poder por parte dos seus iguais resulte em consequências desagradáveis para a classe hierarquicamente superior da qual tanto seus companheiros como ele mesmo fazem parte.⁹ (Idem)

Mais do que uma crítica à democracia, o que parece estar em jogo é um novo modelo de sociedade idealizado por Aldous Huxley entre os anos de 1926 e 1932 – data em que o romance *Brave New World* é publicado pela primeira vez. Embora dividido entre um humanitarismo democrático pautado no sufrágio universal e a exaltação de um estado científico hierarquicamente organizado no qual os melhores não só devem ser reconhecidos enquanto tais, mas também devem governar os menos aptos, o seu projeto também não encontra-se no espectro do fascismo/nazismo e nem da democracia, mas sim se apresenta - e quer legitimar-se - como uma terceira via: a utopia do Estado Cientificamente Ordenado.

Portanto, esse projeto volta-se para a questão das múltiplas temporalidades que atravessam não só as obras distópicas de Aldous Huxley, mas também seus ensaios. Nesse ponto, não se trata propriamente da relação dos romances distópicos com a representação de uma sociedade futura, ou seja, da mera relação existente entre presente e futuro dentro do enredo desses romances. Essa não é uma característica apenas desse conjunto de obras. Desde a Utopia de Thomas More, passando pela Cidade do Sol de Campanella e chegando aos utopistas ingleses do Século XIX, como William Morris, a questão da relação entre as suas obras literárias e um certo futuro - ou um outro lugar paradisíaco - a ser representado por elas estava posta.¹⁰

A construção de uma sociedade ideal - dessa terceira via - parece estar intimamente ligada a um desejo de antecipar o futuro, ou dito de outra maneira, parece ser ela mesma a

⁹No original em inglês, encontra-se: “my reason warns me that the results of their abdication may be extremely disagreeable, both to them and to me.”

¹⁰ Por exemplo, no caso da Utopia de More, Carlo Ginzburg afirma que “na ficção jocosa encenada por More e seus amigos, podemos distinguir dois gestos contraditórios: de um lado, semear os próprios escritos de detalhes concretos, voltados a comprovar a veracidade dos mesmos; de outro, dar a entender, por vários expedientes, que se tratava de narrativas completamente inventadas.” A partir disso, percebemos como o gênero utópico se estabelece entre uma espécie de narrativa fantástica e um desejo de narrar o real. Cf. (GINZBURG, 2004: p. 25). Numa outra perspectiva, preocupada em analisar a temporalização do conceito de utopia entre os séculos XVI-XIX, ver: (KOSELLECK, 2012)

antecipação do futuro que ganhará contornos ficcionais a partir da publicação de *Brave New World*. Seja quando se fala sobre a ciência, sobre o progresso humano ou a ordem social, a utilização do verbo "to be" está quase sempre empregada em sua conjugação "will", referente ao futuro. Esse parece ser um dos pontos fundamentais desse conjunto de ensaios, aliado a uma massiva utilização de construções verbais como "In the future" ou "In time" que passam igualmente a ideia de uma argumentação que se desenvolve sempre a partir daquilo que pode vir a ser.

Já em fevereiro de 1926, o escritor inglês publica na revista *Vanity Fair* um ensaio intitulado *A few well-chosen words* (Algumas palavras bem escolhidas) no qual afirma que a "linguagem é a maior de todas as invenções humanas." (HUXLEY, 2000: 58)¹¹ Ao longo desse trabalho, o escritor inglês discute quais sentimentos e ideias certas palavras fundamentais como democracia, Deus, Oriente, Sociedade e bondade suscitam nos homens. Essas palavras são sempre associadas a múltiplos significados e isso faz com que a tarefa do romancista, qual seja, a de "atravessar essas palavras e narrar o real nunca possa ser completamente bem sucedida", isso porque "nós sempre estamos superando (*outflanking*) um conjunto de palavras por outro. Nós podemos ser capazes de atravessar (*get behind*) as palavras comuns e ordinárias - mas apenas para descobrir a palavra científica ou metafísica."¹² (Ibid: 59)

O romance como forma, sempre que busca alcançar o real, esbarra no limite imposto pela ciência, porque para Huxley "literatura é filosofia e também ciência, pois em termos de beleza, ela enuncia verdades. Essas belas-verdades produzidas pela arte são verdadeiramente científicas"¹³ (HUXLEY, 2001: 28). Aqui, parece haver a consolidação de uma proposta estética que apresentará ao seu leitor os seus dois elementos centrais: a ciência e a verdade. Não

¹¹ No original, em inglês, encontra-se: "The greatest of all human inventions is language". (tradução nossa)

¹² No original, em inglês, encontra-se: "the psychological novelist are so many attempts to get behind words to reality. The attempt can never fully succeed; for we are necessarily always outflanking one set of words by another. We may be able to get behind the daily, common word - only to discover the scientific or metaphysical word." (tradução nossa)

¹³ No original, em inglês, encontra-se: "Literature is also philosophy, is also science. In terms of beauty it enunciates truths. [...] These beauty-truths of art are truly scientific." (tradução nossa)

é gratuito que a construção fictícia do Estado Cientificamente Ordenado em *Brave New World* (1932) seja, anos mais tarde, avaliada pelo próprio Huxley em um livro intitulado *Brave New World Revisited* (1959) no qual a questão central consiste em saber se as previsões levadas à cabo no romance distópico de duas décadas antes estavam ou não em vias de realizarem-se. A resposta positiva possibilita uma outra pergunta (que talvez seja também a pergunta central para esse projeto) feita por Aldous Huxley nesse livro: o que se pode/deve fazer para evitar a realização desse admirável mundo novo?¹⁴ (HUXLEY, 2004: 4)

Em 1962, no final de sua vida Aldous Huxley profere um discurso, na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, no qual afirma:

Esse é um problema [da condição humana no futuro] que me interessou por muito tempo e sobre o qual eu escrevi, trinta anos atrás, uma fábula, chamada Admirável Mundo Novo, que consiste numa estória sobre uma sociedade que faz uso de todos os dispositivos disponíveis e de mais alguns que eu inventei, que servissem para, primeiramente, padronizar a população, para resolver os inconvenientes da diversidade humana, para criar, por assim dizer, seres humanos modelares que eram organizados numa espécie de sistema científico de castas. Desde então, eu tenho continuado extremamente interessado nessa problemática e acabei notando, com um crescente desânimo, que um determinado número de previsões que eram puramente fantásticas quando eu as fiz trinta anos atrás, se tornaram realidade ou parecem estar em vias de tornarem-se.¹⁵

Nesse ponto, para os fins de nosso projeto, pouco importa se o autor estava ou não certo, na alegoria por ele criada em *Brave New World*, sobre o que viria a ser a vida dos homens trinta

¹⁴ No original, em inglês, encontra-se: "Twenty-seven years later, in this third quarter of the twentieth century A.D, and long before the end of the century A.F, I feel a good deal less optimistic than I did when I was writing *Brave New World*. The prophecies made in 1931 are coming true much sooner than I thought they would. (tradução nossa)

¹⁵ No original em inglês, encontra-se: "This is a problem which has interested me many years and about which I wrote thirty years ago, a fable, *Brave New World*, which is an account of society making use of all the devices available and some of the devices which I imagined to be possible making use of them in order to, first of all, to standardize the population, to iron out inconvenient human differences, to create, to say, mass produced models of human beings arranged in some sort of scientific caste system. Since then, I have continued to be extremely interested in this problem and I have noticed with increasing dismay a number of the predictions which were purely fantastic when I made them thirty years ago have come true or seem in process of coming true." (Tradução nossa). Áudio e transcrição do discurso disponíveis em inglês encontram-se no seguinte endereço: <http://publicintelligence.net/aldous-huxley-1962-u-c-berkeley-speech-on-the-ultimate-revolution/>

anos mais tarde. O que nos interessa profundamente é como Aldous Huxley procura apresentar-se aos seus leitores como o vencedor no amplo debate entre aqueles que se propõem (ou se propuseram) a falar sobre o futuro. Esse projeto estético, desenvolvido tanto em seus ensaios como em seus romances distópicos, parece fazer com que o conjunto de previsões infelizes contidas em *Brave New World* estivessem em vias de tornarem-se reais. Aqui essa proposta aparentemente alcança um outro nível. Se antes a questão central para o romancista deveria consistir, na visão de Huxley, em representar a realidade através do romance¹⁶ (HUXLEY, 2000: 47), agora ela encontra sua realização tornando-se, ela mesma, a própria realidade. As previsões deixam de ser meramente fantásticas, embora saibamos que elas nunca tenham sido exclusivamente fantasiosas, para tornarem-se verificáveis no universo desses leitores.

Desse movimento narrativo deriva-se a impressão de que a obra ficcional e ensaística de Aldous Huxley ajudam a construir um imaginário que consistirá no objeto último de nossa investigação. Pretendemos pensar como os romances distópicos do escritor inglês ativam e realizam esse imaginário. Não se trata apenas de pensar uma certa dimensão na qual um romance distópico responde ao seu referencial real, mas pelo contrário, pensar como essas obras, em sua própria historicidade transgressora de limites, historicidade essa que não apenas responde ao contexto, mas antes disso, é influenciada tanto pelos atos de fingir como pelas reflexões do autor sobre os mais variados temas desenvolvidos ao longo de seus ensaios, apresenta um conjunto de questões comuns que tornam possível falar-se em um *projeto estético* e também como esse projeto ganha forma e modifica-se historicamente a partir dos debates travados por Huxley com os seus críticos. Para isso, procuramos pensar a morfologia dos seus romances distópicos (*Brave New World*, *Time Must Have a Stop* e *The Island*) para que se

¹⁶ A esse respeito, ver o ensaio de Huxley sobre Os irmãos Karamazov de Dostoevsky. Em suas palavras: "Art, as I have said, is also philosophy, is also science. Other things being equal, the work of art which in its own way "says" more about the universe will be better than the work of art which says less. (The "other things" which have to be equal are the forms of beauty, in terms of which the artist must express his philosophic and scientific truths.) Why is *The rosary* a less admirable novel than *The brothers Karamazov*? Because the amount of experience of all kinds understood, "felt into", as the Germans would say, and artistically re-created by Mrs. Barclay is small in comparison with that which Dostoevsky feelingly comprehended and knew so consummately well how to re-create in terms of the novelist's art." (tradução nossa)

possa refletir sobre a construção desse projeto estético que parece tematizar, como seu principal pilar, a questão da representação da realidade futura desses leitores e leitoras.

A ideia de um “romance satírico de ideias” marca as reflexões de Jerome Meckier sobre a obra ficcional do escritor inglês.¹⁷ Para o autor, “essa visão do romance de ideias como algo mais, não menos, do que a ficção comum, é central para a estética de Aldous Huxley”¹⁸ (MECKIER, 2006: 24). A partir dessa proposta estética, que distinguiria seus romances de outros tantos que haviam sido publicados ao longo do século XIX, “Huxley traça a excentricidade da sociedade em sua fonte, [...] criticando as falácias específicas no pensamento de Freud, Ford, Pavlov e J. B. Watson, dos quais as ideias acabaram sendo programas compatíveis para a desumanização do homem.” (Ibid: 22-37)¹⁹ O projeto estético de Huxley teria, na visão de Meckier, o intuito de expor suas ideias acerca da experiência da vida moderna, configurando-se como uma crítica mordaz aos pensadores canônicos das primeiras décadas do século XX.

Dessa visão, deriva-se a interpretação de que Aldous Huxley seria um “modernista relutante”²⁰, justamente por se contrapor às profundas mudanças trazidas por essas teorias científicas. A partir disso, Jenni Calder desenvolve a hipótese de que “Huxley não estava tão certo [acerca dos benefícios do progresso]. Ainda que ele tenha recuperado, até certo ponto, a sua fé na ciência como uma força genuinamente progressista no fim de sua vida, nos anos 30 ele estava desconfortavelmente consciente de que os cientistas poderiam ser irresponsáveis e perigosos.”²¹ (CALDER, 1976: 8)

¹⁷ Para um exemplo sobre como o autor desenvolve o conceito de “romance satírico”, ver: (MECKIER, 2006: 26) especialmente o seu ensaio intitulado “Aldous Huxley: Satire and structure”, no qual o autor afirma que: “He [Huxley] fuses satire and structure and perfects a new form of novel”.

¹⁸No original em inglês, encontra-se: “This view of the novel of ideas as something more, not less, than ordinary fiction, is central to the aesthetic of Aldous Huxley.” (tradução nossa)

¹⁹ No original em inglês, encontra-se: “Huxley traces society’s eccentricity to its source. [...] Huxley criticizes specific fallacies in the thinking of Freud, Ford, Pavlov, and J. B. Watson, whose ideas turn out to be compatible programs for the dehumanization of man.” (tradução nossa)

²⁰Para um aprofundamento dessa hipótese, ver: (FIRCHOW, 2002).

²¹No original em inglês, encontra-se: “Huxley wasn’t sure. Although he regained to some extent his faith in science as a genuinely progressive force in later life, in the 1930’s he was uncomfortably aware that scientists could be irresponsible and dangerous” (tradução nossa)

Em alguma medida, essa visão reitera o papel da obra de Aldous Huxley apenas como uma crítica a certos aspectos de seu próprio tempo, como faz Meckier ao explorar a ideia de um “romance satírico”, ignorando a possibilidade de que possa haver, em seus romances distópicos, algo para além dessa crítica. Em certo sentido, pensar a obra do escritor inglês como uma totalidade fechada, como tem feito sistematicamente a crítica literária especializada debatida por nós até aqui, faz com que os trabalhos que partilhem dessa concepção não levem em conta a historicidade de Aldous Huxley enquanto um sujeito histórico, bem como a de sua obra, deixando de interpretá-la também a partir de sua sujeição às oscilações e mudanças de significado ao longo dos trinta anos que separam *Brave New World* (1932) e *The Island* (1962), seus dois principais romances distópicos.

A noção de que esse conjunto de romances distópicos, produzidos na primeira metade do século XX, são críticas a um determinado contexto de “crise da cultura” é recorrente também nas formulações do filósofo letão Isaiah Berlin. O autor relaciona diretamente o surgimento das antiutopias (ou distopias) à derrocada de um certo tipo de “filosofia perene” que, nas palavras do autor,

com suas verdades objetivas e inalteráveis fundamentadas na percepção de uma ordem eterna por trás do caos das aparências, foi lançada na defensiva com os ataques de relativistas, pluralistas, irracionalistas, pragmatistas, subjetivistas, e certos empiricistas. Com o declínio dessa filosofia, o conceito de sociedade perfeita, que deriva dessa grande visão unitária, perde seu poder de persuasão. (BERLIN, 1991: 48)

Dessa perda de força, surgiriam o “protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell e Zamyatin” nas quais “o próprio fluxo da vida humana é brutalmente reduzido à uniformidade.” (Ibid: 48-49)

Essa visão clássica sobre o declínio da utopia enquanto uma proposta social já foi explorada também por outros trabalhos, tomando objetos diferentes em suas análises.²² Após a publicação de *Brave New World*, Aldous Huxley publica outro romance, *Time Must have a Stop*

²² Ver, por exemplo:(KOSELLECK, 1999), no qual o autor, a partir do declínio das propostas utópicas contidas em diversas filosofias da história, procura interpretar e compreender um processo de crise da modernidade.

(1944), no qual o autor discute e revê em seu epílogo muito daquilo que entende como os caminhos para uma sociedade utópica, no qual o *Estado Cientificamente Ordenado* da década de 1930 parece ficar para trás e aqui, doze anos e uma guerra mundial após sua primeira distopia, o escritor inglês aparentemente encontra uma via alternativa para o desenvolvimento de seu *projeto estético*.

Em *Time must have a stop*, Aldous Huxley narra a história de um jovem, filho de um advogado comunista inglês, que vai visitar seu tio, um liberal rico, na cidade de Florença no período anterior à segunda grande guerra. Durante a visita, Sebastian tem contato com Bruno Rontini, um místico que “parece ser um retrato idealizado de um aspecto do próprio Huxley, um exemplo da filosofia perene”²³ (BARNES, 1976: 8) discutida por Berlin em suas formulações. Nos dois anos posteriores à publicação de *Time must have a stop*, Huxley publicou o livro de ensaios *The Perennial Philosophy* (A filosofia perene) em 1945 e, em 1946, escreveu um prefácio ao romance *Brave New World* no qual diz ter “uma terceira possibilidade” para o dilema que leva o Selvagem – protagonista do romance - a suicidar-se ao final do romance. Essa alternativa consistiria em “uma existência sã de espírito” (HUXLEY, 1979: 4). Um ano após o fim da grande guerra, a ideia de um Estado Cientificamente Ordenado - que oprime e leva o Selvagem ao suicídio - e um parece perder seu apelo para Huxley. A questão da utopia, ou da felicidade dos homens, aparentemente é levantada a partir de outra perspectiva. Nas palavras do próprio Huxley, caso tivesse ele a oportunidade para reescrever *Brave New World*,

o Selvagem (nesta hipotética nova versão do livro) não seria transportado para a Utopia senão depois de ter tido a oportunidade de aprender algo em primeira mão sobre a natureza de uma sociedade composta de indivíduos em livre cooperação, dedicados à busca da sanidade de espírito. (Idem)

Busca essa que já encontra-se presente e muito bem delimitada em *Time Must Have a Stop*, quando o protagonista da trama, a partir dos ensinamentos deixados por Bruno Rontini,

²³ No original em inglês, encontra-se: “Eustace and Mrs. Thwale are balanced by Bruno, who appears to be both an idealized portrait of one aspect of Huxley himself and a walking, decidedly talking exemplification of the Perennial Philosophy.” (tradução nossa)

passa a crer que o caminho para a felicidade dos homens não reside em nenhum tipo de solução social, mas sim no mergulho dentro de si mesmo. Anos mais tarde, quando o seu último romance fosse publicado, Aldous Huxley traria justamente o amadurecimento dessa visão em *The Island* (1962) quando Will Farnaby, mesmo presenciando a ruína da ilha de Pala pela invasão das forças estrangeiras, encontrará o final feliz ao lado de sua amada, preservando os ensinamentos deixados por aquela cultura. O triunfo do indivíduo que procura a sanidade do espírito, justamente a via que não foi oferecida ao Selvagem em *Brave New World*.

Referências bibliográficas

HUXLEY, Aldous. **Aldous Huxley complete essays**. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000-2001. v 6 (1926-1963)

_____. **Music at Night**. London: Chatto & Windus, 1931.

_____. **A situação humana**. São Paulo: Editora Globo, 1992. (1959)

_____. **Brave New World Revisited**. London: Chatto & Windus, 1959.

Admirável mundo novo. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. (1932)

BARNES, Hazel. Apotheosis and Deification in Plato, Nietzsche and Huxley. In: **Philosophy and Literature**, Volume 1, Number 1, pp. 3-24. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1976.

BEDFORD, Sybille. **Aldous Huxley: a biography**. Knopf: New York, 1974.

BERLIN, Isaiah. **Limites da utopia: capítulos da história das ideias**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

CALDER, Jenni. **Huxley and Orwell: Brave New World and Nineteen Eighty-Four**. London, Edward Arnold, 1976.

FIRCHOW, Peter E. **Reluctant Modernists: Aldous Huxley and Some Contemporaries**. Edited by Evelyn S. Firchow and Bernfried Nugel. Berlin, LIT VERLAG, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, EDUERJ: contraponto, 1999.

O outro como possibilidade para si mesmo: Marques Rebelo e a biografia de Manoel de Almeida.

*Rafael Lima Alves de Souza**

Apresentação

O trabalho que ora apresento constitui, em linhas gerais, parte da pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo acerca do escritor Marques Rebelo e sua literatura. Sendo assim, advirto: o texto que segue não esconde seu caráter provisório e não apresenta mais que possíveis caminhos a serem trilhados por este que ora escreve. Meu ponto de partida gira basicamente em torno de duas questões: a primeira diz respeito à relação de Rebelo com certa "tradição" de escritores cariocas que remontaria a Lima Barreto, Machado de Assis e, especialmente, Manoel Antônio de Almeida; a segunda tem a ver com o "esquecimento" que tanto persegue sua figura nos dias atuais. Dadas as dificuldades de avaliação tanto da obra rebeliana quanto de suas intenções e pressupostos, minha sugestão aqui é tratar desses dois pontos de forma entrelaçada a partir da análise de *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*, biografia escrita por Marques Rebelo em meio ao seu trabalho como ficcionista.

Partindo do princípio que toda biografia implica, em maior ou menor escala, a presença e a interferência do biógrafo (DOSSE, 2009), procuro observar, em *Vida e Obra*, em que medida Rebelo toma a si mesmo como tema sob o pretexto de resgatar a figura de Manoel Antônio de Almeida, que jazia àquela altura num ostracismo que considerava absolutamente injusto. Nesse sentido, colando-se a um outro, Rebelo, enfim, deixa claro qual era o seu projeto literário e justifica sua narrativa urbana "carioca", mas ao mesmo tempo não reivindica senão um entre-lugar na história da literatura para ambos - biógrafo e biografado - cujo resultado é o esquecimento.

* Doutorando em História pela PUC-Rio. A pesquisa conta com o apoio financeiro da CAPES.

Num primeiro momento, por julgar ser pouco conhecido do público em geral, traço um breve perfil do próprio Marques Rebelo, descrevendo sua trajetória biográfica e literária. A seguir, analiso *Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida* no intuito de mostrar como a narrativa da vida desse outro pode servir como uma espécie chave interpretativa para chegar o mais próximo possível de sua visão de mundo e de si mesmo. Por último, enfrento a questão do esquecimento que perpassa a memória de Rebelo a partir de sua estratégia - talvez mal sucedida - para se autofigurar como escritor.

Sobre Marques Rebelo, esse "diabo miudinho".

Marques Rebelo, pseudônimo de Eddy Dias da Cruz, nasceu no bairro de Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, em 1907. Fora uma pequena temporada em Minas Gerais, ainda na infância, passou toda a sua vida nesta cidade. Descendia de gente abastada do Império, mas, já no início do século XX, sua família encontrava-se em franca decadência financeira e engrossava as fileiras da classe média carioca. Estudou no renomado colégio Pedro II antes de ingressar na faculdade de medicina em 1922, mesmo ano em que estourava em São Paulo a Semana de Arte Moderna.

Atraído pelas letras e sem aptidão nem vontade para a clínica, trocou a faculdade pelo trabalho no comércio, o estetoscópio pela pena, e, inspirado pela agitação modernista, atendeu ao chamado das musas, contribuindo para algumas revistas modernistas, como a paulista *Antropofagia* e a mineira *Verde*. Nesse ínterim, também escreveu contos, que iam sendo publicados em outras tantas revistas de divulgação. Aos poucos, o ficcionista acabou vencendo a disputa com o poeta e, em 1931, Rebelo estreava como escritor com o livro de contos intitulado *Oscarina*, ao qual se seguiram *Três Caminhos* (1933) e *Stela me abriu a porta* (1942) e os romances *Marafa* (1935) e *A Estrela Sobe* (1939), todos ambientados, de alguma maneira, na cidade do Rio de Janeiro.

Desde o início, portanto, a crítica pôde identificar na literatura rebeliana uma verve "carioca", a qual, somada certa dose de "realismo", logo foi associada a uma tradição cuja

origem era creditada às *Memórias de um sargento de milícias* (1854), romance de Manuel Antônio de Almeida. Essa avaliação, formulada por Mário de Andrade ainda em 1931, venceu a recepção de Rebelo de tal maneira que permanece praticamente inalterada até os dias atuais, ainda que alguns trabalhos acadêmicos mais recentes venham se esforçando em reavaliá-la, o que nos leva a buscar no próprio autor os motivos que a tornaram - e ainda a tornam - tão forte.

Essa tarefa, a princípio, apresenta-se como um desafio, pois o próprio Rebelo não era lá muito afeito a falar sobre si mesmo ou a escrever sobre seus procedimentos literários. As primeiras edições de seus livros, por exemplo, não traziam nenhuma apresentação. No máximo, epígrafes tão enigmáticas quanto a figura reservada do autor. Colecionava inimigos, trocava poucas cartas, não frequentava a boemia. Seus parceiros mais fieis eram o café e o cigarro. Pior ainda para o historiador, em um contexto histórico conturbado e de tantas polarizações quanto o da década de 1930, Rebelo manteve-se a distância, alheio ao jogo político e sem se posicionar ideológica ou esteticamente. Não pleiteava participar do *establishment*, mas também não se colocava contrário a ele. Era confuso e sarcástico em suas avaliações, compreendesse quem quisesse e da maneira como quisessem. Parecia um "diabo miudinho", como o definiu certa vez Carlos Drummond de Andrade, um de seus poucos amigos. (ANDRADE, 1975: 299-301)

Toda essa opacidade dificulta, e muito, a sua avaliação crítica, sobretudo porque ela também atravessou sua narrativa, marcada pela informalidade, pela oscilação entre os gêneros literários, pelo inacabamento, pela fragmentação ou pela falta de tensão e dramaticidade. Talvez resida aí o fato de que, apesar das muitas qualidades e da certa projeção que alcançou ainda em vida, Rebelo nunca tenha sido uma unanimidade entre seus pares ou mesmo gozado de popularidade junto ao público leitor.

Portanto, minha tarefa tem sido a de tentar escutar o que o silêncio rebeliano diz dele mesmo. Nesse sentido, entendo que seu caráter ex-cêntrico e sua inadequação podem sugerir, na verdade, uma maneira de ver o mundo e de se projetar nele. Certamente não é à toa que, por um lado, suas personagens eram representantes de mundos fronteiriços e que, apesar de seus movimentos, nunca chegam a ultrapassá-los por inteiro. Por outro lado, Rebelo intitulou *O Espelho Partido* seu romance em forma de diário íntimo. Quer-se dizer, é possível que essa

tenha sido justamente a forma através da qual Rebelo queria ser reconhecido. Em outras palavras: nosso autor pode ter ele mesmo balizado sua leitura a partir da empatia com os mais fracos, da predileção pelo cotidiano e da proteiformidade de sua obra. A esse respeito, a biografia que Rebelo escreveu sobre Manoel Antônio de Almeida é bastante esclarecedora.

A infeliz "vidobra" de Manoel Antônio de Almeida

Fruto de conferência realizada alguns anos antes a convite do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, *Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida* integrava a série *Nossos Grandes Mortos*, patrocinada pelo Estado Novo, e foi originalmente publicada em 1943 pelo Instituto Nacional do Livro. Como se vê, a biografia estava inserida no projeto pedagógico varguista de promover, sob a ordem, a cultura e a literatura nacionais. E Rebelo vinha participando desse projeto desde o início daquela década, com crônicas publicadas regularmente na revista *Cultura Política*, do DIP.

Isso não significa dizer que nosso autor, ao fazê-lo, abriu mão de seu estilo. Pelo contrário, a biografia não pode ser compreendida fora da trajetória literária que Rebelo traçara até então. Tal qual suas crônicas, por exemplo, *Vida e Obra* não tinha propriamente um rigor temático tampouco apresentava capítulos, apenas seções sem título. Mais do que isso, Rebelo faz questão de destacar que, mesmo tendo feito sua pesquisa sob encomenda, o que o motivava era a sua relação pessoal e afetiva com o biografado e com sua principal obra, ativando assim um dos *topoi* mais recorrentes da escrita biográfica (DOSSE: 2009):

Da paixão literária pelas MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, achado deslumbrante dos meus dezessete anos no deserto nacional dos livros, deslumbramento que cresce dia a dia, deu-se eu aceitar do Ministro Gustavo Capanema, a incumbência duma conferência sobre a vida de Manuel Antônio de Almeida [...]. Era obra má e da insuficiência do tempo para compô-la, dois meses apenas – e tanta coisa para pesquisizar [sic]! - as insuficiências da minha obra, principalmente, pois não podemos esquecer também a pouca destreza oratória do conferencista, que decepcionou os seus mais extremados amigos. E sempre do grande amor pelo morto a ideia de fazer um trabalho melhor. É o que trago agora a lume, corrigido de seus erros mais grosseiros, enriquecido

de minúcias para mim importantíssimas, acrescido duma série de páginas inéditas do escritor e do material fotográfico que me foi possível conseguir, enfim, uma vida que parece ter sido a infeliz vida de Manuel Antônio de Almeida. (REBELO, 1943: 9-10)

Sempre adotando a narrativa em primeira pessoa, Rebelo assume seu próprio ponto de vista na pesquisa, o que extrapola os limites da apresentação e se faz presente em todo o texto. Todas as minúcias que ele logrou buscar para narrar a vida de Maneco são importantes, antes de qualquer coisa, para ele mesmo. Prova disso são os procedimentos literários que usou para fazer emergir não o indivíduo Manuel Antônio de Almeida, mas o “seu” Manuel Antônio de Almeida, de quem nem o tipo físico escapa à caricatura, dispositivo visual por ele muito utilizado. Após sermos informados de que, apesar de carioca de nascimento, Almeida era descendente “legítimo” do tenente Antônio de Almeida e de dona Josefina Maria de Almeida, “ambos portugueses, como tudo faz crer”, assim ele o descreve:

Estatura mediana, tez muito branca, rosto ovalado, nariz bem feito, olhos castanhos e profundos, testa ampla, para onde, às vezes, caíam-lhe rebeldes madeixas dos cabelos escuros e bastos, e que ele sacudia com impaciência, bigode grosso, escondendo os cantos da boca – nada tem de mestiço, é bem português. (Ibid: 61)

Em suma, Rebelo elimina qualquer pretensão de objetividade, reivindicando para seu texto o hibridismo próprio do gênero (DOSSE, 2009).

Mas, voltemos ao seu personagem. Pobre de nascença e sem padrinhos numa sociedade onde a lógica do favor era fundamental tanto para a concretização de projetos profissionais quanto para a ascensão social, a trama que envolve o biografado/personagem de Rebelo é a de acasos e seguidos infortúnios: com muitas dificuldades, cursou medicina mas nunca conseguiu exercê-la; não chegou a se casar e nem deixou herdeiros; seu único romance, se chegou a agradar na forma de folhetins no Correio Mercantil, foi um fracasso de vendas quando publicado em livro; o aperto financeiro lhe rondou sem cessar; padeceu como jornalista e crítico literário, e, quando tentava a carreira política como deputado, um naufrágio lhe vitimou precocemente, quando contava apenas trinta anos de idade. Sequer seu corpo fora achado:

"Dizem que [...] o corpo apareceu numa praia deserta de Macaé, meio devorado pelos peixes, reconhecido pela marca da sua roupa branca e por diversos papeis encontrados numa carteira. Mas não é verdade. Seu corpo ficou no mar" (REBELO, 1943: 106). Fora infeliz em vida e a posteridade o deixou esquecido.

Ora, é justamente o que Rebelo exige para seu personagem: um funeral, ou melhor, um túmulo que possa lhe servir de homenagem e ao mesmo tempo lhe conferir um lugar entre os mortos, entre os *Grandes Mortos*. Mal compreendido, o legado literário de Almeida era, no entanto, insuperável. Seu único romance, *Memórias de um sargento de milícias*, representaria um pioneirismo na medida em que, sem ter propriamente a intenção de romper com as convenções de sua época, trouxe pela primeira vez algo novo e original para a literatura brasileira:

[...] em ambiente de tamanha falta de originalidade, num meio dominado pelo espírito de Chateaubriand, Lamartine, Vitor Hugo, Longfellow, Byron e Cooper, é realmente para assombrar o aparecimento de Manuel Antônio de Almeida, corajosamente rompendo com as convenções literárias vigentes, trazendo pela primeira vez qualquer coisa de novo e original para a nossa literatura, fenômeno que infelizmente muito poucas vezes se repetiu. Seu livro é como que um grito de reação - grito inconsciente, grito que não teve eco! - contra o domínio da hiperestesia romântica e piegas que tudo invadiu não poupando nem mesmo os artigos da constituição. Em pleno convencionalismo romântico, ele próprio um romântico, escreve José Osório de Oliveira, observa como um naturalista; contra a ênfase, tão cara aos literatos brasileiros e contra o seu culto da forma, escreve com simplicidade e despreocupação, sendo o primeiro a escrever aproximadamente como se fala no Brasil. (Ibid: 41-42)

É mister observar que Rebelo está menos interessado em apresentar ao leitor uma incursão crítica no texto que em confrontar as *Memórias* com o "espírito de brasileiro", denominação que ele utiliza indiscriminadamente para (des)qualificar o romantismo, contra o qual ele se debate sob a justificativa de contextualizar a emergência de seu autor predileto. Assim é interessante perceber que o aspecto político é apenas um dos motivos de sua implicância com o Romantismo, que serve aqui mais para reforçar sua visão do papel de

alheamento que deveria caber ao escritor, e ao artista de modo geral, que para denunciar sua suposta faceta conservadora.

Dos românticos pioneiros, por exemplo, Rebelo não poupa ninguém e desdenha-os todos, de Manuel de Araújo Porto Alegre a Francisco Sales Torres Homem, "um dos espíritos mais respeitados no momento". Nessa lista, Gonçalves de Magalhães tem prioridade e seus *Suspiros Poéticos e saudades* (1836), livro o qual Rebelo faz questão de ressaltar que fora publicado em Paris, ganham o sarcástico comentário: "entre parêntesis, não deixa saudades a ninguém, pois como já acontecera com a 'Prosopopéia', fora o seu valor histórico, é bem cocho o seu valor literário" (Ibid: 41), donde se depreende que sua crítica se estenderia também ao Barroco caso fosse seu propósito avaliá-lo.

Mas o critério que Rebelo utiliza para condenar o Romantismo, insisto, não passa propriamente pelo crivo do valor literário das obras produzidas sob sua hegemonia. O que ele não podia compartilhar de modo algum era, em última instância, sua índole programática e, especialmente, sua concepção superficial do que seria a nacionalidade em literatura. Aqui, vale dizer, talvez vá também uma crítica implícita a adesão de vários intelectuais ao próprio Estado Novo. Daí também a sua indisposição quanto ao academicismo de seus membros, cujo resultado seria um "indianismo de ópera", um "sentimentalismo convencional e enfeitado" que, adverte, não se deveria confundir com uma "manifestação espontânea da alma brasileira".

Nesta perspectiva, é como se Almeida, num pequeno e desprezioso golpe que não chegou sequer a balançar o imponente adversário, tivesse conseguido construir um entre-lugar no qual o próprio Rebelo deseja se inserir. A causa advogada pelo biógrafo não pressupunha propriamente recolocar o biografado no mesmo patamar dos grandes do panteão nacional mas, ao contrário, fazer valer para com eles sua dissonância, que, por sua vez, adivinha de sua própria experiência, da simplicidade e da dificuldade que marcaram sua trajetória de vida. Por isso Rebelo vê um entrecruzamento de Maneco com seu romance, únicos em seu tempo. Nesse sentido, a grande contribuição de *Memórias de um sargento de milícias* passa, na ótica rebeliana, por insinuar no que ele chama de "brasileirismo" e no culto da forma românticos uma

narrativa próxima da oralidade e das pequenas tragédias cotidianas, fruto de sua capacidade sem igual de observação.

A herança e o ocaso

O biografado de Rebelo é enquadrado a partir de um fim, entendido no seu duplo significado de finalidade e sentido. Finalidade porque uma de suas metas era, com o livro, intervir positivamente na memória de Manuel de Almeida, resgatando-o do que considerava um desarrazoado ostracismo mesmo em terras cariocas, para as quais Almeida muito teria contribuído, porquanto foi o primeiro a tratar em literatura da "vida da cidade", ainda no "tempo do rei":

E é interessante constatar que no Brasil, quem queira conhecer pormenorizadamente os nossos costumes e ambiente social do século XIX, tenha de apelar sistematicamente para o depoimento dos visitantes estrangeiros. Só nos seus livros de viagem encontramos nós valiosos subsídios, porque os escritores patricios nada nos mostram da vida real. Todos eles [os livros de viajantes estrangeiros] pairam numa atmosfera de sonho, de febril fantasia, de mataria cenográfica ou de alcovas de cetim escondendo virgens pálidas. Como única exceção temos Manuel Antônio de Almeida, que parece completar a obra de Debret. Seu livro é um esplêndido manancial para quem quiser conhecer o que foi a vida da cidade na época mais ou menos compreendida entre os anos de 1808 e 1820, pois o romance se passa no tempo do rei, quando o Rio de Janeiro, que tinha pouco mais de sessenta mil habitantes, vinte por cento dos quais eram escravos, foi invadido pela corte portuguesa que fugira aos exércitos napoleônicos que acometeram o reino. Quanta coisa êle [sic] nos conta do tempo do rei! (Ibid: 49)

E sentido porque, vista de um ângulo retrospectivo, a vida de Almeida é oportunamente narrada como um bloco monolítico - "a infeliz vida de Manuel Antônio de Almeida" -, isto é, como um todo coerente cujo substrato é teleológico. Organizada como história obediente a uma orientação (crono)lógica, *Vida e Obra* possui a forma daquilo que Pierre Bourdieu cunhou de "ilusão biográfica", o implica dizer que Rebelo, ao selecionar acontecimentos e estabelecer

relações de causa e efeito entre eles, se torna uma espécie de ideólogo dessa existência e, acrescento, de si mesmo na medida em que se identifica com ela. (BOURDIEU, 2001)

Marques Rebelo via a si mesmo como autor na mesma linha de Antônio de Almeida, com a diferença de estar consciente de sua excentricidade, o que não quer dizer que era fácil para ele conviver com ela. Uma anotação no diário de Eduardo, alterego de Rebelo em seu romance/diário, *O Espelho Partido*, nos confirma esta intuição: “Um dia feliz – saiu a biografia de Manuel Antônio de Almeida! A capa é simples, em letras, como eu gosto. Peguei um exemplar com emoção de filho que se orgulha do pai. Não sou um órfão literário”(REBELO, 2002: 119). Fica clara, assim, sua intenção de construir ali um sentido tal para a existência de Almeida que pudesse ser, simultaneamente, uma possibilidade para si mesmo.¹ Ao dar ouvidos ao grito de reação de Almeida, Rebelo também faz dele um cúmplice, ou um "contemporâneo" na acepção Giorgio Agamben, que define a contemporaneidade como uma maneira singular de lidar com o próprio tempo, caracterizada pela dissociação e pelo anacronismo. (AGAMBEN, 2009).

No limite, portanto, Rebelo sabia dos perigos que o cercavam e que muito provavelmente ele próprio terminaria esquecido. É por isso que, nas entrelinhas de sua biografia de Manuel de Almeida, estão também as justificativas e as defesas de sua própria literatura. O "grito de reação" era muito mais do biógrafo que de biografado.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Saraiva, 2006.

¹ Ao defender o estudo de traços biográficos para compreender melhor a obra de determinado autor, Erich Auerbach lança a seguinte formulação que, me parece, se encaixa bem para a leitura que Rebelo faz de Manuel Antônio de Almeida: “o que compreendemos e amamos em uma obra é a existência de um ser humano, quer dizer, uma possibilidade que se dá em nós mesmos”. Cf. AUERBACH, Erich. *Lenguaje Literário y Público en la Baja Latinidad y em la Edad Media*. Barcelona: Editorial Seix Barral, S.A., 1969. p. 16. [Tradução minha]

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Rebello**: sarcasmo e ternura. Apud Revista Brasileira de Letras, fase IV, ano I, nº 1 (out/nov/dez 75), Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1975.

AUERBACH, Erich. **Lenguaje Literário y Publico en la Baja Latinidad y em la Edad Media**. Barcelona: Editorial Seix Barral, S.A., 1969

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REBELO, Marques. **Contos Reunidos**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. **A Estrela Sobe**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. **Marafa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. **Mudança**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

Manoel Rodrigues de Melo, da várzea à academia: questões na escrita de biografias para a produção historiográfica

*Reginaldo Carlos de Melo Souza**

A diferenciação entre os gêneros narrativos de escrita da História e da Biografia aconteceu ainda na antiga Grécia¹. A narrativa coletiva das cidades estados, portadora da verdade da cidade, constituía-se em História, enquanto que num tom de exaltação, estava a escrita de biografias, numa linha épica que, junto aos estilos lírico e dramático, caracterizava grande parte da produção textual grega, mesmo quando expressa na oralidade.

Elevando as figuras individuais dentro do processo histórico, nessa tendência de escrita que se estendeu dos pensadores gregos até os eruditos da Idade Moderna, o elogio era predominante, e a trajetória de vida prosseguia como que num caminho certo até seu ápice e desfecho, já que a tônica era tratar-se de figuras proeminentes.

Essa forte característica, a de uma escrita de moldes literários que se julgava acompanhar à escrita de biografias, perdeu força com o endossamento das histórias nacionais. E a escrita biográfica foi depois relegada como nociva à busca de uma verdade em História, visto não ser prudente historiadores se proporem a debruçar-se sobre uma perspectiva individual do passado num contexto historiográfico de estruturação de nosso ofício como disciplina científica. Além disso, por valorizar o aspecto personativo, já no século XIX, passou a se considerar que o estudo do social, ou mesmo das grandes estruturas de uma dada sociedade não seria possível, ou de alguma maneira poderia ser comprometido pelo estudo do passado através de uma perspectiva de um único sujeito social.

*Aluno do PPGH da UFRN

¹ Os protagonistas: da biografia, do historiador Philippe Levillain, em René Rémond, *Por uma História Política*, de 1996, nos ajuda a pensar a relação entre Historiografia e Biografia.

Tais questionamentos continuaram permeando a produção historiográfica de caráter biográfico visto, mesmo agora, não ser incomum incorrermos nesses problemas com os quais temos considerável discussão dentro de todo nosso campo teórico-metodológico. E nesse sentido incorporamos então, muito recentemente, novas formas de conceber à problematização e à própria produção referente à escrita biográfica, que veio a ter uma grande impulsão com os voveres que vieram a se conhecer como a revalorização do sujeito, da História Política, assim como o renascimento do acontecimento².

Trazidas na esteira de um dos grandes fenômenos de reformulação epistemológica historiográfica, concentrado em grande parte nas últimas três décadas do século XX e condensado nos grandes círculos difusores intelectuais, quais sejam a Nova História Cultural, com as mentalidades e as representações na França, a Historiografia Social Inglesa, com a alegação uma história dos de baixo, a partir do enfoque cultural nas análises marxistas, também a Historiografia Norte-americana, com forte influência da Antropologia, e assim como com a Micro-história italiana. Esses novos questionamentos, provenientes dessas renovações vieram, cada qual à sua maneira, revitalizar a biografia em História. Assim mesmo, não houve uma estagnação na problematização do fazer biográfico.

O historiador francês François Dosse, reconhecido analista da produção intelectual francesa no Século XX, mostra-nos como o círculo da Escola dos Annales, utilizando-se das contribuições do Estruturalismo Sociológico, reduziu drasticamente a visibilidade e a valia individual dentro da ótica dos processos históricos. E como esse tom de escrita historiográfica vai se estender até a chamada Terceira Geração dos Annales, a conhecida *Nouvelle Histoire*, que teve seu ápice na década de 1970³.

² François Dosse é referencial crítico na análise do fenômeno teórico-metodológico de produção historiográfica conhecido como a Nova História. O autor também é responsável por denso trabalho problematizando a produção de biografias.

³ François Dosse, em *A História em Migalhas: dos Annales à nova história* (1994), nos apresenta uma retrospectiva crítica a respeito da Escola dos Annales.

Trazendo uma perspectiva de passado através de uma História das Mentalidades, as produções referentes a essa escrita muito influenciaram no bojo teórico-metodológico de nosso ofício. O estudo das mentalidades teve grande força nas produções historiográficas como num todo. E para tanto, utilizava-se, por vezes, de uma premissa sistematização mental comum a toda uma dada sociedade ou dado grupo. E este pressuposto estrutural se apresenta como um dos grandes perigos dentro da prática de escrita biográfica.

François Dosse nos leva a refletir que as sociedades não pensam aprioristicamente. São tão somente seus sujeitos que compõem e portam todas as formações intelectuais culturais. As biografias modais, segundo o autor, serão então aquelas que, ligadas a tal concepção estrutural da cultura, pensa poder fitar o sujeito e, partindo dele, encontrar e captar um todo, uma dinâmica cultural sistematizada, difundida e corporificada no espaço social. As práticas do indivíduo poderiam pois indicar a organização social a qual estava, de algum modo, ligado (DOSSE, 2009). Pensar então a diferença dentro do conjunto não estaria, de modo geral, dentro da pauta daquela perspectiva de produção historiográfica, e de modo específico, à escrita de biografias⁴.

Visto tal, sem relegar a grande contribuição que essa linha historiográfica trouxe, e não buscamos negar o profícuo diálogo que uma possível perspectiva de percepção de uma sociedade por meio de um indivíduo pode proporcionar, tentaremos operar de modo a apresentar as aproximações e distanciamentos que nos possam ser passíveis de captar no trato com a trajetória do intelectual norte rio-grandense Manoel Rodrigues de Melo, e a maneira pela qual este se articula ou se contrapõe no que diz respeito às várias dinâmicas sociais que vem a se consolidar na década de 1930, no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil, mas que necessitarão ser problematizadas tanto no que diz respeito ao final do século XIX, quanto a meados da década de 1950.

⁴ *Guilherme Marechal* ou o melhor cavaleiro do mundo (1987), do historiador Georges Duby, é um exemplo de escrita biográfica modal, não obstante ser um trabalho de imensurável valor para os estudos medievalistas.

Para tanto, seguiremos uma aproximação com aquele viés de escrita biográfica ao qual François Dosse denominou de idade hermenêutica das biografias (DOSSE, 2009). Ligada a um movimento crítico de revisão epistemológica voltado principalmente à produção das disciplinas das Ciências Humanas na França. O qual se apresenta na década de 1980 e pode ser sintetizado pelo afastamento para com a o Estruturalismo Sociológico, caracterizado por uma excessiva padronização do sujeito e das interpretações do passado, no caso da História.

Afastadas a linearidade e a sucessão dos fatos, as excentricidades dos sujeitos, seus contrapelos, suas patologias, seu íntimo e suas variadas identidades, presentes em suas trajetórias, suplantadas ou ainda presentes, recalcadas, terão então uma valoração antes não experimentada⁵. Assim, a grande provocação para o historiador que escolhe biografar, será pois proceder numa estrada ainda pouco utilizada, será tratar com o pouco conhecimento dessa via, ainda muito presente, por aqueles que tem como ofício viajar ao passado. Será conviver, por vezes, com a desconsideração da possibilidade de problematização histórica que a paisagem biográfica proporciona. E que, também a contrapelo, se mostra necessária e profícua mediante novos vislumbres de percepção do passado que vem a despontar.

Para tanto, antes mesmo de tentarmos iniciar uma escrita biográfica de Manoel Rodrigues de Melo, faz-se necessário agora, e de maneira ostensiva, refletir de que maneira elementos como a Cultura Política a Tradição e a Memória poderão estar presentes nas dinâmicas de vivência do biografado. Esses elementos parecem aptos a ser nortes para este trabalho. Mas que procuraremos não tornar em bordões, vide a dinâmica que uma pesquisa histórica pode apresentar, e prioritariamente o faz.

Tais marcos são somente produtos de um sub-reptício vislumbre de nosso trabalho de pesquisa histórica, mas que colocam-se como dentro da reflexão de não podermos nos prender a tendências ou preconceções de pesquisa e escrita da história. Nisso, e quanto àqueles, parecem reverberar ecos quando pensados e confrontados com as práticas e os silêncios do

⁵ *Eu, Pierre Rivière*, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão (1977), do filósofo francês Michel Foucault, é um bom exemplo do teor das biografias que povoarão a extensão da escrita biográfica nesta nova fase.

intelectual com os quais, pouco a pouco, passamos a ter contato. Tanto pelo ainda curto conhecimento da vida do intelectual, quanto pelo caráter de grande parte das fontes que até aqui tivemos acesso.

Pensemos então agora o intelectual e a Cultura Política. Este conceito que é justamente fruto da renovação e da interseção entre História Cultural e História Política⁶. E que propõe estabelecer, e se aqui for possível, uma ligação entre dados sistemas políticos e os elementos práticos e subjetivos presentes em determinados indivíduos de uma sociedade. Em nosso caso, entre o Integralismo⁷ e as práticas e as subjetividades de Manoel Rodrigues de Melo. Que poderão ser buscadas pelo viés da “descrição densa” antropológico, corporificada na metodologia da Micro-história e que visa, por meio da concentração à particularidade do sujeito, estabelecer diálogo com aspectos mais amplos dentro da sociedade⁸.

Nisto, não tentamos pensar o biografado somente dentro de si, por si mesmo, e nem tão pouco diminuí-lo aos arquétipos de grupos, e para problematizarmos também a noção de pluralidade e heterogeneidade num vislumbre mais amplo, utilizar-nos-emos das considerações de Serge Berstein quando o historiador francês prolonga as considerações do também historiador francês Jean-François Sirinelli e propõe que a Cultura Política como um bojo dialógico de ideias que tem em sua constituição elementos fortemente interligados e congruentes entre si, estabelecendo algo como que uma doutrina filosófica, e que tem acesso compartilhado por grande parte da composição dos indivíduos que a formam e que se associam a ela. (BERSTEIN, 1997)

Ainda segundo Serge Berstein (1997), seria uma interpretação compartilhada do passado histórico, uma representação sistematizada numa instituição corporificada por uma

⁶ As dimensões de estudo da história chamadas Nova História Cultural e Nova História Política estão dentro de um mesmo momento intelectual de interdisciplinaridade com a Antropologia e a Ciência Política, por exemplo.

⁷ Para um panorama dos referenciais sobre Integralismo em nosso intento, ver *Integralismo*, o fascismo brasileiro na década de 30 (1974), do cientista político Hélgio Trindade, numa perspectiva nacional; e *Pequena História do Integralismo no Rio Grande do Norte* (1986), de Luiz Gonzaga Cortez, numa perspectiva local.

⁸ As considerações a respeito da Cultura Política pensadas por Daniel Cefai são referencial para trabalharmos com as ideias de sujeito, autonomia, cooperação, conflito, ambientes naturais, institucionais e organizacionais.

organização política, que contém em si um ideal de anatomia social, inteligível a partir de códigos e discursos produzidos e que, portanto, estabelecem uma linha de práticas, símbolos e sensibilidades que qualificam e dispõem o fenômeno político.

Visto isso, por um lado poderemos tentar pensar de que maneira o Integralismo se colocava frente às demais culturas políticas presentes no Estado e no País⁹ e, por outro, buscar questionar tanto a densidade que a Cultura Política teve na constituição como sujeito social e mesmo individual de nosso biografado, quanto como nosso sujeito dialogou e contribuiu como membro de grupo e como indivíduo heteronômico dentro de seus ambientes sociais. Por isso, faz-se agora necessário tocarmos a questão da Tradição na escrita biográfica referente às práticas e subjetividades de Manoel Rodrigues de Melo.

Pensá-lo por esse viés nos leva, pelo menos a princípio, às chaves conjecturais de que fora produtor de escritos etnográficos de cunho memorialístico. Acadêmico norte rio-grandense, tendo lançado seu primeiro livro *Várzea do Açú* em 1940, foi também responsável pela construção da sede da Academia Norte Rio-grandense de Letras, presidido a instituição por mais de vinte anos. Além de haver se tornado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte a partir de 1946, chegando à vice-presidência da autarquia em 1983 e exercendo o cargo até a data de sua morte, no ano de 1996. Foi ainda, “Chefe Provincial” do movimento integralista no estado no ano de 1935 e eleito vereador na cidade de Natal no ano de 1948 pelo Partido de Representação Popular (PRP)¹⁰.

Contudo, todas essas informações não nos serão úteis se não considerarmos que o intelectual arraigou-se e atuou em sua prática de escrita literária de modo tal a ligarmos sua personificação à *Várzea do Rio Açú*. Recorte literário e discursivo de provável autoria do

⁹ Para Serge Berstein (1997), devemos empregar o termo Cultura Política no plural, visto numa conjunção social se fizerem presentes variados grupos sociais, de diferentes culturas políticas.

¹⁰ O PRP fora composto, em grande parte, pela antiga ala integralista no Estado. Para conhecimento da dinâmica eleitoral no Rio Grande do Norte, a tese de doutoramento *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em Campanha Política (1945-1955)*, da historiadora potiguar Jailma Maria de Lima, apresenta-se como valoroso referencial.

erudito¹¹, localizado geograficamente na Região Central do Rio Grande do Norte e que, numa perspectiva geopolítica atual, poderia ser localizado especificamente entre as cidades norte-riograndenses de Macau e Pendências. Aquele espaço deu nome à obra que, a partir de sua aparição, tornar-se-ia em marco na trajetória literária e representaria, de modo prático, a própria imagem do escritor no iniciante círculo literário potiguar¹².

O colega Câmara Cascudo, no prefácio da primeira edição do recém lançado *Várzea do Açú* (1940), refere-se a Manoel Rodrigues de Melo como o “cronista da várzea do Açú” (MELO, 1940, p. 15). Todavia, não é somente pelo exposto que assim o entendemos. A ligação para com a Várzea se mostra de modo incontestável em grande parte de sua obra literária que, vistos poemas, crônicas e ensaios a respeito, tem nas obras *Várzea do Açú*, *Calavo de Páú* (1953), *Chico Caboclo e outros poemas* (1957), e no romance *Terras de Camundá* (1972), referenciais que nos fazem desacreditar em qualquer hipótese que desconsidere a afinidade do autor para com a Várzea do Açú¹³.

O elemento de tradição poderá ser aqui pensado, se considerarmos as contribuições dos estudos antropológicos à Historiografia Social Inglesa. Especificamente às considerações do historiador inglês Eric Hobsbawm a respeito da invenção das tradições, quando nos propõe que as tradições podem ser entendidas como um conjunto de práticas reguladas por regras plenamente estabelecidas ou de aceitação comum, de natureza ritual ou simbólica que buscam, por inúmeras vias, inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que representaria uma continuidade no que diz respeito ao passado (HOBSBAWM, 1984).

E se considerarmos que o elemento está presente e agenciado, a princípio, nos escritos de nosso autor a respeito da Várzea, terra de seus pais, seu espaço formador, na qual estavam

¹¹ Esta informação ainda não pode ser afirmada com total segurança, apesar de nos parecer que a circulação do termo ter sido inaugurada pelo erudito. Não tentaremos, aqui, esclarecer esta questão.

¹² Apresentamos em nossa pesquisa discussões no que diz respeito à organização de uma dada tradição literária potiguar, no entanto, não se faz pertinente aqui esta explanação. Sobre tal, consultar *Pós-românticos no Rio Grande do Norte*, em *Múltipla palavra: ensaios de Literatura* (2004), de Humberto Hermenegildo de Araújo.

¹³ A discussão específica a respeito da relação que o biografado estabelece com a categoria espacial não terá aqui lugar privilegiado. Porém é parte substancial desta pesquisa.

arraigadas suas mais profundas raízes. Reduto que parece traduzir e referenciar muitas de suas posteriores práticas, dialogando amplamente com fatores de sua trajetória e identidade. Poderemos nos referenciar novamente ao historiador social quando indica que as tradições inventadas são reações a situações novas. Assumindo a forma de retorno a situações do passado, que se reestabelece por meio da repetição. (HOBSBAWM, 1984).

Seria uma reação a mudanças constantes, inovações do mundo moderno. Uma tentativa de sistematizar de maneira estável alguns aspectos das expressões culturais presentes no passado (HOBSBAWM, 1984). Na escrita do intelectual, de modo geral, a vida camponesa e todas as suas vivências e valores são resguardados, principalmente nas obras *Várzea do Açú* e *Cavalo de Pau*, esta última podendo ser considerada um tratado de análise crítica, mas também de defesa daquela vivência:

Afora esses prazeres que constituem o regalo do paladar, da vista, da audição, da sensibilidade, há ainda os regalos do espírito, das boas maneiras, da hospitalidade, da lealdade, da honra e do caráter [SIC.] sertanejos que ainda perduram como bons sintomas de que o serão não desapareceu (MELO, 1953: 23).

Conseqüentemente, a *Várzea* poderá ser identificada como elemento de tradição, que ficara no passado do nosso biografado, mas que se faz presente por meio da prática de escrita memorialística, mas também apologética. A defesa daquela cultura em seus escritos representa um referencial de segurança para o posicionamento do nosso autor frente às experiências que veio a ter após o afastamento de seu lugar originário¹⁴. Assim como pôde, posteriormente, ser estendida coerentemente às práticas políticas de Manoel Rodrigues de Melo, num cruzamento de condições históricas individuais, estaduais e nacionais que se colocam como pedra angular de vários pontos dialógicos aos quais desejamos tocar na escrita biográfica sobre o intelectual.

¹⁴ As obras *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983), do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, representa para nós referencial para se pensar as noções de afeto e significação que o ser humano estabelece com a categoria espacial.

Podemos conflitar os elementos de tradição e cultura política, se levarmos em conta alguns fatores do percurso individual e da conjunção social aos quais o intelectual esteve ligado. Héliog Trindade em seu *Integralismo*, o fascismo brasileiro na década de 30 (1974), nos fornece uma densa caracterização de algumas das dinâmicas sociais que passam a se consolidar no Brasil a partir do final do Período Imperial e que se estenderam até meados da década de 1930, já no Período Republicano.

Para isso, e aqui teremos um grande desafio na escrita de biografias históricas, qual seja o trabalho com as cenas macro e microsociais sem o vício de ligá-los previamente e sem reduzi-los um ao outro. Buscaremos problematizar os subsídios que viabilizam possibilidades historicamente identificáveis de formação ideológica do chefe da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, do próprio Movimento Integralista no Brasil e no Rio Grande do Norte e principalmente, da constituição conservadora e integralista de Manoel Rodrigues de Melo, buscando sua autonomia e heterogeneidade.

E pensar a conjuntura nacional na qual se encontra a década de 1930 é reconhecer um simultâneo cruzamento social de diálogo e tensão entre a mediação de modelos científicos e ideologias políticas europeias surgidas no período posterior a Primeira Guerra Mundial, de organização de uma doutrina social da Igreja Católica Brasileira, do afloramento de culturas políticas dentro de setores militares brasileiros, de incorporação de novas camadas urbanas à luta social e política, de uma revolução estética com o modernismo, e de tantos outros elementos que poderiam ser aqui elencados¹⁵. Tais torrões confluíam, intelectualmente, à uma questão de nível nacional: qual seria a realidade brasileira? Procurava-se uma chave que decifrasse sua realidade e levasse o país ao brilhantismo de seu destino (TRINDADE, 1974).

Pois que tentarmos estabelecer uma relação entre cultura política e tradição a partir do enfoque biográfico, e que no entanto estabeleça diálogo com um contexto nacional e regional, faz-se necessário, por último, buscarmos pensar o elemento que está exatamente no ângulo

¹⁵ Sobre esses e outros aspectos presentes no bojo nacional da época, ver *Integralismo*, o fascismo brasileiro na década de 30 (1974), de Héliog Trindade.

central de conversação entre a cultura política e a tradição na biografia de Manoel Rodrigues de Melo, a Memória. E o novo desafio se coloca pois na identificação de um panorama no qual possamos problematizar o elemento Memória, que nos parece poder ser entendida como ponte entre a tradição varzeana a que o erudito se prende, e a postura política personificada e praticada, mas não somente nela, numa escrita memorialística que pensa também a realidade nacional e potiguar.

Aleida Assmann, e seu denso *Espaços da recordação* (2011), obra que dissemina os estudos da novíssima “memória cultural”, e que além portar a massiva contribuição epistemológica da Escola Alemã, traz também outros grandes referenciais das demais escolas das Ciências Humanas e mesmo da neurociência. Poderá nos ajudar a pensar elemento da memória em nosso escritor, quando propõe a memória cultural como um repositório que fornece fundamento textual para entendimento e capacidades de compreensão coletiva, comum a diversas gerações no que diz respeito às suas própria produção cultural. Um repositório de conhecimento partilhado, principalmente em textos maiores e mais antigos, materializado nas mais diversas formas de expressão, que vão da escrita à oralidade, e também além (ASSMANN, 2011).

Buscaremos pois inquirir até que ponto a Várzea do Açu pode ser interpretada como um texto cultural que vai além de nosso biografado, e se poderemos classifica-lo como aquilo que Aleida Assmann chama de “portador” de uma memória funcional, uma memória coletiva que assegura uma dada identidade, e que ao mesmo tempo pode ser relacionada a memória dos locais. Assim como o modo que a interseção dessa escritura pode se relacionar ao conservadorismo de Manoel Rodrigues de Melo e a sua cultura política.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, H. H. Pós-românticos no Rio Grande do Norte. In: **Múltipla palavra: ensaios de literatura**. João Pessoa: Idéia, 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. **Pequena História do Integralismo no Rio Grande do Norte**. Natal: Clima/Fundação José Augusto, 1986.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Editora Ensaio: Unicamp, 1992.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal, ou o maior cavaleiro do mundo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. ***Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault***. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Pg 9-23.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 148-149.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: o rio grande do norte em campanha política (1945-1955)**. Rio de Janeiro, 2010.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açú: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú**. São Paulo: Edição dos Cadernos, 1940.

_____. **Cavalo de Pau**. Rio de Janeiro: Potengi, 1953.

_____. **Patriarcas e Carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste**. (3ª Ed.). Natal: Editora Universitária, 1985.

_____. **Terras de Camundá**. Rio de Janeiro: Potengi, 1953

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo**, o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

O passado, o presente e o futuro na produção textual dos alunos da educação básica

*Renan Rubim Caldas**

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção textual dos alunos do 2º ano da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, Rio de Janeiro, que foi feita a partir da criação e aplicação de uma ferramenta de pesquisa¹ que envolve o tema da noção de tempo histórico no discurso dos alunos, entendida à luz das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” concebidas por Reinhart Koselleck. As atividades apresentadas e analisadas fazem parte de uma pesquisa mais ampla, chamada “Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história”², coordenada pelo Prof. Dr. Fernando de Araujo Penna.

A criação da ferramenta surgiu da discussão sobre os tipos de consciência histórica concebidos por Jörn Rüsen, e nos levou a formular um trabalho de imaginação histórica que fizesse com que os alunos articulassem um fato do passado com uma situação no presente. O objetivo foi perceber e analisar como os alunos articulam as temporalidades através de suas narrativas, ou seja, como eles pensam e concebem a relação entre passado, presente e futuro a partir de uma situação hipotética, mas fundamentada em fatos e processos históricos.

¹ Para saber mais sobre o processo de criação da ferramenta de pesquisa ver: CALDAS, Renan R. “A concepção de tempo histórico de alunos da educação básica: a produção e a avaliação de uma ferramenta de pesquisa”. ANPUH – RJ, 2014.

² Para saber mais sobre o tema, ver: PENNA, Fernando de Araujo; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.36, n. 1, p. 191 – 211, jan/abr. 2011.

O texto do historiador alemão Jörn Rüsen³, resumidamente, aborda os diferentes tipos de consciência histórica (tradicional, exemplar, crítico e genético), sobre o desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica e como isto se encontra vinculado a uma consciência moral. Inicialmente, Rüsen nos conta uma lenda entre dois clãs escoceses que possuíam, no passado, uma dívida entre si. Porém, acontecimentos em uma situação presente coloca em jogo a interpretação dessa dívida do passado. O autor, então, destaca quatro interpretações possíveis dessa relação passado-presente, e daí extrai as tipologias da consciência histórica. Desse modo, nos inspiramos neste conto para desenvolver nosso trabalho de imaginação histórica. O resultado foi o seguinte:

Dados de uma carta de alforria de 1854:

Fevereiro de 1854; proprietário: José Joaquim d’Azevedo Coutinho; escravo: Oscar Crioulo (8 anos); nome da mãe: Joaquina Moçambique; motivo: amizade com os pais.

O trabalho de imaginação:

Ainda durante o reinado de D. Pedro II, um senhor de escravos chamado José Joaquim d’Azevedo Coutinho tornou-se amigo de uma de suas escravas chamada Joaquina Moçambique e de seu marido Sebastião. Na fazenda na região do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, nasceu o filho de Joaquina e Sebastião e ele foi chamado Oscar Crioulo. O senhor José Joaquim, proprietário do casal, decidiu, graças a sua amizade com seus pais, conceder a liberdade de Oscar Crioulo em 1854, quando ele tinha apenas 8 anos de idade. Apesar de seus pais permanecerem cativos, Oscar ficou muito grato ao seu antigo senhor e contou para seus filhos, e os filhos dos seus filhos, até hoje em dia sobre a atitude generosa por parte da família dos Azevedo Coutinho e da enorme gratidão que sentia em relação a eles. O Vô Oscar sempre contava esta história, porém, seus netos, que cresceram depois da Abolição, sempre falavam que ninguém devia nada a seus antigos senhores, que os maltratavam e os mantinham em cativeiro.

Imagine que você é um descendente do Vô Oscar. E hoje em dia, depois de tanto tempo, um membro da família do antigo senhor de escravos José Joaquim d’Azevedo Coutinho bate a sua porta. Seu nome é Fernando d’Azevedo Coutinho, ele conta que seu filho está sendo acusado de um crime

³ O texto em questão se chama “O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”. In: RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Editora UFPR, 2010b, p.51 – 77.

que ele não cometeu e foi levado para a prisão. Fernando está desesperado e pede sua ajuda. O que você faria? Justifique a sua decisão.

Percebe-se então, que utilizamos uma fonte histórica (dados da carta de alforria) e elementos que estão vinculados a fatos históricos (tema da abolição da escravidão, carta de alforria) e mesclamos com um trabalho de imaginação histórica que propiciasse aos alunos algum tipo de relação com o presente em que eles vivem atualmente.

Referências teórico-metodológicas

Antes de começar a análise das narrativas feitas pelos alunos, vale explicitar e, ao mesmo tempo, problematizar a referência que serviu de ponto de partida para o trabalho e para produção da ferramenta de pesquisa. Como já foi dito anteriormente, a referência inicial que utilizamos fora o texto do teórico Jörn Rüsen. Porém, conforme o decorrer das nossas discussões, nos deparamos com alguns entraves conceituais no que diz respeito aos quatro tipos de consciência histórica elaborados por Rüsen.

Sobre a consciência histórica Rüsen nos diz que, *“funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente”* (RÜSEN, 2010: 55-56), ou seja, a consciência histórica encontra-se indissociada do campo dos valores morais, das escolhas e das decisões no presente, e torna-se um pré-requisito para ação no mundo. Somos agentes e sujeitos da história, e a compreensão do lugar que ocupamos no presente e as projeções dos lugares que ocuparemos no futuro dependem da compreensão das nossas experiências passadas, ou seja, dos valores e princípios de percepção, apreciação e classificação do mundo que incorporamos e, ao mesmo tempo, externalizamos, (re)significamos e atualizamos em cada situação prática de nossas vidas.

Além disso, Rüsen destaca a importância da competência narrativa como forma linguística dentro da qual a consciência histórica realiza sua função de orientação (RÜSEN, 2010: 59). Ou seja, é através de nossa competência narrativa – que sintetiza as dimensões de tempo simultaneamente com as do valor e da experiência – que damos sentido ao nosso passado

e orientamos nossa vida presente. E é na competência narrativa que pode-se distinguir os quatro tipos de consciência histórica.

Se até aqui concordamos com Rüsen, discordamos e nos afastamos dele no momento em que elabora o esquema de tipologias de consciência histórica. Partimos da ideia de que em uma dada realidade, os agentes e sujeitos da história mobilizam diferentes concepções de tempo histórico, e com isso pensam e concebem a história de maneiras distintas, e que essas mesmas concepções coexistem de forma dinâmica no presente, e, muitas vezes, de maneiras contraditórias e conflituosas. Desse modo, a defesa de uma tipologia “fechada” e “rígida” em si mesma, e a categorização da consciência histórica em “tradicional”, “exemplar”, “crítica” e “genética”, pode ser um equívoco e acaba desfavorecendo uma reflexão mais ampla e enriquecedora sobre as questões das distintas concepções de tempo histórico e das diferentes maneiras de se pensar história. Portanto, recorreremos aos escritos de Reinhart Koselleck sobre as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, na intenção de tornar nossa ferramenta de pesquisa mais complexa e dinâmica, buscando uma melhor análise das narrativas.

Em vez de falar de uma consciência histórica ampla, dividida e esquematizada em tipos, Koselleck nos diz que em um determinado presente histórico, articulamos as dimensões temporais do passado e do futuro de diferentes maneiras, e que a experiência temporal é manifestada à superfície da linguagem (KOSELLECK, 2006). Desse modo, concebeu que o uso das categorias de “experiência” e “expectativa” é essencial para refletir sobre o tempo histórico e sobre as diferentes maneiras de se pensar história.

Koselleck considera essas categorias como meta-históricas, já que remetem a uma condição humana universal, um dado antropológico prévio, sem o qual a história não poderia ser imaginada e concebida (KOSELLECK, 2006: 308). Elas também são categorias formais, ou seja, “*não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera*”, mas são categorias de conhecimento que nos permitem fundamentar a possibilidade de uma história,

já que todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas dos agentes/sujeitos (KOSELLECK, 2006: 306). As duas categorias podem ser definidas como:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada a experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento das histórias alheias. [...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2006: 309-310).

Desse modo, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são duas categorias constitutivas da história e do seu conhecimento, e são importantes para pensarmos o tempo histórico, já que elas entrelaçam passado e futuro, hoje e amanhã, ao mesmo tempo que dirigem as ações concretas no movimento social e político (Koselleck, 2006: 308). Com isso, pode-se afirmar que as diferentes maneiras de articulação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” em um determinado presente geram diferentes concepções de tempo histórico e distintos modos de se conceber a história.

Apresentação e análise das narrativas dos alunos

Após a apresentação do nosso referencial teórico e metodológico, cabe agora analisar algumas das narrativas que selecionamos como significativas para percebermos como os alunos articulam e mobilizam a relação entre passado, presente e futuro frente a uma situação hipotética e de imaginação histórica. No total foram vinte e uma narrativas escritas e selecionamos seis para serem analisadas.

A primeira narrativa que selecionamos foi a seguinte:

Devido ao favor que a família D’Azevedo Coutinho prestou ao Vô Oscar quando o mesmo ainda era uma criança, eu faria o que fosse da minha capacidade para ajudá-lo. A alforria poupou Vô Oscar de muito sofrimento, e ainda assim ele mantinha uma relação de amizade com seus pais (Paulo).

De acordo com a narrativa deste aluno, os acontecimentos do passado (a carta de alforria, o “favor” prestado, a amizade do senhor com os pais de Oscar) determinam claramente a sua escolha e sua ação no presente e também sua expectativa futura, havendo uma continuidade de espaço de experiência e nenhuma distinção entre as temporalidades. A experiência, nesse caso, se impõe e condiciona a decisão do aluno. Escolhemos apenas uma narrativa para ilustrar essa articulação específica entre passado, presente e futuro, mas não se pode deixar de destacar que houve mais cinco narrativas que interpretamos como parecidas a essa concepção de tempo histórico. Todas apontavam os elementos da alforria, da amizade, da confiança, da gratidão como fatos históricos do passado que condicionam uma ação atual.

A segunda narrativa importante que destacamos apresenta outra relação entre passado, presente e futuro. Segundo a aluna Francisca,

Apesar de Fernando Coutinho ser membro da antiga família do antigo senhor de escravos, eu ajudaria ele. Procuraria entender o que exatamente tinha acontecido e o motivo de ele ter sido preso. Logo depois eu conversaria com o membro da família e falaria comparando a situação dos escravos e a situação dele, fazendo ele perceber o quanto essa situação é ruim e desesperadora para os escravos. A liberdade é essencial e importante para todos, e que ser preso sem ter feito nada é uma situação que ninguém merece passar (Francisca).

Como se pode perceber de início, a aluna se prontifica a tomar a decisão de ajudar, tendo consciência da diferença temporal entre as condições do passado e as condições do presente. O uso do “apesar de” expressa bem esse discernimento de condições. Porém, ela usa o passado como lição moral para o presente, no momento em que compara duas situações distintas (a do escravo e a da prisão injusta), mas que tem a liberdade do indivíduo como tema central para ela estabelecer o nexos e a continuidade temporal entre passado e presente. Nesse caso, há uma

aproximação do “espaço de experiência” e do “horizonte de expectativa” no que se refere ao tema da liberdade, uma moral que perpassa o passado, o presente e o futuro.

A terceira narrativa foi escrita pela aluna Erika, e ela diz o seguinte:

Bom, eu o ajudaria pois os erros que os antepassados dele cometeu não deve refletir nele, não posso responsabilizá-lo por uma coisa que não foi ele que fez. Porque como ele é descendente eu também sou, e como eu não sou escrava ele também não é senhor de escravos. Então eu o ajudaria com o problema do seu filho, pois não devemos guardar magoas do passado. (Erika)

Como se pode perceber, a atitude tomada por Erika no presente é condicionada pela sua percepção de que a experiência passada não tem nada a ver com a presente, ou seja, nenhuma ação do passado, seja individual ou coletiva, deve-se refletir no presente, e nenhuma ação no presente deve ser interpretada à luz de escolhas e ações passadas. Há uma diferença absoluta entre as condições (“eu não sou escrava e ele também não é senhor de escravos”). Estabelece-se uma ruptura na continuidade temporal, e há uma ruptura total entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, o que gera certa “libertação” do passado. Desse modo, sua escolha é definida pelas condições imediatistas do presente, a partir dessa noção de ruptura com o passado (“não devemos guardar mágoas do passado”).

Na quarta narrativa, a aluna Daniella destaca,

Acredito que se me encontrasse nessa situação, dentro de tal quadro histórico, ajudaria ao parente de Fernando d’Azevedo Coutinho à medida do possível. Se deparando com uma situação, em que o próximo precisa de ajuda, quando não o conheço, o instinto solidário tentaria ampará-lo, porém confesso que dependendo de como fosse, talvez ‘ouvesse’ certa resistência, ou certa barreira, mas creio que não o suficiente para impedir de que o ajudasse, apenas a falta de vínculo ou intimidade a primeiro instante. Mas pelo fato de se haver, ainda que meramente um vínculo histórico, ainda que fosse algo de direito de todo o ser humano, a liberdade e a vida, a ação de José Joaquim d’Azevedo Coutinho para com o escravo (Oscar Crioulo), em meio ao quadro da época, superou sim a barreira de pensamento, a ‘mesmisse’ dessa cultura injusta, representando valores e humanidade. Portanto acredito que em meio a isso, a facilidade, intimidade e compaixão em ajudar o membro da família do antigo

senhor de escravos (José Joaquim d’Azevedo Coutinho) e seu filho seria consideravelmente ‘mais forte.’ (Daniela).

Ao ler esta narrativa, pode-se afirmar que foi a mais elaborada de todas, com um nível de complexidade e reflexão mais amplo. De início, a aluna afirma que ajudaria, ao se colocar dentro de “tal quadro histórico”, destacando, desde já, que se insere em condições específicas no presente. Relativiza um pouco sua atitude quando diz que poderia haver certa “resistência” ou “barreira” devido à falta de intimidade, mas nada que a impedisse de ajudar. Logo em seguida ela estabelece um nexos de sentido entre o passado e o presente (“vínculo histórico”) no que diz respeito ao direito de liberdade e de vida de todo o ser humano, e ainda diz que a ação do senhor de escravos, “em meio ao quadro da época” – novamente contextualizando – superou uma “barreira de pensamento”. Ou seja, ela consegue ter total noção das especificidades históricas tanto do passado quanto do presente e estabelece uma relação complexa entre essas condições, e ainda destaca elementos de mudanças dentro do processo histórico. Nesse caso, fica evidente na narrativa da aluna a consciência de mudança, de processo, de especificidade, mas também de permanência, como elementos que dão sentido a história e que interliga o passado, o presente e as projeções futuras. Pode-se dizer então, que a articulação entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” na narrativa dessa aluna, é caracterizada pelo entrelaçamento do passado, do presente e do futuro, do ontem, do hoje e do amanhã.

Não se pode deixar de destacar também que oito alunos (o maior número) não consideraram a dimensão do passado nas suas narrativas, ou seja, eles apenas focaram as suas decisões e escolhas na condição presente e imediata de suas vidas, não fazendo nenhuma referência a escravidão, a carta de alforria, ou a relação de amizade entre o senhor de escravos José Joaquim d’Azevedo Coutinho e os pais do Oscar Crioulo.

Podemos destacar duas dessas oito narrativas. A primeira é do aluno Guilherme, e ele diz o seguinte:

Simplesmente em 1º lugar, iria mandar ele se acalmar, convido para ele entrar em minha casa e me contar tudo o que aconteceu. Iria oferecer um chá de camomila e depois iria explicar mais sobre as minhas opiniões e o que eu achava. Em 2º lugar iria chamar um advogado para resolver melhor o caso, em seguida iria pedir um ‘*abes corpus*’ para comprovar que ele tem os devidos direitos. E em 3º lugar, lutaria até o fim para que essa injustiça terminasse, porque devemos lutar pelos nossos irmãos e ser leais. Só descansaria quando a paz dessa família fosse resgatada. E assim, deixar mais uma pessoa com sorriso no rosto. (Guilherme)

Apesar de o aluno ter construído todo um cenário de atuação em sua mente, pode-se perceber que em nenhum momento o mesmo se refere ao passado, e nem ao trabalho de imaginação histórica. Ele apenas foca sua decisão de ajudar nas condições imediatistas do presente.

A segunda narrativa é da aluna Aline, e ela tem o seguinte posicionamento:

Eu ajudaria ou pelo menos tentaria ajudar, o filho de Fernando, e se ele é inocente há alguma prova ou testemunha de sua inocência. Eu tentaria de qualquer forma ajuda-lo. Porque é muito injusto a pessoa ser presa por uma coisa que não cometeu, pois existem tantas pessoas que eram para estar presas e não estão, tipo os políticos corruptos que lideram o nosso país. Que tipo de lei é essa que prende os inocentes e deixam os verdadeiros criminosos soltos? É Brasil, precisamos de reformas. (Aline)

Em sua narrativa, Aline se prontifica a ajudar e ainda se mostra revoltada com o sistema de leis do Brasil, que prende gente inocente, mas não prende os políticos corruptos. Seu tom crítico fica evidente em toda sua narrativa. Porém, assim como a narrativa anterior do aluno Guilherme, não faz nenhuma referência ao passado e nem a questão do trabalho de imaginação histórica. Nada relacionado à escravidão ou à carta de alforria aparece nessas duas produções textuais.

Se interpretarmos essas duas narrativas à luz dos escritos de Koselleck, pode-se afirmar que o presente se impõe de maneira absoluta, gerando um distanciamento entre experiência e expectativa. As dimensões do passado e do futuro são cada vez mais afastadas para dar lugar a uma consciência de um período de transição constante, no qual o presente parece ser contínuo.

Segundo Koselleck, é a própria experiência de aceleração do tempo e a velocidade da mudança que contribuem para esse distanciamento e para a desagregação das três dimensões do tempo. Ele mesmo nos diz que a “*descontinuidade se transforma em critério primeiro e decisivo da experiência moderna de História, na medida em que esteve marcada pela grande revolução*” (KOSELLECK, 2013: 205).

Se Koselleck nos diz que essa irrupção do distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” nasceu na Revolução Francesa e que a descontinuidade caracteriza o moderno conceito de História, podemos nos perguntar se isso de alguma forma persiste atualmente, principalmente ao constatar que a maioria dos alunos que responderam o trabalho de imaginação histórica não fizeram nenhuma referência ao passado, restringindo suas reflexões e decisões apenas ao presente.

Além disso, cabe a pergunta: será que essa restrição ao presente abre uma possibilidade de diálogo entre as afirmações sobre o tempo histórico de Koselleck e a afirmação de Hans Ulrich Gumbrecht sobre diferentes cronotopos coexistentes atualmente?

Conclusão

Depois de ter definido as referências teóricas e metodológicas e de ter feito as análises das narrativas, cabe destacar e afirmar a importância do uso dessa ferramenta tanto para análise das narrativas feitas pelos alunos e perceber como eles pensam e concebem a relação entre passado, presente e futuro, quanto para refletir sobre as diferentes apropriações dos conteúdos históricos dados dentro de sala de aula.

Desse modo, percebe-se que nas mesmas condições atuais existem pessoas com trajetórias de vida distintas, dotadas de experiências e vivências diferenciadas que condicionam um olhar, um julgamento, uma escolha específica. Pode-se dizer que dentro de uma mesma sala de aula, tivemos alunos que mobilizaram seu “espaço de experiência” e seu “horizonte de expectativa” de formas variadas, cada qual se apropriando e (re)significando concepções de tempo histórico que são diferentes, mas que coexistem no presente.

Referências bibliográficas

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.305 – 327.

_____. “História” como conceito mestre moderno. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; Et.al (Orgs). **O conceito de História**. Editora Autêntica. 2013, p.185 – 222.

PENNA, F. A. **Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula**: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história. Projeto de Pesquisa – UFF. Rio de Janeiro, 2014.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Editora UFPR, 2010, p.51 – 77.

O que é “história poética”? Giambattista Vico e a descoberta do verdadeiro Homero

Renata Sammer*

Ao formular uma questão imaginamos uma resposta. Por isso gostaria de bem formular a questão - “o que é história poética?” - para, ao fim desta apresentação, traçar uma resposta possível. Vico possui uma vasta obra, mas seu trabalho mais importante, sem dúvida alguma, é a “Ciência Nova” (1730-44). Em sua segunda edição, bastante distinta da primeira, destacam-se o segundo capítulo, dedicado à sabedoria poética, e o quinto capítulo, onde Vico revê a crítica setecentista e oitocentista de poesia homérica à luz de suas mais recentes descobertas. A expressão “história poética” é encontrada no capítulo quinto dedicado à descoberta do verdadeiro Homero. Esse não é um único indivíduo, nos diz Vico, mas, referindo-se às teses apresentadas no segundo capítulo, um caractere poético.

Voltaremos a este ponto mais adiante, por ora basta notar que esta reflexão pontual, porém fundamental para a compreensão da obra viquiana, vem sendo estudada com maior cuidado e assim busca-se lentamente dissociar Vico do rótulo romântico-historicista que lhe é frequentemente aplicado. Se tomamos o mais conhecido exemplo de Benedetto Croce (que dedica um extenso estudo sobre a filosofia de Vico à Windelband) veremos que a história poética que Vico exaltou nos antigos poetas faz parte, assim nos diz Croce, de uma crítica ao ceticismo cartesiano e, assim, de uma insipiente limitação do que seria o espaço reservado às ciências do homem.

Croce identificou na crítica viquiana à Descartes a valorização do verossímil, das metáforas e da história que o francês havia posto porta afora. É célebre a passagem do *Discurso do Método* onde Descartes diz ser inútil o aprendizado de línguas, as viagens, a história, a retórica e a poesia para a prática da verdadeira filosofia. Mas a cultura do Renascimento foi

* Doutoranda no PPG em História Social da Cultura – PUC-Rio de Janeiro; Bolsista do CNPq.

também uma cultura filológica, como nos conta Hathaway em seu “Marvels and common places”. Ali, o estudo da poética e da retórica ainda não se encontravam desprovidos de seu potencial filosófico. Há um vasto debate sobre a história da retórica e dos lugares comuns, e algumas divergências sobre seus momentos cruciais. Se alguns identificam na segunda sofística (II-V d. C.) o desaparecimento da filosofia na retórica, outros dirão que apenas no Renascimento, com a fixação por escritos dos lugares comuns em manuais de retórica, a disciplina perde sua flexibilidade e assim seu potencial filosófico. Para o professor de retórica napolitano uma nova ciência deveria ser formulada para anular a cisão consolidada pela filosofia cartesiana entre filologia e filosofia.

Croce tem o mérito de ter identificado duas gnoseologias distintas ao longo da trajetória de Vico. Como ponto marcante e definitivo, temos os nove anos que Vico passa no castelo dos Rocca, em Vatola, que, curiosamente, contrastam com os anos de isolamento de Descartes. Antes de Vatola, a gnoseologia de Vico, pode ser resumida, sem grandes riscos, a uma crítica à filosofia cartesiana. Vico teria tomado o caminho apontado por Descartes – o incerto caminho das artes -, como defendem Croce e Collingwood, empenhando-se em uma reflexão sobre o estatuto do verossímil.

O objetivo de Vico nesta primeira teorização é restaurar a dignidade do entimema, que era então erroneamente considerado, pelos “aristotélicos atuais”, como um silogismo manco, pouco eficaz. É vasta a discussão sobre o entimema e a maneira como Aristóteles o compara ao silogismo lógico na *Retórica*. Se a grande maioria de intérpretes identifica o entimema como estrutura inferior ao silogismo, Vico se concentra sobre a definição aristotélica do entimema como um tipo de silogismo (*silogismos tis*), notando a sua especificidade e sua particular eficácia. A dignidade do silogismo assim reconquistada é corroborada pelo destaque dado por Aristóteles ao papel cognitivo dos sentimentos na *Retórica* e também na *Ética*.

Se Vico já demonstra aqui um cuidado com a obra aristotélica, restaurando as virtudes filosóficas do entimema, é característico desta primeira teoria do conhecimento, a subordinação desta forma silogística particular, do entimema, ao verossimilhante, à verdade. Desta maneira, Vico pouco se distancia de Descartes, caminhando ainda ao seu lado.

Em sua segunda gnoseologia, Vico dedica-se à aspectos teóricos da poética e da retórica ainda não investigados. Há ainda a tentativa de conciliar estas reflexões à filosofia metafísica. A “Ciência Nova” – uma ciência do todo, filológica e filosófica, nos diz Vico - seria o resultado deste empreendimento e a teoria dos caracteres poéticos o seu ápice. Para que possamos compreender o que é história poética em Vico, é importante conhecer como funcionam estes caracteres e como estes produzem, na segunda gnoseologia viquiana, um rompimento com a filosofia cartesiana.

Vico cita Ludovico Castelvetro, que assina uma edição da *Poética* de Aristóteles (*Poetica d’Aristotele vulgarizzata e sposta*, 1570), por ter este compreendido a anterioridade da história em relação à poesia, essa, a poesia, acrescentando uma imitação (*imitazione di più*) à enunciação da verdade daquela (*semplice enonziazione del vero*). Mas a sua citação não permanece sem críticas: “o homem, embora muitíssimo perspicaz”, nota Vico, “não soube fazer uso disso para *remontar aos verdadeiros princípios da poesia*, combinando-os com esta prova filosófica, que aqui se expõe, pois: [q]ue, tendo sido os poetas certamente anteriores aos historiadores vulgares, a primeira história deverá ser a poética” (*grifo meu, CN, #812-13*).

Assim, Vico remove o essencialismo da história e libera a poesia da tradição que a compreende como imitação, apontando ainda para certa forma de verdade poética. Seria essa inusitada aproximação entre verdade e poesia o fundamento da história poética? Afinal, do que se trata, a história poética? Vico identifica na poesia, uma forma de “enunciação do verdadeiro”. Há um *vero poético* nas fábulas heroicas. E assim voltamos aos caracteres poéticos: “Tendo sido esses os caracteres poéticos, as suas *alegorias* poéticas, necessariamente, como acima se demonstrou ao longo de toda a *Sabedoria poética*”, escreve Vico, “devem conter unicamente *significados históricos* dos primeiros tempos da Grécia”. (*grifo meu, CN, #818*).

Ao contrário do evemerismo que supõe a existência de uma realidade palpável anterior aos caracteres fabulosos e poéticos, a teoria viquiana apresenta seus caracteres como “modelos ou puros retratos ideais” que nada nada têm de factual. Para Vico, as alegorias próprias à sabedoria poética são formas de narrar, verdades que se constituem linguisticamente por

alegorias sem que para tanto seja necessário lhes atribuir um referente comum. É este o *vero poetico* presente nas metáforas heroicas, isto é, nos caracteres poéticos.

A fala heroica, diz Vico, “foi uma fala por semelhanças, imagens, comparações, nascida da inóxia de gêneros e de espécies, que são necessários para definir as coisas com propriedade” (CN, #832). Os poetas criadores são afinal incapazes de abstrair “as formas e as propriedades dos assuntos” (CN, #816). Para compreendê-los - ainda que Vico nos ponha *en garde* apontando para a impossibilidade de pensarmos como os heróis dotados de sabedoria poética - devemos compreender as estruturas da linguagem metafórica dos heróis, a formação de seus caracteres poéticos.

Se estes caracteres tão importantes para a ciência viquiana são metáforas, como nos diz Vico, sendo o seu grande exemplo, a primeiríssima metáfora de Júpiter, gerada pelo medo sentido diante do estrondo do trovão, e, se estes não são metáforas essencialistas, tampouco metáforas subordinadas ao verossimilhante, pois inaptas às analogias, como eles se formam?

A descoberta viquiana não é acidental: ao menos vinte anos de trabalho árduo custou ao professor de retórica napolitano a investigação dos caracteres que compõem a fala dos antigos. Vejamos então o que nos diz Vico sobre estes especialíssimos caracteres da fala heroica:

O princípio de tais origens das línguas e das letras comprova-se que foi o fato de os primeiros povos da gentildade, por uma demonstrada necessidade de natureza, terem sido poetas e falarem por *caracteres poéticos*; esta descoberta, que é a *chave mestra* desta Ciência, *custou-nos a pesquisa obstinada de quase toda a nossa vida literária*, uma vez que, com estas nossas naturezas civilizadas, tal natureza poética desses primeiros homens é, de fato, impossível de imaginar e muito a custo nos é permitido compreender. Esses caracteres poéticos comprova-se terem sido certos gêneros fantásticos (ou seja, imagens, na maioria dos casos de substâncias animadas ou de deuses ou de heróis formadas pela sua *fantasia*), *aos quais reduzem todas as espécies ou todos os particulares pertencentes a cada gênero*; (...). Portanto, *esses referidos caracteres divinos ou heroicos comprova-se terem sido fábulas, ou seja, falas verdadeiras; e descobrem-se as alegorias, contendo sentidos não já análogos mas unívocos, não filosóficos mas históricos daqueles tempos dos povos da Grécia*. Para mais, uma vez que tais gêneros (que são, na sua essência, as fábulas) eram formados por robustíssimas fantasias, como que de homens de debilíssimo raciocínio, descobrem-se nelas as verdadeiras sentenças poéticas, que devem ser sentimentos vestidos de grandíssimas

paixões e, por isso, plenos de sublimidade e despertando a admiração. *Comprova-se, além disso, que as fontes de toda a locução poética são estas duas, a saber, pobreza de linguagens e necessidade de se explicar e de se fazer entender; [...]*. (CN, #34).

Os caracteres poéticos (*caratteri poetici*) são “gêneros ou universais fantásticos” (*generi fantastici e universali fantastici*) distintos dos “gêneros inteligíveis” (*generi intelligibili*) ou “universais inteligíveis” (*universali intelligibili*) que fazem parte da sabedoria racional da idade dos homens. No universal fantástico a linguagem sempre opera metaforicamente. “Os primeiros homens”, continua Vico,

como crianças do gênero humano, não sendo capazes de formar os *gêneros inteligíveis* das coisas, tiveram natural necessidade de fingir os *caracteres poéticos*, que são *gêneros ou universais fantásticos*, de referir a eles, como a *certos modelos, ou então retratos ideais*, todas as espécies particulares a cada um dos seus gêneros semelhantes; [...]. (grifos meus, CN, #209).

Homero seria, como o egípcio Hermes Trimegisto, um caractere poético. Se o nome reúne os atributos comuns aos aedos – cegueira, pobreza, itinerância -, esse processo não pode ser confundido “com o da antonomásia retórica, caso em que o nome de um indivíduo existente é utilizado para designar outros, dotados dos mesmos predicados ou praticantes das mesmas ações” (LACERDA, 2003: 296).

Talvez a maior dificuldade em compreender como os caracteres poéticos viquianos se distinguem dos gêneros e das espécies – ora, se tenho um grupo de Ulisses, este seria o primeiro passo dado em direção à formação do gênero inteligível “homem sábio” – reside na idéia de que não há semelhança, tampouco constância, entre os caracteres poéticos. O gênero fantástico encontra-se submetido ao fluxo dos particulares, e apenas nele ele se configura.

Vale lembrar o estudo de Benjamin sobre “A origem do drama trágico alemão” onde a alegoria barroca é examinada como uma teoria não-essencialista da metáfora. É de fato a experiência do particular na sabedoria poética - obnubilada pela brutalidade das paixões que

impedem toda forma de abstração e conceitualização possível da experiência - que dará forma ao gênero fantástico.

[...] o verdadeiro poético é um verdadeiro metafísico [ideal], em face do qual o verdadeiro físico, que com ele não se conforma, deve considerar-se desde logo falso. Do que resulta esta importante consideração em matéria poética: que o verdadeiro capitão de guerra, por exemplo, é Godofredo que Torquato Tasso finge; e todos os capitães que não se conformam no todo e completamente com Godofredo, esses não são verdadeiros capitães de guerra. (CN, #205).

Temos aqui - para não deixar de lembrar W. Iser - não uma referência ao real, mas a realização do imaginário pelo ato poético de fingir. Por esta característica dos caracteres poéticos, a fala heroica – *diversiloquium(a)* – constrói-se sobre a diversidade e não, como a fala moderna – *veriloquium(a)* – pelas relações estáveis de analogia que estabelecem os gêneros inteligíveis. Os caracteres poéticos possuem significados unívocos e não análogos (VICO, CN, #210). Neste sentido, o capitão de guerra e Godofredo são idênticos e indistinguíveis. “Júpiter é o trovão, e o trovão é a presença corpórea de Júpiter” (VERENE, 1976: 25; Cf. CN, #338). Os poetas não creem em Júpiter, mas o temem.

É a diversidade dos particulares e a ênfase dada às suas diferenças que ordenam, por uma lógica metafórica, a experiência comum. “Mal se pode entender e, de fato, não se pode imaginar”, nota ainda Vico,

como pensariam os primeiros homens que fundaram a humanidade gentílica, pois eram de mentes tão singulares e precisas, que cada nova aparência da cara consideravam como uma outra nova, [...]; cada nova paixão consideravam um outro coração, um outro peito, um outro ânimo: daí existirem aquelas frases poéticas, usadas, não já pela necessidade de medida, mas pela tal natureza de coisas humanas, [...]. (CN, #700).

Ulisses, enquanto caractere poético não pode representar todos os homens sábios como ele, Ulisses. Isto é, o nome próprio não pode dar nome à classe. Ao contrário, todos os sábios são Ulisses - “Ulisses é sua realidade” (VERENE, [1981] 1991: 77). O que os une não é a

qualidade “sábio”, mas *ser* Ulisses. Os gêneros aos quais predicados são adicionados à medida que estabelecem entre si relações de semelhança não vigoram entre os primeiríssimos poetas. Ulisses jamais é um modelo a ser copiado. Ele é, ao contrário, a todo momento reinventado.

Talvez, em sua segunda gnoseologia, Vico, não contentando-se com o verossímil aristotélico para a interpretação da poesia, apontado à precariedade da oposição funcional entre o real e o ficcional, tenha recorrido à fantasia para estruturar não apenas a sabedoria dos antigos poetas, mas as condições do pensamento em geral. Desta maneira, Vico além de subordinar todo conhecimento ao feito (*verum ipsum factum*), subsume o fazer à fantasia, fundamento de toda a sua ciência. Faz-se assim ociosa a distinção entre história e poesia pela chave do real e do fictício. Os poetas criadores que, na “Ciência Nova” encontram-se no início da história, estão também no final. A história é cíclica, nos diz Vico, e a sabedoria poética anterior a toda forma de conhecimento.

Vemos assim como a fantasia - ou a imaginação - é central à nova ciência viquiana, ela participa de todas as idades concedendo ainda à teoria viquiana da poesia caráter antropológico.

Ainda, nos passos da tradição aristotélica, a fantasia viquiana é associada à memória. Isto é, a memória, nos diz Vico, possui estrutura tríplice: é memória, fantasia e engenho. A tríade memória-fantasia-engenho é vital “na autoconstrução do homem pela criação do mundo civil” (LACERDA, 2003: 300) e, portanto comum a todas as idades, dos deuses, dos heróis e dos homens. “O conteúdo dessa memória é”, nota ainda S. Lacerda, “a experiência histórica da nação ou povo, transfigurada pela imaginação” (ou fantasia, LACERDA, 2003: 299).

Vale notar: a *anabasis* viquiana, o retorno às origens que propõe o filósofo, não deve necessariamente iniciar com uma caminhada sobre a linha do tempo. As origens estão na própria mente humana (*la medesima mente umana*, para lembrar uma expressão de Vico cara a Auerbach) e conhece-las exige que sejamos capazes de identifica-las como tais. Nas palavras de Verene, no “processo de reminiscência a *fantasia* se descobre como a forma original do espírito humano, e a *fantasia* descobre sua própria origem na identidade imediata do imaginativo universal”, ou caractere poético (VERENE, 1976: 27).

Logo os poetas não pensam plástica-concretamente, mas, ao imaginar, graças à estrutura tríplice da memória, movimentos e processos, alcançam *um* real. Uma possível história poética. Logo não se trata de duplicar, como no caso da verossimilhança aristotélica, “o passível de ser historicizado” (COSTA LIMA, 2006: 228), mas sim de trazer em si inscrito *um* real transfigurado pela imaginação. Ou, se quisermos manter a tradução mais próxima do napolitano de Vico, pela fantasia.

Vemos como desta maneira a crítica de Vico a Descartes se desdobra. O princípio que reconhece a razão como insuficiente não busca apenas complementá-la, mas demonstrar, que as estruturas do conhecimento têm como pressuposto antropológico fundamental a imaginação, ou a fantasia, associada à memória e ao engenho. Desta maneira o *vero poético* presente nas fábulas heroicas e em seus caracteres poéticos não é apenas anterior à lógica dos conceitos, mas a ela indissociável e mesmo fundamental. Distanciamos assim Vico de uma teoria do verossímil para aproxima-lo de uma teoria antropológica da ficção que tem na fantasia seu fundamento.

A “verdade na idéia”, que permite Vico identificar Homero como historiador depende da correta compreensão do que venham a ser os caracteres poéticos. Como o egípcio Hermes Trimegisto, “Homero” foi “uma idéia, ou seja, um caractere heroico de homens gregos, enquanto esses narravam, cantando, as suas histórias” (CN, #873).

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W., **Origem do drama trágico alemão**, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BLUMENBERG, H., **Paradigmes pour une métaphorologie**, Paris: Librairie philosophique J. Vrin, (1998) 2006.

BURNYEAT, M. F., “Enthymeme: Aristotle on the rationality of rhetoric” In: OKSENBERG RORTY, A. (ed), **Essays on Aristotle’s Rhetoric**, Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1996.

COSTA LIMA, L., **História. Ficção. Literatura**, São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CROCE, B., **La filosofia di G. B. Vico**, Bari: Laterza, (1911) 1965.

HATHAWAY, B., **Marvels and Commonplaces: Renaissance Literary Criticism**, New York: Random House, 1968.

ISER, W., **O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

LACERDA, S., **Metamorfoses de Homero**. História e antropologia na crítica setecentista da poesia épica, Brasília: UnB, 2003.

VERENE, D. P., **Vico's Science of Imagination**, Ithaca and London: Cornell University Press, (1981) 1991.

VERENE, D. P., "Vico's Philosophy of Imagination" *In: Vico and Contemporary Thought*, New York: Humanities Press, 1976, pp. 20-43.

VICO, G., **Ciência Nova**, Lisboa: Calouste Gulbenkian, (1730) 2005.

A Esfera Pública e a Modernidade

*Renato de Ulhôa Canto Reis**

Este artigo deriva da pesquisa empreendida para a dissertação de Mestrado intitulada “A utilização do conceito de público nos oitocentos (1820-1840)”. O objetivo desta pesquisa é tentar captar a semântica plural do conceito de público no início do século XIX, entendendo como esta categoria era utilizada naquele período. Um dos objetivos secundários é contribuir para a discussão mais geral sobre o surgimento da esfera pública ou dos espaços públicos no Brasil. Para isto, é importante que voltemos nosso olhar para as formulações teóricas acerca destas categorias. Partimos do pressuposto de que a concepção acerca da esfera pública implica em uma narrativa que procura dar conta da emergência da modernidade. Apesar das grandes diferenças e da enorme quantidade de trabalhos nesta área, iremos priorizar dois autores em particular: Harold Mah, para pensar a esfera pública de Habermas e sua relação com a modernidade e Elías J. Palti, para entender as propostas de François-Xavier Guerra e a “ambiguidade” dos espaços públicos na América Latina.

O conceito de esfera pública proposto por Jürgen Habermas (2003) em sua tese de habilitação de 1962, chamada “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, se consolidou, de certa forma, no campo da história e, principalmente, da sociologia. A esfera pública de Habermas designa um espaço no qual um conjunto de pessoas privadas se reúnem em um público para discutir assuntos de interesse comum. Esta esfera, ao mesmo tempo em que precisa da regulamentação advinda do Estado, é utilizada pela burguesia para lutar diretamente contra ele, reivindicando as leis do intercâmbio de mercadorias, do trabalho social, e da manutenção de suas propriedades privadas. Esse interesse comum é que daria unidade a esfera pública. Além disso, a esfera pública moderna exige certas condições para a participação das pessoas. A primeira é que as discussões estabelecidas neste espaço devem ser baseadas exclusivamente na racionalidade, em uma

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES.

constante disputa pelo ‘melhor argumento’. Em segundo lugar, todos devem ser iguais dentro desta esfera. Isso quer dizer que a participação na esfera pública moderna depende da capacidade do indivíduo de suspender momentaneamente sua posição social, suas características particulares.

A concepção de esfera pública de Habermas depende também, em grande medida, da possibilidade de contrapor Estado e sociedade. Esta esfera pública funcionaria como uma mediadora entre os dois, sendo que esta esfera intermediária é apropriada por um público que através da crítica e do discurso racional se opõe fundamentalmente ao Estado. Daí a relevância da imprensa como órgão de formação dessa opinião pública e dos espaços de sociabilidade como *locus* de desenvolvimento das relações na esfera pública. Para o autor deveriam existir duas esferas públicas. A primeira, a literária, era o espaço no qual se desenvolviam as discussões públicas e a formação de uma opinião pública. A segunda, política, era originária da primeira e servia como mediadora entre sociedade civil e Estado.

Das diversas características deste modelo proposto por Habermas, duas delas parecem ter se consolidado na apropriação conceitual dos historiadores: a imprensa e a sociabilidade. Harold Mah entende que isto é reflexo da forma mais geral que os historiadores interpretaram o modelo de Habermas. Para o autor, trata-se da “especialização” da esfera pública (MAH, 2000). A principal crítica ao modelo de esfera pública de Habermas teria sido feita por Geoff Eley e Mary Ryan (ELEY; RYAN, 1992) e diz respeito à definição muito estreita deste modelo. Para estes autores, haveriam diversos outros grupos que reivindicavam sua participação na esfera pública e não apenas a burguesia. Essa preocupação com a multiplicidade dos grupos cumpriria dois objetivos específicos: o primeiro é trazer os grupos ‘não vencedores’ para a história e o segundo é demonstrar como estes grupos não apenas existiam na história, mas eram também agentes desta história. De maneira geral, trata-se de demonstrar como um determinado grupo oprimido adquire uma consciência de classe e se torna um agente político. Após inúmeros trabalhos acumulados no campo da política, cultura, economia e sociedade, os historiadores encontraram na teoria de Habermas uma forma de organizar as descobertas destes estudos. Nessa perspectiva, o sentido atribuído para certos movimentos, revoltas, conflitos políticos é dado pela disputa pela esfera pública. Esta perspectiva faz com que a esfera pública se torne

apenas um espaço no qual se desenrolam os conflitos entre os diversos grupos e também um espaço no qual os diversos grupos definem sua própria identidade.

Outro ponto que fez com que os historiadores recorressem a conceitualização de Habermas foi a dificuldade de se estabelecer e entender efetivamente a forma como os “marginalizados” atuam politicamente. Para Mah, o conceito de esfera pública de Habermas apresenta um caminho para entender como estes diversos grupos sociais agem efetivamente como agentes políticos (2000: 163). A questão central aqui é que a discussão racional de temas gerais por indivíduos iguais garante uma legitimação de autoridade. Para Habermas foi através dessa garantia de legitimidade da esfera pública que a burguesia se transformou em um agente político. Se os grupos “marginais” conseguirem entrar neste domínio, se conseguirem garantir seu acesso nesta esfera, se tornam também agentes políticos efetivos. Podem, portanto, através das disputas pelo 'melhor argumento', reivindicar serem ouvidos e levados a sério pelo Estado, principalmente pelo fato de estarem agindo publicamente.

Segundo Harold Mah, essa visão trabalhada pelos historiadores acarreta uma série de problemas. A inclusão dos excluídos e seu automático empoderamento político é uma visão que coloca o poder político como derivativo do social, tornando-o um mero meio para atingir determinados fins, quais sejam, os interesses sociais. Para Harold Mah, o que torna essa vinculação entre poder político e posição social problemática no caso da esfera pública é que esta demanda, para aqueles que desejam ingressar nesta esfera, a suspensão de suas identidades sociais. Para produzir o efeito de acesso universal, a esfera pública exige que os seus participantes apareçam nela de uma maneira específica. Para demonstrar isto, Mah traz a distinção feita por Habermas entre a forma pré-moderna da esfera pública, pautada na ideia de representatividade pública e sua forma moderna. Para ele, o que diferencia estas duas formas não é a criticidade e a contestação, estas já estariam presentes na esfera pública pré-moderna. O que diferencia os dois períodos é a forma ou o modo como este público se apresenta. Para Habermas (2003: 17-25), o sujeito público da forma pré-moderna de esfera pública se pensava e se apresentava aos outros como um status social ou como um membro de uma corporação. Neste sentido, as expressões públicas eram formas de se marcar uma particularidade social privilegiada. No entanto, o que marca a modernidade da esfera pública é que esta esfera pública

burguesa se concebe como um espaço social de debate crítico independente da posição social do indivíduo. Essa igualdade entre os indivíduos, para Habermas, parte de uma abstração, ou seja, a universalidade da esfera pública parte de um individualismo abstrato - os indivíduos abstraem de todas suas características sociais e se reduzem às qualidades comuns humanas (HABERMAS, 2003: 71-72; MAH, 2000: 166). Neste sentido, as alterações feitas pelos historiadores na teoria de Habermas parecem falhar na interpretação, pois, os diferentes grupos que reivindicam seus lugares na esfera pública não parecem constituir um público - estariam, dentro da linguagem política contemporânea, defendendo apenas seus 'interesses especiais', portanto, privados e não públicos. Assim, a esfera pública não pode ser constituída por diversos grupos. A espacialização da esfera pública - que passa a ser um espaço de disputa entre grupos que entram e saem dela - falha em explicar porque ela se constitui como uma entidade unificada.

Cabe ainda a questão da existência real da esfera pública e sua relação com a modernidade. Mah propõe pensá-la como parte do imaginário político. Ela é uma ficção que, por parecer real, exerce uma função política real. O sucesso da esfera pública reside na capacidade dos grupos tornarem suas diferenças ou interesses sociais e de grupos invisíveis para que possam aparecer como indivíduos abstratos ou como universais. Dessa forma, o trabalho do historiador dentro da discussão da esfera pública é entender como isso acontece, como um grupo coloca seus interesses como algo invisível e clama pela universalidade, enquanto outros grupos sempre que defendem suas posições acabam reafirmando a particularidade de suas questões. A proposta do autor de pensar o público como um sujeito coletivo possuiu um objetivo central: entender o próprio discurso da modernidade e a esfera pública como sua chave interpretativa. Para ele, uma das características centrais da modernidade é “a emergência de uma sociedade de pessoas definidas por sua autonomia racional”¹ (2000: 181). Segundo ele, no século XVIII, autonomia racional significava pensar e agir em termos puramente racionais, sem se deixar influenciar pelo interesse próprio. Significava, portanto, colocar de lado suas particularidades e afirmar a universalidade de seus interesses, em outras palavras, o discurso da modernidade é a própria condição de ingresso na esfera pública. A racionalidade era o mesmo atributo que fundava a esfera pública e o discurso

¹ The emergence of a society of persons defined by their rational autonomy. (Todas as traduções são nossas).

da modernidade. Poderíamos prosseguir nesta explicação, mas devido à proposta deste artigo devemos seguir adiante. O que nos interessa pensar aqui é que tanto Habermas pensou em uma esfera pública moderna quanto abriu espaço, através do conceito de esfera pública, para diversas interpretações sobre a modernidade. Há uma vinculação entre estas duas ideias, que podem assumir diversas formas. Procederemos agora à explicação da forma como François-Xavier Guerra vincula a noção de esfera pública com a de modernidade no caso latino-americano.

De acordo com Pablo Piccato, os trabalhos de Guerra sobre as revoluções de independência na América Hispânica “colocam a esfera pública no coração do processo de construção nacional” (2010: 170). De fato, em “Modernidad e Independencias” (1992), Guerra opera com o conceito de esfera pública de Habermas da maneira como explicamos no início deste artigo. Para ele, no ano de 1808 e 1810 (podendo se estender até às Cortes de Cádiz em 1812) a Espanha e a América vivenciavam um processo comum, “a irrupção da Modernidade em uma Monarquia de Antigo Regime” (1992: 12). Esta modernidade é marcada por uma revolução, não entendida como uma ruptura total das estruturas econômicas e sociais e nem como o acesso ao poder de uma nova classe, mas sim através da percepção dos atores históricos de estarem vivenciando uma nova época.

Esta nova época é marcada por um homem novo, o indivíduo que não se considera mais parte de uma corporação; uma sociedade nova, cujo vínculo entre os indivíduos era através de um pacto contratual e não por relações de parentesco, amizade e clientelísticas; e também uma política nova, cuja soberania residia no Povo, gerando uma competição por encarná-lo ou representa-lo. No entanto, nem o homem, nem a sociedade e nem a política marcam efetivamente este tempo novo, estas alterações já estavam ocorrendo nos espaços de sociabilidade do século XVIII. Para Guerra, “o radicalmente novo é a criação de uma cena pública quando este novo sistema de referências deixa os círculos privados em que até então estava recluso para irromper em plena luz” (1992: 13). Segundo Guerra, as novas propostas de homem, sociedade e política caracterizam uma “mutação cultural”, que pode ser classificada também tanto como “ilustração” quanto como “modernidade”. Dentro desta narrativa, foi apenas quando estas novas sociabilidades ocuparam os espaços públicos é que de fato irrompeu a modernidade.

Ao contrapor o indivíduo de tipo antigo, que se vinculava com os outros independentemente de sua vontade numa relação desigual e hierárquica, com os indivíduos de tipo moderno, o autor retoma as teses de Habermas sobre a esfera pública para designar sua concepção de sociabilidade moderna: os indivíduos se associam por sua vontade; estas associações se autolegitimam; elas fundam as sociabilidades, espaços em que estes indivíduos pensam e debatem assuntos de interesse comum; este debate tem como objetivo formar uma opinião pública; todos os indivíduos são considerados iguais, pois se associaram através da vontade, utilizaram-se exclusivamente da razão, e colocaram de lado suas particularidades sociais (1992: 89-90). Assim, entendendo a sociabilidade praticamente como a esfera pública, Guerra afirma que “sem que seja possível, evidentemente, neste campo, nem um determinismo rigoroso nem a definição de uma impossível causalidade primeira, as novas formas de sociabilidade são certamente o lugar social em que se enraízam e o principal meio de difusão da modernidade” (91).

As semelhanças com Habermas não são aparentes. Em nota, Guerra diz que “o esquema explicativo [de Habermas] ainda é convincente em sua parte cultural, mas muito menos em seus pressupostos econômicos e psicológicos” (86). Em outra passagem o autor explica que a rápida mutação cultural, dos imaginários e dos valores nos anos de 1808 a 1810, e principalmente com as Cortes de Cádiz em 1812, está relacionada com dois elementos centrais: “a proliferação dos impressos – e sobretudo da imprensa – e a expansão das novas formas de sociabilidade” (227). Através destes fatores, a mentalidade tradicional do Antigo Regime vai sendo suplantada pela mentalidade das elites modernas. Além disso, “com eles nasce verdadeiramente a ‘opinião pública’ moderna e o que se pode designar, com Habermas, como ‘o espaço público político’” (227).

Vimos considerando até aqui a obra “Modernidad e Independencias”, no entanto, na introdução de “Los espacios públicos en Iberoamérica” (GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998) o autor parece mudar alguns de seus pressupostos. Na introdução deste livro Guerra elenca diversas críticas ao modelo habermasiano. (1998: 9-10). O autor propõe como alternativa à ideia de “esfera pública” a pluralidade dos “espaços públicos”. Segundo ele, enquanto “esfera pública” remete a uma noção abstrata e imaterial de espaço, a história cultural já teria

demonstrado que estes seriam mais palpáveis do que se imagina, podendo ser perscrutados nas recepções e difusões dos impressos e nas práticas de leitura. Já as praças, as ruas, os cafés, as associações, o palácio, seriam espaços públicos, lugares de congregação, comunicação e ação dos homens (10). Voltamos, portanto, para a “espacialização” da esfera pública e para a ênfase na imprensa e nas sociabilidades.

Acreditamos que já ficou clara a vinculação entre a esfera pública e a modernidade no trabalho de Guerra. Se a modernidade é vista como uma mutação cultural, e esta mutação deriva das novas formas de sociabilidade que constrói e ganha o espaço público, este se torna o próprio *leitmotiv* da modernidade. Só através dele é que é possível construir o que o autor propõe como uma “geografia histórica da modernidade” (GUERRA, 1992: 109). Quando associamos o surgimento da modernidade com o surgimento de uma esfera pública moderna e, depois, quando “espacializamos” esta esfera pública, enfocando na imprensa e nos espaços de sociabilidade, podemos medir a geografia histórica da modernidade. Traçar esta dimensão geográfica, no sentido proposto por Guerra, refere-se a traçar o número de tiragens de periódicos, o nível de analfabetismo, de liberdade de imprensa, de densidade dos grupos modernos, etc. para poder entender os “centros motores da mutação cultural” (1992: 109).

Sobre a visão da modernidade de Guerra, as críticas de Elías J. Palti são de enorme pertinência (PALTÍ, 2001; 2005; 2007). Para além de Guerra, a contribuição de Palti se estende para toda a historiografia do século XIX da América Latina. De acordo com o autor, os "modelos" ou "tipos ideais", e aqui pensamos no conceito de esfera pública de Habermas, "aparecem como entidades perfeitamente racionais, logicamente integradas e autocontidas. Daí que todo desvio só poder ser atribuído a alguma patologia local, ou seja, tornaria manifesta a sobrevivência de padrões sociais e culturais tradicionalistas que resistem à afirmação de instituições e imaginários modernos" (2009: 594).

Ainda segundo Palti, de fato, o olhar para as crises de Independência sob o prisma da constituição de uma esfera pública moderna trouxe enormes contribuições (2001: 256). Contudo, a constatação geral é de que a esfera pública moderna que se constituía na América Latina era limitada ou então, híbrida. Esse hibridismo estaria mais relacionado com os quadros conceituais e institucionais de tipo tradicional no qual esta esfera pública moderna procurava

se firmar do que com os órgãos de expressão. Na verdade, para Guerra, diversos fatores contribuíam para este hibridismo. Um deles é a manutenção das relações de parentesco e amizade que inviabilizavam a afirmação de relações de tipo racional (GUERRA, 1992: 93). Mais do que isso, no entanto, é a própria persistência de conceitos típicos do Antigo Regime na Modernidade. A antiga concepção de “povos”, organizados como sistemas plurais de autoridade, impedia a formulação do conceito moderno de “Povo” como uma entidade abstrata e unificada, que derivaria da “constituição moderna de âmbitos de sociabilidade, particularmente, de novas formas de produção e difusão de ideias”² (PALTI, 2001: 257). Essa persistência do tradicional no moderno é que teria caracterizado o hibridismo da esfera pública na América Latina, principalmente através da noção corporativa de “povos”.

Sem nos alongar mais, a questão central aqui é que quando utilizado para entender as supostas contradições da implantação do regime liberal no século XIX da América Latina, este quadro de abordagem pautado exclusivamente em uma lógica binária tradição-modernidade se revela simplista. Segundo Palti, as contradições que são inerentes a todo sistema político se tornam impensáveis. Partindo do “tipo ideal” liberalismo, qualquer elemento diferente é visto como uma “contaminação” tradicional. Este modelo pautado em um antagonismo atribui um sentido de “ambiguidade e problema” para certos elementos. Trata-se de um modelo teleológico que vê o século XIX apenas como uma fase de transição e não como um período em si, com suas próprias especificidades. (PALTI, 2001: 259-260).

Palti propõe que não basta localizar contingencialmente a existência de um tipo ideal. Para ele uma das tarefas principais da história das linguagens políticas é “abrir o tipo ideal mesmo a sua interrogação, escrutinar de maneira crítica suas premissas e fundamentos, (...), para descobrir alí seus pontos cegos inerentes” (2007: 54). Somente assim seria possível perceber suas contradições, mas sem recair numa oposição de modelos correspondentes a duas eras históricas distintas. De certa forma, esse é um dos nossos objetivos com a proposta de pesquisa para o conceito de público: dissecar o tipo ideal esfera pública, procurando entender uma das premissas básicas que o sustenta, ou seja, a própria definição do que é, e de quem é o público.

² (...) constitution of modern ambits of sociability, particularly new means of producing and diffusing ideas.

Referências Bibliográficas

ELEY, Geoff. Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth-Century. In: CALHOUN, Craig (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independências**: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. . **Los espacios públicos en Iberoamerica**: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAH, Harold. Phantasies of the public sphere: Rethinking the Habermas of historians. **The Journal of Modern History**, Vol. 72, nº 1, New Work on the Old Regime and the French Revolution: A Special issue in honor of François Furet, 2000. <http://www.jstor.org/stable/10.1086/315932>.

PALTI, Elías J. **El Tiempo de La Política**: El siglo XIX reconsiderado. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

_____. De la historia de 'ideas' a la historia de los 'lenguagens políticos': las escuelas recientes de análisis conceptual. El panorama latino-americano. **Anales Nueva Época** 7-8, Göteborg University. Department of Romance Language, Institute of Iberoamerican Studies, 2005. 63-81. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/3275>

_____. O século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia M. B. P. **Repensando o Brasil dos oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Recent studies on the emergence of a public sphere in Latin America. **Latin America Research Review**, Vol. 36, Nº 2, 2001. 255-266.

PICCATO, Pablo. Public sphere in Latin America: A map of the historiography. In: **Social History** 35:2, May, 2010. P. 165-192.

RYAN, Mary P. **Gender and Public Access: Womens's Politics in Nineteenth-Century America**. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

Hegel em diálogo com o historicismo alemão

Renato Paes Rodrigues

Ao analisar a obra de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) como um todo, desde seu primeiro grande trabalho, *A Fenomenologia do Espírito* (1807), o filósofo procurou desenvolver um conhecimento sistemático e absoluto da realidade. De amor à filosofia, quis fazer desta um verdadeiro discurso científico, um saber efetivo, capaz de ser universal. Já neste primeiro grande trabalho, Hegel esboça suas concepções sobre a História e que junto ao esforço filosófico e cultural da fenomenologia, esta contribuiria para o sujeito se auto reconhecer na ciência. Mais tarde, precisamente na última década de sua vida, desenvolveu de forma sistemática suas ideias sobre a História, quando lecionou sobre a Filosofia da História na Universidade de Berlim.¹ Nessas aulas, Hegel procurou demonstrar a existência de um sentido na História, que seria do auto reconhecimento do espírito através da racionalidade, da revelação do plano divino, resultando num processo infinito de aperfeiçoamento e alcance da liberdade.

Segundo ele, a razão é forma infinita, lei do mundo, da vida natural e espiritual, inclusive da História Universal. Esta seria a única contribuição que a Filosofia teria a dar à História, pois ela em si mesma não considera a razão como premissa. “Ao contrário das substâncias finitas, que dependem de coisas exteriores a ela, a razão se auto consome. E ela é forma infinita, pois apenas em sua imagem e por ordem sua os fenômenos surgem e começam a viver” (HEGEL, 2001: 52). Ele aponta para dois aspectos em favor da razão como domínio da história do mundo: (1) ela é a mente, a compreensão geral e seu desenvolvimento busca o entendimento de si mesmo; toda construção sobre o mundo está confinada ao abstrato; (2) a razão não está em oposição a uma providência, pois ela é exatamente uma disposição divina.

¹Postumamente, estas aulas de Hegel em Berlim sobre a Filosofia da História acabaram sendo publicadas em várias edições, como a de Eduardo Gans em 1837 e a de seu filho, Karl Hegel, de 1840.

E ainda por meio razão, o homem realiza sua ação no mundo, que é também a realização da liberdade, esta que deve ser é o fim último do espírito. Pois a natureza humana, segundo Hegel, se constitui pela integração do reino da Natureza e o reino do Espírito, este na qual abrange tudo, e que procura o entendimento de si mesmo. Entretanto, esta busca da liberdade resultou na História sempre num grande esforço dos homens em reconhecê-la. Na cultura ocidental, por exemplo, os gregos foram os primeiros a encontrá-la, mas não conseguiram identificá-la como universal, pois seu modo de vida estava vinculado à escravidão.

Só os povos germânicos, através da cristandade, é que vieram a compreender que o homem é livre e que a liberdade de espírito é a própria essência da natureza humana. Esta consciência surgiu primeiro na religião, na região mais interior do espírito; mas introduzi-la no mundo leigo era uma tarefa maior que só poderia ser resolvida e cumprida através de um demorado e rigoroso esforço de civilização. (HEGEL, 2001: 64-65)

Este entusiasmo de Hegel no reconhecimento da liberdade do povo alemão dá evidências suficientes que ele de fato acreditava num sentido da História. Não por acaso, recebeu uma série de críticas, sobretudo da Escola Histórica, lideradas por seu rival Niebuhr. O ponto central de negação das ideias de Hegel era de que ele teria reduzido a complexidade da História às categorias da filosofia; esta é uma famosa crítica feita por Leopold von Ranke, que era do círculo de Niebuhr e considerado um dos principais nomes do historicismo² -

²“Não existe qualquer definição consensual do que é ou do que seria ou do que foi historicismo”. MATA, Sérgio da. Elogio ao Historicismo. In: Flávia Florentino Varela; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdeci Lopes Araujo (org.) *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p.49. Apesar das controvérsias em torno do conceito, uma das definições mais aceitas é de Friedrich Meinecke, quando afirma que “o cerne do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante dos fatores históricos – humanos por uma consideração individualizante, na qual sejam interdependentes o pensamento individualizante e o pensamento evolutivo”. Apud MARTINS, Estevão C. de Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Florentino Varela; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdeci Lopes Araujo (org.) *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p.18. Entre os principais defensores e promotores dessa perspectiva no século XIX, podemos destacar os nomes de Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, Jacob Burckhardt, Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen.

pensamento pelo qual defende a autonomia do pensamento histórico e a individualidade dos objetos históricos, irredutíveis ao geral.

Para os historicistas pensar a História através das ideias de Hegel seria reduzi-la a um estudo puramente filosófico, além de ser uma abordagem determinística. Ranke, em *O Conceito de História Universal*, não faz menção explícita a Hegel, mas suas ideias se dirigem exatamente contra a filosofia da história, que segundo ele, tem a pretensão de reduzir a História a seus princípios. “Ela reconhece a verdade da História [*Geschichte*] unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito” (MATA, 2010: 204). Apesar de reconhecer que o mundo é obra divina e que tudo ocorre por este princípio, Ranke diz que o estudo da História não se limita a provar esta premissa, senão, estaria se aproximando da filosofia. “A História dedica seus esforços ao concreto, e não apenas ao abstrato que nela estaria contido” (MATA, 2010: 207). A máxima de Ranke era de que o historiador tinha por função apenas narrar os acontecimentos tal como efetivamente sucederam (*wie es eigentlich gewesen*).

Para Burckhardt, às concepções de Hegel carecem de comprovação e transmitem a falsa ideia de uma teodiceia do processo histórico. “Hegel desenvolve a consideração fundamental segundo a qual a História Universal constitui a ilustração do processo evolutivo do espírito até chegar à consciência plena da sua própria significação” (BURCKHARDT, 1961: 11). Se os filósofos procuram por origem e escatologia, os historiadores se esforçam apenas no estudo das transformações. O tema central da História parte da observação de que o espírito, como a matéria, é mutável e de que a passagem do tempo arrebatava consigo ininterruptamente as formas que constituem a vestimenta exterior da vida espiritual (BURCKHARDT, 1961: 14). Se existia em Burckhardt algum sentido na História, este não seria objetiva aos fatos, mas daqueles que são dignos de lembrança das gerações posteriores. Em suma para ele “a filosofia da história é uma contradição nos termos, na medida em que a História coordena as observações, enquanto a filosofia as subordina a um princípio.” (LÖWITH, 1991: 34).

Antes mesmo de Ranke e Burckhardt, no turbilhão da discussão iluminista - em que despontavam os nomes de Voltaire, Hume, Gibbon - Herder teria revolucionado a concepção a

respeito da história ao reconhecer o valor autônomo das nações no seu transcurso. No contexto alemão do fim do século XVIII e início do XIX, onde se desenvolvia uma visão abrangente de cultura, é de se destacar o estudo da filologia através de Wolf, que influenciou os trabalhos de Mommsen, Boeckh, Otfried Müller, entre outros, na compreensão mais apurada a singularidade das nações. “Dela surgiu um conhecimento histórico metodologicamente fundamentado, abrangendo toda a vida de cada uma das nações, assim como a compreensão de sua posição na História em que se formou a ideia de nacionalidade” (DILTHEY, 2010: 42). Ou seja, na Alemanha, sobretudo, a História ia ganhando um grau tamanho de especificidade e autonomia, que ficava difícil fazer qualquer tipo de concessão às especulações idealistas da filosofia, principalmente, a de Hegel.

No entanto, uma análise mais pormenorizada do problema revela que várias concepções de Hegel sobre a História eram também compartilhadas pelos historicistas. Muito dos conceitos metodológicos de Ranke, por exemplo, eram também defendidos por Hegel. Apesar de se opor a História Crítica de Niebuhr, que serviu de modelo para o método de Ranke, em que o observador supunha poder se diferenciar do passado, Hegel concordava com a postura crítica em relação às fontes. A questão da imparcialidade era outro ponto que ligava ambos, pois acreditavam que às posições pessoais do autor não deveriam se impor ao objeto. Sobre o primado da indução sobre a dedução, Hegel tinha consciência que o historiador filosófico não poderia aplicar seus princípios a priori à História e sim proceder empiricamente. Entretanto, a versão comumente aceita é de que o método de Hegel é realmente apriorístico, dedutivo, ou ainda, dialético. Segundo Frederick C. Beiser, a avaliação filosófica se dá a posteriori: “Hegel argues that the standpoint of the philosopher has no a priori warrant, but that it stands in need of a posteriori confirmation from the self-examination, or what he calls the experience, of his subject matter” (BEISER, 2011: 337). E, por último, a questão da individualidade é compreendida por Hegel da mesma forma que Ranke, que cada nação e indivíduo têm de ser tratado em si, apesar da diferença metafísica entre eles.

O que podemos afirmar com mais contundência sobre as diferenças entre Ranke e Hegel se dão no campo da epistemologia e da ontologia. “Regarding their epistemology, Hegel believes, and Ranke doubts, that through the examination of historical particulars we can arrive at a systematic knowledge of the general plan of history.” (BEISER, 2011: 339). Sobre a ontologia, Ranke dá mais autonomia ao sujeito que Hegel, pois acredita que o individual é autônomo, irreduzível ao todo; já Hegel compreende que o individual, mesmo que não alinhando ao todo, realiza algo maior, algo geral. A resistência de Ranke a visão holística e hermética de Hegel era fruto da sua concepção de que a liberdade humana – influenciado por Kant e, sobretudo, por Fichte - estaria acima de qualquer princípio racional ou qualquer outro aspecto que a limitasse.

Se por um lado, Hegel é muitas vezes tomado como um idealista por excelência, por outro os historicistas são recorrentemente chamados de empiristas, o que conduz à interpretação unívoca de oposição radical entre filosofia e história. Não bastasse isso, Ranke foi interpretado como um positivista (principalmente nos EUA) e por isso não teria outro objetivo senão apurar fatos e nada mais. Uma análise mais apurada do problema revela que um estudo empirista e a-teórico não se aplica ao historicismo; ao contrário, seu caráter hermenêutico o aproximaria do hegelianismo, como aponta Martins: “O sentido do mundo histórico precisa tanto do alimento das informações coletadas – sem as sacralizar – quanto da compreensão do conjunto (em termos hegelianos, do todo – mesmo que tal soa pretensioso)”. (MARTINS, 2008: 19). Isso não quer dizer que os historicistas herdaram de Hegel esta noção, mas no caso de Droysen parece que não há dúvidas, como pode ser observado na citação seguinte: “A essência do método histórico é de compreender ao pesquisar”. (DROYSEN, 2009: 38). Como Ranke, ele buscava a autonomia do pensamento histórico, num contexto em que o modelo físico-matemático de um lado e a filosofia/teologia de outro, dominavam as explicações sobre o mundo. Droysen compreendia que a História deveria ser uma síntese dos dois modelos (movimento cambiante), um fim ético que reconciliaria movimento e unidade, restabelecendo o cânone da ciência: lógica, física e ética. “Os acontecimentos históricos têm a sua verdade nos poderes éticos (tal como as coisas da

natureza os têm nas suas “leis” mecânicas, físicas, químicas, etc.): estes são a sua respectiva concretização.” (DROYSEN, 2009: 42).

Diferente de Ranke e Burckhardt, Droysen reconhece a importância da filosofia especulativa no trabalho de teorização da história. “Seus primeiros materiais já são abstrações, e não a própria realidade, mas uma acepção subjetiva” (CALDAS, 2004: 25). Por isso que a História não é um conceito imediato (como adverte Hegel), ela é constituída primeiramente da auto reflexão do eu, proporcionada pelo exercício filosófico. Isso não quer dizer que Droysen quisesse subjugar a História à Filosofia, pelo contrário, na *Historik*³ ele deixa claro que o objetivo de uma teoria é postular um *organon* do pensamento e da pesquisa histórica.

O historicismo (ou Historismo para Pedro Caldas) em Droysen têm outras significações e talvez o conceito não seja muito adequado para classificar seu pensamento. Dialética, teodiceia, realização da liberdade, reconhecimento de Deus, ideias imediatamente associadas à Hegel, eram compartilhadas por Droysen. Segundo Pedro Caldas, “O maior problema nas teorias sobre o historismo reside no silêncio sobre a possibilidade da hipótese de enquadramento da *Historik* como ciência do espírito de clara precedência hegeliana.” (CALDAS, 2004: 43). De todo modo, Droysen apresenta diferenças relevantes à Hegel, principalmente sobre a contingência da história; segundo Odo Marquard por muito tempo foi tarefa da filosofia livrar-se do contingente – como em Hegel –, já em Droysen ocorre exatamente o contrário e é talvez esta questão que o aproxime do historicismo. “Hegel é mais utópico ao enfatizar a relativização da particularidade e apostar posteriormente no rejuvenescimento. Droysen parece apostar em uma forma de reconstrução, em reviver passados ideais não mais presentes de modo imediato” (CALDAS, 2004: 53).

Dada algumas ligações entre historicismo⁴ e filosofia da história, não podemos esquecer que ambas correntes se desenvolveram a partir de ideias difundidas pelo Iluminismo,

³A obra *Historik* surgiu do curso ministrado por Droysen chamado “Enciclopédia e Metodologia da História” em 1857, sistematizando sua teoria da história; antes deste período suas considerações sobre o assunto só apareciam em prefácios de suas obras. No Brasil, a obra foi traduzida com o nome de *Manual de Teoria da História*.

⁴É preciso ressaltar, também, que o Romantismo influenciou fortemente o Historicismo, entretanto, como ainda não fizemos um estudos cuidadoso deste assunto, uma relação entre ambas correntes será realizada no

razão, objetividade, crítica, mas também por um forte embate a este corrente de pensamento que teria construído o conceito do homem universal, essencial, permanente, imune às transformações matéricas do mundo. No século XVIII, apesar do Iluminismo ter concebido a condição humana como estática, foi a partir de suas reflexões que as ciências humanas entraram na discussão da teoria do conhecimento, enquanto as ciências naturais já estavam consolidadas. Wolf, Humboldt, Niebuhr, Eichhorn, Savigny, Schleiermacher e Hegel deram continuidade a este projeto, dando maior fundamento a “factualidades histórico-sociais”, através do método comparativo, da relação interna entre as ciências, como argumenta Wilhelm Dilthey - o grande defensor da autonomia das ciências do espírito em relação às demais ciências. Nesse desenvolvimento das ciências humanas na Alemanha, a ideia iluminista de natureza humana ia perdendo sua força, abrindo espaço para um estudo profundo e específico da economia, direito, religião, arte, com base nos acontecimentos históricos. Schleiermacher ao buscar o sentido da comunidade na religião, no cristianismo primitivo deu a Hegel à percepção da conexão entre religião e história. Influenciou também a escola histórica que retornava agora às épocas mais antigas para compreender a origem da nação. Para Dilthey, entretanto, a escola histórica encontrou seus limites por não ter realizado nenhuma conexão com a história universal. Hegel, por outro lado, foi mais longe ao combater a realidade histórico-humana do iluminismo; buscava um desenvolvimento simultâneo entre vida e conceito (e não só conceito), de forma dialética e progressiva. A grande novidade de Hegel foi ter trazido para consciência o mundo histórico.

Em contraposição a escola histórica, ele encontrou a fundamentação universalmente válida da ciência sistemática do espírito no sistema da razão que o espírito concretiza; mais até: tudo aquilo que o racionalismo do século XVIII excluía da conexão racional como existência individual, como figura particular da vida, acaso e arbítrio, ele inclui, com os meios da lógica mais elevada, à sistemática da razão. (DILTHEY, 2010: 49)

Na Fenomenologia do espírito, Hegel diz que o conceito pelo conceito é vazio, pois o que importa é o desdobramento do espírito, que inclui evidentemente o mundo exterior. Seu grande salto é a superação da aporia kantiana entre o inteligível (razão) e o sensível (mundo do fenômeno), para um mundo dialético e histórico. Na apresentação da obra, Henrique Vaz argumenta o seguinte:

Com a Fenomenologia do espírito, Hegel pretende situar-se para além dos termos da aporia kantiana, designando-a como momento abstrato de um processo histórico dialético desencadeado pela própria situação de um sujeito que é fenômeno para si mesmo ou portador de uma ciência que aparece a si mesma no próprio ato em que faz face ao aparecimento de um objeto no horizonte do seu saber (VAZ, 2012: 14).

Sua metodologia esclarece ainda mais a acusação de ser uma filosofia estritamente idealista. No pouco contato que tivemos com as correspondências de Hegel, encontramos evidências desse argumento. Na carta de Hegel à Real Biblioteca de Berlim em 26 de maio de 1824, ele faz uma solicitação de um livro de geografia do professor Karl Ritter, que tratava de uma expedição ao rio Zaire. No comentário de Clark Butle, essa carta indica possivelmente a ligação de Hegel com a geografia cultural, desenvolvida por seu amigo Ritter e por Herder e de seu reconhecimento que a História fazia parte do desenvolvimento dialético. “In recognizing a geographical underpinning to history, Hegel repudiated any construal of history as a mere dialectical unfolding of the Idea. Geography places the Idea at the mercy of the external contingencies of nature” (BUTLER, 1984:496).

O que de fato distanciava historicistas como Ranke, de Hegel, era o medo de construir formulações que negassem a liberdade humana, mas de algum modo ele também queria compreender uma lógica subjacente ao processo histórico – obviamente, não em bases filosóficas. Se fossemos entender o historicismo apenas pela ideia de que tudo que há no mundo está sujeito à transformação e que, portanto, nada existe de fixo e imutável, não seria absurdo dizer que se trataria de uma teoria basicamente relativista, no entanto, nenhum dos autores que tratamos aqui pensa de dessa forma. Em Burckhardt, por exemplo, persiste a ideia

iluminista de condição humana imutável e para ele é justamente por isso que historiadores conseguem falar de tempos tão distantes.

Na verdade, seguindo a lógica de Karl Popper, os historicistas seriam os filósofos da história como Hegel, Marx, Comte; pois para ele, historicismo seria “uma forma de abordar as ciências sociais que lhe atribui, como principal objetivo, o fazer predileção histórica, admitindo que esse objetivo será atingível pela descoberta de ‘ritmos’ ou das ‘tendências’ subjacentes à evolução histórica” (POPPER, 1980: 6). Mas no caso de Hegel – que nos interessa mais de perto – consideramos que para além de predileções históricas, um ponto fundamental de seu historicismo e aí talvez o conecte mais de perto com a Escola Histórica, é a forma como percebe a determinação do sujeito na história. No item 18 da *Fenomenologia do Espírito*, Hegel deixa claro que o sujeito só é universal, enquanto for sustância viva, tornando-se outro, e não uma unidade orgânica e imediata; o sujeito só efetivo como vir-a-ser de si-mesmo. Em outras palavras, poderia se dizer que não há uma determinação fixa do que venha a ser o sujeito (espírito ou homem); o que há é uma relação dialético-histórica entre o sujeito e mundo. Esta formulação só não pode ser compreendida como relativista, pelo fato de que, em Hegel, esta metodologia é o procedimento mais adequado para o homem viver livremente e reconhecer os desígnios de Deus. Em suma, o historicismo de Hegel, assim como de historiadores citados aqui, apresenta cada um a seu modo limites da historicidade, mas há quem acredite apenas nesta última.⁵

Para nós, faltam condições e método para provar empiricamente tanto a historicidade absoluta quanto a historicidade relativa e, por consequência, as predileções de Hegel sobre o transcurso histórico. Entretanto, através do diálogo com a antropologia filosófica, sobretudo, depois da leitura do artigo *Em Defesa de lo Acidental* de Odo Marquard, amadurecemos algumas hipóteses sobre a ideia de contingência na história e como Hegel pode contribuir para o problema através de seu conceito de *astúcia da razão*. Antes, contudo, precisamos

⁵Possivelmente uma fenomenologia que se aproxime mais do relativismo seja a de Martin Heidegger, que em sua obra *Ser e Tempo*, abandonou o sujeito absoluto de Hegel, restando apenas ao sujeito (*Dasein*) a descrição do mundo e nada mais.

compreender um pouco o argumento de Marquard para, então, apresentarmos nossas hipóteses.

Neste artigo polêmico, Marquard tenta demonstrar que boa parte da reflexão filosófica ocidental sempre teve por objetivo o de eliminar o acidental (ou contingente) da história e, não por acaso, a filosofia da história de Hegel se incluiria neste projeto; um velho programa de fazer o homem absoluto, radicado na modernidade. Descartes – considerado o pai da ciência moderna – seria o grande percussor dessa tentativa através de sua *dúvida metódica*, que significava basicamente a suspensão de todos os juízos até que encontrasse bases seguras à ação; o *cogito ergo sum* (penso, logo existo), a única certeza que ele conseguiu formular não foi suficiente para criar esta “base segura” e, portanto, chegou à conclusão de que deveria adotar uma moral provisória, aquela praticada na sociedade que ele estava inserido. Segundo Marquard, quem levou de fato a sério a *dúvida metódica* de Descartes, foram os filósofos da ética como Apel e Habermas, colocando a tradição e os valores em suspensão, enquanto não pudessem ser demonstrado como justos. Já Marquard acredita que os seres humanos são mais seus acidentes do que escolhem ser e que a filosofia absoluta nega isso: “pretende por encima de todo, “deshacerse” de los accidentes para que los hombres sean (uso la fórmula que Sarte emplea em *El ser e la nada*: “la elección que yo soy), sin excepción, no sus accidentes, sino que eligen ser.”. (MARQUARD, 1996: 02). Para o filósofo, a inevitabilidade da morte é mais que suficiente para provar que o homem não tem condições de realizar o absoluto e, do mesmo modo, a filosofia não pode ser arrogar disso. Sua solução é semelhante à de Descartes, pois concorda com a moral provisória, num mundo que, em última análise, tudo é provisório. Além disso, Marquard distingue dois tipos de acidentes: (1) arbitrário – aquilo que poderia ser diferente ou que podemos mudar; (2) destino – aquilo que poderia ser diferente, mas não pode ser mais modificado. Este segundo estaria mais presente em nossas vidas, como nascimento, morte, cultura, doença, tradição... E é a partir deste segundo argumento de Marquard sobre o contingente que nós queremos discutir e colocar nossa hipótese.

Em primeiro lugar, queremos deixar claro que as predileções históricas, como as que Hegel coloca, carecem de evidência empírica como já foi colocado. Mas, justamente pela

ideia de Marquard que os homens são mais suas contingências que suas escolhas, que compreendemos que eles realizam algo maior, segundo as condições de ordem histórica, social, econômica, ou de qualquer natureza cultural, recebidos a partir do nascimento. Com isso não queremos dizer que os homens não tenham capacidade de modificar a cultura, pelo contrário, mas que muito do que eles são se liga intimamente com o que já está constituído. Nestes termos, o conceito de *astúcia da razão* de Hegel pode contribuir para se pensar em determinações históricas, já que segundo o filósofo, mesmo aquele sujeito que age apenas conforme sua vontade realiza ações gerais.

Neste contexto, percebemos que, na história universal, resulta das ações humanas algo além do que foi intencionado. Por meio de suas ações os seres humanos conseguem o que querem de imediato. Porém, ao concretizar os seus interesses, eles realizam algo mais abrangente; algo que se oculta no interior de suas ações, mas que não está em sua consciência ou em sua intenção (HEGEL, 2008: 31).

O exemplo que o próprio Hegel nos oferece é bastante elucidativo para refletir sobre a questão:

Como exemplo apresentamos um homem que, por vingança – talvez justa, isto é, devido a uma ofensa injusta -, incendeia a casa do outro. Aqui já se manifesta a ligação entre a ação imediata e outros acontecimentos – em verdades exteriores -, que não se relacionam diretamente a essa ação. Tal ação poderá ser o simples atear fogo a uma pequena viga de madeira da casa do malfeitor. Esse pequeno ato, porém, é o suficiente para detonar todo um processo de reação em cadeia. A viga incendiada está ligada a outras partes da casa, que, por sua vez, é conjugada a outras casas. Isso provoca um grande incêndio, que destrói bens e propriedades de muitas outras pessoas – que nada tinham a ver com a causa inicial da vingança -, custando até a vida de muitos. Isso não fazia parte da ação em si, nem tampouco da intenção daquele que a praticou. Mas o ato ainda encerra uma outra determinação geral: o objetivo do autor era apenas a vingança contra um indivíduo por meio da destruição da propriedade deste; porém, essa destruição é também um crime, e como tal merecedora de punição. Isso talvez não estivesse na consciência, e menos ainda na intenção do autor do crime, mas é o ato em si, o que há de geral, de substancial no mesmo, que se realiza por intermédio dele. Devemos depreender deste exemplo a ideia de que a ação imediata pode conter algo além do que está na vontade e na consciência do autor. Tal exemplo nos mostra ainda que a substância da ação e, conseqüentemente o ato

em si, volta-se contra aquele que o praticou; será a causa de uma reação contra ele, e acabará por prejudica-lo.

Deste exemplo, pode-se desprender uma noção de que as ações dos homens, conscientes ou não, estão enredadas. Desse modo, lançamos nossa hipótese de que, se não há uma fio condutor na História, o enredamento das ações produz padrões de desenvolvimento e/ou limites de transformação da realidade. Não fosse dessa forma, como se poderia estabelecer divisões, comportamentos de ordem coletiva, estruturas políticas e econômicas, entre outros, no transcurso histórico? Aqui, a própria antropologia filosófica pode reforçar esta hipótese, segundo a ideia de que pela falta de extintos, os homens se organizam através de instituições (materiais e imateriais) capazes de lhe dar estabilidade. O capitalismo, por exemplo, não seria uma força que imprime um padrão de desenvolvimento, ainda mais na fase global que se encontra? O grande desafio de nossa hipótese será o de demonstrar como ela pode ser comprovada na própria História, de acordo com os trabalhos produzidos na área. De qualquer forma, os conceitos de astúcia de razão e, também, de dialética, caras à Hegel, podem servir de boas ferramentas de análise. Por outro lado, se esta hipótese tiver fundamento, outra importante questão seria tentar identificar se nos trabalhos dos historicistas, esses padrões ou forças históricas aparecem.

Referências Bibliográficas

BEISER, Frederick C. Hegel and Ranke: A Re-examination. In: HOULGATE, Stephen; BAUR, Michael (eds.) **A Companion to Hegel**. A John Wiley & Sons, Ltd, Publication, 2011.

BERNASCONI, Robert. “The Ruling Categories of the World”: The Trinity in Hegel’s Philosophy of History and The Rise and Fall of Peoples. In: HOULGATE, Stephen; BAUR, Michael (eds.) **A Companion to Hegel**. A John Wiley & Sons, Ltd, Publication, 2011.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1961.

BUTLER, Clark W. **Hegel: The Letters**. Translated by Clark Butler and Christiane Seiler with Commentary by Clark Butler. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen**. Orientador: Luiz de França Costa Lima Filho – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2004.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução: Marco Antonio Dos Santos Casanova. – 1ªed. – São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Petrópolis; Vozes, 2009.

GRESPLAN, Jorge. Hegel e o Historicismo, In: **História Revista** - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Vol. 7, n. 1/2, (2002).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo : Centauro, 2001.

_____. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses; com colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 7ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

_____. **Filosofia da História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução Noberto de Paula Lima, adaptação e notas Márcio Pugliesi – São Paulo: Ícone, 1997.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Trad. Álvaro Cabral; revisão técnica, Karla Cheadiak. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

LÖWITZ, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Ed. 70, 1991.

_____. **De Hegel a Nietzsche**.

MARCUSE, Hebert. **Razão e Revolução** – Hegel e o advento da teoria social. Editora Saga, 1969.

MARQUARD, Odo. "En defensa de lo accidental". **Fractal** n° 2, julio-septiembre, 1996, año 1, volumen I, pp. 11-26.

MARTINS, Estevão C. de Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdei Lopes Araujo (org). **A dinâmica do historicismo**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 15-48.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus ; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MATA, Sérgio da. Elogio ao Historicismo. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdei Lopes Araujo (org.) **A dinâmica do historicismo**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 49-62.

_____. "Introdução" a Ranke – O conceito de história universal (1831). In: Estevão de Rezende Martins (org.). **A história pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su génesis**. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1943.

PINKARD, Terry P. **Hegel: A Biography**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2000.

POPPER, Karl Raimund. **A miséria do historicismo**. Tradução de Octany S. da Mota e Leônidas Hegenberg – São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

RANKE, Leopold von. **Leopold von Ranke: história/ organizador** [da coletânea] Sérgio Buarque de Holanda: [tradução de Trude von Laschan Solstein]. – São Paulo: Ática, 1979.

RITTER, Joaquim. **Hegel and French Revolution: Essay on the Philosophy of Right**. Translated with an Introduction by Richard Dien Winfield. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, London, England, 1982.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. In: **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n°6, 03/2011, pp.42-63.

O tempo como progresso e processo da Teoria da Ação e da Vontade nos escritos de Hannah Arendt.

*Robson José Valentino Cruz.**

Hanna Arendt, filósofa e pensadora política, nasceu na Alemanha em 1906. Foi aluna de Heidegger, Husserl e Karl Jasper. Doutourou-se com uma tese sobre o conceito de amor em Santo Agostinho; embora sua obra seja basicamente uma grande reflexão sobre a teoria e a prática políticas de nosso tempo. Autora, entre outros, de *As Origens do totalitarismo* e *Entre o passado e o futuro*, suas obras são consideradas umas das mais originais do pensamento do século passado, vem sendo estudada e difundida. Raymond Aron, em *A Sociologia Alemã Contemporânea* inseriu-a na história do pensamento sociológico como continuadora da tradição intelectual da República de Weimar.

A Vida do Espírito, último trabalho de Hannah Arendt, interrompido com sua morte em 1975, apresenta um exame das atividades espirituais do pensar, do querer e do julgar. Cada uma dessas três atividades depende de uma espécie de retirada espiritual do contato direto com as coisas do mundo, o que constitui a condição para que se possa refletir e discorrer sobre elas. O livro resulta de um enorme esforço de releitura dos textos mais importantes dos pensadores que, ao longo da história da filosofia, trataram dos três temas. Nele está presente não exatamente um trabalho de reconstituição histórica, mas de descoberta surpreendentes das obras dos grandes mestres, que só puderam ser descortinados segundo a perspectiva nada tradicional de uma autora do século XX.

O declínio da esfera pública na era moderna deu-se mediante os principais fatores: em termos metafísicos, pela descrença na permanência de um *mundo comum* (imortalidade terrena); em termos da hierarquia das atividades humanas, pela preponderância do trabalho e do labor frente à ação; e em termos econômicos, pelo surgimento da esfera social e das massas economicamente supérfluas decorrente do desenvolvimento do sistema capitalista. A

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

religião afastou-se da esfera pública e se transformou em questão da esfera privada; por outro lado, as atividades econômicas emergiram da esfera privada e ganharam a aparência da esfera política sob a forma de sociedade.

Nosso moderno conceito de história, segundo a autora, é intimamente ligado ao moderno conceito de natureza, que são conceitos correspondentes e bem diferentes que se encontram no início de nossa História. Esses conceitos podem ser vistos em seu pleno significado quando se observa a raiz comum na qual eles emergiram. A oposição do século XIX entre Ciências Naturais e Históricas junto com a pretensa objetividade e precisão absoluta dos cientistas naturais é coisa do passado. Os cientistas naturais admitem agora que, com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar seu experimento se torna uma de suas condições, introduz um fator subjetivo nos processos objetivos da natureza. Sendo o experimento uma pergunta formulada à natureza (Galileu)¹, as respostas da ciência permanecerão sempre réplicas a questões formuladas por homens; a confusão quanto ao problema da “objetividade” consistia em pressupor que pudesse haver respostas sem questões e resultados independentes de um ser formulador de questões.

O problema da objetividade nas Ciências Históricas é mais que uma mera perplexidade técnica e científica. Objetividade, a “extinção do eu” como condição de visão pura, significava a abstenção, de parte do historiador ao conceder louvor e apróbio, ao lado de uma atitude de perfeita distancia com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foi revelado em suas fontes documentais. Objetividade, em outras palavras, significa não interferência, assim como não discriminação. Dessas duas a não discriminação, abstenção de louvor e reprovação era obviamente muito mais fácil de atingir do que a não interferência; toda escolha de material em certo sentido interfere com a História, e todos os critérios para escolha dispõe o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais, que são similares às condições prescritas pelo cientista natural a processos naturais no experimento. Dessa

¹ Citado de Alexandre Koyré, *An Experiment in Measurement, proceedings of the American philosophical society*, vol.97, n 2. 1953. [Apud] Hanna Arendt. EPF. P.79.

forma, Hannah Arendt sintetiza sua reflexão com relação à objetividade do historiador na modernidade:

Propusemos aqui o problema da objetividade em termos modernos, tal como ele surgiu na época moderna, que acreditou ter descoberto na História uma “nova ciência”, que deveria, então, aquiescer aos padrões da Ciência “mais velha” da natureza. Isso entretanto foi uma auto-incompreensão. A Ciência Natural moderna rapidamente se desenvolveu em uma ciência ainda mais “nova” que a História, e ambas brotaram como veremos, exatamente do mesmo conjunto de novas experiências advindas com a exploração do Universo feita no início da época moderna².

A implicação desse pensamento moderno na historiografia, além das questões citadas acima, gira em torno de uma nova concepção do tempo. A noção de que o tempo está em sentido linear e em progresso também é uma influência da modernidade cujos novos métodos científicos e de pesquisas nas ciências naturais modernas levaram a essa nova noção de tempo em contraposição a idéia cíclica que a antiguidade tinha e que também influenciava a historiografia da mesma; onde os heróis e os grandes feitos eram vistos em perspectiva como exemplos a serem seguidos e imitados³. Com o termo que carrega esse sentido da historiografia na antiguidade como: *Magistra vitae*. Mostrando a idéia de historiografia na antiguidade somente para efeito de comparação com a era moderna. Não nos deteremos nesse assunto, uma vez que nosso objetivo é a noção (idéia) de historiografia na modernidade.

Para Hannah Arendt o nascimento da moderna idéia de História não apenas coincidiu, como foi estimulado pela dúvida da época moderna (Descartes) acerca da realidade de um mundo exterior dado objetivamente à percepção humana como objeto imutado e imutável, isso implica em uma subjetivação, que segundo ela, não é senão um aspecto da ainda crescente alienação do mundo no homem da época moderna (ARENDR, 2001: CAP V). O fato fundamental acerca do moderno conceito de História é que esse surgiu nos mesmos séculos XVI e XVII que prefiguravam o gigantesco desenvolvimento das Ciências Naturais.

² Arendt, Hannah. EPF. P.80.

³ CRUZ, Robson José Valentino. *Hannah Arendt e o sentido da História na antiguidade Clássica*. (Comunicação). Memorial- ICHS. 30 anos.

A expressão segundo ela nos aponta como mais concisa e fundamental dessa alienação do mundo encontra-se no famoso *de omnibus dubitandum est* de Descartes, pois essa regra significa algo de inteiramente diverso do ceticismo ligado à autodúvida de todo pensamento autêntico. Descartes chegou a essa regra porque as então recentes descobertas das ciências naturais o haviam convencido de que o homem em sua busca da verdade e do conhecimento, não pode confiar nem na evidência dada dos sentidos, nem na verdade inata na mente, nem tampouco na luz interior da razão. Essa desconfiança nas faculdades humanas tem sido desde então uma das condições mais elementares da época moderna e do mundo moderno; sua origem foi a justificada perda de confiança na capacidade reveladora da verdade dos sentidos.

Se começamos a duvidar da fundamental veracidade e fidedignidade desse relacionamento, que evidentemente não exclui erros nem ilusão, mas, ao contrário, é condição de sua eventual correção, nenhuma das metáforas tradicionais para a verdade supra-sensível – seja os olhos do espírito que podem ver o céu das idéias ou a voz da consciência escutada pelo coração humano – poderá mais reter significado. (ARENDDT, 2001: EPF. P82)

A dúvida cartesiana concorreu para o declínio do *sensu comum*, percepção da realidade que se obtém pela convivência da pluralidade de opiniões no espaço público. Pode-se afirmar, portanto, que ocorreu o declínio do *sensu comum* comparativamente à Antiguidade: a esfera pública como mundo comum, espaço da intersubjetividade humana, deixa de ser a principal base de percepção da realidade em prol das subjetividades individuais e isoladas no processo de produção.

A consequência mais imediata foi, todavia, o espetacular Ascenso da Ciência Natural, que por longo período pareceu liberar-se com a descoberta de que nossos sentidos, por si mesmos, não dizem a verdade. Daí em diante, certa da infidedignidade da sensação e da resultante insuficiência da mera observação, as Ciências Naturais voltou-se em direção ao experimento, que interferindo diretamente com a natureza, assegurou o desenvolvimento cujo progresso desde então pareceu ser ilimitado. Isso foi de consequência imediata para o nosso conceito de História, cuja versão positiva de subjetivismo que surgiu no mesmo transe: não obstante o homem pareça incapaz de reconhecer o mundo dado que ele não fez, deve contudo

ser capaz de conhecer ao menos aquilo que ele mesmo fez. É por esse motivo que, Hannah Arendt apontará Vico como um dos pais do nosso moderno conceito de História:

Vico voltou-se para a esfera da História apenas por acreditar que ainda é impossível “fazer natureza”. Nenhuma consideração humanista inspirou seu abandono da natureza, mas unicamente a crença de que a história é feita por homens exatamente do mesmo modo que a natureza é feita por Deus; conseqüentemente, a verdade histórica pode ser conhecida por homens, os autores da história, porém a verdade física é reservada ao fazedor do universo. Vico que é por muitos considerado o pai da história moderna, dificilmente se teria voltado para a História sob as condições modernas. Ele se teria voltado para a tecnologia; pois nossa tecnologia fez de fato aquilo que Vico pensava que a ação divina fizera ao reino da natureza e a ação humana, no reino da História (ARENDR, 2001: 88).

Na época moderna a História emergiu como algo que jamais fora antes, não mais se compôs dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais as estórias de eventos que afetaram e marcou a vida dos homens, agora a História tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deve exclusivamente à raça humana. O baixo interesse pelas humanidades na era contemporânea e em especial pelo estudo da História, inevitável em todos os países modernizados, acha-se plenamente de acordo com o primeiro impulso que conduziu à Ciência histórica moderna, caso se trate meramente de uma questão de processos, tornou-se claro que o homem é tão capaz de iniciar processos naturais que não teriam sobrevivendo sem a interferência humana como de iniciar algo novo na esfera dos assuntos humanos.

Na modernidade, a busca da fama imortal dos cidadãos da antiguidade passou a ser identificada com o vício privado da vaidade. Os indivíduos modernos buscam a admiração pública, o *status*, “algo a ser usado e consumido”, permutável pela recompensa monetária: estas são necessidades fúteis que não podem ser compartilhadas com os outros, e incapazes, portanto, de estabelecer a base de um *mundo comum*. A “prova de realidade” deixa de ser estabelecida na esfera pública e passa a se restringir à subjetividade individual, na maior ou menor premência das necessidades, cuja existência ninguém pode jamais atestar senão aquele que a sente: “ao perder a certeza de um mundo futuro, o homem moderno foi arremessado

para dentro de si mesmo, e não de encontro ao mundo que o rodeava; longe de crer que este mundo fosse potencialmente imortal, ele não estava sequer seguro de que fosse real”. (ARENDR, 2001: 333-334).

Se ao deflagrar processos naturais começamos a agir sobre a natureza, começamos ao transportar nossa própria imprevisibilidade para o domínio que costumávamos pensar como regido por leis inexoráveis. A lei da História, nesse caso, é uma metáfora emprestada da natureza. A tecnologia, o campo em que os domínios da História e da Natureza se cruzaram e interpenetraram em nossos dias, aponta de volta para a conexão entre os conceitos de natureza e de História, tal como apareceram com o ascenso da época Moderna nos séculos XVI e XVII. Essa conexão se encontra no conceito de processo, isso implica que pensamos e consideramos tudo em termos de processos, não nos interessando por entidades singulares ou ocorrências individuais e suas causas distintas e específicas. Quais são então as palavras-chaves para a Historiografia Moderna? Segundo Hannah Arendt, e aqui é minha intenção mostrá-lo, ou pelo menos tentá-lo fazer de forma clara e concisa nessa comunicação, são as palavras “desenvolvimento” e “Progresso”, e que também foram no século XIX as palavras-chave dos novos ramos da Ciência Natural, em particular a Biologia e a Geologia, um tratando a vida animal e a outra até mesmo a assuntos não orgânico em termos de processos históricos.

A Tecnologia no sentido moderno foi precedida das diversas ciências da História Natural, a história da vida biológica, da terra, do Universo. Ajustaram mutuamente a terminologia de dois ramos da investigação. Os mais recentes progressos nas Ciências Naturais nos conduziram à origem comum da natureza e da história na época moderna e demonstraram também que seu denominador comum está de fato no conceito de *processo* – tanto quanto o denominador comum à natureza e à História na Antiguidade se assentava no conceito de *imortalidade*. O homem moderno querendo encontrar um dia a verdade através da mera contemplação, começou experimentar suas capacidades para a ação e, ao fazê-lo, não podia deixar de se tornar consciente de que, onde quer que exista, o homem inicia processos.

A noção de processo é o resultado inevitável da ação humana⁴. O moderno conceito de processo, repassando igualmente a história e a natureza, separa a época moderna do passado mais profundamente que qualquer outra idéia tomada individualmente. Para a nossa moderna maneira de pensar nada é significativo em si e por si mesmo, nem a história nem a natureza tomadas como um todo, nem tampouco ocorrências particulares na ordem física ou eventos históricos específicos. É nesse ponto que Hannah Arendt nos aponta as conseqüências da moderna maneira de pensar como geradora da alienação e do desencanto do mundo:

A monstrosidade dessa transformação tende a nos escapar se nos deixamos desorientar por generalidades tais como o desencanto do mundo ou alienação do homem, generalidades que envolvem uma noção romantizada do passado. O que o conceito de processo implica é que se dissociaram o concreto e o geral, a coisa ou o evento singular e o significado universal. O processo, que torna por si só significativo o que quer que por ventura carregue consigo, adquiriu assim um monopólio de universalidade e significação⁵.

Nossa noção de processo histórico rejeita o conceito Grego e Romano da historiografia, conferindo à mera seqüência temporal uma importância e dignidade que ela jamais tivera antes. A poesia⁶ e Historiografia grega vistas o significado do evento com alguma grandeza que justifica sua recordação pela posteridade, ou que os romanos hajam concebido a História como um repertório de exemplos tomados do comportamento político real, demonstrando o que a tradição, a autoridade dos antepassados exigia de cada geração e que o passado acumulara para o benefício do presente.

O grande impacto da noção de história sobre a consciência na época moderna veio no último terço do século XVIII, e chegou ao seu clímax na filosofia de Hegel, cuja metafísica central de sua filosofia é a História, pensar com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna. Assim como essa concepção moderna de História, também deve sua existência ao período de

⁴ O conceito é melhor exemplificado em *A Condição humana*. No capítulo V- sobre a Ação. E parte 32 do mesmo capítulo: “A ação como processo”.

⁵ ARENDT, Hannah. EPF. P.96. Também melhor esclarecido em *A condição Humana. Cap.VI- A Vita Activa e a Era Moderna*. Parte 35. “A alienação do mundo”.

⁶ O termo latino é *poética*, e representa, na ocorrência, a criação literária, em sentido amplo.

transição em que a confiança religiosa na vida imortal perdera sua influência sobre o secular e, em que a nova indiferença face à questão da imortalidade ainda não nascera. Resumindo: o conceito central das duas ciências inteiramente novas da era moderna, tanto da ciência natural como da ciência histórica é o conceito de processo, e a experiência humana real em que esse conceito se baseia é a ação.

De fato, no início da época moderna tudo apontava para uma elevação da ação e da vida política, os séculos XVI e XVII, tão ricos de novas filosofias políticas eram ainda inteiramente alheios de qualquer ênfase na História como tal. A convicção da época moderna de que o homem somente pode conhecer aquilo que ele fez parece estar mais de acordo com uma glorificação da ação do que com a atitude basicamente contemplativa do historiador e da consciência histórica em geral. Pode-se dizer que a transformação hegeliana da metafísica em uma filosofia da História foi precedida por uma tentativa de desvencilhamento da metafísica por uma filosofia da Política, isto é, de uma ênfase na Vontade sobre a Razão. Inverteu-se a hierarquia entre *vita contemplativa* e *vita activa*: a contemplação, religiosa ou filosófica, que na Idade média assumira a preeminência na civilização européia ocidental, ao deslocar a política da Antiguidade, cede lugar à fabricação. Para Hannah Arendt, o moderno conceito de processo que prevaleceu nas ciências naturais e que também foi adotado pela história é o principal marco que separa a época moderna do passado.

Qualquer consideração do conceito moderno de História um dos problemas cruciais é explicar seu súbito aparecimento no último terço do século XVIII e o concomitante declínio de interesse no pensamento puramente político. E Vico, foi um dos pioneiros cuja influência só foi sentida duas gerações após sua morte.

Uma rápida observação de um ponto crítico importante de nossa história intelectual, com o surgimento da modernidade, aqui é de se esperar que haja um interesse ainda mais forte do que no período medieval em um órgão espiritual próprio para o futuro, uma vez que o conceito principal e completamente novo da Era Moderna – a noção de progresso como força que governa a história humana - colocou uma ênfase sem precedentes no futuro. Distinto da faculdade de escolha entre dois ou mais objetos dados (*o liberum arbitrium*) que foi somente

na última fase da Era Moderna que a Vontade começou substituir a Razão como a mais alta faculdade do espírito⁷.

A primazia do passado desaparece inteiramente quando Hegel passa a discutir o tempo, o tempo humano, cujo fluxo o homem experimenta sem pensar, como puro movimento, até que acontece de ele refletir sobre acontecimentos exteriores. A atenção do espírito então fica dirigida essencialmente para o futuro, isto é, para o tempo que está no processo de vir em nossa direção; e esse futuro antecipado nega o presente permanente do espírito. Nesse contexto, a dimensão dominante do tempo é o futuro, que ganha prioridade sobre o passado. Em Hegel o espírito só produz o tempo em virtude da Vontade; e o futuro, nessa perspectiva, é também a fonte do passado, já que o futuro é engendrado espiritualmente pela antecipação feita pelo espírito de um segundo futuro em que o “eu serei” imediato terá transformado em “eu terei sido”. Nesse esquema, o passado é produzido pelo futuro e o pensamento, que contempla o passado, é o resultado da Vontade. Porque à vontade, em última instância, antecipa a frustração final dos projetos da vontade, que é a morte; tais projetos também um dia terão sido. Na antecipação da morte, os projetos da Vontade tomam a aparência de um passado antecipado e, sendo assim, podem tornar objetos de reflexão, neste sentido que Hegel sustenta que somente o espírito que não ignora a morte capacita o homem para dominar a morte, resistir a ela e preservar-se dentro dela. Foi Hegel também quem, ao construir uma história sequencial da filosofia que correspondesse à história factual e política – algo que antes dele era bastante desconhecido –, rompeu realmente com a tradição, porque ele foi o primeiro grande pensador a levar a história a sério, tomá-la como geradora de verdade. Hegel identifica o “Reino Espiritual” com o “Reino da Vontade”, porque as vontades dos homens são necessárias para trazer à tona o campo espiritual; e por esta razão afirma que “a Liberdade da Vontade *per se* (isto é, a liberdade que a Vontade necessariamente quer) é ela

⁷ Arendt, Hannah. *A Vida do Espírito. O Pensar o Querer e o Julgar*. ed. Círculo brasileiro. 2009. Na seção: A VONTADE E A ERA MODERNA e A SOLUÇÃO DE HEGEL: A FILOSOFIA DA HISTÓRIA, é esclarecedor sobre o assunto do tempo da modernidade e da supremacia da faculdade da Vontade sobre a Razão na Era Moderna.

mesma absoluta, é aquilo por meio de que o Homem se torna Homem, e é, portanto, o princípio fundamental do Espírito.

O conceito cíclico de tempo, como vimos, está em perfeita harmonia com a filosofia Grega-Clássica, enquanto a filosofia pós-clássica (Moderna), seguida da descoberta da Vontade como a fonte principal do espírito para a ação, exige um tempo retilíneo sem o qual o progresso seria impensável.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **O fim da história:** de Hegel a Fukuyama. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar, 1992.

ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito:** o Pensar, o Querer e o Julgar. Tradução de Cezar Augusto de Almeida, Antonio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Origens do totalitarismo:** Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo, Posfácio de Celso Lafer, 10º Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Entre o Passado e o Futuro.** Equipe de realização – tradução: Mauro W Barbosa de Almeida; Revisão: Mary Amazonas Leite de Barros; produção Ricardo W. Neves e Adriana Garcia. Ed: Perspectiva. São Paulo, 2001.

_____. **O que é Política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. Ed: Bertrand Brasil. 2002.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e do declínio da esfera pública.** Editora do Senado Federal. Brasília, 2005.

CRUZ, Robson José Valentino. **Hannah Arendt e o sentido da História na Antiguidade Clássica.** (Comunicação). Memorial- ICHS. 30 anos. 2009.

Os liames entre escrita da história e um projeto identitário na historiografia em Goiás (1920-1960)

*Rogério Chaves da Silva**

A escrita da(s) história(s) de Goiás, desde as primeiras décadas do século XX até os anos 1960, constituiu-se num exercício intelectual praticado, especialmente, por memorialistas, genealogistas e “historiadores autodidatas”. No interior desse escol de cultores da história goiana do período, é possível localizar médicos, políticos, jornalistas, advogados, militares, enfim, indivíduos de diversos ramos profissionais, mas que também se dedicaram a produção de textos históricos. Dentre eles, podemos citar aqueles cujos trabalhos mais nos debruçamos: o médico Antônio Americano do Brasil, o jurista Colemar Natal e Silva e o advogado Zoroastro Artiaga. Desbravar as trilhas das bandeiras que devassaram o sertão ocupado pelos índios *goyaze*; fixar a aventura de Bartolomeu Bueno em busca do eldorado; contar sobre a formação dos primeiros arraiais, vilas, cidades; relatar sobre os rumos tomados pelo ouro e pela agropecuária em Goiás; historiar os significados atribuídos à ocorrência da Revolução de 1930 em Goiás e à construção da jovem capital, Goiânia; eis algumas linhas interpretativas esboçadas por eles para se compreender o “passado goiano”. Plasmados pelos moldes de historiografia que o IHGB consagrou no oitocentos, essa intelectualidade produziu uma escrita da história que enfocava o episódico, o encadeamento cronológico de fenômenos político-administrativos, buscando, no trato com as fontes, construir verdadeiras sùmulas acerca dos eventos pretéritos em estudo.

O círculo de intelectuais goianos a que esses estudiosos “autodidatas” pertencia era constituído, em sua maioria, por profissionais formados nos quadros da Escola Militar da Praia Vermelha ou nas Faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro, destarte, vivenciaram toda a onda cientificista que grassou nessas instituições em fins do século XIX e início do XX. Além disso, estiveram atentos aos debates irrompidos naquela quadra acerca da constituição de

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás/Bolsista FAPEG

uma nação moderna e sobre os papéis do litoral e do sertão na formação de uma identidade genuinamente brasileira. Goianos de nascimento que eram, esses intelectuais convergiram em torno de um empreendimento que se voltava para demonstrar o papel que o sertão poderia exercer no desenvolvimento da nação. E esse projeto acabou ganhando materialidade discursiva por meio da confecção da revista “A Informação Goyana”, periódico editado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1917 e 1935, e que era dedicado à divulgação das potencialidades econômicas e das particularidades histórico-culturais de Goiás.

Esse ardor pela efetiva integração de Goiás ao projeto de nação moderna que se desenhava naquele momento também passava, necessariamente, pela valorização de sua história. Nesse sentido, alguns desses intelectuais se dedicaram à escrita da história de seu estado natal, no entanto, tratava-se da elaboração de textos que, no seu interior, abrigava o anseio por encontrar no passado, rastros, traços que fundamentassem determinadas marcas identitárias da região. Com efeito, esses historiadores “autodidatas” empreenderam uma relação com o passado impregnada pelo desejo de afirmação de uma memória e de uma identidade regional. Produziram, então, uma escrita da história em que se buscava resgatar do passado eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares (ocorridas na história política da região) que funcionassem como espelho para a constituição de uma dada “goianidade”; esta entendida como um modo de viver caracterizado pelo amor à Goiás, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às “tradições” e pela impressão de um sentido ético-político ao agir dos goianos que, à semelhança “desses grandes homens do passado”, contribuiriam para o desenvolvimento da região. Como pode se notar, não consistia numa tentativa de conformação da identidade regional preocupada em desenhar uma fisionomia cultural dos goianos, e sim de um empreendimento de natureza, eminentemente, ético-política, na medida em que apresentava fenômenos pretéritos, comportamentos e modelos de condutas exemplares deveriam ser resgatados da experiência histórica regional.

Um primeiro elemento digno de destaque é o fato de que, como ocorre em grande parte das idealizações identitárias, seus relatos históricos buscaram uma gênese para Goiás. Na ótica desses historiadores, a origem dos goianos não se situaria nas experiências pretéritas dos

propalados, mas “pouco conhecidos”, índios *goyaze* que habitaram a região e emprestaram seu nome à unidade política criada, e sim nas incursões das bandeiras paulistas que perambularam o território goiano a partir do século XVI. Na urdidura dessa trama, tecida para ligar os goianos ao seu passado, era fundamental que os conterrâneos do “presente”, e os do futuro, conhecessem suas origens, sua história e quem foram os intrépidos homens responsáveis por palmilhar os primeiros caminhos naquela região que viria a se constituir no estado que eles tanto estimavam e defendiam. A constituição dessa “goianidade” passava, necessariamente, pelo conhecimento desse passado glorioso.

Era preciso, igualmente, estabelecer um mito fundador para Goiás. A construção dessas narrativas sobre a “fundação de Goiás”, principiada por Silva e Souza no século XIX, acabou por alicerçar um liame memorial entre a viagem de Bartolomeu Bueno da Silva e a expedição organizada por seu filho homônimo. Segundo a versão mais notória, Bartolomeu Bueno da Silva (filho), com aproximadamente 12 anos, teria participado da expedição chefiada por seu pai que, por volta de 1682, perambulava pelas terras dos índios *goyaze*, região onde avistaram a existência de ouro. Durante esta campanha, cujo fito principal era o aprisionamento de indígenas, Bueno pai teria recebido dos *goyaze* a alcunha de Anhanguera (“diabo velho”, “espírito mau”) ao utilizar-se do estratagema de atear fogo em aguardente ameaçando abrasar os índios se não lhes indicasse onde encontraram o ouro utilizado na feitura dos pendentos que ornavam os colos das índias. A lembrança dessa viagem, feita na juventude, teria exortado Bartolomeu Bueno, certa de quarenta anos depois, à solicitar permissão para adentrar ao sertão dos *goyaze*.

Os cronistas e historiadores dos séculos XIX e XX apresentaram um rosário de divergências quanto à data da viagem do Anhanguera, se este apelido foi ou não uma criação indígena e qual o verdadeiro significado dessa alcunha, sobre qual a data da partida da expedição de Bueno filho, o porquê e como foram as deserções enfrentadas nessa viagem, se Bueno teria encontrado vestígios da campanha de seu pai e amostras de ouro já na primeira expedição ou se só localizou esses sinais e a riqueza mineral depois de retornar a São Paulo em 1725 para uma segunda campanha, quando e onde exatamente teria ocorrido o descobrimento

e onde Bueno estabeleceu o primeiro arranchamento. Independente dessas contendas interpretativas, uma essência se assentou nessas versões: foi a memória dessa viagem, feita em fins do século XVII, que encorajou Bueno filho a enfrentar o ínvio sertão dos *goyaze* para encontrar a fonte dos ornamentos áureos avistados quando estava em companhia de seu pai. Em suma, o povoamento da região foi produto da empresa exitosa de Bartolomeu Bueno da Silva que, guiado por suas reminiscências, seguiu os passos do pai, o Anhanguera. Essa empreitada vitoriosa de Bueno filho, por conseguiu garantiu a ele a condição de o lídimo “fundador” de Goiás.

Para além da falta de habilidade administrativa de Bueno, algo pacífico nos diferentes registros, o que se procurou resgatar de sua experiência histórica e reter na memória dos goianos foi sua bravura indômita ao se lançar ao impérvio sertão e ter auferido sucesso na busca pelas riquezas minerais tão sonhadas. O ato heróico de Bueno filho estimulou novos descobertos, fomentou o povoamento da região, todavia, o maior beneficiado com essa façanha, o Estado português, não teria, para muitos desses narradores, reconhecido a magnitude dos esforços empreendidos pelo bandeirante ao permitir que percesse inopioso. Esse anseio por eternizar o feito de Bueno fica evidente na entonação emprestada aos relatos sobre sua morte, evento celebrado tanto por autores do XIX quanto do XX. Ao longo do tempo, a repetição dessas narrativas, cujo enredo histórico foi reforçado pelos estudiosos do “passado goiano”, acabou por fixar uma tradição muito robusta em Goiás: a reverência à obra do(s) Anhanguera(s), especialmente a do filho.

Essa candência por dar vigor a essa identidade regional era entrecortada, do mesmo modo, pela inquietação em resguardar os limites territoriais e delinear um perfil físico-geográfico para Goiás. Além de, continuamente, descreverem a constituição geográfica do estado, enaltecerem suas riquezas naturais, preocupavam-se em assegurar um espaço que, historicamente, pertenceriam aos goianos, neste sentido, a questão dos limites territoriais se converteu em matéria recorrente nos textos desses três historiadores. Para esses intelectuais, abordar o tema das fronteiras territoriais tratava-se não só de um assunto histórico (na medida em que várias foram as situações, no passado, em que aconteceram litígios por causa dessas

demarcações), mas também político (tendo em vista que, em vida, envolveram-se em várias discussões políticas sobre a questão) e, por que não, de um tema de cunho ético (considerando que o conceito de “bom administrador” passava, necessariamente, pela tentativa de aproveitar as potencialidades naturais e de ter resguardado as fronteiras da região).

Além disso, nesse exercício de conformação da identidade regional por meio de textos historiográficos, notamos a construção continuada de narrativas repletas de conteúdo exemplar e orientador. Em muitas passagens em que avistamos a impressão do princípio da exemplaridade, sua utilização vinha acompanhada de julgamentos morais. Tais sentenças normativas, comumente, atribuíam uma positividade ou negatividade a determinados fenômenos, atitudes, comportamentos de sujeitos históricos ou a atos administrativos do passado. Essas apreciações, cujo um dos escopos era o de eternizar certos nomes, feitos e condutas, muitas vezes, mostravam-se prenhes de sentido pedagógico, na medida em que se apresentavam não só alguns *exemplum vitae* que poderiam orientar o agir dos goianos no presente e no futuro, assim como contra-exemplos que seriam recordados para tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando modelos de conduta que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos. Em *Americano do Brasil*, por exemplo, essas avaliações morais e tentativas de imortalização de certos nomes eram estratégias constantemente utilizadas:

Possam estas páginas de amor a Goiás serem úteis à mocidade de minha terra, a quem se destinam; possam elas ensinar o melhor caminho no presente através das coisas e exemplos do passado (BRASIL, 1961: 15).

[...]

Incriminamos esse Capitão-General [Luiz da Cunha Menezes] de um fato: não ter promovido em larga escada a navegação dos rios, logo que essa foi franqueada, secundando os esforços do Capitão-General do Pará. [...] Os 16 anos de govêrno desse capitão-general foram quase estéreis e cheios de incidentes, bastante desagradáveis (BRASIL, 1961: 77).

Fica perceptível, então, que quando valoraram negativamente certas condutas e acontecimentos históricos, esses cultores do “passado goiano” procuraram também revolver experiências pretéritas que funcionassem como contra-exemplos para os goianos do presente e

das gerações vindouras. Nesse caso, tratava-se de recordar e tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando comportamentos e condutas que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos do presente e da posteridade. Subsumido a esse exercício escriturário, havia o anseio por lembrar e reforçar determinadas situações pretéritas e exemplos de conduta que fossem típicos daqueles que “amaram Goiás” ou que pelo menos fizeram algo pelo engrandecimento da região. O ato de recordar e registrar determinados eventos históricos por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos denota o esforço por eternizar nomes, imortalizar certos feitos e de fixar modelos de agir que se tornassem característicos de uma “goianidade” que se pretendia constituir.

Ainda transitando nessa esfera da relação entre escrita da história e o projeto de conformação identitária inscrito aos textos dos historiadores autodidatas em Goiás, localizamos outro elemento merecedor de relevo: o filtro interpretativo que esses historiadores aplicaram às fontes do século XIX e que, em certo sentido, encontrava-se condicionado por uma subjacente “leitura nativa” dessa documentação. Para análise dessa questão, é preciso lançar mão de um olhar retrospectivo sobre alguns caminhos metodológicos e interpretativos trilhados pela produção historiográfica regional. É tema recorrente na historiografia em Goiás, principalmente a partir de fins dos anos 1980 e durante a década de 1990, que muitas fontes históricas do século XIX se constituíram numa “leitura europeizante” acerca do passado e da realidade goiana do período. Aqui nos referimos, notadamente, às memórias (de Silva e Souza), aos relatórios dos governadores da capitania/presidentes da província, à Corografia de Cunha Mattos e aos relatos dos viajantes europeus (Saint-Hilaire, Pohl, Eschwege, D’Alincourt). Vivenciando o momento de plena ou pós-falência das minas em Goiás, esses sujeitos, com suas retinas impregnadas da realidade europeia, teriam produzido um registro histórico que desenhou uma fisionomia de decadência para a região. Para além da bancarrota de uma atividade econômica que experimentou sua decrepitude em fins do século XVIII e início do XIX, a decadência em Goiás acabou se tornando numa espécie de estigma cultural que caracterizou a região. Essa representação edificada a partir dessas fontes históricas foi partilhada e enfatizada por uma série de pesquisadores da chamada “historiografia acadêmica”, os quais encontraram na tese de livre-

docência do Padre Luis Palacín o grande continuador dessa tradição historiográfica em Goiás, originária do oitocentos, e que foi posta em xeque nas duas últimas décadas do novecentos.

No tocante à produção historiográfica autodidata em Goiás, é irrefragável que Americano do Brasil, Natal e Silva e Zoroastro Artiaga tiveram contato com algumas dessas fontes históricas oitocentistas, pois é possível encontrarmos, em seus trabalhos, referências e citações de trechos retirados delas. Não obstante, acreditamos que essa leitura, carregada de valores nativos e permeada pelo esforço em delinear os traços de uma identidade pretendida, teria engendrado uma espécie de “desfocalização da decadência” como representação negativa de Goiás e dos goianos do passado. Não que negassem, categoricamente, que essa perspectiva estivesse impregnada na visão desses europeus que palmilharam os caminhos goianos, simplesmente não focalizaram e nem se apropriaram desse viés interpretativo contido nessas fontes como fizeram muitos pesquisadores em uma determinada fase da historiografia acadêmica. Foram raríssimas as passagens nas quais deram voz a essa fala tão pronunciada nessa documentação, quando a incluíram, deixavam transparente que se tratava de sentenças particulares emitidas pelos interlocutores que protagonizavam esses documentos.

A decadência presente nos textos desses historiadores tratava-se, sobremaneira, da ruína de uma atividade econômica que foi a responsável pelo fluxo migratório, pelo povoamento e estabelecimento efetivo da administração portuguesa na região, e não de uma representação que fixava um quadro social e cultural como típico de Goiás: a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo trabalho, a preguiça reinante e o isolamento. O projeto de “goianidade” subjacente a essa escrita da História obnubilava esse desenho cultural e social negativo debuxado por governadores, presidentes de província, naturalistas e viajantes europeus. Era uma “leitura nativa” do novecentos contrastando ou, melhor, filtrando, a partir de seu sistema de referências, o que lhe era pertinente dessa “leitura adventícia” do oitocentos. Os olhos historiográficos desses escritores preferiram não focar, no interior dessas fontes históricas, registros de experiências que esboçassem aspectos negativos como peculiares da região.

Nessa intersecção entre escrita da História e a questão das identidades, outro elemento importante a ser considerado foi a busca por monumentalizar os feitos de Pedro Ludovico

Teixeira e por estabelecer uma nova temporalidade para Goiás fixando a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia como eventos inauguradores de um novo tempo para a região. Aqui, é importante não perdermos de vista que encontramos tais perspectivas em Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, pessoas que estreitaram laços políticos e ideológicos com Pedro Ludovico. E esses vínculos com os vitoriosos na Revolução de 1930 e, posteriormente, com as diretrizes do Estado Novo em Goiás, certamente, indicam-nos o porquê, nesse projeto de memória regional e de constituição de uma identidade goiana, a “recente” obra ludoviquista deveria ser incluída.

No caso dos escritos de Zoroastro Artiaga, fica patente a tentativa de imortalizar nos fastos goianos o monumental feito do Dr. Pedro Ludovico Teixeira por meio da Revolução de 1930. Para ele, o médico goiano se converteu no grande artífice da história “recente” de Goiás e, por isso, merecia ser registrado e celebrado pela contemporaneidade e pelos pósteros. Em *Contribuição para a História de Goiaz* dedicou maior espaço, do que a outros episódios, à descrição minuciosa dos acontecimentos decorridos com a “Revolução de Outubro de 1930”. Em *História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946*, no capítulo intitulado “Em perigo de morte o líder dos goianos” (ARTIAGA, 1961: 142-146), narrou (segundo ele baseado em documentação histórica) os riscos de “fuzilamento” pelos quais passou Pedro Ludovico (“o líder dos goianos”) quando esteve em poder das forças caiadistas em 1930. Já no capítulo denominado “Um cerimonial histórico - posse do Dr. Pedro Ludovico” (ARTIAGA, 1961: 150-155), relatou, em tom epopéico e com os recursos descritivos de quem presenciou o fato, a solenidade de posse de Pedro Ludovico, ocorrida em 25 de abril de 1935, após ter sido eleito, pela Assembleia Legislativa, governador do estado.

Em Colemar Natal e Silva, por seu turno, esse esforço por inclusão dos feitos de Ludovico extrapola o conteúdo narrado em *História de Goiás*. Mas, embora finde esse texto relatando acontecimentos ocorridos no início do século XIX, como já frisamos, ele dedicou a obra, dentre outras pessoas, a Pedro Ludovico, a “figura máxima da Revolução no Brasil Central”. Ao nos defrontarmos com outros escritos e pronunciamentos de Natal e Silva, notamos também o anseio por monumentalizar as proezas políticas de Ludovico e de elevar

Goiânia a símbolo da modernidade e do progresso vivido em Goiás durante os anos 30 e 40. Por meio de uma estratégia discursiva, intentou fixar a construção de Goiânia, a transferência da capital e o Batismo Cultural da cidade em emblemas máximos de um novo tempo que os goianos passaram a vivenciar depois que Pedro Ludovico, o “novo Bartolomeu Bueno”, tomou as rédeas do estado. No interior dessa formulação política, cultural e temporal, Goiânia se converteu em depositária do progresso material, em esperança no futuro do estado; à cidade de Goiás, antiga capital, ficou garantida a reputação de local das tradições, urbe que abriga as glórias de um passado que não deveria ser esquecido.

Na entonação discursiva que eles impuseram a suas narrativas, presente e passado se fundiriam para prenunciar um futuro promissor. Em meio ao deslumbre com as conquistas da contemporaneidade goiana e os auspícios de desenvolvimento, a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e a atuação dos intelectuais ligados a seus quadros (no qual eles se incluem) garantiriam que os louros do passado, as tradições de Goiás, não fossem esvaecidas no interior desse projeto. Dispondo seus cabedais intelectivos, esses cultores de Clio buscaram não só narrar sua(s) história(s) de Goiás, mas também vasculharam, sobretudo no passado colonial e imperial da região, nomes de vulto, experiências pessoais, atos administrativos, eventos históricos que funcionassem como referências para essa goianidade que traziam como refrão: o amor à Goiás, o zelo pelas tradições dessa terra, a probidade na defesa dos interesses coestaduanos e o empenho pela integração do estado e promoção de seu desenvolvimento. Mas não só o passado longínquo foi historiado para a conformação desse empreendimento identitário. Modulados ao discurso dos vitoriosos na revolução, harmonizados à ótica triunfante, esses intelectuais fundaram, em conjunto com o poder estabelecido, uma nova historicidade para Goiás, que acabou sendo encampada pela historiografia regional: a representação da história goiana na Primeira República como período de atraso, o “tempo velho” das oligarquias, que contrasta com a realidade de Goiás nos anos 1930, o “tempo novo”, de Pedro Ludovico, da jovem capital Goiânia e da modernidade nascente para os goianos.

Referências Bibliográficas

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 (tomo II)**. Goiânia: s.n, 1961.

BRASIL, A. Americano do. **Súmula de História de Goiás**. 2ª Ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

_____. **Pela história de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos).

NATAL E SILVA, Colemar. **História de Goiás**. 3ª ed. Goiânia: IGL, 2002.

Discursos e práticas sobre a religião em Portugal no final do século XVIII

Rossana Agostinho Nunes*

Que coisa são sacerdotes? São uns oficiais que ganham sua vida por aquele ofício.¹
Só creio em Deus e no que o mesmo Deus disse, mas não na Igreja, porque o
Papa não é verdadeiro sucessor de S. Pedro.²

Num século marcado pelo “esforço para repensar o fenômeno religioso” (SANTOS, Z., 2000: 39) os religiosos lusitanos, incluindo seus dogmas e suas práticas, foram lançados no centro de um debate filosófico, político e social. Em geral, as discussões cotidianas incidiam sobre os erros do Papa, os interesses pecuniários que moviam os eclesiásticos em suas práticas, a existência do inferno, dos milagres e dos santos, a veracidade das Escrituras, a necessidade da revelação, a validade dos sacramentos, das missas em excesso, dos jejuns e das práticas devocionais dos fiéis permeadas por rosários, livros de oração e vidas de santos.

Desse modo, não obstante as proibições que envolviam o tema da religião, muitos ousaram falar sobre ele. Boticas, repúblicas, casas, passeios públicos e ruas eram alguns dos muitos espaços onde essas conversas transcorriam. Nas ruas coloniais do Rio de Janeiro, em suas boticas e até mesmo embaixo de escadas disputavam-se sobre os dogmas, murmuravam sobre os hábitos dos religiosos e a validade das indulgências. Em Coimbra, jovens estudantes faziam de suas repúblicas espaços privilegiados para as suas contendas, embora não excluíssem os espaços da universidade: corredores, salas e laboratórios. Os assuntos, embora variados, não deixavam de incluir matérias religiosas. Um inquietante *falar sobre* que, com frequência, se convertia num *falar contra* permeou o cotidiano lusitano de finais do século XVIII (FARGE, 1992: 10). Os dogmas, a estrutura eclesiástica, os rituais; nada escapava às bocas *libertinas* que, para preocupação da Igreja Católica e da Coroa, discutiam dos dois lados do Atlântico.

Toda essa discussão não se esgota, embora também não se afaste totalmente, das preocupações e investidas pombalinas contra o sacerdócio. A documentação inquisitorial –

* Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História Política da UERJ sob a orientação da professora Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e co-orientação do prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves. Bolsista Capes.

¹ Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 319/130º Cadernos do Promotor (1769-1790), f.529.

² Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 318/129º Cadernos do Promotor (1740-1761), f.365.

fonte principal para se chegar a essas conversas cotidianas sobre a religião – por si só não permitem uma análise das afiliações políticas dos denunciados: estariam eles a defender, por trás de suas críticas, o projeto político pombalino de submissão da estrutura eclesiástica ao poder temporal do soberano? Ou, pelo contrário, até que ponto esse projeto político pombalino não vinha de encontro a anseios anteriores, os quais as denúncias expressavam? À exceção de uns poucos casos em que essas afiliações estão explicitadas é impossível dizer algo mais profundo sobre o assunto. O que, em hipótese alguma, invalida a importância das denúncias que irei analisar; muitas das quais retiradas dos Cadernos do Promotor. Se, por um lado, o seu caráter fragmentado e mesmo efêmero limita as possibilidades de análise, por outro lança luz sobre o cotidiano, revelando, não raro, por meio dessas conversas diárias descontentamentos em relação tanto a um determinado modelo devocional quanto a estrutura social e religiosa lusa. E, nesse sentido, encontram-se carregadas de conotações políticas. Por conotações políticas compreende-se não somente a dimensão institucional dessas conversas através de uma possível relação com o pombalismo ou com o reformismo ilustrado régio. Mas a percepção das relações de poder e dos conflitos que essas conversas revelam, instauram e intensificam por trás dos muitos fatores e condicionantes que levaram os indivíduos a expressá-las. Um deles parece ter sido o desejo de aperfeiçoamento e engrandecimento do reino.

Alguns denunciados foram acusados de criticar a grande quantidade de frades e clérigos em Portugal, apontado a ociosidade e a inutilidade desses religiosos para o reino. Vejamos alguns casos. O primeiro deles vem do Maranhão. Em 1779, Aires Carneiro Homem, sargento mor dos Auxiliares, teria dito que os padres não só não tinham utilidade a República porque não trabalhavam, como não fazia “escrúpulo em lhe dar pancadas” e que melhor vivera dois anos com os ingleses, “não tendo lá padre.” (IANTT, Inquisição de Lisboa, livro 319, f.19-19v) Noutra ocasião, estando com o prior do Carmo, o frei José Caetano de Almeida e Graça enquanto ele rezava, perguntara ao sacerdote o que ele estava fazendo, ao que o religioso respondeu que rezava os Salmos de Davi. Ao ouvir a resposta, Carneiro Homem teria replicado questionando: “quem lhe disse que David dissera o que consta desses Salmos?” O frei prontamente respondeu que “tinha por certo e infalível, pois a Igreja assim o ensinava e mandava crer.” Não satisfeito, Carneiro Homem teria prosseguido, desta vez, questionando

quem o mandava rezar o ofício e, respondendo o religioso que era a Igreja quem o fazia, replicara-lhe o denunciado nos seguintes termos:

Ora Padre deixe-se disso, não seja fanático, nem David disse isso que V. Paternidade está renunciando, porque muitos séculos que tem passado já não há sombras do que David disse; nem a Igreja manda isso a V. Paternidade, qual Igreja nem meia Igreja; obedecer e respeitar em primeiro lugar a Deus, em segundo lugar ao Rei e no seu lugar ao Marquês de Pombal (IDEM, f.19).

Poucos meses depois da denúncia, dada em 2 de Janeiro de 1779, teve início um sumário contra o denunciado que se prolongou de julho de 1779 até outubro de 1781. O frei, mencionado no episódio acima, foi a primeira testemunha a ser inquirida. Confirmou o acontecido, embora declarasse que não sentia que Carneiro Homem o dissesse por sentir mal ou por fazer um conceito ruim das determinações da Igreja, mas tão somente por divertimento e passatempo (IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 17590, f.12v-13v).

Passatempo ou não, o fato é que as suas afirmações nada tinham de despreziosas. Em primeiro lugar revelam a sua adesão à política reformista pombalina, pelo menos, no que tange às relações entre o poder temporal régio e a Igreja. O que fica claro não só nos trechos acima, mas igualmente em seu desprezo em relação ao Papa. Entretanto, e aí reside o segundo ponto, o denunciado foi além dos pressupostos que informavam a política reformista régia no que dizia respeito às práticas e aos dogmas da religião. A confiarmos nas denúncias e nos relatos das testemunhas, Aires Carneiro Homem duvidava da veracidade dos Evangelhos, uma vez que podiam estar pervertidos dos originais; da dignidade dos santos, uma vez que tinham sido canonizadas pelos homens; do santíssimo sacramento, migalhas de pão em que não existia coisa alguma, dizendo, por conseguinte, que ao homem bastava viver na lei natural para se viver bem. O que, diga-se bem, não o impediu de, uma vez findo o sumário – o qual não resultou em nenhum processo ou pena formal contra o denunciado –, prosseguir em suas relações com a Coroa, chegando, nos anos posteriores, ao posto de Coronel do Regimento de Milícias de Itapecuru e obtendo a mercê solicitada de Hábito da Ordem de Cristo.

De tudo isso, porém, convém chamar atenção para uma afirmação específica: a de que “os padres no mundo não serviam de nada a República por não trabalharem.” Infelizmente, o que entendia por República – o denunciado e o denunciante – não fica claro. É bem provável, porém,

que seja utilizada não na acepção de estado governado por muitos, mas tão somente para indicar qualquer gênero de estado, e, nesse sentido, Portugal (SILVA, 1813: 605). O que não diminui, em hipótese alguma, a importância da proposição. Por meio dela percebe-se que, a busca pelo significado político desses discursos proferidos sobre a religião passa por uma compreensão da própria noção de República e, nesse sentido, de termos como estado, progresso e felicidade veiculados à época. Que tipo de “República” desejava-se construir? Qual era o lugar da religião nessa República? Certamente não há uma única resposta para essas perguntas.

João Marques Pinto, professor régio de grego do Rio de Janeiro, foi um pouco mais específico em sua queixa. Alvo de uma denúncia remetida ao Santo Ofício por um carmelita no ano de 1792, teria dito, entre outros, que os frades “eram inúteis à República.”(IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12950, f.7v). Se, no tempo dos Patriarcas, os regulares trabalhavam para se sustentarem, ao final do século XVIII, viviam somente de negociações, vendendo mortalhas velhas, passando o tempo na ociosidade, razão pela qual serviam de “peso ao Estado, a Pátria e ao Rei.” (IDEM, f.7) José Alves da Cunha Barreto, presbítero secular e uma das testemunhas do sumário aberto contra o professor de grego, alegara que, por volta de 1791,

o ouvira falar com liberdade sobre a hierarquia eclesiástica, dizendo que os regulares eram inúteis e prejudiciais à República, porque as religiões que tinham bens, como os Beneditinos e Carmelitas desta cidade, vinham a empobrecer aos povos, pois não obstante o que possuíam, ainda assim pediam esmolas, e que eram desnecessários, por quanto bastavam dois sacerdotes seculares, um pároco, com o seu coadjutor em cada freguesia e que eram ambiciosos, soberbos, enfatuados e que a instituição das Religiões não são de Direito Divino, mas sim vontade dos Papas por satisfazerem das suas inclinações (IDEM, f.16-16v).

Ainda segundo a denúncia dada pelo carmelita, João Marques teria frequentado a botica de José Luís Mendes, situada na rua direita, falando com soltura sobre o estado eclesiástico regular e secular. Era, portanto, um famoso libertino e falador contra a Igreja, a ponto de alguns não quererem que os seus filhos estudassem com ele.

Ainda que não seja possível explorar os vínculos estabelecidos entre o professor de grego e o boticário da rua direita, nem por isso a constatação de sua presença na botica de Luís Mendes deixa de ser uma informação irrelevante. Vejamos por quê.

No dia 14 de Novembro de 1796, teve início uma diligência para averiguar uma denuncia dada por Manuel de Jesus, morador no Rio de Janeiro, contra o sobrinho de sua mulher, o boticário José Luís Mendes. Segundo o denunciante, a botica era uma “casa de adjuntos libertinosos e heréticos,” onde o poder do papa e dos bispos era disputado, dogmas eram ofendidos, concílios e bulas anulados. Não havia “nenhum ponto de Nossa Santa Religião” que não era “debatido por eles e tudo notado e profanado.” Era, concluía o denunciado, uma verdadeira “luciferina assembleia.”

Não convém aqui pormenorizar todas as proposições imputadas aos frequentadores da botica, foquemos em apenas uma. Segundo o denunciante, o sobrinho de sua mulher, o referido boticário José Luís Mendes teria lhe dito, entre outros, que tinha raiva dos religiosos mendicantes, a quem tratava por “corsários do corso”, impostores e vadios, negando-lhes sempre esmolos quando as pediam. Noutra ocasião, indo à referida botica, Mendes teria lhe apresentado um caderno manuscrito intitulado “Petas de Frades,” no qual eram refutadas as Santas relíquias, os pães bentos de São Caetano e o escapulário da Senhora do Carmo (HIGGS, 2001: 280-281).

Para José Luís Mendes, assim como para vários frequentadores da botica, o problema residia, sobretudo, nos interesses pecuniários dos religiosos, os quais movidos pela ambição da igreja, extorquiam os povos. Nesse sentido, uma das proposições veiculadas insistia na necessidade de que todo sacerdote e prelado fossem tão pobres como foi Jesus Cristo e os apóstolos. O que se via, ao contrário, era uma Igreja permeada por “petas”, falsidades e “simonias”.

Discursos similares ao que foi imputado ao professor de grego, João Marques Pinto, cuja denúncia começou a ser averiguada ainda em 1794. Mais dois anos se passaram até que as primeiras testemunhas comesçassem a ser ouvidas. Nesta ocasião João Marques Pinto já estava preso por ordem do vice-rei, o Conde de Resende. Um ano depois, em dezembro de 1797, o mestre de grego buscava justificar-se através de uma representação enviada ao Tribunal. Nela dizia-se magoado por seus inimigos terem fingido que ele era contrário aos deveres de católico, apontando motivos pessoais para a denúncia do carmelita; esta teria sido motivada pelo rancor e pela oposição que os religiosos do claustro tinham em relação aos homens de letras por causa

da criação das aulas menores, até então sob a responsabilidade dos referidos religiosos. Por isso eles teriam espalhado que ele era herege e libertino, como, aliás, tinham praticado “contra outros muitos homens grandes pela sua sabedoria e religião por não seguirem as suas doutrinas tanto filosóficas como ultramontanas proibidas pelas leis de S. Majestade” (IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12950, f.46).

Um mesmo problema transparece dos juízos atribuídos ao professor de grego e aos frequentadores da botica da rua direta: a percepção de que os religiosos, no caso, os regulares portugueses romperam com um determinado modelo comportamental instituído pelos primeiros religiosos do cristianismo. Nesse sentido, a crítica parece se encaminhar não no sentido de abolir os eclesiásticos da sociedade, mas de reformá-los tem em vista o retorno a um padrão de conduta que, segundo eles, havia sido quebrado. E, da mesma forma que o caso maranhense explorado mais acima, ambos revelam conflitos mais profundos que envolveram os poderes régio e pontifício a partir da segunda metade do século, embora de modo algum se limitem a eles.

Noutros termos se expressara o estudante de medicina José Antônio da Silva, denunciado em 1778. Certo dia, enquanto conversava com Antônio Nunes da Costa – o denunciante – junto à porta da aula de medicina na Universidade de Coimbra, este teria mencionado a licença que a Rainha havia concedido aos bispos para ordenarem os clérigos que quisessem. Ao que José Antônio teria respondido dizendo “que era o mesmo que dar-se licença para haver outros tantos materiais, e que se ela cuidasse em aliviar o povo dos Tributos e estabelecer uma sólida paz no reino, faria melhor, mais no que cuidava era em que houvesse frades e clérigos, com o que entendia estava o reino seguro, quieto, pacífico e bem governado” (IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 13365, f.4v-5).

Aqui o problema maior não seria o de retorno a um modelo comportamental que havia sido quebrado, mas a confrontação estabelecida entre a situação do reino, ou mais precisamente do povo, o qual, no entender do estudante, era prejudicado pelos impostos, e a presença dos religiosos, considerados fonte de estabilidade e tranquilidade social pela monarca. A visão negativa atribuída aos religiosos confirma-se pela palavra utilizada para nomeá-los: materiais,

adjetivo que remetia, entre outros, ao que é grosseiro e rude de entendimento (SILVA, 1813: 276).

Ambos os casos, não obstante as especificidades do contexto e mesmo das proposições proferidas, refletem não só uma preocupação com a estrutura político-social. No fundo, as críticas veiculadas pareciam obedecer aos anseios e às angústias geradas por um determinado espaço de experiência religiosa que se queria alterar e um horizonte de expectativas permeado pelo desejo de aperfeiçoamento político, econômico e social do reino, o qual se esperava atingir (KOSELLECK, 2006: 305-327). É dentro deste dilema que parece se inserir, por exemplo, os argumentos de Manuel Felix de Negreiros segundo os quais as luzes estavam do lado dos ingleses que comiam carne e mandava bacalhau para os portugueses, não fazendo por isto caso de comer o alimento proibido pela igreja por conta da quaresma (IANTT, Inquisição de Lisboa, livro 319, f.5-5v). Ao final do século XVIII, a prática portuguesa de importar bacalhau da Inglaterra era questionada pelos nacionais. No relato de Negreiros, assistente na casa do Marquês de Marialva, o problema mesclava-se à ruptura de um preceito da Igreja, considerado ilegítimo. O que demonstra que, longe de expressar apenas um problema religioso, as críticas veiculadas em Portugal ao final do século XVIII revelavam dimensões políticas, econômicas e sociais mais profundas, sem as quais torna-se impossível compreender os sentidos dessas conversas e discursos sobre a religião. O que não significa dizer que não carregassem discussões religiosas no sentido mais tradicional do termo. Os discursos sobre a vivência religiosa e devocional são um indício disto.

Neste sentido não estiveram ausentes as críticas aos que liam livros de oração mental, espirituais e vidas de santos, prática tida como fanática. Para os frequentadores da botica de Luís Mendes, estes livros “só servem para se lançarem ao fogo e para embrulhar unguentos.”(HIGGS, 2001: 262) De forma similar se pronunciara o estudante José Antônio da Silva, enquanto morou na casa de Manoel Antônio Luís de Sousa. Lá, em presença de D. Rosa, esposa do dito Manoel, teria escarnecido da via sacra, da reza, devoções e das cruzes, mandando colocá-las ao fogo; Tanto que ela evitava praticar sua devoção na frente dele, para não ouvir suas proposições e fugir ao escândalo que isto lhe causava. Numa ocasião, por exemplo, teria lhe dito que os tormentos de fogo que se pintava em alguns painéis não existiam de fato e que

só serviam para atemorizar os rústicos, embora não negasse de todo a existência do inferno, tão somente a imagem criada pela Igreja. Tinha a mesma percepção em relação aos milagres: não eram milagres, mas coisas naturais. Em relação aos missionários que andavam pregando por Coimbra, dizia-lhe não podê-los ouvir, “por seres uns materiais e pelas gritarias” que faziam, não falando senão em infernos e mais infernos. Além disso, estando o estudante sentado na janela de seu quarto, teria ouvido cantarem o terço de Nossa Senhora perto dali, na rua, começando então a fazer escárnio daquela devoção, “com vozes medonhas e desentoadas” (IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 13365, f.12-19v). Na Bahia, Cipriano Barata teria ido mais longe. “Sucedendo haver na capela de São José do mesmo sítio Missão feita por um religioso, e fazendo-se a procissão de penitência, se saiu este Baratinha com um soneto em que não só ultrajava ao mesmo Missionário, senão e ainda as pessoas que catolicamente acompanharam a dita procissão” (IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 13865, f.9).

Dúvidas, transgressões e escárnios que, em seu conjunto, criticavam a estrutura religiosa portuguesa, abalando a legitimidade da Igreja e de seus ministros na gestão do sagrado. A corrupção dos eclesiásticos – descritos como ambiciosos, soberbos, luxuriosos e ignorantes – foi apontada como um dos fatores da desconfiança. Talvez por isso mesmo se torne tão significativo a publicação do livro *O sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento*, em 1781, por João Batista Reycend. Traduzido do latim para o português, o foco não era o leitor leigo, mas o eclesiástico, o qual deveria empregar-se em sua lição (REYCEND, 1781). Publicações a parte, o fato é que, em muitos casos, junto à percepção de uma igreja corrupta mesclou-se o estabelecimento de uma ruptura entre aquilo que era prescrito pela Igreja – logo invenção dos homens – e aquilo que havia sido estabelecido por Deus. Parte do desrespeito aos preceitos e dogmas estabelecidos pela Igreja Católica se assenta sobre essa ruptura. Pontos que, diga-se bem, não eram totalmente alheios aos diferentes imperativos que deram vida ao reformismo ilustrado régio.

Se, por um lado, do ponto de vista da política régia e de seus múltiplos agentes importava harmonizar a razão – valorizada em medidas como a reforma da Universidade de Coimbra de 1772 – e a revelação, tal como preconizara Teodoro de Almeida. Por outro, convém não esquecer que os temas antipapistas estiveram na ordem do dia, tomando o primeiro plano nos

escritos do padre Antônio Pereira de Figueiredo, apontado como um dos principais, senão o principal, suporte da política pombalina neste ponto. Neste ponto, além da *Tentativa Teológica*, convém mencionar o livro *Análise da profissão de fé* (1791). Obra fundamental na qual o religioso estabelece uma ruptura entre aquilo que poderia ser considerado dogma católico e o que seria apenas opinião. Noutras palavras, entre o que foi revelado por Deus e que o havia sido estabelecido pela Igreja – leia se bulas e decretos papais – após a morte dos apóstolos (FIGUEIREDO, 1791). E, embora a discussão integrasse diretamente os problemas que opuseram os poderes régio e papal, não deixava de ter certo paralelo com aquilo que se dizia e debatia cotidianamente. A luta de Antônio Pereira comportou outras frentes, como, por exemplo, o desejo de reformar o breviário e missal de Braga, eliminando a superstição das coisas santas. Percepção que o levava a excluir mais de quarenta santos do breviário, os quais, segundo ele, seriam falsos. A proposta, contida no manuscrito *Dissertação crítica sobre o antigo e moderno calendário bracarense* (1771), nunca foi aceita. Diante das reações negativas, o manuscrito sequer foi impresso (SANTOS, C., 2005: 171). O que demonstra que, na luta contra a superstição, mote bastante recorrente à época, nem todos os questionamentos foram plenamente aceitos e compartilhados.

Sendo assim, como compreender essas conversas e disputas cotidianas sobre a religião católica num contexto permeado pela política reformista régia e, sobretudo, pelas investidas pombalinas contra determinados setores e práticas da Igreja lusitana? Seriam, quem sabe, duas correntes diferentes que, embora compartilhasse alguns pontos, tinham divergências importantes sobre os limites da luta contra a superstição e o fanatismo em Portugal? É bem provável que sim. Embora, neste ponto, não deixe de ser paradigmático notar que, por volta de 1822, Paulo Martin, mercador de livros na Rua Quitanda, ao noticiar alguns livros e gazetas existentes em sua loja, tivesse posto entre os “Folhetos constitucionais” os títulos: “Testamento político do grande D. Luís da Cunha” e “Cartas e outras obras selectas do Marq. de Pombal”, os quais figuravam entre outros como “Constituição dos Estados Unidos da América.” Publicadas pela primeira vez em 1820, essas *Cartas* conheceram várias reedições ao longo do

século XIX: pelo menos cinco.³ O que não deixa de ser indicativo não só do lugar ocupado por Pombal no movimento vintista, como do próprio teor das ideias discutidas naquele contexto.

Deste modo, se, por um lado, essas conversas revelam a valorização da razão, temas antipapistas, o apreço a um retorno às fontes e a um suposto cristianismo primitivo, críticas ao peso da estrutura eclesiástica, à corrupção do clero e ao modelo devocional barroco – o que, diga-se bem, também foi alvo das investidas pombalinas, vide, por exemplo, a peça *Tartuffo* ou o *Hipócrita* (SOUSA, 1768) – demonstrando com isso pontos em comum com o reformismo ilustrado régio. Por outro lado, muitos foram além ao humanizarem e historicizarem a religião, considerada conhecimento incerto e fruto das invenções humanas, lançando suas práticas, dogmas e mistérios ao campo do exame racional. José Bonifácio de Andrada e Silva, em umas “Notas sobre moral e religião” refletira justamente sobre a relação entre o verbo dos cristãos e algumas obras e tradições religiosas da antiguidade.

No Zend. Avesta, livro de Zerdust, a cobra que produz o inverno. Ahriman aparece na forma deste animal e devasta o mundo todo: donde parece que a ideia que vem no Gênesis era talvez uma tradição histórica do Oriente; em que o mau princípio se representava pelo símbolo da serpente (IHGB, lata 191, pasta 45, doc.4/5).

Reflexões como a de Bonifácio, mais profundas e substanciais, estiveram ausentes da documentação inquisitorial consultada, embora o seu juízo ajude a presumir quais tipos de argumentos poderiam ter levado as pessoas a considerar o caráter humano, logo, ficcional do discurso e das práticas religiosas católicas.

Dúvidas a parte, o fato é que os discursos heterodoxos em matéria de religião inserem-se em um momento de reformas no reino; reformas na administração, no ensino e na própria Igreja lusa. Momento de incertezas, mas também de desejo de fortalecimento do reino. Para alguns, tal fortalecimento passava por uma reestruturação da situação dos religiosos no reino. Neste ponto não houve consenso. Pelo contrário, diferentes motivações e disputas de poder parecem ter atuado por trás do desejo de reforma da Igreja portuguesa ao final do século XVIII,

³ 1ª edição em 1820 em 1 volume; 2ª edição em 1822 em 2 volumes; 3ª edição em 1823-1833 em 4 volumes; 4ª edição em 1848-1849 em 2 volumes; 5ª edição em 1861 em 2 volumes.

o qual, diga-se bem, não só mobilizou a reflexão de alguns regulares, como foi o caso das reflexões do frei Alexandre da Sagrada Família sobre a relaxação introduzida nas ordens, como esteve nas bases da criação da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, por D. Maria I em 1789 (SANTOS, Z., 2000).

Referências Bibliográficas

FARGE, Arlette. **Dire et mal dire**. Éditions du Seuil, 1992.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. **Análise da profissão de fé do Santo Padre Pio IV**. Lisboa: Na off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

HIGGS, David. “O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, 162 (412) 239-384, jul./set.2001.

IANTT, **Tribunal do Santo Ofício**, Inquisição de Lisboa, livros 318/129º Cadernos do Promotor (1740-1761) e 319/130º Cadernos do Promotor (1769-1790).

IANTT, **Tribunal do Santo Ofício**, Inquisição de Lisboa, processos 12950, 13365, 13865, 17590.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Notas sobre moral e religião. S/d, s/p. IHGB, lata 191, pasta 45, doc4/5. Documento disponível em www.obrabonifacio.com.br, acessado em 05/10/2013.

REYCEND, João Batista. **O Sacrosanto e ecumênico Concílio de Trento em Latim e português**. Endereçado aos arcebispos e bispos da Igreja Lusitana. 1781.

SANTOS, Cândido dos. **Padre António Pereira de Figueiredo: Erudição e Polêmica na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Roma Editora, 2005.

SANTOS, Zulmira. Luzes e espiritualidades. Itinerários do século XVIII. In: Maria de Lurdes Correia Fernandes. *Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade*. **História Religiosa de Portugal**. V. 2, 2000.

SILVA, António Morais. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa: na Typographia Lacerdina, 1813.

SOUSA, Manoel (trad.) **Tartuffo ou o Hypocrita**. Lisboa: na Off. de Joseph da Silva Nazareth, 1768.

Discursos sobre “raça” na Argentina e no Brasil: Estudo comparativo entre José Ingenieros e Manoel Bomfim

*Ruth Cavalcante Neiva**

Este trabalho tem como meta pensar a questão racial no pensamento do ítalo-argentino José Ingenieros e no pensamento do brasileiro Manoel Bomfim entre o período compreendido entre 1900 a 1910.

Ingenieros concebia a Sociologia como uma ciência natural que tinha como objeto de estudo a evolução da espécie humana e os grupos particulares que as compunham, sendo que a evolução da espécie humana seria uma contínua variação da espécie, que era influenciada pelo meio em que vivia.

O intelectual da Argentina acreditava que, a partir dos princípios sociológicos, se poderia estudar as “sociedades humanas” utilizando o mesmo critério que os naturalistas usavam para estudar as “sociedades dos animais”. Nessa perspectiva, os “agregados humanos” seriam colônias de animais organizados e sua evolução era um fato tão natural quanto à evolução de uma colônia de micróbios quanto se encontravam em um ambiente propício para o seu desenvolvimento. Ainda segundo Ingenieros, a Sociologia se preocupava em observar a experiência das sociedades humanas e estes estudos chegaram à conclusão que a humanidade estava em constante *luta pela vida*, e os grupos humanos tentavam se adaptar a um meio físico limitado. Contudo, esse meio físico não era homogêneo em todas as partes do planeta e o resultado disso é que os humanos apresentaram variedades que eram consequência das suas heterogêneas condições de adaptação e “*esas causas naturales determinan la desigualdad de las razas*” (INGENIEROS, 1961: 15. v. 6).

Para Ingenieros o método científico em Sociologia observava as variações da organização e mentalidade da humanidade. Assim, ele analisava desde os povos primitivos até chegar às sociedades civilizadas. Preocupava-se ainda com a história “*de las instituciones y*

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com

crencias, da las razas y los pueblos, considerados como eslabones de una serie continua, que es la evolución natural de la especie (INGENIEROS, 1961: 23. v. 6).

Por sua vez, Bomfim acreditava que era uma estreiteza de visão assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos, pois os “grupos sociais” não eram simples organismos biológicos. Ao invés disso, ele acreditava que as sociedades humanas eram organismos sujeitos a leis categóricas e a Sociologia era a ciência que se preocupava com o estudo dos fatos dependentes destas leis fatais.

Como organismos vivos, as sociedades dependem não só do meio, não só das condições do lugar, mas também das condições do tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos que analisar não só o meio em que ela se acha, como seus antecedentes. Uma nacionalidade é o produto de uma evolução, o seu estado presente é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio. (BOMFIM, 2008: 18).

Feita esta breve introdução do posicionamento destes intelectuais sobre a Sociologia, pensar-se-á como eles refletiam as sociedades humanas a partir de certos conceitos provenientes das Ciências Naturais. Pois bem, Charles Darwin elaborou a teoria da seleção das espécies, defendendo que os seres vivos seguiam um ritmo de constante processo de adaptação ao meio em que eles viviam. A seleção natural seria um princípio de preservação, ou de sobrevivência dos mais capazes e aptos. Celso Uemori afirma que o conceito de *Luta pela vida* de Darwin foi utilizado por uma gama de intelectuais e serviu como base teórica para os mais variados propósitos políticos. Segundo Uemori tal conceito deu suporte para grupos que faziam apologia ao individualismo, legitimavam o capitalismo e valorizavam a competição; alicerçou também concepções eugênicas, racistas e a justificação do elitismo; e ainda legitimou a ideia de intelectuais que acreditavam que a *luta pela vida* estava relacionada à cooperação e solidariedade.

José Ingenieros e Manoel Bomfim acreditavam que a *luta pela vida* na espécie humana seria mais beneficiada se o antagonismo entre os homens e as nações cedesse lugar ao altruísmo.

Contudo, ao pensarem no conceito de luta pela existência, chegaram a conclusões radicalmente opostas no que diz respeito à questão racial. Nesta perspectiva, analisar como estes intelectuais interpretaram o conceito darwiniano de luta pela vida é fundamental para compreender o posicionamento deles em relação à composição étnica da população argentina e brasileira pois, foi a partir desta noção de *luta pela vida* que Ingenieros e Bomfim pensaram na questão da inclusão e segregação dos indivíduos dentro do território argentino e brasileiro.

O raciocínio de Ingenieros foi marcado pela influência do positivismo, do socialismo, do biologismo, da sociologia e do evolucionismo. Essas correntes de pensamento deram suporte às teorias do intelectual, pois foram utilizadas para explicar a evolução da sociedade argentina. Não se deseja, porém, afirmar que Ingenieros concordava com todas as concepções destas “escolas de pensamento”. O que se almeja ressaltar é que tais estudos foram premissa do seu trabalho teórico.

Segundo Camila Grejo, as ideias científicas circularam com muita intensidade nos círculos intelectuais da Argentina desde a década de 1880. No começo do século XX a teoria darwiniana do *evolucionismo* era aceita entre grande parte da intelectualidade argentina que, baseada nesta tese, buscava compreender o cenário político e social da nação, e José Ingenieros era um integrante ativo deste grupo intelectual.

Ingenieros contou com critérios ditos científicos para explicar o homem, a sociedade e o mundo, e utilizou-se das Ciências Biológicas para tentar elucidar as mudanças que o povo da Argentina estava passando. Ele era um ávido apoiador da teoria da *seleção natural* e acreditava que a *luta pela vida* era algo inevitável, visto que as sociedades humanas também eram regidas por leis biológicas.

A obra *A simulação na luta pela vida* expressa bem a influência do evolucionismo e do determinismo no pensamento de José Ingenieros. Nela, o autor expõe a crença que todos os seres vivos competiam pela vida, inclusive as “sociedades humanas”, que lutavam para se conservar ou morrer. Logo, “a luta pela existência nas sociedades humanas é um fato incontestado, manifestando-se com caracteres semelhantes aos que reveste o mundo biológico” (INGENIEROS, s/d: 27).

Ingenieros alegava que a *luta pela vida* e a consequente seleção dos melhores adaptados era um fato inegável na evolução do mundo biológico. Porém, no processo de evolução do mundo social, a capacidade dos seres humanos de produzir meios de subsistência determinava “a formação de um ambiente artificial (econômico) dentro de um ambiente natural (cósmico), modificando sensivelmente as condições de luta pela vida entre os homens” (INGENIEROS, s/d: 203). Por essa razão ele acreditava que era necessário combater os exagerados discípulos de Darwin por suas errôneas interpretações. A escola sociológica do “darwinismo social” era vista por ele como incapaz de compreender que o fenômeno biológico “entra na determinação do fenômeno social, mas não o constitui completamente, porque este é mais complexo” (INGENIEROS, s/d: 203).

Ingenieros era contrário à ideia de se transportar a lei da luta pela vida do terreno biológico para o sociológico, alegando que tal adulteração da teoria evolucionista de Darwin não era feita pelos naturalistas, mas sim por gente não qualificada no assunto como os historiadores, os economistas os filósofos etc. Ele também afirmava que o “darwinismo social” tinha um caráter de sectarismo científico e era passível de sofrer as mais severas críticas enquanto doutrina. Ele não concorda com o pensamento dos darwinistas-sociais que acreditavam que a luta pela existência era a lei superior da evolução da espécie humana e que o progresso da espécie “viria a ser o resultado do conflito permanente em que vivem os indivíduos entre si, os indivíduos e os agregados sociais, os agregados entre eles” (INGENIEROS, s/d, p. 204). Ao contrário, ele defendia que tal teoria não correspondia à realidade, visto que o princípio do antagonismo na espécie humana estava cedendo lugar ao princípio da solidariedade social, que se fundamentava na utilidade da associação na *luta pela vida*, pois nossa espécie atingiu um nível complexo na etapa evolutiva e estava ficando cada vez mais civilizada e superior em relação às demais espécies dos animais.

Na espécie humana a associação para a luta, com sua correspondente solidariedade social, atinge um desenvolvimento ainda mais importante, modificando as manifestações de luta pela vida. O princípio de luta pela vida, predominante na evolução de muitas outras espécies, atenuasse gradualmente na evolução das sociedades humanas. Os dados da biologia perdem parte do

seu valor quando aplicados aos fenômenos sociais; e embora aceitando considerar a sociedade como um organismo – mais por comodidade do que analogia rigorosa – deveriam evitar-se alguns erros difundidos pelos partidários do “darwinismo social”. (INGENIEROS, s/d: 206).

Pode-se dizer que Ingenieros acreditava que a “luta” entre os indivíduos da espécie humana estava atenuando-se na proporção em que os homens passaram a viver em sociedades humanas mais complexas e civilizadas. O altruísmo era a forma mais perfeita de associação na *luta pela vida*, porque vivendo em comunidade o homem era mais forte do que vivendo isoladamente. Contudo, na visão ingenieriana, a espécie humana era composta por “várias raças” que se encontravam em distintas etapas de evolução ao redor do planeta, pois enquanto umas se encontravam no começo do século XX em estado de barbárie, outras haviam conquistado um complexo e sofisticado nível de civilização. Nessa perspectiva, a luta entre as raças era vista como algo inevitável e, nesta luta, se sobressaíam e sobreviviam as melhores e mais bem adaptadas à vida civilizada. Para ele, as “raças humanas” não eram iguais; neste sentido, o altruísmo entre as raças apenas se aplicava quando uma “raça superior” tutelava as “raças inferiores” e ajudava as mesmas a progredirem em direção à civilização.

Também, pode-se afirmar que a obra *A origem das espécies* de Charles Darwin era imensamente admirada por Manoel Bomfim. Segundo Uemori, Darwin foi a maior influência intelectual de quem Bomfim se serviu e, embora Darwin acreditasse na superioridade cultural dos britânicos, ele defendia que mesmo os selvagens tinham capacidade de aperfeiçoamento.

Bomfim defendeu ideias que contrastaram com o racionalismo científico da sua época. Ele criticava os intelectuais que tomavam o conceito de *luta pela vida* para justificar a eliminação dos povos considerados inferiores e a dominação de uma classe social sobre outra. Ele alegava que essas teorias na prática tinham um “pano de fundo” político e eram utilizadas para justificar a dominação e a discriminação.

Para Bomfim, a luta pela existência na espécie humana atingia seu grau de maior perfectibilidade quando estava assentada na cooperação entre os indivíduos e no sentimento

altruísta. Segundo Uemori, Bomfim se aproximou muito dos argumentos do socialista Wallace¹ e do anarquista Kropotkin² quando pensava na questão da luta pela existência, embora ele não os tenha mencionado diretamente. Nesta perspectiva, a luta pela vida na espécie humana não era uma mera agressão cruenta e um conflito material, mas sim um esforço para conservar a vida e propagá-la. O progresso social humano se daria pelo aprimoramento do sentimento de altruísmo e da solidariedade universal.

Bomfim foi um duro crítico da ideia de comparar a vida humana à vida animal. Era contrário à relação mecânica do tipo “natural” – vitoriosos são povos superiores; derrotados são povos inferiores. Ele alegava que para compreender a supremacia dos europeus era mais conveniente recorrer a livros de história militar do que a tratados de biologia.

Toda a argumentação de Bomfim envolvendo as ideias de Darwin tinha como objetivo criticar aqueles que se apropriavam da teoria da seleção natural e do evolucionismo para se por à serviço de discursos racistas e legitimadores da escravidão. Uemori diz que Bomfim acreditava que:

Entre os homens deveria predominar a solidariedade, o incentivo para o aprimoramento do sentimento altruísta. A luta não pode ser entre as classes, as nações ou os indivíduos, mas dos homens contra a natureza. Bomfim fez a distinção entre natureza e cultura, afastando-se, pois, do determinismo biológico. Acreditava no poder da ciência, da tecnologia, da inteligência, elementos essencialmente humanos, para combater a fome, o frio, a pobreza, as moléstias, a velhice etc. Para Manoel Bomfim, pretender aperfeiçoar as pessoas atirando-as de uma arena de gladiadores era uma aberração. Ele

¹ Segundo Uemori as ideias de Darwin foram tomadas pelos socialistas. Wallace fez uma distinção entre os animais e os seres humanos defendendo que mesmo os povos primitivos já apresentavam “divisão de trabalho”. A divisão do trabalho não estaria relacionada a competição, mas com a cooperação. Desta forma a seleção natural aperfeiçoaria a coesão social, uma vez que a solidariedade e, não a competição, é que era o elemento fundamental que proporcionava as condições de vitória dos seres humanos na luta pela vida. O homem era um ser dotado de inteligência e isso o permitia vencer as dificuldades impostas pelo meio, e, ele podia usar suas potencialidades (criatividade, inventividade) para desenvolver as práticas altruístas, passando a viver em uma sociedade em que prevaleceria a igualdade e a “perfeição moral”.

² Uemori afirma que o pensamento darwiniano foi tomado pelos anarquistas. Kropotkin desenvolveu a concepção de “ajuda mútua”, alegando que embora o homem tivesse sentimentos de dominar e submeter, ele também era marcado por um profundo sentimento de altruísmo, visto que o homem era um animal sociável que sentia vontade de se unir aos outros membros de sua espécie. A “ajuda mútua” seria um fator crucial para a preservação e evolução da espécie.

indagou se não seria absurdo querer melhorar o homem ‘fazendo-o voltar justamente à primitiva condição de animal’. Ademais, se o homem possui esse ‘instinto’ (o da competição), todo esforço deve ser feito para eliminá-lo. (UEMORI, 2008).

Bomfim era contrário às ideias do Darwinismo-social que defendia a Teoria do valor das raças alegando que não havia problema em eliminar as raças inferiores, visto que isto era apenas a seleção natural tomando seu curso. Neste sentido, Bomfim concluiu o seguinte em relação à seleção natural:

Pobre Darwin! Nunca supôs que sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios! Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até mesmo da sinceridade desses escritores. Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida; mas essa expressão “luta” não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não simplesmente, conflito material, agressão cruenta. (BOMFIM, 2008: 197).

Bomfim continuou a dizer que Darwin acreditava que o progresso da espécie humana, moral e social se dariam quando houvesse o crescimento de sentimentos altruísticos. Seria a solidariedade entre os homens que tornaria a espécie humana mais forte e lhe conferia superioridade no mundo natural.

O genial naturalista sustenta que as sociedades se devem ocupar dos velhos, inválidos e enfermos, nutri-los e defendê-los, por mais inúteis que sejam, porque, destarte, se cultivam e se desenvolvem os sentimentos altruísticos, mercê dos quais se faz o progresso social. Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, Smith até Mill e Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele a base moral é o pendor natural - o instinto altruístico - que leva o homem a procurar a companhia dos seres de sua espécie, a comprazer-se nessa companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos. (BOMFIM, 2008: 197).

Também, pode-se afirmar que a obra *América Latina: Males de origem* foi escrita por Bomfim para contra-atacar os discursos que afirmavam que “a instabilidade perpétua das repúblicas hispano-americanas lhes parece uma consequência social dos cruzamentos” (BOMFIM, 2008, p. 2008). Neste sentido, esta obra defende que as causas do atraso destas repúblicas não eram em virtude dos cruzamentos entre as raças, mas sim de ordem política e derivava diretamente das condições históricas de colonização. O intelectual brasileiro defendia ainda que o estado de degradação dos mestiços latino-americanos não se devia a uma questão racial, mas sim a uma causa moral-social, visto que eles foram submetidos ao longo da história a martírios e a misérias. Logo, esse modo de viver produziu nas gerações seguintes instintos de rancor, que nada mais eram do que uma grande fúria acumulada ao longo de três séculos. Era essa herança de dores que desorganizava a natureza moral do homem mestiçado sul-americano, pois este homem teve a sua dignidade humana brutalmente ofendida em seus sentimentos mais nobres: “obrigavam-se os filhos a cortar de açoite às mães! Em crueldade, raça nenhuma igualará, jamais, as brancas da Europa, esta superioridade é incontestada”. (BOMFIM, 2008: 211). Para o sergipano, os mestiços podiam ter rancores acumulados por 300 anos, mas isso não os tornava necessariamente degenerados de caráter; prova disso é que se pode consultar qualquer estatística das cidades da América Latina e “ver-se-á que o número de delinquentes mestiços, é talvez, relativamente inferior ao dos criminosos de raças puras” (BOMFIM, 2008: 212). Bomfim também dizia que se os povos latino-americanos progridem muito lentamente, porém isso não se devia a uma inferioridade racial das populações, mas sim à estreiteza do meio atrasadíssimo.

Bomfim acreditava que cada uma das raças contribuiu com a sua “dose” de influência sobre as novas sociedades latino-americanas. Desta forma, “importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual é o valor absoluto destas raças em si” (BOMFIM, 2008: 190). Quando ele falava em valor absoluto das raças, estava se referindo a sua capacidade progressista: se essas raças são ou não civilizáveis. Ele criticava a teoria científica do valor das raças, pois ela não pensava nas condições históricas dos povos e dava um valor absoluto às raças e as gentes, ditando aqueles que têm aptidão e

inaptidão ao progresso. Essa teoria apenas legitimava a exploração dos fortes da atualidade em relação aos fracos. Tal teoria dava encorajamento às pilhagens das grandes nações salteadoras.

Por fim, pode-se dizer que Ingenieros acreditava que existia uma “luta” entre as raças humanas e que o destino das “raças inferiores” era o desaparecimento do território argentino, uma vez que esta inferioridade era devido ao um fator biológico. Logo, não existia projeto educacional nem cultural que pudesse retirar estas “raças” da sua condição inferior, pois elas jamais conseguiriam progredir por si próprias. Neste sentido, Ingenieros acreditava que era melhor para a nação se os elementos de “raça inferior” fossem substituídos por indivíduos “racialmente superiores”, como os imigrantes europeus. Bomfim, por sua vez, julgava que os índios, negros e mestiços eram “raças” atrasadas culturalmente e, portanto, este tipo de atraso poderia ser superado se que fossem assegurados à população nativa o acesso à educação para que ela conseguisse “progredir”. Neste sentido, percebe-se que o brasileiro elaborou um discurso de valorização dos mestiços, e ao contrario de Ingenieros, não desejou a embranquecimento da sua nação.

Referências Bibliográficas

BOMFIM, Manoel. **A América latina: Males de origem**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf . Acesso em: 7 jun 2014.

GREJO, Camila. **Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: Entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

INGENIEROS, José. **A simulação na luta pela vida**. São Paulo: Cultura moderna, s/d.

_____. **Sociología argentina**. Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano - Obras Completas, v. 6, 1961.

UEMORI, Celso. Darwin por Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28 n. 56, p. 327-348, 2008.

Civilização, progresso e desenvolvimento no relatório de Joaquim Manoel de Macedo ao IHGB em 1854

*Sérgio Campos Gonçalves**

Introdução

Em 1854, quando Francisco Adolpho Varnhagen publicou o primeiro volume de sua *Historia Geral do Brasil*, a primeira obra de história geral propriamente dita que surgiu pelas mãos de um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), já haviam se passado dezesseis anos desde sua fundação. Contudo, ainda que grande parte das atividades do Instituto fossem eventos sociais ligados à vida cortesã, as atas de reuniões entre sua fundação em 1838 e meados da década de 1850 evidenciam a existência de uma preocupação com a estruturação de um projeto historiográfico para o Brasil. Uma extensa bibliografia, na qual se inclui, entre outros, Arno Wehling (1983, 1999), Astor Diehl (1998), José Murilo de Carvalho (1996, 2007), Lúcia Paschoal Guimarães (1995, 1999, 2007), Manoel Salgado Guimarães (1988, 2002, 2007) e Temístocles Cezar (1999, 2004), aponta para uma ligação entre o reinado de D. Pedro II e o IHGB, na qual, via de regra, prevalece certo consenso sobre o envolvimento de figuras do alto escalão da Corte e da estrutura administrativa do Estado monárquico com o IHGB.

Este estudo, por sua vez, procura mapear a ideia de Brasil elaborada por meio da recorrência das noções de civilização, progresso e desenvolvimento na formulação histórica presente no relatório que Joaquim Manoel de Macedo apresentou em seção pública de aniversário do IHGB em dezembro de 1854. Trata-se de buscar evidenciar, no projeto historiográfico que o IHGB deixou registrado em sua Revista e no relatório de Macedo, que o Brasil se constitui historiograficamente dentro de uma concepção de trajetória no tempo que compreende o país como entidade resultante do progresso inevitável da humanidade e como

* Professor Assistente na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Doutorando e Mestre em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bolsista CAPES.

benfeitoria fundada pelo europeu, decorrente de um processo de mudança compreendido como uma transição de fases de civilização.

As páginas da revista do IHGB no período denunciam que a edificação da história nacional era então largamente compreendida como inevitável e essencial, pois se considerava a história como um dos fatores determinantes para o sucesso da política e da administração pública. Tal função pedagógica da história era professada muito frequentemente através de construções de narrativas nas quais as noções de patriotismo, progresso, desenvolvimento e prosperidade são fatores equacionados em conjunto com as palavras “história”, “passado”, “ciência”, “literatura”, “Estado” e “civilização”.

Essa ideia é constantemente repetida ao longo das páginas da Revista do IHGB, seja em atas de reunião, em apreciações de obras enviadas por sócios correspondentes ou no conteúdo de artigos publicados¹. No entanto, tal compreensão é sobretudo evidente na fala de Joaquim Manoel de Macedo ao apresentar seu relatório em sessão pública aniversária de 15 de dezembro de 1853, na condição de primeiro secretário, em que dizia Macedo aos presentes: “commemoramos hoje o decimo quinto anniversario do Instituto”, “uma festa de letras; [...] seguimos o rito que nos prescreve a sciencia e o progresso; expomos os fructos do nosso trabalho, e nada mais”. Refletia também sobre o processo de mudança no tempo, associando-o, como era o costume, à noção de civilização: primeiro, reconhece que “a terra não tem sido sempre occupada pela mesma sociedade, nem os homens sempre dirigidos pelo mesmo gráo e natureza de civilização”, depois, sua palestra observa que o processo de mudança acompanha “as phases por que foi passando a sociedade que progrediu, e a civilização que se apurou” (MACEDO, 1853: 563).

Mas Macedo vai muito além. O que se verifica no prosseguimento de sua fala na sessão aniversária do ano seguinte é o registro de uma construção historiográfica do Brasil que se consolidou como o padrão interpretativo da trajetória e da formação do país, evidente, sobretudo, no pensamento histórico que prevaleceu no século XIX. Estabelecendo um paralelo

¹ Para citar apenas alguns dos mais representativos: PORTO ALEGRE, 1841; COUTINHO, 1840; CASTILHO, 1848; PINHEIRO, 1839.

entre as fases de desenvolvimento do homem e as fases políticas do país, Macedo compreende que a idade do Brasil começa com a chegada dos portugueses no continente americano, inaugurando a infância do país, um período de três séculos, equiparando a fase do alcance da maturidade com a época da conquista da independência política de Portugal.

Em sua fala, Macedo frequentemente relaciona a capacidade de escrever a história com o desenvolvimento do país. A explicação histórica compreende que as etapas da narrativa do Brasil são paralelas às fases da historiografia, cuja última etapa explica o próprio IHGB. Trata-se, em outras palavras, de uma explicação retrospectiva do Brasil independente e de uma narrativa histórica do Estado monárquico na qual a fundação do IHGB, no final do período regencial, é apresentada como um ato heróico de patriotismo e como um sinal de que o país vivia em uma era de progresso e de civilização.

Ao observar que “os tres primeiros seculos, que se arrastaram depois da descoberta do venturoso Cabral, pertencem á infancia e á servidão do Brazil”, Macedo (1854: 4) explica que nesses trezentos anos teria havido uma sucessão de gerações com marcas distintas:

As primeiras gerações compor-se-iam pelos primeiros aventureiros europeus e pelos habitantes locais. Dizia Macedo que geração de tais aventureiros possuía a história de uma outra terra e que não apresentava ligação e compromisso com o Brasil, enquanto que a geração dos índios que habitavam originalmente a região do país teria sido ainda mais problemática, considerando que “tão pouco se occupava do dia de amanhã, como facilmente se olvidava do dia de hontem, e que fugindo espavorida ao troar dos canhões conquistadores, abandonava um solo”. A geração dos índios teria sido responsável pelo sepultamento das “recordações do passado nos antros da selvatiqueza” (MACEDO, 1854: 4). Assim, nem se desenvolvia o Brasil e nem se edificava sua história. Em que pese o fato de os colonos estabelecidos no país terem gradativamente trazido “a língua, as leis, a religião, os costumes, e mais do que tudo a saudade da terra, d’onde tinham vindo”, conclui Macedo que esses europeus teriam pisado no Brasil sem o comprometimento com tais empreitadas, enquanto que os índios da terra seriam naturalmente impedidos pela incompetência que lhes era própria.

Ao tratar da dependência e submissão do Brasil em relação a Portugal, Macedo afirma que “quando o período descuidoso da infância, em que não podia haver poesia nacional, e portanto muito menos história, passou enfim para o Brasil, ele sentiu-se abatido sob o peso de uma compressão systemática: a política egoística da metrópole”. Além das características dos nativos e do desinteresse dos aventureiros europeus, Macedo apresenta também a opressão metropolitana como fator da rede de causalidade da trajetória histórica nas primeiras três décadas: “o Brasil começava a ufanar-se das aspirações e do gênio de seus filhos; mas as aspirações do patriotismo esvaíam-se ainda em inúteis esforços, os cantos do gênio eram ainda acompanhados pelo tinir das cadêas”. Novamente, a própria composição da história do Brasil é condicionada ao desenvolvimento do país: “e os Brasileiros que tinham direito de querer ser um povo irmão, e que só formavam um povo escravo, deviam antes de pensar na história, cuidar da liberdade” (MACEDO, 1854: 5).

A chegada da corte imperial ao Brasil em 1808 é o ponto de inflexão dessa trajetória. Se, nessa explicação histórica, os primeiros três séculos de Brasil foram marcados pela inércia dos indígenas, pelo descuido aventureiro dos colonos e pela subjugação e opressão da metrópole, a transferência do trono teria desencadeado uma virada do jogo colonial antes mesmo da emancipação oficial, provocando uma “revolução” que colocou o Brasil sob os trilhos do desenvolvimento, do progresso e da civilização:

Em 1808 o Brasil arranca-se ao abatimento de tres seculos e saúda com entusiasmo a vespera da emancipação. A família real da monarchia lusitana transponto a vastidão do oceano bem assentar o throno de Affonso Henriques na plaga de Cabral... [...] Nossas seguras enseadas, nossos admiraveis golphos abrem-se dadivosos ao commercio de todas as nações, e a civilização e o progresso demandam a terra de Sancta Cruz, apegando-se ás azas brancas dos navios da culta Europa [...]. O primeiro passo para uma revolução estava dado: o Brasil havia ja [...] trocado os papeis entre a colonia e a metrópole; e a colonia que se tornará reino, não consentiria mais em humilhar-se de novo: a sabedoria do rei o previu, e quanto novos e extraordinários acontecimentos o forçaram a voltar para Portugal, o sr. dom Pedro, que havia de ser o primeiro imperador do Brasil, ouviu nas ultimas despedidas de seu real pais a prophesia da nossa independência. A época ja era portanto gloriosa; mas ainda não a mais propria para a inauguração do templo da historia: nas próximas lutas patrióticas, que se auguravam, antevia-se a possibilidade de renhidas batalhas: os Xenophontes

deviam combater antes de escrever; preparavam pois as espadas e ainda não se lembravam das pennas (MACEDO, 1854: 5).

Além da reiterada referência a uma humanidade imaginada que se inicia na Grécia antiga e que termina na sua época, posicionando o Brasil independente, nessa trajetória, como resultado do progresso, a própria edificação da história é incluída na crônica épica do país. Na explicação de Macedo, quando a composição da história não era possível, o motivo são os empecilhos ao desenvolvimento, ao progresso e à civilização, sejam porque os índios são incapazes, porque os colonos são aventureiros ou porque a metrópole asfixia a inteligência local. Contudo, quando os impedimentos deixaram de existir com a chegada da independência, a elaboração da história precisou esperar devido a motivos nobres e plenamente justificáveis; os homens heróicos, para consolidar a independência, não puderam ocupar-se da escrita da história do novo país, pois carregavam o fardo de confeccionar as leis fundamentais do seu governo: “os Tacitos estavam pois no senado e não podiam ainda escrever a historia” (MACEDO, 1854: 6). A própria instabilidade que se seguiu imediatamente ao rompimento com Portugal, no raciocínio de Macedo, foi um agravante para fazer a história esperar. As convulsões políticas que surgiram durante o período regencial teriam exigido tempo e atenção dos homens que estavam à frente da consolidação do Brasil como país independente:

Não era portanto n’esses dias de provação, de calamidades e de angustias, nesses tempos em que a estabilidade das mais vtaes instituições era sempre um problema a resolver-se no dia seguinte, que o instituto historico e geographico do Brazil poderia ser fundado sem expor uma Idea grandiosa a uma desfeita, que não partiria do espírito da nação, mas que seria imposta pelas circumstancias da situação (MACEDO, 1854: 7).

O momento do IHGB surge com a chegada de D. Pedro II à maioria. Nas palavras de Macedo, dado que a declaração da maioria “se antevia ja inevitavel como o destino, bella, dadivosa como a esperança, e segura como a fé na alma do povo brasileiro”, os fundadores beneméritos do IHGB “comprenderam, que era finalmente chegada a sazão propicia, em que a sua idéa tam querida germinaria e reverdesceria no solo da pátria” (MACEDO, 1854: 7).

Anos depois, o episódio da maioria foi descrito por Manuel Duarte Moreira de Azevedo como o momento em que a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia ainda prender o Brasil ao reino europeu: “a monarquia nacionalisou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negócios do novo Imperio; despertou-se o interesse publico, a nação entrou em nova phase de organização...”. Enquanto o imperador ainda dormia em berço dourado, esse momento teria sido marcado, de acordo com Azevedo (1879: 5), pelo desenvolvimento do patriotismo, que inspirou “medidas salutaes” e engrandeceram as virtudes cívicas.

Na explicação da trajetória do Brasil, elaborada por Macedo, a Maioridade foi determinante tanto para apaziguar a instabilidade que se seguiu à saída de D. Pedro I quanto para o estabelecimento do próprio Instituto Histórico:

Lançou se a primeira pedra do monumento: escreveu-se logo no livro do passado, e tambem logo se preparou o livro de ouro, em que se devia e se devem registrar os feitos de um reinado glorioso. [...] Está com effeito passada a época sinão vacillante ao menos affadigosa do nosso noviciado: [...] o instituto historico e geographico do Brazil é ja uma realidade: o governo imperial o protege com a paternal solitudine, o corpo legislativo o aprecia e acoroçôa, e o mundo civilisado conceituando-o devidamente o classifica entre as mais famosas associações scientificas (MACEDO, 1854: 8).

Dirigindo-se aos membros do IHGB, Macedo volta a fazer referência à maioria de Pedro II também no final de seu discurso:

Sim! Não é uma illusão: é immensa a grandeza do futuro, que nos espera, e nem podia ser de outra sorte, porque elle será a obra magestosa do sr. dom Pedro II. Com a declaração da maioria de s. magestade o imperador uma época nova se abriu para o Brazil: [...] nossa bella patria abatida pelas lutas civis durante dez annos, ergueu-se enthusiasmada para saudar a hora solemne, em que s. magestade imperial assumiu o governo do estado. O dia da maioria marcou a regeneração das letras e das artes, deu impulso ao commercio, e desatou as azas á industria. O sr. dom Pedro II é a civilisação, é a riqueza, é a gloria da nossa patria: ao impulso de seu genio começou o progresso moral, e material do Brazil, que cada dia mais se desenvolve, e mais rapido caminha: o que ha dez annos com difficuldade se fazia, hoje com promptidão se executa, e dentro em pouco de improvisado se fará: é que a causa actua! é que o genio vela! é que o imperador inspira! (MACEDO, 1854: 50).

Assim como na fala de Macedo, a manifestação da importância e do orgulho pelo Instituto muito frequentemente se expressou a partir de uma fórmula que a associava a ideia de patriotismo e de ciência a uma noção de pertencimento à contiguidade temporal da humanidade. Nesse cenário, o serviço heróico prestado pelos homens de letras membros da academia faria o Brasil progredir. Tal ideia é um lugar-comum nas páginas da revista do IHGB, evidente nas palavras de Macedo quando afirma que “as instituições litterarias e scientificas [...] contribuem todas conjuntamente para a grande obra do progresso, da civilização e da possível perfeição da humanidade”. Além disso, expressa também uma preocupação sobre a posição do Brasil no mundo, sobretudo, diante de sua referência maior, a Europa, buscando alçar o país a uma posição de prestígio no concerto das nações civilizadas: “o instituto historico e geographico do Brazil tem-se esmerado em retribuir dignamente as manifestações do alto conceito, que lhe exhibem suas irmãs do novo e do velho mundo, e não se descuida de estreitar cada vez mais os laços que o ligam a ellas” (MACEDO, 1854: 14).

Uma regularidade na crônica do Brasil da época, dessa vez é a explicação histórica do próprio Instituto Histórico que se dá através de uma orgulhosa associação com grandes nomes da mitologia da humanidade ocidental, apresentados como tipos de herói-civilizador, aos quais, em um passado épico, se atribui o pioneirismo ou aperfeiçoamento de artes, técnicas, saberes ou instituições determinantes para o progresso e o desenvolvimento civilizatório. A retrospectiva de Macedo exalta a obra heróica da criação do IHGB na trajetória do Brasil como um “espectaculo de um grupo de gênios, todos contemporâneos, todos primando em uma mesma sciencia ou no mesmo gênero de arte raras vezes se encontra na história da humanidade” (MACEDO, 1854: 26). Macedo louva o encontro dos “gênios” que fundaram o IHGB no Brasil, pois acontecimentos desse porte seriam episódios raros, considerando que a natureza, observa, “precisa descansar um ou alguns seculos para renovar um tal prodígio”:

quando na Italia e na época de Leão X ofereceu aos olhos e a admiração do mundo Miguel Angelo e Raphael, ainda como satélites d’este ultimo planeta André Del Sarto, Carasage, e Julio Romain, a natureza deixou de correr cem annos, para no fim d’elles e no reinado de Luiz XIV reunir em França esse

admirável congresso de poetas, e de sábios, que se chamaram Corneille, Racine, Molière, La Fontaine, Boileau e Fenelon (MACEDO, 1854: 26).

Haveria, também, duas condições para o florescimento dos “gênios” da humanidade, que, segundo Macedo, precisam ser plenamente satisfeitas. A primeira condição é que o país deve “ter sido já por lonto tempo proveitosamente cultivado pela civilização”, e a segunda é que “deve o chefe do estado ardendo no amor da gloria, e no entusiasmo pelo bello, ser o amigo, o protector, e o inspirador dos gênios”. Tais condições fariam os “gênios” do IHGB serem ainda mais dignos de reconhecimento e reverência, pois, conforme avalia, “o Brazil operou um milagre, privado de ambas as condições” (MACEDO, 1854: 26).

Após tratar da construção do Brasil no passado, é o presente sobre o qual Macedo passa a se debruçar. Nesse *continuum*, os grandes feitos da história devem também ser celebrados no tempo do agora. O IHGB, através do discurso de Macedo, se propõe a trabalhar pela perpetuação da memória dos feitos gloriosos, para expor aos olhos do povo os “troféus da vitória”, isto é, os triunfos do Brasil diante da expectativa de progresso, desenvolvimento e civilização.

É em função de tal propósito que nesse período o Instituto Histórico, de acordo com Macedo, designou um de seus membros para acompanhar a solenidade da inauguração da estrada de ferro construída por Mauá, para solicitar ao barão o acesso aos trabalhos da ferrovia “a fim de serem depositados no museu do instituto esses instrumentos, a que por certo se ligarão no futuro a respeitosa e veneranda recordação do comêço de uma época toda de progresso, prosperidade e civilização para o imperio diamantino”.² Relata Macedo:

No dia 30 de Abril próximo passado teve lugar no porto de Mauá a inauguração da primeira estrada de ferro no Brazil: este acontecimento saudado com entusiasmo por todos os Brasileiros não podia passar despercebido pelo instituto histórico: a estrada de ferro de Mauá estende-se apenas por um breve espaço; mas o espírito publico advinhou, que Ella era como o primeiro verso de um poema sublime, como a primeira pedra de um monumento magestoso, como o primeiro ensaio de uma obra colossal: era sobretudo um grande principio civilizador, um

² “A resposta do digno sr. Barão de Mauá foi a única que se poderia esperar d’elle. Esses eloqüentes instrumentos pertencem hoje ao nosso instituto” (MACEDO, 1854: 46).

apertado laço de união política, um prodigioso manancial de riqueza, que se estabelecia no Brazil. A instituição das estradas de ferro ficou desde esse dia plantada na terra de Sancta Cruz, e nas novas e mais extensas linhas férreas, que nos prepara o futuro, saúda-se antecipadamente a colonização europeia povoando as terras incultas, a agricultura salvando-se da crise que a ameaça, a industria vai abrindo vôos com suas asas de ouro, a civilização polindo os reconcavos, a justiça prevenindo os crimes, a cidade surgindo no meio dos desertos, o espaço desaparecendo ao impulso do vapor, e cada hora elevando-se ao valor de um dia (MACEDO, 1854: 45-46).

O discurso de Macedo busca mostrar que, naquele momento, o Brasil cada vez mais se contextualizava dentro da evolução da humanidade, na mesma direção e sentido do vetor do progresso:

A obra se adianta..... vede o quadro que ja o Brazil apresenta hoje a nossos olhos: a corte ja tem na luz do gaz um sol para as noites, e no fluido electrico o mensageiro de encantada rapidez; o Amazonas saúda os vapores que o sulcão, e suas margens se preparam para pagar com abundancia os esforços das industrias e da civilização; a breve estrada de ferro de Mauá accendeu a esperança do Valle do Parahyba, que espera uma extensa linha férrea, e o orgulho nos valles do Rio de S. Francisco, que exige não menos de duas; de Nictheroy a Campos se projecta ainda uma outra promissoda de brilhantes resultados; ao norte e ao sul criam-se colônias, estendem-se estradas, cavam-se canaes; os desertos das províncias do Espirito Sancto e de Minas vão entornar suas riquezas pela veia do Mucury, e ao mesmo tempo a statistica estabelece uma academia; Colombo vê honrada sua memoria, aos cegos prepara-se uma luz artificial, o cinzel do estatuario dá vida ao marmore bruto, um grande poeta deixando a formosa Parthenope vem como Camões, trazendo um poema de presente á patria atravéz do oceano, e um outro poeta não menos grande descansa a Penna com que cantava o descobridor do mono mundo, sómente para votar-se á regeneração das artes.

Sim! O Brazil progride, o futuro não póde desmentir nossas esperanças, a obra irá avante; porque a causa actua! o genio vela, o imperador inspira! (MACEDO, 1854: 50-51).

Ao avançar uma justificativa para a empreitada do Instituto de cobrir *in loco* o evento da inauguração da estrada de ferro, Macedo equaciona como fatores diretamente proporcionais “a posição do Brasil na trajetória da humanidade” e “o progresso, o desenvolvimento e a civilização”. A matemática dessa equação revela um padrão, uma marca do pensamento historiográfico registrada nas páginas da revista do IHGB:

Todas as nações se esforçam para perpetuar a memória de seus feitos gloriosos: não se contentam de vê-los registrados nas páginas da história, que os conserva e os transmite à posteridade: querem também que eles fallem aos olhos do povo palpitando nos troféus de vitória, que se recolhem, ou escriptos na face dos monumentos que se levantam. Roma, a grande conquistadora, exaltava os seus generaes vencedores com as honras de um triumpho deslumbrador, e eternisava a victoria erigindo arcos triumphaes. Napoleão fazia erguer a columna da praça Vendome com o bronze, que nos campos de batalha arrancava aos inimigos. Não somos conquistadores: já temos porém não poucas acções brilhantes nos fastos do nosso passado: nunca é cedo demais, quando se trata da gloria da patria; intendeu pois o instituto historico e geographico do Brazil que era chegada o tempo de principiarmos a colligir alguns trophéos, e a formar padrões de nossa gloria, que tanto podem servir para tornar objectiva a historia de nossos feitos d'armas, como para estimular os brios nacionaes (MACEDO, 1854: 47-48).

A menção a elementos compreendidos como emblemáticos para a evolução da humanidade também está presente na fala de Macedo ao comentar uma proposta de Joaquim Norberto de Souza Silva, requisitando que o IHGB “como zeloso conservador das glorias nacionaes representasse á assembléa geral legislativa sobre a conveniencia e necessidade de levar-se a effeito a conclusão do monumento à independencia nacional no campo do Ypiranga”. Além “de erigir-se na capital do imperio uma estatua equestre ao fundador da monarchia brasileira”, a proposta também visava “erguer-se em Porto Seguro uma cruz colossal e monumental, que restaurasse a que Cabral plantara em o dia 1.º de Maio de 1500 em memoria do descobrimento do Brazil” (MACEDO, 1854: 48-49). Argumentando em favor dessa proposta, Macedo bradava:

Um monumento é um poema: diz Fortoul³; quando os povos civilizados querem escrever as páginas gloriosas de sua história, preferem a pedra à palavra do homem: as epopeas da civilização moderna cobrem o sólo da Europa.

Já era tempo de se pagar esta immensa divida á memoria do inclito príncipe que primeiro fez ouvir o grito – Independencia ou morte – nas margens do Ypiranga. Os Romanos davam uma corôa cívica, e o direito de sentar-se nas reuniões publicas juncto dos senadores a aquelle que salvava a vida de um cidadão: com dobrada razão devemos erigir uma estatua equestre a aquelle que salvou a liberdade de um povo inteiro.

[...]

³ A referência se deve provavelmente ao político, historiador e literato francês Hippolyte Nicolas Honoré Fortoul (1811-1856).

O povo que não exalta seus heróis é indigno de os possuir: uma estatua eqüestre ao sr. dom Pedro I é um pedaço de marmore por um prodígio de gloria (MACEDO, 1854: 49).

Diante dessa demanda monumental, comentava Macedo que a missão do Instituto Histórico se tornava cada vez mais importante, notadamente, porque a história possuía o poder de esclarecer o futuro à medida que vai revolvendo o passado, determinando que no futuro o Brasil se constituísse como “um mundo novo criado pela civilização e pelo progresso” (MACEDO, 1854: 50).

Em seu discurso comemorativo, Macedo entusiasmou-se com a expectativa de o IHGB ter seu maior propósito realizado, finalmente, através da publicação de uma obra de história do Brasil, em razão do sócio Francisco Adolpho Varnhagen ter oferecido ao Instituto a leitura do índice de sua história geral ainda em preparação, fazendo despertar a “viva esperança de ser em breve consummada uma obra que fará honra ao Brazil” (MACEDO, 1854: 44).

Considerações Finais

O relatório de Macedo é um capítulo importante do projeto historiográfico para o Brasil elaborado no IHGB. Ele estabelece um paralelo entre as fases de desenvolvimento do homem e as fases políticas do país e compreende que a idade do Brasil começa com a chegada dos portugueses no continente americano, inaugurando a infância do país, um período de três séculos, equiparando a fase do alcance da maturidade com a época da conquista da independência política de Portugal. Além disso, Macedo também faz um paralelo da capacidade de escrever a história com o estágio de desenvolvimento do país: sua explicação histórica compreende que as etapas da narrativa do Brasil são paralelas às fases da historiografia, cuja última etapa explica o surgimento do próprio IHGB. O relatório de Macedo oferece uma explicação retrospectiva do Brasil independente e uma narrativa histórica do Estado monárquico na qual a fundação do IHGB, no final do período regencial, é apresentada como um ato heróico de patriotismo e como um sinal de que o país vivia em uma era de progresso e

de civilização. Assim, o relatório parece evidenciar exemplarmente um padrão, uma tendência de época, na qual é possível verificar que o eixo de historicização da construção narrativa do Brasil está muito frequentemente em função da ideia de civilização, de progresso e de desenvolvimento: a construção do Brasil se dá, no mais das vezes, através de uma narrativa em que a trajetória do Brasil é explicada as fases da conquista de sua autonomia política e administrativa, da prosperidade material e do desenvolvimento econômico, do progresso cultural, dos hábitos e do refinamento e sofisticação de sua população. Tal padrão narrativo, do qual o relatório de Macedo é exemplo, culmina na formação do Estado imperial e cumpre uma dupla função; pedagógica, ao verificar as lições dos sucessos do passado, e heróica, ao fazer justiça com personalidades históricas entendidas como agentes da civilização, do progresso e do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Declaração da Maioridade do Imperador em 1840. **RIHGB**. 42(58):5-37, 1879.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTILHO, José Feliciano de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil. **RIHGB**. 11:259-266,1848; 2.ed. 259-266.

CEZAR, T. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos* (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.

CEZAR, T. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 38-53, jul. 1999.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso d'abertura recitado pelo Vice-Presidente o Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, no dia 27 de Novembro de 1840. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**. 1840, tomo 2 (suplemento): 574-582.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GUIMARÃES, L. M. P.. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P. “O tribunal da posteridade”. In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. **RIHGB**. 156(388), jul./set. 1995.

GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, pp. 184-200, dezembro 2002.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos** (caminhos da historiografia). Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do primeiro secretario. Sessão pública aniversária... **RIHGB**. 17:563-600, 1853. Supl.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do primeiro secretario. **SESSÃO** pública aniversária do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no dia 15 de dezembro de 1854. **RIHGB**. 17:3-51, 1854. Supl.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de IIIustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente. **RIHGB**. T. 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **RIHGB**. 3:547-557, 1841; supl. 33-43; 2.ed. 547-557; 3.ed. 451-458.

WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**. V. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.

WEHLING, A. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

O Governo de Xavier Mendonça Furtado: Defesa e Militarização (1751-1758)

*Simeia dos Santos Santana**

O Tratado dos Limites da América (comumente chamado Tratado de Madri) foi assinado em 13 de janeiro de 1750 entre as Coroas de Portugal e de Espanha, representadas respectivamente pelos diplomatas Alexandre de Gusmão e D. José de Carvajal y Lacanster. Tratava-se dos limites e possessões das duas monarquias na América, sendo o principal regulador o *uti possidetis*, princípio do usucapião, ou seja, a terra pertence a quem a ocupa.

Para garantir o cumprimento do Tratado de Madri na região amazônica, Sebastião José de Carvalho (futuro Marquês de Pombal) encarregou Francisco Xavier de Mendonça Furtado da função, com o título de governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que chega a esta capitania no ano de 1751, governando por um período de sete anos.

A Coroa portuguesa optou para a administração ultramarina a formação militar de seus governadores, consideravelmente essencial para reorganizar as defesas. Mendonça Furtado não fugiu a essa estratégia da Coroa, serviu na Armada Real somente deixando seu posto de Capitão de mar e guerra em 1751.

O historiador Adler Homero Fonseca de Castro em *O Fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje* (1999), divide a história militar do Cabo Norte em três períodos: o primeiro, na virada do século do século XVI para o XVII, caracterizado pela disputa entre as diversas nacionalidades europeias que tinham chegado ao continente: holandeses, espanhóis e portugueses, franceses (no Maranhão apenas), ingleses e até irlandeses. Castro cita que nesse primeiro momento o Tratado de Tordesilhas é rompido com a autorização da Coroa espanhola, pois os lusitanos cuidaram em fazer a defesa do território que hoje é o

* Universidade Federal de Ouro Preto

Amapá, que pertencia à Espanha, recebendo como recompensa as capitânicas hereditárias da região. No segundo período é notável um crescimento da atividade militar na região voltada para consolidação, manutenção do território conquistado e cuida da expansão de suas posses. Neste período, Castro identifica uma diferença em relação ao passado quando o objetivo dos portugueses era apenas a destruição das feitorias e fortificações concebidas pelos outros reinos, o objetivo agora passa a ser a construção de fortificações e reforma das que já existiam. O terceiro período dividido por Castro é correspondente ao período pombalino, onde há uma profunda mudança na política com relação à Amazônia. O projeto de reforma pombalino compreendia todos os setores sociais, políticos e econômicos. Englobando todo o reino português e as possessões ultramarinas.

Os setores da reforma pombalina, em sua aplicação no que concerne a capitania do Grão-Pará, teve destaque econômico por dar ênfase a um processo que facilitasse o comércio e povoações. Um processo que inaugurou, segundo Simei Torres, “uma fase considerada essencialmente transformadora da ordem social e econômica da segunda colônia portuguesa na América” (TORRES, 2011: 119).

Coube a Mendonça Furtado a incumbência de fazer cumprir as ordens da metrópole portuguesa no Grão-Pará. Trazia consigo as *Instruções Régias* que transmitia o proceder do governador e a nova política que o governo desejava executar na região. Do que está escrito nesta documentação à sua execução, o governo de Mendonça Furtado ficou marcado por adaptações frente às dificuldades reveladas que precisavam ser contornadas nos trabalhos de demarcação estabelecidos pelo Tratado de Madri. Considerando a noção de adaptação de Charles Boxer (MELLO, 2009: 20), este analisa a administração colonial portuguesa concluindo que a realização das orientações sugeridas de cima para baixo dependia das especificidades locais, em sua maioria necessitava de negociação. A atuação de Mendonça Furtado como governador do Grão-Pará teve aspecto de experimento por conflitar as ordens vindas de Portugal com as condições precárias em que as forças militares desta capitania se encontravam.

As Forças militares da Colônia seriam incapazes de sustentar uma guerra por conta própria; elas tinham de ser providas de maneira minimamente adequada, quantitativa e qualitativamente, para o enfrentamento com armamentos bélicos, pólvora e munições. Aquelas particularidades e diferenças estratégicas só resultariam favoráveis se tivessem os efetivos devidamente aparelhados com os armamentos que só poderiam vir da Metrópole, à qual cabia o dever de abastecer as tropas coloniais. Em tempos de guerra, a ausência dessa condição básica é absolutamente inconcebível, tornando a catástrofe praticamente inevitável (MELLO, 2009: 12).

Mendonça Furtado teve que tratar da escassez de material bélico, dinheiro, fortificações insuficientes; de forma que, tornar real o programa de governo estabelecido anteriormente na metrópole passou a sofrer alterações. Mendonça Furtado escreve do Pará, uma carta ao Rei, datada em quatro de janeiro de 1752:

As fortalezas de que se compõe essa Capitania estão de tal maneira arruinada que nem ao menos conservam semelhança do que foram como me constou por informações dos mesmos capitães que achei nesta cidade; e não tenho meio algum de poder reedificá-las, porque não há presentemente consignação alguma aplicada para as Fortificações, e as rendas do Almoxarifado são diminutas como já demonstrei.

Dos pretechos e munições que há nos armazéns desta Capitania [...] muita parte de tudo é velho, quebrado e incapaz (MENDONÇA, 2005: 222).

Quanto aos oficiais que faziam parte da no Grão-Pará, em sua maioria, são avançados na idade, sem vigor e disposição para a profissão. E, também nestes, Mendonça Furtado nota a falta de militarismo.

Mendonça Furtado relata em carta que se achava com 232 soldados, *“dos quais estão destacados nas Fortalezas, 96, e ficam líquidos para o serviço 136. Neste pequeno número há sempre presos, doentes e algumas doenças, e de modo ordinário trazem as listas de semana, prontos para o serviço de 92 até 98, e quando muito 100 [...]”* (MENDONÇA, 2005: 233). O

que causa mais trabalho sem descanso, pois são precisos para as guardas 48, ou seja, não há rendição de serviço. Faltando a estes soldados até o que comer.

Com este pequeno número de militares, Mendonça Furtado não vê como pode existir defesa do território anexado pelos portugueses contra qualquer invasão exterior, como também conservar o respeito com os moradores.

Mendonça Furtado apresenta solução para as desordens:

Que o Corpo de Infantaria deveria ser de 600 homens completos, que formassem Companhias, entrando neste número os Oficiais, vindo corresponderem a cada uma 44 soldados.

Este Corpo me parecia que deveria ter um Coronel, Tenente-Coronel, Sargento-Mor, e dois ajudantes, e dez capitães, vindo assim o Sargento-Mor a ficar sem Companhia.

Estando estes Oficiais na Praça, no caso de morte ou ausência do Governador, devolvia o Governo àquele a quem pertencia [...] (MENDONÇA, 2005: 234).

Mendonça Furtado justifica que o número não é tão excessivo, pois, se faz muito necessário, tendo em vista que é preciso guarnecer sete Fortalezas, além de uma patrulha na ilha de Joanes e outra nas Salinas (na região de Caeté, depois Bragança, do Maranhão). Sendo as sete fortalezas: Macapá (sugere para esta uma Companhia de 50 homens); Gurupá, que é uma fortaleza de registro, 20 homens; Pauxis necessita ao menos de 15 homens de guarnição. As outras quatro que são Paru, Rio Negro, Tapajós e Casa Forte do Guamá, não podem ter menos de 10 homens de guarnição, importando um total de 40 homens. Na ilha de Joanes e nas Salinas Reais ficariam dois soldados. Por esta resolução, Mendonça Furtado faz entender que para a guarnição das Fortalezas são precisos 132 homens, com a rendição, um total de 264, que abatidos dos 600, os restantes 336 ficam para guarnecerem as Fortalezas da Barra e fazerem o serviço ordinário.

Então, para reforçar o sistema defensivo, Mendonça Furtado busca reorganizar as fortificações e unidades militares existentes e também criar três regimentos.

Um deles ficará sediado na cidade de Belém para defesa da capital e impedir a penetração de possíveis invasores pelo braço direito da foz do rio Amazonas. O segundo instalado na recém-criada vila de Macapá, para controlar a navegação e garantir a defesa do rio. O terceiro para garantir a defesa de São Luís do Maranhão (SILVA, 2002: 25).

Segundo Silva, para a formação dos dois primeiros regimentos, no início do ano de 1753, começa o processo de alistamento de voluntários em todo o Reino. O resultado foi o alistamento de 880 soldados. Silva considera a eficácia do alistamento militar como forma de povoamento da Amazônia, pois *“alguns soldados levaram consigo as famílias e muitos outros casaram com índias e fixaram-se como povoadores”* (SILVA, 2002: 26-27).

Mas a situação acarreava infortúnios. Em 1753, Mendonça Furtado avisa a Coroa que, ao chegar os dois regimentos, desembarcaram mais de trezentos doentes, e maior dificuldade teve por não haver naquela capitania hospital. Outros desertaram logo que desembarcaram. Situação que Mendonça Furtado resolveu estabelecendo que se desse todos os dias a cada soldado um vintém, *“evitando assim andarem as esmolas pelos Conventos, e em casas particulares, como ia sucedendo, o que totalmente cessou, e ficaram tratados em forma que não terão necessidade”* (MENDONÇA, 2005: 537-538).

No percorrer do seu governo, Mendonça Furtado mostra-se satisfeito, pois nota mais eficiência militar nos dois regimentos *“porque os viram marchar suficientemente e manejar com bastante igualdade; faziam fogo muito bem, e finalmente, já conhecia que coisa era Fila, Fileira, Bem-guarda, Centro e Lado, que eram coisas totalmente desconhecidas nesta terra”* (MENDONÇA, 2005: 537-538).

Sobravam terras, mas faltava mão de obra, e mais, faltava população em número eficaz para ocupar e povoar¹. Um meio de resolver isso foi à importação de casais das outras partes

¹ Portugal e Espanha, para solucionarem os problemas de fronteiras entre suas colônias, sobretudo na América do Sul, revogaram o Tratado de Tordesilhas e adotaram o Princípio do **“Uti Possidetis”**, sugerido por Alexandre de Gusmão. O **“Uti Possidetis”** dava posse da terra àqueles que a tivessem ocupado e povoado e foi o ponto fundamental do Tratado de Madri (1750).

do Reino, bem como de homens solteiros, assim resolvia de outra forma, incentivando o casamento destes com índias, e de modo auspicioso integrando os indígenas as populações locais como vassallos da Coroa portuguesa.

Mendonça Furtado avistou nas aldeias missionárias uma fonte de recursos materiais e de força de trabalho, pondo em prática seus planos, expulsou os jesuítas das aldeias (um processo que, na verdade, marcou o período pombalino), colocou-as à disposição da Coroa com todos os bens. O motivo da cobiça de Mendonça Furtado pode está no fato de que “as missões eram capazes de produzir excedentes que seriam invertidos no atendimento das novas demandas provocadas pela reestruturação do Grão-Pará” (RAVENA, 1999: 72).

Mauro Cezar Coelho, em *O Imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico* (2008), dar registro da fundação de vilas, que então se tornam constantes, indicando a preocupação que norteou a ação metropolitana, no sentido de ocupar o território. Mendonça Furtado não tardou em agir, ainda no ano de sua chegada, em novembro de 1751, preparava a fundação de aldeias nos rios Japurá e Solimões. Em janeiro de 1752 é encaminhada a fundação da vila de São José de Macapá e, um ano depois, da Aldeia de Santana, ambas no Cabo Norte. Em algumas Vilas recomendava a edificação de uma aldeia de índios anexa, para supri-las de trabalhadores.

Até o final do século, o Estado metropolitano contava com mais de noventa povoações, sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado. Por meio delas, aquele governador pretendeu fortalecer a presença do poder metropolitano, denominando-as com nomes portugueses, escolhidos dentre os das terras da Real Casa de Bragança, da Coroa e da Rainha (COELHO, 2008: 272).

Tantas povoações exigiam habitantes. Duas resoluções foram tomadas pelo Coroa portuguesa. Tratava-se da transferência dos casais recrutados em todo o reino português e o descimento dos índios.

Tendo como exemplo a criação da Vila de São José do Macapá, os primeiros colonos que chegaram para fundar a nova Vila encontraram, desde suas chegadas em Belém, a

improvisação do governo de Mendonça Furtado no Grão-Pará, desde ausência de uma estrutura básica organizada (por falta de habitações, estes colonos são abrigados na casa dos moradores da capital, chegando o próprio Mendonça Furtado a alojar em sua residência alguns deles), pois, houve orientações da Metrópole quanto ao que fazer, mas não como fazer.

Ponderando que a fundação da Vila de São José do Macapá é uma necessidade de garantir a posse do território (*uti possidetis*) fica mais claro o caráter de uma administração militar para esta Vila. Escolhe o Capitão-Mor João Batista de Oliveira para estar à frente no estabelecimento da nova povoação. No ano seguinte à fundação da povoação de Macapá, Mendonça Furtado mandou construir quartéis para a tropa que iria se alojar lá, bem como outros instrumentos de apoio às atividades de defesa, e, ainda, um dos dois Regimentos enviados da metrópole para Belém foi destinado àquela povoação, recebendo o nome de Regimento de Macapá.

Este regimento, contudo, não seguiu diretamente para a povoação, sendo enviadas para lá apenas três de suas doze companhias, enquanto as restantes eram empregadas em destacamento ao longo do rio Amazonas. Consideramos relevante o fato de o comandante da força enviada para Macapá, em 1754, receber não apenas a função de atuar na defesa da povoação e da ocupação militar da região, mas também a de fomentar a agricultura, como uma forma de garantir a ocupação prolongada do território. [...] Mendonça Furtado chegou a dar instruções no sentido de se abrir importantes exceções nos regulamentos e práticas militares comuns da época para fomentar a ocupação. Assim que se deu licença e incentivo para que os soldados fossem autorizados a lavrar a terra, com posse de terrenos (COSTA, 1999: 167-8).

Neste aspecto se encontra a ambivalência do projeto de colonização: colônia agrícola e guarnição militar.

O indígena foi parte determinante para realização do projeto português de ocupação da Amazônia. Foram muitos, das mais variadas etnias e culturas. Para uma ação portuguesa efetiva na região foi preciso integrá-los e a Coroa tratou de fazer isso jurisdicionalmente com uma ampla legislação que influenciava em tudo na vida do indígena, no falar, no se portar, no vestir;

tornando possível, como vassalos do reino, assumir cargos públicos. Mas essa iniciativa teve que levar em consideração um conflito secular: a disputa pelo controle da mão de obra indígena entre colonos e missionários. A pressão era tão grande por parte destes, que Mendonça Furtado teve que suspender por um tempo a decisão já tomada da concessão de liberdade aos índios. Agora também a Coroa via-se dependente dessa mão de obra para deslocamento pelo território, necessários às transposições de cachoeiras, coleta e preparo de gêneros que garantissem a alimentação, e defesa dos viajantes contra eventuais perigos - assim como também, batedores, flecheiros, remadores e carregadores.

A liberdade dos índios é considerada por muitos historiadores um dos principais aspectos da política pombalina e principalmente do modelo de colonização da Amazônia. Uma política realizada na forma de três Alvarás (1755) e o Diretório dos Índios (1757).

Todavia, não houve um extraordinário sucesso nas ações de Mendonça Furtado. As adversidades eram constantes. As populações indígenas não ficaram totalmente passivas da ação portuguesa. Em seu livro *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (XVII-XIX)* (1997), Flávio dos Santos Gomes, destaca também a resistência de grupos indígenas a escravização, guerra justa, resgates e aldeamentos. As fugas em massa de índios dos aldeamentos tornaram-se constantes.

Mendonça Furtado pôde presenciar um momento de “rebeldia” indígena. O governador reuniu-se com alguns Principais² na capitania de São José do Rio Negro, para obter colaboração com os descimentos. Apenas, Manaçari, um dos Principais concordou em retornar para sua aldeia, sendo acompanhado de quarenta e uma pessoas designadas por Mendonça Furtado para concluir o descimento. Porém, vinte e três dias após a viagem, os Principais se separaram do grupo, atestando que iam adiantados reunir a aldeia, preparando-os para o encontro. O grupo

² Eram índios já aldeados que efetuariam o contato com comunidades indígenas e fariam as propostas de *descimentos*. Eles possuíam o conhecimento das áreas onde se encontravam as comunidades, bem como o domínio da língua, facilitando as negociações

esperou por três dias sem que os índios aparecessem, quando isso aconteceu, ocorreu um confronto com perdas de vida para ambos os lados.

Este é um período de bastante agitação na região amazônica. Conflitos de interesses políticos e sociais (e religiosos) com dilatadas mudanças, onde a Coroa intervém sobremaneira, afetando a vida dos moradores do Estado do Grão-Pará, bem como, a organização social e política, tendo como destaque a secularização com o adicional da disposição militar. Foi só o começo do projeto pombalino.

Referências bibliográficas

COELHO, Mauro Cezar. **O Imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico**. Revista Territórios e Fronteiras V. 1 n. 1- Jan/Jun 2008.

COSTA, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 20.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado**. -- 2ª ed. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo I; Volume 49-A.

_____. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado**. -- 2ª ed. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo II; Volume 49-B.

RAVENA, Nírvia. "Maus vizinhos e boas terras": ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte - século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras,**

colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780)**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-governadores-do-Estado-do-Gr%C3%A3o-Par%C3%A1-Fabiano-Vila%C3%A7a-dos-Santos.pdf>.

SILVA, Joaquim Manuel Azevedo e. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino.

TORRES, Simeia Maria de Souza. **Projetos coloniais: antagonismos e confluência nas povoações e fronteiras da Amazônia setecentista**. Em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Projetos-coloniais.pdf>.

Raul Fernandes e a Diplomacia no Governo Dutra

*Sydenham Lourenço Neto**

Na final da Segunda Guerra Mundial o Brasil era o mais importante aliado dos Estados Unidos na América Latina, mas também era um aliado problemático, governado por Getúlio Vargas que em muitos aspectos mantinha práticas semelhantes aos regimes fascistas que acabavam de ser derrotados pelos aliados. O início do governo Dutra parecia apontar para uma conjuntura mais favorável para a manutenção de nossa aliança estratégica com os EUA. Embora, o general Dutra, tivesse no passado defendido a aliança do Brasil com o Eixo, na conjuntura pós-1945 sua característica principal no campo das relações internacionais era seu arraigado anticomunismo. Um posicionamento bastante conveniente para o período em que a Guerra Fria iniciava.

Nosso interesse é verificar como nesse processo o corpo diplomático brasileiro buscou, a despeito de suas divergências internas, ampliar a relevância do Brasil no cenário mundial e mais especificamente no espaço latino americano através do exercício da posição de aliado preferencial dos EUA na América do Sul. Assim como identificar a existência de grupos políticos que atuavam no interior do Itamaraty. Para tanto, utilizaremos um amplo conjunto de fontes, que além da documentação tradicional produzida no Itamaraty, inclui cartas trocadas pelos diplomatas e biografias escritas sobre eles, especialmente aquelas produzidas fora da Academia e que parecem mais interessadas em construir uma memória positiva de personalidades que participaram da nossa diplomacia.

Foi no contexto do imediato pós-guerra que nossa política de aproximação com os EUA e o papel que desempenhamos durante a Segunda Guerra no continente sul americano permitiu a um brasileiro chegar a presidir reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas nos seus primeiros anos e viabilizou que o Rio de Janeiro fosse a sede da principal conferência dos países

* Professor Associado da UERJ

americanos no pós-guerra, a hoje praticamente esquecida e muito pouco estudada conferência do Rio de Janeiro. É injustificável que a conferência que lançou as bases da OEA (organização dos Estados Americanos) seja tão desprezada pela nossa academia.

O silêncio em relação ao papel que o Brasil conquistou no período em que foi o aliado preferencial dos EUA na América do Sul pode ser explicado por duas razões principais. Em primeiro lugar, no contexto da guerra fria este era um tema que desagradava tanto a esquerda quanto os nacionalistas de um modo geral, mesmo os de direita no espectro ideológico. Uma excessiva aproximação com os EUA podia ser lida como uma estratégia entreguista, como se dizia nos anos 50 e 60. Em segundo lugar, essa é a história de um breve período que terminou em relativo fracasso. Após 1947 os EUA se voltaram preferencialmente para a Europa e a Ásia, regiões em que a guerra fria estava bem mais ativa.

A diminuição da proximidade do Brasil com os EUA não foi uma escolha do Brasil, ao contrário, o governo Dutra fez um enorme esforço para manter o alinhamento, esforço no qual o Itamaraty foi peça chave. Contudo, a partir de 1947, a Doutrina Truman transformou a questão da contenção do comunismo no ponto central das relações externas dos EUA. Nessa nova estratégia, o Brasil e de certa forma toda a América do Sul, não era protagonista. Aqui a ameaça comunista não era grande o suficiente para despertar a atenção, e essa continuou sendo a leitura do governo norte-americano até a Revolução Cubana, por outro lado, não tínhamos peso político e econômico suficiente para desempenhar um papel chave nas disputas centrais da Guerra Fria.

Com o fim do Estado Novo e a eleição de Dutra o novo presidente nomeou para o Itamaraty João Neves da Fontoura. Gaúcho, como Osvaldo Aranha, e também um revolucionário de 30 que tinha relativa proximidade com Vargas, mas que em 1945 manteve um explícito apoio à candidatura de Dutra. O presidente eleito, contudo, precisava manter o apoio a Osvaldo Aranha na ONU devido ao incontestável trânsito do ex-ministro junto ao governo dos EUA. Assim foi feito. Contudo, mesmo João Neves da Fontoura era por demais ligado à Vargas para se tornar um ministro de confiança de Dutra. O que ficou explícito quando o mesmo se demitiu do Ministério em protesto contra a aproximação do PSD dutrista com a UDN,

ratificada no acordo interpartidário. Mas, o conhecimento do ex-ministro também não podia ser facilmente descartado e Neves da Fontoura ainda representou o Brasil na IX Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá, em 1948.

Foi só com ascensão de Raul Fernandes ao Itamaraty que Dutra pode contar com um aliado incontestado, e este marca o momento de maior aproximação do Brasil com os EUA e de total convergência de nossa política externa com a Doutrina Truman. Porém, mesmo esse completo alinhamento não foi suficiente para evitar que gradativamente o espaço dedicado ao Brasil na agenda internacional dos EUA fosse diminuindo. Do ponto de vista dos EUA as razões para essa mudança de atitude para com o Brasil são relativamente claras, mas sabemos muito pouco sobre a reação brasileira à nova configuração internacional.

Gerson Moura observou que quanto mais as elites políticas de um país subordinado absorvem os valores e interesses da potência dominante dentro de um sistema de poder internacional, menor é a autonomia desse país frente à potência (Moura, 1990). Esse parece ter sido o caso do Brasil durante o governo Dutra. O anticomunismo virou o mote da política externa e interna. Ainda enquanto Ministro de Vargas, Dutra já se destacava como um ferrenho anticomunista. Claramente também foi essa a direção assumida pelo Itamaraty, como podemos perceber pelo discurso de João Neves da Fontoura, na Conferência dos Países Americanos, em Bogotá, em 1948. Contudo, mais do que palavras, o alinhamento com os propósitos dos EUA se confirma pela posição assumida pelo Brasil na defesa da criação da OEA (Organização dos Estados Americanos) e na implantação do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca). Houve até mesmo situações em que o completo alinhamento brasileiro aos objetivos do combate ao comunismo internacional pareceram incomodar o governo americano. Summer Welles, escrevendo sobre a Conferência do Rio de Janeiro no *Washington Post*, afirmou que ela só foi possível porque todos os países entenderam a necessidade de negociar, inclusive com a URSS e a Argentina. Pois o Brasil em vários momentos havia demonstrado discordar desse ponto, defendendo a exclusão da URSS de comissões da ONU e a realização de conferências regionais sem a participação da Argentina.

A orientação da diplomacia brasileira durante o governo Dutra foi sempre seguir o voto dos EUA, como, por exemplo, quando deixou de acompanhar a moção de repúdio contra o Governo de Franco na Espanha, pois a mesma tinha partido da delegação polonesa e tinha apoio soviético. Mas, em alguns casos o anticomunismo do governo Brasileiro ia além das próprias diretrizes estadunidenses. O Brasil precisou ser pressionado pelos EUA para reatar relações diplomáticas com a URSS.

O nosso mais importante e reconhecido diplomata no período era Osvaldo Aranha, que tinha sido embaixador nos EUA e Ministro das Relações Exteriores durante o governo Vargas. Osvaldo Aranha, contudo, tinha uma visão diferente do nosso alinhamento com os EUA. Aranha, defendia uma diplomacia mais independente e uma visão mais aberta e complexa da situação internacional. Contudo, a posição de Osvaldo Aranha conflitava com a orientação do Itamaraty durante o Governo Dutra, especialmente na gestão de Raul Fernandes como Chanceler.

Advogado, conservador, político fluminense, Raul Fernandes defendia a visão segundo a qual uma guerra entre ocidente e oriente era inevitável, e talvez a única maneira de se evitar uma dominação socialista na Europa e o Brasil deveria integrar uma “ frente ocidental unida” em torno dos EUA. Isso inevitavelmente significa seguir sem restrições o voto americano nas reuniões internacionais. Essa recomendação foi feita explicitamente, por exemplo, no caso da Reunião da ONU que examinou a situação na Palestina após a criação do Estado de Israel.

Oswaldo Aranha no Brasil sempre foi conhecido por ser americanófilo, mas, sua experiência internacional junto aos principais centros de poder o levou a perceber que não era provável uma guerra global entre Estados Unidos e União Soviética. Caminhávamos para um período de convivência, embora a mesma ainda fosse bastante tensa nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, o reconhecimento por parte das duas potências da existência de uma bipolaridade no mundo, obrigava a manutenção de um espaço aberto para a colaboração entre os EUA e a URSS. Além disso, na nova configuração internacional o papel da América Latina ficou muito reduzido, estando a atenção dos EUA voltada para a Europa e Ásia. Nesta conjuntura, talvez fosse mais proveitoso aproveitar a relativa negligência dos EUA

com a América Latina do que tentar ser um aliado automático no continente. Oswaldo Aranha era um admirador da sociedade norte-americana e também estava disposto a se aliar com EUA, mas era capaz de reconhecer também as reivindicações da União Soviética de poder, como também a busca por hegemonia dos EUA; na sua avaliação, inclusive, os EUA não estavam totalmente preparados para exercer a liderança mundial no imediato pós-guerra.

Essa diferença de ideias entre Oswaldo Aranha e Raul Fernandes marcou a diplomacia brasileira no imediato pós-guerra. A delegação brasileira chefiada por Oswaldo Aranha advertia que solidariedade não é servidão ao governo americano, enquanto o Itamaraty considerava dever da delegação brasileira apoiar os Estados Unidos sem qualquer restrição. Talvez o momento mais tenso na relação de Oswaldo Aranha com Raul Fernandes tenha ocorrido por ocasião da indicação do primeiro para o cargo de Secretário da ONU, nosso diplomata mais conhecido não recebeu o apoio do próprio Itamaraty e precisou negociar pessoalmente os votos das delegações junto à ONU (Moura, 1990).

O conflito entre Raul Fernandes e Oswaldo Aranha tem sido interpretado como resultado do conservadorismo e provincianismo do primeiro em oposição a uma visão mais cosmopolita e profissional de Oswaldo Aranha. Gerson Moura consagrou essa interpretação (1990) que pode ser encontrada também em textos de Visentini, que chega a chamar a atuação de Raul Fernandes de “quase caricatural” (Visentini, 2013, p.23). Consideramos essa interpretação um tanto simplista, certamente Raul Fernandes era um político conservador, contudo, não era um neófito em termos de política internacional nem um indivíduo isolado que estivesse impondo sua visão provinciana ao Itamaraty. Raul Fernandes representava um grupo político que era marcado por um anticomunismo quase paranoico que combinava muito bem com as novas diretrizes da política externa dos EUA no início da guerra fria.

A experiência internacional de Raul Fernandes remonta ao final da Primeira Grande Guerra, quando integrou a comissão chefiada por Eptácio Pessoa como delegado plenipotenciário à Conferência de Paz de Versalhes. Foi também delegado do Brasil junto à Liga das Nações entre 1919 e 1925. Em 1920, chegou a compor o Conselho de Juristas da Liga responsável pela elaboração do estatuto da Corte Permanente de Justiça em Haia. Durante o

primeiro governo Vargas, Fernandes exerceu intensa atividade parlamentar no estado do Rio de Janeiro, voltando a se ocupar da política externa por ocasião da Conferência de Paz, em Paris, em 1946. Em 1947, como sabemos, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, marcando um movimento de aproximação de Dutra com a UDN, que Raul Fernandes ajudou a criar.

Nesta pequena nota biográfica podemos perceber que Raul Fernandes estava longe de ser um neófito em política externa, ao contrário, era um diplomata reconhecido e um jurista com grande experiência em Direito Internacional. A política externa defendida por Fernandes foi classificada por alguns analistas como um “alinhamento sem recompensas”, contudo, foi durante sua gestão no Itamaraty que a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada e iniciaram as primeiras tratativas para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Do ponto de vista do grupo político ao qual Raul Fernandes pertencia estreitar as relações com os EUA e ampliar a penetração da Doutrina Trumam no Brasil, inclusive através da ESG, pode ser considerado um valor em si mesmo. Além disso, seu posicionamento a favor de um alinhamento automático com os EUA ia de encontro a uma longa tradição da diplomacia brasileira, que talvez possa ser representada por seu maior nome: Rio Branco.

Com a vitória de Vargas nas eleições de 1950 e sua posse no início do ano seguinte terminou a gestão de Raul Fernandes terminou, enquanto o grupo de Osvaldo Aranha voltou ao poder, ainda que Vargas tenha preferido nomear Aranha para o Ministério da Fazenda. A disputa para valorizar a memória da gestão de Raul Fernandes a frente do Itamaraty, contudo, começou bem cedo. Já em 1953, o escritor, jurista e diplomata Gilberto Amado escreveu uma pequena biografia, intitulada: “Raul Fernandes : traços para um estudo biográfico” (Amado, 1953), é interessante notar que Gilberto Amado era considerado um diplomata muito próximo de Osvaldo Aranha, e a intensa troca de correspondências entre ambos, que pode ser verificada no arquivo Osvaldo Aranha depositado no CPDOC-FGV-RJ, parece confirmar essa avaliação.

O trabalho de Gilberto Amado, embora não contenha nada que desabone Raul Fernandes, não parece ter conseguido satisfazer o mesmo na busca por construir sua própria memória. Em 1956, Antônio Gontijo de Carvalho publicou: “Raul Fernandes, um servidor do

Brasil”, o autor parece ser uma espécie de biógrafo profissional, tendo publicado biografias sobre Pandiá Calógeras, Davi Campista, Milton Campos, todos políticos com fortes ligações com Minas Gerais, e também um livro sobre Rui Barbosa jovem. Sua obra sobre Raul Fernandes pode ser chamada de uma biografia autorizada, na introdução o autor deixa claro que contou com a colaboração de familiares do biografado, inclusive no fornecimento de documentos e o tom é claramente laudatório.

Podemos destacar também o prefácio, escrito por Afonso Arinos de Mello Franco, ele mesmo um diplomata importante, que tenta incluir Raul Fernandes numa longa tradição de grandes diplomatas que começa com Joaquim Nabuco, passa por Rio Branco, Rui Barbosa, Epitácio Pessoa, até chegar ao biografado. É relevante notar que Osvaldo Aranha não é citado. Ao longo do texto Osvaldo Aranha é citado em pouquíssimas ocasiões, mesmo tendo sido o mais importante subordinado de Raul Fernandes durante sua gestão no Itamaraty. Enquanto isso, a atuação de Raul Fernandes presidindo a conferência do Rio de Janeiro ganha todo um capítulo muito bem documentado, inclusive com fotos.

Acreditamos que a biografia escrita por Antônio Gontijo, mais do que um trabalho memorialístico e literário, é uma peça na disputa pela construção da memória de Raul Fernandes e do próprio Itamaraty. Seu texto, assim como o prefácio escrito por Afonso Arinos demarcam a existência de um grupo de diplomatas conservadores, com ligações com a UDN que se teve o seu auge de poderio durante o governo Dutra não desapareceu ali, ao contrário. É preciso lembrar que o próprio Raul Fernandes voltou a ser Ministro das Relações Exteriores durante a gestão de Café Filho e Afonso Arinos de Mello Franco também ocupou esse cargo no início dos anos sessenta.

A diplomacia brasileira é um setor burocrático bastante disciplinado e profissionalizado desde pelo menos a criação do Instituto Rio Branco, na gestão de João Neves da Fontoura, mas isso não parece ter impedido a existência de disputas internas e conflitos entre grupos políticos. Pesquisas que observem mais aprofundadamente a documentação interna do Itamaraty e a própria biografia dos diplomatas podem esclarecer essa dinâmica e enriquecer a História das

Relações Internacionais do Brasil que ainda é muito focada em grandes eventos e doutrinas que teriam o poder de moldar o comportamento de toda a diplomacia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

AMADO, Gilberto. **Raul Fernandes, traços para um estudo**. Rio de Janeiro: Tribuna da Imprensa, 1953.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior (1898- 1902)**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CARVALHO, Antônio G. **Raul Fernandes, um servidor do Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

CERVO, Amado Luiz (org). **O desafio internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP, 2000.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1985.

FONSECA JR., Gélson Fonseca e LEÃO, Valdemar Carneiro. (orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. Brasília: Funag/IPRI-Ática, 1989.

FONSECA, Pedro César Dutra da. **Vargas: Capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GAMBINI, Roberto. **O jogo duplo de Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1977.

GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. **O Brasil e a crise internacional: 1930 - 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HIRST, Mônica. **O processo de alinhamento nas relações Brasil - Estados Unidos**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982.

MORGENTHAU, Hans. **Escritos sobre política internacional**. Madri: Technos, 1989.

MOURA, Gérson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil** (a penetração cultural norte-americana). São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, J.B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.

REYNOLDS, P.A. **Introduccion al estudio de las relaciones internacionales**. Madri: Editora Technos, 1977.

RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A.S. **Uma história diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 - 1942**. O processo de envolvimento na II Guerra. São Paulo: Nacional, 1985.

VISENTINI, Paulo F. **A projeção internacional do Brasil, 1930-2012**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

Um fantasma assombrando o realismo balzaquiano

Tânia Regina Leite

O objeto do trabalho

Trata-se de observar como a representação de determinados personagens no romance *O Coronel Chabert*, de Balzac, estava em diálogo com o contexto cultural do autor. Para este fim escolhemos trilhar um caminho do interior para o exterior da obra, assim é que ao invés de elegermos um tema e partir para a verificação de como o mesmo foi retratado por Balzac ao longo de sua produção, escolhemos uma única obra e retiramos dela os elementos que podem ser lidos como memória dos acontecimentos de então. Nossa atenção se voltou principalmente para a presença do elemento do fantasmático no texto balzaquiano, não no sentido operado por Marilena Chauí ao tratar do advento de uma sociedade sem corpo e sem substância, mas no sentido da dessubstancialização de um único indivíduo, cuja fantasmagoria se dá pela perda de sua própria identidade.

A história do soldado deixado por morto e que, voltando anos depois, não encontra seu lugar na sociedade é um assunto antigo da literatura que é periodicamente atualizado pelos casos produzidos pelas novas guerras. Mas foi Balzac o primeiro escritor a situar essa história num cenário essencialmente real, onde o herói, por mais patético que seja, vive no mesmo mundo em que vive o seu leitor. É essa característica da obra balzaquiana, denominada por Auerbach de “realismo atmosférico”, que nos permitirá compreender a relação do autor com o seu tempo, a França das primeiras décadas do século XIX.

Na obra o autor fala do desajustamento de um protagonista que se vê à volta com o passado, que tenta manter sua lucidez num presente constantemente modificado por múltiplos estremecimentos sociais e que, ao olhar para o espelho da realidade social em que se encontra, recebe de volta não o reflexo da imagem desejada do Império, mas a imagem distorcida da

Restauração¹. O tema do desajustamento foi uma preocupação pertinente ao século XIX compartilhada por diversos outros pensadores, como Chateaubriand e Tocqueville.

O elemento do fantasmático foi analisado no personagem do coronel Chabert e em outros dois personagens, a condessa e o conde Ferraud, estes últimos como pares antagônicos do protagonista.

O romance

O livro *O coronel Chabert* foi publicado primeiro em revista, em 1832 e teve vários títulos em suas sucessivas reedições, a saber: *A transação*, *O conde Chabert* e *A Condessa de dois maridos*. Foi somente na edição de 1844 que recebeu o título atual.

Chabert foi um coronel do exército napoleônico que, em 1807, durante uma batalha contra os exércitos russos e prussianos na cidade de Eylau, foi brutalmente ferido pela cavalaria inimiga e dado como morto. Sua certidão de falecimento foi lavrada de acordo com as regras da jurisprudência militar e ele teve sua morte oficialmente confirmada por Napoleão, ao lado de quem havia lutado. Só que apesar da gravidade dos seus ferimentos o Coronel não havia morrido e sim tido uma crise de catalepsia que o deixou inconsciente. Foi então, de acordo com os usos da guerra, despojado de suas roupas e atirado na fossa dos soldados mortos; mais tarde quando recuperou seus sentidos viu que se encontrava soterrado por uma montanha de cadáveres, fazendo uso das poucas forças que lhe restavam conseguiu deslocar alguns corpos e, por meio de uma pequena abertura, gemer por socorro. Foi recolhido por um casal de mendigos e levado para um hospital.

¹ A Restauração: designação dada ao período da história da França que ocorreu entre a queda do Primeiro Império Francês (Napoleão Bonaparte) em 1814, e a Revolução Gloriosa de 1830; consistiu no regresso da França à soberania monárquica como parte das determinações do Congresso de Viena. O retorno da monarquia se deu com a volta ao poder da dinastia dos Bourbon, com os reinados de Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830). A Restauração é em geral dividida em duas partes: a Primeira Restauração Francesa (1814-1815), entre a expulsão de Napoleão Bonaparte e o seu regresso para o Governo dos Cem Dias; e a Segunda Restauração Francesa (1815-1830) entre a abdicação definitiva de Napoleão e a Revolução Gloriosa de Julho. Período em que muitas instituições antigas foram restauradas e a aristocracia recuperou parte de seus privilégios.

Somente conseguiu recuperar sua consciência após um ano de reclusão mas, por conta dos acontecimentos da guerra, foi expulso da cidade, e sem dinheiro nem documentos e sem que ninguém acreditasse na sua história, vagou mendigando por alimentos até ser novamente internado, agora como como louco. Anos depois foi solto e pode encontrar-se com um ex camarada da época do exército que, condoído por sua história, se ofereceu para ir ao encontro da sra. Chabert em Paris e avisá-la da triste situação em que se encontrava seu marido, impossibilitado de se locomover por causa das terríveis dores. Em 1815, passado já muito tempo sem que recebesse nenhuma resposta da sua esposa e tampouco notícias de seu amigo, o Coronel conseguiu, finalmente, voltar para Paris.

Ainda vestido como um mendigo e sem os documentos que comprovassem a sua identidade, dirigiu-se ao seu antigo endereço em busca da Sra. Chabert, mas surpreso constatou que não existiam mais nem a sua rua e muito menos o palacete onde morava. Fazendo-se passar por outra pessoa, conseguiu que saber que, depois do anúncio oficial de sua morte, fora aberta e liquidada sua sucessão e que sua mulher havia se casado com outro homem, o Conde Ferraud, com quem teve dois filhos. Tem início então a saga do personagem em busca de sua própria identidade e o seu confronto com um mundo que ele não mais reconhecia e por quem também não era mais reconhecido.

Coronel Chabert

Recém-chegado das sombras da morte, aspira deliciado todos os germes e todos os eflúvios da vida; como esteve quase na situação de tudo esquecer, recorda-se e quer recordar-se de tudo com ardor. (BAUDELAIRE, 2009:15).

A introdução do personagem Coronel Chabert na história da qual é o protagonista se dá de maneira um tanto jocosa “– Bolas! Outra vez o velho do capote!” (BALZAC, 2012: 327) é a expressão com a qual é recebido por um dos funcionários do escritório onde vai à procura do advogado Derville. Expressões similares são usadas pelos demais funcionários e até mesmo pelo narrador sempre que se referem ao personagem. Elas aparecem em várias páginas

e sempre no mesmo tom jocoso e depreciativo: “pobre-diabo”, “velho celerado”, “velho patife”, “macaco velho”, “velho pleiteante”, “homem infeliz”, “pobre do homem”, “pretense coronel” (BALZAC v.4, 2012: 328, 329, 332, 333, 336, 337 e 339).

Essas expressões conduzem o leitor a fazer um julgamento moral do personagem baseado unicamente nas impressões da “mirada alheia” (MONTEIRO, 2014: 14), isto é, antes mesmo do personagem fazer a sua própria apresentação o leitor já foi levado a construir uma imagem sobre ele. Fato esse que somente será alterado quando o personagem puder falar, isto é, tanto numa situação quanto na outra, a linguagem é que será a responsável pela acusação e pela redenção do personagem. Aqui o importante a destacar é que a linguagem da redenção é a da reminiscência. Somente quando traz à tona a memória do passado e por meio dela organiza sua história é que o personagem vai recuperar a sua verdade e por meio dela a sua própria identidade. No trecho a seguir o coronel, com suas próprias palavras, se dá a conhecer:

- Senhor- disse o defunto-, talvez saiba que eu comandava um regimento de cavalaria em Eylau. Muito contribuí para o êxito da célebre carga que Murat fez e que decidi a vitória. Infelizmente para mim, minha morte é um fato histórico consignado nas Victoires et conquêtes, onde ela é referida minuciosamente. Cortamos em duas as três linhas russas, as quais, tendo se reconstituído, obrigaram-nos a tornar a atravessá-las em sentido contrário. No momento em que voltávamos para o lado do imperador, depois de termos dispersado os russos, encontrei um troço de cavalaria inimiga. Precipitei-me sobre esses teimosos. Dois oficiais russos, dois verdadeiros gigantes, atacaram-me ao mesmo tempo. Um deles deu-me na cabeça uma cutilada que cortou tudo, até um gorro de seda preta que eu usava, e abriu-me profundamente o crânio. Caí do cavalo. Murat veio em meu socorro, passando por sobre mim, ele e toda a sua gente, mil e quinhentos homens apenas! Minha morte foi comunicada ao imperador, o qual, por prudência (ele gostava um pouco de mim, o patrão), quis saber se não haveria nenhuma probabilidade de salvar o homem a quem devia aquele vigoroso ataque. Mandou dois cirurgiões, a fim de me reconhecerem e trazerem para a ambulância, dizendo-lhes talvez um pouco negligentemente, pois tinha muito em que se ocupar: “Vão ver se, por acaso, meu pobre Chabert ainda vive...”. Esses malditos açougueiros, que acabavam de me ver pisoteado pelos cavalos de dois regimentos, dispensaram-se com certeza de me tomar o pulso e disseram que eu estava bem morto. A certidão de meu falecimento, portanto, foi provavelmente lavrada de acordo com as regras da jurisprudência militar. (BALZAC v.4, 2012: 343-344)

As condições políticas e sociais da história da época estão enredadas na ação de forma tão exata e real que somos levados a acreditar que esse personagem foi de fato um herói do exército de Napoleão e que, mais até do que isso, lutou ao lado do próprio imperador em Eylau, cidade na Prússia, perto de Königsberg, em fevereiro de 1807. Batalha vencida por Napoleão após derrotar os exércitos russos e prussianos graças ao desempenho heróico do coronel Chabert, e foi ainda nesta mesma batalha que o coronel foi dado como morto. A partir deste relato, o personagem ressurgiu, então, transfigurado em herói. A lucidez com que descreve os acontecimentos o legitima justamente pelo caráter historicizante de sua fala, isto é, o coronel deixa de ser um desconhecido miserável que surge repentinamente do nada e adquire, então, a aura da verdade que envolve aqueles fenômenos que tem sua origem na história.

Aqui temos um personagem caracteristicamente balzaquiano, profundamente submerso em sua temporalidade: “Napoleão”, “Batalha de Eylau”, “1807”, são todos elementos utilizados para compor a atmosfera de realidade tão cara ao autor. A caracterização do personagem vai situá-lo como representação de um tipo frequente na época, o do “homem de outrora”, aquele que, como Chateaubriand, é movido pela seguinte reflexão: “Quem sou eu? Quem sou eu precisamente porque o mundo onde nasci desmoronou” (HARTOG, 2013: 98).

Após narrar o momento de sua “morte”, o coronel dá seguimento ao relato do seu drama, e logo no início ele chama a atenção para a diferença existente entre os “fatos narrados” e os “fatos acontecidos”:

Deixe-me primeiro precisar os fatos, explicar-lhe antes como eles devem ter se passado, do que como realmente se passaram. Certas circunstâncias, que só o Padre Eterno deve conhecer, obrigam-me a referir vários deles como hipóteses. (BALZAC v.4, 2012: 344)

A diferenciação entre o que seriam “fatos” e o que seriam “hipóteses” neste relato não é simbólica apenas da intenção do personagem em provar a veracidade de sua história, essa distinção diz muito mais do autor do que do personagem, pois para Balzac o romance precisa

ser verdadeiro até nos pormenores, narrar “não os fatos imaginários, mas o que acontece em toda parte”, conforme o próprio afirma numa carta à senhora von Hanska. (AUERBACH, 2011: 429). O relato segue pontuado aqui e ali por mais informações sobre a localização espacial e temporária do personagem: “seis meses depois ao recuperar a razão”; “hospital e cartório de Heilsberg” (cidadezinha da Prússia Oriental, perto de Königsberg); “semestres inteiros vagando nas pequenas cidades”; “encerrado como louco em Stuttgart”; “dois anos de prisão”; “até que finalmente consegue sair da prisão e voltar para Paris à procura da condessa Ferraud, sua mulher”; foram então mais dez anos em que foi repellido pela esposa, pela justiça, por toda a organização social:

- Eu estive soterrado debaixo de mortos, agora estou enterrado debaixo de vivos, de atos, de fatos, da sociedade toda, que me quer fazer voltar para o fundo da terra! (BALZAC v.4, 2012: 349)

No longo trecho em que descreve a chegada do personagem à Paris, Balzac reúne os principais acontecimentos, fatos e comportamentos sociais dos primeiros anos da *Restauração*, construindo neste romance, uma versão reduzida do mosaico com o qual pretendia dar conta da complexa sociedade parisiense do início do século XIX, conforme ele mesmo declara no *Prefácio à Comédia Humana*:

Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor os tipos pela reunião dos traços de múltiplos caracteres homogêneos, poderia, talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes (BALZAC v.1, 2012: 83).

E assim vamos sendo informados dos embates travados pelo coronel: que ele perdeu todas as vezes em que entrou em confronto com a nova ordem social e sua ânsia por documentos, que foi julgado por suas roupas e tratado como um *sans-culotte* [2]; que entrou

² Massas populares urbanas que trouxeram à cena política, durante o período da Revolução Francesa conhecido como o Terror (1793-1794) sentimentos e comportamentos arcaicos, passadistas e violentos.

em Paris junto com os russos, portanto em 1815; que Napoleão não “estava mais de pé”, portanto já era 1818, quando Napoleão vivia em Santa Helena como prisioneiro dos ingleses e que Paris passava por grandes transformações urbanas:

- com que alegria e com que pressa fui à rue du Mont-Blanc, onde minha mulher devia estar morando, num palacete meu! Ora, a rue du Mont-Blanc tornara-se a rue de Chaussée d’Antin! Não vi mais meu palacete; fora vendido e demolido. Alguns especuladores tinham construído várias casas nos meus jardins. (BALZAC v.4, 2012: 354)

Em seu relato o personagem estabelece uma diferenciação temporal, existiu um tempo passado em que era um conde do Império, proprietário de um palacete, casado e respeitado por toda a sociedade, e existe o tempo presente, onde não existem mais nem o Império, nem o palacete e tampouco seu casamento. Em sua dissertação sobre a Cultura Camponesa em Balzac, Eurimar Garcia afirma que a prática “historicizante” é recorrente na obra balzaquiana, isto significa que há uma maneira de ler o mundo em que cada tempo da história é visto como dotado de particularidades e sentidos diferentes e que isto está diretamente relacionado ao contexto cultural do autor, período de mudanças profundas causadas pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas:

Dessa maneira, o principal elo que liga a literatura de Balzac com o historicismo de seu contexto cultural é a importância dada ao elemento historicidade. Ambos [Balzac e Walter Scott], estão preocupados com a historicidade dos personagens e dos acontecimentos, com as rupturas e com as continuidades da história. (GARCIA, 2012: 32)

Tudo o que o Coronel quer é o seu passado de volta, mas a sociedade já não funciona de maneira tão simples, há um mundo novo diante dos olhos e é preciso lidar com as novas regras da moral burguesa, são elas que definem a posição social do indivíduo e caberá ao advogado Derville ajudar o protagonista a encontrar o modo correto de ação se quiser alcançar seu objetivo:

- Coronel, seu caso é excessivamente complicado – disse-lhe Derville, ao sair do quarto para caminhar ao sol, em frente à casa.

- A mim – disse o soldado-, ele me parece perfeitamente simples. Julgaram-me morto, e eu aqui estou! Restitua-me minha mulher e minha fortuna; dê-me o posto de general ao qual tenho direito, porque fui nomeado coronel na guarda imperial na véspera da batalha de Eylau.

- No mundo judiciário as coisas não são assim – replicou Derville. – Ouça-me. Admito que o senhor é o conde Chabert, mas é preciso prová-lo judicialmente a pessoas que terão interesse em negar sua existência. Assim seus documentos serão discutidos. Essa discussão acarretará dez ou doze questões preliminares. Todas irão contraditoriamente até a corte suprema e constituirão outros tantos processos dispendiosos, que se arrastarão por mais que eu me esforce. Seus adversários pedirão um inquérito que não poderemos recusar e que talvez exija uma carta rogatória à Prússia. [...]

- Pois bem – disse Derville -, até chegarmos a esse ponto, teremos de pleitear, pagar advogados, custear os gastos judiciais, remunerar oficiais de Justiça e viver. As custas das instancias preparatórias elevar-se-ão, calculadas por alto a mais de doze ou quinze mil francos [...] E o senhor, onde os encontrará?

Grossas lágrimas caíram dos olhos sumidos do pobre soldado e rolaram por suas faces enrugadas. Ante tanta dificuldade, sentiu-se desanimado. O mundo social e judiciário pesava-lhe sobre o peito como um pesadelo. (BALZAC v.4, 2012: 364-367).

O coronel Chabert é representante da linhagem dos heróis trágicos, que habitam o passado e tem os olhos voltados para trás, porque quando olham para o futuro não vislumbram nenhuma possibilidade de redenção. Esse desencanto é que levará o protagonista do romance a desistir da luta pela busca de sua identidade e a preferir o isolamento e a morte ao invés de vagar, como um fantasma, por entre os vivos que despreza e por quem é desprezado:

- Mande isto à casa dela – disse o soldado [entregando um papel com algumas linhas dirigidas à condessa Ferraud] – e o senhor será reembolsado de seus gastos e do que me emprestou. Creio, senhor, que se não lhe testemunhei a gratidão que lhe devo por tudo o que fez por mim, nem por isso deixo de tê-la aqui – disse, pondo a mão no coração. – Sim, tenho-a aqui plena e inteira. Mas que podem os infelizes? Amar, e mais nada.

- Como – perguntou Derville -, não estipulou alguma renda para o senhor?

- Não me fale nisso! – respondeu o velho militar. – O senhor não pode imaginar até que ponto vai o meu desprezo por essa vida exterior da qual a maioria dos homens faz tanta questão. Fui atacado subitamente por uma doença, o nojo da humanidade (BALZAC v.4, 2012: 400).

O Conde e a Condessa Ferraud

“O homem acaba por se assemelhar àquilo que pretendia ser”. (BAUDELAIRE, 2009: 08)

O Conde e a viúva de Chabert, agora Condessa Ferraud, são personagens que também possuem a consciência histórica do mundo dividido em dois tempos – o passado e o presente – e da necessária relação entre eles. A diferença é que estes personagens não têm nenhum interesse em construir a ponte para fazer a conexão entre essas duas temporalidades. Eles não são fantasmas do passado assombrando o presente, pelo contrário, são legítimos representantes de um presente que se quer ligado ao futuro e muito distante do passado. São sujeitos movidos pelo esforço de parecer ser aquilo que na verdade não são, que armam ou refazem os acordos necessários em nome da superação do passado, funcionam como imagem da classe dos abastados sociais, da nobreza endinheirada que durante a Restauração se vê pressionada pela volta da antiga aristocracia:

O sr. Ferraud, por ocasião da morte do conde Chabert, era um rapaz de vinte e seis anos, sem fortuna, possuidor de um físico agradável, que tinha êxitos e que o Faubourg Saint-Germain adotara como uma de suas glórias; mas a condessa Chabert soubera valorizar tão bem a sucessão do marido que, depois de dezoito meses de viuvez, possuía cerca de quarenta mil libras de renda. Seu casamento com o jovem não foi uma novidade para as rodas do Faubourg Saint-Germain. Feliz por aquele casamento que atendia a suas ideias de aliança, Napoleão restituiu à sra. Chabert a parte dos bens que cabia ao fisco pela sucessão do coronel; mas a esperança de Napoleão foi outra vez frustrada. A sra. Ferraud não amava no moço apenas o amante; fora seduzida também pela ideia de entrar naquela sociedade desdenhosa que, não obstante sua humilhação, dominava a corte imperial. [...] Ia tornar-se uma mulher *comme il faut*. [...] os salões abriram-se para sua esposa. Veio a Restauração. A ascensão política do conde Ferraud não foi rápida. Ele compreendia as exigências da posição na qual se achava Luís XVIII. Fazia parte do grupo dos iniciados que esperavam se fechasse o abismo das revoluções. (BALZAC v.4, 2012: 372-373)

Assim, o conde e a condessa Ferraud, são a representação das práticas adotadas por aqueles indivíduos determinados em integrar-se ao novo mundo, não importando que mundo seja esse; têm o olhar voltado para a frente e o passado como um fardo do qual pretendem se livrar, daí o antagonismo que se estabelece com o personagem do coronel Chabert. Diferentemente do herói protagonista que olha para o passado em busca de uma imagem verdadeira para o presente, esses dois se esforçam na construção de uma imagem voltada para o futuro, sustentada, no presente, pela farsa. Ainda que em outro contexto, José Luiz Passos nos ajuda a esclarecer essa questão:

[...] espraíam seus desejos no ambiente; lançam na paisagem invenções vaidosas de sua posição no mundo; buscam o espalhamento, a satisfação, a opinião pública como modo de chegarem ao contentamento; e, não raro, fazem do engano uma vantagem. Assim, o mundo se faz à sua imagem e essa imagem pode falsificar a relação com o mesmo mundo (PASSOS, 2014: 67).

Para serem aceitos como membros respeitáveis da sociedade cosmopolita e abastada do início do século XIX, o conde e a condessa Ferraud, devem se adaptar às novas regras e às novas práticas em vigor, isso significa entrar em conflito com tudo aquilo que possa colocar esse objetivo em perigo. Esse é o risco representado pelo coronel Chabert, fantasma que voltou de entre os mortos e que teima em trazer o passado de volta, passado que, principalmente para a condessa Ferraud, representa a volta à uma condição subalterna que deve ser esquecida, principalmente pelos demais membros da tão almejada sociedade do Faubourg Saint-Germain. O passado deve então necessariamente ser falseado.

O tema da farsa está diretamente relacionado com o tema da ambição. Foi durante o período napoleônico que este sentimento foi reabilitado. A história do próprio imperador – a rapidez de sua ascensão ao poder – redimiu todas as aspirações e “legitimou a ambição dos jovens de origem camponesa, que agradam às mulheres, capazes e dispostos a abrir caminho nas hierarquias sociais” (FIORENTINO, 2009: 495). Os Ferraud são a representação desses jovens e justamente por isso se vêem em perigo durante a Restauração, momento de

restabelecimento da antiga ordem onde os desejos ambiciosos são desencorajados e devem, portanto, serem falseados, ao menos durante um certo tempo:

A ambição se torna um sentimento subversivo. Mas sua condenação dura tão pouco quanto a própria Restauração. Logo se converte num dos princípios sobre os quais se funda a sociedade liberal oitocentista. Ao invés de um sinal de caráter ignóbil, ela se transforma num dote de que o próprio Estado pode tirar proveito (FIORENTINO, 2009: 495-496).

A condessa Ferraud cultiva a capacidade de dissimulação, é por meio dela que consegue mimetizar o ambiente social da aristocracia, “a fingir ser o que não é a fim de esconder a vergonha do que era” (PASSOS, 2014: 84). A máscara social exibida pela personagem após o casamento com o sr. Ferraud exigiu um esforço imenso na sua construção, e essa imagem não pode se ver refletida no espelho da verdade sem se despedaçar. Por isso a recusa terminante da condessa em reconhecer a identidade do coronel como sendo a do seu falecido esposo; se fizesse isso corria o risco de ser desmascarada:

A condessa enterrara os segredos de sua conduta no fundo do coração. Lá existiam segredos de vida e de morte para ela, e lá estava precisamente o nó desta história. Nos começos de 1818, a Restauração firmou-se em bases na aparência inabaláveis; suas doutrinas governamentais, compreendidas pelos espíritos superiores, pareceram a estes dever trazer para a França uma nova era de prosperidade, mudando então a face da sociedade parisiense. Assim, pois, quis o acaso que a condessa Ferraud tivesse feito ao mesmo tempo um casamento de amor, de dinheiro e de ambição. Jovem ainda e bela, a sra. Ferraud representou o papel de uma mulher na moda e viveu na atmosfera da corte. Rica por sua parte, rica pelo marido, o qual apontado como um dos homens mais competentes do partido realista e amigo do rei, parecia destinado a algum ministério, ela pertencia à aristocracia, da qual partilhava o esplendor. [...] ela concebeu o projeto de ligar o conde [Ferraud] a si pelo mais forte dos laços, a corrente de ouro, e quis ser tão rica que sua fortuna tornasse seu segundo casamento indissolúvel, se por acaso o conde Chabert tornasse a aparecer. E ele reaparecera... (BALZAC v.4, 2012: 374-375).

O que perturba a condessa Ferraud é, sobretudo, o fato de sua vergonha tornar-se pública, fora de seu controle, impossível de ser ocultada e, nesse caso, de pôr a perder o seu casamento com o conde Ferraud. Balzac faz aqui um retrato comum às personagens femininas

dos romances modernistas: “são mulheres que possuem a determinação em integrar-se ao mundo, que olham para a frente e, para quem, certa racionalização do amor lhes oferece a possibilidade de superar seu passado” (PASSOS, 2014: 54)

Desde a Primeira Restauração os ambiciosos bem sucedidos como o conde Ferraud estavam numa situação delicada. Durante o Império todos os esforços foram feitos para a obtenção de um lugar cativo nas casas aristocráticas, para ter acesso às ilustres famílias do Faubourg Saint Germain, para comprar um título nobiliárquico, e o dinheiro obtido com o casamento com a viúva do coronel Chabert contribuíra para isso. Mas, desde 1815, com a volta de muitos dos aristocratas que haviam emigrado, a realidade era outra:

A viúva do coronel Chabert não lhe trouxera alianças com ninguém e ele [conde Ferraud] se via só e sem apoio para orientar-se numa carreira em que abundavam escolhos e inimigos. E, também, talvez, depois de ter julgado friamente sua esposa, verificasse nela alguns vícios de educação que a tornavam imprópria a secundá-lo em seus projetos. (BALZAC v.4, 2012: 374-375).

Esse é o drama da condessa Ferraud, ela adivinha o possível arrependimento de seu marido em relação ao casamento e vai lutar com todas as suas forças para evitar que isso aconteça. Como uma marionete desesperada para manter intactos os milhares de fios que lhe dão sustentação, não mede esforços para desenredá-los de tudo aquilo que representa perigo e, naquele momento, a volta do passado representa o risco mais perigoso. No mundo das representações construído pelos personagens do conde e da condessa Ferraud, assim como no mundo da realidade histórica do autor, não havia lugar para a presença incômoda de fantasmas do passado, fossem eles personagens ou imperadores.

Nesse cenário, o que resta ao herói que deu o título ao livro de Balzac? Apenas a opção de reassumir a máscara de morto-vivo que lhe foi imposta e retirar-se de cena:

- Que destino! – exclamou Derville [referindo-se ao coronel Chabert que encontrara por acaso em 1840] – Saído do Asilo das Crianças abandonadas, vem morrer no Asilo da Velhice, depois de ter, nesse meio tempo, ajudado Napoleão a conquistar o Egito e a Europa. (BALZAC v.4, 2012: 403)

Referências bibliográficas

AUERBACH, Eric. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. “A Teoria do Romance.” in: **Questões de Literatura e de Estética**. São Paulo: Hucitec, 2002, 5ª ed.

BALZAC, Honoré de. “Prefácio à Comédia Humana”. in: **A Comédia Humana**: estudos de costumes/cenas da vida privada. vol.1 São Paulo: Globo. 3ed.

BALZAC, Honoré. O Coronel Chabert. in: **A Comédia Humana**: estudos de costumes/cenas da vida privada. vol. 4 São Paulo: Globo. 3ed.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna**. Lisboa: Nova Vega, Limitada. 5ª edição, 2009.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2013.

FIORENTINO, Francesco. “A ambição: O vermelho e o negro.” in: MORETTI, Franco. **O Romance, 1**: A Cultura do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BALZAC GARCIA, Eurimar Nogueira. **A representação de aspectos da cultura camponesa nos romances O cura da aldeia, O médico rural, e Os camponeses, de Honoré de Balzac**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

LA BRUYÉRE, Jean de. **Caracteres**: ou Costumes deste Século. São Paulo: Escala. 2ª edição.

LIMA, Luiz Costa. **Mimesis e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **A história no pensamento de Marx**. disponível em www.clacso.org

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Pedro Meira. “O personagem em ação”. in: PASSOS, José Luiz. **Romance com pessoas**. *op.cit*

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

Lenda Admirável: história e historiografia do mito de Chico Rei

*Tarcísio de Souza Gaspar**

Reza a lenda que a Igreja de Santa Efigênia no Alto da Cruz em Ouro Preto foi erigida pela comunidade escrava capitaneada por Chico Rei: um mítico rei africano escravizado que, tendo sido levado para Vila Rica, conseguiu alforriar a si e aos membros de sua “tribo”, reassumindo então, nas Minas, a condição de realeza que trazia de África. Chico Rei e seus “súditos”, adquirindo recursos próprios oriundos de uma riquíssima mina de ouro, por eles explorada, construíram o templo e nele fundaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz, talvez a principal e mais rica organização fraternal montada e dirigida por escravos nas Minas setecentistas. Originária de uma capela primitiva erguida possivelmente em 1717, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, posteriormente rebatizada Igreja de Santa Efigênia, era administrada pelos confrades negros, que celebravam a cada ano festividade de coroação de seu rei.

Oscilando entre a mitologia e a história, a narrativa de Chico Rei apresenta, pelo menos, dois desafios oportunos a quem deseje compreender sua natureza. Primeiramente, há que discutir a historicidade da lenda, incrustada na história das Minas setecentistas e na configuração de instituições políticas e de espaços sociais da antiga Vila Rica no século XVIII. Por outro lado, a raiz mítica de Chico Rei, admitida ou não por aqueles que fizeram uso da narrativa, faz pensar que a existência do mito requereu fabricação, formulação, encenação e consagração. As duas questões colocadas estão irremediavelmente atreladas. Se a historicidade é definida pela historiografia ou por aqueles que realizaram discursos históricos, então se pode dizer que a formulação, difusão e consagração do rei negro dependeram da produção historiográfica e das ações de autoridades e instituições responsáveis por selecionar conteúdos intuídos de significação histórica, que não só fizeram ressoar a narrativa mitológica como lhe conferiram ares de autenticidade histórica.

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

O registro e a divulgação da saga ocorreram em temporalidades e contextos históricos diversos. O período de maior inflexão ocorreu a partir de 1930 e coincidiu com a monumentalização de Ouro Preto, quando intelectuais modernistas, mentores e executores da ação estatal relacionada às esferas cultural e patrimonial no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945), elegeram o sítio da antiga Vila Rica (seu plantel de exemplares arquitetônicos e artísticos, mas também suas lendas, episódios e narrativas históricas) depositário genuíno da identidade nacional. Antes e depois deste momento, a história de Chico Rei continuou a agenciar valores políticos e sociais divergentes, que variaram conforme os indivíduos, entidades ou instituições que empregaram a lenda do Alto da Cruz. A polissemia de Chico Rei resultou dos diferentes usos atribuídos à narrativa.

Acredita-se que a lenda tenha sido “recolhida” pioneiramente pelo escritor Afonso Arinos, em 1903, e registrada um ano depois em uma comunicação intitulada “Atalaia Bandeirante”, lida pelo autor na 14ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹ Nesta comunicação, publicada postumamente em 1921, Arinos dizia que a igreja de Santa Efigênia

guarda a *lenda* admirável de um rei negro e de toda a sua tribo, colhida de assalto pelos traficantes em terras d’África e transportada toda para as Gerais. Nivelados pelo mesmo infortúnio soberano e vassallos, estes guardaram sempre ao rei a antiga fé, o mesmo amor e obediência. À custa de um trabalho insano, feito nas curtas horas reservadas ao seu descanso, o escravo-rei pagou a sua alforria. Forro, reservou o fruto do seu trabalho para comprar a liberdade de um dos da tribo; os dois trabalharam juntos para o terceiro; os três para o quarto, e assim, sucessivamente, libertou-se a tribo inteira! Então, erigiram a capela a Santa Efigênia, princesa da Núbia. Ali, ao lado do culto à padroeira, continuou o culto ao rei negro, que, pelos seus, foi honrado como soberano e legou às gerações de agora a lenda suave de Chico-Rei (ARINOS, 1921:79-99; CARNEIRO, 2005: 131).²

¹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 67, 1904, p. 456. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Histórias e Paisagens*. Rio de Janeiro: 1921.

² O autor de *Pelo Sertão*, sua obra mais famosa, era mineiro, nascido em 1868. Após bacharelar-se em direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, diplomado com a República, em 1889, o monarquista Afonso Arinos refugiou-se como advogado em Ouro Preto, onde lecionava história e direito penal, além dedicar-se à escrita dos contos regionalistas (ou mais propriamente *sertanistas*) que o tornariam fonte de inspiração para Guimarães Rosa.² Incorporado à Academia Brasileira de Letras e ao IHGB a partir de 1901, nesta instituição apresentou “Atalaia Bandeirante”, uma deliciosa descrição de Ouro Preto, que simulava a entrada de um viajante pelas ruas da cidade, a partir das Lajes, descendo em direção a Antônio Dias, para, em seguida, endireitar-se à Matriz do Pilar e aos

No momento em que Afonso Arinos apresentava sua comunicação no IHGB, vinha à luz a edição definitiva da obra maior de Diogo de Vasconcelos, também publicada em 1904, mas escrita em primeira versão diminuta de 1901, que teve repercussão restrita a Ouro Preto. Numa nota de rodapé de *História Antiga das Minas Gerais*, o autor referiu-se à “*legenda* tão bizarra, quão verdadeiramente poética de Xico Rei, que dominou Vila Rica”. A nota, com extenso texto explicativo, inseria-se em seção intitulada “Insurreição dos Negros”, que tinha por objetivo discutir a condição dos africanos escravizados em Minas Gerais. O argumento central do capítulo era o de que, dentre a numerosa massa africana trazida à colônia, nem todos os escravos encontravam-se “como se pode pensar no estado bestial de semi-selvagens”. Havia, segundo o autor, cativos “em vários graus de sociabilidade, embora rudimentária”, outros “já ensaiados em civilidades nas feitorias ou colônias”, e ainda “alguns menos boçais e outros mesmo capazes de certa ordem de idéias sugeridas pelos instintos de liberdade e desenvolvidas pela força do desespero”, qualidades comuns, sobretudo, àqueles escravos oriundos da costa ocidental da África, acostumados ao contato com os maometanos. Neste sentido, uma vez civilizados, sendo expostos ao “tormento”, aos “sofrimentos” e à crueldade da escravidão, estes africanos estavam aptos a reagir e tinham “consciência da injustiça”. Uma das provas apresentadas por Vasconcelos em apoio desta ideia foi a descrição do mito do rei negro (VASCONCELOS, 1999: 343-45).

A narrativa de Chico Rei aparece na obra acrescida de detalhes e informações que escaparam ao relato de Afonso Arinos, além de vir alimentada por interpretação própria alinhavada pelo autor. Diz o texto da nota:

Francisco foi aprisionado com toda a sua tribo e vendido com ela, incluindo sua mulher, filhos e súditos. A mulher e todos os filhos morreram no mar, menos um. Vieram os restantes para as minas de Ouro Preto. Resignado à sorte, tida por costume na África, homem inteligente, trabalhou e forrou o filho; ambos trabalharam e forraram um compatriótico; os três, um quarto, e

fundos do Funil, e enfim subir novamente até o alto da Serra de Ouro Preto. A cada passo do viajante, Arinos recontou histórias e lendas associadas a casas, igrejas, pontes, arraiais e minas de ouro, lembrando a “epopéia bandeirante” que se materializava nas ruínas de Ouro Preto. Merece destaque a menção elogiosa feita a Aleijadinho, “esquecido artista brasileiro, o mais espontâneo, por ventura o maior dos escultores de nossa raça”.

assim por diante até que, liberta a tribo, passaram a forrar outros vizinhos da mesma nação. Formaram assim em Vila Rica um Estado no Estado; Francisco era o rei, seu filho o príncipe, a nora a princesa, e uma segunda mulher a rainha. Possuía o rei para a sua coletividade a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho. Antecipou-se este negro à era das cooperativas, e precursor o socialismo cristão. Como naquele tempo toda Irmandade estava unida à idéia religiosa de santo patrono, tomou esta o patronato de Santa Efigênia, cuja intercessão foi-lhes tão útil; e deste exemplo nasceu o culto ardente, que se vota ainda à milagrosa imagem do Alto da Cruz. Os irmãos erigiram o belo templo que existe sob a invocação do Rosário. No dia 6 de janeiro o rei, a rainha e os príncipes vestidos como tais eram conduzidos em ruidosas festas africanas à igreja para assistirem à missa cantada e depois percorriam em danças características, tocando instrumentos musicos indígenas da África, pelas ruas. Era o Reinado do Rosário, festas, que se imitaram em todos os povoados das Minas. Vem também daí a nomenclatura dos mesários do Rosário em todas as irmandades de pretos entre nós. No Alto da Cruz ainda se vê a pia de pedra na qual as negras empoadas de ouro lavavam a cabeça para deixá-lo naquele dia por esmola, ou donativo.

Comparado ao de Arinos, o relato de Vasconcelos acrescentava informações acerca da família africana de Chico-Rei e da mina de ouro que teria lhe pertencido – mina da Encardideira ou do Palácio Velho – assim como descrevia a festividade de coroação de reis negros, vinculando-a à igreja de Santa Efigênia e à Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz. Também original foi a qualificação empregada pelo autor ao referir-se à rede associativa de ajuda mútua capitaneada por Chico Rei, denominando-a precursora das agremiações cooperativas e do socialismo cristão. Se nesta categoria explicitou sua religiosidade católica, foi dando vazão à sua veia romântica, identificada por Francisco Iglésias, afeita às grandes lutas sucedidas em território mineiro, que o historiador comparou a legenda a um “oásis florido e suave”, contrastante com a terra estéril, que os escravos encharcariam “de suor, de sangue e de lágrimas”. (VASCONCELOS, 1999: 344).

Os dois primeiros narradores do mito de Chico Rei faziam parte do seletto grupo de intelectuais mineiros que, desde o calor da polêmica suscitada pela mudança da capital do Estado, de Ouro Preto para Curral Del Rei, na década de 1890, envidavam esforços no sentido de divulgar e valorizar o patrimônio e a riqueza histórica de que era portadora a antiga Vila Rica. Os resultados deste esforço se refletiram na influência que Arinos e Vasconcelos exerceram sobre a futura geração de modernistas, cujo interesse por Ouro Preto, tida por cidade

reliquia e monumento maior da nacionalidade brasileira, iria se manifestar no projeto patrimonial executado a partir da década de 1930. Arinos, especialmente, tido por precursor de alguns dos ideais da Semana de Arte de 1922, teve contato pessoal com Mário de Andrade, um dos presentes ao ciclo de palestras ministradas pelo sertanista na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, em 1915, que versou a respeito de lendas e tradições brasileiras (BRAGA, 2010: 24).

O teor lendário parece ter potencializado a repercussão da narrativa. Contando com a importância crescente da obra de Diogo de Vasconcelos, a nota de rodapé transformou-se em matriz intelectual do mito de Chico Rei. Absorvida pelos homens de letras da República foi utilizada por diversos escritores, que divulgaram a lenda do rei africano como parte da história do Brasil. Em 1906, Mario Behring, inspirado na obra de Vasconcelos, a quem rendeu dedicatória, publicou na revista *Kosmos* artigo intitulado “Chico Rei”, referindo-se positivamente aos ideais representados pela personagem (BEHRING, 1906). Apesar de grande parte da historiografia do período alimentar-se de teorias européias racistas, alçadas à condição de verdades científicas, alguns homens de letras (como Manuel Bonfim, Duque Estrada, Reis Carvalho, Gil, Olavo Bilac e Hemérito dos Santos), aproveitando-se de tradições culturais preexistentes, lançaram as bases do esforço intelectual que procurava integrar as “três raças” na construção da história nacional, destacando os feitos heróicos empreendidos por indivíduos de cada uma delas em eventos do passado brasileiro. (DANTAS, 2007: 233-34).

Em contraste com o pano de fundo do pensamento científico predominante no período, atrelado às teorias de Spencer e de outros darwinistas sociais, que exerceram influência ímpar em diversos autores nacionais, o mito de Chico Rei destacava-se na paisagem histórica brasileira como um recente e, até certo ponto, indesejável corpo estranho. Talvez por isso a saga tenha despertado a atenção de intelectuais pouco ajustados aos padrões intelectuais vigentes. Foi o caso, por exemplo, do polivalente negro baiano Manuel Querino, que, em 1918, publicou “O colono preto como fator da civilização brasileira”, artigo pioneiro em que o autor, quinze anos antes de Gilberto Freyre, reivindicava a preeminência de negros e mestiços na formação da sociedade brasileira. Nesta obra, Querino, utilizando-se do relato de Afonso Arinos, desenvolveu a narrativa de Chico Rei e problematizou a natureza das irmandades e associações

de escravos no Brasil, entendendo-as como uma forma de resistência à escravidão, “mais conforme o espírito de conservação”, exercida no trabalho e na ajuda mútua dos cativos a fim de alcançarem a liberdade (QUERINO, 1980: 143-158). Outro autor a trabalhar o mito em tom de protesto foi Mário de Andrade. Em 1925, publicou “Nocturno de Belo-Horizonte”, texto escrito no ano anterior para a revista modernista *Estética*, dirigida por Prudente de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda. O poema constituía crítica pungente da contraditória modernidade mineira, corporificada nas características antagônicas da nova capital. (ANDRADE, 1925: 235)

O interesse de Mário pela lendária mineira vinha de 1919, quando realizou sua primeira viagem a Ouro Preto. O contato com a arquitetura religiosa da cidade e com as obras atribuídas a Aleijadinho motivou-o à produção de quatro crônicas, publicadas na *Revista do Brasil* em 1920, que discutiam a arte religiosa baiana, carioca e mineira. Nestes trabalhos, referiu-se a Manoel Querino, Afonso Arinos e Diogo de Vasconcelos para reportar-se à história artística das capelas e igrejas coloniais. No artigo dedicado especificamente à arte religiosa mineira, tomou os templos das antigas cidades barrocas como exemplário maior de nossa arquitetura e, Aleijadinho, como único artista “genial” brasileiro. (ANDRADE, 1993: 46-82). Andrade considerava a arquitetura colonial mineira momento originário da arte nacional. Afastada do litoral, e por isso menos tocada pela influência portuguesa, Minas Gerais propiciou o florescimento de produções artísticas e arquitetônicas originais que, apesar de evidentemente embasadas nos modelos europeus, captavam e recriavam suas matrizes, dando lugar a um novo e autêntico “estilo” artístico, o primeiro desenvolvido no Brasil: o “barroco mineiro” (NATAL, 2007:193-207).

Os intelectuais modernistas foram expoentes importantes da recolha e divulgação da lendária associada a Chico Rei e à cidade de Ouro Preto. Retomando as obras de escritores mineiros, como Diogo de Vasconcelos, Afonso Arinos, Xavier da Veiga, Nelson de Senna e mais tardiamente Alceu Amoroso Lima, que, desde fins do século XIX, vinham chamando a atenção para a riqueza histórica da antiga capital de Minas Gerais, o grupo modernista tomou o legado artístico e patrimonial de Ouro Preto como problema central da busca pela autenticidade da arte e da nacionalidade brasileiras. A partir dos anos 1930, a atenção dispensada pela geração de Mário de Andrade ao legado histórico de Ouro Preto levaria a cidade para o foco da questão

patrimonial, que então se gestava no Brasil (DRUMMOND, 2006: 26-37). Pareciam confluir para a antiga capital os interesses intelectuais da geração modernista e a pauta política do Estado varguista, que, através do SPHAN, fundado em 1937, investiu na patrimonialização da cidade, no resguardo de sua estrutura física e no estudo e disseminação de suas tradições culturais.³

Em 1936, Gilberto Freyre analisou a narrativa do rei negro em *Sobrados e Mucambos*. Interessado em discutir os mecanismos inovadores surgidos a partir das experiências sociais urbanas no Brasil colonial, após considerar o quilombo dos Palmares como “a primeira cidade a levantar-se contra o engenho”, através de sua economia “parassocialista”, assentada em mucambos que desafiavam a casa-grande, Freyre referiu-se a Chico Rei como exemplo de ação pioneira, de teor cooperativista, executada por escravos (FREYRE, 1936:73). A análise de Freyre sobre a festa de coroação de reis negros vinculada à Igreja de Santa Efigênia pôs em relevo o sincretismo daquela manifestação religiosa, que hibridamente congregava elementos africanos ao rito católico. A menção a Nina Rodrigues ratifica o olhar antropológico do autor, que enxergou na narrativa de Chico Rei uma experiência cultural complexa, reflexo do entrecruzamento de tradições culturais diversas, que se chocavam no cerimonial, nos ritos e nas imagens da festa, a exemplo do que ocorria no candomblé baiano, estudado pelo médico/antropólogo (SCHWARCZ, 2007: 881-89).

A obra de Freyre foi contemporânea à de Arthur Ramos, autor que compôs ao lado do eminente sociólogo as duas correntes de estudo das relações raciais brasileiras (afro-brasileira e histórica), inauguradas no país a partir da década de 1930 – conforme estipulou o ensaio clássico de Oracy Nogueira – e posteriormente confrontadas ao paradigma sociológico da escola de sociologia da Universidade de São Paulo, sob a liderança de Florestan Fernandes, à

³ Manuel Bandeira, Oswald de Andrade e, sobretudo, Mario de Andrade fizeram-se porta-vozes difusores. Em 1936, Afonso Arinos de Melo Franco, sobrinho do escritor de “Atalaia Bandeirante”, creditou ao tio sertanista a revelação do mito. Em 1938, em *Guia de Ouro Preto*, Bandeira fez menção à história de Chico Rei para descrever a Igreja de Santa Efigênia, remetendo tanto a Afonso Arinos (tido por primeiro recolhedor) quanto a Diogo de Vasconcelos. No ano seguinte, o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro apresentou “Maracatu de Chico Rei”, bailado do compositor Francisco Mignone, cuja letra havia sido composta por Mário de Andrade em 1933. A plateia presente ao espetáculo recebeu folheto explicativo, que narrava os episódios da vida do rei africano. Esta ópera simbolizou a forte influência exercida pelo autor de *Macunaíma* junto aos músicos brasileiros, no sentido de introduzirem em sua produção musical motivos e sonoridades havidas por genuinamente brasileiras. Enquanto Mário de Andrade redigia os versos para o bailado nacionalista de Mignone, Ouro Preto elevava-se à condição de Monumento Nacional, por decreto do Governo Provisório de Vargas, em 1933.

luz do Projeto Unesco dos anos 1950, que criticou duramente a idéia de democracia racial no Brasil, concepção que Freyre e Ramos haviam ajudado a construir (NOGUEIRA, 1955; NOGUEIRA, 2006: 287-308). Seguidor e admirador da obra de Nina Rodrigues, Arthur Ramos preocupou-se, sobretudo, com a temática da aculturação e do choque de culturas distintas na sociedade brasileira, fruto do tráfico negreiro e da própria ação colonizadora européia. Ao discutir, a partir da obra de Diogo de Vasconcelos, a saga de Chico Rei, entendeu-a como narrativa situada no limiar entre a história e a lenda. O fenômeno confrarial atrelado ao rei de Santa Efigênia representava o “espírito associativo” elaborado pelos próprios “grupos de cultura” africanos, com vistas à proteção, à assistência e, neste caso, ao alcance pacífico e organizado de alforrias, esforços suscitados ante a experiência comum do escravismo. O autor qualificava Chico Rei como “primeiro líder negro abolicionista do Brasil”. O exemplo de Vila Rica teria se estendido a outros núcleos urbanos de Minas Gerais e da Bahia, “imitado por muitos dos seus irmãos de raça como um esforço consciente e deliberado para a sua emancipação”. Chama atenção sua instigante proposta de que a narrativa de Chico Rei, assim como os fenômenos associativos e festivos atrelados à lenda, constitua parte do processo aculturativo suscitado pela experiência colonizadora no Novo Mundo e pela própria dinâmica sociocultural da escravidão (RAMOS, 1942:120-24).

Nos anos 1950, a reflexão crítica sobre a condição de negros e mulatos na sociedade brasileira, ocupada em desestruturar o mito de democracia racial que se gestara ao longo das últimas duas décadas, influenciou boa parte da produção da chamada Escola Paulista de Sociologia. Neste contexto, a saga de Chico Rei, valorizada, até então, por seu teor pitoresco, folclórico e lendário, foi deslocada do foco de interesse das ciências sociais, especialmente da sociologia, que então se institucionalizava no país (MAIO, 2000: 115-128). A mesma lacuna se deu na historiografia. Ao longo da segunda metade do século XX, o mito de Chico Rei tornou-se tema morto para os historiadores. Em 1993, Marcos Magalhães de Aguiar ironizou a narrativa segundo a qual a Irmandade do Alto da Cruz teria se sustentado financeiramente através de esmolas doadas por escravas que lavavam seus cabelos empoados de ouro na pia da igreja de Santa Efigênia (AGUIAR, 1993:185). O descrédito prolongava-se ainda no desconhecimento e/ou no pouco aproveitamento das fontes ligadas à história da diáspora

africana no Brasil, em que o estudo de mitos, crenças e signos culturais herdados do continente natal ou recriados no universo colonial tornava-se necessário (SCHWARTZ, 2001:21-88).

Entre nós, a pesquisa de Marina de Mello e Souza foi a primeira a refletir sobre a historicidade do mito de Chico Rei, creditando-lhe verossimilhança e simbologia compatíveis com a história da escravidão no Brasil colonial. Segundo a autora, a eleição de reis negros relacionava-se a tradições culturais herdadas da África – onde cerimônias de entronização de reis eram praticadas, sobretudo nos reinos do Congo e de Ndongo (Angola) – e também a elementos impostos pelo tráfico atlântico e pela colonização europeia, com destaque para a cristianização das populações africanas e para a importância das irmandades leigas, instituições ligadas ao catolicismo lusitano. Inseridos à força na sociedade colonial, estilizados seus antigos vínculos sociais, os africanos desenvolveram comportamentos e crenças sincréticas que combinavam itens do repertório cultural trazido da África às condições de vida sob o regime escravista e a dominação senhorial, constituindo uma nova gramática cultural, não mais africana, nem tampouco europeia, mas forjada no seio da realidade colonial. As diversas “nações” (ou grupos de procedência) de escravos, muitas das quais rivais no continente natal, uma vez na América, tenderam a elaborar estratégias sociais e símbolos culturais convergentes, fabricando uma “africanidade” mais ou menos partilhada pela comunidade escravizada no Novo Mundo.. Foi assim que a denominação “rei congo” acabou por prevalecer ante os diversos “reis de nação”, mesmo em regiões onde predominavam escravos não pertencentes ao macro grupo banto, no qual a importância do reino do Congo e a simbologia da realeza negra eram particularmente enraizadas. Neste sentido, constituía-se uma nova identidade cultural forjada pela comunidade escrava, em que as diferentes nações vergaram-se paulatinamente sob a coroa do rei congo. Marina de Mello e Souza atribuiu fundamento histórico à figura do rei negro, “pois se este não existiu tal como conta a lenda, pode ter existido personagem semelhante, que deu origem a ela, que em tudo se adéqua às informações acerca de lideranças negras às quais era atribuído o cargo de rei” (SOUZA, 2006: 247-314).

A pesquisa iconográfica empreendida por Lázaro Francisco da Silva na Igreja de Santa Efigênia também merece destaque. Estimulado por relatos orais e memorialísticos, o autor constatou empiricamente a presença de elementos culturais iorubanos no entalhe de altares e

em imagens pintadas no templo do Alto da Cruz. Búzios, tartarugas e símbolos fálicos, que observados de ângulo inverso remetem à representação de genitália feminina, simbolizam, segundo o autor, a cosmogonia dos Orixás, de raiz iorubana, segundo a qual o mundo teria sido gestado a partir de divindades hermafroditas. Também o enigmático afresco de um “Papa negro”, pintado no forro da capela-mor da Igreja, faria referência à cidade de Ifé, considerada o “umbigo do mundo” na crença nagô, também chamada de Roma Negra, porque nela pontificava o Papa Negro, sumo sacerdote de Ifá, o Orixá dos búzios. Conjugando tais evidências iconográficas a registros documentais da Irmandade (ciosa de sua independência em relação pároco da matriz de Antônio Dias) e a relatos folclóricos atrelados ao mito de Chico Rei e à atuação rebelde ou resistente de escravos naquela localidade, o autor deu crédito ao “sentimento de inconformismo dominante entre os negros da freguesia do Antônio Dias”, sugerido nas lendas e histórias preservadas na memória local e comprovado em dados documentais (SILVA, 1995, 68-78).

Para compreender os entalhes e imagens africanas de Santa Efigênia, negando-se a aceitá-los como resultantes do tradicional processo de sincretismo, o pesquisador sugere o conceito de “incrustação cultural”, tomado de empréstimo do vocabulário mineralógico comum em Minas Gerais. Considerando que a simbologia pagã ali presente encontrava-se apartada ou alheia ao catolicismo lusitano, Lázaro Silva entendeu-a como um corpo estranho que, incrustado no interior de um universo cultural diferente ou dominador, renitentemente infiltra-se, mantendo intocada parte de sua identidade original. A “incrustação cultural” iorubana em Santa Efigênia constituiria “elemento de uma natureza cultural dada que se aloja no contexto de outra cultura, aí mantendo sua individualidade e sua função original”. As incrustações poderiam expandir-se e levar a “fraturas de consequências imprevisíveis” na lógica da cultura cristã patrocinada pela colonização portuguesa. O ponto fraco da análise de Lázaro Silva consiste nas analogias pouco convincentes que estabelece entre o “inconformismo” africano da Irmandade do Alto da Cruz e o movimento contestatório da Inconfidência Mineira, deflagrado em fins do século XVIII – analogia que lhe fornece, inclusive, o mote para o título do artigo. Mas, o trabalho tem o mérito de conseguir articular, de maneira profícua e pioneira, itens folclóricos e memorialísticos locais a certo procedimento empírico e analítico, capaz de captar

o sentido histórico das narrativas e dos itens culturais que analisa. A iconografia de Santa Efigênia, exemplo único no Brasil colonial, e as diversas lendas e mitos arraigados à memória local de fato indicam a persistência, naquele ambiente, de elementos culturais africanos, potencialmente rebeldes ou pouco ajustados à lógica sincrética que comandou o processo de inserção dos escravos na sociedade senhorial da América portuguesa. Entendendo o mito de Chico Rei como parte desse legado memorialístico de matiz africano, o autor sugere que “essas figuras lendárias sejam mais do que lendas” (SILVA, 1995:69-75).

A questão da historicização do mito de Chico Rei inspirou investigação levada a cabo por Alessandro Dell’Aira, que identificou o ambiente onde se passa a cena de uma das litografias de Rugendas e analisou a simbologia das personagens negras que comemoravam a eleição de seu rei e rainha. Integrante da quarta parte da obra *Viagem Pitoresca através do Brasil*, publicada originalmente em edição bilíngue, em francês e alemão, em 1835, a litografia nomeada “FÊTE DE S.te ROSALIE, PATRONE DES NÈGRES” teve sua didascália grafada erroneamente. Segundo Dell’Aira, esta prancha de Rugendas reportava-se, na verdade, à festa em homenagem a Santa Efigênia, realizada no âmbito da Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz, em Ouro Preto – cidade onde o artista alemão manteve estadia entre julho de 1824 e fevereiro de 1825 –, e teria sido ambientada no interior do Palácio Velho, mesma propriedade tradicionalmente relacionada ao mito de Chico Rei. O rei e a rainha negros, acompanhados de sua corte e dos foliões que festejavam a coroação de suas lideranças ao mesmo tempo em que homenageavam a santa padroeira, constituem o núcleo dramático da litografia. No entanto, uma personagem enigmática, afastada do grupo envolvido na festa, trajada com vestimenta desnuda, marcadamente africana, troncos à mostra e pés descalços, empunhando a bandeira de Santa de Santa Efigênia, parece representar um arquétipo mitológico, que Dell’Aira associa alegoricamente à figura de Chico Rei (DELL’AIRA, 2009: 137-47).

Segundo o autor, a hipótese de que a litografia evoque o mito do rei negro está amparada na localização da imagem, ambientada no Palácio Velho, no interior do qual se acha a mina Encardideira; e no fato de que a flâmula de Santa Efigênia é portada justamente pela enigmática figura, cuja devoção pela santa africana coincide com a fé católica propalada por Chico Rei

(DELL’AIRA, 2010: 51). Em vista disso, Dell’Aira argumenta que a lenda pode ter sido formulada anteriormente aos escritos de Diogo de Vasconcelos ou mesmo ter tido existência histórica concreta (DELL’AIRA, 2009: 147).

Produções recentes, como as de Lázaro Francisco da Silva, Marina de Mello e Souza e Alessandro Dell’Aira, tem caminhado, portanto, no sentido de reabilitar a historicidade da narrativa mitológica. Mas, esse ímpeto ainda esbarra no ceticismo e na desconfiança com que os historiadores observaram a lenda. Tarcísio José Martins, por exemplo, questionou abertamente a idoneidade das informações prestadas por Diogo de Vasconcelos e argumentou que a nota de rodapé sobre Chico Rei causou “enorme estrago em nossa historiografia”. O exemplo “antiquilombista” de Chico Rei transmitiria visão adocicada da escravidão, subserviente em relação às regras do cativo colonial. A “improvada lenda” constitui, segundo o autor, “uma zombaria” à memória de quilombolas e de africanos que efetivamente resistiram à exploração escravista (MARTINS, 2008: 295-99).

Ao longo do século XX, a narrativa de Chico Rei pode ser posta em perspectiva com os diferentes momentos intelectuais que marcaram a produção historiográfica, sociológica e artística brasileira no período. Nas primeiras décadas da centúria, o registro folclórico proporcionado por Afonso Arinos e Diogo de Vasconcelos foi capturado no esforço da geração modernista, em sua busca pelas raízes da nacionalidade afro-brasileira. A partir dos anos 30, a polêmica em torno da obra de Gilberto Freyre e do mito da democracia racial levou à consideração da lenda nos quadros do debate sobre a “situação racial” e os diferentes meios de aculturação, sincretismo, dominação, discriminação e exclusão social engendrados na escravidão e em suas consequências na formação da sociedade brasileira. Decerto, o conteúdo folclórico que inicialmente potencializara a receptividade do mito passou a constituir fator de constrangimento e desconfiança, frente aos parâmetros de cientificidade exigidos pelas ciências humanas, institucionalizadas no país a partir dos anos 40 e 50. Além disso, o significado político-ideológico da lenda corroborava a perspectiva de um sistema escravista adocicado, dotado de brechas sociais em benefício dos dominados, leitura que a crítica do mito de democracia racial pretendia compreensivelmente evitar. Daí a relativa ausência ou mesmo a negação do tema nos estudos acadêmicos produzidos ao longo da segunda metade do século.

Só em fins do século XX e princípios da nossa era algumas aproximações históricas tenderam a reabilitar a narrativa. A busca por novos objetos e novas abordagens e a revisão dos estudos sobre a escravidão, criados a partir de um maior interesse pela história da África e do tráfico atlântico e pela bagagem cultural dos diferentes povos africanos escravizados, tornaram possível trazer à tona indícios que corroboravam a historicidade da lenda.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. “Nocturno de Belo-Horizonte”. *Estética*, ano II, v. 1, abr.-jun 1925, p. 235.

_____. *A Arte Religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFCHL/USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão: histórias e paisagens*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005

_____. *Histórias e Paisagens*. Rio de Janeiro/São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1921.

BEHRING, Mario “Chico Rei (Episódio da História das Minas)”, *Kosmos*, ano 3, n. 6, 1906.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: FGV/PPGHPBC, 2010. Dissertação de Mestrado.

DANTAS, Carolina Vianna “Cultura Histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação”. In: Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELAMARE, Alcibíades. *Villa-Rica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

DELL’AIRA, Alessandro. “Johann Moritz Rugendas e a lenda de Chico Rei”. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2009, n. 9/10 setembro de 2009, p. 137-147.

_____. “Detalhes de uma lenda”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 63, 2010, p. 50-55;

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim “Cidade em três séculos”, In: **Ouro Preto: cidade em três séculos**. Bicentenário de Ouro Preto/Memória Histórica [1711-1911]. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Roteiro Lírico de Ouro Preto**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

FREYRE, Gilberto, **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1936.

HANSEN, Patrícia Santos. **Os primeiros livros infantis brasileiros**: uma análise da literatura cívico-pedagógica de ficção. Rio de Janeiro: MINC/Fundação Biblioteca Nacional/Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

MAIO, Marcos Chor “O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o ‘credo racial’”. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, 2000, p. 115-128.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande**: a história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Santa Clara, 2008.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto**: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação de Mestrado.

NOGUEIRA, Oracy “Preconceito Racial de Marca e Preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)” **Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas**. São Paulo, Anhembi, 1955.

PEREIRA, Roberto. **A Formação do Balé Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

QUERINO, Manuel. “O colono preto como fator da civilização brasileira”. **Afro-Ásia**, n. 13, 1980, p. 143-158.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942.

RODRIGUES, Raimundo de Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas/Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SCHWARCZ. Lilia Katri Moritz. “Resenha de *Animismo Fetichista dos Negros Baianos*”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2007, v. 50 N° 2, p. 881-886.

SCHWARTZ, Stuart “A historiografia recente da escravidão brasileira” In ____ **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-88.

SILVA, Lázaro Francisco da “Conjuração Negra em Minas Gerais”. **Revista do IFAC**, v. 2, 1995, p. 68-78.

SILVA, Rubens Alves da. “Chico Rei Congo do Brasil” In: Vagner Gonçalves da SILVA (org.). **Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Ouro Preto: Beltrão & Cia, 1901.

_____. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

_____. **História Antiga das Minas Gerais**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Carlota Kemper: uma educadora esquecida (1882-1927)

*Thaís Batista de Andrade Arantes**

Introdução

No ano de 1882, uma educadora, já em idade avançada, vem para o Brasil como missionária da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos se tornando diretora do departamento de meninas do Colégio Internacional sediado em Campinas. Essa missionária, D. Carlota Kemper, ajudou a fundar o atual Colégio Gammon e trabalhou na missão como educadora até a sua morte com 90 anos de idade, dedicando grande parte da sua vida à obra missionária.

Neste trabalho, buscaremos entender através da análise das fontes o porquê dessa lacuna ao se tratar de uma mulher com tão forte influência na época. Buscaremos entender o trabalho desenvolvido por D. Carlota e sua participação no crescimento do Instituto Evangélico na cidade de Lavras, tendo em mente que ser solteira possibilitou que esta educadora se dedicasse de forma integral ao seu trabalho, estando liberta da responsabilidade que, na época, era o resumo de vida da maioria das mulheres: ser mãe, cuidar da casa e do marido.

É importante ressaltarmos que nossa discussão permeará o importante debate proposto por Joan Scott, que coloca a categoria gênero não restrita a ideia de feminino, mas sim, como uma construção, em que a noção de feminino se faz juntamente com a noção de masculino, um conceito que privilegia as relações sociais. (SCOTT, 1990).

A missão presbiteriana no Brasil

A história do projeto educacional presbiteriano no Brasil está intimamente ligada à própria história dessa denominação religiosa e ao ideal missionário americano embasado na ideologia do “Destino Manifesto” e do “*American way of life*”. Não se pode negar que a noção bíblica de “luz do mundo e sal da terra” foi o lema desses missionários, que baseados nos

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista UFOP.

dogmas de Calvino, possuíam um profundo senso de responsabilidade para com a ordem social. (RIBEIRO,1973: 43) (ALMEIDA, 2007: 129).

A obra presbiteriana em solo brasileiro só foi possível devido aos investimentos das Igrejas norte-americanas. O missionário pioneiro dessa denominação religiosa foi Ashbel Green Simonton, escolhido pela Junta de Missões Estrangeiras, criada em 1837, para vir ao Brasil, sexto país escolhido como campo missionário. Simonton chegou ao Rio de Janeiro, em 1859, e nessa primeira década vários outros missionários vieram ao Brasil pregar a “Palavra de Deus” e como parte fundamental do seu trabalho: criar escolas. Para esses protestantes, parte de sua missão era “civilizar” a terra que para “Deus” conquistavam, educando homens e mulheres que promoveriam o progresso da Nação.

A Guerra Civil dos Estados Unidos, em 1861, acabou por ocasionar um cisma nessa instituição e como consequência, surgiu a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), também chamada de Igreja do Sul. Visando o campo missionário, essa denominação criou uma agência de missões, chamada de Comitê de Missões Estrangeiras, localizada Nashville no Tennessee (MATOS, 2004) e foi desse Comitê de Missões, que em 1868, vieram para o Brasil dois missionários essenciais para o desenvolvimento da missão em Campinas: Edward Lane e G. Nash Morton. (MENDONÇA, 2008: 25). É importante ressaltar que mesmo com suas diferenças, esses dois grupos de missionários trabalharam em conjunto no Brasil, acabando por formar, em 1888, o Sínodo do Brasil, constituindo assim, uma única Igreja.

Foi nessa onda missionária que Carlota Kemper, respondendo ao apelo feito pelo Dr. Eduardo Lane, missionário pioneiro da Igreja do Sul, resolveu-se por esse campo missionário, que devido à realidade do catolicismo romano como religião oficial do país, representava grandes desafios.

No ano seguinte à vinda dos missionários Eduardo Lane e G. Morton foi fundado o Instituto de Campinas posteriormente chamado de Colégio Internacional, e em 1882, a educadora Carlota Kemper veio para o Brasil como professora do Colégio Internacional e missionária, já possuindo a responsabilidade de liderar o departamento de meninas. Nessa época, Carlota estava com 45 anos, tendo trabalhado a maioria deles como professora em diversos colégios dos Estados Unidos:

Como mestra amada e amiga bondosa, esteve em íntima e constante relação com centenas de espíritos de eleição das nossas moças e por vinte e seis anos com mãos divinamente guiadas e adestradas, com ideais nascidos de cima, ajudou a formação de vidas e a modelação do caráter daquelas que se tornaram mães e avós das mais belas e nobres filhas da Virgínia e de todos do Sul. (SYDENSTRICKER, 1941).

O colégio se desenvolveu e conquistou boa fama, possuindo 150 alunos matriculados, chamando a atenção, não só dos habitantes, como também do próprio Imperador D. Pedro II, que palestrou com D. Carlota e acabou por se mostrar impressionado com a capacidade da missionária.

Um incidente digno de nota, naquele tempo, foi a visita do imperador D. Pedro II, que observou tudo com cuidado e palestrou com D. Carlota, mostrando-se muito impressionado. Em seguida, visitou a escola pública. D. Carlota contava que, nessa ocasião, quando as crianças recitaram o Credo dos Apóstolos, no ponto em que disseram: “Creio na Imaculada Conceição...”, o imperador fez sinal com a mão para que interrompessem, dizendo: “Parem. Isso não é parte do nosso credo; é um dogma recente da Igreja, proclamado em 1854 e não tem lugar no Credo dos Apóstolos. (GAMMON, 2003: 36-37).

Devido ao surto de febre amarela que acometeu a cidade de Campinas, tornou-se inviável a manutenção do colégio, sendo decidida em 1892, a realocação do mesmo na cidade de Lavras, no interior de Minas Gerais, escolhida por ser um dos municípios que demonstrava maior propensão ao progresso devido à possibilidade da construção de estradas e ferrovias que o interligasse aos grandes centros.

D. Carlota não lecionava de começo. Sua ocupação girava noutras linhas nesse tempo. Ela cuidava da casa e fazia muitas visitas, travando relações, dado o poder atrativo de sua personalidade. [...] D. Carlota tinha cinquenta e cinco anos, quando foi para Lavras, e o povo da cidade apelidou-a ‘a velhinha que anda depressa’. (SYDENSTRICKER, 1941: 32).

A introdução e permanência dos missionários protestantes na cidade de Lavras gerou, como esperado, grande estranhamento em meio ao povo, que instados pela curiosidade, criavam as mais absurdas lendas: “havia muita curiosidade em Lavras a respeito desta penetração

protestante. “ O povo simples, fazia os mais extravagantes juízos acerca dos missionários, inclusive das suas condições físicas: se teriam mesmo ‘pé de cabra’ ou ‘pé de pato’, como se dizia.” (GAMMON, 2003: 57). Exemplos de constrangimento sofridos pelos missionários são inúmeros, como por exemplo, o próprio mistério que foi criado em torno da figura de D. Carlota Kemper, que por sua grande habilidade matemática, acabou por se tornar a tesoureira da Junta de Missões, gerando assim uma desconfiança, não só por ser uma missionária protestante solteira, mas por ter sido a escolhida para lidar com a administração dos bens, algo que na época não era comum entre as mulheres: “o vigário da cidade dizia aos seus paroquianos que D. Carlota todos os sábados recebia o dinheiro do Demônio, num quarto escuro do Colégio das meninas. O demônio colocava o dinheiro nos sapatos dela!”(GAMMON, 2003: 72).

O Instituto se desenvolveu “viçosamente” em terras mineiras, sendo frequentado pelos filhos da elite da cidade e, posteriormente, possibilitando a criação de uma escola para meninas, chamada de “Carlota Kemper” que foi desde o princípio responsável pela sua direção.

Ainda não existem estudos substanciais que investiguem através da vida de D. Carlota Kemper, as questões de gênero que, guardadas as devidas proporções, podem ser analisadas através da quebra de paradigmas sofridos por uma sociedade que tinha uma visão estreita da participação feminina, visão esta que foi combatida através da atuação de missionárias solteiras que vinham trabalhar como professoras, um papel de liderança, até então, pouco conferido ao sexo feminino.

Segundo o Secretário da Junta de Missões em 1901, Speer, na questão da participação feminina na sociedade brasileira, o missionário Dr. Eduardo Lane afirma:

O Brasil herdou de Portugal um sistema social que considerava a mulher como um mero incidente nos assuntos do homem, um apêndice, um dispositivo agradável para sua gratificação e uso, necessária, mas sempre subordinada e inferior. O homem, do antigo regime, era o senhor e mestre, dispondo de suas filhas em casamento como interesse comercial ou conveniência. A esposa estava em completa sujeição, e as fêmeas da família eram guardados com ciúme turco. Após a separação de Portugal, a condição da mulher começou a melhorar. Ainda assim, no final do século XIX era comum para os homens bloquear suas esposas e filhas de forma segura no andar de cima da casa quando iam para a empresa (...) tudo isso foi alterado no Novo Brasil e a 'questão da mulher' avançou; já temos jornais de diversas mulheres, ela invadiu a vida empresarial, literatura e profissionalmente, entrou para muitos

setores que supostamente pertencem exclusivamente a homens. (SPEER, 1901).

D. Carlota foi o exemplo dessa quebra de paradigma. Em uma homenagem a ela no periódico *O Instituto* de 1930, o autor se pergunta:

Qual a razão por que um nome de mulher se torna célebre e é repetido com respeito e admiração ainda quando os annos se succedem após a sua morte? Porque é que o nome d. Carlota Kemper, evocativo, perdura na memória de quantos a conheceram, quando jazem no anonymato do esquecimento tantas heroínas, que venceram uma existência inteira de soffrimento e resignação, tantas mães soffredoras e abnegadas? [...] D. Carlota se impoz ao respeito e a admiração não só pelo seu vasto saber, pelas maneiras affaveis e distinctas de sua fina educação, pela sua operosidade máscula, ou pelo zelo escrupuloso no cumprimentos dos deveres, mas porque, além disso e acima de tudo, ella collocava o amor ao seu Mestre e Salvador Jesus. (O INSTITUTO, 1930: 1)

Ressaltamos aqui a expressão usada para elogiar D. Carlota: “operosidade máscula”, um exemplo de uma noção de gênero em que o masculino significa o positivo, o de valor. Uma noção fortemente inserida no universo protestante, em que a mulher, por mais ativa que possa ser, nunca poderá ocupar um lugar de direito masculino. A própria organização feminina na Igreja Presbiteriana do Brasil, criada em 1884 no Recife e organizada em 1920 em Lavras, possui um moto bastante interessante, que busca reafirmar o papel feminino de auxiliadora e reforçar a noção bíblica de submissão: “Sejamos Verdadeiras Auxiliadoras, Irrepreensíveis na Conduta, Incansáveis na Luta, Firmes na Fé e Vitoriosas por Cristo Jesus”. (www.saf.org.br)

A cultura greco-judaica-cristã valoriza o homem viril, branco, adulto, rico, monogâmico e heterossexual. Como vimos toda a linguagem corrente está impregnada por um dimorfismo cultural que transforma o universo numa dualidade sexuada e hierarquizada cujo polo superior é representado pelo homem-marido-pai (adulto másculo) e o polo inferior pela mulher-esposamãe. O discurso sexista legitima esta situação tornando-a natural e a-histórica. (ALVES, 2001: 8).

Sydenstricker faz questão de ressaltar que embora D. Carlota fosse uma mulher de decidida vocação intelectual, nem por isso se mostrava masculina ou não sabia conversar com

as mulheres sobre os assuntos domésticos. (SYDENSTRICKER, 1941: 48). A criatividade, a inteligência e a vocação para os estudos eram sem dúvida características masculinas que ao serem desenvolvidas em uma mulher geravam no mínimo uma situação de estranhamento. (GILBERT; GUBAR, 1979: 10).

D. Carlota, aparentemente veio ao mundo para contradizer as normas: se uma mulher deveria ser bela e se contentar nos trabalhos do lar, ela era segundo seu pai e seus irmãos, feia e deveria “ser muito boa para compensar a sua feiura.” Esse estigma nela colocado desde muito pequena, gerou uma timidez e uma introspecção que prejudicou a sua mocidade. (SYDENSTRICKER, 1941). A noção de beleza ligada à mulher e os padrões colocados pela sociedade oprimiram a jovem Carlota e modificaram seus caminhos: “D. Carlota, por que a senhora nunca se casou? Numa resposta breve, simples e pronta, com aquele leve sorriso característico, em que o lábio inferior se tornava mais proeminente, ela disse: ‘Porque eu sempre fui feia.’” (SYDENSTRICKER, 1941: 53). Desde pequena tendo de si uma visão como “feia”, D. Carlota procurou se desenvolver em outras áreas, dedicando-se em tempo integral ao seu trabalho e estudos.

A leveza do belo feminino faz com que a ciência seja, para ela, árida demais. Teria Kant ainda razão? A pergunta "Seria a inteligência um atributo masculino?" Transformar-se-ia em "Queremos ser inteligentes e despertar apenas o respeito masculino e não mais seu amor"? Poder e inteligência são atributos eróticos masculinos, e beleza e juventude atributos eróticos femininos. (BORGES, 2005).

Não podemos em momento algum colocar anacronicamente um sentimento feminista nas atitudes de D. Carlota, pelo contrário, ela sempre buscou ser o mais tradicional possível em suas maneiras, nunca falando publicamente na frente de homens, nem mesmo para fazer uma oração e quando se tornava indispensável o mesmo, pedia a alguém que o fizesse por ela. (SYDENSTRICKER, 1941: 85). Suas alunas sempre disseram que ela preferia aos meninos, pois considerava que as moças eram normalmente as responsáveis pelas faltas dos rapazes. “‘Sempre, sempre a sedutora Eva’, respondia ela. E uma das suas ex-alunas, agora mulher, e que nos contou isto, já começa a reconhecer que d. Carlota tinha razão...”. (SYDENSTRICKER, 1941: 52).

Vida e memória de Carlota Kemper

Um relato poetizado da vida de D. Carlota Kemper foi publicado em 1941 pela editora Limitada de São Paulo, escrito pela colega missionária Margarida Sydenstricker, o livro se baseia no diário (até então nunca encontrado) de D. Carlota e reconta sua história de vida desde a infância até a morte, ao citar trechos do próprio diário, a autora os coloca entre aspas, visando demonstrar uma fidelidade aos escritos da missionária.

Sydenstricker começa por relatar os antepassados mais importantes de D. Carlota, como seu avô, coronel do exército prussiano que se estabeleceu na Virgínia, lugar onde a missionária nasceu no ano de 1837 no dia 21 de agosto. Seu pai, William Samuel Kemper, era diretor da Universidade da Virgínia e buscou desde cedo “dar-lhe uma educação completa, que a puzesse a coberto das contingências da vida.” (SYDENSTRICKER, 1941: 8). Era dotada de uma inteligência excepcional, tendo estudado matérias como psicologia, matemática avançada, alemão, latim, italiano, francês, conhecendo sobre grego e hebraico; e também estudos musicais como piano e “guitarra”. (SYDENSTRICKER, 1941: 13).

Nos anos da Guerra Civil, seu pai serviu ao exército confederado como oficial intendente e Carlota Kemper trabalhou como sua secretária no campo, tendo mantido consigo a tristeza da derrota. (SYDENSTRICKER, 1941: 18). Lecionou em várias escolas tendo dedicado 12 anos de sua vida ao atual colégio e Universidade Mary Baldwin, sendo que se esperava que tomasse o lugar de Miss Baldwin como dirigente da instituição, contudo sua decisão de se tornar missionária a afastou desses planos, mas nunca deixou, por muito tempo, o trabalho de educadora.

Desde os seus dezoito anos, com alguns curtos intervalos, d. Carlota passou a sua vida na sala de aula... “às vezes entre moças que mal desabrochavam para a vida, escreve ela no seu diário, outras entre moços que viviam sonhando os seus sonhos – sonhos áureos – do que viriam eles a ser...” (SYDENSTRICKER, 1941: 42).

No Brasil, já citamos parte da trajetória da missionária e seu trabalho tanto em Campinas quanto na cidade de Lavras. Já trabalhando no Instituto Evangélico de Lavras, Sydenstricker cita vários trabalhos feitos por D. Carlota, como traduções de vários livros e sermões, além de textos de sua própria autoria, contudo nenhum desses textos encontram-se disponíveis.

Conclusão

Podemos aqui nos perguntar uma questão essencial: porque uma mulher que possuiu sua história intimamente ligada ao crescimento de instituição de tamanho valor e é considerada por muitos como “Heroína Christã” (O ESTUDANTE, 1919: 1) tem a sua memória negligenciada?

Não existem trabalhos que tratem sobre a sua participação na educação brasileira e no trabalho missionário presbiteriano. Seus escritos estão perdidos e não existem fontes históricas suficientes que propiciem um trabalho de grande fôlego. Contudo, o lamento não é suficiente, é necessário olhar para os silêncios da história e perscrutar suas razões.

Michele Perrot investiga as práticas da memória feminina e ressalta o fato de que a falta de narrativas que tratem sobre a história das mulheres se deve também ao fato de as fontes que são extremamente necessárias ao historiador serem também escassas. O descaso dos arquivos públicos também se reflete nos arquivos pessoais:

Muitas mulheres, de resto, pressentindo a indiferença, se antecipavam a ela ‘colocando suas coisas em ordem’, isto é, destruindo seus cadernos íntimos, temendo a incompreensão ou a ironia de seus herdeiros. [...] Esse ato de autodestruição é também uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, feita, como escreve Jules Simon ‘para ocultar suas vidas’; um consentimento da negação de si que está no âmago das educações femininas, sejam elas religiosas ou laicas, e que a escrita – assim como a leitura – contradiziam. (PERROT, 1989: 9-18).

Restaram apenas vestígios de lembranças: uma rua nomeada em sua homenagem na cidade do Rio de Janeiro, dois ou três jornais que comemoram o seu centenário, um livro escrito com suas memórias. Pouco antes de morrer, a missionária pôde ver o Colégio que havia sido nomeado em sua homenagem e com o desapego de quem queimaria ela mesma suas memórias

disse: “O novo Kemper está pronto; a velha Kemper pode morrer.” (SYDENSTRICKER, 1941: 91).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. S. **Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ALVES, J. E. D. **O discurso da dominação masculina**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Rev. Estud.Fem.**, Florianópolis, v.13, n.3, Dec. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000300012&lng=en&nrm=iso . Acesso em 18 Aug. 2014.

DE SOUZA, Silas Luiz. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro**. Editoria Mackenzie, 2005.

FERREIRA, J. A. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. v. I

GAMMON, C. **Assim brilha a luz: a vida de Samuel Rhea Gammon**. 2ª Ed. Editora Cultura Cristã, São Paulo, 2003.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic: The woman writer and the nineteenth-century literary imagination**. Yale University Press, 1980.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATOS, A. S. **Os Pioneiros Presbiterianos no Brasil (1859-1900)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

NICACIO, J. C. **Educadoras Norte-Americanas no Brasil: Disponibilidade para o trabalho missionário presbiteriano no Brasil**. Disponível em: <

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.11.pdf>

Acesso em 14 ago. 2014

O ESTUDANTE. Organ da Associação Atletica do Instituto Evangelico, num. 18, Lavras, Minas, Agosto de 1919. Biblioteca do Museu Bi Moreira.

O INSTITUTO. Periódico da vida do Instituto Gammon, num, 5, Lavras, Minas, Setembro de 1930. Biblioteca do Museu Bi Moreira.

PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set.1989, p. 9-18

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SPEER, R. E. **Presbyterian Foreign Missions:** An account of the Foreign Mossions of the Presbyterian Church in the U.S.A. Philadelphia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School work, 1901.

SYDENSTRICKER, Margarida. **Carlota Kemper.** Tradução de Jorge Goulart, Editora Limitada. São Paulo, 1941.

Religião, gênero e educação: O Instituto Evangélico de Lavras sob o olhar de Clara Gammon (1910-1935)

*Thaís Batista de Andrade Arantes**
José Rubens Lima Jardimino

Introdução

Este trabalho busca realizar uma reflexão sobre a religiosidade como fator ímpar para a análise do projeto educacional presbiteriano na cidade de Lavras. Como Max Weber explicita: a religião aponta para um além, mas sua motivação é o aqui e agora. (WEBER, 1974). O foco do artigo será discutir como os princípios da religião protestante, influenciaram as vidas pessoais e públicas desses missionários, assim como as diretrizes da escola. Buscaremos compreender através de um olhar para a religião, as motivações desses missionários e missionárias que dedicaram suas vidas ao trabalho cristão e que, através da fundação de escolas com um projeto educacional diferenciado que espelhassem os ideais protestantes de progresso e transformação social, adquirissem cada vez mais prosélitos. Este trabalho faz parte de um projeto de mestrado ainda em sua fase inicial de pesquisa e revela algumas reflexões feitas sobre o tema que nos propusemos estudar.

Como Jean-Pierre Bastian afirma, é preciso perceber a importância de estudar as minorias religiosas, como o protestantismo, para melhor se entender “as tensões existentes entre as mentalidades e as condutas herdadas.” (BASTIAN, 1994: 10).

A questão de gênero se encontra neste trabalho por termos acesso aos escritos e biografias de várias missionárias solteiras que vieram ao Brasil para trabalhar na missão do sul de Minas, e também por não encontrarmos discussões suficientes sobre a questão feminina na missão presbiteriana, embora hoje existam trabalhos em andamento. Aqui colocaremos a categoria de análise gênero de forma muito simples e superficial por não podermos explorar

* Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista UFOP.

mais aprofundadamente pelo curto espaço que possuímos para explanação, mas como no livro “Ler as Letras: porque educar meninas e mulheres?” a autora, Jane Soares de Almeida pontua, a inclusão da categoria religião para se analisar as relações entre os sexos é de extrema pertinência, por se constituir como ponto central da ideologia que constitui as relações de poder entre os mesmos. (ALMEIRA, 2007: 64).

Procuraremos observar de forma muito breve e, por isso mesmo, temerosamente simplista, uma pequena parte do pensamento social da missão presbiteriana, mantendo como referencial teórico a História Cultural conforme Roger Chartier (1990: 16-17): procuraremos entender como os presbiterianos apreendem a realidade e se relacionam com a mesma.

A Missa Presbiteriana

De todas as vertentes advindas da Reforma Protestante, o calvinismo é considerado aquele “que teria produzido uma teologia política e uma ética social mais consistente” (DE SOUZA, 2005: 13) e como herdeiros (de forma indireta) desse movimento reformado, a Igreja Presbiteriana no Brasil possui características calvinistas que são facilmente reconhecíveis. A obra presbiteriana em solo brasileiro só foi possível devido aos investimentos das Igrejas norte-americanas. Sendo conscientes de seu “Destino manifesto”, os missionários norte-americanos buscaram assim trazer a fé, o progresso e o *american way of life* às terras brasileiras.

Era o imperialismo em sua forma cultural que lançava seus tentáculos pelo mundo civilizado e plantava, pela via religiosa, as raízes de uma civilização que se considerava o exemplo de um sistema político democrático e que queria expandir-se como nação e, por meio dessa expansão, divulgar e implantar seu modo de vida. (ALMEIDA, 2007: 129).

A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), posteriormente denominada Igreja do Norte, criou sua junta de missões estrangeiras em 1837, cuja sede era em Nova Iorque. (MATOS, 2004). O sexto país escolhido para receber missionários dessa junta missionária foi o Brasil, com a vinda do pioneiro Ashbel Green Simonton que chegou à capital

do Império, Rio de Janeiro, em 1859. Na primeira década muitos outros obreiros e suas esposas vieram ao campo missionário brasileiro e junto com a sua tarefa de principal de pregar o Evangelho, também possuíam a obrigação de cuidar da Educação, porque observavam que era também parte de sua missão “civilizar” as terras que para “Deus” conquistavam.

Em 1861, como consequência da Guerra Civil surgiu a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), também chamada de Igreja do Sul. Essa nova denominação criou instantaneamente uma agencia de missões que recebeu o nome de Comitê de Missões Estrangeiras cuja sede era em Nashville, Tenesse. (MATOS, 2004). Foi do Sínodo presbiteriano da Carolina do Sul que o Brasil recebeu em 1868, dois missionários que foram essenciais para o desenvolvimento da missão em Campinas. Edward Lane e G. Nash Morton. (MENDONÇA, 2008: 25). Mesmo com profundas diferenças, esses dois grupos presbiterianos encontraram um meio de trabalharem juntos no Brasil, formando em 1888 o Sínodo do Brasil, constituindo assim, uma única Igreja.

Foi nessa onda missionária que Carlota Kemper, Samuel Gammon e posteriormente Clara Moore, decidiram-se por esse campo missionário, que para a época representava grandes desafios, devido à realidade do catolicismo romano como religião oficial do país, o que para os Americanos não representava o verdadeiro Cristianismo. (DE SOUZA, 2005: 44).

Como explicitado por Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, algumas das características que distinguem o calvinismo primitivo é a doutrina da predestinação, a qual nos revela o dogma de que Deus elege determinados indivíduos: gerando assim uma racionalidade prática e um individualismo fundamentado em uma profunda percepção do pecado e seus vícios. A certeza da eleição divina resulta em um profundo senso de responsabilidade e em uma obrigação de se dedicar com todos os aspectos da existência a um serviço divino. (DE SOUZA, 2005: 22).

O mundo existe para servir à glorificação de Deus, e só para este propósito. Os cristãos eleitos estão no mundo apenas para aumentar a glória de Deus obedecendo Seus mandamentos com o melhor de suas forças. Deus, porém requer realizações sócias dos Cristãos, porque Ele quer que a vida social seja

organizada conforme Seus mandamentos, de acordo com tais propósitos. (WEBER, 1981).

Desde antes da decisão pelo campo missionário brasileiro, podemos perceber esse senso de eleição e de um chamado divino. Samuel Gammon, desde pequeno, por crescer em família protestante lidava com a inquietante questão da vocação:

Quando o sol começava a despontar sobre o topo das montanhas, Sam murmurava brandamente: “Os céus proclamam a glória de Deus”. Logo, porém, seu êxtase cessava. [...] Deveria sua vida decorrer sempre naquela rotina incessante? Que futuro o aguardaria? [...] Esse adolescente porém vinha de um nobre tronco. [...] Eram presbiterianos escoceses e irlandeses – corajosos e tementes a Deus, que haviam enfrentado os perigos e a aspereza da vida pioneira.(GAMMON, 2003: 12).

Frank Baker, um dos missionários que trabalharam na missão na cidade de Lavras, diz em suas memórias:

Early in my life as a follower of the Way, I was confronted with the important matter of vocation. What should I do with my life? At this time I remembered those stalwart men and women who had gone out to the ends of the earth as ambassadors of the King of Kings; others were commissioned to “preach Christ” at home.¹(BAKER, 1965: 3).

De D. Carlota Kemper, uma das fundadoras do Instituto Evangélico de Lavras e uma missionária que dedicou quase toda a sua vida à educação protestante, diz-se na sua biografia (escrita por uma colega de missão, Margarida Sydenstricker, baseada no seu diário):

Em plena mocidade, quando a jovem tem tantas visões e sonhos, entre muitas vozes, uma houve que lhe pareceu clara e distinta: “Carlota Kemper, segue-me”. Sua resposta foi igualmente clara: “Carlota Kemper, segue-me.” Sua resposta foi igualmente clara: “Eu te seguirei, Senhor, para onde quer que me

¹ “No início da minha vida como um seguidor do Caminho, me confrontei com o importante tema da vocação. O que eu deveria fazer com a minha vida? Nesse momento, me recordei dos corajosos homens e mulheres que foram aos confins da terra como embaixadores do Rei dos Reis; e daqueles que eram escolhidos para pregar a Cristo em suas terras natais. (tradução livre da autora deste trabalho)

mandares.” E durante os longos anos em que ela viveu trabalhando, nunca se apartou do seu coração aquela voz. (SYDENSTRICKER, 1941: 21).

A teologia calvinista mesmo sendo profundamente individualista e ascética, acabou também por produzir uma ética que visava a vida social. Muito focada na “vida eterna”, que é o futuro Reino de Deus, condenava os prazeres terrenos e exigia uma prática racional da fé. Essa dualidade para Troeltsch, (1931 apud DE SOUZA, 2005) (individualismo e vida social, o reino dos céus e a vida terrena): “produz um agudo interesse político, mas não por causa do Estado; produz ativa diligência econômica, mas não por causa da riqueza; produz uma viva organização social, mas seu objetivo não é a felicidade material.”

Os chamados/vocacionados/escolhidos, são enviados a expandir o “Reino de Deus” fazendo prosélitos. A Comunidade Santa não pode estar resumida apenas aos trabalhos da vida religiosa, mas também é necessário um envolvimento na vida política, social e econômica, “a vida do santo era direcionada exclusivamente para o fim transcendental, a salvação. Mas justamente por esse motivo, ela era completamente racionalizada nesse mundo e totalmente dominada pelo objetivo de aumentar a glória de Deus.” (WEBER, 1981: 211). Devemos ter em mente que a categoria “santo” não é a mesma utilizada pelo catolicismo, mas para os protestantes é alguém separado por Deus para uma obra específica.

Vejam essa compreensão do missionário Samuel Gammon no relato de Clara Gammon (missionária que veio ao Brasil em 1910 e acabou por se tornar sua segunda esposa e escritora de sua biografia) buscava pregar as boas novas protestantes na área que circundava Lavras:

Quando o Dr. Gammon chegou a Lavras, em julho de 1893, teve a impressão de que havia tomado posse de seu verdadeiro campo de trabalho, a missão de sua vida. Desse centro e uma grande região ele levaria o evangelho puro a grandes distâncias. (GAMMON, 2003: 79).

Podemos perceber nessa fala, não só o ideal calvinista de eleição e missão pessoal, como também a noção de que o protestantismo era o verdadeiro e puro evangelho, ao contrário do

catolicismo. Samuel Gammon também buscava conquistar aliados para a causa protestante em meio aos grandes proprietários que tinham influência na sociedade em que viviam:

De Perdões os evangelistas seguiram para Nepomuceno, passando por Cana Verde. O trabalho ali foi feito de fazenda em fazenda. Uma delas era a do Sr. João Custódio da Veiga, homens de destaque na região. Se aceitassem o evangelho, como o Dr. Gammon esperava, podiam exercer influência decisiva para a causa de Cristo. (GAMMON, 2003: 81).

O projeto educacional

Podemos pensar o projeto educacional presbiteriano como uma forma de levar ao progresso humano. Alfabetizar a população era essencial aos missionários, pois como seria possível uma adesão à religião protestante (e dessa forma um meio de ascensão social e cultural) pela leitura bíblica se a maioria dos indivíduos não sabia ler? (ALMEIDA, 2007:132).

Essas influências se percebem nas intenções educacionais calvinistas para crianças e os jovens de Genebra: à educação cabia formar o cidadão útil para a sociedade com base nos ensinamentos das Escrituras Sagradas, no domínio das línguas clássicas e nas humanidades (artes e ciências), a fim de que pudesse se tornar o construtor de um novo mundo. Para isso, era necessário começar pela educação básica – educar as crianças é uma tarefa não somente da Igreja, ainda que sejam as Escrituras a base mais sólida para o desenvolvimento das crianças até sua maturidade da fé. É necessário também preparar o homem para o trabalho. (JARDILINO, 2009: 28).

O Instituto Evangélico na cidade de Lavras, fundado dentro destes princípios protestantes, foi uma alternativa ao Colégio Internacional de Campinas, pois devido ao surto de febre amarela que acometeu a cidade, tornou-se inviável a manutenção do colégio, sendo decidida em 1892, a realocação do mesmo para Lavras, no interior de Minas Gerais, escolhida por ser um dos municípios que demonstrava maior propensão ao progresso devido à possibilidade da construção de estradas e ferrovias que o interligasse aos grandes centros.

As escolas protestantes visavam ser um reflexo dos princípios que as regiam, educando cidadãos no modelo norte-americano, desenvolvendo não apenas suas capacidades intelectuais como também seus princípios. Essas instituições se tornavam assim uma opção aos tradicionais colégios: uma educação liberal com base nos interesses capitalistas. Em contrapartida do catolicismo, que era suposto preferir à ignorância do povo (por não incentivar a leitura da bíblia por seus fiéis), as escolas protestantes desejavam transformar a sociedade brasileira através dos indivíduos educados. (DE SOUZA, 2005:87).

O fim do estabelecimento é a formação de caracteres nobres e symmetricos, e elle procura esse objectivo proporcionando aos seus alumnos, em todos os departamentos, instrucção solida, cultivando esmeradamente as suas faculdades intellectuaes e inculcando-lhes no espirito principios moraes saos e elevados. Entendemos, como Pestalozzi, que a verdadeira educaçao não é a que procura tão somente a instrucção do alumno, mas a que tem por fim desenvolver-lhe harmoniosamente todos os poderes de que o Creador o dotou, dando-lhe uma sabia orientaçao, tornando-o capaz de governo próprio, e fazendo-o dest'arte um cidadão útil e efficiente para o serviço da família e da pátria.

O espirito do Instituto Gammon, em todas as escolas, é franca e positivamente evangélico. A ninguém obrigamos a seguir o nosso systema religioso, pois, convicções religiosas, para terem valor, devem ser livres e espontâneas. Entendemos, porém, que conhecimentos a respeito dos fundamentos da fé christa são indispensáveis a todo homem culto que se diz christão. Todos os alumnos, pois, estudam algo da Historia Sagrada. Os internos devem assistir aos exercicios religiosos nos collegios e na Igreja Evangelica local. (PROSPECTO DAS ESCOLAS DO INSTITUTO GAMMON, 1931: 11).

Podemos perceber aqui que um projeto educacional liberal nos moldes norte-americanos, voltado para educar e profissionalizar seus alunos, baseados em uma ética protestante de trabalho, serviria para atrair a população. As aulas de ensino religioso eram cuidadosamente preparadas baseadas na “História Bíblica” e seus ensinamentos. O próprio lema do Instituto é sugestivo: “Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano.” (Gammon, 2003:192).

Os professores/missionários precisavam ser cidadãos exemplares, cumpridores das leis, sempre respeitando as autoridades: um molde para as jovens mentes. (DE SOUZA, 2005:

46). “Carlota Kemper nasceu, sem dúvida, para professora, mas era antes e acima de tudo uma cristã.[...] Ninguém era mais escrupuloso do que Carlota Kemper no tocante ao testemunho cristão.” (SYDENSTRICKER, 1941:54-55).

Os presbiterianos também buscavam se diferenciar da sociedade brasileira da época, cujos princípios, baseados na religião católica eram, não apenas ultrapassados, mas errôneos; dando às mulheres a visibilidade que na sociedade da época não era conferida.

Segundo o Secretário da Junta de Missões em 1901, Speer, na questão da participação feminina na sociedade brasileira, o missionário Dr. Eduardo Lane afirma:

O Brasil herdou de Portugal um sistema social que considerava a mulher como um mero incidente nos assuntos do homem, um apêndice, um dispositivo agradável para sua gratificação e uso, necessária, mas sempre subordinada e inferior. O homem, do antigo regime, era o senhor e mestre, dispendo de suas filhas em casamento como interesse comercial ou conveniência. A esposa estava em completa sujeição, e as fêmeas da família eram guardados com ciúme turco. Após a separação de Portugal, a condição da mulher começou a melhorar. Ainda assim, no final do século XIX era comum para os homens bloquear suas esposas e filhas de forma segura no andar de cima da casa quando iam para a empresa [...] tudo isso foi alterado no Novo Brasil e a 'questão da mulher' avançou; já temos jornais de diversas mulheres, ela invadiu a vida empresarial, literatura e profissionalmente, entrou para muitos setores que supostamente pertencem exclusivamente a homens. (SPEER, 1901).

O ensino era um ministério digno, um trabalho que baseado nas doutrinas calvinistas, serviria para a glorificação de Deus no mundo. “Para os missionários, a questão educativa era totalizante. Não consideravam que sua missão fosse apenas evangelizar, e sua ação centrava-se no objetivo de educar indivíduos imbuídos da moral e da ética, do sentido de coletividade e da aspiração...” (ALMEIDA, 2007: 129). Sendo o magistério uma obra tão digna, como deixar as mulheres fora desse tão nobre trabalho? Para os presbiterianos, ao contrário do vigente na sociedade brasileira, impedir que as mulheres trabalhassem era também impedir que elas cumprissem sua vocação divina.

D. Carlota foi o exemplo desse trabalho e vida dedicados à glorificação divina. Missionária solteira que nunca se casou, ocupou cargos de autoridade na Junta Missionária

como tesoureira e trabalhou sempre como educadora ou diretora nas escolas presbiterianas. Em uma homenagem a ela no periódico *O Instituto* de 1930, o autor se pergunta:

Qual a razão por que um nome de mulher se torna célebre e é repetido com respeito e admiração ainda quando os anos se sucedem após a sua morte? Porque é que o nome d. Carlota Kemper, evocativo, perdura na memória de quantos a conheceram, quando jazem no anonymato do esquecimento tantas heroínas, que venceram uma existência inteira de soffrimento e resignação, tantas mães soffredoras e abnegadas? [...] D. Carlota se impoz ao respeito e a admiração não só pelo seu vasto saber, pelas maneiras affaveis e distintas de sua fina educação, pela sua operosidade máscula, ou pelo zelo escrupuloso no cumprimentos dos deveres, mas porque, além disso e acima de tudo, ella collocava o amor ao seu Mestre e Salvador Jesus. (O INSTITUTO, 1930: 1)

Conclusão

Pudemos perceber, mesmo que de forma breve, a importância dos conceitos religiosos para a implantação das escolas e para seu desenvolvimento nas sociedades em que estavam inseridas. Esses missionários protestantes, que vieram para um Brasil católico, se tornando minoria religiosa, acabaram "rejeitando a cultura e condenando a religiosidade católica romana responsável, em sua visão, pelo pouco desenvolvimento do país [...]" e por isso mesmo, "isolaram-se em muitos aspectos da vida social." (DE SOUZA, 2005: 237). Contudo, esses herdeiros calvinistas, não deixaram, nem por um momento de se preocupar com a situação do país e de ansiar por transformações e um progresso através da fé evangélica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. S. **Ler as Letras**: por que educar meninas e mulheres. Campinas: Autores Associados, 2007.

BASTIAN, Jean Pierre. **Breve historia del protestantismo en América Latina**. Casa Unida de Publicaciones, 1986.

CHARTIER, Roger. **Historia cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DE SOUZA, Silas Luiz. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro**. Editoria Mackenzie, 2005.

FERREIRA, J. A. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. v. I

GAMMON, C. **Assim brilha a luz: a vida de Samuel Rhea Gammon**. 2ª Ed. Editora Cultura Cristã, São Paulo, 2003.

JARDILINO, Jose Rubens Lima. **Lutero & a educação**. Autentica, 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

MATOS, A. S. **Os Pioneiros Presbiterianos no Brasil (1859-1900)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

O ESTUDANTE. Orgam da Associação Atletica do Instituto Evangelico, num. 18, Lavras, Minas, Agosto de 1919. Biblioteca do Museu Bi Moreira.

O INSTITUTO. Periódico da vida do Instituto Gammon, num. 5, Lavras, Minas, Setembro de 1930. Biblioteca do Museu Bi Moreira.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SPEER, R. E. **Presbyterian Foreign Missions: An account of the Foreign Mossions of the Presbyterian Church in the U.S.A.** Philadelphia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School work, 1901.

SYDENSTRICKER, Margarida. **Carlota Kemper**. Tradução de Jorge Goulart, Editora Limitada. São Paulo, 1941.

WEBER, Max. **Economia y sociedade**. Fondo de Cultura Economica, México, 1974.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, **Os pensadores**, 1981.

“31 de Março”: um núcleo habitacional como enunciado e elemento da cultura histórica*

*Thiago Augusto Divardim de Oliveira**
Ben Hur Demeneck****

Introdução

De acordo com Bakhtin (2003), todas as esferas da vida humana estão sempre relacionadas à utilização da linguagem. É inerente ao ser humano o desenvolvimento de capacidades comunicativas, através da linguagem, para a vida em sociedade. As mídias, nesse sentido, estão envolvidas em papéis significativos nas inter-relações entre as esferas da vida humana que se dão na, pela e através da linguagem. É possível, então, relacionar o conceito de enunciado (BAKHTIN, 2003) e os referenciais da teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2001) e ainda da cultura histórica (RÜSEN, 2014) em uma proposta que aproxima discussões entre a Filosofia da Linguagem e a Filosofia da História.

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003: 279).

* O texto é uma síntese do trabalho final apresentado em 2013 ao “Seminário Especial de Leituras Bakhtinianas”, ministrada pelo Professor Doutor Gilberto Castro, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Para a adequação as exigências de formatação do presente texto ao 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia as aproximações teóricas entre a filosofia da História (RÜSEN) e a filosofia da linguagem a propósito do Círculo de Bakhtin foram reduzidas. Uma versão completa da discussão encontra-se no link <http://goo.gl/nSXs79>

** Professor de História do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Curitiba), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – PPGE-UFPR, e pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica LAPEDUH – UFPR.
thiagodivardim@yahoo.com.br

*** Doutorando em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM da ECA-USP, bolsista CAPES.

Para Rüsen, a consciência histórica se expressa por uma atividade intelectual de tornar presente o passado e se orientar em relação às expectativas de futuro que se efetivam por meio de narrativas. É na narrativa histórica (oral, escrita, pictórica ou suas combinações) que se encontra a materialidade da consciência histórica. Indico aqui uma convergência entre o pensamento de Rüsen (2001) e de Bakhtin (2003), pois, se os enunciados são a unidade real da comunicação verbal, expressam a concretude do sujeito de um discurso-fala, e os sujeitos só podem enunciar em sociedade, a narrativa expressa à concretude da consciência histórica como elemento inerente a vida em sociedade. Nessa aproximação é preciso levar em consideração a relação dialética ou dialógica entre consciências e cultura. Na filosofia da história de Rüsen, “A cultura é a quinta-essência das ações de formação de sentido que os seres humanos têm de levar a cabo para poderem sobreviver” (RÜSEN, 2014: 196). Cultura nesse caso é compreendida como parte constitutiva e constituinte do todo. É na dimensão da práxis vital humana denominada cultura que os seres humanos precisam se relacionar com o mundo e consigo mesmos para que a vida possa ser vivida.

Essa compreensão da forma como o passado está em sociedade, a exemplo da cultura histórica (RÜSEN, 2014) e sobre os aspectos em que a cultura pode ser aferida, torna possível uma comparação com a ideia que Voloshinov (2006) defendeu sobre a concretização da palavra e dos enunciados. Para Voloshinov, “a concretização da palavra com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização” (2006: 105) é levada a cabo por sujeitos que mobilizam consciências. Tal entendimento das enunciações das consciências e a relação das consciências com a cultura possibilita a aproximação entre as duas filosofias, a da História e a da Linguagem.

Voloshinov apresenta que os sujeitos não “adquirem” consciência na sua língua materna, “é nela e por meio dela que ocorre o despertar da consciência” (2006, p. 110). No que se relaciona as estratégias memorização coletiva, no caso dos logradouros públicos, essa aproximação torna-se profícua ao levar em consideração enunciados e narrativas, consciências e culturas, no que Rüsen chama de *dialética de ser construído e construção* (RÜSEN, 2014: 173). De acordo com Bakhtin “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que

a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2003: 282). Os nomes dos logradouros públicos estão relacionados à vida em sociedade, possuem circulação social e como toda comunicação expressam sentidos e significados ideológicos. A partir dessa compreensão é que proponho discutir aspectos da História do núcleo habitacional chamado “31 de Março”.

Enunciados em jornais regionais e a construção de uma homenagem e auto-homenagem do regime instalado em 1964

Em 27 de Março de 1965, um grupo de militantes da Força Armada de Libertação Nacional (FALN) foi cercado por militares na estrada entre Capanema e Cascavel. Houve resistência e Carlos Argemiro Camargo, terceiro sargento do Exército, foi baleado e faleceu. O autor dos disparos teria sido o ex-coronel Jefferson Cardim, chefe do grupo insurgente. Esta é a versão estampada em jornais da época. Quarenta anos depois, a organização Ternuma, defensora do “*movimento democrático de 31 de Março*”, daria a Sargento Camargo o primeiro lugar na lista de vítimas militares na “*mão de terroristas*”. A poucos dias de ser completado um ano de regime, nota oficial sobre a contenda no oeste paranaense lamenta a morte como a de alguém que “*no cumprimento do dever, morreu em ação, contra maus brasileiros que tentam subverter a ordem*”. A imprensa regional não abria espaço para controvérsias em suas matérias de destaque.

Em 3 de Abril, o Jornal da Manhã estampou a manchete “*Gal. Carmo: ‘Sarg. Camargo sobe ao Panteon da gratidão do Povo’*” [Camargo era ponta-grossense]. A missa de sétimo dia do militar reuniu na Catedral prefeito, vice-prefeito, vice-presidente da Câmara, um deputado, um general, juízes, promotores públicos, o comandante do 13º R.I e representações dos colégios e escolas católicas da cidade. No dia 8 de maio, o Executivo encaminhou um

projeto de lei propondo a nomeação de rua homenageando o Sargento. Dois meses após sua morte, Argemiro de Camargo virou nome de rua¹.

Do nome da rua ao núcleo habitacional, chega-se ao órgão responsável pelas obras, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar / COHAB/PR), ligada ao projeto federal Sistema Financeiro de Habitação. Para se ter uma ideia das dimensões do projeto, em 1967, os outros quatro conjuntos entregues pela regional da Cohapar não totalizavam 500 casas. Apenas 31 unidades para “Operários do D.E.R”, também em Ponta Grossa. Para Jaguariaíva eram 244 unidades (conjunto Presidente Kennedy), 83 para Piraí do Sul (conj. Cristo Redentor) e 80 para Sengés (conj. Paulo Pimentel)².

Em 31 de Março de 1967, a manchete do Diário dos Campos foi “*Nação comemora IIIº aniversário da revolução*”. Capa apresentou convite da Câmara para o público prestigiar homenagem ao presidente da companhia de habitação local, Anizio Calasans, e “*PG recebe hoje casas da COHAB*” anunciando a solenidade de entrega das 1000 casas do núcleo 31 de Março. Valorizou-se a presença de “*altas autoridades do Estado, civis, militares e eclesiásticas*” entre elas a do governador Paulo Pimentel. A cerimônia de lançamento do núcleo

¹ Na argumentação do projeto de lei, o texto dizia: “*está o heróico soldado pontagrossense sendo alvo das mais justas homenagens póstumas de tôda a Pátria*”. Mesmo Curitiba se adiantava em nomear via pública com o nome do Sargento. Outro ponto levantado era a visita de um redator do diário carioca “O Globo”, para acompanhar ida da mãe do militar falecido ao Rio de Janeiro, para receber cumprimentos de autoridades e a declaração de “*Mãe Brasileira*” do ano. “*Não seria justo, assim, que Ponta Grossa ficasse alheia a êsse movimento verdadeiramente nacional e não prestasse também, como berço natal do heróico Sargento, o justo tributo póstumo que se faz merecedor*”, arremata a redação. Como enunciações linguísticas das consciências históricas, ou mesmo como posicionamento dos veículos de comunicação, essas manchetes resultam do processo de atribuição de sentido em um determinado presente aos acontecimentos do passado, e como enunciações compõem o complexo do diálogo social.

² O Álbum de Ponta Grossa 67-68 (gestão Plauto Miró Guimarães) traz em suas primeiras páginas uma fotografia aérea do conjunto 31 de Março e divulga que “*dos 142.000 habitantes da Princesa dos Campos 6.552 habitam nas casas populares financiadas pelo BNH e construídas pela COHAB-PG [regional da Cohapar] nos núcleos ‘31 de março’ e ‘Operários do der’, são 1.031 casas das 3.000 em Ponta Grossa*”. Esse bloco de informações termina destacando a “*influência*” de generais na ampliação da atuação da companhia de habitação regional para cidades como Arapongas, Jaguariaíva, Sengés e Piraí do Sul: “*José Bretas Cupertino e Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, ilustres generais, foram os primeiros a incentivar Plauto e Calasans neste projeto ímpar no interior e concretizado para o orgulho de prinesinos*”. Luiz Gonzaga da Cunha seria o nome de um conjunto de outras 100 habitações, em janeiro de 1969. O “*núcleo Luiz Gonzaga*” como é popularmente conhecido era cortado ao meio pela Rua “31 de Março” na Vila Estrela em Ponta Grossa, atualmente a rua possui outro nome, o motivo da alteração ainda está sendo apurado.

se deu a partir da entrega das três casas a “*cidadãos pertencentes à gloriosa Força Expedicionária Brasileira*” (Diário dos Campos, 1967). Mostra da contínua procura do regime em se afirmar, traço comum em seus 21 anos.

A nomeação do logradouro público não é algo banal ou deslocado do contexto histórico e social. A escolha do nome “31 de Março” foi realizado em um contexto e localidade específicos, não foi uma simples enunciação. Esses motivos dão suporte à compreensão da nomeação dos logradouros como enunciado, e talvez, ainda que de maneira aberta e funcional, como um gênero de discurso.

Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003: 325)

No núcleo “31 de Março”, inicialmente, todas as ruas receberam nomes de minerais, apenas uma recebia o nome de gente. A Rua Sargento Argemiro Camargo, antigamente a principal do núcleo, é paralela as Ruas Damburita e Fluorita, e é cortada pela Rua Turmalina. É evidente a intencionalidade e a articulação enquanto homenagem e auto-homenagem prévia de um regime ditatorial. Em uma época em que não se escolhia nem o presidente, quem dirá o nome das ruas. Entretanto o poder instituído pelas armas soube enunciar intencionalmente seus nomes em rodovias, pontes, ruas, núcleos habitacionais, prédios públicos, praças, estádios e demais possibilidades de lugares públicos e de circulação social.

Movimento “31 pelo 15” – 43 anos depois da inauguração da “31”

O “31 pelo 15” surgiu com a proposta de mudar o nome do núcleo habitacional de 31 de Março, data que homenageia o golpe militar, que deu início à ditadura, por 15 de março, data que passaria a homenagear a volta da Democracia, momento decisivo da Redemocratização brasileira. O ano de 2010 marcou seu aniversário de 25 anos.

Os organizadores desde o início apresentaram-se como quaisquer outras que se espantariam em chegar numa localidade e ver um ônibus de linha com o nome “31 de Março” fato diário em Ponta Grossa. O *ato político* se deu na *esfera legislativa*³ (corpo a corpo com vereadores, enquete, faixa) e na *esfera midiática* (artigos, entrevistas, matérias). O primeiro passo se deu na rede social Twitter pela conta @31pelo15. A primeira inserção ainda apontou para um início próprio para sacudir desatentos, a modulação do tom se daria com o avanço dos diálogos: “*Essa é edição virtual de um movimento espontâneo em favor da troca do nome do núcleo ‘31 de março’ por ‘15 de março’*”. No *campo midiático*, o “31 pelo 15” fez render pelo menos oito artigos apenas em 2010, um número considerável se levado em conta o pequeno número de réplicas nos espaços opinativos dos diários regionais. Quanto à repercussão do movimento, ela se fez notar nos impressos (coluna política de diário, reportagem de semanário), em duas matérias da TV (uma em canal aberto), em meio digital (matéria em projeto universitário de jornalismo comunitário) e em programas de rádio.

A proposta na presente releitura desse artigo é a compreensão dos textos opinativos como enunciados que expressam a responsividade em relação ao primeiro enunciado “31 de Março”. O que também coaduna com a questão da dialogicidade na atribuição de sentidos e significados relacionados à experiência coletiva do 31 de Março de 1964.

No dia 31 de Março de 2010, o movimento ocupou os espaços destinados aos leitores dos jornais diários da cidade com textos que explicavam o “31 pelo 15”⁴. No 31 de Março a

³ Aos vereadores se entregou nos gabinetes dos vereadores uma enquete (dia 26), com pedido de respostas até a véspera da data-homenagem. A pergunta era "você é favorável à mudança do nome do núcleo habitacional '31 de Março'?" e as alternativas eram a) “() Sim. Homenagens à ditadura devem acabar”; b) “() Não. Deve permanecer essa homenagem ao golpe militar de 1964”. A rejeição desse debate, seja pelos problemas operacionais que causaria a mudança de nomes para os correios e registros de imóveis, ou relativizações marcaram o dia de visitas. O único político encontrado em gabinete, atencioso, comentou ao estilo “ditabranda”: “Ditadura? Esse termo é relativo. E a ditadura da Dilma Rousseff?”. Alessandro Lozza de Moraes (PSDB) se preparava para assumir a presidência da casa de leis, período em que corriam as campanhas presidenciais de 2010. Fica claro que a campanha informativa é mais urgente que a adesão do Legislativo para qualquer passo em direção a uma “reparação simbólica”.

⁴ Espaço aberto para divulgar as referências "ocultas" no 31 de Março. Os artigos ainda traziam informações afins, tais como na Espanha a retirada de locais públicos que homenageavam o general fascista Francisco Franco, que governou aquele país entre 1939 e 1975, e as discussões sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), assuntos atuais em março de 2010.

imprensa local fez circular os artigos “*Por que trocar o 31 pelo 15*”, de Ben-Hur Demeneck, no Diário dos Campos, e “*Quem a gente quer ser*”, de Thiago Divardim, material publicado simultaneamente no Diário dos Campos e no Jornal da Manhã). Ou seja, todo o espaço opinativo dos diários foi ocupado.

Na perspectiva da filosofia da linguagem, cada enunciado é um elo na cadeia de comunicação verbal (BAKHTIN, 2003: 308). O enunciado, sua composição temática e estilo, estão relacionados com o meio social em que se concretiza. Nesse sentido, pode-se dizer que os enunciados realizados por Divardim e Demeneck nos diários da cidade de Ponta Grossa no dia 31 de Março de 2010, funcionaram como um elo nessa cadeia da comunicação que se iniciou a partir de então. A intervenção midiática foi ampliada porque no mesmo dia, a afiliada local de rede Globo dedicou matéria de 2min40s para o tema. Pela internet seria possível rever o conteúdo, identificado pelo título “*Núcleo 31 de Março lembra a ditadura*” e a linha de apoio “*querem mudar o nome depois de 43 anos*”. Parte dos reflexos e refrações subsequentes se deveu ao estímulo involuntário do produto editorial em contrapor movimento e comunidade, pois a pergunta central da matéria foi “*você é favorável à mudança do nome do Núcleo?*”. A variedade de respostas e a surpresa diante das perguntas sugeriam que os moradores estavam diante de um novo enunciado.

No dia 5 de Abril, foi publicado o primeiro enunciado crítico ao movimento. Ele vem assinado com um pseudônimo, outra marca de que o tema parece mexer com medos cultivados há décadas. O “*articulista Klaus Writer*” foi o autor de “*A velha ‘31’*”⁵(Jornal da Manhã) e não disfarça seu incômodo de que se ponham em discussão um espaço da cidade carregado de histórias. Na edição de 11/12 Abr, no mesmo jornal, a edição do dia traz texto de membro do

⁵ Trechos selecionados do enunciado de “*Writer*”: a) deboche da iniciativa: “*não é a primeira vez que aparecem propostas com o objetivo de modificar aquilo que já se tornou natural para algumas pessoas*”; b) histórico de contestação da vila: “*é o berço do Partido dos Trabalhadores em Ponta Grossa*”; c) julga perspectiva histórica de integrante do movimento: “*ao historiador, não cabe fazer julgamentos sobre os fatos históricos e sim buscar entendê-los, ainda mais que existe muito do passado no nosso presente e este passado, quando trazido à tona, que serve de orientação para as ações futuras*”.

31 pelo15. “*Por que o 31 de Março é assunto popular*”⁶ em que se esclarece que não se quer atropelar identidades, mas sim lutar contra a desinformação.

O trecho a seguir, escrito por Bakhtin, auxilia na compreensão desse desencadeamento de enunciados que surgiram de maneira responsiva à provocação realizada pelo movimento “31pelo15”:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima. (BAKHTIN, 1988: 86)

A atitude de enunciação do movimento “31pelo15” não surgiu por pura abstração ou deslocado da concretude do real. Como participante daquele movimento posso assegurar a intencionalidade da ação. O que pensávamos no momento como “provocar o debate público” pode ser entendido aqui como uma enunciação responsiva ao contexto de outros enunciados anteriores. As discussões em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos, os questionamentos em relação ao que é comumente chamado de entulho autoritário, entre outras possíveis enunciações que permeavam a sociedade naquele momento. Pautados por outros elos da corrente comunicacional, realizamos uma enunciação responsiva e responsável (31pelo15) em diálogo com o enunciado do logradouro público “31 de Março”.

Uma semana depois (dias 18-19 Abril) foi a vez de se manifestar um empresário e produtor rural, Douglas Taques Fonseca, que apresentou o enunciado “*Temos orgulho do 31 de Março*”⁷. Trata-se de uma defesa aberta à ditadura civil-militar e de seu legado, a ponto de

⁶ Passagens selecionadas do enunciado de Demeneck: a) Reparação simbólica: “*No país e no mundo se olha para o passado e se reconsideram os tributos levantados para celebrar o autoritarismo. O debate está diante de nós. E se há um inimigo nessa história, ele se chama falta de informação*”, b) Falsa oposição: “*evitemos intrigas. Os moradores da 31 de Março não apoiam a ditadura militar apenas porque residem num conjunto cuja menção faz referência àquele período*”. c) “*Acredita-se que uma sociedade que reconheça a tragédia das ditaduras, retire os símbolos erguidos em seu louvor*”.

⁷ Passagens selecionadas do artigo de Fonseca: a) “[*fatos ligados ao comunismo*] *levaram o povo a exigir o ‘31 de Março’ dos militares brasileiros. Foi uma grande festa, o povo saiu às ruas, levando a bandeira do*

considerar como "infâmia" discursos críticos a ela. Para ele, os brasileiros comemoraram com a bandeira na mão a revolução democrática e que os jovens de hoje estão desinformados em relação ao saudoso governo militar. Sem demora, apareceu uma réplica, "*O 31 pelo 15 para chegar ao século XXI*"⁸ (Diário dos Campos, 20 de Abril). Trabalho de autoria do historiador e professor do Departamento de História e das pós-graduações de História e de Educação da UEPG, Luiz Fernando Cerri⁹, qualifica o "banho oficial de sangue" como a principal marca do 31 de Março. Em suas análises, posicionou o golpe civil-militar como pensamento típico do século XX com os discursos violentos da década de 1960-70, enquanto que a proposta do movimento é investida de atualização ao questionar uma homenagem feita previamente nos períodos do regime de exceção.

O enunciado de Cerri evidencia as afirmações anteriores sobre os elos da corrente comunicacional, e demonstra outros elementos da relação com o contexto em que os locutores se inserem. Observe:

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do "já-dito", o discurso é orientado ao mesmo tempo para o

Brasil, cantado e dançando comemorando a vitória da Liberdade e da democracia". b) "Cidadãos defensores da liberdade e da democracia, nós devemos dar um basta à infâmia e à mentira, não podemos nos calar diante desta calúnia (contra o 31 de Março)" c) "...pois os jovens de hoje não conhecem a realidade de ontem, e é nosso dever contar-lhes a verdade". d) "É uma honra termos um ônibus na cidade que ostente o glorioso 31 de março de 1964".

⁸ Passagens selecionadas do artigo de Cerri: a) Observação sobre provincianismo: "*Muitos dizem que em Ponta Grossa vigora uma mentalidade atrasada. Por formação e por dever de ofício, não aceito que existam sociedades ou pensamentos 'adiantados' ou 'atrasados', pois isso significaria que há um tempo comum em que todos tem que se encaixar, e isso não se sustenta. Mas confesso que às vezes duvido dessa convicção*". b) Nomenclaturas de logradouros: "*As coisas e pessoas homenageadas nos logradouros públicos são amostras da cultura política coletiva*". c) A violência como marca do regime de exceção: "*esse banho oficial de sangue é a principal marca do 31 de Março, e não parou mesmo quando derrotaram a luta armada, entrando pelos anos 70 e matando opositores que eram contra pegar em armas, e gente que apenas era contra o regime, incluindo idosos, adolescentes, grávidas*".

⁹ A 20 de Maio, o autor organizou e mediou o colóquio "O que resta da Ditadura? - o 31 de Março e a revisão da Lei da Anistia" através do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Houve três convidados, dois integrantes do 31pelo15, os autores desta seção, e a professora Dra. Maria Lúcia Becker, então coordenadora do Portal Comunitário (projeto web de jornalismo comunitário). A plateia lotou o auditório e o número de perguntas, novamente, evidenciou a ansia de comentário sobre o período.

discurso-resposta que ainda não foi dito, porém que foi solicitado ao surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo. (BAKHTIN, 1988: 89)

O artigo de Klaus Writer, pseudônimo que enunciava recorrentemente nos diários da cidade de Ponta Grossa, havia realizado uma enunciação que dialogava com o texto de Divardim. Para Writer, não caberia ao historiador realizar julgamentos sobre o passado. A atitude responsiva do elo da corrente comunicacional veio então de um formador de historiadores, o professor Cerri, que assinava sua enunciação colocando quem ele é e de onde enunciava. Cerri foi meu professor na graduação em História e já dialogava com a turma de licenciandos da qual fiz parte, sobre os entulhos autoritários que compunham o cenário cultural de Ponta Grossa. Havia sido professor também do próximo locutor que enunciou nos jornais da cidade.

Em 23 de Abril, circulou pelo Jornal da Manhã o texto “*Vila 31 de Março, de Redenção a '31'*”¹⁰, de Claudio Ferreira Clarindo, identificado como professor de história. Relato marcado por um ar nostálgico e que dá a entender que as restrições do articulista ao movimento se motivam mais pelo apego identitário que por ideologias políticas. Ao falar das personalidades do bairro, ele transparece as marcas do período autoritário como a figura do “Major” e de seu Déco, que agia tal qual fosse delegado. Os elementos citados por Clarindo demonstram o processo de tornar presente o passado mediante o processo de narrar. No entanto, o todo de seu enunciado, faz referência indireta a ideia, que corria na época e em muito fomentada pelas angulações das perguntas da mídia televisiva, sobre a não legitimidade de pessoas que não eram moradoras do núcleo e se aventuravam na proposta de mudança do nome.

¹⁰ Passagens selecionadas do artigo de Clarindo: a) o “Major”: “*tinha (na comunidade) um escritório de cobrança ali mesmo logo no começo da vila, onde atualmente funciona uma farmácia. Este escritório era administrado por um cidadão conhecido por 'Major'*”. b) O apelido “Redenção”: “*a diversão preferida da maioria das mulheres da vila era ouvir uma radionovela chamada de Redenção*”. c) o personagem Seu Deco: “*Depois do Major, o segundo personagem mais importante da '31' foi o Seu Déco, um homem gordo e de cor escura que ocupava uma função semelhante a de um delegado de polícia, com ele tinha dois soldados da Polícia Militar*”. d) A personagem Dona Maria: “*(ela) também era muito conhecida na vila. Na casa dela em época de eleições sempre apareciam políticos ligados ao partido da Velha Ordem para suas costumeiras reuniões com alguns moradores da vila*”.

Segundo ele, o financiamento da habitação era longo, cerca trezentos meses de pagamento - “teve gente que morreu e não teve a alegria de ver a casa quitada”. Clarindo apresentou uma enunciação que não chegava a tomar posição em relação ao debate que se colocava. Seu enunciado cabe como mais uma evidência do complexo dialógico que compõe a corrente comunicacional, somado ao fato de que Clarindo morava no núcleo habitacional em questão. Além disso, assinava o texto como professor de História, ele também fora aluno de Cerri, como se esses elementos não bastassem para remeter aos ‘fios dialógicos’, Clarindo e eu, fomos colegas de orientação no trabalho de conclusão do curso de História, ambos sob orientação do professor Cerri.

Em 15 de Maio, foi publicada outra defesa do regime militar no Diário dos Campos - “*‘Demônio-cracia’ ou ditadura*”¹¹, de Oswaldo Spósito. À medida que o autor relativiza o pós-1964, conclui que, na atualidade, “*quem governa o país não são os democratas, pois só podemos chamá-los de ‘demônio-cratas’*”. De acordo com Bakhtin, a dialogicidade entre os enunciados no meio social se expressa: “ neste jogo complexo de claro-escuro que penetra o discurso, impregnando-se dele, limitando suas próprias facetas semânticas e estilísticas” (BAKHTIN, 1988 p. 86). Nem todas as enunciações estavam conectadas por elos mais diretos de relações sociais, mas as possíveis de detectar revelam todo o complexo de relações e inter-relações sociais que se concretizam em enunciações. Os temas, suas composições, o estilo, o comportamento responsivo e outros aspectos permeiam e são permeados nessa dialogicidade da concretude da vida.

Considerações na perspectiva da Filosofia da Linguagem, da Filosofia da História e da Didática da História

Os enunciados são dotados de sentido e significado no tempo. Quem ouve, para Bakhtin, assume uma atitude responsiva, concorda ou não, total ou parcialmente. E as formas de

¹¹ Passagens selecionadas do artigo de Spósito: a) Relativização da ditadura: “*Discordo de muitos que a ex-ditadura tenha sido um grande mal para a nação. É verdade que tivemos acontecimentos nada agradáveis na ‘ditadura’, suspense, inclusive mortes e determinadas censuras*”. b) As forças derrotadas: “*Jovens foram tremendamente imprudentes, pois no confronto com as forças fatalmente seriam derrotados*”.

respostas podem assumir muitas formas possíveis. “*Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de enunciados*” (2003, p. 290 – 291). As diversas formas de atribuir sentido e significado por meio dos enunciados publicados nos periódicos de Ponta Grossa evidenciam a multiplicidade de atribuições de sentido e significado a um mesmo enunciado gerador, que nesse caso foi o enunciado “31 de Março”.

A questão, a saber, sobre o que cabe na língua, é justamente a complexidade dos enunciados (Bakhtin, 2003 p. 283). Dessa forma, pode-se compreender que em um enunciado cabem inúmeras possibilidades responsivas. Na filosofia da História existe uma preocupação ética sobre a relação com os conhecimentos históricos. Pensando especificamente no caso da escolha de nomes de logradouros, não seria eticamente coerente escolher o nome de um torturador para uma homenagem pública. Lembrar o nome de um torturador em uma comissão que recupera informações sobre períodos em que se cometeram crimes contra a humanidade é, por outro lado, muito coerente. Um depoimento de um sujeito que sofreu torturas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil é um enunciado importante para a História do país.

Em sua filosofia da História, RÜSEN (1987, 2007, 2009 e 2014) busca construir conceitos importantes para o pensamento histórico e sua importância individual e coletiva. Destaco os conceitos subjetividade, intersubjetividade, práxis e totalidade, pois levam em consideração o agir e sofrer humanos no tempo em condições históricas concretas. Com totalidade, o autor quer dizer que é possível encontrar uma rede de universais históricos; a história nas diferentes histórias. Conceitos como mudança, processo e desenvolvimento, abrangem metaforicamente o que é cognoscível e corresponde a possibilidade da totalidade¹².

Entre as homenagens e auto-homenagens efetivadas no período 1964-85, saltam aos nossos olhos logradouros em homenagem tanto a presidentes militares, quanto nomes das casernas dos interiores do Brasil como General Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, que além de

¹² A ideia de totalidade não deve ser entendida ou igualada como um todo absoluto (à exemplo de Hegel), da qual se extraia uma lógica absolutizante. Trata-se, nesse caso, de uma concepção construída filosoficamente. “Nessa visão as diferentes visões sincrônicas (economia, sociedade, política e cultura) e diacrônicas (história dos eventos, história das estruturas) da experiência histórica aparecem integradas em uma totalidade provida de sentido” (RÜSEN, 1987: 29).

influenciar na construção e ampliação do núcleo “31 de março” também teve o próprio nome utilizado em outro núcleo habitacional na cidade de Ponta Grossa. Época de recorrentes homenagens em logradouros públicos a figuras internacionais como “Presidente Kennedy” (ver nota 5). Pelos logradouros públicos do período e pelas ações dos agentes envolvidos é possível perceber as correlações entre o micro e o macro, em uma lógica visível entre ditadura e guerra fria.

Para países interrompidos por ditaduras, como o Brasil, a composição temática de enunciados que defenderam o regime autoritário, pode sintetizar o câmbio das possibilidades de exercício da liberdade de expressão em democracias em consolidação. Se há um debate nacional a ser feito sobre o regime civil-militar, ainda se considera pouco a força da influência das cidades interioranas na manutenção da antiga ordem. E um dos indicadores de seu peso no cômputo geral está na ausência de receio de indivíduos irem às páginas dos jornais ou mesmo das redes sociais para assinar e realizar enunciações em defesa ao regime de exceção, período em que eles mesmos não teriam a liberdade de expressão utilizada na enunciação em tempos atuais e de construção da democracia.

A didática da história possui um papel necessário na conexão entre o saber e a práxis social, e sempre que for possível detectar carências nos quadros orientadores de cunho cultural da práxis social caberá também aos historiadores realizar intervenções com preocupações didáticas para a formação de sentido de maneira especificamente motivada (RÜSEN, 2012). No ano em que um professor precisou dar uma aula de história para não ser linchado ao ser confundido com um assaltante (como se fosse permitido linchar seres humanos que assaltam, mas não os que dão aula), e que tantas outras pessoas foram violentadas, e ainda, que outras foram assassinadas pelas polícias militares que recorrentemente agem como se tivessem um poder ditatorial, é urgente que a História (em seus diferentes níveis e aspectos de relação com as pessoas) possa assegurar, **no mínimo**, os valores da democracia e dos direitos humanos. De acordo com Rüsen, “motivar significa enviar o tempo interpretado para o endereço da vontade humana” (2014: 185), uma forma possível dessa motivação pode-se dar na rediscussão dos entulhos autoritários que nos cercam, nas possibilidades da história para além do texto, e na

preocupação específica da intervenção dos professores não em relação apenas aos acervos do passado, mas em uma relação da história viva e dirigida as demandas culturais e das consciências do presente.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal** / Mikail Bakhtin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzevetan Todorov. – 4ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal** / Mikail Bakhtin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra ; prefácio à edição francesa Tzevetan Todorov. – 4ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RÜSEN, Jörn. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, São Paulo, n. 3, p. 97-104, 1987

RÜSEN, Jörn. Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. "¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". **Culturahistórica**. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, p. 3-26].

RÜSEN, Jörn. **APRENDIZAGEM HISTÓRICA: FUNDAMENTOS E PARADIGMAS**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

Sobre a disponibilidade da história no ensino de história na Educação Básica

*Vanessa de Almeida Moura**

Iremos desenvolver sobre a disponibilidade da história na Educação Básica. Isso significa que analisaremos a possibilidade de ensinar a partir da ideia de que os homens podem ser responsáveis pelas histórias que estão envolvidos. O que entendemos por “fazer história” é o que é desenvolvido por Reinhart Koselleck (2006). Com esse aporte teórico, analisaremos a entrevista de um professor do Ensino Básico que possui uma prática didática que dialoga com este autor. Esse artigo tratará de três questões: alguns esclarecimentos sobre a metodologia, a noção de disponibilidade da história e a prática do educador, a partir do seu relato em uma entrevista, cujo nome fictício escolhido foi Humberto. Não pretendemos, com isso, chegar a conclusões nem ao esgotamento do assunto. Este texto é apenas uma parte da pesquisa em percurso “Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história”, de orientação do Professor Doutor Fernando de Araújo Penna.

Uma das maneiras encontradas para refletir as possibilidades ou problemáticas de se inserir o “fazer história” em sala de aula, além das análises das aulas, foi entrevistar o Humberto. Essa metodologia, como muitos trabalhos em História Oral demonstram, costuma apreender muito da subjetividade dos entrevistados. Segundo Alessandro Portelli (1996), é justamente sob o aspecto subjetivo que as pessoas atribuem o significado de suas experiências e sua identidade. Isso parece ser algo duvidoso para aqueles que acreditam na utopia da objetividade das fontes e pensam que o relato é uma tomada de consciência imediata e sempre de primeira mão (PORTELLI, 1996:60). Não pretendemos fazer uma reflexão mais aprofundada sobre esse

* Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

tema, mas acreditamos que as informações sobre a trajetória e as ideias do professor são importantes para compreendermos melhor as suas escolhas pedagógicas. Por exemplo, seu gosto pela história surge a partir de leituras de histórias em quadrinhos e ele sempre faz referências a elas em suas aulas.

Alguns aspectos de sua vida: leciona no Ensino básico e sempre estudou em escolas públicas de São Gonçalo. Quando se formou do Instituto de Educação Clélia Nanci, foi fazer um curso técnico para garantir um emprego. Entretanto, não conseguiu escapar e acabou fazendo História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O gosto pela disciplina surgiu com as aulas de alguns professores de um curso de pré-vestibular e a partir das leituras de revistas em quadrinhos. Ele afirma que o gibi sempre o instigava saber o que vinha antes. Por exemplo, na história dos X-men, via no Apocalipse uma referência ao Egito Antigo. Também só leu Charlie Dickens porque, em um episódio, o Pássaro Trovejante deu um de seus livros de presente para o professor Xavier. Percebe-se que a forma com que ele narra sua história de vida possui duas estruturas: uma linear e outra circular. A primeira refere-se a um percurso crescente que vai do momento em que começou a gostar de história até se tornar professor, com o auxílio daqueles que conviveu na UERJ. A segunda estrutura é a circular e esta relaciona com o fato de sempre haver um retorno, ou seja, apesar de ter cursado o curso técnico, o desejo do pai para que estudasse Direito e de ter se tornado guarda municipal, não desistiu da profissão de professor de história. Estas estruturas estão também presentes na narrativa do Peppoloni (entrevistado de Portelli). É porque, como esse autor demonstra, a vida de uma única pessoa relaciona com padrões mais amplos. (PORTELLI, 1991: 159). Em ambos os casos (tanto do Humberto quanto do Peppoloni) há uma ênfase na continuidade em suas trajetórias. De acordo com Portelli (1991), essa insistência em unidade decorre dos poderosos impulsos da sociedade moderna industrial em fragmentar o eu (PORTELLI, 1991:129). Enfim, o relato de Humberto se caracteriza como um modo exemplar, já que esse utiliza procedimentos narrativos e simbólicos socialmente compartilhados, organizando-os e situando-os a fim de lhes dar um significado social (PORTELLI, 1991:70). Além disso, a narrativa que faz de si nos transmite a

impressão de que não viu sua vida de forma pacífica, mas teve uma participação ativa na construção de sua história. Ele teve que trabalhar enquanto cursava a graduação. Trabalhou em obras com o seu pai e ia de farda de guarda para a faculdade.

Em relação à maneira com que Humberto leciona, ele afirma que, em suas aulas, sempre faz com que os alunos percebam que são construtores do desenvolvimento histórico e que podem fazer algo, seja pelo voto, pelo o que eles postam na internet ou por qualquer outra forma. Em suas palavras, a concepção de História é o resgate do passado para construir diferentes realidades. Portanto, para o professor, é um conceito de ação e que oferece possibilidades de construção:

Então pensar História no futuro, é inculcar na cabeça deles, o pensamento de que eles são construtores da História. O voto deles tem uma importância. A ação deles tem uma importância. O que eles postam no twitter, o que eles postam no facebook, aquilo tem uma influência, pode ser nenhuma, pode ser boa ou pode ser negativa. Então quando eu falo isso pra eles, é pra assumirem uma postura de que eles podem fazer alguma coisa, não precisa ir pra rua fazer quebra-quebra. Mas existem outras maneiras, mas eu costumo dar exemplo de homens simples que se tornaram figuras históricas, Malcon X, Martin Luther King, o Mandela, o Sidarta Galtama, o Confúcio, pessoas que, pô, jogaram seu nome na História e fizeram o quê? Quando eu conto pra eles que o Tao, Confúcio era um cara que queria passar no pedágio... Pô, o cara escreveu ali o conhecimento, deu aquilo e virou um livro que orienta uma cultura inteira. Então pensar esse futuro é eles perceberem que eles podem fazer alguma coisa para mudar. Não precisa ser um presidente, não precisa ser um governador, não precisa ser um rei. Mas se eles e os grupos deles, se mobilizarem, tiverem essa consciência política, alguma coisa pode mudar¹.

Ao ser perguntado sobre a função da escola, respondeu que é a de formar cidadãos. Ressalta a constituição de pessoas reflexivas, o incentivo que dar a seus alunos para que esses escrevam cartas para os políticos e, novamente, recorre à importância do voto. Isso, de alguma

¹ Entrevista de Humberto, concedida em 29/05/2014.

maneira, possui uma relação com o “fazer história” e, como podemos observar, pelo menos para Humberto, não precisa ser algo exclusivo das aulas de história.

A questão de você derrubar preconceitos, você formar cidadãos, você elaborar uma mente politicamente pensante. Eu adoro falar para os meus alunos sobre eleição. Porque voto com 16 anos, porque isso foi implantado, qual é a importância deles terem consciência. “Eu falo, gente entra no site aqui manda uma cartinha pro deputado, que se você com 12 anos tá mandando um email pra ele, ele vai ficar preocupado, porque eu tenho 34” [barulho de mãos batendo umas nas outras]. Então é isso, a escola serve pra isso, pra formar essas mentes pensantes, embora alguns a vejam só como repositório de ‘me livro do meu filho, me livro dessa criança, evito que um marginal esteja na rua’, entendeu, esse tipo de coisa².

Ao compreendermos uma das possibilidades da disponibilidade da história no ensino da Educação Básica, podemos demonstrar que isto é compatível com a historiografia. No século XVIII, o tratamento histórico-filosófico da Revolução Francesa conduziu um novo alinhamento entre experiência e expectativa. (KOSELLECK, 2006: 162). Vale lembrar que essas categorias são, de acordo com Koselleck (2006), adequadas para ocuparmos com o tempo histórico, pois entrelaça passado e futuro. Também se dirigem as ações concretas no movimento social e político (Koselleck 2006: 308). Suas definições são:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados [...]. A expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode apenas pode ser previsto [...] (KOSELLECK 2006:309-310).

É na Era Moderna, então, que a diferença entre essas duas categorias começa a aumentar progressivamente. Aliás, é por isso que podemos caracterizar a modernidade como um tempo novo (KOSELLECK 2006:314). Não era mais possível aplicar as mesmas regras que foram elaboradas até o século XVIII. A Revolução Francesa foi um fenômeno que, para o mundo,

² Entrevista de Humberto, concedida em 29/05/2014.

parecia zombar de toda a sabedoria histórica (Wottmannem *apud* Koselleck, 2013:162). Desse modo, as novas experiências – das colonizações ultramarinas e do desenvolvimento da ciência e da técnica – já não eram suficientes para servir de base para as expectativas, para o futuro. (KOSELLECK 2006:318). Desse modo, as pessoas se viram forçadas a planejar, a prever e produzir a história. (KOSELLECK 2006:237). Por outro lado, é evidente que os acontecimentos ocorrem de acordo com as condições previamente estabelecidas. As condições dificilmente se modificam. Quando isso acontece, mudam tão devagar que quase não são influenciadas pelo “fazer história”. Por outro lado, querendo ou não, os homens e as mulheres opinam (uns mais e outros menos) (KOSELLECK 2006:242).

Para comprovar tal constatação, Koselleck (2006) concentra suas investigações na semântica dos conceitos fundamentais que modelaram a experiência histórica do tempo. O conceito moderno de história é forjado a partir da fusão entre “Historie” e “Geschichte”. Assim, a história deixou de ser apenas relatos e informes sobre acontecimentos passados para ser reflexivo e abrir possibilidades para a ação dos homens. De acordo com este autor, são três os critérios que caracterizam esse novo conceito.

1- Torna-se um singular coletivo, pois até o século XVIII, “die Geschichten” (Di reschista) [as Histórias], designavam a soma das histórias individuais. Do ponto de vista gramatical, era uma forma plural que migrou para o feminino singular (Koselleck 2006:120). Com isso, o novo conceito ganha um alto grau de abstração (Koselleck 2006:236).

2- No mesmo termo são fundadas a realidade e a sua reflexão (Koselleck 2006: 236).

3- Possuíam, de antemão, sentido de história universal (Koselleck 2006:237).

Percebemos, entretanto, uma tensão entre o desenvolvimento teórico de Koselleck e o discurso de Humberto quando ele pensa as articulações temporais. Do mesmo modo que ele acredita que a história é uma construção, afirma que o estudo histórico pode evitar erros

cometidos, como se eles pudessem se repetir. Como já foi explicado, as categorias experiência e expectativa começaram a se distanciar na Era Moderna e o passado não poderia mais servir de mestre da vida como quando o mundo era dividido entre o artesanal e camponês. Por outro lado, o conceito moderno de História abarca todas as três dimensões do tempo. O futuro, portanto, faz parte do historiador. É que, mesmo que o conhecimento do futuro através do passado seja limitado, ainda assim, temos várias perspectivas de prognosticar o futuro através da revelação, da astronomia e dos assuntos cívicos. (Chaladenius *apud* Koselleck, 2013:126). No trecho a seguir é evidenciadas todas essas discussões. O professor analisado não se restringe apenas ao passado. Percebe-se que o conhecimento histórico pode auxiliar os alunos a fazerem prognósticos do futuro.

Eu gosto de citar muito uma frase do Charles Xavier, um mutante do X-men. Ele fala: ‘Um homem que esquece os erros passados, torna a repeti-los no futuro’. Então eu sempre vi a História e falo pra eles que é uma construção, a História serve pra você dizer quem você era, você compreender quem você é, e tentar evitar que você se torne um monstro no futuro. Então a História na minha concepção tem isso: é o resgate do passado mas é uma construção que você faz da sua própria realidade. Entendeu, a gente fez um trabalho no Nossa Senhora das Dores sobre 64, e o questionamento dos alunos que eles passaram pra gente foi: ‘será que a gente não está vivendo numa possibilidade de uma nova Ditadura, será que nós vamos deixar esse erro acontecer de novo?’ Então na minha opinião, a História tem essa função, de você guardar o que aconteceu e tentar impedir que os erros se repitam. Um livro que marcou muito que eu demorei pra ele, que eu consegui ele com 12 anos, mas eu fui só ler com 22, que é o “1984”. E, tipo assim, tem uma cena do livro que fala que ele pegava o papel com uma notícia que tinha que alterar, alterava a notícia e jogava aquele papel fora, então não tinha backup. Então, tipo assim, você anulava o passado, apagava o passado e se você apaga o passado quem você é, se você esquece. Então na minha opinião, a História tem isso, você criar a sua identidade e sabendo, quem você é, você pode se projetar no futuro. Então pra mim essa é a principal função³.

³ Entrevista de Humberto, concedida em 29/05/2014.

Com isso, demonstramos que a ação dos homens e a disponibilidade do desenvolvimento histórico podem ser trabalhadas no Ensino Básico. Além disso, outras temporalidades além do passado podem ser discutidas. O professor que analisamos, possui essa preocupação de mostrar aos seus alunos que são construtores da história e, a partir disso, fizemos um diálogo com o Koselleck (2006). Com esse autor, percebemos que a articulação feita pelo Humberto do passado e futuro possui uma relação com o conceito moderno de história que foi forjado nos séculos XVIII e XIX. Esse representou um conceito reflexivo (antes eram apenas relatos e informes de acontecimentos que ocorreram) e abriu possibilidades de ação dos homens, já que a diferença entre as categorias de experiência e expectativa começa a aumentar progressivamente. É evidente que existem aspectos que se tornam problemáticos, como a ideia da utilidade da história para não se repetir erros. Até nesse caso, porém, podemos observar um entrelaçamento entre passado e futuro. Desse modo, é possível haver um diálogo entre ensino e historiografia, já que essas não são dicotômicas (ainda que cada uma possua suas especificidades).

Referências Bibliográficas

PORTELLI, Alessandro, “A Filosofia e os fatos” In **Tempo**, Rio de Janeiro. Vol.1, número 2, dezembro de 1996, 59-72.

_____. “The Best Garbage Man in Town: Life and Times of Valtèro Peppoloni Worker”. In PORTELLI, Alessandro. **The Death of Luigi Trastulli and other stories: from and meaning in oral histories**. New York: State University of New York Press. 1991, pp. 117-137.

KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.

_____. “Sobre a disponibilidade da história” In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.

_____. “A configuração do moderno conceito de História”. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 119-184.

Do útil ao agradável: a natureza nas *Memórias de Rubim* e no *Ensaio de Vasconcellos*

Vânia do Carmo*

O *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo* (1858) e as *Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo* (1861) foram as duas primeiras obras após a fundação do IHGB que se propuseram narrar a história do Espírito Santo, por isso elas podem elucidar os aspectos que desvelam as especificidades da província, mas também, e principalmente, os anseios e temores que um discurso sobre o tempo é capaz de revelar sobre a sociedade que o erigiu. Pois, como disse Rüsen (2010, p. 29-34), o texto historiográfico trata do passado, mas se direciona para o público do presente, e traz em si expectativas sobre o futuro. Nessas duas obras as descrições e referências à natureza são proeminentes, figurando-se não somente como o palco dos acontecimentos históricos, mas como fator determinante nos processos de mudanças e permanências, isto é, como fator determinante no próprio processo histórico. Assim, esse trabalho se volta para a análise das percepções sobre a natureza nas duas obras citadas, com a intenção de compreender como o conhecimento das características naturais do Espírito Santo, bem como seus usos, aponta para os elementos justificadores da situação então presente (no caso, meados do século XIX) e para recursos que possibilitam seu progresso futuro. Tais análises são pertinentes por trazer a luz textos fundamentados e produzidos num contexto de afirmação exaustiva da unidade nacional a partir de constructos culturais que se utilizaram dos usos do passado e da natureza como meio de assegurar a integração da nação. Obras de história regional, erigidas em meio ao fervor do ufanismo nacional pela unidade territorial, ditado pela elite intelectual reunida na Corte.

Em meados do Oitocentos, posteriormente a fundação do IHGB, predomina uma visão bastante motivadora sobre a natureza brasileira. Esta visão aparece nos relatos em geral, e

* Mestranda vinculada o Programa de Pós-graduação em História da UNIRIO.

afirmam a fertilidade do solo brasileiro, a beleza de suas matas e a abundância de animais, rios e minas. São apresentadas também várias formas de aproveitamento desses recursos. Os rios ocupavam lugar de destaque para o desenvolvimento econômico, integração, povoamento e comunicação. Não obstante, a grandiosidade da natureza brasileira despertava certo temor, pois diante da suntuosidade e poder da natureza, o homem poderia ser subjogado. O cenário natural maravilhoso do Brasil precisava ser domado e submetido ao controle dos homens. Muitas vezes a grandiosidade da natureza diminuía o homem e fazia-o se perder. Impera uma visão ambígua sobre a natureza, embora a visão positiva sobreponha-se a visão negativa¹. A natureza por si só não representava algo bom ou ruim para a sociedade, o trabalho realizado sobre ela é que levaria ao progresso. O empreendimento humano pela transformação dos recursos naturais em prol dos seus interesses é que converteria a natureza da situação de possibilidade de futuro próspero para uma situação de realidade. Fato possível, como pensavam os homens oitocentistas, também com o auxílio da ciência. O tripé ciência, natureza e trabalho seriam os elementos necessários para desenvolver o Brasil (BARBATO, 2011: 111).

¹ Vários trabalhos foram feitos nas últimas décadas, problematizando a questão da natureza na historiografia brasileira do século XIX, podemos citar: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: EDUNESP, 1997; KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, volume 23, nº 37, Belo Horizonte, Janeiro-Junho, 2007; PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. IFCS-UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Social, 2005. Tese de doutorado; CEZAR, Temístocles. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico*. In: *Ágora*, Santa Cruz, vol. 11, nº1, jan-jun. 2005; CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Sinos, São Leopoldo, 2008; MACEDO, Adriana Mattos. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2007; CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica-pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado, UFOP, Mariana-MG, 2012; ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação da literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991; NAXARA, Márcia. *Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª edição. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp, 2004; LOSADA, Janaina Zito. *A paixão, a natureza e as ideias da História: o IHGB no século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2007; BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas-SP, 2011.

Para a historiografia brasileira oitocentista a natureza emerge como agente de coesão nacional. Tão certos de que pensar o tempo dos brasileiros, era inevitavelmente pensar o seu espaço. Mais do que isso, era valorizar este espaço em suas configurações locais, paisagísticas e naturais. Tanto para o orgulho nacional, quanto para a utilidade nacional. Os textos produzidos no seio do IHGB, ou sob o aval seu aval, desenhavam uma natureza capaz encantar os compatriotas e os estrangeiros, uma natureza que é cenário e condicionante dos acontecimentos históricos. Mas que também assinalava o futuro nacional, com seus desafios e sucessos. Diante de tal panorama, nos textos de Vasconcellos e Rubim as percepções sobre a natureza alternam-se entre aspectos de exaltação ufanista de influência romântica e uma visão pragmático-utilitária herdada das Luzes. Primeiro falaremos do *Ensaio* de Vasconcellos, e depois das *Memórias* de Rubim, para ao final elucidarmos uma análise comparativa entre as duas obras.

O *Ensaio*: entre o encanto e o desalento

No *Ensaio* Vasconcellos descreve a província do Espírito Santo destacando suas amplas e múltiplas riquezas naturais: variedades de madeiras para a construção e marcenaria; a diversidade de plantas e animais²; a fertilidade do solo; riquezas minerais; ares amenos e “vivificadores”; enseadas pitorescas e espaçosas (VASCONCELLOS, 1858: 44; 34; 39; 198; 202). No entanto, em quase todos os trechos descritivos do seu *Ensaio*, em características gerais da província ou em características específicas de cada município, Vasconcellos chama a atenção para a existência de muitas terras devolutas e despovoadas³. Faltavam pessoas para que as citadas riquezas naturais se convertessem para o progresso e desenvolvimento da província.

² Nesta passagem, como em tantas outras, Vasconcellos cita Theodoro Descourtilz, botânico enviado pelo governo imperial à província do Espírito Santo para coligir produtos de história natural. Boa parte das considerações feitas por Vasconcellos e Rubim sobre as aves, animais e plantas das terras espírito-santenses se baseiam em Descourtilz.

³ A referência a terra “despovoada” se aproxima muito da de Sarmiento sobre o pampa argentino: a terra está despovoada dos “nossos”, não necessariamente de pessoas, já que existiam os indígenas. Na obra de Sarmiento a descrição da imensidão e do vazio dos pampas apresenta-se negativamente, pois a imensidão produz insegurança,

O rio Doce recebe amplo destaque: majestoso, possui “uma largura maior de cem braças”, as terras a sua volta são demasiadamente férteis, a ponto de “os que plantam um alqueire colhem duzentos”; em sua planície se desenha uma paisagem tão “aprazível, que não se pode descrever”. Os elogios ao rio Doce se multiplicam na narrativa de Vasconcellos, como se multiplica também a decepção diante dos seus usos. O desalento de Vasconcellos com o descaso diante do dito rio fica evidente em seu texto, por este oferecer os elementos que poderiam inaugurar uma nova fase na trajetória da província do Espírito Santo: o rio oferece comunicação com Minas Gerais, e propicia amplo comércio entre as duas províncias, mas também facilita o contato com Goiás e Cuiabá; a fertilidade e diversidade oferecidas pelo Doce indicam o potencial natural para a agricultura, tão necessária e carente à província; o povoamento da província poderia, enfim, se efetivar. Mas, para que isso de fato ocorresse deveriam ser desenvolvidos esforços para seu maior aproveitamento e navegação. (VASCONCELLOS: 142; 150; 154)

Vasconcellos toma parte das palavras do major engenheiro Luiz D’Alincourt, quando este faz o reconhecimento, a pedido da Corte, do rio Doce em 1833:

Mas que outras e grandes vantagens resultarão de facilitar-se a navegação do Rio Doce? A indústria, a agricultura, o comércio, e a mineração partilham estas vantagens. Os terrenos adjacentes a este rio produzem exuberantemente diversas e ricas plantas, frutas e legumes; por eles se estendem longas e pingues vargens, fundas e piscosas lagoas, dilatadas e virgens matas, auríferos rios, preciosas e ainda não revolvidas serras e morros; finalmente terrenos, tanto na Província do Espírito Santo, como na de Minas, em que a Natureza prodigalizou seus dons, para ventura e regalo da espécie humana: todavia tão grandes bens tem sido até agora desprezados! (D’ALINCOURT apud VASCONCELLOS: 150)

As riquezas oferecidas pela natureza permaneciam em desuso, em desprezo, todo o potencial econômico que o Doce se colocava a oferecer à província permanecia sendo

conduz a uma vida sem política, na qual o gaúcho é incapaz de se organizar em sociedade, e por isso o pampa é propício ao despotismo, e avesso a civilização.(PRADO, 2004, p.213)

inutilizado. Numa fala que transita entre o lamento e o protesto, é fácil perceber o eco de D’Alincourt em Vasconcellos: na lamúria pela oportunidade, até então, perdida; na inquietude pelo dom desprezado. Os recursos naturais não adquirem relevância por si só, ou por sua mera existência – tal relevância se constitui quando se voltam para o proveito humano, ou “para ventura e regalo da espécie humana”. Vigora a visão pragmática e utilitária da natureza. E, apesar da visão otimista sobre os recursos naturais, impera o pessimismo gerado pelo não aproveitamento destes na província.

As *Memórias*: pessimismo e civilização

Já Rubim, nas *Memórias*, destaca a existência de muitos rios caudalosos, navegáveis e ricos em peixes, a variedade da vegetação, dos quadrúpedes, das aves, dos répteis e dos insetos. Ressalta que a província possui grande diversidade, como todo o império do Brasil. (RUBIM, 1861: 197-221)

Refere-se ao rio Doce como um dos mais formosos do Império, e em uma das poucas passagens que se deixa tomar pelo encantamento da paisagem, Rubim descreve assim o rio Doce:

[...] reunido de suas cabeceiras, uma rede de rios mais ou menos arrebatados, desce a serra geral precipitando-se de extensas cachoeiras, e entra na província majestoso, alargando-se em um leito, que em partes tem duzentas braças, semeado de ilhas inúmeras, em grupo de singulares vistas, e dividindo a província em duas partes desiguais. [...]. Como se tantos dons não fossem suficientes, estão distribuídas por todo país lagoas formosas [...] que dão a esta parte da província, onde a natureza se mostrou mais generosa, um aspecto magnífico, que arrebatava o viajante. (RUBIM: 198)

Rio majestoso, que produz vistas singulares, com límpidos córregos, cheio de dons, com lagoas formosas, natureza generosa, com aspecto magnífico...tantos adjetivos em um só parágrafo chamam a atenção pela sua escassez nas *Memórias*. Rubim descreve a paisagem pretendendo transportar o leitor para as margens do rio Doce; um cenário que instiga a

imaginação e a sensibilidade. Parece um convite a ir conhecer o lugar...mas só até o início do parágrafo seguinte, quando fala que a existência dessas muitas correntes de águas podem dar ao lugar um aspecto de insalubridade. Prossegue dizendo a respeito do curso do rio Doce que “nas planícies do litoral se estendem as águas inundantes, e formam extensos alagados que ocasionam febres intermitentes” (RUBIM: 198).

Sobressaem, em Rubim, os aspectos negativos a respeito das condições naturais da província. As matas que cobrem o território abrigam os indígenas ferozes, e dificultam a civilização da região (RUBIM: 202). A natureza dificulta também a comunicação com outras províncias, por conta de suas serras, montanhas e penhascos, pelos perigos que nela se ocultam, como também pela destruição que a vegetação, os rios e o clima fazem nas estradas⁴. O solo, que não é de todo fértil, juntamente com o clima dificulta o desenvolvimento das lavouras (p. 203). Ao falar do clima da província, Rubim por diversas passagens destaca a insalubridade (p. 203, 269)⁵. A vegetação das serras apresenta um aspecto “sombrio e triste”(p. 197).E ainda assim, a maior parte dos recursos que a natureza poderia oferecer para o desenvolvimento da

⁴Boa parte das investidas feitas para modificar a realidade natural (construção de estradas, povoamento, lavoura) acabavam sendo derrotadas pela força da natureza. A narrativa de Rubim deixa ver uma natureza que sufoca o homem e limita seu desenvolvimento.

⁵ A insalubridade do clima da província já havia sido colocada por Inácio Acioli de Vasconcellos em 1828, nos seguintes termos ao falar do Espírito Santo: “A sua atmosfera podia passar por saudável se não aparecessem na primavera e outono febres de diferentes caracteres, cuja causa se pode atribuir aos muitos lagos, ao alimento salgado, e às matas vizinhas que contornam as povoações”.VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Consulta ao site: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/achiame/acioli/acioli_1.html. Dia 24 de julho de 2007.

Essa percepção negativa do clima tropical maléfico ao homem é herdada do século anterior quando era associado a degeneração e a doenças. Durante os Setecentos Portugal empreendeu uma política de saúde, mesmo que precária voltada para a América Portuguesa. A ideia era obter informações sobre as enfermidades que proliferavam e resultavam na diminuição da população de colonos e escravos. Os esforços se voltaram para considerar os impactos das doenças tropicais sobre a população colonial, e ficou constatado que o clima foi um dos principais fatores para tantas mortes. O clima quente provocava um calor de dia e de noite, e associado às inundações provocadas pelas chuvas, resultava no apodrecimento de matérias que infectavam o ar, e assim surgiam febres pestilentas. Por causa do clima existiam insetos extremamente perigosos à saúde e tantas outras moléstias vulgares. Acreditava-se que por causa do clima a própria terra liberava odores mórbidos. (ABREU, Jean Luiz Neves. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Vol. 14, nº 3, Rio de Janeiro, jul-set. 2007.)

civilização nesta parte do império se acha inexplorada (p. 223), também porque o aproveitamento dos bens naturais foi ao longo da história prejudicado pelas incursões indígenas. (p. 245)

Assim como Vasconcellos, Rubim volta seu olhar para os recursos naturais sob uma ótica pragmática, em que o solo, as plantas, os animais e o clima são analisados na perspectiva do seu uso para e pelo homem. E no caso de Rubim, isso é mais direcionado: seu uso em prol da civilização. O olhar de Vasconcellos sobre a natureza do Espírito Santo é carregado de paixão, deslumbramento e lamento. O olhar de Rubim é um tanto mais sóbrio.

Considerações finais: tempo e natureza nas narrativas de Vasconcellos e Rubim

Os dilemas encontrados pela historiografia oitocentista sobre o meio natural brasileiro se evidenciam nas obras de Vasconcellos e de Rubim: um território vasto ainda por ser descoberto, cujas potencialidades estavam longe de serem devidamente convertidas aos interesses do progresso da nação. Os historiadores do século XIX ocuparam-se de descrever a natureza no propósito de engrandecer a nação pelo que lhe é peculiar, e para evidenciar a prosperidade possivelmente advinda desta natureza. Romantismo e utilitarismo iluminista fundiam-se na apreensão sobre a natureza brasileira. A natureza a ser contemplada e admirada predomina no discurso de Vasconcellos. A natureza a ser civilizada, que existe para o interesse e benefício do homem predomina em Rubim. Mas, é certo que em ambos os autores a visão contemplativa e a pragmática estavam presentes.

Em Vasconcellos o lamento é contínuo: “Pena é que a província do Espírito Santo não tenha atingido ao grau de prosperidade, a que tem tocado outras em idênticas circunstâncias, porque não lhe faltam proporções, e riquezas naturais para chegar a esse resultado” (VASCONCELLOS: 34). O tesouro natural por ser descoberto, gerador de uma prosperidade que era vocação da província, continuava ali: intocado ou pouco aproveitado. Tão próximo, e tão distante. A promessa persistia, mas não se cumpria. Como um tempo marcado pela ausência de rupturas, a visão sobre a natureza capixaba em Vasconcellos é otimista pelo dom dado pelo

Criador – até onde vai a ação da Providência as expectativas se alargam e promovem o surgimento de promessas de mudança, prosperidade e desenvolvimento. Mas, o horizonte de mudanças permanecia, para Vasconcellos, distante, inatingível. A pujança natural, o majestoso rio Doce, a fertilidade em abundância: dons; frutos da ação do Autor da natureza. Não obstante, da ação que cabe ao homem para tirar proveito próprio desses dons só resta lamento (“pena é...”) por uma ação não concretizada, pelas muitas oportunidades perdidas. Prosseguia a província como nos tempos da colônia, sem essa ação capaz de redesenhar o direcionamento do Espírito Santo para um futuro em que ele seja tudo o que *pode* ser. Possibilidade dada pelo Autor da natureza, mas que só pode ser concretizada por meio da ação do homem.

Permanece, também em Rubim, a inação do homem sobre a natureza. A natureza impõe uma dura vitória sobre o homem: o clima que provoca moléstias, o solo que não produz tanto, as matas que consomem as construções dos homens. A força da natureza e a fraqueza do homem são estridentes em Rubim. A continuidade se evidencia em Rubim, mas com os contornos de um pessimismo sobre a paisagem e sobre os recursos naturais delineados por um olhar distante – talvez tão distante quanto Lisboa, onde Rubim passara boa parte de sua vida, ou tão distante quanto o Rio de Janeiro, onde residia então – incrédulo, sem muitas expectativas. Ora, de fato as condições econômicas e sociais da província do Espírito Santo na primeira metade do século XIX, sobretudo se comparada ao Rio de Janeiro, na eram motivadoras. A motivação poderia estar não presente, ou no passado. Mas no que a província poderia ser. E é aí que papel desempenhado pela natureza é fundamental. Engrandecer a natureza, sobretudo na ótica utilitária do século XIX, é depositar a confiança no devir. No que pode ser, no “ainda não” que um dia enfim se concretizará.

A análise desenvolvida aqui permite ver que a natureza brasileira, na historiografia, se figurou como palco e alavanca da história nacional. Pois foi nela que as tramas da história se desenrolaram, ela articula o passado, o presente e o futuro. O passado a ser recuperado e escrito, o presente a ser instruído e agregado, e o futuro a ser garantido. É também alavanca, pois nela encontram-se os elementos da potencialidade nacional para o progresso e prosperidade. As obras de Rubim e Vasconcellos estampam um Brasil no qual os sonhos de civilização esbarram

na realidade dos entraves oferecidos pelo sertão que se agiganta perante o homem; por uma natureza sonhada como propulsora da história, mas que até então limitava essa própria história por restringir a ação humana. O prazer e o desprazer se mancomunam numa natureza que é limitadora da ação humana, mas é elemento de orgulho nacional por sua beleza, exuberância e grandiosidade, mas, sobretudo, pelas possibilidades por ela oferecidas. E essas possibilidades ensejam um devir marcado pela civilização, pelo domínio do homem sobre meio natural – realidade na qual a natureza enfim deixaria o lugar de agente histórico para a proeminência do homem. A natureza que agrada por que encanta, e assim serve de argumento ao nacionalismo, mas que principalmente é útil por que da ciência e do trabalho nela empregados viriam os meios de condução ao progresso da nação.

Referências bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. **História, ciência, saúde-Manguinhos**. Vol. 14, nº 3, Rio de Janeiro, jul-set. 2007.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. **Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas-SP, 2011.

PRADO, Maria Lígia. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2004.

RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas e documentadas. In: **RIHGB**, nº 24, 1861.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. **Ensaio histórico e estatístico da Província do Espírito Santo**. 1858.

VASCONCELOS, Inácio Aciolli de. **Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**.

Consulta ao site:

http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/achiame/acioli/acioli_1.html. Dia 24 de julho de 2007.

A historiografia sobre a vinda da Missão Francesa e a institucionalização da arte no Brasil

*Vera Rozane Araújo Aguiar Filha**

Neste trabalho nos deteremos a analisar a história do *campo* artístico brasileiro, atentando para as nuances que envolvem o processo de estruturação e consolidação da prática artística institucional no país. O que significa a formatação de uma área específica para o ensino e a prática da arte; arte enquanto profissão, ofício, o chamado modelo acadêmico¹. Para isso, iniciaremos a análise nas “raízes” desse processo.

Primeiramente, não podemos perder de vista que a arte é um fenômeno social e cultural, e no caso brasileiro não foi diferente. Assim, o momento que iremos trabalhar será de uma mudança estrutural decisiva, um divisor de águas para o nosso território: a chegada de D. João VI e de sua corte. A vinda, nem um pouco espontânea, esteve relacionada aos desenrolares da Revolução Francesa (1789) e da política expansionista do império de Napoleão Bonaparte, no conjunto dos eventos das chamadas guerras napoleônicas do início do século XIX.

Os impactos do processo revolucionário francês não se limitaram ao território nacional, muito pelo contrário, alcançaram outros países e regiões, gerando uma sensação de constante perigo às monarquias absolutistas já consolidadas na Europa. Um desses territórios foi a maior das colônias portuguesas, que serviu de ponto estratégico para o rei de Portugal e sua corte, no momento em que Napoleão e suas tropas capitularam o território português. Esse acontecimento foi muito emblemático, englobando questões referentes à economia, à política e à cultura, como, por exemplo: a quebra do Pacto Colonial com a abertura dos portos em 1808; a movimentação

* Bacharel em História pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do *Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: reflexões sobre fontes históricas* (GEPHD), cadastrado na plataforma CNPq.

¹O modelo acadêmico, como já foi apresentado, diz respeito ao perfil traçado no ensino artístico que se faz vinculado a um sistema institucional, no caso brasileiro a Escola Nacional de Belas Artes, onde se estabelecem um conjunto de normas para a formação e a produção artística (PEREIRA, Idem).

de uma parcela da elite local para uma emancipação política que só se oficializou em 1822; e o interesse por uma nova vida cultural que fosse “à altura” da corte portuguesa. Esse aspecto é fundamental para o entendimento dos porquês da instalação de uma academia artística no Brasil, sem perder de vista os elementos culturais que se inserem nesse processo, enxergando a arte como um meio de distinção, de elevação².

Aliado às mudanças ocorridas na colônia, é visível o interesse de D. João VI em dar à nova sede do Império Ultramarino uma nova cara, novos ares. Nesse sentido, podemos perceber o surgimento de uma série de instituições, as quais foram criadas pelo príncipe regente, no intuito de modernizar, moldar uma nova vida na colônia, no que diz respeito aos costumes, à economia e à política. Desde 1808, alguns veículos são criados, a fim de moldar uma nova vida cultural no país. O Rio de Janeiro tornou-se o grande centro, sendo lá o local de instalação de vários instrumentos de poder, trabalho e sociabilidade. Podemos listar uma série de serviços implantados: o Arquivo Real Militar, a Tipografia Régia, a Capela Real, o Conselho da Fazenda, o Tribunal da Junta de Comércio, a Intendência Geral da Polícia, o Banco do Brasil, o Theatro São João, a Biblioteca Real, a Casa da Moeda, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Faculdade de Direito, a Imprensa Régia, e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que, posteriormente, se tornaria a Academia Imperial de Belas e Artes (AIBA) em 1826 e, mais tarde, a ENBA (CRULS, 1965: 307-308).

No que diz respeito às artes, o marco inicial desse novo momento foi a Missão Artística Francesa de 1816. Tendo como objetivo geral a modernização da nova sede da corte e a elevação do padrão cultural de todo o reino (D’HORTA, 2006. p. 494), a missão, chefiada por Joaquim Lebreton (1760-1819), partiu da França para o Rio de Janeiro, sob as **ordens** de D. João VI, com o intuito de contribuir na elaboração de novos moldes artísticos. Arquitetos e pintores desembarcaram em nossas terras, dentre os quais os nomes mais famosos estão Nicolas Antonie Taunay (1755-1830) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Essa versão sobre a chegada

² Sobre a vinda da Família Real e as transformações decorrentes na vida da colônia, ver PRADO, 2007 e D’HORTA, 2006.

da missão é constantemente questionada por alguns autores da historiografia especializada sobre a história da arte no Brasil. Assim, podemos rever tais aspectos e problematizá-los, no sentido de discutir o que seria essencialmente o movimento denominado Missão Artística; qual sua relação com a Coroa portuguesa residente no Brasil? Como os artistas franceses foram recepcionados? Quais as motivações de sua vinda? O que significava para os artistas franceses a vinda ao Brasil?

A Missão, grosso modo, iria moldar uma nova vida artística no Brasil, em contraposição direta às artes ligadas ao aspecto religioso – típicas do período colonial – e inaugurar o ensino acadêmico no país. Grande maioria dos historiadores consultados na pesquisa acredita que a vinda do grupo francês foi iniciativa do próprio D. João VI, que tinha a intenção de institucionalizar um modelo artístico a ser seguido, deixando de lado os assuntos religiosos para dar lugar ao gênero da *pintura histórica*³ e da exaltação de aspectos nacionais, principalmente os assuntos ligados às grandes figuras do império. Dois aspectos problemáticos aqui saltam à vista: a vinda da missão francesa como iniciativa de D. João e a presença francesa como um elemento essencial na renovação artística no Brasil. Sonia Gomes Pereira, em sua obra *Arte brasileira no século XIX*, trata desse assunto apontando para a: “[...] **contratação** em 1816 de uma missão artística, chefiada por Joaquim Lebreton, antigo membro do Instituto de França, e integrada pelo arquiteto Grandjean de Montigny, os pintores Nicolas Taunay e Jean-Baptiste Debret [...]” (PEREIRA, 2008:14).

José Carlos Durand, em sua tese *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*, compartilha da mesma ideia de uma iniciativa de D. João VI. “A vinda de uma missão de artistas franceses **a convite** do Rei D. João VI, em 1816, e a criação oficial, anos depois, de uma Academia de Belas-Artes [...]” (DURAND, 1989:3).

³O gênero da pintura histórica, grosso modo, tem como principal fonte de inspiração as narrativas literárias e históricas, a fim de reviver o espírito do triunfo inspirados nas grandes civilizações como Grécia e Roma. Ver: FARTHING, 2011: 260-261.

Essa versão é comum na historiografia, sendo vista em outros títulos (ACQUARONE, 1942; BATTISTONI, 1990; ZANINI, 1983), porém, existem outras leituras sobre o ocorrido.

A presença da missão como elemento inovador se faz inteligível principalmente nos livros didáticos que tratam do processo de emancipação brasileira, simplificando a relação entre o Brasil e a França e a formatação dos caracteres artísticos como uma “influência francesa”. O termo *influência* também é problemático, como aponta Vera D’Horta, dialogando com os escritos de Lourival Gomes Machado, datados do ano de 1946:

Não se tratava, nesse primeiro momento, de influência da arte francesa sobre a brasileira, porque ‘influência é a modificação espontânea que um organismo vivo provoca em outro, postos ambos num campo normal de relações com outras entidades de espécie’. A Missão, tão cara aos propósitos civilizadores da corte portuguesa, fez o academismo prosperar, com a tradução, para nossa língua do artificialismo palaciano, das pinturas de encomenda, das cenas gloriosas de batalha, esquecendo que, em momentos anteriores do período colonial, no chamado Barroco brasileiro, chegaram a nascer algumas manifestações autênticas desse encontro do conquistador com a terra conquistada. Não havia, à época da Missão, ‘influência francesa na arte brasileira, mas um ramo brasileiro da arte francesa’ (D’HORTA, 2006:494).

Os escritos de Lourival são críticos acerca do “fazer-se” da arte no país, colocando a experiência datada desse período como um “ramo” situado em algo bem maior, que seria a experiência francesa, num jogo de escalas, sendo o Brasil um mero “imitador”. Essa visão acerca da arte do Oitocentos é central para entendermos as raízes da querela entre os “reformistas” e os “academistas”. O que devemos atentar é para o discurso simplificador sobre o processo de institucionalização da prática artística no Brasil. A *influência* não se dá pelo viés do mimetismo, e sim, quando temos em vista que o processo não foi algo dado, uma apropriação de padrões e práticas, sendo modificados constantemente e dialogando com os sujeitos históricos envolvidos nessa máxima. D’Horta completa, atentando que o relacionamento entre Brasil e França se fez produtivo para ambas as partes, um intercâmbio propriamente dito.

Os jogos políticos que envolvem as relações entre os países, tanto França como Portugal e o Brasil são fundamentais para o entendimento desse movimento, um elemento central para a constituição da AIBA, sendo, assim, a Missão Francesa, o pontapé inicial.

Assim devemos analisar outros aspectos sobre a Missão, que tornam um pouco mais clara a complexidade do processo histórico do início dos oitocentos. Um elemento de extrema importância é o Decreto Real de 1816 para o estabelecimento de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que, posteriormente, se tornaria a AIBA. Uma interpretação avalia que os franceses não foram convidados pela corte portuguesa e que não tinham nenhuma obrigação legal perante o governo do Rio de Janeiro (PEDROSA, 2004: 63). Mário Pedrosa completa:

Há, hoje, uma lenda para que se **convencionou** designar de “missão francesa”, ou aquele punhado de artistas e cidadãos da França napoleônica que embarcaram para o Brasil em janeiro de 1816 [...]. O Brasil do príncipe D. João, que poderia ser para homens como Nicolau Antonio Taunay ou Debret ou Montigny? (PEDROSA, 2004:42).

Em seus estudos, o autor usou de fontes primárias importantíssimas, como os escritos do bisneto do artista Nicolau Antonio Taunay, o historiador Afonso Taunay⁴, cuja obra *A missão Artística de 1816*, publicada no ano de 1956, foi um estudo sistemático sobre o assunto, após anos de dedicação aos documentos oficiais e fontes contemporâneas ao movimento. O primeiro aspecto que Pedrosa destaca é que a “missão francesa” foi um projeto, uma versão idealizada sobre o que “realmente” ocorreu. Narra, com riqueza de detalhes, como se deu o processo. Inicia sua investigação com a afirmação de que a “missão” se deu por iniciativa de Antonio de Azevedo, Conde da Barca, que teve a ideia de fundar uma academia ou escola de

⁴Mário Pedrosa traz como nota de rodapé as referências bibliográficas acerca da obra de Afonso Taunay, fontes indispensáveis para o estudo da missão artística francesa e as polêmicas que envolvem esse processo. Citei algumas das referências: “A Missão artística Francesa de 1816”, do ano de 1912, publicada em na Revista do Instituto Histórico e Geográfico; “Novas Acheugas à catalogação de Nicolau Antonio Taunay”, publicado em Anais do Museu Nacional de Belas Artes, Nº 09-1947-1948; “A missão artística de 1916”, O Jornal, 01 de novembro de 1923; “A colônia de artistas de 1826”, O Jornal, 08 de novembro de 1923, entre outros.

ciências e artes. Para tanto, encomendou ao Marquês de Marialva (representante de Portugal na França) que **contratasse** na Europa, no ano de 1815, artistas e artífices. Marquês de Marialva incumbiu para esse trabalho seu auxiliar na embaixada de Paris, Francisco José Maria de Brito, conhecido como Cavalheiro Brito. Sabendo de tal movimentação, Pedrosa completa que, ou por iniciativa própria ou por contato feito pelo Marquês de Marialva, o Sr. Le Breton entrou em negociação com o Cavalheiro Brito, o que resultou no embarque para o Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1816.

O autor lança as seguintes questões: Por que não foi adiante a missão? Por que não se fundou a Academia tão sonhada, com a presença dos artistas e do chefe da missão? Não terá sido a proverbial “inércia colonial”? (PEDROSA, 2004:46). Dialogando com os escritos do historiador Afonso Taunay responde:

Não foi a inércia colonial que impediu o aproveitamento imediato dos membros da missão artística pelo governo de D. João e sim, exclusivamente, a atitude hostil, violenta, a guerra sem trégua movida contra Le Breton pelo diplomata que até então representava a França na corte de D. João, o cônsul-geral Maler (TAUNAY apud PEDROSA, 2004: 46).

Após o ano de 1816 e o decreto para a inauguração da Escola de Arte e Ciência, só teremos um novo decreto no ano de 1820, em 12 de outubro, o qual estabeleceu, no Rio de Janeiro, a Real Academia de Desenho, Pintura e Arquitetura. Porém, é somente no ano de 1826 que há a inauguração oficial da Academia Imperial de Belas Artes. Nesse entremeio, houve a construção do palácio onde residiria a academia; e os artistas se dedicavam, principalmente, à realização de trabalhos particulares para a corte portuguesa. Retratos de reis, pessoas que ocupavam altos cargos na organização política da colônia, cenas cotidianas, eventos marcantes, entre outros, eram os trabalhos empreendidos pelos artistas acadêmicos.

Um aspecto fundamental para entendermos esse momento de constituição da Academia é a ferrenha disputa entre portugueses e franceses. Com a corte portuguesa instalada no Brasil desde 1808, o aparelho burocrático era constituído, basicamente por portugueses; assim, era

mais do que esperado que eles também tomassem conta das questões referentes à cultura; aqui especificamente, à arte. Vários autores trabalham essa disputa, sendo um aspecto importante nos estudos a figura de um artista português chamado Henrique José da Silva. Aportou um ano antes da chegada da missão artística e se tornou um “pomo de discórdia entre a Corte e os mestres franceses” (ACQUARONE, 1942:16).

Com a morte de Lebreton, em 1819, antes mesmo da emissão do decreto de 1820, para a inauguração da Escola de Arte e Ciência, Pedrosa relata que os mestres franceses “ficaram indignados com a indicação de um estranho” para a diretoria da escola (PEDROSA, 2004:52). Quem assumiria o posto era o próprio Henrique José da Silva, “nomeado como professor de desenho e diretor das escolas” (PEDROSA: 2004:53; ACQUARONE, 1942:17). Alguns autores, como Mário Pedrosa, apontam para a ocorrência de certo preconceito relacionado ao desprezo, por parte dos franceses, da arte praticada em Portugal, sob o argumento de que as produções eram medíocres e de que não havia profissionalismo entre os artistas portugueses. Pedrosa nos fala, dialogando com os escritos de Debret na obra *Viagem Pitoresca ao Brasil*:

Apesar de todos os empenhos em que se trouxe para o Brasil sobretudo gente de ofícios práticos e mestres e professores para o desenvolvimento da indústria e da agricultura, a Escola, mesmo na versão provavelmente mesquinha que lhe dava Henrique José da Silva, reduzida, como diz Debret a “um curso de desenho no qual se alternavam o estudo da figura como da arquitetura, era, realmente, desta vez, só do que então se chamava de ‘belas-artes’ (de preferência com maiúsculas) [...] (PEDROSA, 2004: 54)

Outra versão sobre estes acontecimentos pode ser vista na obra *Arte-Educação no Brasil*, da historiadora Ana Mae Barbosa. Ela nos mostra que, devido à existência de conflitos entre franceses e portugueses, D. João VI procurou **fugir à responsabilidade pública** de ter oficialmente **patrocinado** a vinda dos artistas franceses através das autoridades competentes em Paris (BARBOSA, 2010: 18). Ana relata:

Os organizadores da Academia de Belas-Artes, célula máter do nosso ensino de Arte, eram franceses, todos membros importantes da Academia de Belas-Artes, do Instituto de França, e bonapartistas convictos. Lebreton, líder do grupo que posteriormente passou a ser chamado de Missão Francesa, era secretário perpétuo do Instituto de França e diretor da Seção de Belas Artes do Ministério do Interior daquele país, tendo-se ocupado, inclusive, de instalar no recém-criado Museu do Louvre (1793) o acervo resultante da vasta espoliação de Napoleão Bonaparte nos países conquistados. Com a queda de Napoleão e a volta dos Bourbon ao poder, os bonapartistas do Instituto de França caíram em desgraça (Idem: 17).

Assim, podemos analisar outro aspecto apontado por Mário Pedrosa, acerca do significado da vinda ao Brasil para os artistas franceses. Ao pensarmos no contexto histórico da França, todo o processo da Revolução Francesa, o período Napoleônico, a política expansionista, o choque com as nações vizinhas, e por fim, a volta do modelo monárquico; de fato, o Brasil poderia ser um recomeço, uma porta de entrada para uma nova vivência artística, na qual seus nomes seriam exaltados, e não jogados na sarjeta, como ocorreu na França.

Outro aspecto que Ana Mae Barbosa chama atenção em seu trabalho é para as disputas políticas que envolviam a tensão entre portugueses e os franceses da Missão. Na época, muitos dos famosos artistas que aportaram no Brasil, receberam convites para ensinarem nas academias de arte de outros países da Europa, porém recusaram e vieram para o Brasil. Ana indaga que talvez os animasse a ideia de que na América do Sul a perseguição aos bonapartistas não os alcançaria. Ideia equivocada, pois, segundo a autora, Bonaparte era a figura mais agredida nas publicações emitidas pela recém-fundada Imprensa Régia (BARBOSA, 2010: 18). Parece que os franceses esqueceram que a Família Real estava fugida na sua colônia, por conta dos “desmandos” de Napoleão. A autora completa:

No Brasil, o ódio contra Napoleão Bonaparte tinha razões óbvias, pois Portugal – que estava subordinada à zona de influência da Inglaterra – sentira de perto a ameaça bonapartista. D. João VI, príncipe regente de Portugal, fora obrigado a fugir de seu país em 1808 e se **refugiar** com alguns membros de sua corte no Brasil, onde permaneceu até 1821. O próprio D. João VI procurou fugir à responsabilidade pública de ter oficialmente patrocinado a vinda de

artistas franceses através das autoridades competentes em Paris, dando a entender, no decreto com o qual criou a Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios, que visava aproveitar alguns estrangeiros beneméritos que procuravam sua proteção. Aliás, a atitude sempre ambígua de D. João VI frente aos problemas da Missão parece ter sido gerada em grande parte pelas pressões exercidas sobre ele pelo cônsul geral francês no Brasil sob pretexto de uma possível participação destes num suposto plano de fuga de Bonaparte para a América e numa suposta conspiração contra o governo argentino. (Idem:18)

Dialogando os dizeres de Ana Mae e de Mário Pedrosa sobre a vinda dos franceses ao Brasil, poderemos lançar um olhar mais profundo para esse fenômeno. Enquanto Ana Mae traz a ideia de que D. João VI deixa margem, em seu decreto de 1816, acerca da vinda espontânea de artistas franceses ao Brasil, Mário traz os escritos de Laudelino Freire⁵, importante nome na historiografia da arte brasileira, e afirma, baseado numa análise de publicação⁶ feita por Henrique José da Silva, o português que assumiu a academia após a morte de Le Breton, a ideia de que os franceses aportaram aqui sem ser convidados. Na leitura de Henrique José da Silva, muito provavelmente, eram vistos como intrusos e que, não satisfeitos em tomar para si atividades que eram essencialmente portuguesas, ainda ridicularizaram e menosprezaram suas práticas, como trabalhamos anteriormente. Pedrosa, revendo o texto de Henrique José da Silva sobre o decreto de 1816, nos fala:

[...] não foram expressamente convidados pela corte portuguesa, que não tinham oficialmente nenhuma obrigação legal a cobrar do governo do Rio de Janeiro e que só aqui chegados, depois de aqui chegados, é que o governo assume a obrigação de, por seis anos, lhes dar pensão em troca de certos compromissos por parte dos recém-vindos, inclusive o de aqui permanecer por esse mesmo prazo. E é também pertinente o argumento de que, usando o termo

⁵ Laudelino Freire (1873-1937) é um importante nome para a história da pintura no Brasil, sua obra *Um Século de Pintura: 1816-1916*, publicada em 1916 é referência primordial acerca dos estudos da arte brasileira. Foi o segundo ocupante da Cadeira 10 da Academia Brasileira de Letras, em 1923, sucedendo Rui Barbosa figura emblemática no que tange a período republicano (1889-1930).

⁶ Artigo publicado no Diário Fluminense, de 12 de janeiro de 1828, intitulado *Reflexões abreviadas sobre o projeto do plano para a Academia Imperial de Belas Artes*, e assinado por “O inimigo das imposturas que comprometem”. Ver Pedrosa, 2004: 60-61.

‘pensão’ e não ordenado, efeito de munificência e não de ajuste ou contrato, as pensões eram concedidas em virtude do ‘ânimo generoso do Monarca’ e não de quaisquer outros vínculos jurídicos mais formalizados (PEDROSA, 2004:63).

Dessa forma, percebemos a partir dos mais variados escritos sobre o período que as questões ligadas às oposições políticas e culturais são elementares para pensarmos a disputa entre portugueses e franceses. A polêmica sobre a vinda da missão artística francesa compõe um debate amplo e que ainda possui muitas arestas. Porém, esses debates nos permitem compreender que o processo de recepção dos padrões estéticos franceses no Brasil não se deu de forma simples e passiva, e sim, de forma complexa e repleta de disputas.

Referências Bibliográficas

ACQUARONE, Francisco. **Mestres da Pintura no Brasil**. s/e. 1942.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 6ª ed.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Bisorde, 1965. 1v.

D’HORTA, Vera. A matriz de um desejo: influência francesa na arte brasileira In: MARTINS, Carlos Benedito (org). **Diálogos Brasil e França: formação e cooperação acadêmica**. Ed. Massangana, 2006. Vol. 2.

DURAND, José Carlos. **Arte, Privilégio e Distinção: Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FARTHING, Stephen. **Tudo sobre arte**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FREIRE, Laudelino. **Um século de Pintura no Brasil**. Rio de Janeiro, Tip. Rohe, 1916.

PRADO JR. Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. Editora Brasiliense: São Paulo, 2007. 27ªed.

PEDROSA, Mário. **Acadêmicos e Modernos: Textos Escolhidos III**. São Paulo: Edições Edusp, 2004.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

ZANINI, Walter (org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. (2º volume).

A experiência da história nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói**

Vinícius de Souza**

Introdução

Geração vacilante. Assim designa Antonio Candido o grupo de letrados que, durante as Regências e as décadas iniciais do Segundo Reinado, no Brasil imperial, procurou gestar a reforma literária que via como necessária para a afirmação de uma ambiência moderna na jovem nação sobre a qual depositavam honestas aspirações de progresso (CANDIDO, 2000a: 41-93).

Trata-se, entre outros, dos entusiastas da *Niterói*, *Revista Brasiliense* e de figuras como Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), Luís Carlos Martins Pena (1815-1848), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) e João Francisco Lisboa (1812-1863). São esses os chamados primeiros românticos do Brasil.

A revista *Niterói*, publicada em Paris e veiculada no Brasil em 1836, é tida, ao lado da obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, dada a lume na mesma cidade e no mesmo ano, como marco inaugural do Romantismo na porção lusófona da América. Os quatro diretores dos dois únicos números da *Niterói* foram Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), autor dos *Suspiros*, Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Cândido M. de Azeredo Coutinho (?-1878) e Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876). Além desses, outros nomes incluíram textos às páginas da revista, como João Manuel Pereira da Silva (1817-1898).

O crítico literário Afrânio Coutinho explica que essa deve ser considerada a primeira fase do Romantismo brasileiro porque somente aí têm-se claros propósitos de alinhamento com

* Este trabalho é uma síntese da monografia homônima apresentada pelo autor ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto para a obtenção do diploma de Bacharel em História.

** Graduado em História pelo Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

as diretrizes do movimento iniciado na Europa, na segunda metade do século XVIII, em oposição ao Classicismo e em consonância com os ímpetus de transformação estética da época (COUTINHO, 1969).

Neste trabalho, investigamos a experiência da história passível de ser apreendida nos quatro artigos que Francisco de Sales Torres Homem publicou na citada revista.

Formação e participação de Torres Homem no contexto de afirmação da nacionalidade brasileira

O caráter *vacilante* apontado por Antonio Candido se evidencia tanto no âmbito artístico, pois, mesmo em anunciada adesão ao Romantismo, preservam certos aspectos da tradição clássica em sua prática literária, como no âmbito político, já que muitos, ao mesmo tempo em que ingressam em ferrenha militância liberal, com rasgos de patriotismo, ancorado em prerrogativas constitucionalistas, autonomistas, anti-absolutistas, anti-lusitanas e abolicionistas, prestam as devidas reverências a D. Pedro II.

Concentramos o escopo analítico deste trabalho na atmosfera regencial. É um período turbulento, como indicam as rebeliões no Rio de Janeiro, de 1831 a 1832, a Sedição de Ouro Preto, a Revolta dos Malês e a Sabinada, em Salvador, a Cabanagem, no Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Balaiada, no Maranhão (CARVALHO, 2011).

A consciência nacional, na elucidação de Maria Odila Leite da Silva Dias, se consolida no decênio de 1840 a 1850. A década de 1830 ocupa centralidade nesse processo, percebe-se aí a necessidade de um redimensionamento conceitual que correspondesse ao clima político e social das Regências e que respondesse à coexistência de distintas alternativas de futuro e diferentes interpretações da história (ARAUJO, 2008: 19-21. DIAS, 2005. JANCSÓ; PIMENTA, 1999).

Conforme expusemos na introdução, estudamos os artigos de Francisco de Sales Torres Homem da revista *Niterói*. Ele que, como outros de sua geração, tem uma primeira formação

acadêmica no Brasil – obteve o diploma de médico, pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro – e depois, subsidiado pelo Estado, vai à Europa para mais aprendizado – isso em 1833, quando junta-se a companheiros como Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, em Paris.

Lá, licencia-se em Direito, frequenta junto aos seus compatriotas aulas abertas na Sorbonne, estuda “Voltaire, Locke, Kant e Hegel, química e economia política” e corporifica sua compreensão da literatura como veículo de apuração social e sua noção da inviabilidade da escravidão (RANGEL, 2011: 15-16).

Sob os auspícios de Eugène de Monglave, apresenta uma comunicação em três vozes, na qual tratou da ciência no Brasil, enquanto Magalhães falou de literatura brasileira e Porto-Alegre, de belas-artes, em 1834, no Instituto Histórico de Paris, publicada com o título de *Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences e des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique*, no mesmo ano, na revista da agremiação, onde já se delineia o que propalarão em 1836.

Torres Homem e seus companheiros retornam ao Rio de Janeiro em 1837, dispostos a dar vazão ao projeto cantado na *Niterói*, cuja publicação já havia sido encerrada “por motivos superiores, e independentes de seus Redatores”¹.

Foi deputado, senador, presidente do Banco do Brasil, Ministro da Fazenda, entre outros. Prossegue também com prolixa atuação publicista e participa de periódicos que muito se projetaram no cenário dos choques de matizes oitocentistas.

Torres Homem integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e guinou de um pólo a outro no universo político imperial – foi liberal, conciliador e conservador.

Interessa-nos aqui o Torres Homem das Regências. Liberal e romântico.

¹ *Observação final*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. p. 261-262 Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 261.

Os artigos

Torres Homem publicou dois artigos em cada um dos dois números da revista *Niterói*. No primeiro número, *Considerações Econômicas sobre a Escravatura e Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda*. No segundo, *Comércio do Brasil e Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães*.

Com o *Considerações Econômicas sobre a Escravatura*, elenca as razões para a supressão da escravidão no Brasil. Conta como o emprego de escravos prejudicou as sociedades grega e romana, opina que os portugueses, pela forma como lidaram com os índios e os africanos no Novo Mundo, descumpriram o papel cristianizador que o destino os havia oferecido, explica como o ambiente escravocrata desvirtua as pessoas, expondo, por exemplo, a mudança de caráter que sofriam os holandeses quando transferiam-se dos Países Baixos para suas colônias, demonstra a diferença no ritmo de desenvolvimento entre os Estados do sul e os do norte dos Estados Unidos, observa as similaridades entre os abusos antigos e os abusos modernos do senhor para com os escravos e enumera as consequências da escravatura no Brasil.

No *Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda*, o principal intuito é demonstrar como era prejudicial para um país fazer empréstimos junto a capitalistas nacionais e estrangeiros. Tece também defesa da política de aplicação de impostos internos. Com a arrecadação de tributos junto aos cidadãos, importantes obras como encurtamento das distâncias entre as províncias, promoção da navegação dos rios, introdução de barcos a vapor, exploração conveniente das riquezas minerais etc. poderiam ser executadas. Feitos que desenvolveriam a indústria, o comércio, a agricultura e as artes. Para tal, os brasileiros teriam que “trabalhar, economizar, e sacrificar os gozos” para as precisões do Estado – a ventura e a prosperidade da pátria fariam valer o esforço (TORRES HOMEM, 1836b: 110, 130).

Comércio do Brasil é um artigo publicado para o discorrimento sobre como se davam as relações comerciais entre as nações, especialmente entre o Brasil e a França, e para defender

que, nesse âmbito, todos os povos deveriam colaborar entre si, cada um abastecendo o mercado mundial com os produtos que estavam ao seu alcance fornecer. Portanto, era necessário combater o protecionismo, o monopólio colonial e as fraudes nos repasses de mercadorias, em favor da *liberdade de comércio*. Seria esta o sustentáculo primordial para a associação entre os povos necessários uns aos outros. Cada país possuiria seus apanágios resultantes de “sua topografia, seu clima, e inteligência dos habitantes” e “o caráter, os costumes, o grau de civilização dos homens separados por longas distâncias dão lugar a riquezas, e a necessidades, que grandemente entre si contrastam”, logo, todos deveriam se orientar pelo ideal da reciprocidade (TORRES HOMEM, 1836a: 149).

Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães é uma crítica do livro de Gonçalves de Magalhães, *Suspiros Poéticos e Saudades*. Crítica que se lançava como oportunidade para diagnosticar o estado das letras, da cultura e do clima social no Brasil.

Introduz o texto sustentando que o início do século XIX marcou-se pelo abalo dos

[...] antigos fundamentos do reino misterioso das Musas. O vago das lembranças do berço da civilização, os sublimes pensamentos do Cristianismo, a simplicidade das cenas da natureza, que tão tocantes relações oferecem com as misérias do nosso coração, pareceram uma fonte de emoções mais delicadas e verdadeiras, que os engenhosos sonhos da antiguidade. (TORRES HOMEM, 1836d: 246)

O pensamento moderno teria propiciado aos homens, por meio da hegemonia da religião cristã e da consciência do infortúnio, a “corda grave, e chorosa”, consoante aos “sentimentos poéticos da existência” e à “eterna melancolia”, que faltava à “lira antiga” (TORRES HOMEM, 1836d: 246).

A experiência da história na formação da consciência nacional brasileira e os artigos de Torres Homem

Marcelo de Mello Rangel explica que as duas publicações prógonas do Romantismo brasileiro – o livro de Gonçalves de Magalhães, *Suspiros Poéticos e Saudades*, e a revista *Niterói* – estão alicerçadas em um projeto civilizador voltado para homens e mulheres da *boa sociedade*. Seus autores compreendiam que os êxitos de uma nação, fosse no âmbito político, moral, econômico ou estético, estavam condicionados pelo controle do egoísmo, através da fé cristã, do amor à pátria e da interação produtiva com a natureza ao redor (RANGEL, 2011).

Antonio Candido associa esse plano preceptivo à auto-imagem que os românticos tinham de si próprios. Na toada de um fenômeno incubado durante o período joanino, em que pouco a pouco a figura do ilustrado ganha relevo no universo luso-brasileiro como detentor de um conhecimento e uma sensibilidade mais depurados, homens como os do grupo da *Niterói* acreditavam-se agraciados com sabedoria e percepção insólitas, e, por conseguinte, responsáveis pela condução do Brasil ao esplendor. De modo que possuíam “exagerada noção da própria importância e valia”, acentuada por uma tendência a agruparem-se em sociedades político-culturais, que conferia-lhes “um timbre de exceção” (CANDIDO, 2000a: 221-222).

A atenção que podemos despender com os letrados da década de 1830, liga-se muito menos ao exame de seu nível de genialidade que à novidade do arcabouço conceitual que passam a operar. Tomando como base o estudo de Valdeci Lopes de Araujo, conseguimos acompanhar as mudanças lexicais e na carga de significados dada a determinadas palavras no intuito de se representar a realidade histórico-política luso-brasileira, nos dois primeiros quartéis oitocentistas.

Seguindo a produção discursiva de José Bonifácio – do fim do reinado de D. Maria I, passando pela presença da família real no Brasil até a conjuntura da Independência – e perscrutando os trabalhos de indivíduos como Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves de

Magalhães, no decênio quaternário do XIX, Araujo percebeu as variações nas aspirações depositadas na civilização portuguesa pelos nascidos na América.

Bonifácio, nos tempos de sua residência em Portugal, ainda em meados da década de 1810, aposta em *restauração*. Portugal, se recuperasse “o princípio aglutinador pela ação de uma autoridade única e centralizada”, resgataria seu lugar entre as potências europeias.

A decadência do reino português, observável, por exemplo, na infertilidade do seu solo, coadunada à carência de virtudes de sua fidalguia, correspondia à eversão de suas Letras, uma vez que as ciências e as artes deslocavam-se lado a lado com a prosperidade e a felicidade ou o descenso das nações. Dessarte, Bonifácio entendia ser “preciso *restaurar* a língua segundo o modelo dos mestres do passado, ou seja, Vieira, Barros, Lucena e outros”, além de “retornar – com o auxílio dos tratados agrícolas dos romanos e das modernas técnicas dos ingleses – às virtudes agrícolas dos primeiros lusitanos”.

Mas, já nos idos de 1819, prestes a cruzar o Atlântico e voltar à terra natal, Bonifácio enceta uma perspectiva distinta, passando a encarar o Brasil como a “nova Lusitânia”, aceitando que os obstáculos ao progresso português só seriam superados reiniciando na América a “idade de ouro” perdida depois do enriquecimento propiciado pelas grandes navegações, que suscitaram o desvirtuamento dos fidalgos, noção que já se indiciava num texto seu de um ano antes, quando se pergunta sobre o porquê do descompasso evolutivo entre Portugal e a Europa. A partir daí substitui *restauração* por *regeneração* (ARAUJO, 2008: 29, 31, 33, 50-55. Grifos do autor) e

Passa então a listar as vantagens e os potenciais do Brasil: a grandiosidade dos recursos naturais e uma posição geográfica vantajosa, entre a Europa, a América e a África. Pelo lado político, o Brasil não teria os vícios arraigados de Portugal; seu clero seria abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos poderosos que pudessem sobrepor seus interesses individuais aos da Nação. (ARAUJO, 2008: 54)

Após “sua proposta de revezamento da Corte entre Portugal e Brasil”, que apresentou aos deputados paulistas que participariam da constituinte de Lisboa, não vingar e ver, pelo contrário, se instituírem os desejos de reestruturação dos modernos elos coloniais², Bonifácio deduz que o projeto *regenerativo* só se realizaria com um Império independente nos trópicos, assim, “iniciava-se um processo fundamental de *releitura da história dos portugueses no Brasil*, transformando-a em história do despotismo”.

Januário da Cunha Barbosa, de 1829 a 1832, redigiu o *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Sua iniciativa derivou do entendimento de que uma das características de uma nação civilizada era o desfrute de uma literatura própria. Empreende então “coleta e restauração” de poesias compostas por autores nascidos no Brasil para apresentá-los ao mundo, que os desconhecia por causa da anomalia, nocividade e desorganização da colonização portuguesa.

Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cunha Barbosa foi um canal de comunicação entre a geração que fez a Independência e a geração que se projeta nas Regências. Entre o seu *Parnaso* e o de Garret, de 1826, intitulado *Parnaso Lusitano ou Poesia dos autores portugueses antigos e modernos*, cuja introdução, *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, muito influenciou os primeiros românticos brasileiros, “conceitos como nação, estado, língua e literatura passam a estar nitidamente articulados em torno de problemas comuns”. Os letrados da *Niterói* absorvem essa amalgamação conceitual e introduzem algo novo.

É o que se assinala em Gonçalves de Magalhães, para quem a literatura era mais do que um aglomerado de obras concebidas por um povo, como atinavam Bonifácio e Cunha Barbosa, e sim um fenômeno mais amplo que revelava “a identidade de uma comunidade ao longo do

² Bonifácio distinguia a colonização moderna, que implicava na dependência política e econômica da colônia para com a metrópole, da colonização antiga, em que a colônia era para onde se expandiam “os princípios fundamentais da cidade-estado original”. ARAUJO, Op. cit., p. 57-58.

tempo e do espaço”, abarcando vários campos do conhecimento e da experiência humana, incluindo a história.

O tratamento dado por Magalhães à literatura afinava-se com a experiência do tempo que se encarnava na medida em que a constituição da consciência nacional brasileira se efetivava e exigia o rompimento com “permanências cíclicas” e apontava “para um desenvolver linear e progressivo”, para os quais ainda se quer existia um conceito de história correspondente. E a “nova experiência do tempo, produzida e produtora dos novos conceitos, requer um arsenal epistemológico fundado em categorias como sentido, expressão, compreensão e individualidade” (ARAUJO, 2008: 59-60, 107-110, 116, 119-125. Grifo do autor).

O investimento narrativo e analítico presente nos quatro artigos que Torres Homem incluiu na *Niterói* pode ser captado como produção inserida e representativa desse quadro político e conceitual.

A começar por sua ideia de literatura. Quando tece reflexões sobre os *Suspiros* de Magalhães, enaltecendo-o justamente por reconhecer em seu livro mais que “uma coleção de belas harmonias”, “também um código de moral na sua expressão a mais sublime”, “próprio a aplacar a necessidade de emoções grosseiras” que sentia agitar a sua época, Torres Homem delega à literatura uma utilidade, uma importância, que extrapola o encargo de propiciadora de deleite e atestado de civilidade.

O destaque que confere aos versos de Magalhães está em simetria com a acepção que este reivindica à literatura. Ambos, crítico e criticado, não por caso, invocam “a fragilidade da vida”, ato que responde à aceleração do tempo no qual estão imersos: com vinte e poucos anos e nascidos portugueses, aclamaram e deram adeus a um Imperador, testemunhavam guerras, sedições e revoltas separatistas e ali, em 1836, incumbiam-se do dever de cristalizar a ruptura espiritual com a mãe pátria, tornando-se definitivamente brasileiros.

Brasileiros em um mundo diacrônico. No *Considerações Econômicas*, Torres Homem alerta os defensores do “*status quo* do sistema da escravidão” sobre o perigo de não se ater à “experiência dos fatos”, pois “ouvindo rodar ao longe o carro da civilização, em vez de

aparelhar-se para alcançá-lo na passagem, e dentro também lançar-se, procuram ao contrário empecer-lhe a marcha com barrancos, e aturados esforços”.

E tal *carro* era vigoroso, obedecia à “Lei do progresso”, “infinitamente mais forte” que as reações dos “recalcitrantes”, lembrando que a “história diz, que as grandes reformas se não feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados” (TORRES HOMEM, 1836d: 250, 253-254; 1836b: 39).

Na sua apreensão, o Brasil se ocupava ambigualmente com o vetor civilizacional, em alguns aspectos, investia contra as suas rodagens, em outros, adentrava-o:

Qual é a razão, por que o Brasil, que com tão largos passos há progredido na carreira da vida política, é ao mesmo tempo um dos países mais atrasados na indústria? Por quê tanta diferença entre o Brasil político, e o Brasil industrial? Favorecido no seu desenvolvimento político pelas mais favoráveis circunstâncias, herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa, e da sua experiência tão caramente adquirida, *sem ter que lutar com as resistências do passado*, amparado pelas florestas de um lado, e pelo Atlântico do outro contra a ambição estrangeira, o gênio do Brasil tem realizado em um pequeno número de anos aquilo, que à velha Europa custou largos séculos de dolorosas tentativas. O seu desenvolvimento industrial porém foi retardado pelo monstruoso corpo estranho implantado no coração de sua organização social. (TORRES HOMEM, 1836b: 78-79)

Koselleck demonstra que os cem anos de formação da experiência moderna, de 1750 a 1850, marcam-se pela afirmação da história, enquanto decurso das eras, *Geschichte*, como um fenômeno universal, um *singular coletivo* que acarretava na certeza de que todos os povos comungavam de uma mesma época, coexistindo em variados níveis de adiantamento (KOSELLECK, 2006).

Quando Torres Homem assere que o Brasil conseguiu em pouco tempo o que a Europa levou centenas de anos para obter, referindo-se ao fato de que, como uma nação com pouco mais de uma década de independência, já gozava de instituições que pátrias seculares só haviam conquistado recentemente, emana da sua assertiva a noção de que nesse âmbito o tempo

acelerou e o país fazia o que carecia: alcançar os civilizados. Por outro lado, falhava no que concernia ao desenvolvimento técnico, empregando métodos velhos e permanecendo atrasado diante do Velho Mundo. A diacronia não se apresentava só entre as nações, verificava também que, dentro de uma nação, as estruturas que lhes davam corpo nem sempre eram sincrônicas.

Na citação, a passagem “sem ter que lutar com as resistências do passado” intriga. Trata-se de um passado que não se impunha ao presente. Dado o entorno do trecho, onde se lê que o Brasil era “herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa, e da sua experiência tão caramente adquirida” e, logo depois, se lê sobre as vantagens de seus recursos naturais, a declaração de que não havia embate com as resistências do passado, sugere-nos que Torres Homem aborda o seu próprio presente, entendendo que não se corria riscos de restauração: a internação de Portugal no pretérito já estava consumada e o Brasil tinha que se solidificar como filho da Revolução Francesa – a “experiência tão caramente adquirida”.

O *humanismo comercial*, forma de se representar a realidade demasiado ligada ao distanciamento entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, aflui nos artigos. Desde finais do século XVIII, engendrava-se a ideia de que com o “comércio, seria possível promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras, já que essa atividade intensificaria o contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas”.

Assim, era preciso dar forma a uma *educação sentimental* que compatibilizasse virtude e comércio, possibilitando o refinamento das paixões e o afastamento do “barbarismo” e da “selvageria”.

A prioridade de todos os governos que se pretendessem condutores de nações civilizadas deveria ser garantir condições de que o comércio nacional e internacional fluísse adequadamente, o que, por sua vez, fomentaria o desabrochar de uma sociedade apurada (VARELLA, 2011: 70-82).

O descontentamento expresso por Torres Homem no artigo *Reflexões sobre o Crédito Público* gravita muito em torno da sua opinião de que faltavam ações da parte do Estado brasileiro que se voltassem para a facilitação do desenvolvimento das estruturas que

permitissem o florescimento da indústria local, da qual dependia o comércio interno. Os empréstimos, sobretudo aqueles que o Estado contraía dentro da própria nação, além de onerar os cofres públicos, subtraíam do meio social os capitais que deveriam circular e irrigar a economia. Como dito antes, o autor apelava ao virtuosismo de seus patrícios, que poderiam se dispor a conter seus ímpetos imediatos e abastecer a Coroa com o pagamento de impostos, contribuindo para a bonança do Brasil.

Um tipo de mentalidade que se quer apregoar no seu exame dos *Suspiros Poéticos*. E por isso importava o feito de Magalhães: mitigava as emoções grosseiras com belas harmonias e estimulava em seus leitores os princípios da sociedade comercial.

Não se dissocia dessa perspectiva sua censura tecida no *Considerações Econômicas* à colonização portuguesa. Denuncia a espoliação, os horrores e calamidades cometidos pelos primeiros lusitanos a desembarcarem no Novo Mundo, e isso subsume-se na predisposição que tinham os letrados adeptos do *humanismo comercial*, naquele contexto, em atrelar a cultura lusa a “vulgaridades”, como as inclinações cavalheirescas e belicistas. Não à toa, Portugal, para muitos, passa a ser apenas o tradutor do pensamento europeu na América, não mais o principal ascendente do Brasil (VARELLA, 2011: 76. ARAUJO, 2008: 126-131).

A devoção nas relações comerciais como potenciais aglutinadoras e mantenedoras/promotoras da civilização é também constatada no artigo *Comércio do Brasil*. Despreza o protecionismo francês, as fraudes dos exportadores brasileiros de açúcar, algodão, café e couros salgados e a alienação do fato de que todos os povos, na medida do possível, conseguiriam contribuir para a fortuna um do outro – posicionamento que converge para a significância que consagra à *liberdade de comércio*.

Considerações finais

O estudo dos artigos de Torres Homem e da ambiência da qual faz parte legou-nos a impressão de que certos letrados respiravam o ar da transição. Os quatro textos são perpassados

pela preocupação com o Brasil. Falam de literatura, de comércio, de escravidão e de economia, relatando acontecimentos passados e descrevendo o que vinha ocorrendo no mundo, mas sempre recaem em avaliações sobre o caso brasileiro.

A condição regencial do Império alimentava o espírito de transitoriedade – vivia-se sob governos de natureza provisória, esteados em gabinetes circunstanciais.

Parecia mesmo a Torres Homem portar a sensibilidade, se não para dimensionar, pelo menos para aventar que algo tinha ficado para trás, que uma nova realidade se configurava e que no porvir um pouco do seu presente também passaria.

O seu relacionamento com o processo temporal tal como a ele se apresenta é ambivalente – a diagnósticos de que ações fecundas se punham em curso, seguiam-se lamentos sobre o que o futuro revelaria.

Seus referenciais de ajuizamento e a forma como os elabora – *literatura, humanismo comercial, nação, infortúnio* –, pronunciados ou não, sinalizam para uma experiência histórica moderna em afirmação.

Referências Bibliográficas

Documentação consultada

Observação final. In: Niterói, *Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. p. 261-262 Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. **Comércio do Brasil.** In: Niterói, *Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836a. p. 149-160. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

_____. Considerações Econômicas sobre a Escravatura. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836b. p. 35-82. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

_____. Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório de Ministro de Fazenda. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836c. p. 83-131. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

_____. Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836d. p. 246-256. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (org.). **Aprender com a história? O futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 130-147.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000a. 6ª Ed. Vol. I (1750-1836).

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000b. 6ª Ed. Vol. II (1836-1880).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. 6ª Ed.

COUTINHO, Afrânio. O Movimento Romântico. In: _____. **A Literatura no Brasil. O Romantismo**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969. Vol. II. p. 1-32.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999. 2ª Ed. p. 127-175.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Organização Ricardo R. Teixeira. Tradução Rodrigo Naves, Ricardo R. Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 2ª Ed.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Sales Torres Homem e O Libelo do Povo. In: _____. **Três panfletários do segundo reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86). p. 7-51.

MARQUESE, Rafael Bivar; BERBEL, Márcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (org). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 63-88.

RAMOS, André da Silva. **Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)**. Mariana, 2013. Tese (Mestrado em História). Departamento de História/ICHS/UFOP.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História). Departamento de História/PUC-Rio.

VARELLA, Flávia Florentino. **Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage**. São Paulo, 2011. Tese (Mestrado em História). Departamento de História/FFLCH/USP.

A fotografia, o progresso e seus efeitos não previstos: Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1920)

*Viviane da Silva Araujo**

Na Buenos Aires e no Rio de Janeiro da passagem do século XIX para o XX, havia por parte das elites dirigentes e de setores das elites intelectuais a convicção de que aquele era um momento chave para a construção de um amplo projeto de futuro. A percepção do meio urbano como o local por excelência da promoção do progresso levou à realização de reformas urbanas; à incorporação de produtos e ideias criados por e para esta mesma sociedade urbana moderna; bem como à elaboração de representações que dessem sentido àquelas mudanças. Ambas as cidades cresceram em população, em industrialização e em infra-estrutura, assim como em contrastes e conflitos. Afinal, apesar dos projetos de modernização verticalmente empreendidos, havia um desencaixe entre o ideal de modernidade e o desenvolvimento espontâneo das realidades locais: no presente, surgiam os efeitos não previstos desse progresso que, frutos da própria dinâmica do crescimento urbano, ao mesmo tempo em que suprimiam o que era tido como “antigos problemas”, criavam outros, novos e desconhecidos. A cidade, espaço tomado idealmente como o *locus* da construção de um futuro ordenado, moderno, civilizado, se transformava não só *a partir* dos projetos modernizadores, mas *apesar* deles. São exemplares, nesse sentido, o desenvolvimento de cortiços e favelas.

Tema recorrente entre os fotógrafos desde a invenção da fotografia, a cidade foi registrada sob múltiplos aspectos, em seus vícios e virtudes, e em seu caráter caleidoscópico, para além de julgamentos morais. Por meio das opções temáticas, bem como das formas de dispor os elementos da realidade visível em composições plásticas, os fotógrafos exprimiam em suas imagens percepções a respeito dessas cidades. Se, por um lado, as imagens que exaltavam o progresso foram utilizadas na divulgação e legitimação dos empreendimentos

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

modernizadores; por outro, as imagens da cidade “velha”, pobre e viciosa, ou da “nova cidade marginal” – visto que surgida a partir dos problemas gerados pelo próprio fenômeno moderno – também foram temas de interesse fotográfico.

As respostas às experiências da modernidade nunca foram somente celebrações do progresso. A cidade, lugar real e imaginário onde essa modernidade se desenvolvia, recebeu aplausos e reprovação, projetos conflitantes e remendos. Nas imagens fotográficas, contudo, as cenas da tensão entre progressos urbanos e degradação social, ou da justaposição entre antigos e novos males não se configuravam neste momento como críticas sócio-culturais. Mas, ainda que a reavaliação do afã modernizador, devido à percepção de que acarretava tanto a perda de antigas virtudes quanto gerava novos vícios, não fizesse parte do horizonte dos fotógrafos, as cenas da pobreza urbana motivaram várias tomadas. Cabe então questionar as motivações, os usos e as características dessas fotografias.

Em alguns casos, estas imagens foram produzidas a pedido do poder público, como exemplificam as fotografias de Augusto Malta, fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro entre 1903 e 1936, nas quais o registro das cenas da cidade “viciosa” serviria como “prova” da degradação social e estética a fim de justificar os empreendimentos reformadores; em outros casos, aqui serão analisadas fotografias produzidas por Samuel Rimathé e Harry Olds em Buenos Aires, tais cenas eram tomadas como curiosas e interessantes de uma cidade multifacetada. Desse modo, veremos que as principais diferenças entre as imagens dos cortiços cariocas de Malta e dos cortiços portenhos de Olds, por exemplo, não estavam inscritas necessariamente nas composições visuais, mas revelavam seu sentido nos usos sociais e políticos dessas fotografias. Enquanto as fotografias de Malta eram parte de um projeto de erradicação dos cortiços do Rio de Janeiro, as fotografias de habitações coletivas bonaerenses – apesar de estas também terem sido objetos de intervenções sanitárias e legais por parte da municipalidade – não pareciam responder a uma necessidade condenatória, mas a um interesse pela produção de imagens dos costumes populares novos, próprios a uma cidade tão cosmopolita quanto babélica.

O registro de cortiços e estalagens do Rio de Janeiro tinha ainda o objetivo de constituir uma documentação que auxiliasse a prefeitura a negociar do valor das indenizações pela desapropriação dos edifícios localizados em áreas que seriam reformadas, e por meio da “demonstração” da precariedade dos edifícios, as fotos contribuíram para sua desvalorização. Garantindo que Passos se interessava por suas denúncias, Malta relatou numa entrevista ao *Diário de Notícias* que, enquanto percorria a cidade, sempre registrava mais do que lhe era solicitado, aproveitando suas andanças para mapear os males que observava, a fim de indicar lugares a sofrer intervenções:

Ainda o vejo quando com bonomia lia as indicações e sugestões com que me atrevia marginalizar as fotografias que lhe enviava escrevendo ao pé dos pardieiros “Está pedindo picareta”.
“— Malta, você tem razão! Amanhã teremos picareta!” (O Photografo, 29 ago. 1936)

A fotografia a que Malta se referia retratava um prédio de um piso, situado na esquina da Rua dos Andradas com a Rua da Alfândega [figura 1], sobre a qual havia escrito “Está pedindo picareta”. O comentário ultrapassava, de fato, o seu ofício de registrar os locais determinados; mas também ultrapassava a função das legendas que costumava escrever com tinta nanquim sobre os seus negativos de vidro. Em sua maioria, tais anotações se limitavam a identificar o local, a data e a autoria da imagem; mas nesta, o fotógrafo decidiu reforçar através das palavras escritas a sua opinião a respeito do edifício que ocupava o centro da imagem.



Figura 1 - Esquina da rua dos Andradas e Alfândega, Rio de Janeiro, 1906. Fotógrafo: Augusto Malta

Comentários escritos tão categóricos não foram habituais na produção de Malta. A maior parte das suas fotos de antigos prédios no centro da cidade, das vielas de calçadas estreitas e do amontoamento de moradias precárias nos fundos de edifícios igualmente precários não apresentavam, gravadas em sua superfície, palavras que contribuía para afirmar a necessidade da destruição dos espaços retratados. Mas eram as características plásticas das próprias imagens que indicavam que se tratava de espaços deteriorados, moral e esteticamente, e que, por isso, não deveriam fazer parte da cidade renovada. A adoção de pontos de vistas que enfatizam as más condições dos prédios, fossem comerciais ou residenciais; a opção pelo registro das áreas internas de cortiços e estalagens; o desleixo dos seus habitantes, especialmente em relação às crianças, que aparecem com muita frequência nas imagens, posando em grupos, geralmente sujas e descalças; além do próprio fato de que essas imagens faziam parte de um registro prévio que visava documentar os locais que sofreriam intervenções; tudo isso indica que essas cenas foram captadas pelo fotógrafo de modo a serem vistas como cenas do atraso, como cenas do que se deveria mudar.

Na fotografia em que retratou uma estalagem localizada na Rua do Senado, em 1906 [figura 2], a disposição desordenada de materiais precários e envelhecidos que sustentavam as estruturas das moradias, os indícios da sujeira e da umidade dos corredores estreitos entre as pequenas casas construídas nos fundos dos prédios por onde as pessoas caminhavam, eram elementos que compunham cenários de desordem e insalubridade. Na composição, a área central da imagem é bastante escura, evidenciando que a luz do sol não penetrava naquele espaço, onde várias pessoas se aglomeravam, quase escondidas pela sombra, enquanto observavam o fotógrafo realizar a tomada. Ainda que não tenha sido intencionalmente composta para estabelecer um contraste entre a área escura no centro da cena e o entorno claro, tal composição leva o olhar do observador para a porção sombria da imagem, onde elementos humanos e inanimados participam da mesma atmosfera de escuridão e sujeira.



Figura 2 - Estalagem na Rua do Senado, Rio de Janeiro, 1906. Fotografia: Augusto Malta

Se observarmos imagens que o fotógrafo norte-americano Harry Olds produziu por volta de 1901 das habitações coletivas em Buenos Aires, veremos que suas fotos também mostravam a aglomeração de adultos e crianças, a umidade das paredes e das estruturas de madeira, entre outras características que poderiam indicar problemas de salubridade e caos urbano. Contudo, Olds não demonstrava por meio das fotografias os problemas daquele local para que o poder público justificasse suas intervenções, mas produzia imagens passíveis de serem compreendidas como “vistas” urbanas, isto é, como imagens que representavam de modo inequívoco a cidade retratada, tanto que seriam utilizadas para a confecção de cartões-postais [figura 3]. Neste caso, a principal diferença entre as imagens produzidas por Olds e por Malta não estava nos elementos propriamente imagéticos, mas pela motivação das tomadas e pelo uso conferido a estas imagens.



Figura 3 - Cartão-postal “*Conventillo, Buenos Aires*”c. 1901. Fotógrafo: Harry Olds

Uma das diferenças entre a habitação coletiva carioca e portenha, segundo o olhar de seus contemporâneos, relaciona-se às pessoas que viviam nesses lugares, pois, se em Buenos Aires o *conventillo* era por excelência a habitação dos imigrantes estabelecidos há não mais do que duas décadas na cidade, no Rio de Janeiro, embora o cortiço também fosse reconhecido como lugar no qual os imigrantes pobres que chegavam à cidade se assentavam, ele estava associado principalmente à presença de ex-escravos, capoeiras e “malandros” que viviam de suas artimanhas. E, enquanto as fotografias dos cortiços cariocas registravam um tipo de moradia pobre e insalubre vista como um problema oriundo do passado, as fotografias das favelas captaram espaços surgidos recentemente na cidade, cujos primeiros exemplos remetem ao início do século XX. A historiografia brasileira reconhece o surgimento da favela carioca como um dos resultados da erradicação dos cortiços do centro da cidade, pois, sem possuir qualquer direito à indenização pelos imóveis desapropriados pela prefeitura, que era paga aos proprietários, os inquilinos teriam se abrigado em morros próximos ao centro da cidade, que passaram nesse período por um processo de favelização, e recebiam um número cada vez maior de pessoas em busca de alternativas de moradia na região.

Para Licia Valladares (2005), as primeiras interpretações de intelectuais brasileiros sobre a favela foram influenciadas pelas descrições de Euclídes da Cunha a respeito de Canudos, para a qual a oposição entre litoral e sertão teria funcionado como analogia recorrente para a posterior oposição entre a cidade e a favela. Segundo a autora, a favela foi vista pelos seus primeiros examinadores, os jornalistas que visitaram os morros a fim de testemunhar o que viam, como algo antigo e bárbaro, oposto à civilização. Tal percepção fica clara numa crônica de João do Rio, na qual afirmou que se a sua ideia inicial do morro era a de um lugar “onde os pobres operários se aglomeravam a espera de habitações”, o que ele encontrou foi um “outro mundo”, a “roça”, o “sertão”, uma não-cidade dentro da cidade:

Eu tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam a espera de habitações, e a tentação veio de acompanhar a seresta morro acima, em sítio tão laboriosamente grave. Dei o necessário para a ceia em perspectiva e declarei-me irresistivelmente preso ao violão. Graças aos céus não era admiração. Muita gente, no dizer do grupo, pensava do mesmo modo; indo visitar os seresteiros no alto da montanha. [...] Vi então que eles se metiam por uma espécie de corredor encoberta pela erva alta e por algum arvoredado. Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. (RIO, 2006: 132-3)

Se os morros eram comparados ao sertão devido à ausência de determinadas características próprias da cidade – como a iluminação e a certos tipos de ocupação que identificavam seus moradores como “operários”, como afirmou João do Rio, – isto estava menos relacionado à distância material daqueles locais em relação ao que era tido como a cidade propriamente dita do que às diferenças observadas nas particularidades da paisagem e dos seus habitantes. Características que levavam à surpresa quando estes “visitantes” se davam conta de que em um lugar tão próximo ao centro da cidade, poderiam encontrar realidades tão distintas.

A favela também era entendida como um tipo diferente e novo de cidade, uma realidade estranha e singular, ainda que fosse compreendida a partir de uma combinação entre elementos da lógica própria daquele local e de elementos já conhecidos, como o cortiço e o sertão. Apartada do ambiente urbano cujos avanços materiais e posturas comportamentais se

associavam a expectativas de civilização e progresso, primeiro o cortiço e, logo, a favela, evidenciava a distância entre o ideal de cidade ordenada sob os preceitos modernizadores e as realidades locais, embora nem as representações fotográficas nem as textuais evidenciassem, necessariamente, a repulsa a esse novo *locus* do “atraso”. Havia também certa curiosidade em conhecer tanto sua configuração espacial como os costumes dos seus habitantes. Se observarmos a fotografia de Malta de uma viela do morro de Santo Antônio [figura 4] veremos que o fotógrafo dispôs no centro da composição um vendedor ambulante com sua barraquinha, possivelmente de doces, e várias crianças ao seu redor. Algumas características assemelham esta imagem às fotos dos cortiços, tais como os conjuntos de pequenas casas de materiais precários e as crianças descalças que observam o fotógrafo realizar a tomada. Por outro lado, é curioso que a legenda escrita por Malta mencione como tema da fotografia os “casebres no morro de Santo Antônio”, levando o leitor a entender que o objetivo era registrar as moradias, mais do que os personagens que estavam na porção central da composição. Neste caso, a legenda servia para que não restasse dúvida do que deveria ser notado prioritariamente na imagem, embora as pessoas retratadas pudessem disputar a atenção do observador com o cenário da rua estreita, íngreme e não pavimentada, cercada de barracos amontoados.



Figura 4 - “Casebres no morro de Santo Antônio”, Rio de Janeiro, 1914. Fotógrafo: Augusto Malta

Nesse sentido, é interessante notar que na fotografia do Morro da Favella [figura 5] – que mostra um grupo de homens tocando violão, bandolim e acordeon, cercados de várias crianças e de alguns adultos, todos diante de uma pequena casa – a legenda escrita por Malta deixa em aberto o que seria o tema da imagem, identificando apenas o local da tomada, sem que a composição remetesse diretamente a uma condenação daquele espaço. Se João do Rio relata que subiu o morro de Santo Antônio para apreciar uma seresta e, quanto mais penetrava naquele local, dava-se conta de que havia ali “outro mundo” a ser observado, ao se dirigir para os aspectos desse “outro mundo”, Malta fotografou a seresta diurna com a qual se deparou no morro da Favella. E, se tal cena poderia remeter à falta de ocupação daquelas pessoas, poderia apontar também para a curiosidade a respeito da vida cotidiana naquele local ao mesmo tempo *próximo e distante* da cidade.



Figura 5 - “Morro da Favella”, Rio de Janeiro, 1920. Fotógrafo: Augusto Malta

Segundo Guy Bellavance, o jogo entre a proximidade física e as distâncias sócio-culturais, bem como as relações entre a velocidade e o caráter fragmentário da vida na grande cidade, revelariam a existência de uma equivalência entre características próprias à fotografia e à cidade moderna, pois de algum modo a fotografia “preparava” os indivíduos para lidar com a proximidade espacial de distâncias simbólicas, culturais e sociais vivenciada nestas cidades (BELLAVANCE, 1997: 19). Ao afirmar que a fotografia se interessa em explorar o “exotismo próximo” que apenas numa grande cidade pode ser observado plenamente, o autor apresenta dois pontos que ajudam a refletir sobre as fotografias das habitações populares do Rio de Janeiro e de Buenos Aires tratadas aqui: o primeiro diz respeito à cidade moderna comportar, em seu próprio terreno, o distante e o exótico; o segundo confere à fotografia um papel fundamental para a apreensão de uma nova maneira de lidar com proximidades e distâncias no espaço urbano. A fotografia seria capaz não só registraria essa nova experiência caleidoscópica, de diferenças sócio-culturais intensas, numa cidade ao mesmo tempo eufórica com as novidades, receosa com os rumos das transformações, nostálgica em relação a antigos costumes e curiosa em relação aos novos; mas contribuiria para assimilar essa multiplicidade.

A presença de fotografias que retratavam os parques, as praças, os meios de transporte, os edifícios e monumentos que representavam para a Buenos Aires da passagem do século XIX para o XX as cenas do “progresso” e, ao mesmo tempo, de imagens de velhos ranchos, de lavadeiras à beira do rio, de vendedores ambulantes de leite retirado das tetas das vacas pelas ruas, de habitações precárias e de mendigos foi uma característica frequente nos álbuns de Samuel Rimathé. A cidade construída a partir das fotografias de Rimathé se caracterizava pela justaposição de elementos arcaicos e modernos, de paisagens do movimento intenso da vida urbana e pelo aspecto rústico de ambientes nos arredores da cidade ou pelas soluções de assentamento para a crescente população, como as casas feitas de chapas metálicas em La Boca [figura 6], bairro localizado numa área baixa e inundável de Buenos Aires. No registro de habitações populares, o fotógrafo incluiu também as pessoas que viviam naqueles locais, traço comum na fotografia desse período, evidenciando que a relação entre o ambiente, as pessoas e

os objetos que pudessem identificar seus costumes conferiam uma noção mais completa da cena retratada.



Figura 6 - La Boca, Buenos Aires, c.1890. Fotógrafo: Samuel Rimathé

Na cidade se depositavam as expectativas de construção de uma nova sociedade urbana, civilizada, moderna; entretanto, nela também se observavam os efeitos indesejados das transformações cada vez mais velozes, nem sempre previstos segundo os critérios ordenadores e tais transformações foram temas para as lentes de diversos fotógrafos. Examinando as duas cidades comparativamente, buscou-se aqui identificar na fotografia e em seus usos recorrentes uma das tensões próprias àquela experiência da modernidade urbana latino-americana: o desejo de inserir-se num modelo unívoco de civilização, disseminado no Rio de Janeiro e em Buenos Aires na passagem do século XIX para o XX, não foi capaz de produzir uma sociedade ordenada segundo os ideias do progresso material e moral, mas experimentou uma realidade imprevista e complexa. Realidade que a fotografia não só captou, mas também contribuiu para sua

elaboração. Desde as apreciações mais otimistas às mais fatalistas, subjazia a noção de que o homem era influenciado decisivamente pelo meio, e que, cada vez mais, a cidade grande moderna se tornava esse meio, ainda que a presença de “exotismos próximos” fosse capaz de desordenar noções tais como antes e depois, perto e longe. A simultaneidade com que várias facetas das cidades se apresentavam em diversas representações, entre as quais aqui se destacou o papel da fotografia, não se encerrava na ideia de transição, mas evidenciava a heterogeneidade das cidades retratadas.

Referências Bibliográficas

BELLAVANCE, Guy. “Mentalidade Urbana, mentalidade fotográfica”. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: UERJ. Núcleo de Antropologia e Imagem, nº 4, 1997

GORELIK, Adrián. “Ciudad, modernidad, modernización”. In: **Universitas Humanística**. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2003

“O Photographo de Passos: Augusto Malta, o decano de nossos repórteres photographicos evoca-nos a sua amizade e convivência com o maior prefeito carioca”. Entrevista concedida por Augusto Malta ao **Diário de Notícias**, 29 de agosto de 1936

RIO, João do. “Os livres acampamentos da miséria”. In: **Vida vertiginosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

Rio de Janeiro – Buenos Aires, duas cidades modernas. Fotografias 1900-1930. Rio de Janeiro: BNDES e Buenos Aires: BICE, 2004

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009

SCHORSKE, Carl E. “A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler”. In: **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005

Um brasileiro ilustre: construções da memória de Januário da Cunha Barbosa no IHGB

*Yaísa de Arruda Martins**

O presente artigo tem como finalidade expor a forma com que a memória de Januário da Cunha Barbosa foi construída tanto no século XIX, logo após sua morte, quanto no século XX, momento em que sua figura passa a ser lembrada somente como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para isso foi utilizada como amostra duas memórias, uma elaborada por Manuel de Araujo Porto Alegre e outra por seu sobrinho Antonio da Cunha Barbosa. Num primeiro momento começamos com as contestações de um letrado do final do século XIX,

O padre Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) não é tão notável como Caneca e Natividade Saldanha; mas é uma figura de valor. Orador e poeta, político e litterato, foi um homem activo, uma mediocridade cheia. Como orador não tinha ousadias; como poeta repetia a centesima edição do classicismo inerte. Na politica trabalhou para a nossa emancipação; na litteratura biographou alguns escriptores patrios; estes ultimos são os seus melhores titulos. (ROMERO, 1888: 335-339)

Na citação acima, Silvio Romero, em 1888, lança duras críticas ao cônego Januário da Cunha Barbosa. Seu principal intuito, assim como muitos de sua geração, é contestar o lugar de produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que naquele momento era auxiliado pelo Estado monárquico, por isso o alvo em um dos capítulos de seu livro “Historia da Literatura Brasileira” foi o primeiro secretário perpétuo do Instituto. Apesar de sua criticidade, revela dois pontos em que Cunha Barbosa possuiu, em sua visão, relativa qualidade, o primeiro seria o trabalho para com a emancipação do país, e segundo as biografias, as quais ele frisa serem seus melhores projetos. Mas será que a figura de Januário da Cunha

* Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Barbosa, poderia ser reduzida a “uma mediocridade cheia”, como o define Romero? Ou será que essa imagem do cônego era compartilhada por todos os letrados do século XIX?

Para averiguar melhor essa suposição, analisaremos trabalhos em momentos distintos, em que o cônego foi lembrado, tanto no século XIX, quanto no XX, como salientado anteriormente. Vale atentar para o fato de que as diferenças sobre a forma de compor a figura do primeiro secretário perpassam principalmente o lugar e o tempo de fala de cada autor.

Dentro do IHGB, a sessão de 8 de março de 1846 foi convocada de maneira extraordinária, sendo dedicada à escolha do sócio que tomaria assento na posição de 1º secretário perpétuo do Instituto, já que o então secretário Cunha Barbosa havia falecido no dia 22 de fevereiro do mesmo ano. É importante ressaltar que, na ata desta reunião consta que, no ano de 1846, ainda não havia tido nenhum encontro dos sócios da agremiação, devido à enfermidade do cônego. A partir desse ato, podemos analisar a perceptível necessidade da presença de Cunha Barbosa para a execução das disposições da instituição. Na mesma ocasião, foi proferida a transcrição do elogio fúnebre, realizado pelo presidente do Instituto, Manoel de Araújo Porto Alegre na hora de “baixar o corpo á sepultura”. (RIHGB, TOMO VIII, 1846: 144-152) Nesse discurso, o orador do IHGB tenta demonstrar as duas faces que julgava mais importantes do cônego, afirmando que “sua vida se dividiu entre o altar e a pátria”.

Ao desenvolver sua argumentação, o orador enfatiza o lado patriótico de Januário da Cunha Barbosa, e evidencia que, ao fazer associações com instituições e academias do exterior, ele havia divulgado o nome do Brasil por todo o mundo. Também chama atenção para o fato de que, desde os primeiros movimentos para a separação dos laços que uniam Brasil e Portugal, o cônego havia sido um dos maiores defensores da implantação de um modelo de governo monárquico, silenciando de certa forma os motivos de seu exílio, a acusação de republicanismo. Desse modo, entrelaça a vida do cônego com a do Império, ressaltando que o padre foi um dos maiores defensores da Independência, segundo o orador “[...] erguia a sua voz impávida para anatematizar uma política opressora.” (RIHGB, TOMO VIII, 1846: 145)

Ao mudar seu foco para a vida religiosa de Januário da Cunha Barbosa, ressalta, principalmente, seu grande poder de eloquência: “O pomo espinhoso e ressequido pelo sol

ardente nos seus lábios fluía mel; e a estrada escabrosa da virtude evangelica parecia-se com as planícies do Edem quando era apontada pelo seu dedo de orador”. (RIHGB, TOMO VIII, 1846: 146)

Assim, como em grande parte dos elogios biográficos produzidos e publicados nas páginas da *Revista do IHGB*, Porto Alegre relata que o cônego passou por diversas provações durante a vida, entre elas estaria um período de exílio, sendo esse assunto, sempre crítico em relação à vida do cônego. Nos textos memorialísticos dos literatos do século XIX, fica muito vago os motivos que levaram sua expulsão do país, é certo que todos eles afirmam que sofreu retaliações injustamente, sempre destacando que ele era inocente das acusações recebidas.

De acordo com a fala do orador, passou por momentos de miséria, - esse fato é incorporado a sua narrativa para corroborar a ideia de que Cunha Barbosa foi um grande homem e que apesar de sofrer com os percalços da vida, foi vitorioso - retornou ao país inocentado das acusações recebidas, sendo colocado na posição de “[...] um dos creadores d'esta patria que possuímos, um dos constituidores d'esta nova monarchia, e um constante sustentaculo da liberdade bem entendi.”(RIHGB, TOMO VIII, 1846: 151) Nesse mesmo trecho, o autor faz alusão à saída dos Andradas do país, mais especificamente no caso de Cunha Barbosa, José Bonifácio, dizendo que “[...] encontrou no meio do Oceano aquelle mesmo que havia referendado o seu exilio [...]”. Nesse momento, o autor não assume uma posição com relação à querela entre os grupos formados na época da Independência, apenas relatando que ambos os lados eram inocentes. No final de sua locução, Manuel de Araújo Porto Alegre, propõe que sejam erguidos bustos dos fundadores do Instituto,

Silencioso e com profunda dôr ouviu o Instituto a leitura do discurso supra, e votou unanimemente, e sem discussão, por proposta do Sr. Porto Alegre, que se mandasse fazer o busto do fallecido 1.º secretario, afim de ser inaugurado em sessão solemne juntamente com o do finado marechal Raymundo José da Cunha Mattos, como os dois fundadores d'esta associação. (RIHGB, TOMO VIII, 1846: 151)

E o século XX?

é cair num outro tipo de ingenuidade epistemológica pensar que a dialéctica entre a memória e o esquecimento é um pecado exclusivo da anamnese. Também a historiografia, apesar de falar em nome da razão, se edifica, voluntária ou involuntariamente, sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado. (CATROGA, 2001: 45)

Com a breve citação de Catroga, pretendo destacar a concepção de que história e memória possuem traços em comum, e que também a história é calcada em cima de esquecimentos. Na primeira parte do capítulo, foi possível perceber que os sócios do Instituto e letrados oitocentistas tentavam construir a imagem de Cunha Barbosa, como um ardoroso pregador, um jornalista empenhado e um letrado zeloso. Nesse segundo contexto que destaco, o século XX, pretendo demonstrar que diferentes momentos produzem distintas formas de se abordar a vida do cônego.

O primeiro esboço biobibliográfico que foi realizado no início do século XX, em 1902, é de autoria do sócio Antonio da Cunha Barboza, que elaborou uma extensa narrativa da vida de seu tio como forma de exaltar suas iniciativas enquanto homem público. O texto começa com a seguinte frase, atribuída ao próprio cônego: "Não pôde o silencio da morte suffocar as vozes da justiça e da gratidão, quando a memoria dos que ella arranca de entre os vivos, desperta a lembrança de acções grandes, que devem chegar á mais remota posteridade". Com essas palavras extraídas de um sermão de Cunha Barbosa busca agenciar, entre os leitores, que a figura do primeiro secretário do Instituto não podia ser esquecida devido às suas grandes ações. (BARBOZA, 1902: 197)

Diferente das outras biografias sobre o cônego, que começam com apontamentos sobre sua infância e juventude, relatando sua vida de forma linear, inicialmente, Antonio da Cunha Barboza se dedica a enumerar as qualidades intelectuais de seu tio

quando a vida litteraria nascia no Brazil, encontrou no Conego Januario um dos seus mais dedicados apostolos. No jornal - batalhando pela emancipação politica da sua terra natal; na tribuna sagrada - pregando a doutrina religiosa do christianismo. (BARBOZA, 1902: 197)

Dessa forma, demonstra que Cunha Barbosa pode ser considerado um grande homem, e por isso "todos nós brasileiros, lhe somos devedores dos mais sinceros reconhecimentos e homenagens". (BARBOZA, 1902: 198)

Antonio Cunha Barbosa define o tio como um “redivivo”, ou seja, como figura que permanecia viva através de suas obras, sendo assim o biografista começa a apresentar detalhes de sua vida a partir de seu nascimento. É bem provável que esta inversão de narrativa tenha sido utilizada para fazer com que o leitor vislumbre traços de sua vida futura ainda na tenra juventude.

Outro ponto salientado por Antonio da Cunha Barboza é o reconhecimento da importância do clero na sociedade do século XIX, pois neste "estava concentrado todo o poder da época", e que, optando pela vida eclesiástica, seu tio “entraria pela porta mais fácil e azada para quem queria seguir os caminhos que guia[va]m à grandeza humana (...)”. (BARBOZA, 1902: 199) Em 1808, com a criação da Capela Real no Rio de Janeiro por D. João VI, o jovem Januário foi nomeado como um dos seus pregadores régios. Sobre esse assunto, Renata Maria da Cruz Duran afirma que a sermônica, desenvolvida pelos membros do clero, foi um ramo das belas-letas que contribuiu para a “invenção da *identidade nacional*”, pois criou uma vida social e uma uniformização da língua. A autora ainda argumenta que,

esse “povo de oradores” tinha na figura do sermônista um modelo a ser seguido e um tema a ser debatido, pois sua presença e sua fala serviram como mote para as primeiras discussões acerca dos acontecimentos que afligiam a população. (DURAN, 2010: 73)

Na narrativa da vida de seu tio, Antonio Cunha Barboza distingue duas fases, a de político e a de literato. Relatando primeiro a vida do cônego como político, tenta demonstrar que ele não foi um “desertor de seu partido”, trazendo à pauta o período em que este esteve à frente do *Diário Fluminense*, momento em que se aliou a Evaristo Ferreira da Veiga, e no qual fazia críticas ao governo de D. Pedro I, ressaltando que essas avaliações não se estendiam à forma da Monarquia Constitucional. Diferente das outras narrativas, somente após apresentar

essa querela é que seu sobrinho trata do período em que o cônego esteve à frente do periódico *Reverbero Constitucional Fluminense*, que circulou entre os anos de 1821 e 1822.

Ao relatar as preferências políticas do editor do *Reverbero*, salienta que este sempre se posicionou por uma Monarquia Constitucional Representativa, porém que tivesse como líder, defensor e protetor o príncipe D. Pedro. Esta posição seria um dos motivos de seu exílio, e que durante o século XIX, podemos observar, foi aspecto silenciado pelos monarquistas do IHGB. (BARBOZA, 1902: 201) Porém, no início do século XX, ainda em período de consolidação da primeira República, Cunha Barbosa poderia ser exaltado como um pensador à frente de seu tempo por defender uma forma representativa de governo.

Ao contrário do que os esboços biográficos do século XIX apresentam, ou muitas vezes não enunciam, Antonio da Cunha Barbosa, além de mencionar o evento, ainda traz um trecho de uma carta do cônego ao Marquez de Barbacena, na qual expressa em 1 de abril de 1830, sua predileção ao constitucionalismo, declarando que, “sou e serei sempre o que fui, amei e amo o Soberano D. Pedro e a monarquia *constitucional*, unica fôrma de governo que pôde servir ao Brazil.”¹ Sobre esse momento político vale lembrar que Gonçalves Ledo e Cunha Barbosa, membros da *elite brasiliense*, defendiam a emancipação política do Brasil dentro de um regime monárquico-constitucionalista, assim como o próprio cônego relata na passagem acima, posicionando-se contrários a forma com que a *elite coimbrã* de José Bonifácio, defendia ser imposta naquele momento, uma monarquia absolutista, sem nenhuma representação do povo. (NEVES, 2002: 227)

O biógrafo se utiliza de dois adjetivos para descrever o trabalho de Cunha Barbosa no *Diário do Governo*, patriotismo e saber, compondo a imagem do cônego como jornalista dedicado principalmente às causas da pátria. Como sua narrativa não se desenvolve totalmente de forma linear, volta uma década antes da participação do primeiro secretário como redator no *Diário do Governo*, para terminar a primeira parte de sua arguição com o período em que seu

¹ Grande parte dos escritos do século XIX não mencionam a verdadeira acusação pela qual Januário foi exilado, já alguns historiadores apontam o republicanismo como uma das causas. O fato é que sua forma de propor a participação da população no processo político, foi o fato que mais incomodou José Bonifácio, e também o que levou a pedir o exílio do cônego. (BARBOZA, 1902: 205)

tio esteve no exílio, destacando esse como um momento de percalços, mas como o cônego foi um *grande homem* conseguiu vencer essas atribulações por amor a pátria, sua principal qualidade, e a mais exaltada pelo autor. Em suas palavras,

As intrigas o conduziram ao desterro, mas os tormentos que ahi soffreu teceram-lhe uma coroa de gloria, porque os espinhos do martyrio immortalizam uma fronte quando a aureola a innocencia: são como a opala, quer se antepor ao sol mas só consegue irrisar-lhe os raios. (BARBOZA, 1902: 223)

Na segunda parte de sua exposição, Antonio da Cunha Barboza deu maior ênfase ao que ele define como sendo a vertente literária do cônego, projeto que, segundo o autor, lhe deu uma "aureola de grandeza". Assim como na primeira parte de sua fala, também atrela esse trabalho a serviço da pátria, pois

desgostoso por impertinentes injustiças (que soffreu no período que esteve no exílio), o batalhador, o generoso adversario, o satyrico não buscou descansar das fadigas, dos combates, no remanso solitario; ao contrario, activissimo, no fervor do patriotismo, applicou a sua culta intelligencia a serviços de outra ordem: - ás letras. (BARBOZA, 1902: 245)

Ao analisar as outras atuações do cônego, até mesmo as que desenvolveu como político, e comparar ao seus atos como literato, o autor afirma que Januário da Cunha Barbosa possuía "natural pendor" para as letras. Ao rebater as acusações de Silvio Romero de que Januário havia sido um simples "coleccionador", Antonio Barboza diz que apesar de o *Parnaso* não ser um livro de poesias próprias, mas uma compilação de trabalhos de outros literatos, revela-se ímpar por ser o pioneiro desse tipo de empreendimento no Brasil. O sobrinho do cônego apoia-se nas observações do austríaco Ferdinand Wolf, em *O Brasil literário* (1863), de que Januário foi o primeiro a elaborar "uma antologia bem ordenada, acompanhada de introduções biográficas e críticas das principais produções biográficas do Brasil". (WOLF apud

BARBOZA, 1902: 246).² Antonio Barboza dá especial atenção à avaliação que Romero faz da contribuição literária do cônego, como no trecho citado no início deste capítulo, afirmando a importância da sua produção biográfica:

nas suas varias biographias, genero literario, em que como confessa o Sr. Sylvio Romero, fôra Januario sensato e simples, deixando-se ler com agrado, especialmente quando trata de Claudio Manoel da Costa, o inconfidente mineiro, é verdadeiramente original. (BARBOZA, 1902: 246)

Na sequência, Antônio Barboza ainda destaca que, a despeito do risco de parcialidade na avaliação da obra de seu tio, os sermões, os discursos maçônicos e os artigos políticos de Januário dariam “testemunho de seu trabalho próprio”, respondendo às objeções de Romero, já citado anteriormente, que se referiu à “mediocridade” da sua obra. (BARBOZA, 1902: 246-247) Ressalta ainda que não pretende simplesmente “enaltecer os méritos literários” do tio, mas “collocal-o em seu verdadeiro lugar”, ou seja, como “um dos mais laboriosos literatos de seu tempo” que cultivou variados gêneros da literatura nacional. (BARBOZA, 1902: 248)

Ao citar o momento de criação do Instituto, Antonio Barboza sobressalta a figura do Marechal Cunha Mattos e a do cônego, relatando que o IHGB seria uma filial da SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, alegando estar sob seus auspícios, fato que mudara logo após a criação de sua sede própria.³ Já ao se deter na cerimônia de inauguração do Instituto, Antônio Barboza chama atenção para o *Discurso* proferido por Januário, definindo-o como “repleto de grande patriotismo e ardente zelo pelos estudos scientificos”. Ressalta também nesta parte os trabalhos realizados pelo primeiro secretário dentro do Instituto, e que segundo ele se tornaram os pilares da agremiação, dentre eles destaca principalmente o recolhimento de recursos que ajudassem na construção da história nacional e a associação com

² A obra de Ferdinand Wolf aparece na cronologia de “textos fundadores da história da literatura brasileira” do século XIX, elaborada por (ZILBERMAN; MOREIRA, 1998: 15)

³ Na “Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, no subcapítulo “Bases” a primeira definição da agremiação é “Fundar-se-ha, sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, um Instituto Historico, que especialmente se occupe da historia e geographia do Brazil”. (Breve Notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1839: 6)

agregações estrangeiras de pesquisa, como o Instituto Histórico de Paris. (BARBOZA, 1902: 251-252)

Em momento posterior, ao citar um dos artigos do cônego dentro da Revista do IHGB, afirma que Cunha Barbosa era um "espírito progressista e civilizador, mostra-se adverso á escravidão, á introdução de escravos africanos no Brazil". E, por fim, ainda afirma que o cônego possui três pilares em sua vida, a Independência do Brasil, a abolição da escravidão e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É interessante perceber, a partir dessas afirmações, que a maior preocupação do sobrinho não é somente apresentar um tio zeloso pelos interesses da pátria, já que ele era um defensor da monarquia. O mais importante para ele, nesse momento, é compor a imagem de um homem que consiga se adequar às novas diretrizes políticas do Brasil, por isso sua atuação no momento de independência, é o fato mais exaltado nesse discurso memorialístico. Significativo era compor a figura do cônego para que pudesse servir de exemplo para a nova configuração política e social que começava a se delinear com a República. (BARBOZA, 1902: 269-270) Com esse intuito afirma mais adiante no texto que "a carreira do Conego Januario ficará, sem duvida, como um exemplo a seguir, e as honras que lhe foram tributadas, como um alvo a conquistar." (BARBOZA, 1902: 279)

Perante essa seleção realizada por Antonio da Cunha Barboza, as qualidades destacadas pelos biografistas do século XIX ficam em segundo plano em sua narrativa, porém também ganham espaço ao longo do texto. Contudo o amor a pátria, que antes era demonstrado a partir dos atos aguerridos do cônego, dentre eles seu período no exílio, agora serão evidenciados de forma afetiva como meio de fazer com que o leitor se identificasse de maneira sentimental com a vida do primeiro secretário, agora "o patriotismo fôra sempre a paixão dominante, que accupou o seu coração, que o encheu e o abraçou, não o arrefecendo a adversidade, as ingratições e a velhice". (BARBOZA, 1902: 282)

Por fim, podemos concluir algumas coisas sobre a construção da memória do cônego Januário da Cunha Barbosa. Primeiramente que o século XIX, foi o momento mais fecundo para a exaltação de suas qualidades de letrado e de eclesiástico. Sua atuação nos momentos políticos de 1822, também lhe renderam a imagem de um homem dedicado as coisas da pátria.

Já o movimento realizado no início do século XX, se constituiu em grande parte na atualização da memória e imagem, a partir dos novos valores relacionados a República recém proclamada.

Referências Bibliográficas

Fontes

Ata da 145ª sessão em 8 de março de 1846. **RIHGB**, Tomo VIII, 1848, pp. 144-152.

BARBOZA, Antonio da Cunha. Conego Januario da Cunha Barboza: Esboço biobibliographico. **RIHGB**, 1902, Tomo LXV, parte II, pp. 197-284.

Breve Noticia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo I, **RIHGB**, 1839, p. 5-7.

Bibliografia

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 15, nº44, Outubro de 2000, pp. 35-55.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Ecos do Púlpito: Oratória Sagrada no tempo de D. João VI**. São Paulo, Ed. Unesp, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Emancipação política. In: VAINFAS, Ronaldo. (dir.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, pp. 225-229.

ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 15.